

ANAIIS DO III CIHIS/UFSM

TRABALHOS COMPLETOS

CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA
DA **UFSM**



CIHIS

MEMÓRIA,
HISTÓRIA
E PODER

LOCAL:

CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
DA UFSM,
SANTA MARIA/RS.

2023

29 DE
NOVEMBRO A 01
DEZEMBRO DE
2023


PPGH

Programa de Pós-Graduação
em História UFSM


CCSH
CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UFSM



UFSM

AUTORIZAÇÕES E EXECUÇÃO

Autoriza-se a reprodução e divulgação total ou parcial deste material, por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Observação: A redação e o conteúdo dos Trabalhos Completos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores(as). Salvo algumas alterações de formatação e paginação realizadas pela equipe de edição para adequação do material final.

Organização: Camila Acosta Queiroz, Gabriela Schwengber, Gabriel Pereira da Silva, Luana da Silva de Souza, Luciano Nunes Viçosa de Souza, Rodrigo dos Santos Oliveira, Taís Giacomini Tomazi e Yúri Batista da Silva

Edição: Luciano Nunes Viçosa de Souza

Diagramação: Gabriela Schwengber, Gabriel Pereira da Silva e Rodrigo dos Santos Oliveira

Revisão: Gabriel Pereira da Silva, Gabriela Schwengber e Taís Giacomini Tomazi

Supervisão: Gabriela Schwengber e Taís Giacomini Tomazi

Adaptação de arte: Gabriela Schwengber e Taís Giacomini Tomazi



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Internacional de História da UFSM (3. :
2023 : Santa Maria, RS)
Anais do III CIHIS / UFSM [livro eletrônico] :
trabalhos completos. -- 1. ed. -- Santa Maria, RS :
Ed. dos Autores, 2024.
PDF

Vários autores.
Vários organizadores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-07391-0

1. História - Congressos I. Título.

24-214281

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Congressos 900

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



REALIZAÇÃO



PPGH

Programa de Pós-Graduação
em História UFSM

APOIO

Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM – CCSH/UFSM

Departamento de História da UFSM

Cursos de História da Universidade Federal de Santa Maria (Licenciatura e Bacharelado)

Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul

Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – PPGPC UFSM

Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória UFSM

Curso de História da Universidade Franciscana (UFN)

GEMAM - Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo

Virtù - Grupo de História Medieval e Renascentista

GEIPRI - Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais

MARGEM - Grupo de Estudos da História do Crime

GEEUM@ – Grupo de Estudos e Extensão Universidade das Mulheres

Cátedra Unesco Unitwin em Humanidades, Fronteiras e Migrações da UFSM

Antigo Regime nos Trópicos: Centro de Estudos sobre a Dinâmica Imperial no Mundo Português, séculos XVI-XIX

Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul

Sigillum – Estudos sobre Diplomacia e História Diplomática

Horizontes Atlânticos – Grupo de Estudo sobre a Ibero-América Moderna

Comunicação, identidades e patrimônio cultural: desenvolvimento sustentável e democracia pelos Estudos Culturais

Grupo de Pesquisa Religio

Grupo de Estudos em História Social - Século XIX

GEPA – Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição

Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Audiovisualidades

Prismas – História, Ciência e Religião

Desenvolvimento Organizacional e Regional

Stadium - Grupo de Pesquisa em História do Esporte e das Práticas Lúdicas

Mundos do Trabalho – História, Movimentos, Fontes e Acervos Documentais

História Platina - Sociedade, Poder e Instituições

História Intelectual e dos Conceitos

Informação e Cemitério

Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação – CLIO



CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA
DA UFSM

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA
UFSM, SANTA MARIA/RS.

**29 DE NOVEMBRO A 01
DE DEZEMBRO DE 2023**

CORPO EDITORIAL - ANAIS III CIHIS UFSM

Profa. Ma. Camila Acosta Queiroz

Prof. Gabriel Pereira da Silva

Profa. Ma. Gabriela Schwengber

Profa. Ma. Luana da Silva de Souza

Prof. Me. Luciano Nunes Viçosa de Souza

Prof. Me. Rodrigo dos Santos Oliveira

Profa. Ma. Taís Giacomini Tomazi

Prof. Me. Yúri Batista da Silva



ORGANIZAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DOCENTE

Profa. Dra. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores
Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva

COORDENAÇÃO GERAL DISCENTE

Prof. Me. Luciano Nunes Viçosa de Souza
Profa. Ma. Taís Giacomini Tomazi

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Ma. Camila Acosta Queiroz
Prof. Me. Gabriel Freitas Reis
Prof. Gabriel Pereira da Silva
Profa. Ma. Gabriela Schwengber
Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
Prof. Me. Luciano Nunes Viçosa de Souza
Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti
Profa. Dra. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores
Profa. Dra. Marta Rosa Borin
Prof. Me. Rodrigo dos Santos Oliveira
Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva
Profa. Ma. Taís Giacomini Tomazi
Profa. Ma. Tamara Conti Machado
Prof. Me. Yúri Batista da Silva



COMISSÃO DE APOIO E MONITORIA

André Luiz Paz
Bárbara Gonçalves Textor
Beatriz Barbosa Bender
Bruna Martins Pereira
Camila Devitte Fontes
Cesar Augusto Freitas Jacques
Cyro Porto Martins
Daniel Bibiano Silveira
Daniel Pozzebon
Daniela da Silva Martins
Davi dos Reis Felipi
Diogo Della Giustina do Amaral
Eduarda Mendes Cardoso
Eduardo Orlandi Marques
Eduardo Prates Bordinhão
Eliza Militz de Souza
Fábio Ribeiro Lopes dos Santos
Felipe Rios Pereira
Fernanda Do Nascimento Rios
Flávia Theis Junges
Francesco Santini
Galileu Gomes Indi
Henrique Mareth Trombetta
Isabela da Silva Moreira



COMISSÃO DE APOIO E MONITORIA

Jean Carlo Rosa Durigon
Jürgen Mathias Kellermann
Laura Garcia Ribeiro
Luana da Silva de Souza
Maria Vitória Dias Collares
Matheus Henrique Cassanta Chaves
Nadezsda Eloides Dolci
Natali Braga Spohr
Nicoly Stefani Bitencourt
Pedro Aurélio Eggres Serpa
Pietro Henrique Mello de Oliveira
Raquel Cristina Schweig
Renata Quinhones Pereira
Renata Silveira da Costa
Robson Daniel Wolf
Roselaine de Oliveira Bisognin
Saionara Luciana Ribeiro Moreira
Samuel Campara dos Santos
Shirley Nara Moreira de Souza
Thiago Lindemaier Da Rosa
Victoria Brum Vargas
Wilian Molina Bento
Wilian Machado de Oliveira
Yasmin Moraes Vargas



COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Adriano Comissoli, Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Ana Sílvia Volpi Scott, Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. André Luís Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber, Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani, Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad, Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior, Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Gláucia Vieira Ramos Konrad, Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Graciela Noemí Gómez de Aso, Pontificia Universidad Católica Argentina

Prof. Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos, Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha, Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. José Martinho Rodrigues Remedi, Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Maria Aparecida Lopes, California State University, Fresno

Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin, Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Natacha Klein Käfer, University of Copenhagen

Prof. Dr. Nicolás Duffau, Universidad de la República



AGRADECIMENTOS

O III Congresso Internacional de História da Universidade Federal de Santa Maria foi feito por muitas mãos. Agradecemos a todas(os) discentes, docentes, servidores(as) e empresas que contribuíram para que o evento acontecesse.

INSTITUIÇÕES E DEPARTAMENTOS DE ENSINO

Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul
Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM – CCSH UFSM
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – PPGPC UFSM
Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória UFSM
Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, modalidades
Licenciatura e Bacharelado
Curso de História, Universidade Franciscana (UFN)
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)



GRUPOS DE PESQUISA

GEMAM – Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo
Virtù – Grupo de História Medieval e Renascentista
GEIPRI – Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais
MARGEM – Grupo de Estudos da História do Crime
GEEUM@ – Grupo de Estudos e Extensão Universidade das Mulheres
Cátedra Unesco Unitwin em Humanidades, Fronteiras e Migrações da UFSM
Antigo Regime nos Trópicos: Centro de Estudos sobre a Dinâmica Imperial no Mundo Português, séculos XVI-XIX
Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul
Sigillum – Estudos sobre Diplomacia e História Diplomática
Horizontes Atlânticos – Grupo de Estudo sobre a Ibero-América Moderna
Comunicação, identidades e patrimônio cultural: desenvolvimento sustentável e democracia pelos Estudos Culturais
Grupo de Pesquisa Religio
Grupo de Estudos em História Social – Século XIX
GEPA – Grupo de Estudos em Pós-Abolição
Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Audiovisualidades
Prismas – História, Ciência e Religião
Desenvolvimento Organizacional e Regional
Stadium – Grupo de Pesquisa em História do Esporte e das Práticas Lúdicas
Mundos do Trabalho – História, Movimentos, Fontes e Acervos Documentais
História Platina – Sociedade, Poder e Instituições
História Intelectual e dos Conceitos
Informação e Cemitério
Núcleo de estudos sobre Memória e Educação – CLIO



PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DO CAFÉ, AGRADECEMOS

Hotel Appel
Discentes e Docentes do PPGH, PPGPC e ProfHistória da UFSM
Fritz e Frida
Dispál
Docioli alimentos
Medina
MMS – Muito Mais Sabor
Philippe Alimentos
Padaria Palácio das Delícias
Fruteira Cauzzo
Xis do Bira
Corsan

PARA A REALIZAÇÃO DOS SORTEIOS, AGRADECEMOS

o Arquivo Público do Rio Grande do Sul por conceder os jogos pedagógicos **AfricaNo Arquivo**, assim como a todas(os) docentes e autores(as) que nos disponibilizaram cópias de seus livros

PARA COMPOR O EVENTO, AGRADECEMOS PELA EXPOSIÇÃO

Fotógrafo Dartanhan Valdez Figueiredo, Exposição **Escombros da Kiss**



Apresentação

Passados mais de três anos desde o último Congresso Internacional de História da UFSM, realizado em novembro de 2019, a Comissão Editorial do III CIHIS apresenta estes anais. Neles estão compilados os trabalhos apresentados durante o congresso, que abrangem uma variedade de temas historiográficos, demonstrando a riqueza e a diversidade na produção do conhecimento histórico.

Os anos não foram fáceis. Entre 2019 e 2023, período entre um congresso e outro, muita coisa aconteceu. O país enfrentou uma pandemia sob a liderança do pior presidente desde a ditadura. Como sociedade, vivenciamos uma pandemia com milhares de mortes evitáveis por conta do desprezo pela vida humana e o negacionismo, desenvolvidos como política de um Estado necropolítico. Sofremos ataques sistemáticos às instituições democráticas e um desprezo sem precedentes pela universidade pública e, particularmente, pela história acadêmica.

Não obstante, ao se tornar alvo de grandes debates, especialmente na esfera pública, percebemos o quanto a história é uma disciplina e um corpo de conhecimento fundamentais, que exigem uma resposta decisiva, firme e fundamentada às demandas da sociedade e às provocações que ela recebe. Se a história acadêmica é tão atacada, é porque ela é extremamente relevante na maneira como representamos e habitamos o mundo presente, especialmente quando lidamos com passados que não passam e que assombram o nosso tempo.



Apresentação

Bertrand Russell disse certa vez que o poder é o objeto central das ciências sociais. Creio que ele estava certo, embora existam muitos temas interessantes nas ciências sociais (incluindo a história) que não se restringem às relações de poder. No entanto, quando falamos de memória e da atividade de produzir tensões entre lembrança e esquecimento como um dos fundamentos da historiografia, voltamos às questões de poder. E nos deparamos também com os diversos revisionismos, que não devem ser confundidos com a revisão constante de nosso trabalho por meio de conjecturas e refutações, de hipóteses testáveis e de controle metodológico e conceitual. Precisamos ser críticos e autocríticos. No entanto, ser revisionista é flertar com o negacionismo, com a falsificação deliberada do passado histórico para a realização de fins torpes, o que não é apenas um problema de teoria do conhecimento, como também - e sobretudo - um problema ético.

Os anais aqui apresentados são um desdobramento da aposta que acompanhou o III CIHIS. Trata-se de uma aposta na promoção da racionalidade dialógica, que reconhece no interlocutor alguém com quem se pode discutir e discordar, sem jamais deixar de reconhecer a alteridade - essa palavrinha simples que envolve um esforço gigantesco em torno da pergunta fundamental: “Podemos viver juntos?”. Essa é uma questão ética, profundamente relacionada à base epistemológica de nossa pesquisa, pois responder às motivações do presente exige o compromisso de nos posicionarmos como analistas rigorosos e honestos do passado.

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani,
Prof. Associado do Departamento de História e Coordenador do PPGH/UFSM



Prefácio

Pouco mais de seis meses da realização do III Congresso Internacional de História do PPGH/UFSM, são publicados os Anais do evento. Material final que agrega trabalhos que compuseram diferentes Simpósios Temáticos e dos Simpósios de Novos(as) Pesquisadores(as). A publicação dos Anais é o complemento e consequentemente a conclusão de uma jornada que soma quase 20 meses de trabalho: entre o planejamento inicial, passando pela realização e, agora, com a publicação dos textos completos.

Muitos foram os desafios na construção do III CIHIS e, assim, fez-se necessário um grupo de trabalho tão diverso e extenso quanto as necessidades para sua execução. Entre reuniões, e-mails, mensagens, planilhas para organização e diálogo com setores da universidade, foi possível realizarmos um evento deste porte presencialmente e tão bem executado. Agradecemos o empenho e a dedicação de cada pessoa que contribuiu com o III CIHIS, sem a colaboração coletiva, não teria sido possível realizar e vivenciar essa terceira edição. Agradecimentos e menções podem ser identificados detalhadamente nos elementos pré-textuais deste material. Contamos também com a colaboração do CCSH, do Departamento de História, o trabalho da Imprensa Universitária e a SIPOS, especialmente através do Setor Financeiro.

Durante o evento, contamos com a participação de discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação e das Graduações em História da UFSM, um público diverso presente nos dias do evento – entre coordenadores(as) de STs, Minicursos, apresentadores(as) e ouvintes, de diferentes Universidades – e uma comunidade ativa, principalmente através da página do Instagram (@cihis.ufsm).



Prefácio

Ao todo foram 23 Simpósios Temáticos e outros 9 Simpósio de Novos(as) Pesquisadores(as) inscritos, além de 15 Minicursos que abrangeram uma diversidade de temáticas, recortes temporais e campos historiográficos. Buscamos estabelecer contato e dar espaço para aqueles(as) que estão iniciando sua trajetória na pesquisa acadêmica (Novos Pesquisadores), e também àqueles que já concluíram etapas de sua formação (Egressos), ainda que temos um caminho pela frente para fortalecer tais laços.

Gostaríamos de agradecer as e os palestrantes, Mariléa de Almeida (UnB), Fláva Eloísa Caimi (UPF), Gisela Pereyra Doval (CONICET-UNR), Odilon Caldeira Neto (UFJF), Ana Flávia Guimarães Pinto (UnB, Arquivo Nacional) e Jorge Alberto Nuñez (CONICET-UBA), pelas relevantes conferências e por se deslocarem até Santa Maria/RS. Para nós, foi uma honra tê-los e tê-las recebido no “coração do Rio Grande”.

Diante do contexto nacional (e por que não, global), pautado por políticas negacionistas, anti-intelectuais e de ofensivas à existência de direitos básicos, foi com a estruturação do evento que buscamos refletir os princípios da boa pesquisa e os pilares que sempre fundamentaram a participação em eventos acadêmicos: ética, rigor, respeito às diversidades, diálogo, contribuição científica e social. Assim nos despedimos do III CIHIS. Que venham os próximos!

Profa. Ma. Taís Giacomini Tomazi e Profa. Ma. Gabriela Schwengber,
Doutorandas do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM



SUMÁRIO

SESSÃO NOVOS(AS) PESQUISADORES(AS)	23
Histórias do futebol feminino: uma iniciativa de História Pública.....	24
O Cinema como fonte para a História: Uma análise de “La Hora de los Hornos” e sua denúncia ao neocolonialismo na Argentina	32
Maquiavel e seus discursos republicanos: um vislumbre sobre experiências na história do tempo presente	39
Chuvas, alagamentos e flagelados: um estudo sobre as precipitações climáticas ocorridas no município de Rio Grande entre 1982/1983.....	52
História e Psicanálise: Sobre o inconsciente da história em Michel de Certeau	67
Narrativas de vida no universo acadêmico: perspectivas interligadas de Biograficidades, Particularidades e Universalidades	79
Sentidos e significados do ensino de História para jovens em conflito com a lei	89
Análise do processo de Independência dos EUA em livros didáticos do século XX a partir da produção historiográfica estadunidense	97
Narrativas de um jogo compartilhado: Experiências de pesquisa sobre futebol na fronteira platina.....	105
A reação da religião Cristã à Ditadura Civil-Militar sob um olhar do Concílio Vaticano II	113
A Campanha da Legalidade (1961) e o golpe civil-militar (1964) em Santa Maria-RS: uma perspectiva comparada.....	123
O papel das “Folhas” durante a ditadura militar.....	137
Grande Reunião Galística: análise dos rinhedeiros e seus frequentadores na imprensa gaúcha do século XX.....	145
Espaço Fronteiriço Platino: uma percepção da Historiografia	154
Duelos entre linhas: A representação dos duelos nos folhetins presentes nos periódicos brasileiros.....	164
Brasil em charges: A Guerra do Paraguai.....	172

O “bandido” Paco: interetnicidade e masculinidade entre imigrantes e descendentes na Serra Gaúcha (fim do séc. XIX e início do XX)	185
<i>Writing to Nobody</i> : Privacidade e práticas de escrita feminina na Inglaterra do século XVIII a partir da escritora Frances Burney	200
Mulher e Matrimônio: discursos de gênero em teses médicas do XIX	211
Contribuições da abordagem de gênero para a História Ambiental brasileira.....	225
A participação intelectual feminina no medievo do século XII a partir da compreensão de gênero.....	236
<i>Admiral Graf Spee</i> : trajetória de um encouraçado alemão na Segunda Guerra Mundial e internação de seus tripulantes na Argentina.....	247
A estratégia contrarrevolucionária do Exército Brasileiro sob Severino Sombra (1934-1935)	259
Infelizes Conexões: o mito da homogeneidade racial Argentina e o massacre de Buffalo nos EUA (2022).....	273
Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920)	282
SESSÃO SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	294
ST 01 — ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA DIGITAL: PARADIGMAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE BASE DO SÉCULO XXI e ST 07 — HISTÓRIA DIGITAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO PRODUZIR CONECTADO	295
Experiment@ História – Ensaio de publicização da História e seu ensino no Instagram ..	296
Construindo um Currículo Popular: Contribuições da Educação Popular para o Currículo do Pré-Universitário Popular Alternativa	305
Metodologias Ativas no ensino de História e a aprendizagem histórica de jovens estudantes de Santa Maria/RS	318
O APP Patrimônios de São Sepé: encontros entre História Local, tecnologia e História Pública.....	333
ST 02 — TRAJETÓRIAS, ESPAÇOS E CONEXÕES EM TEMPOS DE GLOBAL HISTORY.....	348
Aspectos da contracultura no Brasil e na Inglaterra por meio da trajetória de Gilberto Gil (1969-1976).....	349

Entre curandeiras e bruxas: práticas de feitiçaria e a subversão da ordem social na capitania do Grão-Pará (1763 -1773)	362
ST 3 — HISTÓRIA, RELIGIÃO E POLÍTICA	376
A Simbologia da Umbanda como Patrimônio Cultural	377
Museo del Patrimônio Regional de Rivera e as fontes históricas do político Ivo Leites Caggiani	392
Religiosidade judaica e registros matrimoniais: a narrativa memorialística de Philipppson como estímulo para a pesquisa documental	406
Padre Julio Meinvielle: a extrema-direita católica contra a Modernidade	420
Mulheres, religião e política no moderno espiritualismo americano	432
As direitas, os evangélicos e a crise da democracia no Brasil atual: um exercício de revisão bibliográfica	440
ST 4 — HISTÓRIA MILITAR, EXÉRCITO E SOCIEDADE: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS	455
Militares e o Estado Novo: A atuação das Forças Armadas durante a ditadura do Estado Novo	456
Os Boletins Regimentais das Unidades Militares Brasileiras como Fonte de Pesquisa Histórica: a experiência com os boletins regimentais do 25º Batalhão de Caçadores dos anos de 1918 a 1945	468
ST 5 — LUGARES DE MEMÓRIA E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO	478
Quarta Colônia: lugares de memória e patrimônio de São João do Polêsine-RS. Como demonstramos aos visitantes?	479
Construir para contribuir: uma visão da história oral como método para a memória, patrimônio, identidade e a tragédia da Boate Kiss envolvendo o <i>Dark Tourism</i>	491
O papel da alimentação na <i>Revista do Globo</i> (Rio Grande do Sul, 1929-1967)	499
O município de Ivorá em torno de Alberto Pasqualini para a construção de sua memória	514
Olhares sobre a <i>urbe</i> : Caso Cristiano Mascaro.....	529
O saber natural e a preservação do patrimônio imaterial: a importância das mulheres e das ervas	539

ST 8 — NATUREZA, ESPAÇO E FRONTEIRA: AS RELAÇÕES HUMANAS COM O AMBIENTE EM DIFERENTES ESPACIALIDADES 549

Eventos extremos e História Ambiental: o caso do ciclone extratropical em Rio Grande/RS (Julho de 2023) 550

A tendência contra-antropocêntrica nos estudos de teoria da história e o pensamento yanomami..... 565

Os sertões de José de Alencar na obra *O sertanejo* (1875)..... 574

A Geografia mete a colher na Literatura e o Espaço se reconfigura: relações humanas com o ambiente em “Guapear com frangos” 585

Um olhar interno: Percepção da natureza do Pampa no relato de Hemeterio José Velloso da Silveira 594

A natureza andina em *The Pampas and the Andes* (1868), de Nathaniel Holmes Bishop .604

ST 9 — HISTÓRIA SOCIAL DO CRIME, DA VIOLÊNCIA E DAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA E CONTROLE..... 616

Violência e honra nos meandros da presunção de crimes de estupro em Santa Maria/RS (1910-1939)..... 617

Repressão e perseguição: Uma análise sobre os periódicos jornalísticos do imediato pós-abolição em Pelotas-Rs (1888) 631

Crime, controle social e racialização no pós-abolição em Santa Maria: notas de pesquisa 639

Entre a sorte e o arbítrio: lazes, crimes e casuísmos legais no Rio Grande do Sul dos anos 1940..... 648

A justiça privada e a busca por legitimidade: duelos, imprensa e códigos cavaleirescos 663

A concepção de infância e as doutrinas no tempo (1927-1990) 673

A alimentação no sistema prisional brasileiro: um panorama histórico 685

“No teatro do crime, objectos, armas e cavalos ensilhados”: os conflitos por dívida e honra na Colônia alemã do Pinhal, Itaara-RS (1871-1893)..... 700

ST 10 — PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE E DA MEDICINA: ACERVOS, FONTES E PESQUISAS 715

Diferenças e Similaridades: Estudo Comparativo Sobre a “Saúde” e a “Doença” em Manuais de Medicina Popular Oitocentistas. 716

A Política Nacional do Idoso no Brasil e os Cuidados à Pessoa Idosa Pobre no Capitalismo	727
Alimento e saúde na <i>Revista da Semana</i> : a coluna Nossa Alimentação (1921-1925).....	736
ST 11 — PODERES E RESISTÊNCIAS NA ANTIGUIDADE: ENTRE A SUBALTERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE POLÍTICA.....	744
A tragédia grega encena e ensina a democracia: a experiência isonômica no teatro.....	745
Subalternidade ou reciprocidade dos jovens atenienses? Um olhar sobre a pederastia através do par mítico Posídon-Pélops (V AEC).....	760
Rito, corte e diplomacia nômade na <i>História</i> de Menandro Protetor (século VI)	773
As práticas homoeróticas e os debates morais no principado romano a partir de Marcial (século I d.C.).....	784
ST 12 — MEMÓRIA, TRABALHO E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	793
Brasil de 1964 a 1985: Discutindo Conceitos, Explanando Posições Teórico-Políticas	794
O BANRISUL na proposta da Frente Democrática para as eleições estaduais sul-rio-grandenses de 1954	807
Conceição Moreira: de Sindicalizada a Institucionalizada no Hospital São Pedro	815
“1964: Entre Armas e Livros” e as conexões do Revisionismo Ideológico com a academia: quando a historiografia é instrumento para o negacionismo	828
Imperialismo norte-americano, Educação e as ditaduras do Brasil e Chile.....	842
Um mosaico das memórias: as disputas pelo passado na Universidade Federal de Pelotas	857
A Escola de Belas Artes de Pelotas após o golpe militar de 1964: reverberações da ditadura no contexto do ensino da arte.....	866
Livros Didáticos de História de Ensino Fundamental e abordagens sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira antes e depois da CNV	880
<i>Burdening History</i> : As representações da ditadura nos livros didáticos do PNLD de 2021	889
ST 13 — FRONTEIRAS, CONFLITOS E ATORES ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XX	899

A Trajetória Política do Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro na Região de Fronteira Platina (1891-1939)	900
Imigração, Revolução e Federalismo: A Trajetória de Gaspar Silveira Martins	908
Uma análise sobre as trajetórias e atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé (1910-1924)	922
Efígies de santos e herois: notas sobre o cenário político sul-rio-grandense a partir da obra <i>O tempo e o vento</i> (1911-1915)	933
Entre viagens e fronteiras: uma breve discussão do conceito de fronteira em narrativas de viagem.....	947
Revolução Federalista em Santa Maria (1891-1896): o estado da arte	957
ST 14 — PESQUISAS E FONTES NA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO	965
<i>Arpilleras</i> : documentos políticos como fontes sociais do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Brasil	966
Gestão paternalista e conflitos laborais na cidade-empresa: o “tradicional” e o “moderno” nas relações de trabalho em Minas do Camaquã (1942-1996).....	980
Notas sobre a trajetória do militante libertário Reduzindo Colmenero, em Bagé-RS (1920-1946)	994
Debates acerca do trabalho doméstico na Pelotas atual	1005
Trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho no RS durante as décadas de 1940 e 1950: A luta pelo direito a ter direitos	1013
ST 16 — OUTRAS FACES DO PODER: RELIGIOSIDADES, CONTROLE SOCIAL E PRÁTICAS CULTURAIS ENTRE O MEDIEVO E A IDADE MODERNA	1025
Matando por Wotan: Usos do Odinismo e do Fascismo Esotérico no Neofascismo Ucrâniano	1026
As representações do corpo feminino na Inglaterra do século XVII	1039
“Um Espetáculo de Horror e de Devoção”: Possessões Coletivas em Conventos Ursulinos na França do Século XVII	1049
Júlio II e a prática de uma <i>vita activa</i> : as fronteiras entre a ambição mundana e as demandas da Igreja no início do século XVI	1058

ST 17 - CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS: RESSIGNIFICAÇÃO DE LUGARES PARA O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA PÚBLICA	1070
Lugares de Memória e Processos de Patrimonialização Gastronômica: origens étnico-culturais de Dona Francisca na Educação Infantil	1071
ST 18 — POLÍTICA E SOCIEDADE NO IMPÉRIO DO BRASIL - SÉCULO XIX .	1082
Quando “Minerva baixou do Olimpo”: o governo regencial, as reformas militares e a organização do Exército na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.....	1083
Guerra do Paraguai: usos do passado.....	1096
ST 19 — PROTAGONISMOS NEGROS NAS LUTAS EM PROL DA EMANCIPAÇÃO E NO PÓS-ABOLIÇÃO: AGÊNCIAS SOCIAIS E COLETIVAS EM PERSPECTIVA	1108
Espaço social e negritude: O <i>Clube Doze de Outubro</i> , entre memória, festas e representatividade	1109
Que modo de produção é esse? Pensando o pós-Abolição a partir da categoria gramsciana de subalternidade	1118
ST 20 — PENSAMENTO POLÍTICO, MÍDIAS E CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS: TEMAS, TEORIAS E MÉTODOS.....	1128
Biopolítica e poder disciplinar no Estado argentino nos fins do século XIX: uma análise através do <i>La Voz de La Mujer</i>	1129
A Política Externa Independente na Imprensa em Transição: o Brasil e os Não-Alinhados em <i>A Tribuna da Imprensa</i> e <i>Última Hora</i> (1961)	1139
Por trás da notícia: o elemento político por trás dos informes sobre a suposta Revolução Alemã de 1917 que teria ocorrido no sul do Brasil	1154
Menos Mises e Mais Losurdo: um debate ainda em aberto.....	1169
As raízes do pensamento Lulista no plano <i>Brasil sem Fome</i>	1183
Mídias sociais e cultura política: o uso de dispositivos virtuais na eleição e governo de Jair Bolsonaro no Brasil.....	1191
ST 21 — MIGRAÇÕES NA AMÉRICA LATINA	1204
A colonização particular nas proximidades de São Luiz Gonzaga (1890-1940).....	1205

A educação de imigrantes italianos e seus descendentes: análise do jornal <i>Gl'Italiani in San Paulo</i> (1888-1889).....	1218
ST 22 — INTERSECÇÕES NA HISTÓRIA SOCIAL: DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO, COR E CLASSE	1233
Dividir a mesa em alto mar: <i>matelotage</i> e fraternidades masculinas na pirataria clássica (Atlântico norte- século XVIII)	1234
ST 23 — HISTÓRIA DO LAZER, DO ENTRETENIMENTO E DO ESPORTE	1243
Contos de fadas: o estudo das representações morais, sociais e culturais da Europa durante a Idade Moderna (XVII – XVIII)	1244
“Canta que sai gol!”: A tradição oral em busca de um pertencimento platino nas <i>barras gaúchas</i>	1258
Diálogos entre lazer e fronteira no espaço platino do século XIX	1267
Estereótipos raciais nas animações estadunidenses e as Leis Jim Crow (1932-1941)	1276
A relação entre a imprensa e o turfe em Recife: a difusão de um mundo moderno e civilizado através das corridas de cavalo no fim do século XIX.....	1291

TRABALHOS COMPLETOS

SESSÃO NOVOS(AS) PESQUISADORES(AS)

Histórias do futebol feminino: uma iniciativa de História Pública

FINGER, Maria Eduarda
Graduanda em História (UFSM)
mariaeduardafinger19@gmail.com

FAVARON, Yasmin Vieira
Graduanda em História (UFSM)
yafavaron@gmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar a produção de uma iniciativa de história pública realizada na rádio da Universidade Federal de Santa Maria a respeito do futebol de mulheres, em alusão às comemorações da Copa do Mundo de Futebol Feminino ocorrida em 2023 na Austrália e na Nova Zelândia. Foram produzidas pílulas radiofônicas com média de um minuto para serem transmitidas durante os intervalos da programação da rádio UniFM no decorrer das semanas que antecederam o torneio bem como durante o campeonato. A prática foi proposta a partir do viés da história pública, partindo do entendimento de Jill Liddington (2011) sobre o conceito. Objetivou-se com esse trabalho estimular a valorização da prática do futebol por mulheres, bem como dar visibilidade à modalidade, além de ajudar no combate a cultura e a visões machistas que pesam sobre o esporte. Desse modo, para a produção das pílulas radiofônicas, foram escolhidas temáticas a respeito das diferenças gritantes entre a prática do esporte por homens e mulheres, também foram selecionadas histórias de trajetórias marcantes na modalidade, como é o caso das atletas Sissi e Formiga. Essa prática se mostrou extremamente enriquecedora para a formação docente dos alunos envolvidos, exercitando a transposição didática e fazendo pensar em outras possibilidades de atuação dos futuros historiadores.

Palavras-chave: História Pública; Rádio; Futebol Feminino.

Sabemos que o currículo escolar privilegia em seus conteúdos a cultura hegemônica, patriarcal e branca. Assim, a educação formal, nos moldes clássicos, tem se mostrado insuficiente para combater as desigualdades e disparidades sociais cada vez mais evidentes em nossa sociedade. Do mesmo modo, sabemos que o processo de aprendizado não se limita a uma situação ou a um ambiente específico. Os meios de comunicação podem e devem desempenhar também papel educativo.

A partir disso, propomos uma iniciativa de História Pública, realizada na rádio UniFM, vinculada à UFSM, de uma retomada de capítulos da história do futebol de mulheres, através de pílulas radiofônicas, partindo do entendimento de História Pública de Jill Liddington (2011), que define a prática como a apresentação do passado para audiências diversas. Com isso, o nosso objetivo foi propiciar um espaço de visibilidade e valorização do futebol de mulheres, bem como de combater a cultura machista intrínseca ao esporte.

Nosso trabalho surgiu a partir de debates realizados na disciplina de história do lazer, do esporte e do entretenimento. Estimulados por nosso professor a fazer história pública e a contribuir na visibilidade do futebol feminino, decidimos fazer pílulas radiofônicas sobre a

modalidade para serem transmitidas ao longo da programação da rádio da universidade ao longo da Copa do Mundo.

Em um grupo de discentes, selecionamos algumas temáticas dentro do futebol de mulheres que consideramos como importantes para que pessoas que não fossem familiarizadas com a modalidade pudessem entender algumas trajetórias, tanto de personagens quanto das competições; foram também selecionadas temáticas que buscavam a comparação entre o futebol masculino e feminino, visando deixar claro para a audiência as desigualdades gritantes entre as modalidades. Cada discente ficou responsável por pesquisar e elaborar roteiros com linguagem adaptada para a rádio e a partir disso foram produzidas pílulas radiofônicas com média de um minuto. Ao todo, foram produzidas e gravadas quatorze narrativas, que foram transmitidas pela UniFM ao longo da programação durante o período da Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino, que se deu de 20 de julho a 20 de agosto de 2023.

O presente trabalho, além de uma iniciativa de história pública, é também uma prática de ensino em um local de educação não-formal - a rádio. Dessa forma, o trabalho se justifica por sua importância social, tendo em vista a relevância de práticas educacionais em locais não-formais de educação e a temática abordada: o futebol de mulheres; justifica-se, além disso, por sua relevância acadêmica, uma vez que o campo de estudos acadêmicos sobre o futebol de mulheres ainda encontra-se em formação; e, por fim, por sua importância para nós, discentes, que o desenvolvemos, uma vez que durante a graduação não somos confrontados com muitas oportunidades de aprendermos a trabalhar o conteúdo histórico em ambientes não escolares e/ou acadêmicos. Mas, por que falar sobre o futebol de mulheres?

O futebol de mulheres sofre um apagamento tanto na sociedade quanto no meio acadêmico. Segundo Salvini, Ferreira e Júnior (2014), que mapearam os trabalhos sobre o futebol feminino de 1990 até 2010, foram identificados 25 grupos de pesquisa que trabalharam com futebol, e dentro de todos esses grupos, o futebol feminino não apareceu. Essa ausência de grupos de pesquisa que tenham como foco exclusivo ou parcial o futebol de mulheres era um retrato de como este objeto de estudo era visto como pouco importante ou relevante até o ano de 2010.

Por mais que esse cenário já tenha se alterado desde então, ao comparar os campos de estudos, os trabalhos realizados e a divulgação de trabalhos acadêmicos sobre o futebol feminino e o futebol masculino, é possível perceber que ainda existe muito a ser pesquisado sobre o futebol de mulheres. Em uma visita ao Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a palavra “futebol” para a área de história, foram encontrados apenas 8 trabalhos que tem como foco o futebol de mulheres

dentre um total de 139 trabalhos; o que deixa claro a disparidade na historiografia do futebol a partir do momento em que o recorte de gênero é empregado. Portanto, pode-se concluir que é necessário que cada vez mais pesquisas acerca do futebol de mulheres sejam realizadas, e que essas pesquisas - tanto as já existentes quanto as que ainda vão ser realizadas - sejam divulgadas, a fim de cada vez mais aumentar a visibilidade e a importância tanto da modalidade quanto de trabalhos acadêmicos acerca da mesma.

Justamente a fim de divulgar trabalhos acadêmicos realizados acerca do futebol feminino, partindo do entendimento de História Pública de Jill Liddington (2011), que define a prática como apresentação do passado para audiências diversas, nosso trabalho visou apresentar para os ouvintes da rádio UniFm diversas histórias sobre o futebol feminino e sobre as atletas que não são plenamente divulgadas em outros espaços, como nas próprias transmissões do esporte ou em programas esportivos.

A História Pública também é feita a partir de assuntos que estão em evidência no momento e que dialogam com as demandas da sociedade: “História Pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões” (Rabelo e Roval, 2011). Tendo em vista essa atenção por parte da História Pública às mudanças e tensões dos processos sociais, o futebol de mulheres se torna então um tópico ainda mais interessante para discussões mediadas pela História Pública. Afinal, como apontou Fernanda Ribeiro Haag, o interesse do grande público no futebol de mulheres vem crescendo desde 2019:

Parece ser um consenso entre os atores envolvidos com o futebol de mulheres que o crescimento ocorrido a partir de 2019 é bastante significativo e abrange todas as esferas (atletas, clubes, federações, investidores, Estados, outros profissionais, gestores e dirigentes, meios de comunicação). Por exemplo, o relatório de transferências da FIFA de 2021 afirma categoricamente que o futebol de mulheres cresce cada vez mais e que há uma clara tendência contínua de crescimento do jogo delas.

Para nos atermos ao caso nacional é importante destacar exemplos dessa profissionalização: ocupação de cargos de gestão na CBF por mulheres, como Aline Pellegrino e Eduarda Luizelli; treinadoras mulheres no comando das Seleções Brasileiras, Simone Jatobá (sub-17) e Pia Sundhage (principal); equiparação das diárias e premiação para homens e mulheres na Seleção Brasileira pagas pela CBF; criação de mais divisões nos campeonatos nacionais (séries A1, A2 e A3), organização de campeonatos de categoria de base (Sub-18, Sub-16 e Sub-14); crescimento efetivo da audiência e do público nos estádios para acompanhar os jogos, maior cobertura esportiva, inclusive, na televisão aberta, por conseguinte, aumento dos investimentos e patrocinadores, o que afeta os contratos e os valores de transferência das jogadoras (Haag, 2023, p. 61-62).

Outro exemplo disso são os números alcançados pelas transmissões dos jogos da Copa do Mundo de 2023 na CazéTV, um canal no *YouTube* com transmissão na *Twitch*, com especialidade em eventos esportivos. Durante o jogo do Brasil contra o Panamá, apenas na

CazéTV, havia mais de um milhão de aparelhos simultâneos conectados à transmissão, sendo que o jogo em questão também estava sendo transmitido ao vivo na Rede Globo.

Dessa forma, faz-se necessário que a História Pública se aproprie desta temática que está em evidência, promovendo discussões sobre o tema, a fim também de combater auxiliar no combate a cultura machista intrínseca no esporte e na sociedade. Afinal, durante esta mesma transmissão da Copa do Mundo na Cazé TV, no primeiro jogo do torneio entre Nova Zelândia e Noruega, o canal do *YouTube* teve o *chat* desativado devido ao grande número de comentários preconceituosos, com frases como “vai lavar uma louça”, e comentários pejorativos sobre a aparência das jogadoras. Ou seja, é possível perceber que mesmo que a modalidade esteja se popularizando e se profissionalizando, o caminho a ser percorrido dentro e fora dos campos ainda é grande; e a História Pública deve servir às demandas da sociedade, sendo o combate à cultura machista na sociedade e no esporte uma delas. Afinal, a situação do futebol de mulheres no campo acadêmico durante os anos nada mais é que o retrato de como a modalidade em si foi e é tratada pela sociedade durante a história.

Por fim, ao realizar essa prática, nós, discentes dos cursos de História Licenciatura e Bacharelado da UFSM, tivemos uma oportunidade não muito recorrente de produzir conhecimento histórico voltado a ambientes de educação não-formal, nesse caso, a rádio; quanto de realizar uma prática de história pública no campo da História do futebol feminino.

No que diz respeito a ser uma prática de ensino não-formal, é compreendida dessa forma pois não é uma atividade educativa realizada em sala de aula, mas sim na rádio, um espaço não tradicional de educação. Partindo da definição de espaço de educação não-formal de Gohn (2006), que aponta: "a educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: [...] a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica.". Por isso, nossa escolha pela rádio, por seu potencial de ser um espaço de educação não-formal que atinge públicos diversos em grandes quantidades. Além disso, Gohn (2006) ainda aponta que entre os objetivos da educação não-formal estão a educação para a cidadania, a educação contra a discriminação, e a educação para a igualdade, o que conversa muito os objetivos de nossa prática.

Tendo em vista o que discutimos acima, os nossos principais objetivos com este trabalho são três: propiciar um espaço de visibilidade e valorização do futebol de mulheres, tanto no âmbito social, quanto no âmbito acadêmico, divulgando estes trabalhos a partir de uma iniciativa de História Pública; auxiliar no combate a cultura machista intrínseca ao esporte e a

sociedade, utilizando o potencial da rádio como espaço de educação-não formal; e, apresentar para os ouvintes da rádio UniFm diversas histórias sobre o futebol feminino e sobre as atletas, histórias essas que não são plenamente divulgadas em outros espaços, como nas próprias transmissões da modalidade ou em programas esportivos.

É a partir dessas considerações que propusemos essa iniciativa de História Pública na rádio UniFM. Nossa prática foi motivada pelas discussões realizadas em uma disciplina optativa da graduação, sobre a História do lazer, do esporte e do entretenimento. Orientados por nosso professor, em um grupo de 8 discentes, selecionamos algumas temáticas que consideramos importantes sobre o futebol feminino; tanto para o entendimento de trajetórias marcantes na história da modalidade, bem como para o entendimento de algumas disparidades que são gritantes entre a prática por homens e mulheres.

Inicialmente foram escolhidas 25 temáticas para serem abordadas nas pílulas radiofônicas, após apresentada a proposta para a rádio, atendendo a demanda deles, os temas foram filtrados e o número foi reduzido para 14. Os assuntos abordados foram:

- Breve histórico da Copa do Mundo de futebol feminino;
- Breve histórico do futebol feminino no Brasil;
- Lei de proibição do futebol feminino;
- Futebol no circo;
- Seleção Brasileira nas Olimpíadas;
- Países em que o futebol feminino é mais popular;
- Futebol feminino nos Estados Unidos;
- Histórico do futebol feminino nos países sede da copa desse ano (Nova Zelândia e Austrália);
- Direitos televisivos e de transmissão da copa do mundo de futebol feminino;
- Trajetória da arbitra Léa Campos;
- Trajetória da Jogadora Formiga;
- História de Pia Sundhage;
- Quem é Marta?;
- Pioneirismo de Sissi.

Após selecionadas as temáticas, elas foram divididas entre os alunos, que a partir disso, realizaram as pesquisas bibliográficas e as leituras necessárias para a construção dos roteiros; estes foram construídos individualmente e quando prontos, socializados ao grupo para

correções e melhorias. Eles passaram por um procedimento metodológico de adaptação da escrita para a linguagem radiofônica, que segundo Correa e de Almeida (2020, p.74), baseando-se em manuais de rádio, “deve simplificar e diminuir ao máximo a utilização de palavras, optando pelas mais fáceis e acessíveis ao grande público”, o que para nós se mostrou o maior desafio. Após esse processo, esses roteiros foram encaminhados para a diretora de produção da rádio para novamente serem revisados e corrigidos.

Só após esse processo de escrita, reescrita e adaptação, eles ficaram prontos para serem gravados. Mas antes disso, foi necessário escolher quais sons ambientaram nossas produções, afinal, segundo Ferraretto (2000, p.26), para além da narração,

A linguagem radiofônica engloba o uso da voz humana, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio, que atuam isoladamente ou combinados entre si de diversas formas. Cada um destes elementos contribui, com características próprias, para o todo da mensagem. Os três últimos trabalham em grande parte o inconsciente do ouvinte, enquanto o discurso oral visa ao consciente (Ferraretto, 2000, p. 26).

São os efeitos sonoros, a trilha musical, os ruídos, que ajudam a compor a mensagem na linguagem radiofônica, alimentando a fantasia e a imaginação através dos sons. Desse modo, em conjunto selecionamos sons de apito e chute de bola para a abertura, e um efeito para o fundo da narração. Dividimos, então, os roteiros novamente e as pílulas foram gravadas por nós mesmos no estúdio da rádio, utilizando somente vozes femininas, a fim de dar protagonismo às mulheres em relação ao esporte. Após a gravação, a rádio ficou responsável pela edição dos áudios que ficaram com a média de 1 minuto cada, seguindo a proposta de pílulas radiofônicas/spots, que são gravações curtas. Nossas produções foram veiculadas nos intervalos dos programas, nas semanas que antecederam a Copa do Mundo de Futebol Feminino e durante o campeonato.

Considerações finais

A cultura machista e patriarcal é hegemônica tanto no esporte quanto em outros âmbitos da sociedade, e sabemos que não é possível combatê-la sem um trabalho coletivo e duradouro. Porém, esperamos que ao efetuar essa prática, estejamos incentivando que outras iniciativas sejam realizadas; que tenham como objetivo colocar a trajetória de mulheres em evidência, apresentando para a sociedade suas histórias e sua importância para as áreas que representam.

Com este trabalho, esperamos ter contribuído tanto para o auxílio ao combate a cultura machista intrínseca ao esporte e a sociedade; como para o aumento do número de trabalhos acadêmicos e de História Pública acerca do futebol de mulheres, a fim de que este torne-se cada vez mais um tópico de debate em espaços acadêmicos e não acadêmicos. Ao apresentar

trajetórias de atletas e competições do futebol de mulheres aos ouvintes da rádio UniFm, divulgamos histórias que não são contadas, nem mesmo em espaços voltados a discussões sobre futebol, como programas esportivos e nas próprias transmissões da modalidade. Esperamos que, através desta iniciativa, auxiliemos o movimento já em curso: o aumento da visibilidade e da profissionalização do futebol de mulheres, incentivando a sua valorização.

Por fim, é necessário pontuarmos que a realização dessa prática de História Pública em um local de ensino não-formal foi muito gratificante para nós, discentes dos cursos de licenciatura e bacharelado em História na UFSM. Durante a graduação, não temos muitas oportunidades de desenvolvermos práticas que tenham como objetivo comunicar-se com a sociedade não acadêmica; descobrimos, durante esta vivência, que a construção do conhecimento para alcançar este objetivo, é muito diferente da forma que aprendemos a nos comunicar dentro da academia. Portanto, com essa iniciativa, tivemos a oportunidade de aprender a transmitir o conhecimento histórico de uma maneira menos academicista, mas ainda assim científica.

Tivemos também a oportunidade de trabalhar em uma rádio — o que configura um espaço de educação não formal. Durante a graduação, temos uma disciplina voltada ao estágio em locais de educação não-formal, mas essa prática realizada durante a Copa do Mundo nos deu a oportunidade de aprendermos ainda mais a manejar a produção científica e a transposição didática para espaços não-formais de educação.

Dessa forma, acreditamos que a experiência de realizar essa prática, que é ao mesmo tempo História Pública e ensino em local não-formal, foi muito enriquecedora para nós, discentes. Esperamos, por fim, que junto ao nosso processo de aprendizado, tenhamos podido contribuir com o debate acerca de demandas sociais sobre não só o futebol de mulheres, mas o protagonismo de mulheres em suas respectivas áreas, contribuindo para a desconstrução da cultura machista e patriarcal na sociedade.

Referências

CORREA, Luiz Otávio; DE ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Rádio e ensino de história: Práticas de história pública com audiografias coletivas. In: HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **História Pública e ensino de História**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 69-89.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2a ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. Educação Não Formal, Participação da Sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 14,

n. 50, p. 27-38, jan. 2006.

HAAG, Fernanda Ribeiro. **“O futebol não foi profissional comigo, mas eu fui com ele”**: o futebol como trabalho para as mulheres no Brasil (1983-2023). São Paulo, 2023.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabelo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

RABELO, Juniele. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. Letra e voz, São Paulo, 2011.

SALVINI, Leila; FERREIRA, Ana Letícia Padeski; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O futebol feminino no campo acadêmico brasileiro: mapeamento de teses e dissertações (1990-2010). **Pensar a prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, p. 1-14, out./dez. 2014.

O Cinema como fonte para a História: Uma análise de “La Hora de los Hornos” e sua denúncia ao neocolonialismo na Argentina

JUNGES, Flávia Theis

Graduada em História Licenciatura (UFSM)

flavia.junges@acad.ufsm.br

Resumo: A emergência do *Nuevo Cine Latino-americano* nasce com o intuito de transformar o cinema para além da especulação comercial em torno dele por meio de experimentações. Paralelamente ao seu surgimento, podemos ver também o despontar do autoritarismo na América Latina e no tocante a este trabalho, na Argentina. O *Nuevo Cine* passa a ser então uma ferramenta de manifestação de forma que leve em consideração as questões sociais do próprio país. No caso trabalhado especificamente aqui, o *Cine Liberación* e suas obras fazem parte de uma oposição ao autoritarismo e a ditadura argentina (golpe militar de 1966-1973), onde fazem uma crítica em suas obras ao neocolonialismo cultural que seu país vem sofrendo. A proposta aqui é uma análise de uma parte do filme “La Hora de los Hornos” (1968) de Fernando Solanas e Octavio Getino, dois dos mais importantes membros do grupo *Cine Liberación*. A obra tem a duração de 4 horas e 20 minutos, sendo dividida em três partes: *Neocolonialismo y violencia*, *Acto para la liberación* e *Violencia y liberación*. O destaque deste trabalho se dá à primeira parte da obra, que tem a duração de 85 minutos e busca as bases da dependência colonial e seus mecanismos de manutenção em seu presente. A análise a ser desenvolvida é originada de um questionamento de que se é possível o historiador se apropriar de elementos caros à análise crítica do cinema, como a decomposição feita por referências da área do cinema. Pois a finalidade desejada é de que possamos fazer uma análise histórica buscando a compreensão para além da superficialidade, relacionando com o contexto da obra cinematográfica através da combinação entre a sua construção e uma “leitura cinematográfica do passado” proposta por Marc Ferro. Assim pretendemos obter um vislumbre uma outra leitura do passado a partir de sua própria visão, trazer à tona marcas que a própria sociedade havia deixado de lado. A observação de “La Hora de los Hornos”, contribui para acessarmos o descontentamento, de setores da população, da dominação que a Argentina sofre do estrangeiro – apontando o passado de dominação e o presente, sendo agora os Estados Unidos exerce uma influência cultural dominante.

Palavras-chave: Cinema argentino; *Cine Liberación*; Neocolonialismo.

Introdução

A emergência do *Nuevo Cine Latinoamericano* nasce com o intuito de transformar o cinema para além da especulação comercial em torno dele por meio de experimentações. Mas junto ao seu surgimento podemos ver também o despontar do autoritarismo na América Latina e no tocante a este trabalho, na Argentina. O *Nuevo Cine* passa a ser então uma ferramenta de se manifestar de uma forma que leve em consideração as questões sociais do próprio país, no caso trabalhado especificamente aqui, o *Cine Liberación* e suas obras como uma oposição ao autoritarismo e a ditadura argentina (golpe militar de 1966-1973). A proposta aqui é uma análise de uma parte do filme “La Hora de los Hornos” (1968) de Fernando Solanas e Octavio Getino, dois dos mais importantes membros do grupo *Cine Liberación*. A obra tem a duração de 4 horas

e 20 minutos, sendo dividida em três partes: *Neocolonialismo y violencia*, *Acto para la liberación* e *Violencia y liberación*. O destaque deste trabalho se dá à primeira parte da obra, que tem a duração de 85 minutos e busca as bases da dependência colonial e seus mecanismos de manutenção em seu presente (Lima, 2008). A análise a ser desenvolvida é originada de um questionamento de que se é possível a partir de uma obra cinematográfica, trazendo à luz a intercalação de conceitos caros à análise crítica do cinema que ao ser combinada com a análise histórica poderemos conhecer o seu contexto de uma maneira para além da superfície. O processo de desenvolvimento e construção da interrogação do que a fonte pode nos falar neste trabalho perpassa a obtenção de referenciais que possam ser aplicados ao tipo de material escolhido, no caso em questão aqui um material audiovisual – mais especificamente uma obra cinematográfica – sendo necessário então a busca por conceitos de como analisar o tipo de material, juntamente com leituras que demonstrem qual o contexto em que o filme foi produzido, tanto para compreender o marco político quanto cinematográfico que dão base ao movimento de filmagem de “La Hora de los Hornos”. Após o processo de leitura a priori, passamos então para a análise da fonte em si já munidos do que foi considerado adequado de acordo com as perguntas formuladas primariamente.

Trilha para observar o filme: o caminho da pesquisa

Para que se possa observar o que foi proposto, é necessário estabelecer bases para esta interpretação, partindo do ponto de que a fonte utilizada não é um documento escrito, mas sim uma obra cinematográfica. Assim, é importante visualizá-lo como um material audiovisual levando em conta a necessidade de articular seus códigos internos de funcionamento com as representações de realidades sociais ou históricas nele contidos (Napolitano, 2008).

Partindo de Manuela Penafria (2009), analisar um filme é decompô-lo. Segundo a autora esse processo é feito em duas etapas: decompor (descrever) e compreender as relações entre os elementos que foram decompostos (interpretar). Essas etapas são utilizadas para a crítica de cinema, mas são interessantes ao tratamento da fonte escolhida para uma análise de quais são os elementos presentes no filme, como e por que são moldados de determinada forma.

Para a interpretação, Penafria (2009) divide em quatro categorias de análise, das quais duas me parecem relevantes de utilizar: a análise de conteúdo e a análise poética. A primeira delas observa o filme pelo conteúdo compreendendo qual tema ele tem; já a segunda, trata da observação de quais elementos que geram efeitos – essa análise traz algumas vertentes possíveis, mas será trabalhada apenas uma: como esses efeitos do ponto de vista da estética geram sensação ou sentido.

Na fase da interpretação é possível haver um encontro entre o olhar do cinema com o da pesquisa histórica, ter um vislumbre de um determinado contexto a partir da análise proposta pela cinematografia.

Seguindo nesse ponto, podemos compreender a construção das representações imaginadas do mundo através da lente da câmera (Nigra, 2015). Segundo Marc Ferro (1992) a produção de um filme é ligada a sociedade que o fez e que o recebeu – o cinema pode tornar-se mais ativo em uma tomada de consciência social. Para se observar o contexto dessa sociedade através da ótica audiovisual, Ferro indica dois eixos a serem explorados: a “leitura histórica do filme” que consiste em uma possível observação de zonas ainda não exploradas do passado através dessa investigação, e a “leitura cinematográfica do passado” que partindo no mesmo viés da anterior, permite o historiador vislumbrar uma outra leitura do passado a partir de sua própria visão, trazer a tona marcas que a própria sociedade havia deixado de lado.

Outro ponto imprescindível a esta obra está no conceito de “imperialismo cultural” trazido por Monica Lima (2008), o qual busca compreender no ponto central da dominação fruto do neocolonialismo a cultura; a autora ainda destaca que as manifestações artísticas passam a ter um papel fundamental na defesa da autonomia nacional.

O filme e seu contexto: o *Cine Liberación*

Tratando do meio em que foi desenvolvida a obra cinematográfica “La Hora de los Hornos”, é de suma importância observar o fenômeno de surgimento do *Nuevo Cine Latinoamericano* que influencia diversos países na América Latina, dentre eles a Argentina em que está situado o objeto de análise.

Para compreender onde se insere a obra analisada, é de suma importância pensar como se deu o desenvolvimento do cinema na Argentina. Partindo de Daniel Caetano (2018), pode-se reconstituir a partir das décadas de 1930-1940 a trajetória da sétima arte no país analisado, sendo esse o contexto de mudanças significativas com a introdução sonora às obras cinematográficas. Seguindo nessa linha do tempo, a década de 1950 apresenta um declínio na produção nacional da Argentina, o que na próxima década abre caminho para desenvolver mais mudanças. A geração que se desenvolve em 1960 é caracterizada como “geração cinemanovista” pois vai beber nas novas ideias do cinema moderno, ressignificando então suas produções. Essa geração de 60 sofreu com o fim do apoio estatal em 1966, a partir daí surgiram “movimentos de renovação”: Grupo *Cine de la Base*, Grupo *Cine Liberación* e o Grupo dos Cinco. Segundo Agustín Campero (2009), esses dois primeiros grupos mencionados tem um caráter militante enquanto classifica o último como contemporâneo a eles. O contexto em que

estão inseridos e a luta comum pela defesa de sua arte faz com que ao estudarmos um desses grupos tenhamos de passar pelos outros também, pois não há como deixá-los completamente isolados de seu contexto.

A autora Monica Lima (2008) destaca a combinação ocorrida na Argentina da radicalização de autores e lideranças políticas marxistas junto a uma retomada do movimento peronista. Tendo esses fatores em mente, podemos observar como está posicionado ideologicamente o Grupo *Cine Liberación*, ao qual pertence essa película, emergido em um contexto em que a Argentina passa por instabilidades democráticas. Esse grupo de cineastas mescla esses elementos, trazendo também em suas produções a defesa pela revolução, vendo a rebelião como a forma do povo recuperar o controle sobre sua própria existência.

Segundo Monica Lima (2008) há o desenvolvimento de um manifesto com uma conceptualização do cinema em três categorias: os de grandes estúdios, os de “arte” e os que teriam a preocupação com a transformação social latino-americana. O *Cine Liberación* buscou o desenvolvimento do terceiro ponto, tendo justamente o filme “La Hora de los Hornos” (1968) como a significação de uma nova forma de se fazer cinema.

Observando “La Hora de los Hornos”: trechos a se observar

Começaremos esta análise elucidando a fonte escolhida, descrevendo-a para que se possa interpretá-la a partir dos conceitos mobilizados. A fonte escolhida, como já foi mencionado é o filme “La Hora de los Hornos” (1968) de Fernando Solanas e Octavio Getino – Tendo três partes, a analisada é a primeira: *Neocolonialismo y violencia*.

A construção da obra se dá com a utilização de filmagens de diversas temáticas, como indústria, campo, fome, festas e entre outras, intercalado com frases com o teor que a cena quer passar. Os primeiros momentos já se desenvolvem com uma intercalação entre cenas que mostram a repressão às manifestações com frases que indicam o caráter militante da produção: o incentivo à revolução. O trecho analisado em questão se divide em treze partes¹: “la história”, “el país”, “la violencia cotidiana”, “la ciudad puerto”, “la oligarquia”, “el sistema”, “la violencia politica”, “la dependencia”, “la violencia cultural”, “los modelos”, “la guerra ideológica” e “la opción”.

Em “la historia” temos um panorama de como o país se rendeu ao neocolonialismo, trazendo o argumento de como as classes dominantes traem o povo desde a independência até

¹ Das treze partes citadas, só será possível desenvolver doze delas pois no material analisado não foi possível encontrar a oitava, nem em outro material por fora.

os dias atuais em que foi filmado – é apresentado como o neocolonialismo fragmentou a unidade da América.

Em “el país” há um panorama de como é a Argentina na década de 60, mas feita de uma forma a mostrar que a industrialização não é vista como algo positivo, pois é fruto do neocolonialismo. Para os cineastas, o país é construído de “ouro inglês”, “braço italiano” e “livro francês”. O próximo ponto, “la violencia cotidiana” traz uma denúncia social de como a população sofre uma violência sistemática fruto de uma dominação política, econômica e cultural – traz à tona a realidade de uma parte da população que é enfrentada: a fome, o desemprego e a carência de terras produtíveis a essa população necessitada por causa dos latifúndios.

O retratado em “la ciudad puerto” é que Buenos Aires, o epicentro dessa dominação estrangeira, é tida como “uma cidade branca na América não branca”, uma cidade que vive de ilusões, apêndice das grandes metrópoles. Seguindo a mesma linha, “la oligarquia” mostra ao espectador quem são os poucos que têm muito, como a burguesia industrial desfruta enquanto a realidade de outros é a miséria.

“El sistema” traz a luz o fato do inimigo estar disfarçado como nacional, onde as políticas internas favorecem a entrada e permanência do externo, se apropriam de sua linguagem, sua nacionalidade e sua política de uma forma a manter um sistema corrupto e corrompido de sua consciência nacional. Trecho que vale a pena ser destacado é uma cena que está completamente em inglês, sem nenhuma legenda – evidenciando a dominação cultural externa.

“La violencia política” mostra que o sistema é corrupto e não há como modificá-lo pelas vias legais, o que reforça o caráter de militância por uma revolução. O trecho “la dependencia” traça um histórico de como o país sempre esteve em dependência em relação a outro, passando os anos e só muda a qual tem essa dependência – que é causada pelos monopólios estrangeiros juntamente a aliados nativos. Em “la violencia cultural” observamos a denúncia do analfabetismo existente longe da grande capital e pela noção de “colonização pedagógica” que Solanos e Getino trazem, mostrando como observam nesse período o povo argentino é conduzido a não compreender e muito menos questionar a sua posição de colonizados, enquanto passam por um processo que os impele a consumir o que é estrangeiro, segundo o filme “se ensina a pensar em inglês”.

“Los modelos” é uma crítica a como o país está mergulhado nos modelos europeus, levantando um ponto que isso convence o povo de sua inferioridade – há a utilização de imagens da cultura antiga para reforçar o argumento. “La guerra ideológica” retrata a tentativa de

despolitizar o povo, este é colocado à margem da lei – os meios de difusão de massa se espalham pela América, o consumo se dá em torno do estrangeiro, “se ensina a pensar em inglês”.

Em “la opción” temos o claro desfecho aos problemas apresentados: a rebelião como forma de recuperar a sua existência. A construção imagética se dá em torno de voltar à população mais carente e terminar a incitação à revolução com a imagem de Ernesto Che Guevara, sua imagem fica por uns três minutos reforçando a ideia de “liberación” – diversas vezes apresentada nesse trecho do filme.

Tendo feito essa decomposição do filme, podemos perceber nele uma construção de sentido em torno de elucidar como estava a sociedade argentina na década de 60 do século XX. Os autores dessa obra trazem a preocupação em mostrar o que a decisão na capital traz para as regiões menos favorecidas do país, neste caso foi possível sair do que era dominante na política, passar pelo filme e chegar a uma encruzilhada de dois contextos diferentes para um mesmo país em uma determinada época através do movimento de reafirmação nacional – é possível pensar no que é genuinamente manifestação do povo argentino e o que é introduzido com demasiada naturalização de um estrangeiro dominante.

O que “La hora de los Hornos” nos permite visualizar da sociedade argentina nesse período, que por outras fontes talvez fosse inacessível, é a enorme miséria que o povo foi submetido – a exploração destes para que a capital e os estrangeiros enriquecessem. A visão que podemos ter desse período é algo que talvez a própria população dominada pelo “imperialismo cultural” não perceba o quão nocivo este pode ser a alguns setores da sociedade. Um trabalho cinematográfico, de orientação a aclarar os companheiros para a necessidade de libertar o povo do estrago que o neocolonialismo faz em seu país, seu povo, sua cultura serve para nós analisarmos o comportamento da sociedade argentina no período em questão – não vendo-a apenas como uma, mas sim com suas múltiplas fases, pois enquanto uns são beneficiados pela entrada de recursos externos outros morrem.

Considerações

O cruzamento de diversos modos de análise, assim como de visões diferentes sobre um mesmo fenômeno histórico pode permitir o historiador traçar uma linha que conecte a política, a cultura, a economia, o social e a militância, observando que todos esses pontos partem e chegam a um mesmo lugar: a ação dos homens sobre um determinado tempo e em um determinado lugar. Temos “La Hora de los Hornos” como uma obra cinematográfica produzida pensando em seu contexto de violação da nacionalidade argentina e o quanto ela influenciava essa realidade social de enorme distanciamento entre ricos e pobres, e que nos é cara aos dias

atuais para que possamos fazer esse processo de pensar uma realidade por diversos aspectos. Portanto, podemos concluir que este filme carrega consigo a possibilidade de nos mostrar o seu contexto de produção e ainda indo além, que a liberdade de criação das telas e o seu modo próprio não ofuscam os fatos históricos presentes nele, sendo ao contrário, abrindo novos horizontes a serem pensados, como por exemplo o “imperialismo cultural” presente tão intrinsecamente em uma sociedade que deve ser cuidadosamente analisado – quais os alcances ele tem na ampliação das desigualdades sociais. Já se pensaram trabalhos nesse porte, mas devemos sempre complementar e trazer à tona a intersecção entre mídia e história, assim, ao desmembrar um filme podemos abrir caminhos para futuras pesquisas que deem enfoque em aspectos que talvez a nós não fosse tão claro.

Referências

Fonte

La Hora de los Hornos. Direção: Fernando Solanos, Octavio Getino. Produção: Fernando Solanos, Edgardo Pallero. Argentina: 1968. Acesso Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=z2HRWWyQ-kY> Acesso em: 31/10/2022.

Bibliográficas

CAETANO, Daniel Pecego Vieira. Cartografias das imagens: estudos sobre a produção experimental dos cinemas argentino e brasileiro. **ALEA**, Rio de Janeiro, vol. 20/2, p. 196-210, mai-ago. 2018.

CAMPERO, Ricardo Agustín. **Nuevo Cine Argentino**: de Rapado a Historias extraordinarias. 1a ed., Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Editora Paz e Terra. 1992.

LIMA, Monica Cristina Araujo; Cinema e Revolução na Argentina: Grupo Cine Liberación (1966 – 1971). **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Vitória, 2008.

NAPOLITANO, Marcos; Fontes audiovisuais. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 235-289.

NIGRA, Fabio Gabriel. O cinema histórico de Hollywood como ação hegemônica. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 22, p. 375-405, 2015.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s). **VI Congresso SOPCOM**, Abril de 2009.

Maquiavel e seus discursos republicanos: um vislumbre sobre experiências na história do tempo presente

PASA, Vinícius Pereira dos Santos
História Licenciatura (UFSM)
vinippasa@gmail.com

PADOIN, Maria Medianeira (O)
Doutora em História e Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria
mmpadoin@gmail.com

Resumo: Possuindo um caráter ensaístico, o presente trabalho surge a partir da atração por estudos feitos na disciplina de Teoria Política I e pelas atividades feitas junto ao Programa de Extensão na região da Quarta Colônia. Ou seja, Maquiavel, um dos mais lembrados e estudados pensadores na história ocidental da Filosofia e da Ciência Política, possui influência sobre diversas áreas. Quanto à Quarta Colônia, RS, que ainda para muitos é apenas uma pequena região no centro do estado mais ao sul do Brasil, formada a partir da criação de colônias de imigração europeia. Porém, ambos, Maquiavel (1469-1527) e suas análises (escritas durante quase toda a sua vida adulta) e os processos de imigração que ocorreram na região da Quarta Colônia, podem agregar importantes reflexões a um jovem estudante de História. O objetivo deste trabalho é desenvolver uma conexão, seguindo e se preocupando com as devidas proporções de tempo, espaço e interesses, do pensamento de Nicolau Maquiavel a outra, que tem uma relação direta com o contexto do mundo ocidental do século XIX (incluindo a política Imperial brasileira) e que hoje procura trabalhar de forma integrada e conectada como região. Conexão esta, que terá como referências de abordagem, as ideias e estudos trazidos por Maquiavel a respeito das possibilidades e premissas para um modelo republicano de governo, principalmente em seu livro “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio” (1531). Isso, pensando em como podemos raciocinar de forma interligada e explicativa com os processos de imigração, principalmente de italianos, para o Rio Grande do Sul, na chamada Quarta Colônia, e seus desdobramentos e processos de união, desenvolvimento, de estratégias políticas até os dias atuais, tendo como uma das referências de análise, uma visão sobre a história e importância política do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS). Ligações estas, sendo trazidas com a preocupação de levantar para a pauta conceitos conhecidos das obras de Maquiavel, como “virtù”, “institucionalização” de problemas, “fortuna”, bem comum, entre outros.

Palavras-chave: Política; Maquiavel; Quarta Colônia.

Contatos iniciais com a base do trabalho

Ratificando o caráter ensaístico que o trabalho apresenta, o mesmo surge a partir das experiências, leituras e pesquisas do discente (na época do evento, estando no 2º semestre do curso) da graduação de História Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria. Variantes estas que vieram a partir, especificamente, dos estudos e primeiros contatos com o pensamento político teórico, a partir da cadeira feita por mim no curso de Ciências Sociais, Teoria Política 1, da qual tinha como foco principal de visualização e estudo, os pensadores políticos: Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, Barão de Montesquieu, Jean-

Jacques Rousseau e Edmund Burke. Uma das preocupações principais que o professor administrante teve durante o desenvolvimento da cadeira, foi a busca em interpretar e visualizar aquelas produções de pensamento político, ditas clássicas, como agentes influenciadores dos sistemas de desdobramentos e estruturas que hoje temos em nossas facetas sociais, culturais e obviamente, políticas. Aspectos esses, que é muito necessário que tenhamos como fulgor em nossas mentes e posicionamentos, que são extremamente conexos, transmutáveis entre si e, principalmente, atuantes e atuadores de nossas relações e possibilidades de ação.

Outro aspecto que se fez fundamental para a ideia e pensamento dessa pesquisa foram minhas experiências durante as atividades e trabalhos de minha bolsa de extensão, durante o ano de 2023 - Patrimônio Histórico Cultural, Memória, Educação e Preservação, financiado pelo FIEX e coordenado pela professora doutora Maria Medianeira Padoin. Experiências essas que tive a oportunidade de conviver e observar de perto discussões, desdobramentos e facetas das ações políticas, suas motivações e seus efeitos. Isso, a partir de meus trabalhos na organização do acervo arquivístico do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia- CONDESUS - (cujo o qual, se fará presente de forma importante no restante do texto), em sua sede no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul. Além da leitura e pesquisas em torno que fiz do livro fruto da tese de doutorado de Moacir Bolzan: “Quarta Colônia: da fragmentação à integração”.

Estrutura de exposição do texto

A maneira de exposição que trarei para o texto será muito semelhante com a qual trouxe e expus em minha apresentação no III Congresso Internacional de História, dividindo-se em tópicos de assunto que se conectam entre si e formam a produção da relação dos atores principais da pesquisa de uma forma clara e didática, sem perder o caráter instigante da complexidade e nuances que o trabalho tenta trazer, pois afinal de contas, ele se trata das complexas relações humanas em diferentes tempos e extratos de realidade. Segue abaixo os tópicos que irão conduzir o desenvolvimento do texto:

- Extrato Social de Maquiavel (1469-1527)
- Obras analisadas e os métodos e percepções de Maquiavel
- Imitação / Inspiração
- Fragmentação
- Liberdade de um povo
- Virtú Coletiva e Religião
- Instituições (Estabilidade)

Extrato social de Maquiavel (1469-1527)

Nicolau Maquiavel, nascido em 1469 na cidade de Florença (que hoje faz parte da República Italiana), e sendo um dos pensadores e intelectuais mais influentes da história humana ocidental. Colaborou em sua vida e com produções para a análise e exposição dos meandros políticos e sociais humanos, tendo em vista de forma muito forte, a preocupação de estabelecer um olhar mais concreto sobre a formação, poder e estabilização. Como afirma o filósofo e político italiano, Luciano Gruppi² (Gruppi, 1980, p.10):

Maquiavel, ao refletir sobre a realidade de sua época, elaborou não uma teoria do Estado moderno, mas sim uma teoria de como se formam os estados, de como na verdade se constitui o Estado moderno. Isso é o começo da ciência política; ou, se quisermos, da teoria e da técnica da política entendida como uma disciplina autônoma, separada da moral e da religião

Seguindo a lógica argumentativa trazida por Gruppi, evidencia-se o meandro principal das obras de Maquiavel e o motivo pelo o qual busquei como inspiração suas produções e conceitualizações para desenvolver esse trabalho.

Quando Maquiavel tem como preocupação não a elaboração de uma hipótese sobre os Estados e algo para propor a eles (que muitas vezes são utópicas), mas sim, em desenvolver uma argumentação sobre como eles se formam e se desenvolvem. O mesmo traz uma visão e cuidado em desenvolver observações sobre o passado e o presente, a fim de produzir um conhecimento sobre a política que tornasse útil e palpável para a realidade que se apresentava no seu meio social. Porém, que meio social era esse que Maquiavel vivia?

Em minha apresentação destaquei quatro pontos cruciais que serviram como base para a construção das obras de Maquiavel. Como forma visual, trouxe em minha apresentação a pintura abaixo:

² No livro “Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci”.

Imagem 1 — “The Holy Family with Saint Catherine” (Bartolomeu Cavarozzi, 1618)



Fonte: Site do Museo Del Prado (Espanha)

Nessa pintura de Bartolomeu Cavarozzi de 1618, apesar de não ser da contemporânea a vida de Maquiavel, ela traz aspectos interessantes para serem analisados e que enriquecem a percepção sobre as produções do mesmo.

No contexto italiano do século XV e XVI (época das produções e vida de Maquiavel) até pelo menos o século XIX com a sua unificação, onde hoje conhecemos como Itália vivia uma constante disputa e fragmentação de poder (coroa presente na pintura), além dos aspectos fundamentais que a religião representava no cotidiano político e institucional daqueles (presente de forma principal na pintura). Gostaria de ratificar que tal percepção sobre a pintura é de autoria minha, e trouxe para enriquecer de forma visual a experiência da pesquisa, além do papel crucial que a arte representa para podermos compreender e desenvolver a tentativa de chegar mais perto dos nuances sociais presentes em cada época.

Bom, tais aspectos que destaquei como primordiais nas preocupações intelectuais de Maquiavel, poder e religião, foram analisados por ele, seguindo uma outra preocupação fundamental em sua época, comumente conhecido como Renascimento. Ou seja, é possível

destacar como um dos pontos principais do Renascimento Italiano, a preocupação em visualizar a experiência humana real e palpável como o cerne de nossos deveres. Isso é mais comum de ser visualizado, pelo quadro geral da sociedade, na arte, pelo fato, de seu extremo realismo nas técnicas aplicadas nas pinturas, esculturas, entre outras. Porém o realismo na análise das ações humanas e seus desdobramentos também foram cerne na produção de Nicolau Maquiavel, nelas, o mesmo desenvolveu o que para muitos é o início da base para a construção da Ciência Política.

Maquiavel viveu em uma conjuntura política extremamente instável e que frequentemente se encontrava em guerras e ataques, isso, devido a fragmentação intensa que ocorria no território da Península Itálica, onde havia inúmeros pequenos Estados (sendo alguns repúblicas e outros principados). Tal questão da instabilidade e fragmentação do poder e influência, foi a principal matriz geradora de inquietação para as produções do mesmo, tentando assim, seguindo também os interesses pessoais, Maquiavel tentou contribuir para a construção de um poder estatal mais estável e que na medida do possível (principalmente no livro “Os Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio”) fornecesse liberdade política para as pessoas.

Obras analisadas e os métodos e percepções de Maquiavel

As principais obras de Maquiavel das quais tive contato tanto na cadeira de Teoria Política I quanto em estudos posteriores, ajudam a retratar de forma interessante as questões tanto pessoais de Nicolau Maquiavel quanto do meio social mais amplo que ele vivia.

Desenvolvendo de forma resumida, Maquiavel viveu numa Florença instável e que havia grande influência da família Médici, formando assim, um principado. Durante uma boa parcela de sua fase adulta jovem, Maquiavel exerceu cargos do governo republicano que refreou a dominação dos Médici, isso ocorreu nos últimos anos do século XV até os primeiros anos do século XVI. Nessa experiência, Maquiavel teve contato com a vida política de forma concreta, trabalhando como secretário da Segunda Chancelaria (um dos órgãos da República e encarregado das guerras e política interna). Porém, com a retomada do poder por parte de Lorenzo de Médici em 1512, Maquiavel perde o cargo e entra em exílio.

Neste período de exílio, Maquiavel desenvolveu suas principais e mais famosas obras, “O Príncipe” do qual inclusive possui um prefácio dedicado ao Lorenzo de Médici, onde o elogia e dedica a sua obra. No “O Príncipe”, Maquiavel desenvolve sobre as atribuições e preocupações que um príncipe precisa possuir e ter em mente para formar um poder estável e soberano. Maquiavel usa uma linguagem extremamente simples e concreta, onde sempre busca

atrelar à sua lógica argumentativa experiências e ações passadas de diferentes épocas e personagens da história, a fim de desenvolver um método que conhecemos como indutivo. Esta obra além da influência que exerceu e exerce sobre as concepções de Estado moderno, por sua linguagem direta e por vezes fria, exerce percepções que se moldam a partir de qual é o interesse que o leitor quer trazer. Um exemplo disso é o que Jean-Jacques Rousseau escreve sobre a obra em seu livro “O Contrato Social” (Rousseau, 1999, p. 89)³: “Fingindo dar lições aos reis, deusas, e grandes, aos povos. O Príncipe de Maquiavel é o livro dos republicanos”.

Seguindo na linha trazida por Rousseau, a outra obra de destaque de Maquiavel é os “Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, tal obra sem dúvidas é uma apologia ao modelo político republicano e suas teóricas liberdades e protagonismo social. O livro “Os Discursos” foi escrito, muitos acreditam, como sendo uma resposta à falta de sucesso de Maquiavel em sua tentativa de retomar à cargos políticos no governo principesco de Lorenzo de Médici. É neste livro que, principalmente, Maquiavel traz e desenvolve os principais conceitos que destaquei para a construção deste trabalho.

Nicolau Maquiavel, como já foi dito, foi um dos pioneiros a desenvolver a produção de um conhecimento sobre a sociedade e política de forma indutiva, assim, Maquiavel foi entendendo que a política e sua moral, a sociedade em geral, se expressam e gesticulam de forma autônoma e que muitas vezes não seguem as morais e valores defendidos pela religião católica (no caso, de Maquiavel), ou seja, trazendo conceitos muito difundidos nas obras de Maquiavel, o mesmo entendia que a balizas morais que a religião trazia e sua influência sobre as ações políticas dos governantes e povo, muitas vezes limitava o melhor desenvolvimento do dinamismo social - “Virtù”- sobre as intempéries que os movimentos da sociedade fornecem - “Fortuna”.

Contemplando tais preocupações que Nicolau Maquiavel desenvolve em seus escritos e em suas contribuições conceituais para o entendimento sobre a sociedade, que tentarei desenvolver no prosseguimento deste trabalho.

Imitação/inspiração

Maquiavel quando trazia diversos exemplos da história para basificar seus argumentos, ele entendia a profundidade e importância que o passado humano poderia fornecer para entendermos a história presente, Maquiavel entendia que havia diversas diferenças nos planos sociais de cada época, porém, também percebia que era essencial para conseguir desenvolver

³ “Do Contrato Social”, edição da Martins Fontes, São Paulo, 1999.

de forma coesa o presente, saber e aproveitar as experiências passadas, a fim de criar uma percepção mais confiável das conjunturas humanas.

Apoiando-se nisso que quis trazer as contribuições para a Ciência Política e Histórica de Nicolau Maquiavel para desenvolver a relação e colaboração para o entendimento das experiências vividas durante a história da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul

Sendo e possuindo uma potencialidade de análise sob diversas perspectivas, a Quarta Colônia de Imigração Italiana permite quando é visualizada a sua história um retrato dos nuances e disputas de influência e ideologias que a sociedade humana sempre viveu e vive, sendo assim, um extrato de fragmento social interessante de se explorar para a produção de uma observação complexa sobre a experiência humana.

Desenvolvendo de forma sucinta, a Quarta Colônia se encontra geograficamente no região central do Rio Grande do Sul, porém como o próprio nome sugere, nela se encontram e reverberam variantes ideológicas e disputas que moldaram a sua história e que são fruto de diversos interesses intelectuais ao decorrer da história ocidental moderna.

Para a elaboração neste trabalho tive como principal fonte de análise bibliográfica o livro fruto da tese de doutorado de Moacir Bolzan⁴, nele o autor aborda em sua pesquisa os processos e desdobramentos que ocorreram na região desde a chegada dos imigrantes italianos no final do século XIX, de sua fragmentação, emancipações até a integração de interesses e propósitos. Para a presente pesquisa trarei em tópicos principais tais processos, intercalando com as contribuições metodológicas e conceituais de Nicolau Maquiavel.

Fragmentação

Como Maquiavel mesmo mencionava, a história e sua análise tem como um de seus propósitos a contribuição para a análise do presente e o seu melhor desenvolvimento. Pois neste trabalho usaremos, como foi mencionado anteriormente, a pretensão de construir um paralelo lógico-argumentativo que enriqueça o estudo dos fenômenos sociais que ocorreram tanto na realidade de Nicolau Maquiavel quanto na região imigratória do centro do Rio Grande do Sul.

Como o historiador Moacir Bolzan desenvolve nos primeiros capítulos de sua tese, a 4ª Colônia Imperial de Imigração Italiana foi fruto, como as outras três da Serra Gaúcha, de uma

⁴ Livro cujo o qual possui o título de “Quarta Colônia: da fragmentação à integração”, do ano de 2015.

conjuntura única de diferentes interesses e disputas, neles desempenham papel importante, de início, os interesses do Império Brasileiro de povoar mais assiduamente os territórios do interior do estado do RS, como também como força motriz substituidora da mão de obra escravizada e os interesses de branqueamento populacional do Império. Além da condição singular na história do processo de unificação da mais nova República Italiana, cuja a qual possuía interesses liberais e capitalistas de ação. Como contraponto aos interesses liberais do novo Estado Italiano estavam a Igreja Católica e os padres que buscavam a permanência da sua influência na consciência sobre a realidade vivida da sociedade, isso principalmente sobre os camponeses do norte da, agora, Itália. Abordando tal assunto Moacir Bolzan traz mais alguns detalhes e referências (Bolzan, 2015, p.64)

Havia muita intransigência do Papa e o medo de que a influência (subversiva) do clero junto à população levasse ao colapso o Estado unificado. Isso exacerbou os anticlericais, distanciando o governo (liberal) da sociedade civil, em particular os camponeses. Essa intransigência papal se refere à aceitação das ideias liberais que estavam em plena ascensão na Itália e que preconiza grandes transformações especialmente sociais, políticas e econômicas. Já o temor da influência do clero junto à população se concentrava na habilidade e credibilidade que este havia atingido para decidir os rumos das populações das áreas rurais que estavam com severas dificuldades. A partir disso, Possamai (2005, p.65-66) defende que o movimento emigratório passa a ser sustentado pelo clero ultramontano como tentativa de preservar uma parte da população camponesa do avanço capitalista, que forçava a proletarianização do campesinato. segundo Ribeiro (1979, p.68): “os imigrantes, ante um processo de pauperização ou a possibilidade de migração para a zona urbana e ingresso no proletariado urbano, preferem evidentemente, a emigração”.

Tais disputas que são trazidas por Bolzan não se limitam apenas para a vinda dos imigrantes italianos, mas se estenderam aos futuros quadros políticos e regionais que a região da Quarta Colônia viveu durante o século XX, havendo conflitos de interesses e disputas de autoridade em diferentes momentos entre católicos, católicos e maçons, além da relação com o Estado Brasileiro. Estado Brasileiro, cujo durante os primeiros anos de estabelecimento da colônia e dos imigrantes, sofreu abruptas mudanças passando de uma monarquia para uma república. Tal mudança causou uma mudança brusca e potencializou ainda mais as divisões ideológicas da colônia italiana, cuja a qual deixou de ser administrada pelo Império e passou a ser repartida sob o domínio de outros municípios próximos: Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul.

Ponto interessante a ser mencionado e que impactou de forma profunda o desenvolvimento da Colônia, foi o fato de inicialmente ela ser chamada de Colônia de Silveira Martins, isso devido uma homenagem ao político Gaspar Silveira Martins, cujo o qual tinha grande influência e prestígio durante o Império, porém com a queda da Monarquia e a ascensão da república e a mudança do governo do Rio Grande do Sul para o Borges de Medeiros (rival

ideológico e político de Silveira Martins), a antiga colônia de Silveira Martins acabou sendo fragmentada como diversos pequenos distritos das cidades referidas anteriormente. Assim, intensificando ainda mais as disputas de influência presentes na conjuntura política da região.

Liberdade de um povo

Desenvolvendo a relação conceitual teórica de Maquiavel à experiência política da Quarta Colônia, o mesmo teve como ponto importante do desenvolvimento de suas produções a tentativa de visualizar, teorizar e buscar soluções no passado para as disputas intensas e fragmentações presentes na realidade de Florença e a Península Itálica de sua época. Para isso, como resposta ao fracasso da tentativa de principal do “O Príncipe” que era atingir o prestígio com o Lorenzo de Médici, Maquiavel ao desenvolver o “Os Discursos” buscou estudar e entender o relativo sucesso, para ele, da República Romana a partir dos escritos do historiador Tito Lívio. Nessa tentativa, Nicolau Maquiavel entende como ponto fundamental para a constituição e realização correta de uma república, a liberdade da mesmo. Porém, para a Maquiavel e o contexto intelectual e cotidiano de sua época, o conceito de Liberdade remetia à participação ativa e direta da população nas decisões políticas e sociais, gerando assim um maior grau de autonomia⁵.

Autonomia, talvez fosse a palavra que mais buscavam os imigrantes e seus descendentes. Durante a pesquisa de Moacir Bolzan, o mesmo traz o processo que houve de enxameamento por parte dos imigrantes, como sendo um espelho de sua angústia pela autonomia individual, primeiramente (Bolzan, 2015, p. 58)

Tanto em Roche (1969, p.319) como em Sponchiado (1996, p.68), a ideia de enxameamento pressupõe uma intensa mobilidade dos habitantes no interior da Colônia no intuito de buscar o local que melhor oportunize a conquista da propriedade. Isso confere ao colono o sentido de ser o protagonista da sua própria história.

Tal busca de uma liberdade individual veio também atrelada à conexão ainda mais fixa e concreta do imigrante à terra, gerando assim, ao mesmo tempo uma liberdade como também uma escravidão, como traz Bolzan (Bolzan, 2015, p. 59) “Ao mesmo tempo que a terra tornava o imigrante livre, o escravizava, pois, ao tornar-se proprietário, precisava manter a terra, submetendo a família à condições mínimas de sobrevivência (sem remuneração e direitos)”. Essa condição atrelada à distância de sua região de origem (majoritariamente o norte da Itália) e falta de voz maior que requeresse as necessidades daquela população fortaleceu

⁵ Sobre tais diferenças conceituais e práticas sobre a Liberdade, há contribuições do político e pensador Benjamin Constant (1767 - 1830), em suas obras sobre a Liberdade dos “Antigos” e dos “Modernos”.

progressivamente ainda mais a busca por uma maior autonomia e força política da região e seu povo.

Virtù coletiva e religião

Maquiavel em suas produções entende que a Política é uma faceta única da experiência humana sobre a realidade, cuja a qual possui dinâmicas próprias de movimentação e organização, ou seja, que não se seguem valores morais teóricos religiosos, e que os mesmos, para Maquiavel, prejudicam o melhor exercício da “virtù” em relação às “fortunas” que a vida oferece, interferiram assim negativamente as ações necessárias ou propondo a não realização das mesmas, gerando assim, situações desconfortáveis para a estabilidade, manutenção do poder e melhor desenvolvimento.

Na experiência vivida pela Quarta Colônia é possível observar talvez o contrário inicialmente do que Maquiavel propunha, porém, que com outros vieses e dinâmicas desenvolveu conceitos semelhantes de política.

Como trás Moacir Bolzan o processo de consolidação por uma maior autonomia dos descendentes italianos, já em meados no meio do século XX, o processo de “imigração é o principal argumento de união entre as pessoas” (Bolzan, 2015, p. 123), gerando assim progressivamente, um entendimento de “identidade ítalo-riograndense” (Bolzan, 2015, p. 123) e união entre os diferentes moradores daqueles distritos que antigamente fizeram parte do mesmo núcleo colonial. Tal processo inicial de busca identitária teve como grande impulsionador o ex-padre Luiz Sponchiado, cujo o qual além de criar e organizar o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma⁶, foi o pioneiro na região à estudar as novas leis emancipatórias do chamado Estado-Novo de Getúlio Vargas, onde Sponchiado foi o responsável em fazer as primeiras propostas para uma emancipação unificada dos núcleos da antiga colônia de Silveira Martins em um único município.

Tais esforços do padre Luiz Sponchiado de emancipar os núcleos da antiga colônia de forma unificada, devido à diversas intempéries e conflitos de interesse entre lideranças de cada localidade fizeram com que não se concretizasse esse desejo inicial. Porém, exerceu um papel protagonista no restabelecimento de dois sentimentos principais, a força de vontade pela emancipação (cada núcleo individualmente) e a retomada identitária do sentimento de

⁶ Centro de Pesquisas do qual teve e tem como principal objetivo a catalogação e potencialização da memória da imigração no entendimento identitário dos habitantes e descendentes. Se encontra na cidade de Nova Palma, Rio Grande do Sul.

italianidade, gerando assim, uma conjuntura de interesses que de uma forma ou outra se encontraram em conexão a fim que se alinhasse posicionamentos e ações políticas.

É notório esse fenômeno quando analisamos algo simples e de fácil acesso, que são os sites das prefeituras, nelas, em uma boa quantidade das nove cidades que hoje compõe a Quarta Colônia usam como traço fundamental de sua origem ou até principal atrativo turístico, a questão italiana e de descendência. Alguns exemplos:

- Site da Prefeitura de Faxinal de Soturno: “Historicamente, Faxinal do soturno faz parte dos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, **colonizado por imigrantes italianos, tem presença desta cultura que se manifesta nos costumes, hábitos, alimentação, nos monumentos e na vivência religiosa de sua gente**”.⁷
- Site da Prefeitura de Ivorá: No site da prefeitura trazem de forma direta na aba “**Sua Origem**” (referindo-se a origem da cidade) para um texto cujo o título é “**Colonização Italiana**”, ou seja, existe um entendimento social concreto que a sua origem e seu ponto de matriz, é a colonização italiana.⁸
- Site da Prefeitura de Silveira Martins: “Visitar Silveira Martins, hoje, é apreciar um pouco da beleza do passado e descobrir a pujança deste povo, **fortalecido pelo trabalho e dedicação pessoal, característica dos italianos**. É reviver também tradições italianas, que sobrevivem há mais de um século de colonização”.⁹

Retomando Maquiavel, em seu livro “Os Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, o mesmo traz uma concepção conceitual interessante e que se conecta com o fenômeno ocorrido pela Quarta Colônia. Maquiavel entende que para uma república funcionar é necessário que o povo tenha liberdade (autonomia e ação efetiva politicamente), para isso, Maquiavel traz a ideia de Virtù Coletiva, ou seja, seria a conceitualização de um processo coletivo e popular de alinhamento de interesses e requerimentos, a fim de proporcionar bases mais sólidas para o maior desenvolvimento e manutenção da liberdade de todos, e para isso é necessário, que (seguindo o estudo de caso de Maquiavel que foi a República Romana) o governo possua ações e instituições que fortaleçam e potencializam a conjuntura favorável ao

⁷ Site da prefeitura: <https://www.faxinaldosoturno.rs.gov.br/o-municipio/historico> . Acesso em: 23/01/2024.

⁸ Site da prefeitura: <https://www.ivora.rs.gov.br/o-municipio/sua-origem> . Acesso em: 23/01/2024.

⁹ Site da prefeitura: <https://www.silveiramartins.rs.gov.br/cidade> . Acesso em: 23/01/2024.

exercício da participação política e pertencimento àquela estrutura institucional, cultural e histórico-social.

Instituições

Seguindo o estudo de Maquiavel sobre a República Romana, o mesmo entendia que a grande base para a o sucesso da República Romana era o seu Senado, cujo o qual estimulava a participação e pertencimento das diferentes camadas sociais, especialmente, com a Tribuna da Plebe e que representava a estabilidade necessária para as ambições da república.

Na conjuntura da Quarta Colônia, é possível destacar ações e instituições que fortaleceram desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais, o sentimento de pertencimento não apenas cultural e social, mas também político e institucional. Exemplos que são interessantes de serem destacados nesse processo são o Projeto Identidade desenvolvido pela secretaria de educação de Silveira Martins do final da década de 1980 até os últimos anos da década de 1990, projeto o qual tinha como foco trazer questões culturais locais de forma intrínseca no aprendizado das escolas, e “investir nos sujeitos e não em simples espectadores passivos transformados em consumidores de um destino impossível de mudar” (Bolzan, 2015, p. 303).

Outro projeto que se transformou em um pilar para a consolidação do projeto sustentável e de preservação/potencialização cultural foi o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, o mesmo se formou e consolidou a partir da união de pretensões administrativas e políticas dos municípios de Agudo, Dona Francisca, São João do Polêsine, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Ivorá, Restinga Seca, Pinhal Grande e Nova Palma.

Assim, esses e outros projetos e ações fortificaram e fortificam a manutenção e vislumbre futuro das possibilidades culturais, ambientais e econômicas.

Considerações finais

Ratificando o que foi dito no início deste trabalho, cujo o qual possui um caráter ensaístico e que não há pretensão de desenvolver de forma definitiva conclusões e respostas, mas sim intensificar e gerar questões que possuam potencialidades para o enriquecimento da construção de conhecimento histórico sobre as relações e experiências humanas políticas e culturais. Tentando fortalecer o entendimento da importância, influência e conexão que as diferentes facetas da história humana do pensamento e dos desdobramentos ditos práticos possuem, tentando gerar um conhecimento que contribua de forma concreta e interessante para a realidade que vivemos.

Referências

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. 1º Edição. Santa Maria: JGBdesign, 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. 3ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 1ª Edição. Porto Alegre: L&PM, 1980.

Chuvas, alagamentos e flagelados: um estudo sobre as precipitações climáticas ocorridas no município de Rio Grande entre 1982/1983

MATOS, Fabio Alberto de
História Bacharelado — Universidade Federal do Rio Grande
fabio-66-@furg.br

Resumo: Em confluência com a ampliação das narrativas históricas defendida pela História Ambiental, o presente trabalho dedica-se a analisar os impactos socioambientais gerados pelos eventos extremos no município de Rio Grande (RS) entre 1982 e 1983. Com este fim, produziu-se o levantamento e o registro documental do *Jornal Agora*, periódico de maior circulação do contexto espaço-temporal, com base nos questionamentos que correspondem aos seguintes objetivos percorridos em texto: a) quais os bairros mais afetados pelas intempéries; b) quais os impactos materiais imediatos; c) quais os órgãos públicos que se fizeram presentes; d) quais as soluções buscadas por estes órgãos. Por meio de tais discussões, elaboramos uma análise interdisciplinar quanti-qualitativa dos efeitos causados pelas precipitações climáticas na sociedade rio-grandina em termos de danos materiais em determinadas localidades geográficas, bem como das formas empregadas pelos órgãos públicos responsáveis por mediar corretamente as situações de risco. À vista disso, correspondendo aos resultados parciais de um esforço maior realizado pelo grupo de pesquisa Ribombo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), este estudo se relaciona com os debates contemporâneos em torno das incidências climáticas de escalas continentais pela perspectiva epistemológica da História Ambiental. No entanto, sua colaboração conecta-se especialmente no esforço atual, enquanto sociedade, de compreensão dos eventos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul no ano de 2023, posto que possuem uma relação direta com os de 1982/1983 devido à sua origem e à sua escala de alta magnitude. Em suma, trazemos um diagnóstico local dos esforços sociais e governamentais empregues no enfrentamento dos episódios naturais que ameaçaram os gaúchos no início da década de 1980.

Palavras-chave: História Ambiental; El Niño; Eventos Extremos.

Introdução

Em 1982, a Autarquia do Balneário Cassino (ABC) adentra o mês de maio limpando ruas, recuperando calçadas, cortando gramas, abrindo valetas e instalando novas tubulações para o escoamento pluvial do bairro, antecipando a chegada do inverno. A estiagem registrada neste período, que afetou inclusive o ecossistema da Reserva Ecológica do Taim com pequenas queimadas e a mortandade de inúmeros animais, especialmente os ratões-do-banhado, também deixando marcas na agricultura e na pecuária local, deu lugar à uma série de eventos climáticos extremos neste e no ano seguinte. Nos periódicos, vemos descritas chuvas tocadas a ventos por volta de 120/130km, alagamentos, destelhamentos, desmoronamentos e muitas leva de desabrigados, sobretudo na região sul do centro da cidade de Rio Grande (RS), chamados pela imprensa de “flagelados”. Estes, diferentemente dos moradores do ABC Balneário Cassino, não dispuseram da infraestrutura e da preparação prévia para os tempos de chuvas e de vendavais,

sofrendo, consequentemente, os piores danos, expondo uma característica comum em uma sociedade de classes.

No dia 02 de agosto de 1983, o New York Times publica uma tabela registrando os fenômenos climáticos dos anos anteriores: tratava-se do El Niño, sendo este o responsável pelas chuvas e estiagens que afetaram, entre outros locais do globo, a América do Sul, como mostramos os meteorólogos Mary Kayano e Antonio Moura (2018)¹⁰. Cabe frisar, em momento algum a imprensa rio-grandina utilizará essa nomenclatura. No entanto, em decorrência dos fenômenos climáticos de risco, as empresas jornalísticas do período passaram a noticiar mais frequentemente o trabalho de diferentes organizações sociais e estatais em prol da recuperação de áreas afetadas no município, dando-nos uma boa margem de avaliação desses movimentos de auxílio; sua origem, seu caráter e sua eficácia. Em suas páginas, vemos também a localização geográfica dos acontecimentos no meio urbano, dado que costumava-se citar as áreas em que a tragédia climática esteve mais presente, bem como de quais formas ela afetou a população local.

Nesse sentido, com base no recorte dos anos 1982 e 1983 do *Jornal Agora*, periódico de maior circulação do município de Rio Grande (RS), este texto visa responder o seguinte questionamento: quais foram os impactos socioambientais gerados pelos eventos climáticos extremos do período? Para solucionarmos esta questão-problema, foram registradas, tabuladas e interpretadas fontes jornalísticas, levando em consideração dados que correspondem aos quatro objetivos propostos a serem aqui trabalhados: a) quais os bairros mais afetados pelas intempéries; b) quais os impactos materiais imediatos; c) quais os órgãos públicos que se fizeram presentes; d) quais as soluções buscadas por estes órgãos, configurando a proposta metodológica que consideramos pertinente.

Sabemos que o historiador volta os seus olhos para o passado com base em suas instigações do presente, questões estas produzidas pelas múltiplas representações do mundo que o cerca. Nesse sentido, estas páginas guardam um imaginário em construção sobre os eventos extremos que se passam no Rio Grande do Sul, especialmente durante o momento mesmo de sua escrita. Antes de ser definida como o maior evento climático de risco no estado, a CNN Brasil divulgou tratar-se do pior desastre natural nos últimos 40 anos, isto é, desde 1983 (CNN Brasil, 2023). Há 40 anos, se sabe enquanto sociedade das consequências do fenômeno El Niño, mas ainda na contemporaneidade vemos que, como em 1983, pouco foi feito em termos de políticas ambientais e preventivas, mesmo com o avanço do debate ecológico,

¹⁰ Sobre o El Niño na Região Sul (Enos): (Matzenauer *et al.*, 2018); (Berlato; Fontana, 2011).

voltando-se novamente o Estado para campanhas comunitárias, serviços de mitigação e de recuperação.

Como parte de um projeto mais abrangente, esta publicação também caracteriza-se como uma exposição dos resultados quanti-qualitativos parciais obtidos em conjunto pelo grupo de pesquisa Ribombo, coordenado e orientado pelos professores e pesquisadores Dr. José Vicente de Freitas e Dr. Felipe Nóbrega Ferreira, docentes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com base em fontes primárias da imprensa local armazenadas na Biblioteca Rio-Grandense. Nesse caminho, estivemos apoiados bibliograficamente pelas áreas das Ciências Sociais, das Ciências Naturais (mormente a Ecologia), e mesmo da Educação, posto que nossa perspectiva teórica se identifica com os fundamentos da História Cultural, da História Ambiental e da Educação Ambiental, campos que sintetizam contribuições terminantemente interdisciplinares.

Confluentemente, ao nos debruçarmos por sobre essa temática com os pressupostos teórico-metodológicos apresentados, sondamos a conjuntura histórica compreendendo as ações humanas enquanto integrantes do ambiente que as cerca, sendo a natureza não apenas um meio transformado passivamente pela ação do homem, mas, inversa e ativamente transformadora de suas ações. Buscaremos, assim, a produção de um texto que não subtraia a influência de uma grandeza em detrimento de outra, enxergando o ambiente e o homem de forma integrada.

Jornal Agora: considerações teórico-metodológicas necessárias

Percebidas nas ondas da “maré montante de preocupação pública” descrita por Worster (1991, p. 199), ou mesmo sob as influentes “vozes da rua” figuradas por Pádua (2010, p. 81), as agitações ambientais a partir das décadas de 1960 e 1970 configuraram um verdadeiro movimento histórico e sociológico global, para além de seu caráter meramente social e político. Alcançando todas as instâncias da sociedade, as águas da ecologia banharam “comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas”, penetrando “significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação em massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura”, tornando-se ao mesmo tempo “criadora e criatura do processo de globalização” (Pádua, 2010, p. 81). No Brasil, a dimensão climática enquanto uma preocupação institucional, deságue dessa globalização da questão ambiental, só virá em decorrência da Rio-92, momento em que a grande mídia passa a divulgar acontecimentos climáticos em escala planetária, como o buraco na camada de ozônio, o efeito estufa e o aquecimento global (Armond; Neto, 2012).

Em um momento anterior a essa percepção (e apropriação) do clima, os periódicos da década de 1980 em Rio Grande (RS), não se apresentam frequentemente enunciados nesse escopo. A preocupação aqui está voltada para os impactos imediatos no mercado local, sejam eles positivos ou negativos. Assim, por um lado, especialmente durante os meses de verão, temos páginas cuidadosamente desenhadas para a sucessiva construção do Balneário Cassino enquanto um local de veraneio regado a sol. Por outro, no entanto, o clima é sentido na pele devido ao seu fator de risco, ganhando espaço nas páginas tanto ao prejudicar áreas nobres da cidade, quanto ao intervir no cotidiano do trabalho das classes mais baixas.

De acordo com Ricardo Garcia (2006), o “fator de risco” é identificado enquanto uma das quatro características mais presentes em notícias e reportagens que debatem assuntos ambientais. Sendo, além disso, dentro do jornalismo ambiental, também o critério central de noticiabilidade. Entram nesse conceito: “mudança do clima, escassez de água, contaminação dos alimentos, extinção de espécies”, tendo um valor-notícia atrelado, justamente, “ao impacto econômico e social que causam”, seja na comunicação do problema, seja na apresentação da solução, como apontado pelos jornalistas ambientais Roberto Belmonte, Débora Steigleder e Sarah Motter (Belmonte, 2014, p. 2).

Entretanto, não identificamos o *Jornal Agora*, ao menos neste período, como uma mídia produtora de um jornalismo ambiental propriamente dito – isto, falando no conceito estabelecido pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), que desde 2008 vem explicitando essa especialização. De acordo com a produção exercida pelo Grupo, o jornalismo ambiental parte “de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena” (Girard, 2012, p. 148). O que temos no *Jornal Agora*, em contrapartida, por certo classifica-se como um “jornalismo sobre o meio ambiente”, dado que não possui compromisso formal e explícito em “mostrar as causas e as soluções dos problemas ambientais, com sua pluralidade de pontos de vista”, sendo os fatos meramente “apresentados sem os seus nexos, de maneira descontextualizada”. Neste caso, em síntese, “não há um jornalismo ambiental, mas apenas um jornalismo sobre meio ambiente” (Belmonte, 2014, p. 3).

Posto isso, esse trabalho também leva em consideração as dificuldades que permeiam o emprego da mídia impressa como fonte histórica, enquanto um instrumento de influência que “corta e recorta as tramas das experiências espaço-temporais dos diferentes grupos sociais para disseminá-las” (Ely, 2009, p. 130). Como escreveu Jacques Le Goff, “nenhum documento é inocente”, devendo ser analisado, desestruturado, desmontado; não apenas discernido corretamente pelos historiadores, mas desmitificado por eles (2003, p. 111). Que deixemos

claro, portanto, que a mídia impressa possui um discurso que, em suas presenças e ausências, recorta tramas, deforma acontecimentos, educa percepções e, ao constituir um determinado imaginário popular em decorrência de determinadas representações, constrói verdadeiras realidades (Armond; Neto, 2012).

Ao reconhecer a sua influência, naturalmente não devemos tomar os seus enunciados, como em qualquer documentação historiográfica, como a verdade do acontecido. Seu discurso sempre poderá guardar “a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo”; “advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais” de forma nem sempre explícita (Lapiente, 2016, p. 18).

A partir destas considerações, em sintonia com a Geografia do Clima apresentada por João Lima Sant’Anna Neto, captamos no *Jornal Agora* as repercussões “dos fenômenos atmosféricos na superfície terrestre”, local “transformado e produzido pela sociedade de maneira desigual e apropriado segundo interesses dos agentes sociais” (2001, p. 58), fator determinante para a veiculação de notícias relacionadas aos impactos “decorrentes de chuvas intensas em locais considerados nobres e em locais menos favorecidos” de maneiras diferenciadas – a fonte periódica mostra-se, por fim, “como elementos importantes na análise geográfica do clima”, especialmente devido ao seu enfoque no já mencionado fator de risco (Armond; Neto, 2012, p. 777).

Em 1982 e 1983, durante o seu sétimo e oitavo ano de publicação, o *Jornal Agora – O Jornal do Sul*, guarda em seus enunciados publicações de cunho social, cultural, econômico e político a nível local, estadual, nacional e internacional. Entre as propagandas do Balneário Cassino e de profissionais liberais da cidade, vemos também marcas de veículos agrários e de refrigerantes estrangeiros, sublinhando brevemente seu traço econômico. No aspecto cultural, o Cinema Lido marca presença com a chegada do filme erótico *Calígula* em Rio Grande em 12 de julho de 1983, recém liberado da liminar imposta pelo Ministro da Justiça Ibrahim-Abi-Hackel (PDS), marcando uma das inúmeras facetas da abertura política da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985). Na mesma linha, em 10 de setembro do referido ano, demonstrando a certa noticiabilidade que a Universidade Federal do Rio Grande detinha em suas páginas, seja com a Feira do Livro, com os vestibulares ou mesmo com o seu movimento estudantil atrelado à União Nacional dos Estudantes, vemos enunciada a palestra a ser proferida pela professora e historiadora Sandra Jatthy Pesavento, “às 16h no Auditório nº 1 do Campus Carreiros” (*Jornal Agora*, 12 de julho; 10 de setembro de 1983).

No que tange seu discurso político, por sua vez, pode ser identificado na matéria “Marx e o Marxismo”, na semana seguinte ao Dia dos Trabalhadores. Na redação, após uma breve descrição biográfica de Karl Marx, o jornal critica a sua teoria definindo-a como detentora de “uma série de axiomas não comprovados e conceitos básicos difusos”, que “não coincidem com a realidade social complexa e o desenvolvimento da sociedade industrial ocidental”, negando também o “princípio pluralístico-comparativo” de toda ciência, “a liberdade”, tendendo “sempre para uma religião política totalitária” (*Jornal Agora*, 09 de maio de 1983). Desse modo, presenciamos o discurso comum da mídia regularizada do período ditatorial, reconhecendo-se pertencente ao mundo Ocidental durante a Guerra Fria ao apregoar o apreço à democracia e à liberdade política e econômica (ou ao menos o que dispõem dela e por ela), em oposição ao totalitarismo apontado na URSS.

Assim, manifesta-se no *Jornal Agora* uma linguagem que converge com a situação política nacional e internacional de seu contexto, agradando ao mesmo tempo a classe média alta e a burguesia local, que desfrutam de uma seção exclusiva para o vislumbre fotográfico de suas festas; mas sem deixar de chamar para si o grande público, com notícias sobre a criminalidade e as festividades ocorridas no município.

Chuvas, alagamentos e flagelados: “faremos à moda cavalo, beberemos água em pé”

No Rio Grande do Sul, o mês de maio de 1982 significou um período de forte estiagem. No dia 11, constam informações sobre a seca de charcos, banhados e córregos da Reserva Ecológica do Taim, resultando em queimadas que assolaram boa parte de seu ecossistema. “‘Centenas de animais’ são apontados como mortos, a exemplo dos ratões-do-banhado. A fiscalização do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), teria levantado a informação de que uma parte significativa de sua fauna, especialmente os marrecos, teria se refugiado na Lagoa Mangueira, “que, mesmo assim, apresenta baixíssimos níveis de água, praticamente inviabilizando a navegação, mesmo em pequenas embarcações, na sua quase totalidade”, com previsão de inviabilização da caça legal fora da Estação Ecológica. Figueiras, corticeiras e eucaliptos queimam dentro dos grandes projetos de reflorestamento da área (*Jornal Agora*, 11 de maio de 1982).

No interior do município, a Prefeitura de Rio Grande, sob a gestão de Abel Abreu Dourado (PDS), no entanto, volta os seus olhos para os problemas econômicos locais. Por meio da Secretaria de Municipal Transportes (SMT), menciona-se um auxílio aos “pequenos agricultores e pecuaristas”, com a abertura de açudes em suas propriedades, disponibilizando-lhes água para o gado e o plantio. Enquanto “os melhores dotados contratam firmas

especializadas para o serviço”, o jornal afirma que retroescavadeiras são ofertadas “tão logo [...] são solicitadas pelos proprietários rurais de menor poder econômico” (*Jornal Agora*, 11 de maio de 1982).

Mesmo com a queda de chuvas no Sul do estado ao longo do mês, a situação segue apontada como crítica “aos setores agropecuário, ecológico e de saúde pública” prejudicando a “cultura do cebolinho” e dos demais hortigranjeiros, de acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Grande. Além disso, a conjuntura de estiagem atrelada às recentes chuvas, são anunciadas como alarmantes para a “verdadeira epidemia” de bicho-de-pé, conforme Sueli Feldens, titular riograndina da Secretaria Estadual da Saúde (*Jornal Agora*, 17 de maio de 1982).

Dois meses depois, no dia 06 de julho, noticiam-se chuvas intensas acompanhadas de ventos moderados em todo o estado. Apesar de “entupimentos de esgotos e esburacamentos de leitos de ruas”, a estiagem por que passara o ambiente “determinou que as precipitações” não saturassem “o solo e a vazão com a cessação das chuvas e se processasse naturalmente e em pouco tempo”. Lamaçais são registrados nas estradas vicinais e nas periferias de Rio Grande, de São José do Norte, de Mostardas e de Santa Vitória do Palmar, sem o registro de flagelados (*Jornal Agora*, 06 de julho de 1982).

Em escala global, segundo o geógrafo Pedro Teixeira Valente (2018), o fenômeno El Niño – Oscilação Sul (ENOS) é apontado como a origem destes eventos, tanto da estiagem que se passou, quanto dos temporais que se seguirão, iniciando-se em abril de 1982 e encerrando-se em julho de 1983. Historicamente descoberto por pescadores que navegavam pelo Pacífico, é caracterizado como um evento atmosférico-oceânico próprio da região Equatorial, só compreendido em sua plenitude “nas décadas 1970 e 1980, com os fortes episódios de 1972-1973 e 1982-1983” (Valente, 2018, p. 24).

Em Rio Grande (RS), seguindo-se à seca, efeitos contrários já se fazem presentes nas notícias de 13 de julho. Na seção “Rápidas”, um redator prenuncia: “alguns afirmam que neste inverno e até mesmo no início da primavera, teremos uma série de chuvas, e consequentemente faremos à moda cavalo, ‘beberemos água em pé’”. Seu tom irônico alude à infraestrutura da cidade, dado que “mal iniciou a chover, as ruas de Rio Grande já estavam alagadas”. Contrafeito, expressa uma síntese da situação: “escoamento, é uma palavra desconhecida em Rio Grande”. No dia seguinte, um novo problema: “choveu e não deu outra, pane nos telefones! [...] Linhas cruzadas, ligações interrompidas, não completadas, etc. Bem!” (*Jornal Agora*, 13-14 de julho de 1982). Em seguida noticia-se a normalização do quadro, deixando como resultado um escoamento de grande parte da cidade, mas um certo acúmulo de água em ruas da

periferia, “onde o sistema de esgotos é precário ou não existe”. Mesmo sem registro oficial de flagelados, muitos “abandonaram as casas”, refugiando-se em “residências de amigos e familiares” (*Jornal Agora*, 15 de julho de 1982).

Até o momento, nenhuma ação tomada pelo Estado foi descrita. Estas só surgem apenas no dia 19 que, em meio às novas e intermitentes precipitações, obras de emergência são executadas “para restaurar a trafegabilidade nas artérias periféricas e estradas vicinais do interior” pela SMT nos bairros Frederico Ernesto Buchholz, Rural, Nossa Senhora de Fátima, Vila Maria, Vila Bernadete, Vila Leônidas, Quinta e Povo Novo. Para resolver o caso, as prefeituras dos municípios de São José do Norte, Mostardas e Santa Vitória do Palmar buscam a retirada do lodo com o patrolamento. Para o periódico, essa “vem sendo a solução adotada pelas prefeituras, mesmo assim com resultados insatisfatórios, dada as dificuldades para execução dos serviços pela persistência de chuvas intermitentes” (*Jornal Agora*, 19 de julho de 1982). Mesmo com a insuficiência de suas ações, percebe-se que os órgãos públicos dispõem da justificativa climática perante a imprensa. Todavia, a situação se mostrou complexa: “Algumas famílias que tiveram casas invadidas pela água, se retiraram por conta própria para casas de parentes e amigos, sendo que a maioria prefere permanecer nos seus domicílios com medo de possíveis saques, indefectíveis neste tipo de situação” (*Jornal Agora*, 19 de julho de 1982).

Finalmente, a Secretaria do Trabalho e a Ação Social (STAS), em apoio do Corpo de Bombeiros e outras secretarias não citadas, empregam um plano de emergência em que estabelecimentos de ensino são “programados para o recebimento dos flagelados” (*Jornal Agora*, 19 de julho de 1982). Nada é relatado sobre o fortalecimento da segurança pública.

Em fins de julho, “tem-se a exata impressão de que estamos sendo submersos”. O estrago maior causado pelas precipitações do El Niño segue sendo o alagamento, estando citadas as vilas e bairros São Miguel, Matadouro (e adjacências), Bairro Getúlio Vargas, Lar Gaúcho e o Carreiros, bem como “todas as outras ruas que formam a ‘Grande Rio Grande’”. Em termos de soluções, uma certa constatação do redator se mostra interessante: “em algumas ruas bastaria que fosse levantado o leito, ao invés de baixá-lo, como fazem com os caminhões e tratores, após as chuvas e alagamentos” (*Jornal Agora*, 28 de julho de 1982), contraponto o trabalho exercido pela Prefeitura e os demais órgãos responsáveis.

Com o encerramento dos eventos, a Prefeitura, através da SMT, busca uma nova recuperação dos sistemas de escoamento das águas pluviais. Seu foco está no Canalete da Rua 15 de Novembro, com “rebaixamento de galerias e limpeza do leito”, como forma de desaguar o excedente desde a Av. Buarque de Macedo até a Av. Portugal. Em determinadas ruas

instalam-se novos bueiros, em outras recuperam-se as estradas e vias vicinais (*Jornal Agora*, 30 de julho de 1982).

Perto dos anteriores, o mês de agosto foi de poucas chuvas, momento aproveitado pela Prefeitura Municipal para dar seguimento às recuperações da infraestrutura local - nada sendo dito sobre a organização de um novo plano emergencial. De acordo com as documentações, a SMT esteve a cargo da sondagem e da restauração das zonas afetadas. Abertura de valas, limpeza de valetas, aterramentos, instalação de bueiros e recapagem de pistas foram alguns dos serviços realizados nos bairros Santa Tereza (ruas Carlos Vignoli e Alípio Cadaval), Santo Antônio (ruas 44 e 45), Bernadeth (rua Raul Pilla), Getúlio Vargas e Senandes (*Jornal Agora*, agosto de 1982).

Fruto das precipitações climáticas, agosto também foi palco de uma disputa política na Câmara dos Vereadores. Ciro Cardoso Lopes (PMDB) reapresentou seu requerimento ao governo da situação, buscando uma “tomada de providências por parte do executivo”, descreve o redator, buscando ser imparcial. Cardoso Lopes procurava viabilizar a “construção de dois canais de escoamento, com deságue direto no mar”, como forma de “minimizar os problemas com alagamentos que atingem com intensidade a área periférica de Rio Grande, durante o período de chuvas mais fortes”. Ao sul da cidade, os canais cortariam São Miguel e São João; ao norte, Getúlio Vargas e Santa Tereza, “já que são estes os quatro conglomerados habitacionais que mais vem sofrendo com os alagamentos pela inexistência de uma estrutura de saneamento satisfatória”. O escoamento se daria no estuário da Lagoa dos Patos e no Saco da Mangueira. Para o vereador, os problemas sanitários são devidos às “características arenosas do solo de Rio Grande”, não permitindo “um bom escoamento das águas, que represam após a saturação das camadas superficiais” (*Jornal Agora*, 27 de agosto de 1982).

Em fins de setembro, com o retorno dos eventos extremos, a SMT, a SMTAS e o Corpo de Bombeiros afirmaram estar de prontidão para o atendimento imediato de possíveis flagelos. Além de vias vicinais na Torotama, as áreas mais afetadas foram as “vilas situadas ao sul da cidade, na quase totalidade, e no populoso bairro Getúlio Vargas, junto à zona de expansão portuária” (*Jornal Agora*, 29 de setembro de 1982). A conjuntura foi similar em outubro, impedindo a visita do governador Amaral de Souza (PDS) ao município, e preocupando a agricultura e a pecuária local, “já que pastagens estão submersas e os animais não encontram o que comer” (*Jornal Agora*, 30 de outubro de 1982).

Dentre todos, novembro foi o mês de risco, mais pelo vento do que pela água. Na quinta-feira, dia 04, noticiam-se vendavais de 120/130km que levantaram árvores, derrubaram telhados e afundaram barcos, resultando em “uma terça e quarta-feira sombria com marcas em todos os

cantos”. De acordo com o Corpo de Bombeiros e o Batalhão Militar, que atuaram juntos, ocorreram dez desabamentos, três remoções de fontes de perigo e seis atividades preventivas de bombeiros. No BGV, um casal e a sua filha de quatro anos ficaram desabrigados, sendo alocados no colégio Cipriano Porto Alegre, “concedido pelo Secretário da Educação Hugo Dantas da Silveira e Isolmiro Porto”. Na sexta-feira, constatou-se o prejuízo em dez escolas do município (*Jornal Agora*, 04-05 de novembro de 1982).

Enquanto a Prefeitura prontifica equipes de trabalho da Secretaria Municipal dos Serviços Urbanos (SMSU) para a limpeza e recuperação de ruas e praças, o ABC, após levantar os prejuízos locais, consta com apenas “alguns pequenos problemas na iluminação pública, nada de maior gravidade”, “à exceção de vários galhos de árvores quebrados e atirados sobre o leito das ruas e avenidas” (*Jornal Agora*, 12 de novembro de 1982). Durante este mês inteiro, absolutamente nada foi dito sobre as localidades periféricas ao sul do centro da cidade, mesmo muito provavelmente também terem sido prejudicadas pelos temporais de vento. Tornaram-se presentes, como visto nos meses anteriores, apenas quando atreladas aos lamaçais. O Cassino foi noticiado em certificação de seus poucos danos.

O ano de 1983, por sua vez, apresenta fenômenos extremos somente em 10 de julho. É relatado que, por volta das duas horas da madrugada da noite anterior, “o nível da água começou a subir em diversos setores de Rio Grande”, ameaçando os moradores do final da rua Major Carlos Pinto. Apenas às 16h da tarde do dia seguinte a STAS fazia o “reconhecimento dos flagelados, recolhendo-os ao Juizado de Menores para passarem a noite”. Sete famílias tiveram as suas casas invadidas pela água, movidas ao abrigo por viaturas cedidas pelo Corpo de Bombeiros e pela Prefeitura Municipal (*Jornal Agora*, 10 de junho de 1983). A única medida preventiva apresentada é a estocagem de alimentos e vestuários, auxiliada pela Defesa Civil. Érico Martins, Secretário do Trabalho e Ação Social, afirmou que “não há muito a fazer com estes moradores, a não ser traçar um plano para remover as casas destas localidades [...] e transportá-las para um lugar mais seguro, com maior proteção”, os quais estavam sendo atentados junto ao CRD. Além disso, uma moradora local solicitou caminhões com “terra e cascate”, no intuito de aterrar ao menos os pátios “de nossas casas, que constantemente são invadidos pelas águas” (*Jornal Agora*, 10 de junho de 1983).

Érico Martins retorna à mídia em 24 do mesmo mês, afirmando que a SMTAS já possui um “programa de prontidão, que inclui funcionários, guardas e motoristas que estão prontos para qualquer tipo de emergência”. Também locais, alimentos e agasalhos foram selecionados e organizados para os flagelados, atividade que reuniu o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e “unidades militares”. Com as chuvas do período, Martins percorreu alguns bairros com a sua

viatura, afirmando não haver vitimados, pois para ele “só há flagelados em Rio Grande, como consequência das chuvas, quando estas persistem por mais de uma semana” (*Jornal Agora*, 24 de junho de 1983).

Durante o mês de julho de 1983, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul passam por uma grande cheia. São noticiados 120 municípios catarinenses como alagados, somando 200.000 pessoas desabrigadas “naquela que é considerada a maior cheia dos últimos 50 anos”. O RS estava isolado por vias terrestres do restante do país, devido ao desabamento de “todas as rodovias que poderiam dar passagens a veículos”, acumulando 60 municípios em estado de emergência declarado pelo governador Jair Soares (PDS) (*Jornal Agora*, 13 de julho de 1983).

A partir deste momento, diante da insatisfação da opinião pública com os serviços emergentes prestados pelo estado gaúcho, começa-se a delinear uma questão que tomará os rumos do periódico até o fim deste ano:

Diante do quadro de uma verdadeira tragédia que se delineia não apenas em Santa Catarina, como também em várias cidades gaúchas, surge a necessidade premente de que nós, que não vivenciamos estas horas de aflição e angústia, afortunadamente, saibamos emprestar nossa parcela de colaboração às autoridades responsáveis e àqueles que se encontram sem ter o que fazer ou pensar. Sua alimentação, sem ter como obtê-la, moradia, com todos seus pertences submersos: eis a situação dos flagelados que, em muitos casos, não são apenas das classes menos favorecidas moradores das regiões ribeirinhas aos rios, mas de toda estirpe social, diante da gravidade do problema. Seria de grande interesse que a Coordenadoria da Defesa Civil ou quem de direito procurasse em meios de divulgação informando à população de todas as cidades incólumes à situação de calamidade pública vigente em tantos municípios, a forma como seria possível emprestar a sua solidariedade, mediante a oferta de alimentos não perecíveis, como leite em pó e enlatados, agasalhos ou dinheiro. Como fazê-lo, eis o problema (*Jornal Agora*, 13 de julho de 1983).

Neste mesmo editorial, é anunciada a criação da campanha “Irmão Ajuda Irmão”, promovida pelo próprio *Jornal Agora* junto ao Lions Centro, Cassino e Universitário. Com sede principal na rua Ewbank, nº 35, na Agência Marítima Alcymar de Atilio Martins (governador do Lions Clubes de Torres à SVP)¹¹.

No mesmo período, movimentos dos escoteiros locais, de jovens da diocese do Rio Grande e de oitenta alunos do Juvenal Miller, em companhia de militares do 6º GAC, percorreram as ruas de Rio Grande em busca de recursos para os flagelados, com postos fixos “um em cada Centro Social Urbano e um no São Judas Tadeu, ficando a sede no Instituto Cristo Rei”, mesclando-se com a campanha do *Jornal Agora* (*Jornal Agora*, 14 de julho de 1983).

¹¹ Foram postos avançados da campanha: “Fin-Hab, Habitasul, rede de supermercados Guanabara, Veículos Guanabara, Crefisul [...], Ed. Acapulco, Ed. Aquarius, Ed. Riograndense, Ed. Dona Laura, Galeria Américo Papeléo, Conj. C. Perez, Escritório da Fertisul, Casa das Frutas (Av. Silva Paes), Supermercado Real, Jacy Automóveis, Ed. D. Luiza, Bar (Andrade Neves eq. Conde Porto Alegre), A. Lima & Cia Ltda, Mad. Miguel Barros, Ed. Getúlio Vargas e Motobrás” (*Jornal Agora*, 14 de julho de 1983).

Como esforços conjuntos similares ao rio-grandino espalharam-se pela Região Sul do Brasil, a Defesa Civil do estado gaúcho emitiu a seguinte lista dos itens mais essenciais para os flagelados:

[...]barracas, barcos, fósforos, velas, querosene, álcool, lampiões, fogareiros, abridores de latas, cobertores, colchões, fraldas, medicamentos (antigripais, antitérmicos, antibióticos, seringas descartáveis, gaze, esparadrapo), câmaras de ar, alimentos não perecíveis (preferência pronto para consumo), roupas impermeáveis, roupas e agasalhos em geral. O primordial nesta lista toda, são os alimentos, cobertores, remédios e material de limpeza e higiene (*Jornal Agora*, 16 de julho de 1983).

A burguesia gaúcha, no entanto, não estava participando em peso. Assim, César Rogério Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais de Porto Alegre fez um apelo aos empresários, enviando-os por correspondências a solicitação de contribuições à Defesa Civil, seja em gêneros alimentícios, vestuários ou financeiros. Entre os exemplos de auxílio advindos desta classe, o periódico escreve: “a Associação Comercial de Porto Alegre deu o exemplo, cancelando o coquetel que estava marcado para sexta-feira e entregando os recursos à Comissão de Defesa Civil” (*Jornal Agora*, 18 de julho de 1983). Com o fim das campanhas no mês de agosto em Rio Grande, a SMTAS contabilizou o envio de 40 toneladas de agasalhos e mantimentos para as vítimas das cheias nos três estados da Região Sul. No 6º Batalhão da Polícia Militar, ainda restaram cinco toneladas (*Jornal Agora*, 15 de agosto de 1983).

Considerações Finais

Os eventos climáticos extremos ocorridos entre 1982 e 1983 geraram diferentes respostas sociais e políticas ao longo de seu período. Em Rio Grande, seus estragos relacionados aos ventos de 120/130km foram pouco documentados nas regiões mais pobres, ocasionando o oposto quando tratou-se das chuvas. Em totalidade, 21 localidades do município foram descritas como afetadas, das quais 19 foram na periferia. Entre estas, as mais citadas foram: Bairro Getúlio Vargas e Torotama (três vezes), Bernadeth e Povo Novo (duas vezes)¹², não classificando-os, necessariamente, como os mais prejudicados. Estes foram os das áreas ao Sul do centro da cidade, com flagelos relacionados, em sua maioria, aos alagamentos, gerando inúmeros moradores ilhados ou desabrigados. Problemas telefônicos e obstrução de vias centrais também foram relatados.

¹² Além das mencionadas, as seguintes localidades foram afetadas e noticiadas durante o período: Bucholtz, Carreiros, Canalete, Centro, Ilha dos Marinheiros, Lar Gaúcho, Leônidas, Matadouro, Nossa Senhora de Fátima, Profilurb, Quinta, Rural, São Miguel, Santo Antônio, Santa Tereza, Senandes e Vila Maria.

A atuação pública, durante os dois anos, esteve principalmente a cargo da Secretaria Municipal de Transportes (SMT) e da Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS). O Corpo de Bombeiros aparece constantemente em segundo plano, ora aguardando casos, ora cedendo viaturas. Em nenhum momento a Defesa Civil é citada durante 1982, aparecendo somente a partir de junho de 1983, quando eventos extremos passam a agir sobre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como tentativa de resposta aos problemas de alagamentos e de flagelados locais, a Prefeitura Municipal, sob administração de Abel Abreu Dourado (PDS), ocupou-se quase que integralmente de serviços de recuperação que envolviam o aterramento, a drenagem de ruas, a recapagem asfáltica e, em menor medida, a instalação de bueiros.

Concluímos, portanto, que a insuficiência dos serviços públicos foi fartamente evidenciada na documentação. A Prefeitura, em geral, buscou tomar medidas somente após a passagem das precipitações, mesmo tratando-se de eventos minimamente aguardados – a exemplo do caso de 10/06/1983, quando uma viatura passou a buscar flagelados da madrugada apenas às 16 horas da tarde do dia seguinte. Em comparação, no início de maio de 1982 a ABC já executava preparos em sua infraestrutura local, aguardando a chegada do inverno. Nada disso é relatado no restante do município, mesmo este não dispondo nem de saneamento básico em grande parte das localidades periféricas. Ao que tudo indica, a proposta do vereador Ciro Cardoso Lopes (PMDB) também foi ignorada, mostrando a indisposição do Executivo perante a crítica e crescente situação de risco. O que houve de mais próximo ao que poderíamos chamar de ação preventiva traduz-se na designação de escolas para recebimento dos abrigados, em apoio do que corresponderia atualmente à Secretaria de Município da Educação (SMEd), bem como no armazenamento de vestuários e produtos alimentícios – estes últimos, relatados apenas a partir de junho de 83.

Com a debilidade preventiva a nível local, estadual e nacional, evidenciada pelos fenômenos de julho de 1983, noticiou-se que as calamidades poderiam atingir todas as classes sociais. Em seguida, parte da burguesia gaúcha passou a cooperar com a Defesa Civil, fazendo o grande esforço de cancelar seus coquetéis e doar o valor aos flagelados. Comerciantes locais, por sua vez, organizam a campanha “Irmão Ajuda Irmão”, de grande receptividade pela população rio-grandina.

Em suma, para além do impacto socioambiental material, a passagem do El Niño, no contexto, se refletiu na produção de artigos que expressam uma pequena alteração na percepção ambiental do Jornal Agora. Onde antes a natureza era debatida unicamente por meio de seus fatores de risco ao bem estar social e ao fluxo econômico, deu lugar à textos indutivos sobre a questão climática, como “Enchentes, secas e nevascas” (01/03), “O homem e o meio ambiente

(08/06) e “Dia da Ecologia” (04/10), se aproximando das características que tomará a imprensa pós Rio-92. Na esfera política e científica local, por outro lado, temos a fundação em 18 de julho de 1983 do Centro de Estudos Ambientais (CEA), com “bases estruturadas na educação, na preservação e na conscientização”, mas sem compromisso com os incidentes do período, deixando-os para os órgãos públicos responsáveis (*Jornal Agora*, 05 de outubro de 1983).

Referências

Fontes

Bibliográficas

ARMOND, Núbia Beray; NETO, João Lima Sant’Anna. **Utilização de mídia impressa na identificação e análise de episódios extremos de chuva no município do Rio de Janeiro.** Revista Geonorte, v. 3, n. 8, p. 774–785-774–785, 2012.

BELMONTE, Roberto Villar; STEIGLEDER, Débora Gallas; MOTTER, Sarah Bueno. **Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite.** XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014.

BERLATO, Moacir A.; FONTANA, Denise Cybis. **El Niño e a agricultura da região Sul do Brasil.** Passo Fundo: Embrapa, 2011.

ELY, Deise Fabiana. **Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?** In: KATUTA, Angela Massumi et al. (orgs.). Geografia e mídia impressa. Londrina: Moriá, 2009

FERREIRA, Felipe Nobrega; PEDROSO, Ticiano Duarte; DA SILVA, Gabriel Ferreira. **Chuvas na cidade de Rio Grande (RS): Uma proposta de apreensão do Clima na Educação Ambiental.** Ambiente & Educação, v. 25, n. 3, p. 31-54, 2020.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente.** 2.ed. Lisboa: Público, 2006.

GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa. **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental.** Comunicação & Sociedade, V. 34, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

ISMERIN, Flávio. Entenda o que causou o maior desastre natural do RS nos últimos 40 anos. **CNN Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entenda-o-que-causou-o-maior-desastre-natural-do-rs-nos-ultimos-40-anos/>>. Acesso em: 08/09/2023.

KAYANO, Mary T.; MOURA, Antonio D. **O El Nino de 1982-83 e a precipitação sobre a América do Sul.** Brazilian Journal of Geophysics, v. 4, n. 2, p. 201-214, 2018.

KLANOVICZ, Jó; DA FONSECA, Maíra Kaminski. **Tempo Presente e História Ambiental: a contemporaneidade do desastre do Césio-137 (Goiânia, mais que 1987).** Revista Tempo e Argumento, v. 11, n. 26, p. 201-228, 2019.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica.** Revista de História Bilros: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s), v. 4, n. 06, 2016.

LE GOFF, Jacques et al. **História e memória.** História e memória. São Paulo, Editora da UNICAMP, 2003.

MATZENAUER, Ronaldo; RADIN, Bernadete; MALUF, Jaime Ricardo Tavares. **O fenômeno ENOS e o regime de chuvas no Rio Grande do Sul.** Agrometeoros, v. 25, n. 2, 2018.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental.** Estudos avançados, v. 24, p. 81-101, 2010.

SANT'ANNA NETO, João Lima. **Por uma Geografia do Clima: antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento.** Terra Livre, n. 17, p. 49-62. São Paulo, 2º semestre, 2001.

VALENTE, Pedro Teixeira. **Eventos extremos de precipitação no Rio Grande do Sul no Século XX a partir de dados de reanálise e registros históricos.** Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2018.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental.** Revista Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

História e Psicanálise: Sobre o inconsciente da história em Michel de Certeau

OLIVEIRA, Pietro Henrique Mello de
Graduando — Universidade Federal de Santa Maria
pietro.mello@acad.ufsm.br

Resumo: A atual pesquisa visa analisar as relações teórico-metodológicas entre as disciplinas de História e da Psicanálise através da obra do historiador francês Michel de Certeau. Este autor promoveu um choque epistemológico interdisciplinar para identificar tanto os limites conceituais quanto os investigativos, não apenas nas fronteiras que separam os campos de estudo, mas também no interior de suas construções discursivas. De forma geral, nosso objetivo direciona-se em indicar possibilidades dialógicas entre História e Psicanálise, aproximando suas *práxis* sem perder de vista as diferenças latentes, principalmente àquelas que dizem respeito às naturezas distintas dos objetos de estudo. Entendemos como necessário este diálogo crítico já que ambas disciplinas trabalham com as “zonas históricas” que impelem nossos presentes. Apesar das disparidades de estratégias e do “material” trabalhado, as duas disciplinas reconhecem que o passado só é acomodado pelo exercício interpretativo que o ressignifica. Sendo um trabalho da área de História, justificamos a escolha de nosso objeto em um esforço de validar a importância do conhecimento histórico nos âmbitos social e institucional. Focamos nos efeitos que as reflexões de Michel de Certeau produziram na teoria da história, em especial na relação que a escrita da história mantém com os ausentes que a constituem enquanto operação científica. Cuidamos, mais exatamente, em como o historiador francês se utiliza do conceito psicanalítico de *inconsciente* na sua problematização sobre a natureza do discurso historiográfico.

Palavras-chave: Certeau; Psicanálise; Teoria da História.

Introdução

História e Psicanálise reconhecem-se como campos investigativos que sondam passados para solucionar problemáticas do presente. Ambos se fazem pelo exercício analítico. A natureza de seus objetos, entretanto, não é a mesma. No caso da História, lidamos comumente com um “passado” que, ao menos aparentemente, “já foi”. É dizer que as fontes sobre as quais construímos nossos trabalhos encontram-se numa zona histórica diferente da contemporaneidade que as geram. Os objetos de pesquisa, as tecnologias e a instituição corporativa que regulariza o trabalho historiográfico são elementos ausentes, muitas vezes não problematizados, que guiam o processo de produção histórica de forma inconsciente. O objeto da psicanálise, por sua vez, é vivo. Vivo no sentido de que é uma fonte inesgotável de vestígios necessários para o cumprimento da terapia analítica, mas onde a contemporaneidade da relação acaba por colocar limites éticos, teóricos e práticos para sua efetivação. Por conta disso, a psicanálise desde seu início desenvolveu modelos e técnicas para trabalhar tais limites. É com base nestas semelhanças e disparidades entre a História e a Psicanálise que propomos o presente diálogo de caráter epistemológico.

No presente trabalho, quando falamos de psicanálise estamos nos referindo à psicanálise de Sigmund Freud, certas vezes referenciada aqui como *freudismo*. De acordo com nosso objetivo de analisar os possíveis contatos epistemológicos entre a ciência histórica e a psicanalítica, propomos um estudo de alguns conceitos que Michel de Certeau trouxe do freudismo para pensar a teoria da história, como *transferência*, *sessão analítica*, *análise interminável* e, principalmente, *inconsciente*. Seus esforços de reflexão se direcionaram em pensar os *ausentes da história*, elementos não-ditos que engendram o trabalho historiográfico. Nossa abordagem investigativa se coloca no campo de uma história intelectual aludida por LaCapra (1983), pela qual buscamos elucidar elementos “infra-estruturais” dos textos históricos em questão. Especificamente para nosso caso, buscamos entender o que se efetua para a teoria da história do ponto de vista teórico-metodológico a partir do diálogo proposto.

O artigo divide-se da seguinte maneira: na primeira parte, descrevemos o modelo e a técnica terapêutico-analítica como desenvolvidos por Freud, chamando atenção para suas noções de historicidade e hermenêutica em comparação com aquelas da teoria da história. Na segunda parte, configuramos o pensamento historiográfico de Michel de Certeau em relação ao freudismo descrito anteriormente e os usos que o autor francês realizou de suas conceitualizações para problematizar a escrita da história. Ao final, expomos os resultados desta problematização psicanalítica sobre o fazer historiográfico em uma comparação com produções recentes que percebem na teoria da história de Certeau um modelo paradigmático nas relações entre a História e a Psicanálise.

O modelo e a técnica freudiana

Na obra inaugural da psicanálise moderna, *Interpretação dos Sonhos*, publicada em novembro de 1899 (mas cuja primeira edição foi datada de 1900), o então neurólogo Sigmund Freud apresentava sua teoria a respeito dos sonhos¹³. Investigando as possíveis origens das sensações, imagens e sons que formam um sonho, Freud postulou a existência de uma região da psique do qual todos estes elementos emergem. Conceitualizou, assim, a existência de um *inconsciente*, presente em todos os indivíduos. Uma instância obscura da psicologia humana sem idioma próprio, que utiliza de materiais diversos - de percepções sensoriais à abstrações - para fazer-se representar. Cada elemento inconsciente tem por fim último a sua representação, isto é, que todo desejo inconsciente atinge sua meta quando consegue fazer-se *consciente*.

¹³ A edição aqui utilizada é FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos* (1900). **Obras completas**. v. 4; tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Assim, o inconsciente de Freud detém função patológica na constituição psíquica humana. Esta região forma-se por conta do processo de repressão instintual que começa muito cedo na história do indivíduo e, ao longo de sua vida, é cada vez mais apartada da vida consciente “normal”.¹⁴ O reprimido, entretanto, nunca é subjugado integralmente. O exercício de repressão é constante e dispendioso ao indivíduo, gerando muitas vezes “restos” sintomáticos que são, segundo Freud, compromissos de satisfação dos instintos reprimidos. Estes sintomas, retorno do reprimido, são sempre encenações daquilo que é desejado.

Vale ressaltarmos aqui que a problemática central de Freud é terapêutica; enquanto médico, preocupou-se em construir um modelo que tornasse inteligível as afecções psíquicas, sem causa etiológica aparente¹⁵, como também desenvolver uma técnica investigativa que desse conta do material “clínico” em mãos. Ao longo de suas pesquisas, entendeu que as linhas que separam os “neuróticos” dos saudáveis são tênues e mal delimitadas. Todo indivíduo é, de certa maneira, um neurótico em potencial, e os gatilhos para o mal-estar psíquico se dão na tensão deste com a sociedade.

A conceitualização de um inconsciente proposta por Freud também pode ser entendida como um elemento de historicidade próprio da constituição humana. É um dos pilares da configuração psico-biológica e da subjetivação cultural, a parte “selvagem” e “não domesticada” da espécie humana, situando-a como mais uma entre as demais, condicionada pelas mesmas pressões, interiores ou exteriores. O inconsciente é um passado que não passa¹⁶ e, já que é parte integrante de nossas vidas — segundo Freud —, deve ser permanente reelaborado. Logo, o Eu da psicanálise freudiana, instância autônoma, encontra-se ameaçado por todos os lados e é seu papel montar guarda frente à um *dentro* e um *fora*¹⁷. Na terapia psicanalítica, o analista assume o papel de aliado nesta batalha e o instrumentário interpretativo freudiano acaba legitimado pela experimentação e plausibilidade (Gay, 1989, 56).

Em uma comparação teórico-metodológica entre História e Psicanálise, Peter Gay (1989) reconhece que ambas enxergam a diversidade humana, suas contradições, as relações de amor e ódio e aquilo que é aparentemente irreconciliável. A experiência humana não pode ser

¹⁴ Segundo Freud, o processo de repressão começa ainda nos primeiros anos de idade, produzido a partir do conflito edipiano no interior da convivência familiar. (Freud, 2010. p. 50-60).

¹⁵ De um ponto de vista clínico, buscar a causa etiológica significa identificar as causas das afecções e dos desequilíbrios fisiológicos.

¹⁶ A vivência cultural e individual humana, segundo Freud, são sempre reproduções de cenas primitivas, ocultadas por ficções que tentam se distanciar do passado selvagem. “O passado que não passa”, neste sentido, é o perpétuo retorno do reprimido.

¹⁷ Referenciamos aqui a segunda tópica apresentada nos trabalhos Além do princípio do prazer e O Eu e o Id. In: **Obras Completas**. v. 14 e 16; tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 e 2011.

reduzida à uma interpretação apenas. Os fenômenos são vários, suas causalidades e sentidos também. É neste emaranhado que investigações históricas e psicanalíticas buscam seus objetos. Ressaltamos, principalmente, que tudo aquilo que é gerado em matéria de conhecimento tanto para uma quanto para a outra só pode vir a ser enquanto fenômeno da linguagem. A topografia psicológica freudiana referenciada acima e as estruturas interpretativas com as quais os historiadores trabalham estão condicionadas pelo arcabouço semântico-lexicográfico à disposição. Ao mesmo tempo que limita, a linguagem também possibilita.

Para Koselleck (2014), historiador alemão, existem certas estruturas transcendentais presentes em qualquer história, constituindo categorias *sine qua non* a qualquer empreendimento que possa ser entendido como tal. São os pares antitéticos: a) “antecipação da morte” e “poder matar”; b) oposição de “amigo” e “inimigo”; c) “interior” e “exterior”; d) “sucessão” e “ruptura” geracional; e) dicotomia “senhor” e “servo” (Koselleck, 2014, p. 95-102).

Estas estruturas são resultantes da finitude temporal intrínseca à experiência humana e distintas entre si, coletiva e singularmente, mas que exatamente por este caráter estão presentes em toda obra histórica. Tais condições do empreendimento histórico, segundo Koselleck, fogem da esfera fenomenológica da linguagem. Desta forma, “se existem essas precondições da história, que não se esgotam na linguagem nem dependem de textos, o estatuto epistemológico da teoria da história não pode ser enquadrado como divisão da hermenêutica” (Idem, p. 92). A distinção do trabalho do historiador ante outras ciências hermenêuticas se dá na compreensão de que seu estudo se dá através e para além do texto. O texto é um vestígio, uma testemunha passível de ser inquirida. Ele não contém a história a ser desvelada; antes, faz parte dela. Adquire um *status* que só é atribuído *a posteriori* (Ibid, p. 102-106).

O relato humano, o exercício de *contar-se*, fonte por excelência da psicanálise, também pode ser encaixado nas reflexões de Koselleck. O mal-estar dos pacientes de Freud só poderia ser expressado através do ato linguístico, mas suas afecções diziam respeito às sensações e condições dadas na esfera extralinguística. Os pares antitéticos citados acima, as estruturas transcendentais do relato histórico, dizem respeito à narração de si já que o sujeito, na obra freudiana, encontra-se cindido em uma complexa estrutura tópica e economicamente dinâmica (Freud, 2011 e 2010). O ato narrativo, seguindo um modelo *a priori* no teatro da análise e guiado pela figura do analista, oferece ao *analisando* possibilidades de entender a sua “afecção” e encontrar, por si mesmo, a própria “cura”. Análise e resolução adentram uma relação dialética que não se esgota. Desta maneira, o processo analítico terapêutico, como encarado por Freud, detém dimensões hermenêuticas mas, tal qual o trabalho historiográfico, sua análise vai além

destas. O modelo *a priori* transforma o relato vivo em algo a mais, um sinal etiológico a ser interpretado clinicamente.

Michel de Certeau, autor aqui analisado, argumenta a favor de uma aproximação “ética-teórica” entre a pesquisa historiográfica e a terapia psicanalítica (Certeau, 2023, p. 71-89). Ambas, segundo o historiador francês, constituem-se enquanto práticas técnicas que seguem determinados projetos “científicos”. É o que as legitima enquanto campos epistemológicos que reconhecem faltas e, com suas respectivas *práxis*, instituem substitutos por meio do ato analítico. Para Certeau, o historiador e o analista devem marcar os lugares que ocupam, descrever a historicidade de seus espaços, e assim “transformar essa explicação na condição de possibilidade de uma lucidez (...)” e substituir, “o discurso ‘objetivo’ (...) por um discurso que assume a figura de ‘ficção’” (Idem, p. 75).

O modelo analítico freudiano busca entender os elementos invisíveis das relações humanas, do indivíduo com as coletividades e do indivíduo consigo mesmo. Os conceitos flexíveis e maleáveis de *repetição* e *deslocamentos*, assim como a concepção tripartite da psique humana, só funcionam por conta das características de instabilidade, insuficiência e interminabilidade imanentes à ação interpretativa. Segundo Freud (2010, p. 133-142), o que garante a efetividade de todo ato analítico é o fenômeno da transferência. É o que o possibilita e, ao mesmo tempo, seu principal empecilho. Aqui, transferência deve ser entendida como atribuição de autoridade sobre si a outrem; na psicanálise, o analista detém a autoridade sobre a interpretação e, se a relação transferencial se quebra ou se “perverte”, a terapia deixa de se efetivar. A análise deve ser o fim último já que é ela o agente inquietante que problematiza. O analista, neste sentido, trabalha no campo da transferência e é nele que sua epistemologia detém garantia. Seu procedimento é de *contra-transferência*, reafirmando as posições estabelecidas e expondo as defesas em curso (Idem, p. 146).

A posição de autoridade interpretativa significa que o analista deve guiar o processo de reescrita das experiências traumáticas que, inconscientemente, instigam a vivência do presente. O que é repetido compulsivamente deve sofrer reelaboração pelo *analisando*, que se sustenta na figura transferencial do *analista* e se entende pelo modelo *a priori* trazido por este. O que é disputado pelo *analisando* é o domínio transferencial de seu inconsciente, produtor de sintomas. A reelaboração analítica, desta forma, aos poucos substitui a repetição sintomática, fazendo o “paciente” dominar tais recordações e assim produzir novos sentidos (Ibid, p. 193-209). O estado anterior à emergência dos sintomas é inacessível, por isso a necessidade da análise interminável que liberta em instituir um processo de ressignificação.

Assim, tanto o modelo quanto a técnica de Freud reconhecem a “ficção” que fabricam e da qual dependem e também os limites “científicos” no qual agem. Entretanto, reconhecem também que o próprio sujeito é ficcional, atravessado por contradições que não são naturais, mas culturais. As afecções psíquicas não se apresentam ao olhar clínico tal qual um braço quebrado, o que não quer dizer que não causam dor e sofrimento. Ao contrário, pode-se dizer que causam um tipo de mal-estar mais duradouro e profundo do que um braço quebrado.

Antes de adentrarmos na psicanálise da história desenvolvida por Michel de Certeau, é capital entendermos que o autor francês não entendia de forma negativa o termo “ficção” (Certeau, 2023, p. 45-70). Ela é, segundo ele, uma necessidade de todo discurso sobre o real. Este “real”, antes de qualquer coisa, é o que se encontra em disputa por aqueles que se colocam como seus intermediários. O que o historiador francês critica são as práticas discursivas que visam identificar-se com o próprio real, recaindo em estratégias que camuflam o fato de serem discursividade. A ficção, neste sentido, acaba se tornando o traço a ser ocultado mas que, invariavelmente, está presente como “sombra”, resto da mesma prática que a produz.

Sua crítica ao discurso historiográfico “fechado”, que visa se vincular diretamente com a realidade da qual fala, sem problematizar a posição que ocupa, colabora na configuração de uma teoria da história que se guia por preocupações éticas que entendem a análise histórica como um espaço dinâmico, transferencial por excelência, onde sujeito que analisa e objeto analisado confundem-se em uma tensão permanente. A escrita da história produz “a-topias” que abrem ausências no presente (Idem, p. 185), desnaturalizando-o e, neste ato, introduzindo historicidade nos lugares enunciativos.

Michel de Certeau e a psicanálise da historiografia

Como descrito acima, a psicanálise de Freud nasceu pela busca de seu “fundador” em tornar legível a composição psíquica do ser humano, cujas estruturas profundas mentais não estão expostas à olho nú. Elas emergem somente através de uma análise verticalizada, eminentemente histórica, de testemunhos que sofrem a todo instante processos deformativos de ocultações. É dizer também que o campo de ação da psicanálise freudiana se define pelos limites que ela própria evidencia e se lança sobre. Estrutura-se enquanto um modelo de significabilidade (Certeau, 2015, p. 45-112) que, uma vez teorizado, descreve as metodologias e problemáticas que o guiam, como também o que o impele do ponto de vista analítico. Não é, em suma, um arcabouço investigativo dogmático.

Michel de Certeau, em seu texto *A operação historiográfica*, presente no livro-coletânea *A escrita da História* (2015), defende que a historiografia deve reconhecer-se como um modelo

de significabilidade tal qual o modelo freudiano. Descrevendo seus limites, o estudo histórico deve expor os elementos que sustentam os modelos - modelos que são, em última instância, configurações linguísticas do presente que miram identificar *desviantes*. Lança luz, assim, não tanto para os resultados obtidos pela própria ciência, mas para o lugar de onde foram extraídos. O historiador francês, assim, coloca que o aparelho do historiador — suas tecnologias e técnicas — mediatiza a operação, mas que esta operação sempre obedece a um sistema generalizado.

A psicanálise historiográfica significa elucidar os traços invisíveis que se encontram para além do texto. É entender o que organiza o lugar de onde a pesquisa histórica parte e o lugar social que institui seus procedimentos científicos, que aceita seu “projeto” e o fundamenta do ponto de vista institucional.

O inconsciente da história descrito por Certeau diz respeito à gênese da problemática histórica e suas capacidades de resolução, que lhe escapa no próprio procedimento operatório. É o que se encontra através dos “acontecimentos” e da “estruturação” que condiciona o sujeito investigador. O historiador francês entende que a escrita da história ocidental se fez na denegação da origem, na qual a figura do historiador e da corporação que legitima ocultaram-se na produção historiográfica. É também uma luta contra a morte, sendo a morte o que paradoxalmente possibilita a comunicação entre os vivos do passado e os vivos do presente.

O passado, aqui, é o objeto morto continuamente revificado pela prática presente - a operação historiográfica. A comunicação é aberta mas os vínculos que a configuram são vestígios de uma linguagem ao mesmo tempo estranha e familiar. Estranha porque a investigação nunca captura por completo o que se busca, conservando a estranheza do significante “passado”. Familiar porque a investigação reelabora o inalcançável segundo suas regras, fabricando sentidos para a *práxis* do presente.

A alteridade deste Outro ausente é o *a priori* da escrita da história. Ohara (2012), partindo do que Certeau desenvolve a respeito das mudanças interpretativas, coloca que as coletividades produzem suas efígies que comportam o passado e abrem o horizonte de experiências temporais. São ícones destas experiências e identidades no tempo, comuns à toda sociedade mas particulares em seus sentidos fabricados.

O ausente da historiografia moderna é o principal elemento que a condiciona. É um paradoxo: a escrita da história só funciona na tentativa de encapsular, dentro de sua racionalidade presente, um *outro que está fora*, projetado enquanto Outro cuja compreensão se elabora sobre uma representação linguística da qual este Outro não faz parte. Este inconsciente — ausentes múltiplos — são sempre representações criadas pela própria escrita da história. É dizer que nos entendemos quando entendemos nossos outros, quando as diferenças e

semelhanças são identificadas, reformuladas ou refundadas. Os “fatos”, as “descontinuidades” e a “cronologia” são exemplos deste inconsciente historiográfico (Certeau, 2015, p. 86-100).

O transferencial do discurso historiográfico, seguindo a nossa conceitualização, sustenta sua autoridade em características de rigor e credibilidade. Tende, porém, a privilegiar a segunda em relação à primeira. É principalmente por meio de elementos paratextuais¹⁸ que a operação historiográfica acumula autoridade frente ao leitor. É uma relação com o não-saber, contrato enunciativo entre remetente e destinatário. O historiador suprime o seu Eu na interpolação de citações, colocando-se em um círculo de technicalidades e de *corpus literário* específico de sua ciência. O discurso historiográfico pode ser encarado como ato performativo, já que esconde o que tem de “interpretação” e subjetividade quando evoca sua posição de referente para com a realidade. A sua constatação é sempre “falsa”; o que produz é significativo do ato de palavra como autoridade (Certeau, 2015, p. 103).

O exercício freudiano de análise interminável, quando Certeau o aplica para pensar o conflitante processo interpretativo do campo historiográfico, coloca que a escrita da história “canibaliza” seus objetos (Idem, p. 382). Partindo das noções freudianas de historicidade, Certeau argumenta que o ato que produz história é a operação historiográfica por si só. Os deslocamentos que o historiador faz do material precedente, retirando as produções levantadas de seu espaço de fabricação e as transformando em elementos *paratextuais* que sustentam a sua própria produção, já se encontram de sobremaneira dados no acúmulo cultural-social de seu meio. Ou seja, Certeau chama atenção para a historicidade da enunciação.

É por isso que o historiador francês postula que o trabalho historiográfico é um evento histórico. Esta noção de produção histórica Certeau encontra no *modus operandi* da investigação psicanalítica de Freud, entendendo deste jeito que falar sobre algo é também um trabalho de ocultação. O original da análise, seu “motivo primeiro” nunca é desvelado. A análise se dá sobre o que está produzido em cima deste acontecimento “original”. A escrita da história, assim descrita por Certeau, é um eterno jogo de ocultamentos que se dão nos deslocamentos de cada presente, de cada fala. Os presentes-ausentes se chocam, se compreendem e se canibalizam.

Através de Michel de Certeau, Sigmund Freud passa a ocupar a posição de pai da escrita histórica contemporânea. A narrativa histórica, assim como a *práxis* analítica, revela-se como “ato arriscado” que nunca recupera o passado, e arriscado porque a reelaboração fabrica novos

¹⁸ Paratextos são os elementos intra e extra-textuais que sustentam o argumento exposto. Constituem-se pela pesquisa e preparação *a priori* conduzida pelo historiador. Tais elementos garantem a potencialidade “científica” do discurso historiográfico (White, 1992. p. 17-56).

referentes, distanciando-se da experiência “em si”. Reconhecemos o passado através do limite de nossa linguagem, na tentativa de subscrevê-lo pela lógica do presente que o reconstrói, sendo que “a experiência é a única garantia que temos para certificar uma evidência” (Freijomil, 2010, p. 95).

Teoria da história e a psicanálise freudiana, pela *rezeption*¹⁹ de Certeau, adentram um mesmo fenômeno diacrônico. Sua crítica historiográfica, em um diálogo com as noções de historicidade particulares ao freudismo, produziu reformulações quanto às maneiras de abordar os problemas e técnicas de cada uma. Assim, a performance discursiva de Michel de Certeau se fez no interior de contextos linguísticos diferentes, em direção àquilo que o autor francês pensou como “choque epistemológico”, com vistas a construir um tipo de interdisciplinaridade que problematiza os limites teórico-metodológicos dos campos disciplinares. Neste contato, Certeau historiciza a própria psicanálise e a utiliza como teoria crítica aplicada à historiografia. Visa encontrar a fórmula para estas ficções-científicas (Certeau, 2023, p. 70).

Ao contrário do imperialismo epistemológico proposto pelo “fundador” da psicanálise (Freud, 2012), o que o modelo e a técnica de Freud mais têm a oferecer para a ciência histórica é seu *ethos* investigativo ante objetos cuja natureza é de inconstância e ambiguidade, natureza que confunde a relação sujeito-objeto (Franco Júnior, 2021; Junior, 2021; LaCapra, 1989), entendendo o espaço de análise como um “teatro de alteridades” que é tornado possível pelas fronteiras ficcionais de suas instituições (Certeau, 2015). São os processos de subjetivação e auto-análise que só encontram significantes para suas experiências na linguagem, contingencial mas historicamente aberta pelos vestígios (Martínez, 2013).

Na psicanálise da história, Michel de Certeau identificou que seu inconsciente é o Outro pelo qual se autoriza a falar, produzir, encenar e se reconhecer. A operação historiográfica recorta um passado de um presente e, no seu discurso científico baseado numa ficção teórica, singulariza as experiências pela ação narrativa representacional (Weymans, 2004). Na posição de “analista” da historiografia, Certeau se preocupou em elucidar aqueles elementos invisíveis que circundam sua prática institucional para torná-la mais consciente de si, buscando uma formalização discursiva baseada na ética dialógica presente na terapia analítica.

Considerações finais

Pelo desenvolvido até aqui, podemos situar a teoria crítica da historiografia de Michel de Certeau como modelo paradigmático de uma escrita da história genuinamente psicanalítica.

¹⁹ O conceito de *rezeption* proposto por Pocock diz respeito ao recebimento, reformulação e prática discursiva que produz novos sentidos dentro desta tradição recepcionada (Pocock, 2003, p. 23-62).

Na sua investigação sobre a historiografia ocidental pós-século XVI, seu argumento descreve como o contato europeu com os múltiplos Outros não-europeus gerou uma abordagem investigativa que traduziu-se em um processo de violência epistemológica. A crítica elaborada em suas reflexões epistêmicas objetivou romper com esse formato escriturário onde o sujeito “racional” simplesmente domina seus objetos, enxergando na terapia analítica freudiana um modelo possível de problematização mútua da relação sujeito-objeto.

Seus trabalhos no campo da teoria da história são também trabalhos psicanalíticos, no sentido de entender a história de suas inquietações. Ressaltamos, aqui, os três não-ditos que impelem a escrita da história, segundo Michel de Certeau: 1) que ela se faz contra a morte e por causa dela; 2) que ela enterra os mortos para liberar espaço aos vivos; e 3) que sua produção sempre funciona no interior de uma organização social.

Disputa contra a morte e por causa dela já que os mortos são representados como os ausentes da prática presente. Todo empreendimento historiográfico, segundo Certeau (2015, p. 3-44), parte de um paradoxo: ele povoa o passado com o que foi e não é mais, mas que continua como um ausente eterno no esforço de representação. Sua analogia não é à toa: o historiador age como um exorcista, que enterra os demônios no ato de nomeação, isto é, de significação. O passado é simbolizado pela linguagem e situado numa narratividade do presente.

Que ela enterra os mortos para liberar espaço aos vivos, já que a produção historiográfica serve não aos primeiros, mas aos segundos. A História, neste sentido, é a “ciência do outro” (Idem. p. 221-260) por excelência, já que depende destes ausentes para estruturar-se enquanto autoridade discursiva dos mesmos. A produção histórica performa suas faltas.

Que sua produção sempre funciona no interior de uma organização social porque a pesquisa individual é insustentável. O discurso histórico parte de uma posição social que encontra-se — e projeta-se — em uma tradição intelectual que o investe. Tal posição institui regras e procedimentos, problemáticas e possíveis resultados. O discurso historiográfico é, em suma, um produto social. Se uma obra que pretende-se historiográfica não passa pelo crivo das convenções corporativas, não será entendida como tal. O círculo institucional marginaliza ou reconhece. Sendo assim, o lugar de onde, quando e como o historiador fala ao mesmo tempo possibilita e restringe seu trabalho.

Em trabalhos recentes de historiadores sobre a temática interdisciplinar da História com a Psicanálise (Franco Júnior, 2020 e 2021; Santos, 2021), o diálogo se deu mais em torno do traço de suspeição em torno da enunciação presente na psicanálise freudiana. O que esta vem oferecer para a historiografia são caminhos teórico-metodológicos para as problematizações acerca dos “fatos inquestionáveis” de sua ciência.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**; tradução Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

FREITAS, Rodrigo Miranda Junior de. Michel de Certeau e a psicanálise: As estratégias do tempo e as fronteiras da história com a literatura. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 23, n. 2, 2020, p. 185-209.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Clio e Psique: Limites e perspectivas de diálogo. **Revista de História**, n. 180, 2021, pp. 1-33.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. “Só irmãos não basta ser, melhor é sermos amigos”: As relações entre História e Psicanálise. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 23, n. 2, 2020, pp. 11-40.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). **Obras completas**. v. 18; tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). **Obras completas**. v. 14; tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 94-139.

FREUD, Sigmund. [Artigos sobre técnica]. In: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). **Obras completas**. v. 10; tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2010. 75-142.

FREUD, Sigmund. Ensaios de metapsicologia. In: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). **Obras completas**. v. 12; tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 7-105.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). **Obras completas**. v. 14; tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 8-45.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). **Obras completas**. v. 11; tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**; tradução Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. Teoria da história e hermenêutica. In: **Estratos do tempo: estudos sobre história**; tradução Markus Hediger. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 91-110.

LACAPRA, Dominick. History and Psychoanalysis. In: **Soundings in Critical Theory**. 1 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1989. p. 30-66.

LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: **Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language**. 1 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1983. p. 23-71.

MARTÍNEZ, Fernando Betancourt. Intersubjetividad, cognición y sistema: acercamientos epistemológicos al psicoanálisis freudiano y a la disciplina histórica. **Historia y grafía**, v. 20, n. 40, 2013, pp. 193-225.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. “L’absent de l’histoire”: Notas sobre a crítica de Michel de Certeau ao fazer historiográfico. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, p. 70-81.

POCOCK, J. G .A. Introdução: O estado da arte. In: POCOCK, J.G.A.; MICELI, Sergio. **Linguagens do Ideário Político**; tradução Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 23-62.

SANTOS, Evandro dos. Por uma erótica da história: ensaio sobre possibilidades e limites nos diálogos entre História e Psicanálise. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 23, n. 2, 2020. pp. 322-331.

WANDEL, Torbjorn. Michel de Certeau’s Place in History. In: **Rethinking History: The Journal of Theory and Practice**, 4:1, 2000, p. 55-76.

WEYMANS, Wim. Michel de Certeau and the Limits of Historical Representation. **History and Theory**, v. 43, n. 2, 2004, p. 161-178.

WHITE, Hayden. A poética da história. In: **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. p. 17-56.

Narrativas de vida no universo acadêmico: perspectivas interligadas de Biograficidades, Particularidades e Universalidades

KRAUZER, Luiza Karoline
Bacharelado em História, UFSM
FIEX, luizakaroline1@gmail.com

ROSANELLI, Sandiara Daíse
Mestre em Educação; Graduanda em Bacharelado em Letras-Português, UFSM
sandiararosaneli@gmail.com

Resumo: O presente trabalho, que faz parte do projeto “Biograficidades, regionalidades e universalidades: narrativas de vida no universo acadêmico”, desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação - CLIO, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sob orientação do professor Dr. Jorge Luiz da Cunha, busca, com suas atividades propostas e em andamento, introduzir e incentivar a pesquisa etnosociológica por meio das narrativas de vida e a sua adesão às práticas de ensino. O objetivo, assim, é de enriquecer experiências pedagógicas e de pesquisa, utilizando as biograficidades como maneira de conectar experiências individuais com o coletivo, para que se possa explorar de maneiras diferentes os mais diversos campos de estudo, por exemplo, História, Literatura, Filosofia, Educação, entre outros. Utilizando-se de narrativas biográficas no universo acadêmico e de ensino, podemos obter diversas vantagens em relação às experiências atingidas, como a maior proximidade ao sujeito analisado, que leva à uma conexão mais pessoal com o conteúdo estudado – conceitos, eventos históricos, obras literárias –, maior contextualização do conhecimento e maiores perspectivas de significação que adotam não somente uma visão dos fatos passados ocorridos ou de teorias desenvolvidas, mas incentivam o desenvolvimento de habilidades analíticas e reflexivas para olhar e estudar o passado e o presente, bem como os diferentes relatos de um mesmo evento. As narrativas biográficas são representações totalmente condicionadas por instituições, épocas, culturas e espaços sociais, ou seja, são construções inseridas no contexto em que aquele que é biografado se encontra. Diferentes recortes espaciais e temporais produzem diferentes tipos de relatos, mediados pelas experiências individuais e coletivas dos entrevistados. Assim, conseguimos construir uma visão abrangente da temática pretendida, interligando narrativas, biografias e identidades, obtendo diferentes olhares de um único fenômeno, passado e/ou presente, que, quando combinadas e analisadas, proporcionam maior compreensão do tema e dos protagonismos que cada sujeito pode ter em sua própria narrativa. Com isso, o projeto tem a intenção de trazer ao foco a importância das biograficidades, tanto ao incentivar a utilização de (auto)biografias na academia, anexando trajetórias individuais nas produções futuras de acadêmicos dos mais diversos nichos, e mostrar as possibilidades da utilização da história oral para tal fim, assim como fomentar os usos pedagógicos interdisciplinares das narrativas biográficas, facilitando a compreensão do conteúdo e enriquecendo as experiências de alunos ao colocá-los em contato com as mais diversas experiências.

Palavras-chave: História; Biograficidades; Narrativas.

Introdução

No fazer histórico, foi comum que narrativas (auto)biográficas não fossem consideradas como fontes adequadas. Na busca incessante por uma objetividade histórica, insistente característica de uma cientificidade almejada, relatos biográficos são demasiadamente

subjetivos, particulares. Entretanto, a partir dos anos 1970 e 1980, as biografias voltaram a se inserir no meio historiográfico. O uso de biograficidades, tanto como fonte para a pesquisa histórica, quanto para a educação da consciência histórica e para o ensino de História, são abordagens importantíssimas que devem ser inseridas com mais afinco no universo acadêmico.

Segundo Mary Del Priore (2009), a moda da biografia historiográfica é recente, apesar desta ser uma das primeiras formas de se fazer história encontradas. Por séculos, as hagiografias²⁰, biografias de imperadores e de reis eram a norma, tendo o objetivo de retratar a vida de “grandes homens”, que deveriam servir de exemplo para todos e ao mesmo tempo ajudaram a fundamentar as línguas, literaturas e histórias nacionais²¹. Contudo, apenas no século XX, houve o reencontro do indivíduo com a História e, segundo Del Priore (2009, p. 9),

A explicação histórica cessava de se interessar pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os indivíduos, suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas. O indivíduo e suas ações situavam-se em sua relação com o ambiente social ou psicológico, sua educação, experiência profissional etc. O historiador deveria focar naquilo que os condicionava a fim de fazer reviver um mundo perdido e longínquo. Esta história “vista de baixo” dava as costas à história dos grandes homens, motores das decisões, analisadas de acordo com suas consequências e resultados, como a que se fazia no século XIX.

Houve, assim, uma simbiose entre as biografias e os novos métodos da História Social, da História Cultural, da Micro-História e da ‘História vista por baixo’, mantendo em vista a importância dos sujeitos, por mais comuns que fossem, e sua participação nos processos históricos. Iniciou-se, assim, a utilização de relatos biográficos como reveladores do passado, como testemunhas de eventos e contextos específicos que, ao serem abordados pelo viés historiográfico, nos ajudam a construir retratos do passado vivido. “A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos” (Del Priore, 2009), o que potencializa a pluralidade de narrativas históricas e de significação de cada período do passado pelos olhos de seus experienciadores.

A biografia permite o foco no indivíduo para a análise da sociedade e das estruturas que a compõem, as quais antes eram o foco majoritário dos historiadores. Assim, pode-se utilizar a relação intrínseca do particular com o universal²², de modo a conectar as experiências individuais com o enquadramento histórico a ser estudado e notar as ligações presentes nas

²⁰ Histórias da vida de santos e religiosos.

²¹ Como exemplo, pode-se citar a crônica histórica portuguesa, com as crônicas dos reis escritas, entre outros por Fernão Lopes (Oliveira, 2013) e os livros de linhagem (Mattoso, 1997; Lemos, 1997), que consolidam a língua portuguesa e fundam uma literatura - histórico-literária - em Portugal desde o século XI/XII (Lemos, 1997; Nascimento, 1997).

²² Que, segundo Franco Ferrarotti (2014, p.72), possibilita o conhecimento do universal e do social a partir da “[...] especificidade irredutível de uma práxis individual”.

redes de (inter-)relações nas quais todos os sujeitos históricos se entrelaçam e os “pontos de intersecção” entre os indivíduos, seu tempo e as estruturas sociais de suas vivências.

Considerando tais fatores, a inclusão das biograficidades no mundo acadêmico proporciona abordagens enriquecedoras à produção histórica. Tanto na pesquisa quanto no ensino, a utilização de relatos biográficos nos aproxima mais das temáticas de estudo, fazendo-nos ter uma compreensão diferente daquela que teríamos somente com o uso de fontes clássicas. Neste trabalho, abordamos brevemente sobre algumas das diferentes formas de inserção de narrativas biográficas na prática histórica, como a *Pesquisa Biográfica*, a *Biografia como fonte*, e a *Biografia como forma de educação da consciência histórica*.

Pesquisa Biográfica

É importante ressaltar, logo de início, as diferenciações terminológicas relacionadas à escrita de narrativas de vida. No campo da pesquisa bibliográfica, existem termos bastante similares, mas que ao serem utilizados podem modificar significativamente o intuito de um projeto. Jorge Luiz da Cunha (2016), conversando com outros autores, coloca:

[...] *biografia*, [...] se refere à escrita de vida do outro (PINEAU, 1999); *autobiografia*, como escrita de si, da própria vida; *relatos de vida*, que dizem respeito às configurações de uma trajetória de vida; e, *história de vida*, concebida como uma denominação genérica em formação e investigação que congrega uma variabilidade de pesquisas e de projetos envolvidos na construção de sentidos baseados nas trajetórias individuais (RÖWER; CUNHA; PASSEGGI, 2015, p. 27), que envolve um processo de expressão da experiência. (PINEAU, 2012) [...]. (Cunha, 2016, p. 97 - grifos do autor).

Produzir História a partir da Pesquisa Biográfica quer dizer escrever sobre a gênese de um sujeito histórico. Para Christine Delory-Momberger (2016, p. 136), “[...] o campo de conhecimento da pesquisa biográfica é o dos processos de constituição individual (de individuação), de construção de si, de subjetivação, com o conjunto das interações que esses processos envolvem com o outro e com o mundo social.”.

A produção da pesquisa biográfica serve para conectar experiências individuais com o contexto social, o panorama amplo em que o sujeito biografado age e influencia através de suas ações. Com ela é introduzida uma dimensão constitutiva da experiência humana, a temporalidade histórica (Delory-Momberger, 2016), que faz o indivíduo relacionar a sua experiência de vida no tempo da sua existência. Articula-se, assim, as ações humanas no tempo de vivência, a partir de uma lógica narrativa, em que o indivíduo “vive cada instante de sua vida como o momento de uma história”.

A construção da narrativa biográfica é centrada na apropriação das experiências, de si ou de outro, para a elaboração de uma conjuntura histórica singular, de modo que “[...] a

narrativa de si é um processo privilegiado [...] [de] operações de *biografização* porque permite um *diálogo interior da pessoa consigo mesma e com os outros*” (Abrahão, 2018, p. 31 - grifos da autora), tornando-as narrativas únicas e fluidas que interligam as várias dimensões temporais, as particularidades e as coletividades do sujeito de modo palpável e significativo. Assim, essas narrativas de vida são únicas em suas caracterizações, porém se constituem como manifestações de estruturas maiores. “As experiências que vivemos acontecem nos mundos históricos e sociais aos quais pertencemos e trazem, portanto, a marca das épocas, dos meios, dos ambientes nos quais nós as vivemos” (Delory-Momberger, 2016, p. 137).

A experiência de vida de qualquer ser histórico é totalmente moldada pelo ambiente social em que este se inclui, não há vida que não seja influenciada pelas condições e instituições sociais mandantes no contexto sócio-cultural. Porém, o contrário também acontece e é extremamente pertinente. As ações individuais, cotidianas, delineiam o ambiente social. Cada pessoa trabalha individualmente para que o conjunto assimilado seja construído e as características sócio-culturais apareçam ao longo do tempo. Deste modo, há uma mutualidade entre indivíduo e sociedade, que pode ser amplamente explorada a partir das experiências singulares de cada um, de modo que “a atividade biográfica realiza assim uma dupla e complementar operação de subjetivação do mundo histórico e social e da socialização da experiência individual” (Delory-Momberger, 2016, p. 138).

Biografia como Fonte

A utilização de relatos biográficos como fontes históricas tem diferentes dimensões. Esses relatos podem se originar da oralidade, podem ser escritos, como autobiografias ou como biografias de outros, e devem ser tratados de acordo com as suas peculiaridades, respeitando as nuances de cada fonte, para que a melhor interpretação possível seja proporcionada pelo profissional da História.

Por mais que sejam extremamente semelhantes, relatos escritos e orais têm condições-chave que os diferenciam pontualmente. O relato escrito tem, principalmente, a intenção autoral, ou seja, a iniciativa de relatar a experiência vem daquele que escreve. Essa intenção autoral, certamente dá um controle melhor sobre o que é relatado, podendo realizar alterações e reflexões maiores no momento da escrita. Já em relatos orais, que são, usualmente, mediados por outro indivíduo, não há um controle tão grande sobre a narração. Nas entrevistas, ou melhor, na fala em geral, há um elemento de impulsividade e, mesmo que o entrevistado possa vetar que certa fala seja utilizada, não se pondera tanto quanto durante a ação de escrever.

O objetivo da pesquisa oral, segundo Marieta de Moraes Ferreira (2002, p. 327), é “[...] garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos [...]”, e para isso, utiliza-se da instrumentalidade de roteiros, entrevistas controladas pelo historiador, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a extinguir contradições e possíveis erros guiados por uma fonte tão dotada de subjetividade.

Ferreira (2002, p. 328) cita, também, a abordagem, no campo da história oral, que “[...] privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado”. Nessa interpretação, a subjetividade não é um empecilho, de modo que “[...] as distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central”. Assim, essas distorções possibilitam olhar para outras interpretações históricas que não necessariamente condizem com os fatos apresentados (e/ou silenciados) por outras fontes.

A autobiografia implica a intencionalidade do autor e se relaciona com a crescente importância dada à identidade pessoal e à consciência reflexiva do sujeito. O fator autobiográfico também deve ser mantido em mente ao utilizar-se de narrativas de vida, pois o sujeito, ao se autobiografar, pode omitir ou inserir informações ao seu bel prazer, informações que uma biografia produzida por um terceiro pode (ou não) incluir. Vale, novamente, incentivar o cruzamento de fontes, para alcançar certa objetividade almejada em um trabalho histórico.

Nos textos escritos, encontramos a estilização do autor, elementos literários e toda a profundidade da palavra escrita. Por outro lado, nos relatos orais, observamos recursos distintos próprios da expressão falada, como os vícios de linguagem, os regionalismos e as gírias. Logo, ao estudar o relato escrito, é crucial possuímos uma compreensão clara das interações entre história e literatura.

O livro *Cultura Escrita, Literatura e História*, de Roger Chartier (2001), explora a interligação entre as práticas de escrita e leitura nas sociedades históricas, destacando sua relevância para compreender as mudanças e transformações destas ao longo do tempo. Chartier (2001) argumenta que é essencial analisar as obras dentro de seus contextos históricos, em vez de isoladamente. Os textos produzidos e lidos em determinado período não apenas refletem quem os criou, onde e como foram concebidos, mas também exercem influência nas mentalidades daqueles que os consomem e de seus períodos de tempo específicos.

Sandra Pesavento (2006), trabalhando com o diálogo entre literatura e história, coloca que

História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música. (Pesavento, 2006, p. 3).

Assim, é necessário examinar as peculiaridades da convergência entre história e literatura ao utilizar fontes biográficas escritas. As biografias possuem intenção literária ao serem escritas – ainda que sigam o caminho da literatura não-ficcional – tornando-as mais do que uma fonte documental, uma obra-fonte, que, quando apropriadas como documentos históricos, precisam do tratamento metodológico tanto da biografia, quanto da produção literária.

Biografia para a educação da consciência histórica

Outro ponto importantíssimo para a inserção de narrativas biográficas no meio acadêmico é trabalhando com a didática. Professores de História, ao trabalharem o ensino incluindo narrativas biográficas e autobiográficas, estão incentivando seus alunos a analisarem os contextos históricos exigidos na Base Nacional Comum Curricular a partir de visões de mundo particulares, comuns e cotidianas, utilizando, assim, o *micro* para a compreensão de eventos históricos ambientados no *macro*.

Gaujelac (*apud* González Monteagudo, 1996, p. 232), considera que

[...] la aproximación biográfica permite: a) escapar a las oposiciones individuo/sociedad, sujeto/objeto, subjetividad del hombre/regularidades objetivas de la vida social; b) captar lo que escapa a la norma estadística; c) captar las circularidades dialécticas entre lo universal y lo singular, lo objetivo y lo subjetivo, lo general y lo particular; y d) captar las mediaciones entre el funcionamiento individual y el funcionamiento social.

Assim, o estudo e a produção de narrativas de vida, biografias e autobiografias, permite uma aproximação do indivíduo com o meio social em que está inserido, e, com isso, pode-se iniciar a conscientização do discente/estudante como um agente histórico. Captando as mediações entre as ações individuais e as estruturas sociais, vai-se criando a percepção da agência histórica individual daqueles inseridos em um contexto sócio-político-cultural amplo e complexo.

A formação e a educação em História, assim, devem servir para a conquista da consciência histórica, interligando a narrativa histórica com a significação pessoal da História e da própria narrativa. Desse modo, como destaca Marília Gago (2015, p. 26),

[...] a narrativa histórica é enlaçada na consciência histórica, apresentando-se como produto de fazer sentido histórico. A narrativa histórica é uma forma de pensamento que faz a síntese dos elementos subjetivos e objetivos da compreensão articulada das três dimensões temporais. A consciência histórica constrói o seu conteúdo, conjugando o passado com sentido e significado para o presente e o futuro, como ‘história’ na forma de narrativa.

Assim, a consciência histórica, por meio da significação, constrói um *continuum temporal* que, interligando presente, passado e futuro, possibilita a orientação temporal consciente do sujeito (Rüsen, 2015; Cunha, 2019; Martins, 2019; Rosanelli, 2022), de modo que a singularidade (contextual e pessoal) dele possa ser valorizada. Segundo Jorge Luiz da Cunha (2019, p. 95, grifos do autor),

O conceito central da contribuição humanista da educação histórica se associa politicamente à *consciência histórica*, como uma questão básica para a construção de sujeitos a partir da autonomia e não da reprodução. Não há sujeitos humanos como resultado da reprodução e previsibilidade alienantes, que são o alicerce legitimador da modernidade capitalista e conservadora. É somente a liberdade e a autonomia construídas pela significação da experiência existencial – sempre educacional – que garantem a condição humana e ação política, não como dever, mas como um exercício amoroso na relação consigo, com os outros e com o mundo.

A consciência da experiência existencial, da agência histórica constantemente ativa na sociedade, é um artefato educativo de valor inestimável, pois somente com a ativação dessa consciência histórica se pode perceber a sua inserção no meio social e histórico. A noção de onde nos encontramos na sociedade, como sujeitos e agentes históricos, é necessária para a compreensão do funcionamento das relações de poder, das estruturas sociais, dos discursos e das dinâmicas sociais, culturais e políticas. Desse modo, “as narrativas autobiográficas trazem a história para ser significada no presente e conduzem o sujeito em si para o contexto social de seu reconhecimento” (Cunha, 2019, p. 95).

A construção da História a partir de indivíduos aproxima docentes e discentes, levando a entender que cada um é igualmente parte de um todo, e que as ações individuais são igualmente importantes e necessárias para o meio histórico. Assim, como destaca Cunha (2019, p. 101, grifos do autor), “[...] ensinar história é educar para o reconhecimento de que *‘ninguém é por si só’* e que, por isso, *‘significar os fatos do passado nos ajuda a reconhecer nosso compromisso com todos’*”, o que torna a História uma ciência do presente, interligada ao passado e ao futuro e as várias realidades dos inúmeros sujeitos históricos que a constituem diariamente. Nesse sentido, a produção historiográfica consciente e focada em pessoas,

Impulsiona a vida reconhecida e narrada individualmente como parte da história coletiva, alargando o campo de ação de cada envolvido. Produz consciência de que não há heróis e personagens, mas uma história humana em que cada envolvido é fundamental. (Cunha, 2019, p. 95).

Ao trabalhar com biograficidades na Educação Histórica e no ensino de História, tem-se, também, a oportunidade de utilizar uma abordagem interdisciplinar. Como mencionado antes, relatos biográficos escritos possuem a característica de serem um ponto de encontro entre História e Literatura, entretanto, essa não é a única convergência que se nota ao estudar narrativas biográficas. Educação, História, Literatura, Geografia, Sociologia e Filosofia, são áreas que convergem a para significação narrativa, pois aspectos de todas essas disciplinas podem se fazer presentes no estudo das narrativas de vida.

Para abordar essa interdisciplinaridade, o método da História Intelectual é muito eficaz²³, especialmente na interpretação de Dominick LaCapra. Em seu livro "Rethinking Intellectual History", LaCapra (1983) promove uma abordagem histórica interdisciplinar que se concentra na compreensão dos contextos nos quais a produção intelectual é gerada. O cerne desse método reside na análise crítica da interação entre a produção e a experiência dos indivíduos em contextos históricos específicos, ressaltando a importância da consciência da contingência histórica, na qual tem-se a noção de que os eventos históricos são resultado das circunstâncias específicas em que ocorreram, não sendo desvinculados da História como um todo ou independentes. É fundamental considerar os eventos, os debates intelectuais, as tendências ideológicas e as mudanças sociais contemporâneas à produção, bem como a recepção dos textos analisados em diferentes tempos e contextos.

LaCapra (1983) destaca a importância da linguagem na análise de textos intelectuais, visando aprofundar os significados e intenções dos autores. Compreender como uma obra é redigida, suas escolhas e os estilos presentes, tornam-se elementos essenciais para sua interpretação. E, ainda, o historiador leva em conta as categorias identitárias e suas dinâmicas, como raça, gênero e classe. Esses aspectos têm grandes impactos na experiência dos indivíduos, moldando suas relações com as hierarquias e as instituições sociais, e consequentemente, influenciando o que produzem. Assim, essas categorias de análise não devem ser negligenciadas, para obter uma compreensão mais abrangente das fontes históricas.

Desta maneira, a inserção de narrativas biográficas na Educação Histórica pode acontecer de maneira dinâmica e, principalmente, ser essencialmente útil para o desenvolvimento da consciência histórica, criando a possibilidade de evolução do sujeito (auto)biográfico para “[...] uma consciência histórico-cultural do sujeito na relação com o mundo e com a humanidade sem distinções” (Cunha, 2019, p. 105).

²³ Embora existam outras correntes metodológicas que também abordam essa interdisciplinaridade, como a própria Educação Histórica.

Conclusão

Podemos concluir que a instrumentalização de narrativas biográficas no universo acadêmico, tanto na produção quanto no ensino histórico, é uma maneira proveitosa de inserir as experiências individuais no conhecimento histórico. A conexão das histórias de vida com métodos desenvolvidos no fazer histórico, como a Micro-História, a História Social e a História Cultural, pode trazer perspectivas inovadoras nestes campos de estudo, que, possivelmente, não seriam possíveis de alcançar sem a análise a partir da experiência individual.

As biograficidades como fonte e produção histórica são recursos inestimáveis para a fusão do micro com o macro. A análise de histórias de vida permite a compreensão do objeto de estudo – sejam sociedades, relações de poder, estruturas sociais, ou qualquer outro objeto amplo – a partir dos indivíduos que compõem o meio social, os seres históricos que moldam os eventos, valorizando singularidades e protagonismos em cada narrativa.

A utilização dessas produções e métodos biográficos no ensino também é um instrumento valioso, especialmente por permitir uma maior aproximação da História com as realidades de cada contexto educacional. Ademais, a interdisciplinaridade que essa abordagem pode proporcionar, assim como a aproximação do discente/estudante com as temáticas estudadas, são essenciais para a formação da consciência histórica e da afirmação do ser humano como ser e agente histórico, que age, reage e interage no mundo e no tempo.

Referências

ABRAHÃO, M. H. M. B. A aventura do diálogo (auto)biográfico: narrativa de si/narrativa do outro como construção epistemo-empírica. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; CUNHA, J. L. da; BÔAS, L. V. (Orgs.) **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba: CRV, 2018. p. 25-49.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CUNHA, J. L. da. Aprendizagem histórica: narrativas autobiográficas como dispositivos de formação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 93-105, abr./jun. 2016.

CUNHA, J. L. da. Educação histórica e narrativas autobiográficas. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 93-108, mar./abr. 2019.

DELORY-MOMBERGER, C. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, Salvador, v. 01, n. 01, p. 133-147, jan./abr. 2016.

FERRAROTTI, F. **História e história de vida**. Natal: EDUFRN, 2014. Trad. Carlos Eduardo Galvão, Maria da Conceição Passeggi.

FERREIRA, M. DE M.. História, tempo presente e história oral. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 3, n. 5, p. 314–332, jul. 2002.

GONZÁLEZ MONTEAGUDO, José. **LAS HISTORIAS DE VIDA. ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS Y EPISTEMOLÓGICOS**. Cuestiones pedagógicas, 12, 1996. p. 223-242.

GAGO, M. Consciência e Narrativa Histórica: desafios educativos aos professores. **Revista Acadêmica Licência&aturas**, v. 3, n. 2, Ivoti, p. 26-35, 2015.

LACAPRA, D. **Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language**. Cornell University Press, 1983.

LEMO, E. [et al.]. **História e antologia da literatura portuguesa** – Séculos XVIII-XIV – A prosa medieval portuguesa II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MARTINS, E. C. R. Consciência Histórica. In: FERREIRA, M. M.; OLIVEIRA, M. D. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 55-58.

MATTOSO, J. Livros de Linhagens. In: LEMOS, Ester de, [et al.]. **História e antologia da literatura portuguesa** – Séculos XIII-XIV – A prosa medieval portuguesa II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 18-19.

NASCIMENTO, A. A. [et al.]. **História e antologia da literatura portuguesa** – Séculos XIII-XIV – A prosa medieval portuguesa I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

OLIVEIRA, M. L. W. Entre Ficções e História. In: OLIVEIRA, M. L. W.; SANTOS, J. R. dos. **Literatura Portuguesa I**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. p. 105-130.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma *velha-nova* história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. 28 de janeiro de 2006.

PRIORE, M. D.. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 10, n. 19, p. 7–16, jul. 2009.

ROSANELLI, S. D. **Inter-relações entre Ensino de História e formação docente por meio da Educação Histórica e da construção de identidades narrativas: região sul do Brasil (2016-2020)**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

RÜSEN, J. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Tradução Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

Sentidos e significados do ensino de História para jovens em conflito com a lei

CRUZ, Giovanna Kopp da
Graduanda em História – Licenciatura (UFSM)
Pibid – CAPES, giovanna.kopp@acad.ufsm.br

Resumo: O presente trabalho relaciona-se com a experiência de ensino e pesquisa em História para educandos meninos entre 12 e 21 anos, que estão em suspensão de liberdade cumprindo medida judicial no Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Santa Maria (CASE), o qual a Escola Estadual de Ensino Médio Humberto de Campos (Santa Maria – RS) vincula-se e, ali, devem também cumprir medida socioeducativa. Realizada através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a pesquisa propõe-se a refletir qual o sentido de ensinar e aprender História no contexto da socioeducação em seu formato de internação mediante processo educacional, compreendendo os processos de marginalização e exclusão social a que aqueles meninos estão submetidos e as transformações e descobertas daquela faixa etária, resultando, de maneira combinada, em falta de referências familiares, educativas e de identidade. Visando não se separar das temáticas de estudo que auxiliam no conhecimento crítico e questionador e que partam da realidade dos estudantes, este trabalho é uma contribuição aos estudos desta particularidade da socioeducação, auxiliando também no entendimento dos impactos profundos e transformadores que a disciplina História pode ter na vida daqueles em suspensão de liberdade, especialmente pelas diferentes abordagens que lhe cabe em articulação com outras práticas educativas, com as demandas sociais e com os direitos humanos.

Palavras-chave: Ensino de História; PIBID; Socioeducação.

Introdução

A socioeducação no Brasil, em termos gerais, refere-se à conexão que existe entre as práticas institucionais e jurídicas, vistas como historicamente construídas por nem tão diversos assim atores sociais, e seus reflexos na sociedade. Se formos mais a fundo como aqui será o objetivo, dentre os vários contextos em que pode ser realizada e as múltiplas concepções teóricas e metodológicas que venha a apresentar, também podemos enxergá-la e colocá-la em prática como uma modalidade que rompe – ou tenta romper – com a noção tradicional que reflete sobre qual a posição que a escola deve ocupar na sociedade, sobre as intenções da prática educativa e sobre a atuação docente e discente neste íterim.

Após a promulgação da Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), adicionada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), vimos a alteração que permanece aos dias atuais acerca dos princípios norteadores das medidas socioeducativas de internação, que é a que aqui nos interessa, a saber: caráter pedagógico, proporcional à infração cometida, com o mínimo de intervenção possível (em tempo breve), e com foco no fortalecimento dos vínculos consigo

próprio e com a comunidade (GEPDHS, UnB). É sabido que a teoria não exatamente corresponde às práticas encontradas em todos os Centros de Atendimento Socioeducativo, mas este trabalho não se debruçará especificamente sobre tal argumento. Entretanto, é importante mantermos esses princípios como panorama de análise.

Com tudo isto em vista, esta experiência de ensino e pesquisa tem como objetivo contribuir com os estudos da socioeducação no contexto de internação de jovens meninos que cometeram atos infracionais, com foco na disciplina de História e seu funcionamento na Escola Estadual de Ensino Médio Humberto de Campos, incluída no Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Santa Maria – RS (CASE) e, de modo estadual, à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE). O período de atuação no educandário iniciou-se em outubro de 2022 e irá estender-se até março de 2024, mas as análises construídas aqui fazem referência, especificamente, ao período de novembro de 2022 até dezembro de 2023.

Através de análises das relações construídas no Centro, por meio de vivências mensais na escola; da escrita em um Diário de Campo, em que são elencadas as observações em sala de aula e do ambiente educacional, atividades desempenhadas em sala, análises várias e imagens; de observações e intervenções em sala de aula junto a diferentes turmas, com o desenvolvimento de atividades nas aulas de História – geralmente, as atividades iniciavam-se por observação para posterior parte prática; e de leitura ativa do Projeto Político Pedagógico da escola e de bibliografias sobre a temática; compreenderemos os impactos transformadores que a área da História pode ter na vida daqueles em suspensão de liberdade, bem como a importância da aquisição de conteúdos contextualizados com o mundo em que vivem para a preparação para a cidadania e socialização mais qualitativa (PPP, E.E.E.M. Humberto de Campos, 2018).

Desse jeito, portanto, objetiva-se compreender o sentido do ensino-aprendizagem de História como uma ferramenta em prol da construção de vínculos críticos dos jovens em conflito com a lei com suas próprias vivências, recuperando a função do brincar e do descobrir (Maia; Barros, 2010), ao passo que desenvolvem afeto, sensibilidade, autoestima, questionamentos, consciência sobre suas identidades, direitos e também deveres.

Escola Estadual de Ensino Médio Humberto de Campos

Homenageando em seu nome um jornalista e poeta parnasiano (1886-1934), a Escola Humberto de Campos localiza-se em uma região urbana e periférica de Santa Maria (RS), no bairro Cerrito. Iniciou suas atividades em julho de 1996, passando a atuar junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Santa Maria (CASE) – que pertence à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), anteriormente chamada de Fundação Estadual para o

Bem-Estar do Menor (FEBEM) pelo governo do Estado de São Paulo – em junho de 1999. Hoje, está inserida na parte interna do Centro.

O prédio em que se encontra a escola conta com 280,672 m² (PPP, E.E.E.M. Humberto de Campos, 2018), apresentando 4 salas de aula – divididas pelas cores verde, vermelho, lilás e azul –, sala das e dos professores, laboratório de robótica, biblioteca, sala da direção, sala de recursos e atendimento especializado, banheiros e cozinha. Ênfase no laboratório de robótica, o qual pode-se mencionar o desenvolvimento de recursos criativos através da impressora 3D; e no espaço de mídias e tecnologias que se localiza na biblioteca, em que os estudantes produzem podcasts de maneira interdisciplinar, envolvendo escrita, leitura, expressão e comunicação.

Além das e dos profissionais da educação que atuam semanalmente, nos turnos da manhã, tarde e noite, voltados para ensino fundamental (6º ao 9º ano), ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA, para ensino fundamental); também atuam ali uma coordenação pedagógica e agentes de segurança. Neste sentido, a seriação escolar varia alinhado ao estágio de aprendizagem que o estudante ocupar antes de entrar na escola do Centro, assim como com as modificações que forem ocorrendo em seu ensino quando já estiver lá dentro.

Perfil dos educandos

O CASE e a Escola Humberto de Campos recebem jovens do sexo masculino, entre 12 e 21 anos de idade, que devem receber escolarização ao passo que cumprirão medida socioeducativa de internação: provisória; sem possibilidade de atividade externa; e com possibilidade de atividade externa – conforme for julgado pelo Poder Judiciário.

Aqui é importante salientar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), em sua Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, anteriormente citada, que a juventude em conflito com a lei deve receber acesso à educação de qualidade e de forma permanente, para que possa ser reinserida socialmente e exercer uma cidadania autônoma, sólida e independente.

Defendo que a discussão sobre a reinserção deste segmento social gera um debate à parte que não cabe neste espaço, por mobilizar elementos de necessidade social, mas também de expectativas muitas vezes irreais geradas sobre como deveria se dar este processo – e como ele se dá concretamente – e mesmo sobre aqueles indivíduos; de qualquer forma, não pode deixar de ser levada em conta por sua extrema importância.

O número de educandos na escola é variável, uma vez que podem permanecer de 45 dias até 3 anos na instituição. Além disso, há uma grande rotatividade entre os alunos que escapa do controle da equipe pedagógica, por envolver modificações no próprio Centro, decisões

jurídicas que alteram o rumo das vidas dos jovens, e até mesmo contextos e realidades socioeconômicas dos próprios meninos.

Ao que tange a isso, e que encontramos aqui, mas pode se ampliar para outras dinâmicas também, são vivências que revelam estudos interrompidos por variadas razões: falta de assistência estatal, famílias desestruturadas, consequências e sequelas do uso de drogas, dificuldades de aprendizagem que geram defasagem na idade e no ano escolar, escolas que não cumprem seu papel socializador, didáticas e metodologias da escola tradicional que não levam em conta o meio cultural das e dos jovens, etc (Barros; Maia; in. Amorim, Paes, 2010). Na Humberto de Campos, não raro temos contato com adolescentes que somente voltaram a ter contato com a educação ali, após anos afastados do ensino regular básico.

Ademais, percebemos entre os jovens um cenário geral restrito de oportunidades no mercado de trabalho que, com o cuidado de não cairmos em um movimento raso de causa e efeito, ajuda na manutenção de espaços que recrutam a mão de obra barata e disponível para o tráfico de drogas, por exemplo. Vistos como socialmente indesejáveis, muitos saem do CASE, tendo cumprido suas penas; mas, diversos voltam incontáveis vezes, por não lhe serem oportunizadas opções viáveis e qualitativas de reprodução de suas vidas que não envolva, de alguma maneira, o crime.

Não menos frequentemente, percebe-se a ausência de vínculos afetivos, emocionais e sociais sólidos, assim como o não reconhecimento de suas próprias identidades e a construção de uma imagem desfavorável sobre si próprios; muito disso, inclusive, advém de uma infância roubada e da exclusão de processos sociais ao longo da vida (Amorim; Paes, 2010), mesmo que a bagagem cultural que carregam junto a si seja gigantesca e dê reflexos em suas atuações no ensino-aprendizagem de História.

Ensino de História: Experiência no E.E.E.M. Humberto de Campos

No contexto abordado, mais do que nunca, fica evidente a formação de indivíduos dentro de uma sociedade que é marcada por diferenças, contradições, injustiças e preconceitos (Alves, 2012), uma vez que aqueles meninos são frontalmente impactados por elas. Por conseguinte, as aulas de História têm por onde dar um passo a mais para que os jovens em suspensão de liberdade compreendam e interpretem os espaços sociais e as condições em que vivem, num panorama também mais amplo, a partir da criticidade, criatividade e da noção de transformação humana.

Levando em conta minha atuação na Escola Humberto de Campos ter sido oportunizada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), algumas explicações

são necessárias: o PIBID História permanece ativo durante 18 meses, cujo período de atuação e enfoque deste trabalho foram citados já na introdução. Durante este tempo, as e os bolsistas devem observar e elaborar intervenções no ambiente escolar que se somaram, em diálogo com coordenadoras/es universitários e supervisoras/es nas próprias escolas.

Na Humberto de Campos, apesar do dinamismo interno de entrada e permanência dos meninos ser bastante significativo e impactar as atividades desempenhadas, há um terreno rico para o desenvolvimento de muitas práticas interessantes e significativas nas aulas de História e nas demais disciplinas e oficinas, especialmente pela presença de condições físicas para a criação de recursos metodológicos criativos. Em linhas gerais e ultrapassando este ambiente, para além da indispensabilidade financeira das instituições que trabalham com a educação, também são essenciais a formação docente continuada e unificada e a ampliação afetuosa do universo cultural docente para que a prática histórica seja de fato significativa e atinja seu objetivo de fazer sentido àquelas crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Cito algumas intervenções que realizei durante este período com duas turmas distintas no Centro, tal como a utilização de zine feita à mão – e posterior construção pelos meninos de seus próprios livretos com colagens – para trabalhar o conhecimento histórico e alguns elementos que compõem o estudo de História; e atividade em argila para representar as sociedades do Oriente Antigo (exclusivamente Egito e Mesopotâmia) de modo aproximativo, compreendendo algumas especificidades daquele tempo e daquelas sociedades. Ainda poderia elencar diversos outros exemplos igualmente importantes de atividades desempenhadas pelas e pelos meus companheiros de atuação na Humberto de Campos, aproveitando datas históricas, discussões simbólicas que estavam acontecendo em âmbito social, e movimentos internos, mas aqui centralizei no que desenvolvi.

Naquela segunda tarefa citada, após uma introdução em slides, os estudantes deveriam moldar tabletes de argila e fazer símbolos neles com a ponta do lápis para representação da escrita cuneiforme mesopotâmica; quando terminassem os desenhos e símbolos, deveriam escrever em uma folha o que cada sinal representava. Desenvolvi essa atividade lúdica junto de uma colega, e vimos sair dos desenhos letras, nomes, expressões que representavam sentimentos – através de “carinhas” felizes ou tristes –, elementos da natureza – o dia estava ensolarado, mas ao lado do sol, também a lua marcou presença –, etc.

No entanto, não somente este, mas ambos trabalhos mobilizaram a autonomia, criatividade, sensibilidade e consciência histórica dos estudantes, tornando-se possibilidades de atividades socioeducativas na área de História. A mediação entre passado-presente-futuro e a

desconstrução de pré-conceitos e generalizações também puderam ser desenvolvidas, ao passo que os estudantes puderam se aproximar um pouco mais da “construção” histórica.

Contribuição da História para um ensino significativo

De qualquer maneira, extrapolando o que foi citado em sentido prático, acredito que as principais contribuições da História para a socioeducação, mais especificamente para a juventude em privação de liberdade, seja essa possibilidade de situar os indivíduos para que se enxerguem também enquanto sujeitos históricos. Isto se dá em um movimento ativo de compreensão do mundo em que vivem, e que envolve toda a organização educacional e social para conseguir refletir de forma autônoma sobre o seu local na sociedade e até mesmo a razão de sua marginalização. Além disso, desenvolver um raciocínio histórico independente auxilia na própria solidez da construção de suas próprias identidades e da cidadania (Alves, 2012), pensando o posterior retorno para a sociedade.

A História permite, em diálogo contínuo com outras disciplinas e áreas de atuação, interpretar e criticar os espaços sociais e as condições que as pessoas vivem, evidenciando que as formas discriminatórias e as injustiças presentes neste modelo de produção e social atuais não são naturais ou imóveis (Alves, 2012), mas fruto de diversos elementos sociais, políticos e econômicos que são mobilizados. A História não é algo com início, meio e fim pré-determinados, mas sim ocorre a partir dos problemas da realidade social vivida, e por esta razão não faz sentido ensinar conteúdos históricos que se desloquem totalmente do mundo em que estão posicionados e para aquele que voltarão após o cumprimento de sua medida penal.

Por isso, é preciso estabelecer relações concretas entre os aprendizados que serão construídos em sala de aula e os conhecimentos prévios que os estudantes já trazem consigo, de suas vivências familiares, sociais, culturais, entre grupos de amigos e de rua, etc, colocando-os todos em perspectiva crítica mútua, inclusive sobre os próprios papéis docentes e discentes. Essa aprendizagem significativa, aliás, precisa se articular com outras práticas educativas, com as demandas sociais e com os direitos humanos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1999). Tudo isso torna-se imperativo ainda com maior força na socioeducação e no contexto que se encontra a juventude em conflito com a lei, embora seja uma demanda da educação básica geral, dentro e fora dos espaços convencionais de ensino.

Através de temáticas de estudo que partam do real, é possível puxar ganchos conforme a historiografia para um ensino-aprendizagem crítico, problematizador e construtor de questionamentos, trabalhando com a própria expectativa dos estudantes sobre si mesmos para demonstrar que são capazes de serem autônomos (Alves, 2012). Tais elementos se tornam

notadamente relevantes, neste ambiente trabalhado, dado o que está ocorrendo entre os 12 e 21 anos de idade (PPP, E.E.E.M. Humberto de Campos, 2018), como transformações de âmbitos biológico, psicológico, social e emocional, que sem dúvida alterarão a forma com que se cria e mantém os laços afetivos, da mesma maneira que a construção de valores próprios e de autonomia, e a ruptura com a infância.

Sobre este último fator, evidencia-se a importância do vínculo, imprescindível para que qualquer ensinar e aprender ocorra de maneira benéfica, especialmente em uma estrutura em permanente movimento. Finalmente, recuperar a função do brincar e fazer o lúdico retornar para a vida de jovens que, em grande parte, tiveram a experiência da infância tirada de si, viabiliza um ambiente que faça com que se sintam ativos, envolvidos no próprio conhecimento e com a êxtase de se apropriar de um real aprendido que levarão junto consigo no momento de ressocialização (Barros; Maia; in. Amorim, Paes, 2010) porque sabem que lhes faz referência também.

Conclusão

Em termos finais, acredito que este trabalho seja uma contribuição aos estudos da socioeducação, com ênfase na área da História, para pensar um ensino-aprendizagem significativo e que faça um real sentido às vivências dos jovens em privação de liberdade. Estabelecendo relações com experiências vividas no passado e com a realidade atual, a disciplina História traz a atitude ativa e crítica necessária para a construção do saber nas múltiplas possibilidades de ações que podemos encontrar, compreendendo a dignidade do ser humano e a recusa por formas discriminatórias.

Também, pode instigar o exercício de uma cidadania democrática e não excludente, que tenha como objetivo entender, criticar e participar das relações sociais, políticas e culturais, bem como buscar transformar a realidade. Pode-se impulsionar de tudo isso, enfim, que ser educador ou educadora de História, neste contexto, é – ou deveria ser – somar-se a uma luta social, política, econômica e cultural juntos aos educandos.

Referências

ALVES, Jacqueline de Sousa. **Os significados do ensino de história para adolescentes privados de liberdade**. 2012. 94f. TCC (Especialização) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização, Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para professores do Sistema Prisional, Fortaleza (CE), 2012.

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). In: **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jan. 2012. Disponível em: [L12594 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 09 out. 2023.

Escola Estadual de Ensino Médio “Humberto de Campos”. **Projeto Político Pedagógico – PPP**. Santa Maria, 2018.

FOUCAULT, Michel. Primeira parte – Suplício. Cap. 1. O corpo dos condenados; Cap. 2. A ostentação dos suplícios. Segunda parte – Punição. Cap. 1. Punição generalizada. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 12-35; 36-84; 93-121.

JUÍZO. Direção: Maria Augusta Ramos. Produção de Diler Trindade. Brasil: Filmes da Estação, 2008, Netflix.

MAIA, Claísa Maria Mirante; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos. Ato infracional: forma de inserção no mundo e/ou ausência de vínculos?; CROCHIK, José Leon. Notas sobre adolescentes autores de atos infracionais. In: PAES, Paulo C. Duarte; AMORIM, Sandra Maria Francisco de (orgs.) **Adolescentes em conflito com a lei: fundamentos e práticas da socioeducação**. Campo Grande: Editora UFMS, 2010, p. 53-64; p. 75-85.

Portal da Socioeducação. ([s.d.]). Unb.br. Disponível em: <https://socioeducacao.unb.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Análise do processo de Independência dos EUA em livros didáticos do século XX a partir da produção historiográfica estadunidense

MATOS, Eduardo Antonio Missio de
Graduando, Universidade Federal de Santa Maria
eduardo.missio@acad.ufsm.br

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo realizar uma análise de como o processo de Independência dos Estados Unidos da América é tratado nos livros didáticos produzidos ao longo do século XX no Brasil a partir da produção historiográfica estadunidense referencial sobre o assunto existente. Em um primeiro momento analisa-se o papel do livro didático, como material para o meio escolar e um produto do mercado editorial, sendo este um item com valor econômico e escolhido a partir de posições políticas, científicas e pedagógicas pelos professores. Logo após, realiza-se a análise de como o assunto é abordado no material, dialogando com as correntes historiográficas estadunidense, destacando as visões contidas nas obras de Carl Becker (1909), Merrill Jensen (1940), Edmund Morgan (1956), Bernard Bailyn (1967), Joyce Appleby (1976) e Howard Zinn (1980), referências sobre o tema na academia dos Estados Unidos da América no século XX. Por fim, se concluirá de que forma as produções didáticas dialogam com essa historiografia, quais abordagens os manuais escolares adotam e como as reformas curriculares realizadas da década de 1930 e 1960, nas gestões de Getúlio Vargas e durante a ditadura civil-militar, respectivamente, alteraram a visão do fenômeno analisado. Este trabalho se propõe a responder estes dois questionamentos.

Palavras-chave: Estados Unidos; Livro didático; Historiografia.

Introdução

Muito tem se pesquisado no meio acadêmico brasileiro nas últimas décadas a respeito da História dos Estados Unidos da América, principalmente em análises acerca de sua política externa, nas Relações Internacionais, e, mais especificamente no campo da História, o processo de imperialismo e influências culturais no contexto pós década de 1940. Porém, são escassos os trabalhos feitos por pesquisadores brasileiros sobre a historiografia estadunidense (Azevedo, 2013; Moll e Limonic, 2019), como se pretende esta reflexão em desenvolvimento. Menor do que as análises realizadas que abarcam períodos da história norte-americana é o número de pesquisas que analisam livros didáticos em relação ao contexto educacional brasileiro ao longo do tempo, ou seja, como esse conhecimento tem constado nos materiais escolares disponibilizados aos estudantes ao longo do tempo

A escolha do tema desta reflexão não se deu aleatoriamente. O processo de independência dos EUA é um dos assuntos mais pesquisados na academia estadunidense (Sorrilha, 2023). Embora os motivos subjacentes deste destaque não sejam o objeto de análise deste trabalho, ambas as temáticas continuam exercendo profunda influência no imaginário popular, despertando interesse e oferecendo amplas oportunidades de pesquisas acadêmicas até os dias atuais.

A presente pesquisa visa colaborar com a análise acerca da história deste influente país no Brasil e na América Latina, compreendendo como o processo de independência dos EUA consta nos materiais didáticos do século XX, dialogando com a historiografia produzida durante o recorte temporal realizado. Dessa forma, indo além da simples análise do contexto, buscar-se-á compreender como o processo constara nos materiais educacionais brasileiros.

Trajetória do Livro Didático de História

Pode-se marcar o início da trajetória do livro didático no meio educacional brasileiro com uma presença já notável no período subsequente ao processo de Independência do Brasil, relacionada às primeiras ordenações legais envolvendo a educação (Bittencourt, 1993). A introdução do material, neste contexto, reflete a importância atribuída a educação à construção da identidade nacional brasileira. No entanto, o recorte desta pesquisa tem início com a implementação do Decreto-Lei 1.006, de 1938, que institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Esse marco abrange um período de produções nacionais e, simultaneamente, observa-se a redução do número de livros didáticos estrangeiros traduzidos que eram utilizados nas salas de aula, sendo que “a Comissão tornou-se responsável pela primeira estrutura oficial de avaliação nacional e controle dos livros escolares brasileiros” (Figueiras, 2011, p. 17). O recorte temporal da pesquisa se estende até o momento da instituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, com o fim dos programas de avaliação instituídos durante a ditadura civil-militar.

Muito além de um simples manual escolar, o livro didático desempenha um importante papel político e econômico na conjuntura de negociações governamentais. Editoras competem para oferecer um produto alinhado às exigências estatais, buscando refletir os padrões educacional, enquanto o segundo desempenha um papel de filtro para o material. Quando fala-se em livro didático de História, a questão primordial é a narrativa (ou narrativas) presente no manual, constatando que o manual da disciplina exerceu um importante papel da construção da soberania dos países, uma vez que a educação histórica era parte formadora do bom cidadão e foi importante na construção do Estado-nação (Bittencourt, 1993). Além de difundir a versão desejada da história do país, o livro didático é utilizado ativamente como ferramenta de consolidação da identidade nacional. Ao mergulharmos na análise deste material, constata-se uma complexa rede de influências políticas, econômicas e culturais presente na mão dos estudantes.

A Historiografia sobre a Independência dos EUA

O processo de independência dos Estados Unidos da América é um dos temas mais trabalhados pela historiografia estadunidense e suas interpretações tiveram significativas mudanças ao longo das décadas. Não ignorando a tradição de interpretações que vigoravam até o final do século XIX, o trabalho examinará as versões historiográficas que marcam o século XX.

Com a virada do século, momento em que o avanço do capitalismo industrial já estava consolidado¹, percebeu-se a emergência de novas interpretações sobre o processo emancipador. Frederic Jackson Turner, com sua “Tese da Fronteira”, explorando a influência da fronteira na formação da identidade americana, inaugura a visão que viria a ser chamada de “Escola Progressista”, com novas metodologias e em um contexto de crescimento da História enquanto disciplina acadêmica, marcando o abandono de uma tradição literária e pouco rigorosa cientificamente que vigorava até então (Sorrilha, 2023).

Charles Beard e Carl Becker, nas primeiras décadas do século XX, produziram trabalhos dialogando com o episódio, mas de uma forma diferente da análise predominante naquele momento. Suas obras trouxeram uma perspectiva econômica, destacando o conflito de classe e de interesses. Pela primeira vez a análise do processo de independência se divide entre a guerra, com caráter popular, e a promulgação da Constituição, feito pelas elites políticas e econômicas. Merrill Jensen destacou-se, décadas após as obras de Beard e Becker, por trabalhar com a teoria da dupla revolução e se tornou reconhecido como um dos últimos acadêmicos da historiografia progressista (Jensen, 1970)²⁴. Essa temporalidade demonstra como as linhas do pensamento não ficam paralisadas em seu tempo, havendo renovações e mais de uma linha teórica além da dominante no período analisado.

Com o passar dos anos, a interpretação do ocorrido alterou-se. Após a Segunda Guerra Mundial, emergiram abordagens que colocaram as ideias no centro do debate, com seus adeptos sendo chamados de Neo-Whig, em referência a tradição Whig de interpretação da História durante o século XIX. Bernard Bailyn é o principal nome desta segunda escola, ao analisar o papel do republicanismo presente em discussões da Revolução Inglesa, no contexto colonial e de rebeliões no norte da América no século XVIII. Ele defende a ideia de que os colonos fizeram uma releitura dos escritos do século XVII, assimilando conceitos e reinterpretando na construção da identidade política. Nesta nova fase, não se percebe a presença de questionamentos sobre o conflito de classes, presente na primeira abordagem analisada.

²⁴ Essa temporalidade demonstra como as linhas do pensamento não ficam paralisadas em seu tempo, havendo renovações e mais de uma linha teórica além da dominante no período analisado.

Joyce Appleby também contribui para esta abordagem, escrevendo sobre a conexão da Guerra de Independência com o Liberalismo, além de abordar influências, construção social das colônias e as diferenças regionais (Appleby, 1976). O grande ponto de mudança na historiografia americana, segundo Appleby, é que os Neo-Whig, que através dos seus trabalhos, buscaram compreender as ideias e a mentalidade dos colonos do século XVIII, além da complexidade envolvendo o ideário político, algo muito distinto da interpretação anterior (Appleby, 1978).

Howard Zinn desempenhou um importante papel nas futuras interpretações do evento. Com as mudanças sociais da década de 1960 e 1970, o reflexo de uma sociedade em transição refletira nas pesquisas acadêmicas. Com isso, a terceira interpretação que será destacada neste trabalho é a perspectiva revisionista da Independência. Buscando superar as análises convencionais até então, seus adeptos trabalharam com a ideia de que o evento foi fortemente influenciado por interesses da classe dominante, questionando a ideia de uma luta unificada do povo contra a Coroa, além da exploração de grupos marginalizados da sociedade, como indígenas e negros, apontando as contradições do movimento (Zinn, 2015).

Metodologia

Definidos os objetivos, metodologicamente a pesquisa terá dois momentos distintos. O primeiro consiste na análise das obras que orientam as correntes historiográficas mencionadas, interpretando-as como fontes secundárias, além de referências bibliográficas comentadas, que abordam as interpretações e são consideradas fontes terciárias. Com isso, almeja-se obter uma compreensão abrangente do período em análise e acompanhar os debates historiográficos sobre a Independência dos Estados Unidos da América que marcaram as décadas. Estas obras foram buscadas em bibliotecas físicas e digitais, destacando-se os livros dos autores citados e artigos que analisam as escolas historiográficas citadas, sendo escassas as obras traduzidas para a língua portuguesa

O segundo momento envolve a análise dos materiais didáticos, iniciando pela leitura dos referenciais teóricos acerca da história do livro didático de História, avaliações dos materiais pelo Poder Público ao longo do tempo e as possibilidades de pesquisa envolvendo livro didático e historiografia. Para consulta dos materiais, o Laboratório de Ensino e Material Didático de História da Universidade de São Paulo é o repositório de parte dos livros didáticos já examinados, com materiais digitalizados disponibilizados de forma virtual.²⁵ As pesquisas

²⁵ Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/>

foram concentradas nos tópicos de “História Geral” e “História da América”, abrangendo algumas obras que tratam do período das décadas de 1930, 1940 e 1950, com autores como Antonio Borges Hermida, José Batalha e Alcindo de Souza. A análise também abarca livros físicos encontrados em acervos particulares e bibliotecas, sendo estes, em sua maioria, das décadas de 1960 e 1970.

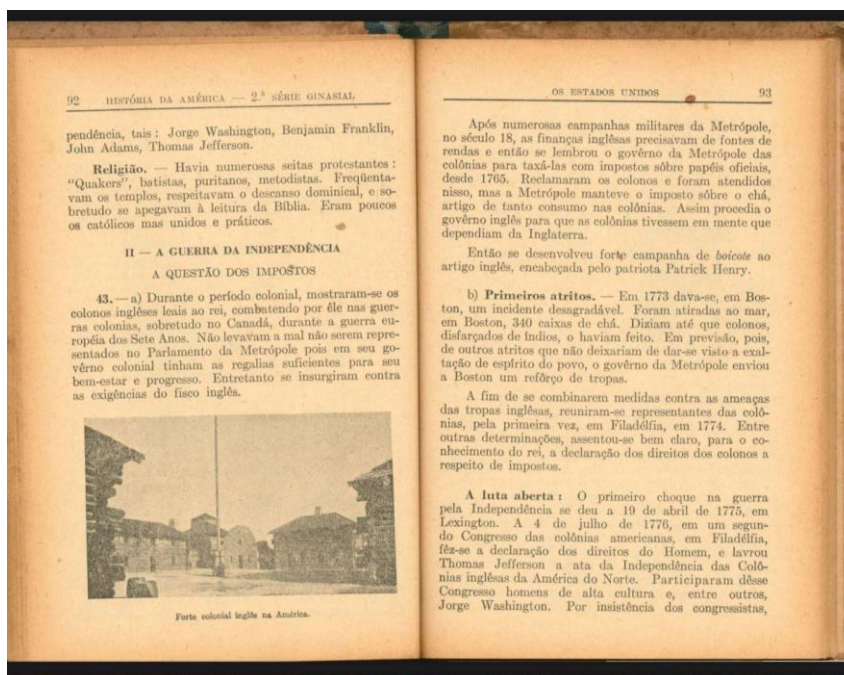
Investigações que abordam livro didático relacionando-os com a historiografia é a escolha de mais da metade dos pesquisadores que analisam livros didáticos de História, conforme pesquisa recente (Quinzani, 2023), e foi a metodologia escolhida para a realização deste, após a definição dos objetivos. A construção de um banco de dados com as informações sobre os autores das obras didáticas - além das escolas historiográficas e os autores que nelas se enquadram, tendo a finalidade de facilitar a compreensão para futuras análises - está em desenvolvimento.

Considerações Finais

Ainda que por se tratar de um trabalho em desenvolvimento, podem ser indicadas algumas conclusões. A produção didática em História do período analisado sobre o processo de Independência dos Estados Unidos da América dialoga, em parte, com a historiografia produzida no período a respeito do assunto. A abordagem econômica prevalece na primeira metade do século XX, tendo o episódio das taxações sobre o selo e o chá, por exemplo, ainda é descrito como o único motivo das rebeliões, negando a existência de outras variáveis. É incorreto afirmar que há um diálogo direto entre o material didático e a historiografia, uma vez que o primeiro realiza uma abordagem nacionalista, conectado a sua realidade e ao contexto brasileiro, enquanto o segundo enfatiza a luta de classes e o conflito existente entre o processo de Independência e a promulgação da Constituição. Por isso, a escolha conceitual é a de que há um diálogo no campo econômico, apenas, e não conexões de ideias levantadas pelos autores da escola.

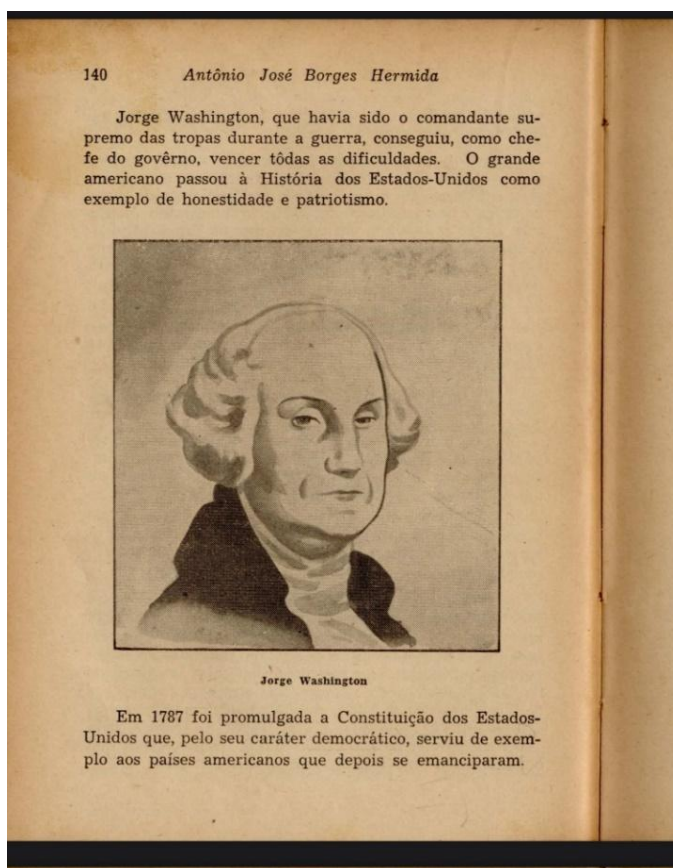
Seguindo para a interpretação Neo-Whig, ou ideológica, sua presença nos livros didáticos evocaram o liberalismo político de John Locke, ligando a corrente historiográfica aos nomes que participaram do processo, como Benjamin Franklin e George Washington. Está presente em livros didáticos até a atualidade.

Figura 1 – “Questão dos impostos” destacada, sendo o principal motivo da revolta colonial



Fonte: Batalha, José. “História da América – 2ª série ginásial”. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1955

Figura 2 – Representação de George Washington em livro didático de 1956



Fonte: HERMIDA, Antonio José Borges. “História das Américas – Segunda série ginásial”. 35ª edição. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1956

Por fim, a interpretação revisionista, que busca interpretar o evento através das camadas populares, ocorre em um momento de mudanças na academia brasileira e das edições de livros didáticos. Nota-se, a partir da década de 1980, o surgimento de materiais em que seus autores buscam interpretar a Independência dos Estados Unidos não como uma revolução, mas como movimento da elite colonial, realizando uma releitura da obra de Zinn e de outros autores da abordagem revisionista. Estes materiais estão sendo analisados no momento e maiores detalhes destas obras serão descritas em futuras oportunidades.

Referências

APPLEBY, Joyce. “**The Social Origins of American Revolutionary Ideology.**” *The Journal of American History*, vol. 64, no. 4, 1978, p. 935–958. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1890731>.

APPLEBY, Joyce. “**Liberalism and the American Revolution.**” *The New England Quarterly*, vol. 49, no. 1, 1976, p. 3–26. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/364554>.

AZEVEDO, Cecília. “História dos EUA no Brasil: Uma nova onda”. In: **Encontro de Graduandos e pós-graduandos em história dos EUA**. 1. 2013. Niterói, RJ. Disponível em: <https://historiadoseua.uff.br/wp-content/uploads/sites/113/2020/04/Anais-I-ENEUA-2013.pdf>

BATALHA, José. “**História da América – 2ª série ginásial**”. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1955

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “**Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar**”. 1993. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 1993.

COELHO, Mauro Cezar. “Que enredo tem essa história? A colonização portuguesa na América nos livros didáticos de História”. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.) **Livros didáticos de história: Entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora. P. 185-202

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “**Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil: (1938-1984)**”. 2011. f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10290>

GOUGH, Robert. “**Charles H. Lincoln, Carl Becker, and the Origins of the Dual-Revolution Thesis.**” *The William and Mary Quarterly*, vol. 38, no. 1, 1981, pp. 97–109. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1916859>.

HERMIDA, Antonio José Borges. “**História das Américas – Segunda série ginásial**”. 35ª edição. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1956.

JENSEN, Merrill. “**The American People and the American Revolution.**” *The Journal of American History*, v. 57, n. 1, 1970, pp. 5–35. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1900547>.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MOLL, Roberto; LIMONCIC, Flávio. **“Os Estados Unidos na historiografia brasileira”** Fronteiras e debates. v. 6. n.1. UNIFAP. 2019.

MORRIS, Richard B. **“Class Struggle and the American Revolution.”** *The William and Mary Quarterly*, v. 19, no. 1, 1962, pp. 4–29. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1919955>.

PINHEIRO, Marcos Sorrilha. **A Historiografia da Revolução Americana (Artigo/Bibliografia Comentada)**. In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-historiografia-da-revolucao-americana/>.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. “O livro didático como política pública: perspectivas históricas”. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.) **Livros didáticos de história: Entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora. p. 105-113.

SHALHOPE, Robert E. **“Republicanism and Early American Historiography.”** *The William and Mary Quarterly*, v. 39, n. 2, 1982, p. 334–356. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1918756>

UNGER, Irwin. **“The ‘New Left’ and American History: Some Recent Trends in United States Historiography.”** *The American Historical Review*, v. 72, no. 4, 1967, p. 1237–1263. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1847792>.

ZINN, Howard. **“A People’s History of the United States”**. Editora Bello, 2014. E-book Kindle.

Narrativas de um jogo compartilhado: Experiências de pesquisa sobre futebol na fronteira platina

AMES, Marco Aurélio Alles
História Licenciatura - UFSM
PROBIC/FAPERGS, marco.ames@acad.ufsm.br

CARVALHO, Willian Silva
História Licenciatura - UFSM
PIBIC/CNPq, williancarvalhors@gmail.com

Resumo: O futebol é um fenômeno possuidor de grande poder de inserção, estando ligado aos mais variados tipos de relações sociais, econômicas e culturais. Assim, temos como objetivo investigar o passado das relações fronteiriças na disseminação do futebol no Brasil, buscando realizar uma abordagem histórica diversificada que contemple novas interpretações para a história do futebol, valorizando e destacando o papel das entidades futebolísticas e seus personagens que estiveram envolvidos na formação e desenvolvimento do esporte. O trabalho reflete sobre as origens do futebol, relacionadas a Charles Miller e Oscar Cox, discutindo como essas narrativas refletem dinâmicas de poder e centralização histórica. A pesquisa proposta, é vinculada ao projeto *Futebol na Fronteira: Memória e História Pública no Rio Grande do Sul*, abordando a fronteira Brasil-Argentina-Uruguaí como um espaço de encontro e intercâmbio cultural, onde o futebol desempenhou um papel significativo na construção de conexões e na negociação de identidades. Nesse sentido, a pesquisa sugere que, ao invés de uma disseminação a partir de um centro urbano como São Paulo, o futebol pode ter se difundido organicamente, enraizando-se nas comunidades fronteiriças antes de se estabelecer em outras partes do país. De tal maneira, pretende-se ampliar o entendimento das origens do futebol, combatendo e questionando narrativas hegemônicas e explorando novas perspectivas, como a "introdução por via platina" proposta por Gilmar Mascarenhas.

Palavras-chave: Futebol; Fronteira; História.

Reflexões sobre o futebol como fenômeno histórico, cultural e social

Quando falamos a respeito da investigação do passado, seja de uma temática específica ou de algum tema variado, é importante realizarmos uma reflexão inicial que será responsável por guiar os primeiros passos da determinada pesquisa. Neste presente trabalho, temos como tema central o futebol, esporte no qual é um fenômeno possuidor de grande poder de inserção, estando ligado aos mais variados tipos de relações sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, podemos destacar o conceito de que o futebol é um espelho da sociedade, o qual tem sido amplamente discutido por autores de diferentes áreas. O antropólogo Roberto DaMatta (1982), explora a relação entre o futebol e a cultura brasileira, argumentando que o esporte é um reflexo das tensões sociais e políticas do país. O historiador Hilário Franco Jr. (2017), analisa o futebol como um fenômeno cultural e social, que reflete as contradições e desigualdades da sociedade brasileira. Além disso, o futebol também tem sido estudado como um fenômeno global, que reflete as tensões e desigualdades do mundo contemporâneo. Ainda,

Souza e Marchi Júnior (2014) argumentam que o futebol é um campo social que reflete as lutas pelo poder e pela hegemonia cultural.

A partir desses variados modos de relação, o futebol, ao longo do século XX, passa a ser constantemente vinculado a diferentes afirmações e mitos de origem. No território brasileiro, há duas versões de origem do futebol que predominam: uma delas é a história de Charles Miller, que, em 1894, teria retornado de seus estudos na Inglaterra, trazendo consigo em sua bagagem duas bolas de futebol, um par de chuteiras, um livro contendo as regras do jogo e mais alguns uniformes, supostamente dando o pontapé inicial do esporte no Brasil, além disso, vale ressaltar que, geograficamente falando, Charles é muito ligado com a região paulista. A outra versão de mitos fundadores, que também possui força, é a versão que trata sobre o pioneirismo de Oscar Cox. Segundo a versão que se conta, Cox é tido como uma figura emblemática no cenário do futebol e sua trajetória é ligada a um certo pioneirismo e contribuições significativas para o esporte. Nascido em 1880, Cox teria nutrido um papel importante na promoção e desenvolvimento do futebol no Brasil, sendo um dos pioneiros na organização de clubes e competições. Em 1902, foi um dos fundadores do Fluminense Football Club, um dos clubes mais prestigiados do país. Nesse caso, estamos falando de um protagonismo mais centrado na região carioca. Por coincidência -ou não- as duas versões hegemônicas de narrativas ligadas ao futebol também partem dos centros hegemônicos de poder da historiografia brasileira, isto é, a região sudeste do Brasil. Portanto, trata-se de uma narrativa relacionada a uma história que, para eles, é tida como nacional, enquanto as histórias fora desse centro de poder são conhecidas como “histórias regionais”. Devido aos avanços da historiografia e esforços para escapar dessa falsa construção, podemos afirmar que isso se deve ao desenvolvimento de uma narrativa que está, lentamente, sendo desconstruída. Ademais, nosso trabalho pretende contribuir nessa desconstrução.

Apesar de parecerem versões absolutamente consolidadas, estamos falando de apenas duas das diversas versões estabelecidas e disseminadas, muitas vezes utilizadas como base para a criação de matérias esportivas em diferentes meios de comunicação que acabam sendo direcionadas ao público consumidor do esporte. Com isso, destacamos aqui o artigo elaborado por Santos e Drumond (2012), no qual debatem e estimulam a necessidade de fazermos reflexões teóricas e metodológicas sobre a história do futebol no Brasil, visando que versões como a de Charles Miller e Oscar Cox tem poder significativo na criação de uma memória social através do esporte. Por meio de uma seleção de algumas conhecidas produções textuais relacionadas ao futebol, publicadas entre os anos de 1922 e 2000, os autores estabelecem a necessidade de um maior debate crítico em relação às pesquisas sobre o tema, constatando o

cuidado na propagação de mitos fundadores e verdades absolutas. Além disso, concordamos com Bloch (2005), quando discorre a respeito dos mitos fundadores. Segundo o autor, os mitos fundadores são histórias que se tornam parte da identidade de um povo e ajudam a explicar sua origem e história. Esses mitos podem ser baseados em fatos históricos, mas também podem ser distorcidos ou inventados para atender a determinados propósitos políticos ou sociais. Bloch argumenta que a busca por mitos fundadores é uma tentativa de encontrar uma verdade absoluta que explique a existência de um povo ou nação. No entanto, o ponto fundamental é que ele acredita que essa busca é fútil, pois a verdade é sempre relativa e depende do ponto de vista de cada indivíduo, o que não significa dizer que cada um faz a história do jeito que quiser. Em vez de buscar verdades absolutas, deveríamos nos concentrar em entender as complexidades da história e reconhecer que a verdade é sempre parcial e incompleta.

Desta forma, é necessário ressaltar que uma pesquisa histórica não é uma mera narrativa do passado, sendo responsável por levantar diferentes questionamentos para a compreensão de uma determinada sociedade (Santos, 2020). É fundamental estabelecermos que na realização desta presente pesquisa, juntamente com sua experiência, estaremos abordando uma ou algumas das várias histórias a respeito de futebol, possuindo seus detalhes e problematizações iniciais. Nessa problemática, concordamos com Gramsci (2002) quando alega que a história é uma construção social e que várias versões da história podem coexistir. Além disso, o autor argumenta que a história é escrita pelos detentores da hegemonia e que a classe dominante usa a história para manter seu poder e justificar sua posição.

Logo, para expandirmos um pouco nosso raciocínio em direção ao debate, precisamos conhecer o campo no qual estamos adentrando, em um panorama realizado por Melo e Fortes (2010) podemos perceber algumas questões referentes à produção de estudos na área de História da Esporte, bem como a exposição de alguns estudos pioneiros dentro e fora do país, destacando as especificidades, características e problemas da área com o passar das décadas. Partindo disso, os autores também compreendem a necessidade da realização de novas pesquisas que executem um maior rigor metodológico em suas investigações, indo ao encontro de um diálogo interdisciplinar entre as ciências humanas.

Também em direção aos diálogos da área, o geógrafo Gilmar Mascarenhas (2001) realizou algumas considerações teórico-metodológicas em seu estudo direcionado especificamente ao futebol, discutindo as especificidades do esporte através de uma difusão espacial, considerando seu tempo histórico e suas formações sociais. De tal maneira, em suas observações o autor aborda o futebol a partir do conceito de inovação, compreendendo como uma técnica, um produto, uma prática ou propriamente uma ideia. Assim, entendido como uma

inovação, o futebol passa a aparecer gradativamente nas sociedades industriais do Ocidente no final do século XIX, podendo ter diferentes ondas de difusão, ritmos distintos de adoção e aceitação da prática. É partindo desta concepção de diferentes formas de difusão, que está presente pesquisa se propõe a dialogar, porém, partindo especificamente da necessidade de se compreender melhor o papel da disseminação do futebol e suas relações no espaço que abrange as cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina.

As trocas culturais entre as comunidades fronteiriças tiveram um impacto significativo na prática do futebol nessas regiões. O futebol, como uma inovação que se difundiu nessas áreas, foi influenciado pelas interações entre as diferentes culturas presentes. Essas trocas culturais ocorreram não apenas através do contato direto entre os indivíduos, mas também por meio de eventos esportivos, competições, migrações e intercâmbios sociais e comerciais. Uma das principais formas pelas quais as trocas culturais afetaram a prática do futebol foi na adoção e adaptação de técnicas, táticas e estilos de jogo. As comunidades fronteiriças, ao se encontrarem e interagirem, compartilharam suas experiências e conhecimentos sobre o esporte, resultando em uma combinação de diferentes abordagens e estilos de jogo. Essa mistura de influências culturais contribuiu para o desenvolvimento de formas únicas de jogar futebol nessas regiões, com características distintas e identidades próprias.

Além disso, as trocas culturais também influenciaram a organização e a estrutura dos clubes de futebol. Através das interações entre as comunidades, os clubes foram fundados e fortalecidos, muitas vezes com participação de indivíduos de diferentes origens culturais. Essa diversidade cultural nos clubes contribuiu para a formação de identidades coletivas e para a criação de laços sociais mais amplos, que ultrapassavam as fronteiras geográficas, dando origem ao que chamamos de cultura híbrida. As trocas culturais também tiveram um papel importante na difusão de práticas e rituais associados ao futebol, como cantos, danças, celebrações e tradições específicas.

Pesquisa na Fronteira, Memória e História Pública

O presente trabalho é desenvolvido a partir do projeto “Futebol na Fronteira: Memória e História Pública no Rio Grande do Sul”, vinculado ao departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, contando com a coordenação do Professor Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos. Na realização desta pesquisa, contamos com o apoio e financiamento de bolsas PROBIC/FAPERGS e PIBIC/CNPq.

Como dito anteriormente, partimos de uma ideia que busque dialogar e melhor compreender a disseminação e as relações fronteiriças do futebol na fronteira entre Rio Grande

do Sul, Uruguai e Argentina. Assim, buscamos por meio dessa pesquisa, que está em etapa inicial, realizar uma série de visitas a arquivos das cidades localizadas na fronteira, buscando coletar informações que colaborem na construção de histórias ligadas a clubes, jogadores, treinadores, árbitros, dirigentes e torcedores envolvidos com o futebol no início do século passado. Dessa forma, também buscamos uma valorização da história local das cidades envolvidas, optando pela utilização de uma abordagem mais inclusiva, diversa e engajada com a sociedade. Tal abordagem vai diretamente ao encontro do pensamento de destaque da história pública, envolvendo a participação de diferentes públicos não-especialistas com o conhecimento histórico, de forma crítica, participativa e emancipatória. Essa abordagem busca tornar a história mais acessível, relevante e significativa para diferentes comunidades e grupos de pessoas. No contexto da pesquisa sobre a disseminação e as relações fronteiriças do futebol na fronteira platina, a história pública é passível de ser realizada de várias maneiras. Por exemplo, uma abordagem inclusiva e diversa pode envolver o uso de narrativas orais, entrevistas com pessoas envolvidas com o futebol local ou que tenham conhecidos que ajudaram na difusão do esporte da época, além disso, é importante a coleta de memórias e histórias de torcedores, juntamente com a criação de espaços de diálogo e discussão comunitária. Para promover a participação e o engajamento da sociedade, recursos tecnológicos e metodológicos serão utilizados.

De tal maneira, temos o intuito de trabalhar a chamada “via platina” de introdução do futebol, Mascarenhas (2000) aborda a estreita relação de um “espaço-em-construção” platino a partir do século XVIII, muitas vezes estando baseado na atividade pastoril rudimentar, contando com grandes estâncias e alguns poucos núcleos urbanos. Tal atividade pastoril, esteve estreitamente vinculada com o pampa gaúcho e por motivos geográficos andou lado a lado com o território argentino e uruguaio, seguindo uma parte uniformizada seja cultural ou economicamente. Economicamente, o espaço platino chamava muito atenção dos britânicos, tornando-se importante exportador de variadas matérias primas, como afirma Mascarenhas (2000, p. 2) ao se referir a Argentina:

Na América do Sul, os interesses britânicos, apesar de territorialmente difusos, encontravam particular concentração no rico comércio platino. Por volta de 1890, a Argentina era a principal provedora de matéria-prima da Inglaterra, mantendo-a suprida de carnes, cereais e lã. A cidade de Buenos Aires, grande porto escoador e cabeça de ampla rede ferroviária, apresentava vertiginoso crescimento econômico e demográfico, alcançando a marca dos 950 mil hab. em 1904.

Nesse sentido, a partir do grande tráfego de produtos através dos portos, já podemos ter uma base dos possíveis contatos realizados para além das questões econômicas. O futebol,

passando a ser praticado por marinheiros ingleses, torna-se atrativo para um forte diálogo cultural entre os diferentes grupos estabelecidos no território platino.

Partindo para uma questão mais material de pesquisa, no atual momento estamos desenvolvendo pequenos textos, de uma a duas páginas de tamanho, abordando assuntos variados relacionados ao futebol na região, ressaltando uma linguagem simples e direta, para que seja possível dialogar com o público mais amplo, uma vez que estamos focados em uma abordagem de história pública. Além disso, nosso projeto inclui o desenvolvimento de um website com várias páginas participativas georreferenciadas na plataforma online “Ludopédio”, onde a comunidade possa compartilhar suas histórias e memórias relacionadas ao futebol na região e ler sobre as histórias que estamos contando. Para isso, também pretendemos contar com um mapa interativo, o qual possibilitará que os leitores consigam observar as localizações, fotos e documentos relacionados aos assuntos. Ademais, o projeto pode envolver a criação de exposições físicas ou virtuais, a produção de documentários ou podcasts, a organização de eventos comunitários, como mesas-redondas ou debates. Assim, temos a intenção de desenvolver cartilhas que possam ser utilizadas em colaboração com escolas e instituições locais, com isso, temos a intenção de envolver os jovens na pesquisa e na preservação da história local, dando a eles um maior sentido para a história e o desenvolvimento de um senso de pertencimento.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos concluir que o esporte transcendeu as fronteiras físicas dos campos e se consolidou como um fenômeno cultural e social de alcance global. Ao longo do tempo, o esporte evoluiu de uma simples atividade recreativa para se tornar uma indústria, movimentando bilhões de dólares e gerando empregos em diversas áreas, desde a produção de equipamentos esportivos até a transmissão televisiva de eventos esportivos. Além de ser um jogo competitivo, o esporte se transformou em uma forma de entretenimento que cativa e envolve pessoas de todas as idades e origens. As competições esportivas são acompanhadas por milhões de fãs ao redor do mundo, que se reúnem em estádios, bares, ou mesmo assistem aos jogos em suas casas, possibilitando um compartilhamento de experiências.

Além disso, é importante salientar que o esporte também se tornou uma parte intrínseca da cultura de muitos países e comunidades. O futebol, por exemplo, é um esporte cuja prática e paixão ultrapassam fronteiras geográficas e barreiras linguísticas. Em diferentes regiões do mundo, as comunidades fronteiriças tiveram um papel fundamental na troca de influências culturais, que acabaram por moldar a prática do futebol. Essas interações culturais entre

comunidades fronteiriças tiveram um impacto significativo nas técnicas, táticas e estilos de jogo adotados em diferentes regiões. Por exemplo, a influência de jogadores e treinadores de diferentes nacionalidades trouxeram novas abordagens táticas e métodos de treinamento, enriquecendo o repertório de conhecimentos futebolísticos de cada localidade. Ademais, a organização dos clubes também foi influenciada pelas trocas culturais. As estruturas de gestão e os modelos de negócios adotados pelos clubes foram impactados por ideias e práticas vindas de outras regiões, resultando em diferentes modelos de organização esportiva ao redor do mundo.

Outro aspecto importante é a introdução de elementos culturais específicos em torno do futebol, a música, a dança, a culinária e as tradições locais muitas vezes se fundem com o esporte, criando uma atmosfera enriquecedora. Essa fusão de elementos culturais torna cada região e cada torcida única, com identidades futebolísticas distintas. Portanto, é inegável que as trocas culturais entre comunidades fronteiriças têm desempenhado um papel crucial na formação de identidades futebolísticas em todo o mundo. Como nossa pesquisa ainda está em estágio inicial, nosso aporte teórico e historiográfico segue concordando e indo ao encontro do que desenvolveu Mascarenhas (2000), por isso, temos como base o combate a historiografia hegemônica tradicional que centra um “mito fundador” em Rio de Janeiro e São Paulo e buscamos trazer novas versões que tentam explicar as origens de outras diversas e multifacetadas formas.

Referências

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DAMATTA, Roberto; FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves; GUEDES, Simoni Lahud; VOGEL, Arno. **Universo do futebol**: Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **Dando tratos à bola**: ensaios sobre futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/dando-tratos-bola/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002.

MASCARENHAS, Gilmar. **A via platina da introdução do futebol no Rio Grande do Sul**. Lecturas: Educación Física y Deportes, 2000.

MASCARENHAS, G. Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão espacial do futebol. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 73-82, 2001.

MELO, Victor. A. de, & FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, v. 12, n. 22, p. 11–35, 2010.

SANTOS, João; DRUMOND, Maurício. A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 19-31, jan./jun. 2013.

SANTOS, João. Futebol e história. In: GIGLIO, Sérgio; PRONI, Marcelo. **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020

SOUZA, Juliano de; ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Por uma reconstrução teórica do futebol a partir do referencial sociológico de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 28, n. 2, p. 221-232, 2014.

A reação da religião Cristã à Ditadura Civil-Militar sob um olhar do Concílio Vaticano II

VARGAS, Gianluca Ferigolo de
Graduando em História na UFSM
Bolsista PIBIC/CNPq, gf.vargas@hotmail.com.br

BORIN, Marta R.
Doutora, PPGH/UFSM
marta.borin@ufsm.br

Resumo: Quando, em 1964, um golpe civil militar mudou o rumo político do País, a população se dividiu em apoiadores e opositores do novo regime, o que não foi diferente no campo religioso, onde alguns líderes religiosos apoiaram o novo regime e outros protestaram, e cada um tentava levar os seus seguidores a seguirem a sua linha, o que acabou gerando, inclusive, divisões internas, principalmente nas comunidades protestantes. Na mesma época, o Concílio Vaticano II estava em andamento, e naquela reunião seria decidido os rumos tanto da Igreja católica, como também dos fiéis católicos, os quais deveriam participar da Ação Social, através da caridade, e da luta contra governos que desrespeitassem os direitos humanos. Este artigo irá expor as ações não apenas dos católicos em geral, mas, em especial dos participantes das Comunidades Eclesiais de Base, conhecidas como CEBs, e dos protestantes, durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, de 1964 a 1985, e a seguir será feita uma análise de tais ações a partir do Concílio Vaticano II, verificando até que ponto os católicos seguiram as decisões do Concílio, e se os protestantes também estão de acordo com essas decisões, ou se delas discordaram. Esta pesquisa está relacionada ao Projeto Religião e Religiosidade: política e imigração, sob a coordenação da professora Marta Rosa Borin e contou com bolsa de Iniciação Científica, PIBIC/CNPq.

Palavras-chave: Catolicismo; Protestantismo; Ditadura Civil-Militar.

Introdução

Frente às diversas inovações dos séculos XIX e XX, tanto em relação a tecnologia quanto a sociedade, a Igreja se manteve conservadora, mantendo suas tradições estabelecidas nos séculos passados, ignorando, ou ainda criticando, essas inovações, com o Concílio Vaticano I reforçando essa posição. Isso até a década de 1960, quando o Papa João XXIII chamou um novo Concílio, o Concílio Vaticano II.

Esse novo Concílio tinha como objetivo renovar a Igreja, que havia estagnado, frente aos avanços tecnológicos e sociais dos últimos dois séculos, além de uma reforma litúrgica. Entre as decisões do Concílio estavam um grande apelo pela caridade para com os pobres, sempre a mencionando como uma grande virtude, uma maior participação dos leigos na Igreja e na ação missionária, um esforço ecumênico com as outras manifestações de fé cristãs e abraâmicas, além de uma maior tolerância com outras religiões que nada tem a ver com o cristianismo, um pedido pela maior participação das mulheres na sociedade, a utilização das

novas tecnologias em favor da evangelização, sempre lutar contra regimes que desrespeitassem os direitos humanos, e outras decisões ligadas à liturgia.

Durante a mesma década, no Brasil, havia um grande medo por parte da parcela mais conservadora do país a respeito de uma ameaça comunista, exacerbado pelo governo João Goulart, que tinha algumas políticas voltadas para reformas sociais, consideradas como de esquerda. Além disso, Jango, como era conhecido o governador João Goulart, também havia dito que o Brasil não progrediria por meio de rosários (orações), o que fez com que o presidente perdesse o apoio de muitos católicos, como de alguns bispos que, inclusive, apoiaram a intervenção militar. Mas não era só a parte mais conservadora da população brasileira que temia a esquerda e uma revolução comunista no país, os Estados Unidos também manifestavam esse receio, e deram seu apoio a um golpe militar no Brasil, que aconteceu em 1964.

A tomada do poder pelos militares causou reações diversas em diferentes grupos, alguns foram contra desde o começo, outros começaram apoiando o novo governo, mas acabaram ficando contra depois de um tempo, e outros ainda permaneceram leais aos militares até o fim. Os cristãos estão presentes em todos esses grupos, desde católicos a protestantes, sendo que muitos dos católicos foram contra desde o começo, enquanto que a posição oficial da Igreja foi inicialmente favorável ao novo regime, mas logo passou a ser contra, e a maioria dos protestantes se mantiveram a favor dos militares durante todo o período da ditadura, ainda que vários tenham ficado contra.

Em relação à América Latina como um todo, em 1968 foi realizada a 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín. Nessa ocasião, as ditaduras latino-americanas foram denunciadas e os bispos católicos declararam “opção preferencial pelos pobres”, e consequentemente a Teologia da Libertação, e o impulso às Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) no Brasil.

A Reação Protestante

O grupo dos protestantes é um grupo tão diverso quanto o próprio cristianismo como um todo, e cada uma das denominações protestantes escolheram um caminho diferente e, às vezes, dentro das próprias denominações havia divergências.

Os luteranos eram um desses grupos protestantes que estavam divididos, de um lado há o quarto presidente na ditadura, Ernesto Geisel, que era Luterano de Confissão, o que também aumentou o prestígio social dos luteranos como um todo, mas por outro lado, há luteranos que participaram da luta social, tomando uma posição mais progressista. Um exemplo dessa posição mais progressista por parte dos luteranos é a formação de teólogas mulheres. Ainda que o termo

“feminismo” fosse evitado, as mulheres teólogas eram muito unidas, e questionavam diversos conceitos da sociedade e da religião tradicional.

Como um exemplo de participação mais ativa na sociedade, há a ocasião em que a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil enviou para Rondônia dois teólogos, Lori Altmann e Roberto E. Zwetsch, a fim de realizar um trabalho missionário com o povo indígena Suruí Paíter. Chegando lá viram a situação deplorável da tribo, com 80% de sua população morta, tanto por doenças quanto pela ação dos colonos. O casal então passou a lutar pelos direitos desse povo, além de desenvolver seu senso crítico, ao mesmo tempo que realizava um trabalho ecumênico com os católicos que também estavam lá. Frente a isso, a FUNAI, na época administrada pelos militares, expulsou o casal da região, o que acabou gerando repercussões no *Correio Brasiliense* (Mello, 2019, p. 5), dizendo que a expulsão estava ligada às denúncias de mineração dentro do Parque Aripuanã. Alguns bispos também afirmaram que o motivo real da expulsão foi porque o casal se colocou a favor dos indígenas e dos lavradores que perderam suas terras para os latifundiários, e estavam tentando achar uma solução justa para ambos os lados.

Os presbiterianos sofreram uma mudança drástica com a chegada dos militares ao poder, evidenciado pelo jornal presbiteriano *O Estandarte* (Mello, 2019, p. 2), que antes do golpe militar permitia debates políticos e teológicos, dando espaço para todos os lados, o que também acontecia dentro de suas igrejas. Mas, pouco depois da tomada do poder pelos militares, devido ao caráter ultraconservador da liderança presbiteriana, o jornal proibiu a discussão de ideias políticas, além de publicar artigos declarando abertamente seu apoio à ditadura, que sempre terminavam com a afirmação que os presbiterianos não deveriam se envolver em assuntos terrenos, como a política, pois esse tipo de coisa contaminava o crente em Cristo.

Já o caso dos batistas é possivelmente o mais irônico, pois os batistas sempre foram marginalizados na sociedade, e por isso sempre lutaram pela liberdade religiosa e de expressão, além da separação da Igreja e do Estado. Assim como os presbiterianos, os batistas também tinham seu próprio jornal, *O Jornal Batista*, que de início se preocupava apenas com ensinamentos da fé batista, começou em 1963 a permitir debates políticos, dando espaço para todas as opiniões. Mas, logo em 1964, o editor do OJB declara o golpe como um ato democrático. O interessante é que, pouco antes do golpe militar, houve uma troca na liderança batista, por uma mais conservadora, e que se manteve leal aos militares até o fim, proibindo qualquer discussão política no OJB, e censurando tudo o que era contra a ditadura e a favor do comunismo, ou contra o ideário batista. A única vez que o OJB se coloca contra os militares foi

nos anos 1980, quando houve uma tentativa por parte dos militares de reaproximação com a Igreja Católica, ação que foi criticada pelo OJB (Dusilek *et al.*, 2017, p. 202).

Mas o apoio batista à ditadura foi muito mais fundo do que isso, começando com cultos e vigílias em homenagem aos militares. Os batistas acabaram realizando perseguições próprias, dentro e fora de sua igreja, entregando os suspeitos ao DOPS, onde também ajudavam a torturar os presos. Por conta desse apoio, os militares deram um canal de televisão aos batistas, a TV RIO. Mesmo nos momentos finais da ditadura os batistas continuaram com seu apoio incessante aos militares, com a instituição, em 1983, do Dia Nacional de Oração, escolhido para o dia 01/05, no mesmo dia do Dia do Trabalhador. Nesses momentos, o apoio aos militares era reafirmado, e os contestadores do governo militar eram condenados (Dusilek *et al.*, 2017, p. 208).

Havia também os evangélicos, que, assim como os batistas, ajudaram os militares a perseguirem os membros dissidentes de sua própria igreja, além de formarem a Missão Integral da Igreja, como forma de combater a Teologia da Libertação e dar apoio aos militares, ainda que seu discurso oficial nada falasse sobre a ditadura.

Como outro exemplo de resistência protestante contra a ditadura, há Heleny Guariba, uma mulher metodista, que lutou contra a ditadura, começando com simples artigos na revista *Cruz de Malta* mostrando o descontentamento de alguns grupos protestantes com as desigualdades presentes na sociedade brasileira, e depois começa a militar em grupos revolucionários armados, até ser presa, torturada e desaparecer (Souza, 2015, p. 34).

A Reação Católica e a Formação das CEBs

Por serem o maior grupo, os católicos são também os com a maior variedade de opiniões. Alguns desde o começo eram contra a ditadura, outros eram a favor até o fim, enquanto que a posição oficial da Igreja no Brasil era, inicialmente a favor, mas a partir de 1968 começou a romper seus laços com os militares, devido às diversas denúncias de tortura, e suas políticas que aumentavam a desigualdade.

Os setores da Igreja contrários à ditadura militar se fortaleceram com a Teologia da Libertação, tendo início na 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, de 1968, inspirada pelas diretrizes do Concílio Vaticano II, dando, também, força às CEBs, ainda que elas já existissem de alguma forma desde 1962, mesmo que elas só fossem surgir em sua forma mais conhecida no final da década. Ainda assim, os membros conservadores da Igreja buscavam tornar esse movimento mais moderado.

O protesto católico contra a ditadura começou pelo clero, nos sermões dos padres, onde criticavam o autoritarismo e expandiam a ideia da igualdade. Isso levou os militares a espionarem esses padres, às vezes com membros conservadores da própria Igreja Católica, ouvindo seus sermões, e se o achassem subversivo, prendiam o padre. Vários bispos tentaram impedir isso, dizendo que antes de prender um padre, deveria primeiro falar com o bispo da diocese a qual o padre pertencia, porém, os militares ignoraram os pedidos dos bispos. Mas o estopim para muitos do clero foi quando três padres franceses foram expulsos do país, junto com um diocesano brasileiro.

Depois disso, o clero passou também a ajudar a população pobre diretamente, criando comunidades para eles. Essas comunidades, chamadas de Comunidades Eclesiais de Base, variam muito entre si, devido não somente a sua descentralização, mas também porque quem fazia as CEBs eram o povo, e o povo muda de região para região.

A liderança das CEBs era leiga, mas clérigos, ou agentes de pastoral, os apoiavam. Esses agentes de pastoral recebiam uma formação especial oferecida pela própria diocese, e podiam ser tanto leigos quanto clérigos, e tanto homens quanto mulheres. As mulheres, na verdade, tiveram grande participação nas CEBs, incluindo na liderança.

Um dos pontos em comum das CEBs era justamente o protagonismo leigo, e a preferência pelos pobres, além do método “Ver-Julgar-Agir”, que consistia em identificar um problema, refletir em como Jesus agiria, e por essa reflexão em prática. Mas havia grande diversidade dependendo da região. A seguir será listado alguns exemplos de CEBs de diferentes regiões.

Em Santarém, no Pará, desde 1959 há uma ação leiga semelhante às CEBs, mas que só se organizaram em CEBs depois de nove anos. Um pouco depois, nos anos 1970, começam a chegar refugiados de enchentes na região, que começaram a frequentar encontros de estudos bíblicos promovidos pelas CEBs locais, mas logo começaram também a exigir direitos básicos como acesso à água e luz, além de promover diversos eventos (Alencar, 2015, p. 1038).

Já em Crateús, no Ceará, a ação da CEBs era quase exclusivamente voltada para a ação social e protestos contra o regime militar, desde sermões a programas de rádio, sendo que os programas de rádio de outros lugares do Ceará eram menos radicais, para evitar a censura. O MEB também era bem forte no Estado (Bezerra, 2010, P. 95).

No Pará, a ação das CEBs estava mais voltada para o conflito entre posseiros e grandes latifundiários, onde as CEBs lutavam pelos direitos dos posseiros, enquanto o Governo ficava ao lado dos latifundiários. Por conta dessa oposição, muitos agentes de pastoral foram ameaçados, e até mortos, por pistoleiros. Além disso, os membros das CEBs também

organizavam rezas, jantares e leituras bíblicas, onde era feito um comparativo de sua situação com a narrativa bíblica, em especial com o Êxodo. (Veira, 2021, p. 48).

As CEBs de Minas Gerais organizaram a Romaria do Trabalhador, contando com a participação de membros do MST e indígenas, sempre realizadas em cidades diferentes e com temáticas diferentes, além de apresentações culturais e encenações bíblicas. A aproximação com movimentos como o MST levou alguns bispos a substituírem padres a favor das CEBs por outros contra. Apesar dessas CEBs terem uma participação feminina muito maior do que masculina, com as mulheres organizando todos os eventos, em nenhum momento houve uma discussão sobre as relações de gênero (Ferreira, 2021, p. 15-16).

Em Canoas, Rio Grande do Sul, as CEBs surgiram por conta do êxodo rural, e se ocupou em lutar pelos direitos dessas famílias, primeiro pelo seu direito à moradia, conquistado em 1983, mas também pelo direito à água limpa e à eletricidade. As CEBs do Bairro Mathias Velho, em Canoas, também se organizaram de maneira comunal, onde seus membros vendiam sua propriedade e dividiam seu dinheiro. Também foi criado um Clube de Mães, evidenciando o protagonismo das mulheres. O Clube de Mães, além de organizar eventos, também tricotava colchões e acolchoados, necessários para a sobrevivência, dada as péssimas condições. Essas comunidades continuam promovendo festas religiosas e eventos até hoje (Machado, 2012, p. 110).

Mas as CEBs não foram a única forma de resistência por parte dos católicos. Nessa época a rádio católica Paulinas-COMEP criava músicas no estilo gospel com o intuito de evangelizar. Um de seus cantores mais famosos era o Padre Zezinho, que criou diversas músicas claramente contra a ditadura e a censura, fazendo com que suas músicas tenham sido censuradas, e até mesmo causando seu exílio (Ferreira e Queiroz, 2014, p. 33).

Mas, assim como as CEBs lutavam contra a Ditadura, ela e os seus apoiadores também lutavam contra as CEBs. Uma forma que os apoiadores dos militares tinham para combater as CEBs eram os jornais, e os silêncios que eles criavam em relação às CEBs. No caso do jornal *A Notícia*, jornal a favor da ditadura, enquanto que ele comentava sobre as boas ações dos padres ligados às CEBs, e até os parabenizava, como quando a CEB realizou um debate político com os candidatos da próxima eleição, nunca foi comentado sobre quem recebia a boa ação, e em casos de conflitos com grandes empresas, como quando alguns operários da empresa Schulz reclamaram das péssimas condições de trabalho, o jornal apenas noticiou o lado da empresa, em que os operários estavam denegrindo a imagem da empresa sem motivo. Quando um dos padres da CEB recebeu uma ameaça de morte do Comando de Caça aos Comunistas, o jornal nada mencionou sobre o ocorrido (Silva E Moraes, 2019, p. 8-9).

Análise a Partir do Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II teve grande influência nas CEBs e na Teologia da Libertação, por conta de suas propostas sociais. A que é mais reforçada durante o Concílio é a caridade para com os pobres, e é isso que moverá a Teologia da Libertação e as CEBs, sendo ajudar e dar apoio aos pobres sua maior luta, e até alguns protestantes que eram contra a ditadura e aderiram a Teologia da Libertação.

Outro ponto que foi reforçado no Concílio foi uma maior participação leiga dentro da Igreja. As CEBs se especializaram nisso, já que quase tudo era organizado por leigos dentro delas, com religiosos e religiosas apenas auxiliando. Os protestantes também tiveram bastante participação leiga, tanto aqueles contra a ditadura, como o caso de Heleny Guariba, quanto aqueles a favor, como os batistas que, por iniciativa própria, espionavam e denunciavam quem achavam suspeito, e até realizavam suas próprias torturas.

O Concílio também pede que sejam consideradas e respeitadas as particularidades de cada região, e é exatamente isso o que as CEBs fazem, pois como dito antes, quem faz as CEBs é a população local, com todas as suas particularidades, gerando grandes diferenças entre si. Enquanto os protestantes, mesmo aqueles mais progressistas, parecem ser mais homogêneos nesse sentido.

A ação missionária e a evangelização também é tida como importantíssima para o Concílio. Nesse caso, as CEBs, por serem mais localizadas, acabam não evangelizando fora do seu meio, mas outros católicos, que também lutaram contra a ditadura, realizaram um trabalho missionário, juntamente com alguns protestantes, realizando também um trabalho ecumênico, que é outro ponto importante para o Concílio.

O ecumenismo também é pedido no Concílio, e todos aqueles que lutaram contra a ditadura fizeram trabalhos ecumênicos. Mesmo aqueles que eram a favor dos militares, antes da ascensão destes ao poder, eram ecumênicos com os católicos e outras fés cristãs, exemplificado nos seus jornais.

O Concílio também pede que as mulheres, se assim desejarem, podem participar mais diretamente dentro das suas comunidades. Enquanto que os protestantes a favor dos militares eram muito mais tradicionais em relação à participação feminina, aqueles que eram contra a ditadura abriram mais espaço para as mulheres, como as escolas de teologia para mulheres dos luteranos. Já as CEBs foram muito mais além, e em muitos casos elas tomam o protagonismo, sendo as organizadoras de tudo dentro de suas CEBs, ou sendo a maioria, ou ainda a liderança.

O Concílio também pede que as novas tecnologias sejam usadas a fim de evangelizar a população. Aqui tanto católicos quanto protestantes, contra e a favor do regime militar, fizeram

uso das tecnologias. No caso católico, há a rádio Paulinas-COMEP, que criava músicas gospel para fins de evangelização, ainda que também tenha usado seu espaço para criticar o governo, enquanto que no caso dos protestantes, que já usavam jornais, destaca-se os batistas, que receberam um canal de televisão para fins de evangelização.

O principal causador das desavenças entre a Igreja Católica e o governo dos militares, foi por conta das torturas realizadas pelo governo, isso, pois, o Concílio condena todo e qualquer governo que desrespeite os direitos humanos, e pede para que todos que puderem lutem contra esses governos. Lutar contra o governo opressor dos militares está no centro das CEBs, pois isso está diretamente ligado aos direitos dos pobres. Os protestantes progressistas também acabaram lutando contra o governo, e sofrendo eles mesmos as torturas por eles denunciadas, mas outros como os presbiterianos, ignoraram esses desrespeitos aos direitos humanos e apoiaram os militares, enquanto que os batistas chegaram até mesmo a ajudar os militares em suas torturas, não apenas sendo conivente com um governo que não respeita os direitos humanos, mas eles próprios não os respeitando.

Finalmente, há um ponto no Concílio em que as CEBs, ou pelo menos algumas delas, se desencontram do Concílio, enquanto que os apoiadores do regime militar concordam com o Concílio. Enquanto que algumas CEBs decidem viver de maneira comunitária, como os primeiros cristãos, sem propriedade privada, o Concílio Vaticano II diz que a propriedade privada é um direito natural de todas as pessoas, assim como os protestantes conservadores também pensam, sendo esse um dos pontos em que o Concílio e as CEBs discordam, e que o Concílio e os apoiadores dos militares concordam.

Conclusão

As decisões do Concílio Vaticano II tiveram grande aderência por parte dos religiosos brasileiros, e as ações propostas, ainda que umas mais do que as outras, tiveram grande sucesso, principalmente no caso do uso das novas tecnologias, e aumento da participação leiga, tiveram aceitação quase universal por parte dos cristãos brasileiros, mesmo que em alguns casos específicos essas ações já estivessem sendo empregadas.

Mas o Concílio por si só não teria tido o mesmo efeito no Brasil, se não fosse pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas, primeiro em Medellín, em 1968, e depois em Puebla, em 1979, que buscavam pôr em prática o que foi decidido no Concílio.

Ainda que haja algumas diferenças entre as CEBs e o Concílio Vaticano II, especialmente no que se refere a sua relação com o marxismo, elas ainda agiram em quase perfeita harmonia com as decisões feitas no Concílio, com o próprio Papa elogiando-as e o seu

trabalho, durante a Conferência Episcopal Latino-Americana em Puebla. Mesmo aqueles dentro da Igreja que eram contra as CEBs e a Teologia da Libertação, era por conta da sua aproximação do marxismo, uma ideologia ateísta, e não necessariamente por conta de seu trabalho com os pobres.

O fato de mesmo protestantes conservadores terem seguido as decisões do Concílio Vaticano II, ainda que tenha sido sem saber, ou de maneira parcial, mostra que o Concílio não é apenas para os católicos, nem mesmo apenas para os cristãos, mas para todos os homens e mulheres, para que as pessoas sejam mais justas e tolerantes.

Referências

ALENCAR, J. L. As CEBs na Amazônia: breve ensaio à luz do olhar sociológico e religioso no processo de organização das comunidades de base em Santarém-PA. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 14, 2015. Disponível em:

<https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/956>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ALENCAR, J. L. AS CEBs à luz da Teologia da Libertação e sua relação com os movimentos sociais. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 14, 2015. Disponível em:

<https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/905>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BEZERRA, V. P. A igreja está ao lado da libertação: experiências de uma pastoral popular no contexto da Ditadura Militar no Ceará. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: [//historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/19](http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/19). Acesso em: 12 jun. 2023.

FERREIRA, C. A. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas narrativas orais e memórias de mulheres na Diocese da Campanha, sul de Minas Gerais, entre os anos de 1980 e 2000. **Revista Angelus Novus**, [S. l.], v. 12, n. 17, p. 169433, 2021. DOI:

10.11606/issn.2179-5487.v12i17p169433. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/169433>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FERREIRA, Pedro Augusto de Queiroz; QUEIROZ, Allan Phablo de. A agulha fonocaptora da cruz: religião, música e ditadura militar. In: **Encontro Cearense De História Da Educação, 13.; Encontro Nacional Do Núcleo De História E Memória Da Educação, 3.; Simpósio Nacional De Estudos Culturais E Geoeducacionais - SINECGEO, 3.**, 25 a 27 set. 2014, Fortaleza (CE). Anais. Fortaleza (CE), 2014. p. 27-38. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39737>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GONÇALVES DUSILEK, S. R.; DA SILVA, C. F.; DE CARVALHO CASTRO, A. A igreja de farda: batistas e a ditadura civil-militar. **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 192–212, 2021. Disponível em:

https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/ET/article/view/302. Acesso em: 20 jun. 2023.

LANZA, Fabio; GUIMARÃES, Luiz Ernesto. Religião, política e memória: estudo da Teologia da Libertação no Protestantismo Histórico em Londrina-PR na época da ditadura militar (1964-1985). **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 37, p.149-166, ago. 2017.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7010368>. Acesso em: 5 abr 2023.

MACHADO, Odilon Kieling. **As CEBs no Rio Grande do Sul**: o caso do bairro Mathias Velho município de Canoas (1975-1988). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9636>. Acesso em: 29 mai. 2023

MELLO, Ian. Luteranos, Batistas e Presbiterianos de Brasília durante a ditadura militar (1964-1985). In: O céu, o inferno e o além: o pós-morte na História das Religiões.; ST 3: Mortes, Torturas e as Igrejas: entre resistências e silêncios (1964-1985). **Anais do Simpósio Nacional de Estudos da Religião da UEG**, V. 1. Goiás: UEG, 2019. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/sner/article/view/13486>. Acesso em: 20 jun 2023.

NEVES, L. de A.; PASSOS, M. Silêncios e diálogos: o catolicismo e a defesa dos direitos sociais e humanos ante à intolerância política da ditadura militar no Brasil (1964-1985). **Horizonte** - Revista De Estudos De Teologia E Ciências Da Religião, v. 3, n. 5, p. 67-81, 30 nov. 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/564>. Acesso em: 20 jun 2023.

PASSOS, João Décio. Introdução, In: PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II**: Reflexões sobre um carisma em curso. Pia Sociedade de São Paulo, Editora Paulus, 2014. p. 5-19. Acesso em: 5 abr 2023.

SILVA, Ana Amélia da. **Religião e razão comunicativa**: as Comunidades Eclesiais de Base no contexto da redemocratização. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: 10.11606/D.8.2003.tde-13052003-170836. Acesso em: 5 abr 2023.

SILVA, Fernanda Eliza da; DE MORAES, Marília Crispi. Silêncios do jornal A Notícia acerca da resistência das Comunidades Eclesiais de Base frente à Ditadura Militar entre 1975 e 1980. **Redes - Revista Interdisciplinar do IELUSC**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 209-220, dez. 2020. ISSN 2595-4423. Disponível em: <http://revistaredes.ielusc.br/index.php/revistaredes/article/view/96>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SOUZA, C. B. de. Mulheres, religião e mudança social: uma aproximação ao tema no ambiente da ditadura militar no Brasil. **PLURA** - Revista de Estudos de Religião [S. l.], v. 6, n. 1, jan-jun, p. 22-40, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1035>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VIEIRA, Yana Brito. **Memória, fé e resistência**: as comunidades eclesiais de base no Sul e Sudeste do Pará nos anos finais da Ditadura Militar (1980-1985). 2021. Acesso em: 12 jun. 2023

A Campanha da Legalidade (1961) e o golpe civil-militar (1964) em Santa Maria-RS: uma perspectiva comparada

BRISOLLA, Juliana Dalla Vecchia
Graduanda de História (UFSM)
julianabrisolla@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa foi desenvolvida durante o ano de 2023 como Trabalho de Conclusão de Graduação e apresentada no Simpósio Novos Pesquisadores do III Congresso Internacional de História da Universidade Federal de Santa Maria, logo antes de ser finalizada por completo. Portanto, este texto tem como objetivo retomar os principais pontos da pesquisa completa, atuando como uma perspectiva comparada entre o movimento de resistência ocorrido durante a tentativa de golpe, em 1961, chamado de “Campanha da Legalidade”, uma vez que consistia na reivindicação da legalidade constitucional após a renúncia do presidente Jânio Quadros, e a resistência após o Golpe Civil-Militar que resultou na queda do presidente João Goulart, em 1964. A questão central dessa pesquisa foi compreender como essas resistências ocorreram em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, através da utilização do jornal *A Razão*, publicado na cidade durante o período. O recorte escolhido foram os meses de agosto e setembro de 1961 e março e abril de 1964, que possibilitaram a análise dos dias anteriores a Campanha da Legalidade e a posse de João Goulart, além dos antecedentes e prosseguimentos do Golpe, sobretudo no que se refere aos acontecimentos locais, mas também a maneira como os eventos de cunho nacional foi divulgada na cidade. Para realizar a comparação entre os eventos foi utilizada a técnica de história comparada, para que seja possível compreender não só as semelhanças entre a Campanha da Legalidade e a resistência pós-Golpe, mas também as diferenças entre esses eventos históricos, a fim de entender se os mesmos meios de resistir foram utilizados e porque não houve uma resistência capaz de impedir o Golpe de 1964. **Palavras-chave:** Campanha da Legalidade; Golpe Civil-Militar; Santa Maria/Rio Grande do Sul/Brasil.

A renúncia de Jânio Quadros

O historiador Joaquim Felizardo escreve na obra *A Legalidade: o último levante gaúcho* que, para compreendermos a sequência política pré-1961, precisamos começar entendendo o esforço desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek que, apesar de bem sucedido, a partir de 1958, gerou uma crise econômica decorrente do endividamento externo e de um processo inflacionário (Felizardo, 1988, p. 14). Nesse contexto, a falta de bens de capital e a inelasticidade do mercado de consumo, bem como o crescimento das reivindicações por reformas sociais, fizeram com que o País chegasse nas eleições de 1960 com enormes necessidades econômicas e sociais. É nesse cenário que em 3 de outubro do mesmo ano, Jânio Quadros e João Goulart são eleitos e governam por sete meses até a renúncia de Quadros.

A trajetória política de Jânio Quadros foi marcada pelo uso da moralidade e dos discursos contra a corrupção como lemas políticos, que fizeram com que o eleitorado o enxergasse como uma figura que iria limpar o País das fraudes. Apesar disso, Jânio assumiu a presidência sendo uma figura notoriamente contraditória e teve seu governo marcado por uma

administração ambígua, uma vez que priorizava questões menores como, por exemplo, a proibição do uso de biquínis nas praias do Rio de Janeiro enquanto o País enfrentava uma crise econômica devido à alta inflação, o aumento da população urbana e, por conseguinte, o aumento da demanda de uma produção agrícola para abastecer o mercado interno.

Diante disso, o breve período Jânio Quadros, além das medidas extremamente banais, também foi marcado pela política externa aberta a todos os países, o que favorecia o comércio exterior, o capital estrangeiro e a burguesia agroexportadora. Enquanto isso agradava os grupos dominantes, estes se desagradavam pela aproximação de Jânio com países de terceiro mundo e com o bloco socialista. Seu governo também foi marcado pelo arrocho salarial após adotar extremo rigor quanto aos gastos públicos. A contenção e o arrocho salarial prejudicavam o proletariado e a classe média que já conviviam com os preços exorbitantes da inflação na alimentação e no transporte público.

A crise econômica foi tema de muitas matérias no jornal *A Razão*, em Santa Maria. Na capa da edição de 9 de agosto de 1961, encontra-se a informação de que o custo de vida havia subido 30% na cidade durante o ano. A matéria continua na página oito, com texto assinado por um “observador social” que discorre sobre os efeitos imediatos da política econômica do governo: o aumento do custo de artigos de primeira necessidade. De acordo com o levantamento procedido pela Agência Municipal de Estatística da cidade, de 18 de janeiro a 18 de julho de 1961, houve um aumento de 30% no preço de artigos comestíveis indispensáveis (*A Razão*, 09/08/1961, p. 1 e 8).

Além das matérias referentes à crise econômica, a política externa do Governo Quadros foi um dos principais temas do jornal *A Razão* durante sua administração. Diante do cenário internacional de polarização causado pela chamada Guerra Fria que opôs o projeto capitalista e liberal do projeto socialista, e pouco tempo após a Revolução Cubana de 1959, as medidas de aproximação do governo Jânio Quadros com Cuba e o reatamento do Brasil com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) eram observadas atentamente pelos conservadores brasileiros. Nesse sentido, ao longo do mês de agosto de 1961, o jornal santamariense *A Razão* publicou diversas matérias referentes ao reatamento do Brasil e da União Soviética, além de diversas menções a Che Guevara como a famosa condecoração que foi noticiada dia 22 de agosto e causou crise nas hostes governamentais, como a ameaça de renúncia do governador de Guanabara, Carlos Lacerda, que também foi noticiada na edição de 22 de agosto.

Além da ameaça de renúncia de Lacerda, os oficiais da FAB ligados a ele, dispuseram-se a devolver as condecorações da Ordem do Mérito Militar, ao mesmo tempo em que era

anunciada a renúncia do brigadeiro Clóvis Travassos da diretoria da Aeronáutica Civil (*A Razão*, 22/08/1961, p. 1). O general Artur da Costa e Silva, futuro ditador, em discurso durante tomada de posse do comando do IV Exército disse que este era sentinela anticomunista e que garantiria, dentro dos preceitos constitucionais, o melhor ambiente de ordem para o País. Além disso, o jornal também publicou, em 26 de agosto, que a imprensa norte-americana condenou a condecoração à Guevara (*A Razão*, 26/08/1961, p. 1).

Paralelamente as críticas, o jornal *A Razão* publicou no dia 23 de agosto que, em Santa Maria, os líderes ferroviários apoiavam a política externa do presidente Jânio Quadros, em matéria publicada na página oito da edição. No texto, fala-se que, tendo em vista os últimos acontecimentos no Rio e Brasília, os líderes ferroviários de Santa Maria encaminharam ao presidente da República um telegrama demonstrando apoio e desejando solidariedade ao governo (*A Razão*, 23/08/1961, p. 8).

Diante desse cenário de críticas advindas de Carlos Lacerda, que também na noite de 24 de agosto, foi à televisão anunciar que havia sido convidado por Jânio, através do Ministro da Justiça, para executar um golpe (*A Razão*, 26/08/1961, p. 1), e traçando uma manobra política em busca de mais poder, Jânio pegou a população de surpresa ao enviar sua carta de renúncia ao Congresso, em 25 de agosto de 1961. Muitos historiadores consideram que a renúncia de Jânio Quadros não passou de uma manobra política para retornar com mais poderes. Nesse cenário, acredita-se que Jânio considerava que o Congresso não aceitaria sua carta de renúncia ou, ainda, caso aceitasse, a população clamaria pelo retorno de Jânio ao poder. No entanto, nada disso ocorreu e a carta foi aceita pelo Congresso no mesmo dia.

Sobre a renúncia, esta foi anunciada pelo *A Razão*, na edição de 26 de agosto, através do título: “Jânio Quadros renunciou a Presidência da República”. No dia, toda a capa do jornal foi ocupada por informações acerca do ato inesperado do presidente Jânio Quadros.

O presidente Jânio Quadros renunciou à presidência da República, embarcando para São Paulo cerca das onze horas da manhã. O documento de renúncia foi entregue às quinze horas ao Congresso [...] disse o presidente: ‘Chamei-os para dizer-lhes que renunciarei agora a presidência [...] Não nasci presidente. Nasci com a minha consciência. É a esta que devo atender e respeitar. Ela me diz que a fórmula que tenho agora para servir a Pátria é a renúncia’ (*A Razão*, 26/08/1961, p.1 e 6).

O vice-presidente, João Goulart, que já sofria restrições no meio militar, estava em missão na China quando Jânio enviou a carta de renúncia. Pela impossibilidade de tomada de poder imediata e pelos vetos dos ministros militares a posse de Jango que era visto como “herdeiro do getulismo”, originou-se uma enorme crise contra a legalidade constitucional. Neste momento, com Goulart ainda na China, estabeleceu-se a estratégia de retardar o seu

retorno ao Brasil até que alguma solução para a crise fosse encontrada. Nos vários telefonemas que realizou a políticos brasileiros, sugeriu que a solução estava no Congresso Nacional. Utilizando-se de uma passagem do manifesto à nação dos militares, se sua posse ocorresse no “regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe de nação”, abria-se uma brecha para assumir, então, em outro regime.

A Campanha da Legalidade

Durante o dia 25 de agosto, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, acompanhava a solenidade militar de homenagem ao dia do soldado no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, quando seu assessor de imprensa, o jornalista Hamilton Chaves, transmitiu a Brizola a notícia da renúncia do presidente Jânio Quadros. Logo, Brizola colocou a Brigada Militar e a Polícia Civil de sobreaviso, além de fazer contato com o general Machado Lopes, comandante do III Exército, que lhe confirmou a renúncia.

Diante desse cenário repentino, as notícias vindas de Brasília já traziam as primeiras informações sobre um possível veto do marechal Denys, ministro da Guerra, ao vice-presidente João Goulart. Seguindo a lógica constitucional, consumada a renúncia de Quadros, a posse da República pertencia ao vice-presidente João Goulart, o substituto legal perante a Constituição. Nesse sentido, Brizola entrou em contato, novamente, com o general Machado Lopes e ao contar-lhe sobre a veracidade da renúncia e da possibilidade de veto ao nome de Jango, vindo dos ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica, afirmou-lhe que, se verdadeiro, o Rio Grande do Sul permaneceria ao lado da Constituição e, portanto, lutaria para garantir que o substituto legal de Jânio, o vice-presidente da República João Goulart, tomasse posse. Nesse contexto, o general respondeu que era soldado e, portanto, permaneceria ao lado do Exército. A partir de então, não houve mais comunicação entre eles.

Na passagem de 26 para o dia 27 de agosto, Brizola conseguiu contato com o marechal Henrique Teixeira Lott que lhe transmitiu um manifesto em defesa da ordem e da Constituição. O texto foi recebido e taquigrafado por Hélio Fontoura, passando, então, a ser difundido através das rádios e jornais. O jornal *A Razão*, em 27 de agosto, publicou na capa o “Manifesto de Lott à Nação”. No texto, fala-se que o marechal transmitiu mensagem, pelo telefone, ao governador Brizola. Lott ditou ao governador o seguinte manifesto que, de imediato, foi distribuído à imprensa:

Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro. Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Sr. Ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, de não permitir que o atual presidente da República, Sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise no território nacional [...]

Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças de produção e do pensamento, aos estudantes e intelectuais, aos operários e ao povo em geral para tomar posição decisiva e enérgica, pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro [...] (*A Razão*, 27/08/1961, p. 1).

Após o “Manifesto à Nação” do general Lott no Rio de Janeiro, Brizola requisitou a Rádio Guaíba, em Porto Alegre, para que esta passasse a comandar diretamente do Palácio Piratini, uma rede de emissoras unidas em prol da legalidade, uma vez que as demais formas de comunicação já haviam sido censuradas após transmitirem o manifesto de Lott. Nesse contexto, assim que as instalações da rádio foram devidamente instaladas no Palácio Piratini, o governo gaúcho tornou-se responsável por conceder à população, notas, informações e manifestações sobre a crise político-administrativa através da Rádio da Legalidade. O próprio governador Brizola relatou para o povo, através de um comunicado urgente, o que estava acontecendo no País.

Nas primeiras horas da segunda-feira, 28 de agosto, através do serviço de rádio-escuta do Palácio Piratini, Brizola e os demais presentes, ouviram a comunicação entre o general Orlando Geisel com o III Exército por ordem do Marechal Denys, determinando que o III Exército deveria compelir imediatamente o governador Leonel Brizola e a “ação subversiva” que vinha desenvolvendo pelo deslocamento e concentração de tropas e outras medidas que competiam exclusivamente às Forças Armadas. Ao mesmo tempo, o general Machado Lopes comunicou ao governador Leonel Brizola, que iria ao Palácio, conversar com ele pessoalmente (Ferreira, 1997, p. 150).

Ainda na manhã do dia 28, após esse episódio, ocorreu o grande pronunciamento de Brizola ao povo, através da Rádio Guaíba, convocando-os para a luta em defesa da legalidade e, portanto, a posse de Jango. Durante o pronunciamento, o governador denunciou ao povo as ordens que vinham de Brasília para impedir a ação de resistência, em que se encontrava o Palácio Piratini. Demonstrou para a população o desatino das autoridades de Brasília e apelou, pela última vez, ao general Machado Lopes e ao III Exército.

O pronunciamento, sem dúvidas, mobilizou muitos setores da sociedade porto-alegrense e de outras cidades gaúchas que começaram a formar comitês de resistências e voluntariado. Ainda no dia 28 de agosto, com o encontro marcado com o general Machado Lopes, o general comunicou ao governador que o III Exército havia decidido não aceitar nenhuma solução para a crise que fosse fora da constituição. Com a adesão do III Exército, a Rede da Legalidade tomava cada vez mais força.

A Campanha da Legalidade em Santa Maria-RR

Assim, diante deste cenário, criou-se uma situação de resistência em todo país. Um exemplo disso foi a cidade de Santa Maria, onde ao mesmo tempo em que possuía um grande contingente militar, sendo o segundo maior do país, também possuía uma classe de trabalhadores, sobretudo os ferroviários, engajados no movimento sindical. Nesse sentido, atuou como uma cidade importante para o sucesso da resistência, em 1961, quando houve uma das raras articulações entre o movimento operário, setores das Forças Armadas e os poderes constituídos.

O jornal local *A Razão*, fundado em 9 de outubro de 1934, além de prover aos leitores notícias produzidas nas capitais do Sudeste do País, também publicava diariamente os acontecimentos locais da cidade. Dessa forma, passou a informar sobre a crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros, já em 26 de agosto, assim como as primeiras manifestações das autoridades locais sobre os últimos acontecimentos. No dia 26, na página oito da edição, fala-se que o Ministro da Guerra, Odílio Denys, enviou telegrama ao comandante da 3ª DI, general Pery Bevilaqua, comunicando sobre a renúncia e a posse de Ranieri Mazzilli, afirmando que a situação era de calma em todo País. Na mesma página, informa-se que o prefeito da cidade, Miguel Sevi Viero (PSD), pediu ordem para a população, afirmando que até o momento nada de mal aconteceria e recomendando que o povo aguardasse com serenidade a marcha dos acontecimentos (*A Razão*, 26/08/1961, p. 8).

De imediato, a resistência santa-mariense partiu dos ferroviários que se mobilizaram e anunciaram, no dia 26 de agosto, a eclosão de uma greve geral na ferrovia, iniciando no dia seguinte, por tempo indeterminado caso houvesse o golpe. Além disso, deliberaram permanecerem em reunião permanente até a solução definitiva da crise (*A Razão*, 27/08/1961, p. 8). Com a adesão do III Exército ao movimento, o Comandante da 3ª DI, o General Pery Bevilaqua, somou-se ao movimento. Dessa forma, também se ampliou a adesão da população de Santa Maria na Campanha da Legalidade. Os poderes constituídos da cidade foram para a linha de frente em defesa da Constituição e muitas instituições e organizações da sociedade civil passaram a se manifestar em apoio ao movimento e ao governador Brizola.

O Comando Sindical local tornou-se Comando de Resistência Democrático, tendo a frente os ferroviários, o movimento operário e sindical, além de milhares de voluntários mobilizados pela posse de Jango. Nesse contexto, o CRD foi a principal forma de organização do movimento legalista na cidade, tendo organizado diversas manifestações que saíram às ruas, além de comícios e marchas. No dia 28 de agosto, o CRD lançou o seguinte manifesto ao povo de Santa Maria:

Neste momento de vibração cívica, em defesa da Constituição Federal e da Legalidade, transforma-se o COMANDO SINDICAL em COMANDO DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA, entidade aberta a todas as forças vivas da cidade de Santa Maria. Procurará o Comando tudo fazer para manter o povo em estado de alerta, organizado e vigilante para responder com energia a qualquer das forças golpistas. A legalidade interessa a todo o povo. Somente num clima de respeito à Constituição Federal pode o povo conquistar a emancipação econômica do Brasil e a sua condição de país soberano [...] (*A Razão*, 29/08/1961, p. 8).

Com a resistência tomando muitos setores do país, criou-se um ambiente de apoio e, diante de tal cenário, o vice-presidente João Goulart retornou ao Brasil, tendo chegado a Porto Alegre no dia 1º de setembro. No dia 2 de setembro, os parlamentares através de uma comissão com seis senadores e seis deputados dão o parecer sobre o veto militar ao nome de Jango. Sendo largamente aprovada, é sugerida uma emenda constitucional com o parlamentarismo e, mesmo com seus poderes de chefe de Estado esvaziados, Jango aceita a medida. A emenda marcava uma data para a realização de um plebiscito que teria a finalidade de consultar a população através da votação entre o governo parlamentarista ou presidencialista. No dia 7 de setembro, Jango tomou posse da Presidência da República, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro.

O governo João Goulart e o golpe civil-militar

Conforme pode-se acompanhar pelo jornal *A Razão* durante o mês de setembro, a construção do primeiro gabinete do governo parlamentarista, tendo a frente o Presidente João Goulart e o primeiro-ministro Tancredo Neves, traçou como linha de governo a manutenção da política externa, além de estar aparentemente favorável a algumas reformas de base, como a reforma agrária. Contudo, a experiência do primeiro gabinete fora um fracasso. A situação instável de crise econômica e da recém “superada” crise política, fazia com que o cenário brasileiro do período estivesse repleto de reivindicações de salários e de reformas de base, além de dívidas externas. Diante desse contexto, Tancredo renuncia, em 26 de junho de 1962, a fim de conseguir reeleger-se como deputado federal. Em julho, Brochado da Rocha é escolhido e aceito pelo Congresso. Quando assumiu, organizou o Ministério com cautela e afirmou que buscava antecipar o plebiscito para dezembro de 1962, que na emenda do parlamentarismo constava que ocorreria apenas nove meses antes do término do mandato de Goulart, porém o Congresso não aprovou a proposta de antecipação (que só seria aprovada mediante pressão dos operários).

Nesse cenário de alta inflação e salários defasados, a oposição anti-janguista acusava o presidente de não fazer nada, mesmo que, na prática, Jango não tivesse o poder para isso devido

ao sistema parlamentarista. Com o agravamento da situação, Brochado da Rocha renunciou, em 15 de setembro do mesmo ano. Em 18 de setembro, é empossado o último gabinete do governo parlamentarista com a nomeação do professor Hermes Lima.

Com o adiantamento do plebiscito e a vitória do presidencialismo, em 1963, uma das primeiras medidas do Governo João Goulart foram a reforma do Ministério da Agricultura e a criação da Superintendência de Política Agrária. Além disso, Jango ainda enfrentava uma relação estremecida com os EUA da América pelo contexto do suposto socialismo no Brasil. Na economia, traçou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social que logo foi insustentável na prática, uma vez que devia combater a inflação e, ao mesmo tempo, acelerar o desenvolvimento, o que desagradou inclusive seus aliados. Dessa forma, a crise financeira anulava os aumentos salariais e, enquanto os trabalhadores continuavam reivindicando melhores condições de trabalho, os empresários continuavam lucrando com a mão de obra operária. Nesse contexto, a partir do presidencialismo, a mobilização de sindicatos e demais movimentos sociais tentavam obter de Goulart uma definição clara em favor das reformas de base. Em agosto de 1963, em discurso ocorrido no aniversário de morte de Getúlio Vargas, Jango reconhece que as reformas de base, sobretudo a agrária, eram justas. No entanto, os projetos de reforma agrária eram recusados pelo Congresso, principalmente pela oposição udenista.

Nesse cenário de radicalização e polarização, muitas greves se sucedem, com generalizada desconfiança e acusações de golpismo vindo de ambos os lados. Jango encontrava-se em uma situação difícil, pressionado a tomar decisões grandes demais e, dessa forma, optou pela estratégia de realizar diversos comícios pelo País, levando a mensagem das reformas de base, a fim de pressionar o Congresso. Em 13 de março de 1964, foi programado o Comício Central para ser o primeiro de muitos. Em seu discurso, Jango falou sobre a necessidade de uma revisão da Constituição, anunciou o decreto que desapropriaria terras às margens dos eixos rodoviários e outro que encapava refinarias particulares.

A Revolta dos Marinheiros, ocorrida dia 25 de março, onde os oficiais do Exército enxergaram uma quebra de disciplina dos suboficiais, e a presença de Jango no Automóvel Club do Brasil para a comemoração dos 40 anos da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar, foram usadas como estopim para um golpe que já estava muito bem-planejado e sendo construído há anos.

Na conjuntura política de 1961, o golpe foi adiado pela Campanha da Legalidade. Apesar disso, durante os três anos que se seguiram, havia um projeto antidemocrático em curso que foi responsável por instaurá-lo em final de março de 1964 (Konrad, 2012). Para

compreender a construção do Golpe Civil-Militar, é preciso levar em conta o cenário internacional de polarização causada pela chamada Guerra Fria. Conforme já citado, até a Revolução Cubana, os EUA não possuíam interesse pela América Latina, cenário que mudou após Cuba juntar-se ao bloco socialista. Nesse sentido, o governo estadunidense adotou uma série de medidas para garantir que os demais países latino-americanos não se juntassem também ao bloco socialista. Diante desse cenário, uma dessas medidas foi o fortalecimento de governos militares e anticomunistas na América Latina.

Com a vitória de Jango no plebiscito de 1963 que retomava o presidencialismo no Brasil, bem como as eleições de políticos como Leonel Brizola, na Guanabara, e Miguel Arraes, em Pernambuco, o governo estadunidense intensificou os olhares e preocupações para o Brasil. Nesse contexto, foi elaborado pelo governo estadunidense junto ao Embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, planos de contingência, onde os EUA apoiariam a formação de um governo alternativo ao de Jango, como uma forma constitucional de afastá-lo do poder, junto ao apoio da “força democrática” brasileira.

Além das medidas estadunidenses, não se pode tirar o protagonismo de alguns setores da sociedade brasileira na conspiração golpista, bem como dos militares envolvidos na construção do Golpe. Como aponta o historiador Carlos Fico, houve, ao longo dos três anos entre a Campanha da Legalidade e do Golpe Civil-Militar, uma campanha de desestabilização do governo João Goulart. Essa campanha foi patrocinada pelos EUA através do plano de contingência, uma vez que vinculavam Jango ao comunismo, e por setores da classe empresarial que viam no governo João Goulart e no crescimento das mobilizações sociais, uma ameaça a hegemonia da classe dominante. Nesse sentido, uma intervenção militar serviria como forma de conter esse suposto comunismo que o governo Jango incitava no país, assim como beneficiaria os EUA no cenário da chamada Guerra Fria.

A campanha de desestabilização ocorreu até a véspera do Golpe de 1964 e contou com mais de U\$ 500 mil gastos em propaganda nas rádios, imprensa escrita e televisão. De acordo com Carlos Fico, só em 1964, os gastos com propagandas, publicações de livros, ensino de inglês e programas de intercâmbio chegaram ao valor de U\$ 2 milhões (Fico, 2014, p. 33). Essa propaganda era enviada para as autoridades brasileiras que disseminavam para a população civil e militar através de associações empresariais golpistas como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Além do IPES e IBAD, muitos setores da imprensa também desempenharam papel corroborante na formação da opinião pública, por meio de informações e notícias tendenciosas sobre o governo João Goulart, de modo que muitos setores da sociedade, principalmente a

classe média conservadora, também viessem a apoiar o Golpe. Pode-se perceber que isso ocorreu no jornal *A Razão*, em Santa Maria. Sendo propriedade de Assis Chateaubriand, proprietário do maior conglomerado de notícias durante o período, os Diários Associados, o *A Razão* participou da narrativa golpista através de notícias tendenciosas que apontavam o perigo comunista no governo João Goulart (Pereira, 2014, p. 28).

Diante desse contexto, conforme defende René Dreifuss, percebe-se que a construção do Golpe não partiu apenas das Forças Armadas, mas que foi resultado de um amplo movimento de articulação civil e militar, financiado e apoiado pela maior potência econômica do período, os EUA. Dessa forma, em 31 de março de 1964, o golpe fora instaurado. Apesar de ter sido pelos militares, estes foram instrumentos de setores da classe dominante ao fazê-lo, o que deixa claro o caráter de classe envolvido nesse processo.

O golpe civil-militar em Santa Maria-RS

O clima de tensão política que antecedeu a queda de João Goulart também chegou à Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul. Como mencionado, Santa Maria reunia um atuante segmento operário, sobretudo na classe dos ferroviários que, desde a conjuntura pré-1964, organizaram mobilizações e greves em busca de conquistas salariais, além de desempenhar significativa participação na Campanha da Legalidade, em 1961. Além disso, a cidade também contava com um atuante movimento estudantil e sindical. Ao mesmo tempo, possuía um importante contingente militar, sendo o segundo maior do Brasil e sede da 3ª Divisão de Infantaria, além de uma classe conservadora, principalmente de empresários e religiosos. Nesse contexto, no cenário radicalizado de 1964, de constantes acusações ao presidente João Goulart no jornal local, comparando-o aos piores ditadores conhecidos na História e espalhando um verdadeiro terror comunista, a população santa-mariense, assim como em muitas outras cidades do País, dividiu-se entre aqueles que apoiaram o Golpe de Estado e os que foram contra

Na passagem do dia 31 de março para o dia 1º de abril, atendendo a uma conclamação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), os ferroviários de Santa Maria aderiram à paralisação contra a possibilidade cada dia mais iminente de ruptura da ordem democrática e institucional através de um Golpe de Estado (*A Razão*, 01/04/1964, p. 1). Diante deste cenário, o lado mais progressista da cidade mobilizava-se na tentativa de defender a ordem constitucional, enquanto o contingente militar também já iniciava sua movimentação. Com a greve dos ferroviários e as notícias desconexas que chegavam do centro do país, a cidade estava apreensiva.

Ainda na manhã do dia 1º de abril, o Comando da 3ª DI decidiu aderir ao Golpe. Em nota oficial, Poppe de Figueiredo proclamava que, para manter a ordem pública, não seriam permitidos atos que perturbassem a normalidade da cidade e proibindo qualquer tipo de incitação ou reuniões em vias públicas de mais de cinco pessoas (*A Razão*, 02/04/1964, p. 2). Assim, desencadeia o “Plano de Segurança Interna” (SEGIN) que, quase de forma imediata, coloca Santa Maria isolada do resto do Estado (Berni, 2013). O objetivo era neutralizar uma possível tentativa de resistência e adesão a uma nova Rede da Legalidade.

Nesse sentido, para manter a cidade isolada do resto do Estado a fim de evitar a resistência, as tropas do Exército e da Brigada Militar passaram a controlar pontos estratégicos como a gare da Viação Férrea para impedir a formação de mobilizações, rádios, correios e bloqueando as saídas da cidade.

Às 17h, o Comando da Guarnição local distribuiu proclamação a imprensa e as ruas passaram a ser fortemente policiadas por forças militares. O Comando Sindical que encontrava-se em sessão permanente, por determinação da mesma autoridade, teve sua concentração dissolvida. Os bancos da cidade, estações de rádio e jornais receberam policiamento ostensivo das forças militares [...] (*A Razão*, 02/04/1964, p. 8).

No dia 3 de abril, aos poucos reconhecendo a derrota, a greve dos ferroviários iniciada no dia 31 de março foi suspensa (*A Razão*, 03/04/1964, p. 1). Nesse contexto, os setores conservadores da cidade como a Igreja Católica e o empresariado começaram suas demonstrações de apoio aos militares. No dia 15 de abril, aconteceu a “Marcha do Agradecimento”. Nesta ocasião, entre os discursos de agradecimento, o reitor da Universidade de Santa Maria, o professor Mariano da Rocha Filho, em seu ofício de orador do evento, agradeceu às Forças Armadas por “salvar o País do comunismo ateu” e por garantir ao povo santa-mariense e brasileiro em geral “a vitória da democracia” (*A Razão*, 19/04/1964, p. 8).

Nos dias do mês que se seguiram, artigos e colunas se multiplicam pelas edições do jornal *A Razão* exaltando a coragem das Forças Armadas e demonstrando sua gratidão por terem livrado o Brasil do comunismo. Enquanto isso, qualquer crítica dirigida ao Golpe vinda do movimento sindical, descontentava o bloco conservador da cidade que passou a atacar os sindicatos através de publicações no jornal local. Além disso, também através do jornal, pode-se perceber o crescimento das notícias sobre prisões e cassações das principais lideranças sindicais e políticas que tivessem proximidade com o movimento sindical, sobretudo na categoria dos ferroviários, que se sabia ser o centro da oposição ao Golpe Civil-Militar, em função dos anos de lutas e greve (Konrad, 2006, p. 16). Nesse cenário, logo seria decretado pelo governo a intervenção na Rede Ferroviária e na Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea

de Santa Maria, além de diversas outras associações e entidades de classe da cidade. Essas intervenções tinham o objetivo de afastar as lideranças anteriores de dentro das instituições e responsabilizar criminalmente por atos de subversão (Berni, 2013, p. 145).

Considerações finais

Levando em consideração tais acontecimentos, ao fazer uma comparação entre os momentos históricos da Campanha da Legalidade, em 1961, e do Golpe Civil-Militar, em 1964, em Santa Maria, pode-se perceber diversas semelhanças, sobretudo no que se refere de quem partiu a resistência, ao mesmo tempo que as diferenças também tornam-se gritantes entre um período e outro. Como mencionado, em pouco menos de três anos que separam esses eventos históricos, houve uma significativa mudança na conjuntura social e política do Brasil. Se de um lado, após o sucesso da Campanha da Legalidade, houve o crescimento das lutas de classe e das reivindicações pelas reformas de base, do outro lado, após derrota dos golpistas, estes também avançaram nas mobilizações e articulações contra o governo vigente e contra o aumento das lutas pelas reformas vistas como “esquerdistas” e comunistas.

Nesse cenário de radicalização e oposição de interesses, uma vez que, além da deposição do presidente João Goulart, um dos objetivos do Golpe de Estado foi justamente impedir o avanço dos movimentos sociais, a construção do Golpe, após a posse de Jango, em 1961, foi o principal diferencial entre um período e outro. Foi por causa dessa articulação que muitos setores sociais e militares que se colocaram contra o Golpe Militar e a favor da Legalidade, em 1961, vieram a mudar de lado três anos depois.

Em 1961, a adesão do III Exército ao Movimento Legalista mudou os rumos do que poderia ter sido o bombardeamento do Palácio Piratini, por ordens do golpista Odílio Denys. Em 1964, porém, não havia um legalista como o general Machado Lopes no comando do III Exército, assim como não havia um general que se colocasse contra o Golpe, como Pery Bevilaqua, no comando da 3ª Divisão de Infantaria 1961, em Santa Maria.

Além disso, outro fator que fez toda a diferença na mobilização popular de 1961 foi a liderança do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que imediatamente após a renúncia de Jânio Quadros, assumiu posição de defesa da Constituição. No cenário político de 1964, quem ocupava o cargo de governador do Rio Grande do Sul era Ildo Meneghetti, também participante da construção do Golpe de Estado.

A campanha de desestabilização, iniciada a partir de 1961 e que perdurou até o Golpe de 1964, financiada pelos EUA e pelo IPES e o IBAD, alcançou muitos setores da sociedade, sobretudo a classe média conservadora, a qual, através da intensa propaganda contra o governo

e da difusão do terror comunista, veio a apoiar a intervenção civil-militar. Dessa forma, o amplo movimento golpista, civil-militar, financiado pelo capital nacional e estadunidense, usando a narrativa de defesa da democracia, foi responsável por assassiná-la por mais de 20 anos.

Diante de toda essa preparação para o Golpe de Estado, além das mudanças na conjuntura política, como a troca dos governadores e comandantes do III Exército e da 3ª D.I, fica claro que, mesmo com as tentativas de resistência, não houve espaço e nem condições para isso, tendo em vista que logo, em 1º de abril, já estava em vigor todas as restrições determinadas pelo general Poppe de Figueiredo, em Santa Maria, além do policiamento nas ruas e o desmonte da mobilização ferroviária. Nesse sentido, apesar do triunfo do Golpe de 1964, é importante ressaltar que houve oposição e resistência, sobretudo através dos movimentos sociais que continuaram existindo ao longo de toda a Ditadura.

Referências

Fontes

A Razão, Ed. nº 241-290, agosto e setembro de 1961, disponível em: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

A Razão, Ed. nº 120-167, março e abril de 1964, disponível em: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Bibliográficas

BERNI, Antônio Augusto Durgante. O Golpe Civil-Militar de 1964 em Santa Maria/RS: divisão de forças e sustentação política. **Revista Brasileira de História**, v. 5, 2013.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado: ação política, poder e Golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FELIZARDO, Joaquim. **A Legalidade: o último levante gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

FERREIRA, Jorge. A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 9 dez. 2023. Disponível em: . Acesso em: 7 nov. 2023.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

KONRAD, Diorge Alceno. 2006. Sequelas de Santa Maria: memória do apoio e da resistência ao Golpe de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre - RS: CORAG/Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura.

KONRAD, Diorge Alceno. A. Legalidade e mundos do trabalho em Santa Maria (1961). In. **Anais do XII Encontro Estadual de História – História – Memória – Patrimônio**. Porto

Alegre, ANPUH-RS, 2012. Acesso em: 7 nov. 2023.

PEREIRA, Valquiria de Moraes. **O Golpe ao Presidente João Goulart sob a Ótica do Jornal A Razão**. 2014. Monografia de Especialização (Especialista em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. **Vozes da Legalidade: Política e Imaginário na Era da Rádio**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

O papel das “Folhas” durante a ditadura militar

WEINITSCHKE, Ana Laura
Discente de Relações Públicas UFSM
ana.flora@acad.ufsm.br

FARIAS, Fernando
Discente de História UFSM
fernandobarriosfarias@gmail.com

Resumo: O trabalho pretende explicar as ações do jornal *Folha da Tarde* durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, demonstrando como as modificações das conjecturas nacionais também afetaram o periódico e sua ética jornalística. Jornais como os do *Grupo Folha* foram grandes aliados do governo ditatorial, colaborando com a construção de sua imagem. A *Folha da Tarde*, objeto deste estudo, é um ótimo exemplo para esta afirmação, por conta de sua história controversa. Já no primeiro ano sob nova diretoria de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, o jornal começou a propagar falas antijanguistas, que, eventualmente, evoluíram para discursos a favor de mobilizações e fatos que culminaram no Golpe Civil-Militar de 1964. Após o golpe, o periódico tornou-se importante veículo utilizado para desmentir informações vazadas sobre a Ditadura, por vezes negando a existência da tortura e vangloriando o “milagre econômico”, além de auxiliar operações de prisões, assassinatos e sequestros de militantes, através do empréstimo de carros de distribuição do jornal. Essas ações mantiveram-se enquanto foram frutíferas; com o declínio da ditadura, o jornal teve que se adaptar, apoiando o movimento das diretas já. Em 1999, o periódico *Folha da Tarde* foi descontinuado, pois não era mais lucrativo e prejudicava o Grupo Folha, que buscava desatrelar-se da imagem negativa que ele trazia, advinda dos anos que foi conivente à ditadura. Juntando essas informações, conseguidas através da análise feita por Beatriz Kushnir em seu livro: “Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988”, junto da reunião de artigos relacionados ao tema, foi possível perceber a função do periódico vespertino, manipular a opinião popular quanto aos revolucionários, assim como, legitimar a presença dos ditadores. Apoiados nas ideias de Laura Maciel e Ana Luiza Martins podemos perceber que, a imprensa não somente tem uma opinião, mas exerce um papel social em que seu posicionamento define opiniões e constitui consensos, que nos assombram até hodiernamente. Ademais, jornais são produtos pertencentes à autocracia burguesa, submetidos ao capitalismo, logo, prezam pela rentabilidade. Assim, a mudança de opinião ocorre conforme a demanda, demonstrando a volatilidade do periódico, que buscava agradar as elites, desde que isso fosse financeiramente positivo.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Folha de S. Paulo; Repressão.

Introdução

As sequelas da ditadura militar brasileira estão intrínsecas na sociedade até hodiernamente, isso fica evidente por conta de discursos revisionistas, os quais desdenham de seus impactos e existência. Esse posicionamento solidifica-se, também, através de falas de figuras políticas relevantes, como por exemplo, as do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que dentre outras afirmações, celebra a memória de torturadores como Carlos Brilhante Ustra.

Além disso, a mídia exerce um papel fundamental na percepção da população para com a época. Jornais como os do *Grupo Folha* foram grandes aliados do governo ditatorial,

colaborando com a construção de sua imagem. Censurando, selecionando notícias e manipulando a verdade, para assim satisfazer apoiadores, a exemplo dos próprios ditadores, e dessa forma, mantendo sua relevância e lucrando com suas vendas.

Ademais, mesmo desempenhando essa importante função, os jornais são produtos pertencentes à autocracia burguesa. Sendo estes submetidos ao capitalismo, o que importa é a rentabilidade, e com isso, a mudança de opinião ocorre conforme a demanda. Destarte, a credibilidade de suas informações enfraquecem, visto serem fruto do consumo, e não de uma busca pelo fato.

A *Folha da Tarde*, objetivo de estudo do ensaio, é um ótimo exemplo para esta afirmação, por conta de sua história controversa em suas posições políticas, mostrando-se favorável ao regime vigente conforme lhe era oportuno. Segundo Carlos Brickman: “[...] a Folha da Tarde era de extrema direita por que o regime era de extrema direita. Se o regime fosse de extrema esquerda, a Folha da Tarde seria igualzinha, com os mesmos dirigentes, e seria de extrema esquerda” (Kushnir, 2004, p. 260). Nesse sentido, é possível perceber a volatilidade do jornal, que buscava agradar as elites, desde que isso fosse financeiramente positivo.

Criação e desenvolvimento do Grupo Folha

Em 1921, foi criada a *Folha da Noite*, por jornalistas que trabalhavam no jornal “O estado de S. Paulo”, o objetivo dessa criação era atingir públicos leitores diferenciados. Já em 1925, originou-se a *Folha da Manhã*, que apresentava uma linguagem mais próxima da imprensa tradicional, concorrendo diretamente com o periódico de procedência dos seus criadores.

As “Folhas” possuíam uma linguagem simples e opiniões flexíveis de acordo com as necessidades, sem dependência de partidos políticos. Entretanto, no ano de 1929, o jornal começou a apoiar a candidatura à presidência de Júlio Prestes, o que levou populares a causarem seu empastelamento, junto a outros jornais, durante o golpe de 1930.

Por este motivo, as “Folhas” só voltaram a circular em 31, quando o fazendeiro e comerciante de café, Octaviano Alves de Lima comprou a empresa, mudando o foco do periódico para assuntos relativos a agricultura e exportação, e dessa forma, elitizando o público alvo. Porém, no ano de 1945, devido a aceleração da industrialização, foram enterradas as esperanças dos setores agrários quanto a unificação dos interesses, o que levou Octaviano a vender a companhia.

Os novos proprietários assumiram as redações pretendendo defender a democracia e manter a imparcialidade em relação aos partidos políticos. Em 1949, lançaram mais uma

ramificação, *A Folha da Tarde*, reformulando e modernizando o jornal. Todavia, no início da década de 60, as “Folhas” foram unificadas em um único periódico, a *Folha de S. Paulo*, que passou a ser a única publicação da empresa. Nesse período começou a vigorar a imparcialidade e objetividade jornalística, mas não durou muito tempo, visto que a conjuntura econômica nacional e a reorganização do jornal não propiciaram o sucesso financeiro da empresa, o que a levou a ser vendida novamente.

O ano de 1962 marcou o início de um período fundamental para a constituição do jornal, passando para o controle de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, grandes empresários da época. Por não serem familiarizados com meios de comunicação, eles investiram, primeiramente, na reorganização do empreendimento e saneamento das dívidas. A mudança de gestão modificou o rumo ideológico do periódico, sendo afetado pela posição política de seus novos administradores. Assim, a percepção popular do jornal foi alterada.

A Folha da ditadura militar

Já no primeiro ano sob nova diretoria, o jornal começou a propagar discursos antijanguistas, que, eventualmente, evoluíram para discursos a favor de mobilizações e fatos que culminaram no golpe civil-militar de 1964. Essas mudanças tornaram-se cada vez mais evidentes, escancarando a orientação ideológica do jornal, como disse Beatriz Kushnir: “Além de não fazer frente ao regime e às suas formas violentas de ação, parte da imprensa também apoiou a barbárie.” Isso, evidentemente, também se refere à *Folha da Tarde*, que voltou a circulação em Outubro de 1967.

Entretanto, a nova configuração do jornal foi breve, por conta do baixo nível de vendas e a imposição do AI-5. Assim, muitas mudanças foram implementadas internamente, como a chegada de Antonio Aggio Júnior como editor-chefe da *Folha da Tarde*, em 1969. Aggio era um repórter policial que possuía ligações militares, pois tinha um bom trânsito de fontes dentro da polícia. Com isso, uma onda de demissões com justificativas diversas começou, alegações de despreparo foram as mais utilizadas, mas como afirma o Jornalista Jorge Okubaro:

Alguns foram demitidos sob alegação de incompetência, mas o verdadeiro motivo da demissão foi o fato de terem em algum momento feito ou participado de alguma manifestação que os caracterizava como de esquerda, seja pelas conversas pessoais ou pelos textos que eventualmente publicaram (Sequeira, Proença, 2004, p. 4).

Através disso, é possível perceber que alguns funcionários do periódico simpatizavam com a esquerda. Apoiando a militância armada, abrigando reuniões de revolucionários em suas casas, hospedando pessoas ou participando da rede de apoio. Como Miranda Jordão, ex diretor-

chefe da *Folha da Tarde*, que após sua demissão viria a ser preso em agosto de 1969. Porém, a nova equipe formada por Aggio não era bem assim, era composta por policiais juntos aos jornalistas, o novo diretor tinha como objetivo tornar o jornal o oposto daquele dirigido por Jordão, intensificando as narrativas policiais. Dessa forma, o periódico ficou conhecido como o “de maior tiragem”. Segundo Beatriz Kushnir:

Além do próprio editor-chefe, o chefe de reportagem Carlos Dias Torres era investigador de polícia; o coronel da PM, na época major, Edson Corrêa, era repórter da Geral; o delegado Antônio Bim esteve por algum tempo no jornal; e o chefe da Internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira tornou-se delegado, por concurso em 1972 (Kushnir, 2004, p. 257).

Se utilizando de reportagens tendenciosas e manchetes chamativas, o jornal era capaz de manipular a opinião popular quanto aos revolucionários, assim como, legitimar a presença dos ditadores. Aggio angulava as notícias, tratando como inimigo da pátria quem se opunha ao governo. Com isso, fica evidente o novo rumo que o jornal tomava, alicerçados pelo apoio da polícia e do governo ditatorial, ele era capaz de exercer abertamente apoio ao governo vigente.

Com esse “papel duplo”, a *Folha da Tarde* começou a influenciar outros periódicos do grupo, segundo Cleofe Monteiro de Sequeira:

Dentro da estratégia da empresa de diminuir gastos centralizando toda informação a ser distribuída pelos jornais da empresa na Agência Folhas, o grupo empresarial dava à Agência Folha também o papel de órgão filtrador das informações que seriam enviadas às redações, uma vez que cabia à Agência também selecionar o material que seria divulgado (Sequeira, Proença, 2000).

Ou seja, a ligação direta do editorial da F.T. com os órgãos repressivos a permitia passar para seus outros periódicos as informações que poderiam ser repassadas, pulando a burocracia do governo e implementando a censura interna.

O jornal se tornou de leitura obrigatória para os militares que gostavam de saber quais mentiras o governo passava para a população, sendo, segundo Sequeira a “porta-voz da ditadura, com a função, dentro daquele conglomerado, de legitimar os atos governamentais no que ele tinha de pior: a repressão e a tortura”. Isso ocorreu em um contexto em que o conglomerado empresarial ligado ao setor de comunicação em massa crescia, e, atrelado ao posicionamento político dos novos gestores, foi muito utilizado na transmissão de notícias sobre a ditadura civil-militar. Além disso, os empresários visavam o aporte financeiro, recebendo entrada de capital através de incentivo do governo além do que era consumido pela população, tornando essa prática altamente rentável ao jornal.

Para garantir um alto número de vendas, que já eram altas naquele momento, chegando a marca de 150 mil, o periódico usava de chamadas fortes com termos impactantes, para assim,

chamar atenção e impor sua linha de pensamento sobre os leitores. Para promover seu produto, usava como adjetivação aos militantes termos como “facínoras”, “assassinos”, “maníacos” e “loucos, seguem exemplos:

- “Honras militares para a vítima de Marighella”, de 08/11/1969. Referente a investigadora falecida no cerco contra Carlos Marighella.
- “Amor, fé e orgulho. Para sempre Brasil”, de 08/09/1971. Referente às paradas militares do dia anterior.
- “Eis os assassinos e inimigos do povo”, de 28/09/1971. A capa se referia a militantes políticos procurados.

Corroborando com a tese de notícias tendenciosas e manchetes mentirosas, no dia 17 de abril de 1971, o jornal *Folha da Tarde* estampou a seguinte manchete em sua capa: “Morto o assassino do industrial Boilesen”, isso até pode parecer um notícia comum, entretanto, Seixas, o cidadão em questão, só viria a morrer naquela noite, após longas sessões de tortura. Esse fato comprova a ligação próxima do jornal com os órgãos de repressão, recebendo informações antes mesmo de serem fatos.

Além do que foi mencionado, o jornal também era utilizado para desmentir informações vazadas sobre o regime, por vezes negando a existência da tortura e vangloriando o “milagre econômico”, prática, que, como sabemos hoje, aumentou a dívida externa brasileira, prejudicando seu crescimento. O *Grupo Folha* também auxiliava operações de prisões, assassinatos e sequestros de militantes, isso acontecia com a utilização dos carros de distribuição do periódico, que se camuflava nas ruas, mas posteriormente apareceram em muitos depoimentos de subversivos sobreviventes.

A mudança

Esse padrão manteve-se enquanto foi frutífero; com o declínio da ditadura e a crescente desconfiança do povo brasileiro, o jornal teve que se adaptar. Dessa forma, Octávio Frias, guiado pela busca do capital, viu que o mercado estava guinando para o apoio as eleições diretas para presidente. Assim, após 15 anos de gestão, Antônio Aggio Junior foi afastado da chefia da empresa, que agora seguia outro caminho.

Ainda em 1984, com o crescimento do movimento “Diretas-Já”, o *grupo Folha* passou por uma reformulação editorial. Passando a investir massivamente em marketing, visando modificar a percepção do público quanto ao seu produto e, conseqüentemente, maximizar o rendimento. Isso fez com que a “Folha” cobrisse a Campanha das Diretas-Já de

maneira intensiva, advindo de uma estratégia política e de promoção de auto-imagem, mudando a visão do público, que passou a enxergá-lo como um jornal democrático.

Por fim, em 1999, o periódico *Folha da Tarde* foi descontinuado, pois não era mais lucrativo e prejudicava o *Grupo Folha*, que buscava desatrelar-se da imagem negativa que ele trazia, advinda dos anos que foi conivente à ditadura.

Metodologia

Para a compreensão dos dados recolhidos, foram implementadas os princípios metodológicos utilizados por Heloisa de Faria Cruz e Maria Do Rosário da Cunha Peixoto, e Laura Maciel. Onde demonstram como deve ser empregada a análise da história da imprensa, a reconhecendo como uma linguagem constitutiva coletiva, sendo jornais e revistas produtos da experimentação e criação social ao longo da história. Segundo Maciel, Cruz e Peixoto:

em nossas práticas de pesquisa não devemos utilizar a imprensa como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais (Maciel, apud, Cruz & Peixoto, 2007, p. 3).

Isso ajuda a demonstrar que, desde o século XIX, as mídias desempenham um papel ativo na constituição dos processos de hegemonia social, moldando a visão imediata da realidade ao influenciar adesões, disseminar projetos e produzir referências. Além de um mero instrumento de comunicação, a imprensa é compreendida como um agente complexo na sociedade moderna. A análise da imprensa periódica se revela crucial, especialmente no contexto de seu projeto editorial, pois é capaz de intervir na agenda pública, em campanhas e posicionamentos políticos.

O confronto com outras fontes é essencial para enriquecer a compreensão da atuação do jornal, considerando leis sobre comunicação, direitos de expressão e outras publicações como referências importantes. A abordagem da pesquisa deve transcender a história isolada da imprensa, permitindo um diálogo amplo com diversas forças e práticas sociais do período estudado, questionando a exclusividade dada à chamada grande imprensa e incentivando a análise de periódicos locais, alternativos, populares e de resistência. Para além disso, devemos dar enfoque ao capital como tópico altamente relevante dentro da análise das ações tomadas pelos meios midiáticos, segundo Cruz e Peixoto: “É claro que esta perspectiva teórica de considerar a imprensa em sua historicidade, não perdendo de vista suas articulações mais amplas com a história do capitalismo se estabelece como princípio norteador e ponto de partida da pesquisa” (Maciel, apud, Cruz; Peixoto, 2007, p. 4).

Dessa forma, como defende Darnton, é preciso pensar na inserção histórica da imprensa mais como um ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, pois atua na constituição de nossos modos de vida. Devendo ser enfatizado que a imprensa não deve ser meramente vista como um espelho, mas sim como uma prática ativa que molda formas de pensar e agir, exercendo influência na compreensão da temporalidade e na articulação de projetos sociais.

A imprensa desempenha um papel fundamental na criação da cultura política e na difusão de referências, contribuindo para a construção de imaginários coletivos. A atenção ao conteúdo dos jornais, a subjetividade na escrita e o jornal como espaço de discussões intelectuais, junto com a consideração dos públicos leitores como um campo de forças, ressalta a importância da paciência, ética e continuidade na pesquisa, dada a constante publicação de novos materiais e dados sobre o tema. E por isso, é necessário ser cauteloso na leitura de suas fontes.

Conclusão

Observando os fatos mencionados, é perceptível que, apesar do Jornal Folha de S. Paulo ser um dos principais meios de informação atualmente, sua história é marcada por uma busca incessante pelo lucro, colocando-o acima da notícia imparcial e visando agradar a elite. Nesse sentido, tratando o público como um simples consumidor e vendendo seu produto, o jornal, como apenas algo proveniente da demanda. Nos dias atuais, o *Grupo Folha* reconhece a *Folha da Tarde* como uma ramificação da *Folha de S. Paulo*, admitindo sua cooperação com a ditadura militar, indo contra o que prega hodiernamente.

Apesar da desconfiança com a notícia, ainda há meios que contribuem pela procura ao fato. Como a *Comissão Nacional da Verdade*, criada em 2011, que busca investigar as violações de direitos humanos ocorridas entre os anos de 1946 e 1988, cobrindo fatos que jornais, como a *Folha da Tarde*, não cobriram na época. Alentando famílias afetadas pelo regime e alterando a concepção da sociedade quanto a essa época.

Em suma, concluímos que, a mídia de maneira geral é uma ótima ferramenta de informação, quando baseada na veracidade e tratada de forma íntegra. Entretanto, existem veículos midiáticos tendenciosos e apelativos, que não possuem compromisso com a verdade, e através deles, regimes e ideologias podem ganhar força e se legitimar. Por isso, é fundamental buscar por fontes confiáveis e não pesquisar apenas em um local, para que haja um senso crítico e compreensão da realidade de forma plena.

Referências

DE FARIA CRUZ, Heloisa; DA CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, 2007.

KUSHNIR, Beatriz. **“Cães de guarda: entre jornalistas e censores”**. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois (1964-2004). Bauru. Ed. da USC, 2004, p. 249 a 264.

PIRES, Elaine Muniz. **“Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do grupo folha (1978/2004)”**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 305-313, dez. 2007. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2224/0> >. Acesso em: 15/08/2023.

QUADROS, Vasconcelos. **Documentos indicam que aliança da Folha com a ditadura foi mais forte do que jornal admite**. Pública, 2023. Disponível em:<Folha de S.Paulo mantinha relações íntimas com a ditadura militar (apublica.org)>. Acesso em: 14/08/2023.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **A informação comprometida: um estudo do noticiário da Folha da Tarde no governo Médici**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 15/08/2023.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. PROENÇA, José Luiz. **“O noticiário da Folha da Tarde durante a ditadura militar”**. 4º Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. 2004. Disponível em : < <https://pt.scribd.com/document/528353968/O-noticiario-da-Folha-da-Tardedurante-a-ditadura-militar> >. Acesso em: 15/08/2023.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A imprensa como fonte para a pesquisa em história: teoria e método**. Revista de recensões de comunicação e cultura, 2013.

Grande Reunião Galística: análise dos rinheiros a seus frequentadores na imprensa gaúcha do século XX

WOLF, Robson Daniel

Graduando em História na Universidade Federal de Santa Maria

robsonewolf@gmail.com

Resumo: A rinha de galos é uma prática de lazer proibida desde o ano de 1961 devido à sua crueldade com os animais. Entretanto, quando era legalizada, a rinha era muito popular em diversas regiões do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul. O poeta Jaime Caetano Braun compara o gaúcho aos galos de briga em seu poema “Galo de Rinha”, conectando diretamente o lazer ao imaginário rio-grandense. Em diversas cidades do Rio Grande do Sul, havia os chamados rinheiros, espaços dedicados ao combate entre galos, apostas, criação e o encontro entre galistas. Dediquei-me a pesquisar sobre esses espaços, bem como aos galistas que frequentavam esses locais. Para isso, utilizei a plataforma da hemeroteca digital brasileira configurada para o estado do Rio Grande do Sul para montar um banco de dados sobre todas as entradas que encontrei a respeito dos rinheiros e da rinha de galo. Além de pesquisar palavras-chave como “rinheiros” e “rinha de galo”, anotei todos os sinônimos referentes à prática e os nomes de seus praticantes para, posteriormente, pesquisá-los e adicioná-los ao banco de dados. A partir de então, foi possível encontrar o perfil social dos galistas, bem como perceber a tentativa de adaptar a prática retrógrada da rinha de galo à cidade como uma forma modernizada de entretenimento e não mais um lazer popular.

Palavras-chave: Rinha de Galo; Rinheiros; Rio Grande do Sul.

Introdução

A relação entre humanos e animais é tão antiga quanto a nossa própria espécie. A domesticação de animais foi um processo fundamental para a adaptação humana desde a pré-história. Os usos da domesticação são os mais variados possíveis, e diversas espécies passaram por esse processo, seja porque tinham alguma utilidade para os humanos ou porque eram boas companhias. Dentre essas espécies, aquela que este trabalho irá destacar é o galo (*Gallus gallus domesticus*). É difícil apontar exatamente onde os galináceos foram domesticados, mas há um certo consenso sobre a região central da Ásia. Esta espécie é muito antiga, e seus usos são os mais variados possíveis, mas o que eu quero dar destaque é o combate.

A briga de galos é uma prática muito antiga. Segundo diversas fontes históricas, essa atividade teria surgido na Ásia com a domesticação dos galináceos, especialmente na China e na Índia, e se difundido no Oriente Próximo pelos Persas (Corrêa, 2012, p. 24). Apesar disso, a prática atravessa os tempos e persiste até os dias de hoje, mesmo com as mudanças nas sensibilidades em relação aos animais e a proibição das rinhas em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil. O que proponho neste trabalho é analisar um recorte muito específico, o de um período em que as rinhas eram legalizadas em um local em que eram muito populares, mesmo que já não se alinhassem com o que a sociedade da época considerava desejável.

O Rio Grande do Sul é um estado periférico do Brasil e muito definido por suas fronteiras. O Rio Grande do Sul adotará para si uma identidade de terra selvagem e, com o tempo, criará a imagem do “gaúcho”, um homem selvagem que não se submete à nova sociedade que surge com o capitalismo. Essa resistência, disseminada por todo o folclore gaúcho, fará com que práticas antigas sejam preservadas e tratadas como atos de resistência. Uma delas será a rinha de galo, utilizada inclusive como uma forma de consolidar a masculinidade desse gaúcho ao compará-lo com o galo de rinha.

Entretanto, não é porque essa prática precede o capitalismo que ela não se altera com o mesmo. A rinha já não ocorre mais apenas no interior, mas sim na cidade. Nos anos 1930, o jornal “A Federação” fez diversos anúncios sobre esses clubes de rinha de galo, os “rinhadeiros”²⁶, que operam a rinha de galo em uma lógica totalmente capitalista. Agora, existem regras para as brigas, há coudelarias que realizam melhoramento genético e escolhem os melhores galos, existem apostas fixas, dias de eventos, e são construídas estruturas cada vez mais elaboradas exclusivamente para o combate de galos.

Aporte teórico

O meu aporte teórico será principalmente da Nova História Cultural inglesa, mais especificamente de Edward Palmer Thompson, e da sua interpretação por Victor Andrade de Melo em seu artigo “Lazer, Modernidade, Capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson”. A ideia é de que a rinha de galo é uma prática pré-capitalista e a partir da consolidação do novo sistema no Rio Grande do Sul ela se modifica para se adaptar a ele.

Thompson entende que as suas experiências não podem ser compreendidas apenas como aquisição de comportamentos impostos, mas também como subjetivação, resignificação, resistência quando um grupo de indivíduos compartilha um conjunto de posicionamentos contrários a determinado vetor de poder (Melo, 2010, p. 7).

Enquanto antes, a rinha de galo era um lazer, uma diversão que podia ser realizada em qualquer lugar, desde que houvesse dois galos, agora os praticantes precisarão encontrar formas de se adaptar para resistir à realidade capitalista, com a qual a rinha não se encaixa. É preciso que haja lucro para justificar a existência dessa prática. Esse lucro virá da criação de galos geneticamente melhorados, apostas, ingressos para entradas e venda de comidas e bebidas no rinheiro. A consolidação do capitalismo força uma adaptação do lazer para se encaixar em seus moldes.

²⁶ Ao longo deste texto irei utilizar as palavras “rinhadeiros” e “rinhedeiros” para me referir ao mesmo espaço, pois não existe uma padronização a respeito da grafia nas fontes e/ou dicionários populares.

Historiografia

O texto antropológico de Christopher Geertz, “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balines”, teve um grande impacto nas ciências humanas, marcando a intelectualidade de uma época. Não exatamente por tratar das brigas de galos em si, mas pelos significados do jogo profundo das práticas e as descrições densas (Corrêa, 2017, p. 27). Muitos dos trabalhos sobre rinha de galos no Brasil são tributários do trabalho de Geertz por sua abordagem antropológica e tentam replicá-la com a mesma temática, participando das rinhas de galo e relatando suas experiências.

Seguem essa lógica a dissertação de Renato de Carvalho Santos Silva, intitulada “De homens e galos: um estudo antropológico sobre ‘um jogo absorvente’ na região central do Rio Grande do Sul”. Ondina Fachel Leal, no texto “The Gaucho Cockfight in Porto Alegre, Brazil”, de 1989, parte de sua tese em antropologia intitulada “The Gauchos: Male Culture and Identity in the Pampas”, defendida na Universidade da Califórnia, Berkeley, Estados Unidos. Sergio Alves Teixeira, antropólogo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contribuiu com vários artigos, tais como “As Brigas de Galos e os atributos morais da masculinidade”, “Brigas de galos e expressão ritual de atributos morais de gênero” e “O Simbolismo Essencial das Brigas de Galos”. Por fim, a tese de Rafael Leal Matos, “Rinhas de Galos no Litoral Norte Paraibano: performance em um esporte interétnico”. Todos esses trabalhos têm diferenças entre si, tanto na localização quanto no foco da análise, mas em linhas gerais são visões antropológicas sobre a prática da rinha de galo.

Além dos estudos antropológicos, há também aqueles que não se enquadram nem na história nem na antropologia, como a tese de doutorado em recursos ambientais de Marcos Lunardi Escobar, intitulada “As Rinhas de Galo na Paraíba: Aspectos Histórico-legais e a Falta de Proteção aos Animais”. Outro exemplo é a monografia em direito de Fabrício Cabral dos Anjos Marinho, denominada “Galismo: Cultura Popular e Esporte ou Crime Ambiental?”. Ambos abordam aspectos legais e as questões sobre a exploração dos animais na rinha de galo.

Por fim, há os trabalhos na área da história, como “A cultura da briga de galos: O Galeão de Jacobina nos anos 1960 a 1970”, e os diversos trabalhos produzidos por Misael Costa Corrêa, que dedicou sua monografia, dissertação de mestrado e doutorado ao assunto. Inicialmente, abordou o oeste catarinense na monografia, expandindo para a região de Florianópolis na dissertação de mestrado. Finalmente, fez um apanhado da história das rinhas de galo entre 1960 e 2017, passando pelas questões legais e explorando como a prática foi se modificando durante o século XX. Sua tese de doutorado, intitulada “As Rinhas de Galos no Brasil: o caso de uma

prática diante das alterações de sensibilidades em relação aos animais (1960-2017)”, é o trabalho mais completo sobre rinhas de galo no Brasil no presente momento.

Além de todos esses materiais, é importante frisar que existe uma considerável quantidade de conteúdo produzido fora do meio acadêmico desde o século XIX no Brasil, abordando a história da rinha de galo de diversas formas diferentes. Esses materiais têm distribuição variada, podendo até mesmo ser encontrados online. No entanto, eles não possuem rigor científico e muitos deles são apenas panfletos para o fim da proibição da briga de galos, podendo apresentar uma história apologética e uma narrativa distorcida.

Tirando os materiais antropológicos, não há trabalhos específicos sobre o Rio Grande do Sul. Os rinheiros aparecem como pano de fundo em diversos estudos, mas raramente são o foco principal da análise. Em sua maioria, os trabalhos, mesmo mencionando períodos anteriores, concentram-se na segunda metade do século XX, após as diversas proibições contra a prática. Meu trabalho se passa no Rio Grande do Sul, com foco nos anos 1930, observando diretamente os rinheiros. Portanto, não se encontra representado nos demais estudos.

Metodologia

Para esse trabalho fiz uso da plataforma da hemeroteca digital brasileira para ter acesso aos jornais. Delimitei nos filtros que só aparecessem jornais gaúchos e a partir disso usei a palavra chave “galista” na qual apareceram 51 resultados. Existem palavras chaves que poderiam gerar mais resultados como a própria palavra “rinheiro”, entretanto essa palavra gera uma amostra muito grande de 101 resultados e eu ainda pretendo aprofundar no assunto em minha própria monografia. Eu abri todos os resultados e anotei em uma planilha do excel as informações como data, publicação, autoria, conteúdo e etc.

Apesar de haver 51 resultados através de diversos jornais, vários deles foram descartados por serem referências a outras coisas, como a palavra “legalista” ou ao Galista Futebol Clube. Após essa filtragem, a maioria dos resultados se encontrava no jornal “A Federação” no período entre 1935 e 1937. As publicações estão na seção de esportes e convidam pessoas a participar da rinha de galo, além de relatarem os resultados dos últimos eventos dos rinheiros da região.

Nos anúncios, uma prática comum era listar os nomes dos participantes frequentes. Decidi, então, selecionar alguns desses nomes e pesquisá-los novamente na hemeroteca para verificar se encontrava algum resultado sobre suas atividades paralelas além da rinha de galo. A partir disso, busquei escrever sobre o perfil social desses participantes.

Minha análise vai se concentrar em compreender o que são esses rinhideiros e quem participava da rinha de galo nesse momento, quando não há nenhum impedimento legal contra a prática em um estado em que ela é incentivada, apesar do avanço do capitalismo e do enfraquecimento do mundo rural dos gaúchos.

Análise

Em 1914, o engenheiro arquiteto João Moreira Maciel apresentou seu plano para a modernização da cidade de Porto Alegre. A administração positivista adotou o mantra “conservar o que fosse digno de preservação e melhorar tudo quanto fosse perfectível”.

Acredito que esse mesmo mantra pode ser aplicado à rinha de galos na cidade. A rinha de galos tem um histórico antigo no Rio Grande do Sul e é muito associada aos próprios gaúchos, como no poema de Jaime Caetano Braun “Galo de Rinha”, onde ele compara diretamente o gaúcho ao galo de briga por seu espírito corajoso e guerreiro. Essa idealização do Rio Grande do Sul como uma terra inóspita de um povo guerreiro remonta ao século XIX, durante a tentativa de independência do resto do Brasil. A romantização dessa época é profundamente enraizada no estado. Conservar a rinha de galo aos seus moldes clássicos já não era possível na cidade urbanizada, então restava “melhorar o que era perfectível”, e foi isso que aconteceu. O que antes era uma prática rural tornou-se algo urbano, com todo um sistema próprio.

Nas publicações do jornal “A Federação”, aparecem notícias sobre os rinhideiros, os espaços onde se realizavam as brigas de galo. Entretanto, com o avanço da urbanização e do capitalismo, essas atividades não poderiam acontecer simplesmente pelo prazer dos praticantes. É necessário que haja uma justificativa para a existência desses estabelecimentos; é preciso que haja lucro.

As notícias irão comentar sobre a existência de apostas nas diversas categorias dos combates e até mesmo comentaram sobre viciados nessas apostas. As apostas são feitas sobre quem será o vencedor, o perdedor, quanto tempo a rinha vai durar e várias outras modalidades. Há um registro de uma das rinhas em que foram apostados 2 contos de réis.

O espaço dos rinhideiros também é muito específico; os combates não são realizados em qualquer lugar, pois cada rinhideiro possui um local fixo e dias específicos de operação. Em um dos anúncios, encontra-se a notícia sobre o novo rinhideiro Copacabana. Ele é descrito como sendo de proporções moderadas, acomodando 100 pessoas e dispondo de “60 poltronas de braços muito cômodas e confortáveis”. O local promete ótima ventilação e luz, além de ser reconhecido por ter um dos melhores bares da cidade e um restaurante atrativo.

A partir dessa descrição, é possível inferir algumas teorias. Se este não era um dos maiores, os eventos poderiam tranquilamente comportar mais de 100 pessoas. Além disso, as poltronas com braços parecem ser um atrativo de conforto, sugerindo que as entradas desse rinhadeiro deviam ser mais caras, tornando o espaço mais exclusivo. A presença de um bar indica que havia bebida alcoólica disponível, e a combinação de dinheiro, apostas e bebidas geralmente pode levar a desastres. Acredito que devam haver processos criminais envolvendo frequentadores de rinhadeiros, como é comum em espaços esportivos e de apostas, mas não posso afirmar com certeza, pois não busquei fontes específicas sobre esse aspecto.

É interessante notar que, 10 meses após a primeira menção ao rinhadeiro Copacabana, há outra notícia sobre sua reabertura. Se está havendo uma reabertura, é porque em algum momento ele esteve fechado, e se ele fechou, havia uma razão. Não consegui descobrir se havia algum sistema de temporadas que o fazia fechar por um período, mas o fato de ter um aspecto gourmetizado, com bar, restaurante e poltronas chiques, pode tê-lo encarecido e não gerado lucro.

O rinhadeiro Copacabana é o mais noticiado no período analisado, mas ainda assim não é o único. Além dos rinhadeiros mencionados em cidades vizinhas e em Santa Maria durante um torneio, há o rinhadeiro Farroupilha, o rinhadeiro União Operária, o rinhadeiro Esporte Clube Ideal, entre outros.

Outro aspecto interessante é a existência de coudelarias. Na maioria dos casos, não são os galistas individuais que colocam seus animais para brigar, mas sim as coudelarias que se encarregam de criar galos especificamente melhorados para o combate. Contam-se pelo menos 15 coudelarias diferentes em Porto Alegre, e a maioria delas participa de múltiplos eventos.

Junto com as coudelarias, aparecem personagens muito recorrentes nesses anúncios. O escritor que usa a alcunha de Mutuqueiro, praticante de rinha de galo, gosta de frisar que todas as classes sociais gostam de participar dos eventos, e que eles contam com a presença de médicos, advogados, militares, políticos, engenheiros, graduados e trabalhadores.

É possível até mesmo perceber a mobilidade social de alguns deles, como o tenente Archimedes, que posteriormente se torna capitão Archimedes e abre seu próprio rinhadeiro, o Esporte Clube Ideal. Outro personagem recorrente é o doutor Agripino Araujo, advogado importante na cidade de Rosário, com laços políticos com Floriano Peixoto e Borges da Cunha, ambos importantes presidentes do Rio Grande do Sul. Ele não chega a criar o próprio rinhadeiro, mas é sempre tratado com estima em suas aparições e descrito como grande apreciador do “esporte”.

Outro caso muito interessante é o de Luiz Alencastro. Desde jovem, ele é uma figura de destaque nos jornais, indo desde suas notas até quando se tornou médico e tenente militar. Em 1913, ele aparece como sendo o half left do recém-fundado Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, do qual será intimamente ligado durante toda sua vida, chegando a assumir cargos na direção mais de uma vez. Além disso, escreveu uma carta fazendo um elogio direto a Borges de Medeiros, o que mostra suas ligações políticas.

É evidente que esses três casos não ilustram completamente a figura dos participantes da rinha de galo do final dos anos 30 em Porto Alegre. Há muitos nomes de participantes, e muitos deles ocupam posições elevadas na sociedade. No entanto, esses foram os que o escritor escolheu destacar. Com certeza, há muitos outros frequentadores que não foram ilustrados e provavelmente não faziam parte dessas camadas da sociedade.

Conclusão

Em suma, a análise detalhada dos registros históricos sobre as rinhas de galo no Rio Grande do Sul durante a década de 1930 revela uma transição significativa dessa prática cultural. Inicialmente associada ao modo de vida rural e à resistência gaúcha, a rinha de galos sofreu adaptações para sobreviver à crescente urbanização e ao avanço do capitalismo. A transformação dos rinheiros, espaços dedicados aos combates, apostas e encontros sociais, evidencia uma busca por adequação aos novos padrões de entretenimento e lucratividade.

A análise também revela a presença de figuras proeminentes da sociedade gaúcha, como médicos, advogados, militares e políticos, envolvidas nas rinhas de galo. Esses participantes, muitas vezes destacados nos registros, sugerem uma complexidade social e uma mobilidade entre classes. Além disso, a criação de coudelarias especializadas na seleção e aprimoramento genético dos galos evidencia a influência do capitalismo na prática, transformando-a em um negócio lucrativo.

A adaptação da rinha de galo ao contexto urbano, a busca por sofisticação nos espaços de combate e a participação de figuras de destaque na sociedade apontam para uma modernização da prática, ainda que mantendo raízes profundas na identidade gaúcha. No entanto, a análise também levanta questões sobre o fechamento temporário de alguns rinheiros, indicando desafios econômicos e sociais enfrentados por esses estabelecimentos em meio às mudanças.

Dessa forma, a rinha de galo no Rio Grande do Sul durante os anos 1930 não é apenas uma expressão de lazer, mas também um reflexo das transformações sociais e econômicas da época. A prática, uma vez rural e tradicional, buscou se reinventar para se manter relevante em

um cenário urbano em constante evolução, evidenciando a dinâmica complexa entre tradição e modernidade.

Referências

CORREA, Misael Costa. **As rinhas de galos no Brasil**: o caso de uma prática diante das alterações de sensibilidades em relação aos animais (1960-2017). 2017. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2017

CORREA, Misael Costa. **Costumes incomuns**: a rinha de galos no extremo-oeste catarinense. 2009. Monografia (graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2009.

CORREA, Misael Costa. **Costume proibido**: a rinha de galos na Grande Florianópolis (1980-2011). 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2012

ESCOBAR, Marco Lunardi. **As rinhas de galo na Paraíba**: aspectos histórico-legais e a falta de proteção aos animais. 2014. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2014

JATOBÁ, Paulo Adriano. **A Cultura da Briga de Galos**: O Galeão de Jacobina nos anos de 1960 a 1970. 2006. Monografia de Especialização – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Cultura Urbana e Memória, Jacobina – Bahia, 2006.

MARINHO, Fabrício Cabral dos Anjos. **Galismo**: Cultura popular e esporte ou crime ambiental? 2009. Monografia (graduação) – Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, Curso de Direito, Manaus, 2009

MELO, Victor Andrade de. Lazer, modernidade, capitalismo: um olhar a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Estudos Históricos**, v. 23, n. 45, p. 5-26, 2010.

MATOS, Rafael Leal. **Rinhas de galos no litoral norte paraibano**: performances em um esporte interétnico. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, Renato de Carvalho Santos. **A rinha de galo e a construção da masculinidade na região central do Rio Grande do Sul**. 2005. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Santa Maria – RS, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Ciências Sociais, Santa Maria, 2005.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Plano geral de melhoramentos de Porto Alegre**: o plano que orientou a modernização da cidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010. p. 101-142.

THOMPSON, E.P. Cap. 3 Costume, lei e direito comum. In: **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 86-149.

Espaço Fronteiriço Platino: uma percepção da Historiografia

XAVIER, Matheus Garcia
Graduando de História (UFSM)
PIBIC/CNPq, matheus.gxavier03122001@gmail.com

PADOIN, Maria Medianeira (O)
Doutora em História e Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria
mmpadoin@gmail.com

Resumo: Como parte das diversas ações realizadas ao longo do III Congresso Internacional de História da UFSM, este texto visa aprofundar os principais pontos da exposição intitulada “ESPAÇO FRONTEIRIÇO PLATINO: Uma percepção da historiografia”, apresentado no simpósio de novos pesquisadores. De forma breve, tentaremos aqui elucidar um pouco melhor os principais pontos do que foi apresentado no evento, levando em conta as riquíssimas considerações feitas pelos professores e colegas presentes, assim como dos consequentes debates realizados. Vale apontar, que este texto é mais uma das ações que vem sendo desenvolvidas desde setembro de 2023 através da bolsa de pesquisa de iniciação científica PIBIC/CNPq e do grupo de pesquisa “História Platina: sociedade, poder e instituições”, que tem sob supervisão a prof. Dr. Maria Medianeira Padoin, titular do departamento de história da UFSM. Importante ressaltar, também, que esta revisão faz parte das atividades iniciais da bolsa de pesquisa, e por isso, representa apenas um recorte das leituras e das análises feitas até aqui. Nosso objetivo é propor uma revisão historiográfica daqueles autores que até aqui foram estudados, buscando tanto aprofundar o conhecimento geral em cima do que se denomina “História Platina”, como também, preparar um corpus teórico de leituras e debates anteriormente necessários para uma eventual prática de pesquisa que venha a ser realizada no futuro. Sendo assim, dividimos este texto em 4 partes, cada um contendo uma breve introdução de temas como imigração, fronteira, disputa de território e guerras que permearam a história da América meridional e tiveram, por seu turno, como palco a bacia do Prata, formando assim o que denominamos de espaço fronteiriço platino.

Palavras-chave: América meridional; Rio da Prata; Fronteira.

A Colônia de Sacramento e o Prata

O Rio da Prata, na estremadura da América meridional, compõe nos dias de hoje uma das mais expoentes bacias ideográficas da América: a bacia do Prata. Esta bacia, composta também pelo rio Paraná, Uruguai e Paraguai, representa não apenas uma divisão natural para alguns dos países que fazem parte dela, como Uruguai e Argentina, mas também, é local de uma zona de fronteira e disputas que desde os tempos coloniais, da chegada de Portugal e Espanha, ao mesmo tempo que impôs limites e barreiras acabou por convergir pessoas, ideias, produtos e tropas em seu espaço. Logo da chegada dos expedicionários europeus, o interesse pelo rio da Prata despertou-se pelo fato de este ser um local ímpar para o tráfego de embarcações, de fácil acesso para o interior do território americano, além de ser, também, um ótimo refúgio das embarcações para as águas turbulentas do atlântico. Desde os primeiros momentos de ocupação europeia da América, o rio da Prata surgia como um espaço cheio de

possibilidades, onde era possível adentrar o interior da América, ainda pouco explorado, e estabelecer contato e negócios com os povos locais e, futuramente, estabelecer no Prata uma zona portuária.

Para a coroa portuguesa, aproximar-se cada vez mais do Rio da Prata de forma efetiva e participar das relações econômicas que ali se estabeleciam passou a ser cada vez mais crucial, tendo em vista que após a descoberta da prata nas minas de Potosí em 1549, o movimento de negociadores e embarcações havia aumentado consideravelmente o número de pessoas que cruzavam pela região. Essa ideia de aproximar-se do rio da Prata, resultou na construção da colônia de Sacramento (1680), uma espécie de pequena cidade fortificada localizada no atual sudoeste do Uruguai, nas margens do Prata. Esse empreendimento materializava a presença portuguesa na área através de oficiais, homens de negócios e agentes da coroa, que em nome do rei buscavam edificar um interposto comercial que fosse favorável a Portugal, capaz de rivalizar com a presença espanhola e abastecer a colônia brasileira, numa região em que cada vez mais crescia o número de negócios e o contrabando de metais, escravos, especiarias e animais, provenientes não só daquilo que era extraído do interior da América, mas que também chegava de vários lugares do mundo através das rotas de navegação e comércio.

A fundação da Colônia do Sacramento tinha por meta ampliar as fronteiras do império colonial português na Bacia do Prata e estabelecer novos contatos e relações de comércio e contrabando com a Província do Paraguai e do Alto Peru, que enfrentavam dificuldades de abastecimento de mercadorias oriundas da Europa e escravarias do continente africano (Myskiw, 2015, p. 44-45).

Como aponta Possamai (2012), alguns viajantes que cruzavam pelo rio da Prata e a Colônia de Sacramento, deixaram, nos seus relatos, uma ideia de como funcionava o comércio e o contrabando daquela região. Nas observações feitas por Francisco Millau e Louis Antoine de Bougainville (1729-1811), por exemplo, a Colônia de Sacramento é descrita como uma zona de intenso comércio e fluxo de pessoas, possuidora de um atrativo comercial lucrativo que despertava o interesse de embarcações e pessoas do mundo inteiro, como de negociantes franceses, ingleses e holandeses. Além desses relatos, que fornecem uma breve ideia da força econômica e do ponto de encontro que se afirmava o Rio da Prata, a edificação da colônia de Sacramento é um bom exemplo para tentarmos entender o processo de colonização do território americano e a importância estratégica de impor domínios naquela região para que tal sucesso ocorresse.

Tau Golin (2015) em sua obra intitulada “A Fronteira”, ressalta que a ascensão lusitana por esse território se deu em partes devido a uma articulação política fundamentada numa nova interpretação dos domínios lusitanos na América. Fruto de um acordo entre o rei de Portugal e

o Papa Inocêncio XI, o novo documento expansionista acabava por elevar a prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro em bispado, estendendo assim, os domínios lusitanos da capitania do Espírito do Santo do Rio de Janeiro até o Rio da Prata (Golin, 2015, p. 26).

Um último ponto válido de citação, gira em torno de que após a construção da cidadela fortificada, as animosidades e as disputas diplomáticas enfrentadas entre Portugal e Espanha, resultaram diversas vezes em cercos e batalhas que tumultuaram a vida dos habitantes de Sacramento e causaram desgaste entre os dois reinos. Desde sua fundação em 1680, Sacramento foi palco de conflitos armados, invasões e destruição, na maioria das vezes, oriundo da retaliação por parte das potências de Portugal e Espanha, que entravam em guerra entre si seja pela quebra de acordos e alianças momentâneas seja através de ataques estratégicos, objetivando enfraquecer o outro lado.

Um dos temores da coroa espanhola, era a interiorização dos homens portugueses no interior do território platino, temendo estabelecer novos postos avançados de apoio a Sacramento ou até mesmo de reduções jesuíticas naquela região. O primeiro embate travado em Sacramento, iria ocorrer ainda no ano de sua fundação em 1680, e fez parte do início de uma série de cercos e batalhas recorrentes ao longo dos anos. Um último exemplo é o conflito ocorrido entre 1735 e 1737, iniciado após um desacordo diplomático na Europa que se estendeu para assim num ataque de enfraquecimento da Colônia de Sacramento, e dos portugueses que como um todo viviam na região (Possamai, 2004, p. 55).

Rio Grande e a chegada dos açorianos

A força da bacia do Prata e as ambições do projeto português de estabelecer domínios cada vez mais ao sul da América, também podem ser vistas a partir do processo de chegada e ocupação do atual território do Rio Grande do Sul, que originalmente segundo o Tratado de Tordesilhas (1494), seria um território pertencente a coroa espanhola. A ocupação da área do atual território do Rio Grande do Sul teve seu início no século XVIII, por mais que já ocorressem esforços de ocupação desde o século XVII, seu início efetivo sobre a região só se deu a partir da fundação da vila de Rio Grande de São Pedro (1737), a partir da chegada da expedição pioneira de Silva Pais na região. Esse processo em direção ao sul da América, cada vez mais próximo de Sacramento, pode ser dito em poucas palavras como parte do projeto português de assegurar a posse da América Meridional, sob litígio entre as coroas ibéricas quase que desde sempre após o descobrimento da América. Além disso, a fundação da vila de Rio Grande e o preenchimento populacional até a zona das missões jesuíticas no atual oeste do Estado gaúcho era necessária, segundo a coroa portuguesa, para proteger o centro econômico-

produtivo do Brasil (Minas Gerais, São Paulo, Bahia) além de ser também um ponto de apoio para Sacramento.

Em carta de José da Silva a Gomes Freire de Andrade, o militar português que viveu os primeiros anos de existência do povoado, falava sobre a importância estratégica da vila de Rio Grande a frente dos seus inimigos espanhóis e da necessidade de fortificar-se aquela região:

O Rio Grande S. Pedro é a única porta por donde (se acaso continuar a guerra da colônia) se pode socorrer ou encetar qualquer outra operação, que faça mais sensível diversão aos inimigos, sem que sejam precisas tão enormes despesas, que acabamos de experimentar se fizeram, pois sendo tudo o mesmo continente desde esta praça até S. Miguel, sem interrupção, donde deixei a última fortaleza, acostumando-se os moradores e guarnição daquele novo estabelecimento ao serviço e uso daquelas campanhas, poderemos sempre conservar um tal corpo que meta respeito nos inimigos (Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil, 1869, p. 165).

Após a fundação da vila de Rio Grande e a construção das primeiras casas e fortes nos anos iniciais, um dos casos mais citados dentro da historiografia gaúcha e brasileira, é a chegada das famílias de açorianos para o atual território do Rio Grande do Sul, provenientes do arquipélago da Ilha dos Açores. Segundo Comissoli (2009), a região da Ilha dos Açores sofria naquele período com superpopulação de pessoas e com a falta de terras produtivas e cultiváveis. Um dos motivos, é que a ilha por ser um território com uma formação rochosa em sua geografia, as terras cultiváveis acabaram se tornando escassas com o passar do tempo e o aumento da população. A saída dos habitantes da Ilha dos Açores para essa situação foi então o envio de um pedido a coroa para que pudessem ocupar as terras de além-mar, na América portuguesa, afim de conseguirem terras melhores para seu sustento e uma nova condição de vida na colônia.

Por seu lado, o interesse da coroa de realocar esses casais açorianos para a América ia além do simples fato de resolver um problema de superpopulação de uma de suas ilhas no Atlântico. A transferência dessas famílias, especialmente para a região da América meridional, fazia parte dos planos de Portugal de ocupação desse território com base na ideia do *uti possidetis*, seguindo a lógica estabelecida pelo Tratado de Madrid de que a ocupação de determinado território garantia, portanto, a posse sobre ele.

Assim sendo, parte desse projeto de ocupação da vila de Rio Grande e do território sul-rio-grandense como um espaço de domínio português, esteve diretamente ligado a chegada de famílias provenientes da Ilha dos Açores ao porto de Rio Grande. O ano de sua chegada pela primeira vez em solo americano data de 1751, ou seja, menos de 15 anos após a fundação da vila de Rio Grande em 1737, demonstrando uma participação ativa desses imigrantes logo dos anos iniciais de fundação da vila.

Dentre algumas das promessas feitas por Portugal para as famílias açorianas, estava o acesso a boas terras, trabalho, acesso a ferramentas, não convocação dos homens para os exércitos da coroa entre outras garantias. No entanto, o que se sabe sobre a chegada e a vida desses casais açorianos em solo americano nem sempre resultou no cumprimento dessas promessas, pelo contrário, ficou marcada pelo não cumprimento delas. Como aponta Cleusa Maria Gomes (2006), nos primeiros anos após a chegada, a situação desses casais esteve na maioria das vezes lançada a sorte, sem acesso a boas terras e a ferramentas, morando de improviso nos arredores da vila de Rio Grande, em casas precárias, com trabalhos mal remunerados, sem poderem exercer suas profissões e a espera de que as promessas feitas fossem concretizadas.

Mas a trajetória percorrida por esses casais açorianos no Rio Grande do Sul vai além disso. Sua chegada aqui deve ser entendida pela promessa real de que as terras correspondentes ao território das missões jesuíticas, assim que devidamente permutadas com a Espanha conforme o Tratado de Madrid (1750), iriam passar a pertencer em parte aos açorianos. Tendo em vista a dificuldade em ser cumprido o tratado e o subsequente início das Guerras Guaraníticas em 1753, estes casais acabaram percorrendo diversos caminhos em busca do acesso à terra e ao trabalho ao longo do território sul-rio-grandense. Alguns dos homens açorianos, por exemplo, tiveram que incorporar corpos militares portugueses para lutar nas Guerras Guaraníticas e nas invasões espanholas de Rio Grande, outros deixaram a vila em direção a Rio Pardo, outros ainda, seguindo a rota em direção as missões, acabaram estabelecendo-se nos Campos de Viamão e nas margens do lago Guaíba (Comissoli, 2009, p. 4-5).

Por fim, desde sua chegada, diversos foram os caminhos trilhados pelas famílias açorianas. Algumas acabaram tomando outros rumos como os campos de Tramandaí e Viamão, outros assentaram-se em Santo Antônio da Patrulha ou até mesmo em San Carlos de Maldonado, do lado espanhol (Barroso, 2023, p. 58). Diversas também foram as estratégias de sobrevivência, tal qual a compra de terras, trabalho nas grandes fazendas e latifúndios ou a execução de serviços diversos como de carpinteiros, lavradores, artesãos e ferreiros.

O Tratado de Madrid e as Guerras Guaraníticas

Dentre esses processos históricos que permearam a América platina e meridional como um espaço fronteiriço interligado, complexo e multifacetado em torno de disputas e defesa do território, de trocas culturais, de zonas de poder e de conflitos armados, a questão da demarcação da fronteira e dos mecanismos utilizados para defesa da mesma é, certamente, um

dos assuntos largamente estudados, seja para o período colonial, seja para o período pós-independência na América. Um dos mais célebres tratados nesse sentido, o Tratado de Madrid (1750), estabeleceu um acordo de troca da área das missões jesuíticas, àquela altura de posse da Espanha, pela área da colônia de Sacramento, o que correspondia, portanto, que Portugal abrisse mão de Sacramento em troca das missões, e vice-versa. As tensões entre Portugal e Espanha para que ocorresse um acordo em relação aos domínios ultramarinos das duas coroas já era antigo, a situação dos atuais territórios do Uruguai e Rio Grande do Sul incomodava os espanhóis. Por outro lado, a posse espanhola das Filipinas fazia com que Portugal também cedesse a um tratado. A saída para tal situação, se deu através de um acordo firmado entre os dois reinos, ancorado pela noção do direito de *uti possidetis* de garantia da posse de um território que por sua vez estivesse ocupado (Golin, 2011, p. 3-4).

Para a realização do Tratado de Madrid, as coroas de Portugal e Espanha estabeleceram uma equipe de demarcadores responsável por delimitar *in loco* na América aquilo que havia sido feito no papel. O detalhe que os demarcadores não esperavam é, assim do início dos trabalhos de demarcação logo os problemas começaram. Na maioria das vezes as linhas e pontos de referência como montes e estradas estabelecidos no papel não correspondiam com aquilo que eles se deparavam, assim como, não se chegava a um consenso sobre a nascente de determinados rios ou onde eles terminavam, algo que passou a dificultar o processo de demarcação e atrasar o trabalho.

Além disso, outro problema que se estabeleceu foi o mal recebimento da notícia da troca e demarcação das terras por parte dos padres jesuítas e dos índios aldeados das missões. Estes, muitas vezes, não queriam abrir mão das terras onde se encontravam, dos seus rebanhos e das fortificações que haviam ali edificado. O resultado disso, seria a eclosão das Guerras Guaraníticas (1753-1756), opondo em confronto as forças conjuntas de Portugal e Espanha contra os índios missioneiros e os padres jesuítas.

Entretanto, o tratado desencadeou uma crise generalizada nas relações Coroa espanhola-Missões, pois reestruturava o papel das mesmas. A crise ficou acentuada no decorrer da aplicação do tratado, gerando a violência entre os guarani-missioneiros e os súditos luso-espanhóis, levando a tensões coloniais. Em suma, o perfil do tratado demonstrava uma reorganização generalizada dos territórios dos Impérios coloniais ibéricos: na sua conclusão, uma redefinição do espaço missioneiro, inserida dentro de tal reorganização geral. Todavia, os índios reduzidos nos Sete Povos não aceitaram esse novo papel das Missões (Quevedo, 2006, p. 131).

A Guerra, por fim, resultaria no fim do modo de vida do guarani missioneiro das reduções jesuíticas, durante os 3 anos em que ocorreram batalhas, o conhecimento dos índios guarani sobre a região e as táticas de defesa de suas terras conseguiriam resistir a força dos

exércitos espanhol e português. No ano de 1756, no entanto, os exércitos de Portugal e Espanha decidiram unir suas forças em torno do inimigo em comum, as armas europeias, mais avançadas, como canhões e artilharia de última geração sobressaíam-se sobre as flechas e pontas de lança usadas pelos índios (Quevedo, 1994). Nascia ali, também, um dos primeiros mitos guerreiro-guarani, Sepé Tiaraju, lembrado até os dias de hoje como símbolo da luta guarani pelo acesso à terra e vida digna em canções, danças, livros e reproduções audiovisuais que homenageiam e retratam a vida do índio missioneiro e das forças de combate guarani naquela guerra.

Para finalizar, o Tratado de Madrid e a Guerra Guaranítica, neste nosso exemplo, demonstram a violência dos colonizadores para com os povos originários do território americano, o tratado de Madrid compreendia e pormenorizava geograficamente a existência de um território, formado por colinas, rios e campos pastáveis e produtivos. Por outro lado, o tratado ignorava não só as construções de Igrejas, casas e escolas erigidas ali pelo povo das missões, mas acima de tudo, gerações de famílias missionárias que durante décadas relacionaram-se e habituaram suas experiências e seu olhar sobre o mundo a partir de um modo de vida missionário. Seu modo de vida como povo fronteiriço e sulino foram esquecidas pelo tratado e ignoradas pela guerra.

O gaúcho como identidade

É comum nos dias de hoje reconhecermos na figura do gaúcho o cerne da identidade sul-rio-grandense. A figura do gaúcho como ser fundador da identidade do Estado, das práticas e experiências sociais cotidianas daqueles e daquelas habitantes do Rio Grande do Sul que hoje se veem e auto denominam-se gaúchos. No cenário nacional, por sua vez, é comum que o povo sul-rio-grandense seja reconhecido como gaúcho pelo resto do país, apresentando-o em programas de televisão, filmes e telenovelas através de características “típicas” de todo homem do sul do país, identificado por seus hábitos de beber chimarrão, andar a cavalo, usar bota e bombacha e usar a expressão “tchê” em suas frases.

O gaúcho como o conhecemos hoje, no século XXI, é fruto de uma construção sócio histórica de décadas, que mistura o passado com o presente, fato e mito, história e memória. Presente na literatura, nas representações sociais e nos movimentos que cultuam a tradição gaúcha, o emblema da figura do gaúcho foi alimentado por décadas de uma certa nostalgia em torno da homologação de seu passado heroico, do gaúcho como vigia dos pampas, homem aguerrido, ordeiro, defensor da fronteira e em nome da pátria. Essa construção histórica em cima do “mito” do gaúcho tem longa data, presente desde a literatura oitocentista se torna

enfática no decorrer do século XX na literatura, na política, no folclore e principalmente no imaginário social. Uma desses sintomas pode ser visto na oficialização de certos nomes e datas que rememoram a bravura dos gaúchos do passado, dos heróis da Revolução Farroupilha (1835-1845), evento celebrado todos anos durante a “semana farroupilha” como um símbolo da luta da província sulina contra o Império.

Segundo Pesavento (1993), o “mito das origens” corresponde a uma tendência comum da maioria das sociedades de indagar-se sobre o seu passado. No caso do Rio Grande do Sul, esse passado se entrelaça com a formação histórica da fronteira, do papel do homem sulino de militar-estancieiro, tanto em defesa das terras do Império Português como em nome do reino do Brasil, uma atribuição característica de uma zona historicamente em litígio. Para termos uma noção de como no Rio Grande do Sul esse passado esteve a todo momento em disputa, na década de 1930, por exemplo, após a chegada à presidência da República de Getúlio Vargas, houve um movimento historiográfico no sentido de reescrever a história do Rio Grande do Sul, especialmente apagando qualquer sintoma separatista que tivesse ocorrido no passado do estado sulino. O passado gaúcho, portanto, tinha implicações diretas em cima dos acontecimentos políticos do século XX, do contrário, como poderia um presidente da República nascer em um estado de vocação separatista?

Ieda Gutfreind (1992) em sua obra “A historiografia rio-grandense”, apresenta a escrita da história do Rio Grande do Sul através de autores clássicos. Em sua análise, que traz nomes como José Feliciano Fernandes Pinheiro, Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varela, a autora elenca dois grupos de escritores, aqueles pertencentes a “matriz platina”, que aceita a participação da fronteira platina na formação do Rio Grande do Sul, e a “matriz lusa”, que vincula a história do Rio Grande do Sul ao protagonismo lusitano na região. Essa obra auxilia em nossa análise pela longa extensão de autores que são citados nela, e por demonstrar que em diferentes momentos da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, a figura do gaúcho heroico ora aparecia com mais força e exaltação, como por exemplo logo após a fundação do IHGRS na década de 1920, ora aparecia com menor intensidade, como ocorreu nos anos após a Revolução Farroupilha, próximo até de um certo tipo de silêncio e ostracismo.

Para concluir, o que tentamos demonstrar brevemente neste último tópico é um pouco das possibilidades que o tema da construção da identidade sul-rio-grandense pode apresentar. De nossa parte, como fruto de uma construção literária, política e folclorista sobre determinado tipo de passado, ao longo do tempo alguns artifícios foram sendo mais exaltados do que outros, fruto de um recorte sobre o passado e de uma escolha sobre qual tipo de passado contar acerca da história do Rio Grande do Sul. A história do gaúcho como a conhecemos hoje, incorporou

ao longo do tempo certos atributos que corroborassem com a tese da “história oficial” do Estado, da construção mítica e brava dos homens farroupilhas e dos gaúchos estancieiros da fronteira, renegando com o tempo, como ocorre com a maioria das sociedades, outros atributos que não corroborassem com a dita versão oficial da história.

Considerações finais

O que tentamos fazer aqui, brevemente, foi elucidar um pouco melhor alguns tópicos de nossa revisão bibliográfica sobre a América meridional e platina, considerando em cada um dos 4 tópicos aqueles aspectos que tornaram a bacia do Rio da Prata como um espaço fronteiriço interligado, multiétnico e móvel. Como vimos, esta região durante um largo período foi objeto de discussões em torno da posse dessas terras, o estabelecimento de interpostos comerciais como a Colônia de Sacramento, a delimitação da fronteira durante o Tratado de Madrid e a chegada de imigrantes açorianos nessa região, além de serem aspectos importantes aspectos da construção histórica da região e da identidade das pessoas que vivem nesse espaço de fronteira, são ótimos exemplos da importância da região platina para o funcionamento e a continuação das colônias ibéricas na América, e posteriormente para o funcionamento e estabelecimento dos Estados Nacionais platinos.

Referências

BARROSO, V. L. M. (2023). O Rio Grande do Sul dos açorianos: Deslocamentos, desafios, conquistas e patrimônios. **Revista del CESLA**, Varsóvia: v. 31, p. 49-68, jun. 23. Disponível em: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/issue/view/32>. Acessado em: 6 de fevereiro de 2024.

Carta de José da Silva Pais a Gomes Freire de Andrade. Rio de Janeiro, 29 de março de 1738. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil**, Rio de Janeiro: editora Garnier, 1869, tomo XXXII, parte primeira, p. 165.

COMISSOLI, Adriano. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos campos de Viamão (séc. XVIII). **Revista Aedos**, Porto Alegre: v. 2, n.º 3, p. 74-96, set. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/10584/6224>. Acessado em: 6 de fevereiro de 2024.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre, editora da UFRGS, 1992.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, José; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (org). **História da Fronteira Sul**, Chapecó: 2016, p. 43-72.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre: p. 383-396, 1993.

POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento vista pelos viajantes (século XVIII). **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre: v.38, p. 199-208, nov. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2012.s.12466>. Acessado em: 7 de fevereiro de 2024.

POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia do Sacramento. **Mneme – Revista de Humanidades**, Caicó (RN): v. 5, p. 32-59, out/nov. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/254>. Acessado em: 7 fevereiro de 2024.

QUEVEDO, Júlio Ricardo dos Santos. A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas missões. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre: v.20, n.2, p. 5-26, dez. 1994.

QUEVEDO, Júlio Ricardo dos Santos. As Missões Jesuítico-Guaranis. In: GOLIN, Tau;

BOEIRA, Nelson (org.). **Colônia, volume 1**. Passo Fundo: 2006, p. 103 – 133.

Duelos entre linhas: A representação dos duelos nos folhetins presentes nos periódicos brasileiros

NASCIMENTO, Gisele
Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria
gisenascimento1432@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como propósito examinar a representação dos duelos nos textos folhetinescos encontrados nos jornais brasileiros. No final do século XIX e início do século XX, a prática de duelos tornou-se comum entre as elites latino-americanas. Esses duelos eram notadamente influenciados pela concepção de honra particular que prevalecia entre os homens da elite, pautada por um ideal burguês que enfatizava o individualismo e a vontade pessoal. O conceito de honra desempenha um papel fundamental para entender tanto a ocorrência dos duelos quanto a razão pela qual notícias e histórias sobre eles se tornaram comuns nos jornais. Embora os duelos fossem ilegais, eles ocorriam frequentemente e muitos eram relatados na imprensa brasileira, seja de forma realista ou até mesmo fictícia, indicando um interesse do público em consumir esse tipo de notícia. Devido a esse interesse, os duelos se tornaram um tema recorrente na literatura folhetinesca, seja para representar a masculinidade e a honra, ou para atender à crescente curiosidade pela criminalidade que permeava a sociedade da época. Para esta análise, foi desenvolvido um banco de dados com base nas informações coletadas na Hemeroteca Digital Brasileira, com o objetivo de mapear e examinar a frequência de histórias que envolvem duelos. Atualmente, a pesquisa está na fase de preenchimento do banco de dados, uma tarefa que demanda meticulosidade e atenção devido à complexidade das informações envolvidas. Ao constatar o grande número de histórias que apresentam duelos, torna-se evidente que esses eventos eram amplamente destacados na imprensa brasileira e frequentemente despertavam o interesse dos leitores. Isso reforça a validação do valor burguês da honra e consolida a prática dos duelos como um componente significativo da cultura da época.

Palavras-chave: Duelo; Folhetim; Criminalidade.

Introdução

Os duelos são uma prática que se originou em uma cultura de elite, baseada em um ideal de virilidade, e que ocorria com frequência na sociedade latino-americana do final do século XIX e início do século XX. Essa cultura do duelo moldou um ideal de honra que foi notadamente reforçado dentro da sociedade brasileira. Com o aumento da circulação de jornais e o interesse da sociedade brasileira em consumir notícias sobre crimes, os duelos se tornaram um forte conteúdo dentro da imprensa brasileira. Este trabalho tem como objetivo compreender a forma como a cultura do duelo foi retratada nos periódicos brasileiros, tendo como foco principal a análise de folhetins que apresentavam em seu conteúdo o referido tema.

Duelos

O duelo constituiu, entre o século XIX e o século XX, muito mais do que apenas um combate entre duas pessoas. Havia ao redor de sua existência uma cultura fortemente

caracterizada por um ideal masculino de busca pela honra e virilidade, uma justiça privada. Esses duelos eram praticados pela elite latinoamericana, sob o regimento de um conjunto de normas e leis próprias, que são conhecidos como códigos cavaleirescos. Esses códigos tornavam o duelo praticamente legal, mesmo em países onde houvesse uma legislação criminalizando a prática, pois tornava o combate formal, organizado, havendo a necessidade da existência igualdade entre os combatentes.

A prática era tão comum na região do Prata, que em 6 de agosto de 1920, no governo de Baltasar Brum, o Uruguai descriminalizou o duelo mediante a aprovação da conhecida “Ley del Duelo”. A aprovação de uma lei que descriminaliza tal prática é um reforço de que a cultura do duelo era tão forte dentro da sociedade, que se tornou necessária uma reforma na constituição e a adição de algo que corroborasse com a existência desse sistema de justiça privada.

Essa discrepância entre países vizinhos, onde um entendia o duelo como uma prática criminosa e o outro descriminalizou tal prática torna visível a intensidade dos duelos acontecidos. Enquanto no Brasil eram muito raros os duelos que realmente tomavam forma, tendo, é claro, muitos exemplos de grandes duelos famosos, na Argentina e no Uruguai o duelo se tornou quase uma “mania” dentro da sociedade, onde a prática do duelo era quase necessária para a permanência na elite. As armas mais comuns eram pistolas e espadas, e os duelos poderiam resultar em ferimentos muito graves, principalmente quando o código cavaleiresco trazia a obrigatoriedade do “primeiro sangue”, ou até mesmo a morte de um dos combatentes.

Outro ponto interessante de se examinar ao retratar a prática do duelo é entender a dualidade entre uma prática de justiça privada, que era exposta ao público ao serem publicadas nos jornais. É importante reforçar que a retomada da honra só poderia ser feita diante da exposição da chamada para o duelo, da presença de testemunhas, médicos e padrinhos, porém muitos duelos acabavam nem acontecendo, principalmente pelo fato de, no Brasil, a prática ser criminalizada, o que fazia com que o duelo não saísse apenas de mera ameaça descrita em páginas de jornais.

Com o tempo a prática de duelos foi gradualmente sendo desencorajada dentro da sociedade brasileira, à medida que se buscava substituir a violência por métodos mais pacíficos de resolução de conflitos, o advento de novos padrões morais dentro das classes mais altas da sociedade e o fortalecimento do sistema judicial brasileiro.

Imprensa

O advento da conhecida Primeira República (1889 - 1930) trouxe uma nova cara para a imprensa brasileira. Com a diversificação cada vez maior da forma como se enxergava a

sociedade, diversificava-se, também, a forma como os acontecimentos eram expostos dentro dos periódicos. Essa diversificação é muito aparente nas novas formas de se consumir um conteúdo, que deixou de ser somente político para abranger novas áreas que interessassem ao público consumidor.

A imprensa deste período era caracterizada por uma diversidade de periódicos, que iam desde jornais populares até publicações de viés politizado. Eles não se limitavam a informar o público sobre os últimos acontecimentos do território nacional ou internacional, mas também funcionavam como veículos de debates políticos e ideológicos como questões trabalhistas, relações entre Estado e Igreja. Além disso, a imprensa frequentemente refletia as divisões políticas do país, sendo um veículo de comunicação totalmente enviesado. Não havia imparcialidade dentro do conteúdo jornalístico, seus editores se posicionavam de forma que fosse coerente com o público que o consumia e com os ideais de quem o publicava. É muito comum encontrar jornais de cunho liberal, conservador, religioso, jornais voltados para os trabalhadores, que poderiam fornecer a mesma notícia porém com ideais e opiniões completamente diferentes.

É notável também, a mudança tecnológica que moldou a nova forma de se visualizar o conteúdo exposto. Com a introdução do telégrafo e do telefone, as notícias começaram a ser espalhadas mais rapidamente, provenientes de lugares diversos dentro do país e do mundo. Isso permitiu que os periódicos ampliassem significativamente sua cobertura, incluindo notícias europeias, estadunidenses e de diversas outras partes do Brasil, em uma escala muito maior do que anteriormente.

A imprensa moldou a vida da sociedade brasileira e moldou a opinião pública com o advento da república no Brasil, podemos ver até hoje os traços que mostram a importância dessa forma de disseminação de informações e suas influências políticas. O crime, foi mais uma das tantas pautas inseridas dentro desse emaranhado de conteúdo.

Imagem 1 - Capa de “O Jornal” onde se encontra exposta a notícia sobre o crime da mala



Fonte: Hemeroteca digital (O jornal, 1928)

Narrativa sobre Crime

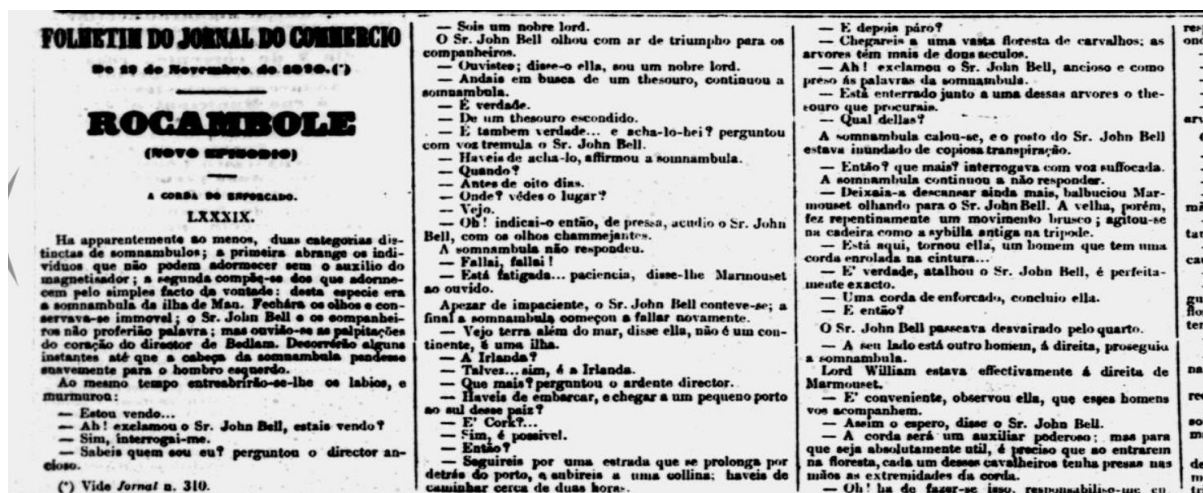
Dominique Kalifa em seu livro “A Tinta e o Sangue: Narrativas sobre crime na Belle Époque” disserta sobre o interesse da sociedade francesa em consumir conteúdo que fizesse referência aos crimes que aconteciam em seus cotidianos. O autor fala sobre a ascensão dos “fait divers”, em português “fatos diversos”, que eram formas de relatos do cotidiano que começaram a aparecer nos jornais e revistas franceses em meados do século XIX. Esses fait divers tinham como um de seus conteúdos principais os crimes e criaram uma “obsessão” dentro da sociedade parisiense de se consumir conteúdos criminais. O autor afirma que:

O crime parece ter se tornado a principal atividade dos franceses e uma das suas fontes de interesse prediletas. Primeiramente perceptível - e de modo mais marcado - numa imprensa popular tradicionalmente ligada à crônica criminal, o fenômeno atinge cada vez mais títulos (Kalifa, 2019, p.31).

No Brasil, nos deparamos com uma situação muito semelhante, visto que, os periódicos começaram a desenvolver conteúdos voltados ao compartilhamento dessa criminologia e até mesmo a criação de páginas policiais onde se publicavam os acontecimentos recentes. Os crimes começaram a tomar grande parte dos jornais, estando presentes na capa, na literatura de rodapé, nos conteúdos vindos de outras partes do mundo. Muitos desses crimes eram até mesmo considerados sensacionais, estampando páginas inteiras, o que apenas demonstra o interesse que a sociedade possuía em consumir esse tipo de conteúdo. Esses crimes eram, em alguns

momentos, publicados com certa periodicidade, ou seja, era comum a publicação de um julgamento ser feita durante um longo período (na época os jornais não tinham o costume de serem diários então a publicação poderia durar mais de meses), o que fazia com que a população acompanhasse o crime como se fosse uma trama de novela.

Imagem 2 - Folhetim do Jornal do Commercio do tradicional personagem criminoso “Rocambole”



Fonte: Hemeroteca digital (Jornal do Commercio, 1890)

Metodologia

Para esta análise, foi desenvolvido um banco de dados com base nas informações coletadas na Hemeroteca Digital Brasileira, com o objetivo de mapear e examinar a frequência de histórias que envolvem duelos. A criação de banco de dados para pesquisas em história é importante para o armazenamento das informações coletadas para o entendimento geral do tema a ser estudado e é fundamentalmente utilizado como uma ferramenta de organização diante da diversidade de possíveis fontes, tornando menos complicado o acesso aos dados necessários para a resolução do problema estudado. Os critérios para filtrar e selecionar os dados, bem como a definição dos campos que compõem o banco de dados (ou seja, quais informações são extraídas de cada fonte), são fases já consolidadas nesse processo de pesquisa. No presente momento, a pesquisa encontra-se na fase de preenchimento do banco de dados, a qual constitui-se em uma tarefa bastante lenta, atenta e criteriosa.

Após o preenchimento dos dados retirados da Hemeroteca Digital Brasileira, será feito uma análise mais minuciosa dos mesmos para chegar ao entendimento da importância da presença dos duelos na literatura brasileira, especialmente na literatura de folhetim, para a disseminação desse ideal burguês de honra, seja para as classes populares ou para a elite que já tinha o conhecimento de tais acontecimentos.

Duelos nos Folhetins

Para a total compreensão da representação do duelo dentro da literatura de folhetim, torna-se importante entender a forma como a criminalidade estava inserida dentro dessa literatura tão presente nos periódicos brasileiros. A literatura criminal brasileira possuiu dentro de si grande inspiração nos romances policiais iniciados na europa, muitos sendo, inclusive, traduzidos e apresentados nessa literatura de rodapé. Conhecemos até hoje fortes nomes da literatura criminal, um grande exemplo são as histórias do detetive Sherlock Holmes escritas pelo escocês Arthur Conan Doyle.

Os folhetins que trouxeram a temática do duelo eram, de modo geral, formados por histórias que traziam dentro de seus enredos a retomada da honra, seja por uma traição, um duelo para decidir se era honrado o suficiente para casar com a sua amada, ou um duelo entre dois homens que possuíam alguma tensão entre eles. Os duelos eram também utilizados como uma forma de chamar a atenção para a narrativa, sendo exposta no título para atrair o público a consumir aquela história. Isso é um ponto importante para entender que o duelo era tão consumido pelo público leitor que era utilizado como um chamariz pelos editoriais jornalísticos. Fora que, além dos folhetins, os duelos se encontravam nas peças teatrais, na literatura romântica publicada em formas de livro, em propagandas, reforçando o alto consumo desse conteúdo específico, tanto pelos populares quanto pela elite brasileira. Importante contraponto no consumo de histórias de duelo serem feitos independente da classe, enquanto o duelo em si, era uma cultura apenas reforçada e praticada pela elite.

Os duelos eram frequentemente retratados nos folhetins como um elemento de tensão dramática, possuindo diferentes funções dentro da história. Poderiam ser utilizados como forma de reprodução social, ou seja, refletindo a hierarquia social e os valores da época, ilustrando a importância da honra e do código de cavalheirismo, como uma oportunidade para explorar as ideias de masculinidade e coragem em uma sociedade patriarcal ou como crítica social, questionando a lógica por trás dessa prática e as consequências trágicas que muitas vezes resultavam. Os jornais do século XIX não apenas relataram os duelos, mas também moldaram a opinião popular e influenciaram a forma como o público percebia a honra, a justiça e a moralidade associadas a esses embates. Além disso, a competição entre os jornais para atrair leitores muitas vezes levou ao sensacionalismo e à dramatização das histórias de duelos, contribuindo para sua notoriedade e impacto na sociedade da época.

Conclusões

Mesmo com o referente trabalho não se encontrando em um estágio final, ainda é possível alguns pensamentos serem concluídos. A presença de duelos na literatura de folhetins nos jornais brasileiros do século XIX não apenas enriqueceu as narrativas com elementos de drama e tensão, mas também serviu como uma janela para a sociedade da época.

Os duelos, como tema recorrente, foram usados pelos autores para explorar questões de honra, masculinidade, hierarquia social e crítica social. Ao constatar o grande número de histórias que apresentam duelos, torna-se evidente que esses eventos eram amplamente destacados na imprensa brasileira e frequentemente despertavam o interesse dos leitores. Isso reforça a validação do valor burguês da honra e consolida a prática dos duelos como um componente significativo da cultura da época.

Referências

BRAGA-PINTO, César. **A violência das letras: amizade e inimizade na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei. (1889-1930)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

FAUSTO, Boris. INTRODUÇÃO E CAP. 1 (p.9-91). **Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GALEANO, Diego e Marcos Luiz Bretas, coord. **Policías escritores, delitos impresos. Revistas policiales en América del Sur**. La Plata: Teseo, 2016

GAYOL, Sandra. **Honor y Duelo en la Argentina Moderna**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

KALIFA, D. **A tinta e o sangue Narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque**. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.

MARTINS, Ana. LUCA, Tânia de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo : Contexto, 2008.

PARKER, David S. La Ley Penal y las “leyes caballerescas”: hacia El duelo legal em El Uruguay, 1880-1920. In: **Anuario IEHS: Instituto de Estudios históricos sociales. N.14**, 1999.pp.295-330.

PORTO, Ana Gomes. **Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)**. Campinas: Unicamp, 2009. Tese de Doutorado. (Prólogo. pp.1-9)

REMEDI, J. M. R. **Palavras de honra: um estudo a cerca da honorabilidade na sociedade sul rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião**. UNISINOS: São Leopoldo, 2011. Tese de Doutorado

SPECKMAN GUERRA, Elisa. **“Crimen y castigo: legislación penal, interpretaciones de la criminalidad y administración de justicia, Ciudad de México 1872-1910”**, Tesis de Doctorado en Historia (Ciudad de México: El Colegio de México, 1999.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; RODRIGUES REMEDI, J. M. Duelos impressos: a circulação de notícias sobre duelos na imprensa brasileira. Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, 1910-1930. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, [S. l.], v. 48**, n. 2, p. 209–240, 2021.

THOMPSON FLORES, Mariana. F. da C. REMEDI, José M. R. Território Neutro: soberanias justapostas e duelos de honra às margens dos estados nacionais sul-americanos de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. **História 38** (2019).

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. ““En un país en donde el honor es máspreciado que la vida”: os códigos cavalheirescos e os fundamentos de defesa da honra no Prata”. **Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. Eds. Maíra Vendrame, Cláudia Mauch e Paulo R. S. Moreira. São Leopoldo: Oikos, 2018. 366-383.

Brasil em charges: A Guerra do Paraguai

KASPER, Giulia Abatti
Graduada em História - Memória e Imagem
giuliakasper@gmail.com

Resumo: As charges, como formas de comunicação visual humorística, desempenharam um papel notável e distintivo na história do Brasil, especialmente no contexto do século XIX. Nessa época, a grande parte da população possuía habilidades de leitura e escrita limitadas, o que tornava a comunicação visual, como as charges, um meio altamente eficaz para transmitir mensagens políticas e sociais. Os periódicos, como veículos de comunicação de massa da época, desempenharam um papel fundamental na disseminação dessas charges, tornando-as uma parte integral do discurso público. Dentre muitos eventos importantes, as charges protagonizaram a iconografia ao redor da Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870. Este trabalho se propõe a apresentar um contexto a respeito da Guerra do Paraguai e discutir charges brasileiras e paraguaias que emergiram durante esse período e sua relação intrínseca com a guerra. Também pretende-se explorar como essas charges refletiram as opiniões públicas da época e as simbologias que foram habilmente empregadas para satirizar o Brasil. Dessa forma, ao analisar esse material, podemos capturar as dinâmicas sociais e políticas da época além de revelar o papel crucial das charges como documentos históricos, proporcionando uma visão única sobre como a sociedade enxergava e reagia aos eventos, como a Guerra do Paraguai, que moldaram a história do Brasil e da América do Sul.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Brasil Império; Charges.

Antes dos eventos que decorreram durante e após a Guerra do Paraguai, o Paraguai era um caso diferente da maioria dos outros membros da América Latina, se propondo a ter um desenvolvimento independente de interferências externas (Amayo, 1995). Ao chegar ao poder do país, Solano López tinha em mãos um país com um bom sistema educacional e um projeto de industrialização mas, com um desejo de acesso ao mar, uma ambição que envolveria uma dramática mudança na organização geopolítica da área do Rio da Prata (Vera, 2000).

A guerra entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai teve início no ano de 1864, quando uma campanha dos Blancos (grupo participante em conflitos civis no Uruguai com filiações a federalistas argentinos) recebe intermediação de López, assim rompendo relações diplomáticas com o Brasil (Santos, 2018, v. 16, n. 30). Em uma série de eventos envolvendo o governo Uruguaio e uma declaração de guerra paraguaia contra a Argentina, os três países alvos das conquistas paraguaias se juntam em 1865 formando a Tríplice Aliança (Vera, 2000). Inicialmente, o Governo Imperial brasileiro não estava se preparando para um enfrentamento duradouro, especulou-se que a guerra não duraria mais que um semestre (Dourado, 2010).

Devido a duração que a guerra teve de fato, o recrutamento de soldados ganhou proporções inéditas dentro do Império, no texto de Wilma Costa sobre a guerra, a autora discute certos benefícios oferecidos a aqueles que se voluntariassem e aponta que esses foram os

primeiros sinais de dificuldade na mobilização popular a favor do conflito. Nesse período, houveram diferentes formas de tentativa de sensibilização da população para oferecer apoio mas, aos poucos as táticas mais repressivas se tornaram mais fortes e, como colocado por Costa, a categoria de Voluntários da Pátria passou a se tornar um manto para o recrutamento forçoso e usado para a criação de uma “mitologia” de voluntariado a medida que uma abordagem mais ofensiva demandava um maior número de combatentes (Costa, 1996). Esse fenômeno de instrumentalização do termo “voluntário” permitiu uma ocultação de certos questionamentos referentes ao próprio recrutamento (Souza, 1996. p. 34-82). Os principais alvos das campanhas de recrutamento eram homens de classes baixas, como imigrantes, pessoas sem residência fixa e, de forma geral, membros da comunidade que não dispunham de proteção ou apoio de mais ninguém (Izecksohn, 2001, v. 1, n. 27).

Na charge publicada em um periódico paulista, o *Cabrião*, durante o período tratado, observa-se o uso de uma “isca” na forma de dinheiro sendo colocada a um homem com a intenção de prendê-lo em uma armadilha, o homem mais a frente, dentro de uma jaula representa o eventual destino do homem a direta se decidir aceitar a proposta. Essa publicação exemplifica o ponto feito por Costa, na discussão a respeito dos supostos benefícios sendo oferecidos para aqueles dispostos a irem para o *front*, o fato do benefício representado ser dinheiro também condiz com a noção de que esses homens procurados para servir estavam em posições que os tornavam mais suscetíveis a precisar de apoio financeiro.

Figura 1: Recrutamento e coerção de pessoas, publicada no *Cabrião*



Fonte: AGOSTINI, Angelo. CAMPOS, Américo. REIS, Antonio Manoel. *Cabrião*. Seminário Humorístico 2ª Ed. UNESP, São Paulo.

O processo de recrutamento também foi reportado como violento e abusivo em diversos registros, por vezes atribuídos a discordâncias pessoais daqueles responsáveis pela convocação, essa fator, além de proporcionar cenas de extrema desmoralização para a população e um medo generalizado desses procedimentos, também alimentou hostilidade entre membros do governo sobre a forma de abordagem da Guarda Nacional, em ocasiões, as autoridades propositalmente atrasaram o alistamento (Souza, 1996. p. 34-82).

O *Cabrião*, periódico paulista publicado pela primeira vez em 1866, se estabeleceu no circuito jornalístico pelo seu uso de charges e imagens satíricas, majoritariamente utilizadas para ironizar a monarquia, a igreja e as realidades presentes na sociedade imperial. Fundado por Américo de Campos, Antônio Manoel dos Reis e Angelo Agostini - todos abertamente envolvidos no cenário político nacional - o jornal ajudou a popularizar no Brasil a linguagem recentemente adotada na França napoleônica, de desenhos humorísticos como forma de manifestação e comunicação (Fernandes, 2020). Mesmo tendo publicado apenas 51 números, o *Cabrião* se estabeleceu como um dos marcos da imprensa brasileira, ao ser criado com a intenção de questionar o comportamento do país a níveis individuais e coletivos.

Similarmente, o *Diabo Coxo*, inaugurado em 1864, projeto prévio de Agostini com Luiz Gama, também surgia com a proposta de desaprovar das personalidades públicas e condutas sociais características do período. O jornal ilustrado publicou um total de 24 edições antes de se encontrar sem condições financeiras para se manter, devido ao isolamento criado como consequência das reprovações publicadas (Simas, 2021).

As duas charges retiradas do *Diabo Coxo*, um jornal ilustrado fundado em 1864. Em ambas, verifica-se o registro de homens sendo levados para a guerra de forma mandatória, vê-se os homens acorrentados na primeira imagem e sofrendo atos de violência na segunda, nas duas esses homens estão submetidos a personagens uniformizados para representar as forças do Estado. As charges colocam uma crítica importante, além do abuso sofrido pelos homens que supostamente estariam prontos para defender seu país e as implicações humanitárias desses atos, evidencia-se também a contradição das ações bélicas do Império, que estariam promovendo um conflito de escala nacional sem o apoio do seu próprio povo.

Figura 2 - Soldados forçados a marchar, publicada no *Diabo Coxo*



Fonte: *Diabo Coxo*: São Paulo, 1864-65 (edição fac-similar). Redigido por Luís Gama e ilustrado por Ângelo Agostini. São Paulo: EDUSP, 2005.

Em adição a essas problemáticas, também houve uma campanha de incentivo pela “libertação” de escravos para que esses pudessem ser enviados para o *front*. Novamente, no artigo “A Espada de Dâmocles”, de Wilma Costa, menciona-se o estímulo estatal para que escravistas entregassem seus escravos para o serviço militar, essa prática criou mais discordância, uma vez que algumas parcelas dos proprietários de terra consideravam esses pedidos um ataque aos seus ideais de propriedade (Costa, 1996). De qualquer forma, essa ideia teve certo apoio, incluindo o da Igreja, que colocou alguns de seus escravos nas mãos do exército.

Em outra charge do *Diabo Coxo*, é possível contemplar a variedade de pessoas sendo levadas para a guerra, entre elas, negros e crianças. Na primeira imagem esses estão novamente sendo forçados para o campo de batalha, na segunda, vestem roupas que não servem apropriadamente, demonstrando a falta de preparação do governo brasileiro para um cenário que envolveria o envio desses grupos sociais para o conflito. O envolvimento de crianças é comumente associado ao exército paraguaio, onde a prática também ocorreu, mas a ordem militar brasileira também os enviou, mais notavelmente os meninos da Companhia de Aprendizes da Marinha do Brasil (Dourado, 2010).

Figura 3 - Pessoas levadas à guerra, publicado no *Diabo Coxo*



Fonte: *Diabo Coxo*: São Paulo, 1864-65 (edição fac-similar). Redigido por Luís Gama e ilustrado por Ângelo Agostini. São Paulo: EDUSP, 2005.

Figura 4 - Soldados arrastados pra guerra, publicada Diabo Coxo



Fonte: *Diabo Coxo*: São Paulo, 1864-65 (edição fac-similar). Redigido por Luís Gama e ilustrado por Ângelo Agostini. São Paulo: EDUSP, 2005.

Em duas peças ilustrativas publicadas na imprensa paraguaia fazem referência a oficiais brasileiros como macacos. *El Mosquito*, um dos periódicos argentinos que promove essa interpretação, estampou diversas vezes, foi um dos responsáveis por promover a imagem do Brasil representada como macaco na região do Prata. Uma vez que a comunicação entre os países era estabelecida, essa caracterização se tornou parte da identidade visual do país nos desenhos cômicos. Essa representação é um comentário a respeito do alistamento de escravos para lutar a favor do Brasil, colocados em conotações negativas, esses desenhos expressam uma

opinião de que a força brasileira seria menos efetiva por contar com a contribuição desse grupo (Torral, 1995, p. 287-296).

Figura 5 - Oficiais brasileiros representados como macacos em *El Mosquito* 1867.



Fonte: TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001.

Outra publicação a fazer uso do animal para representar o Império brasileiro é *El Centinela*, publicado em Assunção como um dos primeiros “periódicos de guerra” que claramente se colocava em defesa do governo nacional e exaltava o Presidente como um soldado. Para além de seus ensaios, poemas e crônicas, a revista se destacava na produção imagética, com o uso da técnica de xilogravura. Capaz de dialogar com as esferas mais eruditas, por conta de suas relações e influências advindas da Europa, *El Centinela* rapidamente ganhou respeitabilidade entre a elite acadêmica e conservadora do país.

Figura 6 - Líderes de países aliados como macacos, publicada no *El Centinela*, 1867.



Fonte: TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001.

Nesse contexto, a resistência interna contra o alistamento obrigatório não era apenas de cunho popular, Costa discute as mudanças estruturais nos costumes políticos do país durante a Guerra do Paraguai uma vez que as oligarquias compartilhavam de um medo de perder suas influências locais, especialmente no que diz respeito a sua posse de escravos (Costa, 1996). A partir do momento que a milícia foi retirada das províncias que ocupavam para agregar na força nacional, a estrutura da Guarda Nacional foi modificada, essa intervenção governamental que exigia uma resignação das tropas locais ao esforço nacional desestruturou a política brasileira e, por consequência, o Império (Goldoni, 2009).

A falta de apoio popular adicionado a essa desestabilização da estrutura conhecida foi representada em outra charge do periódico *Cabrião*, onde um indígena (símbolo do Brasil e seus princípios) é mostrado em uma cruz, simbolizando um sacrifício de cunho bíblico, enquanto uma figura montada com roupas similares às de um soldado romano lidera aqueles que erguem a cruz, demonstrando um martírio da identidade brasileira a favor da guerra.

Figura 7 - Indígena crucificado publicado no *Cabrião*



Quadro vivo da actualidade.

Fonte: AGOSTINI, Angelo. CAMPOS, Américo. REIS, Antonio Manoel. *Cabrião*. Seminário Humorístico 2ª Ed. UNESP, São Paulo.

Diante dessa conjuntura, a resposta popular foi constituída de resistência, como colocado por Costa, essa resistência não veio apenas por parte da Guarda Nacional mas também dos homens sendo obrigados a servirem (Costa, 1996). Por vezes, os membros das revoltas achavam apoio das elites locais na forma de suporte financeiro ou até mesmo ações diretas de intervenções em ações oficiais do Estado (Izecksohn, 2001, v. 1, n. 27). Além da tentativa de afirmar problemas médicos, fugas se tornaram práticas comuns para escapar do recrutamento, de tal forma que a fuga para áreas não urbanas se tornou um ato tão socialmente reconhecido como o próprio alistamento (Dourado, 2010).

Voltando para o *Cabrião*, uma charge usa duas imagens para comentar essa realidade, uma mostra homens acampando na mata enquanto a outra humoriza a situação mostrando animais na cidade, fazendo alusão a ideia de que existiam tantos homens fugindo do serviço militar para as áreas florestais que teriam deixado os animais sem espaço, e esses viriam para o espaço urbano.

Figura 8 - Cabrião



Em razão do recrutamento ainda veremos os homens
mettidos no matto.

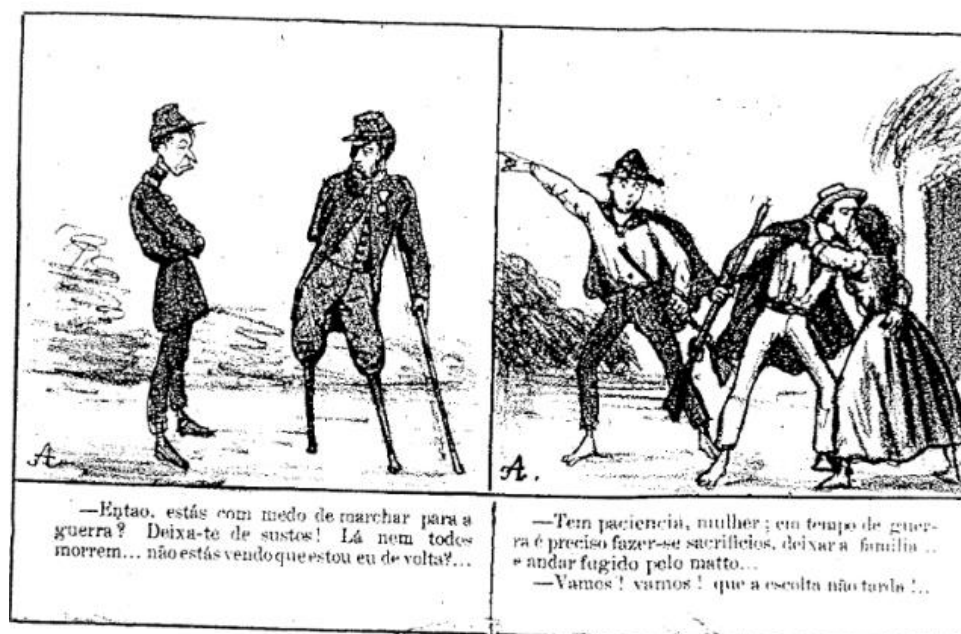


E os bichos habitando a Cidade.

Fonte: AGOSTINI, Angelo. CAMPOS, Américo. REIS, Antonio Manoel. **CABRIÃO**. Seminário Humorístico
2ª Ed. UNESP, São Paulo.

Similarmente, mais uma peça publicada no *Cabrião*, demonstra um homem em uniforme criticando o medo de um cidadão enquanto fisicamente debilitado, essa ilustração ironiza aqueles que pensavam que os horrores da guerra se limitavam a morte, exibindo outras possíveis consequências, além de criticar o apoio incondicional de alguns a guerra, mesmo quando eram diretamente prejudicados. O segundo desenho, brinca com as expectativas do leitor ao mostrar um homem se despedindo de sua família, na legenda fica claro que ao invés de ir para o *front*, o homem pretende se foragir no mato, mostrando como era também um sacrifício fugir da Guarda Nacional, ato que poderia resultar em severo punimento.

Figura 9 - Cabrião

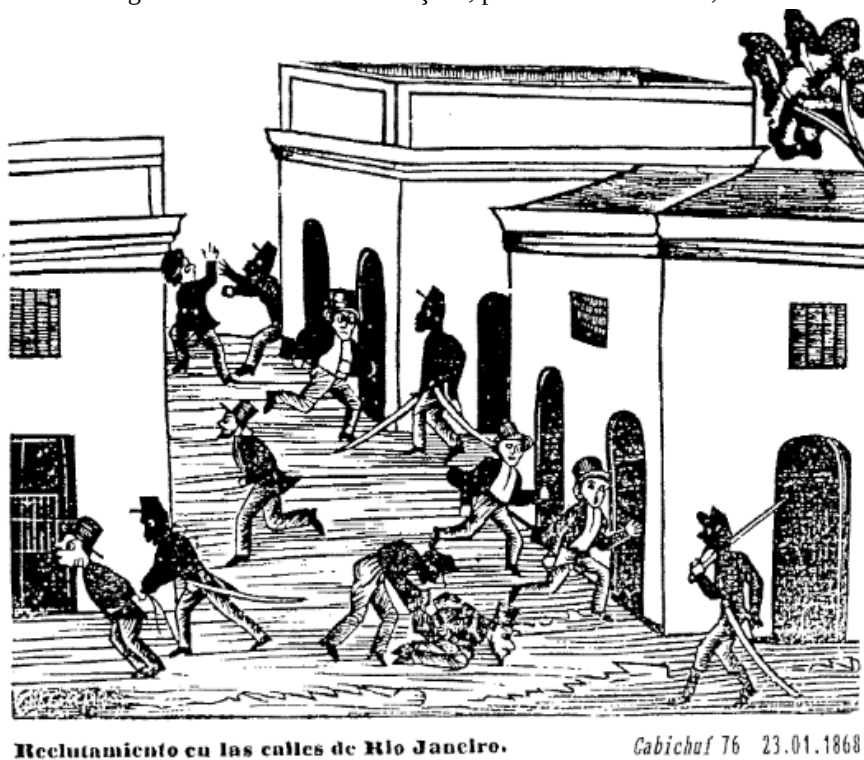


Fonte: AGOSTINI, Angelo. CAMPOS, Américo. REIS, Antonio Manoel. **CABRIÃO**. Seminário Humorístico 2ª Ed. UNESP, São Paulo.

O *Cabichuí* foi um periódico criado por Juan Crisóstomo Centurión Y Martínez, Natalicio de Maria Talavera e o padre Fidel Maíz em 1867. Ao contrário dos casos brasileiros aqui abordados, este jornal não surge com o intuito de depreciar a imagem nacional, mas sim como tentativa de se comunicar mais diretamente com os soldados nos acampamentos paraguaios com mensagens de suporte moral. Eventualmente, o material passou a circular entre os exércitos brasileiros, argentinos e uruguaios. Conhecido como “jornalismo de trincheira”, o material foi utilizado diversas vezes como tentativa de instrumento de guerra, buscando jogar com o psicológico em campo de batalha através da ridicularização dos países opostos ao Paraguai (Silveira, 2020).

Uma imagem publicada no Paraguai pelo periódico *Cabichuí* satiriza o processo de recrutamento brasileiro através da imagem de homens correndo desordenadamente enquanto perseguidos por membros uniformizados, a legenda situa a cena no Rio de Janeiro. Essa publicação coloca com uma forte precisão a noção de falta de organização e unidade no país durante a guerra e as formas de recrutamento que geraram uma resistência quase sistematizada por parte da população.

Figura 10 - Recrutamento forçado, publicado no Cabrião, 1868



Fonte: TORAL, André Amaral de. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001.

Ao ilustrar homens pobres sendo atraídos por promessas financeiras para serem capturados em uma armadilha militar, as charges denunciavam a exploração dos mais vulneráveis pela máquina de guerra imperial. Assim, essas publicações desempenharam um papel crucial na conscientização pública e no questionamento das políticas governamentais, ao revelar a dura realidade do recrutamento forçado e a manipulação ideológica da participação popular no conflito.

As charges publicadas nos diversos periódicos, são um reflexo crítico das tensões e contradições sociais durante a Guerra do Paraguai. Utilizando o humor satírico, essas imagens expuseram a coerção e a violência presentes no processo de recrutamento, desmascarando a narrativa oficial de um voluntariado patriótico. O papel dessas comunicações em jornais que entraram em contato com a população e os próprios soldados tornam seus signos e mensagens não apenas relatos da guerra, mas também parte dela.

Fontes

AGOSTINI, Angelo. CAMPOS, Américo. REIS, Antonio Manoel. **CABRIÃO**. Seminário Humorístico 2ª Ed. UNESP, São Paulo.

Brasil El Centinela: Periódico sério-jocoso (Assunção, PAR) - 1867. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/centinela/817228>>

Cabichuí - Paraguai : [1]. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6904>>.

Cabrião: Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antonio Manoel dos Reis: 1866 -1867. Introdução de Délio Freire dos Santos. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Diabo Coxo: São Paulo, 1864-65 (edição fac-similar). Redigido por Luís Gama e ilustrado por Ângelo Agostini. São Paulo: EDUSP, 2005.

TORAL, André Amaral de. **Adiós, xamingo brasileiro:** um estudo sobre a iconografia da guerra Tríplice Aliança com o Paraguai (1864-1870). São Paulo, USP, 1997. Tese de Doutorado

TORAL, André Amaral de. **Imagens em desordem:** a iconografia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas, 2001.

Bibliografia

AMAYO, Enrique. **A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ea/a/4K5KmWBkxSRKrF3VTkVK8B/?format=pdf&lang=pt>>

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles : o Exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império.** São Paulo : Hucitec ; Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, 1996.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A História esquecida da Guerra do Paraguai:** fome, doenças e penalidades. Dissertação Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

FERNANDES, Guilherme Rabelo. **O Cabrião (1866-1867):** Pena e Tinta A Serviço da Sátira Humorística. Blog da BBM. Disponível em: <<https://blog.bbm.usp.br/2020/o-cabricao-1866-1867-pena-e-tinta-a-servico-da-satira-humoristica/>>.

GOLDONI, Aline Cordeiro. **Conflito e negociação:** as dificuldades de realização do recrutamento de Guardas Nacionais durante a Guerra do Paraguai na província do Rio de Janeiro. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860. **Estudos Históricos:** Brasil-Estados Unidos. Fundação Getúlio Vargas, v. 1 n. 27, 2001

SILVEIRA, Mauro César. **Jornalismo de Trincheira paraguaio do século XIX renasce em quadrinhos na quarentena.** Jornalismo & História, maio de 2020. Disponível em: <<https://jornalismoehistoria.sites.ufsc.br/2020/05/13/jornalismo-de-trincheira-paraguaio-do->

seculo-xix-renasce-em-quadrinhos-na-quarentena/>

SANTOS, Gustavo Faustino. **Os substitutos:** A participação negra na Guerra do Paraguai. Colégio Pedro II : PROPGPEC- EEHA. Revista Encontros, Vol. 16, No 30, 2018. Acesso em dezembro de 2021. Disponível em <<http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/2012>>

SIMAS, Daniele. **O Periódico Diabo Coxo, de Angelo Agostini.** Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-o-periodico-diabo-coxo-de-angelo-agostini/>>

SOUZA, Jorge Prata. Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na guerra do Paraguai. Mauad Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1996. p 34- 82

TORAL, André Amaral. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai.** Estudos Avançados 9 (24), 1995. p 287 - 296. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000200015>>.

VERA, Adriana. **A guerra do Paraguai: uma mancha de sangue na história do Mercosul.** Nova Escola ORG, 2000. Acesso em novembro de 2021. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/2424/a-guerra-do-paraguai-uma-mancha-de-sangue-na-historia-do-mercopol?gclid=Cj0KCQiAnaenBhCUARIsABEee8XB8_NAk1XhJdhGYE15YhIq6Ajjf0rDReUNOLYJaCqltO6JgcGsvmUaAlJIEALw_wcB>

O “bandido” Paco: interetnicidade e masculinidade entre imigrantes e descendentes na Serra Gaúcha (fim do séc. XIX e início do XX)

BIFFI, Daniele Turcato

Graduada em História pela Unisinos
PIBIC — CNPq, danieletb2000@gmail.com

VENDRAME, Máira Ines

Doutora em História e Docente na Unisinos
mvendrame@unisinos.br

Resumo: O presente trabalho faz parte do projeto coordenado pela professora Máira Ines Vendrame, que busca analisar as sociedades camponesas fundadas pelos imigrantes europeus nas regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul, entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Nosso enfoque são os crimes envolvendo Francisco Sanches Filho, o Paco, descendente de imigrantes espanhóis, ocorridos entre os anos de 1910 e 1930. Através da transcrição e análise dos processos-crime em que Paco é réu, buscamos compreender as relações conflitos, envolvendo questões interétnicas, de masculinidade e honra numa região de imigração italiana. Outro objetivo é discutir como o comportamento de Francisco Sanches Filho, especialmente as disputas e crimes em que esteve envolvido, irão contribuir para a construção de sua imagem como “bandido”. Paco é acusado de agressões, roubos e de mortes, inclusive de oficiais, alcançando grande fama por seu comportamento e passando a ser reconhecido como um bandido. Além disso, nos questionamos sobre as relações travadas entre Francisco Sanches Filho e os integrantes da sociedade local, que poderiam ser de amizade, compadrio, afeto e rivalidade, marcadas pela busca pelo reconhecimento da honra e masculinidade. Utilizando a bibliografia existente sobre Sanches, é possível perceber que os jornais da época tiveram um papel fundamental na disseminação e solidificação da imagem de bandido de Paco. O que se percebe, é que as relações que travou com a população foram muito variadas, uma vez que soube se fazer útil para a comunidade em que estava inserido, prestando diferentes auxílios. Assim, as reações a Sanches foram muito além daquelas de temor, sendo elas, ambíguas e diversas. Ao analisarmos a trajetória de Francisco Sanches Filho, é possível perceber uma aproximação com o bandido social descrito por Eric Hobsbawm (1976), no livro Bandidos.

Palavras-chave: Imigrantes; Masculinidade; Relações interétnicas.

Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, inserida no projeto maior “Deslocamentos, Estratégias de Acomodação e Redes Sociais Entre as Famílias Camponesas: Itália e Brasil, século XIX e XX”, coordenado pela Professora Doutora Máira Ines Vendrame. Portanto, nosso objetivo é compreender mais sobre as relações interétnicas, a masculinidade e a honra nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, sobretudo as localizadas na Serra Gaúcha, entre o final do século XIX e início do século XX.

Essa região, identificada como de colonização italiana, também recebeu imigrantes de outras nacionalidades, sendo, portanto, ocupada por grupos de origens étnicas diversas é necessário considerar o contato e relações conflituosas entre esses imigrantes. Diante disso e

buscando compreender a relação entre a população imigrante na região colonial da Serra Gaúcha, vamos acompanhar a trajetória de Francisco Sanches Filho, mais conhecido como Paco.

Descendente de imigrantes espanhóis, Paco e sua família residiram em Bento Gonçalves e posteriormente em Alfredo Chaves (atual Veranópolis), ambas cidades localizadas na Serra Gaúcha. Apesar do pai de Paco, Francisco, fazer parte da comunidade ocupando os cargos de fabricanteiro e inspetor de quarteirão, os imigrantes italianos residentes nos arredores tratavam de preencher com muitas histórias a realidade da família. A diferença cultural que existia entre a família Sanches e os demais imigrantes suscitaram histórias, como a de que a mãe de Paco, Antônia, era parte da família real espanhola. Assim, Paco cresceu entre mais três filhos do casal de agricultores, uma realidade que não lhes permitia muitas abundâncias, e em meio a muita curiosidade dos vizinhos.

Visando compreender e analisar a trajetória de Sanches, utilizamo-nos das fontes criminais que o envolveram e que, além de Alfredo Chaves, abrangem os municípios de Bento Gonçalves e Antônio Prado. Também foram utilizadas três correspondências do Fundo Policial de Bento Gonçalves, que, junto com as fontes anteriores, encontram-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS. Ademais, outras fontes foram utilizadas, como a bibliografia existente sobre o assunto.

A trajetória de Paco

Francisco Sanches Filho nasceu na antiga colônia Dona Isabel, atual Bento Gonçalves, em 1889. Paco, como era mais conhecido, era filho de Francisco Sanches Collados e de Antônia Buenazella Foan, ambos de origem espanhola.

A região de Bento Gonçalves e de Alfredo Chaves, para onde a família mudou-se pouco depois, é marcada pela imigração de italianos e, precisamente por essa diferença étnica, a relação entre o grupo majoritário e a família de origem espanhola foi muito ambígua. Ao mesmo tempo em que praticavam atos parecidos com os italianos da região e que, assim como eles, também eram imigrantes, a família Sanches era vista como não sendo igual, detentora de um passado misterioso e de costumes diferentes (Londero, 1997).

Márcia Londero (1997) afirma ainda que Francisco sabia falar o português, o espanhol e o italiano, o que o tornou uma figura de destaque em sua comunidade. Devido a isso, “(...) Paco, dentro desse contexto, aparece na região como um ser controvertido desde o início, diferente dos demais e, por falar todas estas línguas, levava vantagem frente aos italianos na relação com as autoridades locais” (Londero, 1997, p. 60).

Mesmo com essas questões étnicas, o pai de Sanches, Francisco Sanches Collados, ainda conseguiu ocupar uma posição de destaque dentro da comunidade, pois era fabriqueiro²⁷ e inspetor de quarteirão no local (Londero, 1997). Segundo o Código do Processo Criminal de 1832, na 3ª Seção, onde tratam-se dos inspetores de quarteirão, encontramos o seguinte: “Art. 16. Em cada Quarteirão haverá um Inspector, nomeado também pela Câmara Municipal sobre proposta do Juiz de Paz d'entre as pessoas bem conceituadas do Quarteirão, e que sejam maiores de vinte e um annos”²⁸.

Ou seja, Francisco Sanches Collados era uma figura que detinha certo respeito na sociedade em que vivia. Envolveu-se em questões religiosas e de justiça e, mesmo que não tenha sido o objetivo, ajudou Paco a compreender seu funcionamento e começar a estabelecer suas redes de contato.

A variada biografia produzida sobre Sanches aponta, também, seu grande gosto por jogos, que teria sido adquirido ao passar um tempo na venda de seu cunhado durante a adolescência. Esse gosto fica evidente ao constataremos que alguns de seus processos foram motivados por brigas envolvendo jogos de cartas.

Já na fase adulta, Paco casou-se com Maria Fachini, descendente de italianos, em 1911. E será seu sogro, José Fachini, que moverá o primeiro processo contra Francisco, em 1912, acusando-o de furto. O réu acabou sendo inocentado, mas abriu-se um precedente²⁹.

Sanches terá muita fama pela região, atuando, inclusive, como cabo eleitoral ao lado de figuras públicas importantes. Comparando-o a Lampião³⁰, muitas histórias - como de ser inatingível, grande amante, valente e violento - serão difundidas pela região colonial, publicadas nas páginas de periódicos e gravadas nas memórias de seus conterrâneos. São histórias que permaneceram mesmo após a sua morte, em fevereiro de 1931, assim como o receio e o medo de falar sobre ele.

Ao todo, Francisco Sanches Filho foi réu em dez processos-crime, que tiveram como palco Bento Gonçalves, Alfredo Chaves e Antônio Prado, todas cidades próximas ao Rio das Antas. Essa proximidade facilitou a Paco se esconder nas cavernas existentes nas margens do

²⁷ Segundo o Dicionário Online de Português, o Fabriqueiro é um “membro do conselho paroquial, encarregado de recolher os rendimentos de uma igreja, administrar-lhe o patrimônio e zelar pela conservação de alfaia e paramentos”.

²⁸ Código de Processo Penal, 1832. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm

²⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES). Processo-crime nº 322, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 12, 1912.

³⁰ Reportagem do Estado do Rio Grande. In: Guertler, Gustavo. Paco: Uma história escrita com chumbo. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001. P. 121.

Rio, em um período em que era constantemente procurado pelas autoridades.

Durante a vida de Sanches, a questão da diferença étnica tornou-se constante, mesmo que de forma velada. Aliado a isso, temos uma sociedade e época em que a masculinidade e a defesa da honra eram parte fundamental do caráter de um homem e claramente praticadas por Paco. Assim, o tema proposto neste artigo será melhor discutido a seguir, através da análise de alguns dos processos-crime em que Sanches esteve envolvido.

Os usos da justiça

O primeiro processo envolvendo Francisco Sanches Filho, de nº 322, de Alfredo Chaves, data de 1912 e foi movido por seu sogro, José Fachini. A acusação é de furto de 525\$000 réis (quinhentos e vinte e cinco mil réis), de uma calça e de um livro de anotações.

Segundo o depoimento de Angela Marini (41 anos, casada, agricultora)³¹ esposa de José e, portanto, sogra de Francisco, no dia 26 de outubro de 1912 à noite, diversas pessoas estavam em sua venda, localizada na Linha Parreiras Horta. Quando todos se retiraram, o casal percebeu que a caixa que estava em seu quarto e que continha os itens acima descritos havia sido “arrombada”.

Sanches é denunciado, então, “(...) como incurso no art. 356 combinado com o art. 358, ambos do Cod. Penal da Rep.”³². Segundo o Referido Código, de 1890, no Art. 356 consta: “Subtrahir, para si ou para outrem, cousa alheia movel, fazendo violencia á pessoa ou empregando força contra a cousa: Pena - de prisão cellular por dous a oito annos”³³ Já o Art. 358, trata da forma que ocorre:

Julgar-se-ha violencia feita ás cousas a destruição e rompimento dos obstaculos á perpetração do crime. Constituem violencia contra as cousas os arrombamentos internos e externos, a perfuração de paredes, a introdução dentro da casa por conducto subterraneo, por cima dos telhados ou por qualquer caminho que não seja destinado a servir de entrada ao edificio e a qualquer das suas dependencias³⁴.

Angela também cita, em um primeiro depoimento, que Francisco havia raptado sua filha, Maria, a pouco mais de um ano, além de ter roubado 400\$000 réis (quatrocentos mil réis) na mesma ocasião. O que a depoente não explica é o motivo de não haverem registrado denúncia naquele contexto, porém, visto que Sanches casou-se com Maria, deduz-se ter sido

³¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 322, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 12, 1912.

³² Idem.

³³ Código Penal da República, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm.

³⁴ Código Penal da República, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm.

realizado um acordo particular entre os envolvidos.

Seguindo suas declarações, Angela afirma que alguns dias após o furto,

tendo certa desconfiança deste [Sanches], por ter elle praticado alguns furtos anteriormente [...] aproveitando o momento em que Sanchez almoçava passou revista em seu animal que estava na frente da casa, encontrado debaixo dos pelegos do mesmo uma mala contendo o saquinho do dinheiro em nickel que lhes fora roubado [...]³⁵.

Apesar de Francisco fazer parte de sua família e de terem entrado em um acordo a respeito dos acontecimentos iniciais, fica evidente a desconfiança que ainda existia por parte de Angela e José. Essa desconfiança e, até mesmo, certa aversão ao genro, certamente foram motivos suficientes para que Angela fizesse buscas no animal do genro e, segundo seu depoimento, encontrasse o dinheiro roubado.

A outra testemunha, Nicola Marini (45 anos, casado, agricultor)³⁶, ao depor, afirma que não estava presente na noite do roubo, apenas no momento em que Angela teria achado o saco de dinheiro entre as coisas de Paco. Porém, ao ser questionado pelo próprio réu sobre sua reputação, as declarações de Marini são as seguintes:

Perguntado si o depoente ouviu dizer alguma vez que elle réo tenha commetido algum roubo ou outra qualquer cousa? Respondeu que nada pode dizer. Perguntado si o depoente alguma vez viu elle réo sem dinheiro no bolso? Respondeu que nunca o viu sem dinheiro. Perguntado si o depoente tem ouvido que elle réo sejaq vagabundo ou homem de más costumes? Respondeu que nunca ouviu dizer³⁷.

Em sua defesa, Francisco (23 anos, casado, agricultor)³⁸, alega ter encontrado o referido saquinho e, utilizando-se da boa reputação que tinha entre os vizinhos e do fato de emprestar dinheiro aos que necessitavam, acabou por ser inocentado da acusação. A defesa apresentada por Sanches visou demonstrar que ele tinha posses, mais precisamente, dinheiro, não necessitando roubar de seus sogros e inabilitando a acusação.

Esse primeiro processo possui características importantes para compreender a sociedade que estamos estudando. Tanto o denunciante quanto as duas únicas testemunhas do processo eram parte de uma rede familiar: Francisco e Angela eram sogros de Sanches, e Nicola Marini, compadre destes. Assim, mesmo que outras pessoas estivessem na casa de negócios naquela noite, apenas a “família” foi chamada para depor.

³⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 322, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 12, 1912. Optamos por manter a grafia original da fonte.

³⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 322, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 12, 1912.

³⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 322, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 12, 1912. Optamos por manter a grafia original da fonte.

³⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 322, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 12, 1912.

Outro fator que chamou nossa atenção neste processo, é a mudança de alguns depoimentos, em especial de Angela Fachini, que inicialmente cita o rapto de sua filha por Sanches e um primeiro roubo, mas não traz a acusação à tona em nenhum outro momento do processo.

Essas especificidades levam a crer que o processo teria sido movido por uma tentativa de impor limites à Sanches pela família de sua esposa. A utilização dos recursos da justiça, pelos imigrantes, muitas vezes era feita quando estes achavam necessário, visando atingir seus objetivos (Vendrame, 2016).

A masculinidade na Colônia

Para tratarmos de masculinidade, precisamos compreender, primeiro, que o mais correto seria falarmos em masculinidades, no plural, já que são construídas socialmente e, portanto, variam (Kimmel, 1998). Dessa forma, sujeita a variações, a masculinidade precisa ser defendida constantemente, muitas vezes utilizando-se da violência para isso (Connel, 1995, *In*: Neves, 2021).

Intimamente ligada à masculinidade e sua defesa, temos a honra, algo muito prezado pela sociedade imigrante na época, regendo comportamentos tanto de homens quanto de mulheres e exigindo, por vezes, reparações - que poderiam ser econômicas ou até mesmo físicas - (Vendrame, 2016).

Ainda segundo Maíra Vendrame (2016),

(...) o uso da violência física era um aspecto que fazia parte da vida cotidiana, maneira de afrontar ofensas e punir opositores. Provar o valor através do combate físico, vencendo os rivais e correndo o risco de provocar a morte do oponente, era parte da afirmação do indivíduo em sociedades onde a prática do confronto era considerada legítima (Vendrame, 2016, p. 323).

Assim, o que percebe-se é que, para o grupo de homens socialmente reconhecido, o uso da violência para defender sua masculinidade e honra, ou a honra de sua família, era aceito e legitimado. No entanto, para as masculinidades consideradas ilegítimas, a busca por reparação era, muitas vezes, vista como uma afronta³⁹.

Ao tratarmos da masculinidade, e concomitantemente da honra, podemos encontrar entre os processos-crime em que Francisco Sanches Filho é réu, dois que se destacam. Um deles

³⁹ Para compreender melhor essa questão, vide: VENDRAME, Maíra Ines. “Não tinha medo dos gringos”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. São Leopoldo: História Unisinos, v. 24, nº 3, set./dez. 2020, p. 502-515; NEVES, Norton. “Não o querem pela razão da cor que tina sua pelle”: Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910). Dissertação de Mestrado - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.

acontece dois anos depois do processo-crime analisado acima, tendo o nº 334, de Bento Gonçalves, e datado de fevereiro de 1914. Aqui, Francisco responde a uma acusação de agressão a Benjamim Rossatto, ocorrida em uma venda. O caso teria sucedido após uma discussão entre alguns homens que estavam jogando cartas, entre eles, Paco.

Segundo os autos, o desentendimento aconteceu no momento de acertar as contas do jogo, quando então Sanches teria dado duas chicotadas em um dos presentes, Sperandio Trevisan (26 anos, casado, lavrador)⁴⁰. A briga então é levada para fora da venda, onde Paco teria dado chicotadas em outro colono, Benjamim Rossatto, e atirado duas vezes sem acertar nenhum dos presentes.

Ao seguirem os depoimentos, tanto de acusação como de defesa, constata-se que os motivos da briga podem ser dois. O primeiro, pela questão da honra, já que Sanches acusa um dos presentes de “não ter dinheiro para pagar” as despesas do jogo. Já a segunda causa aponta para uma certa diferenciação entre Sanches e os demais jogadores, todos de origem ou descendência italiana, pois Sanches afirma que um dos presentes teria tentado fazê-lo arcar com todas as despesas da partida.

A denúncia é feita segundo o art.º 303 do Código Penal da República, onde consta: “Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena - de prisão celular por tres mezes a um anno”⁴¹. O réu foi condenado, então, a sete meses e quinze dias de prisão, na Casa de Correção de Porto Alegre. Seu defensor, o advogado Antonio Tagliari Filho, recorre da decisão, diminuindo a pena de Sanches para três meses de prisão⁴².

A defesa anterior de Sanches, baseada em sua reputação e honra não pode ser reproduzida aqui, pois o processo contém vários relatos reconhecendo Paco como “brigador”. O processo-crime de 1912 também representou uma mancha na honra de Francisco, mesmo que não tenha resultado em uma condenação.

Após a condenação no processo analisado acima, encontramos informações relevantes nas correspondências do Fundo Policial de Bento Gonçalves, também de 1914, onde é possível encontrar referências à fuga de Sanches da prisão.

Segundo a correspondência nº 29, da Delegacia de Polícia de Bento Gonçalves, no dia

⁴⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1914.

⁴¹ Código Penal da República, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm.

⁴² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1914.

07 de dezembro de 1914, Sanches teria fugido da prisão da Vila de Bento Gonçalves, e que “(...) por motivos de saúde, não pode ser remetido para a Casa de Correção”⁴³. Alegação inesperada, pois em nenhum momento do processo existem relatos sobre problemas de saúde envolvendo o réu.

Na correspondência seguinte, de nº 30, o carcereiro José Maria Penha de Freitas, ao ser indagado pelo delegado, afirma que por ordem do Juiz de Comarca e indicação médica, o prisioneiro ficava livre para andar dentro da delegacia durante o dia⁴⁴. O auto de corpo de delito, citado na mesma correspondência, não encontra nenhum vestígio de arrombamento na cela ocupada por Sanches, que irá retornar à delegacia no dia 21 de dezembro de 1914, sem maiores explicações⁴⁵.

Todas essas questões abordadas nas correspondências sugerem que Sanches teria se valido de uma rede de relações forjada por ele ou até mesmo por seu pai, para se manter na Vila de Bento Gonçalves, alegando questões de saúde. Muito provavelmente, tratou-se de uma forma de Francisco manter-se próximo de sua realidade e família, não precisando enfrentar a Casa de Correção na capital.

Outro fator a ser apontado é que, quando de seu retorno à cadeia, nenhuma explicação é dada. Provavelmente a fuga colocaria em risco não só a permanência de Francisco na cidade, mas a própria rede de relações que estava em uso no momento e que o ajudou na fuga. Portanto, uma investigação seria prejudicial para todos os envolvidos.

O outro processo a tratar da mesma temática é o de número 334, de Alfredo Chaves, e datado de 1921. Ele também refere-se a uma denúncia de agressão de Angelo João Grigoletto por Francisco Sanches Filho (31 anos de idade, casado, brasileiro, agricultor)⁴⁶, que teria jogado e acertado um copo de vidro em Grigoletto.

De acordo com os autos, no dia 28 de fevereiro de 1921, Francisco teria se dirigido à casa de negócios do italiano Carlos Mezzomo, localizada no segundo distrito de Alfredo Chaves, onde teria convidado os presentes para jogar cartas. Neste momento, Angelo João Grigoletto teria intervido.

Angelo João Grigoletto, com 21 anos, solteiro, brasileiro, deste Estado, residente no

⁴³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Correspondência Nº 29, Fundo Policial de Bento Gonçalves, 1914.

⁴⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Correspondência Nº 30, Fundo Policial de Bento Gonçalves, 1914.

⁴⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Correspondência Nº 32, Fundo Policial de Bento Gonçalves, 1914.

⁴⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921.

2º districto deste municipio. Inquerido disse que no dia 28 de Fevereiro ultimo, ás 19 horas, mais ou menos, achava-se na casa de negocio de Carlos Mezzamo, [...] em companhia de Antonio Cumunello, João Zanchetta e outros, entre os quaes achava-se o individuo Francisco Sanches Filho, conhecido por Paco, tendo este convidado para jogar o jogo, denominado ‘dois azes’, o depoente não acceitou o convite [...] o depoente tratou de reitar aquele dizendo que não continuasse a jogar porque aquele jogo não era licito [...]”⁴⁷.

Diante deste trecho do depoimento de Angelo João Grigoletto, percebemos a tentativa de declarar a agressão cometida como algo sem fundamento, provocada por motivos frívolos. Também é importante percebermos a forma como Sanches é denominado: “indivíduo”. O termo será recorrente nos autos enquanto tramitam em Alfredo Chaves, não sendo utilizado para se referir ao queixoso ou a nenhuma das testemunhas. Nota-se, então, certa diferenciação, no espaço local, entre Sanches e os demais integrantes deste processo.

Buscando deixar claro a reputação de Sanches, o Delegado Augusto de Lavra Pinto pede anexação de um “phonograma”⁴⁸ enviado pelo Delegado de Polícia de Bento Gonçalves, Josué Leite, solicitando “corretivo” a Francisco Sanches Filho, por ter agredido um trabalhador da estrada de ferro, um ano antes.

Fica evidente, através deste processo, a fama que Francisco já possui na região de Alfredo Chaves e Bento Gonçalves, como podemos verificar através das afirmações que seguem do Delegado de Polícia Augusto de Lavra Pinto: Paco “se trata de um individuo de má catadura e conhecido turbulento”⁴⁹; ele “(...) é o terror da povoação ordeira das margens do Rio das Antas, portadora de queixas e reclamações constantes sobre o procedimento mau de Paco”⁵⁰. Esta última alegação do Delegado acompanhou Sanches por muito tempo e foi publicada, inclusive, em jornais. O objetivo era contrapor Sanches, como mau e turbulento, aos imigrantes italianos, ordeiros e pacíficos, as vítimas.

Nos próximos depoimentos prestados pelas testemunhas, percebe-se que os acontecimentos começam a ser melhor esclarecidos. Carlos Mezzomo, dono da venda onde a cena toda aconteceu, relata, em seu depoimento no dia 06 de maio de 1921:

Foi então que Angelo João Grigoletto como um aviso aos presentes disse-lhes que não jogasse com Francisco Sanches Filho o jogo em questão porque perderiam; [...] que nessa occazião Paco estava exasperado e Grigoletto disse-lhe que si quisesse brigar ele o enfrentaria, assim a relho como a bala⁵¹.

⁴⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921. Optamos por manter a grafia original da fonte.

⁴⁸ Segundo a definição encontrada no Dicionário Online de Português, fonograma é um “se dita por telefone, empregando um código de deletração a fim de assegurar a exatidão; telegrama fonado”.

⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921. Optamos por manter a grafia original da fonte.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento

Em uma sociedade onde a honra norteava todos os âmbitos da vida, onde a valentia e a coragem eram valores prezados (Vendrame, 2013 e 2020), um desafio como este não poderia ser ignorado. Ainda mais quando, como os depoimentos de outras testemunhas confirmam, Angelo João Grigoletto teria jogado em Sanches um relho. Não parando por aí, Antonio Comunello, tio de Angelo João Grigoletto, que também estava presente no momento da discussão, afirma que o sobrinho teria chamado Sanches de “bagaceira”. Diante de tantas afrontas à honra de Sanches, fica nítido o motivo do início do conflito.

Além disso, por mais que a população local tenha sido caracterizada como “pacífica e ordeira”, nem sempre este era o caso. Fernando Luzzatto, subintendente do 2º distrito de Alfredo Chaves, relata o mau comportamento de Angelo João Grigoletto na região, que já havia trabalhado no distrito, como corretivo, diversas vezes.

Para a Audiência do Jury, o Ministério Público encaminha libelo acusatório “(...) nas penas máximas do art. 303 do Cod. Pen. da Rep., por ter sido o crime acompanhado das circunstâncias agravantes do art. 39 § 4º e 19 do mesmo código”⁵². Segundo o Código Penal da República, de 1890, consta no Art.º 303: “Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena - de prisão cellular por tres mezes a um anno”⁵³. Já o Artigo 39 trata de circunstâncias agravantes, das quais o processo indica “§4 Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frívolo” e “§19 Ter o delinquente reincidido”⁵⁴.

O libelo aponta para a desconsideração de ofensa verbal e física praticada por Angelo João Grigoletto, mantendo a alegação de que Sanches teria agredido o queixoso sem motivo ou “por motivo frívolo”. Após a audiência, o Jury inocentou Francisco Sanches Filho do crime. A alegação feita pelo advogado do réu, de que Paco teria agido em legítima defesa é aceita e mesmo que o Promotor Público recorra da decisão, o Superior Tribunal do Estado mantém o resultado, inocentando Sanches.

As mortes

Paco também é acusado oficialmente por três mortes que irão marcar uma grande mudança na visão que a população tinha sobre ele. As duas primeiras são tratadas nos Processos

Gonçalves, Maço 14, 1921. Optamos por manter a grafia original da fonte.

⁵² Idem.

⁵³ Código Penal da República, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm.

⁵⁴ Idem.

nº 335 e nº 338, de Alfredo Chaves e datadas de 1929.

Após ser denunciado por dois grandes roubos, um em Antônio Prado e outro em Bento Gonçalves, Sanches achava-se foragido da polícia. As autoridades receberam, então, uma denúncia de que Sanches iria fugir da cidade com uma de suas amantes, deslocando-se para fazer a prisão.

Compunham a delegação o Delegado Octacílio Vaz, o Chefe de Polícia Waldemar Chaves e um praça. O grupo encontrou-se com o carro que levava Sanches já na estrada, ao que o relatório apresentado descreve:

(...) ordenou o Delegado que o auto parasse. Assim acontecendo, Chaves dirigiu-se ao auto, afim de certificar-se quem eram os passageiros, recebendo, nesse momento, alguns tiros que o prostraram por terra; Vaz, vendo seu companheiro ferido, alvejou o auto, estabelecendo-se tiroteio entre os passageiros e aquela autoridade, sahindo Vaz gravemente ferido, vindo elle e Chaves a fallecer, em consequencia das lesões soffridas⁵⁵.

Apesar de ter sido ferido na troca de tiros, Francisco consegue fugir pela mata. Seus companheiros, Antonio Balastrin e a amante de Paco, Amália Enderle, ficaram para trás, refugiados em uma casa próxima.

Embora não tenhamos o testemunho direto de Sanches, o processo contém o depoimento de sua esposa, Maria Fachin (38 anos, casada, serviços domésticos). Segundo ela, Paco, após ser ferido, teria ido para casa despedir-se da família, quando então contou o ocorrido: “(...) que ao ser parado o automovel em que viajavam Paco e seus companheiros, Paco recebeu um tiro de fuzil; que Paco então tambem alvejou a policia, reconhecendo Octacilio Vaz e Waldemar Chaves em quem atirou de revolver”⁵⁶.

Partindo do depoimento de Maria, fica a incerteza de que, talvez, Sanches teria agido em legítima defesa. Teria ele se defendido de pessoas que atiraram primeiro? Ou sua forma de agir foi realmente uma reação violenta à possibilidade de ser preso? Infelizmente não há como saber qual seria o desenrolar deste processo, já que, apesar de decretada a prisão preventiva de Paco, ele se encerrará com a morte do réu, em 1931.

A terceira morte de que Sanches é acusado localiza-se no processo nº 385, de Bento Gonçalves e é datada de 1930. Neste processo, Francisco é réu pela morte de João Nunes Valentini, após uma briga entre os dois.

Segundo os depoimentos, apesar de estar sendo procurado pelas autoridades,

⁵⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 335, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1929. Optamos por manter a grafia original da fonte.

⁵⁶ Idem.

Francisco resolveu ir a uma casa de negócios na localidade de Nova Pompéia, Bento Gonçalves, para tomar uma cerveja. Ao sair do local, João Nunes o interpela a respeito de ameaças de surras por parte de Sanches. Segundo o relatório:

Apoz rápida discussão Paco alveja João Nunes com a espingarda que carregava, descarregando também os dois revolvers que trazia, enquanto Nunes defendia-se, por sua vez, á bala. Terminada a munição empenham-se os contendores em luta corporal, usando então, Paco, de uma faca, com a qual produz em Nunes, de modo barbaro, ferimentos mortaes (8 ferimentos): enquanto dezenas de colonos assistiam necia e cobardemente, em redor, o desenrolar do conflicto⁵⁷.

A partir do trecho acima destacado e dos depoimentos apresentados no transcorrer do processo, podemos perceber que entre Sanches e Valentini já haviam discordâncias e que aquele foi o momento e a oportunidade para resolvê-las.

Quanto à acusação do Promotor de que todos os presentes assistiram ao embate covardemente, precisamos ter em mente que a reparação da honra era vista por aquela sociedade como um direito perante a uma ofensa. Os envolvidos podiam escolher resolver a questão de diversas formas e a violência era válida, já a interferência de terceiros só era permitida quando um dos indivíduos estava em posição de inferioridade (Thompson Flores; Arend, 2012).

No entanto, apesar de ser compreendido pela sociedade camponesa como uma reparação válida para ofensas, nem sempre conservava o mesmo entendimento na visão das autoridades. Isso ocorre porque a “(...) criminalização dos duelos populares deu ao Estado a prerrogativa de intervir na resolução desses conflitos estigmatizados como manifestações de barbárie e irracionalidade” (Thompson Flores; Arend, 2012, p. 301).

Dessa forma, a incompreensão, por parte do Promotor, do motivo de os colonos terem ficado parados enquanto o conflito se desenvolvia, parece fazer um pouco mais de sentido. Apesar de aquela sociedade, naquele período, considerar a ação dos envolvidos válida, as autoridades, muitas vezes vindas de fora do grupo, nem sempre assimilavam estes costumes.

Este processo, apesar de ter declarado paco como culpado e ter sua prisão decretada, assim como o anterior, será finalizado com a morte de Francisco, em Fevereiro de 1931, sem tê-lo capturado.

Os processos envolvendo mortes, que foram analisados por nós acima, marcam uma mudança definitiva na forma que a comunidade local via Francisco Sanches Filho. Essa mudança iniciou-se com as acusações de roubo, ocorridas em 1929.

Essa alteração fica clara no depoimento de José Mahfuz (41 annos, casado, negociante),

⁵⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 385, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 10, 1930. Optamos por manter a grafia original da fonte.

encontrado no processo nº 828, datado de 1930. No interrogatório, José é questionado “(...) si o depoente depõe sob a influencia de medo de Pacco, visto ser publico e notorio ser elle um verdadeiro bandoliero, resp. que não tem medo de Pacco, apesar todo o mundo falar mal delle, digo, todo mundo agora falar mal delle”⁵⁸.

Fica claro, então, que para muitas pessoas, até aquele momento, Francisco ainda era visto como um bom homem. No entanto, os grandes roubos que vieram a público e as mortes, principalmente dos dois oficiais, deixou muitos amedrontados.

Considerações finais

Nos processos acima analisados, percebemos alguns fatores importantes para compreender a sociedade na região da Serra Gaúcha, entre o final do século XIX e início do XX, sobretudo as questões relacionadas à masculinidade, honra e relações interétnicas, através da trajetória de Francisco Sanches Filho, o Paco.

Para além dos crimes em que Sanches é acusado como réu, se evidenciam as motivações para que os envolvidos procurassem a Justiça, as circunstâncias que estiveram envolvidas nos crimes apresentados, questões de masculinidade e a fama crescente deste personagem.

O historiador Eric Hobsbawm, em “Bandidos” (1969), foi importante para a apreensão do conceito de banditismo social, no sentido em que elucida como funcionam e reagem às sociedades que se vêem diante de tal movimento. Apesar de não nos ocuparmos da função de encaixar ou não Paco dentro desta classificação (de banditismo social), a forma ambígua que as sociedades retratam alguns dos casos analisados por Hobsbawm nos auxiliaram na compreensão do caso estudado por nós.

Assim como Márcia Londero, em sua dissertação de mestrado intitulada “Paco: Sociedade e Simbolização no Processo de Construção de um Bandido Social no Rio Grande do Sul” (1997), em que a autora aborda, através de entrevistas, a história de Francisco Sanches Filho - fundamental como obra complementar aos processos crime estudados. Essa dissertação trouxe algo que os processos crime não demonstram tão facilmente: a opinião/visão da sociedade sobre Paco, além da memória mantida mesmo anos depois.

Ao procurar entender mais sobre a região estudada e as relações travadas pelos imigrantes entre si e com diferentes grupos étnicos, Maíra Ines Vendrame nos oferece, em “O Poder na Aldeia: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)” (2016), um panorama sobre as redes familiares e os usos da justiça

⁵⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 828, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 23, 1930. Optamos por manter a grafia original da fonte.

entre os imigrantes italianos. Outra obra sua, “‘Não tinha medo dos gringos’: violência e crime nas regiões de colonização italiana do sul do Brasil” (2020), retrata, precisamente, um conflito interétnico na região da colônia de Caxias do Sul, envolvendo imigrantes italianos e um homem negro. Essas obras nos auxiliam a compreender que, como Londero afirma “(...) a história da imigração é também história de conflitos sociais” (Londero, 1997, p. 52).

Paco é um personagem complexo do período, descrito sempre de forma ambígua por seus conterrâneos: ora é valente, ora violento; ora é um homem mau, ora é alguém que auxilia quem precisa. Isso é acentuado pela sua origem espanhola, diferente da grande maioria dos moradores da redondeza, que possuíam origem italiana. No entanto, pelo fato de o pai de Sanches ter ocupado o cargo de inspetor de quartelão, significa que conquistar o respeito da população local não era impossível.

Buscando encaixar-se numa sociedade em que era uma minoria étnica, podemos refletir se Sanches buscou formas de se encaixar e de se tornar respeitado. Seja através de ajudas em negociações, já que falava diversas línguas, seja defendendo e demonstrando sua valentia e masculinidade, ou mesmo pelo seu envolvimento em crimes. Apesar de não serem evidentes nos processos-crimes, as questões interétnicas com certeza marcaram presença no cotidiano de Francisco.

Também é importante elucidar que, ao falarmos sobre o Paco, entendamos que existem várias versões suas - a que a família mantém, a que pode ser contada através dos processos-crimes, a que ganhou fama através de jornais, a que permanece na memória das pessoas, etc. As construções posteriores, como as bibliografias produzidas a partir do centenário da imigração italiana, costumam ressaltar a ambiguidade Paco, mau em oposição aos imigrantes pacíficos.

Com este artigo, buscamos demonstrar como, para além dos crimes em que Sanches esteve envolvido, outros fatores se fizeram presentes em sua trajetória, como as questões de diferenciação étnica, de masculinidade e honra, que aliadas à fama que foi sendo construída por e para ele, transformaram-no em uma das figuras mais intrigantes da região.

Referências

GUERTLER, Gustavo. **Paco: Uma história escrita com chumbo**. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

LONDERO, Márcia. **Paco: sociedade e simbolização no processo de construção de um bandido social no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1997.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; AREND, Jéssica Fernanda. **Noções de honra e justiça entre as classes populares da fronteira no Brasil meridional na segunda metade do século XIX - estudo de casos.** Porto Alegre: Aedos, v. 9, nº 20, ago. 2017, p. 296-315.

VENDRAME, Maíra Ines. **“Não tinha medo dos gringos”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do sul do Brasil.** História Unisinos: São Leopoldo, Vol. 24, Nº 3, set./dez. de 2020, p. 502-515.

VENDRAME, Maíra Ines. **O Poder na Aldeia: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália).** São Leopoldo: Oikos, Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. **Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do sul do Brasil.** Métis: História & Cultura, v. 12, p. 218-232, 2013.

Writing to Nobody: Privacidade e práticas de escrita feminina na Inglaterra do século XVIII a partir da escritora Frances Burney

COLLARES, Maria Vitória Dias

Graduada em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

mariavitoria_dias16@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas de escrita privada da jovem aristocrata do século XVIII, Frances Burney, ou seja, seu diário e suas cartas. Dessa forma, são aqui abordados temas que se configuram essenciais para podermos tratar de tal assunto, como educação feminina no século XVIII, especialmente na Inglaterra, privacidade, a escrita em diários e a prática epistolar. Esta pesquisa parte da ideia de verificar os pensamentos e sentimentos de uma mulher, inserida na sociedade aristocrática da Inglaterra do século XVIII, que almejava se tornar escritora. Para tal, optou-se por analisar seus escritos em seu diário e suas cartas no período entre 1768 a 1788. Portanto, através deste trabalho, pudemos perceber a tensão entre regras da sociedade da época e as aspirações de uma jovem inglesa que desde já sabia articular-se entre privado e público, bem como o que e para quem escrever.

Palavras-chave: Escrita feminina; Práticas de escrita; Privacidade.

Introdução

Frances Burney, ou Madame D'Arblay, segunda filha de Charles Burney, mais conhecido como Dr. Burney, nascida em 13 de junho de 1752 em *Norfolk*, Inglaterra, foi uma escritora que alcançou o sucesso a partir de suas quatro principais obras: *Evelina* (1778), *Cecilia* (1782), *Camilla* (1796) e *The Wanderer* (1814). Frances era a terceira filha entre 6 irmãos. A primogênita era Esther, seguida de James, Frances, Susanna (Susan), Charles e a caçula, Charlotte. Eles eram uma família turbulenta, brincalhona e imaginativa. Viveram primeiro em *Poland Street*, no centro do movimentado *West End*, depois na mais tranquila *Queen Square*, numa casa grande e elegante. Esther (também conhecida como “Hetty”) destacou-se como instrumentista e aos dez anos já tocava diante de um público pagante. Susan também tinha um bom ouvido para música e cantava muito bem. O pai deles, Charles Burney, inspirou neles todos o amor pelos livros; até mesmo James, que era mais matemático do que leitor e que foi mandado para o mar aos dez anos de idade.

No entanto, segundo Chisholm (2007, p. 9) foi Frances (ou “Fanny”, como era chamada por sua família) quem mais cultivou suas chances de vida de sucesso como uma das filhas do sociável Dr. Burney. Como seu pai era um músico conhecido e de prestígio, ao longo da sua vida, Frances conheceu vários artistas e intelectuais, como o lexicógrafo Dr. Samuel Johnson, os dramaturgos Samuel Crisp e Richard B. Sheridan, e os atores David Garrick e Samuel Foote. Além disso, passou 5 anos de sua vida na Corte como Guardiã de Vestes da Rainha Charlotte (Rodríguez, 2011, p. 109-123), esposa do Rei Jorge III da Inglaterra (1760-1820).

Desde nova, Frances Burney desenvolveu habilidades de escrita, no entanto, antes de vir a se tornar uma escritora de literatura, ela manteve um diário e comunicou-se por meio de diversas correspondências com familiares e amigos. Sua carreira literária então teve início com a publicação anônima de *Evelina, Or the History of a Young Lady's Entrance into the World*. Nesta obra, a trajetória da jovem mulher abre a possibilidade de se examinar e refletir acerca do contexto histórico, social e literário da Inglaterra do século XVIII. Sob essa perspectiva, o mesmo pode ser dito da própria autora, Frances Burney, através de suas escritas em seu diário e suas cartas.

Como aponta Anita Pacheco (2002, p. 78), embora um historiador literário recente comece com a mesma premissa da década de 1920 ou década de 1930, que as primeiras escritoras modernas existiram em um contexto de uma estrutura social patriarcal e hierárquica, a injunção frequentemente citada de que as mulheres devem ser castas, silenciosas e obedientes e limitar seu trabalho criativo a agulhas e fios em vez de caneta e papel não podem mais ser considerados um delineamento preciso da participação das mulheres na cultura literária do início da modernidade. Portanto, ainda segundo a autora, a partir da década de 1970, historiadores literários vêm recuperando números significativos de textos de mulheres em ambas as formas, manuscritos e impressos.

Desta forma, este trabalho se propõe a analisar as práticas de escrita privada de Frances Burney, ou seja, seu diário e as suas cartas. Visto que, antes de publicar suas obras literárias e públicas, Burney manteve seu diário, no qual começou a escrever em 1768, onze semanas e um dia antes de seu aniversário de 16 anos, portanto, cerca de dez anos da publicação do seu primeiro livro. Neste, a autora relatava, principalmente, acontecimentos cotidianos e percebe-se sua capacidade de retratar diálogos inteiros, os quais reinterpretava e reconstruía detalhadamente em seu diário. Já quanto às suas cartas, a maioria era destinada a membros da família e amigos. Assim, analisar o diário e as cartas da futura escritora de literatura Frances Burney é uma maneira de nos aproximarmos de uma prática de escrita privada, exercida por uma mulher, inserida na sociedade aristocrática da Inglaterra do século XVIII. Além disso, seus escritos permitem termos acesso às suas opiniões, anseios, questionamentos e receios quanto a si mesma, sua família, seus conhecidos, a sociedade que estava inserida e quanto a tornar-se uma escritora pública.

Portanto, aqui estaremos estudando uma jovem Frances Burney, utilizando seus escritos em cartas e em seu diário de 1768 a 1778. Uma Frances ainda solteira, ainda morando com seu pai, mas que já se articulava na sociedade aristocrática inglesa do século XVIII. Considerando que o diário e as cartas se configuram como uma forma de escrita privada, este trabalho também

irá abarcar privacidade e sua influência na escrita das mulheres inglesas do século XVIII a partir das considerações de diversos autores e também a partir da escrita da nossa principal fonte, Frances Burney.

Segundo Martine Van Elk (2017, p. 6), ao longo do século, a separação conceitual do público e privado tornaram-se evidentes em diferentes domínios, inclusive na literatura, arte e arquitetura. Historiadores do início da arquitetura moderna nos Países Baixos e na Inglaterra apontaram a crescente importância dos espaços privados nas famílias burguesas ricas e de elite, criando mais divisões entre o público e o privado dentro do espaço já supostamente reservado da casa. Neste sentido, Elk utiliza a autora Virginia Woolf colocando que a mesma imaginou a mulher moderna escrevendo secretamente, escondendo sua atividade, mas seu objetivo final era obter reconhecimento público e dinheiro, o que mostra um interessante paradoxo.

Podemos observar esse indício de privacidade logo no início do diário de Frances Burney, onde ela menciona que passa as tardes praticando sua escrita na *Cabin*, exceto nas vezes em que ela prefere o jardim. Para Woolf, como aponta Elk, um requisito essencial para ser autora era a posse desse espaço físico privado para escrita, como um quarto só seu, com fechadura na porta, permitindo à mulher escritora fechar as distrações da vida doméstica cotidiana, bem como as definições de sua sociedade e as expectativas dela como mulher. Essa ideia também é apresentada por Isabelle Lémonon Waxin (no prelo, p. 18), que traz as divisões menos fixas das casas, como cortinas e biombos, também como locais de produção de conhecimento. Em seu trabalho sobre dinâmicas de produção de conhecimento privadas de Victorine de Chastenay, a autora coloca que, na mansão Chastenay, um biombo anunciava os aspectos multifuncionais da pequena sala onde Victorine e sua mãe se vestiam, liam e recebiam amigos. Por causa do biombo, Victorine podia manter alguma privacidade dos criados e dos pais (enquanto se vestia ou escrevia, por exemplo).

Chastenay foi ensinada a respeitar os costumes da nobreza. Assim, ela mobilizou a ocultação como uma estratégia social que lhe permitiu prosseguir os estudos. Por trás da privacidade proporcionada por uma tela dobrável na pequena sala de estar, Chastenay escrevia em seu diário que ela desejava glória, expressando livremente suas emoções e motivações. Uma vez na sociedade, do outro lado daquela tela, ela assumiria um papel mais público, seguindo as diretrizes convencionais que ela também usou a seu favor (Waxin, no prelo, p. 18).

No entanto, Martine Van Elk destaca que a obra de escritoras é especialmente difícil de situar em relação à oposição entre o público e o privado. Dado o “estigma da impressão”, as mulheres frequentemente “publicavam” seus trabalhos em forma de manuscrito. Enquanto agora é geralmente reconhecido que tal circulação não deve ser vista como puramente privada, Elk acrescenta que a publicação impressa também não deve ser automaticamente associada ao

domínio público, visto que os livros às vezes eram impressos para pequenos públicos e circulavam principalmente entre amigos. Posteriormente, observaremos que isso ocorreu com Frances Burney, que antes de publicar suas famosas obras, circulou seus escritos entre sua família e amigos.

O gênero, no entanto, também se revela um fator determinante, justamente porque a separação do público e do privado teve consequências profundas para as representações do lar e do lugar das mulheres nele e, diante disso, é um lugar-comum que a separação das esferas limitava os modos de expressão das mulheres. Pois, como ressaltam Natacha Klein Käfer e Natália da Silva Perez (no prelo, p. 4) por mais inseparáveis que as mulheres sejam dos processos históricos de produção de conhecimento, o trabalho intelectual das mulheres medievais e do início da modernidade ainda é considerado distinto, marcado por algo que o separa de seus contemporâneos masculinos. Segundo as autoras, um dos motivos dessa distinção deriva principalmente do acesso mais difícil das mulheres à “publicidade” pelo conhecimento que produzem, contudo, além disso, os ideais de feminilidade adequada centravam-se em castidade, modéstia, temperança e docilidade e cabe refletir até que ponto isso afetou como, quando e o que as mulheres do período moderno escreveram.

Primeiramente, para falarmos de escrita feminina, cabe fazer algumas observações quanto à educação das mulheres no século XVIII, pois tanto a leitura quanto a escrita, não eram destinadas e nem prioridade para todas as mulheres. Como aponta Martine Van Elk, as escritoras inglesas eram comumente membros da nobreza ou da *gentry*, considerando que o grau em que as mulheres foram educadas na infância e na adolescência dependia do seu *status* social e de riqueza, como também do interesse de seus pais pela educação feminina (Elk, 2017, p. 13-14).

Segundo Angeline Goreau (1985) um dos impedimentos mais proeminentes para uma carreira literária era a visão amplamente difundida de que o conhecimento e, portanto, a literatura, pertenciam à esfera masculina. A autora coloca que, como as escritas de Juan Luis Vives demonstram, boa parte da educação das mulheres no século XVI era dedicada a instruí-las nos limites de sua esfera própria, ou seja, o círculo privado do lar, e impor nelas a importância de uma postura casta. Apesar de retratar um período anterior ao aqui estudado, confere-se a mesma realidade no século XVIII, quando Goreau traz que no começo do século XVIII, momento em que Lady Damaris Masham estava compondo sua obra *Occasional Thoughts in Reference to a Vertuous or Christian Life* (1705), as circunstâncias da educação das mulheres era ainda mais ou menos a mesma. “A informação e melhoria da compreensão é comumente muito pouco pensada em referência ao (nosso) sexo como um todo”, ela observa.

A preocupação e estranheza quanto a uma mulher escrevendo pode ser observada em uma das passagens do diário de Frances Burney, mais precisamente no mês de agosto de 1768, que relata uma conversa com Miss Young, amiga próxima da mãe de Frances. Nesta, Burney coloca que Miss Young a aconselhou a desistir do seu diário, alegando que era perigoso que seu pai ou alguém o pegasse. Burney defendeu-se dizendo que escrever para ela mesma seria incapaz de fazer mal algum e que seu pai era consciente de sua escrita e do que escrevia.

Ela diz que é o trabalho mais perigoso que os jovens podem ter – faz com que muitas vezes registrem coisas que não deveriam ser registradas, e sim imediatamente esquecidas. Eu disse a ela que, como meu diário era apenas para minha própria leitura, ninguém poderia, com justiça, ou mesmo em senso, ficar zangado ou descontente por eu ter escrito qualquer coisa (Burney, 2001, p. 29).

Portanto, percebe-se que mesmo quando a mulher do século XVIII recebia uma certa educação literária, o ato de escrever ainda era visto como uma atividade contrária aos princípios de feminilidade, aos quais importavam muito mais a linha e a agulha do que a caneta e o papel. Ao mesmo tempo, há algumas questões interessantes. De um lado, o fato de ser uma escrita destinada a si e ao círculo familiar, de outro, a consciência e aprovação paterna.

Natália da Silva Perez (no prelo, p. 2013) traz a ideia de que, embora saibamos que o conhecimento literário e a prática da escrita não possam ser generalizados e sejam restritos às mulheres de elite, isso não necessariamente é um empecilho para estudar a prática da escrita feminina. Em seu trabalho, a autora se aproveita dessa condição para estudar o conhecimento privado e práticas dessas mulheres de elite no intuito de desvendar como essa produção privada de conhecimento era uma condição para reivindicar exclusividade e *status* para a sua prática.

Para isso, Perez utiliza a figura de Lady Jane Lumley, que viveu na Inglaterra na metade do século XVI como uma jovem de família nobre. Suas práticas de estudo foram fomentadas e moldadas pelas aspirações políticas de sua família, permanecendo o tempo todo dentro do círculo privado de sua família. Pelo que Lady Jane Lumley relata ao pai em carta, ela gostava dos estudos e se orgulhava de aprimorar suas habilidades, algo que ela conseguia fazer, pois tinha a seu alcance a privacidade e os recursos de um nobre familiar preocupado com a sua educação. O exemplo trazido pela autora demonstra como a educação era restrita às camadas mais nobres e, principalmente, o quanto o incentivo de familiares e amigos homens era necessário para a prática de conhecimento das mulheres. No caso de Frances Burney, isso é perceptível ao observarmos que, além de sua origem aristocrática, seu pai também era escritor e um grande entusiasta da educação literária e então perpassou isso para seus filhos, inclusive para as filhas mulheres. A maioria das escritoras, portanto, vieram de ambientes sociais que

oportunizavam suficientes lazer, tempo e riqueza para proporcionar uma sólida educação literária.

O Diário de Frances Burney

Em 1840, quando Frances Burney faleceu, além de suas obras literárias, deixou para trás sete volumes dos seus diários pessoais em perfeito estado. Segundo Susan Civale (2011, p. 236-266) além de estarem intactos, tais diários foram propositalmente preparados para a imprensa e então quando foram impressos, dois anos após sua morte, transformaram a recepção póstuma de Frances Burney.

Cativando a imaginação pública vitoriana com relatos em primeira mão de uma mulher georgiana que passou do anonimato à celebridade literária, conviveu com literatos de sua época e assumiu um cargo na corte do rei George III, seu diário foi instantaneamente um sucesso. Ao mesmo tempo, abriu a porta para críticos para reavaliar esta romancista à luz de sua vida privada (Civale, 2011, p. 236).

O diário de Frances Burney foi o primeiro diário de uma mulher a ser publicado e foi, como é até hoje, capaz de suscitar em seus leitores uma mistura de curiosidade, ansiedade, carinho e intimidade. Burney visualizou e planejou a publicação de seu livro pessoal, portanto, antes de sua morte, deixou instruções explícitas de deixar todos os seus manuscritos sob a custódia de sua sobrinha, Charlotte Barrett. Burney a permitiu que abreviasse livremente, mas proibiu a adição de qualquer coisa. De acordo com Civale, Burney desejava que seu diário permanecesse não diluído pelas palavras de outros, talvez também tenha presumido que julgasse melhor seus leitores do que outras pessoas fariam. Segundo John Wilthsire, o *Journal and Letters* de Frances Burney inaugurou uma tradição, nos quais uma narrativa autobiográfica, era feita vagamente à maneira de um romance epistolar e foi construída a partir de diversos materiais, incluindo cartas de correspondentes.

Burney começa o seu diário relatando que precisava escrever para alguém que ela confiasse completamente e, assim, decide escrever à *Nobody*, ou seja, ninguém.

A quem, então, devo dedicar minhas maravilhosas, surpreendentes e interessantes aventuras? – a quem ousar revelar a minha opinião privada sobre as minhas relações mais próximas? os pensamentos secretos dos meus amigos mais queridos? minhas próprias esperanças, medos, reflexões e desgostos – Ninguém! (Burney, 2001, p. 27).

Aqui, percebe-se que Burney tinha total noção de que havia coisas que deveriam ficar privadas. Foi então sob a proteção da vida privada que Burney sentiu que poderia relatar tais confissões. Como traz Isabelle Lémonon Waxin, algumas palavras, mesmo vindas de uma mulher nobre, não podiam ser aceitas pelas normas de gênero de sua época. Contudo, observa-

se uma contradição por parte de Frances Burney, ao mesmo tempo que coloca que pode confiar suas opiniões privadas, esperanças, medos, reflexões e desgostos apenas a ninguém, suas confissões para *Nobody* logo se tornaram uma carta-diário, que passou a circular por um selecionado grupo de familiares e amigos.

Ela escreveu sobre suas próprias experiências copiosamente, até mesmo obsessivamente e colecionou “personagens” e incidentes famosos. John Wiltshire (2007) coloca que os escritos da vida de Burney existem simultaneamente em dois gêneros diferentes, como cartas e como registros históricos, compilados com um olhar semiconsciente para o futuro.

Wiltshire define muito bem o diário e as cartas de Burney ao abordar que esses documentos sintetizam, portanto, um paradoxo: são comunicações privadas que, ao mesmo tempo, ostentam as experiências de Burney e inserem seu autor na história. Abrigados dentro da família, são anúncios de uma pessoa que sentiu que suas próprias experiências eram intensamente importantes e, cada vez mais, assuntos de interesse público. Nesse caso, o termo amplo “diário” é usado para todos os escritos de sua vida, diários, cartas, “cartas-diário”, narrativas, etc. Assim, percebemos que seus diários e suas cartas tensionam o privado e o público, visto que são, de fato, formas de escrita privada, contudo, a escritora manteve com o pensamento em uma publicação póstuma, ou seja, era ciente de que os escritos posteriormente se tornariam públicos.

As Cartas de Frances Burney

Quanto às cartas de Frances Burney, cabe ressaltar que, como coloca Adriana Angelita da Conceição (2011, p. 32), a carta é um produto social e cultural e foi criada com o intuito de solucionar uma das necessidades humanas, a comunicação, pois, através da escrita das cartas foi possível, durante séculos, a comunicação entre ausentes. Portanto, participar da prática epistolar é comunicar-se e, esta, abriga o sentido de *conversação entre ausentes*. Em sua tese intitulada “Sentir, escrever e governar: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio (1768-1779)”, Conceição debruçou-se sobre o estudo das cartas de D. Luís de Almeida, onde, analisando-as, foi possível visualizar o 2º marquês do Lavradio para além de seu papel de vice-rei do Brasil, observando que o mesmo ocupou diversos papéis sociais que foram representados em suas cartas.

Além disso, Conceição destaca que foi possível conhecer um pouco mais do português setecentista, tendo contato com seus temores, incertezas e angústias, essencialmente ocasionadas pela sua função social. Neste caso, o exercício da função pública tem influência e é influenciado pelos afetos, pela vida íntima do indivíduo, há um entrelaçamento entre público

e privado. No caso de Frances Burney, no recorte temporal aqui proposto, seus papéis sociais ainda eram enquanto filha, irmã e uma mulher nobre que circulava pela sociedade aristocrática e intelectual da Inglaterra do século XVIII. No entanto, ainda que não fosse nenhuma Marquesa, ou algo do tipo, Frances Burney ocupava papéis sociais que também lhe causavam temores, incertezas e angústias, assim como em D. Luís de Almeida, algo que podemos constatar através do seu diário e de suas cartas.

James Daybell (2011) por sua vez, ao trabalhar com essa documentação, contrapõe duas cartas escritas por mulheres, no século XV e no século XVIII, consecutivamente. Escrita em meados do século XV, a carta ditada de Margaret Paston ao marido representa um pragmático modo de correspondência preocupado quase que exclusivamente com negócios. Apesar de alguns elementos de coloquialismo, o estilo formal da carta impede qualquer conteúdo emotivo ou afetivo. Por outro lado, a carta do início século XVIII escrita por Lady Mary Montagu para sua irmã é detalhada, bastante arriscada e talvez intencionalmente humorística. Apresenta maior informalidade de propósito e se mostra mais intimista.

Menos interessada do que Margaret Paston em cartas como um meio de transacionar e transmitir instruções, Lady Montagu utilizou a correspondência como veículo para longas descrições, narrativas e textos de viagem. Forneceu uma saída criativa para uma mulher impelida a escrever e 'entretêr' uma audiência (Daybell, 2001, p. 2).

Segundo o autor, a comparação desses dois exemplos aparentemente díspares de correspondência feminina indica, em certo nível, uma mudança na natureza das cartas como documentos ou textos do final da Idade Média e início da Idade Moderna. Momento de surgimento de formas epistolares mais pessoais e aumento da gama de usos privados, introspectivos e flexíveis para os quais as cartas foram empregadas. Por outro lado, evidenciam-se também as continuidades de certos aspectos da experiência feminina: a centralidade da família para a vida das mulheres e os padrões duradouros de relacionamentos. Mais significativo é o fato de que ambas as mulheres foram capazes de agir através de cartas, embora de maneiras muito diferentes: enquanto Lady Montagu escreveu sua própria correspondência, a carta de Margaret Paston foi escrita por Richard Calle, oficial de justiça dos Pastons.

As cartas de Burney, eram, em sua maioria, destinadas a familiares e amigos e, como aponta Jennifer Ward (2001) o uso de cartas como comunicação familiar era bastante difundido entre mulheres nobres na modernidade, muitas vezes para fornecer notícias e informações. Apesar dos elementos convencionais e formais, a correspondência familiar lança uma luz considerável sobre a natureza dos relacionamentos. As cartas oferecem uma oportunidade de aprender sobre as personalidades da mulher nobre e também dos membros de sua família.

Portanto, as cartas dentro do núcleo familiar combinam convenções afetuosas com detalhes narrativos das notícias.

Foram localizadas para a presente pesquisa cartas para sua irmã Susanna, seu amigo Samuel Crisp e uma carta em forma de poema para seu pai, Charles Burney, que se mostrou expressivamente mais formal perante as demais cartas. As cartas mais detalhadas e íntimas eram, portanto, para sua irmã Susanna. Nestas, Burney mencionava acontecimentos do dia, reconstruía conversas e relatava sua opinião. Além de sua irmã, Samuel Crisp também era o destinatário de cartas assim, detalhadas e intimistas. Assim, podemos considerar então que o nível de proximidade se mostra mais relevante do que questões de gênero na forma da escrita de Burney em suas cartas. Inicialmente, poderíamos pensar que, o poema destinado a seu pai seja mais formal do que suas cartas para sua irmã, pois ela está tratando com seu pai, uma figura masculina e de autoridade na família, enquanto para sua irmã se trata de uma mulher assim como ela, que talvez compartilhe de opiniões parecidas e sentimentos convergentes. Contudo, as cartas destinadas a Samuel Crisp eram tão descritivas quanto as destinadas para sua irmã e, estamos tratando de um destinatário do gênero masculino, assim sendo, a amizade entre Burney e Crisp e o nível de proximidade entre ambos influenciou mais na forma de escrita do que o gênero.

Conclusão

Como abordado inicialmente neste trabalho e demonstrado pelas autoras trazidas logo no primeiro capítulo a leitura e a escrita, na modernidade, eram quase exclusivamente destinadas às mulheres nobres e, ainda assim, quando exercidas, ficavam restritas ao âmbito privado. Como apontado anteriormente na conversa de Frances Burney com Miss Young retratada no diário de Burney, a expressão literária feminina era bastante contestada e julgada e, muitas vezes por isso, quando seus trabalhos intelectuais conseguiam avançar e superar essa circulação realizada apenas no meio privado, alcançavam isso de forma anônima, como foi o caso de Burney.

Além disso, cabe reforçar que os aprendizados das mulheres modernas eram majoritariamente focados no que iria lhes dar um bom casamento, dificilmente as famílias buscavam incentivar os estudos, conseqüentemente a leitura e a escrita, apenas pelo desenvolvimento intelectual de suas filhas. O que nos leva a mais um ponto importante, o apoio do gênero masculino. No caso de Frances Burney, foi seu pai quem incentivou seu amor pela leitura, o que posteriormente a levou a buscar refúgio na caneta e no papel.

Os diários, por sua vez, quanto fontes históricas nos mostram as práticas culturais de uma época, bem como nos relatam os pensamentos e sentimentos de um indivíduo e assim, adicionando os filtros necessários, como classe, raça e gênero, podemos considerar como era o pensamento de, pelo menos, parte de uma sociedade. No diário de Frances Burney, portanto, podemos observar a partir dos seus relatos quais eram os pensamentos, sentimentos e vulnerabilidades de uma mulher, aristocrata, inserida na sociedade inglesa do século XVIII.

No entanto, o maior paradoxo do seu diário é a escrita dedicada a *Nobody* e a circulação do diário por entre um selecionado círculo de familiares e amigos. Assim, o diário de Burney tensiona o público e o privado no momento que ela coloca que poderia apenas revelar seus sentimentos e pensamentos mais íntimos, bem como conversas com terceiros a “ninguém” e, mesmo assim, opta por circular o diário.

Quanto às cartas, podemos concluir que, durante séculos, a prática epistolar permitiu o diálogo entre pessoas separadas pela distância. Como colocado pelos autores trazidos anteriormente, as cartas se prestam a uma ampla gama de análises: históricas, literárias, lexicais, paleográficas e de gênero. Além disso, assim como o diário, as cartas nos trazem a possibilidade de observar a privacidade. Nas cartas, era possível relatar angústias, anseios e incertezas, assim como detalhar acontecimentos cotidianos, como fazia Frances Burney.

Por fim, percebemos que Burney tinha muita consciência do que falar e para quem falar, ou melhor, do que escrever e para quem escrever. Aliás, podemos considerar que Frances sabia transitar entre público e privado muito bem. Indo no sentido da ideia trazida anteriormente por Perez (no prelo, p. 23), Burney não viu a sua escrita no âmbito privado como um empecilho, inclusive, usou desta estratégia de circular o diário por entre um grupo selecionado como, possivelmente, uma forma de “medir” suas habilidades de escrita.

Referências

Fontes

BURNEY, Frances. **Journals and Letters**. Penguin Classics, 2001.

Bibliográficas

CHISHOLM, Kate. The Burney family. In: SABOR, Peter. **The Cambridge Companion to Frances Burney Edited by Peter Sabor**. Nova Iorque, Cambridge University Press, 2007.

CIVALE, Susan. The Literary Afterlife of Frances Burney and the Victorian Periodical Press. **Victorian Periodicals Review**, 2011, vol.44 no.3, p.236-266. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/236760729_The_Literary_Afterlife_of_Frances_Burney_and_the_Victorian_Periodical_Press>. Acessado em: 24 set. 2023.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Sentir, escrever e governar: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio (1768-1779).** Tese (Doutorado em História). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

DAYBELL, James. **Early Modern Women's Letter Writing, 1450-1700.** Londres, Palgrave Macmillan, 2001.

ELK, Martine Van. Early Modern Women's Writing – Domesticity, Privacy, and the Public Sphere in England and the Dutch Republic. In: HADFIELD, Andrew. O'Callaghan, Michelle. **Early Modern Literature in History.** 2017.

GOREAU, Angeline. **The Whole Duty of a Woman:** female writers in seventeenth century England. Doubleday & Company, Nova Iorque, 1985.

KÄFER, Natacha Klein. PEREZ, Natália da Silva. Situating Women's Private Practices of Knowledge Production in the Early Modern Context. In: KÄFER, Natacha; PEREZ, Natália. **Women's Private Practices of Knowledge Production in Early Modern Europe.** Londres, Palgrave Macmillan, no prelo.

PACHECO, Anita. **A Companion to Early Modern Women's Writing.** Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

PEREZ, Natália da Silva. Lady Jane Lumley's Private Education and Its Political Resonances. In: KÄFER, Natacha. PEREZ, Natália. **Women's Private Practices of Knowledge Production in Early Modern Europe.** Londres, Palgrave Macmillan, no prelo.

RODRÍGUEZ, Carmen Mª Fernández. Frances Burney and female friendships: some notes on *Cecilia* (1782) and *The Wanderer* (1814). **Journal of English Studies**, vol. 9, p.109-123. 2011. Disponível em: <<https://publicaciones.unirioja.es/ojs/index.php/jes/article/view/167>>. Acessado em: 17 ago. 2023.

VICKERY, Amanda. A Self off the Shelf: The Rise of the Pocket Diary in Eighteenth-Century England. **Eighteenth-Century Studies**, 2021, vol. 54, no. 3. p. 667–86. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/790246>>. Acessado em: 07 set. 2023.

WARD, Jennifer C. Letter-Writing by English Noblewomen in the Early Fifteenth Century. In: DAYBELL, James. **Early Modern Women's Letter Writing, 1450-1700.** Londres, Palgrave Macmillan, 2001.

WAXIN, Isabelle Lémonon. From Behind the Folding Screen to the Collège de France: Victorine de Chastenay's Privacy Dynamics for Knowledge in the Making. In: KÄFER, Natacha. PEREZ, Natália. **Women's Private Practices of Knowledge Production in Early Modern Europe.** Londres, Palgrave Macmillan, no prelo.

WILTSHIRE, John. Journals and Letters. In: SABOR, Peter. **The Cambridge Companion to Frances Burney Edited by Peter Sabor.** Nova Iorque, Cambridge University Press, 2007.

Mulher e Matrimônio: discursos de gênero em teses médicas do XIX

CUNHA, Fabiane Pacheco da
Graduanda em História (UFSM)
fabiane.pacheco@acad.ufsm.br

PUCHALSKI, Janaína dos Santos
Graduanda em História (UFSM)
janaina.puchalski@acad.ufsm.br

Resumo: Ao longo do século XIX, observa-se a remodelação do cotidiano dos indivíduos e de suas relações entre público e privado. O campo doméstico passou a constituir a principal base da moralidade e da ordem social, o que desdobrou-se na postulação de papéis de gênero e a relegação da figura feminina burguesa ao papel de esposa. O mesmo período foi marcado pela estruturação de áreas como a Biologia, o que promoveu a ascensão da ciência médica no Brasil e foi utilizada para justificar divisões sociais, étnicas e de gênero. Nesse contexto, a produção de Teses de Medicina que põem a mulher como tema de estudo é elevada, mas majoritariamente apenas no âmbito da reprodução e da maternidade, condições que permeiam um ideal de sociedade voltada para a construção de famílias numerosas e patriarcais. Levando em consideração que a ciência não é isenta e que a medicina do século XIX possui um importante papel legitimador e reprodutor de discursos do senso comum, o seguinte trabalho em andamento visa analisar alguns discursos de gênero e acerca da posição familiar da mulher da elite no período Imperial. Como metodologia, destacou-se na análise o recorte temporal caracterizado pela década de 1840, sendo utilizadas especificamente como fonte a tese “Considerações higienicas e médico-legaes sobre o casamento da mulher”, de Antonio da Fonseca Vianna, defendida no ano de 1842, e a tese “A mulher e matrimônio: medicamente considerados”, defendida por Luiz Vianna D’ Almeida Valle, no ano de 1847. As duas teses científicas analisadas foram apresentadas por formandos à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no XIX, sendo que nestas se é possível perceber alguns dos argumentos utilizados para alimentar o discurso masculino de periculosidade e fragilidade feminina, legitimando o papel de submissão matrimonial através da ciência além das tradicionais concepções religiosas. Observa-se que os discursos de gênero contidos na narrativa médica assumem um papel de legitimador acerca do casamento como agência normativa e de coesão social, transbordando o meio acadêmico e de saber científico, influenciando diretamente na organização da esfera da vida e cotidiano privado. Destarte, analisar as maneiras como gênero e ciência se interseccionam auxilia na compreensão da estruturação do ideal familiar defendida até os dias atuais, bem como a origem de embates atuais, advindos do domínio patriarcal sobre corpos e moralidade feminina e a violência decorrente deste.

Palavras-chave: Gênero; Saúde; Teses Médicas.

Introdução

O saber e as práticas médicas nem sempre foram institucionalizados e indispensáveis. No período colonial a sua impopularidade era consequência da falta de formação médica em território brasileiro e do desinteresse de formados em medicina no exterior virem à colônia, o que tornava o número de profissionais diplomados no território muito limitado. Mesmo onde existisse a presença de médicos vindos de outros lugares, o saber médico era preterido a outras formas de cura manipuladas por parteiras, curandeiros, benzedeiros, sangradores, etc. sendo

muitos deles herdeiros de conhecimentos indígenas e africanos. Nesse sentido, a vinda da família real significa o início do processo de disseminação e formação de médicos no país, esses se tornariam mais atuantes nas próximas décadas, reivindicando a legitimação da medicina institucionalizada como superior a outras práticas de cura.

Neste íterim, tendo como base a origem da medicina acadêmica no Brasil e visando compreender as influências do saber médico na vida privada, se faz necessário desvelar a condição feminina no Segundo Reinado, recorte analisado neste trabalho, em especial nas recomendações envoltas pela moral do matrimônio no Brasil oitocentista. Para Mary Del Priore (1997), a tradição de um modelo familiar e a instituição do casamento enquanto meio de coesão social, “no seio da família, um nó”, assim como a relegação de papéis de gênero, possuem nítida correlação com o próprio processo de colonização lusitana e seus consequentes impactos socioculturais na organização social brasileira. Consoante Mary Del Priore, “o colonizador europeu trouxe para o Novo Mundo uma maneira particular de organizar a família. Esse modelo, constituído por pai e mãe ‘casados perante a Igreja’, correspondia aos ideais definidos pela Igreja Católica no Concílio de Trento, em 1545” (Del Priore, 1997, p. 10).

O casamento, neste sentido, servia também a difusão do catolicismo, sendo a família a ferramenta de transmissão de suas normas e moralidades ao longo das gerações e do tempo. Neste projeto, a mulher é fundamental, ainda que adquirindo um status social ambíguo:

Pobre ou rica, a mulher possuía, porém, um papel: fazer o trabalho de base para todo o edifício familiar- educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido. Ser, enfim, “santa mãezinha”. Se não o fizesse, seria confundida com um “diabo doméstico”. Afinal, sermões difundiam a ideia de que a mulher podia ser perigosa, mentirosa e falsa como uma serpente. Pois ela não havia conversado com uma no paraíso? O modelo ideal era Nossa Senhora. Modelo de pudor, severidade e castidade (Del Priore, 1997, p. 12).

No entanto, consoante a discussão trazida por Mariza Corrêa, o estudo da organização familiar brasileira deve evitar o perigo da homogeneização do contexto sócio-histórico. O padrão familiar dominante não era a realidade ampla: havia uma gama muito maior de redes e ramificações familiares. Apesar de tantos pressupostos promulgando o casamento, o conceito de família adquiriu um caráter maleável ao longo da história brasileira. Amasiados, viúvas, mães solteiras, a noção familiar variava e se aprofundava entre os grupos sociais constituintes desta sociedade, como também analisou Mary Del Priore (2013). A singularidade da família patriarcal brasileira destaca-se por não se restringir a tríade pai, mãe e filhos, apresentando diversas configurações e ramificações, a exemplo das redes de compadrio (Del Priore, 2013). Assim, a composição da sociedade colonial não serve como um denominador comum, mas é

nítido que a origem nesta do estabelecimento de certos ideais e papéis de gênero na sociedade, ainda observados no mundo hodierno.

O século XIX, para Michelle Perrot, ainda que imbricada a análise do contexto francês, foi o momento marcado por questões de reconstrução política, jurídica e social pós-revolucionária. Para Perrot, entre o público e privado, a família é fundamental ao Estado, como coloca a autora:

Cabe-lhe um sem número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão de patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e da civilidade (Perrot, 1991, p. 105).

Destarte, havia uma gama de redes e ramificações familiares e uma série de contextos que influíram na amálgama da estrutura familiar brasileira e da construção da subordinação feminina. Sendo a estrutura familiar brasileira um fenômeno complexo, que requer análises profundas, neste trabalho o foco é dado ao conceito hegemônico e adotado de família patriarcal, uma realidade mais próxima da vivência da elite, modelo ideal dominante e suas correlações com o saber médico institucionalizado.

A Medicina no contexto imperial brasileiro

O germe do saber médico no Brasil data do período de instalação da capital federal no Rio de Janeiro, em 1763, com a transferência da atenção econômica do nordeste para o sudeste, resultado da importância da exploração do ouro no período colonial. Após a vinda da Corte, em 1808, cresce o número de indivíduos que se instalam na capital do Império, sendo que essa não possuía planejamento para abrigá-los adequadamente. Em decorrência disso, a população não possuía estrutura para moradia, saneamento e vivia numerosamente em barracos apertados, nos cortiços, em condições de miséria. Com isso, as doenças já existentes, como a Varíola e a Febre Amarela, encontraram lugar propício para sua disseminação e diversas epidemias surgiram na cidade do Rio de Janeiro do século XIX. Nessa condição precária, sem médicos formados no Brasil, os indivíduos também não poderiam recorrer a médicos vindouros de Coimbra, pois as tropas napoleônicas impediam o despacho de especialistas. Até esse momento, o sistema educacional era restrito aos seminários e colégios jesuítas, que após sua expulsão, apresentou um vazio educacional (Ferreira, Fonseca, Edler, 2001). Por isso, a necessidade de formar profissionais em território brasileiro era emergencial, tanto que, no mesmo ano em que chegou, Dom João VI criou duas escolas de cirurgia no Brasil, uma em Salvador e, no mês seguinte,

uma no Rio de Janeiro. Ainda assim, o exercício da medicina no Brasil era limitado perante a atuação de médicos formados em Coimbra.

Em 1813, através da reforma do ensino médico, as escolas transformaram-se em academias médico-cirúrgicas, agora, operando sob normas próprias em detrimento dos estatutos da Universidade de Coimbra. Essas mudanças significaram a institucionalização da Medicina e o inicial “controle sobre as formas de credenciamento para o exercício da medicina” vistos como “peça fundamental na batalha pelo monopólio sobre a clientela e a consequente exclusão institucional de outras categorias de curadores” aos quais consideravam charlatões (Ferreira; Fonseca, Edler, 2001, p. 64). Nesse sentido, a afirmativa era de que a medicina seria um instrumento de cuidado da saúde do povo, resolvendo problemas sanitários e arquitetônicos das cidades, além de ordenar a circulação de bens e pessoas. Mas, seu projeto mais amplo “defende e justifica uma sociedade medicalizada, lutando por uma posição em que o direito, a educação, a política, a moral seriam condicionadas ao seu saber” (Machado *et al*, 1978, p. 194).

Mesmo assim, as diversas práticas de cura tinham maior receptividade que os médicos formados no Brasil, vistos com desconfiança. Em 1829, a Sociedade de Medicina surge, então, para colaborar no desenvolvimento das ciências médicas em torno da discussão acerca das denúncias de incompetência médica e elabora, em 1830, um plano que transforma as então academias em faculdades de medicina. O curso médico-cirúrgico passa a ser de 6 anos, contando com cursos de 2 anos de obstetrícia e 3 de farmácia, ao final, o formando era titulado doutor em medicina, farmácia e parteiro (Ferreira, Fonseca, Edler, 2001, p. 66). Ainda assim, nos seus primeiros 40 anos, as faculdades de medicina no Brasil se mostraram precárias e insuficientes. De acordo com Lilia Schwarcz (1993, p. 197) “vigorava a benevolência nos exames, a pouca capacitação dos mestres, a constante reclamação quanto a falta de verbas e dotações, as queixas em relação ao desrespeito por parte dos alunos”.

A Sociedade de Medicina assumiu o papel de propagação da imprensa médica, instrutora da opinião pública, e o de consultora da Câmara em assuntos de higiene, levando recomendações sanitárias ao âmbito político. Os autores Machado *et al* (1978, p. 191) apontam, ao analisar esse contexto, que a Sociedade de Medicina surge como pretenso regulador da higiene pública e da normalização da medicina, com lutas próprias da classe, como a afirmação da medicina como verdadeira prática de cura, e, conseqüentemente, o monopólio do saber que delimita o exercício da profissão de forma institucionalizada. Porém, de acordo com Gondra (2004, p. 59), o projeto higienista não encontrou condições econômicas, científicas, culturais e sociais para sua efetivação na primeira metade do século XIX, sendo incapaz de realizar o projeto de medicalização da sociedade, concentraram suas forças em estratégias de legitimação

social da medicina, tendo como meta a aproximação com o Estado. Em 1835, a relação entre o Estado e a Sociedade de Medicina se consolida quando essa se transforma em Academia Imperial de Medicina, a aliança seria benéfica diante do contexto epidêmico e de revoltas (Rohden, 2001, p. 68).

No Segundo império, a proposta da Medicina Social era tornar o Rio de Janeiro mais “civilizado” por meio da higiene e a partir da normatização de ideal de família, ela “vai dirigir-se à família ‘burguesa’ citadina, procurando modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social dos seus membros com vistas à sua adaptação ao sistema econômico e político” (Costa, 1980, p. 33). Para isso, era necessária a intervenção do Estado aliado à medicina sobre a família a fim de reestruturar os mecanismos de controle da ordem social. Sobre isso, ressalta Rohden (2001, p. 82) que é principalmente acerca do papel da mulher no núcleo familiar que ascende as preocupações médicas, “é na regulação de seus desejos, no protótipo da mulher ideal, pura, casta e civilizada, de acordo com os novos padrões, que se concentram as expectativas”.

Breve panorama de análise sobre gênero e matrimônio no Brasil oitocentista

Consoante às concepções de Heleieth Saffioti (1979), a análise acerca das construções de gênero na sociedade de classes requer a compreensão de um sistema mais amplo de dominação, o que pressupõe desnudar a fundamentação das relações econômicas estabelecidas no Brasil, suas conseqüentes influências no campo social, cultural e intelectual. O resultado da tradição portuguesa, destacada por Mary Del Priore, a economia estabelecida em bases agrárias e de escravismo no Brasil, e a constituição da dinâmica do mundo senhorial calcada em um molde patriarcal defendido por Saffioti, costuravam a coesão no molde de retalhos da dinâmica social escravista. A posição da mulher branca estava acima da mulher escravizada, mas abaixo do patriarca. As construções de dominação e a forma pela qual esta sociedade se relacionava com o poder desvela a própria organização familiar branca.* Sobre o matrimônio e liberdade feminina, tem-se que a tutela da mulher passava do pai diretamente ao marido através do casamento. Consoante a Saffioti, era normalizado que “aos quinze anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mães aos treze anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido”. (Saffioti, 2013, p. 240).

Durante o século XIX a sociedade brasileira se vê transpassada por uma série de transformações sociais, impulsionadas, entre elas, pelo processo de consolidação do capitalismo. As mudanças urbanas, como o processo de higienização e modernização do Rio

de Janeiro também influíram no estilo de vida. Mas não somente a cidade se viu influenciada por estes novos ares, mas os costumes e a vida familiar. Como coloca Maria Ângela D’Incao sobre a casa burguesa:

O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no século XIX influiu na disposição do espaço no interior da residência, tornando-a mais aconchegante; deixou ainda mais claros os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade (D’Incao, 2006, p. 228).

Destarte, observou-se um processo de interiorização da vida doméstica que, ao mesmo tempo, em contraposição, abre uma vida domiciliar da elite para a apreciação pública, no qual a mulher passa a ser também uma zeladora simbólica da imagem da família. Ou seja, “nesses lugares, a ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos ‘outros’. A mulher de elite passou a marcar presença em cafês, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social” (D’Incao, 2006, p. 228). Observa-se, assim, um emaranhado de relações sociais no qual havia a modernização e abertura da interação feminina ao espaço público no meio urbano, no entanto, o mesmo não ocorria no contexto rural, como analisa Saffioti, “A família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial.”(Saffioti, 2013, p. 264), o que reafirma o caráter social multifacetado brasileiro.

A própria literatura serve como ferramenta de interpretação ao passado e análise da relegação da mulher nas esferas de atuação ligadas ao lar e ao casamento. Os romances e a leitura se tornaram um hábito difundido entre as mulheres da elite. Para além da ficção romântica e escapismo da realidade, contudo, os romances também propugnavam o ideal feminino buscado. Segundo Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, os próprios romances urbanos do Rio de Janeiro no século XIX servem de objeto de análise sobre as imagens do feminino. Em primeiro lugar, pois os romancistas desta época incluíam no papel das heroínas diversos tipos de mulheres e situações, mas em especial, porque transmutam o ideal feminino às próprias leitoras, que em geral, são lapidadas pelo olhar masculino. (Bernardes, 1989, p. 46). A própria temporalidade feminina é demarcada coligada ao estado civil envolta do matrimônio:

Entre as marcas de maior relevo, são as situações sociais ligadas ao estado civil e a família. Essa se apresenta como foco centralizador do qual as figuras se irradiam nos enredos com maior ou menor realce: algumas passam de uma posição para outra, à medida que se casam, têm filhos, enviúvam; outras ocupam sempre o mesmo lugar na família (Bernardes, 1989, p. 47).

A infância das meninas é pouco retratada. O foco narrativo se dá pela passagem para a vida adulta, sendo um dos riscos o de “se tornar solteirona”. A velhice já é retratada como o

momento de decaimento. (Bernardes, 1989, p. 47). A vivência feminina no XIX fora da esfera corroborada pela estrutura familiar e pelo matrimônio era praticamente impensável, para além da moralidade religiosa, era uma necessidade econômica. (Bernardes, 1989, p. 54). Contudo, apesar do papel da literatura, a questão do acesso à educação não era uma constante entre as mulheres abastadas. Como pontua June E. Hahner (2012, p. 57) “A educação para mulheres de classe alta era centrada na preparação para seu “destino final” de esposa e mãe. Além disso, elas eram vistas como as guardiãs do lar e da família e mantenedoras da “base moral” da sociedade”. A visão estereotipada sobre o feminino e o estabelecimento de relações assimétricas de poder entre homem e mulher, dependeu ainda da construção de um sistema calcado na educação feminina voltada à construção da moralidade voltada ao papel de mãe e de cuidado com o lar e a família. Se na colônia a educação feminina não era necessária, no Brasil Imperial as poucas instituições voltadas ao ensino feminino ainda tinham como cerne as atividades do lar e não o pensamento crítico, o que corrobora ainda mais a naturalização da violência.

O casamento relativo às mulheres em teses médicas

A nova organização familiar do Estado implica na associação direta da hierarquia masculina inerente ao plano médico-político que estabelecia normas para os homens na sociedade vigente. Aliado do seu comando senhorial, que assinalava sua honra e poder através da posse de terras, bens e escravizados, o “pai higiênico” passa a calcar sua honra no seu controle sobre a sua mulher, que se tornaria seu bem unitário. A organização feminina no núcleo familiar enfatizou o papel da “mãe higiênica” que deveria cuidar dos seus filhos e educá-los. Toda essa nova conformação familiar é desenhada por Jurandir Costa Freire (1980), que percebe o discurso da maternidade como função natural da mulher juntamente com outras responsabilidades, como a amamentação, a educação e a instrução própria para driblar a mortalidade infantil. Nesse cenário, ela se torna indispensável para a saúde de sua prole, sua importância é alçada a outro patamar, o próprio aleitamento materno, antes delegado às amas de leite escravizadas, passa a ser uma exigência moral do gênero e uma atividade que impossibilita o ócio da mulher, agindo como um regulador do seu espaço social. Trata-se, então, de “mistificar a mulher no seu papel de esposa e mãe, de modo a que ela se sinta plenamente realizada enquanto tal” (Saffioti, 2013, p. 429).

Para entender esse discurso acerca da mulher, foram selecionadas para esse trabalho duas teses médicas, ambas escritas no século XIX, no recorte da década de 1840, sendo uma a tese intitulada “Considerações higienicas e médico-legaes sobre o casamento da mulher”, de Antonio da Fonseca Vianna, defendida no ano de 1842, e a outra “A mulher e matrimônio:

medicamente considerados”, defendida por Luiz Vianna D’ Almeida Valle, no ano de 1847. A utilização dessas fontes foi possível graças a sua digitalização e disponibilização pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. As teses selecionadas para a pesquisa passaram pela seleção de títulos relacionados ao casamento no Rio de Janeiro, considerando o contexto da cidade como capital do império e transformações urbanísticas, que pudessem imprimir concepções acerca do papel da mulher-mãe na família e na sociedade. As duas apresentaram um direcionamento moral acerca do papel feminino no casamento, nosso foco neste trabalho.

Em primeira análise, observa-se que o papel familiar é associado ao da mulher em ambas as teses médicas de 1842 e 1847, no Rio de Janeiro. Consoante com essa visão, em 1842, Antônio da Fonseca Vianna apresenta sua tese sobre o casamento destacando esse como um laço inviolável de “nações civilizadas”, um “pacto solene instituído para que os dois sexos possam satisfazer suas necessidades naturais, socorrerem-se mutuamente durante o curso da vida, e sobretudo, para perpetuar a espécie e assegurar a existência e felicidade dos filhos que devem nascer dessa união” (Vianna, 1842, p. 9). Neste sentido, a tese de 1847, defendida por Luis Vianna de Almeida Valle, reforça ao evocar a mulher como a única capaz da nutrição e cuidados dos filhos, ela seria o mais singular “remédio para algumas enfermidades, e por tudo muito interessa ao médico, e mesmo ao político, ao estadista” que cuidavam dos interesses humanos. Dessa forma, assim como discutido por Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes (1989) acerca dos discursos imbuídos nos romances históricos no Rio de Janeiro do século XIX, a mulher possuiria também nas teses médicas o eixo central de sua vida destacada nas relações ligadas ao casar e ser mãe. Ou seja, todas as fases de suas vidas são de preocupação médica e se encontram imbricadas com o que seria sua “função”.

É em meio à valorização da função materna da mulher no período de conformação de identidade nacional pós-Independência que a qualidade se destaca em detrimento da quantidade de filhos. Isso é perceptível quando Vianna (1842, p. 20) recomenda que as moças púberes não sejam mães, pois isso implicaria em perdas, morte e abortos, já que estas muitas vezes não tinham o corpo formado para amamentação ou para o parto, orientando que o casamento deveria esperar cerca de dois anos após a menstruação.

Esta condição fundamental, por mais arbitrária que pareça à primeira vista, lhe comtudo sancionada pela experiência de muitos séculos, como o meio o mais certo de segurar a vida, a saúde, a força e a longevidade da geração futura... (Vianna, 1842, p. 19).

Para além da conclusão da puberdade, o médico ressalta a necessidade do casamento em idade certa para que se garanta tanto a saúde da criança, como de certa maneira, garantir uma

“mocidade” feminina mais branda e que não tenha impactos como a precoce velhice da mulher. Atestando, ainda, que somente pais interesseiros casam suas filhas jovens com homens muito mais velhos por simples comodidade ou interesse, sendo que é mais cabível deixá-la escolher seu pretendente. “Há mais glória em facilitar a uma moça os meios de obter um esposo de sua escolha do que em estabelecer sobre ela a peso de ouro um direito legal de posseção” (Vianna, 1842, p. 21).

Comparando homens e mulheres, ambos os médicos observam uma contraposição entre os dois na puberdade. Luiz Vianna de Almeida Valle coloca que moço teria em todas as suas ações um “caráter audaz, uma mistura de ousadia e timidez”, em contraposição a mulher era “mais sensível que do homem, emprega também mais graça e rapidez em seus movimentos” (Valle, 1847, p. 4), devido ao que o médico chama por “gosto determinado para o seu destino”, ou seja, contrair matrimônio, buscando nesta fase da vida, a idade da puberdade “tudo o que é galanteio”. Essa diferença, seria pouco perceptível na infância já que seriam semelhantes fisicamente mas com diferenças morais:

Se observarmos a mulher nas primeiras idades da vida, veremos que ella se liga ao homem por tantos pontos de contatos, que seria difícil distingui-los quanto ao physico, senão tivemos em attenção o estudo dos órgãos sexuais. O mesmo, porém, não podemos dizer com respeito a moral de cada um. (Valle, 1847, p. 3-4).

Já a púbere quando apaixonada já sofreria maior impacto sobre isso que os jovens porque eram naturalmente mais suscetíveis a fatores como o ar, a luz, o calor, o frio, o relevo, a latitude, clima entre outros aspectos geográficos e naturais que permeiam a sua formação e teriam o poder de definir sobre seu organismo (Valle, 1847, p. 2). Levando em conta sua suscetibilidade, Vianna (1842, p. 16) afirma que o “estado de solteira” nela influencia a “produção da loucura”, não alterando somente áreas do cérebro ligadas ao amor, mas também no exercício de outros “atos intelectuais”. É a partir desse momento que a moça entra em contato com o esforço de conter seus “gritos da natureza” que ocasionam “epilepsia”, “histeria”, “loucura”, “palpitação”, “síncope” e teriam como consequência um estado melancólico. A solução oferecida para esse estado é o de, assim que percebidos os sintomas, unir a moça ao “objeto amado”, para que ela restitua a saúde através da “certeza de ter um marido, um apoio, e a esperança tão lisonjeira, para uma mulher verdadeiramente virtuosa, de poder ser mãe” (Vianna, 1842, p. 17).

Ao destacar a instabilidade feminina, Vianna elabora que seus comportamentos e temperamentos teriam impacto na sua gestação ou no leite que alimentaria o seu filho, restringindo a possibilidade de uma rebeldia sem culpa já que o bem estar da criança dependerá

da sua paciência. Para se adaptar a tal função, Valle defendia o acesso à educação que a instruisse na sua responsabilidade de ensinar seus próprios filhos, deliberando acerca da sua saúde e das recomendações médicas. Ressaltando que era perceptível que não existiam muitos exemplos de mulheres inventoras mas que isso, claramente, era fruto do afastamento dos meios de instrução e pelas cobranças sociais a que ela era submetida.

A mulher, aqui, já sofreria maior impacto sobre isso que os homens porque eram naturalmente mais suscetíveis. Nesse sentido, Vianna (1842, p. 16) afirma que o estado de solteiro influencia na “produção da loucura”, não alterando somente áreas do cérebro ligadas ao amor, mas também no exercício de outros “atos intelectuais”.. É a partir desse momento que a mulher solteira entra em contato com o esforço de conter seus “gritos da natureza” ou “uma desgraçada paixão” que ocasionam “epilepsia”, “histeria”, “loucura”, “palpitação”, “síncope” e teriam como consequência um estado melancólico, a solução oferecida para esse estado púbere é o de, assim que percebidos os sintomas, unir a moça ao “objeto amado”, que logo se restituiria a saúde através da “certeza de ter um marido, um apoio, e a esperança tão lisonjeira, para uma mulher verdadeiramente virtuosa, de poder ser mãe” (Vianna, 1842, p. 17). Mas, caso não seja possível deve-se instigar que elas façam exercícios, tomem ar, se distraiam, para enfraquecer o sistema cerebral e nervoso e fortificar o muscular (Vianna, 1842, p. 18)

De acordo com Valle, o matrimônio “deve ser proposto como meio higiênico e curativo, visto que a verdadeira medicina consiste em encaminhar sempre a ordem natural” (Valle, 1847, p. 18). Nesse ínterim, a mulher continente, privadas do apelo de sua natureza, que a destinavam à maternidade e ao casamento, tornar-se-ia frágil, melancólica e até mesmo louca. Para Vianna, nem mesmo as que não eram continentes, como as prostitutas, estariam isentas desse mal já que a falta não é sexual e sim familiar.

Ainda seguindo-se a ideia de “contraposição” entre gêneros, Valle coloca que a mulher a partir do início da puberdade buscava apenas “galanteios” e a aprovação masculina. Seus órgãos, destinados a concepção seriam mais complexos que o homem e suas regras costumavam durar dos 12 aos 45 anos. Contudo, é a velhice que demarca a trajetória da importância e relevância feminina ao matrimônio: “deixa de viver para a espécie, vivendo exclusivamente para si” (Valle, 1847, p. 14).

Para além disso, a mulher na concepção do médico, ao envelhecer perderia ainda seus traços femininos: “a sua velhice é de ordinário mais precoce que a do homem, e de repente esse tão belo quadro que há pouco se apresentava com as cores e o viço da mocidade, é agora sombrio, triste e aniquilado” (Valle, 1847, p. 14). Ou, ainda, ressaltando a perda da “utilidade feminina”, ressalta a aproximação da mulher com um ser não mais feminino, quase uma

incógnita social: “a mulher perdendo seus encantos parece adquirir o gosto e as ideias do homem na idade madura” (Valle, 1847, p. 15). Agora, longe de ter o matrimônio como uma aspiração, Valle coloca que “a mulher isenta de tais prejuízos possui nessa época um pesar mais seguro, uma sensibilidade melhor entendida, um coração mais franco enfim” (Valle, 1847, p. 15) e prosseguindo, “se se liga ao homem não é guiada pelo interesse nem pelo galanteio; ela lhe prodigaliza suas carícias e consolações, sem ser a única razão disso o parecer bem” (Valle, 1847, p. 15). Ou seja, ainda assim a visão sobre a mulher se constrói nesta busca incessante em outras fases de sua vida pela companhia masculina para além da satisfação moral ligada ao matrimônio e à maternidade. A satisfação sexual feminina transparece ao olhar de Valle como algo que ocorre na velhice, quando já não se pode atender às funções principais.

Sobre o temperamento da mulher, Valle conclui que em oposição homem, mulher possui um diferente “sistema sanguíneo e nervoso.” A moralidade feminina é destacada novamente como dúbia, ora marcada pelo recato e modéstia, ora sendo, como já colocado pelos discursos da Igreja, uma espécie de maldade intrínseca. Consoante a Luis Vianna sobre o temperamento e conduta feminina, sendo nítido o constante receio masculino por parte das ações femininas e sua constante postulação de caráter imprevisível: “[...] são dotadas de uma imaginação ardente, e suas paixões suscetíveis de exacerbar-se mediante a acção da mais insignificante causa. Capazes das mais heróicas virtudes, são também dos crimes os mais horrorosos do mundo” (Valle, 1847, p. 13).

Ambas as teses apresentadas ressaltam a influência que as mulheres possuem na formação da criança e do homem, retratam-a como alguém que mesmo “sem estudo ela lê facilmente o coração do homem, adivinha seus pensamentos e conhece por instinto o poder de uma palavra, a expressão de um gesto, um olhar” (Vianna, 1842, p. 12). Esse trecho retoma o que Perrot (PDF 154) aponta como o medo das mulheres que “puxam os fiozinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública”, já que elas seriam espertas tanto para o bem quanto para o mal, nascendo a necessidade de normatização.

Sobre a constituição do hímen, o médico Luiz Vianna de Almeida Valle, contrariando primeiras impressões sobre o mesmo como um sujeito histórico de seu tempo, destaca condições particulares sobre a membrana feminina tão discutida ao longo da história. Ao discorrer sobre a “descrição anatômica do aparelho genital da mulher”, Valle destaca que o hímen possui constituição diversa: “A forma da membrana hymen varia algumas vezes singularmente” (Valle, 1847, p. 7) mas principalmente, destaca que “Esta membrana é caduca, e rompe-se mediante uma infinidade de causas” (Valle, 1847, p. 7). Ou seja, apesar dos

aparelhos de dominação feminina, pode-se observar que mesmo os recursos sobre a honra e a virgindade não se mantiveram os mesmos ao longo do tempo.

Por fim, fica evidente que a necessidade do casamento, para o médico, é indispensável para a garantia do homem e da educação dos filhos, além de contribuir na repartição dos bens. Vianna (1842, p. 11) levanta a ideia de que a superioridade no número de meninas nascidas em relações poligâmicas estava estritamente ligada ao fato de que um homem para várias mulheres se torna fraco, e com a fraqueza dele e a força delas, nasceriam mais crianças do gênero delas. Esse argumento baseado na observação de animais domésticos ressalta que a poligamia faria um descontrole populacional de mulheres, por isso a monogamia era mais equilibrada e “força ainda a mulher a espalhar por toda a sociedade a doçura, a afabilidade e a polidez que fazem a base de seu caráter” e que assim as mulheres “gozão de toda liberdade que reclama sua organização natural”.

Conclusão

A análise das teses médicas escritas por António da Fonseca Vianna e Luiz Vianna de Almeida Valle revela a construção de uma narrativa que associa a organização familiar ao controle social sobre as mulheres no contexto do Rio de Janeiro. A mudança na estrutura familiar, segundo Jurandir Costa Freire (1980), reflete uma transição do poder senhorial para um controle mais direto sobre as mulheres, enfatizando o papel da "mãe higiênica" e acentuando a importância da maternidade como função natural da mulher.

Essas teses médicas delineiam um quadro no qual a mulher de elite é responsabilizada pela família, possuindo influência na formação da criança e na moralidade do lar, e essas obrigações delimitam o que deveria ser seu lugar no mundo. Reforçando a ideia de que o casamento monogâmico é crucial para a saúde e longevidade, essa nova sociedade pós-Independência exige como prioridade a saúde, os laços e cuidados nucleares da família ‘burguesa’, pois os filhos são parte do futuro do Estado e devem ser vistos e criados com importância superior ao do período colonial. A mulher passa a ser vista como a principal aliada nesse projeto, os médicos atribuem a elas a responsabilidade de cuidados que pudessem controlar a mortalidade infantil, responsabilidades essas que também serviriam como uma delimitação do seu espaço.

Textos médicos e leigos foram escritos especialmente para atingir as mulheres, almejando modificar-lhes os hábitos em relação ao cuidado dos filhos e transformá-las em clientes-confidentes, verdadeiras aliadas dos médicos na tarefa de moralizar as relações familiares, segundo um modelo prescrito pela higiene. A valorização da mulher como mãe foi, sem dúvida, uma estratégia bem-sucedida que contribuiu para

a entrada do médico na vida privada, tornando-o uma espécie de conselheiro sobre vários aspectos da vida familiar (Martins, 2004, p. 81).

Esses argumentos demonstram novas formas de entender a relação entre casais e a medicina do XIX, que tenta se mostrar científica mas possui ligações religiosas, ainda mais em um período que a ciência era mais rudimentar e pouco se sabia sobre os papéis dos microrganismos, só aprofundado no final do século. Além disso, as teses abordam questões como a virgindade, a puberdade, a influência e a mudança de status da mulher na velhice. A mulher é retratada como alguém que, ao envelhecer, perde seus encantos e, conseqüentemente, sua utilidade feminina de procriação. Essa perspectiva médica reforça a ideia de que a principal realização da mulher está ligada à sua função como esposa e mãe.

O caráter inovador das teses, mesmo que condizentes com pensamentos da sua época, está na percepção da falta de instrução feminina como prejudicial. Está também na definição do hímen, associada à virgindade, como uma membrana sensível que se romperia com facilidade. Esse apontamento levanta discussões acerca de como a medicina se construía já desvinculando virgindade e hímen ainda associados nos processos de defloração e honra. Além disso, contrariando o costume da época, o casamento de meninas muito novas é visto como um grande problema de mortalidade já que as meninas não teriam capacidade física e psicológica para arcar com essa função de extrema importância que é a maternidade. Por fim, a análise dessas teses fornece vestígios sobre como a medicina do século XIX estava intrinsecamente ligada à construção de normas sociais a partir de comportamentos considerados saudáveis e morais para as mulheres, sendo que suas reminiscências ainda podem ser percebidas no que se espera da mulher hoje.

Referências

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres De Ontem?: Rio De Janeiro, Século XIX.** São Paulo: T.A. Queiroz. 1989.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira.** In: Org. Antônio Augusto Arantes (et.al). Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil. Editora da Unicamp, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** In: Ordem médica e norma familiar. 1989. p. 282-282.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto. 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de Mulher.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. D. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 8ª ed., 2006.

FERREIRA, L. O., FONSECA, M. R. F., and EDLER, F. C. **A faculdade de medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino.** In: DANTES, M. A. M., ed. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, pp. 57-80. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-157-0. <https://doi.org/10.7476/9786557081570.0004>.

GONDRA, José. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HAHNER, June Edith. Honra e distinção de famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-64.

MACHADO, Roberto et al. **A danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, 287 p. História e Saúde collection. ISBN 978-85-7541-451-4.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Trad. Denise Bottman; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher** [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection. 224 p. ISBN 978- 85-7541-399-9.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX.** Editora Companhia das Letras, 1993.

Contribuições da abordagem de gênero para a História Ambiental brasileira

LOPES, Vanessa Cadó

Graduanda em História na Universidade Federal de Santa Maria

vanessacadolopes@gmail.com

Resumo: Este texto é contemplado pelo projeto de pesquisa “História Ambiental e abordagem de gênero no Brasil: uma análise historiográfica (1981-2023)” apresentado como trabalho de conclusão de graduação em História no segundo semestre de 2023. O estudo visava realizar uma análise historiográfica da presença do “recorte” de gênero nos trabalhos de História Ambiental produzidos no Brasil após 1981 (vide a Lei nº 6.938). Recorte era aqui compreendido como aquilo que delimita espaço, tempo, sujeito-objeto ou enfim, as temáticas dos estudos históricos. Porém, com a leitura da bibliografia selecionada para o projeto, ficou evidente que neste caso o gênero não opera como recorte, afinal os trabalhos não se restringem a uma mesma temporalidade, espacialidade ou temática. Na verdade, transitam por diferentes sub-áreas da História Ambiental. Assim, do que estamos falando quando utilizamos o “gênero” em pesquisas sobre a agricultura, florestas, assentamentos, trabalho rural, etc? O que a análise a partir desta categoria pode dizer sobre o contexto estudado? Neste trabalho pretendo responder as questões observando duas dimensões do gênero operando na História Ambiental: como marcador de sujeitos e como categoria de análise. A primeira dimensão do gênero operando na história é como marcador de sujeitos. Isto é, todos aqueles que não pertencem ao masculino são, de alguma maneira, marcados pelo estigma de gênero e convivem com as implicações sociais destes estigmas. Já o gênero como categoria de análise é um método de decodificar e compreender a complexidade imbricada nas relações humanas, pois estas são construídas e legitimadas pelos marcadores sociais. Ou seja, esta categoria de análise pode servir como uma ferramenta, uma lupa, que nos permite primeiramente enxergar, e depois investigar e compreender a realidade vivida nas margens. As narrativas de sujeitos marcados por gênero que não se enquadram na centralidade de Homem Branco. Portanto, quando falamos do gênero em pesquisas históricas estamos referindo à legitimação de narrativas marginais e à ferramenta metodológica que permite a compreensão destas realidades. Para a História Ambiental estes aspectos são especialmente importantes porque este campo se constitui justamente a partir do esforço de inclusão e abrangência de sujeitos históricos antes desconsiderados (ambientes, paisagens, não-humanos). Consistindo em uma ciência de sujeitos múltiplos. A abordagem de gênero é uma alternativa para realizar o movimento de localizar de onde/quem parte o conhecimento e de considerar perspectivas marginalizadas, sejam de mulheres, não-humanos, ambientes. Ou seja, uma ferramenta para tornar a História Ambiental ainda mais múltipla e inclusiva.

Palavras-chave: História Ambiental; gênero; feminismo.

“Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos”
(Braudel apud Moore, 2003, p. 431).

Este trabalho é contemplado pelo projeto de pesquisa “História Ambiental e abordagem de gênero no Brasil: uma análise historiográfica (1981-2023)” apresentado como trabalho de conclusão de graduação em História no segundo semestre de 2023. O presente texto se refere às discussões introdutórias constantes na monografia realizada. Tem como objetivo realizar

uma reflexão teórica acerca da história ambiental a partir de uma perspectiva/abordagem de gênero. A fim de demonstrar a importância da utilização desta categoria de análise (Scott, 1989) e de que maneira o “gênero” pode estar implicado nas investigações histórico ambientais.

Quando esta pesquisa estava no começo, acreditávamos que ela trataria de trabalhos de história ambiental com “recorte” de gênero. Em um sentido metodológico, recorte era aqui compreendido como aquilo que delimita espaço, tempo, sujeito-objeto ou enfim, as temáticas dos estudos históricos. No entanto, a partir da leitura da bibliografia selecionada para o projeto, ficou evidente que o gênero não opera como um recorte, pois não limita nenhum aspecto das pesquisas. Os trabalhos são muito distintos em suas temáticas e transitam por diversas sub-áreas da história ambiental. Assim, do que estamos falando quando utilizamos o “gênero” em pesquisas sobre a agricultura, florestas, assentamentos, trabalho rural, etc? O que a análise a partir desta categoria pode dizer sobre o contexto estudado? Nesse sentido, veremos como o gênero pode operar nas pesquisas realizadas no campo da história ambiental e quais as contribuições da utilização da epistemologia feminista para análises histórico ambientais.

A história ambiental é um campo de estudos recente, estruturado e difundido a partir da década de 1970, em consonância com os crescentes debates sobre a crise global e a participação em movimentos ambientais entre cidadãos de vários países (Worster, 1991, p. 198). Em 1979, cria-se a primeira instituição científica voltada para este campo historiográfico, denominada American Society for Environmental History (Pádua, 2010, p. 81). Como evidencia a citação que abre esta introdução, a história ambiental é constituída a partir de uma mudança de perspectiva acerca do sujeito histórico. Até então, nós historiadores olhávamos

por *detrás* dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente *os homens* que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça (Bloch, 1976, p. 28, grifos meus.)

O que importava historiograficamente era o “homem no tempo”, suas ações, instituições, conflitos e acordos, etc. Elementos como *os traços sensíveis da paisagem* possivelmente não eram considerados fonte histórica, muito menos, agentes das narrativas.

A história ambiental propõe uma ampliação da perspectiva, buscando incluir um conjunto mais diverso e aprofundado de sujeitos e objetos de estudo.

Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são

uma espécie distinta e "supernatural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (Worster, 1991, p. 199).

O surgimento deste campo de estudos se pautava no reconhecimento de que a tradicional separação homem-natureza era ineficaz para compreender os contextos históricos. Afinal, qualquer ser humano em qualquer tempo esteve e viveu em contato com algum ambiente, paisagem ou clima, com os quais interagiu e “foi interagido” (atendeu às demandas, se adaptou, obteve alimento, abrigo, sobrevivência, etc).

Além disso, a crise ambiental e os fenômenos naturais, que se tornam grandes desastres mediante nossa falta de preparo e estrutura, são óbvias consequências da maneira como os seres humanos interagiram com este planeta no passado. Bem como, a herança que deles recebemos, expressa em nossa conduta capitalista e exploratória, vide à crescente ocorrência de desastres antropogênicos no Brasil e no mundo: Vila Socó (SP), 1989; Goiânia (GO), 1987; Guanabara (RJ), 2000; Araucária (PR), 2000; Cataguases (MG), 2003; Mariana (MG), 2015; Brumadinho (MG), 2019 (Soares; Schonardie, 2020, p. 2-3). Acrescento também, a questão dos povos indígenas afetados pelo uso exploratório dos recursos naturais, especialmente o caso dos Yanomami, que veio a público recentemente mas que é um conflito que dura décadas.

No entanto, mesmo quando ocorre a mudança de perspectiva que permite construir uma história de sujeitos múltiplos, alguns historiadores ainda se referem ao sujeito humano universal expresso pela figura masculina: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos (Braudel *apud* Moore, 2003, p. 431). Existe uma problemática em utilizar o termo “homem” para designar todo o conjunto de seres humanos que compartilha determinados espaços, mesmo que esta utilização linguística seja “justificada” pela sua datação.

A suposta universalidade do termo “homem” não se confirma na narrativa histórica porque na verdade descreve uma experiência humana bastante específica, a do gênero masculino. A experiência daqueles que não se encaixam nos padrões masculinos de gênero (mulheres, transsexuais, não-binários, etc) não costumava ser percebida como importante e não era parte da narrativa.

No entanto, teóricas feministas como Donna Haraway perceberam que todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida (1995, p. 22). Nesse sentido, pontos de vista produzidos por olhares masculinos também são conhecimentos situados e específicos, não representam a totalidade das experiências humanas.

Wilhelm Dilthey defende que cada visão de mundo é, à sua maneira, verdadeira. Na medida em que expressa determinada dimensão do universo, uma parcela da verdade, e nega a

possível apreensão da verdade total por um sujeito. A “verdade histórica” seria alcançada através da utilização de todos os ângulos pelos quais determinado fenômeno foi observado (*apud* Reis, 2003, p. 385-392). Nesse sentido, uma ciência histórica constituída sem incluir outros ângulos é incompleta.

Isso porque alguns marcadores como raça, classe e gênero implicam em estigmas sociais que geram experiências radicalmente diferentes com narrativas legítimas. A visão do corpo marcado por gênero não é menos objetiva do que a do sujeito “universal”.

Gostaria de insistir na natureza corpórea de toda visão e assim resgatar o sistema sensorial que tem sido utilizado para significar um salto para fora do corpo marcado, para um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum. Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas (Haraway, 1995, p. 18).

A autora então propõe a objetividade feminista, traduzida em saberes localizados. A construção de uma ciência baseada nestes termos nos permite nomear onde estamos e onde não estamos nas dimensões do espaço (mental e físico). Ou seja, situar o conhecimento. A objetividade feminista assume a corporificação específica e particular de todos os sujeitos, rejeitando as noções de transcendência e de separação sujeito-objeto. Apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva (*op. cit.*, p. 21). Isso porque nos tornamos capazes de refletir criticamente sobre nossa própria posição no mundo e sobre a narrativa que produzimos a partir dela, sem pretender falar e representar por outros.

O eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado, o que pode construir e juntar-se à conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história. Divisão, e não o ser, é a imagem privilegiada das epistemologias feministas do conhecimento científico. “Divisão”, neste contexto, deve ser vista como multiplicidades heterogêneas, simultaneamente necessárias e não passíveis de serem espremidas em fendas isomórficas ou listas cumulativas. Esta geometria é pertinente no interior dos sujeitos e entre eles. A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão (*op. cit.*, p. 26).

Por epistemologia entendemos o conhecimento teorizado, produto da reflexão sistêmica dos caminhos através dos quais se obtêm o entendimento cientificamente dirigido. Informa sobre a consistência lógica das teorias e os limites do conhecer. Também estendemos a compreensão à epistemologia como teoria, abrangendo o estudo do conhecimento humano em termos amplos. A episteme consiste nas possibilidades de pensamento sistemático, aliadas à reflexão radical de um determinado saber. Logo, a epistemologia feminista visa refletir acerca do conhecimento produzido (ou a ausência deste) sobre as mulheres e elementos a elas vinculados, como a evidencialidade e normatização dos corpos, a submissão de sua sexualidade

e sua função social⁵⁹. Bem como, reforçar a importância da atuação de teóricas feministas que vem alargando diversos horizontes antes balizados pelo saber masculino.

De acordo com Margareth Rago, a epistemologia define o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos (2006, p. 3). E que portanto, deveríamos nos ater ao processo de constituição de (algumas) epistemologia(s) feminista(s), e de um “projeto feminista de ciência”.

Pois este, segundo a autora, não só aponta o modo dominante como o conhecimento científico tem sido elaborado, também propõe uma maneira alternativa de operação metodológica. Dado que é preciso reconhecer que sujeitos marcados por gênero possuem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, logo, sua formulação parte das margens, processo que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso.

Utilizar o gênero como uma categoria de análise nas pesquisas históricas é um método

(...) de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica (Scott, 1989, p. 23).

O gênero pode ser uma ferramenta, uma lente que nos permite primeiramente enxergar, e depois investigar e compreender a realidade vivida nas margens. A narrativa de sujeitos marcados por gênero que não se enquadram na centralidade de Homem Branco. Diante disso, identificamos duas dimensões em que o gênero pode operar nas pesquisas históricas: como marcador de sujeitos e como categoria de análise.

Identificar estas dimensões é importante porque possibilita que mais historiadoras(es) as incorporem em sua vivência acadêmica: consumindo a ciência produzida por estes corpos marcados, legitimando suas narrativas, se auto-situando enquanto corpo e sujeito histórico, e incluindo o gênero em sua metodologia como uma categoria de análise útil para sua investigação.

Diante disso, a fim de nos referir às epistemologias feministas enquanto teorias e aos processos metodológicos que propõe (como a localização dos saberes e a utilização do gênero

⁵⁹ Para saber mais veja: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. Masculino, Feminino, Plural. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2006. LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte - MG. Ed Autêntica, 2019.

como categoria de análise), utilizamos o termo abordagem de gênero. Com o intuito de reportar este abrangente conjunto de saberes (teoria e método) proposto pela Teoria Feminista.

Para exemplificar a proficuidade da abordagem de gênero em pesquisas acadêmicas menciono um caso debatido por Angela Davis, em trabalho da década de 1980:

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários. Considerando que suas mães escravas também haviam trabalhado nas usinas de algodão do Sul, nas refinarias de açúcar e até mesmo nas minas, elas não haviam conseguido um progresso significativo. Em 1890, para as mulheres negras, devia parecer que a liberdade estava em um futuro ainda mais remoto do que no fim da Guerra Civil (Davis, 2016, p. 95).

Esta autora é pioneira na defesa da compreensão dos marcadores sociais (gênero, raça e classe) enquanto geradores de estigmas que se interseccionam. Bem como seu impacto na criação de realidades e narrativas. Davis demonstra que o contexto da maioria das mulheres negras dos Estados Unidos no final do século XIX ainda é o da privação da liberdade. Os dados evidenciados pela autora confirmam a particularidade da situação social deste grupo, produto do passado de dominação branca/masculina.

No entanto, se a pesquisadora em questão buscasse investigar a situação a partir da perspectiva mais tradicional (através da “universidade”, da perspectiva central, branca e masculina) seria impossível visualizar a especificidade da situação das mulheres negras. Afinal em dezembro de 1865 foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos a 13ª Emenda à Constituição que aboliu oficialmente, em território estadunidense, a escravidão e a servidão involuntária, exceto como punição por um crime⁶⁰. Nesse caso, os documentos e depoimentos oficiais não são suficientes para o historiador vislumbrar a complexidade da questão (como a contradição da liberdade garantida em lei e a situação destas mulheres escravizadas). A epistemologia feminista viabiliza a escuta de outros testemunhos, localizados fora da centralidade construída pelo poder.

Para demonstrar qual é a relação da reflexão sobre a abordagem de gênero e a história ambiental, seguirei no exemplo pautado por Angela Davis:

⁶⁰ Aprovada a 13ª. Emenda que aboliu a escravidão nos EUA. Por Joelza Ester Rodrigues. **Ensinar História**. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/aprovada-a-emenda-que-aboliu-a-escravidao-nos-eua/>>. Acesso em 04 dez. 2023.

Assim como acontecia na época da escravidão, as mulheres negras que trabalhavam na agricultura – como meeiras, arrendatárias ou assalariadas – não eram menos oprimidas do que os homens ao lado de quem labutavam o dia todo. Em geral, elas eram obrigadas a assinar “contratos” com proprietários de terras que desejavam reproduzir as condições de trabalho do período anterior à Guerra Civil (2016, p. 96).

Não seria estranho um(a) historiador(a) ambiental interessado nas questões deste contexto: trabalho/trabalhadores rurais, opressão no campo, agricultura no sul dos EUA, contratos rurais, proprietários de terras, enfim. Dessa maneira, consideramos indispensável que o/a pesquisador(a) seja capaz, e tenha as ferramentas para isso através da abordagem de gênero, de apontar as diferentes realidades entrelaçadas com um mesmo ambiente. Evitando generalizações inadequadas e o encobrimento de opressões históricas.

No que concerne a estes processos de poder e dominação, o ecofeminismo é um movimento político filosófico que têm apontado a conexão da subjugação da natureza e dos sujeitos colonizados e/ou marcados por gênero. Refletindo sobre as lógicas de opressão e seus mecanismos de manutenção do poder. Autoras importantes deste movimento, como Carolyn Merchant (1980), Vandana Shiva e Maria Mies (1993) propõem uma perspectiva interseccional que percebe a exploração da natureza e a opressão de seres humanos como fenômenos interconectados. Já que tanto a destruição dos ambientes quanto a desvalorização do sujeito marcado (por gênero, raça ou classe) são promovidos pelo capitalismo e pelos paradigmas do patriarcado.

Dessa maneira as lutas por justiça ambiental, direitos das comunidades (rurais e indígenas) e igualdade de gênero estariam intrinsecamente vinculadas. As autoras do ecofeminismo também promovem uma pesada crítica aos abusos sócio-ambientais que vêm sendo cometidos em nome do progresso e do desenvolvimento financeiro/tecnológico.

As autoras também discutem as diferentes maneiras como homens e mulheres são socializados para relacionar-se com seu ambiente. Apontando que, pelo fato de encarregar-se do local de habitação, as mulheres geralmente são mais conscientes de elementos ambientais cotidianos, como o plantio e manejo de alimentos, as transformações na qualidade da água, do solo, etc. Por isso, diante da lógica exploratória do capitalismo, as ecofeministas sugerem uma maneira de interagir com a natureza baseada nestes princípios feminilizados (ligados à condição feminina) orientados pelas noções de responsabilidade, cuidado e respeito.

Os fundamentos desta conduta exploratória podem ser atribuídos à definição ocidental de natureza. A autora feminista Val Plumwood (1993) destaca que a maneira como conceituamos e nos relacionamos com o ambiente está estruturada a partir de um pensamento ocidental, baseado em dicotomias hierárquicas. Este paradigma assenta dualismos que opõem

elementos como: masculino/feminino; racional/irracional; cultura/natureza; civilização/barbárie; humano/não-humano. Estas oposições estabelecem hierarquias que aprisionam os sujeitos marcados, os não-humanos e a natureza à condição inferiorizada, e portanto, passível de ser dominada, conquistada e/ou explorada.

À luz das postulações do ecofeminismo, retorno à análise do caso proposto por Angela Davis, das mulheres negras nos EUA ao final dos anos 1890 (2016, p. 96). Os aspectos da opressão sofrida por estas mulheres e do poder sobre elas exercido transformava drasticamente o modo de vida deste grupo. Consequentemente, alterava também a maneira como elas se relacionavam em comunidade e com seu entorno, seu ambiente. Em contrapartida, ainda mais por serem trabalhadoras do meio rural, seu ambiente alterava/influenciava a maneira e as possibilidades de organização da vida (recursos disponíveis, formas de trabalho, etc).

Portanto, gênero e ambiente se configuram e influenciam mutuamente. Assim como referiu Joan Scott (1989, p. 23) a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. Da mesma maneira, o gênero constrói o ambiente e o ambiente constrói o gênero.

Nos últimos anos algumas autoras latinoamericanas, entre elas Diana Ojeda, têm apontado esta mutualidade:

trabajos más recientes sobre el tema se han dedicado al análisis de qué tipo de hombres y de mujeres son constituidos en su relación con el ambiente que los rodea y cómo, a su vez, ese ambiente es producido a partir de la constitución de dichos sujetos marcados por género. Dicha aproximación procesual y relacional a la mutua constitución de sujetos y naturalezas engendrados ha permitido prestar atención también a preguntas sobre el papel que juegan los discursos y las prácticas sobre la femineidad, la masculinidad y la sexualidad en la manera en la que los seres humanos ocupamos y transformamos distintos espacios y ambientes (2011, p. 65).

De acordo com Ojeda, a percepção da constituição mútua de sujeitos e ambientes possibilita a compreensão dos impactos de discursos e práticas sobre a feminilidade, masculinidade e sexualidade na forma como ocupamos e transformamos espaços e ambientes. Mas também, que tipo de homens e mulheres são constituídos a partir da relação com o ambiente que os rodeia.

Na interpretação da autora, em consonância com o ecofeminismo, o ambiente por sua vez é concebido a partir da relação com os sujeitos marcados por gênero. O trabalho que Ojeda desenvolveu em seu doutoramento versa sobre a maneira que a acentuada promoção turística na última década na Colômbia, especialmente no Caribe Colombiano, tem se pautado na constituição de lugares paradisíacos ocupados por corpos sexualizados e naturezas exuberantes (2011, p. 68).

Além dela, outras autoras como Gabriela Nouzeilles, Norma Alarcón, Coco Fusco, Ileana Rodríguez, Graciela Montaldo e Freya Schiwy exploram esta produção mútua de paisagens latinoamericanas e os sujeitos marcados por gênero que as habitam. Bem como, a atuação de estigmas, discursos e práticas sobre o gênero e sexualidade na concepção dos ambientes e na relação estabelecida entre humanos e sua paisagem.

A obra organizada por Nouzeilles (2002), denominada “La naturaleza en disputa - Retóricas del cuerpo y el paisaje en América Latina”, é bastante representativa destes estudos. Nela encontram-se artigos como o de Rodríguez, que analisam a metáfora da “República das Bananas”, ou “Chiquita Banana”, como um meio de feminilizar identidades e culturas nacionais. Através da criação, por parte dos países hegemônicos, de um imaginário baseado em estereótipos manejáveis e justificatórios, para práticas de apropriação e exploração (2002, p. 86).

O contexto brasileiro, mencionado no começo deste texto, é também emblemático quando falamos em processos de estereotipações e explorações. Por isso a potencialidade de construir pesquisas orientadas pelas compreensões acima discutidas. O território Brasil guarda em si paisagens e sujeitos radicalmente distintos, mas na mesma medida que se produzem diferentes contextos, observa-se também múltiplas formas de dominação. Que com urgência precisam ser apontadas e discutidas.

Para a História Ambiental estes aspectos são especialmente importantes porque este campo se constitui justamente a partir do esforço de inclusão e abrangência de sujeitos históricos antes desconsiderados (ambientes, paisagens, não-humanos). Consistindo em uma ciência de sujeitos múltiplos. A abordagem de gênero e seus saberes teórico-metodológicos apresenta-se como uma alternativa para realizar o movimento de localizar de onde/quem parte o conhecimento e de considerar perspectivas marginalizadas, sejam de mulheres, não-humanos, ambientes. Ou seja, uma ferramenta para tornar a história ambiental ainda mais múltipla e inclusiva.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1976.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

LOPES, Vanessa Cadó. **História ambiental com abordagem de gênero no Brasil: uma análise historiográfica (1981-2023)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 68. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte - MG. Ed Autêntica, 2019.

MERCHANT, C. **The Death of Nature: Women, Ecology and The Scientific Revolution**. Harper & Row. 1980.

MIES, Maria. SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

MOORE, Jason. Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history. **Organization and Environment**, v.16, n.4, p.431-58, Dec. 2003.

NOUZEILLES, Gabriela (comp.). **La naturaleza en disputa: Retóricas del cuerpo y el paisaje en América Latina**. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

OJEDA, Diana. Género, naturaleza y política: Los estudios sobre género y medio ambiente. **HALAC**. Belo Horizonte, volumen I, n 1, setiembre 2011 – febrero 2012, p.55-73.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature**. Londres: Routledge, 1993.

RAGO, MARGARETH. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. **Masculino, Feminino, Plural**. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

REIS, José Carlos. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: EDUEL, 2003.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SCOTT, Joan; DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Cadernos de História UFPE**, v. 11, n. 11, 23 dez. 2016.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología y desarrollo**. Madrid: Editorial Horas y Horas, 1995.

SOARES, Camila; SCHONARDIE, Elenise Felzke. Desastres ambientais no Brasil. **XXVIII Seminário de Iniciação Científica. Salão do conhecimento**, Unijuí, 2020.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Estudos históricos**. v. 4 n. 8: História e Natureza, 1991.

A participação intelectual feminina no medievo do século XII a partir da compreensão de gênero

SILVEIRA, Camilla Höehr dos Santos da
Graduanda de História - Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria
camillahoehr@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é fruto de uma iniciação científica no grupo de estudos sobre o medievo e a renascença, o Virtù. Diz respeito a uma reflexão quanto à percepção de gênero no século XII sob a base teórica da filósofa Prudence Allen e sua teoria da relação entre os sexos. Essa temporalidade foi escolhida, pois no território francês e italiano no ocidente viu-se uma maior participação feminina no ambiente intelectual. Isso se dá pouco antes e em transição para o retorno da ciência aristotélica e a percepção misógina sobre a figura da mulher que o renascimento urbano reacende. A pesquisa pretende, através dos tratados atualmente atribuídos à médica Trotula de Ruggiero compreender quais os entendimentos sociais e culturais que permitiram tal realidade que podem ser vistos inseridos em seus escritos. Realizar-se-á a partir de uma análise da figura social de Trotula e da concepção de gênero e sexo que ela e seu meio entendiam. Esta personagem foi escolhida, pois Trotula era mestra na Escola Medica Salernitana, em Salerno, no sul da Itália. Esse papel, costumeiramente reservado ao público masculino, se vê rompido por uma aceitação feminina tanto para discentes como para docentes, sendo chamadas as mulheres que estudavam na Escola de *mulieres Salernitanae* (Simoni, 2010). Sendo assim, essa apresentação tem por objetivo expor este tema de pesquisa junto a algumas discussões historiográficas já existentes sobre tal.

Palavras-chave: Gênero; medievo; História intelectual.

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma iniciação científica no grupo de estudos sobre o medievo e a renascença, o Virtù. Diz respeito a uma reflexão quanto à percepção de gênero no século XII sob a base teórica da filósofa Prudence Allen e sua teoria da relação entre os sexos. Essa obra apresenta este tema de pesquisa junto a algumas discussões historiográficas já existentes ao meio acadêmico. A pesquisa objetiva, através dos tratados atualmente atribuídos à médica Trotula de Ruggiero, compreender quais os entendimentos sociais e culturais que permitiram tal realidade que podem ser vistos inseridos em seus escritos. Realizar-se-á a partir de uma análise da figura social de Trotula e da concepção de gênero e sexo que ela e seu meio entendiam. Para uma das categorias de análise da fonte será utilizado a base teórica de identificação de identidades da filósofa americana Irmã Mary Prudence Allen.

Como explica Allen (1997, p. xx), a distinção entre sexo e gênero é contemporânea, não estando presentes nos primeiros séculos da antiguidade. Aqui o sexo denotaria uma entidade biológica, enquanto gênero diria respeito a uma construção psicossocial. A autora compreende essa diferença, porém discorda desta bifurcação sexo/gênero, uma vez que entende que os aspectos psicossociais não podem excluir a entidade biológica. Nas palavras da autora:

[...] porque a raiz histórica do gênero está associada a “gens”, “engendrar”, “gerar”, “geração”, e outras palavras que se referem explicitamente aos aspectos sexuais biológicos da identidade humana. Pareceria que o gênero, com este significado de raiz, deveria evoluir para um conceito que incluísse o sexo em vez de o excluir. (Allen, 1997, p. xx).⁶¹

Allen entende que o ser humano é unificado e que isso deveria se refletir em nossa linguagem. Contudo, a luz do debate filosófico quanto ao significado de sexo e gênero que se deu posterior a sua primeira publicação, a autora optou que, a partir de seu segundo volume da sua série, “O Conceito de Mulher”, que as teorias de identidade não seriam mais identificadas como unidade sexual (unissex), polaridade sexual e complementaridade sexual, mas sim como unidade de gênero, polaridade de gênero e complementaridade de gênero.

No entanto, pondero se as nomenclaturas de Allen, ao mantidas como “sexo” ao invés de “gênero” só cabem como categoria de análise nas temporalidades em que a geração é o principal aspecto de debate. No nosso caso, ao examinar um texto médico cujo principal tema é justamente o trabalho de gestação, a entidade sexo acaba tendo, em sua temporalidade (medieval), um peso significativamente maior, uma vez que está ligado diretamente a como aquela população se compreendia biologicamente. Ainda assim, ele ainda não anula uma análise de gênero enquanto construção social, de como essas diferenças biológicas interferiram em seu modo de se relacionar. Nas utilizações mais recentes, a palavra “gênero” indica uma rejeição do determinismo biológico implícito em termos como “sexo” ou “diferença sexual” dando mais ênfase ao caráter relacional. Sendo assim, o foco seria descobrir e compreender os papéis e simbolismo sexuais, encontrando qual seu sentido e como eles funcionam para manter uma dada ordem social ou para rompê-la (Scott, 1995, P. 72).

Seguindo essa lógica, o que Allen faz em sua série de livros é uma análise cronológica da forma como os sexos se entendem e, por sua vez, se relacionam e estipulam hierarquias de poder. Ela parte da análise de textos filosóficos com três categorias de questionamentos principais: geração, sabedoria (capacidade intelectual) e virtude. A partir disso, usando critérios contemporâneos básicos de igualdade e diferenciação, cria três vertentes interpretativas principais de identidade: a unidade sexual (unissex), polaridade sexual e complementaridade sexual ou, na versão atualizada, unidade de gênero, polaridade de gênero e complementaridade de gênero.

⁶¹ (original) “[...] because the historical root of gender is associated with “gens,” “engender,” “generate,” “generation,” and other words which explicitly refer to the biological sexual aspects of human identity.4 It would seem that gender, with this root meaning, should evolve into a concept which includes sex rather than excludes it.

Sobre a relação entre os gêneros

Na obra “O Conceito de Mulher: A Revolução Aristotélica (750 AC-1250 DC)”, Prudence Allen propõe oferecer um esboço amplo com uma descrição da origem e do desenvolvimento do conceito de mulher durante os primeiros dois mil anos de pensamento ocidental limitada ao campo da filosofia. Ao que justifica:

Além disso, é importante perceber que os autores contemporâneos já não podem tentar, como fizeram Hildegard e outros, escrever a partir da perspectiva de muitas disciplinas diferentes. É por essa razão que o meu trabalho neste texto procura apenas oferecer uma análise dos aspectos filosóficos do conceito de mulher. Outros que são formados nas disciplinas de história ou teologia, por exemplo, são mais adequados para fornecer suas análises complementares. Desta forma, cada um de nós pode fazer a sua parte, em cooperação com outros, para contribuir, esperançosamente, com algo para o avanço do conhecimento sobre a condição humana e, particularmente, sobre a identidade das mulheres no mundo. (Allen, 1997, p. xxiv).⁶²

A autora ressalta que, como se acredita que durante esse período a maior parte dos filósofos eram homens, o que se tem é uma análise sobre o que estes escreveram sobre a identidade de uma mulher em relação a sua própria identidade. Portanto, a percepção masculina sobre a identidade feminina. Como nos mostra Allen, a fundamentação das teorias de identidade sofrem alteração conforme a tradição (Gregas antiga, cristã ou judaica), dessa maneira, saliento que mantereí a discussão dentro do espaço de minha personagem de análise, ou seja, dentro da tradição cristã latina.

A primeira teoria: Polaridade de gênero

Os filósofos gregos antigos não deixaram obras que discutiam diretamente o tema da identidade, mas pronunciamentos que convidavam à reflexão. Para a autora, não há dúvida que a sociedade grega antiga estava estruturada em um modelo de polaridade de gênero (Allen, 1997, P. 77). Essa primeira teoria afirma que existem diferenças filosoficamente significativas entre os sexos e que um sexo é superior ao outro. Porém, nessa fase inicial não parece haver uma tentativa de desenvolver uma teoria consistente de argumentação de como as identidades se relacionavam. Isso só se dá posteriormente com Aristóteles, que argumenta quanto à oposição do masculino contra o feminino. Mas, nessa fase inicial, Platão é o que mais avança em análises de várias categorias de relação (Allen, 1997, P. 78).

⁶² (original) “In addition, it is important to realize that contemporary authors no longer can attempt, as did Hildegard and others, to write from the perspective of many different disciplines. It is for that reason that my own work in this text seeks only to offer an analysis of the philosophical aspects of the concept of woman. Others who are trained in the disciplines of history or theology, for example, are better suited to provide their complementary analyses. In this way, we can each do our part, in cooperation with others, to hopefully contribute something to the advancement of knowledge about the human condition, and particularly about women’s identity in the world.” (Allen, 1997, p. xxiv).

A análise de Platão de identidade se dá no nível cósmico da existência. Para o filósofo, nas categorias de sabedoria e virtude, os homens começam a vida mais fortes que as mulheres. De maneira prática, significa que elas levam mais tempo aprendendo a mesma coisa que os homens. Não são impedidas de alcançar os mesmos objetivos, mas tem sua fraqueza como uma desvantagem para alcançar sabedoria e virtude (Allen, 1997, P. 78).

Já com os desenvolvimentos posteriores de Aristóteles, o feminino e o masculino passam a ser postos como contrários e, num par de contrários, um deve ser sempre a privação do outro. Seguindo essa lógica, a fêmea foi interpretada como a privação do macho, que envolve uma valorização negativa, fornecendo, assim, o quadro metafísico para a polaridade sexual (Allen, 1997, P. 78). Além disso, Aristóteles acreditava que os contrários também envolviam uma hostilidade mútua (Allen, 1997, P. 101).

Quanto à categoria de geração, os dois opostos primários, frio e quente, eram as bases metafísicas de Aristóteles. É provável que o filósofo tenha derivados os conceitos de fêmea como fria e macho como quente dos escritos hipocráticos, contudo com uma nova interpretação. Enquanto na teoria hipocrática é necessária uma igual quantidade de calor e frio para a concepção, Aristóteles leu a maior presença de calor no macho com um valor superior à presença fria da fêmea (Allen, 1997, P. 95). Essa oposição hostil, que seria destrutiva entre si, seria também o fator determinante na definição do sexo do feto na geração. Aristóteles acreditava que a batalha dos sexos acontecia no momento biológico em que o sêmen do homem encontrava o material da mulher, o que vencesse determinava o sexo da criança e as suas características físicas (Allen, 1997, P. 101).

A segunda teoria: Complementaridade de gênero

A complementaridade de gênero considera a oposição entre masculino e feminino como uma dinâmica positiva e complementar, não hierárquica. Os pronunciamentos iniciais com diferenciações filosóficas de igualdade se deram em categorias mais isoladas (Allen, 1997, P. 78-79). Na categoria de geração, foi interpretado como exigido igual contribuição, porém distinta, do pai e da mãe. Essas teorias sugeriam uma dupla semente de geração, em que ambas eram igualmente significativas (Allen, 1997, P. 79).

Contudo, há inconsistências. Os escritos hipocráticos, por exemplo, se encaixavam tanto na complementaridade de gênero (por acreditar na dupla semente), quanto na polaridade de gênero (por caracterizar a semente masculina como mais forte e a feminina mais fraca, apesar de ambas necessárias). Contudo, comparado à visão aristotélica de polaridade, em que a mulher

é incapaz de contribuir com a semente na gestação, Allen (1997, p. 79) considera que a visão hipocrática fica mais encaixada na teoria de complementaridade.

Já na categoria de sabedoria, é possível que os pitagóricos tenham demonstrado um tipo de complementaridade nos seus desenvolvimentos de escolas de educação separadas, mas iguais, tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, não há evidências historiográficas suficientes para confirmar o ocorrido, aspecto que dificulta o estudo nas áreas de sabedoria e virtude para a complementaridade (Allen, 1997, P. 79).

A terceira teoria: Unidade de gênero

Platão se destacou entre os filósofos pré-aristotélicos por sua tentativa de desenvolver uma teoria de unidade sexual que conseguiu incluir todas as quatro categorias de identidade. O aspecto de encaixe de Platão em duas teorias é interessante, ao que a autora explica:

A teoria cósmica de polaridade sexual de Platão permite explicar a aparente inferioridade das mulheres na sociedade grega da época, enquanto seus argumentos cuidadosos a favor da unidade sexual em uma sociedade ideal permitem sugerir uma maneira de reformar a sociedade para melhor se conformar à verdadeira realidade. A unidade sexual corresponde melhor às opiniões de Platão sobre a forma como o mundo material deveria ser e como o mundo imaterial é. (Allen, 1997, p. 81).⁶³

Dessa forma, Allen (1997, p. 80) coloca Platão como legitimamente o fundador da posição de unidade sexual. Ele se estabeleceu por um dualismo corpo/alma. A alma sendo a verdadeira natureza da pessoa, não era nem masculina nem feminina. A existência corpórea era apenas uma aparência da realidade verdadeira. Sendo assim, mesmo que a forma encarnada da mulher fosse mais fraca que a do homem, eles não eram diferentes em espécie. Para o filósofo, era a alma que dava a capacidade de alcançar a sabedoria e virtude, e tendo homens e mulheres a mesma alma, tinham a igual capacidade e dever de buscá-los (Allen, 1997, P. 80). Nesse raciocínio, a distinção física entre feminino e masculino só existia no campo material da diferenciação entre os sexos, mas que, em análise filosófica, era irrelevante. Para Platão, para atingir a perfeição, tinha-se que transcender o mundo material para o reino eterno das Formas.

⁶³ (original) “Plato’s cosmic theory of sex polarity allows him to explain the apparent inferiority of women in Greek society at the time, while his careful arguments for sex unity in an ideal society allow him to suggest a way of reforming society to better conform to true reality. Sex unity better corresponds to Plato’s views of the way the material world ought to be and the way the immaterial world is. Therefore, Plato has a rightful claim to the important title of founder of the theory of sex unity.” (ALLEN, 1997, p. 81).

A teoria de interpretação de identidade na fonte

Seguindo a cronologia de Allen ao longo de sua obra (1997), de fato houve grandes alterações nas formas em que o feminino e o masculino se relacionavam. Podemos perceber que entre o século XII até meados do século XIII, havia o entendimento de que os sexos eram diferentes, mas que tinham igual valor, dando ênfase à riqueza relacional. Segundo a historiadora Lúcia Pinho (2016, p. 42), a médica Trotula de Ruggiero teria vivido em um período em que não prevalecia a segregação entre os sexos em sua região. Os homens e as mulheres na cidade de Salerno, na atual Itália, ao que na época era um domínio bizantino, vivenciaram semelhantes possibilidades culturais e profissionais. Essa temporalidade encaixava-se antes do que Allen chama de “Revolução Aristotélica”, que apesar de fundamentada séculos antes, acaba prevalecendo por meio da Igreja - principalmente dentro de seu braço jurídico -, no conservadorismo das universidades e no poder legiferante das monarquias européias que delimitam e restringem liberdades (Pinho, 2016, P. 43). Isso é um aspecto importante de se destacar uma vez que nas concepções de Aristóteles, todos os seres humanos são racionais, contudo a sabedoria não se apresentaria de igual maneira para os dois sexos. O homem seria capaz de governar sobre o irracional, já a mulher não teria tal autoridade, dessa forma, não seriam capazes de direcionar atividades de maneira ordenada, necessitando da tutela de um homem (Allen, 1997, p. 121). Ou seja, sozinha ela seria incapaz de produzir bons materiais intelectuais.

Tendo em mente que a teoria de identidades de Allen foi baseada em fontes masculinas sobre o feminino, fica a curiosidade de como seria a efetividade dessa abordagem em obras propriamente femininas. Sendo assim, Trotula teria nascido na cidade de Salerno, pertencente à família aristocrática Ruggiero. Se tornaria mestra na Escola Medica Salernitana, em Salerno, no sul da atual Itália. Supõe-se que tenha vivido entre os séculos XI e XII. Esse papel (mestra), costumeiramente reservado ao público masculino, se vê rompido por uma aceitação feminina tanto para discentes como para docentes. As mulheres que estudavam na Escola eram chamadas de “*mulieres Salernitanae*” (Simoni, 2010, p. 03). De acordo com Pinho (2016, p. 21), entre os séculos XI e XIII, “o mais popular tratado em doenças, problemas médicos e cosméticos era atribuído à Trotula”. As menções a essa figura, tanto na literatura “vulgar”, quanto médica, comprovam sua reputação e alta circulação de seus manuscritos por toda a Europa Ocidental no medievo, o que demonstra sua importância histórica. Contudo, como nos mostra o pesquisador Argus Almeida (2022, p. 21), durante os séculos XIII e XIV a existência de Trotula foi questionada, sobretudo, por médicos e escritores homens, ferindo a imagem de Trotula com acusações a sua figura ou invertendo o gênero de sua autoria. De acordo com a linguista Karine

Simoni (2020, p. 94), apenas no século XX, em 1930, a autenticidade dos textos de Trotula foi defendida por uma obstetra canadense, Kate Hurd-Mead, chamando atenção da comunidade científica e acadêmica.

A fonte: Sobre a doença das mulheres

Segundo Simoni (2010, p. 3), foram atribuídas a Trotula duas obras, o “*De ornatu mulierum*” (Como tornar belas as mulheres), também chamado “*Trotula minor*” (Trotula menor), e o “*De passionibus mulierum*” (As doenças das mulheres), conhecido como “*Trotula maggiore*” (Trotula maior). O segundo aborda questões sobre o ciclo menstrual, maternidade, parto, riscos e complicações relacionadas ao parto, criação dos filhos, doenças do útero e até histeria (Pinho, 2016, p. 23). Têm sessenta capítulos, cada qual com um assunto e é dividido em sete livros, o sexto totalmente dedicado às doenças dos órgãos reprodutivos (Almeida, 2022, p. 16). No primeiro a autora tratou sobre a beleza e descreveu remédios para o corpo, pomadas e ervas medicinais para o rosto e os cabelos, aconselhou banhos e massagens para melhorar a saúde, ensina truques de maquiagem como de que modo curar as rachaduras nos lábios, como deixar as bochechas rosadas e os dentes brancos, maneiras de eliminar rugas, inchaços no rosto, pelos indesejados, bolsas dos olhos, etc. (Simoni, 2010, p. 05). O *De passionibus mulierum* tem por base os estudos de Hipócrates (460-377 a.C.) Galeno (129-200 d.C.), Dioscórides (40-90) e Oribásio (325-403 d.C.). A teoria hipocrática já foi vista aqui pela sua influência em Aristóteles, mas vale entendê-la de maneira mais medicinal para Trotula. A ideia de Hipócrates para a explicação da fisiologia humana é baseada no equilíbrio dos humores numa concepção de polarização, quente e frio, e úmido e seco. Esse equilíbrio aparece de forma diferente entre homens e mulheres. As doenças e enfermidades se dão pelo desequilíbrio destes, sendo assim, o papel de um médico seria restaurar o equilíbrio dos humores da pessoa em questão (Almeida, 2022, p. 19). Segundo Pina Cavallo (1994, p. 33-36 *In*: Calado, 2018, p. 21), atualmente consegue-se confirmar a existência de mais de cem manuscritos da obra de Trotula, que, apesar de terem conteúdos homogêneos e muito similares, apresentam muitas vezes uma composição ou estrutura diferentes entre si. Esses aspectos dificultam reconstituir uma edição arquetípica do texto de Trotula. Dessa forma, a fonte utilizada aqui é uma versão latim-português organizada por Karine Simoni e Luciana Calado Deplagne com uma tradução de Alder Ferreira Calado e Karine Simoni. A equipe tem por base a tradução de edição crítica e bilíngue (latim-italiano, tradução para o italiano de Piero Cantalupa) organizada por Pina Boggi Cavallo e publicada em 1994 pela editora La Luna, de Palermo. O texto-fonte utilizado por Cavallo e Cantalupa foi aquele publicado em Veneza em 1547 pelos herdeiros de Aldo Manuzio a partir

da versão de Georg Kraut, bem como os manuscritos do Vaticano. Segundo o sociólogo Alder Calado (2018, p. 22), Georg Kraut é um editor do século XVI que compilou as três versões que teriam circulado até 1544 das obras de Trotula e o publicou como um só sob o título de “*De passionibus mulierum ante, in et post partum*”. Ele inclui tanto o tratado sobre as doenças, quanto o de beleza.

Objetivos em análise

Pretende-se a partir dessa fonte, em primeiro ponto, analisar a compreensão de gênero expressa pela autora em seus tratados tendo em vista sua influência acadêmica/cultural a fim de compreender melhor sua realidade cultural. Em segundo, buscar citações de outros autores, em especial autoras, em seus tratados com o objetivo de fazer um mapeamento de sua rede de intelectuais de base e convívio e assim poder expandir a análise. Neste trabalho trarei alguns exemplos de como essas análises podem se dar (Contudo, saliento o caráter em andamento que essa pesquisa se encontra, logo, as análises aqui em evidência tem por objetivo ser uma amostra, não um veredicto fixo).

Sendo assim, à luz das possibilidades interpretativas apresentadas por Allen, neste tempo, tinha-se uma noção de que os sexos se complementavam. É possível perceber evidências desta narrativa mesmo nos textos de Trotula. Em seu prólogo de “*De passionibus mulierum ante in et post partum*” ela discorre sobre as motivações de Deus ter criado o homem e a mulher e em um trecho podemos ler:

Na verdade, moderando as compleições através de agradável mistura, constituiu o temperamento do macho quente e seco e o da femeazinha frio e úmido, de modo que o excesso de cada um dos temperamentos fosse limitado pela mútua oposição das qualidades contrárias. Dessa maneira, a constituição quente e seca do homem acalmaria a frieza e a umidade da mulher e, por outro lado, a natureza fria e úmida desta o temperamento quente e seco daquele. (Trotula De Ruggiero. Sobre as doenças das mulheres [11--?] 1544, 2017: p.35).⁶⁴

É extremamente importante notar aqui que Trotula reconhece o macho e a fêmea como coisas diferentes, em “mútua oposição”, porém suas constituições seriam capazes de se complementarem, o quente acalmando o frio e o frio acalmando o quente. Nessa primeira observação, no que diz respeito à constituição, não demonstra acreditar numa composição superior a outra.

⁶⁴ (Original-latim) “Quorum quidem complexionis grata quadam commixtione contemperans, naturam masculi calidam et siccam, foemellae vero frigidam et humidam constituit; qua cuiusque alterius complexionis excessus, mutua qualitatum contrariarum repugnantia coerceretur, adeo ut viri constitutio calida et sicca”(Trotula De Ruggiero. Sobre as doenças das mulheres [11--?] 1544, 2017: p.34).

Ainda no prólogo, temos acesso a algo que pode ser considerado a justificativa que pode ter lavado Trotula a focar seus estudos no corpo feminino.

Porque as mulheres são por natureza mais frágeis que os homens, nelas as doenças abundam com mais frequência, sobretudo em torno dos órgãos reservados à função natural. Como esses estão posicionados em um lugar mais íntimo, por pudor e pela fragilidade da sua condição, elas não ousam revelar ao médico as aflições das suas enfermidades. Por tal motivo, eu, tendo compaixão pela sua desventura e particularmente impulsionada pela solicitação de uma certa senhora, comecei a ocupar-me diligentemente das doenças que muito frequentemente molestam o sexo feminino. (Trotula De Ruggiero. Sobre as doenças das mulheres [11--?] 1544, 2017: p.37).⁶⁵

Neste trecho já temos o que pode ser um indicativo da forma como Trotula reconhecia o gênero feminino. Há o explícito entendimento da fêmea como mais frágil. Porém, à sombra da discussão quanto a teoria de identidade, pergunto-me a que categoria exatamente ela se refere. Não fica explícito nesse trecho se a fragilidade feminina diz respeito ao indivíduo mulher em sua totalidade ou diz respeito exclusivamente ao físico, ao campo material. Ao levar em consideração que Trotula se considerava capaz intelectualmente para se predispor a estudar medicina e escrever tratados, sua obra não parece trazer qualquer indicativo de que considere suas pesquisas inferiores às masculinas. A justificativa de sua obra é justamente um posicionamento quanto à falta de estudos ginecológicos voltados ao público feminino. O que me leva a considerar se, nesse trecho, ela não se aproxima mais da oposição de gênero na fase platônica. Diferentes no campo material, apresentando uma hierarquia de força, porém em iguais capacidades de nível cósmico (sabedoria e virtude).

Quanto ao meu segundo objetivo de análise, de fazer um mapeamento de sua rede de intelectuais de base e convívio e assim poder expandir a análise, trago um exemplo masculino. No capítulo XI, “Sobre a dificuldade de conceber e sobre as coisas que favorecem a fecundação”, Trotula trata, em suma, sobre a infertilidade - tema do qual ela aborda tanto na possibilidade da fêmea quanto do macho - há diversos trechos que chamam a atenção, mas um se destaca.

Note, disse Galeno, que as mulheres que têm vulvas pequenas e úteros estreitos não devem ter relações com um homem, para que não morram ao parir. Mas, como nem todas podem abster-se, precisam da nossa ajuda. Portanto, se alguma delas não ousa engravidar por causa do perigo de morte, deve levar consigo sobre sua carne nua um útero de cabra que nunca pariu. [...] Se ainda tiver sido machucada no parto e por

⁶⁵ (Original-latim): “Quoniam ergo mulieres natura sunt viris debiliores, hinc est quod in eis saepius abundant aegritudines, maxime circa membra operi naturae debita. Quae cum in loco secretiori accidunt, ipsae propter verecundiam et conditionis fragilitatem, non audent angustias suarum aegritudinum medico revelare. Quapropter ego, miseranda illarum calamitate, praesertim cuiusdam matronae instigatione compulsus, incepti diligentius contemplari de aegritudinibus, quibus foemini sexus saepissime molestatur.” (Trotula De Ruggiero. Sobre as doenças das mulheres [11--?] 1544, 2017: p.36).

medo da morte não quiser mais conceber, deve colocar em um saquinho tantos grãos de catapúcia ou de cevada quantos forem os anos em que quiser permanecer estéril. Se quiser ficar estéril para sempre, deve colocar ali um punhado. (Trotula De Ruggiero. Sobre as doenças das mulheres [11--?] 1544, 2017: p. 75)⁶⁶

Nesse trecho há dois pontos que vejo destacar. Primeiramente, vemos um exemplo de como outros autores aparecem em suas obras, são esses nomes que pretendo rastrear. O segundo aspecto que abro é quanto a realidade que podemos perceber nesse trecho. Apesar de estar dentro de um capítulo voltado a solucionar o problema de *não* conseguir conceber, Trotula também dispõe da possibilidade de não conseguir de maneira *proposital* dada a uma preocupação de mulheres que não podem escolher não ter relações com homens. Esse trecho abre a possibilidade de uma análise social de seu contexto que pode se mostrar bastante profunda e é, sem dúvida, um caminho que se pretende nesta pesquisa.

Considerações finais

Para a historiadora norte-americana Joan Scott (1995, p. 75), as abordagens da categoria gênero se dividem em duas categorias distintas quando utilizadas pela maior parte dos historiadores, uma de ordem descritiva e outra de ordem causal. Para compreender a participação intelectual feminina no medievo é inegável que se precisa primeiro compreender como entendiam o feminino e o que acreditavam que este era capaz ou não de realizar, por isso partir da análise de gênero em ordem causal é indispensável. É seguindo essa lógica que modelo os possíveis próximos passos para esta pesquisa. A teoria de identidade de Prudence Allen pode ser bastante limitante e relativa, havendo a necessidade da expansão no estudo de metodologias de estudo de gênero. Devido a carência de evidências femininas conhecidas e o ainda recente interesse em se analisar a história pela ótica feminina, estudos como este se propõem a entrar na luta pela história das mulheres, mas não sem um exaustivo estudo da fonte primária. Ao que se entende, ao se tratar de uma possível obra feminina que sofreu grandes boicotes masculinos, fica difícil afirmar com certeza o quanto do resultado desta análise será de fato uma percepção feminina sobre si mesma. O que vai de encontro com a necessidade de trazer, junto a essa pesquisa, comprovações da existência de Trotula de Ruggiero e de sua participação no meio

⁶⁶ (Original completo-latim) “Nota, dicit Galenus, quod mulieres quae habent vulvas angustas matrices strictas non debent viris uti, ne concipientes moriantur. Sed cum non omnes illae possint abstinere, indigent nostro auxilio. Ideo si illarum quaedam ob periculum mortis non auderet concipere, illa secum carne nuda ferat matricem caprae quae nunquam habuit foetum. Invenitur lapis quidam dictus Gagates, qui gestatus in collo vel etiam gustatus prohibet conceptionem. Item accipe mustelam masculum et auferantur ei testiculi, et relinquatur vivus; hos testiculos ferat secum mulier in sinu suo et liget eos in pelle anserina vel in alia pelle, et non concipiet. Si autem laesa fuerit in partu et prae timore mortis non vult amplius concipere, ponat in secundina tot grana cataputiae vel hordei quot annis vult sterilis permanere. Et si in perpetuum vult sterilis permanere plenam manum imponat. (Trotula De Ruggiero. Sobre as doenças das mulheres [11--?] 1544, 2017: p.74).

intelectual. E, por último, mas não menos importante, a necessidade e a possibilidade de expandir a rede de mulheres analisadas. Sabe-se que Trotula não foi a única mulher a ter destaque na Escola Medica Salernitana, contudo atualmente entende-se que foi a única a deixar vestígios para a posterioridade. Contudo, acredito que se a partir dos tratados de Trotula for possível encontrar algum nome, será de grande importância para estudos iniciais.

Referências

Fonte

TROTULA DE RUGGIERO. **Sobre as doenças das mulheres**. [11--?] 1544. Editores: Andréia Guerini e Walter Carlos Costa; Organização: Karine Simoni & Luciana Calado Deplagne; Tradução: Alder Ferreira Calado & Karine Simoni; Prefácio: Cláudia Costa Brochado; Revisão: Thaís Fernandes. – 1. ed. – Tubarão: Copiart; Florianópolis: UFSC/DLLE/PGET, 2018.

Bibliográficas

ALLEN, Prudence. **The concept of woman**: the Aristotelian revolution 750 B.C.-AD. 1250. Originally published: Montreal : Eden Press, c1985. Ed. 2. Michigan, EUA: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1997.

ALMEIDA, A. V. de. (2022) A médica Trotula de Ruggiero (1050-1097): A primeira com seu legado atingido pela misoginia na história da medicina. **Revista Caderno de Ciências Sociais da UFRPE**, 1(18), 15–30.

CALADO, A. SIMONI, K. DEPLAGNE, L. Trotula de Ruggiero: A mulher que zelava pelas mulheres. IN: **Sobre as doenças das mulheres**. Editores: Andréia Guerini e Walter Carlos Costa; Organização: Karine Simoni & Luciana Calado Deplagne; Tradução: Alder Ferreira Calado & Karine Simoni; Prefácio: Cláudia Costa Brochado; Revisão: Thaís Fernandes. – 1. ed. – Tubarão: Copiart; Florianópolis: UFSC/DLLE/PGET, 2018.

PINHO, L. R. O. e. **Trotula de Salerno**: périplo na história e historiografia. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & realidade**. 20(2): 71-99 jul.dez. 1995.

SIMONI, K. De dama da Escola de Salerno à figura lendária: Trotula di Ruggiero entre a notoriedade e o esquecimento. **Revista Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.

SIMONI, K. Tradução como (re)conhecimento: Lições de Trotula para a história das mulheres e da medicina. João Pessoa: **Revista Graphos**, vol. 22, nº 3, 2020.

***Admiral Graf Spee*: trajetória de um encouraçado alemão na Segunda Guerra Mundial e internação de seus tripulantes na Argentina**

BELING, Pietra Elisa

Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria

Fipe Júnior, pietra.beling@acad.ufsm.br

Resumo: A Batalha do Rio da Prata, de 1939, foi um evento emblemático para a história da América do Sul em meio à Segunda Guerra Mundial. Como resultado dos confrontos desenvolvidos no Atlântico Sul, o encouraçado alemão, *Admiral Graf Spee*, foi propositalmente afundado no estuário do Rio da Prata após intensas disputas diplomáticas entre os países envolvidos, além de que os mais de mil tripulantes que sobreviveram à batalha foram internados em diferentes localidades da Argentina, posteriormente definidas por decreto-lei. O presente trabalho apresenta parte dos resultados expostos na monografia final de curso apresentada para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a qual contou com apoio de uma bolsa de iniciação científica FIPE Júnior ao longo do ano de 2023. Por meio de uma investigação histórica, objetivou-se verificar os reflexos do afundamento do encouraçado alemão e inserir tal evento em seu contexto sócio-político, tendo em vista que a maior parte da literatura disponível sobre a temática apresenta um enfoque em aspectos técnicos e táticos da batalha. As informações aqui apresentadas focam no processo de internamento dos ex-tripulantes na sociedade argentina, a qual faz-se relevante porque a internação constitui um regime de exceção, em que os internados gozam de certa liberdade, mas ainda devem estar sujeitos à vigilância estatal para preservar a soberania do país que os abriga. A partir da ampla investigação em fontes primárias, são encontradas denúncias realizadas em decorrência de transgressões às diretrizes de internação, de modo a evidenciar as fugas realizadas por oficiais — muitos dos quais retornaram a atuar em batalhas da Segunda Guerra — e também algumas das atividades desenvolvidas pelos ex-tripulantes que permaneceram internados na Argentina até o final do conflito, com destaque para a localidade de Villa General Belgrano.

Palavras-chave: *Admiral Graf Spee*; Argentina; internação de ex-tripulantes.

Introdução

A Batalha do Rio da Prata foi um evento marcado por confrontos navais entre alemães e britânicos no contexto da Segunda Guerra Mundial, a qual foi desenvolvida no Atlântico Sul, próximo ao estuário do Rio da Prata. Ainda nos primeiros meses da guerra, três navios da frota britânica, *HMS Ajax*, *HMS Exeter* e *HMNZS Achilles*, se prepararam para neutralizar a atuação expressiva do encouraçado de bolso alemão *Admiral Graf Spee*, assim resultando nos embates diretos travados no dia 13 de dezembro de 1939. Por consequência dos danos sofridos na batalha, o navio alemão atracou no porto de Montevideu — evento a partir do qual são desencadeadas problemáticas de ordem jurídica, política e social, sendo este o foco na construção da presente pesquisa.

Devido ao contexto inicial de neutralidade sul-americana na Segunda Guerra Mundial, a chegada do *Graf Spee* ao território uruguaio levou a fortes disputas diplomáticas entre os

representantes alemães, britânicos e uruguaios. Como resultado das negociações, o encouraçado alemão foi intencionalmente afundado em águas territoriais uruguaias e sua tripulação foi transportada até Buenos Aires. A partir de então, deu-se início o processo de internação destes marinheiros em território argentino, o que será melhor detalhado nas seções seguintes.

O interesse na realização deste trabalho parte da percepção de que a historiografia existente sobre a temática da Batalha do Rio da Prata negligencia os eventos posteriores aos confrontos navais. Nesse sentido, as obras de Miller (2013), Koop e Schmolke (2014), Konstam (2016) e Williamson (2022), por exemplo, têm como objetivo analisar apenas os aspectos militares da batalha, como as capacidades técnicas dos navios envolvidos e as táticas utilizadas. Dentre os poucos registros encontrados sobre o período de internação dos marinheiros, está a obra de Enrique Dick (2005), a qual também não se propõe a analisar a temática de forma ampla e sistemática, mas sim de abordar os registros da trajetória de seu pai, que foi um dos marinheiros do *Graf Spee* internados na Argentina.

Tendo em vista tais lacunas na literatura sobre a Batalha do Rio da Prata, a presente pesquisa se configurou enquanto uma investigação amplamente apoiada por fontes históricas. Dentre os arquivos analisados se destacam os registros da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas* e do *Archivo Histórico de Cancillería*. As fontes históricas encontradas sobre o período de internação dos ex-tripulantes na Argentina variam entre cartas, relatórios, informes, telegramas e recortes periodísticos, sendo assim, a pesquisa contou com uma variedade expressiva de tipo de documentações, o que se torna benéfico tendo em vista as limitações iniciais na construção do trabalho.

A partir disso, nas próximas subseções, serão explorados de maneira mais aprofundada o processo de negociação entre as representações diplomáticas desencadeado após a chegada do *Admiral Graf Spee* ao porto uruaio, e a sucessão de eventos que resultou no transporte dos marinheiros ao território argentino. Por fim, sendo este o foco central do presente trabalho, serão apresentados os principais registros encontrados acerca do período de internação dos ex-tripulantes na Argentina.

O processo de negociação: Do afundamento à chegada em Buenos Aires

Com a chegada do encouraçado alemão ao porto de Montevideu, as movimentações diplomáticas foram quase imediatas: de um lado, os britânicos solicitavam que o *Graf Spee* tivesse um prazo máximo de 24 horas para permanecer no porto, enquanto os alemães entendiam que poderiam permanecer no território uruaio até a finalização dos reparos

necessários em decorrência dos confrontos⁶⁷. Os argumentos utilizados por ambos países derivam das normas estabelecidas pelas Convenções de Haia de 1907, as quais regulamentam sobre os princípios da neutralidade na guerra e aspectos específicos à guerra marítima⁶⁸.

Assim, o contexto de neutralidade do Uruguai nesse momento inicial da Segunda Guerra Mundial condicionou a atitude a ser tomada pelo país sul-americano. Isso porque, tendo em vista os elementos próprios do Direito Internacional Público, os países declarados neutros têm por dever manter a imparcialidade nos confrontos e se abster de envolvimento diretos ou indiretos na guerra em questão (Rezek, 2018, p. 285). Por isso, o Uruguai, nesse caso representado pelo ministro das Relações Exteriores, teve de analisar e considerar todos os elementos jurídicos para tomar sua decisão em relação ao *Graf Spee* e evitar qualquer comprometimento com os países beligerantes.

Com base nos termos das Convenções de Haia, o governo uruguaio concedeu ao encouraçado alemão a permanência de 72 horas para a realização de reparos, sendo que os representantes alemães consideravam que seriam necessárias pelo menos duas semanas. Em razão disso, mesmo sendo um tempo superior às 24 horas solicitadas pelos britânicos, a atitude tomada pelo Uruguai foi percebida enquanto favorável à Grã-Bretanha e gerou fortes críticas por parte do governo alemão.

Sendo assim, o *Admiral Graf Spee* deveria se retirar do porto de Montevideu até a noite do dia 17 de dezembro. Em meio às incertezas de tal cenário, há registros de que as representações diplomáticas alemãs no Uruguai tenham começado a negociar com o governo argentino para a realização do transporte de seus marinheiros até o país vizinho. Uma das explicações para essa movimentação seria de que o cenário político argentino era percebido enquanto mais favorável às demandas alemãs (De Nápoli, 2005, p. 129).

Dessa forma, próximo ao encerramento das 72 horas concedidas, o encouraçado alemão deixou o porto de Montevideu e, poucos momentos depois, foi propositalmente afundado no Rio da Prata. Já o transporte da tripulação até Buenos Aires foi organizado pela Embaixada alemã na Argentina e contou com o auxílio de rebocadores de bandeira argentina (Dick, 2005, p. 172). Logo após a chegada dos marinheiros, no dia 19 de dezembro de 1939, o governo

⁶⁷ Visto em: THE ORIENTAL REPUBLIC OF URUGUAY. **The Uruguayan Blue Book**: Outline of Events prior to the sinking of the Admiral Graf Spee and the internment of the merchant vessel Tacoma. London, Hutchinson, 1940.

⁶⁸ As delegações diplomáticas estão se referindo especificamente à Convenção de Haia XIII, cujos artigos 12º e 14º se enquadram no caso *Graf Spee*. Visto em: The Avalon Project. **Hague XIII; October 18, 1907**: Rights and Duties of Neutral Powers in Naval War. The Yale Law School, 2008. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/hague13.asp. Acesso em: 21 jan. 2024.

argentino promulgou o Decreto 50.826, o qual definiu a internação dos ex-tripulantes no país, também com base nos termos das Convenções de Haia⁶⁹.

O processo de internação se faz relevante nesse cenário por se tratar de um elemento excepcional do Direito Internacional Público, em conformidade com o artigo 11º da V Convenção de Haia, o qual corresponde ao alojamento em um país neutro de indivíduos ativos nas hostilidades, assim visando mantê-los afastados dos teatros de operações⁷⁰. Dessa forma, a partir da definição do decreto de internação, os ex-tripulantes do *Graf Spee* adquiriram direitos e deveres como qualquer outro cidadão argentino, com a diferença essencial sendo a vigilância das autoridades argentinas em relação às atividades desenvolvidas pelos marinheiros em seu território a fim de preservar a soberania nacional⁷¹.

Nesses momentos iniciais, os ex-tripulantes do encouraçado alemão se instalaram nas dependências do Arsenal Naval de Dársena Norte na cidade de Buenos Aires, ainda de maneira provisória. Na primeira noite após sua chegada, na madrugada do dia 20 de dezembro, o capitão do *Graf Spee*, Hans Langsdorff, se suicidou. Em uma carta de despedida, o capitão afirmou que tomou esta atitude por entender que não poderia fazer mais nada para auxiliar seus marinheiros após a promulgação do decreto argentino (Miller, 2013, p. 208). No dia seguinte, Langsdorff foi enterrado no cemitério La Chacarita em Buenos Aires, onde foram prestadas as devidas honras militares, inclusive, sendo uma cerimônia envolta de forma expressiva pela presença de simbologias nazistas, as quais geram impactos no imaginário-social da população argentina (Beling, 2023, p. 70-71).

Após a morte de Langsdorff, ao todo, 1.046 marinheiros foram contemplados pelo decreto de internação e, portanto, deveriam permanecer no território argentino até o fim do conflito. Nos primeiros meses, ainda alojados nas dependências do Arsenal Naval, os ex-tripulantes tiveram seus primeiros contatos com a cultura argentina e a partir de então tiveram de se adaptar à sua nova morada. Em março e em abril de 1940 foram lançados dois novos decretos⁷² que definiram os locais definitivos da internação dos marinheiros, os quais foram distribuídos entre diferentes localidades do país, sendo elas a Capital Federal, a Ilha Martín

⁶⁹ Visto em: ARGENTINA. **Decreto N° 50.826**, de 19 de dezembro de 1939. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/11206605/19400105>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁷⁰ Visto em: The Avalon Project. **Hague V; October 18, 1907: Rights and Duties of Neutral Powers and Persons in Case of War on Land**. The Yale Law School, 2008. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/hague05.asp. Acesso em: 24 jan. 2024.

⁷¹ Visto em: Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas. **Orden del Día n° 166**: Informe de la Comisión sobre el caso del *Graff Spee*. 1942.

⁷² São eles os Decretos N° 58.556, de 16 de março de 1940, e N° 59.459, de 8 de abril de 1940.

García e as províncias de Córdoba, San Juan, Mendoza e Santa Fé⁷³. Entretanto, como será destacado na próxima seção, nem todos os marinheiros respeitaram as normas impostas pelo governo argentino, sendo assim um período marcado não somente pela socialização dos ex-tripulantes, mas também por diversos registros de fugas.

Os marinheiros na Argentina: Principais aspectos do período de internação

Ainda no alojamento provisório, antes de ser realizado o transporte dos marinheiros para as localidades designadas pelo governo argentino, foi constatado que 31 homens haviam fugido do Arsenal Naval⁷⁴. Estes registros recebem grande destaque nos documentos analisados da *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*, tendo em vista que a criação desta comissão, em 1941, ocorreu com o intuito de investigar e denunciar ações de cunho extremista, especialmente devido à ascensão do nazifascismo no país, a fim de preservar a soberania argentina (Friedmann, 2010, p. 100-101). Assim, uma das funções exercidas pela *Comisión Investigadora* foi justamente acompanhar as atividades desenvolvidas pelos marinheiros alemães no país.

Além de numerar e listar os fugitivos, os relatórios apresentados pela comissão denunciam a participação da Embaixada alemã na Argentina na organização das fugas, já que os marinheiros não conseguiriam efetuar as fugas sozinhos devido à complexidade logística. Em razão disso, constatou-se também que a maior parte dos fugitivos auxiliados pelas representações diplomáticas eram indivíduos com elevados graus de especialização e de qualificações técnicas⁷⁵. A partir da investigação realizada por Mutti (2016), tem-se ainda que um número expressivo destes marinheiros conseguiram retornar à Alemanha e, inclusive, atuaram em outras batalhas da Segunda Guerra Mundial em defesa do regime nazista.

Devido ao encerramento das atividades da *Comisión Investigadora* após a dissolução do Congresso Nacional devido ao golpe militar de 1943 (Friedmann, 2010, p. 111), não se sabe ao certo o número total de marinheiros fugitivos. No entanto, o último relatório apresentado pela comissão aponta para a realização de 132 fugas até maio de 1943, as quais são melhor ilustradas a partir da seguinte tabela:

⁷³ Visto em: Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas. **Orden del Día nº 166**: Informe de la Comisión sobre el caso del Graff Spee. 1942.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ *Ibid.*

Tabela 1 – Número de ex-tripulantes internados e fugitivos de acordo com a localidade de internação (1939-1943)

Local de internação	Número de internados	Número de fugitivos (por ano)			
		1940	1941	1942	1943*
Arsenal Naval	—	29	—	—	—
Isla Martín García	242	24	1	4	9
Província de Mendoza	86	—	1	—	—
Província de San Juan	46	—	2	—	—
Província de Santa Fé	179	—	11	—	—
Capital Federal	140	1	27	6	—
Província de Córdoba	213	10	7	—	—
Total	906	64	49	10	9

Fonte: Adaptado de Beling (2023, p. 76), com base em informe da Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas⁷⁶. *Informações até maio de 1943.

A partir dos dados apresentados é possível perceber que parte considerável das fugas foram realizadas nos dois primeiros anos do período de internação e que, mesmo sendo um número expressivo, a maior parte dos marinheiros de fato permaneceu em território argentino. Assim, apesar dos diversos registros de transgressões às normas argentinas, a socialização dos ex-tripulantes que permaneceram na Argentina foi marcada por outros variados elementos, como a obtenção de empregos e a construção de laços afetivos/matrimoniais.

Ainda no período inicial de adaptação, algumas reportagens do periódico *La Nación*⁷⁷ e os registros dispostos por Enrique Dick (2005, p. 187) revelam que os primeiros contatos dos marinheiros foram com indivíduos da comunidade germânica já estabelecida no país. Inclusive, a partir de seu auxílio, os ex-tripulantes passaram a ter aulas de espanhol e da história argentina (Dick, 2005, p. 193). Outro aspecto relevante de se notar é que muitos conquistaram empregos

⁷⁶ **Internación ex tripulantes del Graf Spee:** Informe elaborado por la Policía Federal, sobre los tripulantes del ex acorazado Graf Spee y su lugar de internación. 1943.

⁷⁷ Visto em: El Gobierno argentino decretó ayer la internación de los marinos del ‘Admiral Graf Spee’ y condiciones. **La Nación**, Santiago de Chile, ano XXIII, n. 8.058, 20 de dezembro de 1939.

em empresas e indústrias também de origem alemã⁷⁸, assim revelando que parte significativa do processo de adaptação dos marinheiros ocorreu por influência das prévias redes de imigração alemã à Argentina (Beling, 2023).

Relacionado a tal aspecto, os relatos expostos na obra de Enrique Dick (2005) revelam as particularidades da chegada de um grupo de cerca de 110 ex-tripulantes à Villa General Belgrano em meados de 1940. A pequena cidade na província de Córdoba, a qual havia sido estruturada nas duas décadas anteriores em torno de famílias de origem germânica, teve suas dinâmicas locais transformadas após a chegada dos marinheiros. Como afirma Centocchi (2013, p. 119),

Os marinheiros colaboraram com a limpeza de terrenos, integraram uma orquestra e prepararam exposições esportivas e feiras – onde vendiam os objetivos que produziam –; o turismo aumentou ainda mais com a visita de curiosos atraídos pela fama destes jovens que haviam lutado em uma guerra mundial a favor do regime de Hitler⁷⁹.

Ademais, os marinheiros passaram a construir o próprio alojamento próximo de Villa General Belgrano, como é possível ver pela imagem abaixo (Figura 1), o qual foi totalmente finalizado somente no fim de 1942 (Dick, 2005, p. 204). Em um recorte de periódico, encontrado na *Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas*, é evidenciado que os ex-tripulantes que viviam nesta localidade seguiam uma vida praticamente normal, com vigilância quase inexistente por parte das autoridades responsáveis⁸⁰.

⁷⁸ Visto em: Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas. **Orden del Día nº 166**: Informe de la Comisión sobre el caso del Graff Spee. 1942.

⁷⁹ [Tradução nossa]. No original em espanhol: “Los marineros colaboraron en la limpieza de terrenos, integraron una orquestra y prepararon exhibiciones deportivas y ferias -donde vendían los objetos que producían-; el turismo se incrementó aún más con la visita de curiosos atraídos por el halo de estos jóvenes que habían combatido en una contienda mundial en favor del régimen hitleriano”.

⁸⁰ Visto em: Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas. **Recorte periodístico**: “La vida en Villa General Belgrano, de Calamuchita. Necesidad de una mayor supervisión de las autoridades argentinas”. 1942.

Figura 1 – Marinheiros em frente ao acampamento de Villa General Belgrano



Fonte: Dick, 2005, p. 234.

Em razão dos fortes contatos estabelecidos entre os marinheiros e as comunidades argentinas em que estavam inseridos, não somente em Villa General Belgrano, mas também nos demais locais de internação, muitos destes indivíduos se casaram e até tiveram filhos ao longo deste período. No entanto, esse aspecto específico sofreu significativas interferências da conjuntura política argentina com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial (Beling, 2023, p. 82), os quais devem ser aqui evidenciados.

Após a entrada dos Estados Unidos no conflito devido ao ataque à base naval de Pearl Harbor, no final de 1941, os demais países do continente americano foram pressionados para que também rompessem as relações diplomáticas com o Eixo. Nesse cenário, apenas a Argentina e o Chile permaneceram neutros na Segunda Guerra Mundial (Doratioto, 2022), o que permitiu que a situação dos ex-tripulantes do *Graf Spee* não fosse modificada ao longo deste período. Apesar da resistência argentina em manter sua neutralidade⁸¹, as pressões políticas e econômicas estadunidenses foram escalando até que, em janeiro de 1944, a Argentina de fato rompeu relações com os países do Eixo e, já em março de 1945, o país veio a declarar guerra contra a Alemanha e o Japão.

A partir desse momento, os marinheiros são então declarados prisioneiros de guerra por meio do Decreto 7.037, de abril de 1945⁸². No caso do acampamento em Villa General Belgrano, os registros de Enrique Dick apontam que essa situação gerou uma vigilância mais severa em torno dos marinheiros, inclusive com a chegada de oficiais do Exército argentino para realizar o cumprimento do novo decreto (2005, p. 258). Entretanto, nesse momento a

⁸¹ Ver mais em: MORAES, Ceres. Resistência argentina à consolidação de um sistema de poder na América sob a hegemonia dos Estados Unidos. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 9-31, 1998.

⁸² Visto em: ARGENTINA. **Decreto N° 7.037, de 2 de abril de 1945.**

Segunda Guerra Mundial já estava se encaminhando para seus momentos finais, tendo as operações no teatro europeu se encerrado já em maio de 1945 e as demais hostilidades em setembro do mesmo ano.

Dessa forma, com o fim definitivo dos confrontos, os ex-tripulantes do *Graf Spee* não estariam mais submetidos às normas de internação, tanto que, em 12 de setembro de 1945, o governo argentino já promulgou o Decreto 21.592, o qual ordenava a repatriação destes indivíduos⁸³. Contando ainda o tempo de organização na realização do retorno dos marinheiros à Alemanha, eles permaneceram no país até janeiro de 1946. Estes marcos temporais são relevantes para compreender a situação dos marinheiros na medida em que muitos deles não queriam voltar ao seu país de origem, especialmente em decorrência dos laços afetivos construídos nestes mais de cinco anos de convivência. Nesse sentido, a tabela a seguir apresenta o total de matrimônios realizados ao longo do período de internação:

Tabela 2 – Número de ex-tripulantes do Graf Spee casados na Argentina (1939-1946)

Nacionalidade das esposas	Até março/1945	De março até setembro/1945	De setembro até janeiro/1946
Argentina	67	65	62
Estrangeira	44	27	17
TOTAL	111	92	79

Fonte: Adaptado de Beling (2023, p. 86), com base em informe do Archivo Histórico de Cancillería⁸⁴.

Portanto, a tabela apresenta as informações dos casamentos dispostas em três momentos específicos: (1) desde a chegada dos marinheiros à Argentina, ao final de 1939, até o momento em que o país declara guerra ao Eixo; (2) o período em que são considerados prisioneiros de guerra; (3) a partir do decreto de repatriação até a realização do transporte de volta à Alemanha. Assim, é possível observar que a maior parte dos matrimônios ocorreu no último ano de estadia dos marinheiros no país, o que pode indicar uma tentativa de permanecer na Argentina em meio às incertezas de tal cenário (Beling, 2023, p. 85). Também cabe evidenciar que a divisão entre as nacionalidades revela que, das 44 esposas estrangeiras nos casamentos realizados até março

⁸³ Visto em: ARGENTINA. **Decreto N° 21.592, de 12 de setembro de 1945**. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/10996837/19451001?busqueda=1>. Acesso em: 26 jan. 2024.

⁸⁴ **Nómina de Prisioneros de Guerra Alemanes Casados en Argentina desde XII-939. 1946.**

de 1945, 26 eram de origem alemã, assim confirmando a relevância da socialização destes marinheiros com as comunidades germânicas na Argentina.

Por meio dos documentos do *Archivo Histórico de Cancillería* foi possível constatar ainda que, até agosto de 1945, 67 filhos já haviam nascido como resultado destes enlaces matrimoniais⁸⁵. Assim, estas informações demonstram que “[...] muitos dos marinheiros internados já haviam construído famílias, além dos laços de amizade não menos importantes, no momento em que tiveram de retornar ao seu país de origem após o término das hostilidades” (Beling, 2023, p. 86).

Mesmo com a pressão de esposas e amigos buscando evitar o retorno dos ex-tripulantes à Alemanha, a ordem de repatriação foi efetivada: os marinheiros embarcaram em fevereiro de 1946 e chegaram ao porto de Hamburgo algumas semanas depois. Nos anos que se seguiram, muitos deles almejavam retornar à Argentina, porém, os principais impedimentos foram de ordem burocrática (Dick, 2005, 293-294). A situação foi normalizada de fato somente em 1948, momento em que há o registro de que 25 ex-tripulantes embarcaram no mesmo navio em direção à Argentina (Dick, 2005, p. 295) – o país que foi seu lar por mais de cinco anos e que nunca quiseram ter deixado.

Considerações finais

O objetivo do presente trabalho foi lançar um novo olhar historiográfico sobre os eventos sucedidos da Batalha do Rio da Prata, assim enfocando no período de internação dos marinheiros do encouraçado alemão *Admiral Graf Spee*. A partir das informações e dos dados obtidos ao longo da construção da monografia final do curso, foi possível perceber a complexidade destes eventos. A realização das fugas de marinheiros, por exemplo, contou com apoio das representações diplomáticas alemãs, as quais desrespeitaram as normas argentinas. Por isso, são questões de caráter emblemático e singular na história da Argentina e que, até o presente momento, não haviam sido analisadas de forma sistemática na historiografia existente sobre a temática.

Ademais, cabe destacar a influência que tais marinheiros tiveram nas comunidades argentinas em que foram inseridos, havendo registros especialmente da localidade de Villa General Belgrano. Os marinheiros, além de conquistarem empregos e desenvolverem suas carreiras profissionais, construíram laços afetivos, como é possível perceber pelo número de casamentos e filhos ao longo do período de internação. Levando em consideração ainda o

⁸⁵ Archivo Histórico de Cancillería. *Nómina alfabética de los Prisioneros de Guerra (tripulantes del ex-cacorazado alemán "Admiral Graf Spee") en la República Argentina*. 1945.

retorno destes marinheiros à Argentina no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o impacto é ainda maior, porém, não há registros que incluam essas informações. Dessa forma, foi possível evidenciar com o presente trabalho parte dos reflexos advindos da Batalha do Rio da Prata, demonstrando que sua importância vai muito além de aspectos navais e militares.

Referências

Archivo Histórico de Cancillería. **Nómina alfabética de los Prisioneros de Guerra (tripulantes del ex-acorazado alemán "Admiral Graf Spee") en la República Argentina.** 1945.

Archivo Histórico de Cancillería. **Nómina de Prisioneros de Guerra Alemanes Casados en Argentina desde XII-939.** 1946.

ARGENTINA. **Decreto N° 50.826, de 19 de dezembro de 1939.** Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/11206605/19400105>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ARGENTINA. **Decreto N° 58.556, de 16 de março de 1940.** Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/11201670/19400426>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ARGENTINA. **Decreto N° 59.459, de 8 de abril de 1940.** Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/11200021/19400426?busqueda=2>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ARGENTINA. **Decreto N° 7.037, de 2 de abril de 1945.**

ARGENTINA. **Decreto N° 21.592, de 12 de setembro de 1945.** Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/10996837/19451001?busqueda=1>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BELING, Pietra Elisa. **Do III Reich ao Rio da Prata: uma análise do afundamento do Admiral Graf Spee e a internação de seus ex-tripulantes na Argentina (1939-1946).** Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

CENTOCCHI, Claudio Fabián. Villa General Belgrano: La germanidad como aglutinante. **La Trama de la Comunicación**, Buenos Aires, v. 17, p. 115-129, 2013.

Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas. **Internación ex tripulantes del Graf Spee:** Informe elaborado por la Policía Federal, sobre los tripulantes del ex acorazado Graf Spee y su lugar de internación. 1943.

Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas. **Orden del Día n° 166:** Informe de la Comisión sobre el caso del Graff Spee. 1942.

Comisión Especial Investigadora de Actividades Antiargentinas. **Recorte periodístico:** "La vida en Villa General Belgrano, de Calamuchita. Necesidad de una mayor supervisión de las autoridades argentinas". 1942.

DE NÁPOLI, Carlos. **Nazis en el Sur:** La Expansión Alemana sobre el Cono Sur y la Antártida. Buenos Aires: Editorial Norma, 2005.

DICK, Enrique Rodolfo. **Tras la estela del Graf Spee.** Buenos Aires: Edivern, 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A geopolítica platina da Argentina na Segunda Guerra Mundial. **História (São Paulo)**, v. 41, p. 1-21, 2022.

El Gobierno argentino decretó ayer la internación de los marinos del 'Admiral Graf Spee' y condiciones. **La Nación**, Santiago de Chile, ano XXIII, n. 8.058, 20 de dezembro de 1939.

FRIEDMANN, Germán. **Alemanes antinazis en la Argentina.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

KONSTAM, Angus. **River Plate 1939:** The Sinking of the Graf Spee. Oxford: Bloomsbury Publishing, 2016.

KOOP, Gerhard; SCHMOLKE, Klaus-Peter. **Pocket Battleships of the Deutschland Class:** Warships of the Kriegsmarine. Seaforth Publishing, 2014.

MILLER, David. **Command Decisions:** Langsdorff and the Battle of the River Plate. Barnsley: Pen and Sword, 2013.

MORAES, Ceres. Resistência argentina à consolidação de um sistema de poder na América sob a hegemonia dos Estados Unidos. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 9-31, 1998.

MUTTI, Julio B. **Tripulantes del Graf Spee:** Fuga de oficiales, suboficiales y marineros de la Argentina. Su posterior actuación en la guerra. Argentina, 2016.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público:** Curso Elementar. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

The Avalon Project. **Hague V; October 18, 1907:** Rights and Duties of Neutral Powers and Persons in Case of War on Land. The Yale Law School, 2008. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/hague05.asp. Acesso em: 24 jan. 2024.

The Avalon Project. **Hague XIII; October 18, 1907:** Rights and Duties of Neutral Powers in Naval War. The Yale Law School, 2008. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/hague13.asp. Acesso em: 21 jan. 2024.

THE ORIENTAL REPUBLIC OF URUGUAY. **The Uruguayan Blue Book:** Outline of Events prior to the sinking of the Admiral Graf Spee and the internment of the merchant vessel Tacoma. London, Hutchinson, 1940.

WILLIAMSON, Gordon. **Hitler's Navy:** The Kriegsmarine in World War II. Oxford: Bloomsbury Publishing, 2022.

A estratégia contrarrevolucionária do Exército Brasileiro sob Severino Sombra (1934-1935)⁸⁶

GIUSTINA, Diogo Della

Graduando em História, UFSM

CAPES-CNPQ, diogo.giustina@acad.ufsm.br

Resumo: O fundo Góes Monteiro, localizado no arquivo digital do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), possui uma fonte que nos revela um vislumbre do que mais tarde viria a ser, com a Escola Superior de Guerra, a estratégia contrarrevolucionária do Exército Brasileiro. Este documento, intitulado “Política Social do Exército”, foi produzido pelo capitão Severino Sombra de Albuquerque, um militar ex-integralista, monarquista, político e educador no final de sua carreira, que em 1935, enquanto atuava no Exército, recebe uma ordem do Ministro da Guerra Pedro Góes Monteiro para produzir um plano geral contrarrevolucionário que organizasse a política social do Exército e sua educação militar. Apesar de uma visão deturpada das obras de autores socialistas por ver suas teses como expressão do esforço “judaico-bolchevique internacional” — retórica característica do integralismo —, o documento demonstra que seu autor possui um certo aprofundamento na teoria socialista, mobilizando as estratégias de Lênin e Stálin para criar uma resposta capaz de bater de frente com o esforço revolucionário do Partido Comunista do Brasil. Este trabalho, fruto da pesquisa realizada a partir do projeto “Religião e Religiosidade: política e imigração”, coordenado pela professora Marta Rosa Borin, busca analisar a instrumentalização da teoria socialista para o embasamento da estruturação do Exército contra insurreições comunistas sob a organização de Sombra, levando em consideração a sua biografia.

Palavras-chave: Integralismo; contrarrevolução; propaganda.

A conjuntura das décadas de 1920 a 1940 esteve permeada por crises políticas, econômicas e sociais que possibilitaram a ascensão de movimentos nacionalistas enquanto agentes defensores da expansão do capital nacional a qualquer custo, utilizando subterfúgios como o ódio ao estrangeirismo. Um destes movimentos, o Integralismo, sob forte inspiração do fascismo italiano, da Action Française, do salazarismo português e da encíclica papal *Rerum Novarum*, criou raízes no Brasil, buscando responder a Questão Social da década de 1930.

O solo para a germinação da Ação Integralista Brasileira (AIB) já havia sido preparado por outros movimentos de direita, alguns de caráter nacionalista, como a Ação Social Brasileira, outros caracterizados pelo monarquismo como a Ação Imperial Patrianovista, e ainda outros pela influência católica como a Legião Cearense do Trabalho — que será discutida mais tarde — em um momento entre guerras onde a imprensa brasileira refletia o processo intelectual de formação de um modelo político “genuinamente nacional”. O que caracteriza estes e outros movimentos desse período inicial é a atuação aglutinadora de diversas linhas de direita, radicalizadas ou não, pelo fundamentalismo católico, pelo antissemitismo ou por pretensões

⁸⁶ Trabalho orientado pela Prof. Marta Rosa Borin, professora adjunta do PPGH/UFSM.

autocráticas e de ‘purificação’ nacional. Com a imprensa, estes movimentos ocupam a arena do debate público, que ganha novos atores quando da participação da pequena burguesia e frações da classe média urbana, atentos à recém-exposta fragilidade do liberalismo a partir da crise de 1929.

A figura histórica que será analisada neste trabalho é o capitão Severino Sombra de Albuquerque, que se vê no mesmo caminho de formação de um movimento ‘genuinamente’ brasileiro, com envolvimento em grupos políticos monarquistas, de renovação católica, integralistas- e de educação, onde acaba sendo o responsável por pavimentar o caminho da atuação da Ação Integralista no Ceará. O contato com a temática desta análise se deu a partir de minha participação na bolsa de pesquisa “Religião e Religiosidade: política e imigração”, coordenado pela professora Marta Rosa Borin (UFSM), projeto que se prontifica a analisar os processos de construção do campo católico em solo brasileiro, ao passo de que realizamos pesquisa no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), inserindo a palavra-chave ‘anticomunismo’ e organizando a documentação em um acervo de dados, a partir do qual o documento elaborado pelo Capitão Sombra foi selecionado para análise posterior.

Para tanto, na I seção apresentaremos brevemente a biografia do capitão Sombra e sua trajetória, de modo a familiarizar o leitor com o personagem; na II seção, será exposto o conceito de fascismo usado neste trabalho de forma a embasar a análise; na III seção, veremos como o caminho de Sombra se entrelaça com o integralismo brasileiro e a marca que o movimento deixou na sua atuação; na IV seção, veremos sua atuação de 1934 a 1935 no Ministério da Guerra de Pedro Góis Monteiro, em meio ao governo Getúlio Vargas.

Quem é Severino Sombra?

A trajetória de Severino Sombra de Albuquerque na formação militar começa quando este se muda de Maranguape (CE) para o Rio de Janeiro, onde se graduou na Escola Militar do Realengo em 1923. Neste ambiente, ele entra em contato com os pensamentos da Renovação Católica ao se aproximar do Centro Dom Vital. A intelectualidade católica brasileira se renova em 1922, organizada pelo leigo Jackson de Figueiredo e o padre Leonel França, ano em que fundam o Centro, junto com a publicação da Revista Ordem, os quais se tornam o centro das discussões que fundamentam a renovação católica, obstinada em encontrar espaço dentro da Primeira República após perder o seu papel enquanto instituição social legitimadora quando do fim da escravidão (Fausto, 2007, p. 341-342), além de buscarem se contrapor ao movimento liberal e o comunista. Severino retorna ao Ceará em 1929 e funda o jornal Folha dos Novos com este ideário, buscando espalhar a perspectiva renovada aos trabalhadores de Fortaleza.

Sombra, quando inserido no espaço de educação militar, se vê rodeado pelas discussões sobre a questão social, onde o Exército Brasileiro, especialmente a partir da década de 30, procura se legitimar perante a sociedade de três maneiras: a) justificando sua existência imediata pela necessidade da defesa da pátria contra ‘inimigos estrangeiros’, principalmente o comunismo e a ingerência sobre a Floresta Amazônica; b) depurando-se de ideologias alienígenas às próprias ideologias intestinas do Exército, de modo a isolar o oficialato e impedir a sabotagem interna (Berkowicz, 2015, p. 1), e c) se colocando enquanto os detentores — e defensores — da moralidade, civilidade e ordem, enfim, a escola da sociedade. Esses itens são incorporados por Sombra na sua atuação enquanto político, educador e agitador das massas cearenses.

Em 1930, quando prestava serviço militar em Passo Fundo (RS), Sombra se recusa a tomar parte, por conta de seu ideário antiliberal, na Revolução que termina com o golpe de Estado que depõe Washington Luís. Ele é preso e solto logo após a ascensão de Vargas, sendo promovido em janeiro de 1931 a primeiro-tenente — talvez como modo dos oficiais evitarem sua sedição —, e retorna ao Ceará com uma concepção renovada, agora homem de ação (Silva, 2006). Ele estabelece contato com operários e trabalhadores urbanos de Fortaleza com a perspectiva de organizá-los, e assim o faz no mesmo ano junto de Jeová Mota e o padre Helder Câmara, quando fundam a Legião Cearense do Trabalho, de ideologia fortemente católica, pautado pelo anticomunismo e com visão corporativista, negando a luta de classes. Sombra arregimenta, enquanto organizador da LCT, cerca de 40 mil filiados e ainda estabelece contato com 40 outras organizações da mesma linha. De certo modo, sua relação com o integralismo já estava pré-construída pela influência da renovação católica e na sua formação enquanto soldado.

O capitão Sombra se dirigiu a São Paulo para marcar uma reunião com Plínio Salgado, mas isso nunca aconteceu, pois Severino aderiu à Revolução Constitucionalista de 1932 e foi preso ao retornar ao Ceará⁸⁷ — sua relação com Plínio será melhor trabalhada na III seção. Conseguiu se exilar em Portugal no mesmo ano, durante a ditadura presidida por Salazar, e lá produziu sua obra *História Monetária do Brasil*, publicada em 1938.

Ele retorna ao Brasil em 1933, e é reintegrado ao Exército a partir da anistia concedida por Getúlio Vargas. Ganha um espaço de influência maior no governo a partir de seu contato com o Ministro da Guerra, Pedro Góis Monteiro, ao passo que juntos criam a disciplina de sociologia na educação militar, e Sombra se torna o primeiro professor. Além disso, elaborou o

⁸⁷ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009.

plano de contrapropaganda “Política Social do Exército”, que será trabalhado na IV seção.

Em 1937, Sombra é nomeado pelo general Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, a ser o primeiro-secretário da Biblioteca Nacional do Exército, projeto encabeçado pelo próprio Severino, buscando uniformizar e depurar a literatura utilizada na formação militar da corporação (Berkowicz, 2015, p. 3-4). Sombra ainda teve atuação enquanto fundador de inúmeras revistas, jornais e grupos, que não cabem em discussão neste artigo.

Severino Sombra, no último quartel do século XX, passa a fazer parte de um grupo denominado os “arautos da sociologia cristã”, junto com Alceu Amoroso Lima, Guilherme Boing e outros, que produziram obras que serviram como base educacional para as instituições de ensino católicas. Jefferson Barbosa, na sua obra *Chauvinismo e Extrema-Direita* (2015), apresenta que a sociologia cristã surge de uma reação da intelectualidade católica brasileira de modo a perpetuar a hegemonia da fé católica na sociedade pelo esforço educacional, de maneira a opor-se a secularização e ao cientificismo tão popular neste século, onde “[...] muitos dos valores preconizados pela corrente da “sociologia cristã” fizeram eco nas proposições defendidas pelos intelectuais do Sigma” (Barbosa, 2015, p. 82), com um objetivo maior de impor uma ordem social seguindo os preceitos da própria Igreja.

Acerca do conceito do fascismo

Por não tomarmos *fascismo* como um termo autoexplicativo, pensamos ser necessário explicitar o que baseia a análise para caracterizar o integralismo enquanto um movimento fascista, assim como sua influência sobre Sombra. É importante ressaltar também que discutiremos o fascismo enquanto *fenômeno político-ideológico*, e não tomando como excepcionalidade histórica o Partido Nacional Fascista⁸⁸, que atuou na Itália de 1928 a 1943 — apesar das políticas deste terem influenciado fortemente tanto Plínio quanto Sombra. Mobilizamos, para este fim, a formulação desenvolvida nas teses da *Décima Terceira Plenária do Comitê Executivo da Internacional Comunista sobre Fascismo, o Perigo da Guerra e as Tarefas dos Partidos Comunistas*:

1. Fascismo é a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro. **O fascismo busca assegurar uma base entre as massas para o capital monopolista** entre a pequena burguesia, apelando ao campesinato, aos artesãos, funcionários de escritórios e aos funcionários públicos que tiveram seu curso normal de vida alterado, buscando também penetrar na classe trabalhadora. O crescimento do fascismo e sua ascensão ao poder na

⁸⁸ A tomada do fascismo italiano enquanto uma excepcionalidade histórica é uma ideia explorada pelos admiradores contemporâneos de líderes fascistas, de modo a se desvincular dos crimes cometidos pelo *Duce*. Esta atitude também é praxe dos integralistas quando se referem a Plínio e suas teses contraditórias, buscando separá-lo do nazismo e do fascismo italiano.

Alemanha e em inúmeros outros países capitalistas significam que: (a) a **crise revolucionária** e a **indignação das massas** contra o domínio do capital **está crescendo**; (b) que os capitalistas **não mais conseguem manter a ditadura** pelos velhos métodos de parlamentarismo e de democracia burguesa em geral; (c) que, além disso, **os métodos de parlamentarismo e democracia burguesa** em geral **se tornaram um empecilho aos capitalistas** tanto em sua política interna (a luta contra o proletariado) quanto na sua política externa (guerras pela redistribuição imperialista no mundo); (d) que, assim sendo, o capital é compelido a transicionar para uma **ditadura terrorista aberta dentro do país e ao chauvinismo aberto** na política externa, que **representa diretamente a preparação para guerras imperialistas**. (Degras, p. 309-310, 2014, tradução nossa, grifos nossos).

Passemos a destrinchar alguns pontos apresentados:

Como exposto no pensamento de Marx e Engels, o aparelho estatal é utilizado enquanto ferramenta de dominação de classes, e no caso da democracia burguesa, o domínio deste aparato reside exatamente nas mãos da classe burguesa que “[...] conquistou o poder nos países avançados à custa de uma série de insurreições e guerras civis, da repressão violenta dos reis, dos senhores feudais [...]” (Lênin, 1919). Os mecanismos de democracia neste caso, o pluripartidarismo — que costuma passar a ser, efetivamente, combate entre dois partidos —, liberdade de reunião — que não abrange todos até por condições ideológicas e materiais —, liberdade de imprensa — que é facilmente deturpada pelo suborno e censura —, são rapidamente abandonados quando o movimento revolucionário de trabalhadores ameaça este domínio.

Além disso, o “empecilho” dentro do parlamentarismo aos capitalistas se refere a eleição de parlamentares que questionem ou atuem de forma a desacelerar o domínio do capital sobre propriedades urbanas e rurais, valores de salários, implementação de programas de assistencialismo e outros meios de suavizar ou impedir a desigualdade social.

Ademais, a ditadura terrorista aberta se refere à transição da democracia burguesa para um regime fascista que buscará perseguir e extirpar movimentos de trabalhadores, como foi a Ditadura Brasileira de 1964, onde os aparatos repressivos do Estado efetivamente desmobilizaram os partidos comunistas ao torturar e assassinar representantes, quadros históricos como Carlos Marighella e outros considerados detratores. Outro exemplo é o Golpe Militar no Chile, em 11 de setembro de 1973, quando o avanço das pautas socialistas encabeçado por Salvador Allende é interrompido por um golpe violento, respaldado pelos Estados Unidos e colocado em ação pelas forças militares chilenas.

O item (d) ainda expõe sobre o chauvinismo no discurso nacional enquanto mobilizador de conflitos imperialistas. É neste ponto que se apresenta o componente de se contrapor ao liberalismo, econômico e político, no fascismo, pois este se verifica como movimento de defesa do capitalismo nacional contra o internacional onde, em alguns casos, pode se ligar ao

antisemitismo ao culpar o *judeu internacional* como o responsável por crises econômicas — ponto visto no integralismo, explorado na seção IV.

Destaca-se, por fim, que os representantes dos partidos comunistas da Internacional já estavam cientes e esperavam, desde antes de 1933, um conflito interimperialista entre potências mundiais, representado seis anos depois pela Segunda Guerra, onde a Itália e a Alemanha mobilizaram seus exércitos fortemente pelo chauvinismo – o desprezo sistemático pelo estrangeiro e a exaltação exacerbada e cega pela própria pátria. Mesmo quase um século depois da publicação das teses da plenária da Internacional, entendemos que esta definição ainda se encontra relevante e a caracterização exposta é identificada nos movimentos fascistas contemporâneos que acometem países como a Itália, a Argentina e o próprio Brasil.

Com a crise de 1929, a fé até então inabalada no liberalismo e na *laissez-faire* entra em colapso, e organizações fascistas surgem em todo o globo expressando um movimento de defesa do capital nacional, face à “selvageria” que o capital internacional empreende. No Brasil não foi diferente, e o que vemos em meio ao crescimento de movimentos de extrema-direita no Brasil é o estabelecimento de uma organização que articula muitos dos pontos colocados acima, este sendo o Integralismo.

A Sombra na trilha do fascismo

Agora, partindo da análise conceitual sobre o conceito, passemos para breve análise do fenômeno integralista no Brasil e o envolvimento de Sombra até seu racha com a AIB. A relevância deste tema na contemporaneidade se dá por conta da constante tentativa de células integralistas se reorganizarem com conteúdo online capaz de arregimentar partidários, e a tendência destes buscarem em apagar o que se tornou contraditório com o passar do tempo.

Barbosa (2015) nos expõe que Plínio Salgado se mostra um agente aglutinador capaz de transitar entre católicos e nacionalistas, de modo a assentar as bases de um movimento que se contrapunha às organizações políticas da década de 1930 como os comunistas, os liberais e os republicanos, que lutavam pela hegemonia política no Brasil. Seguindo a linha da tradição do pensamento burguês, os integralistas mobilizaram “[...] elementos difusos na interpretação da conjuntura política por parte de setores da intelectualidade nacional e os rearticularam [...]” (Barbosa, 2015, p. 67) de modo a criar uma ideologia política que, supostamente, seria genuinamente brasileira, que expressaria as bases do ‘ruralismo’ nacional, representado pela cultura brasileira do sertão e também dos povos indígenas — apesar de que os integralistas possuem uma visão paternalista sob estes, de modo a “orientá-los para o caminho da civilização e modernidade” (1935, p. 18) enquanto agentes de defesa das fronteiras da pátria.

Plínio admirava publicamente o *Duce* Benito Mussolini, e um dos eventos mais expressivos disso é o encontro destes no Palazzo Venezia em 1930 e a influência que o contato marcou em Salgado. Fausto Salvatori (2023), no seu artigo *Um fascista na Câmara*, apresenta ainda a informação que “O ditador italiano deve ter guardado uma boa impressão daquele aspirante a Mussolini brasileiro, já que, anos depois, o governo da Itália passaria a financiar regularmente o movimento fundado por Plínio.”, expondo a relação entre as partes e a admiração por parte de Salgado a Mussolini.

O movimento integralista se apresenta contra o capitalismo selvagem, expresso no Manifesto como: “O capitalismo atenta hoje contra esse direito [de propriedade “natural”], baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da fisionomia do sistema econômico liberal-democrático.” (Manifesto de 7 de Outubro de 1932, Item VII ‘A questão social como a considera a Ação Integralista Brasileira’). Com uma retórica forte em favor da colaboração ou harmonização das classes, clássico do corporativismo e questão exposta na encíclica papal *Rerum Novarum* que foi usada de base para o fascismo italiano, o Manifesto ainda põe:

Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo a ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro. (Manifesto de 7 de Outubro de 1932, Item II, ‘Como entendemos a Nação Brasileira’).

Nesta mesma toada:

O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. [...] Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos. Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismos; [...] Céticos, desiludidos, esgotados de prazeres, tudo o que falam esses poderosos ou esses grandes e pequenos burgueses, destila um veneno que corrói a alma da mocidade. (Manifesto de 7 de Outubro de 1932, Item IV, ‘O Nosso Nacionalismo’).

Observa-se, em ambos os trechos, a idealização da História do Brasil. Na visão pliniana, o sertão e o caboclo são a expressão cultural mais autêntica do Brasil, identificando os estrangeiros como agentes contaminantes da genuinidade brasileira, inseridos no país por uma burguesia impressionável. Além disso, Plínio designava que o ceticismo era característica de sociedades liberais e comunistas.

Os integralistas, assim como Plínio, sempre afirmavam – e afirmam – que o movimento integralista não é de forma alguma fascista⁸⁹, mesmo isso entrando em conflito com as declarações do próprio Plínio acerca do regime nazista e italiano. Sobre Hitler, o jornal *A*

⁸⁹ “Desde o primeiro dia tenho dito e repito que o Integralismo é completamente diferente do Fascismo e do Hitlerismo”. Plínio Salgado, *A Doutrina do Sigma*. Schmidt, 1935.

Offensiva, sempre com o subtítulo “orientado por Plínio Salgado”, quando fala do do III Reich, coloca que “Salvando a Alemanha da estagnação moral em que jazia [...] libertando-a dos perigos que já eram mais do que próximos, do comunismo internacionalista, [...]” (Pachoaletto, 2011, p. 3). Compreendemos como uma hipótese razoável que o revisionismo empreendido pelos integralistas contemporâneos sobre este tópico se dá para manter certa aceitabilidade entre a sociedade brasileira moderna.

Na ideologia integralista, o liberalismo econômico é associado ao antissemitismo, como exposto na obra de Gustavo Barroso⁹⁰ (1936), *Brasil: colônia de banqueiros*, onde o chamado “judeu internacional” seria responsável por implementar métodos de sugar a riqueza do Brasil, enquanto o liberalismo político é visto como uma fraqueza que abre espaço ao comunismo, já que o Estado regido pelos preceitos liberais seria incapaz de responder à ameaça dos movimentos socialistas, ao passo de que os partidários do Estado integral defendem o fim das liberdades democráticas como o sufrágio universal e o pluripartidarismo, pondo em lugar um modelo corporativista de associações de trabalhadores.

Sombra entra em contato com o integralismo por meio de Joaquim Pedro Salgado Filho e Olbiano de Melo, que tentam agendar uma reunião entre Plínio e Severino, que no entanto nunca acontece pois Sombra participa da Revolução Constitucionalista de 1930, e quando do seu fim, retorna ao Ceará e é preso.

A partir de 1932, enquanto esteve sob a direção de Jeová Mota e de Helder Câmara em razão do exílio de seu fundador em Portugal, a legião se aliou com a AIB, fundindo o discurso de arregimentação de trabalhadores e a farda cáqui com a pregação pequeno-burguesa e a camisa verde do integralismo pliniano. Cordeiro Jr., Raimundo Barroso. “Legião cearense do Trabalho” (Silva; Medeiros; Vianna *apud* Barbosa, 2015, p. 63).

Este momento foi sensível para Sombra, pois ele pretendia expandir a LCT para o Sul sob o nome de Legião Brasileira do Trabalho com o auxílio de Plínio, mas este, junto com Dom Hélder e o Tenente Jeová, passam a integrar os componentes da LCT à AIB (Silva, 2006, p. 101-103). Mas o que definitivamente rompeu sua relação com os partidários da AIB foi a discussão iniciada no primeiro congresso nacional integralista que discutia a eleição de representantes: “Contrário à eleição deste [Plínio Salgado] para a chefia nacional da AIB, propôs que a direção do movimento fosse entregue a um triunvirato, composto por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Olbiano de Melo, reivindicando sua indicação para o cargo de

⁹⁰ Barroso compôs o *triumvirato* de líderes do integralismo ao lado de Plínio e Miguel Reale. Traduziu a primeira edição em português da obra *Protocolos dos Sábios de Sião*, livro profundamente conspiracionista e antissemita que “denuncia” o plano judeu de dominação mundial pela destruição da sociedade ocidental, escrito por Alfred Rosenberg, responsável pela teoria da superioridade racial alemã (Holocaust Encyclopedia).

secretário-geral da AIB” (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009).

Depois do falecimento de Plínio em 1975, o movimento integralista se desorganiza de uma maneira quase definitiva. As células integralistas contemporâneas procuram mesclar e recortar as obras do *triunvirato* de líderes integralistas (Plínio, Miguel e Gustavo) de modo a esconder e mascarar os temas que hoje são encarados com outros olhos, como o antissemitismo e o paternalismo sobre os povos indígenas.

Vemos, então, que o integralismo, se inspira diretamente na atuação de Mussolini e Hitler, além da admiração de Plínio por estes, possuindo as mesmas características expressos no conceito de fascismo pelos teóricos da Internacional Comunista, com a capacidade de se articular com as linhas de direita vigentes e produzir um movimento nacional que é anticomunista, antiliberal, chauvinista e, como parte de uma característica específica articulada pelas linhas de direita, o fundamentalismo católico.

Atuação de Sombra no Ministério da Guerra: a produção de contrapropaganda

O período em que Severino Sombra ficou encarregado no Ministério da Guerra de Getúlio Vargas foi de 1934 a 1935 – mesmo ano da Lei ‘Monstro’, ou Lei de Segurança Nacional, implementada após confrontos entre comunistas e anarquistas contra integralistas. O ministro Pedro Góis Monteiro⁹¹ encarregou o capitão de produzir um plano de contrapropaganda geral que imunize o exército de insurreições comunistas, intitulado Plano de Política Social do Exército, de caráter confidencial. Consideramos que a passagem de Sombra pela formação militar, pelo movimento de renovação católica e pelo integralismo foram cruciais para sua formação ideológica e sua atuação política.

No primeiro capítulo do livro, “Exposição e Projeto”, o capitão expõe que “A fé socialista polariza naturalmente todos os gemidos da miséria, os protéstos surdos e as desesperanças das massas que não estão à altura de discernir princípios e consequências [...]” (Albuquerque, 1934, p. 2), Sombra demonstra ter consciência sobre as condições históricas que produzem o que ele denomina como “gemidos da miséria”, que nascem a partir da desigualdade de classes e condições de vida extremamente precárias, ao passo que culpa as revoluções liberais como incapazes de atender as mínimas condições de vida:

Nosso Paiz está em plena anarquia politica. A insurreição de 30 deixou-o na mesma disponibilidade ideologica em que o encontrou. Nenhum grande movimento renovador de caracter nacionalista súrgiu ainda a empolgar o povo, creando uma

⁹¹ Conhecido por ser um dos produtores do Plano Cohen.

consciencia coletiva e disciplinando forças para a luta. (Ibid. p. 6).

A compreensão das revoluções liberais enquanto incapazes de manter a sociedade estável é um pensamento marcadamente integralista. Plínio Salgado, na obra *O que é Integralismo* (1933), expõe o seguinte: “A liberal democracia, proclamando a liberdade humana de modo absoluto, criou um estado fora e acima das lutas de indivíduos [...] Êsse Estado se tornou cada vez mais fraco, sendo dia a dia corroído [...]” (p. 23) pelas crises econômicas, os conflitos sociais e a própria atividade da democracia liberal. Neste mesmo ponto da fragilidade da liberal-democracia, Sombra coloca que “Staline, em seu *Leninismo Teorico e Pratico*, torna bem claro que para Lenine “a revolução burguesa democratica e a revolução socialista são como dois elos de uma mesma cadeia” (Albuquerque, 1934, p. 2). Tanto Lênin (1966) quanto Stálin (1949) atribuíam aos períodos de crise do capitalismo momentos oportunos de “assalto às fortalezas do capitalismo”, pois é quando as fraquezas e contradições de dominação de classe estão mais expostas, aproximando os trabalhadores da crise revolucionária.

No texto *Relatório político do Comitê Central ao XVI Congresso do PCUS* de 27 de junho de 1930, sobre a crise de 1929, Stálin argumenta que “[...] seguidamente, que durante a guerra e depois dela, nos países coloniais e dependentes, surgiu e desenvolveu-se um capitalismo jovem próprio que concorre com êxito nos mercados com os velhos países capitalistas.” (Stálin, 1949. p. 235–373, tradução nossa), além de atribuir a causa da crise como sendo pela “[...] contradição entre o crescimento colossal das capacidades produtivas do capitalismo, orientadas para a obtenção máxima do lucro capitalista e a diminuição relativa do poder de compra solvente das massas de milhões de trabalhadores [...]”, causando crises de superprodução.

Severino, quando fala do espírito do tempo presente, fala da “marcha impiedosa para a revolução”, já que as crises contemporâneas abrem caminho para críticas constantes ao modelo liberal-burguês, posto em ordem pela Aliança Liberal de Vargas, ao qual é caracterizada como “desastrosa” por conta da legislação social que exige concessões “à moda do tempo”, e passa a urgir que todos devem escolher um caminho revolucionário. Segundo ele, a tentativa de resistir às revoluções comunistas vêm da Alma Nacional, composta pela “personalidade” (vontade de manter sua individualidade) dos conterrâneos, entendido por ele como traço característico de “Revoluções Nacionalistas”. Ele a descreve da seguinte forma:

Personalidade histórica e moral, construída ao longo dos séculos e marchando para um destino próprio na vida da humanidade. Personalidade tecida dos imponderáveis que formam a Alma Nacional presente e viva nos mais simples hábitos do povo, em sua linguagem, em sua arte, em suas tristezas e alegrias [...] (Albuquerque, 1934, p.1).

No caso de um povo ainda não ter uma “Alma nacional”, cabe ao Estado, Forças Armadas e associações patrióticas comporem uma frente de defesa nacional. Para este fim, o capitão Sombra entende que “[...] O PRIMEIRO PONTO DA POLITICA SOCIAL QUE O EXERCITO DEVE ADOPTAR: manter intransigentemente a personalidade nacional, combatendo todas as forças desnacionalisadoras e avivando os sentimentos patrióticos do povo” (Ibid, p. 7). A defesa da personalidade nacional então deve vir pela: criação de liturgia militar, comemorar datas patrióticas relevantes, criar uma ligação entre o Exército nos núcleos operários, estimular a produção de literatura patriótica por concursos e pressionar o governo quando este tomar atos contrários à personalidade nacional. Além disso, deve proteger a sociedade das revoluções liberais pela: manutenção da independência do Exército perante a democracia partidária, impor pressão neutralizadora contra os políticos revoltosos e intervenção aniquiladora sobre os movimentos insurreccionários.

Ainda, Sombra apresenta como empecilhos à atuação socialista sendo “A organização de milícias voluntárias patrióticas, como os Capacetes de aço, a Jungo e a Bandeira do Império na Alemanha, a Milícia Fascista na Itália, os Heinwehren na Austria, os Aizsargi na Letônia, algumas das quais constituem reservas do Exército e são ligadas aos órgãos do Estado.” (Ibid, p. 6), mostrando como possível aliado contra os socialistas as milícias fascistas (como o próprio integralismo possuía).

O capitão demonstra certa admiração ao se referir à Lênin como “o genial chefe da Revolução Russa”, além de demonstrar uma certa inveja quando fala da formação militar completa dos soldados da URSS. Segundo o capitão, no livro “o Soldado do Exército Vermelho”⁹²: “O trabalho político tem um fim concreto. Ele torna o soldado vermelho capaz de lutar com convicção pelo Estado operário” (Ibid, p. 7).

Ele elogia a rotina diária dos soldados vermelhos, que fora as necessidades básicas, ainda possuem sessões de discussão da teoria socialista e obras militares duas vezes ao dia, portando uma biblioteca de mais de 10 mil títulos, com um forte estímulo a camaradagem pela recepção dos recrutas com frases como “A velha classe saúda os conscritos!” e “Aprendeí o ofício da guerra afim de poder defender o Estado operário e camponês!”. Ao tratar sobre a formação militar brasileira, descrita como incomparável com a formação russa, ele apenas diz que “[...] Nos contentamo-nos com medalhas por tempo de serviço, conferidas indiferentemente a espíritos brilhantes e trabalhadores e a figuras mediocres.” (Ibid, p. 10).

Compreendia a sociologia como indispensável para formação de um soldado armado

⁹² Infelizmente, não conseguimos encontrar este documento.

contra o tenaz marxismo que, por se espalhar mais nas cidades, necessita de uma educação patriótica que o torne resistente a propaganda, que circula mais nas cidades do que no sertão, local de origem de muitos soldados. Para formar os soldados, na Escola do Estado Maior, ele entende ser necessário um curso de conferências com os grandes nomes anti-marxistas da época como Tristão de Athayde e Oliveira Vianna, onde explicariam os erros lógicos e as “funestas consequências” da implementação do Estado operário. Nas escolas de serviços e sargentos, é preciso uma cadeira de Noções de economia social em que deve-se discutir os conceitos básicos de economia e suas aplicações além de refutar as soluções marxistas.

Para a organização de todo o Plano de Política Social, Sombra destaca a necessidade da criação de uma Seção Especial, que deve ser dependente direta do Gabinete do Ministro, pois é necessário preparar e organizar as aulas, e o conteúdo desta deve ser fiscalizado, além de evitar burocracias desnecessárias e a manter a liberdade de certos setores do Exército de modificar os planos adotados. A S.E. teria a obrigação de executar e aperfeiçoar o plano de política social, além de preparar: aulas, organizando esquemas para os instrutores de educação moral e cívica; publicações, sobre os orgulhos dos militares brasileiros e a história nacional; rádio, com conteúdo na mesma linha das aulas, e para comemorar grandes datas; cinema, poderoso instrumento de propaganda, cabendo ainda aproveitar “[...] os films das manobras dos exercitos estrangeiros e das grandes manifestações nacionalistas da Itália e da Alemanha.” (Ibid, p. 12); e, por fim, bibliotecas, fazendo uma limpeza nas existentes para purgar livros que sejam contra o próprio exército e melhorar os acervos com o tempo.

No 2^a capítulo, “Método de Execução do Plano Adotado”, Sombra enumera os objetivos práticos mais necessários para estabelecer a S.E, entre eles: confecção do regulamento de contingências e honras militares, do quadro de datas nacionais para comemorações; depois, elaboração das instruções educacionais e de folhetos pros alunos; trabalhos que exigem o apoio do governo, como a elaboração de uma lei de sindicalização de “caráter nacionalista”. O mais importante é selecionar os professores, sempre oficiais do Exército e nunca civis, de absoluta confiança e preceitos alinhados aos expostos no 1^o capítulo.

Emília Silva argumenta no seu trabalho *O Homem no Espelho* (2015) que: “A associação do comunismo a um mal capaz de degenerar o Exército e o país foi importante na construção de um discurso de ordem, que fosse eficaz na eliminação de grupos divergentes dentro do Exército [...]” (p. 5). A atuação de Sombra no Ministério da Guerra visava proteger a Corporação da infiltração comunista, capaz de desarmar o Exército. Para tanto, o capitão procura ler a obra de seu inimigo para ter a capacidade de responder o ataque com uma defesa à altura, e seu Plano de Política Social do Exército demonstra isso.

Conclusão

As questões econômicas e a incapacidade do capitalismo da década de 30 de prover uma melhor qualidade de vida gestou o movimento extremista de direita que é o fascismo, radicalizando os trabalhadores. Severino representa uma fração da renovação católica, agregando ainda os ideais integralistas e do fascismo italiano, se torna responsável por compor uma nova ordem social. O Ceará, e o nordeste como um todo enquanto região super explorada, viu no movimento da LCT um espaço de oposição a essas questões e ao modernismo, onde Sombra captou a atenção do trabalhador cearense.

É tácito observar que, apesar dos desentendimentos que Sombra teve com a pessoa do Plínio Salgado, o integralismo deixa uma profunda marca na sua retórica, reconhecido pelos objetivos de defender a “Alma Nacional” do ataque judaico-bolchevique. A AIB ganha um espaço muito grande no Ceará apesar de todas as contradições discursivas e de classe, com essa porta sendo aberta pela Legião Cearense.

Referências

Fontes

ALBUQUERQUE, Severino Sombra de. **Política Social do Exército** (Identificador <BR RJANRIO SA.0.PIT, TDV.684>). Fundo Góis Monteiro, Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). 1934. Acesso em: 21/09/2023.

Bibliográficas

BERKOWICZ, Clarice. **O projeto editorial da Biblioteca Militar no Estado Novo: educação e ação política**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História.

Florianópolis, 2015. Acesso em: 14/01/2024. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439517200_ARQUIVO_textoanpuh.pdf

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma**. Editora Unesp Digital. São Paulo, 2015. Acesso em: 21/01/2024. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ksp49>

DEGRAS, Jane (org). **The Communist International (1919-1943): documents**.

Routledge, 2014. Acesso em: 18/11/2023. Disponível em:

<https://www.marxists.org/history/international/comintern/documents/volume3-1929-1943.pdf>

FAUSTO, Boris. A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a Redemocratização. In: **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano, Volume III**. 4ª ed. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. [S.l.]. Fundação Getúlio Vargas,

[2009?]. Acesso em: 01/02/2024. Disponível em:
<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severino-sombra-de-albuquerque>

LÊNIN, Vladimir. **Do diário de um publicista**: os operários e os camponeses. Edição anterior a 1966. Editorial Vitória, Rio de Janeiro. Acesso em: 03/02/2024. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/09/11.htm>

Manifesto de 7 de Outubro de 1932. Deus, Pátria, Família, 2022. Acesso em: 02/02/2024. Disponível em: <https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>

PACHOALETE, Murilo Antonio. **As percepções acerca do Nazismo presentes nas páginas do jornal integralista A Offensiva**. Revista Espaço Acadêmico, 2011. Acesso em: 01/02/2024. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10916/6980>

SILVA, Emília Carneaveli da. **O Homem no Espelho: reflexões sobre a dissidência integralista de Severino Sombra (1931-1937)**. Editora PUC. São Paulo, 2006. Acesso em: 17/11/23. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12968>

SALVADORI, Fausto. **Um fascista na Câmara**. Revista APartes (Portal da Câmara Municipal de São Paulo), 2023. Acesso em: 04/02/2024. Disponível em:
<https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/um-fascista-na-camara/>

STÁLIN, Iosif. **Политический отчет Центрального Комитета. Сталин И.В.** Сочинения. – Т. 12. – М.: Государственное издательство политической литературы, 1949. С. 235–373. Acesso em: 12/01/2024. Disponível em:
https://grachev62.narod.ru/stalin/t12/t12_21.htm#r1

STÁLIN, Iosif. Sobre os Fundamentos do Leninismo. In: Obras – 6º vol. Editorial Vitória, 1954. Acesso em: 17/01/2024. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm>

Infelizes Conexões: o mito da homogeneidade racial Argentina e o massacre de Buffalo nos EUA (2022)

SANTOS, Fábio Ribeiro Lopes dos
Graduando em História Licenciatura (UFSM)
fabio.rls@hotmail.com

Resumo: Infelizes conexões existem entre o massacre que assolou um bairro negro na localidade de Buffalo nos Estados Unidos e a histórica política de branqueamento da Argentina. A exportação do mito da homogeneidade racial do país reverbera até os dias atuais e segue atuando no sentido do apagamento de vidas negras. O presente artigo analisa essas conexões a partir de um prisma que critica a construção discursiva de uma Argentina totalmente branca. Ao mesmo tempo que estuda o manifesto racista do criminoso que desencadeou o ataque e suas infelizes menções à suposta realidade do país platino. Na parte metodológica há uma importante e inicial discussão acerca do uso da internet invisível, dos limites do historiador, da ética profissional e da adequação do entendimento do que se entende ou se deve entender por fonte no mundo contemporâneo. Já que ao historiador “antes de dizer a verdade, cabe [...] evitar a mentira” (Bauer e Nicolazzi, 2016, p. 810), optou-se por confrontar os dados obtidos com publicações da grande mídia que falassem especificamente sobre o manifesto, não com intuito de verificar a originalidade da fonte e sim para testar sua confiabilidade. Os resultados obtidos vão no sentido de perceber que a imagem criada historicamente pelo próprio país latino-americano vende uma ideia de homogeneidade racial que não necessariamente se confirma. O processo de urbanização, a descaracterização racial do termo “negro” e a falta de categorização nos censos demográficos, são exemplos de estratégias utilizadas para a exportação da imagem da “Argentina branca”. O perigo da disseminação do mito traz a emergência do seu enfrentamento.

Palavras-chave: Argentina; Mito; Racial.

Recentemente, mais uma tragédia deixou inúmeras vítimas nos EUA. Um homem branco executou um assassinato em massa. Como local escolhido, um supermercado localizado em um bairro de predominância negra, na cidade de Buffalo. Entre os dez mortos, oito pessoas negras. Tudo isso transmitido pela plataforma *Twitch*. As investigações policiais nos dias posteriores ao ataque, chegaram a um documento que elencava possíveis alvos e explicava as motivações ideológicas do crime: racismo, eugenia e teoria da substituição. Tudo isso condensado em um manifesto de 180 páginas, publicado pelo assassino dias antes do atentado.

No manifesto, é possível notar citações a vários países, bem como, comentários acerca da situação racial de cada lugar. Em sua primeira página, observa-se uma afirmativa que tem na Argentina o modelo a ser seguido, dada a sua suposta situação racial. Essa idealização de uma Argentina branca conclamada nos escritos do criminoso é alicerçada na imagem que o próprio país sul-americano tentou emplacar em boa parte de sua História Nacional.

Portanto, este estudo tem por objetivo analisar a construção do mito da homogeneidade racial argentina para então entender como as reverberações desse discurso ainda atuam no

apagamento de vidas negras. Para tanto, pretende-se analisar a construção do mito e sua hegemonia para além da Argentina, através do manifesto de Buffalo. Cabe salientar que o trabalho se justifica na necessidade de enfrentamento às teorias racistas que fundamentam tais crimes de ódio, bem como, na emergência da desconstrução de tais discursos no senso comum.

Para que se possa atender os objetivos desta pesquisa, é imprescindível que se levante um bom panorama historiográfico que demonstre a construção do mito da homogeneidade racial na Argentina. Nesse sentido, Tanya Hernández, ao estudar as políticas de embranquecimento na América Latina, considera que o caso argentino poderia ser visto como a “síntese do branqueamento”. Demonstra o esforço das elites, na figura do Estado, em realizar um apagamento das populações negras do país (HERNÁNDEZ, 2017). A autora traz à tona as medidas estatais de imigração que tinham o visível objetivo do branqueamento da população, desde o século XIX. Explicita também como o discurso se consolida até, no mínimo, a década de 90, quando o então presidente declarou que os negros eram um problema do Brasil, dada a inexistência dos mesmos em solo argentino.

Em consonância, Paola Mokevicius, ao analisar as ressignificações estatais de memórias negras, também percebeu que, desde meados dos anos 1980, é feito um esforço para consolidar uma identidade nacional branca, negligenciando assim a multiculturalidade do país.

Esta aplanadora cultural se constituyó en gran medida como una «aplanadora mnemónica» [...] que anulaba «otros» sentidos del pasado para imponer, principalmente a través de la educación pública, una sola y «neutral» memoria hegemónica (Mokevicius, 2013, p. 231).

Logo, quando o presente trabalho chegar na análise de suas fontes, será possível entender como essa “ideia vendida” é “comprada” e reverberada para além das fronteiras.

Outro trabalho que possibilita uma boa compreensão do tema é a pesquisa de Guillermo Orsi, da qual importou-se o conceito de “mito da homogeneidade racial”. Nas palavras do autor, “a Argentina entende-se, a partir do mito da homogeneidade racial, como uma nação constituída fundamentalmente por herdeiros da imigração europeia e branca” (Orsi, 2022, p. 140). O estudo em questão é muito esclarecedor acerca da construção do mito, desmistificando todas as justificativas hegemônicas arraigadas no senso comum do país e levantando duas principais questões que explicam o fenômeno.

Uma delas fala do apagamento do negro na categorização dos censos demográficos, algo também demonstrado nos estudos de Hernández (2017) e Keindé e Mello (2020). Ou seja, as categorias disponíveis no levantamento ou não contemplam ou buscam, através de um processo cultural, descaracterizar o termo “negro”. Orsi demonstra como esse termo é desassociado do

aspecto puramente fenótipo e passa a fazer parte de um imaginário social, na maioria das vezes, pejorativo. “Na Argentina, uma pessoa negra pode ter a pele clara e nenhuma característica tida como típica dos afrodescendentes” (Orsi, 2022, p. 153). Desta maneira, quando alguém é chamado de negro na Argentina, geralmente a expressão estará associada à adjetivos como “marginalizado” ou “criminoso”.

Porém, outro fato relevante é que expressões como “negro” e “negrito” também são presentes no vocabulário coloquial, demonstrando proximidade e carinho em conversações diárias. “Os termos “negro” e “negrito” são muito utilizados nas relações de amizade, não revestindo nesse uso, necessariamente conotações raciais” (Orsi, 2022, p. 155). Sendo assim, semanticamente, a terminação pode estar associada também à palavra “amigo”.

Seja como for, quaisquer das adjetivações levam ao esvaziamento do sentido racial do termo “negro”. Isso justifica e desfigura os censos demográficos do país, que apresentam níveis baixíssimos de pessoas autodeclaradas negras e acabam exportando uma imagem distorcida da realidade. Essa discussão é muito pertinente no momento em que a análise da fonte evidencia a absorção e disseminação de tal discurso hegemônico.

Outra questão levantada na explicação do mito da homogeneidade, trata de um aspecto geográfico. Através do conceito centro-periferia, o autor explica como a Argentina porteña⁹³, através do seu processo de urbanização excluiu do centro geodésico nacional os corpos negros. E, a partir daí, vendeu-se uma ideia de que a cara da capital seria a cara do país, num nítido esforço de atender pressupostos racistas que viam na homogeneidade branca os princípios de evolução, trabalho e prosperidade, todos premissas básicas do capitalismo (Orsi, 2022).

Optou-se por, antes de mais nada, debater essas questões nesta pesquisa para que o leitor possa estar a par da construção histórica do discurso supracitado, sua existência enquanto mito, seu caráter hegemônico, bem como, aguçar reflexões sobre sua reverberação. Mas não é possível negar que todo esse esforço racista de apagamento, gerou algumas consequências pretendidas no sentido da diminuição da presença negra no país.

Porém, é, sem sombra de dúvidas, errônea a afirmativa de que na Argentina não há negros. E isso é amplamente demonstrado nos estudos de Keindé e Mello (2020). Neste, os autores demonstram as associações de pessoas negras na Argentina, seus esforços de resistência étnica e cultural e, inclusive as ações governamentais que, por vezes, necessitaram o convencimento dessa parcela da população para fins eleitoreiros. Exemplo disso é o candombe,

⁹³ Entende-se por Argentina porteña, a capital Buenos Aires e sua região metropolitana.

“ritmo argentino de matriz africana que combina música e dança em um ritual que valoriza a identidade negra e a memória coletiva” (Keindé e Mello, 2020, p. 361).

Ademais, é fundamental destacar que vozes destoantes do discurso hegemônico se fazem ouvir na atualidade argentina. Assim como destaca Paola Monkevicius, “no es casual entonces que se revitalicen debates sobre la historia argentina y el silenciamiento operante sobre las memorias subordinadas a ese relato hegemónico” (Monkevicius, 2013, p. 229). Ou seja, é perceptível que o debate está acontecendo e que pesquisadores se somam no sentido de problematizar e desconstruir o discurso hegemônico que focaliza a suposta “homogeneidade racial argentina”.

É em consonância a essas novas vozes que ecoam, objetivando disputar os espaços de memórias e confrontar algumas verdades absolutas contidas no senso comum, que este trabalho se apresenta como ferramenta. Até porque, aqui será demonstrado um caso em que as reverberações discursivas supracitadas fomentam um manifesto que tenta justificar a eliminação de pessoas negras. Sendo assim, apresentar-se-á a fonte e a maneira com que a mesma foi analisada, para depois confrontá-la com a historiografia já exposta. Espera-se que até aqui, o leitor sinta-se munido de argumentos que permitam um panorama acerca do tema.

Um documento histórico é [...] tudo aquilo que um determinado momento decidir que é um documento” (Karnal e Tatsch, 2015, p. 20). Acredita-se que está é uma pertinente frase para adentrar na explicação da fonte obtida nesta pesquisa. Ora, se desde a Escola dos Annales⁹⁴ já se tem a discussão de que a escrita da História tem mais a ver com o tempo presente do que com o passado, necessário é, então, adequar-se à toda expressão humana nos seus mais diversos meios atuais.

Nesse sentido, José D’Assunção Barros, faz importantes considerações acerca da necessidade de a produção historiográfica estar inserida nos meios digitais. Em seu livro intitulado “História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo”, comenta como a revolução digital demanda novas abordagens que contemplem as mais diversas facetas do mundo contemporâneo (Barros, 2022). Apesar de ser uma contribuição ímpar para as novas demandas do historiador, as considerações de Barros são feitas limitadas ao mundo da “internet visível”, algo como a ponta do iceberg do mundo virtual. E isso é dito, não em tom de crítica ao respeitável trabalho do autor e sim porque, apesar apoiar-se nos postulados do mesmo, a presente pesquisa precisa ir além, como será explicado a seguir.

⁹⁴ Movimento historiográfico que perpetuou novos paradigmas na História, discutindo questões como definição da História, seu papel enquanto ciência, suas fontes e seus usos. Para um bom entendimento de tal paradigma, ver BLOCH, M. **Apologia da História**. 19 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Antes de assassinar dez pessoas na cidade de Buffalo nos EUA, o jovem Payton Gendron, elaborou um manifesto que fora publicado em suas redes sociais. No documento, teorias que explicavam a motivação do ataque, planejamentos e muita desinformação. Após o crime, como era de se esperar, o documento com alto teor racista, foi retirado da internet pela polícia do país. Sendo assim, a única maneira de obter acesso legal a tal fonte seria o contato com as forças de segurança estadunidenses. Porém, a depender de tamanha burocracia e até por uma questão de tempo hábil, encontraram-se outros meios de conseguir acesso à fonte: a chamada *deep web*. Por *deep web* entende-se:

Uma camada exponente do ciberespaço que possui, na maioria das vezes, conteúdos não recuperáveis ou indexáveis pelos mecanismos de busca. O resultado da falta de indexação e posterior não recuperação da informação ocasiona uma quantidade significativa de conteúdos não transitáveis e, portanto, não acessados em todo o ciberespaço (Vignoli e Monteiro, 2020, p. 3).

Portanto, por não ter um alcance tão facilitado e por possuir arquivos que não estão com livre acesso - considerando todo o ciberespaço, a *deep web* caracteriza-se por conter, além de riquíssimos materiais, alguns documentos ilegais. Até por isso é conhecida no senso comum como um lugar apenas de ilicitudes e criminalidade, mesmo que seja bem mais que isso.

Aqui abre-se uma grande discussão acerca da acessibilidade e da linha tênue que separa os limites do ofício do historiador e aquilo que o mesmo pode ou não ter acesso. Mas esta pesquisa entende que ao se negar acessibilidade e a legitimidade da pesquisa histórica com tais fontes, perde-se a oportunidade de boas pesquisas. Até porque, como já fora citado anteriormente, se a sociedade ou pelo menos uma parte significativa desta, recorre a esses meios – e considerando que o historiador precisa estar atento a tudo que compõe a sua contemporaneidade - não seria má-fé a utilização de um documento que está em circulação na *deep web*, mesmo que este seja um documento censurado. Certamente, essa discussão metodológica não se encerra aqui e nem é pretensão dar um veredito, apenas assumir uma posição inicial. A pretensão está em suscitar o debate sobre.

Enfim, outro legítimo questionamento que deve surgir acerca de uma fonte encontrada na *deep web* é sobre sua confiabilidade. Uma vez que, apesar de ter o mesmo número de páginas, conter o nome e os planos do assassino, ainda assim, não há como decretar que a fonte é de fato o documento original escrito por Payton. Mais uma vez, caberia aqui uma longa discussão, desta vez acerca da “verdade histórica”. Porém, opta-se por, em poucas linhas, tentar elucidar a maneira com que esta pesquisa lida com sua documentação histórica.

“Tudo bem, até pode ser que os dragões sejam moinhos de vento”. Eis um verso da música “Dom Quixote” que faz referência a célebre obra literária de Cervantes. A verdade é

que independente dos dragões existirem ou não, o fato que se abre é maior que o fato em si. Nesse mesmo viés, um artigo muito interessante escrito pelos historiadores Paula Bauer e Fernando Nicolazzi, abordam a questão sobre as relações entre o historiador e o falsário. Neste, são debatidos dois casos onde verdade e mentira se mesclam no relato histórico e acabam abrindo o seguinte questionamento: “pode a mentira dita [...] assumir um valor de veracidade para a história e, com isso, manifestar algum tipo de validade moral? (Bauer e Nicolazzi, 2016, p. 810). E a resposta seria que sim, dependendo das circunstâncias. E isso, muito antes de invalidar a escrita histórica, a torna muito mais rica e verdadeira, desde que atente ao rigor metodológico. Tentar-se-á, nas próximas linhas, exemplificar isso com a pesquisa feita.

Spree killer é um manifesto de 180 páginas, escrito em inglês, dividido em algumas seções. Sejam elas: *What you need to know; This is White Genocide; About me; Questions and Answers; Answers to my people/supporters questions; Answers to detractors and to those that oppose my beliefs/methods; About Blacks; About Jews; About East Asians; About Arabs and Modern Turks; About Whites; About Everyone Else; About Money: Fiat, Crypto, and Metal; Weapons, Equipment, and Mentality of the Attacker; The Weapon; Equipment; Tools; Attire/Clothing; Messages To Various Groups; e Conclusion*. A autoria é atribuída ao jovem estadunidense Payton Gendron, de 18 anos. O documento possui as fotos de apresentação do autor, suas motivações, o orçamento dos materiais utilizados no ataque, o planejamento do atentado (inclusive com mapas) e inúmeros “memes” racistas. No manifesto, a Argentina é citada três vezes (nas páginas 1, 55 e 168) e o Brasil uma vez, na página 160 (Gendron, 2022, p. 180).

Já que ao historiador “antes de dizer a verdade, cabe [...] evitar a mentira” (Bauer e Nicolazzi, 2016, p. 810), optou-se por confrontar esses dados com publicações na mídia que falassem especificamente sobre o manifesto. Neste universo, foram encontradas um total de seis (6) reportagens, das mídias elencadas a seguir: Poder 360⁹⁵; CNN Brasil⁹⁶; G1 o Portal de

⁹⁵ Em manifesto, atirador dos EUA critica “diversidade” do Brasil... Poder 360. 15 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/em-manifesto-atirador-dos-eua-critica-diversidade-racial-brasil/> Acesso em: 23/01/2023.

⁹⁶ WATTS, Amanda et. al. Atirador de Buffalo visitou área no início de março... **CNN Brasil**. 17 de maio de 2022. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/atirador-de-buffalo-visitou-area-no-inicio-de-marco-informa-a-policia/> Acesso em: 23/01/2023.

Notícias da Globo⁹⁷; Folha de São Paulo⁹⁸; Fórum⁹⁹ e LatinoAmerica21¹⁰⁰. Nestas, os trechos, imagens e conteúdos citados sobre o manifesto condizem com aqueles encontrados no documento encontrado. Sendo assim, embora não se possa autenticar a originalidade da fonte, é possível fazer tal autenticação quanto aos discursos nela contidos. E mesmo que eventualmente não fosse o documento original, pode-se atestar pela presente pesquisa que a fonte aqui elencada é aquela que é reverberada nas mais diversas mídias.

Enfim, depois de feita toda a apresentação da fonte, é necessário explicitar de que maneira será realizado o uso da mesma. Serão transcritos e traduzidos os três trechos que abordam a Argentina, para então serem confrontados com a historiografia já posta anteriormente.

Ao realizar a leitura do documento, é possível perceber, ainda na primeira página uma referência direta à Argentina. Ao teorizar sobre a “Teoria da Substituição” que supõe a miscigenação como potencial agente de extinção de pessoas brancas, Payton afirma que o país que tem os melhores índices de pessoas brancas é a Argentina (Gendron, 2022, tradução nossa). Já na página 55, Payton fala sobre um suposto “local de origem” de cada raça, porém analisa que alguns lugares teriam sido “ancorados por outra raça”, o que seria o caso da Argentina (Gendron, 2022, tradução nossa). Por fim, a última citação fala que “não há nenhum campo agradável onde você possa deitar com seu corpo nu [...] Tu não vais achar segurança nem na Noruega, Polônia, Nova Zelândia, Argentina, Ucrânia e nenhuma parte do mundo” (Gendron, 2022, tradução nossa). Aqui é visível que o assassino enxerga o país platino como modelo a ser seguido, inclusive ao lado de outras nações supostamente brancas. Ainda, alerta que não é possível estar em paz enquanto a substituição acontece.

Para além das inúmeras teorias trazidas por Payton, interessa para essa pesquisa estritamente as menções à Argentina e o imaginário a ela atribuído. Por isso, acredita-se que as passagens transcritas demonstrem a imagem criada pelo criminoso. Ao confrontá-la com a historiografia trazida nesta pesquisa, denota-se que o discurso foi importado do próprio país

⁹⁷ Teoria racista da 'grande substituição' motivou autor do massacre em Buffalo. **G1**. Rio de Janeiro: 16 de maio de 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2022/05/16/teoria-racista-da-grande-substituicao-motivou-autor-do-massacre-em-buffalo.ghtml> Acesso em: 23/01/2023.

⁹⁸ Atirador de Buffalo detalhou plano na internet cinco meses antes de massacre. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 17 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/atirador-de-buffalo-detalhou-plano-na-internet-cinco-meses-antes-de-massacre.shtml> Acesso em: 23/01/2023.

⁹⁹ LONGO, Ivan. Atirador de massacre nos EUA postou manifesto com símbolo neonazista Sol Negro. **Fórum**. 16 de maio de 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2022/5/16/atirador-de-massacre-nos-eua-postou-manifesto-com-simbolo-neonazista-sol-negro-117430.html> Acesso em: 23/01/2023.

¹⁰⁰ FINCHELSTEIN, Federico. GUERISOLI, Emmanuel. O terrorista de Buffalo e o alcance global do racismo. **LatinoAmerica21**. 22 de maio de 2022. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/o-terrorista-de-buffalo-e-o-alcance-global-do-racismo/> Acesso em: 23/01/2023.

sul-americano, que historicamente não poupou esforços para disseminá-lo. Porém, tais afirmações não se confirmam na realidade, pois ao considerar as estratégias de apagamento, como o esvaziamento do termo “negro” como categoria racial e as relações de centro-periferia sociais e internas, tem-se uma nova identidade argentina.

Ao analisar o manifesto associado ao massacre racista de Buffalo acontecido no ano de 2023, foi possível notar uma retórica que faz alusão à suposta homogeneidade da sociedade argentina. Sendo assim, a Argentina passa a ser o modelo de população branca que corresponde tanto a visão hegemônica capitalista que associa o branco ao trabalho e ao progresso, como também, é vista como referência por todos aqueles praticantes de uma Teoria da Substituição, isto é, eliminação de pessoas negras em prol da homogeneidade branca.

Entretanto, essa visão supracitada resume-se a um mito. As análises trazidas nesta pesquisa demonstram que a presença de pessoas negras na Argentina é um fato. A explicação do conceito da homogeneidade está associada ao esforço das elites governamentais, que historicamente ocuparam espaços de poder no país, em produzir o apagamento da História negra. Esse apagamento é verificável tanto na eliminação dos corpos negros quanto na criação de discursos, como o mito da homogeneidade.

Houve certa dificuldade na obtenção da fonte, mas a partir do momento que ela foi encontrada, inúmeras discussões e possibilidades abriram-se, tanto no que tange seu uso quanto no que se refere ao acesso. Questões de cunho metodológico e cruzamento de fontes foram abordadas, de maneira que conseguiu-se atrelar o documento àquele amplamente divulgado pela mídia.

A Argentina defendida pelo criminoso autor do ataque não existe e perante as disputas de memória é necessário que se elaborem e financiem pesquisas que desconstruam todo o senso comum alicerçado em retóricas racistas e excludentes.

Referências

BARROS, José D' Assunção (org). **História Digital**: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. Petrópolis: Vozes, 2022.

BAUER, C. S; NICOLAZZI, F. F. O historiador e o falsário. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.

HERNÁNDEZ, T.K. América Hispânica branqueia a raça – leis (não) escritas de branqueamento e mestiçagem. **In: Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis [online]**. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2017.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G.. A Memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

KEINDÉ, W; MELLO, V. R. R. Relações étnico-raciais na Argentina: história, desigualdades e resistência. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: v. 50, n. 3, p. 349–371, nov. 2019/fev. 2020.

MONKEVICIUS, Paola C. Que lo afro sea parte de la nación argentina: resignificaciones estatales de las memorias negras. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colombia, n.19, p. 227-243, julio-diciembre, 2013.

ORSI, G. O. “Não há negros na Argentina”: o mito da homogeneidade racial argentina. Simbiótica. **Revista Eletrônica**, [S.l.], v.9, n.2, 2022 p.140–163, Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/39249>. Acesso em: 10 nov. 2022 Acesso em: 01/11/2022.

VIGNOLI, R. G; MONTEIRO, S. D. Deep Web e Dark Web: similaridades e dissimilaridades no contexto da Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 32, e190052, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202032e190052> Acesso em: 23/01/2023.

Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920)

VIÇOSA, Aislan Soares

Graduado em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

aislan_vicosa@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem por intuito visualizar a racialização nas relações entre trabalhadores em Santa Maria (RS), a partir da imprensa, utilizei o jornal *Diário do Interior*, durante os anos de 1912 a 1920. Dito isso, compreender como a racialização era expressada nos textos do periódico, em específico, como as notícias relatavam conflitos entre trabalhadores. Para isto, usei o *Diário do Interior* como fonte central e outra fonte para efetuar cruzamentos, aprofundamentos, ratificações e análises mais aprofundadas quando possível, sendo o Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM). Os exemplares do *Diário do Interior* encontrei no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), compondo o acervo inicial de 1911 a 1939. Neste trabalho, porém, analisei os exemplares entre 1912 a 1920 e o LR HCSM tem o acervo fotografado e fichado de forma digital no Excel. Por fim, busquei observar as visões do jornal, em específico, os casos de racialização desses trabalhadores no Pós-abolição.

Palavras-chave: Trabalhadores; racialização; imprensa.

Na folha matinal, jornal *Diário do Interior*, as notícias do dia poderiam ser referentes às contendas de trabalhadores. Quarta-feira, dia 17 de de abril de 1912, na página 4, a notícia era “Entre José da Costa, preto, carroceiro, morador do domicílio do Sr. Pedro Serra e trabalhando na condução de terras das obras da casa do Dr. Gustave Vauthier, na Avenida (Rio Branco) e o capataz das mesmas obras, Avelino Perez, houve um pega medonho”¹⁰¹ esta notícia retratava os contornos do pós-abolição em Santa Maria. A cidade na construção étnica realizada por memorialistas fora vista pelas lentes de uma população branca, não eram vistas as diversidades étnicas populacionais que ocupavam a cidade, com isso existia um apagamento de pessoas não-brancas na construção da história da cidade. Daniela Vallandro de Carvalho (2005, p.40) apresenta os dados dos censos de 1859 e 1872 mostrando os números populacionais e a quantidade de cativos, livres e libertos dentro da população da urbe. Assim, os escravizados eram 19,29% da população, em 1859, e, 14,63% de escravizados, colocando no mesmo conjunto os libertos e os livres. Também, embasado em Santos (2021), o censo de 1872 apresentou que os valores da população não-branca eram referentes a 21,6% pardos, 14,3% pretos e 15,2% caboclos, somando 51,1% da população do município. Por fim, Santa Maria ao final do século XIX apresentava uma população não-branca um pouco maior que o grupo dos brancos, mostrando que existia uma diversidade étnica na cidade, essa pluralidade estava presente no pós-abolição.

¹⁰¹ Quarta-feira, dia 17 de de abril de 1912, na página 4.

A cidade iniciava o processo de expansão na virada do século XIX para o século XX com a chegada da Ferrovia, em 1884, a expansão do município ocorreu após a instalação da Viação Férrea. Segundo Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues, Santa Maria passava a ser um “polo ferroviário pela sua localização geográfica” (2021.p. 23), que na aurora do século XX ganhava o Hospital de Caridade, criação realizada por conjuntura de médicos, como Doutor Astrogildo de Azevedo, Becker Pinto, Pantaleão Pinto e outros, Gabriela Rotilli dos Santos coloca,

A formação de uma instituição para assistir à população pobre santa-mariense foi pensada já no quartel final do século XIX, e a fundação do Hospital de Caridade deveu-se, segundo Rossi (2018), às relações familiares entre os médicos locais Nicolau Becker Pinto e Astrogildo de Azevedo, as do primeiro referentes à sua presença no Serviço de Assistência Pública de Porto Alegre, assim como as relações de ambos com o Partido Republicano Rio-Grandense, com a gestão municipal, com a administração da ferrovia e com os demais membros da elites locais determinaram a inauguração da instituição em 1903. (Santos, 2021, p. 57)

A formação do Hospital de Caridade (HCSM) mostrava um dos elementos de expansão no início do Século XX, atrelado ao entroncamento ferroviário da cidade, também estava acontecendo a troca de lugar do “Cemitério da Matriz e a criação do Código de Posturas Municipais” (Santos, p. 55) essas alterações demonstravam um sanitarismo em Santa Maria. O hospital de Caridade de Santa Maria possuía um Livro de Registro, os indivíduos baixados estavam anotados neste livro, José da Costa referido acima em decorrência da contenda com Avelino Perez estava registrado no LRHCSM. No livro, José aparecia com mais um sobrenome, constando como José Penna da Costa, sendo hospitalizado por ferimento no ventre e recebendo atendimento do médico Becker Pinto, dando entrada no dia 16 de abril de 1912 e saindo curado no dia 7 de maio de 1912.¹⁰² Também, aparecendo que era indivíduo de classe pobre e cor preta.

O HCSM e o *Diário do Interior* estavam racializando a população de Santa Maria. A notícia do jornal racializava uma pessoa empobrecida, fazendo referência sobre ser morador das casas do Sr. Pedro Serra, rentista da cidade, com casas populares, junto do marcador de classe de José da Costa existia outra atribuição, a raça de José, de cor preta. O Livro de Registro também apresentava esses dois marcadores, em relação a população, a classe e a raça da pessoa. Segundo constava no LR, José era de cor preta e classe pobre, ficando evidente os processos de racialização, seja de descrição e/ou qualificação. Afinal, o *Diário do Interior* transmitia uma visão para a população acerca desses trabalhadores ao qualificar, e o Hospital de Caridade, ao

¹⁰² Informações extraídas do fichamento do Hospital. Feitos por Daiane Rossi, Gabriela Rotilli dos Santos e outros pesquisadores.

registrar os doentes, feridos e baixados acabava descrevendo a cor da população, ao mesmo tempo que qualificava essas pessoas.

Assim, as questões de raça estavam interpelando as relações da população, bem como apareciam nas notícias como atribuição para determinado grupo de pessoas, José da Costa estava sendo racializado de forma negativa. A racialização não ocorria apenas com não-brancos, também estava acontecendo com brancos, na mesma notícia a cor de Avelino foi explicitada como branca. Monsma (2013) trabalhou com grupos brancos, mostrando os arranjos de raça e racialização na Europa e as reproduções na América, em especial, nos Estados Unidos, mostrando a racialização de pessoas oriundas das Ilhas Britânicas em relação aos latinos (italianos, espanhóis...) no país.

O jornal *Diário do Interior* racializando Avelino Perez,

Ontem pelas as 08:30h da manhã , Avelino que é casado, branco, já certa idade, ia para casa tomar café, quando foi atacado pelo negro que vinha armado com um relho, como qual deu-lhe um laço terminando por bater-lhe com o cabo. Em vista disso, Avelino saca do revolver e espera o negro que o agrediu novamente, disparando a arma, não podendo dar segundo tiro, porque recuando um pouco tropeçou em uma pedra. Caindo; aproveitando-se disso o negro para dar-lher muito com o cabo do relho pela cabeça que apresenta diversos ferimentos. (Santa Maria, *Diário do Interior*, Quarta-feira, 17 de abril de 1912. p.4)

A racialização poderia ser instrumentalizada como ferramenta de inferiorização de populações em determinados espaços geográficos, os grupos ligados a escravização no pós-abolição eram racializados e inferiorizados, mesmo que brancos fossem racializados não eram inferiorizados por não carregarem as marcas da escravização no Brasil. Ao observar o caso do José da Costa, a racialização estava compondo as visões que o jornal exercia sobre a população, em específico os trabalhadores, e também para ver a ocorrência de racialização nos registros do Hospital. Segundo a notícia, José da Costa se aproveitava de determinadas situações na confusão para seguir agredindo Avelino Perez, existia na construção do relato de jornal marcadores de racialização, a saber, “Caindo; aproveitando-se disso o negro para dar-lher muito com o cabo do relho pela cabeça”¹⁰³, “quando foi atacado pelo negro que vinha armado com um relho.”¹⁰⁴ e “Avelino saca do revolver e espera o negro que o agrediu novamente.”¹⁰⁵ nesses três trechos existe a utilização do termo negro para se referir a José da Costa em situações de violência dele para com Avelino, sendo a terminologia negro um vocativo. Por fim, esses

¹⁰³ Santa Maria, *Diário do Interior*, Quarta-feira, 17 de abril de 1912. p. 4

¹⁰⁴ Santa Maria, *Diário do Interior*, Quarta-feira, 17 de abril de 1912. p. 4

¹⁰⁵ Santa Maria, *Diário do Interior*, Quarta-feira, 17 de abril de 1912. p. 4

marcadores de racialização acabavam inferiorizando José da Costa na construção do relato do jornal.

No mesmo relato, não apareceu o termo branco para incumbir Avelino quando sacava a arma e desferiu tiros contra José da Costa. O capataz era chamado pelo nome, não sendo referido como vocativo a cor ao mencionar ele, por exemplo, “Avelino saca do revolver e espera o negro que o agrediu novamente.”¹⁰⁶ O indivíduo branco não tem a tez enquanto marcador de inferiorização, Avelino não estava exposto pelas visões do jornal como uma pessoa violenta pela epiderme. Marcus Vinicius de Freitas Rosa coloca que,

eram os negros que tendiam a ser mais – muito mais – identificados pela cor do que os brancos, sobretudo durante o pós-abolição; simultaneamente, aqueles que tinham cor, por assim dizer, eram associados a adjetivos negativos, enquanto a pele branca (ainda que silenciada) recebia bons predicados. Caracterizou-se, assim, uma profunda disparidade no que dizia respeito aos padrões de referência à coloração epidérmica e seus significados. (Rosa, 2014, p. 19)

O relato de jornal acerca do José da Costa e Avelino Perez apresentava visões que expressavam as perspectivas do proprietário e corpo editorial do *Diário do Interior*. Assim, a construção do pensamento do periódico sobre determinada população estava envolto nas concepções da sociedade vigente que era assimilada e reproduzida nas notícias. Com isso, muitos pensamentos eram expressos no jornal construindo visões na sociedade, também ideias e ideologias que eram oriundas do próprio meio social. A saber, ideias de criminalização e racialização desses trabalhadores, às situações que estavam aparecendo nas páginas do jornal não tinham conotação positiva, vistos enquanto baderneiros e brigadores, ou, apareciam em acidentes de trabalho. Além disso, pude realizar o cruzamento da notícia do jornal com o Livro de Registro do Hospital observando possibilidades de ver a racialização acontecendo em outro espaço. Assim, ao olhar o LR foi visto racialização na ficha de cadastro de internação dos indivíduos, sendo, José da Costa classificado enquanto preto e pobre, mesmas atribuições que recebeu no Jornal *Diário do Interior*. Afinal, os personagens José da Costa e Avelino Perez estavam criminalizados e racializados segundo as visões do *Diário do Interior*, sendo José da Costa inferiorizado por sua tez e Avelino não tendo a cor enquanto marcador de inferiorização.

A artesanía do Historiador

O trabalho historiográfico é semelhante ao processo de ateliê, existe a necessidade de cortar, costurar, remendar e pintar os tecidos até ganhar forma de roupas para serem vestidas. Com isso, a artesanía de historiador iniciou dentro do Arquivo Histórico Municipal de Santa

¹⁰⁶ Santa Maria, *Diário do Interior*, Quarta-feira, 17 de abril de 1912. p. 4

Maria (AHMSM), espaço com disposições de fontes para serem selecionadas e trabalhadas. Ademais, o Arquivo apresenta no acervo jornais, periódicos, processos-crimes, revistas, imagens, fichas de cadastros de trabalhadores e outros, sendo espaço de possibilidades.

Quadro 1 - Jornal *Diário do Interior* quantidade de exemplares utilizado do acervo.

Ano	Período em meses	Número de exemplares	Encadernações
1912	Janeiro a Dezembro	264	1
1913	Janeiro a Dezembro	303	4
1914	Janeiro a Dezembro	305	4
1915	Janeiro a Dezembro	302	3
1916	Janeiro a Dezembro	301	3
1917	Janeiro a Dezembro	295	2
1918	Janeiro a Dezembro	300	2
1919	Janeiro a Dezembro	305	3
1920	Janeiro a Dezembro	295	2

Fonte: VIÇOSA, S. Aislán. Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920). P. 37. Retirado do AHMSM. Trabalho de Conclusão de Graduação. UFSM. Santa Maria, 2023.

O quadro 1 exposto na parte superior faz referência a quantidade de exemplares utilizados para realizar a pesquisa completa, que foi finalizada com o Trabalho de Conclusão de Graduação (TCG) (VIÇOSA, 2023). Também, não sendo analisado por completo o ano de 1912 e 1913, em virtude das condições do jornal para serem vistos.

Além disso, ao iniciar as pesquisas só dimensionava que o trabalho aconteceria a partir do jornal *Diário do Interior*, compondo o acervo do AHMSM, não existindo nada prévio para procurar no jornal além de acontecimentos com trabalhadores. O jornal apresentava acervo físico no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria possibilitando pesquisar três vezes na semana, durante 2 horas e 30 minutos ao dia, assim, pude ver as notícias de forma singular e observar melhor o que estava sendo apresentado pelo jornal. A temporalidade foi recortada dentro dos anos de 1912 até 1920, pensada em decorrência da greve geral, iniciar um pouco antes de 1917 para ver a existência no jornal de greves menores e permanecer alguns anos após para visualizar os ganhos políticos dos trabalhadores. Dentro da temporalidade de 8 anos foi

possível coletar cerca de 249 notícias sobre trabalhadores. Assim, não possuindo organização prévia de como selecionar as notícias foi necessário observar as repetições de relatos do jornal. Para organizar as notícias foi fundamental desenvolver um quadro organizativo com a extração de informações do jornal, construído por meio de acúmulo de pesquisa ao longo do curso de História. A saber, o quadro desenvolvido constava com as seguintes informações na planilha do Google: jornal, dia, página, resumo, fichamento, nome, cor, profissão, atribuição e empresa/autônomo. Por fim, a função do quadro era de selecionar as informações que estavam aparecendo nas notícias, junto disso as repetições que estavam surgindo ao longo do processo de coleta de informação.

Quadro 2 - extração de informações da notícia.

Jornal	Dia	Página	Resumo	Fichamento	Nome	Cor	Profissão	Atribuições	Empresa
Diário do Interior	Santa Maria, Quarta-feira, 17 de Abril de 1912	4	Conflito	"Entre José da Costa, preto, carroceiro, morador do domicílio do Sr. Pedro Serra e <u>trabalhando</u> na condução de terras das obras da casa do Dr. Gustavo Vauthier, na Avenida (Rio Branco) e o capataz das mesmas obras, Avelino Perez, houve um pega medonho. Desde ante-ontem o negro provocava Avelino, que nada lhe dizia..."	José da Costa	Preto	Carroceiro	residen te as casas do Sr. Pedro Serra	Em branco

Fonte: VIÇOSA, S. Aislan. Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920). P. 38. Trabalho de Conclusão de Graduação. UFSM. Santa Maria, 2023.

O quadro 2 acima mostra um exemplo dos tópicos que foram utilizados para organizar as informações retiradas das notícias do *Diário do Interior*. Os assuntos que se verificam: jornal, dia, página, resumo, fichamento, nome, cor, profissão, atribuições e empresa/autônomo. Estas categorias orientam a leitura das informações.

Ao observar o quadro 2 exposto na parte superior coloquei a palavra *resumo*, depois da palavra *página* e antes da palavra *fichamento*, esta palavra resumo foi fundamental para a

análise das notícias. Assim, ao realizar a seleção das notícias referente aos trabalhadores percebo a repetição de palavras, por exemplo, acidentes de trabalho, conflitos de trabalhadores e greves. Por meio disso, classifiquei cada notícia selecionada para uma palavra que pudesse resumir o relato do jornal, desta forma surgem as palavras *resumos*: acidentes, conflitos, greves, organização, morte e aleatório. Outrossim, coloquei que cerca de 249 notícias foram analisadas dentro da temporalidade de 8 anos e, recortei apenas as notícias sobre conflitos entre trabalhadores para ver a possibilidade de racialização.

Quadro 3 - organização das palavras-resumos.

Total	Acidente	Conflito	Organização
249	109	68	29

Fonte: VIÇOSA, S. Aislan. Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920). P. 39. Trabalho de Conclusão de Graduação. UFSM. Santa Maria, 2023.

O quadro 3 exposto na parte superior coloca que dentro do universo de 249 notícias, cada notícia faz referência a uma palavra-resumo, logo, existem 68 notícias sobre conflitos entre trabalhadores que estavam aparecendo no jornal *Diário do Interior*. E 109 notícias sobre acidente de trabalho e 29 acerca de organização de trabalhadores. Também, “a palavra-resumo conflito era 28,1% das notícias que estavam saindo no jornal” (Viçosa, 2023. p.40). Por fim, foi trabalhado somente com o recorte do resumo – conflito.

Também, o universo de página pode dizer a espacialidade das notícias, existe diferença entre aparecer na capa do jornal e na última página, estavam aparecendo na capa 89 relatos, daquele universo de 249 notícias, cerca de 37 sobre acidentes, 19 sobre conflitos e 22 acerca de greves, e outras 11 referentes a organização, morte e aleatório. Os trabalhadores estavam aparecendo no jornal em condições de criminalização e degradação, colocados em acidentes, conflitos e greves, não aparecendo como cidadãos ilustres da cidade de Santa Maria. Com isso, pude perceber que os trabalhadores estavam aparecendo, não eram invisibilizados como se supunha, a questão central era o formato que estavam aparecendo nas páginas do Jornal. Assim, apareciam em situações de criminalização e racialização, em brigas, acidentes de trabalho, ferimentos na oficina da Viação Férrea e/ou greve, sendo apresentados em situações de contravenção à ordem pública. A saber, o caso de José da Costa que travava briga com Avelino Perez, acontecendo a criminalização e racialização dos dois trabalhadores, José ao ser racializando acabava sendo inferiorizado pelas visões do jornal *Diário do Interior*.

Além disso, ao mostrar o caso de José da Costa e Avelino Perez trago o Hospital de Caridade, espaço que José esteve baixado e saiu curado dos ferimentos que recebeu de Avelino, o registro do carroceiro foi feito no Livro de Registro do Hospital de Caridade (LR HCSM). O Livro de Registro foi utilizado para verificar os casos de feridos das notícias, quando eram colocados baixados no Caridade, sendo realizado o cruzamento. O LR foi acessado no computador digitalmente na plataforma Excel, essas informações foram recolhidas por Daiane Rossi, Gabriela Rotilli do Santos e outros historiadores/as. Ademais, o LR foi fundamental para realizar os cruzamentos com os nomes encontrados nas notícias do *Diário do Interior*.

Quadro 4 - extrato da internação de José da Costa.

4528	84	1912	Abril	16	José Penna da Cost H	23	Preta	Solteiro	Deste Esti Carroceiro	Santa Maria	ferimento Dr. B. Pint Pobre	1912	Maio	7	Curado

Fonte: Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LRHCSM), digitalizado por Daiane Rossi, Gabriela Rotilli e outros historiadores/as.

O quadro 4 na parte superior apresenta as informações coletadas do Excel. A digitalização possui as seguintes informações: tomo, ano, mês, dia, nome, sexo, idade, cor, estado civil, origem, ofício, cidade, doença, médico e classe social. E repete o ano, mês, dia e a situação do enfermo.

Afinal, a metodologia do trabalho permitiu cruzamento entre as fontes, possibilitando verificar a racialização que estava acontecendo nas visões do *Diário do Interior*, que tinha como proprietário Alfredo Rodrigues da Costa. E, o Livro de Registro feito pelas Irmãs Franciscanas que também estavam qualificando os internados do Hospital de Caridade. No pós-abolição, acontecia o processo de ver a população empobrecida no espectro de doença social e, junto disso, criminalização da população trabalhadora. É fundamental ver nas dinâmicas da cidade repetições de ideias e pensamentos que estavam construídos sobre determinada população, percebo que os racializados e criminalizados eram pessoas empobrecidas. Mesmo que não invisibilizados por completo, não estavam sendo noticiados por “boas atitudes”, justamente eram colocados pelas más notícias. Por fim, enxergo os trabalhadores noticiados em dinâmicas racializadas, criminalizadas e inferiorizadas.

O Célebre Mocotó

Extra, extra, extra. Conflito rondou a rua André Marques em famoso mocotó, no dia de ontem, por questões de ciúmes, o guarda-freios da estrada de ferro, Albino de Tal, parte para cima de João Evangelista. A Viação Férrea apresentava número significativo de trabalhadores

por toda a cidade de Santa Maria, esses eventualmente estavam envolvidos em brigas, acidentes de trabalho, greve e outros. A notícia narrava briga por dores de cotovelo,

Ontem, às 11 horas da noite, no célebre "mocotó", à rua André Marques, deu-se um sarilho, e se não fora a frente da intervenção da patrulha militar, talvez tivesse de registrar uma morte. E, o caso que o Preto Albino de tal, guarda freio da estrada de ferro, por questões de ciúmes, armado de um grosso cacete, foi ao mocotó e aí o encontrando com João Evangelista, vibrou forte cacetada que o deixou sem sentido, por alguns instantes. Estabelecendo-se uma enorme confusão, foi Albino preso e conduzido a intendência municipal onde ficou recolhido. (*Diário do Interior*, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4)

Assim, pude ver na notícia dois personagens que desenvolvem um desafio em virtude de ciúmes, não gerando questões maiores por presença da "patrulha militar", não fica claro quem era o pivô do ciúmes de Albino de Tal, motivado por meio disso a brigar com João Evangelista. Com isso, o relato do *Diário do Interior* colocava novamente uma das visões presente na redação das notícias, a racialização estava presente quando referida ao Albino, sendo chamado de "Preto Albino de tal, guarda freio da estrada de ferro, por questões de ciúmes."¹⁰⁷ ficando enquanto vocativo o termo preto para referir a Albino.

A notícia apresentava que Albino era "guarda freio da estrada de ferro."¹⁰⁸ desenvolvia ofício específico na Rede Ferroviária, provavelmente era um serviço com expressividade de pessoas não-brancas. Embasado em Robério Santos Souza (2010), pude enxergar funções que os guarda-freios exerciam no dia a dia na estrada de ferro. E também, compreender que o serviço de guarda-freios não era de autoridade dentro dos encargos desempenhados no Trêm, os "condutores eram a autoridade máxima dentro do trem."(Souza, 2010, p. 76-98) Souza apresenta que,

os guarda-freios, ambos subordinados aos condutores. Os guarda-freios eram encarregados de manipular os freios, lubrificar as locomotivas, apresentar os sinais, limpar os trens e auxiliar os condutores nas manobras. Não poderiam fumar nas estações e nos trens, conversar com passageiros e outros trabalhadores, nem "usar vestimentas ou objetos encarnados"¹⁰⁹, "andar descalços e indecentemente vestidos, ou de tamancos" etc. Consta que um guarda-freios era escolhido para coordenar e fiscalizar o trabalho dos demais, embora desempenhasse as mesmas funções daqueles¹¹⁰. Pelo visto, dentre os empregados que trabalhavam dentro do trem, os guarda-freios eram os que possuíam uma posição de menor destaque, tanto que, quando estivessem nas estações, assinavam o mesmo livro de ponto dos serventes. (Souza, 2010, p. 83)

¹⁰⁷ *Diário do Interior*, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

¹⁰⁸ *Diário do Interior*, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

¹⁰⁹ É possível que a proibição quanto ao uso de "vestimentas ou objetos encarnados" esteja associada ao fato de que o serviço ferroviário demandava um conjunto de sinais e códigos muitas vezes baseado na simbologia da cor. O uso de roupas com determinadas cores poderia confundir e comprometer alguns trabalhadores que guiavam as locomotivas, pois estes dependiam desses sinais para seguir ou não o tráfego.

¹¹⁰ Regulamento. op. cit. Ver as disposições específicas para guarda-freios, p. 93 - 114. FCM.

No extrato anterior, pude ver que os guarda-freios exerciam uma função que não era de prestígio, sem destaque dentro dos trens, colocado em pé de semelhança com os serventes. Com isso, percebo que poderia existir uma realidade de raça entre os guarda-freios, uma presença maior de negros no ofício dentro da máquina. É necessário fazer maiores leituras. Em suma, a notícia apresentava a profissão de Albino, não necessariamente para dizer que era trabalhador, e sim, para evidenciar que exercia um ofício marcado por homens negros e com pouco prestígio na estrutura de Viação Férrea.

Embora não constava a cor de João Evangelista, compreendo que a tez preta ou parda faz referência às marcas da escravização, por isso pude pensar que poderia tratar de indivíduo branco, mas não existe a confirmação. Segundo Rosa (2014, p. 274) “a cor branca havia sido associada à liberdade durante o escravismo, acabava não tendo poder ofensivo, inferiorizante ou criminalizante durante o pós-abolição”. O guarda-freios recebeu atribuições de estar “armado de um grosso cacete, foi ao mocotó e aí o encontrando com João Evangelista, vibrou forte cacetada que o deixou sem sentidor, por alguns instantes.”¹¹¹ colocava que Albino era possuidor de arma, marcador de ser violento, por atacar João Evangelista, e, “estabelecendo-se uma enorme confusão”¹¹² gerando confusões no estabelecimento de lazer. Embasado em Rosa (2014), compreendo que essas atribuições, desde “preocupações” com a propriedade privada, alcoolismo, sexualidade, baderna e confusão estavam colocadas nas pessoas pretas e pardas, sendo de caráter negativo para essa população. Por fim, o jornal estava colocando dentro das visões racializadas, que Albino não era apenas um brigador e/ou gerador de confusões. Assim, marcadores estavam ligados a racialização de ser preto, a saber, os adjetivos “armado e confusão” atributos que colocavam Albino enquanto homem violento. Também, estava posto que era por motivações de ciúmes, não constava na notícia o nome da pessoa, se era homem ou mulher, a cor dessa pessoa e a ocorrência de relação extraconjugal. O tema central desta contenda era que Albino de Tal foi motivado por ciúmes.

Afinal, Albino de Tal estava sofrendo racialização por meio das visões do Jornal *Diário do Interior*. E ao referir Albino como violento, motivado por ciúmes, gerador de confusão no Célebre Mocotó, estava inferiorizado ao ser adjetivado como provador de toda desordem no espaço. Era exposto na notícia que a motivação foi por ciúmes do primeiro em relação ao segundo, não ficando claro o pivô da situação. A atribuição de que Albino era ciumento revela um caráter violento na esfera amorosa, provavelmente, os dois disputavam uma mulher, esta

¹¹¹ *Diário do Interior*, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

¹¹² *Diário do Interior*, 18 de Fevereiro de 1913. P. 4

atribuição de ciumento foi imputada ao homem preto e, não ao outro homem, ao que parece poderia ser branco, justamente por não aparecer o marcador da cor. Por fim, a racialização que Albino de Tal sofreu das visões do jornal foi de caráter pejorativo, fazendo a colocação de ser preto, ciumento e guarda-freios, a reputação deste moço não foi construída com brio.

Conclusão

Na artesanaria historiográfica, busquei construir este trabalho questionando as visões do jornal *Diário do Interior* acerca dos trabalhadores. Com isso, pude enxergar que os trabalhadores estavam aparecendo nas notícias de jornais criminalizados, em determinados relatos acidentados, conflitos, greves e até mortes, não apareciam em situações de prestígio dentro da comunidade. Assim, eram racializados trabalhadores pretos, pardos e brancos, a racialização não estava diretamente ligada ao marcador de ser negro, ou, somente em relações de não-brancos e brancos, como visto também estava acontecendo entre brancos e brancos. O jornal estava mostrando a tez de trabalhadores pretos e brancos, em situações de racialização de somente uma das partes, no caso o indivíduo preto na notícia, por questões de marcadores de escravização percebo que o branco não estava racializado e não era inferiorizado, e mesmo quando o branco estava racializado, não havia a inferiorização em maioria, ao contrário do preto e pardo que a tez marcava o cativo, condição de inferiorização ao não-branco. Também, pude enxergar as correlações de racialização ao cruzar a notícia com o Livro de Registro, marcando a qualificação e a descrição dos indivíduos racializados. Sendo possível ver a raça e a classe da pessoa ao dar entrada no Hospital de Caridade de Santa Maria, isso mostrava que as Irmãs Franciscanas também estavam racializando a população. Por fim, percebo a racialização e criminalização destinadas aos empobrecidos, vistas enquanto patologia social, visões do *Diário do Interior* que estavam construindo o imaginário sobre a população de Santa Maria.

Referências

Fontes

Diário do Interior, Quarta-feira, dia 17 de de abril de 1912, Arquivo História de Santa Maria (AHMSM).

Diário do Interior, 18 de Fevereiro de 1913, Arquivo História de Santa Maria (AHMSM).

Livro de Registro do Hospital de Caridade de Santa Maria (LR HCSM). Pág. 4528. Tomo 84. 1912, Abril, 16. José Penna da Costa. Digitalizado Excel. ROSSI, Daiane. SANTOS, Rotilli dos. e outros historiadores. Santa Maria.

Bibliográficas

CARVALHO, Daniela V. **“Entre a solidariedade e a animosidade”**: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado. Unisinos. São Leopoldo, 2005.

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos da pós-abolição paulista. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013.

ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. **Além da invisibilidade. História social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918)**. Campinas: UNICAMP, Tese de doutorado em História, 2014.

RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva. **Carroceiros, boleiros e chauffeurs**: os trabalhadores do setor dos transportes urbanos em Santa Maria durante a Primeira República. Trabalho de Graduação. UFSM. Santa Maria, 2020.

SANTOS, Gabriela Rotilli. **Desabusadas e levadas do Diabo**: Mulheres pobres no ambiente urbano de SANTA Maria no início do século XX (1903-1918). Dissertação de Mestrado. UFSM. Santa Maria, 2021.

SOUZA, S. Robério. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 3, janeiro-julho de 2010, p. 83

VIÇOSA, S. Aislan. **Trabalhadores, racialização e imprensa em Santa Maria na Primeira República (1912-1920)**. Trabalho de Conclusão de Graduação. UFSM. Santa Maria, 2023.

TRABALHOS COMPLETOS

SESSÃO SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

**ST 01 – ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA DIGITAL: PARADIGMAS
E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE BASE DO SÉCULO XXI e
ST 07 – HISTÓRIA DIGITAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO
PRODUZIR CONECTADO**

Coordenado por Prof. Dr. Ubiratã Ferreira Freitas
e Prof. Dr. Luciano Braga Ramos

Experiment@ História – Ensaio de publicização da História e seu ensino no Instagram

TAVARES, Daniel Rodrigues
Doutorando em História no PPGH/UFSM
danielrtavares95@gmail.com

Resumo: O Experiment@ História nasceu de uma sugestão de trabalho final da disciplina “Seminário História, Poder e Cultura”, ministrada pelo professor doutor João Manuel Casquinha Malaia Santos, no segundo semestre de 2022, no Programa de pós Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. É um experimento de História Pública e Ensino de História no Instagram. Dialoga com a necessidade de debater o método historiográfico, a produção de conhecimento em História e com a realização de um enfrentamento em relação às várias narrativas que propalam sobre a “verdadeira história”, “aquilo que teu professor não te contou”, “você está sendo enganado na escola” – discursos que embasam versões enviesadas, mentiras e ódios de vários tipos, presentes em canais do *Youtube*, em perfis do *Instagram* ou *Facebook*, em muitas plataformas *on line*. Este perfil, em constante construção, apresenta podcasts, vídeos e textos explicativos sobre conceitos e categorias da História, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e História Local de Mosqueiro – um distrito administrativo da capital do Pará – Belém. Foi integrado às ações do projeto de tese em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que relaciona a História, seu ensino e Educação Patrimonial como alternativa para defender a História Ciência e construir de conhecimento histórico escolar de qualidade. **Palavras-chave:** História Pública; Ensino de História; Instagram.

Trata-se de um experimento profissional e amador, ao mesmo tempo, em História Pública. Sou professor de História, na Ilha de Mosqueiro, Belém-PA, nas redes públicas estadual e municipal. No momento doutorando pela Universidade Federal de Santa Maria UFSM, portanto, licenciado para cursar o doutorado. Entretanto, não possuo conhecimento na área de comunicação, especialmente digital. Aventuro-me com essa experiência de tentar levar um pouco de reflexão, de vontade de conhecer mais, indo à essência da palavra “História”, no ambiente virtual do Instagram.

Fazer e refletir sobre História na era digital, no contexto de processamento das informações, das tecnologias digitais, da internet e de redes sociais, requer do historiador atenção redobrada em torno do rigor metodológico e teórico, ante um ambiente de produção frenética de informações e divulgação instantânea que abrange uma quantidade enorme de pessoas. Preocupações que outrora se relacionavam às generalizações e reduções midiáticas de debates históricos/historiográficos, atualmente se transformaram em problemas mais profundos, ligados ao espalhamento de Fake News (Prado, 2021), numa perspectiva de uso político da história e memória. Nesse sentido, pensar a História Pública se faz numa perspectiva de aumentar o alcance de pesquisa acadêmicas (Cauvin, 2019, p. 26), realizadas em consonância

com o método historiográfico, em acordo com a História Ciência, enfrentando distorções advindas de interesses políticos e econômicos.

Bruno Carvalho (2016) considera a utilização das redes sociais de suma importância para o historiador, ao passo que se pode alcançar milhões de pessoas, compartilhar experiências até no que tange à produção de conteúdos, além de que se trata de um fenômeno social de extrema relevância para a sociedade contemporânea.

[...] minha intenção foi indicar porque o historiador público deve se importar com esse recente fenômeno de nossa cultura digital. Em primeiro lugar, porque as redes sociais na Internet alcançam bilhões de pessoas, um público diverso, heterogêneo e participativo, um público que nunca esteve tão acessível ao historiador. Em segundo lugar, porque os participantes das redes sociais, ou melhor, parte desses participantes quer dialogar, participar, interagir com os conteúdos que são apresentados a eles. Esse “desejo de colaboração” é talvez a maior oportunidade que a História Pública já teve para transformar o público em audiência e envolvê-lo efetivamente na escrita da história. Em terceiro lugar, porque as redes sociais são um dos maiores fenômeno histórico de nosso tempo, sendo isso, por si só, já suficiente para justificar a curiosidade do historiador (Carvalho, 2016, p. 50).

As disputas pelo passado fazem parte da dinâmica de funcionamento das sociedades. Consolidar uma memória significa vitória para um determinado projeto. Porém, o desenvolvimento das telecomunicações, dos meios de comunicação de massa, da internet, das redes sociais, intensificou a busca por memórias que consolidem uma construção em torno do outrora que valide interesses políticos no presente, seja com revisionismo sobre pesquisas contundentes ou com a deturpação escancarada do tempo que se passou. Assim, visões de mundo, que namoram, ou são o próprio negacionismo da ciência, têm apresentado narrativas toscas que versam sobre: “o holocausto não aconteceu”; “a ditadura militar no Brasil foi boa”; “não há dívida histórica alguma com negros”; “os próprios índios devastavam as florestas”, etc. Versões de um passado mítico (que não aconteceu) conivente com discursos políticos que negam a necessidade de cotas, a demarcação de terras indígenas, que pregam contra a democracia e à própria humanidade das pessoas, que tem vindo acompanhada do bordão “vou te contar o que o teu professor não te ensinou”, dentro de uma paranoia forjada de teoria da conspiração que manipula pessoas, que espalha mentiras e ódios diversos, que segrega.

Pessoas estão acreditando em passados deturpados, sem o menor critério de relação com fontes, teoria, metodologia, outroras pautados nas verdades criadas e multiplicadas pelas mídias. François Hartog discute as condições do “Crer em História” no atual regime de historicidade, presentista. Reconhece-a como narrativa intrínseca à memória. Trazendo Paul Ricoeur ao diálogo, Hartog debate a ideia de que é interessante o cidadão acreditar que o passado ocorreu apreendendo-o pela História, criando uma memória a partir de conhecimento

construído (Hartog, 2017, p. 229). Não estamos lidando com a necessária revisão historiográfica a ser feita periodicamente sobre as interpretações do passado, sim estamos diante de muitas práticas revisionistas, que usam o passado, deturpando-o, com interesses políticos, sem o compromisso da busca pela verdade da operação historiográfica (Traverso, 2012). Penso que os profissionais da História, precisam disputar essas narrativas, buscar alcançar o público para além de seus pares. O ensino de História, que lida com a formação de jovens é um caminho oportuno. Damião de Lima e Juliana Alves dizem que ensinar História no tempo da pós-verdade é muito mais complicado, pois lidamos com uma série de fatores que precisamos enfrentar, refletir e traçar estratégias de superação, para que o conhecimento de nossa área não seja vilipendiado:

a) desinteresse dos estudantes pela historiografia escolar; b) descrença parcial ou total das crianças e adolescentes pelos fatos/acontecimentos; c) aumento da intolerância religiosa; d) fortalecimento do conservadorismo; e) racismo; f) interesse pela historiografia midiática/negacionista; e g) crescimento do número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Lima; Andrade, 2021, p. 177).

O “Experiment@ História”, então, é mais uma iniciativa, diante de muitas já existente nas redes, de enfrentar essas narrativas feitas ao largo da ciência, que têm convencido milhões de pessoas, no Brasil, no mundo todo, com suas estratégias de aproximação emocional, com produções tecnicamente perfeitas, que criam e/ou fortalecem medos e preconceitos nas pessoas. Nosso projeto é uma adição ao convite de interpretar o passado pela ciência, pelo método historiográfico, que cruza vestígios do ontem, que associa método e teoria na análise das fontes históricas e constrói uma História racional, científica sobre o ocorrido, que é passível de questionamento, sim, mas não por meio de informações falsas, as fake News, que se tornaram comuns.

A ideia é alcançar não profissionais da área, estudantes, historiadores, quaisquer pessoas que tenham interesse pela História como ciência, pela procura da verdade em documentos históricos, em fatos, por meio de textos, podcasts e vídeos curtos.

Por que o Instagram? Essa rede social tem uma adesão enorme dentre as pessoas. As professoras Daniela Moraes e Juliana de Andrade (2019, p. 5) apontam:

pesquisa realizada pela Social Media Trends 2018 que indica que o Instagram é a rede social online que mais cresceu em 2018 subindo de 63,3% de adesão para 80,2%, consolidando-se assim como a segunda maior rede social digital em preferência no Brasil. Segundo dados do próprio Instagram, com cerca de quinhentos milhões de usuários ao redor do mundo 7% desse total são contas de brasileiros.

Além do alcance abrangente, à época da realização da disciplina “Seminário História, Poder e Cultura”, donde surgiu a ideia e oportunidade de iniciar este experimento, minha conta pessoal no Instagram havia sido invadida, hackeada. Então, fiz outro perfil, o “Experiment@ História”. Agora uma conta pessoal com divulgação de conteúdos relacionados à história e seu ensino, que traz a seguinte imagem de capa e de primeira publicação:

Figura 1: Capa do Perfil Experiment@ História



Fonte: <https://instagram.com/danielrtavares13?igshid=NGVhN2U2NjQ0Yg==>. Acesso: 05/02/2024.

A imagem traz símbolos que aludem às três etnias que integraram a formação da sociedade brasileira: o Muiraquitã se referindo à ancestralidade indígena; a Sankofa que se associa à cultura negra, africana; e Clio, a musa da História, de acordo com a mitologia grega, a qual se liga à influência branca e europeia. Assim como também traz a amпуlhetta enrolada por serpentes, com uma asa, reconhecido como símbolo da História. A canção “Tempo Rei”, de Gilberto Gil, conversa com a principal categoria de análise e reflexão da História, o tempo. No decorrer desse tempo, o ser humano evoluiu geneticamente e alcançou formas de existência e de sociabilidade que evidenciaram sobreposição em relação às outras espécies e ao meio ambiente. Alude, em especial, aos problemas socioambientais, climáticos, que afligem à vida humana no século XXI. Por isso a brincadeira, o meme, “voltem que deu merda”.

O primeiro podcast discute o conceito História a partir do clássico de Marc Bloch, Apologia da História, no qual o francês comenta que a ciência histórica precisa ser compreendida pelos doutores e não conhecedores do ofício. Assim, é importante que o conceito

seja inteligível, por exemplo, aos alunos da educação básica, quando questionam sobre a utilidade da ciência histórica. Bloch (2001) compara o trabalho do historiador com o ogro da lenda, que fareja carne humana, e que compreende a história como a ciência dos seres humanos no tempo. O slide criado para o podcast se esforçou em chamar a atenção, visualmente, utilizando o personagem do filme “Shrek”.

Figura 2: Conceito História



Fonte: <https://instagram.com/danielrtavares13?igshid=NGVhN2U2NjQ0Yg==>. Acesso: 05/02/2024.

O segundo podcast publicado aproveita a pergunta mencionada por Bloch: para que serve a história? Procurando uma trilha para responde-la, dialoguei com Jorn Rüsen (2001), que nos fala que a experiência do tempo representa perda iminente da identidade, o que leva o homem a buscar direcionamentos. Para ele, as carências de orientação são o impulso que nos levam a buscar compreender nossa experiência no tempo. Critica a tradição como forma de orientação da vida prática, pois guia a ação no presente sem questionamento, sem levar em conta a historicidade da experiência do homem. A ação humana, repleta de intencionalidade, transforma o tempo natural em tempo humano – “superávit de intencionalidade”. A orientação temporal não basta, é necessária a “Consciência Histórica”. Apenas ela, mediante seu recurso rememorativo fornece ao presente uma orientação no tempo. Aponta o “caminho certo” do agir humano na vida prática. A teleologia das intenções humanas é mediada pela Consciência Histórica, que produz um direcionamento mediante uma representação de continuidade entre

as ações do passado e as do presente, de forma que se abram perspectivas de futuro. A Consciência Histórica não nega a tradição, mas a pensa criticamente. O passado por si só não orienta o agir no presente. A Consciência Histórica, por meio da interpretação entre experiência do tempo e da intenção no tempo cria essa orientação. É considerada História aquilo do passado que, no presente, serve para aumentar as referências de orientação no tempo. “Somente o jogo do lembrar e do esquecer fornece as referências temporais que o passado tem de assumir, a fim de poder produzir uma representação de continuidade instituidora de identidade”. Logo, entendamos História como a transformação do tempo natural em humano, momento no qual o homem, portanto, constrói explicações sobre sua própria existência no tempo.

Noutro podcast trazemos à baila uma conversa com a ideia apresentada por Eric Hobsbawn (1998) sobre a relação entre a História e a previsão do futuro, na qual o historiador salienta a possibilidade e a necessidade de se realizarem previsões retrospectivas de futuro, que apontem uma perspectiva de mudança para melhor das condições da vida humana, a partir do aprendizado do passado. “A história só fornece orientação, e todo aquele que encarar o futuro sem ela não só é cego mas perigoso, principalmente na era da alta tecnologia” (Hobsbawn, 1998, p. 64).

A principal categoria de análise da História é o tempo. Daí a importância de saber diferenciar tempo natural, cronológico e histórico. O primeiro se associa ao estado de natureza do homem, quando este ainda não tinha desenvolvido ou não utilizava as técnicas de contagem do tempo. A cronologia integra o tempo no qual o ser humano mede, conta, utiliza a passagem do tempo como uma ferramenta de organização da vida. Enquanto o tempo histórico se associa à interpretação que se faz sobre a passagem do tempo, sobre a existência humana nesse decurso. Na quarta publicação discutimos sobre o Anacronismo, que é considerado por muitos o maior pecado do historiador, do estudante da área. Corresponde à transposição de conceitos, de forma de pensar, da historicidade, de um tempo para outro. Exemplo: tratar o movimento operário na Grécia Antiga. Impossível se fazer, pois o operariado surge muitos séculos depois. Entretanto, o professor Edgar Cabral Cruz (2019), em sua dissertação, numa pesquisa sólida, com um texto bem construído, a partir de um referencial teórico que inclui Jörn Rüsen, Luiz Fernando Cerri, François Hartog, Reinhart Koselleck, Nicole Loraux, etc., realiza uma defesa interessante de que o Anacronismo, no ensino de História, a partir de comparações de ideias e conceitos com temporalidades diferentes, pode e deve ser utilizado, de forma controlada, no sentido de facilitar a compreensão de interpretações históricas sobre o passado. As analogias, sempre presentes, pois a História nasce com questões do presente, sobre o passado, reforçam a importância da compreensão das diversas temporalidades e historicidades.

Dediquei um podcast ao conceito Memória. A memória possui suas características coletivas. Mesmo quando imaginamos que nossas lembranças são individuais, há a influência da coletividade (Halbwachs, 1990). Assim como existem as “memórias subterrâneas”, advindas de momentos traumáticos vividos, difíceis de virem à tona (Pollak, 1989). Ecléa Bosi destaca a importância da autobiografia de idosos, nas quais podemos perceber o que influencia mais as lembranças das pessoas, se a memória mais individualizada ou coletiva (Bosi, 2016). O clássico História e Memória enfatiza a relação entre memória e poder, evidenciando que o lembrado ou o esquecido na sociedade tem relação direta com interesses de grupos sociais (Le Goff, 2013). Luiz Duarte fala sobre o problema da cristalização de memórias, que se agrava no presente, quando são produzidas em larga escala (DUARTE, 2009). Nessa esteira, Marina Maluf fala sobre memórias sagradas as quais o trabalho do historiador é profaná-las (Maluf, 1995). François Hartog alerta sobre o Regime de Historicidade atual, o presentismo, no qual há uma relevância enorme para a memória que se transforma em Patrimônio Cultural (Hartog, 2006).

Sobre esse último também há publicação na qual evidencio a transformação do significado de Patrimônio Cultural no Brasil, salientando que quando o conceito foi estabelecido como lei nacional, pelo decreto lei 25 de Getúlio Vargas, de 1937, os bens culturais protegidos pelo instituto criado, o tombamento, associavam-se, essencialmente à referência cultural branca e europeia, especialmente na sua materialidade. Na forma da lei, a constituição federal (CF) de 1988 deu novos contornos ao conceito, passando a considerar o patrimônio imaterial, as manifestações culturais não expressas em construções ou obras de arte palpáveis. O decreto 3551 de 2000 trouxe maior especificidade ao que se versou na CF, criando o mecanismo de proteção para os saberes, as tradições e manifestações – o registro. A paisagem cultural, na qual o patrimônio cultural se integra passou a possuir um instituto de salvaguarda em 2009, a chancela. A postagem mais recente, um vídeo, apresenta os bens culturais da Ilha de Mosqueiro, reconhecidos pelo poder público. A Ilha, situada no estuário amazônico, no encontro das águas do Amazonas com o Oceano Atlântico, é onde se localiza a Escola Estadual Honorato Filgueiras, onde sou professor de História, onde desenvolvo projeto de ensino de história e educação patrimonial, o qual é abordado em minha tese de doutorado, em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Os bens reconhecidos são: o Hotel Farol, a Ilha dos Amores, a Universidade de Samba Piratas da Ilha, a Escola de Samba Peles Vermelha, a Tapiocaria, a Festa de São Pedro do Areião e o Quilombo Sucurijuquara. Ressalto que para além do que o Estado acautela, há a opinião das pessoas, há aquilo com o que se identificam. Discentes do primeiro ano do Ensino Médio, de 2022, que participaram de pesquisa realizada por mim na escola Honorato Filgueiras

mencionaram outros bens culturais em Mosqueiro (Tavares, 2023), que foram utilizados para a construção de roteiros culturais para a realização de aulas de campo e para a reflexão sobre a importância de sua preservação para a memória, história e identidade ilhoas.

Experiment@ História é uma ferramenta em construção que traz reflexões sobre história e seu ensino, evidenciando seus conceitos mais caros, realizando o exercício de publicizá-los. Necessita de aprimoramentos, de melhor conhecimento técnico sobre as ferramentas do mundo das redes sociais e de estratégias de comunicação para melhorar o seu alcance. Entretanto, é um convite a quem quiser conhecer um pouco mais sobre a história ciência, sobre o patrimônio cultural e a História de Mosqueiro.

Referências

- BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. 19ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor. História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate. **Revista Transversos**, v. 07, n. 07. Rio de Janeiro, 2016, pp. 35-53. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/download/25602/18398/81714>. Acesso: 05/02/2024.
- CAUVIN, Thomas. A ascensão da história pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, v. 11 n. 23: Dossiê: História Pública. Revista On Line, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5724>. Acesso: 04/02/2024.
- CRUZ, Edgar Cabral Viegas Borges da. **Temporalidades, anacronismo e ensino de história**. Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino de História. Ananindeua: UFPA, 2019. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433131/2/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE%20MESTRADO%20-%20VERS%C3%83O%20DEFINITIVA_CAPA%20DURA.pdf. Acesso: 26/01/2023.
- DUARTE, Luiz F. D. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina &
- CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Vértice, Editora dos tribunais. São Paulo: Vértice – Editora dos Tribunais, 1990.
- HARTOG, François. O nome e o conceito de História. In: _____. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, pp. 221-231.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, vol. 22, nº 36: Jul/Dez. Belo

Horizonte, 2006, pp. Disponível em: 261-273.

<https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLrpqw77Bgwq8Gv3wbRX4x/abstract/?lang=pt>. Acesso: 13/01/2023.

HOBSBAWN, Eric. A História e a previsão do futuro. In: HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. 7ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Damião de; ANDRADE, Juliana Alves de. Ensinar história em tempos de pós-verdade: o que está em jogo? **Saeculum – Revista de História**, v. 26, n. 45, 2021, pp. 175–188. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/61677>. Acesso: 15/01/2023.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

MORAES, Daniela Martins De Menezes; ANDRADE, Juliana Alves de. O ensino de história e os usos pedagógicos da rede social digital instagram. **Anais VI CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61358>. Acesso em: 05/02/2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso: 13/01/2023.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>. Acesso: 04/02/2024.

RÜSEN, Jörn. “Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática.” In: RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.pp. 53-93.

TAVARES, Daniel Rodrigues. Em busca do patrimônio cultural da Amazônia Mosqueirense. In: TAVARES, Daniel Rodrigues. **Brasis na UFSM: História, Poder e Cultura**. Editora Cabana. Ananindeua, 2023, pp. 54-66.

TRAVERSO, Enzo. **O Passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

Construindo um Currículo Popular: Contribuições da Educação Popular para o Currículo do Pré-Universitário Popular Alternativa

SQUIO, Luigi Bertoldo

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

CAPES/CNPq, luig.squio@gmail.com

HENZ, Celso

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

CAPES/CNPq, celsoufsm@gmail.com

Resumo: A seguinte comunicação faz parte de uma pesquisa em andamento inserida na Linha de Pesquisa 1 (LP1) - Docência, saberes e desenvolvimento profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - PPGE/UFSM. Objetiva-se levantar reflexões iniciais acerca do processo de elaboração do currículo de História do Pré-Universitário Popular Alternativa, considerando os conflitos e contradições entre as práticas educativas da Educação Popular (Freire, 1987, 2004) e as “habilidades e competências” exigidas pelo ENEM. Dessa forma, a comunicação se propõe a apresentar um levantamento bibliográfico das discussões teóricas sobre currículo pautadas na perspectiva de Educação Popular. Em seguida, pretende-se expor diálogos realizados com a equipe de educadores de História do projeto em questão que revelam estratégias da prática docente para manejar essas contradições curriculares entre a Educação Popular e o ENEM. Assim, trata-se de uma metodologia qualitativa, com características de pesquisa participante (Brandão, 2008) e inspirada nos Círculos Dialógicos Investigativo-formativos, metodologia desenvolvida pelo grupo DIALOGUS, a partir de uma reinvenção dos Círculos de Cultura freireanos (Henz; Freitas; Silveira, 2018). Como referencial teórico utilizar-se-á das obras de Freire (1987, 2001, 2004) e Brandão (2006) sobre Educação Popular, e de Silva (1996, 2015), Sacristán (2000) e Arroyo (2015) sobre Currículo. Espera-se, nessa comunicação, evidenciar algumas reflexões preliminares que auxiliem no andamento da pesquisa e no desenvolvimento dos Círculos Dialógicos Investigativo-formativos. Ademais, os diálogos realizados entre a equipe de História do P.U.P Alternativa apontam para a importância da utilização de tecnologias educacionais, pautadas em uma perspectiva de práxis tecnológica (Alencar, 2005), bem como a utilização de temas transversais que valorizem as identidades, memórias e histórias dos educandos, possibilitando que compreendam-se enquanto sujeitos sociais e históricos “capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper” (Freire, 2004, p. 33).
Palavras-chave: Educação Popular; Currículo; Pré-Universitários Populares.

Introdução

A seguinte comunicação faz parte de uma pesquisa em andamento inserida na Linha de Pesquisa 1 (LP1) - Docência, saberes e desenvolvimento profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - PPGE/UFSM. A proposta da comunicação é levantar reflexões iniciais sobre o processo de elaboração do currículo de História no Pré-Universitário Popular Alternativa, partindo de uma perspectiva da Educação Popular.

A pesquisa em questão se insere no Grupo de Pesquisa Dialogus: Educação, Formação e Humanização com Paulo Freire da Universidade Federal de Santa Maria, coordenado pelo Prof. Dr. Celso Ilgo Henz, vinculado ao PPGE. Desde 2011 o grupo vem desenvolvendo uma proposta metodológica que tem como pressuposto a construção coletiva de reflexões críticas, diluindo a hierarquia entre pesquisador/objeto em relações dialógicas entre co-autores de uma pesquisa, com o objetivo de proporcionar processos auto(trans)formativos entre professores de maneira dialética e construtiva (Henz, 2023, p. 38). Assumo, todavia, o caráter inicial da pesquisa neste momento, com o devido respeito à metodologia desenvolvida pelo Dialogus, que demanda uma série de encontros, um retorno dos constructos epistemológicos ao grupo para que sejam dialogicamente sistematizados. Destaco que não foi possível, ainda, fazer esse retorno dialógico ao grupo de co-autores desta pesquisa, de forma que este trabalho busca apenas levantar algumas reflexões coletivas iniciais desenvolvidas em um primeiro encontro entre educadores e educadoras da equipe de História do P.U.P Alternativa, para que essas reflexões sejam transformadas em temáticas para debates futuros no contexto dessa pesquisa.

Educação Popular e Currículo no Contexto do P.U.P Alternativa

O Pré-Universitário Popular Alternativa é um programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PRE), ao Observatório de Direitos Humanos (ODH) e ao Laboratório de Metodologia de Ensino (LAMEN), da UFSM. Se localiza no prédio da Antiga Reitoria, no centro de Santa Maria, atendendo anualmente mais de 150 estudantes da comunidade local via edital, no qual são selecionados os estudantes conforme critérios socioeconômicos, buscando atuar com estudantes provenientes das classes populares da cidade, historicamente prejudicados no ingresso ao Ensino Superior. As aulas do PUPA são mediadas por estudantes da graduação e da pós-graduação, ou mesmo egressos, dos mais variados cursos da UFSM, sendo também um espaço importante de iniciação à docência e também de formação docente continuada.

Todavia, a designação “popular” presente no nome do programa não se justifica exclusivamente pelo seu público-alvo, mas também por balizar sua práxis pedagógica na perspectiva da Educação Popular de matriz freireana. Dessa forma, tem por objetivo o desenvolvimento de uma pedagogia humanizadora, “plural, democrática e livre de qualquer tipo de preconceito e opressão” (Pré-Universitário Popular Alternativa, 2021). Expandindo esse objetivo presente no Estatuto de 2021 do PUPA, entende-se que, ao trabalhar com Educação Popular, o programa e seus educadores almejam não somente o ingresso de estudantes populares no Ensino Superior, mas também sua conscientização, sua formação política e ética, com vistas à transformação da realidade.

Com o objetivo de atingir essa meta, o PUPA realiza constantemente atividades formativas com educadores e educandos. Em tais contextos, uma questão recorrente diante das dificuldades presentes na prática pedagógica popular é levantada: "É possível desenvolver um currículo que seja 'popular'¹¹³ e, ao mesmo tempo, preparatório para o ENEM?". Autores como Mendes (2009), Silva (2005), Costa (2015) e Zago (2008) evidenciam que essa indagação não se restringe apenas às salas do PUPA. É essa relação contraditória entre a formação popular e a preparação para o ENEM que estimula as reflexões sobre o currículo de História, as quais são desenvolvidas em conjunto com a equipe de História do PUPA.

Inicialmente, é necessário compreender melhor o que constitui um currículo na perspectiva de Educação Popular com características freireanas. Tomaz Tadeu da Silva (2015) aponta que Paulo Freire não desenvolveu uma teoria específica sobre currículo, mas fez contribuições significativas para o debate sobre o tema, especialmente por meio de críticas ao currículo da chamada "educação bancária". Esta é caracterizada como um processo no qual os professores acumulam informações e fatos, depositando-os nos estudantes, que, por sua vez, de maneira passiva, armazenam esses conteúdos.

Em oposição a esta perspectiva, Silva (2015, p. 60) destaca que Freire desenvolveu uma "educação problematizadora" na qual o currículo deve ser construído de forma dialógica, com um papel ativo tanto de professores como alunos, buscando "temas significativos" a partir de sua realidade para criar os "conteúdos programáticos" dos currículos.

Tomaz Tadeu da Silva foca nas duas obras mais conhecidas de Freire, *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*, porém outras de suas obras também foram importantes para o debate acerca do currículo. Nesse sentido, Ana Maria Saul (2008) apresenta outras direções para a análise de um currículo em uma perspectiva da Educação Popular freireana. No verbete "Currículo" do *Dicionário Paulo Freire*, 2ª Edição, a autora destaca que Freire conceitua o currículo como "a política, a teoria e a prática do que-fazer na educação, no espaço escolar, e nas ações que acontecem fora desse espaço, numa perspectiva crítico-transformadora" (Saul, 2008).

O texto de Freire utilizado por Ana Maria Saul para levantar essa conceituação é "A educação na cidade", publicado em 1991. Neste texto, o autor é questionado acerca das mudanças curriculares que pretende realizar em São Paulo, durante sua atuação na SME, ao qual ele responde

¹¹³ Com "currículo popular" cito a expressão utilizada pelo corpo docente do projeto, mas também destaco a proposta política e ideológica da Educação Popular do PUPA.

para nós, a reformulação do currículo não pode ser algo feito, elaborado, pensado por uma dúzia de iluminados cujos resultados finais são encaminhados em forma de ‘pacote’ para serem executados de acordo ainda com as instruções e guias igualmente elaborados pelos iluminados. A reformulação do currículo é sempre um processo político-pedagógico e, para nós, substancialmente democrático (Freire, 2001, p. 24).

Freire reforça diretamente a dialogicidade necessária na construção curricular em uma perspectiva de Educação Popular. Todavia, no caso do PUPA e demais pré-universitários populares, o desafio é reformular constantemente um currículo que atenda aos conteúdos da Matriz de Referência do ENEM. Ainda que o documento seja baseado em competências e habilidades, os conteúdos se fazem presentes em anexo ao documento, como “objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência” (Brasil, 2009). Como então, construir um currículo popular se os conteúdos já estão prescritos de forma vertical e homogeneizadora?

Soma-se a isso os desafios de trabalhar com um público de classes populares, que trabalha e/ou estuda o dia todo, chega no Alternativa exaurido, com várias preocupações na sua cabeça e, geralmente, acostumado com as metodologias tradicionais de ensino. Como envolvê-lo nesse processo sendo que seu interesse final é ser aprovado no ENEM, e não reformular um currículo? Ademais, o PUPA conta com um corpo de educadores de mais de 100 estudantes em diferentes etapas formativas, desde estudantes no início da graduação à estudantes na pós-graduação, com diferentes concepções de ensino e nem sempre com uma definição tangível de Educação Popular ou de currículo. Espera-se que desenvolver essas reflexões entre o corpo docente do projeto, através dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos, possibilite o estabelecimento de definições mais sólidas e democráticas dentro do processo.

Novamente Freire (2001, p.29) nos aponta caminhos possíveis, ao destacar que “para o educador progressista coerente, o necessário ensino dos conteúdos estará sempre associado a uma ‘leitura crítica’ da realidade. Ensina-se a pensar certo através do ensino dos conteúdos.”. Ao conceber o currículo não somente como uma lista de conteúdos a serem desenvolvidos, e sim como um conjunto de práticas, políticas e teorias do espaço escolar e fora dele, os conteúdos prescritos na Matriz de Referência do ENEM não impossibilitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas da Educação Popular no Alternativa. Então, quais as estratégias utilizadas pelos educadores de História para abordar os conteúdos, habilidades e competências exigidas pelo ENEM, em um currículo crítico?

Diálogos e reflexões da Equipe de História do P.U.P Alternativa

Estas reflexões foram desenvolvidas e dialogadas através de um encontro on-line realizado entre educadores da equipe de História do Alternativa, inspirando-se na abordagem

epistemológica-política dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos. Tal metodologia foi, e está sendo, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Dialogus: Educação, Formação e Humanização com Paulo Freire, já citado anteriormente, através de aproximações entre os Círculos de Cultura de Freire, as ideias de pesquisa formação de Josso (2010) e pautada em uma interpretação hermenêutica de Gadamer (1998). Os Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos, se configuram como uma pesquisa-participante (Brandão, 2001), e buscam quebrar a hierarquização entre pesquisador/objeto de pesquisa, além de desenvolver pesquisas voltadas ao diálogo e à “reflexão crítica, a partir do contexto dos sujeitos envolvidos, em que cada um tem o direito de efetivamente dizer a sua palavra, manifestando-se como sujeito da práxis” (Henz, C. I.; Freitas, L. M.; Silveira, M. N., 2018, p. 841).

Nesse sentido, esses Círculos partem da concepção freireana de que os seres humanos são seres de consciência, tanto de si quanto do mundo, que se constituem processualmente no diálogo, no encontro. Assim, os seres humanos são capazes de se auto(trans)formarem, em um processo formativo coletivo, que transcende a formação docente individual, sendo uma transformação de si, com os outros e do/com o mundo. Logo, tratando-se de uma pesquisa que aborda a construção curricular em um pré-universitário popular, com um corpo docente de mais de 100 educadores, sendo 16 de História, não poderia se desenvolver em uma metodologia individualista. Até porquê

Somente na sua solidariedade, em que o subjetivo constitui com o objetivo uma unidade dialética, é possível uma práxis autêntica (Freire, 1979, p 40), pela qual ocorre a inserção crítica na realidade, como processos de ação-reflexão-ação de mulheres e homens para transformar a realidade opressora e dominadora, o que sempre será refutado pelos interesses da classe dominante. (Henz, 2023, p. 33).

Ressalto que a metodologia em questão demanda uma série de encontros, nos quais emergem movimentos metodológicos, de forma não linear, e sim de forma processual. Além disso, são movimentos que propõem a auto(trans)formação, a conscientização, o desvelamento da realidade, a imersão nas temáticas, o diálogo problematizador, o registro re-criativo, etc. Logo, a proposta metodológica demanda ação-reflexão-ação, o que não se faz possível em um único encontro, aqui apresentado. Assim, reforço que o objetivo desse encontro é buscar temáticas geradoras que possam emergir desses diálogos iniciais para mapear dificuldades, estratégias, reflexões comuns e outras possíveis questões a serem abordadas nos Círculos futuros.

O encontro se deu de forma virtual, pela plataforma Google Meet, por solicitação dos colegas da equipe que participariam. De um total de 16 educadores da equipe de História

convidados, somente 6 puderam participar desse encontro inicial. O encontro foi gravado, com autorização dos participantes, e transcrito para auxiliar na análise das falas e reflexões dos co-autores. A discussão iniciou-se com uma exposição de algumas das questões de História do ENEM de 2023, e foi escolhido porque a análise conjunta de questões do ENEM é uma demanda frequente na equipe. Além disso, a equipe está em um momento de encerramento do ano letivo no Alternativa e preparação para o próximo ano, que demanda a reorganização da apostila utilizada pelo projeto, disponibilizada gratuitamente aos educandos.

Dessa forma, o debate inicial girou em torno de uma impressão inicial das questões do ENEM, destacando-se a presença de conceitos complexos e que nem sempre são de exclusividade da área da História. Na fala do Educador 2 pode-se perceber que uma dificuldade dos educandos é compreender e relacionar esses conceitos. Ele relata diálogos com os educandos através de uma monitoria na qual

a maior dificuldade que eles disseram ter e demonstraram também, [...] a gente já teve umas duas monitorias, e nas duas era entender as palavras, entender exatamente aquela frase, quer dizer, daquela pergunta, sabe? Porque ela usa dois conceitos... Geralmente ela usa um conceito histórico e alguma palavra, algum termo muito difícil que está negando aquele conceito sem dizer que está negando, [...] eles tinham muita dificuldade disso. Às vezes eles entendiam o conceito, mas aquela cena real usando aquele conceito estava negando eles, e eles não entendiam que estava negando aquele conceito. - Educador 2

Esta fala revela o papel passivo que os educandos têm ao longo de sua trajetória escolar. Considerando o conceito de “educação bancária” de Freire (1987) percebe-se que o simples “acúmulo” de conceitos e termos não produz uma compreensão significativa dos mesmos, o que implica em um esquecimento, uma apreensão vaga do conceito e a dificuldade de relacioná-lo com outros conceitos e elaborar ideias complexas em torno deles. Nesse sentido, Freire indica caminhos para uma compreensão efetiva de conceitos, no processo de decodificação de uma situação concreta através de conceitos, partindo da realidade dos educandos e realizando uma análise crítica da mesma.

Não se trata simplesmente de reduzir conceitos complexos para que relacionam-se com elementos da realidade do educando, mas de entender que o conhecimento não se dicotomiza entre as etapas de produção de conhecimento novo e de aplicação do mesmo. Como coloca Freire, em diálogo com Ira Shor (1986, p. 13) “o que acontece, geralmente, é que dicotomizamos esses dois momentos, isolamos um do outro. Conseqüentemente, reduzimos o ato de conhecer do conhecimento existente a uma mera transferência do conhecimento”. Trata-se, então, de produzir uma compreensão dos conceitos *com* os educandos, abrindo possibilidades de outras interpretações, análises e aplicações desses conceitos, explorando-os e

fazendo com que se tornem parte do repertório linguístico dos educandos, se transformem nas suas palavras.

Acredito ser possível realizar entrelaçamentos dessa fala de Freire com Jörn Rüsen, na medida em que o mesmo desenvolve uma matriz da Didática da História que

sugere a imprescindível relação entre a vida prática dos sujeitos – professores e alunos - e a ciência da história, quando se propõe um processo de ensino e aprendizagem, pois ela é o ponto de partida e de chegada do ensino de história, partindo das carências e interesses dos sujeitos, sempre relacionados ao mundo onde eles estão e poderão ser envolvidos. (Schmidt, 2017, p. 63).

Assim, propõe Rüsen, é fundamental estabelecermos aproximações entre a ciência histórica, através de fontes históricas, por exemplo, para a construção de aprendizagens significativas. “Indica-se, aqui, o cerne da matriz ruseniana da Didática da História, o processo de construção de sentidos, a partir do conhecimento que produz o envolvimento dos sujeitos no seu próprio autoconhecimento, no conhecimento do outro e do mundo.” (Schmidt, 2017, p. 64)

Outra fala significativa que emergiu desses debates foi a simples intervenção do Educador 3 ao caracterizar os conceitos presentes nas questões de História do ENEM como “fora do ar”. Essa designação nos permite refletir acerca da seleção de conteúdos no “currículo” do ENEM. Trata-se de conceitos distantes da realidade dos educandos de classes populares, demonstrando as contradições e conflitos na estrutura do exame e do próprio sistema de ensino no Brasil. Deve-se, nesse sentido, inserir o ENEM no contexto da educação de um sistema capitalista, onde a educação “vale como um bem de mercado” (Brandão, 2007) e a linguagem é um importante elemento de poder e distinção de classes. Como coloca Freire (1986, p. 91)

A distância entre os conceitos e o concreto é o problema a que volto quando penso na questão da linguagem na sala de aula. Os conceitos deveriam estar associados a uma realidade concreta, mas não estão, o que cria um problema pedagógico. Quando os alunos chegam à universidade, sua experiência de linguagem é possivelmente muito mais a experiência de definir o concreto de sua existência e não uma experiência de dançar com os conceitos por si mesmos.

Em um Pré-Universitário Popular como o Alternativa, é fundamental questionarmos e denunciarmos os efeitos de exclusão social que o ENEM ainda apresenta. Como Freire coloca, a distância existente entre a educação básica das classes populares e a educação nas universidades é um fator que não só dificulta o ingresso no ensino superior, mas também a permanência. A linguagem, a difícil “dança” dos conceitos, é um elemento que leva à evasão dos estudantes do ensino superior e que é nossa preocupação dentro do Alternativa.

A questão é, então, para Freire, aproximar esses conceitos do concreto, possibilitando uma relação mais direta com a linguagem das classes populares. Como fazê-lo? A Educadora 4 apontou um caminho interessante através de um exemplo que teve enquanto estudante

Eu lembro que um professor trabalhou numa turma minha quando eu era aluna e eu achei muito legal, [...] mas é um dicionário de conceitos que os alunos vão construindo ao longo do ano letivo e daí conforme as aulas passam eles vão adicionando ali, sei lá, “mercantilismo”. Aí tem período que corresponde, uma definição rápida, etc. E isso, eu acho, que agiliza. Tu cria vocabulário, vai criando repertório, enfim.

A dinâmica apresentada foi discutida dentro do grupo, e algumas considerações foram levantadas para adaptá-la ao contexto do PUPA. Primeiramente, observou-se que a dinâmica ainda reproduz certos elementos da "educação bancária" ao reforçar o acúmulo de conceitos. No entanto, a seleção dos conceitos a serem registrados pode ser uma tarefa delegada aos educandos, permitindo-lhes ter um papel mais ativo em alguns aspectos da escolha de conteúdos.

É importante notar que escolher alguns conceitos para serem mais trabalhados não abrange todo o processo complexo de seleção curricular. No entanto, vale ressaltar que o Alternativa trabalha com estudantes ao longo de um ano letivo, enfrentando alta rotatividade, o que torna difícil a realização de processos dialógicos permanentes e constantes com os educandos. Pequenas dinâmicas e atividades como essa, quando adaptadas, contribuem para que os educandos se sintam mais integrados ao processo pedagógico no Alternativa e, a longo prazo, possam perceber os impactos na construção curricular do projeto.

Convém destacar a importância desse sentimento de pertencimento e de possibilidade de intervenção dos educandos na realidade, no contexto educacional que estão. Esse é, na verdade, um pressuposto fundamental da Educação Popular. A educação, a aprendizagem, o currículo se faz com os educandos, não para estes. Carlos Brandão (2009, p. 77) coloca que a Filosofia da História é um fundamento teórico-metodológico da Educação Popular, tendo como base a compreensão de que o “processo social de criação de cultura é o que atribui ao ser humano a possibilidade de afirmar-se como um ser com consciência a respeito do seu saber e potencializar formas de compartilhá-lo”.

Dessa forma, criar uma rotina de aulas nas quais se questiona frequentemente quais conceitos foram mais relevantes nas aulas, quais não foram efetivamente compreendidos, possibilita momentos de diálogo e, conseqüentemente, aproximações com a realidade concreta dos educandos. Essas aproximações, por sua vez, podem estimular processos de formação político-social dos educandos e educadores, conscientizando-se em conjunto acerca das problemáticas das suas realidades e das possíveis análises críticas das mesmas. A realização

dessa dinâmica por si só não dá conta de construir efetivamente um processo de tomada de decisões coletivas típico de uma Educação Popular (Brandão, p. 92), sendo necessário que essa lógica seja expandida para todos os processos do Alternativa.

Por uma Práxis Tecnológica Alternativa

No decorrer do encontro e da análise das questões do ENEM de 2023 nos deparamos com uma questão acerca da plataforma digital denominada “Ancestralidades”. Este site é um projeto que apresenta notícias, materiais didáticos, pesquisas e produções acadêmicas acerca da história e da cultura da população negra no Brasil. Após uma visita ao site notamos as potencialidades didáticas dos materiais disponibilizados e nos questionamos acerca da utilização de materiais digitais nas nossas aulas no Alternativa. A respostas do Educador 3 e do Educador 1 sintetizam o que o restante do grupo de educadores também reproduz acerca destas plataformas:

“As únicas páginas que eu costumo entrar assim, é o Ensinar História e o História ao Quadrado, assim. Mas eu entro muito mais lá para pegar conteúdo e recurso para mim, do que para levar a dinâmicas que eles propõem assim. [...] Mais como um espaço assim, de consulta, talvez.” - Educador 3

“No Alter, normalmente eu não uso, [...] porque eu associo um pouco com algo que dependa talvez de uma tarefa depois da aula, um comprometimento depois, alguma coisa assim, ou de levar, sabe, tipo, confirmam lá, vê, assim, e acabo não utilizando no alter.” - Educador 1

Ou seja, plataformas digitais não são utilizadas pela maioria dos educadores da equipe de História do Alternativa como ferramentas didáticas, somente materiais de consulta. Dentre os motivos destacados em outras falas também estão: dificuldade de se exigir um comprometimento dos educandos após as aulas para navegar nos sites (pelo cansaço e falta de tempo), falta de conhecimento dos educadores de quais sites acessar e como utilizar os recursos disponíveis e, principalmente, pela falta de recursos tecnológicos no Alternativa e por parte de alguns educandos.

A utilização destes recursos tecnológicos podem parecer algo acessório e superficial em um Pré-Universitário Popular, mas não podemos ignorar que o domínio das tecnologias também se faz algo cada vez mais necessário aos estudantes nas universidades. O acesso aos materiais disponibilizados pelos professores de forma digital, às notas, aos direitos e benefícios socioeconômicos, aos editais de bolsas, intercâmbios têm sido cada vez mais realizados através de plataformas digitais. Estimular o acesso e a reflexão crítica acerca dessas tecnologias é um papel fundamental do Alternativa se pretendemos diminuir a exclusão social das camadas populares do acesso e permanência ao ensino superior.

Freire não ignora as tecnologias na sua produção, inclusive as considerava como “grandes expressões da criatividade humana” (Freire, 1968, p. 98). Nesse sentido, Anderson Alencar (2005) propõe alguns elementos para uma práxis tecnológica, tendo como base as ideias de Freire. São eles: a) O uso da tecnologia está imbuído de ideologia e deve ser desconstruído e revisado como tal; b) É necessário a compreensão e o domínio da tecnologia; c) Há um fenômeno de imposição das tecnologias “de cima para baixo”; d) É necessário uma atitude crítica, curiosa, vigilante sobre as tecnologias.

Sobre essas reflexões do autor, saliento a interpretação da tecnologia como um elemento ideológico. As tecnologias são fundamentadas por certas ideologias e estas devem ser expostas e combatidas, se necessário. Elas não são simples ferramentas para o avanço da sociedade, mas sim possuem impactos específicos em diferentes grupos sociais. No contexto do Alternativa, o domínio das tecnologias por parte dos nossos educandos pode auxiliar ou dificultar o acesso a materiais didáticos ou a informações importantes sobre o ENEM, sobre a universidade que deseja ingressar, a forma de ingresso, etc.

Assim, é necessário proporcionar uma práxis tecnológica que seja crítica, consciente das ideologias que a permeiam e das dificuldades estruturais de acesso às tecnologias. Deve ser também democrática, não pode ser imposta aos educandos sem o devido diálogo e acompanhamento pedagógico do processo. Desta forma, utilizar plataformas didáticas digitais no Alternativa deve ser um tema a ser mais debatido com o corpo docente do projeto, em um processo dialógico que se reconheça as dificuldades aqui apresentadas, mas que proporcione soluções concretas para que as tecnologias não sejam ignoradas dentro do projeto.

Conclusões Parciais

O encontro realizado entre parte da Equipe de História do Pré-Universitário Popular Alternativa proporcionou reflexões interessantes que podem contribuir com as práticas pedagógicas da equipe. Mas para além disso, servem como base inicial para estabelecer vínculos entre o contexto do Alternativa e as reflexões de Freire sobre currículo para serem posteriormente dialogadas com todo o corpo docente do projeto. Ademais, o encontro demonstrou as potencialidades da utilização da metodologia dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos como forma de promover um processo auto(trans)formativo com os docentes do projeto, assumindo-nos como parte de uma coletividade com responsabilidades políticas e sociais, construindo inéditos viáveis que impactem o acesso e a permanência de estudantes de classes populares no ensino superior.

Por fim, cito uma última fala significativa de um educador no encontro em questão, ao abordar a importância das atividades alternativas desenvolvidas pelo projeto¹¹⁴

Mas eu acho que **esses espaços são fundamentais para dar um sentimento. [...] criar esse sentimento de pertencimento dos alunos**, [...] esse sentimento de comunidade. Acho que isso ajuda a avançar nessa questão da educação. Acho que os alunos conseguem aprender mais quando se sentem pertencentes a um espaço, de forma saudável, claro. - Educador 3

Acredito que essa fala sintetiza as reflexões anteriores, pois é através da construção desse espaço comunitário, onde os educandos sintam-se confortáveis em dizer a sua palavra e serem críticos que podemos “dançar” junto com os conceitos. É nesse espaço coletivo que emergem as potências criativas dos educandos que geram mudanças curriculares e pedagógicas. E é neste espaço, que lutamos diariamente para sua permanência enquanto projeto público, gratuito e de qualidade, que podemos desenvolver uma práxis tecnológica, que não faça dos educandos simples reprodutores de ações, armazenadores de informações virtuais, mas sim sujeitos críticos do próprio processo de produção e acesso ao conhecimento.

Referências

ALENCAR, A. F. D. O pensamento de Paulo Freire sobre a tecnologia: traçando novas perspectivas. **V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife:** [s.n.]. 2005. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/mauriciomendes Pinto/paulo-freire-tecnologia>. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 8. ed. 2. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde-escritos sobre a educação popular ontem e agora**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 107

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Matriz de Referência Enem. 2009. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf Acesso em: 20 nov 2023

COSTA, Alan Ricardo. A Educação Popular em contexto Pré-Vestibular uma vez mais em debate: há Alternativa! In: **ANAIS XVII Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire**, 2015, Santa Maria. Educar com seriedade sim, mas com alegria. As classes populares na Escola Pública, 2015.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Tradução de Claudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, 149 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹¹⁴ Estas atividades são realizadas aos sábados ou em momentos destinados a atividades de socialização. São momentos de debates políticos e sociais com o corpo docente através de filmes, textos, dinâmicas de grupo e intervenções artísticas. Podem ser também confraternizações pontuais ou até mesmo a participação no Grêmio Estudantil do Alternativa.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 29. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Política e educação** : ensaios / Paulo Freire. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1998.

HENZ, Celso Ilgo; FREITAS, Larissa Martins; SILVEIRA, Melissa Noal da. Círculos dialógicos investigativo-formativos: uma metodologia de pesquisa inspirada nos círculos de cultura freireanos. **Perspectiva**, [S.L.], v. 36, n. 3, p. 835-850, 23 out. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n3p835>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

HENZ, Celso Ilgo. Dialogus: no entrelaçar das genteidades, a construção de caminhos outros como inéditos viáveis. In: GOELZER, Juliana; FREITAS, Larissa Martins; SIGNOR, Patrícia. (Org.). **Pesquisa-auto(trans)formação com genteidades e com o mundo**. 1ed.Curitiba: Appis, 2023, v. 1, p. 31-46.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN. 2010.

MENDES, Maíra Tavares. Cursinhos populares pré-universitários e educação popular: uma relação possível?. In: **XI Fórum de Leituras Paulo Freire**, 2009, Porto Alegre. Anais... Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Por Alegre, 2009.

PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR ALTERNATIVA. Estatuto 2021. Santa Maria, RS: Pró-Reitoria de Extensão (PRE), 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/841/2021/07/Estatuto-2021.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SAUL, Ana Maria. Currículo. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2008. p. 142-143.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História. **Intelligere**, Revista de História Intelectual, vol. 3, nº2, p. 60-76. 2017. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 14/12/2023.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Descolonizar o currículo: estratégias para uma pedagogia crítica. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 199 – 209.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, R. T. da. Pré-vestibular comunitário da Rocinha: a latência da racialidade na tensão entre as estratégias reguladoras e as táticas subversivas. In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**, 28., 2005, Caxambú, M.G. Anais eletrônicos... Caxambú, MG: ANPED, 2005. GT 03 — Movimentos Sociais e Educação. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-1312-int.doc>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ZAGO, Nadir. Cursos Pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 149-174. Jan./jun. 2008.

Metodologias Ativas no ensino de História e a aprendizagem histórica de jovens estudantes de Santa Maria/RS

FERRAZ, Giovan Sehn
Doutorando em Educação/UFSM
PIIQP/IFFar, giovansf@gmail.com

Resumo: Este trabalho visa apresentar a pesquisa “Metodologias Ativas no ensino de História e a aprendizagem histórica de jovens estudantes de Santa Maria/RS”, desenvolvida a nível de Doutorado junto à Linha de Pesquisa “Políticas públicas educacionais, práticas educativas e suas interfaces”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação do Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha. Nesta pesquisa, investiga-se a utilização de Metodologias Ativas de ensino e aprendizagem por professores e professoras de História de Santa Maria/RS, buscando-se compreender os desafios encarados na implementação dessas propostas, se e como tais metodologias têm sido articuladas com práticas “tradicionais” de ensino e qual tem sido o impacto efetivo no desenvolvimento da aprendizagem histórica de jovens estudantes. A hipótese central desta pesquisa é que há integração e articulação de Metodologias Ativas e práticas tidas como “tradicionais”, e que essa convergência pode ser mais eficaz do que apenas a busca superficial por “inovação” a todo custo. Supõe-se ainda que outros fatores, como questões estruturais, realidades socioeconômicas dos discentes e condições de trabalho docente, podem ter impacto igual ou maior sobre a aprendizagem histórica que as metodologias utilizadas. A metodologia utilizada consiste em coleta de dados quantitativos e qualitativos, com aplicação de questionários fechados e abertos, realização de entrevistas com professores e estudantes de distintas realidades escolares, observação de aulas e grupos focais, utilizando-se a Análise de Conteúdo para tratamento, organização e análise dos dados. Compreendendo por Metodologias Ativas a variada gama de estratégias pedagógicas centradas no protagonismo e engajamento discente em seu processo de aprendizagem, percebe-se na bibliografia utilizada que muitas vezes essas metodologias aparecem como “panaceia” para salvação de todos os males da educação, discurso que por vezes acaba por contribuir para o mascaramento de problemas estruturais na educação. Dialogando com os conceitos de consciência histórica de Jörn Rüsen e literacia histórica de Peter Lee, objetiva-se com esta pesquisa contribuir para o fomento de reflexões sobre o cotidiano escolar, as especificidades dos processos de ensino-aprendizagem e, principalmente, os desafios na relação com as inovações metodológicas e tecnológicas na educação e no ensino de História.

Palavras-chave: Metodologias Ativas; ensino de História; aprendizagem histórica.

Introdução

O objetivo do presente trabalho é apresentar a pesquisa “Metodologias Ativas no Ensino de História e a aprendizagem histórica de jovens estudantes de Santa Maria/RS”, a qual se desenvolve em estágio inicial junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, nível Doutorado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob orientação do Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha.¹¹⁵

¹¹⁵ A pesquisa conta, neste momento, com o apoio do Programa Institucional de Incentivo à Qualificação dos Servidores do Instituto Federal Farroupilha (PIIQP/IFFar).

Esta pesquisa visa investigar se e de que forma metodologias ativas de ensino e aprendizagem têm sido utilizadas por professores e professoras de História de Santa Maria/RS. Para tanto, busca compreender os desafios encarados na implementação dessas propostas, se e como tais metodologias têm sido articuladas com práticas “tradicionais” de ensino e qual tem sido o impacto efetivo no desenvolvimento da aprendizagem histórica de jovens estudantes.

Este tema de pesquisa surgiu diretamente de inquietações teóricas e práticas provenientes de minha trajetória acadêmica e profissional, na qual a preocupação com a qualidade do ensino, com a competência de “ser um bom professor”, e a vontade de trabalhar com metodologias diferenciadas, combinadas a diferentes linguagens, sempre estiveram presentes. Estudei e busquei implementar cada vez mais práticas pedagógicas vinculadas ao que se convencionou chamar de “metodologias ativas”, como, por exemplo, pesquisas, debates, dinâmicas, jogos teatrais, quizzes, gincanas, elaboração de mapas mentais, solução de problemas, análise de fontes, desenvolvimento de jogos didáticos e seminários com análises e debates de filmes e jogos digitais.

No entanto, mesmo colocando em prática várias dessas metodologias, a sensação de não estar fazendo o suficiente era constante, em grande parte devido à impressão causada por várias das obras e produções acadêmicas sobre o tema que parecem tratar as metodologias ativas como “panaceia” para curar todos os males da educação, acabando por colocar toda a responsabilidade da aprendizagem dos estudantes sobre as costas de seus professores e professoras. Além disso, ao retornar do ensino remoto experienciado durante a pandemia de Covid-19 entre os anos 2020 e 2021, período no qual é legítimo considerar que alguns pressupostos das metodologias ativas foram testados (autonomia discente, estudar em casa, fácil acesso às informações e conteúdos na Internet), constatei, a partir de minha prática e de conversas informais com discentes e docentes, que os estudantes apresentavam maior necessidade de trabalhar elementos mais básicos do exercício de estudo e aprendizagem, principalmente no tocante a leitura, escrita e interpretação de texto. Cheguei a ouvir de estudantes reclamações, por exemplo, de professores que não “davam aula”, no sentido tradicional da aula expositiva, ou que davam muita “pesquisa” ou trabalho para casa; além do pedido para que colegas docentes colocassem mais informações no quadro para eles copiarem, que dessem mais tempo para essa cópia, que dessem mais “listas de exercícios”, entre outras práticas compreendidas como “tradicionais”.

Foi dessas inquietações que surgiu o interesse de fazer um estudo de caso com colegas professores e professoras de História para saber se e como eles e elas têm elaborado e implementado metodologias ativas em suas aulas, e como se dá essa implementação frente aos

desafios diários do exercício docente (indisciplina e desinteresse discente, cultura e estrutura escolar, conteúdos e currículo, cobrança por inovação, regime de trabalho, desvalorização profissional etc.).

Além do objetivo geral de compreender se e de que modo professores e professoras de História têm utilizado metodologias ativas de ensino e aprendizagem e em que medida elas têm impactado no efetivo desenvolvimento da aprendizagem histórica de jovens estudantes, são também objetivos específicos da presente pesquisa: identificar se e quais metodologias ativas de ensino-aprendizagem têm sido utilizadas pelos professores e professoras de História de Santa Maria/RS; relacionar o uso de metodologias ativas e o desenvolvimento da aprendizagem histórica dos jovens estudantes; analisar e problematizar possíveis diferenças entre a utilização de metodologias ativas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como entre escolas de centro e periferia, particulares e públicas, federais, estaduais e municipais; analisar e refletir sobre a relação entre práticas inovadoras e “tradicionais” no cotidiano de ensino e aprendizagem de História em Santa Maria/RS; identificar e problematizar os desafios, obstáculos e dificuldades encontrados por professores e professoras de História na implementação e utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, e compreender como esses têm sido enfrentados pelos docentes.

A hipótese central deste trabalho é que as metodologias ativas por si só não resolvem “o problema” da educação, e que práticas tidas como “tradicionais” ainda são importantes. Suponho que, nos diversos modos de ser docente investigados na pesquisa, há intercalação e sobreposição de metodologias ativas e “tradicionais”, e que essa convergência pode ser mais interessante para a efetiva aprendizagem do que apenas a busca incessante por “inovação” a todo custo. Suponho, ainda, que outras dimensões do ensino e da educação podem ter impacto igual ou mesmo maior sobre a aprendizagem histórica dos jovens estudantes, como questões estruturais, realidades socioeconômicas dos discentes e condições de trabalho docente. Espera-se que tais hipóteses e suposições sejam testadas ao longo da pesquisa, compreendendo-se, evidentemente, que as hipóteses podem ser confirmadas ou refutadas a partir dos dados e resultados.

As Metodologias Ativas como Panaceia

As recentes transformações sociais e tecnológicas têm despertado cada vez mais entre docentes, pesquisadores e pesquisadoras ímpetus por transformação e inovação dentro das salas de aula, de forma a adequar métodos, currículos e objetivos à nova sociedade do século XXI

(Moran, 2015). Nessa busca coletiva por inovação, há uma defesa crescente pela utilização de novas formas de ensinar, como é o caso das Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem.

De acordo com Valente (2018), em contraposição ao “ensino tradicional”, centrado no professor como transmissor do conteúdo, as Metodologias Ativas “constituem alternativas pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino e de aprendizagem no aprendiz, envolvendo-o na aprendizagem por descoberta, investigação ou resolução de problemas.” Assim, essas metodologias constituem “uma série de técnicas, procedimentos e processos utilizados pelos professores durante as aulas, a fim de auxiliar a aprendizagem dos alunos”, através das quais se busca criar situações de aprendizagem onde os alunos engajam-se em “atividades práticas nas quais eles sejam protagonistas da sua aprendizagem.” (Valente, 2018, p. 27-28).¹¹⁶

Dessa forma, percebe-se que a expressão “Metodologias Ativas” acaba por abarcar uma gama muito variada de práticas pedagógicas. Valente cita como estratégias pelas quais as metodologias ativas têm sido implementadas a aprendizagem baseada em projetos, a aprendizagem por meio de jogos, o método do caso ou discussão e solução de casos, e a aprendizagem em equipe (Valente, 2018, p. 29). Além das estratégias já elencadas, Santos e Tezani apontam ainda a Instrução entre Pares, a Aprendizagem Baseada em Problemas e Problemática, o Design Thinking e a Pesquisa (Santos e Tezani, 2018, p. 103). Em outros trabalhos, a variedade de métodos ativos é ainda mais extensa. Silva (2021, p. 38), por exemplo, traz uma extensa lista de “métodos ou estratégias para o exercício das práticas de métodos ativos”, incluindo “aula expositiva dialogada”, “estudo de texto”, “portfólio; tempestade de ideias; mapa conceitual; estudo dirigido”, “seminários; [...] júri simulado; simpósio”, para citar alguns.

Na tentativa de fazer uma primeira aproximação em direção a um conceito teoricamente utilizável de “Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem”, parte-se da distinção feita por Schmidt (2005) entre método e técnica. Para esta autora, de acordo com a Didática Geral, podemos compreender Método como “os meios colocados em prática racionalmente para a obtenção de um resultado determinado”, sendo, portanto, mais amplo que o conceito de técnica, entendido como “instrumento ou ferramenta útil para o processo de ensino-aprendizagem.” (Schmidt, 2005, p. 59-60).

¹¹⁶ Na produção acadêmica consultada, não há grandes dissensos sobre a definição de Metodologias Ativas, sendo sempre definidas em contraposição a uma ideia de ensino tradicional, baseado na centralidade do professor e na transmissão dos conteúdos, com as Metodologias Ativas sendo centradas no estudante ativo, engajado e protagonista de seu processo de aprendizagem (Santos; Tezani, 2018).

Nesta pesquisa, seguindo o raciocínio de Schmidt (2005), compreender-se-á como “Metodologias Ativas” apenas os métodos sistematizados de práticas pedagógicas elaborados em torno dos princípios elencados anteriormente. Dessa forma, elenca-se, com Soares (2020, p. 10), as seguintes Metodologias Ativas: Aprendizagem Baseada em Problemas; Ensino Híbrido; Sala de Aula Invertida; Design Thinking; Rotação por estações; Cultura Maker; Gamificação; e Aprendizagem Baseada em Projetos. Assim, as demais práticas citadas anteriormente, como aulas expositivas dialogadas, seminários, estudos dirigidos etc., serão compreendidas aqui apenas como “técnicas ativas de aprendizagem”, sem necessariamente estarem vinculadas a um método sistematizado.

Ressalta-se que, apesar do alegado caráter de inovação, os princípios defendidos pelas Metodologias Ativas não são novidade. Na própria produção acadêmica sobre o tema, reconhecem-se as influências de Vygotsky, Ausubel, Paulo Freire e, principalmente, John Dewey, a Escola Nova e a ideia do “aprender fazendo” (Diesel, Baldez e Martins, 2017; Glufke, 2019).

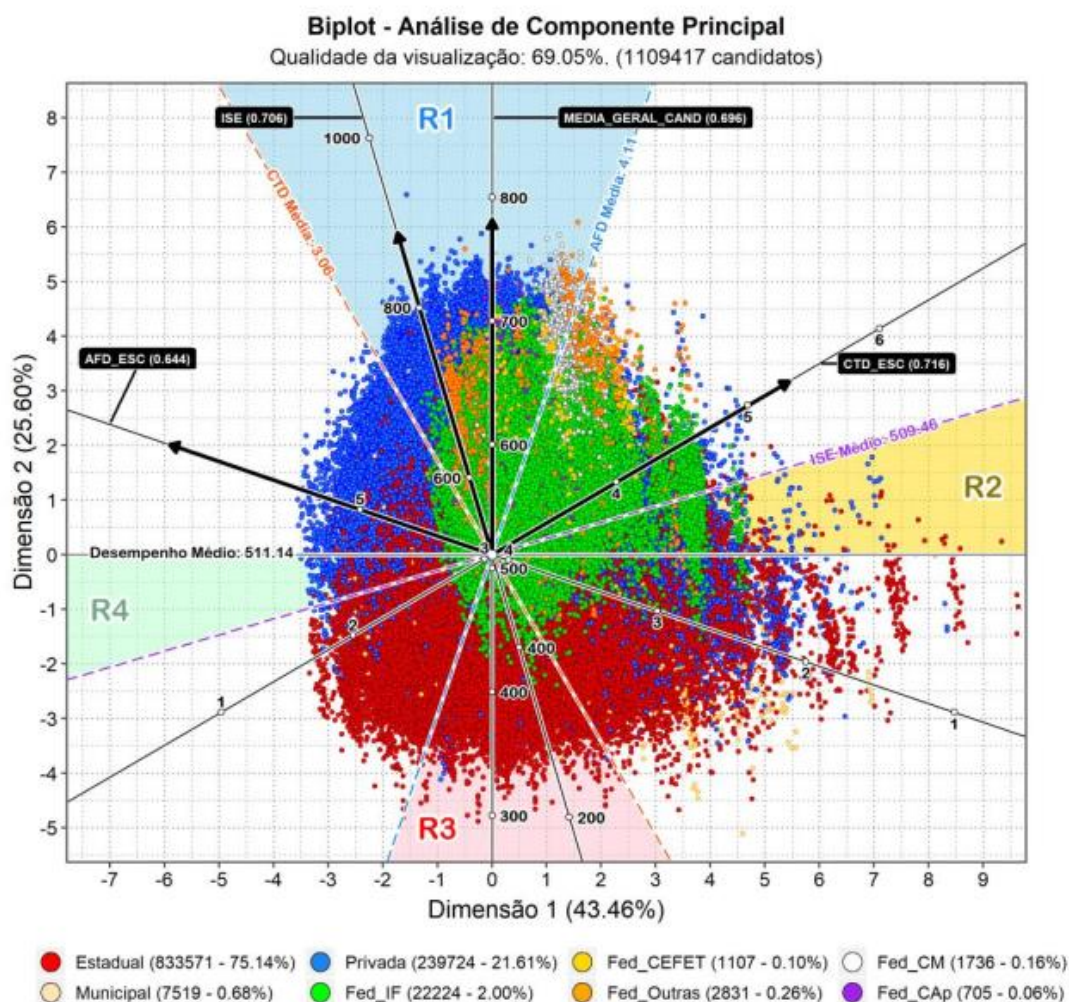
No entanto, percebe-se por vezes que a defesa das metodologias ativas acaba por apresentá-las como “panaceia” para salvação de todos os males da educação. Costa (2020), em um dos poucos trabalhos críticos encontrados sobre o tema, disserta que “tem sido recorrente o discurso, quicá hegemônico na agenda técnica da pedagogia, acerca do uso de metodologias inovadoras, dinâmicas, flexíveis e criativas empregadas no ofício docente.” Assim, afirma que as metodologias ativas “têm se transformado quase que numa panaceia, uma condição *sine qua non* para superar o sorumbático e tradicional contexto educacional brasileiro.” (Costa, 2020, p. 2, *grifo do autor*).

O pesquisador reconhece o potencial progressista das metodologias ativas; entretanto, chama a atenção para o fato de, principalmente na educação privada, ocorrer uma imposição de tais práticas como forma de fidelização do aluno ou, no caso das instituições públicas, como “mascaramento e/ou meio de atuar nas estruturas de falência e de sucateamento da educação pública.” Dessarte, o autor ressalta outros pontos que por vezes ficam de fora das discussões sobre as metodologias ativas, como a degradação e precarização do trabalho docente, a desvalorização da profissão, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e a violência simbólica e física (Costa, 2020, p. 3).

Em direção semelhante, Cavalcanti, Nascimento e Ostermann (2018), partindo de uma pesquisa com dados empíricos levantados junto aos microdados do ENEM 2016, discutem a “falácia da culpabilização do professor pelo fracasso escolar” ao atestar que fatores como condições trabalho e, principalmente, os índices socioeconômicos dos candidatos têm um

impacto muito maior sobre o desempenho no ENEM que a formação docente (vide Figura 1). Dos resultados dessa pesquisa, compreende-se ser lícito concluir que, da mesma forma, fatores como os citados também podem ser mais determinantes para uma aprendizagem significativa que as metodologias utilizadas dentro da sala de aula.

Figura 1 - Gráfico de análise de componente principal



Fonte: elaborado por Cavalcanti, Nascimento e Ostermann (2018) com cruzamento dos seguintes dados dos candidatos do ENEM 2016: Média Geral dos Candidatos (MEDIA_GERAL_CAND), Índice Socioeconômico do candidato (ISE), Média de Adequação da Formação Docente (AFD_ESC) e perfil médio das Condições de Trabalho Docente da escola (CTD_ESC).

Em alguns dos trabalhos consultados sobre o tema, observa-se o reconhecimento das limitações e desafios da implementação de tais metodologias, admitindo-se que não se trata de “salvação do ensino” (Glufke, 2019; Santos; Tezani, 2018). Porém, na maioria das obras consultadas, essas limitações e desafios são questões menores frente à defesa inquestionável das metodologias ativas, o que apenas comprova a necessidade de maior aprofundamento e pesquisa sobre o tema.

Observa-se também, frequentemente, uma crítica bastante superficial ao chamado “ensino tradicional”, que aparece nas obras quase como um “fantasma” ou mesmo uma figura mítica a servir de contraponto identitário ao caráter inovador das metodologias ativas. Aqui, talvez caiba ecoar as críticas de Peter Lee a alguns “lemas polares” que o autor compreende como ultrapassados, como é o caso da polaridade “tradicional x progressista”:

O estereótipo do professor “ativo” que deposita “os fatos” para o aluno “passivo” é apenas isso, um estereótipo, e ignora a vasta gama de tentativas feitas pelo ensino de história “tradicional” para ajudar os alunos a pensarem sobre a sua história. (Lee, 2016, p. 112).

No Ensino de História, Giacomoni e Pereira (2013), apesar de defenderem a utilização de jogos no ensino, o que claramente pode ser compreendido como uma metodologia ativa, não deixam de ressaltar que “aulas expositivas, exercícios e outros métodos mais tradicionais” continuam a ser “absolutamente importantes dentro do cotidiano de ensino” (Giacomoni e Pereira, 2013, p. 21).

Salienta-se, também, que no Ensino de História, mesmo que nem sempre sob a alcunha de “Metodologias Ativas”, propostas baseadas em princípios semelhantes já são defendidas há um bom tempo, como no caso da proposta da “Aula-Oficina” de Isabel Barca (Brito Junior, 2018). A consideração da importância de trabalhar com as ideias prévias dos estudantes, por exemplo, ressoada nos princípios das metodologias ativas, também encontra respaldo no pensamento de Peter Lee, quando este, a partir dos dados do projeto *How people learn*, pontua que, sem o conhecimento dessas ideias prévias, o docente corre o risco de não abordar equívocos e preconceitos dos alunos, como, por exemplo, a ideia de que a história é impossível, “inútil” ou uma coletânea de fatos isolados (Lee, 2005, p. 31; 2016, p. 117).

Educação Histórica e Didática da História

Para além das discussões sobre Metodologias Ativas na educação em geral e no ensino de História em particular, esta pesquisa parte, também, do reconhecimento da importância basal dos conteúdos disciplinares em suas especificidades, conforme defendido por Saviani (2011) e Libâneo (1992). Além disso, a pesquisa está embasada também no reconhecimento da legitimidade e imprescindibilidade do ensino disciplinar de História dentro de uma educação que se busca transformadora (Caimi e Mistura, 2021; Difante, 2022; Lee, 2016; Schmidt, 2005).

Por conseguinte, parte-se da compreensão da História como ciência, tal qual defendida por Jörn Rüsen. Em sua teoria da História, o autor parte da definição ampla de ciência “como a soma das operações intelectuais reguladas metodicamente, mediante as quais se pode obter

conhecimento com pretensões seguras de validade”, para definir a História como “a forma peculiar de garantir a validade que as histórias, em geral, pretendem ter” (Rüsen, 2001, p. 97). Assim, defende que a história garante seu caráter científico através da terminologia conceitual, da relação com a experiência, do caráter argumentativo e da regulação metódica da pesquisa (Rüsen, 2015, p. 167-170).

Nesse sentido, compreende-se a importância da matriz disciplinar da teoria da História de Rüsen (2001, p. 164) para pensar a legitimidade do ensino de História. Na referida matriz, o ciclo do pensamento histórico se inicia nas carências de orientação no presente, relacionadas à vida prática. Tais carências levam o indivíduo a se interessar pelo passado e, assim, proceder à aproximação científica da matéria (campo da ciência especializada), indo das perspectivas de interpretação aos procedimentos metódicos e às formas narrativas, e retornando, por fim, ao campo da vida prática nas funções possíveis de orientação e direcionamento do agir e redefinição da identidade histórica.

Relacionam-se a essa matriz disciplinar os conceitos de formação e consciência histórica. Rüsen define “formação” como uma categoria didática que “articula as formas e os conteúdos científicos às dimensões de seu uso prático”. A formação pressupõe, dessarte, “a capacidade de apreender os contextos abrangentes – e de refletir sobre eles” e se refere “à vinculação entre saber e agir exigida pela carência de orientação do sujeito agente”. A formação histórica visa capacitar os sujeitos para que pensem a “dimensão temporal de sua própria vida prática na perspectiva de tempo consolidada empiricamente mediante as informações das fontes obtidas pelo conhecimento”. (Rüsen, 2007, p. 95, 100). E é o saber histórico que permite tal capacitação. Já o conceito de consciência histórica, compreendido como “forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática”, é definido pelo autor como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” (Rüsen, 2001, p. 57).

Além do aporte teórico de Rüsen, esta pesquisa utilizar-se-á também das contribuições do campo de pesquisa da Educação Histórica, influenciado sobretudo pelas pesquisas de Peter Lee. A Educação Histórica surgiu da “problemática de se ensinar e aprender história”, pesquisando a “cognição histórica” com o objetivo da “compreensão do significado atribuído à história” e contribuindo, assim, diretamente para “a possibilidade de novas estratégias didáticas/pedagógicas.” (Brito Junior, 2018, p. 33).

Das diversas contribuições deste campo de pesquisa, destacam-se os conceitos de Literacia Histórica e a distinção entre conceitos substantivos e de segunda ordem. Para construir

um conceito de literacia histórica, Lee parte do conceito de consciência histórica de Rüsen e suas reflexões sobre a matriz disciplinar. Entendendo que nossa compreensão histórica é dirigida por nossos interesses e permite a orientação no tempo (função prática da consciência histórica), Lee argumenta que a história deve transcender essa orientação de “senso comum” e indica que as reflexões de Rüsen sugerem “alguns princípios para construir um conceito de literacia histórica.” (Lee, 2006, p. 133-134).

Nesse sentido, Lee afirma que “uma primeira exigência da literacia histórica é que os alunos entendam algo do que seja história”, e deste “algo” destaca que os estudantes devem compreender, por exemplo: “como o conhecimento histórico é possível”; “que as explicações históricas são contingentes ou condicionais”; e “que as considerações históricas não são cópias do passado” (Lee, 2006, p. 134). Em estudo posterior, Lee complementa que “conhecer algo da história” significa: “compreender a história como uma forma de ver o mundo”; “adquirir disposições que derivam e impulsionam a compreensão histórica”; e “desenvolver uma imagem do passado que permita que os alunos se orientem no tempo.” (Lee, 2016, p. 121).

Lee defende, então, que o ensino de História, pautado pelo conceito de literacia histórica, deve buscar o desenvolvimento de um “quadro geral”, uma “estrutura histórica utilizável”, utilizada como “ferramenta de orientação poderosa ou flexível” para orientação na vida prática (Lee, 2006, p. 141-142). Para a construção desse quadro geral e, portanto, para a literacia histórica, é necessário tanto que os estudantes compreendam “como as afirmações históricas podem ser feitas, e das diferentes formas nas quais elas possam ser mantidas ou desafiadas” quanto que sejam “capazes de usar o passado para ajudá-los a atribuir sentido ao presente e ao futuro”, o que por sua vez exige que “eles devem levar consigo alguma história substantiva.” (Lee, 2006, p. 137).

Por conceitos substantivos compreendem-se aqueles que remetem diretamente aos conteúdos históricos, como por exemplo “agricultor, impostos, datas, eventos”. (Lee, 2001, p. 15). Em trabalho posterior, Lee explica que eles relacionam-se com a forma como as pessoas e as sociedades funcionam: “incluem, por exemplo, conceitos políticos como estado, governo, e poder, e conceitos econômicos como comércio, riqueza, e impostos.” (Lee, 2005, p. 31-32, tradução livre). Já os conceitos de segunda ordem são aqueles que dão “consistência à disciplina”, que embasam o estudo dos conteúdos históricos, como, por exemplo, os conceitos de “narrativa, relato, explicação” (Lee, 2001, p. 15) ou, ainda, “evidência, causa, e mudança” (Lee, 2005, p. 32).

A respeito da relação entre a Didática da História de Rüsen e a Educação Histórica de Lee, Szlachta Jr. e Ramos (2021) dissertam:

A nosso ver, são dois campos intercambiáveis, mas, *grosso modo*, a *History Education* apresenta um *método indutivo*, privilegiando a instrumentalização metodológica na coleta de dados que possa mostrar como um grupo particular de sujeitos pensa, enquanto a Didática da História utiliza o *método dedutivo*, discutindo premissas gerais (consciência histórica, cultura histórica e formação histórica) em direção às premissas particulares, questionando *por que* os sujeitos pensam de determinada forma e como fazer para que pensem de forma diferente [...]. (Szlachta Jr. e Ramos, 2021, p. 106-107).

Dessa forma, compreende-se nesta pesquisa que ambas as correntes teóricas são complementares, servindo a teoria rüseniana principalmente de embasamento para concepções gerais de História, ciência, formação, cultura e consciência histórica, enquanto a Educação Histórica traz elementos que contribuem metodológica e empiricamente para a pesquisa direta sobre o ensino de História dentro da sala de aula.

Metodologia de Pesquisa

A metodologia da pesquisa consistirá, primeiramente, em revisão bibliográfica e aprofundamento teórico nos temas propostos: Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem, Metodologias Ativas no Ensino de História, Educação Histórica, Didática da História, Consciência Histórica, Metodologia de Pesquisa em Educação e Metodologia de Pesquisa em Ensino de História. Em um segundo momento, será realizada pesquisa quantitativa através de um questionário on-line junto às redes municipal, estadual, federal e particular de ensino de Santa Maria (RS) com professores e professoras de História buscando identificar e localizar práticas docentes relacionadas à utilização de técnicas e metodologias ativas de ensino-aprendizagem, bem como sondar o interesse desses professores e professoras em fazer parte das etapas seguintes da pesquisa. Para este questionário, considerando a necessidade de quantificação dos resultados, será utilizada a escala de Likert¹¹⁷.

Na etapa seguinte, a partir dos dados levantados, desenvolver-se-á pesquisa qualitativa na qual serão realizadas entrevistas com professores e professoras de História interessados em participar da pesquisa, buscando-se a participação de docentes de pelo menos sete escolas/realidades diferentes: 1) escola pública central de Ensino Fundamental; 2) escola pública central de Ensino Médio; 3) escola pública periférica de Ensino Fundamental; 4) escola pública periférica de Ensino Médio; 5) escola particular de Ensino Fundamental; 6) escola

¹¹⁷ “[...] a escala de Likert ou escala de atitudes [...] permite que o respondente marque sua concordância ou discordância, graduada em 5 níveis (discordo totalmente, discordo, indiferente, concordo, concordo plenamente), com as sucessivas afirmações do questionário. Essas respostas são traduzidas numericamente gerando médias e outras sínteses estatísticas que possibilitam visualizar um quadro geral representativo para cada questão.” (Cerri, 2011, p. 67).

particular de Ensino Médio; e 7) escola pública federal de Ensino Médio. A partir das entrevistas, conforme andamento da pesquisa e disponibilidade dos docentes participantes, serão realizadas observações de aulas, questionários fechados e abertos com estudantes, incluindo um questionário visando a construção do perfil socioeconômico e cultural, e grupos focais¹¹⁸.

Desse modo, propõe-se aqui a complementação de métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, concordando com Cerri e Cervi quando defendem “a total ineficácia da oposição entre quanti e quali” (Cerri e Cervi, 2021, p. 180). Assim, compreende-se com Cerri (2011) que, enquanto “a perspectiva quantitativa nos permite alcançar as dimensões estatísticas de diversas características da consciência histórica em diferentes populações”, como na comparação entre, por exemplo, “os jovens de escolas de periferia e os jovens de bairros centrais mais favorecidos”, na qualitativa temos um “maior aprofundamento e experimentação dos quadros teóricos” (Cerri, 2011, p. 79).

Ressalta-se que pesquisas quantitativas têm sido amplamente utilizadas em pesquisas relacionadas à Educação Histórica e à Consciência Histórica, como, por exemplo, o projeto inaugural *Youth and History* e o projeto Jovens e a História (Barom, 2016, p. 71-76). Com base nos resultados dessas pesquisas, concordo com Cerri e Cervi quando defendem o quanto as pesquisas de base quantitativa podem impactar positivamente “sobre a própria prática de ensino dos professores de História” (Cerri e Cervi, 2021, p. 170).

Para análise dos dados levantados, utilizar-se-á a Análise de Conteúdo, a qual “serve ao tratamento do conteúdo das informações/dados linguísticos como uma técnica de organização, manejo e descrição.”. Na Análise de Conteúdo, compreende-se a linguagem como expressão de sentido, com o texto fornecendo indícios de significado que vão além da superfície, os quais, por sua vez, podem ser alvo de descrição, inferência e interpretação pelo pesquisador. (Caimi e Mistura, 2021, p. 165)

Dessa forma, seguiremos os 3 níveis propostos por Bardin para a Análise de Conteúdo, conforme descritos por Caimi e Mistura (2021): 1) a pré-análise, na qual, através de uma “leitura flutuante”, busca-se um contato inicial com os documentos, levando ao surgimento de impressões e hipóteses, e selecionando-se indicadores e “elementos exemplares presentes nos textos que podem ser ‘recortados’ e posteriormente transformados em categorias de análise para

¹¹⁸ “O Grupo Focal reúne de 10 a 15 sujeitos mediados pelo entrevistador. O entrevistador lança uma questão e observa a interação entre os participantes, que podem manifestar consenso ou dissenso. O Grupo Focal propicia um ambiente mais interativo e autêntico, pois os participantes levam em consideração a opinião dos outros para formular a própria.” (Szlachta Jr. e Ramos, 2021, p. 113).

a verificação de sua frequência ou comparação mútua”; 2) a exploração do material e o tratamento dos resultados, na qual são executadas as decisões tomadas na pré-análise, através de repetidas leituras, registros e “transformação do corpus em unidades de análise”; e 3) a inferência e a interpretação, etapa final que consiste no tratamento dos resultados, envolvendo “operações de frequência, comparação e elaboração de relações entre as informações obtidas por meio dos textos, de acordo com os objetivos previamente selecionados.” (Caimi e Mistura, 2021, p. 157-158).

Destaca-se, conforme apontado pelas autoras, que a Análise de Conteúdo tem sido bastante utilizada em pesquisas sobre Educação e Ensino de História, haja vista sua potencialidade “em oferecer uma estrutura organizacional para a lida científica com corpus de fontes escritas disponíveis ou de fontes produzidas pelo pesquisador (como entrevistas, por exemplo).” (Caimi e Mistura, 2021, p. 160).

Os instrumentos de pesquisa, como os questionários e as entrevistas, serão planejados de acordo com os objetivos de cada etapa da pesquisa. Salienta-se, ainda, que os respondentes serão esclarecidos quanto aos objetivos e finalidades da pesquisa, sendo solicitados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFSM)¹¹⁹.

Considerações Finais

Este trabalho buscou apresentar uma pesquisa em estágio inicial de desenvolvimento, a qual visa investigar se e de que forma metodologias ativas de ensino e aprendizagem têm sido utilizadas por professores e professoras de História de Santa Maria/RS. Busca-se compreender, assim, os desafios encarados na implementação dessas propostas, se e como tais metodologias têm sido articuladas com práticas “tradicionais” de ensino e qual tem sido o impacto efetivo no desenvolvimento da aprendizagem histórica de jovens estudantes.

A expressão “Metodologias Ativas” surgiu recentemente para abarcar a vasta gama de métodos, técnicas e metodologias diferenciadas que têm sido elaboradas e utilizadas na educação com o objetivo de fazer frente ao chamado “ensino tradicional”, buscando maior autonomia estudantil e dinamizar as atividades pedagógicas realizadas nas escolas. Entretanto, percebe-se que muitas vezes a defesa das metodologias ativas acaba por apresentá-las como “panaceia” para salvação de todos os males da educação, ignorando-se ou apenas tratando como menores problemas estruturais, como a degradação, precarização e desvalorização do trabalho

¹¹⁹ Ver: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep>>. Último acesso em 15 de maio de 2023.

docente, as péssimas condições de trabalho, a violência simbólica e física e as realidades socioeconômicas dos estudantes, por exemplo.

A metodologia utilizada na pesquisa consiste em coleta de dados quantitativos e qualitativos, com aplicação de questionários fechados e abertos, realização de entrevistas com professores e estudantes de distintas realidades escolares, observação de aulas e grupos focais, utilizando-se a Análise de Conteúdo para tratamento, organização e análise dos dados. Dialogando com os conceitos de consciência histórica de Jörn Rüsen e literacia histórica de Peter Lee, objetiva-se com esta pesquisa contribuir para o fomento de reflexões sobre o cotidiano escolar, as especificidades dos processos de ensino-aprendizagem e, principalmente, os desafios na relação com as inovações metodológicas e tecnológicas na educação e no ensino de História.

A hipótese central deste trabalho é que as metodologias ativas por si só não resolvem “o problema” da educação, e que práticas tidas como “tradicionais” ainda são importantes. Supõe-se que, nos diversos modos de ser docente investigados na pesquisa, há intercalação e sobreposição de metodologias ativas e “tradicionais”, e que essa convergência pode ser mais interessante para a efetiva aprendizagem do que apenas a busca incessante por “inovação” a todo custo. Supõe-se, ainda, que outras dimensões do ensino e da educação podem ter impacto igual ou mesmo maior sobre a aprendizagem histórica dos jovens estudantes, como questões estruturais, realidades socioeconômicas dos discentes e condições de trabalho docente. Espera-se que tais hipóteses e suposições sejam testadas ao longo da pesquisa, compreendendo-se, evidentemente, que as hipóteses podem ser confirmadas ou refutadas a partir dos dados e resultados.

Referências

BAROM, Wilian C. C. As publicações do projeto Jovens e a História (2007-2014): Metodologia, conceitos, temáticas, abordagens e algumas conclusões. **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 71-90, jan./jun. 2016.

BRITO JUNIOR, Ediney de. **Desafios para ensinar e aprender história: aprendizado e educação histórica**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

CAIMI, Flávia E.; MISTURA, Letícia. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso na pesquisa em ensino de História. In: ANDRADE, Juliana A.; PEREIRA, Nilton M. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 153-167.

CAVALCANTI, Cláudio J. H.; NASCIMENTO, Matheus M.; OSTERMANN, Fernanda. A falácia da culpabilização do professor pelo fracasso escolar. **Revista Thema**, Pelotas, v. 18, n. 3, p. 1064-1088.

CERRI, Luis F. Cartografias temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 59-81, jan./abr. 2011.

CERRI, Luis F.; CERVI, Emerson U. Uma pesquisa sobre ensino e aprendizagem de História com métodos quantitativos. In: ANDRADE, Juliana A.; PEREIRA, Nilton M. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 168-184.

COSTA, Jean H. O fetiche das metodologias ativas num contexto de precarização estrutural do trabalho. **Academic Journal of Studies in Society**, Sciences and Technologies – Geplat Papers, v. 1, n. 3, 2020.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda L. S.; MARTINS, Silvana N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017.

DIFANTE, Francielle A. Considerações sobre Educação Histórica e Ensino de História. **Revista Espacialidades**, Natal, v. 18, n. 1, p. 234-245, 2022.

GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.). **Jogos e Ensino de História**. 1ª edição. 2ª reimpressão. Porto Alegre; Evangraf, 2013.

GLUFKE, Carlos E. C. **Metodologias ativas no ensino de história**: sala de aula invertida aplicada no Ensino Médio na Escola Marista de Santa Maria - RS. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. 2019.

LEE, Peter. Progressão da compreensão histórica dos alunos em História. In: BARCA, Isabel. (org.). **Perspectivas em Educação Histórica**. Minho, Portugal: Universidade do Minho, 2001.

LEE, Peter. Putting principles into practice: understanding history. In: NATIONAL Research Council. **How Students Learn**: History, Mathematics, and Science in the Classroom. Washington, DC: The National Academies Press, 2005, p. 29-78.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016.

LIBÂNEO, José C. **A democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos A.; MORALES, Ofelia E. T. (orgs.). **Coleção Mídias Contemporâneas**. Convergências

Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015, p. 15-33.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão R. Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão R. Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Trad. Estevão C. R. Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTOS, Lysley F.; TEZANI, Thaís C. R. Aprendizagem colaborativa no ensino de História: a Sala de Aula Invertida como Metodologia Ativa. **Renote - Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 101-111, dez. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHMIDT, Maria A. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. n: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 55-66.

SILVA, Maria L. A. T. Ensino de História: metodologias ativas e aprendizagem significativa. **Revista Informação e Cultura**, Mossoró, v. 3, n. 2, p. 27-46, jul./dez. 2021.

SOARES, Cristine. **Metodologias ativas**: uma nova experiência de aprendizagem. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

SZLACHTA JR., Arnaldo M.; RAMOS, Márcia E. T. As contribuições da History Education para a pesquisa em ensino de História. In: ANDRADE, Juliana A.; PEREIRA, Nilton M. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 96-113.

VALENTE, José A. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018, p. 26-44.

O APP Patrimônios de São Sepé: encontros entre História Local, tecnologia e História Pública

PEREIRA, Felipe Rios Pereira¹²⁰

Doutorando PPGH/UFSM

felipecihistoriaufsm@gmail.com

Resumo: Este trabalho visa apresentar a pesquisa, os resultados e ações envolvendo a criação do aplicativo de celular Patrimônios de São Sepé, lançado em 2022 junto à comunidade sepeense. A proposta foi de criação de um material que tornasse mais acessível tanto conhecimentos a respeito do passado local, bem como de fontes históricas distantes do público. Procuraremos evidenciar, assim, como foi o processo de pesquisa em História Local, uma vez que há uma discussão acerca da existência de lacunas em muitas cidades, nas quais o passado fica restrito a memorialistas e distante de reflexões e produções acadêmicas. Do mesmo modo, aponta-se a dificuldade em encontrar materiais de pesquisa e suporte didático disponíveis a professores, o que acaba por afetar o Ensino de História. Debate-se, por exemplo, a necessidade de pensar métodos que vão ao encontro das ideias de Paulo Freire, defendendo que a Educação precisa considerar a realidade do estudante e, por conseguinte, a defesa de ter o passado local como um dos pontos de partida para a construção de uma consciência histórica. Logo, o *app* leva em conta a necessidade de se pensar ferramentas que tragam para a sala de aula tais conhecimentos. Nele, encontram-se diferentes seções que separam temas locais como a origem do município, personalidades, patrimônios materiais, além de fontes históricas. Levamos também em conta na escolha do tipo de material produzido as tecnologias digitais, uma vez que existem avanços significativos que podem ser aliados na produção de conhecimento, assim como obstáculos, se não considerados. Houve uma preocupação em integrar essa tecnologia à comunidade, trazendo, por exemplo, o uso de QR codes incorporados ao aplicativo e disponibilizados em placas espalhadas pela cidade e pelo museu local. Por fim, ressalta-se a potencialidade de um material como o aplicativo de extrapolar a sala de aula, sendo um caminho para que a família do estudante possa ver a sua História como importante, o seu passado, como pertencente ao passado do Brasil e a sua comunidade como protagonista.

Palavras-chave: História Local; História Pública; São Sepé.

Introdução

Buscar soluções para o Ensino de História e para a Educação é um caminho constante para os profissionais desta disciplina. Obviamente, tal desafio também afeta colegas de outras áreas frente aos avanços científicos e mudanças culturais/sociais. No entanto, neste artigo, nos debruçaremos sobre particularidades voltadas à pesquisa e produção de materiais acerca do passado, em especial, centradas nos alunos e ao público interessado pela História.

¹²⁰ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é professor de História da Rede Estadual do Rio Grande do Sul e Rede Municipal de Santa Maria. Já foi professor e atuou como palestrante e oficinairo pela prefeitura de São Sepé, além de desenvolver produtos para História Local como os Livros “Histórias de São Sepé” (2021) e “Era uma Vez em São Sepé” (2023), produção de Jogos Didáticos “Patrimônios de São Sepé” (2022) e “Você conhece São Sepé?” (2023), oficina “História na Praça” (2021 e 2022), Espetáculo “São Sepé em canto e prosa” (2022 e 2023) e é um dos organizadores da “Rota turística rural” (2023-presente) no município. Além disso, também produziu o aplicativo que é tema do artigo.

Vale ressaltar que, nas últimas décadas, um recente desafio vem se colocando: as novas tecnologias digitais, também chamadas de “TICs” (Tecnologias da Informação e Comunicação). É o que ficou evidenciado no estudo de Camargo e Moura (2020) em que se mostrou uma significativa ampliação do uso da internet, apontando o celular como porta de entrada e logo, a importância dos aplicativos de celular. Os dados apontam, por exemplo, que 97% acessam a internet pelo celular e 51% exclusivamente por essa ferramenta.

Tais mudanças têm desafiado tanto a docentes como discentes no trato com informações bem com na formulação do conhecimento. As reações têm sido diversas. Há um campo bastante empolgado com as novas possibilidades, como mostraremos no texto. Mas, também, não raras são, no campo escolar, reclamações por parte de professores da dificuldade para com os diversos problemas advindos do uso da tecnologia. Desde o desinteresse para com as disciplinas, até casos de plágio, por exemplo. Nessa perspectiva, de perceber possibilidades e ressaltar os desafios, Lugo e Ithuburu (2018) afirmam que:

El concepto clásico de alfabetización, de naturaleza cambiante, se resignifica a la luz de las transformaciones tecnológicas. En este sentido, la alfabetización digital se configura como un nuevo campo de conocimientos y habilidades básicas cuya adquisición en la vida social. Pensar sobre la alfabetización digital supone atender de forma articulada a la idea de “multialfabetizaciones” – como un conjunto de dimensiones implicadas en la aprobación del conocimiento que abarcan distintos tipos, niveles y usos de lenguajes – y a la reafirmación de la vigencia de conocimientos y habilidades propias de la cultura letrada que aún hoy siguen siendo necesarias para la vida en sociedad. (p. 24)

O fato é que vivemos no século XXI uma realidade desafiadora, em que a agilidade de mudanças, em especial as tecnológicas, desafia a própria capacidade de absorvê-las e bem utilizá-las. Obviamente, a escola, como local de produção de conhecimento, além de não estar imune a tais transformações, talvez esteja no epicentro, já que crianças e jovens passam a condicionar cada vez mais seu aprendizado à tecnologia. Para o bem ou para o mal, o uso de textos online, podcasts, vídeos, mapas conceituais online, dentre outros, tem sido recorrente. Tal percepção foi construída não apenas no relato do autor, mas também absorvida a partir de entrevistas (Auto)Biográficas com professores do município de São Sepé/RS produzidas durante a pesquisa. Além disso, também foram um ponto presente nos debates e questionamentos levantados durante as apresentações do simpósio temático “História digital: possibilidades e desafios do produzir conectado” no qual este trabalho foi apresentado.

Nos debruçamos, também, acerca da História Local. Esta, que pode parecer para alguns um tema superado ou de importância menor, é aqui o centro do processo de pesquisa e de produção. Muito mais que buscar um entendimento fechado e restrito da realidade local, compreendemos uma amplitude de possibilidades e caminhos através de seu enfoque,

visualizando seu potencial transformador e engrandecedor de visão de mundo a partir das comunidades locais:

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele produzido no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (Samuel, 1990. p. 220)

Ao encontro do autor, esta pesquisa centrou-se em produzir conhecimentos específicos para uma comunidade, de modo a poder demonstrar aos estudantes o protagonismo da mesma, bem como tornar visível que seu passado também possui relevância e está apto a ser tema das aulas de História.

Nosso espaço de pesquisa foi o município de São Sepé, presente na região Rio Grande do Sul próximo ao centro regional, a cidade de Santa Maria. Uma pequena cidade de 21.219 mil habitantes, segundo o último censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha não se deu ao acaso. Não escolher uma grande capital ou cidade com muitos habitantes teve a ideia de buscar identificar (e posteriormente criar soluções) de como municípios como esse, hoje, criam suas visões e narrativas acerca do passado. Mais que isso, buscamos estabelecer um espaço em que a produção acadêmica sobre a História fosse limitada, onde não se tivesse universidades em seu território.

Ao realizar um processo de “estado da arte”¹²¹ sobre São Sepé encontrou-se apenas dois trabalhos de nível de pós-graduação em História, sendo apenas um destes focado em processos de avaliação, ligado à educação, e um que verificava acontecimentos da Ditadura em São Sepé¹²². Tal realidade de poucos trabalhos revela a importância da produção em História voltada ao município. Aliás, é uma realidade muito semelhante a que é encontrada em outras pequenas cidades. Esse fato leva com que o passado local seja, ainda, embasado em narrativas já superadas, constituídas décadas ou até mesmo a mais de século atrás por memorialistas locais¹²³.

¹²¹ Levantamento de trabalhos, pesquisas, dissertações e teses que tenham relação com a pesquisa proposta pelo qual se reafirma a originalidade do estudo, além de estabelecer conexões com outros pesquisadores.

¹²² As prospecções foram estabelecidas a partir do Banco de Teses da Capes, Repositório da UFSM e Google Acadêmico.

¹²³ Estes são pessoas apaixonadas por História que tradicionalmente realiza(va)m a pesquisa acerca do passado da cidade. Ávidos leitores e responsáveis por preservar muito da herança material do município em documentos escritos ou objetos. No entanto, vale-se dizer que se tratam, na maioria dos casos encontrados, de médicos, advogados ou intelectuais sem a devida formação em História. Logo, não obedecem a uma metodologia ou uma preocupação com o rigor ou em reflexões em História. Outro ponto que vale se ressaltar é que, em muitos casos, as fronteiras entre uma História familiar e a História da cidade, confundem-se, na medida em que a primeira passa a quase a ser adotada com o passado oficial deixando este muito menos diverso e mais elitizado.

O que quero apontar é que existem lacunas que saltam aos olhos em especial nos pequenos municípios e que terão como gargalo as redes escolares. Nos relatos de professores não são raros os que afirmam sua dificuldade de ter acesso a materiais de pesquisa e didáticos para a devida preparação de suas aulas. Muitas vezes afirmam ter apenas livros muito antigos já ultrapassados ou, até mesmo, materiais mimeografados para tratar de uma de suas obrigações que é a abordagem da História que cerca o estudante.

Esta série de questões sobre a História Local, além de outras que traremos na discussão teórica, conectadas com a questão tecnológica primeiramente apontada, fizeram mover para a criação de produtos que contribuíssem para a superação de tal dificuldade. Foi assim que surgiu, em 2022, o aplicativo “Patrimônios de São Sepé”, o qual está disponível para celulares com sistema *Android* na loja *play store*. Uma plataforma pela qual os estudante e professores de São Sepé podem ter acesso a uma diversidade de fontes, textos, imagens, áudios e QR codes que conectam o passado, de um modo mais complexo, a eles.

Ao longo do artigo demonstrar-se-á o processo de criação e produção do APP, bem como da pesquisa histórica necessária para sua realização. A proposta é demonstrar como foi necessária uma práxis na qual teoria e prática foram realizadas em conjunto. Não apenas temos um produto tecnicamente em uma boa qualidade, mas que prima pelo contato com as fontes históricas e na sua disponibilização aos estudantes e professores de História.

A História Local e História Pública em questão: o que fazer e como fazer?

Como já foi dito acerca da análise de outros trabalhos, temos um contundente número de pesquisas sobre História Local, tanto recentes como ao longo da produção historiográfica brasileira. Tal aspecto reforça tanto a importância do tema como a robustez de produções que acabam por auxiliar municípios e regiões a conectarem-se com suas origens e identidades. Já amadurecemos, por exemplo, para compreender a História Local para além da peculiaridade e da curiosidade, a compreendendo como algo integrado ao passado de maior dimensão espacial. Uma História que tem no local um meio de entender tanto o regional como o nacional, tal qual nos trouxe Barros (2017). Algo que também já foi aplicado em trabalhos práticos pelo país, com outros enfoques, como na pesquisa desenvolvida por José de Evangelista Fagundes (2006), junto ao município de Ceará-Mirim, conectando o passado daquela comunidade a outros acontecimentos nacionais e instrumentalizando atividades aos seus estudantes.

Em nosso caso, o diferencial que buscamos é o de inovar questionando métodos, expondo algumas limitações do que já foi feito e apontando novas possibilidades. Assim, não procuraremos estabelecer apenas uma narrativa que resume textos e pesquisas acadêmicas sobre

os municípios, tal qual São Sepé, o espaço de nossa pesquisa. Mas sim, pensamos uma abordagem ativa de pesquisa, apontando caminhos que unam o contato direto de pesquisas em fontes primárias como documentos escritos, fotografias, entrevistas orais, com a coleta de informações no campo das escolas, ao contatar principalmente aqueles que são protagonistas da divulgação do conhecimento local às comunidades: os professores e professoras. Em outras palavras, apesar de São Sepé ser o nosso recorte espacial, estamos debatendo tanto teoria da História como a produção e metodologia. Meios de tornar, inclusive, esse passado mais acessível ao público local, extrapolando as barreiras acadêmicas.

Este rompimento quando se pratica a produção em História Local acaba por ser duplo, definindo desafios de inovação e até mesmo estabelecendo disputas. De um lado, rompe-se com as narrativas de memorialistas, do outro com a ciência histórica produzida na academia, uma vez que metodologias são questionadas e se expõe a limitação dos temas pesquisados para ir ao encontro das necessidades de comunidades e das redes escolares. Embora este segundo afete um pouco menos a pesquisa, já que ele não se encontra diretamente ligado às comunidades, como a própria problemática do trabalho já evidenciou.

No primeiro caso, o passado tradicional construído por memorialistas, temos o maior embate. Nestes textos encontraremos um passado que, na maioria dos casos, foi construído de forma ufanista, concentrado em exaltar “grandes” políticos, médicos, latifundiários, engenheiros e militares. Em via de regra, todos estes brancos, ricos e homens. Estabelece-se um mito originário para a cidade, focado principalmente nos eventos de sua fundação ou talvez do que leva ao município a ter o seu atual nome.

É um passado que muito antes de fazer refletir ou fazer pensar o presente estabelecendo conexões está a serviço da reafirmação de uma identidade tradicional. Que busca se distanciar de disputas e normalmente esvazia discussões provocativas como a de racismo e machismo. Nele se constrói um passado idílico. Com grandes heróis desprovidos de erros. De grandes feitos. Um passado em que o superlativo impera e que conflitos só existem para exaltar ainda mais personalidades aclamadas as quais a humanidade é deixada de lado. São posições corroboradas em outros trabalhos pelo país, como é o caso de Damazio (2017, p. 59) que corrobora esse papel limitado de tais narrativas.

No caso sepeense há no site da prefeitura municipal um espaço dedicado ao passado da cidade, sendo mais da metade dele dedicado a personalidades. Não há menção a uma única mulher neste espaço. As únicas menções a pessoas não brancas são a Sepé Tiaraju, indígena que dá nome a cidade e ao “Tio Lautério” um ex-escravizado que se tornou quase uma figura mítica local. Evidentemente, este material do site também é amparado nos antigos textos

memorialistas, demonstrando um ponto importante de que não apenas a inovação tecnológica se faz suficiente para de fato atualizar-se.

Mas, dada a problemática, como romper com isso? A resposta obviamente não é simples. Talvez eu não seja capaz de dá-la ao longo de todo meu trabalho e ações feitas. Porém, não me furtarei de tentar respondê-la. Em um primeiro momento, afirmo que apenas a ciência e a produção de conhecimento qualificado pode romper com tal perspectiva. Algo que parece óbvio, mas não é tanto assim. Até por que, o que é um conhecimento qualificado? Este é superior ao que foi feito anteriormente? É uma nova verdade? Evidente que não. Por mais que se possa confundir, a ciência está muito longe de buscar verdades absolutas.

O que quero dizer com essa defesa da ciência é que só uma pesquisa aprofundada em documentos, em fontes históricas, compromissada em trazer complexidade para aspectos que foram vistos de maneira rasa é que pode trazer uma visão mais próxima do passado local que realmente tivemos. Que não basta apenas olhar para o passado. Ou entender que apenas resumos ou transposições didáticas são capazes de preencher os vazios reclamados pelos professores e estudantes. Ou seja, pensar História Pública, ou direcionada para um público não acadêmico, não é apenas um esforço de simplificar, de repensar a comunicação.

Antes de tudo, os historiadores nesse caso precisam atuar como tais, tendo à frente do seu processo de pesquisa perguntas como: o que pesquisar? O que precisa ser pesquisado? Quais são as demandas da comunidade? Quais são as lacunas e o que precisa ser repensado? Quem e que grupos irei pesquisar? São questões a título de exemplo, e que moveram esta pesquisa. Cada Historiador em sua realidade talvez encontre ainda mais perguntas. Por isso não trazemos aqui um método fechado, mas talvez uma linha e provocações para fazer a pesquisa em História Local mais complexa. Nesse sentido, apontamos também uma crítica geral ao ambiente acadêmico brasileiro o qual se encontra ainda distante de ações mais incisivas e estruturais no que se refere a História Pública. Como nos aponta Malerba (2014):

[...]com pouquíssimas exceções, devemos reconhecer que a historiografia acadêmica brasileira ainda tem jogado um papel muito tímido, ao abrir mão da ocupação dos espaços públicos de debate para manter--se confinada nos circuitos fechados da academia. (p. 31)

Cabe ainda ressaltar que foi importante a influência de Rusen (2012), na medida em que o autor ressalta a importância de perceber o estudante como o foco do aprendizado, como protagonista. Logo, o desenho de nossa proposta é de demonstrar que o conteúdo não foi apenas construído para a comunidade, mas também ouvindo-a. Também dando espaço para seus conteúdos, textos, áudios e imagens. A mesma lógica também foi aplicada ao desenho da

proposta de aplicativo que apresentaremos. Não pensamos em apresentar algo pronto que pode ser instrumentalizado em sala de aula, mas um espaço de pesquisa e inclusive um repositório de fontes que pode aí sim ser interpretado e refletido pelos alunos.

Pesquisa o passado local: onde e como fazer?

É evidente que memorialistas locais não criaram suas versões acerca do passado do nada. Quando critico os textos anteriores não é necessariamente por suas fontes e as vezes nem pelo conteúdo, mas pela forma de abordagem ou pelo o que se escolheu estar em foco. Logo, é evidente que temos nestes textos importantes documentos. Não devem assim serem excluídos ou esquecidos, mas revisitados com novos olhares. Repensados e retomados com percepções mais amplas. Talvez essas novas descobertas e a maior amplitude de fontes possa enriquecer até mesmo uma visão mais tradicional.

Foi assim que me debrucei em um primeiro momento sobre o que havia sido escrito e pensado. Logo, compreendi que não seria correto abandonar alguns recortes feitos pela perspectiva mais tradicional. Mantive para a pesquisa a busca pela explicação e compreensão do nome da cidade, abordando a vida de Sepé Tiaraju, agora de uma forma mais profunda, considerando também o contexto de sua vida e da região do atual Rio Grande do Sul na época. Também mantive o olhar sobre as personalidades locais. Minha ideia era de torná-los mais humanos, averiguando a complexidade e contradições de figuras já trabalhadas por memorialistas e, além disso, trazer um olhar mais complexo, trazendo mulheres, negros e periféricos para o centro de homenagens.

Por fim, dentro desta revisitação abordei a fundação da cidade. O primeiro texto mais estruturado sobre o tema data de 1930, quando transcorriam 100 anos da fundação do povoado. O documento na época teve um caráter comemorativo e, como tal, exaltador dos eventos de 1830 presente na Revista “Centenário da Fundação de São Sepé. 15 de Fevereiro de 1830, 15 de Fevereiro de 1930.” O texto foi baseado nas pesquisas de Aurélio Porto, que naquele momento encontrou nos arquivos o processo “O auto da Assuada”, o qual foi movido contra um grupo que fixara uma cruz onde atualmente é o centro da cidade, demarcado o lugar no qual seria erguida uma capela em homenagem a Nossa Senhora das Mercês. O evento colocaria em oposição os fiéis, fundadores do povoado, e a elite da época de latifundiários que estavam temerosos de perder suas terras e, talvez, a sua influência naquele momento como podemos ver no trecho abaixo, do processo retirado da revista:

Dizem os abaixo assignados, proprietarios das estancias do rincam de Sam Joam, na fronteira do Rio Pardo, que estando elles pacificos no goso de suas propriedades,

foram interrompidos pelo mau procedimento dos chacreiros do Formigueiro, já conhecidos como perturbadores do suceso público dentro os quaes apareceu o carpinteiro Francisco Antonio de Vargas, a título de huma falsa devoção, querendo ao Excelentissimo Vigário Geral ordem para edificar huma capella a qual lhe sendo concedida em termos habeis, procjetou o dito Vargas, e mais alguns moradores do Formigueiro, assim como muitos outros vadios sem estabilidade e fazella despoticamente no centro das estancias dos suplicantes, em terra do primeiro assignados Joaquin Carlos de Bragança Fraga, que apenas possui uma legoa de campo em distancia do mencionado Formigueiro para mais de seis legoas.” (1930, sem número de página)¹²⁴

O interessante é que o documento de 1930 é bastante descritivo sobre aquela situação, relatando as disputas judiciais, bem como a realidade em questão. Neste caso trazia um trecho do processo crime na qual os estancieiros apresentavam os seus argumentos, evidenciando toda a disputa, bem como a visão de mundo e da posição da elite da época acerca da criação da cidade. Em pesquisa de checagem encontrei o documento no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul com exatamente o mesmo texto¹²⁵. O ponto é que nos textos posteriores ao desta revista houve já reinterpretações ou mudanças de foco na produção de uma História que se tornou oficial no município (uma vez que está no site da prefeitura). O caráter de disputa e de classe, por exemplo, é esvaziado e a figura de Francisco Antônio de Vargas se sobrepõe ao coletivo e ao contexto. Os latifundiários praticamente saem de cena, sendo que em muitas narrativas parece que a comitiva de Vargas ocupou um campo vazio. Toda a compreensão do que era o Rio Grande do Sul naquele momento é deixada de lado, sendo que pouco sabemos da História, apenas de forma resumida, de uma procissão que quase que casualmente colocaria uma cruz em 15 de fevereiro de 1830 dando início à vila.

O aplicativo e o seu funcionamento

Uma das primeiras ações para a produção de um aplicativo é estabelecer o seu design e a formatação. Pode parecer algo menos importante, frente ao conteúdo, mas acaba por influenciar diretamente a maneira como a informação será fornecida e a efetividade de como se trabalha com o conhecimento. Um aplicativo (ou site) difícil de compreender, pouco intuitivo e desorganizado, pode facilmente afastar possíveis interessados. Logo, já neste primeiro momento, reuniu-se a equipe compreendendo a importância de se estabelecer uma conexão entre conteúdo e estética de modo que o primeiro também não fosse prejudicado.

Um outro desafio foi a formação de uma equipe multidisciplinar. Dado o requinte técnico e o grau de especialização em uma atividade deste porte, seria impensável executá-la

¹²⁴ A revista da época não tinha páginas numeradas para realizar a devida referência.

¹²⁵ Esta checagem, por mais que possa ser trabalhosa e muitas vezes com poucos resultados, pode ser interessante por poder encontrar trechos suprimidos ou desconsiderados em pesquisas do passado.

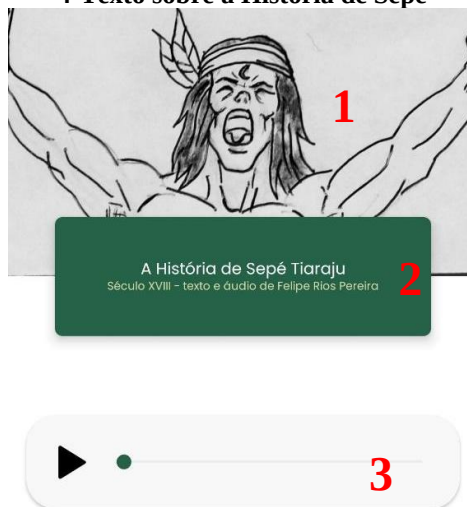
sozinho. Correria o sério risco de ter um produto de qualidade muito baixa. Assim, mapeamos, dentro das possibilidades financeiras, uma equipe que fosse capaz de contribuir em diferentes aspectos. O nome mais imediato foi de somar um programador de designer de software. A pessoa selecionada foi Maicon Luiz Anschau, profissional já experiente na área e que presta serviços a empresas privadas.

Aqui já residia uma das descobertas no momento em que buscamos estabelecer pesquisas e ações multidisciplinares: nem tudo que imaginamos ou como vemos é completamente viável. Maneiras de dispor imagens, textos e outras mídias da maneira como pensamos inicialmente simplesmente não poderiam ser realizadas. Logo, o historiador precisa estar aberto ao diálogo a compreender que a tecnologia e seu trato são muito diferentes dos métodos e técnicas aos quais estamos tradicionalmente acostumados. Compreender isso e se despir de determinadas posições é essencial e pode alavancar ações. Às vezes, inclusive, pode fazer atingir melhores resultados como acredito que tenha sido o caso.

Também tivemos a preocupação, como em todo *post* do aplicativo, de não fazer textos tão longos. Não porque defendemos menos leitura, mas pelo nosso entendimento de que o aplicativo não pode ser um destino final, mas um provocador, um ponto de partida. Logo, espera-se que ele seja um caminho para acesso a pesquisas mais profundas, como em livros. Assim entrou em cena uma outra parceira do projeto, Julia do Carmo da Silva, a qual atuou nas funções de revisora e editora dos textos. Esse diálogo também foi importante na medida que se buscou estabelecer sínteses e criar um modelo de texto que não fosse absolutamente curto, nem que tivesse elementos em demasia. Também aliamos a arte, convidando Claiton da Silva Silveira, um ilustrador local para elaborar desenhos em especial sobre temas dos séculos XVIII e XIX períodos sobre os quais não teríamos imagens. A ideia é que todo *post* possua uma iconografia, sendo que das décadas mais recentes, dispusemos fotografias históricas. Por fim, em muitos *posts* disponibilizamos áudios complementares, com explicações do autor sobre o assunto ou de historiadores e intelectuais locais que nos auxiliaram. (Como a lista é grande, deixamos os créditos no aplicativo). Abaixo vemos um exemplo de como está organizado o *post* final. Dispusemos uma legenda com numeração:

Figura 1 - Printscreen e legenda para imagem

- 1-Ilustração de Sepé produzida por Claiton.
- 2-Título do conteúdo com referência ao período
- 3-Áudio sobre a história de Sepé
- 4-Texto sobre a História de Sepé



O menino José vivia em uma aldeia Guarani. Sua localização não é exata, mas as lendas de nossa cidade dizem ser a origem da taba de José Tiaraju. 4
nesta terra de São Sepé. Aldeia indígena com o nome
Fonte: Feito pelo autor em 18/01/2024

A estrutura do aplicativo

O aplicativo foi estabelecido em três níveis de acesso. O primeiro, a aba inicial, na qual está disposto um menu de temáticas e de opções. Ao optar por um tema, teremos o segundo nível. Nele há um novo submenu dentro da temática. Digamos que o estudante tenha escolhido a aba “Patrimônios Materiais”. Neste segundo nível teremos uma variedade de opções de patrimônios locais como o Obelisco da Praça das Mercês, estátua de Sepé Tiaraju, Clube Visconde do Rio Branco, etc. Já no terceiro nível é quando se escolhe o conteúdo final. Considerando o exemplo anterior, quando se opta por estátua de Sepé Tiaraju se tem ali uma fotografia, uma explicação em texto e um áudio curto produzido pelo autor. Vejamos no diagrama abaixo como foi pensada a estrutura:

Figura 2 - A estrutura



Fonte: Produzido pelo autor

Vemos que há um fluxo, pensado de forma intuitiva, de modo também a facilitar que o usuário explore aquilo que de fato busca naquele momento. Pode ser o caso de alguém que está visitando o museu e quer mais informações sobre, pode ser o caso de um estudante que está fazendo uma pesquisa sobre as origens da cidade, ou mesmo apenas alguém curioso explorando a sessão de fotografias. Veja abaixo como está disposto o menu inicial:

Figura 3 - *Printscreen*



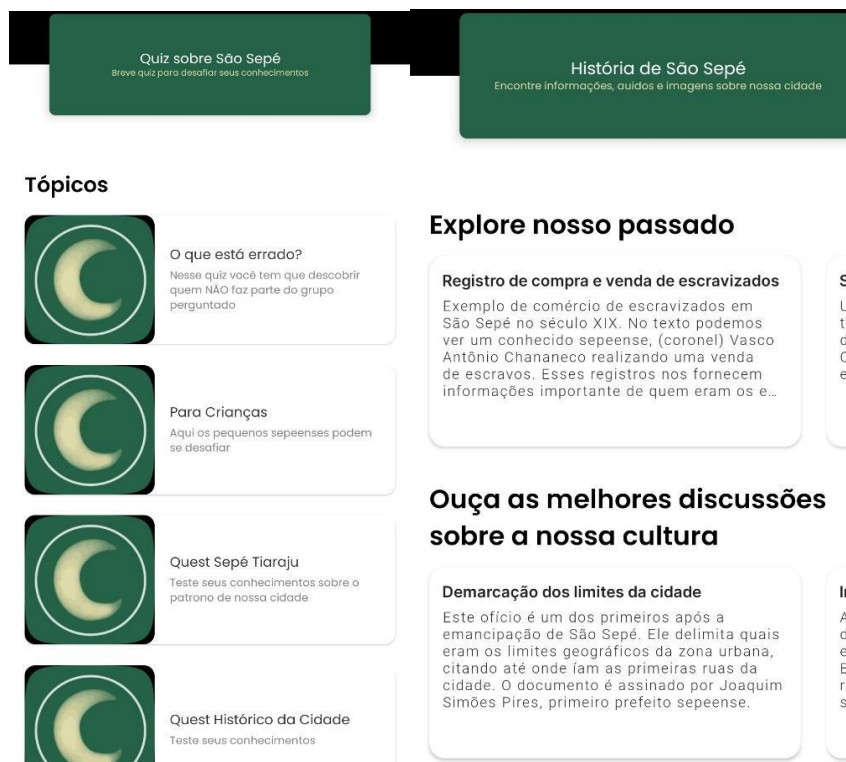
Fonte: Produzido pelo autor em 18/01/2024

Vemos acima a aba de boas vindas do Patrimônios de São Sepé. Esta área em preto se modifica a cada acesso, focando em produtos de caráter mais educacional (no exemplo explora a respeito do primeiro Centro de Tradições Gaúchas, CTG, fundado por pessoas negras na cidade). O menu está abaixo de “explorar o app”, em que aparecem 8 divisões: “Histórico da cidade”, “Quiz da cidade”, “Fontes Históricas”, “Patrimônios materiais”, “Personalidades Históricas”, “Fotografias Históricas”, “Museu Municipal” e “Leitor de QR code”. Ao clicar em cada uma delas o usuário é remetido ao segundo nível. Abaixo descrever-se-á cada um dos segmentos. Vale dizer que esse modelo não levou em conta apenas temáticas, mas também ferramentas, em um menu mesclado mas que prima pela melhor navegabilidade online.

Histórico da cidade: não poderíamos ter uma escolha diferente para iniciar. O propósito principal do projeto é a História Local. Logo, antes de qualquer coisa, procuramos situar o estudante dentro das histórias da comunidade. Isso não é feito de forma corrida, mas por subtemas, explorando diferentes histórias. É importante nesse caso saber sintetizar e focar naquilo que pode ser de maior interesse, compreendendo que não se pode colocar toda história de uma comunidade dentro de uma sessão de aplicativo. Reforço aquilo que já foi afirmado

sobre o app ser um ponto de partida. Alguns exemplos de subtemas são “A História de Sepé Tiaraju”, “o dia de surgimento do povoado de São Sepé”, “Carta testamento de Getúlio Vargas”, dentre outros.

Figura 4 - Montagem elaborada a partir de *printscreen*



Fonte: Elaborada pelo autor em 18/01/2024.

Quiz da cidade: esta sessão apostou mais na gamificação do aprendizado. Logo, pretende-se tanto como uma aba de descontração para quem está acessando, como também um possível suporte para atividades de revisão e fixação de conteúdos para utilização dos professores. Os quizzes adicionados até agora tem como enfoque temas diferentes como focados em patrimônios, na figura de Sepé Tiaraju ou no Histórico da cidade. Outros são elaborados de forma diferenciada como um mais simples, para crianças, e outro em que se busca a alternativa com a informação errada. Todos têm 10 questões com 4 alternativas. A cada resposta certa a opção aparece em verde, e é destacada em vermelho caso se opte pela errada. Ao fim do teste, com cinco ou menos corretas, aparece uma orientação para melhorar e explorar mais o app. Com seis ou mais aparece uma mensagem parabenizando o usuário pelo desempenho. Na imagem anterior, podemos conferir o layout à esquerda.

Fontes Históricas: Partindo do princípio de não entregar um material pronto, mas ser também um ponto de reflexão e pesquisa, pensamos esse espaço para disponibilizar diversas fontes coletadas durante a pesquisa. Logo, o professor pode utilizar esse espaço, por exemplo,

para realizar uma análise de trechos do processo crime que envolveu a fundação da cidade ou então analisar inventários com referências a pessoas escravizadas em São Sepé no Século XIX como podemos perceber na imagem anterior na área à direita. Nos alinhamos assim a discussões como a de Figueiredo (2022. p. 57) que apontam a importância da utilização de fontes em História Local como meio de aguçar a criatividade do estudante.

Patrimônios materiais: Neste espaço podem ser conferidas explicações de diversos patrimônios materiais, como monumentos presentes na praça central da cidade ou a histórica fonte da bica. O princípio é ser um espaço explicativo que pode, inclusive, ser utilizado em visitas pelo professor com seus estudantes, ou ainda servir como um espaço de História Pública propiciando um olhar mais profundo de pessoas que diariamente passam por tais locais.

Personalidades Históricas: Foram ilustradas trajetórias de diversas pessoas que construíram com protagonismo a História de São Sepé. O diferencial deste espaço em relação a outros sítios e livros é que buscamos constituir um grupo mais diverso com a presença de mulheres, indígenas, periféricos e pessoas negras demonstrando ao estudante a diversidade étnica, social e cultural do espaço que cerca o estudante.

Fotografias Históricas: Como um espaço complementar ao espaço de fontes, devido ao volume de registros fotográficos levantados durante a pesquisa, reservamos um espaço para disponibilizar diversas iconografias que também podem ser espaço de análise em sala de aula.

Museu Municipal: Como foi dito, uma das ações fundamentais ao se pensar tanto a História Local como a História Pública é identificar as necessidades da comunidade. Neste caso, São Sepé tem um Museu Municipal em estado bastante deteriorado. Há um bom acervo, mas este encontra-se em espaço improvisado e, acima de tudo, sem curadoria devida e, logo, sem explicação devida sobre as peças, sem uma montagem, um acompanhamento para quem visita o espaço. Logo, a intenção desta seção no aplicativo foi de colaborar na revitalização do mesmo. Foram coletadas imagens de diversos artefatos e realizadas explicações. A ideia é de que o visitante possa, assim, melhor compreender a historicidade dos objetos bem como seu contexto, usos e significados.

Leitor de QR Code: Este foi um dos espaços mais caros na execução do app. Ele é uma das principais ferramentas interativas, auxiliando na maneira que o usuário tem acesso às informações. Seu funcionamento é integrado à todas as demais seções, sendo um direcionador. O curador do aplicativo cria QR Codes¹²⁶ que estão diretamente conectados a posts de dentro do mesmo. Estes podem ser então disponibilizados em diversos espaços podendo ser lidos

¹²⁶ Imagens codificadas únicas às quais direcionam a outros espaços como links, textos imagens, mídias, etc.

através desta ferramenta do app. Um dos exemplos que implementamos foi deixar impressos junto às peças do museu códigos que direcionam às explicações. Um dos projetos futuros é o diálogo com o poder público para que cada patrimônio material também tenha uma placa com o QR Code correspondente próximo.

Conclusão

Acredita-se que o aplicativo Patrimônios de São Sepé cria um importante espaço de conexão do passado sepeense para com alunos, professores e demais cidadãos. É um espaço inovador, que tornou possível aliar a tecnologia ao fortalecimento da História Local. Obviamente, pode ainda ser aprimorado, como, por exemplo, através de atualizações que fizemos na aba de quests. Além disso, mais posts podem ser realizados. Atualmente, ele conta com pouco mais de um ano de funcionamento e sua plena aplicação ainda esbarra em algumas dificuldades de diálogos essenciais com o poder público. Ainda não se conseguiu realizar um espaço de formação com professores municipais, o qual era um dos objetivos iniciais para que ele seja cada vez mais introduzido em sala de aula.

Mesmo assim, contou com centenas de downloads via *playstore* tendo respostas iniciais muito positivas, tanto em comentários na loja android como de professores da comunidade que nos buscam. O desafio agora é encontrar um meio de financiamento para sua manutenção, que é constante, e que seja consolidado como uma ferramenta didática dentro da rede municipal de São Sepé.

Referências

Fontes

Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Caixas, mapas e maços relativos a São Sepé.119

Bibliográficas

Escola Typografica dos Padres Pallotinos. Centenário da Fundação de São Sepé. 15 de Fevereiro de 1830, 15 de Fevereiro de 1930. Valle Veneto, 1930.

Referências Bibliográficas:

BARROS, José D'Assunção. **O lugar da História Local**. Disponível in https://www.researchgate.net/publication/321111136_O_Lugar_da_Historia_Local . 2017. Acesso em: 25 de Jan de 2023.

CAMARGO, Guscavo; MOURA, Livia. **Impacto econômico e social do Android no Brasil**. Disponível in <https://www.bain.com/contentassets/a9200a057a0241b8963c05a9b09e33fe/impactosdo-android-no-brasil.pdf>. 2020. Acesso em: 02 de julho de 2023.

DAMAZIO, Roziane Marli Antônio. **Entre Cultura Histórica e Historiografia: A Construção da História Local Como Saber Escolar nos Nos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2017. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Estadual de Santa Catarina., Florianópolis, SC. 2017. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/296/tese_rosiane_m_a_damazio_15688153288013_296.pdf Acesso em: 04/10/2023

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim**. 2006. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. 2006. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14531/1/Hist%c3%b3riaLocalLugar_Fagundes_2006.pdf. Acesso em: 29/09/2023

FIGUEIREDO, Rafael Rangel de. **História local em sala de aula: (Re)contando a história de Paraíba do Sul – RJ**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13442160# Acesso em: 05/10/2023.

LUGO, Maria Teresa; ITHUBURU, Virgínia. **Políticas Digitales em América Latina. Tecnologías para fortalecer a la educación de calidad**. In Revista Iberoamericana de Educación: Exclución, pobreza y TIC em las escuelas de Iberoamérica. Vol 79. Número 1. Madrid, CAEU – OEI, 2018.

MALERBA, Jurandir. "Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History.". In História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography 7.15 (2014): 27-50.

RÜSEN, Jörn. "Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas." Curitiba: WA editores (2012)

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In Revista Brasileira de História. História em Quadro Negro: História, Ensino e Aprendizagem. 1990. São Paulo: ANPUH/Marco zero, 1990. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809> Acesso em: 29/09/2023

SUAREZ, Daniel Hugo. **Narrar la experiencia educativa como formacion. La documentacion narrativa y el desarrollo profesional de los docentes**. p 29-42 In FURNALETTO, Ecleide Cunico; GONÇALVES, Terezinha Valim; NACARATO, Adair Mendes; Espaços Formativos, trajetórias de Vida e narrativas docentes. Curitiba: CRV, 2018.

ST 02 – TRAJETÓRIAS, ESPAÇOS E CONEXÕES EM TEMPOS DE GLOBAL HISTORY

Coordenado por Profa. Dra. Máira Ines Vendrame
e Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro

Aspectos da contracultura no Brasil e na Inglaterra por meio da trajetória de Gilberto Gil (1969-1976)

FERNANDES, Leandro dos Santos

Doutorando em História na Universidade Federal de Pelotas

leandro_santos_fernandes@hotmail.com

Resumo: Este trabalho teve como objetivo abordar aspectos da cena contracultural no Brasil e na Inglaterra no fim da década de 1960 e 1970 por meio da trajetória do músico Gilberto Gil. O artista é um personagem interessante para visualizarmos características gerais da contracultura, seja no Brasil, o qual foi importante membro de um movimento neste sentido, a tropicália, ou na Inglaterra, o qual conviveu com relevantes artistas e frequentou festivais símbolos da contracultura naquele país, durante o período em que esteve exilado. Como pressupostos teórico-metodológicos, utilizamos os conceitos de variação de escala propostos principalmente por Jacques Revel e Giovanni Levi no sentido de pesquisar a trajetória de um indivíduo e compreender questões que envolvam o macro. Já o conceito de micro-história translocal proposto por Christian De Vito nos serviu de base para compreendermos e analisarmos a trajetória de um indivíduo que circula em espaços distintos, assim como, quais são os pontos que contribuem para que esse sujeito, no caso Gilberto Gil, consiga realizar essa movimentação em cenários culturais distintos. As experiências e percepções de Gil apontaram elementos que estão interligados nos dois países, demonstrando que o que se denominou como contracultura neste período possuía elos mesmo em países e continentes diferentes, mas também, apresenta pontos de diferenciação, estes em grande parte devido aos distintos contextos político e social de Brasil e Inglaterra.

Palavras-chave: Gilberto Gil; Contracultura; Ditadura Civil-Militar.

Introdução

Este trabalho teve como ênfase trazer alguns aspectos da cena contracultural brasileira e inglesa do fim da década de 1960 e parte dos anos 1970, por meio da trajetória de Gilberto Gil. Gilberto Gil, é um relevante personagem da contracultura¹²⁷ no Brasil, principalmente pela sua participação na tropicália até o momento do seu exílio em 1969. Durante o período em que esteve exilado na Inglaterra (1969-1972), analisamos alguns contatos de Gil com a contracultura inglesa, principalmente a sua participação no Festival da Ilha de Wight (Isle of Wight Festival), que foi um importante evento contracultural naquele país. Também abordamos, de forma breve, contatos de Gil com questões contraculturais no Brasil, no seu retorno do exílio em 1972. Ao final buscamos traçar um breve comparativo sobre os movimentos contraculturais na Inglaterra e no Brasil.

¹²⁷Entendemos que o termo contracultura é de difícil definição, mas para termos alguma noção universal, compreendemos como um movimento cultural e social que atingiu principalmente jovens em diversos lugares do ocidente na década 1960 e início dos 1970. Por meio de diversos meios artísticos (música, literatura, teatro...) contestavam valores relacionados ao conservadorismo religioso e ao consumo exacerbado do capitalismo industrial. Entre tantos aspectos, destacamos como marcas do movimento também a busca por maior liberdade quanto a sexualidade, autoconhecimento, além das indumentárias, que geralmente iam contra o senso comum ou padrão (Pereira, 1992, p. 7-11).

Como pressupostos teóricos metodológicos para esta pesquisa, recorremos as proposições apresentadas por Revel (1998) e Levi (2020) referente aos estudos com trajetórias de indivíduos. Concordamos com Revel, que a abordagem com enfoque no individual não torna a pesquisa distante do social, pois, por meio de Gil, podemos observar uma “multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve” (Revel, 1998, p. 21).

A concepção de micro-história translocal exposta por Christian De Vito é importante neste trabalho. O conceito dialoga com a chamada micro-história global, referente a sujeitos, ideias, objetos que circulam em diferentes espaços. Gil foi e é um indivíduo que simboliza essa “translocalidade”, pois movimentava-se por diversos países e também em distintos setores da sociedade. Para De Vito, a micro-história translocal não considera apenas aspectos como fluidez, conexões, circulação, ao analisar trajetórias que circundam diferentes espaços, mas também considera as diferenças, por exemplo, sujeitos distintos que realizam um mesmo percurso espacial e que possuem diferentes condições para aplicar suas ações, estratégias, ou em circular e se adaptar a estes espaços (De Vito, 2020, p. 109).

Utilizamos como fontes para esta pesquisa a autobiografia de Gilberto Gil co-escrita com a escritora Regina Zappa nomeada *Gilberto bem perto* e matérias da revista *Manchete* sobre o Festival Ilha de Wight, entre outros textos sobre o evento.

Tropicalismo, a contracultura em anos de ditadura (1967-1969)

No ano de 1968, Gilberto Gil, assim como seu amigo e grande parceiro musical, Caetano Veloso, sentiam o peso da repressão do governo ditatorial imposto por meio de um golpe em 1964. O Ato Institucional nº 5 colocado em voga no fim daquele 1968 tornava a censura e repressão ainda mais vigorosa, Gil e Caetano foram presos e obrigados a realizarem diversos depoimentos em dezembro daquele ano. No início do ano de 1969 foram “aconselhados” por autoridades do regime a se retirarem do país e ficarem por algum tempo distantes. Desta forma, Gil, assim como Caetano, e suas respectivas esposas, as irmãs Sandra e Andréa Gadelha partiram para a Inglaterra, especificamente para Londres, onde residiriam até 1972 (Gil e Zappa, 2013, p. 131-145).

Para compreendermos o exílio forçado de Gil e Caetano do país em 1969, necessitamos abordar acontecimentos ocorridos entre 1967 e 1968. Neste período, Gilberto Gil e diversos outros artistas, como Caetano Veloso, construíram o movimento tropicalista¹²⁸ que entre outras perspectivas estéticas, buscava realizar uma espécie de junção entre o tradicional e o moderno

¹²⁸Também denominado como Tropicália ou Tropicalismo.

por meio das artes (Artes plásticas, cinema, teatro, e principalmente e inicialmente pela música), neste sentido se inspiravam no movimento modernista da década de 1920, sobretudo nas concepções de Oswald de Andrade e o seu “Manifesto Antropófago¹²⁹” (Favaretto, 2000, p. 36-56). A tropicália absorveu conteúdos vindo de países como Estados Unidos, França e Inglaterra (Por exemplo a pop art, o uso de guitarras nas canções e elementos eletrônicos, entre outros pontos), mas que também ressignificou esses conteúdos e acrescentou diversos outros peculiares do Brasil, além de ocorrer em um regime ditatorial, o que criou um movimento único (Diniz, 2017, p. 15-16).

Referente as percepções políticas e sociais do movimento, diversas de suas obras, assim como perspectivas pessoais dos participantes, desagradavam distintos setores da sociedade brasileira daquele fim dos anos 1960, pois os tropicalistas criticavam

Certas formas de nacionalismo cultural, entre elas o patriotismo conservador do regime e o visceral anti-imperialismo da oposição de esquerda. Eles também satirizavam emblemas da brasilidade e rejeitavam fórmulas prescritivas para produzir uma cultura nacional “autêntica” (Dunn, 2009, p. 95).

O movimento tropicalista pode ser considerado um dos primeiros eventos associados a ideia de contracultura da década de 1960 no Brasil, ao apresentar percepções sobre a sociedade brasileira que contrariavam padrões consolidados.

Especificamente sobre as composições de Gil no âmbito do movimento tropicalista, muitas apresentam pontos contrastantes, uma das propostas tropicalistas, como os avanços tecnológicos e urbanização que ganhavam força no país na década de 1960 em contraponto com um Brasil com sérios problemas sociais. Outro aspecto nas canções tropicalistas de Gil é a presença de instrumentos eletrônicos, como a guitarra e diferentes ritmos em uma mesma canção, algo inovador no período. Tais características também estão presentes em diversas canções de Gil pós movimento tropicalista dos anos 1960.

A capacidade dos tropicalistas de dialogar principalmente com os jovens de classe média (sendo a classe média uma das bases de sustentação popular do regime), por meio de canções, artes plásticas ou performances corporais de seus representantes, que transmitiam mensagens de contestação ou sátira a padrões sociais conservadores e nacionalistas, considerados vitais

¹²⁹Segundo Carreri (2003, p. 107-109), antropofagia seria pensar o ser humano como um todo cultural, neste sentido, o brasileiro pensado como uma deglutição da cultura do exterior como um todo, associada com a de caráter nacional, pertencentes aos nativos indígenas. Carreri cita três autores como principais influências na criação do pensamento antropofágico de Andrade, Marx, Freud e Nietzsche. O movimento antropofágico surge como estilo literário com o manifesto de Oswald de Andrade em 1928, entretanto, a sua concepção como pensamento cultural, permeia toda a literatura brasileira de estilo realista, principalmente onde se encontra a dualidade colonizador e colonizado e modernidade e nacionalidade.

para a manutenção do regime ditatorial, era um dos aspectos o qual desagradava o governo e seus apoiadores (Carvalho, 2013, p. 125). Neste sentido, a televisão foi um fator importante para a vinculação das obras musicais e ideias dos tropicalistas. Ainda que a audiência dos programas televisivos fosse restrita, estes já possuíam relativa força entre as classes mais abastadas economicamente dos grandes centros urbanos do país. Participavam de programas que possuíam boas audiências, como o do Chacrinha que atingia um público fora da classe intelectual universitária, além de terem sido convidados a realizarem um especial pela TV Globo em setembro de 1968, nomeado *Vida, paixão e bananas* (Dunn, 2009, p. 149-151).

Ainda em 1968, Gilberto Gil, Caetano Veloso e outros artistas tropicalistas ganharam um programa próprio, era o *Divino Maravilhoso* pela Tv Tupi, que teve breve duração, apenas três meses, porém o suficiente para suscitar polêmicas. As performances corporais durante a exibição do programa denotavam atenção dos conservadores e do governo ditatorial, principalmente por parte de Caetano Veloso, que realizava gestos e atos que remetiam a prática sexual. Um dos quadros mais polêmicos do programa foi a representação da Santa Ceia pelos tropicalistas, no qual Gil era Jesus Cristo, e tinha duas mulheres em meio aos apóstolos, no caso, Rita Lee e Gal Costa e invés do pão e vinho, bananas. Outro quadro que causou impacto, foi uma performance de Caetano Veloso interpretando a canção natalina *Boas Festas* de Assis Valente, no qual o cantor baiano manejava uma réplica de arma e mirava sobre a própria cabeça e para o público. Com o auge da exposição das concepções tropicalistas por meio da televisão, Gil, naquele fim de 1968, sentia certo temor, pois estavam relativamente desamparados por parte da classe artística e viam os atos repressivos do governo ganharem contornos mais intensos:

Isso fazia com que nos sentíssemos mais solitários, desamparados, fragilizados no ímpeto mesmo de fazer alguma coisa. Eu tinha essa desconfiança. Havia um regime militar instalado com tudo que já se anunciava de absurdo, de intolerância, eu estava vendo aquilo ali acontecer. E pensei: mais cedo ou mais tarde a gente pode ser feito de vítima também, eles podem nos pegar (Gil e Zappa, 2011, p. 157).

A postura dos tropicalistas naquele período tornava-os figuras alvos para os órgãos de repressão, principalmente após o Ato Institucional nº 5 de 1968, que culminou no exílio de Gil e Caetano.

Um tropicalista vivenciando a contracultura inglesa (1969-1972)

A ideia inicial, tanto de Gil quanto de Caetano, era viver os anos de exílio em Paris, o que acabou não se concretizando, de acordo com Gil, devido a pouca receptividade de grande parte da população local a estrangeiros. Sendo assim, decidiram residir na cosmopolita e

efervescente Londres do fim dos anos 1960, que assim como Paris, contava com uma relevante comunidade de brasileiros. Tal ponto era importante para os exilados, a existência de uma rede de apoio mútuo entre conterrâneos (Gil e Zappa, 2013, p. 168).

O exílio vivenciado por Gil se distingue do caminho trilhado por outras brasileiras e brasileiros (evidentemente excluindo aspectos psicológicos individuais). Segundo Rollemberg (1998, p. 40), certos pontos foram importantes para que alguns exilados conseguissem se adaptar com maior facilidade a sua nova realidade. Um dos pontos facilitadores de adaptação no exílio para Gil, era o domínio sobre a língua inglesa, além do prestígio que possuía entre brasileiros que já residiam na Inglaterra e também de músicos ingleses. Desta forma, Gilberto Gil conseguiu relativamente vivenciar e experimentar a efervescência cultural e social da Inglaterra naqueles fins de anos 1960 e início dos 1970.

No período em que esteve na Inglaterra, Gil buscou adentrar ao que estava ocorrendo culturalmente e socialmente na ilha europeia, talvez como forma de combater sentimentos negativos quanto ao exílio e aceitar a nova condição imposta:

Naqueles três anos evidentemente uma das reações naturais foi procurar conhecer o local, me misturar o mais que podia com aquilo tudo, com o movimento, com os personagens, com aquilo tudo de Londres, eu saio muito, vou pra noite, vou pros clubes (...) quando eu voltei pra cá, em 72, eu voltei com essa carga, não são, de vivência dessa nova dimensão cultural, que era uma dimensão já presente, incipiente no tropicalismo, mas que ali se dava, de fato, *in loco* com os personagens, com o habitat, no território daquela cultura (Gil, 2011)¹³⁰.

Uma das vivências de Gil com a contracultura na Europa foi a sua participação como artista e espectador em eventos símbolos da contracultura na Inglaterra, como o Festival da Ilha de Wight (*Isle of Wight Festival*) relatado na sua autobiografia coescrita com Regina Zappa:

Um ano depois, em agosto de 1970, aconteceu a terceira edição da ilha de Wight e os baianos foram novamente. Era uma versão do tipo Woodstock, com duzentas ou trezentas mil pessoas na ilha inglesa, à beira-mar, todos acampados em barracas e um palco enorme com uma programação de cinco dias, com vários grupos se apresentando o dia inteiro, começando ao meio-dia até meia-noite. Nessa edição do festival, Gil e Caetano não só assistiram, mas se apresentaram com Gal Costa (Gil e Zappa, 2013, p. 197).

O Festival da Ilha de Wight ou Festival de Wight de 1970 foi realizado entre os dias 26 e 31 de agosto, ocorreu na ilha homônima que se situa ao sul do território da ilha principal britânica, próxima de cidades portuárias importantes como Portsmouth e Southampton. A primeira edição de 1968, é considerado o evento que foi modelo para o festival de Woodstock

¹³⁰GIL, Gilberto. **Gilberto Gil e a Trilogia Re (Refazenda, Refavela e Realce)**. Programa O som do vinil com Charles Gavin. Canal Brasil. 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K3d_9TkZkcU&t=26s. Acessado em: 05 out. 2023.

nos Estados Unidos em 1969. A edição de 1970 teve proporções maiores que as anteriores, tanto em público, com estimativa de mais de 500 mil pessoas presentes, assim como pela grandiosidade das atrações, com artistas já consagrados na época, como Joan Baez, The Doors, The Who, Jimi Hendrix entre outros (Anderton, 2019, p. 7).

Gil assim como Caetano, haviam participado da edição de 1969 como espectadores, já em 1970 além de assistirem aos shows, ambos se apresentaram no evento. As três primeiras edições da Ilha de Wight são considerados importantes marcos da contracultura na Inglaterra, além dos artistas que por meios de suas canções, gestuais e indumentárias representavam padrões contrários a sociedade tradicional inglesa, o público do festival em suma também retratava este sentimento.

A produção e realização do evento, que tinha como principais mentores os irmãos Ray e Ron Foulk, teve diversos percalços, primeiro com as autoridades britânicas, deputados do partido conservador da Inglaterra tentaram impedir a realização do festival, além disso, grande parte dos moradores da Ilha de Wight também não desejavam mais uma edição do evento, pois em 1969 o número de frequentadores do festival foi impactante, cerca de 100 mil pessoas, muito além da expectativa, devido principalmente a apresentação do músico e compositor estadunidense, Bob Dylan. Outra dificuldade era de ordem estrutural, referente a aparelhagem de som e luzes, principalmente quanto ao primeiro, pois, o sistema de som que foi preparado para o festival era semelhante ao da edição de 1969, que teve um número bem reduzido de público se for comparado com o de 1970, desta forma, em diversas apresentações ocorreram vaias e reclamações, pois parte do público que não escutavam com qualidade as músicas, o problema foi em partes sanado, com o empréstimo da aparelhagem de som da banda inglesa *The Who* (Anderton, 2019, p. 8-9).

A apresentação de Gil na edição de 1970 do festival da ilha de Wight ocorreu acompanhado por diversos outros brasileiros, na sua auto-biografia há poucas informações sobre a apresentação em si, na obra é ressaltado o contato com Miles Davis e Jimi Hendrix no *backstage* do festival, este que foi a ultima apresentação de Hendrix, dias depois o genial guitarrista britânico faleceu. Entretanto, Antonio Bivar, importante dramaturgo e personagem da contracultura no Brasil, em seu livro *Verdes Vales do Fim do mundo* relata sobre a apresentação e como o denominado “grupo brasileiro” conseguiu espaço para se apresentar:

Gilberto Gil e um grupo improvisavam um som do qual todos podiam participar, quem quisesse. Bastava ter um instrumento à mão, qualquer que fosse, do violão ao bongô, ou então se deixar afinar via cordas vocais soltando be-bops. Cláudio Prado gravou a jam e em seguida foi à organização do festival, onde mostrou a fita e contou que se tratava de músicos bem conhecidos no Brasil (Gil e Caetano) e de outros artistas e

intelectuais brasileiros exilados na Inglaterra, e que o grupo gostaria de dar uma canja para o público. A organização do festival achou o som interessante e ofereceu a abertura da quinta-feira para o nosso grupo (Bivar, 2006, p. 53-54).

Bivar, expõe que era um grupo numeroso na apresentação, cerca de 20 pessoas, e com pessoas de outras nacionalidades, mas que foram anunciados como “Grupo brasileiro”, porém, é interessante que o dramaturgo expõe um relativo protagonismo de Gil em meio a tantos artistas na apresentação:

Fomos apresentados como o Grupo Brasileiro, porque a ideia partira de Cláudio Prado e a locomotiva do show era Gilberto Gil. O chic-a-boom, enfim, era brasileiro. Caetano Veloso, num lance político-conceitual, pendurou a nossa bandeira na frente do palco, com o “Ordem e Progresso” de ponta pra baixo, arrancando aplausos calorosos da ala anarquista do público (Bivar, 2006, p. 54).

A revista Manchete da edição de 19 de setembro de 1970 dedica a capa e extensa matéria sobre o festival. A matéria possui belas imagens do evento, perpassando a ideia de liberdade quanto ao público do festival, principalmente corporal, de contato com a natureza e busca por conhecimento espiritual. Muitas das fotos são de pessoas nuas e seminuas, sendo as duas primeiras páginas da reportagem, uma foto de inúmeras pessoas nuas banhando-se no mar da ilha. Um pequeno texto retrata a imagem dos participantes do festival: “Este alegre, despido e coletivo banho de mar, em vez de esfriar os ânimos gerais, ainda esquentou mais o ambiente esfumaçado da pequena ilha de Wight, no arquipélago britânico” (Manchete, 19 set. 1970, p. 5).

O texto nas seis páginas dedicadas ao evento traz um tom de leve exaltação ao ideário que envolvia o festival. Entretanto alguns trechos parecem demonstrar um certo estranhamento ao descrever o público, principalmente a questão das vestimentas: “Os que estavam de roupa (pouca) ficavam olhando os que estavam sem nada”. A matéria comenta a presença de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Gal Costa. Com a foto do tropicalista com um grande sorriso, assim descreve: “Gilberto Gil voltou a ser o mesmo, com barba e o sorriso largo. Ficou na arena, junto ao palco, todos os dias e todas as noites” (Manchete, 19 set. 1970, p. 9).

Entretanto, existem outras percepções sobre o Festival da Ilha de Wight, que fogem um pouco a visão de certa forma romantizada apresentada nas páginas da revista Manchete, que demonstram que houveram diversos episódios de confusão entre público e artistas e momentos de vandalismo e violência, quem traz essa versão do festival é o compositor e músico Kris Kristofferson, que cantou no evento:

It was a total disaster!. They just hated us. They hated everything. They booed us, Joni Mitchell, Joan Baez, Sly Stone; they threw shit at Jimi Hendrix. At the end of the

night, they were tearing down the outer walls, setting fire to the concessions, burning their tents, shouting obscenities. Peace and love it was not¹³¹ (Beaumont, 2020).

A percepção do artista Kris Kristofferson está presente em reportagem sobre o evento escrita por Mark Beaumont (2020) para o jornal britânico *The independent*, há outros relatos no texto sobre artistas que foram agredidos no palco, como o grupo *Sly and the Family Stone* que foi obrigado a encerrar o show antes de terminar o repertório proposto por questões de segurança, pois estavam sendo arremessadas latas pelo público naqueles que invadiam o palco, porém, uma dessas latas atingiu o guitarrista do grupo.

A questão do consumo de drogas no festival também foi pauta da reportagem “a solução é a música, e de preferência, com a erva ou com o ácido” (Manchete, 19 set. 1970, p. 8). Ainda que a presença de alucinógenos era constante, tanto a reportagem da *Manchete* quanto o texto de Beaumont (2020) relatam a presença policial na ilha, segundo o jornalista britânico haviam policiais disfarçados de participantes do festival, utilizando vestimentas semelhantes à do público *hippie*. Sobre a experiência com drogas alucinógenas na Inglaterra, que era um dos aspectos relacionados ao movimento da contracultura, assim expôs Gilberto Gil em 2013:

Era uma loucura! Uma noite havia uma turma enorme, dez ou quinze brasileiros, viajando de ácido. De repente vimos materializar-se no meio da sala uma das pessoas que estavam no outro quarto. Nós nos assustamos e aquela figura que se materializou como se fosse uma holografia no meio da sala se desvaneceu. Todos corremos para o quarto, a figura estava lá. Foi um grande frisson, um ti-ti-ti... (Gil e Zappa, 2013, p. 198).

O uso de drogas alucinógenas representava algo além de uma busca por diversão ou fuga de problemas cotidianos, simbolizava também, uma ampliação dos sentidos físicos e psicológicos, que auxiliava em um contato mais profundo com a natureza e com um plano espiritual. Além disso, era uma forma de se portar contra os padrões vigentes do real, nas “viagens” realizadas por meio do uso de psicotrópicos, o mundo “careta” imposto pelo sistema era destituído, suas rígidas demandas sociais eram confrontadas com a liberdade proporcionada pelos efeitos alucinógenos.

A passagem de Gil na Inglaterra possui outros episódios relacionado ao amplo movimento da contracultura, além da participação no Festival da Ilha de Wight, no ano de 1971 participou de outro festival associado a contracultura no período, o hoje tradicional, *Glastonbury*. Estabeleceu relações com artistas jamaicanos ou filhos de jamaicanos que viviam na capital inglesa e começavam a ganhar notoriedade com estilos musicais como o *reggae* e

¹³¹“Foi um desastre total! As pessoas nos odiaram. Odiaram tudo. Vaíram a gente, Joni Mitchell, Joan Baez, Sly Stone. Atiraram merda no Jimi Hendrix! No final da noite, as pessoas estavam pondo abaixo cercas, atizando fogo na propriedade, em suas próprias barracas, berrando obscenidades. Paz e amor, aquilo com certeza não era”.

ska. Também teve contato com bandas que possuíam sonoridades relacionadas ao psicodelismo, como o *hawkwind*, realizando parcerias com Nik Turner, vocalista da banda e um dos grandes nomes da contracultura na Inglaterra.

Este envolvimento contracultural inglês, afetou sua obra musical, e uma dessas influências foi a proximidade com a guitarra. Em seu último álbum antes de partir para a Europa, lançado no Brasil em 1969, a guitarra já estava presente em canções como *Cérebro eletrônico* e *2001*, porém Gil não a utilizava em shows. Nos trabalhos posteriores ao exílio as guitarras novamente estão presentes, mas dessa vez com Gil as empunhando tanto nas gravações quanto nas apresentações ao vivo.

Um “desbundado” em meio a ditadura consolidada (1972-1976)

Gilberto Gil retorna ao Brasil de forma definitiva em janeiro de 1972 e encontra o regime ditatorial ainda mais consolidado, com o controle da censura sobre as artes mais elaborado e organizado, e um apoio popular maior, principalmente da classe média, que aproveitava o denominado “Milagre econômico” ou “Milagre brasileiro”, período entre 1968 a 1973 em que a economia brasileira apresentou crescimento além do esperado, mas que não proporcionou melhoras significativas na vida dos brasileiros mais pobres.

Gil também se relacionou com a contracultura dos anos 1970, por meio da geração denominada como “desbunde”. O termo desbunde possuía conotação pejorativa, pois era designado geralmente por parte de uma esquerda mais engajada no combate a ditadura¹³², que julgavam aqueles que viviam os prazeres da vida sem maiores preocupações, como “desbundados”, ou seja, aqueles que não tinham coragem de enfrentar o governo ditatorial de forma incisiva e direta (Diniz, 2017, p. 72-73).

O desbunde teve como cenário principal as praias do Rio de Janeiro, como as “Dunas da Gal”, trecho da praia de Ipanema, apelidada em homenagem a cantora baiana Gal Costa. Nessas praias se encontravam diversos jovens, geralmente da classe média carioca, e também alguns nomes conhecidos da música brasileira como Caetano Veloso, Gal Costa, Jards Macalé e o próprio Gil. Reuniam-se para apreciarem o sol e o mar carioca, escutarem música, e na maioria das vezes, acompanhados de cigarros de maconha e ácidos lisérgicos. Segundo Dunn, Gil após voltar do exílio em 1972, foi o que:

¹³²Diniz busca distanciar da visão dicotômica de desbundados e esquerda engajada ou da luta armada, demonstrando relatos de sujeitos que estiveram em ambos os grupos, ou que transitaram por eles (2017, p. 74-75).

Demonstrou mais interesse pessoal pelo espírito e o estilo de vida da contracultura. Ele seguia uma dieta macrobiótica e deleitava a plateia com referência a suas buscas espirituais. O primeiro álbum pós-exílio de Gil, *Expresso 2222*, foi o que melhor expressou a mistura de desilusão política e libertação pessoal dos participantes do universo contracultural brasileiro (Dunn, 2009, p. 201).

Diversas canções de Gil na década de 1970 traziam aspectos relacionados a contracultura brasileira daquele período, como as práticas de autoconhecimento por meio da meditação, expressas em canções como *Retiros Espirituais* e *Meditação* ambas do álbum *Refazenda* de 1972. Outras possuem temáticas relacionadas a libertação sexual, ou, questionamentos quanto as visões rígidas entre o universo masculino e feminino, estes pontos são visíveis nas canções *Pai e Mãe* (1972), *Realce* e *Super-homem*, a canção estas ultimas presentes no álbum *Realce* de 1979.

O grupo *Doces Bárbaros* formado em 1976 por Gil, Caetano Veloso, Maria Bethânia e Gal Costa (considerada importante ícone da contracultura dos anos 1970) foi um dos símbolos da geração do desbunde. Suas músicas, assim como, as performances no palco, remetiam às questões raciais, sexuais e também religiosas, tinham como principal público a juventude de classe média brasileira, sobretudo urbana, que era contrária ao regime ditatorial e a cultura de consumo extremo, que ganhou força no início dos anos 1970 com o chamado milagre econômico (Dunn, 2009, p. 202-205).

O Gilberto Gil do período dos *Doces Bárbaros* se assemelhava aquele do período áureo do tropicalismo, porém, as vestimentas, performances de palco eram mais ousadas, possuindo aspectos andróginos. Este Gil suscitou opiniões diversas e contundentes, como a de um leitor do *Jornal do Brasil* criticando o periódico quanto às matérias com o músico baiano:

Quero lavar meu veemente protesto (...) contra a constante publicação de entrevistas, como a que ocorreu em 29 de junho, no Caderno B e agora repetido dia 9, com essa figura repelente que acode pela alcinha de Gilberto Gil. Trata-se de querer valorizar um indivíduo que, na realidade, não passa de um toxicômano, por sentença judicial, além de travesti, o qual já foi afastado pelo nosso governo, da sociedade brasileira, por ser nocivo aos bons costumes. (...) É um escárnio publicar pensamentos dessa figura ridícula (...) enfim é uma lástima que tenhamos que nos deparar periodicamente com entrevistas de um tipo que, juntamente com uma conhecida lesbiana, o irmão desta e outra cantora do grupinho nefasto, integra o submundo de artistas medíocres e depravados (...) (*Jornal do Brasil – Caderno B*, 04 ago. 1979, p. 2).

O leitor ampliou suas ofensas a outros artistas, no caso os integrantes do grupo *Doce Bárbaros*, Caetano Veloso, Maria Bethânia (a quem denomina como lesbiana) e Gal Costa, chamando-os de “artistas medíocres e depravados”. No ataque ao músico destacam-se termos homofóbicos, como “travesti” para Gil e “lesbiana” para Maria Bethânia, esta fúria transcendia a figura de Gil, e poderia relacionar-se com uma parcela da população descontente com algumas

práticas mais libertárias quanto a individualidade que emanava no país relacionadas ao cenário contracultural.

O fim da turnê de 1976 dos *Doces Bárbaros* seria emblemático para a contracultura brasileira, e demonstrou a intolerância do regime ditatorial. Em 7 de julho de 1976, Gil e o baterista Chiquinho Azevedo foram presos em Florianópolis, segundo matéria do jornalista Tarlis Batista para a revista *Manchete*, o delegado Elói Gonçalves responsável pela prisão, tinha como objetivo inicial prender um jornalista da região, no sentido de se autopromover diante da opinião pública, porém, após adentrar o apartamento do jornalista e não encontrar provas para incriminá-lo decidiu encaminhar-se com sua equipe até o hotel onde estavam hospedados o grupo Doces Bárbaros. Após revistar o apartamento dos artistas, encontrou na carteira de Gil um cigarro de maconha, que foi o suficiente para prendê-lo como “portador de tóxicos” (Batista, 24 jul. 1976, p. 24-25). Em 15 de julho daquele ano, Gil foi sentenciado a cumprir sua pena em um hospital psiquiátrico de Florianópolis para tratamento, assim como Chiquinho, posteriormente a sentença foi alterada para que cumprissem a pena no Rio de Janeiro.

O episódio trazia novamente a triste e dolorida experiência da prisão para Gil, ainda que de forma mais amena do que em 1969, e mostrava que o governo ditatorial estava atento aos personagens da contracultura. Gil ser um homem negro é outro fator importante para refletirmos sobre este evento, provavelmente, tornava-o o integrante dos *Doces Bárbaros* mais visado pelas autoridades ditatoriais.

A dimensão territorial e populacional do país fez com que a contracultura no Brasil nos anos 1970 tivesse pautas diversas. Podemos citar como exemplos, o movimento *Black Rio*, que como evidencia o nome, ocorreu com maior força na cidade do Rio de Janeiro. O *Black Rio* foi marcado pelos bailes com música soul e funk de artistas estadunidenses e brasileiros. Nas canções, letras que carregavam mensagens de combate ao racismo e valorização da cultura afro. Além disso, a força do aspecto estético dos indivíduos também merece destaque, as vestimentas e principalmente os cabelos, em sua maioria pessoas negras, traziam a ideia de liberdade e do orgulho de ser negro (Dunn, 2019, p. 92-97).

Gilberto Gil, também se aproximou do *Black Rio*, principalmente por meio do álbum *Refavela* de 1977, que possui canções com visões semelhantes ao do movimento, como *Ile Ayê* (Composição de Paulinho Camafeu) e *Refavela*. Existiram diversos outros movimentos relacionados a contracultura em lugares diferentes no Brasil, devido ao espaço e ao objetivo deste trabalho não adentraremos aos demais.

Considerações Finais

Os aspectos relacionados a contracultura se fizeram presente na obra e trajetória de Gil, após o período exposto neste texto (pós 1976), e talvez seja um dos pontos mais marcantes de seus trabalhos, o qual possui diversas sonoridades e temáticas distintas. Por meio da sua trajetória entre os anos 1967 a 1976, podemos visualizar diferentes perspectivas sobre os movimentos contraculturais. Em um primeiro momento, o tropicalismo, em um país que vivia um regime ditatorial e que apresentava contrastes sociais gigantescos. Posteriormente Gil adentra a cena contracultural inglesa, exposto aqui por meio da sua participação no Festival de Wight, um dos fatores que podemos perceber é a maior liberdade dos indivíduos em poderem expressarem suas ações associadas a contracultura, no Brasil tais ações poderiam ocorrer, entretanto com uma dose de cautela, devido o contexto político do período.

Neste trabalho foram selecionados alguns pontos de relação de Gil com a contracultura, em sua trajetória, porém, por meio dessa breve abordagem da trajetória de Gilberto Gil com a contracultura no Brasil e na Inglaterra podemos verificar como a questão política influenciou as formas que este movimento ocorreu nos dois países. Os artistas e participantes de movimentos contraculturais no Brasil tiveram que compreender e saber as formas de expor suas ideias e ações diante de um governo ditatorial que vigiava de forma intensa seus atos.

Referências

Fontes

BATISTA, Tarlis. **Gilberto Gil – “Eu não sabia que era crime fumar maconha”**. Manchete. Rio de Janeiro, n. 1.266, p. 24-25, 24 jul. 1976.

BEAUMONT, Mark. **“They booed Joni Mitchell and threw s**t at Jimi Hendrix”: The amazing story of the 1970 Isle of Wight Festival**. The Independent. 21 ago. 2020. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/arts-entertainment/music/features/isle-of-wight-festival-history-1970-lineup-bob-dylan-jimi-hendrix-leonard-cohen-joni-mitchell-a9681921.html>. Acessado em: 10 out. 2023.

BIVAR, Antonio. **Verdes vales do fim do mundo**. L&PM: Porto Alegre, 2006.

GIL, Gilberto. **Gilberto Gil e a Trilogia Re (Refazenda, Refavela e Realce)**. Programa O som do vinil com Charles Gavin. Canal Brasil. 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K3d_9TkZkcU&t=26s. Acessado em: 05 out. 2023.

GIL, Gilberto. e ZAPPA, Regina. (Org.). **Gilberto bem perto**. Nova Fronteira: Rio de janeiro, 2013.

JORNAL DO BRASIL. Gilberto Gil. **Jornal do brasil**, Cartas, n. 118, p.2, 04 ago. 1979.

MANCHETE. **Assim começou o festival de Wight.** Rio de Janeiro, n. 961, p. 04-09, 19 set. 1970.

MESSAGE TO LOVE: THE ISLE OF WIGHT FESTIVAL. Direção: Murray Lerner. Castle Music Pictures, 1995. 1 *dvd* (127 min).

Bibliográficas

ANDERTON, Chris. From Woodstock to Glastonbury to the Isle of Wight: the Role of Festival Films in the Construction of the Countercultural Carnavalesque. **Popular Music and Society**, vol. 43, no. 2, p. 201-215.

CARRERI, Marcio Luiz. **UTOPIA NO FRONT: História e Filosofia em Oswald de Andrade 1945-1954.** 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de. **A voz que canta na voz que fala: Poética e política na trajetória de Gilberto Gil.** 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

DE VITO, Christian. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, Maira.; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação.** São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 101-120.

DINIZ, Sheyla. **Desbundados & marginais: MPB e contracultura nos “anos de chumbo” (1969-1974).** 2017. 224f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DUNN, Christopher. **Brutalidade Jardim:** A Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira. São Paulo: Editora UNESP. 2009.

FAVARETTO, Celso Fernando. **Tropicália Alegoria Alegria.** Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

GARCIA, Sueli. A contracultura e a vestimenta *Hippie* – Estados Unidos e Inglaterra. **Rev. Belas Artes**, n.24, Mai-Ago, 2017.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maira; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história um método em transformação.** São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-35.

PEREIRA, Carlos. **O que é contracultura.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org). **Jogos de Escalas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: refazendo identidades. **História oral.** v. 02, n. 02, p. 39-73, 1999.

Entre curandeiras e bruxas: práticas de feitiçaria e a subversão da ordem social na capitania do Grão-Pará (1763 -1773)

SURIS, Andreia
Mestranda em História/UNISINOS
CAPES, deiapoaster@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo desenvolver estudos teóricos no campo da História das mulheres. A fonte principal do estudo consiste no Livro de Denúncias e Confissões da considerada última visitação do Santo Ofício na América Portuguesa, ocorrida na capitania do Grão-Pará (1763 -1773), especificamente as denúncias e confissões de práticas mágicas que envolviam mulheres direta ou indiretamente. Bem como processos inquisitoriais e ofícios que se originaram a partir das denúncias e confissões. O estudo busca investigar se essas práticas mágico-religiosas (práticas de cura, adivinhação e encantamentos amorosos) podem ser compreendidas como uma forma de subversão da ordem social normatizadora e patriarcal em que as mulheres estavam inseridas, já que refletiam suas aflições, angústias, desejos e experiências vividas no cotidiano. Também serão analisados dois estudos de casos que se destacaram durante a pesquisa sobre a Indígena Sabina e Ludovina Ferreira, duas renomadas curandeiras do Grão-Pará a época da visitação. Quanto ao referencial teórico-metodológico, essa pesquisa vai de encontro com a concepção da História Cultural e Social, quando se interessa pela história das mulheres, em um período no qual a figura feminina foi colocada num papel social secundário sob a dominação e opressão masculina. A História Cultural valoriza narrativas de realidade possíveis, pautando-se em conceitos como representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades. É dentro das transformações historiográficas ocorridas na História Cultural e na micro-história que entendo ser possível uma investigação que toma como centro as práticas mágico-religiosas condenadas pelo catolicismo, trazendo para a discussão práticas cotidianas de sujeitos ordinários, comuns, não lembrados pelas grandes narrativas historiográficas.

Palavras-chave: Feitiçaria; mulheres; subversão.

Introdução

A presente investigação tem como objetivo principal analisar se as práticas mágico-religiosas ou de feitiçaria realizadas no Brasil colonial podem ser compreendidas como uma forma de resistência e subversão da ordem social normatizadora e patriarcal em que as mulheres estavam inseridas. A fonte principal de análise para a pesquisa aqui proposta consiste no *Livro de denúncias e confissões da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará, 1763-1769, transcrito e publicado por José Roberto do Amaral Lapa (1978)*. A escolha da documentação da última visitação se deve ao fato de que aproximadamente dois terços dos relatos referem-se a realização de práticas mágico-religiosas. As mulheres estavam envolvidas em mais da metade desses casos, indiretamente ou diretamente, pois emergem como autoras dessas práticas, como alvo, ajudantes ou por terem ensinado o método.

O livro e outros documentos referente a inquisição portuguesa, encontram-se digitalizados e disponíveis no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), sediado

na capital de Portugal. Os livros de confissões e denúncias produzidos pelas outras visitas do Santo Ofício a América Portuguesa também contém relatos sobre práticas de feitiçaria que seriam pertinentes para esse estudo. Porém, considerando a curta duração de uma pesquisa de mestrado se faz necessário a limitação da fonte pesquisada, pois há de se levar em consideração que cada visita ocorreu em um contexto social, político e econômico diferente. Dentre as denúncias do livro, dois casos emblemáticos se destacam: o de Sabina e Ludovina Ferreira, que conseguiram grande prestígio social com suas práticas de cura. Ambas foram processadas pelo tribunal do Santo Ofício, os respectivos processos também serão utilizados como fonte¹³³ documental para esse estudo, assim como ofícios e correspondências enviados por comissários da inquisição com denúncias sobre elas. Em relação a essas duas personagens existem também várias denúncias em cadernos do promotor. Essa documentação em geral é muito extensa e o seu mecanismo de busca no sistema não funciona de forma simples com palavras-chaves como os processos e ofícios, por exemplo. Portanto, seria necessário examinar página por página, o período estudado, em uma fonte manuscrita demasiadamente longa, o que se tornou inviável para essa pesquisa. Por esse motivo, outros estudos¹³⁴ que já analisaram essa documentação nos serviram de apoio.

Para Ronaldo Vainfas¹³⁵ (2000), se não existissem os documentos do famigerado Tribunal do Santo Ofício não teríamos muito o que dizer sobre as mulheres e suas experiências no Brasil colonial. O autor afirma que os documentos inquisitoriais são fontes importantes para a construção do conhecimento histórico. Constituem-se em materiais de análise, dos quais é possível acessar informações sobre diversos aspectos do cotidiano popular, as quais são transformadas em dados pela historiadora e pelo historiador. Tais documentos podem ser utilizados na reconstituição da ação repressiva e normatizadora das consciências realizadas pelo Santo Ofício na Idade Média e Moderna, na busca da construção de uma memória social, como

¹³³ Processos: [PT-TT-TSO-IL-028-13331](#) (Sabina) e [PT-TT-TSO-IL-028-13325](#) (Ludovina), Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT.

¹³⁴ Nos apoiamos nos estudos de Pedro Marcelo Pasche de Campos (1995), intitulada *Inquisição, Magia e Sociedade: Belém 1763-1769*, Lidiane Vicentina dos Santos (2016), “*Terra Infeccionada*”: as práticas mágico-religiosas indígenas e a inquisição na Amazônia portuguesa setecentista e Almir Diniz de Carvalho Júnior (2005), *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*.

¹³⁵ Ronaldo Vainfas publicou diversos estudos sobre a inquisição Portuguesa. É reconhecido como um especialista no assunto. Organizou uma edição sobre os relatos da primeira visita do Santo Ofício à América Portuguesa (1997). Dentre as suas publicações, pertinentes a temática pesquisada, destacam-se: *A Heresia dos Índios – Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial* (1995) e *Trópicos do Pecado – Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil* (1997). Na primeira, através da pesquisa na documentação inquisitorial o autor retrata o processo de colonização dos povos da América portuguesa e como as práticas religiosas dos índios foram demonizadas pelos colonizadores. Em *Trópicos do Pecado* o autor demonstra como as práticas sexuais de concubinato, sodomia, homossexualismo e bigamia estão presentes no cotidiano da vida colonial em todas as camadas da sociedade, bem como a repressão e o moralismo instituído pelo patriarcalismo e a inquisição.

para a construção de trajetórias e vivências individuais ou coletivas. Entretanto, é necessário cautela na análise dessa documentação, pois se trata de documentos oficiais, produzidos pela inquisição que era uma instituição vinculada ao estado. De maneira geral, os registros apresentam o relato induzido pelo inquisidor que fazia de tudo para que os indivíduos assumissem suas culpas.

Contudo, na sua obra *O Inquisidor como Antropólogo* (1991, p. 203-14), Carlo Ginzburg argumenta que as fontes inquisitoriais também podem funcionar como registros de relatos orais e dessa forma dar visibilidade a atores sociais marginalizados. De acordo com o autor, isso se torna viável, quando se localiza nessas fontes pontos de conflito entre duas culturas a popular (própria da maioria da população, considerada classe subalterna) e a erudita (representada pela elite e pelos agentes da inquisição). Através da análise de processos inquisitórios, Ginzburg concluiu que mediante o estranhamento ou desconhecimento sobre certas matérias presentes nas confissões dos réus, os inquisidores mandavam escrever os relatos na íntegra para depois examiná-los com mais atenção e compreenderem do que se tratavam. Dessa forma, estes agentes estariam realizando um trabalho na busca pela verdade semelhante à do antropólogo. Sabemos que nas visitas inquisitoriais que foram realizadas na América portuguesa os inquisidores se deparavam com práticas que eles não tinham conhecimento e não estavam acostumados a lidar (Souza, 2009). Portanto, podemos presumir que boa parte desses relatos são testemunhos orais dos confessores e denunciante.

Quanto ao nosso referencial teórico metodológico, é dentro das transformações historiográficas ocorridas na História Cultural e Social, bem como na micro-história¹³⁶ que entendo ser possível uma investigação que toma como centro as práticas mágico-religiosas condenadas pelo Santo Ofício na América Portuguesa, trazendo para a discussão práticas cotidianas de sujeitos ordinários. Sobre as contribuições metodológicas da micro-história, se destacam os trabalhos dos pesquisadores Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, já citado, e Edoardo Grendi. É no paradigma indiciário de Ginzburg¹³⁷ (1989) que encontro elementos para analisar a fonte aqui utilizada. Desta forma, enquanto historiadora, recorro aos fragmentos e indícios das fontes para desenvolver os objetivos dessa dissertação.

¹³⁶ O método da micro-história italiana ganhou força na Itália, nos anos 70, através dos debates e pesquisas divulgadas na Revista *Quaderni Storici*. Sobre o método da micro-história ver: *Micro-história: um método em transformação* (Vendrame; Karsburg; 2020), *Ensaio de Micro-história trajetórias e imigração* (Vendrame; Karsburg; Moreira, 2016), *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana* (Moreira; Vendrame, 2021) e *Territórios da História: O micro, o local e o Global* (Vendrame; Karsburg; 2023).

¹³⁷ Ginzburg desenvolveu pesquisas primorosas, através da análise de fontes inquisitoriais, que contribuíram de forma imensurável para os estudos da feitiçaria e também serviram de referência para esse trabalho, a saber: *Os Andarilhos do bem* (1966), *História Noturna* (1991), *O Queijo e os Vermes* (1976), *O Fio e os Rastros* (2007).

Antes de entrarmos na análise dos relatos do livro da visitação é importante delimitarmos o significado de alguns conceitos como magia, feitiçaria e práticas mágico-religiosas. De acordo com Carlos Roberto F. Nogueira (1991, p. 15, *apud* Campos, 1995, p. 116) as bases do pensamento mágico diferem de sociedade para sociedade, ou mesmo de um grupo social para outro. Segundo o autor, não existe uma magia¹³⁸, existem magias, tão diversas quanto os sistemas culturais. No caso paraense, a magia e as diversas formas pelas quais ela se manifesta estão intrinsicamente vinculadas a religião praticada diariamente. Portanto, a magia é parte integrante da religiosidade da sociedade paraense. Por esse motivo optamos por utilizar o termo práticas mágico-religiosas e não somente práticas mágicas. Nos apoiaremos no significado de magia atribuído por Malinowisk (1988, p.90), pois acreditamos ser pertinente ao sentido que a magia possui para essa pesquisa. Para o antropólogo a magia serve ao homem como um anteparo a impotência, desespero e ansiedade cotidianos, visto que é utilizada como uma ferramenta de auxílio para superar suas falhas e impotência. Esta concepção é revelada na análise das denúncias e confissões de práticas mágico-religiosas presentes no Livro da Visitação, onde encontramos indivíduos em constante combate a doenças, inimizades, roubos e problemas afetivos. A magia se manifesta como possibilidade de resolução desses problemas na forma de conjuros e gestos, feitiços, orações e defumadouros. De acordo com Keith Thomas (1991), o cerne do feitiço é a repetição correta da fórmula e do ritual, os quais habilitam qualquer pessoa que tenha esse conhecimento a utilizá-lo. Isto fica muito evidente na visitação paraense, como observaremos a diante. Os conjuros e fórmulas para fins amoroso, por exemplo, não exigem poderes extraordinários por parte do oficiante, pois possuem eficácia garantida mediante a execução correta do ritual.

Na perspectiva de Thomas (1991), religião, magia e outros termos correlatos, não se encontram nitidamente definidos. A exemplo dos termos bruxaria e feitiçaria, nos quais existe um consenso entre os estudiosos da área¹³⁹ de que as feitiçarias se distinguem das bruxas pela existência ou não de pacto com o demônio. Thomas (1991, p. 464-5) não vê grande utilidade na distinção antropológica dos termos bruxaria e feitiçaria. Segundo ele o feitiçeiro utiliza objetos como recurso, o bruxo não. Concordamos com Souza (2009, p. 208) que ao que parece, no Brasil colonial, os dois termos designam práticas idênticas. Souza (2009, p. 208) diferencia

¹³⁸ No dicionário encontramos o seguinte significado de magia: Ciência, arte ou prática baseada na crença de que é possível, por intervenção de entes sobrenaturais e fantásticos, produzir efeitos inexplicáveis, especiais, irracionais e sobrenaturais, através de fórmulas mágicas e rituais ocultos. Como sinônimos foram apresentados os vocábulos encantamento, encanto, magacia, mágica ocultismo. Fonte: <https://michaelis.uol.com.br>. Acessado em 09/01/2024. Podemos verificar que o termo magia possui um significado muito amplo.

¹³⁹ Sobre o debate da distinção dos termos bruxaria e feitiçaria, ver o estudo de Laura de Mello e Souza (2009) e Keith Thomas (1991).

o significado de práticas mágicas e feitiçaria, a partir da existência ou não de pacto demoníaco. Já Olindina (2010, p.53) afirma que através da análise dos processos inquisitoriais referentes ao Grão-Pará esses dois sentidos (feitiçaria e práticas mágicas) “andam juntos” em todos os processos analisados, por isso a autora adotou os termos como um único delito. Nos apoiaremos nessa classificação, portanto os termos práticas mágico-religiosas e feitiçaria serão utilizados sem distinção para designar as práticas religiosas consideradas mágicas que foram realizadas pela população paraense.

O Grão-Pará pombalino e a última inquisição

Na América portuguesa, a inquisição não instaurou tribunais, o único tribunal instaurado no além-mar funcionaria em Goa, nas Índias. Porém, preocupados com as heresias existentes no novo mundo, a inquisição esteve presente com uma rede de funcionários espalhados por várias capitanias da colônia e através de visitas esporádicas. As visitas¹⁴⁰ ocorridas na América Portuguesa são as de 1591 a 1595 (Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba), 1618 a 1621 (Salvador e seu Recôncavo), 1627 a 1628 (Capitanias do Sul) e 1763 a 1773 (Grão-Pará). O tribunal de Lisboa era responsável pelo controle dos territórios sobre sua jurisdição, que incluía as regiões das colônias portuguesas. Na luso-América o Santo Ofício perseguiu todo o tipo de crime e heresias que estavam ao seu alcance, inclusive aquelas que os inquisidores não estavam acostumados a lidar, como por exemplo, as manifestações religiosas indígenas e africanas, bigamia e canibalismo. A este trabalho cabe analisar as denúncias e confissões sobre práticas mágico-religiosas relatadas ao Santo Ofício em sua última visita à América portuguesa, realizada no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1763 e 1773.

Durante seus anos de funcionamento, a mesa inquisitorial, instalada em Belém, promoveu audiências e sindicâncias. De acordo com os dados¹⁴¹ do livro de registros, a visita atingiu, direta ou indiretamente, cerca de 485 pessoas (353 brancos, 55 índios, 42 negros escravos, 17 mamelucos, 6 cafuzos e 12 mulatos) que foram citadas durante os relatos. Muitas pessoas simples que viviam na colônia, poucos poderosos, homens e mulheres, profissionais e sem profissão, escravos e senhores, militares e religiosos, vivos e mortos são atingidos pelo zelo inquisitorial da última e mais longa visita ocorrida na colônia. Indivíduos

¹⁴⁰ O Consenso atual na historiografia especializada é de que existiram, no mínimo, as referidas quatro visitas. Segundo Lucas Monteiro (2011), há vários indícios de que outras comitivas inquisitoriais realizaram trabalhos na colônia, pois outras fontes de registros documentais levantam a hipótese de que o Santo Ofício português tenha realizado outras visitas no Brasil colonial. Lina Gorenstein (2005), na sua obra *A Inquisição contra as mulheres – Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*, utilizando como fonte processos inquisitoriais e referências registradas nos cadernos do promotor, identifica uma possível visita da inquisição portuguesa no Rio de Janeiro em 1627.

¹⁴¹ Dados levantados por Amaral Lapa (1978).

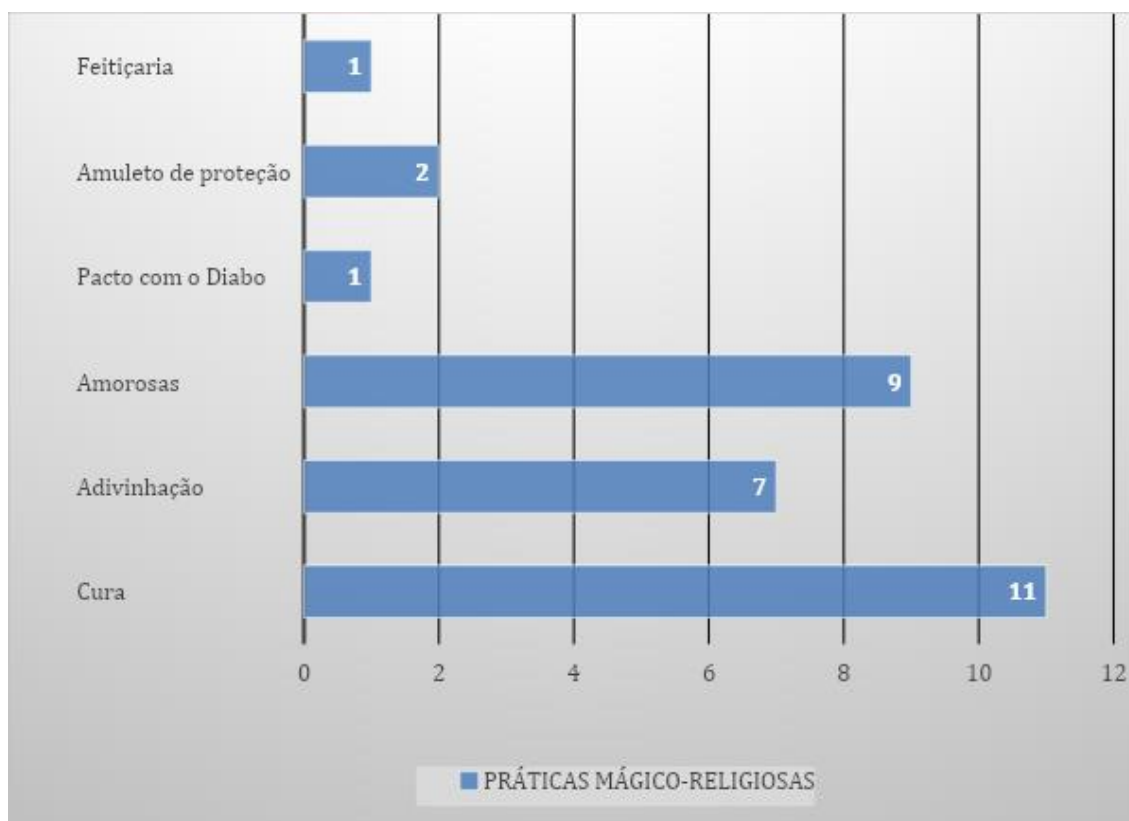
de todas as etnias – pessoas brancas, negras, indígenas, mamelucos, mulatos e cafusos – e camadas sociais, embora boa parte dos implicados eram pertencentes aos grupos mais humildes da população. De forma geral, é possível aferir que o sistema de denúncias esteve majoritariamente voltado para sujeitos não-brancos.

Dentre os delitos relatados ao inquisidor temos casos de bigamia, feitiçaria e práticas mágico-religiosas, blasfêmia, sacrilégio, sodomia, entre outras de difícil classificação devido a sua originalidade, como por exemplo fingir ser padre e realizar missa e fazer confissão. Entre denúncias e confissões relatadas, se sobressaíram os casos de feitiçaria. Dos 46¹⁴² relatos, entre confissões e denúncias, 29 eram relatos sobre práticas mágico-religiosas diversas que envolviam rituais de cura, feitiços de amarração¹⁴³, pacto com o Diabo, feitiçaria e casos em que objetos dos ritos católicos foram roubados para servirem de amuletos. Podemos verificar que mais de 60% dos casos se referem a práticas de feitiçaria, cerca de dois terços, sendo o maior número sobre práticas mágicas se comparadas as outras visitas. Desses 29 relatos se originaram 31 práticas mágico-religiosas, por vezes, um denunciante acusava mais de uma pessoa ou denunciava a mesma pessoa por práticas diferentes (cura e adivinhação, por exemplo). Assim como um confessor ou confessora podia relatar ter praticado mais de um tipo de feitiçaria. As práticas mágico-religiosas constantes no livro estão classificadas conforme gráfico abaixo:

¹⁴² Esse número não representa o número total de denúncias e confissões, pois, às vezes, um mesmo denunciante ou confitente relatava mais de um caso a mesa.

¹⁴³ Esta pesquisa considera feitiços de amarração os ritos que foram realizados, objetivando fins amorosos.

Gráfico 1 – Classificação das práticas de feitiçaria relatadas na fonte



Fonte: Gráfico elaborado através da análise pessoal da fonte de pesquisa aqui utilizada, livro de denúncias e confissões (Lapa, 1978).

Podemos verificar que as práticas de cura se sobressaíram, foram o maior número de relatos apresentados à mesa inquisitorial, seguidas pelas práticas amorosas¹⁴⁴. Classificamos como feitiçaria o caso da escravizada Joana que envenenou uma indígena, que considerava sua rival e realizou feitiços de proteção contra seu senhor. Mais da metade dos relatos envolviam mulheres, especificamente 24, direta ou indiretamente, em alguns casos emergem como autoras, vítimas e ajudantes. Apenas uma confissão sobre feitiços de amarração teve como autora uma mulher, os outros foram de autoria masculina e objetivavam a conquista de mulheres. As práticas de adivinhação se entrecruzam com as práticas mágico-religiosas para fins amorosos e de cura. Para saber a causa da doença e combatê-la, por vezes, se recorreu às adivinhações. Além disso, adivinhações eram realizadas para sanar dúvidas sobre casamentos. Nenhuma prática era de exclusividade feminina, contudo nesta pesquisa o foco de análise será nas que as mulheres estiveram envolvidas. Parte desses ritos explicitam conflitos entre vizinhos e aspectos da relação senhores e escravos, estando envolvidas mulheres de diferentes condições sociais e por variados motivos. No livro, não há nenhum caso de Judaizantes, já que o marquês de Pombal

¹⁴⁴ Em duas práticas mágico-religiosas computadas os confessores também fizeram pacto com Diabo para seduzir a pretendente. Por esse motivo, optamos por classificá-las como práticas amorosas.

optou por facilitar a vida dos cristãos-novos (Mattos, 2012, p. 15), judeus convertidos, visando à prosperidade econômica da região do Grão-Pará.

Diante dos dados levantados, concluímos que a atuação do Santo Ofício no Grão-Pará teve influência da política pombalina, contudo manteve suas funções disciplinadora e vigiadora dos comportamentos dos colonos/as que aqui habitavam. Levando em consideração que não foram relatados casos de práticas judaicas e sim um número expressivo de apresentações sobre ritos de práticas mágico-religiosas, podemos levantar a hipótese de que a inquisição objetivava mapear e controlar o costume da população local, marcado pela singularidade da religiosidade colonial formada pelas crenças indígenas, africanas e europeias. Dessa forma, garantiriam a evangelização do espírito e o disciplinamento das condutas em convergência com os objetivos das ordens régias refletidas na política pombalina.

Práticas mágico-religiosas e vida cotidiana

Antes de se desencadear a repressão da feitiçaria e a caça às bruxas, na Europa Moderna, a magia fazia parte de uma ordem lógica e natural presente no seio da sociedade, como ainda ocorre atualmente em determinadas sociedades estudadas pelos antropólogos. Essa interação ocorria, por exemplo, entre os povos germânicos e eslavos, e nos períodos de tensões era, de certa maneira, desestabilizada pela predominância da magia maléfica (Souza, 2009, p.258). Sendo o Brasil colonial uma sociedade escravista, as tensões eram permanentes. As práticas mágicas executadas pelos colonos refletiam as tensões e conflitos sociais vividos no cotidiano da colônia. O estudo da feitiçaria colonial nos permite adentrar no universo do cotidiano da colônia, dos modos de viver dos que aqui habitavam. As práticas de feitiçaria eram quase sempre individuais, pouco significativas se comparado as supostas temíveis assembleias noturnas que aterrorizavam os indivíduos na Europa Moderna (Souza, 2009, p.208). Para Laura de Mello e Souza a feitiçaria colonial foi uma das formas que os colonos encontraram de se adaptar à realidade social em que viviam,

[a feitiçaria colonial] Foi uma das formas de ajuste do colono ao meio que o circundava; por vezes, protegeu-o dos conflitos e, por outras, refletiu as tensões insuportáveis que desabava sobre seu cotidiano. Ajudou-o a prender a amante, matar o rival, afastar invejosos, lutar contra os opressores, construir uma identidade cultural. Muitas vezes, resolveu seus problemas com o outro mundo; outras tantas, lançou-o em abismos terríveis. Mas foi quase sempre a fonte para o sobrenatural (Souza, 2009, p.208).

Essas práticas mágico-religiosas também representavam o contato com o sobrenatural, a ponte do entre mundos (terreno e espiritual). Representavam o caminho de chegada dos

pedidos até os espíritos para o bem ou para mal, envolvendo acordos com Deus ou o Diabo. Grande parte dessas práticas envolviam a relação senhores escravos, mas elas estavam presentes em todas as camadas sociais. Várias práticas mágicas refletiam inimizades pessoais e desentendimentos entre vizinhos. Ao que as fontes indicam, feitiços para provocar danos e até a morte deviam ser comuns no cotidiano da colônia. No livro da visitação foram relatadas práticas de feitiçaria para cura, adivinhação e para fins amorosos. Citaremos a seguir os casos que mais de destacaram durante esse estudo.

Assim como na sociedade europeia, na época moderna, que também via a doença como algo sobrenatural, na sociedade colonial homens e mulheres acreditavam que a doença era uma advertência divina, uma punição enviada por deus que “afligia o corpo com mazelas, na expectativa de que seus filhos se redimissem dos seus pecados salvando, assim, suas almas” (Souza, 2009, p.223). Não existiam explicações satisfatórias para mortes repentinas e inesperadas, que atualmente são atribuídas a doenças cardíacas e infecciosas. Na falta de explicações científicas o homem se voltava para as causas sobrenaturais. Sendo assim, a doença era o castigo justo por infrações cometidas pelos seres humanos, portanto sendo considerada como algo sobrenatural, logo, só poderia ser combatida com recursos e meios da mesma natureza. Além disso, acreditava-se que a doença também poderia ser oriunda de práticas de feitiçaria realizadas com objetivos de desencadear malefícios. As práticas de cura também envolviam procedimentos mágicos difíceis de serem definidos, muitas vezes de caráter semi-ritual (Souza, 2008, p.237). Práticas de curandeirismo misturavam-se a práticas de adivinhação e interdições rituais. Ministravam-se pós, emplastos e chás de ervas, assim como partes de corpos de animais, alguidares com água somados a gestos, orações, benzimentos e invocações. Sopro e sucção tiveram também tiveram um importante papel nas curas mágicas. No Brasil colônia os curandeiros e curandeiras tanto podiam sanar doenças, restituindo a saúde aos que haviam perdido como desencadear enfermidades, como o exemplo de Ludovina Ferreira.

Ao que os relatos da fonte indicam, Ludovina era considerada uma poderosa feiticeira. Conquistou prestígio e notória fama pública e muito provavelmente, sua fama era proporcional ao medo que causava na população, pois era temida e respeitada. O variado número de denúncias¹⁴⁵ confirmam que a feiticeira possuía muitos clientes e era muito solicitada, não só para desfazer malefícios e praticar curas. Algumas pessoas a procuravam para se protegerem de inimizades e maus tratos (no caso de escravizados) e para conquistar amantes. Ao som do seu maracá, Ludovina não só descobria malefícios, mas também se vingava de quem a

¹⁴⁵ Para o estudo de caso de Ludovina também analisamos denúncias presentes em cadernos do promotor.

contrariasse de alguma forma. Possuía discípulas a quem, provavelmente, ensinava seus conhecimentos sobre curas e encantamentos. O fato de Ludovina fazer “descer Demônios” e ter contato com feiticeiros que vinham lhe trazer informações em forma de animais, declarar que preferia ter amizade com demônios do que com Deus pode ter contribuído para a vinculação de sua imagem ao arquétipo de bruxa. Além disso, falava com animais, que lhe contavam coisas. Um comissário do santo Ofício, através de uma denúncia, declarou que ela tinha companheiras e discípulas, realizava bailes, cantava canções em língua estranha e fazia viagens de noite a um descampado, além disso fazia vir o Diabo em figura de bode e que coabitava com ele, descrição completa do Sabá. Portanto, Ludovina possuía todas as características das bruxas que povoaram o imaginário dos inquisidores e teóricos da demonologia.

Contemporânea de Ludovina, a indígena Sabina também era renomada na arte de fazer curas, descobrir e desfazer malefícios que causavam doenças. Foi denunciada diversas vezes a inquisição, antes e durante a visitação ao Grão-Pará. A curandeira era tão afamada que notícias sobre suas habilidades chegavam a pessoas de outras vilas (Cintra, Colares e da Vigia). Em suas práticas de curas utilizava sucções, beberagens, manipulação de ervas e defumadouros. Recomendava também a utilização de água benta e os exorcismos da igreja. Nas denúncias contra a indígena são citados casos de pessoas expelindo bichos estranhos e descoberta de feitiços enterrados. A curandeira possuía uma vasta clientela entre os quais se incluíam pessoas de posição mais destacada na sociedade paraense como governador, tesoureiros e ouvidor. Todavia, Sabina atendia todo tipo de pessoa que recorria aos seus serviços. Era uma espécie de contrafeiticeira que detectava feitiços e anulava-os. Grande parte das acusações envolvendo Sabina contém informações sobre embrulhos encontrados por ela e sugestão de que um malefício estava no objeto que encontrara. Esses embrulhos eram formados por materiais orgânicos como resquícios de animais, plantas, ou seres orgânicos de modo geral. Sua imagem transitou entre feiticeira e curandeira benta, pois para alguns possuía pacto diabólico e para outros era considerada abençoada em virtude de supostamente possuir uma cruz no céu da boca. Feiticeira ou benta é inegável o caráter emblemático da atuação de Sabina. Os registros apontam que ela atuou no mínimo por duas décadas no Grão-Pará de 1747 a 1767. Podemos afirmar com segurança que tanto Sabina como Ludovina foram renomadas curandeiras da sociedade Paraense.

As práticas de adivinhação foram utilizadas para os mais diversos fins no território colonial. Para desvendar problemas do cotidiano como furtos, paradeiros de escravas e escravos fugidos, nomes de pretendentes, questões do presente e do futuro, dos seus próprios destinos e de outras pessoas, mulheres utilizaram diversos recursos que estavam disponíveis ao seu

alcance como balaio e tesoura, recipientes com água e invocações. Esse tipo de magia era praticado por meio de diferentes rituais, comumente chamados em Portugal de “sortes” (Campos, 1995, p.121). Uma das práticas mais comuns de adivinhação utilizadas na colônia, que se tem registro desde o século XV (Souza, 2009, p. 211.), é a do balaio com a tesoura ou a do chapim, como é também conhecida, que se assemelha a relatos de adivinhação ocorridos em Portugal no qual uma tesoura é colocada dentro de uma joeira e, após pronunciado o conjuro, a movimentação da tesoura resultaria em resposta positiva a questão colocada (Bittencourt, 2004, p.61).

No estado do Grão-Pará sucederam-se essas adivinhações. Em 1963, o escravo crioulo, Marçal, de profissão pedreiro, com aproximadamente 40 anos, relatou (Lapa, 1978, p. 157) que uma índia chamada Quitéria, na época já falecida, em meio a uma conversa, lhe ensinara palavras que tinham o poder de adivinhar os responsáveis por furtos. Ensinou-lhe Quitéria que para adivinhar as pessoas que cometeram o roubo era necessário cravar os bicos de uma tesoura no arco de um balaio e sustentando este por uma parte com o dedo por um anel da mesma tesoura e a outra pessoa da outra parte fazendo o mesmo e estando dessa forma o balaio no ar, devem ser pronunciadas as palavras: “Por São Pedro e São Paulo passou pela porta de São Tiago São Pedro e São Paulo” e que havia de dizer dentro do coração sem que de fora se percebesse e que se nomeassem as pessoas suspeitas de terem praticado o furto, pronunciado o nome do ladrão, logo o balaio haveria de dar volta e cair no chão, sem lhe poderem ter mão e se não nomeasse a pessoa que furtou o balaio nunca cairia no chão. Marçal confessa que utilizou a prática de adivinhação com balaio e a tesoura cinco vezes e só em uma vez não se descobriu o autor do furto, pois o balaio não caiu. A escravizada Maria Francisca, que morava na cidade de Belém, também adivinhara o furto de umas moedinhas murmurando as palavras: “vem São Pita, Vem São Paulo, à porta de São Tiago” enquanto segurava o balaio pelos anéis da tesoura e nomeando os acusados (Lapa, 1978, p.156).

A magia praticada com fins amatórios ocupa o segundo lugar de maior incidência dos delitos mágicos confessados e denunciados na nossa fonte. Encontramos um leque amplo de práticas que buscavam, através dos mais diversos meios, conquistar amores impossíveis e recuperar as paixões rompidas. A manipulação e alteração das vontades humanas, seja para gerar ódio ou o amor, é uma das características mais marcantes das práticas de feitiçaria, bem como é um dos poderes comumente atribuídos às bruxas (Campos, 1995, p.125). Para a confecção de encantamentos que facilitassem as relações amorosas eram utilizados filtros, pós, unguentos, ervas, orações, cartas de tocar e secreções corporais, principalmente os fluidos expelidos pelos órgãos sexuais. Deus e o diabo, assim como seus respectivos assistentes (santos

e demônios), foram invocados para pactuarem com os desejos e vontades de homens e mulheres.

Na América Portuguesa, os feitiços para o amor foram amplamente utilizados. A essas magias amorosas de tradição europeia - utilizadas para juntar ou separar casais, fazer querer bem e “amarrar” um pretendente - foram incorporados elementos da religiosidade indígena e africana, encontrando aqui outros elementos que vão acentuar e facilitar as amarrações de amor. No livro da visitação a maioria dos encantos amorosos, constituíam-se, em sua quase totalidade, de orações. Essas preces eram executadas acompanhadas ou não de rituais e gestos. Tais orações eram dedicadas, na sua imensa maioria, a santos católicos, com destaque para São Marcos e São Cipriano. Encontramos também menção a cartas com poderes irresistíveis ao toque, lavatórios encantados e pacto com o Diabo.

A confissão de Maria Joanna de Azevedo, no dia 07 de novembro de 1766, se constitui no relato mais extenso do livro da visitação e apresenta um variado rol de orações e ritualísticas para fazer querer bem (Lapa, 1978, p. 250-8). Ela se apresentou como solteira, natural de São Luís do Maranhão, cafusa, cerca de 37 anos. A confidente é conhecida no campo de estudos sobre magia amorosa, pois nas palavras de Souza, Joanna é um “acervo vivo de tradições lusas e indígenas” (Souza, 2009, p. 313). No campo da magia amorosa, se tornou referência em estudos sobre as relações de afetividade no período colonial, tamanha a riqueza de seus relatos. Muito provavelmente, também foi referência para sua comunidade. Maria Joanna é um exemplo concreto de subversão da ordem social da qual ela estava inserida. Através de sua história conhecemos seus amores, suas aflições, suas dores e sobretudo sua obstinação em conquistar seus desejos, mesmo sendo desejos considerados imorais. Joanna cita muitas mulheres com o qual aprendeu suas fórmulas para fins amorosos, mulheres que compartilhavam segredos e conhecimentos proibidos. Para conquistar seus desejos mais íntimos, através dessas práticas mágico-religiosas, transgrediram os costumes sociais da época e a doutrina religiosa imposta. Mulheres que foram solidárias umas com as outras em momentos de tristezas e angústias.

Considerações finais

Dentro do contexto social em que viviam, as mulheres procuravam formas de resistência a violência e opressão que sofriam. A feitiçaria colonial foi uma forma de ajuste a realidade do meio que as cercava. Concluímos que as práticas mágico-religiosas foram uma forma de resistência e subversão da ordem social em que as mulheres estavam inseridas. Através desses ritos elas desafiaram a Igreja, que era um “braço” do estado patriarcal, desafiaram seus senhores, seus maridos e homens com quem tinham “trato ilícito”. Foram chamadas quando a

oração do padre falhou, quando os recursos das boticas não funcionaram, quando o médico não conseguiu tratar a doença. Dessa forma conseguiram respeito e prestígio social, por isso foram consideradas como poderosas inimigas a serem combatidas e controladas. As mulheres usavam as práticas de feitiçaria não só como uma estratégia de sobrevivência e resistência, mas também as usavam como arma na luta competitiva por espaços de poder dentro da sociedade e entre seus pares. Elas utilizavam feitiçaria para “amansarem” seus maridos ou para atrair o pretendente, curavam enfermidades do corpo feminino, praticavam adivinhação para sanar suas dúvidas e aflições e se defendiam dos desafetos. Portanto, essas mulheres através de práticas mágico-religiosas, dentro do contexto social em que viviam, transgrediram o padrão social de submissão que lhes eram impostos, tentando moldar a realidade conforme a sua própria vontade. Entretanto, mesmo quebrando as regras, muitas dessas mulheres estavam inseridas dentro desse contexto social que as oprimiam, logo seus anseios e vontades não estão alheios a essa realidade. Analisando as práticas mágicas é possível constatar vários elementos que remontam o discurso sobre a condição feminina na sociedade colonial como a preocupação em arranjar um casamento, assim como mantê-lo, retratado nas práticas de adivinhação e feitiços de amarração. Entretanto, algumas mulheres como Ludovina Ferreira e Maria Joana de Azevedo utilizaram a magia para satisfazerem seus desejos e vontades considerados imorais e pecaminosos.

Em suma, as práticas mágico-religiosas serviram como uma ferramenta para que essas mulheres pudessem se inserir e sobreviver na sociedade patriarcal em que viviam. A fama, o prestígio, respeito e até mesmo o medo por elas conquistados, além de seu sustento, lhe garantiram espaços de poder, liberdade e autonomia, destacando-as da grande maioria da população marginalizada.

Referências

BETHENCOURT, Francisco. **O Imaginário da Magia**: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos**: A Conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769).2005.407f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna**: decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo. In. **O Fio e os Rastros**. Trad. Rosa Freire d'Aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Livro da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pára**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MATTOS, Yllan de. **A Última Inquisição**: os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino 1750-1774. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, Ciência, Religião**, t r ad. p o r t ., Lisboa,Edições 70, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

THOMAS, Keith. **Religião e declínio da magia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo Feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

ST 3 – HISTÓRIA, RELIGIÃO E POLÍTICA

Coordenado por Profa. Dra. Máira Ines Vendrame
e Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro

A Simbologia da Umbanda como Patrimônio Cultural

DUMKE, Silvia Medianeira R.
Mestranda em Patrimônio Cultural//UFSM
silviamedianeira@yahoo.com.br

PEDRAZZI, Fernanda K.
Doutora, Departamento de Arquivologia/UFSM
fernanda.k.pedrazzi@ufsm.br

Resumo: O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de Mestrado em Patrimônio Cultural (UFSM) denominada "Patrimônio Cultural representado através da Simbologia em Terreiro de Umbanda" e se propõe a identificar, compreender e descrever a simbologia dentro da Umbanda. O estudo demonstra a importância dos símbolos Umbandistas dentro da própria religião Umbanda e no sincretismo com a religião Católica. Através da observação de imagens e objetos, dentre outros elementos, se evidencia o seu valor cultural para o indivíduo e para o conjunto da coletividade, ou seja, como cultura gerada através dos saberes populares desenvolvidos através de inúmeras vertentes culturais que, somadas, são reproduzidas através da simbologia Umbandista. A mesma é perpetuada como patrimônio imaterial, baseada na história oral e na historicização da presença desta religião dentre aquelas que povoam o imaginário do brasileiro. O trabalho é desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, estudos comparativos e observações feitas no Terreiro de Umbanda "Templo de Umbanda Pai Oxóssi" localizado no Bairro São José, na cidade de Santa Maria, no centro do estado do Rio Grande do Sul. Como resultado final, a dissertação será composta de um Catálogo ou Glossário, construído ao longo da pesquisa, em um exercício de observação-compilação-criação dando ênfase ao sagrado e as relações que perpassam a religiosidade umbandista na realidade focalizada considerando o tempo presente e as construções retrospectivas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; simbologia; Umbanda.

Introdução

Este trabalho tem como propósito buscar argumentos e interpretações que identifiquem o patrimônio como memória, fazendo com que estas memórias tenham um elo nas relações individuais e na coletividade, buscando compreender os anseios nas relações culturais. Também busca compreender a cultura através do patrimônio intangível e no sentimento identitário do povo de Terreiro de Umbanda através de suas simbologias.

A pessoa representada pelo sistema de crença no seu espaço/tempo, dialogando entre memória e a cultura umbandistas, pode ser compreendida pela patrimonialização da cultura dos saberes no sagrado? E ainda: o registro desta memória através das histórias orais, artigos, livros, cordéis entre outros materiais podem enriquecer este trabalho contribuindo para compreensão do que é e como é representada a simbologia Umbandista?

Na construção e desenvolvimento deste artigo, o intuito é demonstrar através de elementos textuais, alguns conceitos como: cultura, patrimonialização da cultura, a religiosidade Umbandista através dos seus símbolos e pensar como todos estes atributos

contribuem para um entendimento das pessoas entrelaçando saberes culturais e suas simbologias. Parte-se da compreensão de símbolos na perspectiva de Laraia (1986, p.55) “Todo comportamento humano se origina no uso de símbolo. [...] Toda cultura depende de símbolo”. Ainda, os desafios e superações tanto no individual quanto no coletivo do entendimento na religião Umbanda através da memória.

A pesquisa pretende compreender dentro do terreiro estudado, o “Templo de Umbanda Pai Oxóssi” localizado no Bairro São José, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, mas também fora dele, como são apresentadas as mais diversas formas de entendimento da religiosidade Umbandista. Este artigo não é uma reflexão acabada, já que é fruto de uma pesquisa do Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural que ainda está em andamento, na linha de pesquisa Patrimônio Documental Arquivístico, pela Universidade Federal de Santa Maria (RS).

Compreensão de cultura

Nos muitos conceitos de cultura, a representatividade de ideias destes conceitos de maneira ampla, tanto no individual quanto na coletividade, se faz perceber através da costura que Laraia faz com outros autores:

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que ‘tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade’ (Laraia, 1986, p. 25).

Para Geertz (2008, p.37), “o conceito de cultura tem seu impacto no conceito de homem, [...] a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um”. Laraia (*apud* Ruth Benedict, 1986, p. 67) “escreveu em seu livro *O Crisântemo e a espada*, que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de cultura diferente usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontrada das coisas”. O homem é o único ser possuidor de cultura, com isso, compreender a cultura do outro, é entender que o saber de cada cultura preserva e valoriza elementos de sua identidade.

Ainda para Martins, a história é a mola propulsora da cultura:

[...] A história é um componente comum a todas as formas de cultura, mantendo, no entanto, sua especificidade. Essa especificidade está na articulação temporal dos

sujeitos com o processo de sua formação no passado, de seu agir no presente e de sua projeção no futuro”. [...] “A cultura histórica é, então, a articulação de percepção, interpretação, orientação e teleologia, na qual o tempo é um fator determinante na vida humana. (Martins, 2007, p. 33)

Com isso, as constantes modificações que vão acontecendo ao longo do tempo, na história e na vida de cada um, implicam diretamente na cultura e por consequência nas religiões, e dentro da religião Umbanda não poderia ser diferente. A mestiçagem que há neste universo Umbandista nos faz refletir a partir do sistema de crença do indivíduo imbricado nos conceitos enraizados na cultura e na religiosidade fazendo uso deste sincretismo como reafirmação da crença.

Cultura oral dentro dos terreiros de Umbanda

Os Terreiros de Umbanda, guardam e preservam a cultura transmitida oralmente como parte de uma tradição vivida e passada de geração para geração, com o “aprender fazendo”. Os saberes das práticas religiosas identificam os Terreiros de Umbanda como patrimônios simbólicos desta história vivida e transmitida oralmente, de tal modo que esses saberes e ensinamentos não possuem um documento central. São tradições orais, passadas de Pais e Mães de Santo para seus filhos (as) ligadas ao gestos e ensinamentos (Prandi, 2001). Ainda são registros da memória como ligação entre o passado e o presente, e sim, o que é falado é registrado na memória e o patrimônio intangível pode ser sentido através desta memória.

Visto que, somos feitos de memória e lembranças, Nora reforça esta afirmação ao colocar que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e ao esquecimento” (Nora, 1993, p. 09).

Breve abordagem do que é a Umbanda

Falar da origem da religião Umbanda é um processo complexo, imbricado na própria historiografia brasileira e na forma como as matrizes lusitanas, tupi e afrodiáspóricas desenvolveram relações sociais e religiosas na América (Ribeiro, 1995 *apud* Dumke, 2021, p. 7). A crença do ameríndio, juntamente com a do católico colonizador em solo brasileiro e dos grupos chegados da África, todos estes, acrescentado ao kardecismo francês, foram amalgamando-se dando origem a Umbanda como uma nova religião (Ortiz, 1999). A palavra *Umbanda* vem do vocábulo quimbundo, de Angola e que quer dizer “arte de cura”. A religião Umbanda surge em 1908, fundada por Zélio Fernandino de Moraes, no subúrbio do Rio de Janeiro, quando teria incorporado o Caboclo das Sete Encruzilhadas, espírito este que orientou

Zélio e teria contribuído para criação da Religião Umbanda com base em três conceitos fundamentais: Luz, Caridade e Amor (Dumke, 2021, p. 8).

Quando a Umbanda completa seu centenário no dia 15 de novembro de 2008, após um século de atividade, reforça a ideia em uma reflexão sobre a herança das experiências religiosas de três raças (branca, negra e vermelha) e muitas culturas (Cumino, 2011, p. 29).

Muitas são as discussões acerca do início da Umbanda no Brasil, há divergências de autores, dizendo que o surgimento da Umbanda se deu bem antes da data de 1908, outros dizem que não, que a Umbanda surgiu através de uma discriminação racial. Todos estes debates sobre o mesmo tema e datas sempre estarão presentes nas discussões de relação de poder. Portanto, de acordo com a teoria de Giumbelli, entende-se que o jovem Zélio, com apenas 17 anos de idade, a procura de recurso para seus problemas de saúde, que os médicos não conseguiam curar, busca auxílio em uma reunião espírita. Naquela noite, é quando começam se manifestar diversos espíritos, espíritos de negros escravos, indígenas entre outros, em uma série de crises, semelhante à epilepsia que tomava Zélio. Era uma sessão espírita Kardecista, e estes espíritos não eram bem-vindos, sendo considerados espíritos atrasados espiritual, cultural e moralmente. Foi quando baixou o Caboclo das Sete Encruzilhadas, proferindo um discurso de defesa das entidades que ali estavam presentes, já que estavam sendo discriminadas pela diferença de cor e classe social (Giumbelli, 2002).

Na noite seguinte, dia 16 de novembro de 1908, às 20 horas, um encontro foi marcado na casa de Zélio (Imagem 1), um novo culto se instalou onde tais entidades poderiam exercer seus trabalhos espirituais e passar suas mensagens sem sofrer perseguições (Rohde, 2009, p.80). Com este feito, nasce uma nova religião em solo brasileiro, a Umbanda (Imagem 2) que conhecemos hoje.

Imagem 1 - Casa da família Moraes, onde se realizaram os primeiros encontros da nova religião Umbanda em 1908, Rio de Janeiro (RJ).



Disponível em <https://ensaiosmuseologicos.blogspot.com/2011/10/patrimonio-cultural-da-umbanda-em-risco.html>. Acesso em: 29 jan. 2024.

A religião Umbanda traz muitos traços místicos e sabedorias oriundas da natureza e de seus antepassados, através de seus médiuns para aconselhar as pessoas que buscam conforto nos Terreiros de Umbanda. Com isso, esta religião é pautada em vibrações astrais. A seguir é apresentada uma breve explanação das vibrações da Umbanda.

São sete as vibrações originais que irradiam e ordenam os sete orixás da Umbanda: Vibração de Orixalá (ou Oxalá); Vibração de Yemanjá; Vibração de Xangô; Vibração de Ogum; Vibração de Oxóssi; Vibração de Yori (as Crianças) e; Vibração de Yorimá (os Pretos Velhos) (Saraceni, 2007).

Imagem 2 - Tenda Espírita de Zélio Fernandino de Moraes e o Caboclo das Sete Encruzilhadas: mito da origem dos cultos realizados no início da Umbanda no Brasil.



Disponível em: <https://mandaladosorixas.blogspot.com/2016/06/tenda-espirita-nossa-senhora-da-piedade.html>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Assim como o início da religião Umbanda foi pautado na posseção de uma entidade espírita em Zélio, a presença da oralidade como introdução nesta religiosidade se faz presente demonstrando através do “saber fazer”, pois este fundamento é reforçado através do Axé.

O axé é uma força, um poder transmitido. Ele é veiculado ritualmente por meios simbólicos e espirituais. Como qualquer força, ele pode ser transmitido a objetos ou a seres humanos. O axé recebido dos antepassados, traduzidos pelos africanos ao Brasil, foi, no início, colocado nos lugares de adoração, consagrando-os e lhes transmitindo o poder da hereditariedade; ele foi assim transmitido inicialmente aos sacerdotes e sacerdotisas, de geração em geração. Como poder transmitido, sua força pode ser, seja aumentada, seja diminuída. Quanto mais uma casa de culto é antiga, tanto mais elevado o grau de iniciação da sacerdotisa encarregada das obrigações rituais, mais potente é o axé. O axé não se aprende, se recebe, se enriquece através da prática ritual e da experiência mútua: ele se divide, se distribui. (Santos, 1970, p.163).

O terreiro “Templo de Umbanda Pai Oxóssi”

O Terreiro estudado, o “Templo de Umbanda Pai Oxóssi”, está localizado no Bairro São José, na cidade de Santa Maria, no centro do estado do Rio Grande do Sul. Ele está filiado à Liga Espiritualista de Umbanda e Cultos Afro Brasileiros (LEUCAB) e atualmente conta com poucos filhos e filhas de Santo pois, à medida que estes filhos e filhas de Santo vão sendo “aprontados na religião” (se formam pais e mães de Santos), vão construindo seus próprios Terreiros, mas sempre lembrando de suas origens e de como seguir com suas doutrinas religiosas aprendidas em suas formações do Terreiro de origem.

No Terreiro (Imagem 3) são realizados jogos de cartas ciganas pela Mãe de Santo do Terreiro, são feitos trabalhos espirituais e nas datas festivas de cada entidade cultuada no Terreiro é feita uma sessão comemorativa homenageando aquela entidade. É cultuado o povo de Umbanda, como Caboclos, Pretos Velhos, Ibejes, Oguns, Iansãs, Oxuns e Xangôs. Já na linha vermelha, são cultuados os Exus e as Pomba Giras, além dos Barás.

Imagem 3 - Congá do “Templo de Umbanda Pai Oxóssi”.



Fonte: Fotografia de Silvia Dumke, 2021.

Diversidades da Umbanda

Atribuir valor e reconhecimento a bens imateriais e históricos diz respeito a práticas e domínios da vida social e cultural. Os patrimônios intangíveis são construções culturais de preservação, salvaguarda e práticas manifestadas através de expressões da coletividade que representam grupos específicos.

Os umbandistas, com a diversidade cultural que têm, são representados através de várias manifestações tanto individuais quanto coletivas. As muitas expressões umbandistas representadas aqui destacam-se das mais diversas formas: Publicações umbandistas em Cordéis, do Bará do Mercado Público de Porto Alegre (RS), manifestação coletiva do sagrado e o modo de fazer disso tudo que vai criando memória. E estes são apenas alguns exemplos do seu valor artístico transmitidos através da Umbanda. Entende-se que um umbandista é pertencente a uma casa, a um Terreiro e dele carrega a visão da Umbanda, a partir deste espaço, de seus pais e mães de Santo e das entidades espirituais que neles atuam (Andrade Junior, 2017, p.109). As muitas formas de demonstrar a Umbanda a todos, são os variados canais que ela percorre.

“A Literatura de Cordel é uma manifestação da cultura popular brasileira que teve origem no Nordeste. É composta por poemas escritos em linguagem popular, ricos em rimas e na perfeição métrica dos seus versos” (Fernandes, 2023). Os cordelistas do século XX costumavam mostrar a realidade vivida por aquele povo específico representado transferindo para o papel suas características em forma de versos e prosas. Muitas realidades foram transcritas em cordéis. Andrade Junior lembra algumas delas.

Personagens do mundo católico aparecem reiteradamente em folhetos tanto produzidos no sertão como nos grandes centros, posso destacar: os Papas (sobretudo João Paulo II), Padre Cícero, Frei Damião, Antônio Conselheiro, santos e santas, milagreiros de cemitério e de rua. Os cordelistas nasceram e se criaram num espaço tomado pelo catolicismo e sua produção artística vai reforçar estes discursos, fazendo com que a produção cordelista, no tocante a religião e religiosidade, esteja intimamente ligada a este catolicismo. (Andrade Junior, 2017, p. 104)

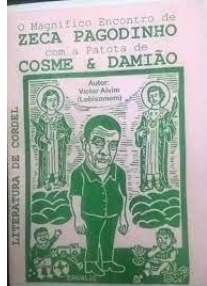
O autor qualifica o cordel como “um documento histórico, antropológico e sociológico dos mais vibrantes, já que escancara as mazelas que normalmente são escondidas das grandes mídias ou minimizadas por outros gêneros literários” (Andrade Junior, 2017, p. 105). Com isso, a necessidade de falar de assuntos populares e urbanos, torna o cordel uma forma de expressão literária mais próxima dos “excluídos”, da população em geral, transmitindo seus conhecimentos e vivências escritas através de memória em vários assuntos traduzidos em prosa e versos nos cordéis.

[...] que o cordel se modificou com o tempo em suas temáticas, não se fossilizou, como era o desejo dos folcloristas e estudiosos da cultura popular do início do século XX, que viam estas novas temáticas como degenerações, já que abandonavam temáticas sertanejas, rurais e passaram a falar também de temáticas urbanas. A Umbanda é essencialmente urbana. (Andrade Junior, 2017, p.106).

O cordel é mais uma das mais diversas formas de representar a religião Umbanda. No Quadro 1 são apresentados oito cordéis citados por Andrade Junior no artigo “As Umbandas no Cordel” que demonstram a Umbanda neste universo, com a imagem da capa, o título, o autor, o ano e a fonte.

Quadro 1 – Cordéis pesquisados por Andrade Junior, 2017

Capa	Título	Autoria	Ano	Local publicação / Fonte
	“ABC da Umbanda”	Vicência Macêdo Maia	1972	Salvador/BA Acervo do Programa de Pesquisa em Literatura Popular – UFPB – João Pessoa/PB
	“Umbanda em Versos”	Flávio Fernandes Moreira	1978	Rio de Janeiro/RJ Acervo da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida – UEPB – Campina Grande/PB
	“Umbanda Cem Anos de Amor e Caridade”	Francisco Luiz Mendes	2008	Rio de Janeiro/RJ - Recife/PE Acervo pessoal Lourival Andrade Junior
	“Alma de Pessoa baixa na Umbanda da Bahia”	Franklin Maxado Nordeste	1985	Salvador/BA Acervo do Setor de Documentação Baiana da Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Salvador/BA

	“O casamento do rei da Umbanda Mário Miranda Maria Aparecida”	Zoé Farias	s/d	Recife/PE Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa
	“O magnífico encontro de Zeca Pagodinho com a patota de Cosme e Damião”	Victor Alvim (Lobisomem)	2012	Rio de Janeiro/RJ Acervo pessoal Lourival Andrade Junior
	“Luz de um Preto Velho”	Gonçalo Ferreira da Silva	s/d	- Acervo pessoal Lourival Andrade Junior
	“Salve o Mestre Zé Pelintra”	Francisco Luiz Mendes	s/d	Rio de Janeiro/RJ - Recife/PE Acervo pessoal Lourival Andrade Junior

Fonte: Andrade Junior. Revista Esboços, Florianópolis, v. 24, n. 37, p.102-125, ago. 2017.

Pelos títulos, os cordéis produzidos no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, apresentam temáticas relativas à Umbanda, porém de perspectivas diversas. Apenas dois dos cordéis apresentados no Quadro 1 tem mesmo autor, Francisco Luiz Mendes. O tema vai da história da Umbanda até entidades que ela apresenta em diferentes locais.

A Umbanda e suas peculiaridades adentra em muitos outros canais culturais, traduzindo significados e conhecimentos através da fé do indivíduo e seu reconhecimento na coletividade. Ela está em constante construção, transformação e adaptação e esses entendimentos são profundamente necessários para uma melhor compreensão da mesma (Cumino, 2011, p. 108).

No que tange a Umbanda e a coletividade, aborda-se, a seguir, uma pequena explanação sobre o Bará do Mercado Público de Porto Alegre (RS) como complemento da ideia de compartilhamento de seus conhecimentos e a chegada até a coletividade na Umbanda,

transportando a informação de dentro dos Terreiros de Umbanda para um local de grande circulação da população, na coletividade do Bará do Mercado, como é conhecido popularmente por seus frequentadores.

O Mercado Público de Porto Alegre

O Mercado Público de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, está localizado no centro histórico da cidade, entre as avenidas Borges de Medeiros e a Praça Pereira Parobé. É uma construção eclética do século XIX, criado em 1869 para abastecer a comunidade local, e ao longo do tempo este espaço foi transformando-se em um compilado de comerciantes que viram no lugar o potencial de comercializar seus produtos nos estandes, como açougues, peixarias, produtos regionais, fruteiras, artesanatos, artigos religiosos, doces, uma variada variedade de produtos que fizeram com que o Mercado Público se tornasse o que é hoje, uma referência em diversidade na alimentação em local de grande circulação de pessoas. Ali são guardadas muitas histórias que fortalecem as tradições étnicas e religiosas em seu espaço, desenvolvendo uma memória coletiva do povo porto-alegrense (Aguiar, 2015, p.14).

Imagem 4 - Mercado Público de Porto Alegre, RS.



Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/porto-alegre/turismo/estabelecimento/mercado-publico-central> Acesso em: 29 jan. 2024.

Pensando o espaço interno do Mercado Público como patrimônio cultural de povo de Terreiro, o Bará do Mercado (Imagem 5), localizado no centro do local, simboliza proteção espiritual, prosperidade, caminhos abertos e mais, um conjunto de identidade cultural coletiva. A Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), torna público dia 15 de maio de 2015 que o Bará do Mercado se torna Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial da Cidade de Porto Alegre, com o seguinte texto.

O Bará do Mercado é um espaço na encruzilhada central do Mercado Público Central de Porto Alegre, que se constituiu como lugar de referência secular para os religiosos de matriz africana. Ali, no centro do Mercado ocorre a manifestação religiosa denominada *passeio* e é o lugar da Morada do Orixá Bará. O Orixá Bará é compreendido como o senhor das encruzilhadas, capaz de abrir e fechar caminhos. Saudar e cultuar o Orixá Bará no Mercado Público com a intenção de obter fartura, abundância, prosperidade e a abertura de caminhos tem sido uma prática dos adeptos das religiões de matriz africana presente na história da cidade por mais de um século. Esta manifestação cultural, étnica e religiosa é uma marca histórica da territorialidade negra e da religiosidade afro-brasileira na cidade de Porto Alegre. (Aguiar, 2015, p. 27)

Quem é o Orixá Bará? Ligado a força da natureza, o Bará faz a ligação entre “Orún” (mundo material) e “Aiyê” (mundo espiritual), Baráou Oba-Ara (Oba = Rei e Ara = corpo) é o primeiro Orixá dos Orixás, seu nome é traduzido como “aquele que sustenta a vida” individual e coletiva, o dono das chaves, da fertilidade, das questões de dinheiro, simboliza o movimento, por isso fica localizado numa encruzilhada do Mercado Público (Aguiar, 2015, p. 45).

Imagem 5 - Bará do Mercado Público



Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8092584/> Acesso em: 29 jan. 2024.

Em dia de festa este espaço que tem o mosaico ganha outras cores, sobre o assentamento, conforme aparece na Imagem 6.

Imagem 6 - Bará do Mercado Público em dia de Festa, com suas oferendas.



Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bar%C3%A1_do_Mercado_em_Porto_Alegre.jpg
Acesso em: 29 jan. 2024.

Todos estes elementos que traduzem a religião Umbanda em símbolos, saberes e experiências vividas, enriquecem as histórias nos Terreiros. “Saberes que também são parte de uma tradição que é vivida, aprendida e repassada, principalmente, pela memória e pela oralidade” (Assunção, 2012, p. 14). Temos, nesse sentido, a oralidade mista, “não estamos diante de um campo de oralidade pura, e sim de uma oralidade mista, ou seja, que coexiste com a escrita, mas sobre a influência da oralidade” (Chaves, 2012, p. 139). A linguagem iconográfica através das simbologias, que segundo o dicionário *on line* de português, simbologia quer dizer: “estudo realizado sobre símbolos, logo, símbolo significa algo que se refere à representação perceptível que se faz de uma ideia, cujas características estão socialmente aceitas por convenção”. A linguagem iconográfica através de símbolos, promove um diálogo visível do que o mesmo traduz. Por exemplo, no senso comum, na praia a bandeira vermelha significa que o mar está agitado e perigoso, logo, não devemos entrar no mar. Com isso, os símbolos religiosos formulam uma congruência básica entre um estilo de vida particular e uma metafísica específica (implica no mais das vezes) e, ao fazê-lo, sustentam cada uma delas com a autoridade emprestada do outro (Geertz, 2008, p. 67).

Considerações finais

O compilado de informações deste artigo é uma tentativa de aproximar aqueles que querem ter uma visão mais ampla sobre a Umbanda e seus fundamentos tanto individuais quanto no coletivo, entrelaçando a cultura e a religiosidade umbandista como objetos da memória.

No que tange os argumentos e interpretações do patrimônio como memória, através de conceitos, comparações e relatos, remete-nos a uma abrangente visão de que a patrimonialização da cultura está imbricada na nossa sociedade. Entende-se que a pessoa representada através do sistema de crença no espaço/tempo dialoga entre a memória e a cultura umbandista traduzidas através dos muitos conceitos trabalhados ao longo deste artigo. Há a ideia, portanto, de que tudo isso contribui para a compreensão desta pessoa como protagonista destas memórias patrimonializadas.

A compreensão da cultura através da identidade do povo de Terreiro remete que o diálogo entre a cultura umbandista e o que os autores aqui mencionados registraram, sirva como contribuição e incentivo para pesquisas posteriores, já que este estudo é fruto de uma dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural em construção e este tema não se esgota aqui. A mestiçagem trabalhada no amalgamento de outras religiões fez com que esta união resultasse na Umbanda que conhecemos.

O conhecimento da história de vida de Zélio Fernandino de Moraes entrelaçada à religião Umbanda contribuíram para um melhor entendimento destas vertentes dos saberes umbandistas no decurso do ideal identitário da memória. Memória esta compreendida através da valorização e entendimento do que venha a ser cultura, tanto através dos cordéis, quanto da popularização e admiração do Bará do Mercado Público de Porto Alegre.

A costura dessas informações no presente trabalho instiga importantes construções e/ou desconstruções de conceitos e memórias, historicizando a construção identitária dos Terreiros de Umbanda que estão enraizados na nossa sociedade. Estas identidades criadas através da valorização de tradições de gerações passadas contribuem para as futuras, fortalecendo esta identidade através da fé.

Referências

AGUIAR, Patrícia Adorno. Um passeio por caminhos invisíveis: fontes de informação sobre o Bará do Mercado. 2015. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Graduação em Biblioteconomia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

ANDRADE JUNIOR, Lourival. As Umbandas no Cordel. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, v.24 n. 37 (2017): história das Religiões e Religiosidades – Dossiê, Artigo recebido em maio de 2017. Aceito em julho de 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321989178_As_umbandas_no_cordel Acesso em: 09 out. 2023.

ASSUNÇÃO, Luiz. Apresentação. In: ASSUNÇÃO, Luiz (org.). **Da minha folha: múltiplos olhares sobre as religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Arché Editora, 2012.

CHAVES, Kelson G. O. Umbanda: saberes e tradição mágico-religiosa. In: ASSUNÇÃO, Luiz (org.). **Da minha folha: múltiplos olhares sobre as religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Arché Editora, 2012. p. 109 -149

COSTA, Heloisa Helena F. Gonçalves da. **Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 87-101, jan.-abr. 2012.

CUMINO, Alexandre, **História da Umbanda: uma religião brasileira**. São Paulo: Mandras, 2011.

DUMKE, Silvia Medianeira Rosa. A Limpeza do Sagrado: Um ensaio fotográfico sobre gênero e cuidado em um Terreiro de Umbanda. 2021. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Estudo de Gênero) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

FERNANDES, Márcia. Literatura de Cordel. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/literatura-de-cordel/> Acesso em: 07 out. 2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1, ed., 13.reimpressão. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. 2 ed. Revisada e atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2007.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, v. 10. N. 10, p. 7-28, 1993.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. Umbanda e Sociedade Brasileira. Brasiliense: São Paulo, 1999.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROHDE, Bruno Faria. **Umbanda, uma religião que não nasceu**: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista. Revista de Estudos da Religião, Bahia, março 2009, pp.77-96.

SANTOS, Deoscoredes M. dos; SANTOS, Juana E. dos. **La religion nagô génératrice de valeurs culturelles au Brésil**, in Colloque de Cotonou, Paris, Présence Africaine, 1970, p.156-171.

SARACENI, R. **Doutrina e teologia da Umbanda sagrada**. Rio de Janeiro: Madras, 2007. Disponível em: <https://www.tensp.org/> Imagem da Casa e Culto Umbandista. Acesso em: 04 out. 2023.

SÍMBOLO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/simbolo/> Acesso em: 11 out. 2023.

Museo del Patrimônio Regional de Rivera e as fontes históricas do político Ivo Leites Caggiani

CONSTANTE, Sônia Elisabete
Doutora em Comunicação – UFSM
sonia.constante@ufsm.br

SOARES, Lourdes Marilize Ferreira Soares
Mestre em Patrimônio Cultural – UFSM
lourdessoaresml@gmail.com

Resumo: O Arquivo Pessoal do brasileiro Ivo Leites Caggiani é resultado de suas atividades exercidas ao longo de lutas pela democracia, juntamente com a sua função de jornalista e escritor, uma vez que escreveu diversos livros sobre a história da sua cidade natal, Sant’Ana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), fronteira com Riveira (Uruguai), conhecida como “fronteiras culturais”. Assim, este artigo traz uma das principais ações de Ivo Caggiani como “sujeito legitimado” (Constante, 2018), especialmente em um dos seus principais papéis, como representante político do Legislativo municipal de Sant’Ana do Livramento, no cargo de vereador, no período de 1977 a 1992. O seu valor perante a comunidade foi tanto que ao longo deste período legislativo recebeu diversos diplomas de reconhecimento como o Troféu “Obelisco da Paz”, que é um monumento de referência para a fronteira Brasil/Uruguai. Atualmente, esse acervo está sendo custodiado pelo Museo del Patrimonio Regional (MPR) de Rivera (Uruguai), recebido através de doação por parte de sua família. Existe, porém, uma considerável Massa Documental Acumulada (MDA) que precisa receber tratamento arquivístico, por isso o Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPC/UFSM) foi contemplado pelo Edital PRE/PRPGP 042/2023 para ampliação de parceria, atuando em prol da internacionalização. Parte desta documentação traz fatos relevantes do Poder Legislativo Municipal e da participação de Caggiani como político no exercício do cargo de vereador e líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com fotografias que ilustram a sua diplomação como Presidente da Câmara Municipal, no período de 15 de março de 1979 até 15 de março de 1980. Seu empenho resultou em inúmeras premiações como o recebimento do Diploma “Vereador Destaque de 1983” e, também na publicação do livro “O Poder Legislativo em Sant’Ana do Livramento (1857 – 1985)”. Entende-se, assim, que a qualificação dos profissionais que atuam no MPR, foi viabilizada por meio da implementação de ações propostas no projeto executado por participantes do PPGPC/UFSM que está sendo fundamental para a organização e conservação dos documentos de Ivo Caggiani. No entanto, recomenda-se que esses acervos, da Câmara Municipal de Sant’Ana do Livramento e do MPR, precisam estar conectados para que seu legado nunca seja esquecido nessa “fronteira cultural”.
Palavras-chave: Fronteiras Culturais; Preservação documental; Ivo Leites Caggiani.

Introdução

O Museo del Patrimonio Regional (MPR) está localizado em Rivera, que é um Departamento do Uruguai, fazendo fronteira com a cidade Sant’Ana do Livramento (Brasil), situada no estado do Rio Grande do Sul (RS), cognominada oficialmente de "Fronteira da Paz" em razão da unificação urbana. Ambas cidades são consideradas cidades-gêmeas e, ao mesmo

tempo, segundo Kalusberger (2023, p. 334) como “maior centro urbano da diáde Uruguai-Brasil”. E, por meio de iniciativas propositivas ocorridas em Rivera e Sant’Ana do Livramento, também passou a ser conhecida como “fronteiras culturais”, a partir do segundo mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), hoje em seu terceiro mandato, iniciado no ano de 2023.

A história do MPR começou em 18 de julho de 1946, inicialmente com sede na rua Sarandi esquina com rua Lavalleja, com um acervo formado por coleções de Lisandro Lópes e de Carlos Barboza. Posteriormente, foi realocado para a Biblioteca Municipal, situada na rua General José Gervasio Artigas, com a identificação de Museo Histórico. No entanto, devido ao espaço físico insuficiente diante do número de artefatos, foi necessário fazer novo remanejamento, no prédio atual, para a rua General José Gervásio Artigas, num anexo entre a Biblioteca e a Junta Departamental (Souza, 2017).

A reabertura do Museo ocorreu em 12 de abril de 1984, mas com uma trajetória cultural e de gestão que foi sendo alterada em razão das coleções que foram sendo adquiridas ou recebidas através de doações ao longo dos anos, tanto que entre os anos 1990 e 1995, segundo Souza, o “museu permaneceu fechado, sendo reaberto em 10 de julho de 1995 pelo Diretor do Museo Municipal de Artes Plásticas Prof. Osmar Santos” (2017, p. 36). Esse movimento de substituição de gestão ocorreu em decorrência da readequação da missão ser, naturalmente, revista a cada recebimento de materiais e de documentos, como ocorreu recentemente com o acervo pessoal de Ivo Leites Caggiani que foi doado ao MPR pela família, na gestão do historiador e professor Dr. Eduardo Ramon Palermo Lopez.

Na Fotografia 1 pode ser observado a fachada do Museo del Patrimonio Regional¹⁴⁶, que dispõe de dois laboratórios, um de preservação patrimonial, em colaboração com a Universidade Federal de Pelotas e outro de digitalização em colaboração com o Centro Universitario de Rivera, segundo Souza (2017).

¹⁴⁶ Museo del Patrimonio. Disponível em: <https://www.rivera.gub.uy/social/cultura/museos/>. Acesso em: 18 jan. 2024

Fotografia 1 – Vista Museo del Patrimônio Regional de Riveira



Fonte: Autoria de Sônia Elisabete Constante (28 jul. 2023)

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), representado por docentes do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC/UFSM) atuando em prol da internacionalização, nas cidades de Rivera (Uruguai) e Sant’Ana do Livramento (Brasil), por meio de recursos contemplados pelo Edital PRE/PRPGP¹⁴⁷ N. 042/2023, concluíram a execução do projeto “Capacitação em gestão documental para a preservação da memória e do patrimônio cultural na fronteira integrada Brasil/Uruguai”, para parceria de qualificação da equipe de trabalho e de colaboradores que atuam no MPR (Uruguai), para o tratamento da Massa Documental Acumulada (MDA), com ênfase na conservação preventiva de documentos.

Souza identificou, em sua dissertação “Preservação do Patrimônio Arqueológico de Fronteira: Museo del Patrimonio Regional de Rivera – Uruguai” (2017), que a preocupação dos museus do Uruguai, em sua maioria, é com a conservação dos acervos históricos e arqueológicos. Essa observação de fato foi perceptível, pelos docentes da UFSM, no caso do Museo del Patrimonio Regional.

O acervo do brasileiro Ivo Leites Caggiani, agora custodiado pelo Museo, forma um conjunto documental que traz o agrupamento de documentos que foram sendo acumulados durante a sua vida de professor, jornalista, historiador (rememorando o seu fascínio pela biografia de personagens contados em narrativas) e político, no seu caso exercendo o cargo de vereador da cidade de Sant’Ana do Livramento (Brasil).

¹⁴⁷ Pró Reitoria de Extensão (PRE)/Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa (PRPGP) da UFSM.

Por isso, diante da considerável MDA do MPR, em especial, do Arquivo Pessoal de Ivo Caggiani¹⁴⁸, optou-se pela capacitação a partir da apresentação de ferramentas de planejamento estratégico para a organização e conservação, como por exemplo, a elaboração do instrumento arquivístico para o arranjo, de acordo com as funções e atividades, o chamado Quadro de Arranjo. Como Ivo Caggiani já faleceu em 19 de abril de 2000, o seu fundo é considerado um Fundo Fechado por não oportunizar mais o recebimento de documentos produzidos/recebidos em razão de sua missão, já que faleceu em 19 de abril de 2000.

O presente trabalho traz, deste modo, fatos relevantes do “sujeito legitimado” Ivo Caggiani (Constante, 2018), no seu papel de representante político do Legislativo municipal de Sant’Ana do Livramento, no período de 1977 a 1992, no cargo de vereador, como figura ilustre de enorme reconhecimento na fronteira Brasil/Uruguai.

O Arquivo Pessoal é contemplado com uma diversidade temática de cunho histórico, reunindo espécies documentais como atas, memorandos, revistas, livros, fotografias, jornais, etc. Dos jornais merece destaque a coleção “Folha Popular”, com datas limites de 1792 a 1996, porém, com lacunas já que em determinado período ficou fechado, sendo reaberto por Caggiani em fevereiro de 1955. Aliás, ele foi diretor-chefe desse jornal por vários anos¹⁴⁹, mas por estar sempre muito engajado em defesa da Constituição, entre 1965 a 1969, diante do Golpe de 1964, precisou deixar a sua direção em razão do seu posicionamento político e participação no Movimento da Legalidade, comandado por Leonel Brizola.

Toda a documentação desse “sujeito legitimado” reflete nos seus interesses de trabalho e de sua vida pessoal, portanto, esse acervo contempla o seu Arquivo Pessoal que são considerados os egodocumentos de Caggiani em que:

Esses são documentos que, por sua essência, formam os Arquivos Pessoais e diferenciam-se dos documentos institucionais, cuja natureza objetiva faz com que as características dos autores não fiquem tanto em evidência. O que define se um documento é ou não um egodocumento é se contém a presença materializada do “eu” do autor no texto (Britto e Corradi, 2018, p. 99).

Nesse sentido, os documentos reunidos pelo brasileiro Ivo Leites Caggiani carregam no seu contexto a personalidade, intimidade e motivação do titular no decorrer dos seus registros pessoais e profissionais, ele como jornalista, historiador, vereador, etc. Essas atividades

¹⁴⁸ Fundo Arquivístico é um conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/atom/identificacao-de-fundos-arquivisticos/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

¹⁴⁹ Blog Memória da Fronteira. Disponível em: <https://memoriadafronteira.blogspot.com/2015/07/breve-biografia-do-historiador.html>. Acesso em: 22 jan. 2024.

realizadas no Museo vêm ao encontro do que pensam Britto e Corradi (2018), onde os autores explicam que:

Além da possibilidade de realização de pesquisas com diversos enfoques, o Arquivista, ao deter o conhecimento sobre as características intrínsecas dos egodocumentos, poderá utilizá-las para o tratamento técnico adequado de arranjo e descrição documental. A identificação das motivações ajudará a interpretar o contexto de produção de cada peça documental e assim assimilar a função que se desencadeará na elaboração das séries documentais que comporão o arranjo (Britto e Corradi, 2018, p. 125).

Ou seja, conforme entendimento de Britto e Corradi (2018), ter conhecimento da real procedência da produção/recebimento documental é uma etapa fundamental para a elaboração do instrumento, trazendo as séries documentais e, conseqüentemente, o arranjo que permite identificar a sua vida.

Assim, os brasileiros, em especial, os santanenses, e os uruguaiois reconhecem Caggiani como um sujeito que foi legitimado por sua atuação com um memorialista da política do Rio Grande do Sul, corroborando com a escrita biográfica de personagens que participaram efetivamente de fatos históricos relevantes do RS. E, sem dúvida, sua contribuição no legislativo municipal.

Assim, o acervo fotográfico reunido por Ivo Caggiani é uma das fontes de pesquisa do MPR que reproduz imagens de seus personagens, que foram personalidades da fronteira Brasil/Uruguai. Essas imagens permitem ilustrar e contextualizar determinado período, portanto, merece um tratamento arquivístico especial quanto aos procedimentos de conservação.

Na Fotografia 2, é possível observar a forma do acondicionamento das fotografias em caixa confeccionada em madeira. Salienta-se que a ordem original de organização das fotografias será mantida, permanecendo, portanto sem alteração, apenas com cuidados específicos como a higienização, tanto da caixa como das fotografias.

Fotografia 2 – Acervo Fotográfico do Arquivo Pessoal Ivo Caggiani



Fonte: Arquivo Pessoal Ivo Caggiani no MPR (2023)

Observou-se que o político tinha a preocupação com a representatividade de um contexto social a partir dos documentos acumulados, tanto que as fotografias foram descritas, com dados do ano e assunto, e após foram coladas num papel tipo cartolina, nas cores verde, rosa e vermelho. Talvez a caixa foi confeccionada pensando na organização e conservação das fotografias, uma vez que Caggiani sempre teve interesse pela cultura, em especial, a regional.

Culturalmente, Caggiani sempre foi muito atuante, sendo fundador em 1952, do Museu Municipal David Canabarro em Sant’Ana do Livramento, RS. Também foi Diretor¹⁵⁰ por duas oportunidades, mesmo sem recebimento de provento por parte da municipalidade. Fundou também o Museu Folha Popular, considerado museu particular de Caggiani, segundo Valente¹⁵¹. Tanto que, em 2009, passou a ser chamado de Museu Ivo Caggiani¹⁵². Contudo, não conseguiu prosperar.

Recorrendo a Cox (2017, p. 275) sobre a produção e manutenção de arquivos pessoais diz que “são atividades que realizamos para que elas nos ajudem a nos colocar num contexto social, um processo que nos confere sentido”. E, de fato, o acervo pessoal de Ivo Caggiani auxilia os pesquisadores e estudiosos na ilustração, retomada e identificação de novas

¹⁵⁰ Portal Colégio Brasileiro de Genealogia. Disponível em: <https://cbg.org.br/biografia/ivo-caggiani>. Acesso: 22 jan. 2024.

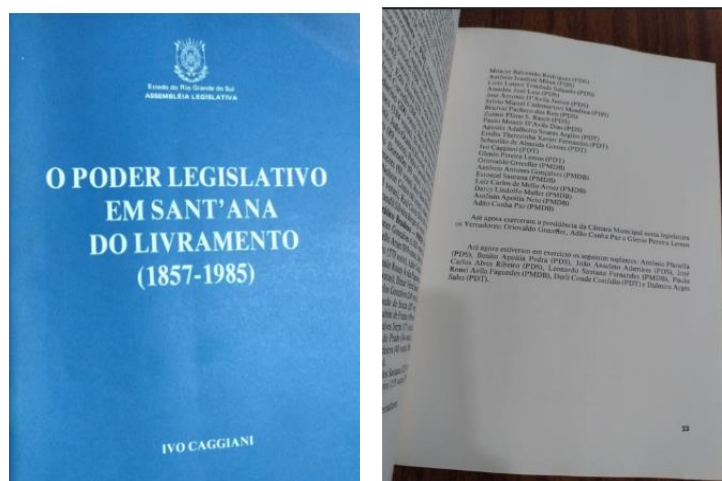
¹⁵¹ Valente, Antonio Carlos. Museu "Folha Popular" do historiador santanense Ivo Caggiani é doado para Rivera. (19/05/2023). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ol6GOjiKPJU&ab_channel=AntonioCarlosValente. Acesso: 22 jan. 2024.

¹⁵² Jornal Extra Classe. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/cultura/2009/05/a-historia-da-imprensa-brasileira/>. Acesso: 22 jan. 2024.

abordagens num determinado tempo e espaço. Mas, para Cox (2017) esse sentido vai mais além, pois traz a discussão do real valor da criação de um arquivo pessoal.

Pensando no caso do arquivo de Caggiani e para a “fronteira cultural” é muito valioso por ser um reconhecido historiador e escritor com obras publicadas como Vultos de Santana (2 volumes); Sant’Ana do Livramento – 150 Anos de História (3 volumes) e como político que trouxe sua experiência no livro “O Poder Legislativo em Sant’Ana do Livramento (1857 – 1985)”, ilustrado na Imagem 1.

Imagem 1- Livro “O Poder Legislativo em Sant’Ana do Livramento”



Fonte: Arquivo Pessoal Ivo Caggiani, (2023)

Considerando as possibilidades de pesquisas que o MPR de Rivera (Uruguai) através do Arquivo Pessoal do Ivo Caggiani proporciona, o tema abordado neste artigo é a sua motivação política, com um recorte em sua atuação como vereador, isto é, como representante do povo santanense no legislativo municipal.

Ivo Caggiani como um ser político

Ivo Caggiani sempre foi muito conhecido pela população fronteiriça Brasil/Uruguai, principalmente por ter sido um jornalista engajado por questões culturais e políticas, fundando museus que retratassem a vida da comunidade e também materiais e ornamentos que foram sendo adquiridos e acumulados em razão de doações ou suas atividades, por exemplo como escritor. Por isso, quando concorreu na Eleição Municipal de 15 de novembro de 1976, para vereador pela cidade Sant’Ana de Livramento, RS¹⁵³ (Brasil), chegou ao feito de ser o segundo

¹⁵³Portal Justiça Eleitoral. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicael

mais votado, eleito com 1.023 votos, visto na Imagem 2. O primeiro foi Oriovaldo Greceller, com 3.070 votos.

Imagem 2 - Eleição Municipal de 15 de novembro de 1976

Ordem	Nome dos Candidatos	Votos	Eleito ou Suplente
1º	ORIOVALDO GRECELLER	3.070	Eleito
2º	IVO CAGGIANI	1.023	Eleito
3º	DAVI GARCIA NETO	883	Eleito
4º	DAIMING ANDRÉ SALAS	664	Eleito
5º	SEBASTIÃO DE ALMEIDA ROCHA	662	Eleito
6º	CARLOS CESAR ABRAZO	590	Eleito
7º	VALÉRIA VERGILIA DE VASCONCELOS	585	Eleito
8º	ROBERTO CUSTÓDIO	572	Eleito
9º	MARCO INAC CARACCHINI	550	Eleito
10º	ALDO PAS	502	Suplente
11º	AGOSTIN ARRIAGA	441	Eleito
12º	ANTONIO IVANILSON MILAR	406	Eleito
13º	ARMANDO JOSE DE SOUZA	402	Eleito
14º	MARCY FERRAZ LEITE	395	Eleito
15º	VALDIR DE SOUZA FREITAS	388	Eleito
16º	JOSE SOARES QUEIROZ	315	Eleito
17º	ALCINIADES DA COSTA	276	Eleito
18º	JOAQUIM CARLOS FERNANDES	236	Eleito
19º	HEITOR ALVARES NETO	236	Eleito
20º	JOSE DE MOURA SILVA	183	Eleito
21º	ALDO CHAVES LIMA	178	Eleito
22º	HUGO ALVARO	175	Eleito
23º	ALDO ALVES SILVA	175	Eleito
24º	EDMAR JOSE CHAVES	146	Eleito
25º	DORIVAL CORREA DA SILVA	141	Eleito
26º	JOSE CARLOS FILHO	134	Eleito
27º	ANTONIO CORREIA	130	Eleito
28º	RIVALDO ALVES DA SILVA	128	Eleito
29º	PAULO GARCIA MARTINS	125	Eleito
30º	RODOLFO ALVES	98	Eleito
31º	LOUIS FERREIRA CORREIA	95	Eleito
32º	WILSON CORREIA	92	Eleito
33º	JOSE MARIA MARTINS	90	Eleito
VOTOS SÓ PARA A LEGENDA		460	
TOTAL DE VOTOS DO PARTIDO		25.116	

Fonte: Arquivo Justiça Eleitoral

Atuante na vida social e política da cidade, por ser jornalista, conseguiu o feito de manter-se no cargo de vereador por três legislações, somando 16 anos de atividades parlamentar¹⁵⁴, cujo período de legislatura foi de 1977 a 1992, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Legislaturas Ivo Caggiani

Eleição	Período	Número de votos	Partido
1976	1977 – 1982	1.023	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
1982	1983 – 1988	583	Partido Democrático Trabalhista (PDT)
1988	1989 – 1992	449	Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

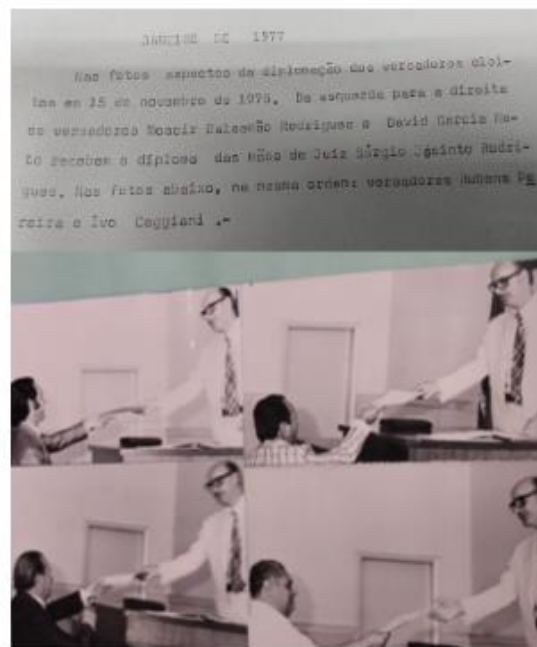
Já na Fotografia 3 é possível visualizar os registros de sua posse da primeira legislatura com os demais eleitos, entre eles o vereador mais votado Oriovaldo Greceller, fato ocorrido no dia 31 de janeiro de 1977. E, na Fotografia 4 observa-se a sua diplomação. Com uma alma de

eitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-santana-do-livramento/@@download/file/TRE-RS%20Municipais1976%20Santana%20do%20Livramento.PDF. Acesso: 22 jan. 2024.

¹⁵⁴ Perfil Ivo Caggiani – Memorial Ivo Caggiani – Câmara Municipal, 2013.

jornalista, Caggiani reuniu imagens que reproduziram socialmente as suas ações como “sujeito legitimado” ou de interesse histórico.

Fotografia 3 e 4 – Posse da primeira legislatura de Ivo Caggiani



Fonte: Arquivo Pessoal Ivo Caggiani no MPR (1979)

Durante o seu discurso de posse da Mesa Diretora, no dia 19 de março de 1979, quando passou a exercer o cargo de Presidente da Câmara Municipal no período de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1980, Ivo Caggiani salientou que a sua vivência como jornalista foi fundamental para o acompanhamento das atividades do legislativo, viabilizando inclusive tornar-se um político:

Como jornalista, por dever de ofício, durante quase três décadas, acompanhei os trabalhos desta Casa; e, como cidadão, por várias vezes participei de funções junto ao Executivo Municipal. Através dessa vivência continuada foi possível abeberar-me, não só do funcionamento do Legislativo, como do Executivo Municipal. E, tão logo minhas atividades particulares permitiram, inciei-me na vida pública, ingressando nesta Casa, que, ao mesmo tempo, é tribuna de idéias e escola de política. (Perfil Ivo Caggiani; Memorial Ivo Caggiani; Câmara Municipal, 2013).

Na Fotografia 5, pode-se observar Ivo Caggiani, que foi líder da Bancada do MDB, discursando na sua posse como Presidente da Câmara na Mesa Diretora, sempre com boa oratória por ser jornalista. Buscou, durante a sua legislatura, apresentar proposições voltadas aos interesses dos cidadãos santanenses.

Fotografia 5 – Discurso de posse Mesa Diretora



Fonte: Arquivo Pessoal Ivo Caggiani (1979)

O diálogo com a comunidade facilitou a interlocução e o reconhecimento pelo trabalho realizado durante o seu mandato de vereador o que deu origem a vários prêmios como a do Diploma “Vereador Destaque de 1983”, prêmio oferecido pela Associação Comercial e Industrial de Sant’Ana do Livramento.

Pelas atividades legislativas, destaca-se o ano de 1986, com o total de 54 proposições diversas apresentadas pelo vereador Caggiani e ainda, com 49 projetos de leis submetidos à aprovação. Na Imagem 3, apresenta-se a planilha de controle de Sessão Legislativa de Ivo Caggiani trazendo a relação de proposições e projetos de lei e os respectivos anos em que teve cargo de vereador.

Imagem 3 - Planilha de controle de Sessão Legislativa (Ivo Caggiani)

Sessão legislativa	Proposições diversas	Projetos de lei
1977	89	11
1978	65	3
1979 - Ocupou a Presidência da Câmara Municipal		
1980	78	
1981	55	2
1982	13	1
1983	17	3
1984	24	30
1985	16	1
1986	54	49
1987	27	29
1988	28	
1989	11	9
1990	9	26
1991	15	5
1992	7	24

Total de proposições diversas: 508 proposições
Total de projetos de lei: 193 projetos de lei
- Homenagem ao cantor Nelson Gonçalves -

Fonte: Arquivo Pessoal Ivo Caggiani (1992)

Ou seja, percebe-se que o ano de 1986 foi o mais produtivo, com uma atenção aos assuntos internos da Câmara Municipal e com a promoção de eventos culturais, como foi o caso dos concursos literários, que era do seu interesse por ser escritor e participar, por exemplo, da Acadêmica Riograndense de Letras e da Acadêmica Brasileira Maçônica de Letras, ambas como Sócio Correspondente. Fez parte também do Círculo de Pesquisas Literárias do Rio Grande do Sul.

Participou também de comissões especiais, tornando-se presidente nas seguintes Comissões Parlamentares de Inquérito:

- Decreto Legislativo n. 140 de 02 de fevereiro de 1979 com a investigação de possíveis irregularidades na Prefeitura Municipal que foram denunciadas no jornal “A Platéia”;
- Decreto Legislativo n. 110, 08 de julho de 1977 com a organização da Semana de Sant’Ana;
- Decreto Legislativo n. 116, 06 de setembro de 1977 visando gestionar o retorno para a cidade de Sant’Ana do Livramento dos restos mortais do Brigadeiro David Canabarro.

Ao longo deste período legislativo também recebeu diversos diplomas de reconhecimento pelos seus préstimos prestados como o Troféu “Obelisco da Paz”, cujo monumento é referência e orgulho da cidade e, portanto, um ornamento que simbolicamente representa bastante para todo o santanense. Assim, a Câmara Municipal concedeu por meio da Resolução N. 536, de 4 agosto 1997, o “Obelisco” destaque na área de Literatura. O obelisco é referência na divisão da fronteira, sendo a única praça binacional do mundo, de um lado a

bandeira do Uruguai e do outro do Brasil, num privilegiado espaço, o Parque Internacional, que segundo Klausberger “[...] parece ser uma síntese da dinâmica urbana de Santana do Livramento-Rivera” (2023, p. 352).

Na Fotografia 6 é visto o Obelisco em 1943, fotografia de Adolfo Gil, cujo registro fotográfico faz parte do acervo do MPR. Já na Fotografia 7 traz uma imagem da coordenadora do projeto “Capacitação em gestão documental para a preservação da memória e do patrimônio cultural na fronteira integrada Brasil/Uruguai”, professora Sônia Elisabete Constante do curso de Arquivologia e do PPGPC pela UFSM, autora deste artigo, juntamente com a autora e bolsista¹⁵⁵ Lourdes Marilize Ferreira Soares e da bolsista Daiane de Souza, no primeiro encontro de capacitação no Museo de Rivera.

Fotografia 6 e 7 – Obelisco Fronteira da Paz



Fonte: Acervo MPR e Acervo do Projeto UFSM (2023)

E, ainda, por seu trabalho realizado foi criado o Memorial Ivo Caggiani¹⁵⁶, disponível no sítio na Câmara de Sant’Ana do Livramento – RS, trazendo informações sobre o seu Perfil, isto é, Ivo como “Patrono”, com um breve histórico de sua vida e, também, os seus “Livros”, que contam a história da cidade.

¹⁵⁵ Projeto “Capacitação em gestão documental para a preservação da memória e do patrimônio cultural na fronteira integrada Brasil/Uruguai”.

¹⁵⁶ Portal Câmara de Sant’Ana do Livramento – RS. Disponível em: <https://www.santanadolivramento.rs.leg.br/institucional/memorial-ivo-caggiani>. Acesso: 26 jan. 2023.

Conclusão

Ivo Caggiani, como um filho de Sant’Ana do Livramento, RS, teve sempre um engajamento político muito intenso com a comunidade santanense, especialmente por ter sido um jornalista e historiador bastante atuante. No entanto, essa sua atuação política resultou, durante o golpe militar de 1964, na sua prisão em 27 ocasiões, prejudicando por outro lado, as suas atividades jornalísticas e de direção do jornal “Folha Popular”.

Mesmo em meio às lutas foi um entusiasta pela democracia, tanto que participou do Movimento da Legalidade, cujo líder foi o governador Leonel Brizola, criando um comitê de resistência democrática em Sant’Ana do Livramento, RS, sempre em defesa da Constituição. Mas, o seu reconhecimento pela democratização, especialmente, da cultura resultou em conquistas como o aval dado pela população de Sant’Ana do Livramento, RS para exercer a função do Poder Legislativo Municipal como vereador por três legislaturas consecutivas - de 1977 a 1982, de 1983 a 1988 e de 1989 a 1992 -, após a redemocratização do país.

A partir das atividades desenvolvidas por Caggiani, em seus inúmeros cargos exercidos em sua vida profissional, foram sendo acumulados documentos, ornamentos e materiais que estão sendo custodiados hoje pelo Museo del Patrimonio Regional. Sendo assim, deve-se adotar ações estratégicas de planejamento desse patrimônio documental para preservar a memória dessa “fronteira cultural” Uruguai/Brasil. Por isso, a qualificação do público alvo, por meio da implementação de ações no MPR pelos docentes e discentes da PPGPC/UFSM, está sendo fundamental para a organização e conservação dos documentos do Arquivo Pessoal de Ivo Leites Caggiani, como um “sujeito legitimado” pelo povo. Mas, recomenda-se que os acervos da Câmara Municipal de Sant’Ana do Livramento e do MPR precisam, a partir de tratamento arquivístico, estar conectados para que a história do lendário político, vereador e escritor não seja esquecida.

Referências

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Egodocumentos: os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais.

Biblos, v. 32, n. 2, p. 98-129, 2018.

COX, Richard J. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações** / Richard J. Cox; Anderson Bastos Martins tradução – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2017.

CONSTANTE, S. E. **Narrativa jornalística e memória institucional: a universidade de Santa Maria no Jornal A Razão**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16369/TES_PPGCOMUNICACAO_2018_CONSTANTE_SONIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 jan. 2024.

FRAIZ, Priscilla Moraes Varella; COSTA, Célia Maria Leite. Como organizar arquivos pessoais: manual. **São Paulo: Arquivo do Estado e Associação de Arquivistas de São Paulo**, 2001.

KLAUSBERGER, M. I. Entre tempos, identidades e (trans)territorialidades: fronteira Santana do Livramento (Br)-Rivera (UY). **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 333–361, 2023. DOI: 10.22228/rtf.v16i2.1123. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1123>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SOUZA, Taciane Silveira. **Preservação do patrimônio arqueológico de fronteira: Museo del Patrimonio Regional de Rivera-Uruguai**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

Religiosidade judaica e registros matrimoniais: a narrativa memorialística de Philippon como estímulo para a pesquisa documental

PEDRAZZI, Fernanda K.

Doutora, Departamento de Arquivologia/UFSM

fernanda.k.pedrazzi@ufsm.br

Resumo: Os livros de memórias, autobiográficos, são fontes ricas para o leitor entrar na atmosfera do tempo e espaço que circunda a vida do autor que escreve seu testemunho de vida e, a partir de então aprofundar-se na direção dos registros que se relacionam com aquela realidade. No entanto, como descreve Borges (2005, p. 204) existem “grandezas e misérias”, “fecundidade e limites” nas biografias, elementos que precisam ser levados em consideração para a recomposição da história. Este trabalho tem como ponto de partida o livro “Filipson: Memórias de uma menina na primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul (1904-1920)” de Frida Alexandr (1906-1972), publicado originalmente em 1967 e relançado em 2023 (Editora Chão). Na obra, a autora judia é a personagem principal e narra livremente, sem datas, o início de sua vida na Colônia Philippon, ou simplesmente Filipson, como consta no livro, a primeira colônia judaica do Brasil que era agrícola e foi composta de imigrantes judeus da Bessarábia (hoje Moldávia) a partir da empresa colonizadora Jewish Colonization Association (JCA ou ICA) fundada pelo Barão Moritz von Hirsch na última década do século XIX. Os pais de Frida fizeram parte do grupo pioneiro de 38 famílias que chegaram ao centro do Estado do Rio Grande do Sul, onde hoje fica o município de Itaara, em 1904. Frida nasceu em Philippon e neste local viveu a maioria de seus dias até 1920, quando sua família mudou-se dali. Dentre os fatos narrados por Frida estão as amizades, as relações entre os imigrantes, suas dificuldades, religiosidade na construção da sinagoga, a chegada da Torá e as reuniões daquela comunidade, dentre elas os casamentos. As vivências de Frida remontam os momentos vividos, tal como ela lembrava no momento de escrita. Nelas estão a sua trajetória pessoal e daqueles que a rodeavam, pessoas que marcaram sua vida. Após a leitura da obra e anotação e eventos interessantes e passíveis de serem verificados em acervos, mesmo com a falta de referência temporal, passou-se para a busca documental que oferecesse contornos históricos aos fragmentos de memória selecionados. Um casamento de um familiar e a inovação de dar registro cartorial ao fato, algo inusitado para a Colônia, segunda a autora, e a outros casamentos antes apenas comemorados no templo construído pelos colonos e localizado dentro do território de Philippon, foram localizados no site *Family Search* e são a base da análise empreendida, comparando a narrativa aos documentos.

Palavras-chave: Autobiografia; Documento; Philippon.

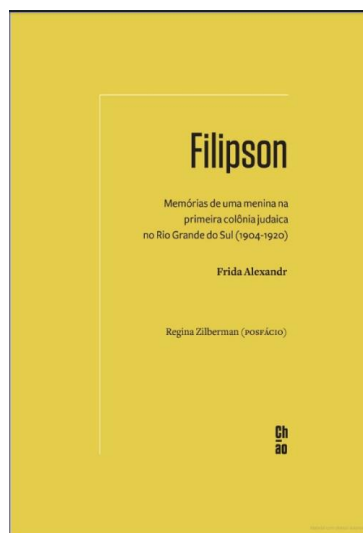
Introdução

Os livros de memórias, autobiográficos, são fontes ricas para o leitor entrar na atmosfera do tempo e espaço que circunda a vida do autor que escreve seu testemunho de vida e, a partir de então aprofundar-se na direção dos registros que se relacionam com aquela realidade.

No entanto, como descreve Borges (2014, p. 204) existem “grandezas e misérias”, “fecundidade e limites” nas biografias, elementos que precisam ser levados em consideração para a recomposição da história.

Este trabalho tem como ponto de partida o livro “Filipson: Memórias de uma menina na primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul (1904-1920)” de Frida Alexandr (1906-1972), publicado originalmente em 1967 e relançado em 2023 pela Editora Chão (Imagem 1).

Imagem 1 – Capa atual do Livro, impressão de 2023



Fonte: Obra de 2023

Memórias registradas em livro

A autora da obra é Frida Schweidson, de raízes judaicas, filha de Tobias e Eva, que nasce em Philippson. Ela é a personagem principal da própria história e narra livremente, sem datas, o início de sua vida na Colônia Philippson, ou simplesmente Filipson, como consta no livro. O local é a primeira colônia judaica do Brasil que era agrícola e foi composta de imigrantes judeus da Bessarábia (hoje Moldávia) a partir da empresa colonizadora *Jewish Colonization Association* (JCA ou ICA) fundada pelo Barão Moritz von Hirsch na última década do século XIX.

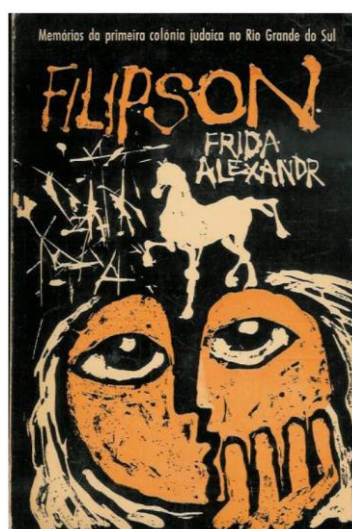
Imagem 2 - Frida Alexandr



Fonte: Obra de 2023

A autora (Imagem 2) exprime um agradecimento a sua família no início do texto, ainda no lançamento original da obra, em 1967 (Imagem 3). “Dedico este livro ao meu esposo e filhos, que muito me incentivaram para levar adiante esta obra. A eles, minha gratidão. F.A.”. A dedicatória consta também na segunda edição, publicada pela editora Chão.

Imagem 3 – Capa original do Livro, impressão de 1967, com arte de autoria de Ângelo Escavuzzo



Fonte: Disponível em: <http://www.gabinetecultural.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Livro.pdf> Acesso em: 15 set. 2023.

Ao iniciar o texto, Frida faz uma provocação aos leitores, situando o local dos acontecimentos, mas trazendo uma dúvida, colocando um ponto de interrogação.

Já ouviram falar de Filipson? Um nome esquisito. Nem parece brasileiro. Mas, do Brasil imenso, constituía um pontinho minúsculo que ficava lá nas bandas do Sul, perdido no meio de diversas colônias prósperas compostas em sua maioria de imigrantes espanhóis, italianos e alemães e uma ou outra fazenda de brasileiros (Alexandr, 2023, p. 13).

A seguir ela introduz o leitor na problemática que viviam seus antepassados e contemporâneos em seu lugar de origem, refletindo sobre a mudança de continente, de país, de terra, de atividade a que se submeteram aqueles que fizeram a grande viagem, a “longa travessia do mar” (Alexandr, 2023, p. 14). Ela compõe um cenário do funcionamento da Colônia e do que encontraram aqui na sua chegada. Todos dormiam em um único galpão porque as casas não haviam sido terminadas em sua chegada. “Era total o desconforto. Todos dormiam no chão, numa promiscuidade deprimente”, conta Frida a partir do que sua mãe lhe contou (Alexandr, 2023, p. 16).

Zilberman (2023, p. 319), ao referir-se ao livro Filipson (2023), diz que “a criação de Alexandr se distingue primeiramente por seu pioneirismo, já que, até 1967, ano de seu lançamento, pouco – talvez quase nada – se escrevia sobre aquele local e as pessoas que lá viveram”, sendo esta a sua importância fundamental.

A autora, que faz o posfácio da obra na publicação de 2023, afirma ainda que o livro tem “peculiaridades narrativas que não se resumem ao relato dos fatos ocorridos e qualificam-no para além de um retrospecto de parte da história das comunidades que migraram para nosso país no começo do século XX”. (Zilberman, 2023, p. 319).

Após o capítulo de abertura, segundo Zilberman (2023, p. 330), há o “estabelecimento de três pilares do judaísmo, entendido este como mescla de religião, cultura e práticas rituais”. Este texto foca principalmente na religiosidade e na passagem de dois casamentos ocorridos também no civil, feita com a presença de um representante do Cartório de Santa Maria (RS), em 1917.

Na qualidade de ser mais um livro de memórias e menos uma autobiografia, como afirma Zilberman (2023, p. 343), os acontecimentos seguem a teia da vida, nos seus fios finos que se rompem aqui e ali e são remendados para tentar sustentar a estrutura do que foi construído no passado.

Ela [Frida] não consulta historiadores ou pesquisadores que abordaram a trajetória da imigração ou o significado de Filipson no Brasil ou no Rio Grande do Sul. São os resíduos das lembranças que movem seu gesto criador, acompanhados pela sensibilidade com que os vivenciou antes e agora. Por isso o relato pode prescindir da cronologia [...] (Zilberman, 2023, p. 343).

Assim, como traduz Zilberman (2023, p. 344) trata-se de “uma obra de testemunho” com autoria não só da Frida “adulta que redigiu o texto, mas da criança que ela foi, com suas reações, desejos, esperanças e decepções”.

A instalação da Colônia no ano de 1904 vista pela imprensa

Como possibilidade de recompor o momento da instalação da Colônia Philippson, a busca por jornais da época com notícias sobre o tema traz as nuances de como era vista a nova colônia que se preparava para ser fundada logo que virou o século XIX para o XX. “A variedade da fonte impressa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas” (Luca, 2014, p. 141). As instituições de pesquisa hoje compreendem hemerotecas físicas e digitais. Uma das mais completas existente no Brasil é a da Biblioteca Nacional que conta com grande número de jornais brasileiros e até de fora do país. A consulta é imediata, por título, data, ou local e “a internet pode ser uma aliada importante nesta fase de busca” (Luca, 2014, p. 141). Dessa forma, para evitar a peregrinação por páginas das mais variadas instituições, optou-se por realizar uma pesquisa dirigida à Philippson na página da Biblioteca Nacional Digital¹⁵⁷ de modo a pesquisar no Acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil disponível. Usou-se os termos “Colônia”, “Colonização”, “Judaica”, “Israelita” e “Phillippson” em suas variadas formas de apresentação.

O Jornal A Federação, de Porto Alegre, traz, em sua edição de 05 de fevereiro de 1904 a notícia sobre uma nova colônia no Rio Grande do Sul, uma Colônia Israelita. Nela, há informações antes publicadas no Jornal do Commercio do Rio o qual citava uma carta de Gustavo Vauthier à Crockatt que disponibiliza o conteúdo da missiva ao Jornal onde constam dados sobre a localização da nova colônia “perto de Santa Maria, no lugar denominado Pinhal, primeira estação da linha férrea que liga Santa Maria ao Passo Fundo”.

Consta ainda no texto da carta que a finalidade da Associação que financiava a vinda dos imigrantes era “humanitário” e não “comercial”, explicando que o Barão de Hirsch, falecido filantropo emérito, “deixou uma fortuna enorme para auxiliar seus patrícios, cruelmente perseguidos e mantidos em um estado de miséria atroz em certos países da Europa”. A situação denominada como “desumana” poderia cessar ao “promover a emigração em grandes massas dessas populações consideradas parias, até certo ponto, methodicamente exterminadas pelos governos sob cujas leis vivem”.

¹⁵⁷ Disponível para acesso no link: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

A notícia ainda informa a existência de colônias também financiadas pela *Jewish Colonization Association* (JCA ou ICA) na Argentina e no Canadá. Os estudos sobre a instalação da Colônia iniciaram em 1900 com a vinda de uma comissão, que tornou a vir em 1902 para analisar o solo e o clima, entendendo que no Rio Grande do Sul é o lugar com as “condições climatéricas mais se aproximam do SE da Europa”. Um dos principais pontos para a instalação do núcleo era, conforme Gustavo Vauthier, “era que a colônia se instalasse nas proximidades de uma estrada de ferro, para que pudessem ter fácil saída os produtos colhidos pelos colonos”. A terra foi adquirida e os lotes demarcados para que se pudesse erguer casas para as famílias.

Quatro meses depois, quando os primeiros imigrantes saíram de seu país, este fato também foi notícia em A Federação (Ed. 131) de 08 de junho de 1904 com o título “Colonização Judaica”, republicando o que o Jornal de Santa Maria, O Estado, havia transmitido a seus leitores. Segundo a notícia, “Sabemos terem já embarcado na Rússia com destino á colonia israelita, localisada no Pinhal, em nosso municipio, duzentos immigrants que aqui chegarão em breve”. A seguir, noticia-se o nome do lugar: “A novel colonia denomina-se Philipppson em homenagem ao vice presidente da grande companhia [a *Jewish Colonization Association*]”.

Também o Jornal *The Brazilian Review*, publicado em inglês no Rio de Janeiro em 1904, comenta sobre a colonização no Sul do Brasil no mês de Junho. “*Another jewish colony is being started under the auspices of the Baron Hirsch association and will be located at Pinhal in the river Santa Maria. It will be named Philipppson after its founder, the vice president of the association*” (June, 28th, 1904, N. 26) em tradução livre seria “Uma outra colônia judaica está a ser iniciada sob os auspícios da associação do Barão de Hirsch e ficará localizada no Pinhal, no rio Santa Maria. Será nomeada Philipppson em homenagem ao seu fundador, o vice-presidente da associação”.

Dez edições a frente e dois meses depois, o jornal *The Brazilian Review* (1904) volta a comentar os fatos sobre a colonização no Sul do Brasil oferecendo dados sobre a instalação da mesma.

The colony has na area of 4,000 to 5,000 hectares and is near to the town os S. Maria da Bocca do Monte 450 metres above to the sea level, on the high plateau known as Cima da Serra. The soil is fertile and the climate salubrious and it is to be trusted that the experiment that is about to be made in wheat growing, will be a successful as it deserves. [...] (The Brazilian Review, August, 30th, 1904 N. 35).

Traduzindo livremente, a notícia dá conta que

A colônia tem uma área de 4.000 a 5.000 hectares e fica próxima ao município de S. Maria da Bocca do Monte, 450 metros acima do nível do mar, no planalto conhecido

como Cima da Serra. O solo é fértil e o clima salubre e podemos confiar que a experiência que está prestes a ser feita no cultivo do trigo terá o sucesso que merece.

As expectativas eram grandes em cima do plantio e do trabalho dos imigrantes israelitas. Em 08 de agosto de 1904, A Federação de Porto Alegre notícia que, segundo o Jornal O Intransigente de Rio Grande: “Pello vapor allemão Paranaguá, a chegar amanhã, com procedencia da Europa, vêm onze famílias israelitas, composta de 76 pessoas, com destino ao município de Santa Maria”. Sobre o trajeto, as informações são que “as referidas famílias de imigrantes seguirão para seu destino, em trem especial, no dia seguinte ao da sua chegada a esta cidade, pernoitando aqui no hotel Venezia”.

Dois anos depois, em 02 de junho de 1906, ano em que Frida Alexandr nasceu, Guilherme Minssen publica longo artigo em A Federação sobre a “Cultura dos Campos” e cita a experiência de Philippson como uma “tentativa de colonização recém posta em aplicação por uma sociedade ingleza de colonização judaica”. O autor afirma “é cedo ainda para apreciar os resultados desta experiência que julgo das mais interessantes”.

Apesar dos números serem divergentes nas notícias publicadas em jornais, em especial em A Federação, os pais de Frida e seus irmãos fizeram parte do grupo pioneiro de 38 famílias que chegaram ao centro do Estado do Rio Grande do Sul, onde hoje fica o município de Itaara, em 1904.

Frida nasceu em Philippson e neste local viveu a maioria de seus dias até 1920, quando sua família mudou-se dali. Zilberman (2023, p. 314) explica que “as famílias dos colonos não se radicaram por muito tempo no local” sendo apontadas algumas das dificuldades como pragas, despreparo, terras impróprias para o cultivar escolhido, entre outros. Isso tudo “motivou o paulatino afastamento das gerações mais novas na direção de centros urbanos onde poderiam ter mais êxito empresarial” (Zilberman, 2023, p. 314). Com o abandono e venda das terras, os colonos seguiram outros rumos e “assim, em 1926, a ICA fechou a delegação local, transferindo a propriedade dos lotes a seus então ocupantes”, sendo encerrada as atividades da Associação naquele lugar (Zilberman, 2023, p. 317). No local, hoje ainda resta um Cemitério Judaico preservado e, em uma parte da terra, fica a Fazenda Philippson.

Dentre os fatos narrados por Frida vividos na Colônia estão: as amizades, as relações entre os imigrantes, suas dificuldades, religiosidade na construção da sinagoga, a chegada da Torá e as reuniões daquela comunidade, dentre elas os casamentos.

As vivências de Frida remontam aos momentos vividos, tal como ela lembrava no momento da escrita. Nelas estão a sua trajetória pessoal e daqueles que a rodeavam, pessoas que marcaram sua vida.

Repercussão do livro

O livro repercutiu na primeira edição e também na reedição. Em 2023, houve divulgação nos meios digitais, na internet. De acordo com notícia do Alef News de agosto de 2023:

Na obra, a escritora faz um registro de sua infância na colônia onde nasceu até a melancólica despedida, em 1920, quando a família decide partir novamente. Entre os dois pontos, desliza a memória de Frida, que organiza os fatos sem a preocupação de ordená-los no tempo. O importante é como as cenas [...] repercutem em sua sensibilidade. Frida se vale da linguagem para transmitir a emoção na forma como a vivenciou. O livro é um testemunho de uma etapa do processo de adaptação e preservação dos judeus do leste da Europa no Brasil (Alef, 2023, s/p).

Já a reportagem de BBC, ao entrevistar a neta de Frida, a historiadora Roberta Sundfeld, traz um trecho de seu depoimento quando ela conta que “As memórias mais antigas que eu tenho de minha avó são ligadas à comida, à torta de maçã, aos cheiros. Tive uma surpresa quando li o livro e vi o quanto eles eram religiosos, porque eu não imaginava” (Veiga, 2023, s/p).

A forte religiosidade da comunidade imigrante transparece em alguns excertos do livro como, por exemplo, no caso da Torá desaparecida na Colônia, os rolos sagrados. Também quando é comentada a construção do templo, a chamada sinagoga. Frida rememora no livro que

O diretor da colônia, o sr. Sturdse, convocou os colonos para uma reunião na administração. Queria participar-lhes que em breve chegariam as últimas famílias de imigrantes, e que eles eram portadores de uma dádiva dos judeus da Letônia aos correligionários de Filipson. Essa dádiva consistia numa Torá (os rolos sagrados que contêm a cultura milenar dos judeus). Pediu aos judeus que se apressassem na construção de um templo (Alexandr, 2023, p.21).

Também quando chegaram os rolos, Frida relembra que os adultos “Dançaram com a Torá” como “Moisés no deserto”, segundo suas palavras:

No dia em que chegou a Filipson a última leva de imigrantes, trazendo a Torá, enviada pelos judeus de Riga, numa demonstração de solidariedade e carinho aos seus irmãos exilados, os colonos abandonaram os campos e, vestidos como em dia de grande festa, foram esperá-los na estação. O diretor recebeu-a das mãos dos irmãos Schteinbruch, aos cuidados de quem a Torá fora entregue a bordo do navio no porto de Riga. Ao som de cânticos sacros entoados por toda a comunidade, dirigiram-se todos, em procissão, ao templo, onde houve farta distribuição de bolos de mel e vinho [...] Na arca, sobre o altar, foi a Torá encerrada. Ansiosos aguardaram o sábado, quando a arca seria aberta e a Torá lida pela primeira vez na colônia (Alexandr, 2023, p.23).

O relato denota a religiosidade dos imigrantes muito acentuada, pois uma grande festa aconteceu naturalmente, tirando-os de suas atividades regulares para comemorarem a chegada da Torá.

Resultados obtidos com a pesquisa e sua análise

Após a leitura da obra e anotação de eventos interessantes e passíveis de serem verificados em acervos, mesmo com a falta de referência temporal, passou-se para a busca documental que oferecesse contornos históricos aos fragmentos de memória selecionados.

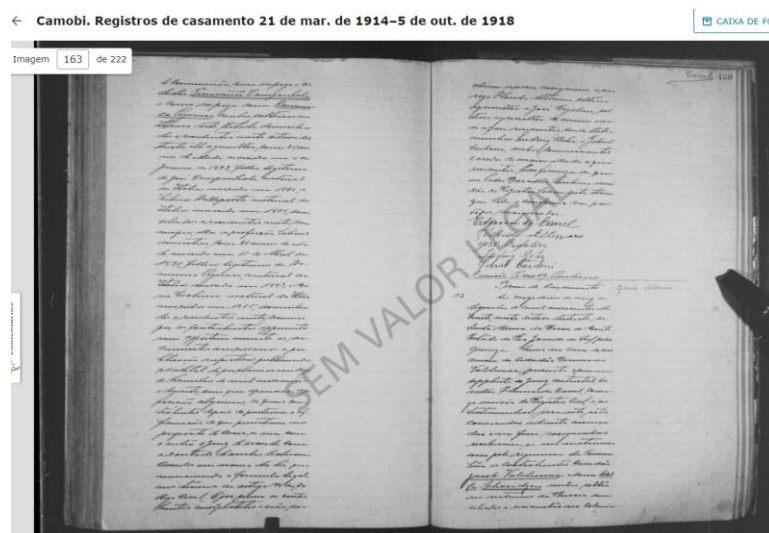
São o foco desta pesquisa o casamento de um familiar e a inovação de dar registro cartorial ao fato no espaço físico da Colônia, algo inusitado para aquela comunidade, segundo a autora. Anteriormente, outros casamentos apenas eram registrados e comemorados no religioso, no templo construído pelos colonos e dentro do território de Philipppson. Foram localizados dois eventos no *site Family Search* e são a base da análise empreendida. O sobrenome Schweidson aparece como Schveidzon.

A comparação proposta é sobre a narrativa de Frida frente ao que consta nos documentos. O casamento em questão no livro é de Adélia, irmã mais velha de Frida, que é realizado também no civil na Colônia.

À tarde será feito o casamento civil, acontecimento inédito na colônia. O juiz de paz veio de Santa Maria para esse fim. E como há, entre os convidados e parentes, alguns pares casados somente no religioso, irão aproveitar a oportunidade para se casarem também perante a Lei. (Alexandr, 2023, p. 175)

Porém os registros obtidos no *site Family Search* pela internet, de números 192 e 193 do Livro de Casamentos de Camobi Santa Maria, RS e que se encontram disponíveis para quem usa a ferramenta de pesquisa do *site* contam uma história um pouco diferente.

Imagem 4 – Termo de Casamento Civil de Jacob Valdemar e dona Adella Schveidzon



Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L9L8-NKZY?view=index&action=view>

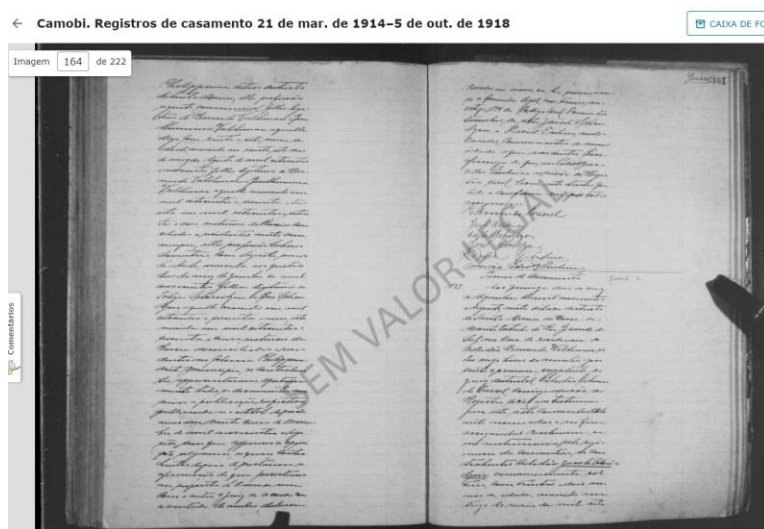
Acesso em: 23 ago. 2023.

Pela análise do registro 192 (Imagens 4 e 5), levanta-se a informação que o mesmo foi feito no livro de Camobi, Santa Maria, na página 160, frente e verso, e 161 frente com o número 192.

O Termo de casamento tem a data de 11/12/1917 e é seguido por outro, de mesmo local: casa de residência do cidadão Bernardo Valdemar. A hora registrada é às 15hs, como Frida havia escrito ocorreu de tarde. Os “contrahentes” são “o cidadão Jacob Valdemar e dona Adella Schveidzon”, diferindo a escrita que aparece no livro: Adélia Schweidzon. Sobre o estado civil e nacionalidade, diz o registro: “ambos solteiros naturais da Russia”.

Sobre seu lugar no mundo: “domiciliados e residentes na Colonia Philippson, oitavo districto”. Sobre os “contrahentes”: ele tem 27 anos, nascido em 27/08/1890. “Elle profissão agente comercial filho legitimo de Bernardo Valdemar e Guilhermina Valdemar” (pai de 1863 e mãe de 1862). Ela tem 17 anos, nascida em 04/06/1900. “Ella profissão labores domestico”, “filha legitima de Tobyas Schveidzon e Eva Schveidzon (pai de 1861 e mãe de 1965). Todos nascidos na Russia (filhos e pais) e residentes e domicialidos na “Colonia Philippson”. Ao final diz-se que: “Apresentaram todos os documentos necessários a publicação respectivamente publicando-se o edital de proclamas em vinte e cinco de novembro de mil novecentos e dezessete sem que apparecesse opposição alguma”.

Imagem 5 – Continuação do Termo de Casamento Civil de Jacob Valdemar e dona Adella Schveidzon e Termo de Casamento Civil de Jacob Schveidzon e Sahra Waldemar



Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9S7-L9L8-NVJX?view=index&action=view>
Acesso em: 23 ago. 2023.

Jacob e Adélia aparecem com sobrenome diverso do que está no livro. O sobrenome de Jacob aparece como Valdemar, ele assina como Waldemar e no livro Frida explica que o felcher (farmacêutico/boticário) Boris Wladimersky teve seu sobrenome simplificado para Valdemar por seus filhos (Alexandr, 2023, p. 34). Boris, no Termo é referido como Bernardo, o pai do contraente.

O título “O casamento de Adélia” (Alexandr, 2023, p. 175) já expõe a divergência do nome da contraente. Ao assinar o termo, inclusive, ela própria usa tanto o prenome quanto o sobrenome diverso, usando, “Adelle Schvedzon”, sem o “i”, o que também diverge do texto do próprio registro que usa “Schveidzon”.

O pai de Frida também aparece com nome um pouco diferente. No livro ela cita o pai como “Toive” (Alexandr, 2023, p. 79) e a mãe como “Eva” (Alexandr, 2023, p. 88) mas em nenhum momento cita o próprio sobrenome. Somente no Posfácio, Regina Zilberman cita o nome de solteira como “Schweidson” (Zilberman, 2023, p. 319) e, na sequência, os pais de Frida como “Tobias e Eva Schwetsky” (Zilberman, 2023, p. 319).

Nas fotografias acrescentadas ao final do livro, na versão de 2023, Zilberman cita o sobrenome “Wladimirsky” (p. 327) equivalente ao Valdemar.

O registro de casamento que segue é o 193, no mesmo livro de Camobi, Santa Maria, na página 161, frente e verso, e 162 frente. O Termo de casamento tem a data de 15/12/1917 também feito na casa de residência do cidadão Bernardo Waldemar (agora com W). A hora registrada é às 11hs da manhã. Sobre os “contrahentes”, diz que Jacob Schveidzon, comerciante, 32 anos, nascido em 13/05/1885 “filho legítimo de Thobias Schveidzon e Eva Schveidzon. Sahra Waldemar, “labores domésticos”, 24 anos, nascida em 13/10/1893 filha legítima de Bernardo Valdemar e Guilhermina Valdemar”. Todos nascidos na Rússia (filhos e pais) e residentes e domiciliados na “Colônia Philippson”.

Os contraentes declararam “ter havido entre si, solteiros no estado em que viviam, os seguintes filhos: “Julheta”, 6 anos; “Mayer”, um ano. Também refere que houve publicidade do ato: “Publicando se o edital de proclamas em vinte e cinco de novembro de mil novecentos e dezessete”.

Realizando uma análise dos dois casamentos registrados tem-se que os noivos eram irmãos, confirmando a ideia de que os parentes reforçavam os laços de família. Jacob Waldemar (ou Wladimirsky) era irmão de Sahra Waldemar e Jacob Schveidzon (ou Schwedzon) era irmão de Adélia Schveidzon.

Os registros de casamento, apesar de serem subsequentes e terem sido feitos na mesma semana, um na terça, dia 11 de dezembro e outro no sábado 15 de dezembro de 1917, não representam o que Frida menciona no livro, que foram realizados no mesmo dia.

Há duas hipóteses para explicar isso: a primeira delas é um problema relacionado à memória de Frida, já que a autora menciona essa informação em seu livro escrito exatos 50 anos depois do fato; a segunda, que o escrivão Pedro Barcellos Pinheiro e o Juiz de Paz, Edmundo Cassel, por qualquer razão desconhecida, tenham usado datas diferentes propositalmente embora, de fato, não fossem. Uma pista seria que faziam uma viagem de trem para se deslocar até a Colônia e poderiam receber honorários por estar fora de sede.

Naqueles dias foram esses os dois únicos registros da Colônia Philippon: o primeiro um casamento novo, pelo civil, e o segundo um casamento que complementa um casamento já existente, porém apenas no religioso.

Portanto a ideia de que “alguns pares casados apenas no religioso irão aproveitar a oportunidade para se casarem também perante a lei” divulgada por Frida é inválida, pelo menos não na mesma oportunidade pois somente um casal desse tipo fez tal casamento e ainda em data diferente.

Há uma distância temporal e geográfica entre os registros dos dois grupos de irmãos. O registro anterior, o de número 191, é de 1º de dezembro de 1917 e ocorreu na sala das audiências do Juiz Distrital e era de pessoas das famílias italianas Campanholi e Pegoraro. O registro posterior, de número 194, é de 22 de dezembro de 1917, e em outro local e envolve as famílias Santos e Cernelutti (italiana).

A festa e a cerimônia foi no mesmo local, na casa do Cidadão Bernardo Valdemar/Waldemar, o que de fato está de acordo com o que Frida expõe, pois ela cita que “papai transporta os doces no carro de boi para a casa dos *mechuten* [compadres] onde se realizará a cerimônia, pois o nosso galpão ruiu” (Alexandr, 2023, p. 175). Como Jacob e Sarah Schveidzon já eram casados no religioso tinham dois filhos, “no estado em que viviam”, neste caso, estado civil, solteiros.

É preciso mencionar, ainda, que o Jornal A Federação, em sua edição 250, de 27 de outubro de 1916, ou seja, cerca de um ano antes dos casamentos aqui enfocados, noticiava, na página cinco, uma triste situação que havia ocorrido com uma jovem, Anna Keijuik, em Philippon. Um “vigarista” russo de nome Bernardo Goldzmeg teria aplicado um golpe, casando com a moça apenas no religioso e depois fugindo com o dinheiro de sua família. Como não havia sido casado no civil, isso o permitiria aplicar novos golpes. Esta pode ser uma das razões para que as famílias passassem a se preocupar com a realização do registro no cartório e

não apenas no religioso, pois assim passava a se configurar um crime caso viesse a ter novas núpcias.

Considerações finais

Os livros de memórias são ótimos pontos de partida para a pesquisa histórica, porém devem ser vistos com reserva quanto à veracidade das afirmações, pois a memória falha naturalmente.

A ideia de casamento no civil foi uma necessidade tendo em vista que alguns homens estavam considerando o casamento no religioso insuficiente para ser um compromisso a ser cumprido.

As datas diferentes dos registros feitos em Colônia Philippon, no antigo Pinhal distrito de Santa Maria, hoje município de Itaara, são indícios de esquecimento da escritora ou ainda subterfúgio do juiz e escrivão para obter algum tipo de vantagem. A cerimônia no civil foi algo inédito a ser realizado na Colônia, segundo a escritora, porém apenas uma análise mais apuradas de todos os 190 registros anteriores poderiam comprovar se realmente era uma prática nova para as famílias de imigrantes.

Os filhos de Jacob e Sarah Schveidzon, até 15/12/1917 já casados no religioso, não tinham a configuração legal de filhos “legítimos”, motivo pelo qual certamente, os fizeram procurar realizar tal mudança de estado civil.

Referências

ALEF. Lançado o livro “Filipson: memórias de uma menina na primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul”. **Alef News**. Disponível em: <https://alefnews.com.br/lancado-o-livro-filipson-memorias-de-uma-menina-na-primeira-colonia-judaica-no-rio-grande-do-sul/> Acesso em: 25 out. 2023.

ALEXANDR, Frida. **Filipson**: memórias de uma menina na primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul (1904-1920). São Paulo: Editora Chão, 1967.

ALEXANDR, Frida. **Filipson**: memórias da primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul. 1. Ed. 1967. Disponível em: <http://www.gabinetecultural.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Livro.pdf> Acesso em: 15 set. 2023.

BORGES, Vany Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 203-234

COLONIA Israelita no Rio Grande do Sul. **A Federação**. Porto Alegre (RS). 05/02/1904. Ed. 030. p. 1 e 2. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=Crackat&pagfis=15011> Acesso em: 28 nov. 2023.

COLONIZAÇÃO Judaica. **A Federação**. Porto Alegre (RS). 08/06/1904. Ed. 131 . p. 2. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=Crackat&pagfis=15412> Acesso em: 22 nov. 2023.

COLONOS israelitas. **A Federação**. Porto Alegre (RS). 08/08/1904. Ed. 182. p. 2. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=Colonis%C3%A7%C3%A3o&pagfis=15614> Acesso em: 28 nov. 2023.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

MINSEN, Guilherme. Cultura dos Campos. Conclusão. **A Federação**. Porto Alegre (RS). 02/06/1906. Ed. 128. p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=Colonis%C3%A7%C3%A3o&pagfis=17826> Acesso em: 21 nov. 2023.

REGISTROS de Casamentos. "Camobi, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil records, 7 de nov de 2022," Imagens, **FamilySearch** (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-L9L8-NJTZ?view=explore> : 28 de nov de 2023), imagem 165 de 222; Santa Maria (Rio Grande do Sul). Registro Civil.

RIO Grande do Sul. **The Brazilian Review**. Rio de Janeiro (RJ). 28/06/1904. Ed. 26. p. 6. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=161993&pasta=ano%20190&pesq=philippon&pagfis=6012> Acesso em: 20 nov. 2023.

RIO Grande do Sul. **The Brazilian Review**. Rio de Janeiro (RJ). 30/08/1904. Ed. 35. p. 8. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=161993&pasta=ano%20190&pesq=philippon&pagfis=6227> Acesso em: 20 nov. 2023.

VEIGA, Edison. A história de Philippon, a primeira colônia de judeus do Brasil. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj79kplp59o> Acesso em: 25 out. 2023.

ZILBERMAN, Regina. Filipson: testemunho e memória. Posfácio. In: ALEXANDR, Frida. **Filipson**: Memórias de uma menina na primeira colônia judaica no Rio Grande do Sul (1904-1920). São Paulo: Editora Chão, 1967. p. 291 – 356.

Padre Julio Meinvielle: a extrema-direita católica contra a Modernidade

BOTEGA, Leonardo da Rocha

Professor do Colégio Politécnico da UFSM, Doutor em História pela UFRGS.

leorochabotega@gmail.com

Resumo: Julio Meinvielle (1905-1973) foi um padre católico que atuou na Argentina ao longo das décadas de 1930-1970. Foi um dos principais intelectuais do nacionalismo católico argentino, corrente de pensamento conservadora de forte influência na política argentina, sobretudo, na extrema-direita militar. Sua trajetória foi marcada pela luta contra a modernidade, tanto no interior da Igreja, quanto na sociedade argentina em geral. No interior da Igreja, lutou contra o pensamento renovador de Jacques Maritain (1882-1973), que propunha uma adaptação do catolicismo a nova realidade aberta pela modernidade. Segundo Meinvielle, a corrente reformadora depreciava a filosofia e a teologia tomista. Em oposição, propunha “uma filosofia sã para uma boa teologia”, pois somente esta seria capaz de proteger a cristandade de seus inimigos: a nova cristandade proposta por Maritain, o liberalismo anticlerical, o judaísmo e, sobretudo, o comunismo. Em oposição aos inimigos da cristandade, uma das características fundantes do povo argentino, Meinvielle propunha uma concepção que mesclava o nacionalismo e o catolicismo conservador, com um forte antissemitismo: o nacionalismo católico. Foi a partir desse nacionalismo católico que se tornou um intelectual influente entre grupos protofascistas e neonazistas argentinos que atuaram nas décadas de 1950 e 1960 como a Asociación Nacionalista Tacuara e a Guardia Restauradora Argentina. Ao longo do governo Arturo Frondizi (1958-1962), proferiu inúmeras conferências e palestras denunciando que se estava pavimentando o caminho para a implantação do comunismo na Argentina. Considerava que tal objetivo estava por trás até mesmo de medidas conservadoras como a decretação do Plano Conintes (Conmoción Interna del Estado) e os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional. Conforme sua tese, tais medidas eram parte da aliança firmada entre “os comunistas” do governo Frondizi e o “supercapitalismo financeiro judeu” que comandava o plano de dominação mundial. Sua tese, em um contexto fortemente marcado pela Guerra Fria, ganhou a adesão de inúmeros militares antiperonistas, sobretudo, entre aqueles que comandariam o golpe de 29 de março de 1962. Seu pensamento também influenciou grupos protofascistas e neonazistas argentinos que atuaram nas décadas de 1950 e 1960 como a Asociación Nacionalista Tacuara e a Guardia Restauradora Argentina. Julio Meinvielle faleceu em um acidente de automóvel em 03 de agosto de 1973.

Palavras-chave: Padre Julio Meinvielle; Extrema-direita católica; Nacionalismo católico.

Padre Julio Meinville foi um dos principais expoentes do pensamento conservador argentino entre as décadas de 1930 e 1970, sendo considerado um dos intelectuais mais destacados do nacionalismo católico argentino, corrente de pensamento de forte influência na extrema-direita militar. Julio Meinvielle nasceu em Buenos Aires, em 31 de agosto de 1905. Estudou no Seminário de Villa Devoto, onde foi ordenado sacerdote e se doutorou em Teologia e Filosofia. Em março de 1933, foi nomeado padre na Paróquia de Nossa Senhora da Saúde no bairro de Versailles, Buenos Aires. A partir de sua atuação como principal liderança católica naquele bairro, criou grupos de trabalhos e diversas instituições paroquias, entre essas o Ateneo Popular e o Escotismo Católico, uma forma de buscar contato com os jovens do local.

Padre Meinvielle, manteve uma intensa atividade intelectual colaborando com a revista católica *Críterio* e, posteriormente, fundando a também revista católica *Crisol*. Além de participar ativamente nos Cursos de Cultura Católica. A partir de sua atuação nesses cursos atuação se converteu em mentor de um grupo de nacionalistas católicos que contava com a participação de jovens intelectuais como Marcelo Sánchez Sorondo, Máximo Etchecopar, Ignacio Anzoategui, César Pico, Mario Amadeo (Saítta e Romero, 2006). Ao longo da década de 1930, escreveu algumas de suas mais importantes obras: *Concepción católica de la política* (1932), *Concepción católica de la economía* (1936), *El judío* (1936) e *Los tres pueblos bíblicos en la lucha por la dominación del mundo* (1937). Em 1948, a partir de um dos grupos de cultura católica que participava, ajudou a fundar a Sociedade Tomista Argentina, que teve como seu primeiro presidente Tomás Casares e Meinvielle como secretário.

Sua trajetória intelectual foi marcada pelo embate com a modernidade e os elementos que dela derivavam, considerados com os inimigos da cristandade. Eram estes: a nova cristandade proposta por Maritain, considerada como a inimiga interna à Igreja, o liberalismo anticlerical, o judaísmo e, sobretudo, o comunismo, os inimigos que atuavam na sociedade (Benson, 2014). Em oposição a estes inimigos, propunha uma concepção que mesclava o nacionalismo e o catolicismo conservador, com um forte antissemitismo: o nacionalismo católico. Foi a partir desse nacionalismo católico que se tornou também um intelectual influente entre grupos protofascistas e neonazistas argentinos, como a Asociación Nacionalista Tacuara e a Guardia Restauradora Argentina, que atuaram nas décadas de 1950 e 1960.

Julio Meinvielle faleceu em um acidente de automóvel em 03 de agosto de 1973. Na década que antecedeu a sua morte, proferiu inúmeras conferências e palestras denunciando que na Argentina estava sendo pavimentado o caminho para a implantação do comunismo. Uma tese que, em um contexto marcado pela Guerra Fria, ganhou a adesão de inúmeros militares antiperonistas, sobretudo, entre aqueles que comandaram o Golpe Civil-Militar que depôs o presidente Arturo Frondizi em 29 de março de 1962.

No âmbito dos debates teológicos, Julio Meinville manteve uma forte polêmica com o pensamento progressista de Jacques Maritain, um dos mais importantes filósofos católicos. Maritain (1883-1973) foi o principal teórico da chamada Nova Cristandade, um movimento renovador que buscava, a partir da percepção de que a Igreja deveria se adaptar aos novos tempos, produzir um pensamento que conciliasse o catolicismo com a modernidade. Sua principal obra, intitulada *Humanismo Integral*, lançada em 1936, influenciou uma nova geração de clérigos e leigos e lançou as bases para o movimento que culminou com o Concílio do Vaticano II, que ocorreu nos anos 1960.

A primeira grande polêmica de Meinvielle com a propostas do reformismo maritainiano foi em relação à Guerra Civil Espanhola e as críticas que este fazia ao franquismo. Segundo Meinville, na Espanha se travava uma Guerra Santa e o franquismo representava a defesa dos valores católicos e da Igreja contra os hereges, os comunistas e os anarquistas. Por trás desta crítica, estava a sua proximidade com o fascismo, considerado por Meinvielle como um movimento de “reintegração da ordem” contra o inimigo “demoliberal” (Meinvielle, 2020). Foi no âmbito dos debates sobre a posição da Igreja na Guerra Civil Espanhola que Meinvielle iniciou a elaboração de sua concepção religiosa oposta à modernidade.

Meinvielle (1967), alertava que havia duas posições para o problema da Igreja e o mundo. A posição tradicional, que trazia consigo vinte séculos de História cristã, que diz que a humanidade, a civilização e o mundo devem submeter-se de direito público a “Sociedade Sobrenatural”, portanto, a civilização deve ser cristã. A outra posição, a da Nova Cristandade, quer uma humanidade, um mundo, uma civilização que abarque a totalidade da vida e das atividades do homem, a serviço da “glorificação do Homem Universal”, ou seja, que uma “civilização moderna”. A Igreja, conforme Meinvielle (1967), tinha uma doutrina social pública que reprovava as ideias modernas e o que se chama “direito novo”, instrumento que perverte o conceito correto de homem, das instituições e da civilização. A modernidade, iniciada há aproximadamente cinco séculos, no guardaria uma continuidade homogênea com a era anterior. Aquela favorecia a criação do homem cristão e reconhecia os valores transcendentais superiores, enquanto que na modernidade a civilização deixava de olhar para o eterno do homem e concentrava-se no puramente humano. Nesse sentido, a civilização moderna deveria ser entendida como uma tomada de posição frente a civilização cristã, representando uma outra concepção de homem com outra escala de valores, oposta ao cristianismo.

Assim, vislumbrando a modernidade como oposição ao cristianismo, Meinvielle repudia veemente qualquer teologia que buscasse um diálogo com o mundo moderno. Era necessário, segundo o pároco, defender a cristandade dessa “má teologia”. Sua ideia era, a partir dos estudos e da difusão de uma concepção “autenticamente tomista”, alertar contra *“la corriente progressista, de aquellos que deprecian la filosofía y teología tomista”*. A necessidade de *“una filosofía sana para una buena teología”* era uma de suas principais preocupações. Essa era uma forma de proteger a cristandade de seus inimigos, a nova cristandade proposta por Maritain, o liberalismo anticlerical, o judaísmo e, sobretudo, o comunismo, elementos que segundo Meinvielle compunham a modernidade (Benson, 2014).

Apesar do firme combate que travou com a Nova Cristandade de Maritain, Padre Julio Meinvielle tinha uma forte preocupação com a atuação dos inimigos da cristandade na

sociedade laica. Uma preocupação que demonstrou fortemente ao longo de suas intervenções analisando o governo do presidente Arturo Frondizi. O governo Frondizi (1958-1962) tinha como principal objetivo a implantação do *desarrollismo*, um projeto de industrialização acelerada a partir da participação de capitais estrangeiros nos setores estratégicos da economia. Para isso, teve que enfrentar dois grandes problemas: a sobrevivência política do governo em meio ao conflito peronismo-antiperonismo; e, no plano internacional, lidar com o acirramento da Guerra Fria na América Latina após a tomada do poder pelos revolucionários cubanos em 1959. Apesar do histórico católico do presidente, Meinvielle viu a *desarrollismo-frondicista* como uma tática comunista a serviços do supercapitalismo financeiro judeu. Aqui se unificam dois fortes inimigos da cristandade: o comunismo e o judaísmo.

O anticomunismo esteve presente já nos primeiros escritos de Julio Meinvielle, na década de 1930. Em sua obra “Um juízo católico sobre os novos problemas da política”, escrita em 1937, a “política proletária” é definida como “o mais horrível que se pode imaginar para uma sociedade”, sendo que somente uma palavra “pode expressar a verdade do comunismo: o caos”. O comunista, por sua vez,

[...] é um homem de quem se tirou sua formalidade sobrenatural, sua formalidade natural, e sua formalidade animal; que se resta de um homem que se despojou destas três formalidades? Resta uma coisa. Algo que caminha ao nada. E o comunismo é, verdadeiramente, a deificação da realidade que tende ao nada. Qual é a realidade que tende ao nada? Que é o que segue sendo algo e é nada por seu caráter informe? É a matéria prima. [...]. (Meinville, 2020a, p. 24).

Dessa forma, o comunismo pode ser definido “como aquele sistema de vida e de cultura que tende à resolução do homem em matéria prima, em algo puramente informe, caótico”. No comunismo o homem se torna um “miserável farrapo humano sem as elementares possibilidades da simples existência” e o “nome de Deus é objeto dos ódios mortais mais amargos”. Uma das principais pilastras do comunismo seria “uma campanha sistemática de ateísmo” que abalasse “domínio do virtuoso” através dos “pecados públicos mais horrendos, tais como a prostituição do matrimônio e da família, o roubo pela negação da propriedade, o homicídio pela eliminação dos que não aceitam essa imposição”. (Idem, p. 23-24).

Boa parte dessas ideias, escritas quase três décadas antes, foram retomadas e readequadas por Meinvielle em Conferência pronunciada no dia 21 de novembro de 1960, no Instituto Bautista Bustos, na Província de Córdoba, intitulada *La dialectica de la accion o como se propaga el comunismo en nuestro país*. O texto da conferência começa chamando atenção para o fato de que estava evidente “*para todo el que tiene sensibilidad social que el comunismo está avanzando rapidamente en el país*” (Meinvielle, 1960, p. 1).

Tal avanço possuía causas remotas e causas próximas. Como causa remota, Meinvielle mencionava o “*estado de desarme*” que se encontrava o povo argentino devido a “*prédica laicista*” que tomou conta da educação, da cultura e da vida nos últimos 80 anos. A laicização desarmou o povo argentino para o enfrentamento ao comunismo, sobretudo, por tê-lo deixado com falta de convicções religiosas firmes. Ou seja, utilizando os termos de três décadas atrás, o “domínio do virtuoso” do povo argentino estava abalado.

Entre as causas próximas estava a própria propaganda comunista, bastante presente na vida pública da geração que estava entre os 35 e 55 anos. Uma geração que havia sido doutrinação a partir dos princípios da reforma universitária nas universidades de Buenos Aires, La Plata, do Litoral e de Córdoba. Esses homens imbuídos da “*mentalidad comunista*”, quando não formando até mesmo células comunistas, estão atuando “*en los ambientes en que les corresponde actuar*”, ambientes esses, que haviam se ampliado consideravelmente nos últimos anos. Um dos principais expoentes desta geração imbuída da mentalidade comunista era o economista Rogelio Julio Frigerio, um dos principais responsáveis pela elaboração do projeto *desarrollista*, denominada por Meinvielle (1962, p. 2) como a “*la etapa del frigerismo*”, a primeira etapa para se chegar ao comunismo.

Durante a campanha eleitoral, Frigerio foi figura fundamental na articulação do pacto com Perón que garantiu a vitória de Arturo Frondizi. No governo, desempenhou inicialmente a função de Secretário de Assuntos Econômicos e Sociais, sendo obrigado a renunciar em fins de 1958 por pressão das forças armadas que o viam como o grande fiador do peronismo. Mesmo sem cargo oficial, Frigerio organizou uma espécie de gabinete extraoficial da presidência, montando uma equipe de intelectuais para elaborar e acompanhar as políticas do governo apelidada de USINA, por ser “*la fábrica, la fuente de toda la energia, de todas las ideas, de todas las estrategias del gobierno*” (Gómez, 2004, p. 82). Segundo Meinvielle (1960, p. 1), Frigerio formava, junto “*con Narciso Machinandiarena, E. Aragon y Carlos Hojvat, homeopata y socio de Grinhaus, el médico de Frondizi*”, uma célula comunista que operava ativamente “*en el primer plano del poder y de la política nacional*”. Segundo o padre anticomunista, Frigerio era o legítimo fruto das Universidades Oficiais Argentinas. Meinvielle (1960, p. 2) considerava que tais universidades eram “*el cerebro del comunismo en el país*”. Se as Universidades Oficiais Argentinas eram o cérebro do comunismo, para que este se desenvolvesse ainda era necessário um corpo. Este corpo “*solo se lo puede dar la masa asalariada*”. A formação deste corpo seria justamente o trabalho que estaria sendo desenvolvido, a passos rápidos, pelo governo Frondizi. Esse trabalho consistia na colocação em

prática da *“dialectica de la acción”* que operava por trás do *desarrollismo frigerista-frondicista*.

O comunismo, alertava Meinvielle (1960, p. 3), *“no se difunde por la enseñanza de su doctrina, de hombre a hombre”*, mas sim, *“haciendole practicar, poniéndolo en práctica”* e *“la practica del comunismo es la dialéctica, pero no la dialectica como artificio de razonamiento sino la dialectica de la acción”*. Era a partir da dialética da ação que os comunistas buscavam atrair os não comunistas, apresentando disjuntivas que não eram precisamente comunismo-anticomunismo, afinal o comunismo sempre se apresenta por baixo de uma máscara. A principal disjuntiva que vinha sendo apresentada pelo comunismo frigerista-frondicista era *“imperialismo-antiimperialismo”*.

Na Conferência de 1960, Meinvielle (1960, p. 13) afirmou que foi através da disjuntiva *“imperialismo-antiimperialismo”* que o comunismo penetrou em larga escala na China, em Cuba e que penetra em todos os países coloniais ou semicoloniais. É o seu *“primer planteo económico-político para apoderarse del poder”*. Uma vez conquistado o poder, o comunismo passa a outros planos, se apoderando progressivamente *“de toda la vida nacional, ejército, cultura, economía, política, religión, que en parte al menos, habrán acompañado al comunismo sin saberlo en aquella primera etapa”*.

A apresentação da disjuntiva *imperialismo-antiimperialismo* era uma forma eficaz de apurar e agudizar a oposição entre *“Capital internacional-oligarquia criolla”* e *“Nación-pueblo”*. Para isso, a célula comunista que dominava o governo Frondizi tinha não apenas um forte aliado como também um agente de quem recebe ordens e é instrumentalizado: o comunismo que opera desde *“un centro mundial”* que atua conectado com *“el super capitalismo financiero judío”*. Aqui ao seu anticomunismo, Julio Meinvielle soma outra característica de seu pensamento e de sua trajetória: o antissemitismo.

A figura do judeu, conforme Reiss e Ehrlich (2020), tem historicamente ocupado o “papel negativo do perigo da subversão na sociedade que convencionamos chamar de ocidental”. Desde o período helenístico, foi sendo construído um conjunto de construções imaginárias que definiram o judeu como alguém que ocupa “um estranho não lugar” e que, por essa condição, está constantemente “subvertendo a ordem e, portanto, ameaçando-a”. Tal definição constituiu uma das principais fontes do pensamento antissemita. Uma das principais características do antissemitismo é a sua capacidade de adaptação aos diferentes contextos históricos (Poliakov, 2000). No emergir da modernidade capitalista surgiu a visão do judeu como uma figura tacanha e calculista. Uma figura avida e gananciosa que subvertia os valores estabelecidos. Num contexto em que o capitalismo nascente abalava os alicerces da sociedade

e modificava a ordem vigente, colocando em risco o *status quo*, o judeu tornou-se o bode expiatório na simplificação do entendimento das transformações estruturais. Uma vez consolidado o capitalismo, na passagem do Século XIX para o Século XX, passou a ser associado ao comunismo. Reiss e Ehrlich (2020, p. 31), chamam atenção para fato de o mito do judeu comunista ter ganho “dimensões tenebrosas com o nazismo que, entre outros mitos antissemitas, associava judeus e comunistas, os dois maiores inimigos do seu ideário ideológico”. Uma associação que transpôs as próprias fronteiras do Reich e da Europa.

Na Argentina, ao longo das décadas de 1930 e 1940, o nazifascismo passou a ter a simpatia de alguns grupos nacionalistas que viam no Reich uma alternativa ao domínio imperialista da Inglaterra, dos Estados Unidos e da União Soviética (Jimenez, 2015). Julio Meinvielle, em seus escritos da década de 1930, considerava o nazismo hitlerista uma política pagã. Porém, em relação ao fascismo italiano, apesar de criticar a violência fascista, o via como “essencialmente uma reação contra o demoliberalismo que desemboca no comunismo”. Por isso, não deveria ser jugado “como um fenômeno estático”, mas sim, como “um movimento impulsionado por um dinamismo poderoso de reintegração na ordem que, ainda que sem querer, o leva à política cristã”. Exemplo disso seria o reconhecimento do Poder Espiritual por parte do governo de Mussolini, “como atesta o Tratado de Latrão e a Concordada firmada com a Santa Sé”. (Meinvielle, 2020).

Sobre a questão dos judeus, Meinvielle defendia uma concepção onde o judaísmo é visto como “*un enemigo declarado y activo de todos los pueblos, en general, y de modo especial de los pueblos cristianos*”. Essa inimizade tinha um caráter universal, inevitável e terrível, pois tinha como base uma inimizade teológica. Apesar de sua origem divina, o povo judeu cometeu o pecado do deicídio¹⁵⁸. Ao entregar Jesus Cristo aos Romanos e, conseqüentemente, à morte, os judeus demonstraram que para manter a própria existência necessariamente devem destruir a civilização cristã. Desde então, “*el mundo ha quedado entregado a dos fuerzas verdaderamente opuestas: la judía y la Cristiana*” (Meinvielle, 1959, p. 30-31).

Por trás de todo movimento que promoveu abalos no cristianismo, ao longo da História, estavam os judeus. O Renascimento, a Reforma Protestante, o Enciclopedismo, a Revolução Francesa, o capitalismo, o liberalismo, o socialismo, o comunismo e a Revolução Soviética haviam sido movimentos originados da luta dos judeus contra o cristianismo. (Meinvielle, 1959, p. 75). Boa parte destas ideias tinham como base “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, uma publicação apócrifa de cunho antissemita do final do século XIX com ampla circulação entre

¹⁵⁸ Nome usado pelos cristãos para designar a morte dada a Jesus Cristo.

os nazistas e os setores conservadores da Igreja Católica. Como se pode ver, apesar de considerar o nazismo uma “política pagã”, no que tange ao judaísmo, o pensamento de Meinvielle era muito próximo daquele propagado pelos discípulos de Hitler.

Após a Segunda Guerra Mundial, como bem lembram Reiss e Ehrlich (2020, p. 37), “a comoção com a tragédia que se abateu, especialmente sobre os judeus, fez com que a materialização do antissemitismo tivesse um arrefecimento”. Nos chamados países ocidentais, nem mesmo as controvérsias geradas pela criação do Estado de Israel e a ocupação dos territórios palestinos foi capaz de reacender, pelo menos na mesma intensidade, o antissemitismo. A exceção foram os grupos de extrema-direita, entre esses, no âmbito latino-americano, o *Tacuaras*, na Argentina, os *Tecos* e *El Yunque*, no México. Ambos eram fortemente influenciados pelas elaborações de Julio Meinvielle que, diferentemente de outros intelectuais que eram antissemitas nas décadas de 1930 e 1940 e que renegaram essa condição no contexto do pós-Guerra, não apenas manteve suas posições, como muitas vezes as fortaleceu a partir da nova cruzada anticomunista deflagrada pela Guerra Fria (Jiménez, 2015).

Nesse novo contexto, Meinvielle reforçou a sua tese com a publicação de uma nova versão de sua obra *El judío*, publicada pela primeira vez em 1937. Publicada em 1959, com o título *El judío en el misterio de la historia*, a nova versão reafirmava a ideia de que os judeus desejavam a construção de um Império Universal Judaico sobre todos os “povos amanansados”. Dessa vez, porém, tendo Jerusalém como capital do mundo. Isso explica os seus desejos de reintegração junto a Palestina. A “Nova Judeia” não teria como objetivo englobar a totalidade dos judeus, mas sim, “*la creación de un centro judío sea a modo de un hogar común que comunique la impulsión necesaria a la mayoría de judíos que permanecerían en su patrias de adopción*”. A partir de Jerusalém, os judeus articulam sua rede de grupos para a realização de seu objetivo final: transformar todas as nações do mundo em escravas. Desse objetivo final deriva a sua ligação com o comunismo (Meinvielle, 1959).

Na Argentina, o governo “comunista” de Arturo Frondizi se conectava com “*el super capitalismo financiero judío*”, representado pelo *Banco Karl Loeb and Co.* que “*controla directamente las inversiones petrolera de nuestro país e indirectamente las otras radicaciones de capital*”. Outro aliado do “supercapitalismo financeiro internacional judeu”, segundo Meinvielle (1960, p. 5), era o Departamento de Estado dos Estados Unidos, cuja “*burocracia ha sido denunciada repetidas veces como minada por los comunistas*”. Por isso, as “*embajadas americanas, al menos en América Latina, no oferezcan garantías, sino pelo contrario, contra la penetración comunista*”. Uma ideia um tanto, quanto absurda, tendo em vista que, naquele contexto, o Departamento de Estado dos Estados Unidos já havia colocado em prática sua

política de estímulo aos golpes preventivos com a deposição do governo Jacobo Árbenz, na Guatemala, em 1954.

Em que pese tal absurdo, em sua busca por interligar suas antigas ideias antissemitas com a sua leitura anticomunista católica da conjuntura em que estava mergulhado, Meinvielle procurava comprovar sua tese de que o governo Arturo Frondizi estava pavimentando o caminho para a implantação do comunismo na Argentina, a partir das ações do próprio governo. A partir desse objetivo, Meinvielle realizava uma das características fundamentais das ideologias: recortar partes da realidade que lhe permitam uma interpretação que promova nos sujeitos a sua representação imaginária do mundo (Althusser, 2001). Um dos pontos desse recorte visando reafirmar sua concepção anticomunista-antissemita foi a política petrolífera adotada pelo governo Arturo Frondizi. Segundo Meinvielle (1960), a evidência de que o governo Frondizi estava aliado ao “supercapitalismo financeiro judeu” foi a chamada Batalha do Petróleo, a política de abertura da exploração daquele setor por empresas multinacionais. Tal medida fez com que o “supercapitalismo financeiro judeu” passasse a controlar diretamente os investimentos petrolíferos e indiretamente as outras radicações de capitais na Argentina.

Porém, o principal ponto dessa aliança, destacado por Meinvielle em sua conferência de 1960, foi o Plano de Estabilização Econômica adotado pelo governo Frondizi, em janeiro de 1959, após acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI).¹⁵⁹ Segundo Meinvielle (1960, p.5), tais acordos eram parte da estratégia de apurar e agudizar a oposição entre “*Capital internacional-oligarquia criolla*” e “*Nación-pueblo*”. O FMI, um “*organismo mundial fundado y dirigido por judios comunistas*”, havia preparado para o país “*un plan que, al tiempo que pasa al capital internacional nuestras fuentes de riquezas, somete a empobrecimiento de la Nación y al hambre a nuestra masa asalariada*”. Com isso se agudizava a polarização social, produzindo uma realidade onde “*a una minoria cada vez más reducida de adinerados en uno de los polos corresponde una masa de empobrecidos en el otro*”. O polo da população oprimida dirigido “*por agitadores profesionales, va a comenzar a rebelarse y a colocarse en estado de tensión y agitación, huelgas y terrorismo*”. Em contraposição o outro polo “*va a lanzar su denuncia de comunismo contra el polo de rebelión*” e aplicará através da

¹⁵⁹ Em dezembro de 1958, o governo Frondizi firmou um acordo *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional, assumindo compromisso de adoção de medidas profundamente impopulares, tais como: a elevação dos efetivos mínimos bancários a 60%; o cancelamento dos financiamentos hipotecários para habitação; a restrição do financiamento do déficit fiscal pelo Banco Central; a eliminação da maior parte dos controles de preços que existiam; o fim das restrições quantitativas ao comércio; uma forte desvalorização da moeda para que o peso chegasse a seu nível num mercado cambial livre; e uma severa política salarial, eliminando qualquer vinculação entre os ajustes de salário e os aumentos do custo de vida. Tais medidas em conjunto compuseram o Plano de Estabilização Econômica, adotado a partir de janeiro de 1959 (Ferrer, 2007, p.184).

força militar e policial um plano de repressão que “*tendrá como resultado exacerbar al polo de los oprimidos*”. Por conta das medidas repressivas duas instituições que são a garantia contra o comunismo tenderão a ser odiadas pelo povo: o Exército e a Igreja. O Exército por ter sido utilizado como um instrumento de repressão puramente policial. A Igreja por ter sido cooptada pelo governo por uma série de concessões como o ensino livre e alguns favores, dádivas, ajudas, subvenções e toda um conjunto de “*complacencia en una esfera superficial de la vida nacional*” (Idem, p.6).

Meinvielle procurou comprovar a veracidade sua tese a partir do *Plan Conintes* (*Conmoción Interna del Estado*). Estabelecido pelo governo Frondizi, juntamente com a decretação do Estado de Sitio, em novembro de 1958, o plano foi uma resposta a erupção de um conjunto de greves bancárias, metalúrgicas e ferroviárias devido à queda do nível de vida da classe trabalhadora. O *Plan Conintes* foi aprofundado ao longo de todo o ano de 1959, após a grande greve do Frigorífico Lisandro de La Torre. Como resposta a forte repressão que atingiu principalmente o braço sindical do peronismo, Perón, ainda exilado, publicizou o pacto estabelecido com Frondizi durante o período eleitoral. Como forma de acalmar os ânimos dos militares antiperonistas, Frondizi entregou áreas estratégicas do governo para figuras da extrema-direita como o general Carlos S. Toranzo Montero, alçado ao cargo de Comandante em Chefe das Forças Armadas. Meinvielle interpretou essas tentativas de sobrevivência do governo diante dos ultimatos golpistas como parte do plano da célula comunista. A entrega das principais tarefas repressivas à um militar reconhecidamente conservador era mais uma forma de desgastar o exército com o povo.

Com relação a Igreja, o padre anticomunista se referia *Lei de Enseñanza Libre*, proposta por Frondizi nos primeiros meses de seu governo, que abria a possibilidade da criação de universidades pela iniciativa privada, quebrando o monopólio estatal sobre o ensino superior. Tal proposta vinha de encontro aos interesses da Igreja e do empresariado e colocou Frondizi em oposição com boa parte dos setores que apoiaram a sua eleição.

A partir destas medidas, segundo Meinvielle (1960, p.7-8), a célula comunista que dominava o governo Frondizi estava tendo êxito, sobretudo, por estar conseguindo debilitar o “*nacionalismo auténtico-popular y católico*”, favorecendo um “*nuevo nacionalismo filocomunista que se está perfilando*”. Dessa forma, “*el mismo sentimiento nacional que hasta diez años era, en nuestro país, exclusivamente cristiano*” estava hoje “*poderosamente canalizado pelo comunismo*” na construção de um “*nacionalismo marxista*”. Porém, apesar dos avanços que a estratégia frondicista-frigerista, em aliança com o “supercapitalismo financeiro judeu”, vinha tendo, a sociedade argentina ainda possuía uma forte barreira contra o

comunismo: as Forças Armadas. Mesmo com os comunistas tendo conseguido aumentar no povo “*el desprestigio de las fuerzas armadas*”, estas ainda eram “*la única garantía sólida contra la penetración comunista*” (Idem, p.9).

Foram justamente as Forças Armadas que, em 29 de março de 1962, deram o golpe que depôs Arturo Frondizi. Porém, o golpe que não foi dado contra o suposto avanço comunista. Apesar das posições independentes assumidas pela política externa argentina em relação a questão cubana terem interferiram na decisão, essas não foram o fator determinante para a derrubada do governo. O fator determinante foram as significativas vitórias que os peronistas obtiveram nas eleições provinciais de 18 de março de 1962, sobretudo, a vitória na Província de Buenos Aires. Apesar de também serem ferrenhos anticomunistas, diferentemente do principal intelectual do nacionalismo anticomunista católico, os setores majoritários da extrema-direita militar argentina miravam em um inimigo mais concreto, a única força política que de fato possuía forte penetração popular na argentina: o peronismo.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado. 8ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

BENSON, Jorge. **Julio Meinvielle**: pároco y teólogo de la cristandad. Buenos Aires – Arg.: Jorge Benson, 2014.

FERRER, Aldo. **A economia argentina**: de suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GÓMEZ, Albino. **Arturo Frondizi**: el último estadista. La vigencia de un proyecto de desarrollo. Buenos Aires: Ediciones Lumieri, 2004.

JIMÉNEZ, Mario Virgilio Santiago. Julio Meinvielle, Tacuaras, los Tecos y El Yunque contra la « infiltración roja en México y Argentina. **Cahiers des Amériques latines**, Paris: Institut des Hautes Etudes de l'amérique latine, n. 79, 2015. p. 55-74.

MEINVIELLE, Julio. **El judío**: la teología en defensa del catolicismo, México, Ediciones RTSA, 1959.

MEINVIELLE, Julio. **La dialectica de la accion o como se propaga el comunismo en nuestro país**. Buenos Aires-Arg.: Libreria Huemul, 1960.

MEINVIELLE, Julio. **Conferencia sobre la Guerra Revolucionária y la Revolución Nacional en la Argentina**. Buenos Aires-Arg.: Libreria Huemul, 1962.

MEINVIELLE, Julio. **La Iglesia y el mundo moderno**. Buenos Aires: Distribidora y Editora Theoria S.R.L., 1967.

MEINVIELLE, Julio. **Um juízo católico sobre os novos problemas da política.** Vitória-ES: Editora Centro Anchieta, 2020a.

MEINVIELLE, Julio. **Conceitos Fundamentais da Economia.** Vitória-ES: Editora Centro Anchieta, 2020b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

POLIAKOV, Leon. **Do anti-sionismo ao anti-semitismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

REISS, Carlos; EHRLICH, Michel. O mito do judeu subversivo: revolução, conspiração dinheiro e poder. In: PSZCZOL, Eliane; VAITSMAN, Heliete. (org.). **Antissemitismo, uma obsessão:** argumentos e narrativas. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2020. p. 20-42.

ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SAÍTTA, Sylvia; ROMERO, Luis Alberto. Julio Meinville. **Página 12**, 25 de fevereiro de 2006. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-63581-2006-02-25.html> Acesso em 03/08/2023.

Mulheres, religião e política no moderno espiritualismo americano

CRUZ, Jorge Vinicius Quevedo da
Doutorando em História (UFSM)
jorgequevedo3@hotmail.com

BORIN, Marta Rosa
Doutora (UFSM)
marta.borin@ufsm.br

Resumo: O objetivo desse trabalho é investigar o envolvimento das mulheres no moderno espiritualismo, tendo como cenário o campo político americano, na segunda metade do século XIX. As crenças espiritualistas ganharam notoriedade nos Estados Unidos da América, sobretudo, a partir de 1848, com o caso das irmãs Fox. Enquanto movimento, o espiritualismo ganhou massiva repercussão entre os meios de comunicação, através da organização de periódicos, apresentações, palestras e grupos privados. O cenário espiritualista atraiu mulheres interessadas em seu poder de representatividade no campo religioso, mas sobretudo, enquanto espaço de ordem progressista. Muito além do aspecto religioso, o espiritualismo esteve envolvido em temáticas que estavam em discussão no campo político americano, como a luta por direito das mulheres, e o fim da escravidão. Nesse sentido, as ideias espiritualistas surgiram como uma alternativa de voz para as mulheres, mas muitas vezes, de trabalho e projeção política. Para realizar esse trabalho propõem-se a análise de publicações periódicas, cartas, fotografias, autobiografias, bem como outras fontes, que possam ser pertinentes para o estudo. A partir da coleta de fontes, buscar-se-á explorar discursos e ilustrações que possam demonstrar a participação e os interesses políticos de figuras femininas no moderno espiritualismo. Esse trabalho está relacionado a tese de Doutorado em andamento, *O moderno espiritualismo: lobby político no campo religioso americano* (1848-1914), no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, e vinculado ao projeto Religiões e religiosidade: política e imigração, coordenado pela professora Marta Rosa Borin.

Palavras-chave: moderno espiritualismo; Estados Unidos da América; campo político.

Introdução

Em 1848, as irmãs *Catherine Fox* (1837-1892) e *Margaret Fox* (1833-1893) lançaram as bases de um movimento que ganharia grande destaque no campo religioso e político americano na segunda metade do século XIX. Kate (11 anos) e Maggie (14 anos), ou as *irmãs Fox*, como viriam a ser chamadas, estavam na casa de seus pais em Hydesville, um vilarejo no estado de Nova Iorque, quando começaram a ouvir batidas estranhas. As duas crianças interpretaram que esses sons eram de uma entidade sobrenatural, um espírito, e logo começaram a se comunicar por meio de um sistema lógico, em que as perguntas eram feitas e as respostas eram dadas por meio de “batidas espirituais” (Weisberg, 2004).

Figura 1 – Irmãs Fox: a esquerda Margaret, no centro Catherine e à direita Ann Leah, 1852



Fonte: (Library os Congress, 1852).

Os fenômenos espirituais de Hydesville se espalharam rapidamente pelos Estados Unidos da América. As irmãs Fox não apenas ganharam notoriedade, mas também fama, ao exercerem sua nova profissão, a de médiuns. Elas e outras pessoas que afirmavam se comunicar com espíritos começaram a fazer turnês em teatros, hotéis e pensões, constituindo um movimento chamado de *moderno espiritualismo*, ou como a inglesa Emma Hardinge Britten (1823-1899) denominou: *Modern American Spiritualism* (Hardinge, 1870, grifo nosso).

Embora o moderno espiritualismo esteja ligado à história das irmãs Fox, as crenças espiritualistas já estavam circulando entre os americanos na década de 1840. Isso incluía os escritos de *Franz Anton Mesmer* (1734-1815), *Andrew Jackson Davis* (1826-1910) e *Emanuel Swedenborg* (1688-1772). Houve também reflexos do chamado *Grande Despertar*, movimentos da história religiosa americana marcados por um profundo êxtase religioso, de apelo ao sobrenatural, por meio da pregação de grupos ou líderes protestantes que buscavam uma conexão mais próxima com Deus.

A grande diferença é que o moderno espiritualismo moderno levou as crenças espiritualistas a um novo patamar em relação ao período anterior. Assim, muito além do campo religioso, entrou-se no campo da indústria cultural, pois foi criado um mercado de produtos e serviços em grande escala. Nesse sentido, através de periódicos, aparatos de comunicação

além-vida, turnês mediúnicas, fotografias espirituais, o espiritualismo também se misturou entre o sagrado e o profano. Por outro lado, o espiritualismo também foi importante por ocupar espaços em discussões que estavam em voga na sociedade americana, como o abolicionismo e o sufrágio feminino. De acordo com Braude (2001), a visão da sociedade e as projeções de uma "nova era" deram ao espiritualismo um significado radical e reformista. Nesse contexto, muitas mulheres foram atraídas por mudanças progressistas e fizeram das crenças espiritualistas seu palco de discussão, ao mesmo tempo em que se projetavam no campo político americano.

O espiritualismo e o campo político americano

O século XIX foi uma época de consolidação dos Estados Unidos da América como uma república e nação. Depois de conquistar a independência, oficialmente declarada em 1776, os americanos precisavam desenvolver um projeto político nacional. O primeiro passo foi a elaboração de uma Constituição em 1787, que estabeleceu a autonomia dos poderes do governo. Dois anos depois, a *Bill of Rights*, que incluía a liberdade de religião, de expressão e de imprensa, foi estabelecida em 1789. Durante esse período, a formalização do Estado não resultou em unidade nacional devido a diferenças internas em modelos políticos e econômicos antagônicos. No Sul, desenvolveu-se um sistema agrário e escravocrata, enquanto as ideias reformistas, como a abolição e o sufrágio feminino, ganharam apoio de líderes políticos e pessoas associadas aos movimentos metodista, quaker e espiritualista no Nordeste.

O espiritualismo carregou consigo novos significados e sentidos de vida, na medida em que para muitos americanos, sobretudo protestantes, as crenças espiritualistas estabeleciam uma “nova relação com o sagrado”. Para muitas pessoas, tornava-se mais interessante falar diretamente com algum familiar falecido, do que se confortar dentro da Igreja, ou através dos discursos de líderes religiosos. Ao mesmo tempo, o movimento espiritualista, sobretudo ao nordeste americano, tornou-se atraente para muitas pessoas interessadas em uma sociedade de ordem progressista. Entre muitos círculos espiritualistas, os espíritos anunciavam uma “nova era”, ligado às justiça sociais, indo ao encontro de muitos homens e mulheres que idealizavam que o progresso estava diretamente associado a certas causas sociais e políticas, como é o caso do movimento abolicionista e o sufrágio das mulheres.

Muito além do aspecto religioso, as crenças espiritualistas também deram o tom para um trabalho muito bem definido, que é o do médium. Nos Estados Unidos da América, a profissão mediúnica, bem como o movimento espiritualista, teve a forte presença masculina, sobretudo através da fundação de periódicos como *Spiritual Telegraph* (1852), por Charles Partridge; *Spirit Messenger* (1850), editado por Apollos Munn e R. P. Ambler; *Banner of Light*

(1857), editado por Isaac Rich e Luther Colby. Nesse caso, os espiritualistas não negaram esforços para alavancar o espiritualismo no território americano, mas nem por isso, deixaram de obter vantagens para seus projetos pessoais, o que muitas vezes era ganhar dinheiro.

A partir das irmãs Fox inaugurou-se uma nova etapa das crenças espiritualistas, ao mesmo tempo, isso significou novas possibilidades para as mulheres atuarem social e politicamente. Nesse sentido, o espiritualismo proporcionou para muitas um espaço longe da Igreja e da esfera doméstica (Lowry, 2015). Dessa forma, espiritualismo constituiu um cenário importante para as mulheres discutirem publicamente seus ideais e anseios reformistas.

Durante a década de 1860, Emma Hardinge, uma musicista e atriz inglesa, surgiu como uma figura proeminente do movimento espiritualista. Depois de se mudar para a cidade de Nova Iorque, em 1853, tornou-se espiritualista e passou a palestrar pelo território americano. Hardinge ganhou destaque, nas sessões da *Society for the Diffusion of Spiritual Knowledge* (Sociedade para Difusão do Conhecimento Espiritual) Além disso, como uma das fundadoras da *Sociedade Teosófica*, em 1875, ao lado da russa *Helena Petrovna Blavatsky* (1831–1891) (Hanegraaff, 2020).

Figura 2 – Fotografia da Espiritualista Emma Hardinge Britten



Fonte: (Britten, 1884).

Historicamente tem sido atribuído às mulheres papéis distintos em relação aos homens na sociedade, tendo as vozes masculinas predominando nos espaços públicos, especialmente nos debates políticos. Na retórica feminista, isso deve-se a cultura do patriarcado, isto é, “sistema de poder masculino – econômico, social, político, material, ideológico e psicológico – que produz opressão às mulheres” (Gardner, 2006, p.164, tradução nossa, grifo do autor). Em compensação, as mulheres têm sido atribuídas à esfera doméstica e ao cuidado com os filhos, o que ganhou força na primeira metade do século XIX entre as famílias mais abastadas, no que Welter (1966) chamou de culto à domesticidade. Nesse contexto, o discurso foi uma estratégia comum para muitas mulheres, especialmente as mais alfabetizadas, que puderam expressar sua indignação com relação às distinções sociais e de gênero por meio de palavras, como foi o caso de Britten.

Não vemos limites para o poder das mulheres de entrar nas câmaras do conhecimento; Não vemos nenhum limite que deva se restringir ao gênio das mulheres; mas vemos, nas rodas finas e sempre giratórias de sua natureza feminina, tantas alavancas, tantos poderes de propulsão, que pedimos a você, ó homem, para o seu próprio interesse, que abra a porta de suas faculdades e escolas e permita que sua ajudante entre e preste a você um serviço melhor do que aquele que você pode prestar por si mesmo. Pense no que fará por esse exército que, na melhor das hipóteses, atualmente é um exército de mártires, as bonecas da sala de visitas, as meras crianças brilhantes da moda, que passeiam com suas sedas e cetins pela estrada, desoladas por falta de uma ocupação, com todas as aspirações de suas almas indo na direção errada! Não se pode esmagá-los para fora da vida; eles estão lá e lá encontrarão uma saída. E como eles a encontram? Elas caem sobre o que você deixa para elas - as vitrines, os brinquedos e as frivolidades da vida... Que seja vergonhoso para as mulheres, para as filhas e para as irmãs da vida não terem ocupações, assim como seria vergonhoso para os homens desperdiçarem as nobres energias da masculinidade e passarem seus dias na ociosidade e na inutilidade [...] (Hardinge, 1859, p.8, tradução nossa).

O discurso de Britten fez parte de uma campanha pelos direitos das mulheres que começou a tomar forma nos Estados Unidos da América em 1848, com a *Declaração de Direitos e Sentimentos*, em Seneca Falls, no estado de Nova Iorque. Embora Britten não estivesse diretamente envolvida com as signatárias de Seneca Falls, seu trabalho como espiritualista criou um cenário representativo dentro do movimento sufragista, possibilitando que suas agendas fossem projetadas no campo político americano. Os discursos de Britten contra a escravidão também foram bem recebidos por outros abolicionistas e políticos influentes. Em 1864, durante a campanha de reeleição presidencial de Abraham Lincoln, ela chegou a ser convidada a palestrar em favor do candidato.

O espiritualismo proporcionou trabalho e independência financeira para muitas mulheres. Seja como médiuns ou palestrantes, muitas organizaram suas vidas financeiras por meio das crenças espiritualistas. Nesse contexto, atuaram como empresárias, integravam associações e até participavam da edição de periódicos para a causa espiritualista. Isso abriu um

espaço para expressarem suas opiniões publicamente e, ao mesmo tempo, impulsionar suas carreiras, já que muitas tinham interesses econômicos, mas sobretudo políticos

Na década de 1870, Victoria Woodhull (1838-1927) foi uma das mulheres mais atuantes do campo político americano. Juntamente com sua irmã Tennessee Claflin (1844-1923), ela fundou o *Woodhull & Claflin's Weekly* (1870), um periódico com temas voltado às mulheres em termos de comportamento e participação política. Em 1872, Woodhull concorreu à presidência dos Estados Unidos na chapa do *Equal Rights Party* (Partido dos Direitos Iguais).

Figura 3 – Fotografia de Victoria Woodhull



Fonte: (Brady, 1866-1873).

A campanha de Woodhull enfrentou vários obstáculos, pois não contava com o apoio unânime de outros espiritualistas, nem mesmo da *American Association of Spiritualists* (Associação Americana de Espiritualistas), onde ela havia se tornado presidenta em 1871. As ideias apresentadas, como o *Free Love* (direito de toda mulher escolher seu parceiro), a exposição da vida pessoal de oponentes políticos nos jornais, a tradução do *Manifesto Comunista* de Karl Marx para o inglês, levaram muitos a questionar sua representatividade no movimento espiritualista e no sufragista.

Por meio da religião, muitas mulheres conseguiram ressignificar certas posições no campo religioso, abrindo espaço para uma participação mais significativa no campo político

americano. Por outro lado, isso não significa que não houvesse discordâncias dentro do movimento espiritualista em relação à figura feminina. As disputas por poder e ideais criaram certos antagonismos que podem ter impedido um maior envolvimento das mulheres no debate público. Portanto, é importante entender até que ponto o espiritualismo proporcionou um espaço de fala para as mulheres, bem como os interesses e as disputas envolvidas por trás das crenças espiritualistas.

Considerações finais

Para muitas mulheres, o espiritualismo moderno surgiu como uma forma alternativa de trabalho e, ao mesmo tempo, como uma plataforma para se expressarem livremente. Isso se refletiu no campo político e religioso americano, espaços historicamente ocupados por homens. Segundo Lowry (2015, p.10, tradução nossa), “o espiritualismo proporcionou [...] um espaço retórico para expressar opiniões políticas e apresentar novas ideias ao seu público”. Nesse contexto, elas aproveitaram-se do movimento espiritualista para levar suas agendas para o campo político. Entre as pautas estavam a igualdade civis entre homens e mulheres e o fim da escravidão humana, determinando assim justiça sociais que pudessem fazer uma sociedade de ordem progressista.

Referências

BANNER OF LIGHT. Boston [MASSACHUSETTS]. v.1, n.1, 11 abr.1857.

BRADY. Portrait of Victoria Claflin Woodhull (1866-1873). First Wave Feminisms. **TWOMN 347: History of Women in the United States**. Disponível em: <
<https://sites.uw.edu/twomn347/2019/06/02/victoria-c-woodhull/>>. Acesso em: 15 jan.2023.

BRAUDE, Ann. **Radical Spirits: Spiritualism and Women's Rights in Nineteenth-Century America**. 2nd ed. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2001.

BRITTEN, Emma Hardinge. **Nineteenth Century Miracles; or, Spirits and Their Work in Every Country of the Earth: A Complete Historical Compendium of the Great Movement Known as "Modern Spiritualism"**. New York: William Britten : Lovell & Co., 1884.

HANEGRAFF, W. J. Western Esotericism and the Orient in the First Theosophical Society. In: KRÄMER, Hans Martin; STRUBE, Julian (Eds). **Theosophy across Boundaries: Transcultural and Interdisciplinary on a Modern Esoteric Movement**. New York: SUNY Press, 2020.

HARDINGE, Emma. **Modern American Spiritualism: a Twenty Years' Record of the Communion Between Earth and the World of Spirits**. New York: Published by the author, 1870.

HARDINGE, Emma. **The Place and Mission of Women:** An Inspirational Discourse. Boston: Hubbard W. Sweitt, 128 Washington St, 1859.

LIBRARY OF CONGRESS. Mrs. Fish and the Misses Fox: the original mediums of the mysterious noises at Rochester Western, N.Y. N. Currier, c1852. **Library of Congress Prints and Photographs Division Washington.** Disponível em: <
<https://www.loc.gov/pictures/resource/cph.3a06258/>>; Acesso em: 05 jan.2023.

LOWRY, Elizabeth. **Spiritual (R)evolution and the Turning of Tables:** Abolition, Feminism, and the Rhetoric of Social Reform in the Antebellum Public Sphere. *Journal for the Study of Radicalism*, v.9, n.2, p. 1-16, 2015.

SPIRITUAL TELEGRAPH. New York [NEW YORK]. v.1, n.1, 08 mai.1852.

SPIRIT MESSENGER. Springfield [MASSACHUSETTS]. v.1, n.1, 10 aug.1850.

WEISBERG, Barbara. **Talking to the Dead:** Kate and Maggie Fox and the Rise of Spiritualism. San Francisco: Harper Collins, 2004.

WELTER, Barbara. The Cult of True Womanhood: 1820-1860. **American Quarterly**, v. 18, n. 2, p. 151-174, 1966.

WOODHULL & CLAFLIN'S WEEKLY. New York [NEW YORK]. v.1, n.1, 14 mai.1870.

As direitas, os evangélicos e a crise da democracia no Brasil atual: um exercício de revisão bibliográfica

LOPES, Eser Azael Moreira

Doutorando em Ciências Sociais – PPGCS/UFSM; IPÊ/UnB

eser-lopes@hotmail.com

Resumo: O trabalho busca realizar uma discussão recorrendo à bibliografia acerca da relação entre a direita brasileira, os evangélicos e a democracia sob o governo de Jair Bolsonaro (PL). Como estes grupos religiosos participaram e se relacionaram com a política no Brasil contemporâneo? Qual o peso da influência dos evangélicos para o fenômeno do bolsonarismo? Segundo Nicolau (2020), em 2018 houve uma grande mobilização de lideranças religiosas em favor de Bolsonaro, mas chama atenção em especial o expressivo apoio do eleitorado evangélico. Pereira (2023) propõe que compreendamos esse fenômeno de alinhamento através da chave explicativa da Teologia o Domínio (TD), “um projeto de poder deslanchado pelas principais lideranças evangélicas dos EUA, visando controlar as principais esferas estratégicas da sociedade”. Silva (2019), argumenta que a influência de lideranças pentecostais que atuam como cabo eleitorais mediando a relação entre candidatos e fiéis, principalmente os de baixa renda, acaba inviabilizando a candidatura de políticos que não se identificam com valores morais defendidos por este grupo religioso. Tal influência teve grande peso na eleição de 2018, que levou Bolsonaro ao governo. Afinal, como podemos pensar essa relação entre os evangélicos e política atual no Brasil? A proposta é discutir essa questão a partir de uma revisão da bibliografia atualizada sobre a questão política do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: direitas; evangélicos; bolsonarismo.

Introdução

Este trabalho discute resultados preliminares debatidos no Grupo de Pesquisa Informação Pública e Eleições (Ipê) ligado ao Instituto de Ciência Política (Ipol) da Universidade de Brasília (UnB), relativos à pesquisa “Evangélicos e eleições”. O objetivo é realizar uma reflexão de revisão bibliográfica trabalhada pelo grupo durante o ano de 2023, principalmente a partir de artigos acadêmicos atualizados na temática da participação política dos evangélicos no Brasil.

Buscamos compreender como se relacionam as variáveis “evangélicos”, “direita” e “democracia” no Brasil atual. O interesse da pesquisa surgiu frente ao crescimento do público de orientação religiosa pentecostal na sociedade brasileira e o aumento do setor nas esferas representativas, com destaque para a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no legislativo federal. O crescimento expressivo dos evangélicos na sociedade coincide com o período de crise e polarização política que o Brasil atravessou na última década. Juntamente com a eleição de um candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro (à época do PSL, atualmente no PL).

Como apoio metodológico, parte-se dos apontamentos realizados por Freston (1999), para quem os protestantes elegem-se no congresso no Brasil desde 1930, mas esse quadro pode ser dividido em duas fases com fortes diferenças. Na primeira fase, que se inicia em meados da década de 30, são eleitos os protestantes históricos que constituem uma presença pequena e discreta, pluripartidária e sem fortes concentrações ideológicas. Neste período, “os pentecostais estavam totalmente ausentes do congresso” (Freston, 1999, p. 335). A mudança se dá a partir de 1985 e, principalmente, a partir da assembleia constituinte em 1987. Desde então, a presença pentecostal vai se estabilizando e se tornando mais visível. É a partir deste período que iniciamos a nossa reflexão.

Ainda conforme Freston (1999, p. 335-336), pode-se destacar 4 aspectos da política protestante a partir desse período: 1) a política corporativista de algumas grandes igrejas pentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus, a Assembleia de Deus e a Igreja Quadrangular, que passam a escolher candidatos oficiais e estes candidatos tornam-se expoentes do protestantismo; 2) o surgimento de uma esquerda evangélica, menor e menos expressiva, mas que já rivaliza politicamente com os evangélicos de direita desde a democratização; 3) o fracasso das tentativas de criar uma entidade representativa dos protestantes, o que acaba dificultando a construção de um consenso democrático e a impossibilidade de unificar o campo religioso em apoio a “projetos hierocráticos ou teocráticos tão caros a certos líderes evangélicos” (Freston, 1999, p. 336); e 4) o surgimento político da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) representando uma força que desequilibra o meio evangélico, nas palavras do autor, “Pela primeira vez, surge um grupo [neste campo] com armas muito mais poderosas do que as de seus rivais (poder na mídia, base política e amplos recursos financeiros” (Freston, 1999, p. 336).

Ainda do ponto de vista da abordagem metodológica é importante destacar que o fenômeno estudado encontra-se em processo de continuidade. O que aproxima o estudo da vertente teórico-metodológica da História do Tempo Presente (HTP) dentro da área da História. Como oriundos das Ciências Sociais, compreender o objeto em seu processo de continuidades e rupturas, parece-nos natural. Porém por tratar-se de um Congresso de História, penso ser preciso realizar esta ponderação.

Feitas as devidas ressalvas, passamos a apresentar a organização do texto. Primeiramente, aborda-se o crescimento do público evangélico, tanto na sociedade brasileira como na sua institucionalização política e a importância deste fenômeno para a construção da representatividade. No segundo subitem, realiza-se uma reflexão entre a ligação deste crescente setor da sociedade e a ascensão da direita no país, desde a inserção dos evangélicos pentecostais

na política, a partir da década de 1970, até o peso deste voto para a eleição do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (PSL/PL) em 2018.

Por fim, pensamos as múltiplas crises do Brasil na última década sob o pano de fundo do crescimento do campo político evangélico e da ascensão da direita e da extrema direita. Como estes dois fenômenos se relacionam com as crises, política e social, no Brasil atual? E como podemos pensar o futuro da nossa democracia sob este atual contexto? Para encerrar o artigo, apresentamos a hipótese da “teologia do domínio” (Pereira, 2023) para pensar a crescente influência do campo evangélico na política e os possíveis riscos para a jovem democracia brasileira. Espera-se, com este trabalho, contribuir com as análises e pesquisas sobre este fenômeno inescapável a quem se dedica a pensar a política e a democracia no Brasil atual.

O crescimento do setor evangélico na sociedade e na política

O aumento do número de religiosos evangélicos no Brasil é ascendente desde as primeiras aparições deste setor na sociedade. Segundo Silva (2019), com base no Censo de 2010, o número de cristão evangélicos cresceu 61% no país entre 2000 e 2010, alcançando cerca de 42.310.000 de pessoas. Destes, 57% se declaravam pentecostais (Silva, 2019). Constituindo-se como o maior país católico do mundo, o Brasil encara uma acentuada transição religiosa acerca de mais de 30 anos. Entre 1980 e 2010, o número de católicos foi de 89,2% para 64,6% da população brasileira, enquanto os evangélicos saltaram de 6,6% para 22,2% (Mariano, 2013). Sendo essa uma das mais profundas mudanças pelas quais passa a sociedade brasileira (Nicolau, 2021).

A pesquisa mais atualizada sobre os números do público religioso no país é de levantamento feito pelo Instituto Datafolha em 2019. Segundo este, 50% dos brasileiros são católicos, 31% evangélicos e 10% não tem nenhuma religião (G1, 2020). O que representa um crescimento significativo do público evangélico. Este aumento já vem ocorrendo desde 1990. Conforme os números do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 para 2010, o número de brasileiros que se declarava evangélicos avançou de 15,5% para 22,2% da população (Queiroz, 2019). Em 1990, esse público representava 9% da população do país¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Os números apresentados nesta seção são de bases de dados diferentes, pois os dados da religião e fé do Censo da última década ainda não foram divulgados, uma vez que o Censo que seria realizado em 2020, no Brasil, apresentou atraso e foi realizado apenas em 2022. Desta forma, o mais atualizado que temos destes números em dezembro de 2023 são ainda os dados do Datafolha de 2019. Ressalta-se que os dados do Censo e do Datafolha constituem-se de pesquisas com metodologia diferentes.

Imagem representativa do crescimento deste setor é o evento Marcha para Jesus, realizado anualmente no país desde 2009. O evento que reúne lideranças e membros de diversas denominações cristãs no Brasil, principalmente evangélicos pentecostais e neopentecostais, é aberto ao público e apresentou um aumento de 471% em 30 anos¹⁶¹. Em 1993, primeiro ano em que a Marcha foi realizada, contou com a presença de 350 mil pessoas na Av. Paulista, na capital de São Paulo. Três décadas depois, na última edição, em 2023, as estimativas do evento calculam que mais de dois milhões de pessoas participaram da Marcha no mesmo local (Granchi, 2023).

Freston (1994), apresenta o crescente e notório movimento evangélico a partir da metáfora das “três ondas”. Segundo o autor, “o pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três ‘ondas’ de implantação de igrejas” (Freston, 1994, p. 70). Assim, nas palavras de Freston (1994, p. 70),

A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911) (...). A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza a três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto dessa pulverização é paulista. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

Outro dado importante desse público é que ele é composto majoritariamente pelos mais pobres e de áreas periféricas dos grandes centros urbanos, onde predominam as maiores desigualdades de renda (Silva, 2019). Manso (2023), traça um excelente perfil do evangélico pentecostal brasileiro, com base nos dados do Censo de 2010 e de suas pesquisas empíricas.

Na pesquisa realizada em 2010, em relação ao gênero, por exemplo, as mulheres representam 58% dos fiéis (frente a 51% na população geral), bem acima da média de homens (42%). Os evangélicos têm, ainda, proporcionalmente, mais fiéis entre pardos e pretos do que católicos (59% x 56%). A proporção de negros evangélicos fica acima, inclusive, das religiões afro-brasileiras (58%). Eles são mais jovens (cinco anos em média mais novos que os católicos) e quase a metade (48%) tem renda de até dois salários mínimos; 35% estudaram até o ensino fundamental e 49% estão no ensino médio. (Manso, 2023, p. 77)

Acompanhando o crescimento do público e do eleitorado evangélico está a representatividade política, tendo a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), mais conhecida como “bancada evangélica”, como o mais expressivo órgão dessa representação. Embora a FPE tenha sido fundada oficialmente em 2003, o crescimento de parlamentares evangélicos já ocorria

¹⁶¹ Antes de 2009, o evento não estava presente no calendário nacional, mas já ocorria desde 1993 irregularmente.

desde os anos 1980. Esse processo se intensifica a partir de 2014, momento marcado pelo início da crise política e social do país.

Em 2019, a FPE contava com 203 deputados entre evangélicos e não evangélicos na Câmara Federal. Segundo dados da própria bancada, em 2010 foram eleitos 73 deputados evangélicos; em 2014, foram eleitos 75; em 2018 entre os eleitos e reeleitos foram 84 deputados; em 2022, nas últimas eleições, foram eleitos 96 deputados evangélicos. Importante ressaltar que a FPE é um órgão oficial do parlamento brasileiro sendo composta de deputados e senadores, podendo ser evangélicos ou apenas simpatizantes das ideias e pautas defendidas pela corrente. Segundo dados oficiais da Câmara dos Deputados, a FPE conta com 203 deputados e 26 senadores em 2023¹⁶².

Segundo Gershon (2022), alguns obstáculos podem ser considerados desafios para analisar a Frente Parlamentar Evangélica, assim como todas as Frentes que se articulam no Congresso nacional. Em primeiro lugar, como as frentes parlamentares requerem a participação de um terço do congresso, nem todos os parlamentares que compõem estas frentes possuem atuação consistente do ponto de vista temático. A FPE, em 2022, contava com apenas 46% de evangélicos, os demais vinculavam-se a outras religiões, sendo 43% católicos. Além disso, a FPE não conforma um grupo homogêneo com interesses idênticos, “pois pertencem a diferentes correntes religiosas e/ou a diferentes polos de uma mesma religião” (Gershon, 2022). Estas diferenças, conforme a autora, se evidenciam nas disputas pelo controle da presidência. Abers; Tatagiba e Silva (2022) apontam que o campo político evangélico não é homogêneo, apesar da maioria conservadora, envolvendo disputas de ideias e interpretações dos ensinamentos de Cristo e do Evangelho.

Pensando na atuação da bancada evangélica eleita em 2022, Cunha (2023) analisa o perfil de seus membros. Dos 96 deputados eleitos, 20 se auto identificam genericamente como “cristãos”, mas estão vinculados a uma igreja. Após a posse de fevereiro de 2023, o número de integrantes evangélicos da Câmara passou a ser de 95, pois duas deputadas eleitas saíram para assumir ministérios no governo federal (Marina Silva, da Rede/SP e Daniela “do Vaguinho”, do União Brasil/RJ), dos suplentes que ocuparam suas vagas apenas um é identificado como evangélico (Dr. Benjamin, do União Brasil/MA). No grupo predomina a vinculação com as igrejas pentecostais (de 50 a 52,5%), destaque para as Assembleias de Deus com 24 deputados eleitos (25% dos parlamentares evangélicos).

¹⁶² Dados disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477>. Acesso em: 22/12/2023.

O traço conservador, que marca a maioria da atuação da FPE, se mantém no perfil dos partidos destes parlamentares: 74 pertencem àqueles identificados com a direita, 17 com os de centro e apenas 4 com os de esquerda. Dos deputados ligados à direita, destaca-se a presença de personagens da extrema direita ascendente no cenário político do país. Em relação ao gênero, há imensa desigualdade, como em todos os espaços do legislativo, sendo 78 homens e 18 mulheres evangélicas. No que diz respeito a raça, 58 são brancos(as), 24 parda e 11 preta. A autora destaca que apesar da importância da presença da bancada evangélica, não foram alcançados os números desejados pela FPE que contava eleger 30% das cadeiras (150 deputados), ficando bem abaixo das projeções (Cunha, 2023). Mesmo assim, os números e a importância da FPE são relevantes, estando estes parlamentares na frente de batalha dos momentos importantes da política nacional desde a Constituinte.

A direita e a representação evangélica

O crescimento da Frente Parlamentar Evangélica coincide com o crescimento da representação conservadora da última década. Depois de uma década de governos de esquerda, com uma coalizão de centro-esquerda dirigida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), as crises políticas, econômicas e sociais polarizaram o debate público e favoreceram o crescimento da direita e da extrema direita conservadora. Este movimento pode ser notado em vários lugares do mundo, com destaque para o *trumpismo* nos Estados Unidos. No Brasil, com a eleição de Bolsonaro em 2018. Este crescimento do conservadorismo de direita no país se acentua a partir de 2014 (Almeida, 2019). Neste ano, uma eleição polarizada e definida por uma margem mínima a favor da candidata do PT, Dilma Rousseff, favoreceu um tensionamento das posições políticas e o fortalecimento de grupos de direita no congresso e na sociedade. Mas este fenômeno possui um histórico e está ligado, em partes, à presença da representação evangélica no congresso nacional.

Conforme Cowan (2014), a entrada dos evangélicos na política se dá no final dos anos 1970 e coincide com o período da abertura democrática. Os líderes de várias denominações evangélicas diagnosticaram no país o que eles identificavam como uma “crise moral aguda” e elegeram este campo como seu “terreno” para marcar posição e inserir-se na política nacional. Este momento, de abertura democrática, altera a orientação de várias igrejas pentecostais e neopentecostais, saindo da posição de alienação da política para a presença constante nos debates públicos. Tem um momento em especial, a Assembleia Constituinte em 1988.

Historicamente identificados como apolíticos, os evangélicos no Brasil inicialmente evitaram qualquer envolvimento com o ambiente “mundano”, mas a partir do momento em que o país começou a reconstruir suas instituições democráticas, protestantes de várias denominações começaram a eclodir na política. (Cowan, 2014, p. 104)

Ao entrarem na cena pública, estas lideranças evangélicas escolheram o terreno dos valores morais como seu campo de atuação e de representação política. É neste “terreno”, nas palavras do autor, que se darão os grandes debates tanto nas igrejas como no ambiente parlamentar, dividindo este setor entre os parlamentares conservadores, a maioria, e os progressistas minoritários na representação evangélica. O movimento se iniciou dentro de várias denominações religiosas como Assembleia de Deus, Deus é Amor, IURD, etc., ao alegarem através de jornais impressos distribuídos às suas comunidades e dos discursos dos pastores nas igrejas, rádios e televisão que o país estava atravessando uma “grave crise moral”. Quando iniciou-se a abertura política, o terreno legislativo se tornou o chão onde esse debate deveria ser travado. Neste espaço, estas igrejas adentraram no debate público através dos valores morais que deveriam ser ditados pelos ideais religiosos. Assim os evangélicos ajudaram a forjar a Nova Direita no Brasil (Cowan, 2014).

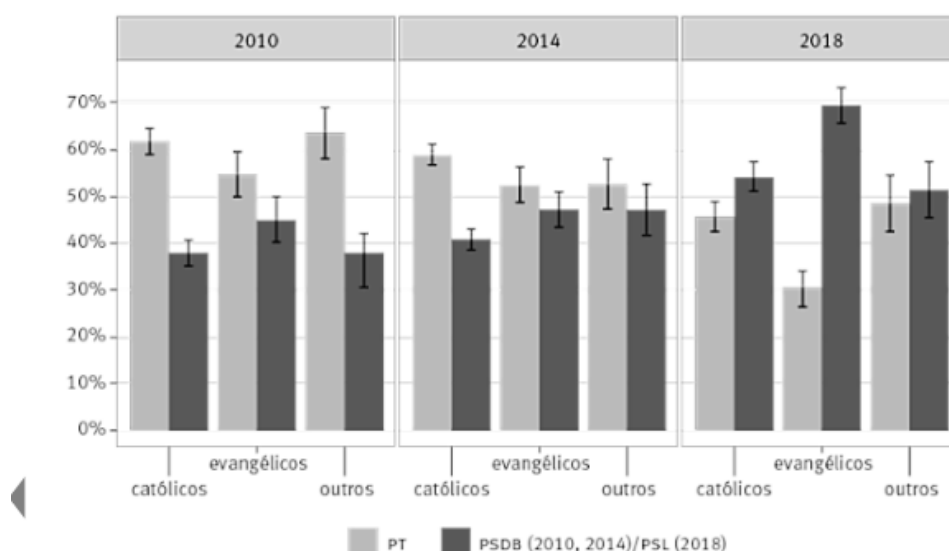
Boas (2020, p. 117) também ressalta que a eleição para a Assembleia Constituinte é o “evento que inicia a era moderna da presença evangélica” no Brasil. A literatura aponta, segundo Boas (2020, p. 126), que “para eleger seus representantes, qualquer grupo recém chegado à política precisa de três fatores: motivação, janela de oportunidade e capacidade de obter apoio eleitoral”. Ao revisar os argumentos, o autor conclui motivação e capacidade de obter apoio eleitoral são os fatores que melhor explicam a ascensão do voto evangélico no Brasil e na América Latina. Do ponto de vista da motivação, os fatores relacionados a ameaças à liberdade de culto e à visão conservadora de mundo são os que fornecem “as justificativas mais robustas para explicar as variações temporais e transnacionais da politização da identidade evangélica na região” (Boas, 2020, p. 126).

Já no que diz respeito aos fatores de apoio eleitoral, Boas argumenta que “irmão tende, sim, a votar em irmão na religião” (2020, p. 113), fazendo referência ao tratamento que os evangélicos dão uns aos outros – “irmãos em Cristo”. Embora a religião de um candidato não seja o fator determinante para o voto dos fieis, no Brasil, a relação entre religião e voto em candidatos evangélicos se deve principalmente aos esforços que as denominações empreendem em favor de alguns candidatos (Boas, 2020). Neste sentido, construir uma identidade ligada ao pentecostalismo, dá uma certa vantagem. Para o autor, o conservadorismo, construído desde a Constituinte, ajuda a identificar e solidificar o apoio eleitoral na maioria das vezes.

Para Sendra (2023), “os evangélicos não necessariamente votariam em um partido que não representa suas preferências nas principais dimensões de competência política” (2023, p. 2). Por isso, a autora identifica que nas eleições de 2018, no Brasil, as campanhas eleitorais encontraram um “fator disruptivo”, no momento em que as questões morais e a pauta de costumes se converteram no ponto de maior interesse. O que justificaria a escolha da maior parte do voto evangélico pelo candidato da extrema direita Jair Bolsonaro (à época do PSL, atualmente no PL). Conforme Boas (2020), este conflito em torno de questões morais se relaciona aos debates sobre o aborto e os direitos LGBTQIA+. Estas bandeiras foram apropriadas por Bolsonaro que identificava o partido de seu opositor, Fernando Haddad (PT), como o responsável pela “crise moral” em que o país supostamente se encontrava. Este fator teria virado o voto de maioria conservadora dos evangélicos em favor de Bolsonaro. Sendra (2023) ainda argumenta que na América Latina de uma forma geral, e no Brasil e Costa Rica (casos analisados pela autora no artigo) de modo particular, o conservadorismo de valores parece ter um peso mais decisivo na escolha do eleitor.

Conforme Solano (2018), um neoconservadorismo de valores é um dos atributos mais presentes desta Nova Direita que ajuda a eleger Bolsonaro em 2018. É neste ponto que o voto de maioria dos evangélicos se encontra com Bolsonaro e o bolsonarismo. Nicolau (2021), ao analisar o eleitor de Bolsonaro, argumenta que um dos dados que chama mais atenção é a expressiva votação entre os evangélicos, em torno de 70%. Conforme a Imagem 1, abaixo, podemos perceber o peso deste voto a favor do candidato do PSL em 2018. Enquanto o voto religioso apontava um equilíbrio em anos anteriores, em 2018, o desequilíbrio do público evangélico é notável.

Imagem 1. Gráfico com a relação entre religião (católicos, evangélicos e outros) e voto para presidente no segundo turno (2010-2018)



Fonte: Imagem retirada de Nicolau (2021, p. 72). Realizado pelo próprio autor com dados retirados de pesquisas do Eseb em 2010, 2014 e 2018.

Os números absolutos retirados por Almeida (2019) de pesquisa de intenção de voto realizada pelo Datafolha em véspera de segundo turno em 2018 são também o indicativo do desequilíbrio do voto evangélico a favor de Bolsonaro (ver imagem 2, abaixo). A diferença de mais de 11 milhões de eleitores pró candidato do PSL é a mais significativa dentre todos os credos, mais ainda que a diferença total de eleitores por religião, 10.715.087. O autor também concorda que a pauta de valores morais foi o grande balizador do segundo turno das eleições em 2018 e que Bolsonaro abraçou esta pauta. Primeiramente, usando o discurso anticorrupção, associando seu adversário a um “partido corrupto”. Assim como alinhou-se à pauta evangélica, ligando novamente seus adversários a uma suposta crise moral. Conforme Almeida (2019, p. 205), “seu discurso foi contrário a praticamente todas as mudanças concernentes à sexualidade, gênero e reprodução das últimas décadas. É contra o aborto e as causas LGBT”. Além de fazer de sua bandeira a antítese do que chamou “ideologia de gênero”, o assombro da maioria conservadora. As demandas e pautas defendidas historicamente pela bancada evangélica.

Imagem 2. Tabela com distribuição do eleitorado por tipo de religião, com dados do Datafolha

TABELA I

Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do DataFolha

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	- 442.912
Espírita	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	- 871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	- 315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Pesquisa DataFolha divulgada em 25 de outubro de 2018.

Retirado de Almeida (2019, p. 206)

As múltiplas crises

O tema da crise tornou-se uma tônica nas ciências sociais na última década, em especial a crise do regime democrático. Vários autores a nível global (Castells, 2013, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Przeworski, 2021) e local (Avritzer, 2019; Nicolau, 2021; Nobre, 2022), pra citar apenas alguns, mencionam uma eminente crise ou ruptura dos sistemas democráticos na última década (2010-2020). Em virtude de levantes, protestos e a ascensão de líderes populistas, estes autores percebem uma ameaça às instituições que são pilares da democracia liberal: partidos políticos, eleições e liberdade de opinião. Segundo Castells (2018), a crise mais profunda é o colapso de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal. Isso se dá em função da crise de representativa dos modelos democráticos atuais. Os cidadãos não se sentem representados e manifestam o direito que lhes foi dado à busca dessa representação.

Tal movimentação resulta em protestos, levantes, manifestações permanentes da sociedade civil contra governos, líderes e partidos, que é potencializado pela ideia onipresente das redes sociais digitais. Nesta sociedade contemporânea, na qual as pessoas são impulsionadas a se posicionar em todas as situações, o modelo de democracia liberal-burguesa não consegue responder às demandas no tempo necessário (Cheresky, 2015). Conforme Castells (2018, p. 12), “se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise

de legitimidade política”. E complementa “o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam” (2018, p. 12). No Brasil, esta crise se evidencia em 2013, se estendendo no tempo e levando outras crises em sua esteira, conduzindo o sistema político a uma tensão permanente e tendo o partido do governo federal (PT) como seu principal foco.

Seguindo o raciocínio de Almeida (2019), a “onda conservadora” que atingiu o Brasil na década passada perpassa o processo de crise que a acompanha e tem na atuação dos evangélicos um papel importante. Na sessão anterior, tentou-se apresentar esta “novidade”. Essa crise é “desencadeada com os protestos de rua de junho de 2013, polarizada nas eleições de 2014, aprofundada com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e cujo desdobramento mais recente foi a eleição de um político de extrema direita, em 2018” (Almeida, 2019, p. 185). É importante pensar nesse processo. Embora este destino não estivesse traçado já desde seu início e está muito mais ligado às disputas políticas e à maneira como o próprio processo foi se dando. Os protestos de junho de 2013 trouxeram um novo ator para as ruas (Alonso, 2019; Pinheiro-Machado; Freixo, 2019; Tatagiba e Galvão, 2019) que passou a disputar os espaços públicos tensionando o ambiente político institucional.

Esta tensão foi o que polarizou a eleição de 2014, dando uma vitória por curta margem de votos para a candidata petista. Os grupos da direita ascendente aproveitaram a oportunidade e juntamente com todo esse ambiente já tenso, explodem os escândalos da “Operação Lava-Jato” ameaçando todo o sistema político e implodindo a coalizão do governo. A base conservadora no congresso pressionando o “centrão” vira o “jogo” e afasta a presidente eleita. Em 2018, o principal líder do PT, o ex-presidente Lula, é preso em virtude dos desdobramentos da Operação Lavo Jato e Bolsonaro passa a representar o sentimento antipetista e antiesquerda, turbinado por um discurso antipolítica e antissistema. Já revestido pelas pautas de valores morais (moral pública e moral privada), o candidato escolhido pelo antipetismo é eleito.

Sobre o antipetismo, Penteadó e Lerner (2018) em artigo interessante analisam esta rede que se forma no decorrer de 2015 e 2016, quando os protestos contra Dilma Rousseff se iniciam. Para o pesquisador e a pesquisadora, a rede de grupos de direita que se mobilizaram em torno da defesa do impeachment da ex-presidente utilizaram-se do poder da comunicação das redes sociais online, abastecendo suas comunidades com conteúdos que associavam as investigações de corrupção ao Partido dos Trabalhadores, pressionando as ruas pelo impeachment. Essa direita que atuou nas redes conseguiu construir ao redor de si uma “identidade anti PT, anti Corrupção e anti Comunismo”. Essa identidade permitiu-lhes construir uma frente ampla de direita (nós, os “cidadãos de bem”) contra o PT, associado por eles, aos “perigos do comunismo”. Resultando que “a rede de direita conseguiu agrupar em torno de si perfis e

páginas com posicionamentos políticos, sociais e ideológicos diferenciados, mas agrupados em uma ‘identidade de direita’ na luta para ‘tirar o PT do poder’” (Penteado e Lerner, 2018, p. 22).

Solano (2018), em pesquisa qualitativa nestas redes conservadoras, com entrevistas aprofundadas nos grupos de eleitores do então pré-candidato traz importantes reflexões. Primeiramente, que, para estes eleitores, Bolsonaro representava o “político honesto em contraposição à classe política corrupta”, o que demonstra que seu discurso antipolítica, em favor da moral pública, surtiu efeito (ao menos temporariamente para as eleições). Porém, mais importante ainda em nossa visão, é que, segundo a autora, com base em seus dados empíricos e nas análises teóricas,

[...] é que esta direita tem bases sociais e políticas sólidas nas quais se fortalece: crise democrática, crise representativa, crise econômica, incapacidade dos partidos da esquerda tradicional de dar respostas aos cidadãos, aumento da retórica antipolítica, populismo do combate contra a corrupção, crise da segurança pública. (Solano, 2018, p. 26–27)

Para Penteado e Lerner (2018), o elemento unificador (a identidade) destes grupos se desfaz logo na sequência do afastamento de Dilma Rousseff. No entanto, é importante salientar que Bolsonaro, ao ser eleito em 2018, encontrou uma conjuntura específica na qual os elementos que o ajudaram a se eleger estavam postos no “tabuleiro” social. Por um lado, um discurso antipolítica, a favor de uma moral pública contra a corrupção, principalmente dos partidos de esquerda. Por este lado, captura o antipetismo dos grupos do impeachment, que viam no PT “os perigos do comunismo”. Por outro lado, a pauta dos valores da moral privada construídos desde a Constituinte pela bancada evangélica e que solidificava em torno de si um público crescente. Por este lado, contra a “ideologia de gênero”, anti políticas públicas que facilitassem o aborto, e desdenhando dos avanços em torno da comunidade LGBTQIA+, alcançou o público evangélico, de maioria conservadora. As pedras que pavimentaram pouco a pouco este caminho já estavam sendo colocadas no decorrer do processo.

Considerações preliminares do estudo

Por se tratar de uma revisão de bibliografia, ainda não temos dados pra apresentar uma conclusão ou mesmo considerações finais acerca de nosso estudo. Ainda em fase inicial. Por este motivo prefiro tratar como “considerações preliminares” de estudos exploratórios. Em linhas gerais, com base em trabalhos anteriores aqui recorridos, podemos constatar que a religião de orientação evangélica, pentecostais ou neopentecostais, é a que mais conquista fiéis no país. Seu crescimento nas últimas três décadas é significativo e com potencial de aumentar, com estimativa de se tornar a religião de maior público no Brasil nas próximas décadas. O

crescimento do público evangélico também foi acompanhado da ascensão de uma Frente Parlamentar Evangélica influente e com pautas bem definidas.

A participação evangélica na política institucional foi importante na construção e fortalecimento das ideias da direita no país. Majoritariamente conservador, os setores evangélicos no legislativo deram o suporte para a ascensão do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, eleito em 2018. Mas o conjunto de ideias desse grupo já estava consolidado. O crescimento do eleitorado evangélico, o fortalecimento da Frente Parlamentar Evangélica e seu alinhamento com Bolsonaro são paralelos à ascensão da extrema direita e das múltiplas crises pelas quais o Brasil atravessou na última década. Mais significativa é a crise da própria democracia como a conhecemos. Porém este é um eleitorado que veio para ficar e com tendência de crescimento, o que deixa perguntas: como a democracia brasileira lidará com esta transição religiosa? Como este público se comporta frente às instituições democráticas e a própria ideia de democracia?

Nosso grupo trabalha com a hipótese da teologia do domínio aventada pelo teólogo e pesquisador Eliseu Pereira (2023). O encontro de Bolsonaro com o público evangélico tem a ver com um “projeto de poder” posto em prática por lideranças evangélicas no país que visam controlar esferas estratégicas da sociedade, como o poder público. Originada nos Estados Unidos, a Teologia do Domínio (TD) representa uma visão de mundo, difundida em grandes denominações evangélicas, de que os cristãos devem “dominar a terra” para exercer a “vontade de Deus”. Naquele país, a partir dos anos 1970-1980, houve um alinhamento entre o Partido Republicano e o voto cristão conservador. Para Pereira (2023), como o neopentecostalismo brasileiro tem forte inspiração estadunidense, a hipótese é importante para pensar esse avanço também aqui no país.

O que Bolsonaro fez foi vocalizar discursos que já se disseminavam no meio evangélico e na FPE, como a luta contra a “crise moral”, contra direitos da comunidade LGBTQIA+, contra o aborto, a favor do *homeschooling*, etc. Vale lembrar que em seu governo foi dado espaço e visibilidade a evangélicos tidos como dominionistas, como Damascos Alves – chefe do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, pasta criada no Governo Bolsonaro e com forte orientação conservadora.

Sobre a convivência entre evangélicos, extrema direita e democracia, vale trazer para o debate as palavras de Pereira (2023, p. 169),

No campo teológico e das ciências da religião, observa-se que a TD apresenta graves contradições, sendo, talvez, a mais grave, a interpretação ideológica da Bíblia. Pois, ao pretendem aplicar a *Lei de Deus* a todas as esferas da vida, o que os dominionistas

apresentam é uma visão de mundo que sincretiza ideologias de Estado mínimo, governo civil limitado e livre mercado, nacionalismo, supremacia racial e religiosa, dentre outras.

A democracia moderna segue fundamentalmente o princípio do respeito a alteridade, a liberdade e a convivência com “o outro” e suas diferenças em relação “ao eu”, é frente a este princípio que precisa ser pensada a participação dos setores religiosos no ambiente democrático. Algo que não combina com visões extremistas e que excluem o modo de ser do outro.

Referências

ABERS, R.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. 1a. edição ed. Porto Alegre: Zouk Editora, 2022.

ALMEIDA, R. DE. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185–213, jan. 2019.

ALONSO, Â. A gênese de 2013: a formação do campo patriota. **Journal of Democracy em Português**, v. 8, n. 1, maio 2019.

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BOAS, T. C. A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina. Em: **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do Século XXI**. [s.l.] Adenauer Stiftung, 2020. p. 113–130.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHERESKY, I. **El nuevo rostro de la democracia**. Primera edición ed. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2015.

COWAN, B. A. “Nosso Terreno”: crise moral, política evangélica e a formação da Nova Direita brasileira. **VARIA HISTORIA**, v. 30, n. 52, p. 101–125, jan. 2014.

CUNHA, M. **Um primeiro olhar sobre os deputados evangélicos na atual Câmara Federal. Religião e Poder**, 23 fev. 2023. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/um-primeiro-olhar-sobre-os-deputados-evangelicos-na-atual-camara-federal/>>. Acesso em: 22 dez. 2023

FRESTON, P. **Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1994.

FRESTON, P. Protestantismo e democracia no Brasil. **Lusotopie**, p. 329–340, 1999.

G1. 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não tem religião, diz Datafolha. 13 jan. 2020.

GERSHON, D. **Atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados. Observatório do Legislativo Brasileiro**, 24 maio 2022. Disponível em: <<https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 22 dez. 2023

GRANCHI, G. Marcha para Jesus: o crescimento de evento que acontece há três décadas no Brasil. **BBC News Brasil**, 8 jun. 2023.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MANSO, B. P. **A fé e o fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI**. São Paulo: Todavia, 2023.

MARIANO, R. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo de 2010. **Debates do NER**, v. 14, n. 14, p. 119–137, jul. 2013.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2021.

NOBRE, M. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

PENTEADO, C. L. DE C.; LERNER, C. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate**, v. 10, n. 1, p. 12–24, abr. 2018.

PEREIRA, E. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 76, p. 147–173, 25 abr. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. DE. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. Em: **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 1–164.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Tradução: Berilo Vargas. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2021.

QUEIROZ, C. O crescimento da fé evangélica. **Nexo Jornal**, dez. 2019.

SENDRA, M. ¿Voto programático o evangélico? El apoyo electoral a la derecha radical en Brasil y Costa Rica. **Revista Internacional de Sociología**, v. 81, n. 1, p. e223, 29 mar. 2023.

SILVA, V. A. A. **A religião distrai os pobres? Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil**. Doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

SOLANO, E. Crise da Democracia e extremismos de direita. **Análise**, v. 42, n. 1, p. 1–27, 2018.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Protests in Brazil in times of crisis (2011-2016). **Opinio Publica**, v. 25, n. 1, p. 63–96, 1 jan. 2019.

**ST 4 – HISTÓRIA MILITAR, EXÉRCITO E SOCIEDADE:
HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA
E FONTES DOCUMENTAIS**

Coordenado por Profa. Dra. Clarice Helena Santiago Lira
e Prof. Me. Luciano Bastos Meron

Militares e o Estado Novo: A atuação das Forças Armadas durante a ditadura do Estado Novo

MARTINS, Cyro Porto
Mestrando em História- PPGH/UFSM
Bolsista CAPES, cyroporto@gmail.com

Resumo: O presente escrito tem como objetivo central promover um debate sobre a participação dos militares durante a ditadura do Estado Novo no Brasil entre 1937 e 1945. Nesse sentido, buscaremos na história do trabalho e nos conceitos de classe, contradição e trabalho ferramentas que nos auxiliem na compreensão da origem desses militares e como as questões de classe e trabalho se enquadram dentro dessa organização. A ditadura do Estado Novo no Brasil foi, sem dúvida, um dos períodos de maiores transformações para a classe trabalhadora e para as Forças Armadas. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), de fato em 1942, causaram mudanças e rupturas significativas na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. Em contrapartida, nas Forças Armadas, a busca por modernização estava no cerne dos debates sobre a inserção do Brasil na guerra. Este processo resultou na criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com o objetivo de combater as forças nazifascistas na Europa, na qual levou milhares de trabalhadores a ingressarem na divisão. A luta desses soldados além-mar impactou diretamente em suas vidas e em suas formas de se relacionarem em sociedade. Para a compreensão desse período histórico, é necessário sintetizar os diferentes processos que influenciaram direta ou indiretamente o golpe que instaurou o Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores e a influência das Forças Armadas no Estado brasileiro são pontos determinantes para a compreensão desses processos. Diante disso, nos aprofundaremos no diálogo com a história do trabalho para construir perguntas que estimulem o conhecimento histórico e científico e nos auxiliem na reflexão sobre o Estado Novo e as Forças Armadas. Esta síntese se propõe a efetuar provocações que investiguem as convergências entre as temáticas da história militar e da história do trabalho, contribuindo, dessa maneira, para ampliar os horizontes da historiografia do Estado Novo sob a perspectiva desses temas.

Palavras-chave: Estado Novo; Forças Armadas; História do Trabalho.

Ao estudarmos os governos comandado Getúlio Vargas nos deparamos por diversos processos que marcaram profundamente a configuração do Estado Brasileiro. A chamada Era Vargas, período correspondente de 1930-1945, caracterizou-se pela consolidação do Modo de Produção Capitalista, pelas mudanças nas relações de trabalho e pelo estabelecimento das Forças Armadas como fator crucial na política brasileira.

Este período coincidiu com os maiores conflitos bélicos da humanidade, com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial em 1939. Este conflito opôs principalmente as democracias liberais do Ocidente, como os Estados Unidos da América e o Império Britânico, juntamente com o primeiro governo socialista da história, a União Soviética, contra as potências fascistas da Itália, Alemanha Nazista e o Japão.

Os genocídios cometidos pelas potências fascistas durante a Segunda Guerra Mundial

revelaram ao mundo a brutalidade do modo de produção capitalista e da eugenia médica. Em nome de um nacionalismo antiliberal e profundamente anticomunista, milhões de judeus, ciganos, eslavos, comunistas, pessoas com deficiência, Testemunhas de Jeová, negros e homossexuais foram mortos em campos de trabalho forçado e de extermínio. Durante o conflito, o Brasil viveu sob a égide de uma ditadura na qual diversas liberdades civis, como a de associação, de imprensa e organização, foram duramente atacadas e reprimidas pelo governo. Diversas organizações políticas, como o Partido Comunista do Brasil (PCB) e grupos considerados não integrados ao conceito de nacionalidade proposto pelo governo, foram duramente perseguidos pela ditadura comandada por Getúlio Vargas.

Para a compreensão desse período histórico é necessário que se faça a ciência sobre os diferentes processos que diretamente ou indiretamente influenciaram no golpe que instaurou o Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Nesse sentido, a luta dos trabalhadores e a influência das Forças Armadas no Estado brasileiro, são pontos determinantes para a compreensão desses processos.

A história do trabalho, assim como a história militar, possui diferentes visões e considerações que variam no decorrer dos processos históricos. As lutas políticas, as revoluções, as revoltas, as modas e modelos historiográficos, entre outros, são processos que atingem diretamente os historiadores e historiadoras na hora da construção de uma pesquisa histórica. Um dos grandes desafios advindos dessas visões são as relações dessas novas percepções com as fontes históricas, e esse ponto é uma das principais preocupações dos pesquisadores que se debruçam em analisar a história militar.

No Brasil, as dificuldades em acessar as fontes militares referentes ao Estado Novo são uma realidade presente nos pesquisadores que se propõem a analisar o período. A recusa das instituições militares em disponibilizar suas fontes de forma ampla, esbarram em interesses corporativistas e são resultados diretos dos efeitos da Ditadura Civil-militar (1964-1985). Nesse sentido, a história do trabalho também possui uma série de dificuldades no que diz respeito ao acesso às fontes, mas suas contribuições para o campo historiográfico possuem amplos debates que nos possibilitam visualizar as diferentes abordagens e mecanismos que buscaram na diversidade de fontes construir suas análises e conclusões.

Nesse sentido, nossa intenção neste escrito vai ao encontro de buscar na historiografia da história trabalho elementos que nos auxiliem na construção e na compreensão da atuação política dos militares durante o Estado Novo. Esse ponto é necessário para que compreendamos que este recorte espacial foi um período de intensas disputas entre as classes operárias e burguesas na quais a luta de classe intercorreu também no interior das Forças Armadas. Além

disso, buscamos apontar as lacunas e desafios sobre a história militar, principalmente no Rio Grande do Sul.

Desta forma, compreender o regional como além do local é um ponto necessário para a nossa pesquisa, nesse sentido Diorge Konrad e Gláucia Konrad (2012, p. 31-105) afirmam que “O desenvolvimento da historiografia vem demonstrando que região, regionalismo ou história regional tem mais a ver com recortes políticos ou metodológicos, que no fundo geralmente mascaram dimensões mais amplas” (p. 92). É neste ponto é preciso compreender que o regional ou local como parte integrantes da superestrutura do modo de produção capitalista, na qual os acontecimentos nacionais e mundiais fazem partes também da história local.

Quando analisamos a atuação dos militares nos processos históricos do Brasil é comum que se faça analogias que coloquem as Forças Armadas, em especial o Exército, como sujeito da história, ou seja, um elemento homogêneo, uno e com uma capacidade articulação que visa o mesmo objetivo. Todavia, os estudos mais recentes da história militar como o de José Murilo de Carvalho (2021) e Francisco Ferraz (2005), mostram ao contrário. O primeiro autor se debruçou analisar as diversas disputas no interior das Forças Armadas durante o período republicano brasileiro, na qual buscou demonstrar a atuação política dos militares durante os diferentes processos ocorridos após o golpe que instaurou a República em 1889. Além disso, o historiador debruçou-se em comparar o Exército com a Marinha, os relacionando com os elementos locais e regionais. Já o segundo autor, abordou os aspectos de reintrodução da FEB após o regresso da luta contra o Eixo na Itália, mostrando a luta desses homens e mulheres por reconhecimento dos seus direitos, das suas relações com seus familiares, com sociedade e com o trabalho.

Essas análises são de grande valia para os debates acerca da história militar ou a nova história militar, percebendo que este campo não se resume em compreender somente os feitos militares ou seus grandes heróis e ícones, mas expande as análises para outros vieses metodológicos.

Nesse sentido, a nova história militar nos ajuda a visualizar que as Forças Armadas são formadas por pessoas e que essas pessoas possuem classe, cor, gênero e trajetória. É nesse caminho que buscamos na história do trabalho os elementos como “consciência de classe” para apontar que essas pessoas, integrantes das Forças Armadas, também são oriundos de classes sociais e na qual prevaleceu na instituição a configuração desses militares como uma “classe militar”.

No entanto, defendemos que essa homogeneização foi fruto da construção da ideologia militar construída a partir de 1930 e que suas lutas também são integrantes e estão na esteira da

luta de classe. Nesse sentido, o nosso conceito de classe vai ao encontro com a dialética marxista e na conceitualização feita por Karl Marx (Marx; Engels, 2015), na qual a formação das classes se dá nas relações de trabalho e no modo de produção, como apontou Edward Thompson (1998, p. 13-24). No nosso caso, ao olharmos para o Estado Novo brasileiro, o modo de produção dominante no Brasil durante aquele período é o modo de produção capitalista, ainda que houvesse outras configurações de produção internas a esse modo, principalmente pelo fato de o modo de produção capitalista ter sido consolidado a partir da ascensão de Getúlio Vargas em 1930, como apontamos no início deste texto.

Desta forma, é preciso compreender que política e a cultura estão intrínsecas ao modo de produção e nas relações de trabalho, ou seja, quando investigamos as Forças Armadas esses elementos se tornam centrais para a compreensão de quem eram os seus integrantes? De quais classes são oriundos? Quais interesses estão defendendo? Quais grupos existem dentro deste aparelho repressivo do estado? (Althusser, 2023). Evitando de afirmar que a síntese do modo de produção só se restringe ao econômico,

Esses questionamentos nos possibilitam visualizar os diferentes elementos que compõem as Forças Armadas, que apesar de ser um aparelho do Estado-Nação, configura uma expressão de classes e de ideologia na qual os interesses da classe dominante do Estado estão diretamente relacionados com as lutas de classe dentro e fora desta instituição. Nesse sentido, Eric Hobsbawn (2000) ao analisar a formação da cultura e da classe operária britânica, faz considerações que nos auxiliam na visualização de elementos que se mostram presentes quando analisamos os militares durante o Estado Novo no Brasil. O autor afirma que

A grande maioria dos trabalhadores podia não ter sido constituído nem de militantes, nem mesmo de trabalhadores organizados, mas (especialmente a partir do fim do século XIX) o mundo e a cultura das classes trabalhadoras são incompreensíveis sem o movimento operário, que por longos períodos foi o seu núcleo (p. 260).

É neste entendimento que percebemos que as lutas do movimento operário são pontos que não podem ser ignorados quando analisamos a composição das Forças Armadas. José Murilo de Carvalho afirma que a Constituição de 1937, instaurada após o golpe do Estado Novo, coloca a atuação dos militares como “fiel à obediência à autoridade do presidente da república”, proibindo os militares do direito ao voto (2019, p. 69). Nesse sentido, o autor afirma que o regulamento disciplinar do exército previa “Sem constituir [os militares] uma casta, no âmbito social, forma uma classe especial de servidores da pátria- a classe dos militares”, para ele “desaparecera o soldado-cidadão para surgir a corporação e a classe” (Ibidem). No entanto, os militares não formam uma classe à parte, mas sim estão na totalidade do social, na qual

representam os interesses das classes dominantes do Estado brasileiro, bem como defendem interesses da sua própria classe de origem, sejam elas proletárias, operárias e burguesas.

Glaucia Konrad (2005) ao confrontar a historiografia do trabalho na qual afirmava que os trabalhadores durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul, mantiveram-se em inércia nas lutas por melhores condições de trabalho e vida. A historiografia, até aquele momento, defendia que os trabalhadores e o movimento operário estavam sob controle do Estado através da legislação trabalhista, pelo aparelhamento dos sindicatos pelo governo e pela repressão. A autora confronta essa visão mostrando que as lutas dos trabalhadores se mantiveram durante a ditadura dentro e fora dos sindicatos formalizados, além de atuarem em práticas e resistências sociais, ainda que a repressão do Estado fosse dura. Essa tese se confirma pela greve dos trabalhadores em 1945, e pelos movimentos contrários e a favor de Getúlio Vargas que culminaram com a sua queda em outubro de 1945, nas quais é visível perceber que a participação e organização dos trabalhadores não se desintegrou com o Estado Novo.

A síntese da autora nos permite pensar que as lutas e as contradições entre as classes foram atuantes durante o Estado Novo, apesar da censura e da repressão. Nesse sentido, as contradições de classe dentro do Exército estavam latentes também durante a ditadura estadonovista, a exemplo das reivindicações dos sargentos por estabilidade profissional e pela busca de garantias de pensões, aposentadoria e auxílios. Os praças (sargentos) que, diferentemente dos oficiais, eram recrutados das classes trabalhadoras do Brasil, na sua maioria, enviaram uma carta ao ministro Oswaldo Aranha queixando-se da falta de garantias e do não atendimento das suas reivindicações por parte do governo e do exército.

Esta carta foi remetida por dois sargentos de Uruguaiana¹⁶³, no Rio Grande do Sul, na qual afirmavam no escrito que “uma classe que se revolta e que está pronta para a pender para o lado que sopra o vento tem que sentir fome e sede de justiça” (Carvalho, 2019, p. 104). Esse trecho nos demonstra que as reivindicações, as lutas políticas e de classe não estavam cooptadas pelo governo e ou que não existia reivindicações no interior das Forças Armadas, após a consolidação do governo de Getúlio Vargas a partir de 1930.

Nesse caminho José Murilo de Carvalho analisa que o manifesto, em circular secreta de 1933, foi feito por sargentos na quais consideram-se provenientes da classe trabalhadora. O manifesto dizia “provêm na quase totalidade da classe proletária, que é explorada pela classe burguesa, sendo, portanto, dever de consciência levantarem-se de armas em punho para combater o regime” (2019, p.105). Essa reivindicação esteve na esteira da Revolta

¹⁶³ Em nome da sua “classe”, ou seja, de Sargentos e Praças.

Constitucionalista de 1932 e dos movimentos tenentistas, esse ponto é importante para percebermos que as lutas das praças anteriores ao golpe de novembro de 1937, se mantiveram durante a ditadura estadonovista. O autor aborda que

Quando trabalhadas por elementos do Partido Comunista, as praças mais facilmente extrapolaram a dominação de que eram vítimas dentro da organização para a sociedade com um todo, alinhando se com sua classe de origem e identificando os oficiais como inimigos, não só organizacionais, como também de classe (Carvalho, 2019, p. 105).

Desta forma, é perceptível que a luta de classe também se manifesta dentro das instituições militares indo de encontro com a visão una, homogênea e monolítica das Forças Armadas e do Exército principalmente. Esta visão contribui para um apagamento das revoltas e reivindicações das classes proletárias integrantes das Forças Armadas, na qual pudemos perceber nas reivindicações colocadas pelos dois praças de Uruguaiana¹⁶⁴. Ainda que não saibamos a origem desses sargentos é nítido que suas reivindicações estão na esteira da luta dos trabalhadores após o movimento de 1930 e a consolidação de Getúlio Vargas como chefe do executivo nacional¹⁶⁵.

A luta de militares por melhores condições de trabalho nos demonstra que a fluidez do local está vinculada diretamente com os acontecimentos nacionais. A carta remetida a um ministro de estado, por dois militares de baixa patente do interior do Brasil, durante um governo que apesar de não ser uma ditadura, naquele momento, possuía como articuladores militares de alta patente como o futuro chefe do Estado-Maior do Exército Góis Monteiro e do Ministro da Guerra, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso. Este episódio nos mostra a importância do local nas disputas nacionais, na qual “é melhor examinar não só as complexas interligações entre níveis espaciais distintos, mas também como mediadores espaciais-pessoais capazes de se moverem entre as escalas espaciais-podem vir a ter um papel-chave na geração de formas de mobilização política” (Savage, p.42).

Compreender as Forças Armadas como um campo de disputa e de luta de classes nos proporciona uma análise que busca investigar essa organização para além da sua atuação enquanto um aparelho do Estado. Investigar as aproximações e contradições das Forças Armadas e seus integrantes, estabelecendo uma conexão com a conjuntura econômica e social do período, é imprescindível para compreensão da atuação política desses militares. No entanto,

¹⁶⁴ Entendemos como proletariado todo o trabalhador assalariado, o qual, neste caso, engloba os militares.

¹⁶⁵ É importante ressaltar que não podemos pensar nas divisões das Forças Armadas entre o Oficialato “conservador” representante das “Classes dominantes” e os Praças “Progressistas” e representantes das “Classes trabalhadoras e/ou Proletárias”. As instituições militares representam uma complexidade que está inserida no contexto de luta de classes dos processos históricos.

é necessário perceber que no “processo de luta de classe, os direitos civis, políticos, sociais, trabalhista e até individuais, dependem da correlação de forças estabelecida em cada conjuntura dessa luta” (Konrad; Konrad, 2013, p.94), ou seja, é necessário que se investigue de forma crítica e multifacetada buscando em diferentes fontes a construção do passado histórico.

O entendimento do Estado Novo e da Era Vargas (1930-1945), em seus aspectos mais peculiares, passa pelo crivo do Exército e das Forças Armadas. É imprescindível atentar para a atuação dessa organização na política varguista e na implementação da ditadura estadonovista. No entanto, é necessário compreender que as divisões ideológicas dentro desta instituição estão vinculadas às lutas dos trabalhadores a partir de 1930. Nesse sentido, o movimento tenentista, precursor da Era Vargas, caracterizou-se pelo caráter reformista e centralizador, aproximando-se em certos pontos das lutas dos trabalhadores, mas teve como principal expoente a participação efetiva dos militares na tomada do poder no movimento de 1930.

O caráter militarista do movimento também tinha como foco o fortalecimento das Forças Armadas, mas que mesmo assim, não formou uma homogeneidade nas Forças Armadas e civis atuantes no movimento. Nesse sentido, José Murilo de Carvalho (2019) aborda que a corrente mais à esquerda deste movimento, sob a influência do Partido Comunista, não conseguiu formar um modelo de exército popular ao estilo da Revolução Soviética (p. 112). Mas que por ser “apenas” uma tendência “nunca conseguiram efetivar a aliança de soldados, operário e camponeses” (Ibidem).

Contudo, após a Insurreição Nacional Libertadora de 1935, o autor afirma que tentou se formar, sem êxito, um Exército Revolucionário, na qual buscava-se a “[...] transposição da luta de classes para dentro da organização, fazendo com que a liderança caísse normalmente nas mãos das praças, o que assustava muitos tenentes de classe média” (Carvalho, 2019, p. 112). Nesse sentido, a dura repressão ao Partido Comunista após a Insurreição de 1935 e a implementação da ditadura do Estado Novo em 1937, apesar de sufocar as reivindicações de classe pelos comunistas, não estagnaram a luta de classe no interior das Forças Armadas.

A repressão sob a sociedade civil, principalmente após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e a Itália, em 1942, juntamente com a tentativa de modernização do exército com a criação da Forças Expedicionária Brasileira (FEB), proporcionou o discurso de apaziguamento de classe em nome de um “nacional” principalmente no interior das Forças Armadas. Parte deste discurso foi incorporado também pela historiografia do trabalho que defendia, por exemplo, a cooptação dos trabalhadores pelo Estado Novo. Neste caminho, vale considerar que mesmo

[...] diante da dominação política e cultural de classe, por entre um Estado ditatorial-o Estado Novo que visava ao controle dos trabalhadores, estes puderam elaborar uma identidade de resistência, por meio da ação coletiva e individual, seja nos espaços institucionais e ou nos não formais, construindo sua consciência na experiência de luta de classes históricas, no Rio Grande do Sul de 1937-1945 (Konrad; Konrad, 2013 p. 105).

O Exército, participante do movimento de 1930, não era uma organização homogênea. Diversas frações disputavam hegemonia e buscavam interferir na política nacional. Essa divisão agravou-se com o contexto de crise econômica mundial e o avanço do fascismo na Europa, na qual emergiram distâncias entre os civis e militares. As classes dominantes paulistas, derrotadas em 1932, não aceitavam os militares e os grupos vencedores e no Rio Grande do Sul, como apontou José Murilo de Carvalho, a situação “evoluiu na direção de uma aberta colisão com o Exército”. Nesse sentido, para o autor, o conflito entre esses grupos fortaleceu o projeto que “incluía mudanças na estrutura interna da organização militar, nas da organização com o Estado e a sociedade, e na sociedade em geral”, na qual o exército conseguiu impor a sua hegemonia com o golpe do Estado Novo (2019, p. 97).

Desta forma, perceber que as lutas entre classes e intra classes estavam presentes nos processos que proporcionaram o Estado Novo, possibilita-nos afirmar a hipótese que os militares além de serem uma organização multifacetada, possuíam interesse de classe, individuais e coletivos como o caso dos sargentos. No entanto, é preciso fazer o recorte específico e não o desvincular da superestrutura percebendo suas contradições e aproximações. Nesse sentido, Dorge Konrad e Glaucia Konrad, ao analisarem os processos que levaram ao movimentam de 1930 demonstram que “houve um intenso jogo de continuidades e rupturas não restritas a um marco divisório e datado pelo marco simbólico de 1930”, na qual podemos afirmar também semelhanças desse entendimento no processo do golpe do Estado Novo (2013, p. 92).

Ainda assim, é preciso que nos baseamos na história do trabalho para compreender a pluralidade das lutas dos trabalhadores no Brasil, principalmente na ditadura estadonovista. Com o acirramento das tensões mundiais, após a invasão da União Soviética pela Alemanha Nazistas em 1941, e o ataque japonês à base estadunidense de *Pearl Harbor*, neste mesmo ano, empurraram o Brasil a romper diplomaticamente com os países do Eixo. O bloqueio marítimo imposta à Alemanha, levou os nazistas a afundarem diversas embarcações estadunidenses, inglesas e brasileiras na esteira da guerra no Oceano Atlântico.

O afundamento de embarcações comerciais e civis brasileiras, por submarinos alemães, e a morte de diversos passageiros, ocasionou uma série de manifestações e depredação de

diversos estabelecimentos de imigrantes e seus descendentes, nos chamados movimentos de “Quebra-Quebra”.

No Rio Grande do Sul, a população imbuída pelas notícias dos corpos que chegavam ao litoral do nordeste brasileiro, saiu em manifestação nas quais os alvos eram estabelecimentos comerciais de alemães e italianos e seus descendentes, por supostamente serem “Quinta-Colunistas”¹⁶⁶. Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, essas manifestações iniciaram com os trabalhadores ferroviários e tiveram uma significativa adesão da classe operária, como demonstrou Bruna Lima (2019) e Cátia Dalmolin (2005).

Esse movimento foi um dos responsáveis pela declaração formal de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália em agosto de 1942. Mesmo com o direito à manifestação proibido pelo Estado Novo, essas marchas contaram com a participação significativa de trabalhadores e intelectuais, contando com a anuência do Exército e das polícias militares, como em Santa Maria (Dalmolin, 2005). A partir desses processos, o país começou a direcionar seus esforços para a criação de uma força expedicionária e para o suprimento da demanda da guerra por matérias-primas, como a borracha.

Os soldados da borracha, como ficaram conhecidos, foram o movimento de milhares de trabalhadores, principalmente do nordeste brasileiro, migrando para a região amazônica com a finalidade de extrair látex dos seringais, influenciados pelas promessas e propagandas do governo. A cultura da extração do látex havia entrado em declínio pelo enfraquecimento do comércio da borracha na Primeira República (1889-1930) devido à competição com látex das colônias francesas. No entanto, com a tomada da Indochina Francesa pelos japoneses (integrantes do Eixo), a busca por essa matéria prima voltou a crescer entre os Aliados e o Brasil buscou suprir esta demanda.

Influenciados pelas propagandas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e pelas consequências da Segunda Guerra Mundial no país, esses trabalhadores submeteram-se a condições precárias de trabalho e moradia. Fugindo da seca e da miséria que assolavam a região nordeste, milhares de trabalhadores migraram para o interior da Floresta Amazônica em busca de melhores condições de vida e trabalho. Apesar de a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estarem em vigor no período, a maioria desses trabalhadores, predominantemente rurais e não letrados, não tiveram o amplo acesso às garantias trabalhistas, sendo somente reconhecidos em seus direitos em 2014¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Termo utilizado na época para se referir aos integrantes do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

¹⁶⁷ Sobre esse processo, recomendamos o trabalho de MARTINELLO, Pedro. **Batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985

Essa pluralidade dos mundos do trabalho no Brasil, também estiveram presentes na FEB e no exército. A construção da Força possuía como finalidade inserir o Brasil nas decisões do pós-guerra, além da necessidade de modernização das Forças Armadas, ponto este central para os militares de carreira. A Divisão de Infantaria foi formada principalmente por operários urbanos e rurais nas quais não estavam vinculados às escolas de formação e à carreira militar.

No Rio Grande do Sul, os Pracinhas, como ficaram conhecidos os integrantes da FEB, foram recrutados das classes proletárias e muitos deles integraram a Divisão por efeitos da Campanha de Nacionalização, pois eram descendentes de imigrantes alemães e italianos. O recrutamento para a FEB foi feito através de promessas que ao ingressarem na Força os trabalhadores teriam a garantia de uma carreira militar estável e remuneração adequada. Esse processo levou milhares de trabalhadores a lutarem além-mar com a pretensão de melhorar suas condições de vida.

Diante disso, a pluralidade da classe trabalhadora no Brasil e as contradições de classe ficaram evidentes durante a ditadura do Estado Novo, a FEB após o regresso ao Brasil, foi desmobilizada e os trabalhadores recrutados para Força só tiveram seus direitos garantidos, como plano de saúde e aposentadoria, com a constituição de 1988.

Nesse sentido, ao analisar a classe trabalhadora durante o Estado Novo é preciso que nos ater às consequências dos diversos processos que ocorreram durante o período para os diversos trabalhadores. É preciso que pensemos nas suas resistências, lutas e negociações, pois

Não se trata aqui de ignorar a repressão violenta ou subestimar o controle do Estado sobre os trabalhadores, mas de considerar totalmente perdida a autonomia dos trabalhadores e seus sindicatos (mesmo os oficiais), o que não corresponde com as novas informações que temos tido sobre aquele momento da formação social brasileira. A resistência e a autonomia, que, por sua vez, também não podem ser absolutizadas, fazem parte da trajetória de lutas por direitos e resistência da classe trabalhadora (Konrad; Konrad, 2013, p.100).

Portanto, é essencial que consideremos a luta de classes como o motor central nos processos históricos e reconheçamos que as organizações militares não estão à margem dessa luta, mas, sim, fazem parte dela. Buscamos nesta reflexão conectar elementos da história militar com a história do trabalho, no qual defendemos que essas divisões foram concebidas para atender a uma certa divisão da historiografia, mas que para nós são integrantes dos mesmos processos históricos. Além disso, procuramos na historiografia da história do trabalho elementos que nos auxiliem para compreender a como a atuação dos militares se deu durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. Ainda que não tenhamos uma síntese integral das fontes, buscamos nesta reflexão pontos de partida que nos auxiliam na construção desta pesquisa.

Conclusão

Dessa forma, buscamos nos elementos da história do trabalho contribuições que nos auxiliem na síntese sobre as Forças Armadas, em especial o Exército, durante o Estado Novo. Os desafios de estabelecer uma conexão entre essas duas temáticas historiográficas são consideráveis, mas acreditamos ser necessário compreender os militares para além da função como sujeitos de uma força estatal. Assim, é crucial investigarmos os elementos de classe e as contradições presentes nas Forças Armadas, percebendo a qual classe esses sujeitos pertencem e a qual classe estão subordinados. Por fim, destacamos que é imprescindível o intercâmbio e a síntese entre essas temáticas historiográficas, a fim de compreender os diversos processos históricos presentes naquele período.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro. 15º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.
- DALMOLIN, Cátia Regina. **Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942**. 2006. 187 p.. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.
- FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Descobrindo o Brasil, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária (Cap. A formação da cultura da classe operária britânica)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 257 a 277.
- KONRAD, Diorge Alceno; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **O Rio Grande do Sul e o Brasil na Historiografia do Trabalho (1930-1945)**. Revista Mundos do Trabalho, v. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013| p. 91-105. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n10p91/26753>.
- KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os Trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade de do mundo do Trabalho (1937-1945)**. 2006. 344... Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- LIMA, Bruna. **Fronteira entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. 2019. 188 p.. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sueli de Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2015.

MARTINELLO, Pedro. **Batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional (Introdução: costume e cultura)**. São Paulo: Companhia. das Letras, 1998, p. 13- 24.

SAVAGE, Mike. **“Classe e História do Trabalho”**. In. BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da UNICAMP. 2004, p. 25-48.

Os Boletins Regimentais das Unidades Militares Brasileiras como Fonte de Pesquisa Histórica: a experiência com os boletins regimentais do 25º Batalhão de Caçadores dos anos de 1918 a 1945

LIRA, Clarice Helena Santiago

Doutora em História (UFSM) e Profa. Adjunta de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

claricesantiago@cchl.uespi.br

Resumo: Abordou-se neste trabalho o uso dos boletins regimentais das unidades militares brasileiras como fonte histórica, levando em consideração a experiência de pesquisa com os boletins regimentais, dos anos de 1918 a 1945, feita no Batalhão de Caçadores, unidade do exército, localizado em Teresina, Piauí. O Boletim Regimental é um documento burocrático de produção obrigatória por parte das unidades militares brasileiras, com formulação discriminada pelo RISG (Regulamento para Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropas do Exército). Cada unidade militar tem por dever produzir o seu boletim regimental diariamente, assim como as unidades de comando regionais produzem o seu boletim regional e da mesma forma o comando nacional, produz o Boletim do Exército. Nos boletins regimentais das unidades militares locais, na temporalidade descrita, podem ser encontradas informações sobre o dia a dia do quartel, o ingresso de soldados, as baixas, as prisões por indisciplina, as comemorações, os serviços diários, entre outras. Esta documentação escrita e oficial foi apropriada, no percurso da pesquisa, de acordo com a perspectiva de documento/monumento utilizada por Jacques Le Goff. Ressalte-se que os avanços na pesquisa histórica nos últimos anos não excluíram a importância dos registros oficiais como vestígio do passado, entretanto alterou-se a forma como essa documentação, em conjunto com outras, passou a ser utilizada pelos historiadores, contribuindo para uma análise mais complexa do social numa dada experiência histórica.

Palavras-chave: Fonte histórica; boletins regimentais; batalhão de caçadores.

Os boletins regimentais usados na tese “O exército moderno é a nação armada”: o serviço militar obrigatório no Piauí e a fabricação de cidadãos soldados entre os anos de 1908 e 1928” (Lira, 2023), especificamente no segundo e terceiro capítulos fazem parte do acervo documental do 25º Batalhão de Caçadores. São documentos burocráticos produzidos diariamente que discorrem de forma objetiva sobre as atividades desenvolvidas ao longo do dia pela unidade, além de informar, algumas vezes, sobre atividades e serviços feitos no dia anterior e/ou que deverão ser feitos no dia seguinte.

É importante esclarecer que o boletim é um documento burocrático de produção obrigatória por parte das unidades militares, sendo sua formulação discriminada pelo RISG (Regulamento para Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropas do Exército). Cada unidade tem por dever produzir o seu boletim regimental, assim como as unidades de comando regionais produzem o seu boletim regional e o comando nacional, tendo como comandante superior o Ministro da Guerra, produz o Boletim do Exército.

O boletim regimental, de acordo com o RISG (Brasil, 1916)¹⁶⁸, é um documento produzido diariamente que traz as determinações do Comandante da unidade militar, os serviços feitos naquele dia específico e um resumo das ordens superiores que interessam à unidade. Agrega-se a este, informações sobre ordens e serviços específicos encaminhados pelo comandante de cada companhia do batalhão em seus respectivos boletins. Ao final, o documento original concluso recebe a assinatura do comandante da unidade militar e cópias devem ser distribuídas às subunidades. No caso específico do Batalhão de Caçadores sediado em Teresina, as cópias teriam que ser encaminhadas ao Estado Menor e às três companhias existentes naquela unidade.

Por fim, no horário da formatura, ao final da tarde, o boletim regimental finalizado e datilografado devia ser lido em seus pontos considerados mais importantes para o conhecimento de todo o batalhão e o bom andamento dos serviços no dia seguinte. Depois disso, o material era arquivado.

Os boletins acessados para a pesquisa, 1918-1942, encontram-se no arquivo da instituição em formato de livros de capa dura acondicionados em caixas arquivo de material plástico. Cada livro reúne um semestre de boletins produzidos e, cada caixa conserva, na maioria das vezes, dois desses livros, o que indica uma caixa de livros para cada ano da unidade¹⁶⁹. No lado externo da caixa, na parte da frente, é informado o ano referente aos boletins ali arquivados e na parte interna são encontrados os livros, os quais descrevem em suas capas e lombadas o semestre e ano a que correspondem.

Apesar do pouco acesso desses documentos por parte dos pesquisadores, alguns livros encontram-se em preocupante estado de conservação. Provavelmente como resultado de um armazenamento inadequado do material. É importante ressaltar que cada unidade militar é responsável pela guarda e manutenção do seu acervo documental, e apenas em caso de desativação de alguma delas¹⁷⁰, o acervo é encaminhado para o Arquivo Histórico do Exército, situado na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁶⁸ No recorte temporal em que se faz uso dos boletins do 25º Batalhão de Caçadores como fontes de pesquisa, o RISG sofreu cinco modificações. Estas foram publicadas através de decretos governamentais nos anos de 1916, 1920, 1929, 1939 e 1940. Nos decretos de 1916 e 1920 o documento recebia a denominação de Regulamento para Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropa do Exército; em 1929 foi nomeado como Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa do Exército; e por último, em 1939 e 1940 publicou-se como Regulamento Interno e dos Serviços Gerais. Para visualizar os regulamentos e suas alterações acessar: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>.

¹⁶⁹ Quanto a divisão dos boletins por semestre pode aparecer alguma exceção, como uma divisão por trimestre, mas é caso raro no universo de livros acessados. O ano de 1942, por exemplo, foi dividido trimestralmente.

¹⁷⁰ Em meados de 2018, por exemplo, a unidade militar responsável pelo recrutamento para o serviço militar no Piauí desde o ano de 1918 foi desativada através da portaria nº 1.301 de 16 de agosto de 2018 (Ministério da

Na unidade militar pesquisada não há técnicos especializados para cuidar do material histórico arquivado como também se faz ausente, em âmbito nacional, uma política institucional de conservação dos acervos locais e regionais. Assim, o arquivo fica sob responsabilidade de um oficial de carreira, que vai adquirindo ao longo do exercício de sua função informações gerais sobre os documentos alocados. E nesse sentido, por não ter uma compreensão mais profunda do valor do acervo para a história da instituição e para a própria história da sociedade brasileira, nem receber uma formação necessária para adquirir esse conhecimento, acaba por favorecer a sua degradação.

Os organizadores da coletânea “História militar: novos caminhos e novas abordagens, Fernando da Silva Rodrigues, Francisco Ferraz e Surama Conde Sá, ao tratarem da mudança nos últimos anos da relação entre pesquisador/objeto de investigação relacionado ao estudo dos militares, consideram dentre as mudanças ocorridas e que influenciaram a ampliação dessa área de estudo, a aproximação entre pesquisadores acadêmicos e as organizações arquivísticas das forças armadas como também o processo de profissionalização dos arquivos militares com a entrada, no quadro de trabalho dessas instituições, de historiadores e arquivistas de formação acadêmica (Rodrigues, Ferraz e Pinto, 2015).

No caso do Piauí, pode ser observado uma aproximação ao longo dos últimos anos entre pesquisadores acadêmicos e os setores responsáveis pela guarda da documentação nas unidades militares. Um dos possíveis motivos desse maior contato é o ingresso de militares nos cursos acadêmicos de ciências humanas o que proporciona uma maior abertura do quartel para os pesquisadores, que muitas vezes acabam orientando os trabalhos de conclusão de curso daqueles e de outros acadêmicos que se interessam pelo estudo da área militar. Por outro lado, não se constata ainda localmente aquela profissionalização dos arquivos, citada por Fernando da Silva Rodrigues *et al.*

Como mencionado anteriormente, o material acessado para a pesquisa teve como recorte temporal os anos de 1918 a 1942, período que engloba desde a implantação de uma guarnição federal permanente em Teresina, que naquele primeiro momento recebeu a denominação de 44º Batalhão de Caçadores¹⁷¹, até o limiar dos tempos de mobilização de guerra pela qual passou a sociedade brasileira entre os anos de 1942 e 1945.

Defesa, 2018, p. 21). Toda a documentação ali existente foi encaminhada para o Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁷¹ Em 2 de janeiro de 1918 foi implantado, no Piauí, o 44º Batalhão de Caçadores. Dois anos depois, por meio do decreto nº 13.916 de 11 de dezembro de 1919 que alterou a divisão territorial, criando unidades e reorganizando a artilharia de costa, passou a designar-se 25º Batalhão de Caçadores. (Castello Branco Filho, 1983; Ministério da Guerra, 1919).

De todos esses anos escolhidos para a pesquisa, nem todos os semestres vão estar disponíveis no arquivo do batalhão. Os responsáveis pelo setor sugerem que esses boletins ou foram extraviados ou danificados em momentos de mudanças do arquivo para outros espaços do quartel como também por meio de infiltrações provocadas por chuvas fortes que chegaram até o material e só tardiamente percebidas. Mesmo dentro de condições muitas vezes inadequadas pode-se informar que boa parte da documentação pesquisada se encontra ainda acessível e com alguma condição de pesquisa.

Ao fazer um levantamento do material arquivado levando em consideração o lapso temporal escolhido para a tese, constatou-se a ausência de seis livros de boletins, o que corresponde a inexistência de seis semestres. No tocante ao primeiro semestre não é possível mais se acessar os anos de 1935 e 1941 e quanto ao segundo semestre, os anos de 1919, 1926, 1928 e 1938 também não se encontram mais disponíveis.

No entanto, mesmo com essas perdas de valor histórico inestimável para a história da instituição na configuração em análise, a existência de um conjunto documental que totaliza 45 semestres ainda restante, é algo acalentador para aqueles que pesquisam a história do exército brasileiro e suas especificidades regionais e locais. É importante que se ressalte que a sobrevivência desse material não foi algo fortuito ou uma benfeitoria do tempo. A preservação do acervo, nota-se, também resulta da necessidade que o batalhão teve ao longo de gerações de guardar a sua história e memória. Constata-se que, ao seu modo e dentro das condições disponíveis, a unidade e os militares que assumiram a função de cuidar do material arquivístico, no percurso do tempo, também deram o seu contributo para a sobrevivência desses registros, alguns deles com mais de um século de existência.

Ao se transportar para dentro dos livros de boletins começa-se a ter uma ideia da riqueza de dados que o material suporta. Para um pesquisador inexperiente, esse tipo documental à primeira vista pode parecer árido e enfadonho, pelas descrições administrativas diárias, objetivas e “repetitivas” que fazem parte da sua substância. No entanto, o historiador em seu ofício aprende que para cada tipo documental é necessário produzir uma forma própria de inquiri-lo, considerando sobretudo o objeto da pesquisa e as questões a serem respondidas. Nesse sentido, é impossível apontar de forma objetiva toda a potencialidade que a fonte em destaque pode carregar, porque possivelmente ao tentar fazer esse exercício o pesquisador elencaria um universo de possibilidades, mas dentro do limite de sua trajetória intelectual, do arcabouço teórico adquirido e dos temas trabalhados.

Sendo assim, por saber dos limites ao querer-se pontuar as possíveis temáticas que os citados documentos podem suscitar, é preferível então afastar-se do intento e apresentar apenas

a experiência dialógica vivenciada com o material a partir das configurações formuladas na proposta de tese.

É importante esclarecer que os boletins¹⁷², já haviam sido usados na dissertação de mestrado “O Piauí em Tempos de Segunda Guerra” (Lira, 2008), e desse modo conhecia-se um pouco do acervo documental existente na unidade e dos procedimentos específicos a um espaço militar. Naquele ano de 2007, período de coleta de dados para a dissertação, existia apenas um pequeno espaço reservado ao arquivo e não se encontrava nem funcionário específico e nem horário de expediente fixo referente ao setor. Um militar foi designado a acompanhar o levantamento documental, mas devido a outras funções que exercia no quartel, o arquivo era constantemente fechado, e algumas vezes ficou indisponível por vários dias. Dessa forma, o levantamento documental daquele momento, situado nos anos de 1943 a 1945, foi muito conturbado optando-se, diante dos percalços apresentados, pela escolha de informações bem específicas.

Assim, nessa primeira experiência com a documentação arquivada no Batalhão não foi feito nem um levantamento mais criterioso e nem uma coleta mais profunda do material. Foram colhidas apenas recortes de informações relacionadas a mobilização de guerra subtraindo-se forçosamente o movimento mais amplo da unidade. No entanto, foi o que se tornou possível naquele momento dentro dos limites apresentados naquela experiência.

O contato com o 25º Batalhão de Caçadores no intuito de ampliar a pesquisa documental para o projeto de doutorado deu-se quase dez anos depois, no final de 1916. Em resposta, a Seção de Comunicação Social do quartel informou que era preciso produzir uma solicitação formal escrita, endereçada ao comandante, e protocolá-la no setor de Relações Públicas da unidade. Feito o procedimento burocrático, poucos dias depois, o chefe daquela seção entrou em contato informando da necessidade de uma visita ao quartel para um melhor esclarecimento da proposta de pesquisa em reunião com o comandante. No dia marcado, a proposta foi esclarecida, o acesso autorizado e uma visita foi feita ao local em que o acervo do batalhão se encontrava arquivado. Já não era o mesmo espaço vivenciado no período da pesquisa para a dissertação: possuía maiores dimensões, tinha funcionários específicos e um expediente diário.

¹⁷² Levando em consideração os boletins acessados, constatou-se que até 27 de maio de 1940 esse documento aparecia com a denominação de boletim regimental. Após essa data passou a ser denominado de boletim interno. No decorrer das leituras e análises do material, não se encontrou resposta para o motivo da mudança. Para visualizar o momento da substituição nominal desse documento, ver: Boletim Regimental nº 122, de 27 de maio de 1940, p.432; Boletim Interno nº 123, de 28 de maio de 1940, p. 436.

No início de 2017, em razão do ingresso no curso de Doutorado, a pesquisa teve que ser adiada. E mais tarde, por considerar ser mais urgente a coleta de outras fontes documentais que não se encontravam em arquivos locais e nem em arquivos virtuais, como os habeas-corpus impetrados por jovens piauienses que solicitavam a nulidade do cumprimento do serviço militar, acabou-se adiando mais uma vez o retorno aos boletins. Com os habeas-corpus coletados, retornou-se à pesquisa no 25º BC. Em razão da mudança de comando que acontece de dois em dois anos, houve a necessidade de se fazer os mesmos procedimentos de solicitação para acessar o material de pesquisa. E da mesma forma, após a autorização, esclareceu-se ao comandante o porquê da pesquisa e o que se propunha a pesquisar.

Iniciou-se a pesquisa no segundo semestre de 2019. A intenção era fotografar todos os boletins desde a implantação do batalhão, em 1918, até o ano de 1945. Mesmo que o recorte final da proposta de pesquisa fosse 1942, queria-se resguardar dessa vez o que não foi possível fazer na pesquisa da dissertação. No entanto, o material relacionado aos anos de mobilização da Segunda Guerra não se encontrava mais nas caixas arquivos. A explicação dada foi a mesma utilizada para a ausência de seis livros de boletins que fariam parte do recorte temporal da tese: desgaste e extravio provocados por mudanças do local do arquivo como também gerado por infiltrações e/outras agentes que danificaram esse material.

Os boletins regimentais sobreviventes, e são muitos, encontram-se marcados pelas condições em que foram guardados. O calor, a umidade, a poeira deixaram o material frágil ao ponto de alguns quebrarem-se a um simples toque, como se fossem folha de árvore ressecada, ou rasgarem-se quando se tenta cuidadosamente desgrudar uma página da outra. A praga bibliófaga foi outro agente que deixou marcas irreversíveis ao conjunto documental. Sua ação provocou a destruição total de alguns boletins ou, em alguns casos, deixou o documento incompleto.

Um boletim regimental tem em média três páginas, mas podem ser encontrados alguns com uma ou duas páginas como também com quatro páginas ou mais. Cada documento recebe um número específico que se relaciona com a quantidade de boletins que vai sendo produzido ao longo do ano. Ou seja, o número do primeiro boletim de cada ano é sempre o número 1, e os próximos serão numerados sucessivamente. E assim, no último boletim anual encerra-se também a numeração dos boletins daquele ano. Quanto a paginação, ela também se inicia na primeira página do primeiro boletim, porém não se encerra a cada conclusão de documento. A numeração é feita de forma sucessiva até a última página do último boletim anual.

Quanto à estrutura de organização das informações é perceptível que ela sofreu pequenas mudanças ao longo do recorte temporal em análise. Durante a primeira década de

vida do batalhão, no entanto, o modo de organizar o boletim praticamente não se alterou. Na primeira página, por exemplo, após o cabeçalho, discriminava-se e distribuía-se os serviços que deveriam ser executados no dia seguinte, além de informar sobre qual uniforme teria que ser usado. Em relação aos outros assuntos descritos no documento, estes não possuíam um local específico de apresentação.

Nota-se, pela documentação, que entre o final da década de 1920 e quase toda a década de 1930 uma nova organização foi aplicada ao boletim. Dividiu-se este em três partes, uma primeira relacionada aos serviços diários, outra a assuntos administrativos de todo tipo e a última referente a disciplina. Não se encontrou, no âmbito da pesquisa, nenhum suporte documental ou bibliográfico que informasse sobre essa mudança. Por outro lado, o RISG aprovado pelo decreto nº 3.932 em 12 de abril de 1939 (Diário Oficial, 1939), aponta pela primeira vez a forma como os assuntos deveriam ser distribuídos nos boletins a partir daquela data. Segundo o Regulamento, o documento administrativo teria a sua organização dividida em quatro partes: 1ª – Serviços diários; 2ª – Instrução; 3ª - Assuntos gerais e Administração; 4ª – Justiça e disciplina. Constatou-se que essa divisão foi logo incorporada à produção dos boletins da unidade pesquisada¹⁷³.

Ao avaliar a necessidade de uma classificação dos assuntos constantes nos boletins, tomou-se de empréstimo as organizações encontradas naquele material e citadas linhas atrás, por considerar que elas servem de referência para se pontuar os principais itens e assuntos abordados nos boletins regimentais locais durante todo o recorte temporal da pesquisa. No entanto, propôs-se a partir delas uma nova divisão, qual seja: a) Serviços Diários; b) Assuntos Administrativos; c) Disciplina e Justiça. Assim, a partir dessa divisão, buscou-se pontuar em linhas gerais, os principais conteúdos encontrados na fonte documental e sobre quais deles a pesquisa mais se debruçou.

Constata-se que a primeira parte dos boletins referente aos “Serviços Diários” e a sua distribuição entre os militares do quartel não sofreu alteração quanto a sua organização ao longo dos anos. Assim, nesse trecho do documento descreve-se os serviços que devem ser executados no dia seguinte, como “Oficial de dia”, “Guarda do quartel”, “Guarda da Enfermaria”, “Piquete ao Batalhão”. São acrescentados em seguida os nomes dos militares responsáveis por gerir cada um desses serviços e a companhia de origem de todos eles. Logo depois, é discriminada a força que deve ser utilizada para os serviços descritos acima como também para outros, entre eles

¹⁷³ A mudança na organização dos boletins do 25º Batalhão de Caçadores, de acordo com o RISG de 1939, pode ser notada um mês após a publicação do Regulamento através da organização do Boletim Regimental nº 111, de 16 de maio de 1939.

“Reforço”, “Faxina” e “Patrulha”. Por último, apresentam-se a quantidade de soldados a ser usada para cada serviço e a companhia de origem.

É importante ressaltar que apesar dessa primeira parte do documento não sofrer muitas alterações em sua forma de apresentação, ela acaba deixando vestígios das mudanças e permanências acontecidas ao longo do tempo na história do batalhão e do Exército como um todo. Alguns serviços, por exemplo, deixaram de existir e outros foram implantados. Também é possível perceber que o número de companhias que compunha o batalhão aumentou ou diminuiu em configurações específicas, amparadas por novas legislações que determinavam a organização do Exército tanto em tempos de paz como em tempos de guerra.

Em relação aos “Assuntos Administrativos”, esse é um campo fértil para se pensar temáticas relacionadas a história do exército numa perspectiva mais global como também àquelas alusivas à história de unidades militares específicas. Aquele setor incorpora praticamente todas as questões relacionadas ao movimento do Ministério da Guerra num dado contexto e como isso reverbera nos comandos regionais e locais. O movimento inverso também acontece a partir do momento em que o boletim apresenta o modo como uma unidade militar específica traduz os direcionamentos administrativos determinados pelos comandos regional e nacional.

Nessa parte do boletim são discriminadas as ordens e determinações do comando da unidade militar, as ordens e determinações específicas dos comandantes das subunidades, bem como são feitas referências ao Diário Oficial, ao Boletim do Exército ou a outro documento da administração militar quanto a publicação de decretos, regulamentos e instruções. Também são transcritos os avisos do Ministério da Guerra, os telegramas e ofícios entre o comandante local e o comandante da região ou outra autoridade militar. Consta ainda nessa parte dos boletins a inclusão ou exclusão de oficiais e praças, os serviços de saúde, como a inspeção de saúde daqueles que participam da seleção para ingresso no serviço militar, a incorporação, a instrução física e moral dos recrutas, as comemorações. As despesas são outro assunto presente na documentação, entre elas a compra de produtos utilizados na alimentação dos arranchados, as contas de água e luz e o pagamento do soldo.

É importante lembrar que não há uma descrição minuciosa desses assuntos abordados, mas informações curtas que, entretanto, podem colaborar no esclarecimento de questões da pesquisa ou apontam caminhos para a resolução de outras.

No âmbito da tese, especificamente no segundo capítulo, os assuntos escolhidos para serem analisados utilizando-se desse material foram os itens que se relacionam com a seleção para o ingresso no serviço militar obrigatório; a formação física, moral e escolar recebida pelos

recrutas durante o tempo em que cumprem o serviço militar obrigatório no quartel do 25º Batalhão de Caçadores; e as comemorações organizadas pelo batalhão que contribuem para o contato desse soldado em formação no batalhão com uma cultura nacional patriótica como também uma cultura específica à experiência militar. Todas essas temáticas fazem parte dos “Assuntos Administrativos”, amparadas naquela classificação formulada especificamente para a pesquisa.

Por fim, na parte classificada como “Disciplina e Justiça” são tratadas questões relativas à disciplina, indisciplina, prisões, liberdades, sanções e louvores endereçados a praças e oficiais que compõem a unidade militar em estudo. É importante deixar claro que o RISG e o RDE (Regulamento Disciplinar do Exército)¹⁷⁴ foram os documentos que regularam a disciplina militar dentro dos quartéis no período em estudo, e por isso são constantemente citados naquela parte dos boletins quando trata de esclarecer a indisciplina cometida pelo militar e a punição que ele irá receber. Deste trecho do documento, tomou-se para análise as principais indisciplinas cometidas dentro e fora do quartel pelos militares do batalhão e as punições mais recorrentes, comparando-as com as orientações recebidas por aqueles durante a sua formação.

A análise dos itens escolhidos nos setores “Assuntos Administrativos” e “Disciplina e Justiça” contribuiu para avaliar os limites e possibilidades existentes entre a produção do soldado idealizado pela instituição militar e aquele que era possível formar na configuração estudada. São os soldados “reais” que cumpriram com o serviço militar obrigatório e voltaram ao meio social, em todos os recantos do território nacional, como cidadãos em armas, de que trata uma parte desse estudo.

Referências

BARROS, José D’Assunção. Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos. **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias** – ANPUH, Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Art. 297 - Do boletim do regimento. In: **Decreto nº 12.008 que aprova o regulamento para instrução e serviços geraes nos corpos de tropa do Exercito**. 29 de Março de 1916.

CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. **O Piauí na história militar do Brasil, 1759-1984**. Teresina: [s.ed.], 1983.

¹⁷⁴ Diferentemente do RISG, não foram encontrados no decorrer do estudo e dentro do recorte da pesquisa documentos denominados de Regulamentos Disciplinares do Exército anteriores a 1937. Os RDE’s acessados foram os publicados em 1937, 1938 e 1942. Nos boletins da unidade militar pesquisada esse Regulamento também só passa a ser citado daquele ano descrito em diante (DIÁRIO OFICIAL, 1937, p. 17.776; Diário das Leis, 1938; Diário das Leis, 1942).

DIÁRIO OFICIAL. Seção 1. **Decreto nº 3.932 que aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais.** 12 de Abril de 1939. p. 8.950

DIÁRIO OFICIAL. Seção 1. **Decreto nº 1899 de 19 de agosto de 1937.** Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército. 23 de Agosto de 1937, p. 17.776;

DIÁRIO DAS LEIS. Poder Executivo Federal. **Decreto n. 2.429 de 4 de março de 1938.** Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército. Rio de Janeiro, 4 de março, de 1938;

DIÁRIO DAS LEIS. Poder Executivo Federal. **Decreto n. 8.835 de 23 de fevereiro de 1942.** Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1942.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990

LIRA, Clarice Helena Santiago. "**O exército moderno é a nação armada**": o serviço militar obrigatório no Piauí e a fabricação de cidadãos soldados entre os anos de 1908 e 1928. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2023.

LIRA, Clarice Helena Santiago Lira. **O Piauí em tempos de Segunda Guerra:** mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Letras – UFPI, 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Boletim do Exército nº 33.** Portaria nº 1.301, de 16 de agosto de 2018 que desativa a 26ª Circunscrição de Serviço Militar e dá outras providências. Brasília - DF, 17 de agosto de 2018, p. 21.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Boletim do Exército nº 280.** Decreto nº 13. 916 de 11 de dezembro de 1919. p. 148-159.

RODRIGUES, Fernando da Silva; FERRAZ, Francisco; PINTO, Surama Conde Sá (Orgs.). Introdução. In: **História militar:** novos caminhos e novas abordagens. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015. p. 12-14.

ST 5 – LUGARES DE MEMÓRIA E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Coordenado por Profa. Dra. Juliani Borchardt Silva
e Prof. Dr. Darlan de Mamann Marchi

Quarta Colônia: lugares de memória e patrimônio de São João do Polêsine-RS. Como demonstramos aos visitantes?

BISOGNIN, Roselaine de Oliveira

Mestra em Patrimônio Cultural-UFSM, Doutoranda em História-UFSM

roselaine.bisognin@acad.ufsm.br

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo apresentar e analisar alguns lugares de memória e patrimônio do município de São João do Polêsine — localizado no território do Geoparque Quarta Colônia UNESCO, no Rio Grande do Sul —, por meio de uma contextualização e uma investigação sobre a temática dos lugares de memória e patrimônio. Serão utilizadas fontes bibliográficas e abordagem qualitativa de pesquisa, de forma a oportunizar o contínuo processo interpretativo; ademais, como recorte, o entorno da Praça Matriz está sendo definido como objeto de pesquisa. Busca-se compreender como esse pequeno município apresenta, aos seus visitantes, os vestígios históricos e culturais, forjados no tempo e no espaço em que se encontram. Com isso, almeja-se entender os lugares de memória e patrimônio a partir da ação humana e o que eles representam para a comunidade local. O estudo terá como base construções sociais que veiculam, de forma materializada, a compreensão da própria história, carregada de sentidos, partindo de uma teia de significados das ações coletivas construídas no tempo e no espaço a partir de um processo constante de reconhecimento da identidade local: o sentimento de pertença demonstrado naquilo que a comunidade edifica, dando vida aos lugares de memória construídos pelo homem contemporâneo como uma forma de representar, nas suas construções, o registro da própria História. Para tal, por meio de uma pesquisa bibliográfica, busca-se considerar a importância da preservação da história e da memória sobre os lugares de memória que se apresentam na comunidade local como forma de preservar e demonstrar os significados que se quer transmitir aos visitantes. Logo, o significado histórico e cultural desses espaços de memória revela a identidade desse povo, compreendendo-a no seu espaço de convivência, possibilitando a reinterpretação dos lugares de memória a partir daquilo que a comunidade escolheu revelar como patrimônio e como identidade local.

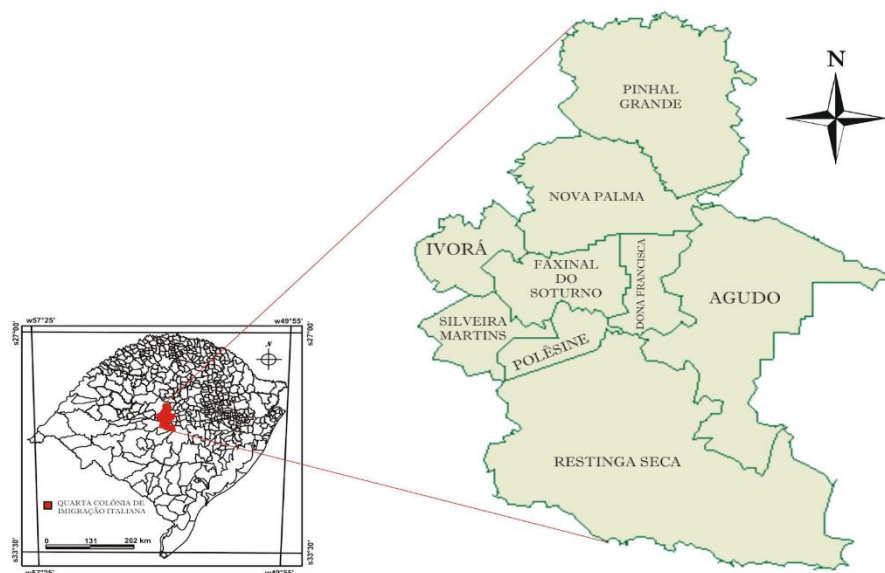
Palavras-chave: Lugares de Memória; Patrimônio; História.

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar e analisar alguns lugares de memória e patrimônio do município de São João do Polêsine — localizado no território do Geoparque Quarta Colônia UNESCO, no Rio Grande do Sul —, por meio de uma contextualização e uma investigação sobre a temática dos lugares de memória e patrimônio. Nesse sentido, busca-se compreender como esse pequeno município demonstra, aos seus visitantes, os vestígios históricos e culturais, forjados no tempo e no espaço em que se encontram. Com isso, almeja-se entender os lugares de memória e patrimônio a partir da ação humana e o que eles representam para a comunidade local.

Sendo assim, de acordo com estimativas do IBGE (2021), o município de São João do Polêsine tem uma população estimada em 2.535 pessoas, território de 78.320 km² e faz parte do bioma Mata Atlântica.

Figura 1 - Mapa da Quarta Colônia; Geoparque Quarta Colônia UNESCO.



Fonte: (Stefanello, 2010, p. 68 apud Desconvi Filho, 2007).

Cabe destacar que a cidade de São João do Polêsine está localizada na Região Central do RS, e teve a sua origem no final do século XIX, com a vinda dos imigrantes italianos, que chegaram no território com a finalidade de colonizar as terras devolutas, continuando assim, o seu ofício nas terras existentes, cuja herança cultural se evidencia na agricultura, religiosidade, festas, gastronomia, arquitetura, e, o seu patrimônio paleontológico, um território reconhecido pela UNESCO como Geoparque Quarta Colônia.

Nesse sentido, incentivo ao turismo não faltam, embora seja um pequeno município, faz parte do território do Geoparque Quarta Colônia, composto por nove municípios, sendo eles: São João do Polêsine, Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, Ivorá, Agudo e Restinga Seca. Assim, este município apresenta nas suas representações simbólicas, uma diversidade de patrimônios históricos, culturais, paleontológicos e ambientais que veiculam no presente, referências simbólicas da comunidade, bens culturais construídos em um determinado contexto de tempo e espaço, que conferem os traços de sua identidade.

O estudo traz como base as construções sociais que veiculam, de forma materializada, a compreensão da própria história, carregada de sentidos, partindo de uma teia de significados das ações coletivas construídas no tempo e no espaço, a partir de um processo constante de reconhecimento da identidade local; o sentimento de pertença demonstrado naquilo que a comunidade edifica, dando vida aos lugares de memória construídos pelo homem

contemporâneo como uma forma de representar, nas suas construções, o registro da própria História.

A partir do exposto, trabalha-se com uma investigação sobre a temática dos lugares de memória e patrimônio, numa perspectiva teórica metodológica que busca compreender que lugares de memória e patrimônio são construídos por meio da ação humana e das relações sociais, por conseguinte, apresentam-se de forma materializada o tempo humano, no tempo histórico, dentro do contexto da história local. Para tal, utilizou-se como metodologia das fontes bibliográficas, fotos e uma abordagem qualitativa, de forma a oportunizar o contínuo processo interpretativo; ademais, como recorte, o entorno da Praça Matriz foi definido como objeto de pesquisa.

Lugares de memória

- Monumento da Máquina a Vapor

A construção do Monumento da Máquina a Vapor foi uma forma de rememorar o pioneirismo na cultura orizícola existente no município. Diante disso, a comunidade decidiu criar na região central da sede de São João do Polêsine, na Praça do Imigrante, um monumento que registrasse a história do trabalho vinculado à sua prosperidade econômica e à religiosidade. A máquina do Monumento da Máquina a Vapor foi doada em 1988 pelas famílias de João Cera, Vergílio Pilecco, Ernesto Pilecco e Alcides Pilecco (Bisognin, 2022).

O monumento é uma característica marcante da cidade e se apresenta para os seus visitantes uma trajetória do passado no presente, a sua identidade cultural fruto do trabalho em família, despertando na comunidade o sentimento de pertencimento ao patrimônio. Bem como, o reconhecimento da história da comunidade de modo a favorecer a preservação e o desenvolvimento local da comunidade, uma vez que narra em seus monumentos históricos a relação íntima da comunidade a sua cultura, identidade e memória abrigando uma rica formação sócio-cultural.

Figura 2 - Monumento da Máquina a Vapor.



Fonte: <https://saojoaodopolesine.rs.gov.br>.

Esse monumento desperta o interesse dos mais jovens e dos visitantes em saber como era o trabalho nas lavouras e a inovação que a máquina a vapor foi para a irrigação da cultura do arroz, possibilitando assim, subsídios para contar parte da história da comunidade (Bisognin, 2022).

- **Estátua do Diácono João Luiz Pozzobon**

Em 14 de outubro de 2022 foi inaugurada na Praça João Juiz Pozzobon¹⁷⁵ uma estátua em homenagem ao diácono João Luiz Pozzobon, produzida em concreto pelos escultores Mauro Favero e Rossini Rodrigues, contou ainda, com a ajuda de pessoas que conheciam o diácono para mencionar detalhes da sua aparência e vestimenta (Cruber, p.1, 2022).

João Luiz Pozzobon era filho de agricultores e descendente de imigrantes italianos, nasceu em 1904, na localidade de Ribeirão, hoje pertencente ao município de São João do Polêsine, um homem religioso que dedicou sua vida à família e a devoção latente. E, a partir da

¹⁷⁵ O nome “Praça João Luiz Pozzobon”, foi definido pela Lei Municipal Nº 0171/96 e sancionada pela prefeita Valserina Maria Bulegon Gassen, em 27 de novembro de 1996.

metade de sua vida, ao iniciar-se no movimento de Schoenstatt, começou sua peregrinação, devoto da Mãe e Rainha Três Vezes passando em diversos países, levando-a consigo (Poll, p. 10, 2022).

Figura 3 - Diácono João Luiz Pozzobon.



Fonte: Acervo Pessoal, Roselaine O. Bisognin, 2023.

Vale mencionar, que em 1994, na Arquidiocese de Santa Maria, foi aberto o processo de beatificação do diácono, sendo que em maio de 2009 com a fase diocesana concluída, foi enviado à Congregação para as Causas dos Santos, em Roma, deixando a comunidade local na expectativa que possa em breve ser considerado Santo (Cruber, p.1, 2022).

- Patrimônio Paleontológico

Encontra-se na Praça João Luiz Pozzobon, réplicas de alguns dinossauros que viveram na região há cerca de 233 milhões de anos, no período triássico, assim, na foto abaixo, estão uma representação de dois dinossauros que foram encontrados em São João do Polêsine-RS, o

Buriolestes schultzi(verde) e o Gnathovorax cabrerai(marrom), ambos, estão entre os que entraram para o livro dos recordes. O responsável por esculpir as réplicas foi Mauro Flores Favero, de Mata. (Jornal Diário de Santa Maria, p.1, 2021).

Figura 4 - Réplica do Buriolestes schultzi.



Fonte: <https://saojoaodopolesine.rs.gov.br>.

Figura 5 - Réplica do Gnathovorax cabrerai.



Fonte: <https://saojoaodopolesine.rs.gov.br>.

Conforme informações divulgadas no Jornal Diário de Santa Maria, a construção de réplicas trata-se de uma iniciativa das prefeituras da região que buscam reforçar a importância histórica, cultural e econômica do local onde foram descobertos os mais antigos dinossauros do mundo (Jornal Diário de Santa Maria, p.1, 2021).

O fóssil do Buriolestes schultzi, encontrado em 2015 no Sítio Buriol, por paleontólogos da UFSM, tinha aproximadamente 1,5 metros de comprimento, 70 cm de altura e pesava cerca de 15 kg, era bípede e a sua alimentação era carnívora (UFSM, p.1, 2018).

Descoberto em 2014, pelo paleontólogo Sérgio Furtado Cabreira, no Sítio Marchezan, o fóssil do *Gnathovorax cabreirai* é o mais bem preservado do tipo encontrado no Brasil, chegava a medir 3 metros de comprimento, apesar de ser menor que os demais predadores do seu tempo, era carnívoro. Os fósseis do *Buriolestes schultzi* e do *Gnathovorax cabreirai* encontram-se no Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia (Cappa) da UFSM, em São João do Polêsine (Müller, p.1, 2019).

Figura 6 - Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia/Universidade Federal de Santa Maria (CAPPA/UFSM);



Fonte: <https://www.ufsm.br/cappa>.

O CAPPA¹⁷⁶— Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia/Universidade Federal de Santa Maria(CAPPA/UFSM), foi criado, com objetivo de dar suporte à pesquisa paleontológica na Quarta Colônia devido a abundância e relevância científica dos fósseis do período triássico encontrados na região. Do mesmo modo,

[...] possui a missão de mapear novos sítios fossilíferos, monitorar os locais já conhecidos, coletar e salvaguardar fósseis de vertebrados e plantas; além de dar apoio ao desenvolvimento da pesquisa nas áreas de paleontologia e geologia, bem como áreas relacionadas interessadas em atuar nos sítios fossilíferos da Quarta Colônia. (CAPPA/UFSM, p.1, 2024).

Assim, de acordo com Rosa (p. 24, 2011) “fósseis são bens da União, portanto protegidos por lei. Não podem ser comercializados, nem coletados por amadores, sem apoio de

¹⁷⁶ CAPPA/UFSM— “Este centro destina-se à atividade acadêmico/científica e à divulgação da paleontologia em nível regional, estadual, nacional e internacional. Para a realização desses propósitos, o CAPPA/UFSM disponibiliza condições físicas e técnicas necessárias para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão, exercidos de forma integrada, e conta com espaço destinado à guarda e conservação de acervo científico. Desta forma, a infraestrutura presente no CAPPA/UFSM está disponível para qualquer instituição, pública ou privada, que deseje realizar pesquisa ou extensão nesta região. Cabe-se a ressaltar que as instituições interessadas devem conveniar-se ao CAPPA/UFSM” (Fonte: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccne/cappa/sobre>).

instituições de pesquisas em paleontologia”. Por conseguinte, reforça que os fósseis são importantes não somente para o legado cultural, mas também para o conhecimento da vida no planeta. Assim, “o patrimônio paleontológico da região central do RS é bastante variado, constituído por animais vertebrados e invertebrados, bem como plantas. Outras regiões do Estado apresentam fósseis, porém de outros períodos geológicos” (Rosa, p.29, 2011).

- Painele “Os Tropeiros”

Figura 7 - Painele “Os Tropeiros”.



Fonte: <https://saojoaodopolesine.rs.gov.br/Noticias/Detalhes/1510/#>.

O painele dos tropeiros foi construído em 2010, pela artista plástica Téoura Benetti, está localizado na Praça do Imigrante, faz referência a passagem dos tropeiros por esta localidade conduzindo o gado em direção à estrada de ferro de Restinga Sêca, de onde eram conduzidas até Charqueadas. Sendo que sempre, vinha um tropeiro na frente avisando a população o horário que passaria a tropa, assim, a comunidade recolhia as crianças da rua (Dalmolin, p.43, 2006).

Nesse sentido, o autor Le Goff (2003, p. 419) menciona que a “propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”;e, desta forma, João Carlos Tedesco (2004, p. 93) afirma que “a memória é dinâmica por excelência, possui funções de conservar, recriar, garantir futuro, selecionar, transformar, reclamar, evocar, ocultar, porém, é também uma faculdade de esquecer”.

Deste modo, Nora (1993), menciona que os lugares de memória são essencialmente um meio de acesso à memória, que já não é memória, mas história, pois depois de reconstruída através de vestígios, uma memória que se confirma, não como espontânea. Assim, esta memória não é mais criada por grupos, mas é criada de tal forma que ao longo da história os grupos possam encontrar elementos que justifiquem suas ações políticas no presente. Em outras palavras, uma categoria política de conservação que utiliza o espaço de criação como parte importante de uma memória coletiva que identifica importantes grupos sociais envolvidos na formação de uma identidade mais ampla, a da nação.

Logo, as referências culturais são construídas ao longo do tempo por meio das mais variadas construções e registros. Podem ocorrer nas modificações das delimitações dos espaços geográficos e políticos, bem como nas construções simbólicas que hoje se mantêm, preservando os registros documentais, fotográficos, artísticos, etc. Assim, os monumentos fazem parte dessa manifestação e significação, representando assim, de forma simbólica, os valores culturais da comunidade.

Considerações finais

Partindo da delimitação do recorte do estudo, a Praça Matriz, composta por duas praças, sendo elas, a Praça João Luiz Pozzobon e a Praça do Imigrante, e, levando em consideração um contexto de intensas transformações na sociedade contemporânea, buscou-se nesta análise, demonstrar os chamados “lugares de memória”, apresentando o que está edificado, ou seja, o patrimônio acumulado ao longo da história, em um contexto no qual, o passado está sendo evocado, uma história que chama, que se mostra latente, e demonstra, o simbolismo atribuído a um conjunto de partículas do passado, cada qual com a sua memória específica, num tempo e espaço, onde o espaço apresenta-se como um suporte material da memória e do patrimônio histórico e cultural.

Assim, é possível construir hipóteses analisando o que está edificado, a interligação entre o Monumento da Máquina a Vapor, o painel “Os Tropeiros”, ambos mencionam, a importância dada ao trabalho, já a estátua do diácono João Luiz Pozzobon, demonstra a força da religiosidade; e o mais recente, as réplicas dos dinossauros encontrados no município, comprovado cientificamente, como os dinossauros mais antigos do mundo, demonstra a riqueza do patrimônio paleontológico local. Assim, estes “Lugares de Memória e Patrimônio”, apresentam-se como espaços que colocam em evidência a afirmação de que “só há lugares de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (Nora, 1993, p.21).

Sabendo que a história é ligada por continuidades temporais, e os lugares de memória e patrimônio, apresentam-se num campo de disputa, uma vez que seleciona uma narrativa unificadora, que possibilita apresentar aos seus visitantes e a comunidade que a habita, a compreensão da própria história, deixando em evidência, de forma materializada nas edificações elementos significativos que fossilizam algumas origens, tornando-as uma extensão da memória viva da/na comunidade.

Nessa perspectiva, na sociedade contemporânea, a memória e patrimônio traz um movimento de reconceitualização a partir da cultura material por meio dos lugares de memória, construídos no imaginário individualmente ou em conjunto, que inclui não apenas a herança, mas funciona como portador de referência que reúne elementos característicos conferindo-lhe sentido.

Trazendo assim, à discussão, o uso que a sociedade contemporânea faz dos lugares de memória, uma vez que eles permitem ao indivíduo, por meio de um espaço físico, um processo de identificação, a evocação do passado, trazendo ao debate, a preservação de um patrimônio que apresenta-se como material. E, neste contexto, Nora afirma que, “o que chamamos de memória, é de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar” (1993, p. 15).

Portanto, entende-se que os “Lugares de Memória e Patrimônio” fazem parte da consciência de identificação, o que contribui para o crescimento local, uma vez que a comunidade se apresente como a guardiã; e, ao mesmo tempo, apresentar-se como um lugar de memória e patrimônio que simbolize formas de representação do passado, pois trata-se de uma herança cultural que representa a identidade local em um contexto significativo.

A partir do exposto até então, percebe-se a importância da compreensão coletiva e o compartilhamento da comunidade na valorização, no engajamento e no reconhecimento da sua produção cultural como um recurso significativo de desenvolvimento. A compreensão da relação entre história, memória e patrimônio, nos seus lugares de memória, um patrimônio material que reflete no presente, eventos de um passado muitas vezes desconhecido, nos quais os quadros sociais participam, mas que ao mesmo tempo, são capazes de interferir no nosso modo de viver, pensar, sentir e agir sobre o meio no qual estamos inseridos.

Por fim, os lugares de memória, no ponto de vista da história, por mais que sejam monumentos, apresentam-se também como documentos interpretativos da sociedade, um espaço de aberto da memória comum que possibilitam a reinterpretação dos lugares de memória a partir daquilo que a comunidade escolheu revelar como patrimônio.

Referências

BISOGNIN, Roselaine de Oliveira. **Quarta Colônia: um olhar sobre a “cultura” do arroz como identidade e patrimônio cultural de São João do Polêsine–RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, UFSM, 2022. In: SÃO

JOÃO DO POLÊSINE. **Acervo da Prefeitura Municipal, Desfile da Festa Regional do Arroz**, 2018.

CAPPA/UFSM, **Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica**. Acesso em 20 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccne/cappa/sobre>.

CRUBER, Leandra. **Estátua em homenagem a diácono João Luiz Pozzobon é inaugurada em São João do Polêsine**. Acesso em 20 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.schoenstatt.org/pt/schoenstatt-em-saida/campanha/2022/10/estatua-em-homenagem-a-diacono-joao-luiz-pozzobon-e-inaugurada-em-sao-joao-do-polesine/>.

DALMOLIN, Romoaldo. **POLÊSINE ANTIGO: Histórias, Causos e Poesias**. Impressão: Home Artes Gráficas Ltda, 2006.

Diário de Santa Maria. **Polêsine instala réplicas dos dinossauros mais antigos do mundo**, Deni Zolin, 18/08/2021. Disponível em: https://diariosm.com.br/colunistas/colunistas_do_site/deni_zolin/polesine_instala_replicas_do_s_dinossauros_mais_antigos_do_mundo.436472.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-joao-do-polesine/panorama>.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória**/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MÜLLER, Rodrigo Temp. **Mandíbula voraz: conheça o dinossauro predador mais antigo do Brasil: “Gnathovorax cabreirai” tem o esqueleto mais completo encontrado no País e é uma das espécies mais antigas já reveladas no mundo**. Paleontólogo da Universidade Federal de Santa Maria. Jornal da USP, 11/11/2029. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=286289>.

MÜLLER, Rodrigo Temp. **Mandíbula voraz: conheça o dinossauro predador mais antigo do Brasil: “Gnathovorax cabreirai” tem o esqueleto mais completo encontrado no País e é uma das espécies mais antigas já reveladas no mundo**. Paleontólogo da Universidade Federal de Santa Maria. Jornal da USP, 11/11/2029. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=286289>.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux**. IN Pierre Nora (org). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, [1984]. Vol 1 La République. p. XXIV.

OLIVEIRA, E. R. de. **Memória, história e patrimônio: perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica**. Fronteiras, vol. 12, pp. 131-151, 2010.

POLL, Estevan Garcia. **Virtualização museal: website da Casa Museu I João Luiz Pozzobon em São João do Polêsine, RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, UFSM, 2022.

ROSA, Átila Augusto Stock Da. As faces do patrimônio paleontológico. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiger(Org.). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2011, 190p., 2º Edição.

RÜSEN, J. Jörn Rüsen e o Ensino de História. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. pp. 23-40;
SADDI, R. **O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada**. Acta Scientiarum Education, vol. 34, nº 2, 2012, pp. 211-220.

SANTIAGO JÚNIOR, F. das C. F. (2015). **Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’**. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 52. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/21370>.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, memória e patrimônio cultural: fundamentos e sensibilizações da comunidade de Nova Palma (CPG e Museu Histórico)**. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural , UFSM, 2010.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UFP: Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

UFSM. Paleontólogos da UFSM apresentam o fóssil de um dos mais antigos dinossauros já descoberto. Acesso em novembro de 2023. Disponível em <https://www.ufsm.br/2019/11/11/pesquisadores-da-ufsm-e-usp-apresentam-o-dinossauro-predador-mais-completo-descoberto-no-brasil>.

Construir para contribuir: uma visão da história oral como método para a memória, patrimônio, identidade e a tragédia da Boate Kiss envolvendo o *Dark Tourism*

SOUZA, Shirley Nara Moreira
Doutoranda em História/ UFSM
shirley204512@gmail.com

Resumo: a História Oral como memória e o esquecimento acontecem porque acabamos sendo bombardeados todos os dias com inúmeras memórias a no quais são totalmente irrelevantes. Sendo assim, acabamos por selecionar estas informações para serem guardadas em nossa memória. Todavia a história oral é um fenômeno de compreensão social com o uso da memória, através dos métodos utilizados e importados das ciências sociais. Como forma de priorizar a história e a memória dos excluídos e esquecidos, pois a escrita transcreve e ao mesmo tempo consegue transmitir as situações, a dor, o sofrimento e o próprio testemunho. No decorrer dos anos a memória das tragédias permanece nos acontecimentos, é neste âmbito que as informações e a tecnologia, se tornam uma nova fonte de conhecimento e de informação. Trago na pesquisa a história da boate Kiss antes e depois do incêndio, e qual é a percepção e de como anda o desenvolvimento do espaço de memória das vítimas através do seu memorial. E qual a percepção do turismo como fonte de memória e pertencimento a este espaço. O turismo e a história embora sejam assuntos que tratam várias peculiaridades diferentes podem abranger uma infinidade de possibilidades no que diz respeito ao reconhecimento e preservação do patrimônio enquanto identidade cultural, fazendo com que diferentes gerações tenham conhecimento de sua historicidade, da cultura, do patrimônio da memória e do pertencimento. A metodologia do trabalho é qualitativa de cunho bibliográfico e exploratório.
Palavras-chave: Patrimônio; *Dark Tourism*; Memória.

Introdução

O termo *Dark Tourism*, de origem inglesa, foi mencionado pela primeira vez pelos autores MalcomFoley e John Lennon (1996) em artigo publicado em 1996, no “International Journal of Science of Heritage Studies”. Como afirma Russo:

{...} Sin embargo, El término “turismo negro” fue acuñado originalmente por Malcom Foley y John Lennon en un artículo “JFK y turismo negro”, publicado en un número especial de la Revista Internacional de Estudio sobre el Patrimonio (Foley et. al, 1996). Em el cual se discute la aparente fascinación turística sobre el asesinato del trigésimo quinto presidente de Estados Unidos John F. Kennedy em 1963. (Russo, 2018, p. 4)

São várias as possibilidades de nomear esse tipo de turismo, pois sua tradução não literal assume vários sentidos. Stone (2006) identificou as principais nomenclaturas: turismo macabro, turismo negro, turismo sombrio, turismo mórbido, turismo sinistro, turismo das trevas, dentre outros. Já o turismo cemiterial, subcategoria do *dark tourism*, está relacionado a locais sombrios, misteriosos e temidos; de acordo com Sharpley & Stone (2009), tendo como objetivo principal, introduzir e oferecer conhecimento e entretenimento, tornando visível esse patrimônio por vezes ignorado.

Contudo, Lennon e Foley (2000), na obra “*Dark Tourism: a tração da morte e do desastre*” descrevem o turismo sombrio como um subconjunto do turismo cultural e como algo distinto do turismo patrimonial. Bowman & Pezzullo (2010) destacam que o turismo sombrio é uma afirmação evidente de um fenômeno identificado na segunda metade do século XX, ou seja, o turismo sombrio é um produto da pós-modernidade.

Russo (2018), descreve em seu artigo que o turismo negro ou “*dark tourism*” é relacionado com os jogos de gladiadores na época romana, e com outros fatos como as peregrinações religiosas, as execuções públicas na era medieval, além de conflitos bélicos e outros fatos que compõe a história cultural da sociedade.

Foley e Lennon (1996) e Lennon e Foley (2000) conceituam o turismo negro como um fenômeno frequentemente ligado ao patrimônio. Nesse sentido, por exemplo, os produtos turísticos ligados a traumas coletivos e a tragédias são orientados para a educação e centrados na história, enquanto os produtos que não carregam esta carga relacionada ao trauma coletivo são orientados para o entretenimento e centrados no patrimônio. Sendo assim,

A existência de lugares vinculados à morte sofrimento e dor serve como objeto de pesquisas e análises principalmente nos campos da história, sociologia, antropologia e, especificamente, nos estudos tanatológicos, desde muito tempo. Contudo, na década de 1960, observa-se a existência da necrogeografia, estudos da morfologia dos cemitérios, que permite refletir sobre a realidade do mundo e ver a morte também como forma de paisagem cultural com configurações e características específicas. (Coelho-Costa, 2021, p. 21-22)

Para Stone (2013), o segmento turístico apresenta peculiaridades, tais como uma temática relacionada à ausência, à perda, à tragédia, ao melancólico, à morte, necessitando, portanto, uma proposta de intervenção do olhar diferenciada destes locais ou lugares de memória (como cemitérios, memoriais, locais vinculados a acontecimentos fúnebres, trágicos ou traumáticos); voltado para explorar o lado patrimonial (material e imaterial) desses bens, podendo assim proporcionar para além de um grande potencial econômico (geração de emprego e renda), a recuperação (manutenção e preservação) de espaços patrimoniais, dentro da atividade turística, desconsiderados e abandonados pelo poder público, privado e pela própria comunidade a ele relacionada. Podoshen et al. (2015, p. 325) afirma que “o turismo negro não deve ser visto simplesmente como um sistema homogêneo de significados e experiências coletivos, mas sim como uma práxis contingente à diversidade de experiências vividas e em conjunção com o trabalho afetivo e cognitivo cultural.

O presente artigo é uma singela demonstração de uma pesquisa futura, ou seja, é o início da construção da pesquisa de doutorado da autora. Através das ideias demonstradas neste escrito

e do diálogo a ser construído ao longo do tempo é que a pesquisa se tornará possível tendo em vista que a memória e a história oral se constituem de acontecimentos compartilhados.

Lugares de Memória: uma percepção para o *Dark Tourism*

Considerando os estudos do francês Pierre Nora (1993), que trabalha com o conceito de lugar de memória, e relacionando com as ideias elaboradas pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), que relata e fala a respeito de memória coletiva, além de outros historiadores como o alemão Andreas Huyssen, o historiador Michael Pollak (1989), e também das considerações de Enzo Traverso (2012), sobre a memória e a história, este estudo tem a intenção de explorar estes campos de conhecimento, sob a perspectiva do dark tourism e do turismo cemiterial.

Desta forma o foco principal é mostrar a história, a memória e a cultura contidas nos destinos de dark tourism e turismo cemiterial, oferecendo conhecimento e tornando visíveis patrimônios por vezes ignorados. Para bem compreender o que a memória e a história produzem, Pollak (1989) acredita que quem produz a história são os historiadores locais, os acadêmicos e os pesquisadores, já para Nora a modernidade resulta no declínio da experiência transmitida. Pois compara a história e a memória, através da experiência vivida, pontuando grandes mudanças e transformações nos processos históricos, destacando a memória com sua assistência. Desta forma se pergunta o que é cultura? É o que está na história, tudo que está registrado, que hoje ainda tem visão para a contemporaneidade. Neste sentido pode-se dizer que a memória é um enquadramento, ou seja, é mais uma forma de conteúdo para dar sentido e para diferenciar o que é verdade do que é do falso.

Nesse sentido, por exemplo, os produtos turísticos ligados a traumas coletivos e a tragédias são orientados para a educação e centrados na história, enquanto os produtos que não carregam esta carga relacionada ao trauma coletivo são orientados para o entretenimento e centrados no patrimônio. Halbwachs (1990), afirma que o espaço da memória coletiva faz com que possamos pensar e agir na ideia de que devemos fixar no espaço para cada momento para reconstruir lembranças.

História Oral: Memória, patrimônio, identidade e tragédia da Boate Kiss

A História Oral com memória e o esquecimento acontece porque acabamos sendo bombardeados todos os dias com inúmeras memórias nas quais são totalmente irrelevantes. Sendo assim acabamos por selecionar estas informações para serem guardadas em nossa memória. Todavia, a história oral é um fenômeno de compreensão social com o uso da memória,

através dos métodos utilizados e importados das ciências sociais. Como forma de priorizar a história e a memória dos excluídos e esquecidos, pois a escrita transcreve e ao mesmo tempo consegue transmitir as situações, a dor, o sofrimento e o próprio testemunho. Assim o pesquisador se entrelaça na memória individual ou coletiva, sejam elas orais, escritas ou visuais e na história para construir a pesquisa através desta fonte.

Nesse sentido, entendemos que a memória, material mais importante extraído nas fontes orais, é seletiva, plástica e constitutiva de identidade que, conforme Michel Pollak, opera nas escalas “tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”, (Oliveira, 2016, p. 25).

Em um debate entre compreender a pesquisa relacionado ao testemunho através da narrativa da visão de um espectador do acontecimento no âmbito da história oral, ou como foi produzido e como a filosofia aborda este tema. Abordam também a evolução das imagens destes testemunhos como o do Holocausto. O testemunho se torna uma representação em situar numa língua como se estivesse morta, se tornando uma fonte para o historiador. Deve –se cuidar ao relatar estes depoimentos, pois a memória de tragédia trona-se um depoimento direto, podendo não ser compreendido. Assim formando um acervo de depoimentos através da metodologia qualitativa de investigação, que ao longo da realização das entrevistas construção das perguntas se apropriadas e relacionadas ao tema se tornando um meio de conhecimento. “Um real traumático exposto pode não ser compreendido e, ainda, não ser aceito. A configuração discursiva pode aumentar a capacidade de preservar o teor do que foi vivido junto a memória do público” (Tiago, 2016, p. 32).

No decorrer dos anos a memória das tragédias permanece nos acontecimentos, é neste âmbito que as informações e a tecnologia, se tornam uma nova fonte de conhecimento e de informação. Antes de mais nada, quando falamos em perda, em tragédia, no melancólico, ou até na morte, logo associamos a dor, ao medo que estes assuntos proporcionam. Assim a minha pesquisa tem como objeto de continuar a minha dissertação no mestrado vinculando esses espaços de memória e patrimônio, com a história da cidade de Santa Maria. Através dos testemunhos. Onde a “CIDADE DA KISS”, não deixar passar, pois a história deve ser compreendida e não ficar no esquecimento. Como TIAGO, afirma em sua tese:

{...} A resposta, que seria possivelmente tida como entusiasmo ou reconhecimento, é recebida com ausência de reação e palidez quando digo: sou pesquisadora brasileira e pesquiso os testemunhos do Holocausto. Além da palidez, silêncio e, muitas vezes, uma delonga na fala, alguns concluem: tema difícil, corajosa você... Sim, a história está lá e não pode ser esquecida, mas ela é esmaecida e, talvez, quer se alocar no passado por seu povo, mas não o deixam. (Tiago, 2017, p.11).

Acredita-se que o tema importante para a cidade, e de como a população interpreta sua memória sobre a tragédia. A cidade se tornou um pedaço da história, assim como outros elos de grandes acontecimentos que marcaram o mundo, como o holocausto, os genocídios, o terrorismo e as demais tragédias, sendo natural ou causadas pelo homem e sua ambição. A cidade por si presenciou esta tragédia, mas por algum motivo a mesma quer esquecer. Portanto acredito que minha pesquisa é importante para trabalhar essa memória e este patrimônio para não cair no esquecimento.

[...] A Todos esses pequenos pedaços de história, que estão “inconscientemente” no presente, afetam aquele que não pertence ao local, que não viveu ali, mas tem olhar atento e marcado pela percepção histórica; o que, em contrapartida, para o alemão que experienciou tudo isso, tornou-se cotidiano. (Tiago, 2017, p.11).

Assim com um olhar diferenciado destes locais ou lugares de memória (como cemitérios, memoriais, museus e locais vinculados a acontecimentos fúnebres, trágicos ou traumáticos); voltado para explorar o lado patrimonial e histórico (material e imaterial) introduzo o *Dark tourism* neste contexto como uma forma de preservar o real no recriado, tais como a memória, identidade e pertencimento, tendo como objetivo principal, introduzir e oferecer conhecimento e entretenimento, tornando visível esse patrimônio por vezes ignorado, sendo o *dark tourism* “um turismo sombrio é uma afirmação evidente de um fenômeno identificado na segunda metade do XX, ou seja, o turismo sombrio é um produto da pós-modernidade” (Souza, 2021). Embora para alguns autores, eles acreditam e afirmam que o *dark tourism* e o turismo não iniciou-se tão tarde, mas sim desde o início dos tempo, como por exemplo argumentam que na Roma antiga já poderia haver este movimento, pela grande concentração do deslocamento de pessoas para assistir os jogos dos gladiadores no Coliseu. E se expandiu e ficando mais reconhecido na pós-modernidade (Souza, 2017).

[...] conceituam o turismo negro como um fenômeno frequentemente ligado ao patrimônio. Nesse sentido, por exemplo, os produtos turísticos ligados a traumas coletivos e a tragédias são orientados para a educação e centrados na história, enquanto os produtos que não carregam esta carga relacionada ao trauma coletivo são orientados para o entretenimento e centrados no patrimônio. (Souza, 2021).

Acredita-se que o turista vê estes atrativos turísticos como uma reflexão da história, através do segmento do *dark tourism* que traz o anseio de que determinados acontecimentos do passado sejam como fonte de história e da memória que ali os transmitem. Aqui entra o incêndio da boate de Cromañon, na Argentina, no dia 30 de dezembro de 2004, onde matou 194 pessoas, além de trazer exemplos de tragédias que foram esquecidas e que só são lembradas quando outra acontece. Ainda neste capítulo a história da construção e do desenvolvimento da cidade

Santa Maria e a atualidade da cidade e como é a percepção atual da cidade após a tragédia da Kiss, e de que forma a população trata a memória da tragédia.

{...} Esse sistema de sensibilidade se conecta com essas formas de condução de experiência e suas determinações mediante horizontes de expectativas a partir de uma atitude histórica posterior a um evento de vieses únicos e grandiosos, como foi o Holocausto. Posto isso, ao situar essas novas estratégias de elaboração do passado por Frankl, Kertész e Pahor, quero precisar que essa escrita é especial, pois ela não se engendra de uma perda da identidade, mas sim do encontro. Todos conseguem visualizar que o que perderam no campo foi a cultura, um modo de vida — isso porque enfrentaram o horror de reagirem como coisas à política nazista dos campos — mas não suas identidades. (Tiago, 2017, p. 95)

É preciso compreender a história da boate Kiss antes e depois do incêndio, e qual é a percepção e de como anda o desenvolvimento do espaço de memória das vítimas através do seu memorial. E qual a percepção do turismo como fonte de memória e pertencimento a este espaço.

[...] A existência de lugares vinculados à morte sofrimento e dor serve como objeto de pesquisas e análises principalmente nos campos da história, sociologia, antropologia e, especificamente, nos estudos tanatológicos, desde muito tempo. Contudo, na década de 1960, observa-se a existência da necrogeografia, estudos da morfologia dos cemitérios, que permite refletir sobre a realidade do mundo e ver a morte também como forma de paisagem cultural com configurações e características específicas. (Souza, 2021, *apud*. Coelho-Costa, 2021, p. 21-22)

A relação de lugares que trazem consigo a relação com a morte existe para que a memória seja reativada, revista, revisitada ao longo do tempo e das gerações para que o trauma ocorrido não caia no esquecimento. Muitas vezes lugares que carregam consigo tristeza e saudade acabam se tornando espaços turísticos necessários a preservação da história. No âmbito do que vem sendo dito, embora ainda exista muita dor, tristeza e questionamentos que pairam sob a cidade de Santa Maria e principalmente sob os restos da Boate Kiss, dos sobreviventes e dos familiares das vítimas é preciso lembrar que todo processo de visita, diálogo e menções acerca do ocorrido são de extrema importância para que não haja o esquecimento e que para que daqui muitos anos ainda se saiba reconhecer e respeitar esse e tantos outros espaços de memória.

Considerações finais

No decorrer dos anos o turismo cresce constantemente, é neste âmbito que as informações e a tecnologia, se tornam uma nova fonte de conhecimento para proporcionar algo novo e diferente para aqueles turistas que buscam novas experiências. Nesse caso, as novas experiências podem ser encontradas em cemitérios e lugares onde aconteceram tragédias tendo

em vista a curiosidade e a necessidade de conhecer e reconhecer os lugares que fazem parte da história de um povo.

O *Dark Tourism* surge na sociedade como novo segmento do turismo, gerando uma perspectiva sombria, voltado para visitas a lugares que remetem a dor, sofrimento e a morte. Através disso, é importante salientar que embora esses locais sejam vistos como lugares de tristeza é preciso reconhecer o outro lado desses espaços, ou seja, o lado da história que precisa ser reconhecida e valorizada como instrumento de preservação do patrimônio de uma cidade.

Deste modo é importante compartilhar as informações encontradas desta nova temática, para que a população de Santa Maria e região compreenda os conceitos do *dark tourism* e suas subcategorias, já que este segmento se torna um novo nicho no mercado turístico cuja as perspectivas se torna promissor na contemporaneidade.

Os patrimônios encontrados neste segmento, gera um interesse na preservação da memória, da história, deste modo essa atividade turística pode surgir espontaneamente ou pode ser planejada cuidadosamente para reproduzir o real e/ou recriado, através dos fatos de relevância histórica de cada cidade. Em suma o *dark tourism* levou a prática deste turismo em espaços cemiteriais em várias regiões do Brasil, a partir da década de 1990, onde esses espaços eram marginalizados social e economicamente transformando-os como novos atrativos turísticos para as cidades.

Vale ressaltar a importância de que futuramente possam surgir mais pesquisas sobre o *dark tourism* e o turismo cemiterial na região ou no Brasil, analisando o contexto e o conceito sobre o tema pesquisado, através da valorização das atividades turísticas como diferencial em destinos turísticos com a necessidade de compreender e entender quais as vantagens da demanda e da oferta para cada cidade. E assim oferecendo novas experiências a esses turistas.

Referências

COELHO-COSTA, Ewerton Reubens; NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. **O POTENCIAL DO CENTRO DE TURISMO DO CEARÁ (EMCETUR) PARA O DARK TOURISM: ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA**. T&H, 2021

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 1990.

LENNON, J. J.; FOLEY, M. (2000). **Dark tourism**. Cengage Learning EMEA.
OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: O fazer-se docente entre História, Trabalho e Precarização na SEE-SP**. 2016.

PODOSHEN, J. S., VENKATESH, V., WALLIN, J., ANDRZEJEWSKI, S. A., & JIN, Z. (2015). Dystopiandark tourism: An exploratory examination. *Tourism Management [Turismo sombrio distópico: uma pesquisa exploratória. Gerência de Turismo]*, 51, 316– 328

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SOUZA, Shirley Nara Moreira de. **Dark Tourism e turismo cemiterial em Santa Maria: possibilidades?** Trabalho de conclusão de Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (CCSH/UFSM). Santa Maria, RS: 2017,

SOUZA, Shirley Nara Moreira de. **Elaboração de roteiro turístico envolvendo o Dark Tourism e turismo cemiterial em Santa Maria/RS**. Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural (CCSH/UFSM). Santa Maria, RS: 2021.

STONE, P. A dark tourism spectrum: towards a typology of death and macabre relates tourist sites, attractions and exhibitions. [**Um espectro de turismo sombrio: em direção a uma tipologia de morte e macabra, relacionada à locais turísticos, atrações e exposições.**] *Tourism*, v. 54, n. 2, p. 145-160, 2006.

TIAGO, Daniele Maia et al. **Estratégias narrativas nos testemunhos de Kertész, Pahor e Frankl**: memória, elaboração do passado e temporalidade. 2017.

O papel da alimentação na *Revista do Globo* (Rio Grande do Sul, 1929-1967)

OLIVEIRA, Adriana Sassi de
Doutoranda do PPGH (UFSM), Mestra em Ensino de História (UFSM)
sassi.adri@gmail.com

Resumo: O presente estudo integra a pesquisa de tese em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História e a linha de pesquisa Memória e Patrimônio, da Universidade Federal de Santa Maria, e objetiva analisar o papel da alimentação na *Revista do Globo* (1929-1967), as relações de comensalidade, convivialidade e sociabilidade alimentar, as permanências, rupturas e reconfigurações promovidas pelos alimentos para compreender as relações sociais e culturais provocadas pela comida. O contexto temporal demarcado neste estudo compreende os anos de 1929 a 1967, período de circulação da *Revista do Globo*, pontuados por transformações provenientes da modernização urbana e das inovações tecnológicas, científicas e conceituais que se mostraram refletidas nos alimentos e nos dispositivos alimentares. As leituras promovidas pela alimentação são examinadas nos diversos conteúdos informativos, nas imagens e nos anúncios publicitários presentes no periódico, revelando lugares de memória, refletindo códigos sociais e marcadores identitários, servindo de referências a grupos e indivíduos, bem como perfis de condutas e comportamentos frente aos alimentos. Os resultados da pesquisa têm indicado diversas narrativas espelhadas nos alimentos, possibilitando através das leituras e das interpretações o reavivamento da memória e a reativação do passado, ambos favorecendo as relações de comparações e análises entre o contexto investigado, entre o presente e o pretérito, e entre comida e vida social, contribuindo para a valorização do patrimônio por meio desta construção, sobretudo a *Revista do Globo*.
Palavras-chave: Alimentação; Revista do Globo; Patrimônio.

Introdução

Este texto convida a refletirmos sobre os múltiplos papéis assumidos pela alimentação divulgados na *Revista do Globo* (1929-1967), intentando promover a percepção das transformações, permanências e rupturas promovidas por ela e espelhadas na sociedade sul-rio-grandense, consumidora de suas informações.

Investiga a partir dos conteúdos informativos, das imagens e dos anúncios publicitários exibidos no periódico as diversas abordagens relativas aos alimentos e à comensalidade, a fim de perceber como e de que forma a alimentação e todos os dispositivos a ela vinculados foram apresentados no espaço editorial da *Revista do Globo*, objetivando examinar os parâmetros de comensalidade, consumo e sociabilidade alimentar, bem como o seu espelhamento, sobretudo ao público leitor sul-rio-grandense, consumidor de suas informações, a fim de interpretar e analisar as relações sociais e culturais promovidas pelos alimentos no contexto investigado.

Observa-se no alimento um importante vetor para o entendimento e a valorização da própria história, percebido enquanto patrimônio cultural, referência de identidade de grupos e etnias, de pertencimento e reavivamento da memória. Da mesma forma, ressaltamos a

importância da *Revista do Globo*¹⁷⁷ como fonte e ferramenta de pesquisa, pois trata-se de um veículo informativo de referência no Rio Grande do Sul. Em quase quatro décadas de existência conseguiu reunir em seu acervo uma variedade de temas como política, literatura, culinária, moda, beleza, artes, cinema, informes e anúncios variados que se identificavam com o leitor, ocupando um significativo espaço na vida social do povo gaúcho.

Sua relevância foi também observada na leitura da página eletrônica do *Delfos: Espaço de Documentação e Memória Cultural* (PUC-RS), a qual relaciona a importância da história da *Revista do Globo* com a própria história do Rio Grande do Sul, indicando que, atualmente, “constitui, portanto, uma das fontes mais ricas para reconhecimento e estudo dos traços característicos do Rio Grande do Sul, em meados do século XX”.¹⁷⁸

É inegável a importância desta fonte de estudo para a sociedade gaúcha, por *ser e conter* um patrimônio de grandeza histórico-memorial, refletindo modelo de referência. Torna-se inspirador trabalhar com ela, sobretudo por ter sido tão pouco explorada e ainda muito a oferecer, permitindo interpretar e rememorar eventos, entrelaçar informações do presente a partir do reavivamento do passado, possibilitando que a reativação destes diferentes conteúdos informativos proporcionem a percepção da dinâmica social no período investigado, valorizando a memória e o patrimônio, bem como presentificando o passado através da representação cognitiva deste, pois o estudo da alimentação e da comensalidade dos sujeitos históricos favorecem esta possibilidade de reavivamento e reconstrução, sendo parâmetro de identidade, pertencimento e (re)conhecimento da história.

Na tentativa de analisar as relações estabelecidas entre memória e identidade, assim como lembranças e esquecimentos, Joël Candau (2019) nos leva a refletir a respeito da importância de estimular e resgatar a memória da sociedade historicamente, como construção social de lembranças. Tais considerações tornam-se peças essenciais no processo de compreensão e construção do conhecimento histórico, cujo objetivo é revelar, a partir do levantamento de dados na *Revista do Globo*, informações que ainda nela não foram extraídas, a fim de contribuir com a sociedade e com a comunidade científica.

As abordagens relativas à alimentação estão presentes nos conteúdos textuais, refletidos nas reportagens, em notas e manchetes, revelando distintas informações, entre elas os valores nutricionais dos alimentos; a importância de uma dieta saudável e equilibrada; informes sobre escolas de economia doméstica e arte culinária; cerimônias e banquetes festivos; seções

¹⁷⁷ A *Revista do Globo* foi criada em 1929 e circulou até 1967. Seu acervo é composto por 943 edições.

¹⁷⁸ Fonte: Disponível em <http://www.pucrs.br/delfos/?p=globo>. Acesso em: 25 jul. 2020.

culinárias; preocupações acerca do encarecimento dos alimentos e problemas relacionados a desabastecimentos. Entre os conteúdos imagéticos presentes no periódico destacam-se as fotografias, caricaturas, charges, tirinhas de humor e os anúncios publicitários. Da mesma forma que os conteúdos textuais, os recursos visuais também foram utilizados como ferramentas de aportes para alcançar seus verdadeiros propósitos junto ao público leitor.

Nesta perspectiva, este ensaio intenta promover a leitura da representação da alimentação, figurada em exemplos de espelhamentos apresentados na *Revista do Globo* (1929-1967), sublinhando a identificação do alimento enquanto marcador identitário, assumindo o propósito de atender os objetivos elencados.

O alimento como marcador identitário

As manchetes relacionadas aos alimentos e gêneros alimentícios sempre estiveram presentes na *Revista do Globo* (1929-1967), muitas delas vinculadas a amplas ou pontuais reportagens, enquanto outras encontravam-se associadas aos anúncios publicitários ou aos diferentes conteúdos informativos. Estes recursos informativos foram utilizados como meio de exibir ao público leitor as mais distintas notícias, sejam elas anunciando novidades, acompanhadas pelo processo de modernização e de urbanização das cidades, mas também revelando preocupações, contextualizando as reconfigurações alimentares, divulgando e/ou enaltecendo os alimentos enquanto símbolos de identidade e afirmação social.

Vale considerar que o contexto investigado compreende um período de avanços tecnológicos, validado com a introdução de eletrodomésticos e utensílios culinários, bem como a propagação dos produtos enlatados e as novas formas de produzir e confeccionar os alimentos, refletidos nos diferentes informes presentes na Revista e consumidas pelo público leitor.

Busca-se analisar as funções desempenhadas pelos alimentos enquanto marcadores identitários, dando destaque para a carne, em especial a bovina; a uva e a erva-mate; espelhados respectivamente, no churrasco, no vinho e no chimarrão. A razão pela escolha desta tríade alimentar se deu pelo fato de estarem presentes em todos os decênios examinados no periódico, refletindo elos identitários e configurações simbólicas, auxiliando no processo de compreensão da dinâmica social do contexto analisado.

- O churrasco

A carne, sobretudo a bovina, foi intensamente referenciada na *Revista do Globo*, ganhando o status de alimento básico e fundamental do povo sul-rio-grandense. Sua apreciação e consagração foi manifestada através do churrasco (assado), identificado como prato culinário

típico do povo gaúcho, expressando identidade, pertencimento e afirmação social, símbolo alimentar da região sul do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul, atuando como um importante marcador identitário.

As preocupações relacionadas ao consumo da carne e do churrasco estiveram presentes em todos os decênios analisados, divulgados em pequenas notas que noticiavam o crescente aumento deste alimento ou nos momentos de carestia, sobretudo durante o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), revelando preocupações relativas a escassez do alimento e a possibilidade de afetar os hábitos alimentares do povo gaúcho.

Esta observação foi verificada em um pequeno informe, no final da década de 1920, expondo a preocupação em mantê-la no cardápio alimentar do povo gaúcho, diante do seu elevado custo, manifestada no excerto: “Que não lhe tirem o direito ao churrasco se quiserem preservar a varonilidade da estirpe”.¹⁷⁹ Observamos que além do valor simbólico, o churrasco também se destacava como comida de festa, servindo de elo para agregar, fortalecer e reafirmar a identidade sul-rio-grandense, representado como prato característico da culinária local.

Neste sentido, Maria Eunice Maciel (1996), ao analisar o churrasco enquanto prato típico do Rio Grande do Sul e vinculado ao povo gaúcho, estabelece e define uma relação de identidade entre o alimento e o grupo a ele inserido, refletindo elementos culturais que são utilizados como marcadores identitários, entre eles estão as formas de organização grupal e a sociabilidade, o ritual de comensalidade, os modos e aspectos de demarcar pertencimento, “servindo como ‘cartão de visitas culinário’, associado à figura do gaúcho e regionalmente, o prato preferencial para ocasiões especiais” (Maciel, 1996, p. 38).

Com o propósito de aclarar esta referência, selecionamos dois exemplos espelhados no churrasco e divulgados na *Revista do Globo*, considerando que ambos contribuíram para fortalecer a identidade culinária ligada ao gaúcho, servindo como forma de afirmação e diferenciação social.

O primeiro deles, trata de uma reportagem intitulada “O Churrasco ao Botafogo”,¹⁸⁰ divulgando a primeira exibição do Botafogo Futebol Clube, clube de futebol do Rio de Janeiro, a se apresentar no Rio Grande do Sul. O conteúdo exibiu informes e imagens relativas às partidas e os resultados deste Clube, que durante sua incursão no estado gaúcho, realizou três partidas. A primeira contra o Sport Club Internacional, a segunda contra o Grêmio Futebol Porto Alegrense e a terceira partida contra um time formado por jogadores da dupla Gre-Nal. O

¹⁷⁹ *Revista do Globo*, n. 13, p. 4, 13/07/1929.

¹⁸⁰ *Revista do Globo*, n. 65, p. 22-26, 04/07/1931.

encerramento do evento contou com um churrasco promovido pelos anfitriões a seus convivas, demonstrando hospitalidade através da culinária sul-rio-grandense e a figuração do alimento – o churrasco, identificado como comida de gaúcho, servindo de código social, identificando indivíduos a grupos e reafirmando a identidade e o pertencimento dos anfitriões. Neste caso, vale considerar, em conformidade com Maciel (1996, p. 38) que “oferecer um churrasco em alguma ocasião especial implica em mostrar prosperidade servindo assim como um marcador social”.

O outro exemplo, observado na *Revista do Globo* e espelhado no churrasco, exibiu uma reportagem noticiando um evento realizado no Centro Gaúcho de São Paulo, no hipódromo da Mooca, intitulada “Uma churrascada em São Paulo”.¹⁸¹ A churrascada foi oferecida a seus sócios, no dia 14 de julho de 1930, com a participação de um público superior a 700 pessoas, que reunidas demonstraram comungar de semelhantes sentimentos proporcionados tanto pela culinária (churrasco e chimarrão), quanto pelas canções entoadas em melodias típicas do Rio Grande do Sul, ambos dispositivos desempenharam funções aproximativas, despertando o saudosismo, pertencimento, fortalecimento da identidade, bem como a valorização dos costumes e das tradições, promovendo o elo do povo gaúcho – que se encontrava fora do Rio Grande do Sul – com a cultura sul-rio-grandense, favorecendo a recriação de lugares de memória, valorizando e fortalecendo a memória social. Neste sentido, é válido considerar que, “o ato de memória que se manifesta no apelo à tradição consiste em expor, inventando se necessário, ‘um pedaço de passado moldado às medidas do presente’ de tal maneira que possa se tornar uma peça do jogo identitário” (Candau, 2019, p. 122).

Convém sublinharmos que o alimento, enquanto patrimônio cultural, expressa a identidade de uma sociedade ou de grupos humanos e assume um caráter simbólico quando cumpre uma função identificadora. Deste modo, observa-se que,

El patrimonio, entonces, remite a símbolos y representaciones, a los ‘lugares de la memoria’, es decir, a la identidad. Desde este punto de vista el patrimonio posee un valor étnico y simbólico, pues constituye la expresión de la identidad de un Pueblo, sus formas de vida. (Arévalo, 2004, p. 929).

Nota-se que estes elos aproximativos configuram uma herança coletiva que representa a continuidade cultural, fornecendo informações da sociedade e do seu passado, colaborando no reavivamento da memória, na formação e valoração da identidade, revelando à ligação dos indivíduos, com suas raízes. Este autor, além de considerar que os agrupamentos humanos têm

¹⁸¹ *Revista do Globo*, n. 38, p. 20-21, 24/07/1930.

nas tradições um caráter de completude, acrescenta que estas estão no presente por absorverem heranças do passado, sendo este configurado e atualizado por aquele.

Neste panorama, Maciel (2005) indica que as cozinhas (pratos) regionais servem como marcadores de identidade, assim como o gosto e o paladar, por apresentarem diferenças locais e regionais, servindo também para sinalizar e afirmar a identidade dos sujeitos e/ou grupos, porque “o que é colocado no prato serve para nutrir o corpo, mas também sinaliza um pertencimento, servindo como um código de reconhecimento social” (Maciel, 2005, p. 54).

Observamos nesta consideração a relação do simbólico com o identitário, enquanto parâmetro de referência, fortalecimento e pertencimento social. Os exemplos pontuados fortalecessem a concepção de que a culinária, enquanto patrimônio cultural, é capaz de estimular e reavivar a memória da sociedade historicamente, sendo uma referência de identidade, transmissão e valorização das tradições. Em ambos os exemplos, o churrasco, enquanto signo identitário, refletiu a valorização da cultura e da tradição sul-rio-grandense.

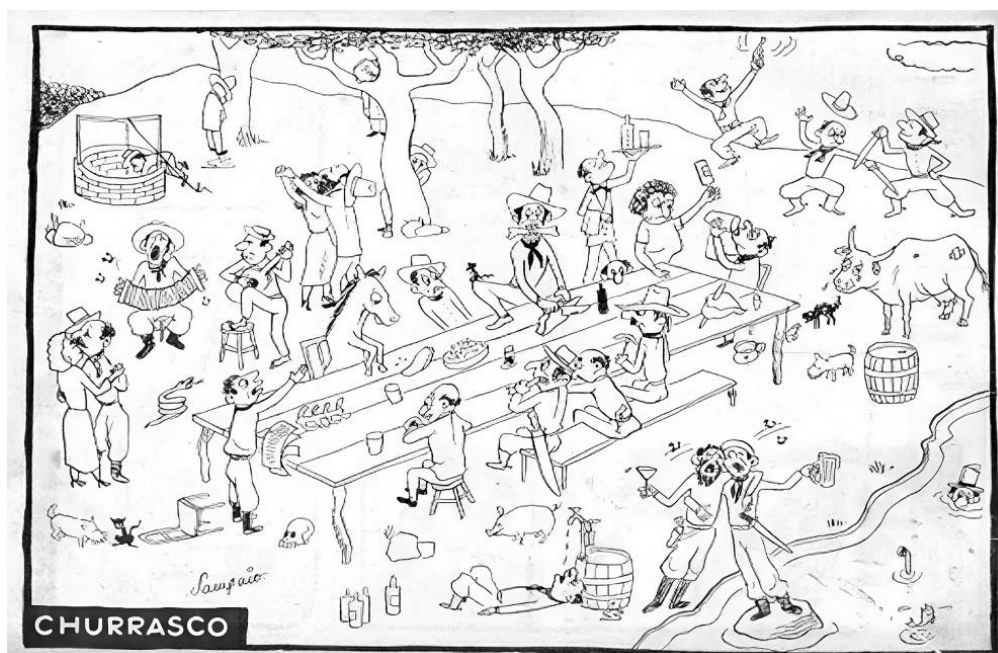
Em conjuntura diferente, a inquietação publicada no final da década de 1920, relativa à manutenção da carne bovina na dieta alimentar do povo gaúcho retornou às manchetes da *Revista do Globo*, sendo novamente revelada durante o contexto da Segunda Guerra. No ano de 1943, o periódico divulgou um cardápio alimentar sugestivo em tempos de guerra, suprimindo o consumo do alimento. Da mesma forma, naquele mesmo cenário, constatamos frequentes informes divulgando a carestia do produto, fato que resultou, entre outros desajustes, no aumento de preço, racionamento e desabastecimento deste comestível.

Entre os informes e exposições reconfiguradas sugerindo alterações na dieta alimentar, sobretudo minimizando o consumo da carne bovina, destacamos a reportagem de Antônio Carlos Ribeiro, intitulada “A sopa: último alimento da gente pobre”,¹⁸² publicada em junho de 1944, apontando o contexto da Segunda Guerra como reflexo para a elevação no preço da carne, do pão e de outros produtos indispensáveis. O texto informa que a carne estava desaparecendo dos cardápios, afetando e reduzindo os encontros dominicais envoltos pelo rito do churrasco, cerimônia representativa e simbólica da sociedade sul-rio-grandense, mas que ‘por sorte’ o aperitivo amargo do gaúcho, a saber o chimarrão, ainda estava conseguindo se manter, frente à crise inflacionária e recessiva vivenciada naquele cenário. No entanto, a carne suculenta, saboreada nos assados, era tida como artigo de luxo e seu gosto ainda poderia ser percebido na sopa, através dos ossos nela adicionado.

¹⁸² *Revista do Globo*, n. 365, p. 42-43 e 66, 24/06/1944.

É possível interpretar este cenário, que se prolongou ao longo da década de 1940, através da leitura de uma charge publicada naquele contexto, conforme revela figura 1:

Figura 1 – Charge sobre o Churrasco.



Fonte: Revista do Globo, n. 475, p. 7, 22/01/1949.

A leitura imagética permite-nos observar um encontro de pessoas, cuja celebração deveria ser proporcionada pela ritualização, apreciação e o consumo do churrasco. No entanto, o menos evidente na charge é justamente o seu objeto de provocação, refletido na ausência do churrasco – não há carne, nem fogo, nem espetos e muito menos o assado – considerado no título o carro chefe da cerimônia. Entre a sanfona e a viola, gravitavam algumas pessoas que demonstravam sobriedade, aproveitando o evento para dançar, tocar e cantar; enquanto outras bebiam, brigavam e brincavam. Nenhuma das 28 figuras retratadas na imagem, estava preparando ou consumindo o churrasco. Esta provocação refletiu a angústia vivenciada naquele período, marcado pela escassez e pelo encarecimento da carne bovina, revelando preocupações com a limitada ou a ausência no consumo do churrasco pelo povo sul-rio-grandense e a possibilidade de sofrer alterações que pudessem refletir na sociabilidade, comensalidade e, sobretudo, na sua própria identidade cultural culinária.

Entre as alternativas divulgadas que propuseram alterações nos cardápios, encontramos sugestões para o consumo de verduras e legumes, com o cultivo da horta da vitória.¹⁸³ Já no

¹⁸³ A campanha da “horta da vitória” foi uma iniciativa de cultivo familiar aos próprios vegetais, criada durante o contexto da Segunda Guerra, a fim de evitar a falta de alimentos. *Revista do Globo*, n. 373, p. 40-41, 21/10/1944.

final da década de 1950, o periódico divulgou receitas fazendo uso de pombos, patos, perdizes e marrecos. E, em meados de 1960, publicou a sugestão de um assado vegetariano.

As receitas de assado vegetariano sugeriam além da utilização de verduras e legumes, também ovos, pão e batatas como ingredientes substitutivos à carne. De acordo com o periódico, tais indicativos não conseguiram entusiasmar o povo gaúcho. Entretanto, outras alternativas foram apresentadas em suas receitas, indicando cardápios com carne ovina, vísceras da carne bovina, risoto de fígado, guisado de rim, entre outras que não tiveram tanto destaque.

Nos primeiros anos da década de 1950, foram intensos os informes problematizando esta temática, em especial os últimos meses do ano de 1952. Em novembro do ano seguinte, a *Revista do Globo* apresentou uma reportagem sobre o consumo da carne equina, intitulada “Vamos comer carne de cavalo?”,¹⁸⁴ de Justino Martins, correspondente do periódico na Europa, trazendo na matéria a apreciação deste consumo pelos franceses. É válido observar que à França sempre foi espelhada na Revista como modelo de referência gastronômica. A reportagem revelou imagens de açougues franceses, enaltecendo a exuberância de suas vitrinas, sendo comparadas a dos armazéns parisienses. O conteúdo informativo apontou as múltiplas opções dos franceses por esta preferência, dentre elas o preço e o alto valor nutritivo do alimento.

Observamos no teor da reportagem, uma tentativa de propagandear o consumo da carne equina, como alternativa de consumo frente ao período de escassez da carne bovina. Acredita-se que o teor informativo da notícia ganhou repercussão entre o público leitor da *Revista do Globo*, a ponto de três anos após sua exibição,¹⁸⁵ a redação do periódico exibir, em sua primeira página, um texto pontuando as razões pelo não aceite da carne equina pela sociedade gaúcha. Dentre elas, o fator cultural; isto é, que o paladar do povo gaúcho não estaria habituado a tal consumo. Um outro elemento estaria ligado ao próprio sentimento de pertencimento e apreço ao animal. Estes indicativos eram tão considerados pelo povo sul-rio-grandense, a ponto de o redator do texto sublinhar que o gaúcho não aceitava aquele substituto para o churrasco. Deste modo, foi possível perceber que nem a diferença de preços entre as carnes, nem o sabor anunciado naquele produto, foram capazes de influenciar a sugestão de alteração naquele comestível. O autor finalizou, observando que se um dia a carne de cavalo for consumida pela sociedade gaúcha (a não ser em caso extremo), seria como se o povo sul-rio-grandense estivesse consumindo os próprios sentimentos, seus bens de amor e apreço: a mulher, a terra e o cavalo.

¹⁸⁴ *Revista do Globo*, n. 599, p. 58, 59 e 35, 14/11/1953.

¹⁸⁵ No fascículo n. 667, p. 1, de 30/06/1956, Limeira Tejo, redator-chefe da *Revista do Globo*, indicou em sua crônica, intitulada: “Carne de Cavalo”, algumas razões para as rejeições ao consumo da carne equina.

Estas leituras permitiram-nos perceber uma rejeição à possibilidade de substituição da carne bovina pela equina, estando a repulsa associada principalmente aos valores culturais e identitários.

Verificamos que a retração nos hábitos alimentares atrelados a diminuição ou a ausência no consumo da carne bovina foram mais constantes durante o contexto da Segunda Guerra, se estendendo até a década de 1960. De acordo com o periódico, o consumo deste comestível era esporádico em razão do seu elevado preço e do aumento no custo de vida da população, motivos que resultaram na diminuição dos churrascos dominicais, alterando o hábito, o consumo e a simbologia alimentar do povo gaúcho.

Acrescenta-se que esta retração também afetou a organização grupal, a ritualização em torno do preparo do churrasco, a sociabilidade e a comensalidade, pois segundo Maciel (1996, p.36) “o ‘fazer um churrasco’ obedece códigos, normas e comportamentos previstos, aceitos e reconhecidos por todos, [...] implicam em relações sociais e expressam valores e julgamentos, o que leva a pensá-lo como um *ritual de comensalidade e partilha*”.

De acordo com este conjunto de informações, observamos que a carne bovina, protagonizada no churrasco gaúcho, figurou em todos os decênios divulgados no periódico, tanto com teor de preocupações relacionados aos períodos de escassez deste comestível, quanto como modelo de referência à culinária gaúcha, enquanto símbolo e patrimônio cultural, como expressão de afirmação social, pertencimento e identidade do povo sul-rio-grandense.

- O Vinho

O vinho, proveniente das vinhas, foi retratado como bebida típica, referência a uma cultura culinária imigrante já solidificada na sociedade sul-rio-grandense; isto é, aos italianos e seus descendentes. Conquistou projeção e foi frequentemente divulgado nos anúncios publicitários, nas manchetes relacionadas as festividades ligadas à uva e ao vinho, mantendo seus benefícios nutricionais sempre ressaltados. Vale considerar que a bebida, antes mesmo da chegada dos imigrantes italianos, no Rio Grande do Sul, já era consumida e apreciada nos primeiros anos de vida da atual capital gaúcha, sendo introduzida nesta sociedade pelas comunidades açorianas, ainda no contexto do povoamento de Porto Alegre e arredores. Isto quer dizer que a apreciação e a valorização do vinho datam de um período que antecede a presença do imigrante italiano, porém a divulgação, propagação e intensificação, enquanto referência ao preparo e consumo da bebida, estão ligadas a eles.

Observamos na *Revista do Globo*, a divulgação e os registros sobre a Festa da Uva e do Vinho, festividade realizada anualmente no município gaúcho de Caxias do Sul.¹⁸⁶ O periódico descreveu a sua importância, não apenas como um dos eventos mais memoráveis do Rio Grande do Sul, mas também coroados a abundância das colheitas e a excelência dos produtos oferecidos. É válido destacar que esta fartura foi atribuída:

Ao colono italiano, arrancado do solo nativo, há cinco decênios [...]. Coube, no seio do Rio Grande, que o acolhia, a região mais áspera do Estado. [...]. Região inútil a pecuária, para o gaúcho não valia a aspa de um boi. Entretanto, o colono devastou-a. Derrubou o pinheiro, dominou o mato, espantou o bugre e a fera. Depois, amou-a, no penacho branco da fumaça dos lares, nos trigais que alouraram as encostas, nos vinhedos que escorrem dos morros. (*Revista do Globo*, n. 80, p. 18, 13/02/1932).

Observa-se no informe o vínculo entre o cultivo e a produção das vinhas aos imigrantes italianos instalados no Rio Grande do Sul. Constatação apurada e examinada durante todo o contexto investigado. Estes dados estão nos textos e nas imagens, presentes na *Revista do Globo*, entre eles “A Festa da Uva”. Da mesma forma, exibiu a excelência do vinho produzido na zona colonial gaúcha, destacando os municípios com maior desempenho nesta produção; do Rio Grande do Sul ser o maior produtor de vinho do Brasil; manchetes revelando perdas de grandes safras, levando o pequeno produtor a engajar-se em sistemas cooperativos, dando origem às cooperativas vinícolas na região; ou ainda diferenciando o trabalho do colono ao do cantineiro, assim como da uva ao vinho.

Ao longo do período investigado constatamos outros informes, entre eles dicas para o consumo de vinhos adequados para cada tipo de refeição, de como servi-los e também a preocupação em manter a qualidade do produto produzido no Rio Grande do Sul, sinalizada com a ideia, e mais tarde com a concretização, de uma Escola de Viticultura e Enologia, em solo gaúcho, voltada para aprimorá-lo, com técnicas apuradas que favorecessem sua excelência, formando *expert* no fabrico da bebida.

Observa-se a relação do alimento com o simbólico, constituindo-se como demarcador identitário, utilizado por grupos – neste caso, o imigrante italiano e seus descendentes – como sinal de distinção e afirmação social, servindo como estratégia de memória, através da valorização de uma cultura alimentar a eles identificada. Também exhibe padrões e conduta de comportamentos, regras e preocupações sociais ligadas a convivialidade e a comensalidade,

¹⁸⁶ A história da Festa da Uva nasceu de uma pequena exposição, realizada no ano de 1931, na cidade gaúcha de Caxias do Sul, com mostras de variedades de uvas europeias que estavam sendo cultivadas no Rio Grande do Sul. Informe presente na *Revista do Globo*, n. 892, p. 2, 13/02/1965.

muitas delas espelhadas na gastronomia francesa, considerada parâmetro de refinamento, etiqueta e referencial culinário, frequentemente divulgadas no periódico.

Nota-se que os informes, relativos à uva e ao vinho, no Rio Grande do Sul, estiveram bastante alinhados à cultura e à colonização italiana, espelhando simbolismo, identidade, afirmação e reconhecimento social, presentes e demarcados na sociedade sul-rio-grandense. Neste caso, a bebida corresponde a um código social, vinculando indivíduos a grupos, valorizada e exaltada na memória social – individual e coletiva, refletindo pertencimento e identidade. Nota-se que a codificação destes valores identitários permitem uma aproximação do grupo, neles reconhecidos, aos demais sujeitos que se sentem por eles representados, seja participando e valorizando os eventos festivos que valorizam o alimento e a bebida, como a Festa da Uva e do Vinho, em Caxias do Sul; apreciando os lugares e espaços que proporcionam a degustação destes alimentos e promovem o turismo gastronômico, como os Caminhos de Pedra e a Rota do Vinho, no município de Bento Gonçalves; e/ou visitar as cidades turísticas de Gramado e Canela, apreciando o clima da serra gaúcha e percebendo a áurea em torno destes espaços que permitem associá-lo ao consumo de um vinho.

Verificamos que o periódico exalta a vinho gaúcho e vincula-o aos colonizadores italianos e seus descendentes. Esta relação se mantém preservada através do fortalecimento dos caracteres que os identificam, muitas vezes figurados nos eventos, nas comemorações festivas e no turismo gastronômico, identificando a região de colonização aos elementos presentes na culinária do imigrante italiano, entre eles o apreço ao vinho.

- O chimarrão

O chimarrão, proveniente da erva-mate, foi e é identificado como bebida característica do povo sul-rio-grandense. Sua apresentação na *Revista do Globo* se deu através de textos e imagens, algumas delas vinculadas aos anúncios publicitários. Os conteúdos revelam diferentes sujeitos, dos mais distintos grupos sociais e faixas etárias consumindo a bebida, traduzindo e exaltando elos de identidade através de seu consumo, servindo de código social. As leituras imagéticas permitem-nos perceber o acréscimo de outros elementos associados ao chimarrão, contribuindo para somar e fortalecer os valores identitários expressos através da linguagem visual. Além da cuia e da bomba, nas quais o mate ou chimarrão encontra-se representado, estão a chaleira, a bombacha, o lenço, o chapéu, o cavalo, entres outros objetos que contribuem para demonstrar a relação de ruralidade que se soma à figura do gaúcho.

Na tentativa de ampliar as discussões exibidas no periódico, inicialmente buscamos promover uma recuperação histórica acerca da erva-mate e do consumo do chimarrão no Rio

Grande do Sul. Encontramos em Maciel (2022) o indicativo de ser uma bebida de origem indígena, pertencente ao povo guarani, consumida inicialmente a partir da infusão das folhas do arbusto da erva-mate, denominada por eles de *caáí* (*caá*, designando árvore e *i*, água). A autora indica que o nome *Ilex paraguayensis*, foi batizado por Auguste de Saint-Hilaire, quando em viagem ao Rio Grande do Sul, no século XIX. Observa que os espanhóis foram os primeiros colonizadores a consumi-la, propagando seu consumo e difundindo sua produção. Além disso, José Humberto Boguszewski (2007) reforça esta premissa, acrescentando que eles foram os pioneiros, quando do contato com os povos aborígenes pertencentes à civilização Inca, na região andina, e que o termo “mate” provém do *matti*, expressão inca quíchua, significando cuia e/ou porongo.

Ambos os autores destacam que a bebida foi considerada perigosa e chegou a ser proibida pela Igreja Católica, acusada de provocar prejuízos à saúde, vícios, maus costumes e desencadear efeitos afrodisíacos, porém tal impedimento teve curta duração. Ao final, foram os próprios padres jesuítas, na região das Missões, os responsáveis pelo aperfeiçoamento no cultivo e produção, em larga escala, da erva-mate.

De acordo com Maciel (2022), Saint-Hilaire em sua incursão pelo Rio Grande do Sul, observou a intensidade no consumo da bebida, no atual estado gaúcho, sendo ela apreciada inúmeras vezes ao dia e sempre ofertada aos viajantes, considerou que este fato deveria estar relacionado “aos hábitos carnívoros da população local, pois sendo digestivo e diurético facilitaria a digestão da carne” (Maciel, 2022, p. 3).

É válido sublinhar, ainda no tocante ao percurso histórico da bebida, que tanto Boguszewski (2007), quanto Maciel (2022) expõem a forma de consumo e ritualização em torno da bebida, sobretudo para aqueles que não a conhecessem, indicando que:

O chimarrão, tradicionalmente, é tomado quente e para ser preparado necessita de uma cuia, uma chaleira e uma bomba. Atualmente, a chaleira viu-se preterida pela garrafa térmica, mais prática. A infusão da erva é sugada através da bomba, [...]. Embora se possa matear, ou seja, beber o mate, sozinho ou com mais uma ou duas pessoas, é em reuniões maiores que se dá a forma mais tradicional de comensalidade neste caso. Nestas ocasiões, algumas normas de “etiqueta” devem ser observadas, o que serve para reforçar o sentimento de solidariedade e identidade entre os participantes e, ao mesmo tempo, denunciar os de fora. Numa roda de chimarrão, o cevador (aquele que faz o mate) é sempre o primeiro a beber, e como todos os demais, já que o contrário seria interpretado como falta de educação, deve sorver o mate até esgotá-lo e fazer a “cua roncar”, quando então tornará a enchê-la com água quente e a repassará àquele que estiver à sua direita, que ao terminar deve devolvê-la ao cevador que novamente irá completá-la e repassá-la, assim sucessivamente até o final. (Boguszewski, 2007, p. 22-23).

Verificamos que esta prática denota convenções criadas pelos indivíduos, que buscam no rito de apreciação à bebida, quando na coletividade, uma aproximação com o outro, demonstrando gentileza e revelando uma manifestação cultural e identitária. Observa-se que é na roda de chimarrão que se promove a sociabilidade, capaz de proporcionar elos, quando da participação dos indivíduos nela inseridos, pois ao compartilham da mesma cuia, bomba, roda, conversas, histórias, comungam entre si valores afetivos, culturais e simbólicos, que vão além daquilo que é absorvido ao ingerir o chimarrão.

Pontua-se que o mate ou chimarrão é um dispositivo que serve de marcador de identidade, porém ele não é um sinalizador de diferenciação social, pois está inserido em diversas “rodas”, sendo consumido por diferentes sujeitos, pertencentes a grupos sociais, econômicos e culturais distintos.

Os primeiros registros divulgados na *Revista do Globo* sobre a erva-mate e seus usos, datam ao início da década de 1930. O periódico evidenciou o chimarrão enquanto bebida típica do povo gaúcho, vinculando-o à própria identidade sul-rio-grandense. Estas constatações foram verificadas nos textos, nas imagens e nas publicidades que relacionavam o hábito e a ligação dos sujeitos com a bebida, principalmente como meio de reconhecimento e afirmação, espelhando um marcador identitário. Da mesma forma que refletiu a sociabilidade e a comensalidade.

O consumo, a forma de preparo e os ritos em torno do chimarrão praticamente mantiveram-se constantes com o tempo. Embora sua referência possua uma relação de identidade ligada a ruralidade e ao homem do campo, atualmente ela adquire espaços diferenciados e outras projeções de consumo, estando presente em diferentes rodas de chimarrão, sejam elas nas estâncias; nos parques e praças das cidades, na beira do mar; em torno do fogão à lenha; na calçada da residência ou em espaços fechados.

Sublinhamos algumas adaptações a elementos vinculados ao chimarrão, podendo se refletir na cuia, na bomba e até mesmo na maleta (também chamada mateira) onde o mate pode ser transportado. Podemos encontrar nestes utensílios signos identitários que remetem a figura do gaúcho, como o emblema do brasão do Rio Grande do Sul, permitindo aos gaúchos “se reconhecer e serem reconhecidos pelo porte do chimarrão e/ou desta maleta. Neste caso, trata-se não apenas de manter um hábito, mas de assinalar um pertencimento” (Maciel 2022, p. 14).

Neste sentido, sublinhamos que

No processo de construção, afirmação e reconstrução de identidades sociais, a comida se transforma em um marcador identitário, apropriado e utilizados pelo grupo como um sinal diacrítico, um símbolo de uma identidade reivindicada. Através do chimarrão pode-se ver que seu significado vai além: ele implica em pertencimentos [...], implica

em rituais, partilhas, reforço de laços sociais, enfim, uma forma de contato e comunicação entre as pessoas. Implica em um encontro com o outro que se dá de uma forma íntima, partilhada. Assim, ainda que seja um marcador de identidade, ficar apenas neste aspecto é não perceber a riqueza de uma manifestação social tão eloquente quanto a deste caso, do chimarrão. (Maciel, 2022, p. 14-15).

Resultados e conclusões

Verificamos, tanto nos textos quanto nas imagens analisadas, os múltiplos papéis assumidos pela alimentação na *Revista do Globo*, servindo como dispositivos de lembranças, reavivamento da memória, revelados como referência de identidade alimentar a grupos e indivíduos, bem como figurando como modelamento para conceitos e perfis de conduta e comportamentos frente aos alimentos. A comida e a bebida constituem vetores de manifestação cultural e simbólica, e cumprem a função de espelhar a proximidade e a hospitalidade entre os sujeitos, promovendo a convivialidade, a comensalidade e a sociabilidade alimentar.

Além da possibilidade de aproximação com o passado, os modelos alimentares apresentados exibiram heranças culturais identitárias, refletindo gostos, hábitos, costumes, comportamentos, padrões e formas de consumo, permitindo perceber as relações de similitudes e variações no binômio passado-presente. Apesar de verificarmos, em certos contextos, alterações nas suas formas de consumo, não observamos o mesmo nas formas de preparo, não sendo estas impactadas pelos avanços tecnológicos percebidos no período investigado.

Deste modo, a tríade alimentar analisada constitui exemplos de marcadores identitários, revestidos de valores simbólicos, espelhados nos diferentes dispositivos alimentares e consagrados na cultura alimentar gaúcha. Eles contribuem para favorecer a concepção da comida e da bebida como agentes de construção social e comunicação identitária, alimentados pelo reavivamento da memória, seja ela individual ou coletiva, possibilitando apreciar os lugares de memória e até mesmo recriá-los, preservando as lembranças e a cultura, bem como valorizando o patrimônio, enquanto signo de presentificação das “Histórias”.

Referências

ARÉVALO, Javier Marcos. La tradición, el patrimonio y la identidad. **Revista de Estudios Extremeño**. VI. 60, nº 3, 2004, p. 925-956.

BOGUSZEWSKI, Jose Humberto. **Uma história cultural da erva-mate**: o alimento e suas representações. Dissertação. 2007. Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba, 2007.

CANDAU Joël. **Memória e Identidade**. 1. ed. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade**: uma história de alimentos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CONTRERAS, Jesus; GRACIA, Mabel. Alimentação, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. 8. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

MACIEL, Maria Eunice. Churrasco à Gaúcha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 2, n. 4, p. 34-48, jan./jun. 1996

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, n. 33, jan/jun. 2004.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI A.M.; GARCIA, R.W. (Org.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à gaúcha. In: BRUM, Ceres; MACIEL, Maria Eunice; OLIVEN, Ruben G. (Orgs.). **Expressões da Cultura Gaúcha**. Santa Maria: UFSM, 2010.

MACIEL, Maria Eunice. Chimarrão: Identidade, Ritual e Sociabilidade. **Farinha e Rapadura**. [S. l.]: Yba Instituto, 2022, 2 v., 1ª ed., p. 5-15. Disponível em: <https://www.farinhaerapadura.com.br/docs/FARINHA-E-RAPADURA-E1-V2.pdf>. Acesso em 30 março 2023.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 9-91, 1997.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2013.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p. 175-222.

REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1929-1967, Quinzenal.

ZANETI, Tainá B. A Cozinha Gaúcha: um resgate dos sabores e saberes da Gastronomia do Rio Grande do Sul. **Ágora**, Revista de História e Geografia, Santa Cruz do Sul, v. 18, p. 28-42, jan/jun. 2016.

O município de Ivorá em torno de Alberto Pasqualini para a construção de sua memória

BRITTO, Augusto César Luiz

Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria

augusto.britto@ufsm.br

Resumo: A primeira administração da Prefeitura Municipal de Ivorá/RS, imediatamente após se emancipar de Júlio de Castilhos em 1988, empreendeu ações com a finalidade de forjar uma identidade para o novo município. Essas ações foram concebidas com o propósito de difundir a trajetória profissional e ideológica de Alberto Pasqualini, ex-senador da República, cujo nascimento em 1901 ocorreu na localidade. Tal empreendimento objetivava o desenvolvimento da cidade pelo viés da cultura. As ações do órgão municipal tinham como intuito instigar uma consciência na comunidade local acerca da importância histórica de Alberto Pasqualini. O objetivo era estimular a apropriação de suas ideias, trajetória política e legado, gerando, assim, um vínculo representativo com o político. O então Prefeito de Ivorá, Irineo Mariotti, um entusiasta de Alberto Pasqualini, incorporou nas correspondências oficiais a frase: "Ivorá, berço de Alberto Pasqualini". Subsequentemente, foi constituída a "Comissão Pró-resgate da Memória de Alberto Pasqualini". Essa comissão justificou sua criação com base na ideia de que Alberto Pasqualini constituía o "mais legítimo patrimônio de Ivorá" (Ivorá, 1991). O primeiro passo da comissão foi a promoção da "I Semana Cultural de Ivorá", ocorrida de 22 a 28 de setembro de 1991, com o tema central "O resgate da Memória do Senador Alberto Pasqualini". Suzana Pasqualini, a viúva do ex-senador, após receber o Prefeito Irineo Mariotti em sua residência no Rio de Janeiro/RJ, se convenceu das boas intenções da Prefeitura em deter a custódia do acervo de seu esposo, e o doou durante os eventos da Semana Cultural. Esse acervo se configura como um patrimônio que diferencia Ivorá das demais cidades situadas na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, atraindo tanto pesquisadores acadêmicos como admiradores da doutrina trabalhista. Outra iniciativa realizada consistiu na contratação voluntária da professora Bernadete Dal Molin e da museóloga Miriam Avruch para a organização do acervo e a curadoria da exposição na Casa Alberto Pasqualini. A arquiteta Ediolanda Liedke foi engajada para conceber o "Complexo Cultural Alberto Pasqualini", destinado a abrigar os acervos arquivístico, bibliotecário e museológico do ex-senador. Ademais, o município dedica uma praça, o Prédio da Prefeitura e a Câmara de Vereadores ao nome de "Alberto Pasqualini". Evidencia-se, portanto, uma intenção deliberada de edificar uma memória em torno do mencionado político, com a finalidade de impelir a assimilação e a identificação da população local, harmonizando-se com os propósitos de desenvolvimento municipal delineados pela Administração.

Palavras-chave: Alberto Pasqualini; Arquivo Pessoal; Patrimônio Documental.

Introdução

Os processos de construção da memória atendem aos anseios contemporâneos daqueles envolvidos em sua consolidação. Estes consistem na busca no passado por fatos, testemunhos e, por vezes, mitos, culminando em um discurso memorial coeso que tem a capacidade de unificar lacunas e reconciliar versões divergentes dos eventos, conforme defendido por Catroga (2015). No contexto do município de Ivorá, durante seus primeiros anos de emancipação, observou-se a realização de ações pelo poder executivo e a sociedade civil, com o objetivo de

forjar uma memória local. Essa iniciativa baseou-se na biografia e no legado de Alberto Pasqualini, nativo do local nascido em 1901 e residente até 1909.

A memória concebida, elaborada e difundida pelas primeiras administrações municipais de Ivorá tinha como propósito estabelecer uma identidade compartilhada entre os habitantes do novo município. Esse esforço visava corroborar a legitimidade do processo de emancipação e, a partir dessa fundamentação, conceber o desenvolvimento municipal sob a ótica da cultura. A escolha de Alberto Pasqualini como figura central se justifica pela proximidade dos primeiros prefeitos com a personalidade política e/ou a ideologia trabalhista prevalente no período entre 1945 e 1964.

Este artigo se propõe a apresentar o processo de elaboração da memória do município de Ivorá em torno de Alberto Pasqualini, com o objetivo final de reconhecê-lo como patrimônio e atribuir-lhe uma função social.

E edificação de Alberto Pasqualini como elementos de memória para o município de Ivorá/RS

Em abril de 1988, foi conduzido um plebiscito para a emancipação de Ivorá, então um distrito do município de Júlio de Castilhos/RS, resultando na aprovação do pleito. Em 09 de maio do mesmo ano, a criação do novo município foi oficializada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul à época, Pedro Simon, por meio da lei estadual nº 8.597/88. A primeira eleição municipal ocorreu em novembro desse ano, e o Sr. Irineo Mariotti (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) foi eleito prefeito, tendo o Sr. Onildo Sartori (Partido Democrático Social - PDS) como vice.

Os desafios iniciais da gestão municipal (1989-1992) centraram-se na formulação do desenvolvimento de Ivorá, e um dos enfoques adotados foi o viés cultural. Irineo Mariotti, entusiasta de Alberto Pasqualini, político ativo nas décadas de 1930 a 1950, notório como principal teórico do trabalhismo brasileiro e defensor das reformas de base e do monopólio estatal da extração de petróleo em território nacional, e considerava-o como a personalidade mais ilustre nascida na localidade. A biografia, ideologia e legado de Alberto Pasqualini foram selecionados pela Prefeitura Municipal de Ivorá como elementos para a construção de uma memória local, objetivando não apenas homenagear o político trabalhista, mas também direcionar ações que contribuíssem para o progresso de Ivorá.

Dentre as primeiras medidas implementadas pela administração de Irineo Mariotti, destaca-se a inclusão da frase "Berço de Alberto Pasqualini" nos documentos oficiais da Prefeitura, juntamente com o brasão municipal ou no escatocolo do documento. Na entrada da

cidade, foi instalada uma placa de boas-vindas, contendo a mesma frase presente nos documentos, acompanhada de uma representação gráfica da residência onde Alberto Pasqualini nasceu e viveu (ver imagem 1).

Imagem 1 - Placa da entrada do município de Ivorá



Fonte: Acervo pessoal do autor.

No entanto, as iniciativas foram intensificadas três anos mais tarde por meio do "Projeto pró-resgate da memória do Senador Alberto Pasqualini"¹⁸⁷, aprovado em agosto de 1991. O referido projeto visava ser uma proposta de ação cultural com participação comunitária, proporcionando à própria comunidade local a oportunidade de criar uma identidade com a personalidade homenageada e seu legado. Isso resultaria, por conseguinte, no compartilhamento de uma memória coletiva na sociedade Ivorense.

Posteriormente, foi constituída uma comissão municipal encarregada de implementar os objetivos delineados pelo projeto, conforme estabelecido pelo decreto municipal nº 135/1991. Irineo Mariotti argumentou na época que a composição da comissão deveria abranger membros de todos os partidos com representação na Câmara de Vereadores de Ivorá, bem como indivíduos com notável conhecimento sobre Alberto Pasqualini. Isso se justificava pelo entendimento de que essa personalidade deveria ser considerada um "patrimônio" municipal, dissociado de representações ideológicas e partidárias (Bellinaso, 1993).

A primeira fase do projeto contemplou a realização da "1ª Semana Cultural de Ivorá", cujo tema foi "O resgate da memória do Senador Alberto Pasqualini", ocorrida no período de 22 a 28 de setembro de 1991. Embora a semana cultural perdure até os dias atuais, o enfoque

¹⁸⁷ O referido projeto será citado como projeto base para fins de simplificação do texto.

central em Alberto Pasqualini como tema principal persistiu apenas até a sua quinta edição em 1995 (ver imagem 2), ressurgindo posteriormente em 2001 por ocasião do centenário de nascimento do homenageado.

Imagem 2 - V Semana Cultural de Ivorá- Alberto Pasqualini



Fonte: Prefeitura Municipal de Ivorá

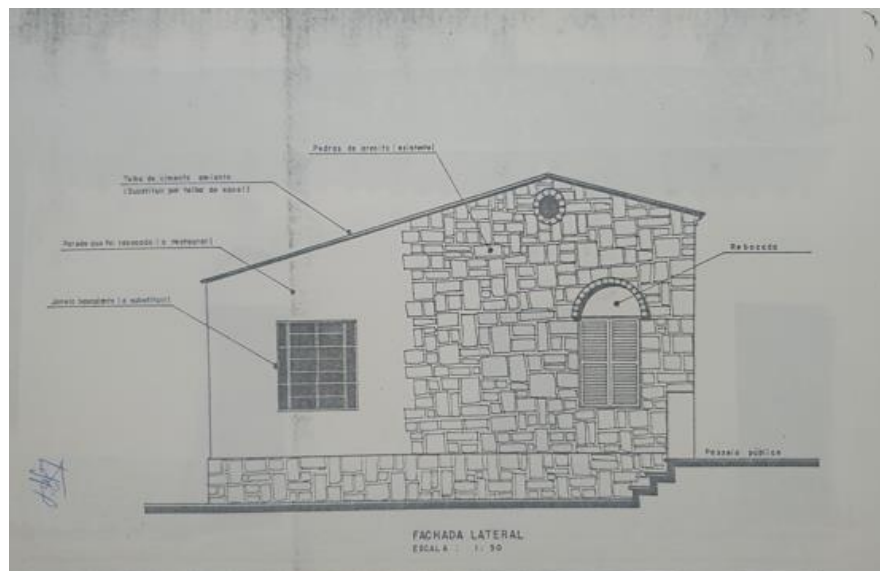
A partir da Semana Cultural de 1991, os objetivos específicos do projeto começaram a se desenvolver. O primeiro desses objetivos, num total de sete na primeira etapa do projeto¹⁸⁸, estava relacionado à preservação da casa onde nasceu e viveu Alberto Pasqualini. O projeto almejava conferir ao imóvel, construído em 1896, com dimensões de 75,62 m², situado na rua Garibaldi s/nº, o status de patrimônio histórico-cultural, sob a chancela do Estado do Rio Grande do Sul. A cerimônia de tombamento do imóvel, oficializada pela portaria nº 20/91 da Secretaria de Cultura do RS, foi uma das atrações da primeira Semana Cultural e contou com a presença de Carmen Carucci, representante da Secretária de Cultura do RS, Mila Cauduro, e da esposa de Alberto Pasqualini, Suzana Pasqualini.

A desapropriação do imóvel e a compensação no valor de Cr\$ 40.000.000,00 aos proprietários, Edemar José Felin e Dorilda Ernestina Marchesan Felin, ocorreram em decorrência do decreto estadual nº 35092/94, que declarou o imóvel de utilidade pública. A efetivação da aquisição do imóvel pelo Estado do RS ocorreu apenas em 1996. Em 1998, o

¹⁸⁸ O projeto previa duas etapas de execução. A primeira era voltada a ações culturais e a segunda a obras de implementação e ambas tinham como objetivo de identificar o município de Ivorá como o “Berço Histórico do célebre pensador Alberto Pasqualini”.

município obteve a concessão de uso da Casa de Alberto Pasqualini do Estado, após a celebração de um convênio entre ambas as partes, cujo propósito era o repasse de R\$ 30.000,00 como recurso financeiro para a restauração do imóvel (ver imagem 3). O projeto de recuperação da Casa de Alberto Pasqualini foi elaborado pelos Professores Caryl Lopes e Siomara Müller do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSM.

Imagem 3 - Projeto de restauração da Casa Alberto Pasqualini



Fonte: Prefeitura Municipal de Ivorá

A Casa Alberto Pasqualini foi inaugurada durante a Semana Cultural de Ivorá em 1999, alcançando, assim, o primeiro objetivo específico do projeto. Simultaneamente, foi oficialmente aberto o acesso público ao acervo patrimonial de Alberto Pasqualini. Este acervo incluía móveis provenientes do apartamento de Alberto Pasqualini no Rio de Janeiro e objetos pessoais que se tornaram peças museológicas expostas na Casa Alberto Pasqualini (ver imagem 4), juntamente com seus documentos pessoais e livros, que ficaram sob a custódia da Prefeitura Municipal.

Imagem 4- Exposição do acervo patrimonial de Alberto Pasqualini



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A transferência do acervo patrimonial representava outro objetivo específico do projeto original. Inicialmente, os acervos arquivístico, biblioteconômico e museológico foram cedidos ao Estado do Rio Grande do Sul por meio da assinatura, em 2 de abril de 1990, do Protocolo de Intenções (Rio Grande do Sul, 1990). Este ato formalizou a doação entre Suzana Pasqualini, Pedro Simon (Governador do Estado) e Carlos Jorge Appel (Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Cultural do Rio Grande do Sul). Em 1991, Suzana Pasqualini contratou a empresa "Walter A. Cunha Livraria" para realizar uma análise do acervo de seu esposo, avaliado em U\$ 185 mil dólares.

A doação do acervo para o município de Ivorá foi efetivada graças às iniciativas do Prefeito Irineo Mariotti. Ele viajou ao Rio de Janeiro para se reunir com Suzana Pasqualini (ver imagem 5), onde apresentou o projeto elaborado pela Prefeitura. Irineo Mariotti persuadiu Suzana Pasqualini a visitar Ivorá e participar da I Semana Cultural do município. Durante o evento, Suzana Pasqualini comprometeu-se a doar o acervo para o município, contando com o apoio do Governador Alceu Collares. Em uma sessão solene em sua homenagem e ao Governador do Estado, ela declarou que estar em Ivorá "era como voltar a um lugar conhecido, onde sinto a presença de Alberto Pasqualini, mas, acima de tudo, saber que esta terra deu ao Brasil uma de suas figuras mais ilustres, inteligentes e serenas" (1993, p. 316). Nessa ocasião, Suzana Pasqualini recebeu o título de cidadã Ivorense, sendo agraciada com uma placa em homenagem.

Imagem 5- Reunião do Prefeito Irineo Mariotti com Suzana Pasqualini no Rio de Janeiro.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ivorá.

Suzana Pasqualini faleceu em 1993, deixando a custódia do acervo aos cuidados de Moema Martins Ferreira e Thomaz Osório Thompson Flores. Em 1999, estes autorizaram a transferência do acervo patrimonial do Rio de Janeiro para Ivorá. A Prefeitura, por sua vez, formalizou a recepção do acervo por meio da Lei municipal nº 409/1999 (Ivorá, 1999).

A chegada do acervo patrimonial coincidiu com o período de reforma da Casa Alberto Pasqualini, permitindo a montagem da exposição a tempo da inauguração da Casa como Museu. Durante sua segunda gestão (1997-2000), o Prefeito Irineo Mariotti contratou a museóloga Mirian Avruch e a professora Bernadete Dal Molin para elaborar e executar o Projeto de Implantação da Casa de Alberto Pasqualini, cujo lançamento ocorreu em 1999.

A exposição abordava aspectos da vida pessoal de Alberto Pasqualini por meio de seus móveis e objetos pessoais, enquanto a sua trajetória política era narrada por documentos e legendas explicativas distribuídas pela casa. Na ocasião, também foram lançados o catálogo da exposição e o selo municipal contendo a imagem da Casa Alberto Pasqualini (ver imagem 6).

Imagem 6 - Catálogo da Casa Alberto Pasqualini e Selo Comemorativo de Ivorá



Fonte: Prefeitura Municipal de Ivorá.

A cerimônia de abertura da Casa Alberto Pasqualini contou com a presença de Francisco Braga, representante da Refinaria Alberto Pasqualini/Petrobrás, que descerrou a placa inaugural ao lado do Prefeito Irineu Mariotti. Na ocasião, crianças vestidas como Alberto Pasqualini (Pasqualinhos) recepcionavam os visitantes.

O acervo arquivístico e biblioteconômico foram inicialmente armazenados em caixas de mercado (papelão) em um espaço reservado na Biblioteca Municipal. Na gestão do Prefeito Fernando Marin (Partido dos Trabalhadores – PT, gestão 2005-2008), esses acervos foram transferidos para uma sala na Secretaria de Educação, onde foram cobertos por uma lona para proteção contra goteiras no telhado da Biblioteca Municipal.

Durante sua gestão, Fernando Marin contratou novamente Mirian Avruch e Bernadete Dal Molin para desenvolver o Projeto “Complexo Cultural Alberto Pasqualini”. O projeto contemplava áreas destinadas à custódia do acervo, sala de reserva técnica, espaço para exposições e palestras, alojamentos para pesquisadores e uma área comercial para lanches. A planta do complexo foi elaborada e assinada pela arquiteta Ediolanda Liedke.

A Prefeitura cedeu um terreno para a construção do Complexo, porém, enfrentou dificuldades na captação de recursos. Após contatos com Senadores, Deputados Federais e Estaduais, obteve verbas do Senador Paulo Paim (PT) no valor de 180 mil reais. No entanto, a obra, orçada em 2 milhões de reais, não recebeu autorização do Ministério da Cultura para o início, e o recurso precisou ser devolvido.

A persistência ao longo dos anos para a implementação do Projeto do Complexo Cultural Alberto Pasqualini resultou na estagnação do acervo arquivístico e biblioteconômico em caixas de papelão por duas décadas, impedindo o acesso às suas informações. Somente em 2019, vinte anos após a chegada do acervo a Ivorá, é que o acervo arquivístico recebeu o tratamento adequado. O Prefeito Ademir Binotto (Partido Progressista - PP, gestão 2017-2020) estabeleceu uma parceria com os professores Augusto Britto (Arquivologia/UFSM) e Maria Medianeira Padoin (História/UFSM) para a organização e difusão do acervo. O projeto implementou ações de identificação dos tipos documentais, higienização, arranjo e ordenação, digitalização e descrição documental.

O catálogo do acervo, produzido como resultado da descrição documental, encontra-se em fase de revisão e está programado para ser lançado no primeiro semestre de 2024, juntamente com os representantes digitais resultantes do processo de digitalização. O projeto envolveu a participação de alunos do Curso de Arquivologia da UFSM, alunos do ensino médio de Ivorá e membros da sociedade Ivorense. No entanto, o acervo biblioteconômico ainda permanece armazenado em caixas de papelão.

Embora o objetivo de buscar a concessão da guarda do acervo patrimonial de Alberto Pasqualini tenha sido alcançado em 1999, o acesso da sociedade a ele ocorreu de maneira parcial. Enquanto as peças de museu estão disponíveis na Casa Alberto Pasqualini, os documentos arquivísticos exigiram vinte anos para serem tratados, e seu acesso integral ocorrerá somente em 2024 (vinte e cinco anos após sua chegada ao município). Os livros, por sua vez, ainda não têm previsão de liberação de acesso. A Casa Alberto Pasqualini, apesar da reforma realizada em 1999, posteriormente não recebeu manutenção para fins de preservação, explicando seu péssimo estado de conservação atual. A custódia do acervo está programada para ser transferida da Prefeitura para um dos módulos do futuro complexo cultural do município, que será construído em 2024.

Um outro objetivo do Projeto original foi resgatar e divulgar a biografia completa da vida e obra de Alberto Pasqualini, através da compilação de um acervo bibliográfico relativo às obras de sua autoria ou referentes a ele. Para realizar esse empreendimento, foi solicitado a Humberto Didonet, jornalista do município, que realizasse a pesquisa em diferentes bibliotecas e arquivos. Ele enviou à comissão um relatório das obras encontradas na Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Também citou a obra de Milton Dutra de 1986, intitulada "O trabalhismo de Pasqualini".

Outra ação realizada foi a promoção de palestras com indivíduos que possuíssem notório conhecimento sobre a vida e obra de Alberto Pasqualini, conforme estabelecido como um dos objetivos específicos do projeto original. Na primeira Semana Cultural de 1991, foram convidados Joaquim José Felizardo (historiador), Tarcísio Moro, Airton Rodrigues, Joel Abílio Santos (historiador e professor da UFSM), Humberto Zanatta e Tabajara Gaúcho da Costa (Reitor da UFSM). Em 1992, o convidado para palestrar na segunda semana cultural foi Humberto Didonet (jornalista). Durante a terceira semana cultural realizada em 1993, Caio Riela (Deputado Estadual do Rio Grande do Sul) lançou o livro “Pasqualini: vida e obra”.

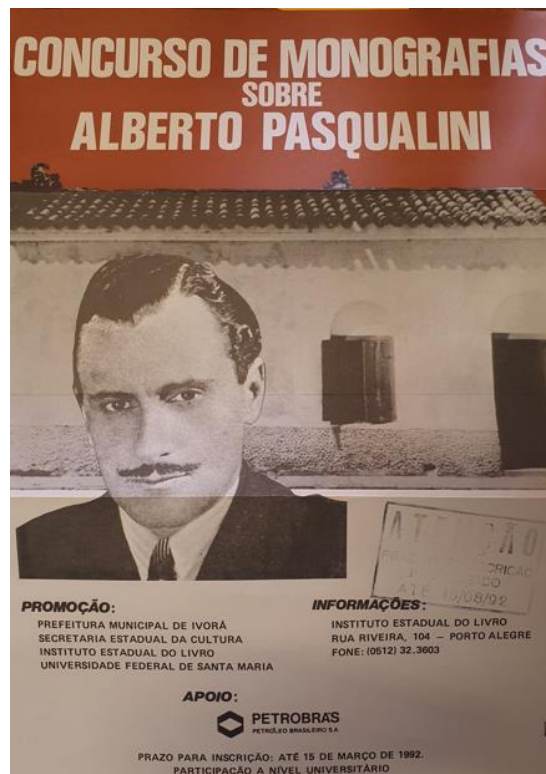
No ano seguinte, durante a quarta semana cultural, foi lançada uma nova edição do livro “Bases e sugestões para uma política social”, publicada por Alberto Pasqualini em 1948. Os herdeiros de Suzana Pasqualini, Moema Martins Ferreira e Thomaz Osório Thompson Flores, concederam os direitos autorais, possibilitando à Prefeitura Municipal, em parceria com a UFSM, reeditar a obra. Em 1995, o Senador Pedro Simon foi o convidado para palestrar na quinta semana cultural. Uma nova palestra sobre Alberto Pasqualini ocorreu apenas em 2001, por ocasião do seu centenário de nascimento, durante a décima primeira semana cultural. Os palestrantes foram Sérgio Zambiasi (Presidente da Assembleia Legislativa do RS), João Luiz Vargas (Deputado Estadual do RS), Pedro Ruas (Vereador de Porto Alegre), Carlos Cardinal (ex-Secretário da Agricultura do RS), Frederico Antunes (Deputado Estadual do RS), Luiz Carlos Heinze (Deputado Federal pelo RS), Pratini de Moraes (Ministro da Agricultura), Pedro Simon (Senador pelo RS) e Emília Fernandes (Senadora pelo RS).

Este objetivo foi atingido nos primeiros anos do município e durante o centenário de Alberto Pasqualini. No entanto, após esse período, as palestras foram diminuindo até cessarem. Observa-se que os palestrantes, em sua maioria, foram políticos que, apesar de pertencerem a partidos políticos diversificados, possuíam alguma relação com o homenageado ou se consideravam herdeiros do trabalhismo do período entre 1945 e 1964. Os títulos das palestras não foram especificados aqui, pois pouco variavam, limitando-se a termos como “vida”, “obra”, “pensamento” e/ou “ideologia” de Alberto Pasqualini.

Um objetivo específico do projeto original que demandou grande atenção entre os membros da comissão foi o lançamento de um concurso de monografias em nível estadual sobre a vida e obra de Alberto Pasqualini (ver imagem 7). O concurso foi anunciado na primeira semana cultural do município em 1991 e lançado na Casa Mário Quintana em Porto Alegre no mês seguinte. Realizado em conjunto pela Prefeitura Municipal de Ivorá, Universidade Federal de Santa Maria e Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul, o concurso visava incentivar

trabalhos acadêmicos sobre Alberto Pasqualini, propiciando assim o resgate e a divulgação de sua vida e obra.

Imagem 7 - Concurso de monografias sobre Alberto Pasqualini



Fonte: Prefeitura Municipal de Ivorá.

A Refinaria Alberto Pasqualini apoiou o concurso ao disponibilizar Cr\$ 8.000.000,00 para a confecção de cartazes e premiação. Os valores dos prêmios para os vencedores foram estabelecidos em Cr\$ 3.000.000,00 para o primeiro lugar, Cr\$ 2.000.000,00 para o segundo lugar e Cr\$ 1.000.000,00 para o terceiro lugar. A comissão julgadora foi composta pelos seguintes professores da UFSM: Tarcísio Anacleto Moro, Joel Abílio dos Santos e Selvino Antônio Malfatti.

O resultado do concurso foi divulgado durante a segunda semana cultural de Ivorá em 1992. A comissão decidiu não premiar nenhum candidato em primeiro lugar devido à qualidade dos trabalhos. Entretanto, nos documentos do arquivo da Prefeitura, não constam os nomes dos vencedores e demais candidatos. O último objetivo específico do Projeto base seria uma consequência dos demais, buscando a promoção do turismo histórico-cultural em Ivorá.

O projeto original também contemplava uma segunda etapa destinada à implementação e realização de quatro obras principais com o objetivo de identificar o município de Ivorá como o "Berço histórico de Alberto Pasqualini".

A primeira obra prevista era a restauração da Casa onde nasceu e viveu Alberto Pasqualini, sendo uma consequência direta do ato de tombamento, desapropriação e preservação. A restauração dessa obra ocorreu em 1999, com recursos provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, conforme detalhado anteriormente.

Duas obras planejadas para a segunda etapa estavam entrelaçadas em sua execução: a urbanização da Praça Central de Ivorá e a construção do Memorial Alberto Pasqualini. A Praça Central de Ivorá já havia recebido o nome de Alberto Pasqualini antes mesmo da emancipação do município. Em 1978, o vereador Augusto Zanella, representante do então Distrito de Ivorá na Câmara de Vereadores de Júlio de Castilhos, propôs o projeto de lei municipal nº 716 para a denominação do logradouro público, o qual foi aprovado.

O projeto original de 1991, em sua segunda etapa, previa melhorias urbanísticas e paisagísticas na referida praça. Simultaneamente, a Refinaria Alberto Pasqualini destinou recursos para a construção do Memorial em homenagem a Alberto Pasqualini, que ficaria localizado na mesma praça. Esse memorial consiste em um monumento simbolizando duas mãos de trabalhadores, em apologia à ideologia trabalhista, e onde era possível visualizar o busto de Alberto Pasqualini no centro dessas mãos (ver imagem 8).

Imagem 8 - Monumento em Homenagem a Alberto Pasqualini



Fonte: acervo próprio.

O busto de Alberto Pasqualini, encomendado pelo Monsenhor Bussatto, foi originalmente inaugurado na década de 1950 durante as cerimônias de abertura do Hospital de

Ivorá. A construção desse hospital foi viabilizada por meio de verbas liberadas por Alberto Pasqualini durante seu mandato como Senador da República. Em 1996, o busto foi transferido para a Praça Central de Ivorá para integrar o memorial, que foi inaugurado durante a sexta semana cultural de Ivorá.

Vale destacar que o Centro Administrativo do município, onde estão localizadas a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, recebeu o nome de Alberto Pasqualini. Além disso, a Câmara de Vereadores instalou um painel contendo uma fotografia do homenageado e a seguinte frase de sua autoria: “Quando os pobres forem mais felizes, os ricos serão mais tranquilos”.

A última obra planejada para a realização na segunda etapa do projeto era a pavimentação asfáltica da Rodovia RS 348, que conecta Ivorá a Val de Serra. Dos 16 km da rodovia, 12,5 km foram asfaltados, cobrindo o trecho entre Val de Serra e 3,5 km antes do perímetro urbano de Ivorá, com recursos também provenientes de Alberto Pasqualini durante seu mandato como Senador da República na década de 1950. A intenção da comissão era asfaltar os 3,5 km restantes e nomear a rodovia como Alberto Pasqualini, mas essa concretização não foi possível na época. O trecho restante da rodovia foi asfaltado apenas no final do ano de 2022. Essas foram as principais ações realizadas na elaboração de uma memória para o município de Ivorá, utilizando a figura de Alberto Pasqualini.

Considerações Finais

As administrações municipais dos prefeitos Irineo Mariotti (1989 a 1992 e 1997 a 2000), Onildo Sartori (1993 a 1996) e Fernando Marin (2005 a 2008) empreenderam ações culturais com o objetivo de promover a apropriação, pela população de Ivorá, da biografia e do legado de Alberto Pasqualini, considerado a figura mais ilustre do município. A vinculação desses prefeitos à personalidade de Pasqualini e/ou à ideologia trabalhista do período entre 1945 e 1964 levou à escolha dele como o principal elemento para constituir a memória coletiva, em detrimento de outros aspectos, como a italianidade, por exemplo.

O processo de elaboração e consolidação dessa memória teve resultados parciais, obtendo êxito em questões patrimoniais e de acervo, mas enfrentando dificuldades no conhecimento pela população de Ivorá sobre quem foi e o que fez Alberto Pasqualini. O sucesso na construção de uma identidade também não foi alcançado integralmente. Entrevistas realizadas com a população local no início de 2023 revelaram que poucos tinham conhecimento sobre o referido político. No ano de 2021, fui convidado a proferir uma palestra acerca da vida

e obra de Alberto Pasqualini para as docentes do município. Dentre as 22 professoras presentes, constatou-se que somente uma delas estava familiarizada com o referido tema.

A participação da comunidade no projeto base, apesar de planejada em sua execução, não ocorreu efetivamente, limitando-se ao grupo oficial da prefeitura e alguns membros considerados eruditos da sociedade. Essa falta de engajamento pode explicar a limitada assimilação da população local. Além disso, a nova geração demonstrou desinteresse em conhecer a personalidade de Alberto Pasqualini durante as entrevistas.

Outro fator que pode explicar a baixa adesão da população ao projeto da prefeitura é o fato de que Alberto Pasqualini viveu pouco tempo no município, transferindo-se para a Comunidade de Ribeirão em 1909, atualmente localizada no município de São João do Polêsine¹⁸⁹, para dar continuidade aos seus estudos. Seu breve convívio com a população local, aliado ao distanciamento temporal, contribui para a falta de familiaridade com sua figura. Durante as entrevistas, outras personalidades, principalmente o Monsenhor Humberto Busatto, foram mais lembradas pela população.

Para as futuras gestões municipais, caso desejem retomar esse trabalho, é essencial estabelecer um diálogo efetivo com a sociedade, garantindo a participação ativa dela no processo. A assimilação e apropriação do legado de Alberto Pasqualini devem ser incentivadas, mas é necessário também considerar outros elementos para compor a memória municipal, não se limitando a uma única personalidade. A relevância do legado de Pasqualini para a política nacional deve ser preservada, desde que alinhada com as demandas sociais atuais.

Referências

AVRUCH, M; DAL MOLIN, B. **Projeto Casa Alberto Pasqualini**. Projeto museográfico. Prefeitura Municipal de Ivorá, junho de 1999.

BELLINASSO, S. **Ivorá, 100 anos de história (1883-1983): berço de Alberto Pasqualini**. Santa Maria: Palotti, 1993.

CATROGA, F. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

IVORÁ. **Decreto nº 135/1991**, 20 de junho de 1991. Dispõe sobre a criação da Comissão Municipal Pró-Resgate da Memória do Senador Alberto Pasqualini. Ivorá. 20 de junho de 1991.

IVORÁ. **Lei nº 409/99**. Autoriza o poder executivo municipal a receber em doação o acervo bibliográfico e mobiliário do Senador Alberto Pasqualini. Ivorá. 09 de fevereiro de 1999.

¹⁸⁹ Na época, a localidade pertencia ao município de Cachoeira do Sul.

IVORÁ. **Projeto pró-resgate da memória do senador “Alberto Pasqualini”**. Ivorá: Biblioteca Municipal de Ivorá, 1991.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 35.092-94**. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação do domínio pleno, casa e respectivo terreno situados no município de Ivorá. Porto Alegre, RS, 20 de janeiro de 1994.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 8.597**, de 09 de maio de 1988. Dispõe sobre a criação do município de Ivorá. DOE, Porto Alegre, RS, 09 de maio de 1988.

RIO GRANDE DO SUL. **Protocolo de intenções**. Termo que firmam o Estado do Rio Grande do Sul e Suzana Pasqualini. Porto Alegre: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1990.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Portaria nº 20/91**, de 27 de setembro de 1991. Dispõe sobre o tombamento da Casa onde nasceu e viveu Alberto Pasqualini. Porto Alegre, RS, 07 de outubro de 1991.

WALTER A. CUNHA LIVRARIA. **Ofício s/nº**. Rio de Janeiro, RJ, 14 de janeiro de 1991. Assunto: auto de avaliação a biblioteca e documentos do Senador Alberto Pasqualini.

Olhares sobre a *urbe*: Caso Cristiano Mascaro

CAMPOS, Luís Fernando Oliveira Campos
Mestrando em História/UFPel
Bolsista CAPES, luisferolicampos@gmail.com

Resumo: O presente artigo propõe identificar algumas abordagens adotadas pelo fotógrafo Cristiano Mascaro no registro da *urbe*. Partindo das experiências de Mascaro como fotojornalista e arquiteto, o estudo se limita a destacar três vertentes fotográficas presentes no trabalho do artista, intituladas aqui, como a “representação do monumento como obra isolada”, a “fotografia sugerida” e a “figura humana na *urbe*”. Essas vertentes são apenas alguns exemplos da multiplicidade de abordagens presentes no trabalho do fotógrafo.
Palavras-chave: Mascaro; Fotografia; Cidade.

Apresentação

Nascido em 22 de outubro de 1944, Cristiano Alckmin Mascaro é um fotógrafo e arquiteto brasileiro. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU/USP), obteve a titulação de Mestre em 1986 com o trabalho *O Uso da Fotografia na Interpretação do Espaço Urbano*, e doutor, com a tese *Fotografia e Arquitetura*, de 1994¹⁹⁰. Essa trajetória acadêmica, rememorada com orgulho¹⁹¹ pelo fotógrafo, foi responsável por cravar marcas significativas nos seus trabalhos futuros. Enquanto fotógrafo de rua, Mascaro se associou de maneira muito intensa com a cidade de São Paulo, parte significativa de sua produção tem como foco a capital paulista. No entanto, suas imagens abrangem também diversas cidades do Brasil, além de outros países como Cuba, Estados Unidos da América, Polônia, Itália, Japão, Catar entre outros¹⁹².

Mascaro também é autor de diversos livros como: *A Cidade* (1979); *Cristiano Mascaro: As Melhores Fotos* (1989); *Luzes da Cidade* (1996); *Registros urbanos* (1998); *O Patrimônio Construído - as 100 mais belas edificações do Brasil* (2003); *Imagens do Rio Grande do Sul* (2003), *Cidades Reveladas* (2006); *Viagem a Tóquio* (2014), entre outros. Seu trabalho foi reconhecido internacionalmente, sendo vencedor do Prêmio Internacional de Fotografia Eugène Atget (Paris) em 1984, a bolsa *VITAE* de fotografia em 1989, o Prêmio Abril de Jornalismo em 1991.

¹⁹⁰ Informações retiradas da entrevista cedida ao Instituto Arte na Escola. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RuXBJIkM5DI&t=821s&ab_channel=InstitutoArtenaEscola

¹⁹¹ Em entrevista a TV Gazeta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V2WFO-Ux8-8&t=224s&ab_channel=TVGazeta.

¹⁹² Informações retiradas da Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa3288/cristiano-mascaro>

Iniciou sua trajetória na fotografia em 1968, integrando a revista *Veja e Leia* como fotojornalista. Atuou por aproximadamente quatro anos no periódico antes de seguir carreira como fotógrafo independente. Essa experiência de Mascaro como fotógrafo de jornalismo é entendida pelo próprio artista como de significativa influência na sua produção posterior¹⁹³. É na revista, até então intitulada *Veja e Leia*, que Mascaro começa a realizar a prática de uma fotografia mais emergencial e documental. Ao buscar retratar os acontecimentos na emergência da notícia, a fotografia de figura humana passa a se integrar cada vez mais ao seu olhar, tendo se tornado uma temática importante abordada pelo fotógrafo no período de atuação no periódico (Campos, 2022).

Mascaro ainda dirigiu o Laboratório de Recursos Audiovisuais da Universidade de São Paulo (1974-1988), e foi professor de fotojornalismo da Enfoco Escola de Fotografia (1972-1975), e de Comunicação Visual na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos (1976-1986). Realizou sua primeira individual em 1974, com a exposição intitulada “Paisagem Urbana”.

Essas influências distintas, acadêmicas e profissionais, nos ajudam a compreender melhor a composição visual de Mascaro. Suas obras carregam características bem marcantes dessas experiências. A partir de seu olhar sobre a cidade, surge outro elemento muito presente no trabalho do artista: as pessoas que habitam na *urbe*. A abordagem fotográfica de Mascaro é marcada por uma multiplicidade de perspectivas sobre a cidade, mas parte de sua produção pode ser observada a partir do diálogo triplo entre a representação da arquitetura, da cidade e de seus habitantes.

Buscando compreender a formação das abordagens desses três temas, o presente trabalho analisa alguns segmentos possíveis para uma categorização inicial do trabalho do artista. Reforçando que o objetivo aqui não é totalizar a obra do fotógrafo, mas sim realizar a análise de uma fração específica de seu trabalho, a representação da *urbe*.

Objetivo

O objetivo do presente estudo é buscar uma melhor compreensão sobre um segmento temático importante na complexa e múltipla produção do artista, neste caso, o seu trato com a *urbe*. Com base na análise das experiências profissionais e acadêmicas de Mascaro, o trabalho

¹⁹³ Em entrevista ao programa “O Café Fotográfico”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6TUMQFNMBFA&t=769s&ab_channel=OFICINASCULTURAISDOESTADODESC3%83OPAULO

busca realizar associações possíveis desses contextos traduzidos nas imagens produzidas por Mascaro para retratar a cidade e seus habitantes.

Fotografia e arquitetura

A interligação entre a história da arquitetura e a fotografia remonta aos primórdios da prática fotográfica como uma forma de expressão visual. Desde a clássica fotografia de Joseph Nicéphore Niépce, de 1826, intitulada "*View from the Window at Le Gras*", na cidade de Saint-Loup-de-Varennnes, um novo momento na percepção visual sobre a arquitetura e sobre a *Urbe* foi inaugurado, permitindo registrar os monumentos arquitetônicos e o contexto urbano em que estão inseridos.

A fotografia também destacava a arquitetura de um papel unicamente voltado para dinâmicas urbanas, a colocando a serviço do registro da retícula e a tornando um tipo de obra de arte isolada das continuidades da cidade, como ressalta Fuão:

A fotografia envelopa tudo, envelopa a arquitetura. A Modernidade se constituiu e se caracterizou exatamente por uma mudança e afinamento das regularidades, uma predileção pelos quatro ângulos retos, ou tudo o que se podia se circunscrever no quadrado da retícula, no conceito de malha, uma certa aversão a toda irregularidade irrepresentável no enquadramento da câmera. Acima de tudo, a arquitetura tornava-se mais autônoma, isto é, objetiva, havia sido cortada literalmente, fisicamente, de seu contexto de continuidades urbanas, a fim de valorizar a imaginação da câmera, o objeto arquitetônico como obra de arte isolada (Fuão, 2012, p. 21).

Nomes célebres na história da fotografia, como André Kertész e George Everard Kidder Smith exploraram de maneiras diferentes essa intersecção entre arquitetura e fotografia. A partir de abordagens distintas, ambos os fotógrafos buscaram registrar o monumento arquitetônico e sua inserção na cidade. Kidder Smith, por exemplo, recorre a uma abordagem mais clássica da fotografia de arquitetura, registrando o monumento em seu todo, e de maneira isolada, a exemplo de sua exposição *Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942* exibida no Museu de Arte Moderna de Nova York em 1943¹⁹⁴.

Kertész, por sua vez, era notoriamente conhecido por sua abordagem pouco ortodoxa no registro da imagem, principalmente no início de sua carreira, onde experimentou composições ousadas e perspectivas únicas, utilizando a fotografia como uma forma de expressão artística em si mesma. Contudo, tanto em seu período em Budapeste (1894-1925), como em Paris (1925-1936) e posteriormente em Nova York (1936-1985), Kertész atuou como uma espécie de fotógrafo *flâneur*, caminhando e fotografando as ruas de Paris, não deixando de

¹⁹⁴ Disponível em: https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_2304_300061982.pdf

registrar também seus habitantes, normalmente retratados em momentos cotidianos, como um mergulho de um jovem em uma piscina¹⁹⁵, ou um casal sorridente em um café¹⁹⁶.

Esses fotógrafos, cada um à sua maneira, exploram a potencialidade da relação entre arquitetura e fotografia, que proporciona não apenas um registro documental, mas também uma interpretação artística dos espaços construídos e das relações entre eles e as pessoas que os habitam. O fotógrafo também é visto aqui, como sujeito ativo na construção da imagem, procurando um enquadramento “que se isola arbitrariamente, um fragmento do mundo visível, o ato de enquadrar inclui ou rejeita o espaço de maneira a criar uma seleção visual” (Neves, 2016 p. 27-28). Essa vertente fotográfica continuou a evoluir ao longo do tempo, influenciando, não só a maneira como percebemos e interagimos com o espaço urbano, mas também a uma série de outros fotógrafos na abordagem e no registro sobre a *Urbe*. A fotografia de Mascaro, por exemplo, toma características próprias de representação da cidade e fogem de uma abordagem estereotipada da cidade de São Paulo, segundo Chaves: “As fotografias de Mascaro se colocam como um desafio à percepção, já que fogem da pasteurização de um modelo de imagem criado para São Paulo e veiculado, sobretudo, pela mídia.” (2007, p. 6). No presente trabalho serão analisadas fotografias que se encaixam nas seguintes categorias de representação da *urbe*: fotografia clássica de arquitetura (fotografia do monumento isolado), fotografia por recorte e a fotografia da figura humana na *urbe*.

Teórico Metodológico

O presente trabalho entende que a imagem fotográfica não é simplesmente um meio de mimetização da realidade, ou de um registro análogo ao real, mas sim uma forma de narrativa visual individual, que não só registra mas interpreta o mundo, traduzindo também as experiências e vivências do fotógrafo. O artista também é sujeito ativo na formação na imagem, tanto do ponto de vista técnico, no manejo com a câmera, quanto do ponto de vista da própria construção da imagem final, escolhendo efetivamente o que vai ser contemplado pelo quadro e o que não. Neste sentido, Possamai alerta sobre as possibilidades do uso da fotografia no estudo histórico, ressaltando o perigo de se associar o que é representado na imagem como o real, segundo ele:

[...] as fotografias podem ser analisadas como imagens que apresentam um imenso potencial de investigação pela História, principalmente, por permitirem o contato com uma realidade passada – a qual não deixa de fazer referência através da sua representação. Mesmo estando de forma inexorável ligada à cena registrada, a

¹⁹⁵ A citação faz referência a imagem *Víz alatt úszó / Underwater Swimmer*, de 1917

¹⁹⁶ A citação faz referência a imagem *Elizabet és én a kávéházban / Elizabeth and I in a Café*, de 1931

fotografia não pode ser concebida como mimese do real. Este equívoco muitas vezes toma de assalto o historiador desavisado (Possamai, 2008, p. 255).

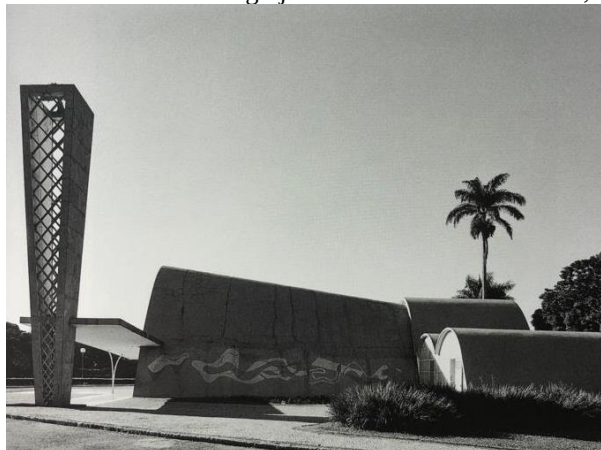
Dessa forma, a compreensão da história por meio da fotografia é muito mais que somente o estudo do registro em si; ela envolve também a análise da complexidade da própria representação visual. A imagem fotográfica representa, então, uma representação da experiência vivida. É o resultado de um ato de atribuição de significado, interpretando o real a partir da imagem construída (Mauad, 1996, p. 75).

Monumento como obra isolada

Podemos considerar uma fotografia "clássica" de arquitetura, aquela marcada por uma abordagem que prioriza a simetria, equilíbrio e a proporção, representando o edifício a partir do seu todo. Ela procura também enquadrar o edifício de maneira contextual, incorporando elementos do entorno para destacar a relação dinâmica que existe entre o monumento e a cidade. Em resumo, a fotografia clássica de arquitetura não procura apenas documentar, mas principalmente interpretar o edifício e sua relação com a *urbe*, sem deixar no entanto, de destacar a imagem do próprio edifício como plano central do quadro. Resultando então, em imagens que evocam uma apreciação conjunta da forma e função do objeto.

Mascaro adota essa vertente visual em suas abordagens sobre a *urbe* a partir da fotografia de arquitetura. Trabalhando a ideia de obra de arte isolada (Idem, 2012, p. 21) Mascaro busca registrar o edifício a partir do todo, dando ênfase à completude da estrutura, como pode ser observado em sua fotografia da Igreja de São Francisco de Assis em Belo Horizonte (Figura 1).

Figura 1 - Fotografia de Cristiano Mascaro: Igreja de São Francisco de Assis, Belo Horizonte (2002)



Fonte: Desfeito e Refeito (2008)

Fotografia sugerida

O que é tratado aqui como uma fotografia de arquitetura por recorte, ou fotografia sugerida, se refere a uma abordagem na qual o fotógrafo escolhe uma parte específica de um edifício ou da estrutura para ser o foco principal da imagem. O fotógrafo opta então por não capturar a totalidade do ambiente arquitetônico, mas se concentrar em em detalhes específicos, como linhas, formas, texturas ou elementos arquitetônicos distintos. A fotografia por recorte permite ao fotógrafo destacar características de interesse específico, proporcionando uma perspectiva mais intimista do monumento. O resultado é uma imagem que isolada de seu contexto completo, ainda consegue transmitir uma narrativa visual específica e nos revelar um pouco mais sobre as dinâmicas as quais estão inseridas.

Como exemplo, foi selecionado o caso da fotografia em detalhe do edifício Copan (Figura 2), inaugurado em 1966 e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e com a colaboração de Carlos Alberto Cerqueira Lemos.

Figura 2 - Fotografia de Cristiano Mascaro: Edifício Copan, São Paulo (1989)



Fonte: <https://www.artsy.net/artwork/cristiano-mascaro-copan-detail-sao-paulo-brazil>

Ao registrar um dos prédios mais únicos da cidade de São Paulo, o local é retratado pelo fotógrafo a partir de uma fotografia por recorte, dando enfoque justamente naquilo que o diferencia de qualquer outro prédio ao redor, ao mesmo tempo em que exige do observador um conhecimento preliminar do local, e do monumento registrado, segundo Silva:

Um dos principais marcos da cidade, o Edifício Copan é registrado por Mascaro naquilo que nele há de peculiar: suas curvas. [...] Nessa imagem do fotógrafo não há nada que ateste o Copan como o maior edifício residencial do país, nem tampouco revela sua imponência em relação às demais construções vizinhas. Ainda que suas curvas sejam inconfundíveis, o enquadramento dado por Cristiano Mascaro foge da “reprodutibilidade técnica” da imagem e solicita um conhecimento prévio da cidade de São Paulo ou de seus principais aspectos simbólicos. Somente assim é possível

realizar, por montagem, a visibilidade daquilo que está apenas sugerido (Silva, 2008, p 44).

É possível observar também essa vertente de abordagem no trabalho de Mascaró, que a partir do recorte do todo, evidencia o detalhe, e destaca o que “parece invisível ao se esconder sob o hábito” (Chaves, 2007, p. 6).

Figura humana na *urbe*

Mascaró recorre também a uma fotografia de arquitetura que busca evidenciar os habitantes da *urbe*, principalmente na interação dinâmica entre as pessoas e o ambiente construído. Dessa maneira, o fotógrafo se esforça para registrar momentos que revelam um pouco da vivência no meio urbano, destacando a presença dos habitantes nestes espaços. Essa abordagem vai além da documentação, e busca transmitir a relação entre a comunidade e a cidade.

A fotografia de arquitetura com foco nos habitantes procura, assim, criar uma narrativa visual que não busca a mera celebração da estética dos edifícios, mas principalmente, incorpora a dimensão humana relacionada a ele e ao contexto urbano maior, buscando uma melhor compreensão da relação entre a arquitetura e as pessoas que a habitam. Na fotografia dos Arcos da Lapa (Figura 3), de 1996 no Rio de Janeiro, Mascaró retrata um trabalhador, representado como uma figura sem rosto, sem identidade, e que carrega em suas costas uma parte de um telhado.

Figura 3 - Fotografia de Cristiano Mascaró: Arcos da Lapa, Rio de Janeiro (1996)



Fonte: Desfeito e Refeito (2008)

A fotografia acima nos ajuda a compreender uma informação importante para o entendimento da narrativa visual de Mascaro sobre a dinâmica habitante - cidade, Mascaro “assiste, atualmente, a cidade transmutada em caos. Suas imagens refletem a impessoalidade e o distanciamento a que se sujeitam os habitantes da urbe do século XXI.” (Silva, 2009, p. 177), essa impessoalidade é aqui traduzida na retirada da identidade do indivíduo retratado, que em um momento de labor, se torna quase uma sombra ante o monumento em plano de fundo.

Outra fotografia que pode colaborar para uma melhor exposição das ideias do artista é a fotografia de uma faixa de pedestres em Shibuya, no Japão, em 2014 (Figura 4). Nela, pode-se observar uma imagem propositalmente tremida, desfocada, fragmentada, que retrata duas jovens garotas correndo na faixa de pedestres no centro de Tóquio em meio a multidão.

Figura 4 - Fotografia de Cristiano Mascaro: Faixa de pedestres em Shibuya, Japão (2014)



Fonte: Viagem a Tóquio (2014)

A fotografia reflete bem a ideia de uma metrópole caótica e tentacular, como se imagina Tóquio, dando continuidade a ideia da impessoalidade entre a *urbe* e seus habitantes, além de apresentar uma cidade dinâmica e acelerada. Mascaro retrata então não somente a cidade “construída”, mas também a relação íntima e única que esta desenvolve com seus habitantes, para Silva:

As pessoas de Mascaro [...] não passam de um amontoado de sombras longilíneas que se estendem pelas ruas e calçadas. Não é possível identificá-las, são seres perdidos na multidão; pessoas sem corpo, sem face, sem identidade. Um aglomerado de homens e mulheres engolidos por seu próprio habitat. [...] a cidade parece se impor ao ser humano (Silva, 2009, p. 173).

Essa capacidade de imposição da cidade sobre seu habitante a qual se refere Silva, é traduzida na obra de Mascaro justamente por essa escolha estética de impessoalidade da figura humana em meio ao contexto urbano, além do distanciamento que parece ser estabelecido entre o construído e o vivido em suas fotografias.

Conclusão

O trabalho de Mascaro é múltiplo e dinâmico, abordando a arquitetura, a *urbe* e seus habitantes de maneiras distintas. Inicialmente influenciado por seu período como estudante de arquitetura, Mascaro muitas vezes aborda a arquitetura enquanto monumento isolado, adotando uma fotografia mais clássica, que busca evidenciar o monumento enquanto objeto isolado. Também neste sentido, Mascaro adota também a fotografia de recorte, ou de sugestão, que evidencia uma parte específica do monumento, e exige do observador um conhecimento prévio sobre o objeto registrado.

Outra abordagem fotográfica adotada por Mascaro sobre a *urbe* é a inserção da presença de seus habitantes nos registros. Essa inserção, no entanto, parte de uma escolha ativa do fotógrafo sobre o que vai ser retratado no quadro. No caso das fotografias de Mascaro, em determinados momentos, o artista escolhe por uma representação mais impessoal dessa relação cidade - habitante, retirando a identidade da figura humana, e a inserindo em contextos específicos que conseguem traduzir essa relação, como é o caso de da fotografia em Shibuya. É importante salientar, que as diferentes maneiras de representação da *urbe* aqui analisadas fazem são apenas uma parte da obra do artista, que se expande e se complexifica ainda mais. O objetivo aqui não é abranger integralmente a obra de Mascaro, mas sim colaborar com uma análise sobre os possíveis segmentos específicos adotados pelo artista em parte de sua obra.

Referências

CAMPOS, L. F. O. **As fotografias de Cristiano Mascaro nas páginas da revista Veja (1968-1970)**. Monografia de Conclusão de Curso como Bacharel em História. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, p. 11-30. 2022.

CHAVES, T. R. S. A percepção urbana como produtora do conhecimento. **Revista da Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba** - v.5 p. 6-8, jun. 2007 Araçatuba, 2003.

FUÃO, Fernando Freitas. Fotografia e arquitetura. **PIXO, revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade**, v.2, n.4, p. 21, 2018. Texto publicado originalmente no blog <<https://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/10/fotografia-e-arquitetura.html>>. 22 de outubro de 2012.

MASCARO, Cristiano A.; HIRATA, M. **Viagem a Tóquio**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2014.

MASCARO, Cristiano. **Desfeito e refeito** (Coleção educação do olhar: fotografia). São Paulo: BEI Comunicação. 2007.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 73-98.

NEVES, Ricardo Espinheira. **Arquitetura e Fotografia: Relações, Interpretações e Aplicações**. Dissertação Mestrado Integrado em Arquitetura. Escola Superior Artística do Porto. p. 27-28. 2016.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**, v.27, n.2, p.253-277, 2008.

SILVA, T. F. **Corpo e cidade: as narrativas urbanas como produção do lugar**. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, W. S.; MAZZILLI, B. S. O fotolivro no ambiente tecnoimagético: considerações sobre a dimensão crítica da fotografia a partir de *The Americans*, de Robert Frank. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, e-94350, jan./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583202152.94350>.

O saber natural e a preservação do patrimônio imaterial: a importância das mulheres e das ervas

BIDEL, Eloiza Helena de Carvalho

Graduada em História, Mestranda em Patrimônio Cultural – UFSM

ehbidel@gmail.com

Resumo: A percepção da herança imaterial torna-se fundamental para a integração da população com suas próprias condições de existência, com a natureza e o meio ambiente. Nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. A história é feita com o tempo, com a experiência do homem através de suas histórias e memórias. E dentro dessa história que é carregada e recheada de memórias podemos destacar a participação das mulheres na antiguidade que através de atos de curandeirismo com chás e infusões de ervas foram responsáveis por manter vivos sujeitos importantes e necessários na construção das memórias do nosso presente e futuro. A partir das memórias das mulheres do meio rural com seus saberes de ervas, no âmbito escolar e educacional tem-se uma definição nesse processo como um importante patrimônio imaterial. Com a criação dos rituais nas manifestações do “saber popular das mulheres” e nas práticas das curas com a essência da natureza se constrói uma “invenção” que se torna significativa e expressiva nessas representações para as comunidades. Com base nisso, se destaca o importante papel das mulheres e das suas memórias no saber fazer das ervas e dos rituais. A metodologia do trabalho é qualitativa de cunho bibliográfico e exploratório.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial; Mulheres; Ervas.

Introdução

A percepção da herança imaterial torna-se fundamental para a integração da população com suas próprias condições de existência, com a natureza e o meio ambiente. Essas relações constituem o espírito dos países que compõem o continente e se manifestam por intermédio de cerimônias, linguagens do povo materializadas em atividades artesanais e produções artísticas ou literárias, canções, festas, receitas culinárias e saberes medicinais, entre outras manifestações sociais ou coletivas. As noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e de memória — uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais.

Nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. A memória, do ponto de vista de Le Goff (1997) estabelece um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Tal vínculo, além de constituir um “elo afetivo” que possibilita aos cidadãos perceberem-se como “sujeitos da história”, plenos de direitos e deveres, os torna cômicos dos embates sociais que envolvem

a própria paisagem, os lugares onde vivem, os espaços de produção e cultura. Sob essa ótica, Le Goff destaca que a

[...] identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo denominado pelo autor como a “construção do ethos cultural e de sua cidadania.

Sem dúvida, a cultura apreendida como “formas de organização simbólica do gênero humano remete a um conjunto de valores, formações ideológicas e sistemas de significação” que norteiam os “estilos de vida das populações humanas no processo de assimilação e transformação da natureza” (Leff, 2000).

Quando denominada as “criações anônimas surgidas da alma popular” e “valores que dão sentido à vida”, podemos dar notoriedade aos saberes da população rural com suas memórias, na prática da infusão das ervas através dos chás, sendo esses, utilizados na cura ou apenas no alívio das dores do corpo ou da alma. Segundo Maurice Halbwachs (1990)

[...] menciona no seu texto que a memória tem uma característica de construção social, seja ela, pessoal ou individual, a “identidade”. Esses processos, de memória e de identidade pessoal, contribuem na sociedade como fato de interferência na coletividade.

A partir das memórias das mulheres do meio rural com seus saberes de ervas, no âmbito escolar e educacional tem-se uma definição nesse processo como um importante patrimônio imaterial. A autonomia dos saberes científicos e dos saberes empíricos, pode-se relacionar o último com a configuração da cultura e o meio, saberes ou memória, passada de geração em geração, a partir do contato com seus pares na comunidade. Cabe salientar a relevância e a necessidade da preservação do patrimônio imaterial, em relação ao respeito a historicidade de um povo rural, com esse processo da escrita, da memória e da identidade, contribuindo para que a comunidade se fortalece coletivamente.

Doravante o artigo se propõe a dialogar com a historicidade que existe em cada local e em cada povo, na cultura rural, com a estratégia de construção de uma nova identidade, pautado nas lembranças, memórias e sentidos na cultural popular do meio rural. Isso quer dizer que a preservação do patrimônio imaterial está inteiramente ligada nas questões emocionais, tendo em vista que tudo aquilo que nos toca e nos impulsiona é porque de algum modo nos tocou e fez história em nossa trajetória pessoal, social e política; como relata através da sua escrita Corrêa,

[...] toda defesa do interesse público na ação preservacionista, seja em nome do valor histórico, ou em nome do valor artístico, sob o crivo da história da arte, servem como

suporte lógico na argumentação institucionalizada do patrimônio e da memória” (2003; p. 67).

O método qualitativo de pesquisa é aqui entendido como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (Minayo, 2013).

A busca pela historicidade das pessoas como partes integrantes do patrimônio imaterial, impulsiona a pesquisa a revisitar memórias que foram e são responsáveis pela preservação de um determinado conceito dos “saberes naturais do campo”. Tal pesquisa se trata de um recorte da dissertação de mestrado da autora e busca através das análises viabilizadas pela pesquisa junto ao Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, foi possível analisar as práticas da comunidade escolar de São Pedro através do reconhecimento e preservação do patrimônio imaterial, especificamente os saberes do meio rural relacionados à infusão dos chás e suas ervas. Nesse contexto, as análises de documentos, livros e sobretudo, as memórias da comunidade, serão fundamentais.

Patrimônio imaterial: Construções além das gerações

Os bens patrimoniais imateriais são, segundo Corá (2004) os que não envolvem uma materialidade, um objeto físico, que se relacionam a processos simbólicos e que não eram contemplados nas políticas públicas de preservação do patrimônio por não serem exemplares que evidenciassem a grandiosidade do Estado, mas sim uma cultura voltada para os saberes e fazeres locais, das comunidades, questões que não eram valorizadas e consideradas de valor cultural pelas classes dominantes. Segundo Bonini (2014),

[...] as referências culturais imateriais ou intangíveis que não são peças acabadas de museu, são sim, organismos vivos em constante processo de mutação, dada a singularidade de cada um, de seus aprendizes e sucessores que se renovam e se recriam.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 que a imaterialidade ganha status de patrimônio cultural, mas somente a partir do Decreto nº 3551, de 2000 e da Resolução nº 1, de 2006 que as formas de preservar os patrimônios imateriais foram organizadas pelos Livros de Registros, em que o bem que apresenta relevância à sua comunidade detentora passa por uma avaliação para poder compor de acordo com suas características um determinado Livro de Registro, que são dispostos em quatro dimensões:

- Livro de Registro de Saberes: destinado aos bens que se relacionam ao modo de fazer, enraizado no cotidiano das comunidades;
- Livro de Registro das Celebrações: voltado aos rituais e festas presentes na vida coletiva, sendo por meio da religiosidade, do entretenimento, ou outras vivências do meio social;
- Livro de Registro das Formas de Expressão: contempla as diversas manifestações das linguagens artísticas, sendo elas plásticas, musicais, literárias ou lúdicas;
- Livro de Registro de Lugares: se reporta a espaços em que se reproduzem práticas culturais coletivas, como feiras, santuários, mercados, praças, etc.

No entanto, os patrimônios materiais e imateriais não representam categorias isoladas, visto que o estudo dos patrimônios requer um olhar para a totalidade dos elementos que constituem uma comunidade. A cidade é o território em que a vida se viabiliza, é o local em que as pessoas vivem, convivem, criam, sonham, partilhando um espaço comum que tem suas próprias dinâmicas em um determinado contexto histórico, espacial, simbólico e econômico. Desta maneira a cidade se constitui em um complexo ecossistema criado pelo homem e que sofre influências internas e externas, em que as pessoas que nela residem compartilham crenças e narrativas que contribuem para a construção de identidades individuais e coletivas e que partilham saberes e fazeres em um espaço público comum.

Gomes (2012) destaca que o termo espaço público tem sido utilizado de diversas formas, principalmente para designar o espaço como uma referência concreta, uma área física, ou um espaço abstrato em que se sustenta a vida política e democrática. Segundo o autor o espaço é simultaneamente o substrato do qual são exercidas as práticas sociais a condição necessária para que essas práticas existam e o quadro que as delimita e lhes dê sentido. Uma das maneiras de ampliar nossa compreensão é pelo estudo e observação do mundo vivido, do mundo que nos cerca, da nossa vida cotidiana, da nossa comunidade com a qual partilhamos sonhos, desejos, necessidades e expectativas, na constituição dos nossos saberes e fazeres que consolida nossa existência individual e coletiva. As aprendizagens que se amparam na preservação do patrimônio cultural com o foco voltado para uma formação cidadã tanto na educação formal como na educação não formal exigem um olhar que conceba uma perspectiva crítica que supere uma formação meramente instrumental.

É preciso considerar que educar é proporcionar um diálogo entre o indivíduo e o mundo, com a realidade na qual convive no seu cotidiano em consonância com os conhecimentos e sentidos atribuídos em diversas épocas e contextos sociais. Educar de forma crítica impõe ir além das aparências em busca constante para desvelar as essências das coisas e dos fatos, com

vistas a confrontar seus sentidos, sua permanência, as influências que exercem sobre o mundo atual, como também as ausências, as lacunas entre tantas outras questões que merecem uma reflexão e aprofundamento sobre as adequações (ou inadequações) dos sentidos e significados que foram se consolidando com o tempo, à nossa época, aos nossos anseios, desejos e necessidades, rumo à construção de um mundo mais democrático, justo e solidário.

A pesquisa se propõe a dialogar com a historicidade que existe em cada local e em cada povo, na cultura rural. Ressaltando a importância da preservação do patrimônio cultural imaterial como uma estratégia de construção de uma nova identidade, pautado nas lembranças, memórias e sentidos na cultura popular do campo. Isso quer dizer que a preservação do patrimônio está inteiramente ligada nas questões emocionais, tendo em vista que tudo aquilo que nos toca e nos impulsiona é porque de algum modo nos tocou e fez história em nossa trajetória pessoal e social.

Abordar a historicidade da preservação do patrimônio vai ao encontro das ideias do autor ao buscar conhecer a identidade de um povo através de suas crenças, pensamentos, opiniões, modo de viver e etc. Através do reconhecimento de um povo e uma comunidade é que a pesquisa terá embasamento para dialogar a respeito do patrimônio existente naquele espaço. Para isso, é preciso reconhecer nos sujeitos e no espaço a oportunidade de conhecer os responsáveis pela construção e reconstrução de memórias responsáveis por construir um presente carregado de passado.

Como afirma nas suas escritas o auto da Invenção das tradições Hobsbawm (1984)

Muitas vezes “tradições” que parecem antigas são bastante novas ou até mesmo inventadas. Entendemos por tradição inventada um conjunto de práticas de natureza simbólica, normalmente reguladas por regras ou abertamente aceitas, que visam estabelecer certos valores e comportamentos baseados na repetição, implicando automaticamente em uma continuidade em relação ao passado.

A partir da criação dos rituais nas manifestações do “saber popular das mulheres” e nas práticas das curas com a essência da natureza, construiu-se uma “invenção” que se torna significativa e expressiva nessas representações para as comunidades. A pesquisa o Patrimônio Cultural Imaterial em São Pedro do Sul com o “saber popular das mulheres” tem um determinado fim social e educativo, empoderando o reconhecimento das raízes culturais dos antepassados no aprendizado das ervas e infusão de chás no meio ambiente que estão inseridos, instituindo assim, uma memória que funcionará como estoque de lembranças afetivas, educativas e de conhecimento, pois são práticas empíricas, cientificamente comprovadas em estudos e pesquisas como eficaz nos tratamentos de saúde física e espiritual, com as ervas/chás.

A voz das mulheres como preservação da História Oral

Constituindo no processo histórico as mulheres e suas representatividades foram de subalternidades, ora silenciada, ora caladas e na maior parte do tempo, não ouvidas no seus anseios, necessidades e potenciais, sendo ignorada por serem mulheres. Como argumenta Spivak (2010, p. 126): “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais” Quando mencionado as mulheres com seus “dons” de benzer, de curar através de ervas, em alguns momentos da história essas práticas das “mulheres sábias” foram consideradas atos destemperados, que a “naturalidade” na sua inferioridade foi aceita por parte da sociedade machista e preconceituosa. Como expõe Norma Telles (2009b, p. 403):

Tal qual um Deus Pai que criou o mundo e nomeou as coisas, o artista torna-se o progenitor e procriador de seu texto. À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação. O que lhe cabe é a encarnação mítica dos extremos de alteridade, do misterioso e intransigente outro, confrontado com veneração e temor. O que lhe cabe é uma vida de sacrifícios e servidão, uma vida sem história própria. Demônio ou bruxa, anjo ou fada, ela é mediadora entre o artista e o desconhecido, instruindo-o em degradação ou exalando pureza. É musa ou criatura, nunca criadora. Esse discurso é ouvido por algumas vozes do patriarcal e do conservadorismo na sociedade, que insiste na visão de “Eva a pegadora” e consequentemente as mulheres suas seguidoras.

O discurso do elo do gênero feminino com o “pecado “de Eva, tem sido mencionado ao longo do tempo por algumas instituições da sociedade, que insiste qualificar a imagem das mesmas como algo avassalador, tornando esses “atos” de amedrontamento para elas.

Com a evolução dos direitos das mulheres através dos movimentos sociais e principalmente com as pioneiras do “feminismo”, que criaram no decorrer das manifestações as conhecidas “ondas”, que ecoavam suas vozes contra esmagadora opressão machista e os preconceitos de subordinação que a Igreja insistia exaltar para a sociedade. Doravante das lutas de direitos as mulheres começam ampliar suas conquistas e resgatar seus espaços até então usurpados. A liberdade de serem mulheres e decidirem “como quiserem ser”, sem amarras, abre-se um leque de possibilidades e principalmente nas práticas das benzedeadas, das curandeiras e a manipulação de ervas/chás nas suas práticas.

No processo de pesquisa para o trabalho de conclusão do Mestrado em Patrimônio Cultural foi realizado com mulheres que participam das atividades da Emater na localidade de São Pedro do Sul, com a ferramenta denominada Registro da Intervenção, com treze questões em relação ao tema da dissertação; Curandeiras, Benzedeadas e infusão de ervas/ chás. As participantes responderam às questões que aborda as ervas, a infusão de chás e as práticas de benzer e curas.

A identidade dos saberes populares na construção social como forma de “cura os males do corpo e da alma”, como fato dinâmico ao longo do tempo, que foram fixados e durabilidades na memória coletiva das mulheres, não apenas em um estreito “mundo”, mas em vasto “universos” de práticas e saberes, tornando-se uma forma de identidade coletiva. Como refere-se Prats:

[...] pueden coexistir y de hecho coexisten nonnalmente distintas versiones de una misma identidad. que habitualmente se articulan en relaciones de complementariedad u oposición, aunque también puede suceder que se ignoren. No sé si es preciso aclarar también que entiendo que toda versión de una identidad. se exprese como se exprese. es ideológica. en el sentido que responde a unas ideas y unos valores previos. normalmente subsidiarios de unos determinados intereses, o. si una formulación tan mecanicista resulta molesta al lector, que se establece por lo menos en cualquier versión de la identidad una relación dialéctica entre la realidad. las ideas y los valores. y los intereses de quienes la propugnan y la comparten. (1998, p. 121).

Desde agora as práticas começam a dar um rumo diferente das condições sociais, políticas e econômicas para as mulheres, no reconhecimento da identidade feminina como protagonista do tempo histórico, que até tinha sido “negado” pela sociedade.

A história de luta das mulheres pelo reconhecimento de suas intelectualidades, habilidades e competências na sua forma de estar presente no mundo e principalmente nas questões de saberes das ancestralidades, têm sido abertas as portas dos “porões” da sociedade sexista e retrógrada. Com os movimentos feministas foram construindo e desconstruindo conceitos reacionários, que não condiz mais com a época, com as pesquisas, com os estudos, conhecimentos adquiridos e nas práticas do cotidiano da comunidade atual. Conforme destaco o pensamento Del Priore (2009, p. 669): No século XX elas ganham visibilidade por meio de livros e manifestos de sua própria autoria, da mídia cada vez mais presente, dos sindicatos e movimentos sociais dos quais participam, das revistas que lhes são diretamente dirigidas, dos números com que são recenseados. Desta forma as mulheres vão galgando as barreiras do som, eclosão suas vozes, que de modo estavam aprisionadas no casulo da ignorância social, política e econômica da população.

As ervas como instrumento de valorização da cultura

O conhecimento do homem sobre as propriedades medicinais das plantas misturou-se com sua própria gênese, uma vez que surgiu da tentativa do ser humano de suprir suas necessidades por meio dos acasos, experiências e observações. De acordo com Di Stasi (1996) o homem primitivo dependia da natureza como meio de sobrevivência e utilizava, sobretudo, as ervas medicinais para curar suas moléstias. Dando início a uma longa trajetória de manuseio, adaptação e transformação dos recursos naturais para seu próprio benefício.

A utilização adequada das plantas com valores medicinais pode ocasionar uma série de benefícios à saúde, auxiliando na recuperação de diversas doenças. Portanto, a cura pelas ervas é uma tradição que perpassa gerações. É necessário que seus praticantes tenham para com esta arte grande responsabilidade e respeito, uma vez que a falta de entendimento sobre as mesmas e seu mau uso pode acarretar intoxicação e, em caso extremo, a morte.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), grande parcela da população em desenvolvimento depende da medicina tradicional para prover suas carências elementares, sendo que 80% desta população utiliza práticas tradicionais nos cuidados básicos de saúde e 85% utiliza plantas ou preparações destas (Brasil, 2007).

Partindo deste pressuposto, nota-se que mesmo com os avanços científicos e tecnológicos existentes na atualidade, esta prática milenar ainda permanece se reproduzindo, pois, de certa maneira, responde às expectativas da população. Mas, apesar de o homem fazer uso de ervas medicinais há milhares de anos e muitas delas serem conhecidas globalmente, ainda há uma enorme quantidade das quais pouco se sabe a respeito dos seus poderes curativos (Silveira e Ramires, 2010).

De acordo com os dados da OMS (1979), plantas medicinais são todas as plantas que contêm, em um ou mais de seus órgãos, substâncias que podem ser usadas com propósitos terapêuticos ou que sejam precursoras de semi-síntese químico farmacêutica. Ainda nesse sentido, Di Stasi (1996) salienta que o termo “plantas medicinais” está relacionado, única e exclusivamente, às espécies vegetais, cultivadas ou não, que foram incorporadas ao longo dos tempos à cultura dos diferentes povos, devido suas potencialidades terapêuticas.

A utilização da natureza no tratamento de enfermidades baseando-se no saber popular é um dos costumes mais antigos da civilização humana. Ele remete às tribos primitivas, onde as mulheres eram responsáveis por extrair das plantas seu princípio ativo para utilizá-lo na cura de doenças. Na proporção que estas comunidades adquiriam maior habilidade em suprir suas necessidades de sobrevivência, foram sendo estabelecidos papéis específicos para cada membro da mesma, a começar pelo curandeiro. Este desenvolvia várias substâncias secretas, das quais só eram reveladas seletivamente as pessoas mais bem preparadas (França *et al.*, 2008).

A prática da medicina popular no Brasil relacionada ao uso de ervas medicinais, coloca em evidência os diferentes saberes construídos ao longo do tempo, em várias partes do planeta durante a história. Saberes estes, exercidos por leigos que utilizavam seus conhecimentos empíricos, através de suas vivências, para a cura de algum mal. E os mesmos eram transmitidos aos seus descendentes de forma oral.

De acordo com Bragança (1996), as populações indígenas pré-existent no território brasileiro possuíam uma concepção mística do princípio de todas as doenças. Tinham fé em causas sobrenaturais e relacionavam os rituais de magia e o tratamento das enfermidades ao uso das plantas, saberes esses, que eram transmitidos entre as gerações. O indígena não conhecia somente os locais onde se encontrava o ouro e o pau-brasil, mas também era detentor de saberes relacionados à vida e a morte, tais como, as frutas que poderiam ser consumidas, o que fazer quanto a picada de cobra, quais remédios tomar contra os sintomas da febre - à vez letal - causada por uma simples picada de mosquito, dentre outros (Sousa, 1971, p. 209).

Deste modo, conclui-se que o uso de ervas medicinais na cura de várias enfermidades no Brasil foi consequência de um longo processo de aculturação, pois está relacionado às culturas do índio, do negro e do europeu.

Conclusão

As memórias afetivas das ancestrais compõem a identidade local, ao ouvir as vozes das mulheres em seus rituais nas práticas de sabedoria, o elo do pertencimento e do empoderamento fortalece e torna-se atemporal no espaço, no local, no pensamento e nos costumes. A partir das análises bibliográficas surgiram algumas reflexões sobre a dinâmica e significado das representações do discurso em relação ao contexto dado a medicina acadêmica e a medicina popular, em momentos distintos, tornaram-se intérpretes no desenvolvimento da humanidade em processos evolutivos dos atendimentos terapêuticos, que surgiram no decorrer do tempo.

Na “espera” da medicina acadêmica e dos profissionais especialistas, as grandes parcelas da sociedade ficaram “restritas” a esses procedimentos, contavam com a sabedoria da medicina popular, que os atendiam em seus acalentos e nas suas necessidades de sobreviver os males da alma e do corpo.

Nesse processo as mulheres foram protagonistas, pois desempenharam múltiplos papéis na história da humanidade em diversos períodos: de salvadora à algoz, papéis distintos e significantes, que na maior parte do “tempo”, não foram relatados, nem narrados e menos ainda escritos pelos representantes da sociedade. Carregaram em sua história a indiferença e o desprezo de serem vinculadas a “natureza”, a sabedorias das antepassadas, permaneceram fiéis a sua identidade, a sua memória de “mulheres sábias” (re)conectaram os vínculos com as plantas medicinais, aos seus instintos, a capacidade de conhecerem os benefícios e o mal das ervas no processo de vida ou morte. Fortaleceram as suas essências nos rituais, nas palavras, nas canções, nas danças na ação de benzer e de cura.

Ao compreender a história oral, as memórias afetivas, a importância da ancestralidade e das antepassadas, abre-se o horizonte para o reconhecimento social das mulheres sábias, com as ervas/chás, benzeduras e curas.

Referências

BONINI, L. M. **Patrimônio imaterial**: inventário e registro dos fazeres e saberes das rezadeiras da festa do Divino de Mogi das Cruzes. São Paulo: Ícone, 2014.

BRAGANÇA, F. C. R. **Considerações sobre o histórico das medicamentos e plantas medicinais**. In: BRAGANÇA, L. A. R. (Org.) Plantas medicinais antidiabéticas: uma abordagem multidisciplinar. Niterói: EDUFF, 1996

BRASIL. **Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terrenos**; novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luis. São Luis: EDUFMA, 2003.

GOMES, Paulo. C. **Espaços públicos**: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. LARAIA, Roque de B. Cultura: um conceito antropológico. 25. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. RJ: Vértice, 1990

LE GOFF, Jacques. **Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural**: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. p.139 e 138, respectivamente.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Vozes, Petrópolis, Brasil, 2000.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009b. p. 401-442.

**ST 8 – NATUREZA, ESPAÇO E FRONTEIRA: AS
RELAÇÕES HUMANAS COM O AMBIENTE EM
DIFERENTES ESPACIALIDADES**

Coordenado por Profa. Dra. Débora Nunes de Sá
e Prof. Me. João Davi Oliveira Minuzzi

Eventos extremos e História Ambiental: o caso do ciclone extratropical em Rio Grande/RS (Julho de 2023)

FERREIRA, Felipe Nóbrega

Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

ffnobregea@gmail.com

LUCAS, Ramon Ribeiro

Mestrando – Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

ramon.rlucas019@gmail.com

Resumo: A ocorrência de eventos extremos associados ao contexto das mudanças climáticas aponta para um horizonte de trabalho aberto ao campo da História, sobretudo, no que diz respeito aos atributos da História Ambiental. Nesse sentido, o presente trabalho se debruça sobre o primeiro conjunto de resultados de uma investigação acerca dos impactos socioambientais da passagem de um ciclone extratropical ocorrido em julho de 2023 na cidade do Rio Grande, que se localiza na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Através da aplicação de um questionário *online* junto aos sujeitos diretamente impactados pelo ciclone, foram verificadas 94 respostas a 17 questões que abordavam dois temas centrais: a) cartografia urbana b) impactos imediatos. Das 17 perguntas XX delas são aqui fruto de análise. A compreensão das áreas mais vulneráveis da cidade, assim como o reconhecimento dos impactos causados que projeta um cenário tanto estrutural como sensível a ser interpretado quando do acontecimento de eventos extremos, o que corresponde a segunda categoria acima citada. A partir de uma análise quanti-qualitativa, será realizada uma síntese interpretativa de cunho interdisciplinar, a qual encontra na História Ambiental um eixo epistemológico a ser explorado. Reivindicando o perfil aglutinador dessa área, a inserção dos estudos do clima no âmbito de uma história-problema proporciona, na perspectiva defendida por essa investigação, uma contribuição importante das humanidades aos atuais debates sobre a emergência climática em escala global. Por fim, com os resultados preliminares de um estudo que monitora e acompanha os impactos socioambientais de eventos extremos na região sul do Estado, esse trabalho se propõe dialogar tanto com o cenário do tempo presente em suas sensibilidades históricas acionadas quando da passagem do evento extremo, como também com as possibilidades de construção do conhecimento da História Ambiental.

Palavras-chave: História Climática; El Niño; Praia do Cassino.

Introdução

Basta uma rápida pesquisa em ferramentas de busca *online* sobre o tema climático durante o ano de 2023 para que se encontrem manchetes que direcionam o entendimento público para a noção de “o ano mais quente da história”¹⁹⁷, ou então “ONU confirma que 2023 bate o recorde

¹⁹⁷ Conforme uma matéria publicada no site do Instituto Nacional de Meteorologia, ligado ao Ministério da Agricultura e Pecuária, intitulada “Ano de 2023 é o mais quente da série histórica no Brasil”. Link de acesso: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/ano-de-2023-%C3%A9-o-mais-quente-da-hist%C3%B3ria-do-brasil#:~:text=O%20ano%20de%202023%20%C3%A9,16%C2%BAC%20abaixo%20da%20m%C3%A9dia%20hist%C3%B3rica>

de temperatura global”¹⁹⁸. Deriva dessa situação socioambiental uma série de problemas que afetam os países e suas cidades.

Se os estudos de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo indicavam alguns caminhos, desde a década de 1970, de forma sistematizada, o Clima faz parte do horizonte do campo histórico (Le Roy Ladurie, 1974). Assim, ao perceber o acúmulo gerado por pesquisadores que se debruçaram sobre as ingerências da natureza no cotidiano dos sujeitos e suas estruturas sociais, impõem-se um presente cercado por desafios de toda ordem ligados às mudanças ambientais globais que se aceleraram no século XXI.

Nesse sentido, o presente trabalho dialoga com esse cenário em que o Clima, notadamente a sua derivação ligada aos eventos extremos, é percebido através de um caso específico, o ciclone extratropical ocorrido entre os dias 12 e 13 de julho de 2023, na cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, a intenção do presente texto é apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa realizada com 94 interlocutores afetados diretamente pelo ciclone, a qual permitiu reconhecer o território impactado, bem como as estruturas objetivas e subjetivas que foram abaladas durante a passagem desse evento ambiental de grandes proporções.

Compreendendo o papel da História Ambiental como campo aglutinador, interdisciplinar por origem, o esforço é não só evidenciar o conjunto de resultados, mas também encaminhar uma discussão em que a presença dos historiadores e historiadoras também se faça presente nesse tipo de debate, hoje ainda circunscrito ao campo das ciências naturais (Hulme, 2016). Tal movimento surge de uma necessidade política (Hobsbawm, 1998) de engajamento junto aos esforços científicos frente à emergência climática, e também de uma proposta de renovação dos eixos de trabalho da História Ambiental, no qual o aporte climático reivindica novos horizontes a serem pensados nessa área no tempo presente.

Ainda, o intuito do presente artigo é evidenciar uma discussão a qual encontra-se, nesse momento, em andamento junto aos estudos realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa Ribombo, ligado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG). Tal grupo se dedica, nesse sentido, à investigações de cunho climático na História, e atualmente realiza um trabalho de compreensão do fenômeno El Niño no Estado do Rio Grande do Sul desde a segunda metade do século XX, o qual se desdobra a

¹⁹⁸ Conforme uma matéria publicada no *site* da Organização das Nações Unidas Brasil, intitulada “ONU confirma que 2023 bate recorde de temperatura global”. Link de acesso: <https://brasil.un.org/pt-br/257750-onu-confirma-que-2023-bate-recorde-de-temperatura-global>

partir dos eventos extremos correlatos que ocorrem em seu bojo, como é o caso do referido ciclone extratropical de julho de 2023.

Aporte teórico-metodológico

No que tange aos estudos das mudanças climáticas e eventos extremos no campo da História, o que ocorre, segundo alguns pesquisadores, é a entronização do tema no âmbito de um campo do saber, o das Ciências Natureza. A “modelização climática” que surge desse entendimento abriu espaço para uma complexidade alheia ao campo das Humanidades (Hulme, 2009). Como sugere Bastos et al. (2018), os conceitos e objetos científicos ainda se mostram demasiado complexos frente a preocupações cotidianas que requerem atenção, fazendo o conceito de alteração climática parecer um “problema vago” (Bastos, 2018, p. 105).

Esse é o primeiro ponto a ser percebido no âmbito de um esforço teórico que se encontra, ainda, nos seus primeiros movimentos quando nos deparamos com os estudos climáticos. Ao olhar para a área da História Ambiental é possível dizer que seus apontamentos interdisciplinares pretéritos orientam para a renovação de uma trajetória epistemológica, o que nos leva até a fala de Emmanuel Le Roy Ladurie quando diz que: “...a estratégia do historiador do clima consiste em se colocar, inicialmente, na linha de frente com os cientistas da natureza, numa íntima colaboração interdisciplinar” (Le Roy Ladurie, 1974, p. 13).

Se durante décadas, mesmo com esses apontamentos, os profissionais da História se mantiveram alheios aos temas climáticos, as motivações para tanto são de ordens como a própria “modelização” como dito acima, que faz da matemática uma verdade hermética e incontestável. Ou então, as demandas do campo das Humanidades, que se omitiu desse tema em função de outros que consideravam mais urgentes e tão legítimos como qualquer outro.

No universo de motivos que aqui poderiam ser levantados, fato é que tornou-se impossível a essa altura do século XXI deixar de perceber que o Clima se tornou elemento fundamental para compreensão das vidas dos sujeitos em seus territórios. Afetados pelo aumento da temperatura média global, expostos a eventos cujo grau de extremidade aumentam gradativamente, e vivendo processos adaptativos de toda ordem no cotidiano, o mundo real e objetivo dos humanos em suas múltiplas relações com a natureza parecem cada vez menos frutos tão somente da imaginação das distopias literárias de J.G Ballard (1970; 2010). A similaridade com essa literatura até ontem “distópica” que causa desconforto expõe, com isso, a necessidade de uma reação científica, na qual é fundamental a presença da História e seus/suas profissionais em regime de colaboração constante com outras áreas do saber.

Nesses termos, acreditamos nesse texto na proposição de Lawrence Culver quando esse diz que o “Clima é um fato socioambiental, mas também uma construção cultural” (Culver, 2016, p. 311-312). Se Le Roy Ladurie (1974) pensava nos termos de uma história climática sem a presença dos sujeitos, algo que deriva, de certa forma, da longa duração braudeliana, agora se torna inviável pensar nesses termos – mais pela compreensão política contemporânea das nossas demandas climáticas, do que pela impossibilidade de construir esse tipo de conhecimento histórico.

Associado a Culver, torna-se autor referência para esse estudo o geógrafo britânico Michael Hulme, o qual apresenta um conceito operatório de clima nos seguintes termos:

Além de descrever uma realidade física, o clima também pode ser entendido como uma ideia imaginativa – como uma ideia construída e dotada de significado e valor através da prática cultural. Os registros do clima podem ser lidos na memória, no comportamento, no texto e na identidade, tanto quanto podem ser medidos através da meteorologia... (Hulme, 2009, p. 14).

O Clima, em seu ponto de vista é um dado físico, elemento objetivo das sociedades que incorporam essa noção a partir de suas métricas de modelagem, mas também inserido em suas teias de significações cotidianas. Assim, o Clima também é compreendido enquanto o que chama de sensibilidade, uma subjetividade que existe no imaginário das diferentes comunidades humanas por distintas formas em um determinado tempo e espaço, se expressando em representações que emulam e conectam memórias, comportamento, práticas e identidades. Em síntese, segundo Hulme (2016), o clima é um fato ambiental, mas também uma construção cultural, em que indivíduos e sociedades projetam sentidos (Hulme, 2009; Culver, 2014).

Apreendido em diversos suportes, o Clima como objeto da História também é discutido por Alain Corbin (2016), quando aponta a existência de um “eu-meteorológico” capaz de ser investigado através de fontes como jornais, diários, pinturas ou ferramentas de análise que possam captar sensibilidades associadas aos efeitos climáticos na vida dos sujeitos:

A maneira de observar e de sentir em si os efeitos do sol, da chuva, do vento, das neblinas, da neve e da geada torna-se cada vez mais afinada, independente do fato que ela venha a traduzir-se por um bem-estar ou um descontentamento (Corbin, 2016, p. 67).

Dialogando com as premissas do historiador ambiental Diogo Cabral, a junção Cultura e Natureza precisa ser atualizada a partir da premissa do “ambiente”, o que ele faz ao longo dos seus trabalhos e expõe da seguinte forma em um de seus textos:

Na medida em que um ‘ambiente’ só pode ser reconhecido em relação àquilo que ele envolve – desde que, em outras palavras, é a silhueta que constitui o fundo –, o processo de formação de um organismo, de uma espécie, de uma população, de uma

comunidade, é também o processo de formação se seu ambiente (Cabral, 2014, p. 148).

Com tal arcabouço em mente, cabe definir duas noções climáticas importantes para compreensão deste artigo. Primeiro, a noção de eventos extremos, o qual se refere a fenômenos meteorológicos ou climáticos que se destacam por sua intensidade, magnitude ou frequência significativamente fora do padrão esperado para uma determinada localidade e período de tempo. Esses eventos podem ocorrer em diferentes formas, como chuvas intensas, secas prolongadas, ondas de calor, tempestades severas, ciclones, inundações, entre outros (Davis e Dias, 2021, p. 44).

Assim, quando nos referenciamos ao ciclone extratropical estamos diante, nesses termos, a um evento extremo. O que ganha justificativa ainda maior quando, o caso em tela, reflete a ciclogênese daquele que seria, a partir do dia 12 de julho, o recorde de força dos ventos na cidade do Rio Grande. Durante a madrugada do dia 13 de julho os ventos alcançaram 140 km/h, isso entre 2h e 45min e 3h e 35min da madrugada, causando uma série de impactos que interessam a esse artigo.

É preciso, aqui, compreender que esse evento extremo enquanto fato histórico ambiental se coaduna ao conjunto de forças climáticas perpetradas pela passagem do fenômeno El Niño no Brasil nesse período. Durante o ano de 2023 esse fenômeno atingiu proporções significativas, e uma de suas variáveis é o aumento das chuvas e ventos no Atlântico Sul, proporcionando uma correlação com o ciclone extratropical aqui investigado, visto que as mudanças climáticas ligadas ao aquecimento do Pacífico impactam a frequência e intensidade do El Niño (Quinn; Neal, 1987, p. 14449).

De forma a estruturar uma pesquisa que pudesse perceber o núcleo territorial dos impactos causados pela passagem do ciclone extratropical, da mesma forma que apreender os impactos objetivos (estruturas físicas) e subjetivos (sensibilidades individuais e coletivas), foi efetivada uma ferramenta de recolhimento de dados através da plataforma *online* do *Google Forms*¹⁹⁹. Metodologicamente, o formulário possui 17 questões distribuídas em três categorias interpretativas: Mapeamento; Estrutura e Percepção. E no presente artigo 7 delas serão problematizadas em suas abrangências da ordem da comunicação social e reconhecimento do fenômeno quando do seu acontecimento, a área atingida a partir dos respondentes e os impactos sensíveis causados aos atores sociais.

¹⁹⁹ Link de acesso ao formulário da pesquisa, desenvolvido na plataforma GoogleForms: <https://docs.google.com/forms/d/1JptPpb51ZbnLNPYqFYJVDxmUhspiU2bfPc9rLWo1EsA/edit#responses>

Nesse cenário, foram coletadas 94 respostas, as quais foram captadas alguns dias após o evento extremo através de uma chamada pública nas redes sociais do grupo de pesquisa²⁰⁰ citado anteriormente.

Acerca das questões, essas se concentram na idade; bairro; informação prévia do ciclone extratropical; quais canais de comunicação havia se informado; a partir de qual momento havia ficado sem energia elétrica; em quantos dias foi restituída a energia elétrica; se já havia presenciado um ciclone dessa intensidade; se teria se sentido ameaçado pela passagem do fenômeno; que tipos de ameaça teria sentido e os principais prejuízos.

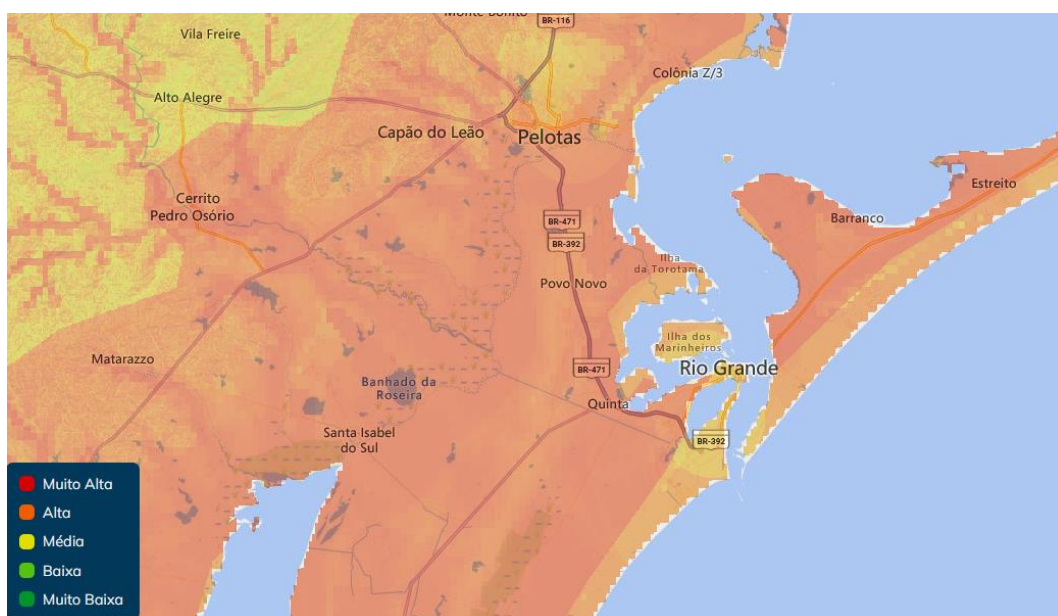
A cidade do Rio Grande e o ciclone extratropical de 2023

Localizada na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, a cidade do Rio Grande encontra na sua condição geográfica litorânea e peninsular uma especificidade importante quando tratamos de eventos extremos. Cercada pelo estuário da Lagoa dos Patos, e com limites junto ao Oceano Atlântico, Rio Grande atualmente possui um risco de vulnerabilidade climática da ordem de 70,73%, segundo os dados da plataforma *ClimaAdapt*, do Ministério do Meio Ambiente.

Esse é um dado significativo quando pensamos que estamos lidando com uma área extremamente sensível do ponto de vista ambiental, como é possível perceber no mapa da cidade elaborado pelo *ClimaAdapt* a partir de suas zonas sensíveis:

²⁰⁰ O Grupo de Pesquisa Ribombo, ligado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG) possui um perfil na plataforma Instagram, que pode ser acessado através do link: https://www.instagram.com/p/CvSU6_yLg_-/.

Figura 1 - Área de Vulnerabilidade e Intensidade às Mudanças do Clima do Rio Grande.



Fonte: ClimaAdapt, 2023.

Como se pode averiguar observando o mapa, a cidade possui uma série de áreas consideradas de risco “muito alto” em sua maioria, ou então de risco “alto” dentro do contexto das mudanças ambientais globais, e as consequências que se associam aos eventos extremos quando ocorridos nesse contexto. É nesse cenário, já frágil, que o ciclone extratropical de julho de 2023 ocorre, e aponta para novas situações que passam a interagir com esse mapeamento.

Ao verificar os dados meteorológicos da data aqui estabelecida como ponto focal, chegamos ao seguinte tabelamento da pressão atmosférica que contextualizou a situação investigada:

Tabela 1 - Pressão Atmosférica mínima/máxima (hPa) dia 12 e 13

Dia	Horário	Pressão atmosférica mínima (hPa)	Pressão atmosférica máxima (hPa)
12	22:00	1002.2	1002.3
12	23:00	999.8	1002.3
13	00:00	997.2	999.8
13	01:00	998	998.1
13	02:00	997.9	998.1
13	03:00	997	997.9
13	04:00	995.9	997

13	05:00	995.6	996.1
13	06:00	995.1	995.9
13	07:00	996.9	997
13	08:00	997.8	997.8

Fonte: INMET, 2023. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/>.

Através da análise da tabela apresentada, se torna possível identificar o exato momento em que o ciclone atinge seu ápice, concentrando-se entre às 4:00 e 6:00 da manhã do dia 13 de julho. Complementando essa informação, dados provenientes da Estação Automática a802 revelam um expressivo acúmulo pluviométrico de 154.8mm em 24 horas, além de ventos registrados na estação atingindo até 88 km/h. Vale ressaltar que, próximo a capitania portuária as velocidades registradas foram nesse período de até 79.1 kts (knots), o que equivale o valor inédito de 146 km/h.

Ao analisar esses registros, se evidencia não apenas a imprevisibilidade, mas também a potencialidade de ocorrências desastrosas na localidade, especialmente diante da intensidade extrema do ciclone. Diante desses dados, a necessidade premente de aprimoramento nas estratégias de prevenção e preparação para eventos climáticos extremos se torna evidente, contribuindo diretamente para a segurança da comunidade local.

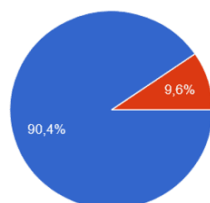
No que diz respeito ao conjunto de respostas obtidas junto ao *Google Forms*, verificou-se que, acerca das idade, se alcançou pessoas de 16 anos até 63 anos, o que possibilitou um enfoque de diferentes temporalidades acerca da percepção do evento. No que concerne os bairros alcançados, os quais sofreram com sinistros estruturais significativos, estes foram: Cassino; Vila São Jorge; Central Park; Cohab IV; Bolacha; Parque Guanabara; Carreiros; Centro, Vila São João; Humaitá; Cidade Nova; Querência; Profilurb; ABC; Cidade de Águeda; Atlântico Sul; Castelo Branco; Parque Coelho; Parque Marinha; Hidráulica; Miguel de Castro Moreira; Vila Maria José; Vila Maria; Parque Universitário; Santa Rosa e Jardim do Sol.

No que diz respeito ao processo informativo prévio, ou reconhecimento do fenômeno que estava em movimento e atingiria a cidade, as respostas apontaram:

Gráfico 1 e 2 - Informações prévias e canais de comunicação

Foi informado/informada do ciclone com antecedência?

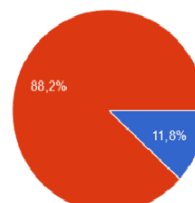
94 respostas



● Sim
● Não

Por quais canais de comunicação soube do ciclone:

93 respostas



● Televisão
● Redes Sociais

Fonte: Nossa produção através do *Google Forms*, 2023.

Diante dos dados apresentados no Gráfico 1, se constata que a maioria expressiva dos respondentes havia sido informada previamente sobre o ciclone extratropical. O tema integrou a agenda da cidade previamente, afastando-se aqui a hipótese da “surpresa”, seja por parte da população, seja por parte do poder público quando de suas manifestações.

Analisando o Gráfico 2, destaca-se que a principal fonte de informação dos participantes é majoritariamente proveniente das redes sociais. Isso estabelece uma núcleo de busca de informações que é acionado, caracterizando um imperativo aos poderes públicos constituídos quando da necessidade da informação transparente, objetiva e de cunho mitigatório quanto aos canais adequados e de maior abrangência comunicativa.

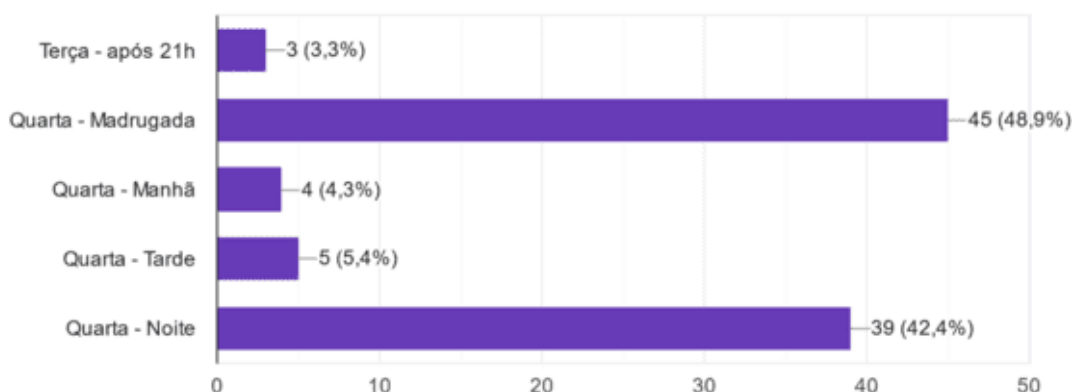
Avançando junto ao formulário e seus indícios, percebemos que a ausência de energia elétrica significa um processo de consequências correlatas que causam distúrbios no cotidiano, bem como prejuízos diretos e indiretos, tal questão aponta um marco temporal interno no que diz respeito a abrangência do evento extremos desde a sua ciclogênese (natural), até o momento em que se acentua sensivelmente o estresse social causado pela passagem do fenômeno na cidade. Em uma sociedade baseada em tecnologias domésticas individuais e coletivas que, continuamente, precisam ser abastecidas/carregadas, a falta de luz se torna um sinistro factual importante de ser mapeado no contexto de impactos dos eventos extremos.

Nesse sentido, apresentamos o seguinte resultado quanto ao momento e extensão da falta de energia elétrica:

Gráfico 3 - Ausência de energia elétrica

A partir de que momento você ficou sem energia elétrica:

92 respostas



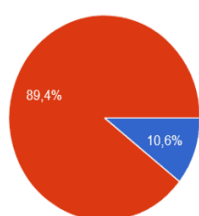
Fonte: Nossa produção através do *Google Forms*, 2023

Quanto às memórias de ciclones, ou mesmo outros eventos de nome similar que possam ter ocorrido no território, foi perguntado se haveria alguma lembrança de eventos de maior extremidade. Em seguida, foi realizada uma questão associada, e que indaga sobre a sensação de risco reconhecida no momento do fenômeno do ciclo extratropical. Para tais situações surgiram as seguintes respostas:

Gráfico 4 e 5 - Reconhecimento de eventos prévios e sensação de risco

Você presenciou ciclones anteriores com maior intensidade?

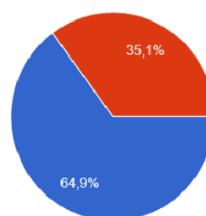
94 respostas



● Sim
● Não

Você se sentiu ameaçado/ameaçada durante a passagem do ciclone?

94 respostas



● Sim
● Não

Fonte: Nossa produção através do *Google Forms*, 2023

Contextualizados, esse primeiro grupo de elementos fornecem dados importantes para compreender a interconexão entre vulnerabilidade, informação, memória de eventos extremos e percepção de risco dos sujeitos respondentes. A eles passam a se somar indícios do sensível, quando, de forma descritiva, os atores sociais revelam subjetivamente o alcance do ciclone extratropical nas suas vidas, no momento da passagem do mesmo e as consequências que deixou no cotidiano.

Levando em consideração que mais da metade dos respondentes sentiu-se

ameaçado/ameaçada, a pergunta subsequente trata, justamente, do sentido dado a essa “ameaça”. Interessante apontar, primeiro, que das 94 respostas apenas 5 apontaram que não sentiram ameaça alguma – evidenciando que tanto o medo provocado foi uma sensação individual factual, como um elemento coletivo que atravessou a vida desse território a partir da experiência dos sujeitos.

Apenas em duas situações o tipo de ameaça expressa não se tratou de avarias materiais imediatas, notadamente destelhamentos. De cunho geral, essas duas foram expressas como “Medo do pânico” ou simplesmente “medo” – e um único caso não se salientou elementos do privado, mas sim da ordem pública, quando o respondente escreveu “Medo de cair os postes na rua”.

Ou seja, em 90 respostas o medo imediato se refere à moradia particular, especialmente a possibilidade da perda de telhas e, seguido disso, uma cadeia de problemas que afetariam diretamente a vida mais imediata das pessoas, ligadas às suas necessidades privadas básicas. Assim, destacam-se aqui algumas respostas:

Senti mais medo do vento, pois foi o ciclone mais intenso que já vi. (R. 7)

A casa é de madeira, então vibrava muito. Já tivemos problemas com goteiras em chuvas de intensidade menor, então isso foi uma grande preocupação. Ouvimos galhos quebrando e em determinado momento, a telha de alguma casa se soltou e bateu no nosso telhado, caindo no nosso pátio. Foi assustador. (R. 24)

Achei que o telhado da casa iria sair voando e eu ficaria total desabrigada, além disso minha casa ficou com água dentro, sem energia e comunicações, houve um momento que a água ficou fraca e pensei que ficaria sem água para além de sem luz e internet/sinal de telefone também. (R²⁰¹. 27)

Durante a passagem do ciclone, ouvi um barulho de vidro quebrando. Descobri depois que foi a janela do meu vizinho. Durante a madrugada não consegui dormir com medo dos barulhos na janela, parecia que a persiana iria quebrar. (R. 35)

Nesse breve conjunto de quatro citações retiradas das respostas dadas pelos sujeitos, o se depreende a confirmação de uma sensação de evento de força inédita, ou pelo menos a falta de uma referência anterior que pudesse servir como elemento comparativo. O ciclone da madrugada do dia 13 de julho de 2023 está como um fato ambiental histórico no município do Rio Grande, como assevera a primeira afirmação, da qual outras são percebidas com o mesmo sentido no conjunto dos dados coletados.

O som do vento, por si só, já é um elemento associado ao medo como um dos conceitos desenvolvidos por Jean Delumeau em *A História do Medo no Ocidente* (1989). Condição que

²⁰¹ Utilizamos a letra “R” como Respondente, associado ao número que ocupa na tabela quantitativa de organização dos dados, a qual acompanha a ordem das respostas que foram dadas no *Google Forms*.

os estudos de R. Murray Schafer (2019) irá ampliar em seus estudos sobre paisagens sonoras, e a correspondência de representações históricas. Ainda, quando pensamos na literatura do Rio Grande do Sul logo lembramos do “vento de morte” reconhecido por Bibiana na saga em *O tempo e o vento*.

Agora, o vento é a destruição, ou melhor, o prenúncio da destruição. Uma espécie de suspeição do tempo cujo compasso de espera projeta a catástrofe. No caso dos depoimentos, na primeira das catástrofes quando estamos diante de um evento extremo, a individual, ligada aos seus pertences mais caros do ponto de vista estrutural e sensível.

A casa que vibra é a instalação do medo, que cerca o ambiente dos sujeitos e os deixa apreensivos à espera do que esse mesmo vento pode trazer. E assim os galhos e telhados da vizinhança invadem as casas, a energia se rompe com a força da ventania que provoca a derrubada de postes e curto-circuitos nas redes de transmissão.

Todos sem luz, agora se inicia uma nova jornada dentro do fenômeno em tempo real, a qual instaura a perda de equipamentos eletrônicos e serviços básicos ligados à vida cotidiana, desde a esfera privada até a pública – sair de casa se torna um risco ainda maior.

A segunda questão descritiva tratou, então, das perdas estruturais sofridas pelos respondentes: “Quais os principais prejuízos que você teve com a passagem do ciclone?”. Em apenas 10 casos não foram registrados prejuízos, sendo que desses em duas situações o elemento descritor do prejuízo apresentou fatores somente emocionais: “Psíquico” (R.5) e “Só traumas” (R.16) – sem pormenorizar quais seriam os abalos específicos.

Do conjunto de respostas recolhidas, 100% dos casos apontaram a falta de eletricidade como primeiro prejuízo imediato. É na esteira desse fator que diversos serviços foram reconhecidos como outros prejuízos: perda da alimentação na geladeira, impedimento do trabalho, queima de eletrodomésticos, desgaste emocional, como itens preponderantes. A falta de sinal de internet acometeu 80% dos respondentes, conjugando assim o segundo elemento ao fator da eletricidade – sendo os dois em condição de intersecção, em 60% das menções.

Os prejuízos materiais ligados a telhas, móveis, ou estruturas residenciais somam 23 situações diretas, em que foi relatado algum tipo de avaria, e seria necessário algum tipo de conserto. Ainda, em 13 casos situações de alagamentos e estragos correlatos aparecem nas respostas.

Algumas respostas são aqui apresentadas:

Desgaste emocional pela falta de energia, impossibilidade de comunicação, o desgaste culminou em uma queda da imunidade que me deixou doente o resto do mês (R.21)

A falta de luz e internet - que me deixou sem comunicação com familiares, o que foi

o mais preocupante de tudo, pois eles viam notícias e não conseguia avisar que estava bem. (R. 52)

Perda de vendas e mercadorias. (R.62).

Toda comida que estava na geladeira e congelador estragou. (R. 77)

Fui prejudicada na entrega final de minha tese de doutorado, além de jogar muitos alimentos perecíveis fora, tive prejuízos psicológicos (R.93)

Desde condições de cunho sensível, que abalaram a saúde em diversos sentidos, como o caso da imunidade, ou então outro que relata a impossibilidade de realizar a nebulização em uma familiar, a passagem do ciclone se registra na memória de sinistros individuais e coletivos desses sujeitos. A questão da luz e internet é preponderante, e dimensiona o papel que esses bens exercem atualmente, sobretudo, na condição de percepção de seguridade social que proporcionam.

Na ausência desses itens, que remetem a falta de possibilidade de comunicação com o mundo externo (familiar e público) o medo se avoluma nas pessoas. “Avisar que está bem”, saber que o outro também está pé parte dos laços de sociabilidade moderna, que são destruídos com a ausência de eletricidade e sinal de internet – o rompimento da sociedade em rede, apresenta-se, então, como um desses medos contemporâneos, o qual é agudizado pelo evento extremo.

Reconhecer essa condição que integra o conjunto de impactos socioambientais trazidos com a passagem de um fenômeno climático é parte dessas contribuições que as humanidades colaboram ao desvelarem a complexidade envolvida nesse tipo de situação, a qual não possui explicações tão somente em modelos matemáticos. Assim como reconhecer o alcance das perdas no mundo do trabalho, que não dizem respeito apenas a números, mas a situações concretas ligadas à experiência dos sujeitos no âmbito do próprio trabalho.

Seja com a perda de mercadorias, vendas, ou então na perda de prazos e condições mínimas de executar um trabalho acadêmico – como relatam algumas situações – o impacto precisa ser interpretado. Problematicado dessa forma, o alcance daquilo que entendemos por impactos climáticos ganha novos contornos, ampliando um ponto de vista que agrega o da Cultura em sua interação com o Natural.

O ambiente está no centro dessa nova junção de acontecimentos que delineiam um fato histórico de cunho ambiental. E esse ambiente é formado pelo aporte da Natureza em sua organicidade e interação com o meio, mas também pelo aporte da Cultura, elemento que expõe e dá sentido à experiência humana no território. Em ambos os casos, até é possível entender o funcionamento dos fenômenos de forma isolada, um tempo natural dissociado da escala

humana, assim como o inverno.

Porém, a questão é: seria essa a forma mais adequada, repetindo esquemas cartesianos que remontam ao século XVIII, de construção do conhecimento e problematização histórica dentro de um cenário de emergência climática que conjuga os dois pólos em uma fronteira fluida por epistemologias, impactos e, sobretudo, busca de soluções coletivas?

Consideração Finais

O presente texto trata-se de um estudo em andamento, com dados ainda em processos de catalogação, e por isso com resultados parciais. Sabemos que o refinamento de categorias, bem como a constituição de sínteses consolidadas à luz dos resultados finais, precisam ser elaborados junto a próximas publicações.

Essas sínteses, que derivam dos diversos trabalhos que podem ser elaborados com esses dados, podem colaborar com a gestão de políticas públicas locais. É nesse contexto que a reunião de informações socioambientais, coletadas a partir do esforço de compreensão do impacto causado por eventos extremos que, ao contrário do que gostaríamos, tendem a se intensificar, podem contribuir com subsídios importantes para uma tomada de decisão qualificada frente às questões que se impõe na experiência climática das cidades.

Ainda assim, já se torna possível perceber o encaminhamento e compreensão epistemológica em curso. A História Ambiental, em suas novas demandas, precisa incorporar a categoria do Clima em seus estudos de forma tão urgente quanto a percepção de que necessitamos reagir coletivamente frente às questões climáticas. A identidade ligada ao engajamento político, somados às problematizações históricas da área e sua face interdisciplinar, trazem à História Ambiental uma responsabilidade que não pode mais ser omitida ou relegada a segundo plano quando do enfrentamento de um cenário que afeta a todos e todas que compartilham esse ambiente chamado Terra.

Referências

BALLARD, J.G. **Mundo em chamas**. Rio de Janeiro, Bruguera, 1970.

BALLARD, J.G. **The drowned world**. London, 4th Estate, 2010.

BASTOS, R. et al. Climate: the great Maestro of life on Earth. History, Didactics and case studies. In: LEAL FILHO et al. (Eds.). **Handbook of Climate Change Communication**, vol. 3. Springer International Publishing, 2018.

CABRAL, D. No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Vol. 31, 139-154, Agosto de 2024.

CORBIN, A. As emoções individuais e a meteorologia. In: CORBIN, A.; COUTRINE, J.J. & VIGARELLO, G. **História das emoções: 2 – Das Luzes até o final do século XIX**. Petrópolis, Vozes, 2020.

CULVER, L. Seeing Climate through Culture. **Environmental History**, 19 (2), 311-318, 2014.

DAVIS, P.; DIAS, J.. **Ressacas do mar, temporais e gestão costeira**. 1. ed. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2021. ISBN: 978-85-7924-440-7.

DELUMEAU, J. **A história do medo no Ocidente – 1300-1800**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

HOBBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HULME, M. **Climate change and memory**. In: **Memory in the Twenty-First Century**. Palgrave Macmillan, London, 2016. p. 159-162.

LE ROY LADURIE, E. “O clima: a história da chuva e do bom tempo”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Trata-se de tradução do artigo intitulado “L’histoire de la pluie et du beau temps”. In: **Le territoire de l’historien**. Paris: Gallimard, 1973.

SCHAFER, R.M. **Vozes da Tirania: templos de silêncio**. São Paulo, Editora da Unesp, 2019.

QUINN, W.; NEAL, V.; ANTUNEZ DE MAYOLO, S. El Niño occurrences over the past four and a half centuries. **Journal of Geophysical Research: Oceans**, v. 92, n. C13, p. 14449-14461, 1987.

A tendência contra-antropocêntrica nos estudos de teoria da história e o pensamento yanomami

SOUZA, Eliza Militz de
Doutoranda em História (UFSM)
CAPES, elizamilitz@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo promover uma discussão a respeito do pensamento yanomami a partir das obras *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* e *O espírito da floresta* de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Este estudo está inserido no contexto da história intelectual, de modo que autores de tendência não-antropocêntrica são mobilizados para a interpretação da obra de Kopenawa e Albert. Ewa Domanska, Bruno Latour e Dipesh Chakrabarty questionam a centralidade do ser humano nas ciências humanas e não os separam do resto da natureza, já que o inserem em uma rede de atores-mundo e os consideram como, além de um agente social, cultural, político, um agente geológico que causa impactos e mudanças na natureza. Suas indagações nos ajudam a responder por que o pensamento yanomami não é antropocêntrico. Esta se configura como uma visão em prol da preservação da floresta e dos seres que nela habitam, tais como humanos, animais e espíritos, sendo igualmente agentes históricos. A análise de *A queda do céu* e *O espírito da floresta* é também uma forma de descolonização do conhecimento, de modo que torna possível uma mudança de perspectiva mental e nos auxilia nesta reviravolta de pensamento dentro da teoria da história e nas humanidades como um todo. As cosmologias ameríndias, colocam em xeque a supremacia do pensamento ocidental-moderno e apontam alguns limites do humanismo.

Palavras-chave: História intelectual; Pensamento yanomami; Contra-antropocentrismo.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão a respeito do pensamento yanomami a partir de ideias presentes nas obras *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* e *O espírito da floresta*, ambas de Davi Kopenawa Yanomami e Bruce Albert. A discussão se dá entre os elementos destas obras e as concepções de alguns autores sobre teoria da história. Estabelecendo, portanto, um diálogo entre a teoria da história e a cosmovisão yanomami, busca-se encontrar pontos de convergência em que esta pode influenciar e contribuir para a transformação de certos modos de pensar numa área, a ciência histórica, que é historicamente profundamente humanista.

Para a base desta discussão serão analisadas ideias de alguns autores de tendência contra-antropocêntrica. Ewa Domanska, Dipesh Chakrabarty e Bruno Latour questionam a centralidade do ser humano nas ciências humanas e não os separam do resto da natureza, já que o inserem em uma rede de atores-mundo e os consideram como, além de um agente social, cultural, político, um agente geológico que causa impactos e mudanças na natureza. Estas ideias nos impulsionam a pensar para além do antropocentrismo.

Dessa maneira, o pensamento yanomami tem um grande potencial de contribuição para estes desdobramentos teóricos, uma vez que sua visão de mundo apresenta desafios ao antropocentrismo e coloca em xeque a supremacia do pensamento ocidental-moderno. Na cosmologia ameríndia o pressuposto fundamental é de que o fundo comum da humanidade e da animalidade não é, como para nós, a animalidade, mas a humanidade (Viveiros de Castro, 2008). Ou seja, existe uma extensão da noção de humano que pode contribuir na elaboração do pensamento acerca da teoria da história.

Teoria da história e contra-antropocentrismo

A História é uma ciência fundamentalmente humanista. A importância de estudar o ser humano e suas ações no decorrer do tempo é justificada e ancorada no humanismo. Pensar sobre si mesmo e de que forma nossas ações transformam o processo histórico, desenvolver “consciência histórica” conforme nos alerta Jorn Rüsen (2015), é indispensável para nossa orientação na vida prática a partir da constituição de sentido. Conforme aponta o autor:

Sentido é um produto do espírito humano, mediante o qual o mundo em que o homem vive adquire um significado viabilizador da vida. Sentido se refere, de um lado, à sensibilidade do homem como porta de entrada da experiência, como entrelaçamento do espírito humano com o mundo em que se encontra; de outro lado, o sentido integra essa experiência do mundo no horizonte da determinação intelectual do agir do sofrimento humanos (Rüsen, 2015, p. 42).

O historiador Marc Bloch determina História como a “ciência que estuda os homens no tempo” (Bloch, 2001, p.55). Porém, existem desdobramentos na Teoria da História que passaram a questionar este viés de interpretação que coloca o ser humano como fundamento e fim da pesquisa histórica.

É verdadeiro que a ciência histórica precisa ser elaborada de maneira a constituir sentido para nós, seres humanos, mas ela precisa ser repensada no sentido de incluir outros agentes no processo, além da ampliação e/ou deslocamento da preocupação ética para com todos os existentes e demais cosmovisões. Ou seja, o ser humano, na Teoria da História, vem saindo da centralidade dos estudos. A nova direção dos estudos em teoria da história trata de repensar o ser humano na sua relação consigo mesmo e com os outros existentes não-humanos ou de colocar a humanidade como condição e não como espécie, tratando o todo como uma rede, diminuindo ou desconstruindo o caráter antropocêntrico desses estudos (Armani, 2017).

Se a teoria da história como ciência lança um olhar reflexivo sobre si própria para responder às questões pertinentes de sua contemporaneidade, é de extrema necessidade que se leve em consideração questões da atualidade como, por exemplo, a crise ecológica global, o

extermínio de populações indígenas por conta do garimpo ilegal de mineração no caso da Amazônia e outras regiões do Brasil, resultado da ação humana sobre os recursos naturais do planeta, da qual a história precisa tratar, pois afeta os seres humanos diretamente, assim como todos os demais existentes.

A visão acerca da ciência histórica que se propõe a estudar somente a atividade humana no tempo e, portanto, antropocêntrica, deve ser superada, de modo que os demais existentes influenciam nas mudanças que ocorrem no mundo e no desenvolvimento dos processos históricos. Além disso, diferentes cosmovisões precisam ser incluídas neste processo de interpretação da história.

Ewa Domanska (2010) traz uma proposta de se pensar para além do antropocentrismo quando se trata de estudos históricos, o que foi inspirado pelos estudos das ciências naturais e tornou-se um paradigma emergente de tendência não antropocêntrica, ou seja, tirando o ser humano do centro dos estudos e inserindo-o numa rede de atores no mundo, com o mundo.

Dentro dessa perspectiva, que vai na contramão daqueles que consideram que humanos estão no topo de uma hierarquia de modo que possuímos diferentes valores e direitos, em detrimento dos não-humanos (pensamento baseado no especismo – que denota a submissão moral dos animais e dos demais existentes não-humanos), Domanska (2010) trata de incluir não-humanos em suas pesquisas, até mesmo, por vezes, fora de suas relações com humanos.

Este modo de pensar é também uma nova postura ética, pois preocupa-se com o tratamento destinado aos animais, por exemplo, ao criticar o viés utilitarista da nossa cultura ocidental para com eles e que é fundamentado pela ciência. Trata-se de uma relação em que os humanos exercem o domínio e a ciência oferece os métodos para isso.

O problema chave apontado pela autora consiste em identificar as fronteiras de identidade entre as espécies, as relações entre os humanos e não-humanos e questões de biopoder, biopolítica e biotecnologia.

Essa tendência de pensar os estudos históricos não rejeita o humanismo e seus valores como um todo, mas atenta para a maneira como esses valores tornaram o ser humano algo singular e excepcional perante todo o resto existente. Assim, Chakrabarty (2013) demonstra que o ser humano, além de um agente social, cultural, político, é um agente geológico que causa impactos e mudanças na natureza, o que torna necessário não separar o ser humano do resto da natureza no estudo das disciplinas. Além disso, a natureza e os demais existentes também influenciam no comportamento humano no desenvolvimento dos processos históricos.

Nossos rastros no planeta nem sempre foram tão grandes. Os seres humanos começaram a adquirir esse tipo de agência apenas desde a Revolução Industrial, mas

o processo realmente tomou impulso na segunda metade do século XX. Os seres humanos se tornaram agentes geológicos muito recentemente na história humana. Nesse sentido, podemos dizer que apenas recentemente é que entrou em colapso a distinção entre as histórias humana e natural – da qual, ressalte-se, muito tinha sido preservado até mesmo em histórias ambientais que consideravam as duas entidades em interação. Pois não está mais em questão simplesmente se o homem tem uma relação interativa com a natureza. Isto os seres humanos sempre tiveram ou ao menos é assim que o homem foi imaginado na maior parte daquilo que em geral chama-se de tradição ocidental. Agora alega-se que os seres humanos são uma força da natureza num sentido geológico (Chakrabarty, 2013, p. 11).

O pensamento contra-antropocêntrico pode ser caracterizado como uma postura ética, que se preocupa não só com a sobrevivência, o bem-estar e o desenvolvimento dos humanos, mas de todos os seres existentes, de modo que os elementos possam entrar em equilíbrio. Neste sentido, a cosmovisão yanomami tem um grande potencial de contribuição para a transformação do modo de pensar dentro da teoria da história e das ciências humanas como um todo.

O pensamento yanomami

Davi Kopenawa inicia *A queda do céu* colocando: “Gosto de explicar essas coisas para os brancos, para eles poderem saber” (Kopenawa, 2015, p. 63) e em *O espírito da floresta* também argumenta que “quando a gente de longe nos conhece e fala de nós, a gente de perto hesita em nos destruir. Sem o apoio dessas palavras amigas, os colonos e os fazendeiros continuarão a se aproximar de nós” (Albert, 2023, p. 55). O intelectual yanomami demonstra, portanto, a necessidade de se conhecer a cultura e a cosmovisão yanomami.

Davi Kopenawa e Bruce Albert, nas duas obras supracitadas, trazem uma cosmovisão que desafia o antropocentrismo. Segundo Eduardo Viveiros de Castro,

Os mitos indígenas descrevem uma situação originária onde todos os seres eram humanos, e a perda (relativa) dessa condição humana pelos seres que vieram a se tornar os animais de hoje. Ou seja, se para nós os humanos “foram” apenas animais e se tornaram humanos, para os índios os animais “foram” humanos e se tornaram animais. Nós pensamos, é claro, que os humanos fomos animais e continuamos a sê-lo, por baixo da “roupa” sublimadora da civilização; os índios, em troca, pensam que os animais, tendo sido humanos como nós, continuam a sê-lo, por baixo de sua roupa animal. Por isso, a interação entre humanos propriamente ditos e as outras espécies animais é, do ponto de vista indígena, uma relação social, ou seja, uma relação entre sujeitos. (Viveiros de Castro, 2008, p. 76).

Analisar a obra de Kopenawa no sentido de buscar contribuições para o desenvolvimento da teoria da história é uma maneira de reconhecimento da diversidade epistemológica, uma vez que a oralidade indígena yanomami é produção de conhecimento. A análise é também uma forma de descolonização do conhecimento, de modo que é possível uma mudança de perspectiva mental a partir da obra de Davi Kopenawa e Bruce Albert.

O equilíbrio que é um dos objetivos do contra-antropocentrismo não tenta, e nem faz sentido, eliminar o ser humano dos estudos, mas deslocá-lo do centro.

Thus, a big question for “future friendly” historical studies would be: what kind of research questions, research materials, theories and approaches should we – as historians and intellectuals – promote in order to strengthen the survival value of knowledge produced by reflection on the past? (Domanska, 2010, p. 121).

Domanska se questiona sobre que categorias, portanto, devem ser estabelecidas como normativa. Assim, ao mesmo tempo em que as historiadoras e historiadores se dispõem a pensar a ciência histórica numa perspectiva contra-antropocêntrica e pós-humanista, deve-se fazer o exercício de não reproduzir a perspectiva eurocêntrica apontada pela autora. Esta perspectiva é algo arraigado na historiografia, como pode ser evidenciado a partir da definição de Marc Bloch acerca do que é História.

A queda do céu e O espírito da floresta, portanto, nos auxiliam nesta reviravolta de pensamento, de modo que coloca em xeque a supremacia do pensamento ocidental-moderno a partir das cosmologias ameríndias. Bruce Albert escreve:

No extremo oposto de nosso antropocentrismo, os Yanomami acham que os animais são antigos humanos que se revestiram de uma aparência (uma “pele”) de animais de caça aos olhos dos humanos atuais (criados mais tarde pelo demiurgo Omama a), embora mantendo sua subjetividade de origem. Portanto, eles acham, a partir dessa premissa, que os animais, apesar de sua diferenciação corporal, continuam a conceber os humanos como seus semelhantes (mas transformados em “habitantes de casas”). Sempre que abordávamos esse assunto, meus interlocutores não paravam de insistir no fato de que, a esse respeito, os humanos são, sem a menor dúvida, animais, e que estes últimos são seus “outros mesmos” (*ai yama ki hwětu*) (Albert, 2023, p. 136).

Ao buscar a contribuição do pensamento yanomami no sentido de pensar a ontologia humana e sua relação com o mundo, Armani (2020) escreve:

Se, na história intelectual do mundo ocidental ao Norte e ao Sul, optamos por usar somente nossos termos para avaliar outras ontologias e epistemologias, no caso de uma história intelectual do mundo ameríndio, ou seja, do multinaturalismo e do perspectivismo, o que temos é uma subversão dessa relação, que se torna simétrica com aqueles que sempre foram os outros exóticos favoritos de um discurso que fazia (e ainda faz) somente a alteridade do mesmo (Armani, 2020, p. 09).

Dentro da perspectiva contra-antropocêntrica os outros seres vivos existentes têm um valor intrínseco, não dependendo da utilidade que os seres humanos dão a eles e, portanto, os humanos estão em uma posição equivalente a de todas as espécies existentes.

Na cosmologia ameríndia o pressuposto fundamental é de que o fundo comum da humanidade e da animalidade não é, como para nós, a animalidade, mas a humanidade (Viveiros de Castro, 2008). Ou seja, existe uma extensão da noção de humano que pode contribuir na elaboração do pensamento acerca da teoria da história.

Por se tratar de uma postura ética com uma preocupação orientada para o futuro, no sentido de buscar desenvolver equilíbrio e bem-estar para todos os seres existentes no mundo, esta nova visão teórica na história, além de uma maneira de interpretar o passado dentro dos estudos históricos, é uma proposta de combinar todas as formas de conhecimento científico para este desenvolvimento com o mundo. Reconhece, portanto, que não é somente por meio do estudo da história como foi escrita até hoje, como uma área específica do conhecimento, que os seres humanos modificam sua forma de enxergar e agir no mundo. É necessário, portanto, apontar a importância do conhecimento oral existente nas culturas indígenas. Segundo Davi Kopenawa:

Os brancos desenham as linhas de suas palavras porque seu pensamento é cheio de esquecimento. Nós guardamos as palavras de nossos antigos dentro de nós, há muito tempo, e continuamos a passá-las sucessivamente aos que vêm depois de nós. Nossos filhos, que não conhecem nada dos xapiri pë, escutam os cantos dos xamãs e assim acabam querendo, por sua vez, ver os espíritos. É por isso que, embora sejam muito antigas, as palavras dos espíritos sempre ficam novas (Albert, 2023, p. 104).

Além disso, é importante deixar para trás a ideia de domínio sobre a natureza. O paradigma mecanicista-utilitarista ser humano-animal, fundamentado, inclusive, a partir de crenças religiosas fortemente enraizadas na sociedade, de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de “Deus” e que, portanto, consegue exercer o domínio sobre a natureza e usá-la conforme sua necessidade, pois ela está a seus dispor, é algo a ser fortemente criticado e desconstruído, de modo a considerarmos todos os existentes como uma rede de atores na história do mundo.

Por mais que os seres humanos tentem buscar e proporcionar este equilíbrio a partir da perspectiva contra-antropocêntrica e pós-humanista, existem espécies que vão se extinguir. O que deve ser repensado é a exploração dos animais e dos recursos naturais do planeta, a violência contra populações indígenas e a invasão de seus territórios, o que parece ser o grande desafio da contemporaneidade. Para Kopenawa,

Se os brancos começarem a arrancar o pai do metal das profundezas do chão com seus grandes tratores, como espíritos de tatu-canastra, logo só restarão pedras, cascalho e areia. Ele ficará cada vez mais frágil e acabaremos todos caindo para debaixo da terra. [...] Escavando tanto, os brancos vão acabar até arrancando as raízes do céu, que também são sustentadas pelo metal de *Omama*. Então ele vai se romper novamente e seremos aniquilados até o último (Kopenawa, 2015, p. 361).

Assim, torna-se nítida a necessidade de pensar os limites do humanismo, além das diferentes formas de produção do conhecimento e diferentes práticas de pensar o mundo. Considerar o pensamento yanomami a partir de A queda do céu e O espírito da floresta é também uma forma de descolonização do conhecimento

Silvia Cusicanqui (2010) auxilia no debate sobre descolonização do conhecimento. Ao falar sobre as populações indígenas da Bolívia e os problemas que estes enfrentam, ela aborda maneiras de problematizar e superar a colonização. A autora fala sobre a “necesidade de una ‘raducal y profunda descolonización’ en sus estructuras políticas, económicas y sobre todo mentales, es decir en sus modos de concebir el mundo” (Cusicanqui, 2010, p. 56).

Assim, é possível perceber que a forma de pensar o mundo também é permeada por ideias colonizadoras e por isso devem ser firmados compromissos e diálogos com forças sociais insurgentes e as populações indígenas, transcendendo os trabalhos acadêmicos e demonstrando um senso de urgência política, de modo que a descolonização não seja apenas um discurso ou um pensamento, mas que exista na sua completude, tornando-se uma prática.

No puede haber un discurso de la descolonización, una teoría de la descolonización, sin una práctica descolonizadora. El discurso del multiculturalismo y el discurso de la hibridez son lecturas esencialistas e historicistas de la cuestión indígena, que no tocan los temas de fondo de la descolonización; antes bien, encubren y renuevan prácticas efectivas de colonización y subalternización (Cusicanqui, 2010, p. 62).

Assim, este trabalho é uma maneira de contribuir para formas de pensar o mundo com o auxílio da cosmovisão yanomami, a começar pela sua contribuição na teoria da história e a transformação da prática do pensar, de modo a buscar uma descolonização do conhecimento ao considerar a diversidade epistemológica.

Palavras finais

A reflexão sobre a teoria da história à luz do contra-antropocentrismo e da cosmovisão yanomami oferece uma abordagem ética e epistemológica transformadora. Ao deslocar o ser humano do centro dos estudos históricos e reconhecer a interconexão entre todos os seres existentes, essa perspectiva desafia os pressupostos eurocêntricos e colonialistas que moldaram o pensamento ocidental.

Ao considerar as ideias de Davi Kopenawa e Bruce Albert, em sua escrita colaborativa e dialógica nas obras supracitadas, percebe-se a importância de reconhecer as diversas formas de produção de conhecimento, especialmente a oralidade indígena, como contribuições válidas para a construção de uma teoria da história. que se propõe a desafiar e encontrar os limites do humanismo.

Além disso, a adoção de uma abordagem contra-antropocêntrica não apenas amplia o entendimento do que é e de como se produz história, mas também nos confronta com questões urgentes da atualidade, como a crise ecológica global e a necessidade de mobilizar a área das humanidades para trabalhar com estas questões. Isso requer uma mudança fundamental em

nossa relação com os demais existentes não-humanos, abandonando os princípios de dominação.

Portanto, ao relacionar a cosmovisão yanomami e o contra-anthropocentrismo na teoria da história, pode-se não apenas enriquecer a compreensão do passado, mas também orientar as ações presentes e futuras para repensar não apenas a história, mas também a própria relação dos humanos com o mundo e com os outros seres que nele habitam.

Referências

- ALBERT, Bruce. **O espírito da floresta**: A luta pelo nosso futuro / Bruce Albert, Davi Kopenawa; tradução Rosa Freire d'Aguilar. - 1º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ARMANI, Carlos. A história intelectual e a virada ontológica na antropologia. Revista História: **Debates e Tendências**, v. 20, p. 36-52, 2020.
- ARMANI, Carlos. Historiografia e pensamento contra-anthropocêntrico. In: SILVA, Ricardo Oliveira da, SOARES, Fabrício Antunes. **Diálogos**: estudos sobre teoria da história e historiografia, vol. 2. Criciúma: EDIUNESC, 2017, p. 57-96.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **O clima da história**: quatro teses. Sopro, n. 91, p. 2-22, jul. 2013.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores - 1a ed. - Buenos Aires : Tinta Limón, 2010.
- DOMANSKA, Ewa. Beyond anthropocentrism in historical studies. **Historein**, v. 10, 2010, p. 118-130.
- DOMANSKA, Ewa. The material presence of the past. **History and Theory**, n. 45, Oct. 2006, p. 337-348.
- KOPENAWA YANOMAMI, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**. Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora da UFPR, 2015 (trad. do original alemão por Estevão C. de Rezende Martins).
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O que me interessa são as questões indígenas – no plural. In: SZTUTMAN (org). **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio – O recado da mata. In D. K. Yanomami e B. Albert, **A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Os sertões de José de Alencar na obra *O sertanejo* (1875)

MONTEIRO, André Vilaça Guerra.
Mestrando em História Social da Cultura, PUC-Rio
CNPq, andrevilacaguerra@hotmail.com

Resumo: Em 1875 José de Alencar escreveu o seu último romance, *O sertanejo*. Nesse livro o autor nos leva em uma viagem pelo tempo para nos mostrar as transformações do sertão cearense ao longo dos séculos partindo do presente momento em que ele escreve e voltando até os séculos iniciais da colonização, na sua concepção o sertão passa a ser um espaço de intensas transformações e central no seu projeto de construção da nacionalidade. O conceito de *sertão* não é inédito no vocabulário alencariano, mas a partir da escrita de *O sertanejo* tal conceito adquire uma centralidade no pensamento do autor, fazendo com que ele revise os contextos das suas obras anteriores tendo como foco o sertão. Tal constatação permite formular questões norteadoras à pesquisa; qual o novo papel e a compreensão que José de Alencar começa a atribuir ao sertão e porque uma mudança tão significativa em relação ao mesmo comparando com as obras anteriores? Posto isso os objetivos do artigo são analisar os diferentes sertões apresentados pelo autor na obra e os significados atribuídos ao conceito de sertão.

Palavras chaves: Sertão, Civilização, José de Alencar.

José de Alencar, como um dos intelectuais que assumiu a tarefa de pensar uma identidade para o Brasil, atuou na política, mas principalmente na literatura. Pertencente à geração romântica, Alencar vai, desde seus primeiros escritos, como outros autores românticos, procurar também definir a nação buscando uma autenticidade, isto é, quem seria o representante mais autêntico para a nação e também pensando outras questões que permeiam e constituem a construção de uma nação, como uma língua e uma literatura própria. Um dos objetivos principais do autor com os seus romances era procurar compreender o Brasil, esse país que só recentemente havia conquistado a independência e precisava lidar com vários desafios, como por exemplo a questão da escravidão, as diversas etnias indígenas presentes, a organização política, quem seria considerado brasileiro, cidadão, as diversas rebeliões e entre várias outras questões. Nessa direção gostaria de propor de pensar a produção literária de José de Alencar não apenas como romances, mas incluí-las na categoria, formulada por Altamirano, de *literatura de ideias*. Para o autor, a categoria *literatura de ideias*, apesar de incluir o gênero ensaísta, não se limita a tal e também inclui a ficção. Para Altamirano a *literatura de ideias* são as obras que habitam uma zona de fronteira entre dois ou mais gêneros e inclui os “textos de intervenção direta no conflito político e social de seu tempo, até as expressões dessa forma mais livre e resistente à classificação que é o ensaio, passando pelas obras de caráter sistemático ou doutrinário” (Altamirano, 2005, p. 20).

O livro *O sertanejo* foi escrito no ano de 1875. Os jornais da época chegaram a fazer pequenos anúncios sobre a obra, comunicando a nova publicação e escrevendo pequenos

elogios, mas diferente das obras anteriores, *Iracema* e *O guarani*, não teve tanto sucesso e até os dias de hoje é uma obra pouco lida e estudada. A história se passa no ano de 1764 na fazenda Oiticica, comandada pelo Capitão – Mor Gonçalo Pires Campelo, localizada no sertão de Quixeramobim. O livro inicia com o narrador lamentando as transformações ocorridas com o avanço da civilização pelo sertão e que não poderá mais vivenciar os momentos felizes da sua infância naquela terra. Só então, no décimo parágrafo, o narrador informa o ano e a região exata que se passa a obra. O enredo do romance é sobre as façanhas de Arnaldo, o personagem principal do romance e um dos sertanejos que trabalha na fazenda Oiticica. Arnaldo como um serviçal da fazenda, ocupava uma posição inferior na hierarquia social, obedecendo às ordens do Capitão Mor, mas também agia pelos seus sentimentos internos ao proteger Flor, filha de Campelo e por quem Arnaldo é apaixonado. As ações no romance se desenvolvem no sertão, mas o sertão não exerce somente o papel de cenário e os significados mobilizados por José de Alencar não se limitam às concepções geográficas.

A origem da palavra *sertão* é motivo de controvérsias entre os filólogos, segundo Barroso uma das possibilidades é do angolano, do dialeto *bunda*, da palavra *mulceltão*, sendo contraída para certão (Barroso, 1962, p. 11). O significado atribuído era mato localizado longe da costa e era empregado no interior da África Portuguesa. Outra possibilidade colocada pelo autor é da origem latina, *desertus* originando dela a palavra *desertão* (Barroso, 1962, p. 11) Há registros também que o termo *sertão* já era usada no século XVI pelos portugueses para designar terras no interior do seu próprio território. Mais importante do que compreender a sua origem exata é perceber que originalmente o significado atribuído ao conceito foi para se referir aos territórios localizados no interior. O escritor moçambicano Mia Couto escreveu que diferentemente do que aconteceu no Brasil, nos países africanos com colonização portuguesa o conceito de sertão não ganhou raízes (Couto, 2016, p. 110).

No Brasil o conceito de *sertão* está presente desde o início da colonização portuguesa nos relatos de viagens, diários e crônicas; dos jesuítas, viajantes e colonizadores no século XVI e foi importante para criar hierarquias espaciais. Inicialmente os significados atribuídos ao conceito nesse período foram positivos para se referir a esperança de encontrar nessas terras as tão cobiçadas pedras e metais preciosos, mas também o conceito ganhou conotações negativas ao se referir os habitantes do sertão como selvagens sem religião e consequentemente sem fé. O sertão era ao mesmo tempo a esperança, mas apresentava grandes desafios pela necessidade de conquista e colonização (Sá, 2017, p. 302). Ao longo do século XIX novos significados são incorporados no conceito de *sertão*, no contexto da construção dos novos estados americanos, a luz de uma nova consciência histórica vinculada a uma concepção de tempo histórico linear

do progresso, esses novos estados vão elaborar projetos e ideias que os inserissem no estágio mais elevado da civilização. Os sujeitos históricos pertencente aos diversos grupos políticos, que assumem o papel de enfrentarem o desafio de elaborarem projetos para a construção do Império do Brasil, mobilizaram o conceito de sertão ao se referirem o que necessitava ser modificado para alcançar o patamar das nações civilizadas. Na hipótese de Sá o conceito de *sertão* é temporalizado, isto significa, que o mesmo é inserido no tempo histórico linear do progresso, incorporando várias temporalidades (Sá, 2017, p. 306). O sertão passa a estabelecer uma nova hierarquia, não apenas geográfica, mas também temporal. Os significados mais recorrentes atribuídos ao conceito de *sertão* são de barbárie, criminalidade, desordem, atraso; mas ao mesmo tempo há uma esperança desses sujeitos históricos de modificação ao civilizá-lo, isto significa, estabelecer a ordem e torná-lo produtivo. Tanto no Período Colonial e Imperial o sertão não tinha uma localização geográfica precisa, sendo construído no imaginário social.

Começamos a nossa viagem pelos diversos sertões que José de Alencar nos apresenta na sua obra *O sertanejo*. Utilizo as palavras viagem e sertões porque Alencar nos leva em uma viagem pelo tempo para nos mostrar as transformações dos sertões cearense ao longo dos séculos, partindo do presente momento em que o autor escreve e voltando até os séculos iniciais da colonização. Nessa viagem o autor nos mostra três sertões diferentes, mas que sobrepõem um em cima do outro, ou seja, ao falar de um sertão é possível perceber vestígios do anterior. Utilizando não só os relatos dos naturalistas, mas principalmente os relatos descritivos, os roteiros dos viajantes e mesclando esses documentos com as fontes orais e as lembranças de suas viagens, quando criança, pelo interior do Ceará, o *narrador historiador* de Alencar, como Sússekind o caracteriza, faz uma história dos sertões do Ceará, mas que simbolizam os diversos sertões espalhados pelo Brasil. Na sua concepção o sertão aparece como um elemento importante para a compreensão do Brasil (Sússekind, 1990, p. 197).

O conceito de *sertão* não é inédito no vocabulário alencariano, mas a partir da escrita de *O sertanejo* tal conceito adquire uma centralidade no pensamento do autor, fazendo com que ele revise os contextos das suas obras anteriores tendo como foco o sertão (Pinha, 2007, p. 120). Em 1857 José de Alencar escreve *O guarani* e em 1865 escreve *Iracema*, nessas duas últimas o conceito de *sertão* já é mobilizado pelo autor, mas não é um elemento central da narrativa. *Iracema*, que segundo Alencar se situa no que ele denomina de momento primitivo da literatura brasileira, caracterizado pelo predomínio das lendas e mitos dos indígenas, da terra ainda ser desbravada pelo colonizador seria, portanto, o momento inicial da colonização. (Alencar, 2014, p. 518) O conceito de *sertão* é mobilizado para se referir à selva, ao local de origem da indígena Iracema. Na obra *O guarani* o conceito é mobilizado de maneira

semelhante. Situado no período posterior ao contexto do livro *Iracema*, mas ainda se passando no Período Colonial, o conceito de *sertão* é pensado como as terras ainda a serem colonizadas, é importante ressaltar que José de Alencar opera com os mesmos significados que o conceito foi mobilizado pelos viajantes, jesuítas e colonizadores no Período Colonial. Tal constatação permite formular questões norteadoras à pesquisa; qual o novo papel e a compreensão que José de Alencar começa a atribuir ao sertão e porque uma mudança tão significativa em relação ao mesmo comparando com as obras anteriores?

O primeiro sertão que é apresentado na obra *O sertanejo* aparece no momento inicial do texto;

Quando te tornarei a ver, *sertão* da minha terra, que atravessei há muitos anos na aurora serena e feliz da minha infância?
Quando tornarei a respirar tuas auras impregnadas de perfumes agrestes, nas quais o homem comunga a seiva dessa natureza possante.
De dia em dia aquelas remotas regiões vão perdendo a primitiva rudeza, que tamanho encanto lhe infundia.
A civilização que penetra no interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações. (Alencar, 2013, p. 11).

Esse é o único momento em que o autor faz referência ao sertão situado no momento em que ele escreve o livro, mas não deixa de ser bastante ilustrativo. Nessa passagem Alencar comenta que sente saudades do sertão da sua infância e escreve “A civilização que penetra no interior corta os campos de estradas, e semeia pelo vastíssimo deserto as casas e mais tarde as povoações” (Alencar, 2012, p. 11). O sertão do seu presente está sendo desconfigurado pelo projeto de civilização, não à toa o autor utiliza o conceito de maneira negativa, mas tal crítica não significa que José de Alencar seja contra a civilização. A análise dos outros sertões permite compreender como o autor estava pensando a civilização e a relação dela com o sertão.

Passo para o terceiro sertão. Nas palavras de Alencar:

No tempo da fundação da fazenda ainda o *formoso* e *ameno* sertão de Quixeramobim, que os primeiros povoadores haviam denominado Campo maior por causa da extensão, achava-se inabitado.
Apenas se encontravam alguns ranchos onde se acolhia uma população *vagabunda* de aventureiros, que percorriam o sertão, vivendo das rapinas e dos recursos que lhe oferecia a fartura da terra (...) (Alencar, 2013, p. 35).

Esse sertão apesar de localizado no passado, em relação ao contexto da obra, não foi completamente esquecido pelos personagens e ainda guarda vestígios no contexto em que se passa a obra, como nessa passagem “A cavalgada atravessa agora uma zona, onde o sertão ainda inculto ostenta a riqueza de sua vária formação geológica” (Alencar, 2013, p. 161). Alencar recupera significados comuns relacionados ao conceito de *sertão*, como inculto, lugar de perigo

e que necessita de ordem, para se referir ao sertão do período inicial da colonização, esse é o sertão referente aos contextos das obras *Iracema* e *O guarani*.

Passamos para o sertão situado no contexto do livro e no qual José de Alencar se debruça mais. As primeiras descrições que Alencar faz desse sertão é na abertura da obra em que o autor faz uma exaltação ao sertão desse tempo passado, tal exaltação não significa que ele exclua os aspectos negativos do sertão e as dificuldades enfrentadas pelos seus moradores, mas essas dificuldades contribuem para o autor exaltar a figura do sertanejo. Alencar não fica somente nas suas recordações e através das pesquisas realizadas, sem renunciar à ficção para completar as brechas ou inconsistências das fontes, nos leva a conhecer esse sertão cearense, um sertão bastante movimentado, com intensas relações sociais e hierarquizado. Alencar o descreve com palavras fortes e muitas vezes opostas. Nessa passagem “Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se-lhe a alma até os últimos refolhos em face dessa inanição da vida, desse imenso holocausto da terra” (Alencar, 2013, p.15). E continua no parágrafo seguinte;

É mais fúnebre do que um cemitério. Na cidade dos mortos as lousas estão cercadas por uma vegetação que viça e floresce, mas aqui a vida abandona a terra, e toda essa região que se estende por centenas de léguas não é mais que um vasto jazigo de uma natureza extinta e o sepulcro da própria criação (Alencar, 2013, p. 15).

Essa descrição cria um contraste com outras passagens, como nessa quando o autor descreve o período de inverno nos sertões cearense “A frescura deliciosa das manhãs serenas do sertão no tempo do inverno derramava-se pela terra, como se a luz celeste que despontava trouxesse da mansão etérea um eflúvio de bem-aventurança” (Alencar, 2013, p. 153) e essa:

Nessas horas do ocaso o sertão perde o aspecto morno, acerbo e desolador que toma ao dardejar do sol em brasa. A sombra da tarde reveste-o de seu manto suave melancólico; é também a hora que chega a brisa do mar e derrama por essa atmosfera incandescente com uma fornalha a sua frescura consoladora (Alencar, 2013, p. 16).

É usando o recurso desses contrastes que Alencar procura descrever a paisagem desse segundo sertão.

Martins argumenta que José de Alencar pensa esse sertão como entre lugares, em outras palavras, o meio entre a cidade de Recife e a selva (Martins, 1997, p. 156). Em uma edição mais recente do livro *O sertanejo* de 2013, os editores colocaram uma nota de rodapé para explicar que o nome Oiticica quando escrito com letra maiúscula se refere a fazenda de Capelo e quando usa letra minúscula é referente a uma árvore nativa do Brasil que “(...) corre na Catinga e ajuda a compor a vegetação de transição do *sertão* semiárido nordestino com a floresta amazônica”

(Alencar, 2013, p. 13, n. 1). Em uma outra passagem também é perceptível essa posição ocupada pelo sertão:

Na frente elevava-se no terreiro, a algumas braças da estrada, a frondosa oiticica, donde viera o nome da fazenda. Era um gigante da antiga mata virgem, que outrora cobre aquele sítio. Na ocasião da derrubada, sua majestosa beleza moveu o fazendeiro a respeitá-la, destinando-a a ser como que o lar indígena da nova fundação da habitação fundada aí nesses ermos (Alencar, 2013, p. 33).

Nela percebemos que a floresta se torna o horizonte do sertão e mais distante na direção oposta está localizada a cidade de Recife.

Ao considerarmos que esse sertão se configura um meio ou um entre lugares podemos acrescentar na argumentação de Martins a concepção de fronteira de Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 1999). Para ele os bandeirantes para conseguir conquistar o interior do território precisaram se adaptar ao modo de vida dos nativos o que necessitou que muitas das vezes os colonizadores renunciassem o uso das suas tecnologias e aderissem às técnicas dos nativos, ou seja, houve uma americanização dos europeus. Nessa direção para o autor a fronteira se define:

O fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de “fronteira”. Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterógenos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirma-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelados mais ativos, mais robustos ou melhor equipados (Holanda, 1999, p. 12-13).

No livro *O sertanejo* Alencar escreve algumas situações que ocorrem essa mistura entre colonizador e colonizado, como nessa passagem:

Era a uma dessas montearias ou vaquejadas que naquela madrugada saía o capitão-mor, e a presença de sua família indicava ainda um traço de semelhança entre os nossos costumes sertanejos daquela época e as tradições da nobreza europeia (Alencar, 2013, p. 156).

Esse sertão não possui uma delimitação geográfica, apesar do autor nos dizer que a história se passa nos sertões do Ceará, na região de Quixeramobim. A falta de uma delimitação geográfica é perceptível em alguns momentos quando o autor se refere à imensidade do sertão ou quando se refere ao sertão no plural, passando a ideia de infinitude.

Aparente contradição entre a ideia de fronteira com a falta de uma limitação geográfica é desfeita quando analisamos a categoria de espaço. A concepção dos antropólogos e geógrafos em relação a tal categoria se assemelham, sendo concebida de maneira geral como uma construção humana ao longo do tempo. O geógrafo Moraes analisa que o espaço é um produto

histórico em que os homens movidos por interesses, desejos, sonhos e fantasias, depositam no espaço suas próprias representações e subjetividades (Moraes, 2005, p.15-16). Já os antropólogos Gupta e Ferguson definem de maneira semelhante a de Moraes, acrescentando que os espaços de uma determinada localidade possuem relações hierárquicas entre si, ou seja, o espaço não é uma categoria neutra e é importante para construção de identidades (Gupta; Ferguson, 2000, p.33). É considerando as semelhanças de como a categoria de espaço é abordado na Geografia e na Antropologia que me aproprio dela como uma categoria que é construída ao longo do tempo, pela imaginação e pelos discursos dos sujeitos históricos.

Ao nos apresentar esses três sertões e as mudanças desse espaço Alencar acrescenta um elemento importante: o tempo; como analisa Sússekind (Sússekind, 1990, p. 201). Para a autora, a grande diferença entre o *narrador historiador* da segunda metade do século XIX com os narradores de prosa ficção dos anos 30 e 40 é atribuir a dimensão histórica a *paisagem* – só – *natureza*. Ao acrescentar o tempo “A paisagem natural passa, por tanto, por diversas transfigurações históricas possíveis” (Sússekind, 1990, p. 201). É o que faz Alencar em *O sertanejo* ao analisar esses três sertões, deixando perceptível as múltiplas temporalidades presente na forma como o conceito é mobilizado ao longo do livro. Segundo Koselleck os conceitos possuem estrutura temporal, isto significa, que os significados atribuídos a determinado conceito possuem múltiplas temporalidades nos remetendo a experiências passadas, que jamais abandonam os conceitos, refletem certa realidade e carregam expectativas para o futuro (Koselleck, 2020, p. 99-100). Para o autor a entrada na Modernidade está vinculada a uma concepção do tempo linear histórico do progresso, iniciada no século XVIII, que tem implicações nessas estruturas temporais dos conceitos, porque há um alargamento entre as categorias de *passado de experiência* e *horizonte de expectativa*, “Em outras palavras: as expectativas já não mais podem ser totalmente deduzidas das experiências pretéritas. A experiência - do passado – e a expectativa – para o futuro – separam- se uma da outra” (Koselleck, 2020, p. 88). Isso não significa que os significados antigos sejam eliminados, continuando existindo no interior dos conceitos, porque, como argumenta o autor, ao se atribuir novos significados a determinado conceito partimos do pressuposto que o público receptor entendera e para isso é preciso repeti-las. Cada um desses sertões possuem temporalidades distintas, ao se referir ao sertão anterior a colonização, os significados mobilizados remetem a uma temporalidade como espaço da barbárie e atrasado. O sertão do contexto da história do livro não está parado no tempo preservando um passado original, pelo contrário é um sertão já colonizado e hierarquizado é, portanto, um sertão já civilizado e conseqüentemente há uma mudança na temporalidade ao ser inserido na civilização.

Analisando os significados atribuídos ao conceito de *sertão* na obra *O sertanejo*, Alencar recupera os mesmos já atribuídos ao conceito por outros intelectuais. Ao se referir ao sertão anterior a colonização o autor mobiliza termos como “inculto,” “inabitado e “população vagabunda;” recuperando a imagem do sertão como lugar da barbárie, vazio de civilização e de desordem. O autor mobiliza os significados negativos que foram incorporados ao conceito no Período Colonial e ao longo do século XIX, deixando de fora os significados positivos. Ao se referir ao sertão do contexto da história autor mobiliza o termo “deserto”, bastante comum no período para se pensar o sertão e utiliza imagens fortes como “holocausto de terra” “onde a vida abandona a terra”, mas como já destacado essas imagens fortes entram em contrastes com essas outras “Frescuras deliciosas da manhã” “Primavera do sertão” e “A sombra da tarde reveste-o de seu manto suave e melancólico; é também a hora em que chega a brisa do mar e derrama por essa atmosfera incandescente como uma fornalha, a sua frescura consoladora” (Alencar, 2013, p. 16). São termos referentes a biomas, climas, estações do ano ou período do dia, que além de se referirem a esses momentos buscam qualificar o sertão, passando uma imagem de resistência e dificuldades para sobreviver, mas também calma, frescura, abrigo e repouso, ou seja, são os elementos da natureza e das estações do ano que dão os significados a esse sertão.

Ao apresentar um sertão já civilizado, José de Alencar não se posiciona contra à civilização, mas formula seu próprio projeto de civilização, que estava em disputa naquele contexto da década de 70. Há uma extensa bibliografia em relação à visão de Alencar sobre a civilização. Os autores que identificam um posicionamento crítico do autor em relação à civilização argumentam que o que preocupava ele eram as imitações das ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos. Nessa direção as ideias estariam fora do lugar (Schwarz, 2014) e o Brasil teria feito uma imitação pelo riso e não pela ciência, (Rodrigues, 2001, p. 121-122) correndo o risco de que a civilização acabasse descaracterizando as heranças culturais brasileira. O presente para Alencar estava ligado à nossa desgraça civilizatória da colonização portuguesa e nesse sentido seríamos muito mais ocidentais do que orientais. O resultado seria uma artificialidade no nosso processo de modernização porque não teríamos constituído uma base sólida, em outras palavras, não teríamos história, cultura, nem ideias e imaginação. Outros autores também identificam essa preocupação em Alencar, mas fazem uma ponderação que tal visão do escritor não significaria uma negação da civilização, porque ele além de artista era político e homem de ação, não poderia recusar as numerosas vantagens que a moderna civilização industrial poderia proporcionar ao Brasil (Almeida, 1981, p. 40).

No contexto brasileiro da década de 1870 o conceito de civilização estava interligado com os conceitos de modernidade e progresso, ou seja, eram conceitos similares naquele contexto, mas possuíam significados variados, como argumenta Neves (Neves, 1986, p.3). Uma parcela dos intelectuais vinculavam esses conceitos à necessidade de reformas políticas estruturais como abolição da escravidão, reformas urbanas, democratização das instituições políticas, a implementação de uma república, em outras palavras, o conceito de civilização era entendido como modernização política e relacionado às ideias científicas que embasavam o projeto de modernização; já outros intelectuais pensavam a civilização como avanços tecnológicos como, por exemplo, a construção de ferrovias (Alonso, 2014). O Brasil procurava exibir os produtos produzidos nas indústrias do país, como telégrafos, armamentos militares, entre outros, nas exposições Universais, que o Império participava desde da edição em 1862, realizada em Londres. Schwarcz escreve que o objetivo da participação nas exposições universais era “(...) mudar a imagem externa do país e impor sua “real face”: civilização.” (Schwarcz, 2017, p. 394).

Retornando a citação de abertura do livro percebemos o posicionamento crítico de José de Alencar em relação à civilização, porém não fica evidente com quais projetos ele se opunha. Apesar disso, ao analisar esses sertões, mas especificamente o sertão localizado no contexto da história do livro, é possível entender a relação entre o sertão e o projeto de civilização que o autor procurava formular. Como argumenta Martins, Alencar compreendia esse sertão como o meio entre a cidade e a selva (Martins, 1997, p. 156). Tal análise permite formular a hipótese de que na concepção de Alencar o sertão está inserido na sua concepção de civilização e não em oposição a mesma. O sertão incorpora os aspectos da tradição brasileira, a indígena, e o legado europeu, português. Nesse movimento o autor desfaz a dualidade entre sertão e civilização tão constante no pensamento brasileiro e procura pensar a nação, no diálogo entre esses dois legados, atribuindo um papel central para o sertão. São vários os autores que analisam a problemática das dicotomias nas abordagens históricas, como Fernández Sebastián. O autor argumenta, pensando no contexto hispano americano, que os historiadores dos séculos XIX e XX que se propuseram analisar as revoluções acabaram focando as análises no aspecto da novidade e na perspectiva de um futuro de modernidade para os países da América Latina. Os perigos e equívocos dessa análise, acrescenta o autor, são primeiro o de privilegiar uma visão linear do tempo, segundo que as categorias tradição e inovação estão presentes até nos mais revolucionários, ou seja, esses sujeitos, mesmo que negassem, sempre vão herdar as categorias do passado nas suas ações e tais novidades inauguradas por eles, só podem ser entendidas à luz do passado; por último essa dicotomia entre modernidade e tradição impossibilita pensar em

situações híbridas (Fernandez Sebastiam, 2023, p. 80-81). A grande inovação de Alencar, portanto, não está nos significados, mas em compreender o sertão como um entrelugar desfazendo a dualidade entre civilização X sertão.

Referências

Fontes

ALENCAR, José de Alencar. **Iracema**. São Paulo: Penguin, Companhia das letras, 2020.

ALENCAR, José de Alencar. Bênção paterna. SOUZA, Roberto Acízelo. **Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888) V.1**. Rio de Janeiro: Caetés, FAPERJ, 2014. P.416-579.

ALENCAR, José de Alencar. **O sertanejo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

ALENCAR, José de Alencar. **O guarani**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

Bibliográfica

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. **A tradição regionalista no romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História Intelectual in: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. Brasil, v. 19, n. 1, p. 9-17, jun. 2007. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12531>>.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRIBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial: Volume III (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. In: BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

COUTO, Mia. Encontros e encantos – Guimarães Rosas. In: COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano: e outras intervenções**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

FERNANDEZ SEBASTIAM, Javier. **História conceitual no atlântico ibérico: linguagens, tempos, revoluções**. Tradução de Alessandra Seixlack e Priscila Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: HUCITEC, 2023.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença” [1992]. In: Arantes. A. A. (org.). **Espaço da Diferença**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p. 30-49.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A imagem do sertão em José de Alencar**. 1997. 163f. Dissertação de mestrado em Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do Progresso**. Rio de Janeiro, PUC-Rio; FINEP; CNPQ, 1986.

RODRIGUES, Antonio Edimilson. **José de Alencar: o poeta armado do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. O sertão: território da imaginação social do Brasil. In: BOTELHO, André; STARLING, Heloísa Murgel. (ORG.). **República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2017. P. 299-318.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2014.

A Geografia mete a colher na Literatura e o Espaço se reconfigura: relações humanas com o ambiente em “Guapear com frangos”

BONDAN, Gersa

Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade (UCS)

gerusabondan@gmail.com

Resumo: Assentar espacialmente a ficção tem sido considerado por estudiosos um imperativo para que a literatura aconteça. Daí a existência de encontros notórios entre Literatura e Geografia, sobretudo no que diz respeito a concepções geográficas de espaço que consideram a experiência humana fundamental nesse sentido. A premissa do trabalho a seguir é ancorada nesse postulado, na medida em que se constitui a partir do pensar o espaço segundo a perspectiva da Geografia, na literatura, mais precisamente no conto “Guapear com frangos”, de Sergio Faraco. As relações humanas com o ambiente da narrativa, segundo essa perspectiva, determinam uma configuração espacial contística diversa e complexificada.

Palavras-chave: Geografia; literatura; espaço.

Em sua obra *A verdade das mentiras*, o escritor peruano Mario Vargas Llosa conta que sempre foi indagado acerca da veracidade de seus livros. Em seguida, explica, aludindo ao surgimento da ficção (Vargas Llosa, 2004, p. 16)²⁰²:

De fato, os romances mentem – não podem fazer outra coisa –, porém essa é só uma parte da história. A outra é que, mentindo, expressam uma curiosa verdade, que somente pode se expressar escondida, disfarçada do que não é. [...] Os homens não estão contentes com o seu destino, e quase todos – ricos ou pobres, geniais ou medíocres, célebres ou obscuros – gostariam de ter uma vida diferente da que vivem. Para aplacar [...] esse apetite surgiu a ficção. Ela é escrita e lida para que os seres humanos tenham as vidas que não se resignam a não ter.

Ficção, pois, é uma enunciação da experiência humana, que excede a própria realidade, como muito bem explica, na esteira de Vargas Llosa, Flávio Loureiro Chaves (2006, p. 127), ao afirmar que as personagens que se lê não são reais, mas “se impõem a nós e participam da nossa ‘visão do mundo’ como se reais fossem”.

Inexiste, destarte, uma produção literária desvinculada de um contexto social. Eguimar Chaveiro (2020) afirma que, para acontecer, “a literatura precisa situar espacialmente a sua ficção”. Dada a notoriedade da construção do espaço no fazer literário, e considerando o apontamento de autoria de Chaveiro (2015) de que “contar uma história envolve a prática sensível e o seu enlace com o espaço”, postula-se o pensar o espaço segundo a perspectiva da Geografia no alcance da legitimidade existencial da literatura – dada, aqui, pela reconfiguração espacial a partir das relações humanas com o espaço. Para dar conta de tal tarefa, elegeu-se, como objeto de análise, o conto “Guapear com frangos”, de Sergio Faraco.

²⁰² Deve-se a Paulo Tonezer Júnior agradecimento substancial pela revisão atenta e interação com o texto que constitui este artigo.

A narrativa contém uma missão, conferida ao tropeiro López. Trata-se de conduzir o corpo de um afogado do local em que este foi encontrado até a vila em que se encontram os seus familiares. O trajeto está situado na bacia hidrográfica do rio Ibicuí, na região noroeste do Rio Grande do Sul.

Eduardo Marandola Jr. e Livia Oliveira (2009, p. 488) asseveram o caráter interdisciplinar da Geografia, voltada ao estudo do espaço por meio de particularidades por ela criadas para adentrar essa seara. O resultado desse processo, para os autores, é não apenas a possibilidade da discussão “a partir das noções de território, lugar, paisagem e região”, mas, sobretudo, em seus sentidos conceitual e metafórico.

A Geografia tem consciência do papel ativo do espaço na formação da experiência, motivo pelo qual não está mais voltada exclusivamente aos aspectos objetivos de um espaço geométrico. O espaço geográfico, para Dardel (*apud* Holzer, 2003), “aparece essencialmente qualificado em uma situação concreta que afete o homem”. Cabem, pois, os termos de Chaveiro (2015), que se volta às atribuições da Geografia nesse aspecto.

Percebemos que é do curso da relação entre linguagem e pensamento criar mundos valendo-se da experiência de quem narra, escreve, debruça-se sobre o mundo da linguagem e desenvolve a mediação simbólica. Por conseguinte, o ato da escrita ajuda a descobrir a singularidade infinita do humano, o seu contato com as coisas, com os eventos, com as situações. Em palavras geográficas, com as paisagens – com o mundo vivido. [...] O encontro entre Geografia e Literatura pode ensinar [...] a face simbólica das paisagens e do espaço, face que acomete a vida humana em todas as situações.

É fato que a escrita é imprescindível no sentido de visibilizar as particularidades do ser humano. Nesse sentido, a postura da Geografia na concepção do espaço, segundo as peculiaridades das experiências dos indivíduos que o vivenciam, tem sido extremamente relevante. Retomando os termos de Chaveiro (2015) acerca da percepção de mundo de quem escreve, convém se reportar ao autor de “Guapear com frangos”.

Sergio Faraco nasceu em 1940, em Alegrete, no Rio Grande do Sul. Passou a infância no município, situado na região sudoeste do estado, por onde passa o rio Ibirapuitã, que encontra o rio Ibicuí – localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, afluente do rio Uruguai e que perpassa a região da campanha rio-grandense. No período da estiagem, despontam no Ibicuí bancos de areia, o que faz com que ele seja igualmente conhecido como “rio de areia”. Conforme Sidnei Luís Gass *et al.* (2020), no ciclo das chuvas, ocorre alagamento ao longo de seu curso devido à sua topografia de margens baixas e fundo arenoso.

Em “Guapear com frangos”, o contato do leitor com esse espaço ocorre já no primeiro parágrafo da narrativa: “Quando o tropeiro Guido Sarasua morreu afogado, aquele López foi

um dos que tresnoitaram o Ibicuí, rio abaixo e rio acima, na obrigação de não deixar corpo de homem sem velório” (Faraco, 2004, p. 44).

Até os doze anos, Faraco costumava passar as férias na casa de familiares que residiam em Itaqui, município rio-grandense, localizado às margens do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina. Os rios citados, como o Ibicuí, na referência anterior às primeiras linhas do conto, e as regiões fronteiriças pelas quais passou o autor fazem parte da construção ficcional de boa parte de sua obra, como muito bem explica Fabiane de Oliveira Resende (2016, p. 33):

Sergio Faraco [...] elege a pequena localidade como cenário da parte de sua escrita. [...] Nessa perspectiva do lugar pequeno, também irá se voltar à sua terra de nascimento, compreendida em conjunto com os arredores brasileiros e platinos, para compor seu universo ficcional [centrado] no trânsito entre as cidades de Itaqui, Alegrete, Uruguaiana, Santana, Barra do Quaraí, São Borja, Maçambará, Alvear, Santo Tomé, Bella Unión, Monte Caseros, Curuzu Cutiá, percorrendo, no território sulino, uma região tão tradicionalmente cara ao regionalismo sul-rio-grandense, [com destaque para os rios que o possibilitam, reforçando a referencialidade espacial pretendida, numa perspectiva realista de representação. Os rios da região, em especial o Uruguai, assumirão grande significação na obra de Faraco não somente pelo reforço da referencialidade espacial, mas pela sugestão de travessia que carrega em seus contos.

Há que se sopesar, ainda e sobretudo, a construção espacial no quesito produção literária, atividade que implica adentrar o espaço da narrativa em si e, na mesma medida, proporcionar o contato primeiro com o conto em questão. Nesse sentido, Cabe observar, pois, a distinção existente entre narrador e autor²⁰³. A narrativa é escrita e orquestrada pelo autor, que é um ser real, enquanto o narrador é um ser fictício, cuja função é narrar os acontecimentos que constituem a história. Leonel (2000, p. 68), nesse sentido, afirma: “Entre o escritor e autor ocorre uma transmutação definida pela transformação do cotidiano em poesia, ficção, drama”. E acrescenta que “o autor é o escritor transmutado” que, por meio da sábia manipulação da língua, pratica uma espécie de feitiçaria (Leonel, 2000, p. 68). Em outros termos, o narrador não possui personalidade própria. Trata-se de uma entidade fictícia, ao passo que o autor é a entidade histórica.

É por meio dos olhos do narrador, portanto, que a narrativa se revela ao leitor. O modo como o narrador estrutura o relato no espaço do conto remete ao que Certeau (2002) chamou de artes de fazer, pois ele permite que o leitor percorra o espaço narrado, e ultrapasse a visualização dele. Nesse contexto, desponta a relação de López com o espaço que ele não apenas

²⁰³ O fato de que, neste artigo, não ocorre uma discussão profunda acerca da diversidade de concepções sobre a diferença entre autor e narrador não deve, de forma alguma, ser visto como proveniente de uma visão reducionista em torno da questão. Não estender-se-á a discussão a respeito a fim de não fugir ao tema do artigo. Recomenda-se, a respeito, e entre outros, Foucault, em *O que é um autor*, Barthes, com *A morte do autor*, Tacca, em *As vozes do romance*, e “O narrador”, de Walter Benjamin.

observa, mas, sobretudo, experiência. Refuta-se, então, a ideia apresentada por Borges Filho (2007, p. 39), por exemplo, de que o espaço não influencia a personagem, e é transformado por ela. Ao longo de “Guapear com frangos”, a intensidade da relação estabelecida entre López e o espaço que ele vivencia promove uma imbricação entre ambos, conforme se pode verificar no trecho em que López inicia a travessia (Faraco, 2004, p. 46-47):

Partiu com o baio a passo, cruzando braços de rio, rasas lagoas, areais, o galharedo se enganchava no cordame e ele precisava desmontar, tocar no corpo, vez por outra erguê-lo, sacudi-lo. Nem deixara ainda os sítios inundados quando lhe escapou um gemido. Apeou-se, correu até um pequeno descampado e chegou já vomitando. Sentou-se por ali, arreliado consigo mesmo. [...] Lá o vento favorecia e não sentia cheiro algum, de lá podia ver o baio, o corpo, vigiar e proteger sua carga. Tirou a camisa, enxugou o suor que lhe escorria pela testa e lhe salgava os olhos. O mato era um grande forno verde e a areia já queimava no contato com a pele.

O espaço do conto em análise é, desse modo, aquele marcado pela coexistência de três movimentos que perpassam a narrativa: o trajeto percorrido pelo tropeiro López com os restos mortais de Guido Sarasua, um tropeiro que morrera afogado no rio Ibicuí, a fim de entregar o corpo para ser sepultado pela família, é o primeiro deles. O segundo movimento diz respeito à sua luta contra as aves e os animais que, durante o percurso, se engalfinham para tratar de devorar o corpo já em decomposição de Guido Sarasua, afora a peleja para não sucumbir às especificidades que caracterizam o itinerário na ocasião de sua travessia, centrada na dificuldade de atravessar um local arenoso afetado pelas chuvas. O terceiro movimento concerne à resistência do protagonista, ao embate que ele trava consigo mesmo na tentativa de suportar, física e mentalmente, as adversidades que se apresentam no decorrer do caminho – como o calor, as vertigens e as ânsias de vômito originadas da proximidade com um corpo em estado decomposição.

López sentou-se, apertando os lábios. De seus olhos saltaram grossas lágrimas que correram junto do nariz e hesitaram na saliência dos lábios, perlando. Passou por ali a língua seca, como a revitalizar-se em seu próprio sentimento. Levantou-se, por fim, descortinando a cercania. No fim do mato, uma dúzia de aves disputava postas de carne escura e ele partiu para lá, cambaleando, o revólver preso nas duas mãos.

A razão da morte de Sarasua, a título de exemplificação da relevância espacial enquanto incisiva nas ações dos personagens, é entregue ao leitor não somente pela ação do personagem, mas pela descrição das condições em que se encontrava o espaço em que ele se movimentava na ocasião, igualmente transpassado pelo movimento – movimento, aqui, das águas (Faraco, 2004, p. 44):

Chovera demasiado nos primeiros dias de novembro, as águas se engaruparam nas areias, fazendo espalho nos baixios, corredeiras em grotões que davam voltas e iam alcançar mais adiante o rio, se entreverando nele com guascaços de espuma, marolas

caborteiras e um rumor de tropa sob a terra. Desmerecendo o aconselho da razão, aventurara-se o Sarasua à louca travessia e agora jazia debaixo daquele aguaçal endemoniado, pasto e repasto num farrancho de traíras.

Em outro trecho (Faraco, 2004, p. 45), é claro o movimento da função exercida pelo protagonista dentro do movimento característico do espaço; seria a existência de um espaço dentro do espaço em si apresentado a priori ao leitor:

López precisou trancar a respiração para erguer o corpo e sentá-lo na travessa da forquilha. Terminou de amarrá-lo e se afastou, pálido, suando frio na testa e nas mãos. Acendeu um cigarro, pela **folharada no alto do arvoredo** esteve um tempo a vigiar o vento, o **preguiçoso vento de uma manhã que se anunciava luminosa e escaldante**. Com o **mato alagado, adiante a areia já secando, fofa, com a ressolana e o tranco de cortejo**, a viagem ia pedir mais do que duas horas, razão bastante para acomodar seu rumo a contravento.

Observa-se, pois, que as ações de López (Faraco, 2004, p. 46) são diretamente afetadas pelo comportamento do espaço em que ele se encontra que, é preciso repetir, não é estanque.

López montou de um salto e tocou o baio quase a trote pelo **caminho que escolhera entre o matagal, contrariando o ventinho molengão**. Não se animava a olhar para trás, não queria ver o corpo dilacerado e também achava que, olhando, ia padecer demais a danação daquele cheiro. Agora **reinava o sol de pico, o arvoredo sombreando curto** e o baio assoleado a tropicalizar. López fumava sem parar para trampear o olfato, tentava distrair-se com pensamentos pueris e no meio deles se intrometiam **odores de mornura adocicada**. E ele voltava a pensar, a perguntar-se, logo ele, que não tinha o costume malo de se quedar cismando, imaginando coisas...

As sensações que acometem López na travessia da mata são geradas pelo contato do corpo em estágio avançado de decomposição de Guido Sarasua com um ambiente dotado de pouco vento, em que predominam o sol ardente e a escassa sombra das árvores, ou seja, a construção espacial é decisiva nos pensamentos e nas ações do personagem, bem como no estado em que se encontra conforme avança pelo caminho (Faraco, 2004, p. 46-47):

De sua inquietude participava o cavalo, sempre a cabecear, trocar orelhas, de quando em quando um nitrido baixo, ameaçador. Outros tatus? Algum graxaim faminto na retaguarda do cortejo? López sujeitou o cavalo, ouviu o rebuliço de pequenos animais pela ramaria. Desmontou, viu que o Sarasua, depois do papa-defunto ou de outros bichos cujo assédio lhe escapara, trazia uma cova na barriga e parte do costilhar já bem exposta. Outra golfada de vômito e, sentindo que perdia a visão e o equilíbrio, afastou-se com passos trôpegos, foi parar lá longe num montículo de areia onde despontava uma sinasina.

Em seu estudo acerca da contística de Sergio Faraco, Nara Rubert (2003, p. 85) traz que “raro é o conto que não apresenta pelo menos um parágrafo bem dosado e articulado de descrição do cenário”. “Guapear com frangos”, nesse sentido, se apresenta enquanto exceção, pois há uma incorporação entre personagem principal e descrição espacial que confere a tônica

da narrativa. Nesse ponto, faz-se pertinente regressar à ideia registrada anteriormente de que abordagem da Geografia é imperativa no desempenho de tal tarefa.

Essa conjuntura encontra respaldo em Marandola Jr. e Oliveira (2009, p. 489), para quem:

Em grande medida, esta minimização do papel do espaço na literatura passa na verdade por uma simplificação de seu significado e da compreensão da própria Geografia. [...] A seara onde Geografia e Literatura se encontram atualmente é aquela zona fronteiriça entre Ciência e Arte, que as revisões paradigmáticas formuladas ao longo do século XX garantiram permeabilidade. O que eram limites se tornaram fronteiras, e por isso entramos no século XXI com a possibilidade de levar este debate adiante.

Pode-se considerar, nesse âmbito, que a construção do espaço do conto em questão pode servir como plataforma para a discussão alvitrada; afinal, na mesma medida em que o acontecimento humano é matéria de criação literária, a insistência da Geografia na conscientização do espaço como experiência humana lhe confere legitimidade porque parte de vivências subjetivas, ancoradas por uma série de elementos – tipo humano, linguagem, hábitos, normas, crenças, costume que, condensados, constituem o que se convencionou chamar de cor local. Tal asserção é amparada por Palermo (2020, p. 80):

Só é possível repensar o espaço latino-americano para deixar de concebê-lo como uma zona fixa de referências reconhecidas e identificadas com uma experiência física do lugar, em vez de reconsiderar a perspectiva temporal para não entendê-lo como um desenvolvimento único e incomparável, linear, mas como um complexo de relações cronotópicas²⁰⁴.

A missão a qual López se impõe exige movimento, pois ela requer movimento dentro daquele matagal, e conforme ele vai se movimentando e interagindo com os traços daquele espaço, é que o próprio espaço vai se constituindo. Trocando em miúdos, o espaço do conto é um ‘caminho’ por meio do qual há um deslocamento dentro desse espaço maior que se sobrepõe a ele, tornando-se o espaço em si da narrativa, pois que integrado às ações, aos pensamentos e à presença de López. Os movimentos de López são constituintes de um sistema de relações que reconfigura o espaço da narrativa (Faraco, 2004, p. 48):

Alucinado, puxou o revólver, disparou a esmo e o tiro como o despertou. Pálido, boca aberta, começou a recuar, caiu, levantou-se, tornou a recuar, cambaleando, o vômito lhe saía quase sem esforço, descendo pelo queixo, pelo peito. Recuou até sentir que não podia recuar mais, que suas forças se esvaíam, e então caiu, sentindo a areia a arder e a grudar nas costas nuas. O **imenso céu azul** ao redor, que via através de uma

²⁰⁴ Solo es posible repensar el espacio latinoamericano para dejar de concebirlo como una zona fija de referencias reconocidas e identificadas con una experiencia física de lugar, en lugar de reconsiderar la perspectiva temporal para no entenderlo más como un desarrollo único e inigualable, lineal, pero como un complejo de relaciones cronotópicas.

teia de fibrilações, e novas sombras lhe cruzavam por cima. Moveu a cabeça e avistou, não longe, aboletado num **galho rasteiro** e como se soubesse não ter adversários, um enorme corvo negro. [...] ergueu o rosto e espiou ao redor. Longe, além das **arvorezinhas gêmeas**, lá estava o baio tranquilo a pastar. [...] Com preocupação crescente seu olhar transferiu-se do **campo** para o **fim do mato**, entre as **areias**. Nada viu, mas ouviu um rumorejar, algo entre o murmúrio e o espanejar de sedas...

O espaço de “Guapear com frangos” é, portanto, um espaço de conflitos, de relações, que tem “a feição do estado de espírito de López” (Rubert, 2003, p. 69):

O **sol do meio-dia** abrasava-lhe o pescoço, os ombros nus. López cavalgava com a camisa no nariz e ansiava outra vez por vomitar. Viu de longe, no **campo**, duas arvorezinhas gêmeas, e disse consigo que não vomitaria antes de alcançá-las. Trezentos metros, quatrocentos talvez, o baio avançava com dificuldade, enterrando as patas na areia, e López ouvia o zumbido infernal como pendurado ao pé da orelha. Que restaria de Guido Sarasua? E restaria alguma coisa para encaixotar debaixo de uma vela? Voltou-se de viés, como para espiar antes de ver. E viu que o bicharedo tinha lidado a capricho enquanto estivera a tomar um alce debaixo da sina-sina. Guido Sarasua era agora um par de pernas despedaçadas, um grande buraco negro das costelas para baixo, e ali se moviam, uns sobre os outros, em camadas, moscas, formigas, vermes e uma profusão de insetos (Faraco, 2004, p. 47-48).

Ao mesmo tempo, e igualmente importante, o espaço que constitui a narrativa de Faraco é produto de uma decisão, de uma escolha do protagonista – López montou de um salto e tocou o baio quase a trote pelo caminho que escolhera entre o matagal (Faraco, 2004, p. 44). Para Certeau (2002), “o espaço é um lugar praticado, criado por uma interação”. Em “Guapear com frangos”, a interação mais profunda que se adensa com o desenrolar das ações, reitera-se, é justamente de López com o espaço que ele “vive” com o objetivo de dar conta de sua missão.

Seja por meio do resgate e inscrição, no seu processo de escrita, de um espaço que habita a memória de Sergio Faraco, ou segundo o olhar espacial do narrador, o contato, a composição da experiência de López com a espacialidade daquele universo, o caminho entre o rio e o local em que deve ser entregue o corpo, configura-se como o espaço que impera sobre os demais. É importante referendar, mais uma vez, que a instituição espacial é oriunda, acima de qualquer coisa, da decisão de López de enveredar por aquele caminho e do modo como ele vive a experiência da travessia. O pressuposto credita, pois, afirmar que o trajeto se torna um espaço dominante dentro do espaço em si, em decorrência, novamente, da relação quase simbiótica que é construída entre o protagonista e o espaço.

Heller (1972), nesse sentido, assevera a centralidade do espaço na história, em conformidade com como se concebe o espaço da narrativa em questão. Evidencia-se, ademais, que López não será o mesmo depois da interação com o espaço com que viveu durante a travessia, bem como o espaço não será mais o mesmo. Aquele espaço conterà em si o registro da experiência do tropeiro; López levará aquele espaço consigo, o qual passará a lhe constituir.

E é na geografia que se ampara para chegar, analisar e adentrar essa (re)configuração espacial, afinal, de acordo com Chaveiro (2012), na mesma proporção em que o espaço pode ser guardado em um corpo, ele é um “guardador de relações corporais”. Na proporção em que o leitor se permite o lançamento a essa esfera ficcional, vivenciando-a, esse ato não deixará de ser uma experiência para sua vida. Assim, o espaço, novamente, não será mais o mesmo, em detrimento da eterna busca rançosa por se escarafunchar, no artefato artístico ficcional, o que é verdade na mentira e o que é mentira na verdade.

Isso tudo, todavia, sempre, a partir da aproximação entre Geografia e Literatura que, “dispostas ao mundo do sujeito, de sua experiência e de sua tessitura, visa, essencial – e abertamente – reintroduzir a vitalidade da consciência, gerar despertamentos, compor forças e abrir potências. [...] **Donde há existência há o espaço**” (Chaveiro, 2015).

Referências

- BORGES FILHO, Oziris. **Espaço e Literatura: introdução à toponálise**. Franca: Ribeirão, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Corporeidade e Lugar: elos da produção**. In: MARADOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Dizibilidades literárias: a dramaticidade da existência nos espaços contemporâneos**. *Geograficidade*, v. 15, n. 1, 2015.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A dimensão literária da geografia e a dimensão política da literatura: a mesma face de uma reflexão múltipla**. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 31, p. 177-190, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>.
- CHAVES, Flávio Loureiro. **Ponta de estoque**. Caxias do Sul; EDUCS, 2006.
- FARACO, Sergio. **Guapear com frangos**. In: FARACO, Sergio. *Contos completos*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- GASS, Sidnei Luís Bohn; LAURENT, François; VERDUM, Roberto; SILVA, Dieison Morozoli da. **Rio Ibicuí: “rio de areia” durante a estiagem 2019-2020, na confluência com o rio Uruguai, Brasil**. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 47, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/31893>.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HOLZER, Werther. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea**. *Geographia*, Revista do Programa de Pós-

Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, v. 5, n. 10, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13458>.

LEONEL, Maria Célia. **Os sujeitos que falam: escritor, autor, autor-implícito, narrador.** In: LEONEL, Maria Célia. *Guimarães Rosa: Magma e gênese da obra*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 67-75, 2000.

MARANDOLA JR., Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. **Geograficidade e espacialidade na literatura.** *Geografia*, Rio Claro, v. 34, n. 3, p. 487-508, set./dez. 2009.

RESENDE, Fabiane de Oliveira. **Um corpus ficcional pampiano: o fronteiro Sergio Faraco.** *Caderno de Letras*, n. 27, 2016.

RUBERT, Nara Marlei A. **O regionalismo de Sergio Faraco – uma visão universalista da literatura de fronteira.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2003.

VARGAS LLOSA, Mario. **A verdade das mentiras.** São Paulo: Arx, 2004.

Um olhar interno: Percepção da natureza do Pampa no relato de Hemeterio José Velloso da Silveira

MINUZZI, João Davi Oliveira

Doutorando em História – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Bolsista CAPES, jdminuzzi@gmail.com

Resumo: Hemeterio José Velloso da Silveira foi um advogado pernambucano que se mudou para o Rio Grande do Sul no ano de 1855. Trinta anos depois ele começou a publicar textos sobre suas impressões e viagens na Província. Infelizmente muitas de suas anotações acabaram sendo danificadas e nunca publicadas. Em 1909 já vivendo no Rio de Janeiro, Silveira realiza a publicação definitiva de suas impressões sobre os 54 anos em que viveu no Rio Grande do Sul. Nesse relato podemos verificar como Silveira percebia a natureza do local, em especial, a natureza do bioma Pampa. Com um tipo de relato bem peculiar, reunindo memórias de inúmeras décadas além de idas e vindas na ordem cronológica, o relato de Silveira é ainda mais destacável e interessante por constituir uma percepção que poderíamos chamar de “interna”, já que é uma viagem dentro do próprio território brasileiro. A partir dele podemos notar semelhanças e diferenças entre relatos de estrangeiros e de um brasileiro, todavia o que se constata é que a paisagem do Pampa é tão diferente para Silveira quanto para outros viajantes oriundos de países distantes. Através da História Ambiental este trabalho pretende elucidar questões que envolvam a percepção de paisagem do Pampa e outros temas ambientais que aparecem ao longo da obra “As missões orientais e seus antigos domínios”, com o objetivo de auxiliar a compreender como era a relação da sociedade humana com o meio ambiente do Pampa ao longo do século XIX. **Palavras-chave:** Pampa; História Ambiental; Relato de viagem.

Introdução

Dentre os diversos viajantes que estudo em minha pesquisa de Doutorado há um único brasileiro. A princípio podemos imaginar que ele oferece uma espécie de percepção de mundo muito distinta da percepção dos demais viajantes que são oriundos de países e culturas muito diferentes. Neste artigo será realizada a análise sobre a percepção de natureza do brasileiro Hemeterio José Velloso da Silveira (1824-1913) a respeito do bioma Pampa e se buscará identificar se há realmente uma impressão distinta em relação aos demais viajantes estrangeiros. Essa “visão interna” do próprio país seria tão potente a ponto de alterar a percepção da natureza do sujeito? Mesmo o viajante estando em um bioma diferente e tão distante de seu local de origem, o fator nacionalidade ainda seria suficiente para garantir uma percepção tão distinta de outras? Quais as vantagens e desvantagens Silveira teria por ser um brasileiro viajando em solo de sua pátria mãe? Com essas hipóteses levantadas, procurarei respondê-las através da análise do relato de viagem “As Missões Orientais e seus antigos domínios” publicada em 1909 mas que já havia sido parcialmente impressa e distribuída a partir de 1885 no jornal Mercantil de Porto Alegre.

Um brasileiro pelos Pampas

Nascido na Mata Atlântica, na cidade de Recife, Hemeterio da Silveira viveu a maior parte de sua vida na província do Rio Grande do Sul, totalizando 54 anos morando ali. Oriundo de uma família destacada no cenário político pernambucano, Silveira tornou-se advogado e ocupando diversos cargos, como o de juiz na cidade de São Borja. Ao longo das décadas vivendo no sul do país, realizou inúmeras viagens entre cidades e localidades, especialmente na região do planalto e das missões. Ao realizar essas viagens fez o registro de suas impressões a respeito dos locais que passava a conhecer, tecendo comentários a respeito da sociedade, da política, da economia e entre tantos outros tópicos, da natureza desses locais. É esse ponto que focaremos nossa atenção neste momento, buscaremos compreender a percepção de natureza presente no relato de viagem de Silveira, especialmente da natureza do Pampa. Antes de partirmos para a análise precisamos compreender melhor as características únicas da estrutura desse relato, bem como elucidar o que define uma região como pertencente ao bioma Pampa.

O relato de Silveira não segue uma ordem cronológica, bem pelo contrário, ele é um amontoado de lembranças e anotações que compõe uma narrativa muito afastada do momento que está sendo relatado. Alguns trajetos entre cidades podem ser observados, mas no geral o texto é organizado em uma sequência de cidades próximas e não necessariamente um percurso fiel ao realizado no passado por Silveira. O viajante também descreve muitas idas e vindas no tempo, passando por certas localidades mais de uma vez ao longo das décadas. Inclusive isso é uma característica bem única em seu relato que difere de outros viajantes. Podemos observar os efeitos da passagem do tempo devido a descrição de diferentes viagens, em diferentes anos, para um mesmo local. É bem interessante o caso das ruínas jesuíticas que ele descreve de uma forma e décadas mais tarde já mostra a decadência acelerada de suas ruínas.

Alguns relatos de cidades são bem mais detalhados que outros, indicando uma familiaridade maior com determinados espaços do que com outros, geralmente mais detalhes para cidades do Planalto do que para cidades da Campanha gaúcha. Ele inclusive destaca uma nítida diferença essas regiões que eram “bem distintas [e] assinalam a parte do Rio Grande do Sul, que descrevemos nos restantes capítulos: — a Região Serrana — e a das Savanas ou dos Pampas. Aquela, a mais bela e favorecida pela natureza, é separada desta, pela vasta e elevada cordilheira” (Silveira, 1979, p. 259).

A publicação de seus escritos se deu de forma parcelada a partir de 1885 no jornal Mercantil de Porto Alegre, após incentivo de amigos para a divulgação desse material que Silveira já reunia há muitos anos. O texto final do relato foi editado e publicado em formato de livro no ano de 1909 já na capital brasileira da época, o Rio de Janeiro, e cidade onde Silveira

passou seus últimos anos de vida. O próprio viajante relata que parte de suas anotações foram perdidas devido ao mau armazenamento em um período em que o mesmo teve que deixar o Rio Grande do Sul e voltar a Pernambuco para cuidar da saúde de seu filho mais velho, o primogênito dos dezenove filhos que teve (Silveira, 1979, p. XII). A perda de parte das anotações era algo comum entre viajantes que enfrentavam os percalços do clima, roubos e outras situações inesperadas. Isso acaba afetando as informações e impressões que o texto poderia ter, pois passa a depender de uma memória a longo prazo do escritor que pode alterar ou omitir acontecimentos e sensações vivenciados. Devemos manter em mente que o relato dessa viagem foi produzido ao longo das décadas e somente muito tempo depois editado e publicado em diferentes formatos e ocasiões, dando ao relato uma característica especial.

Durante as décadas em que viveu no Rio Grande do Sul, Silveira morou em algumas cidades e visitou inúmeras outras. Para esse trabalho, focamos nas descrições de cidades e caminhos que pertencem ao bioma Pampa, considerando que bioma é uma grande unidade biológica definida “para designar unidades geográficas contínuas, ainda que sejam compostas por uma miríade de ecossistemas” (Suertegaray e Silva, 2009, p. 44). O bioma tem como “características a uniformidade de um macroclima definido, de uma determinada fitofisionomia ou formação vegetal, de uma fauna e outros organismos vivos associados, e de outras condições ambientais, como a altitude, o solo, alagamentos, o fogo, a salinidade, entre outros” (Coutinho, 2005, p. 18). O estudo de biomas a partir da História Ambiental é relevante pois há poucos estudos historiográficos sobre essa região do ponto de vista de quais foram as relações que os seres humanos estabeleceram com esse espaço ao longo do tempo.

O Pampa é um dos seis biomas brasileiros e se estende ainda para além das fronteiras nacionais, abrangendo partes da Argentina e todo o Uruguai, compondo um espaço complexo que necessita de uma análise de larga escala. Apesar de o conceito de bioma ser recente (IBGE, 2004), a compreensão do Pampa como uma unidade natural já estava presente de alguma maneira no século XIX e inclusive aparece repetidamente no texto de Silveira. Pelo fato de ser uma zona pouco estudada, por ser uma zona fronteira e pela necessidade de atualmente compreendermos e protegermos esse bioma, se constitui a importância de efetuarmos um estudo focado nesse espaço.

Ideia de Natureza em Silveira

O século XIX, nosso recorte temporal, foi um período chave para compreendermos mudanças na forma de pensamento que a sociedade ocidental possui em relação à natureza. O historiador Franklin Baumer (1977) e o historiador Keith Thomas (2010) demonstram em seus

respectivos trabalhos “O pensamento europeu moderno” e “O homem e o mundo natural - mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)” como as formas de pensamento em relação a natureza estavam drasticamente sofrendo alterações no final do século XVIII e início do século XIX na Europa. Havia duas correntes de pensamento, bastante plurais internamente, que influenciavam a forma de pensar das pessoas: o Romantismo e o Neo-Iluminismo. De maneira resumida os românticos valorizavam a natureza selvagem e suas formas originais complexas, enxergando os espaços naturais como propícios à contemplação e aproximação divina. Eles idealizava a vida no campo em contraposição à cidade; Por outro lado, havia o movimento neo-iluminista que prezava por um controle maior da natureza por parte da humanidade, valorizando formas retilíneas e ordenadas, priorizando a produtividade da terra e destacando quais seriam as utilidades das espécies vegetais e animais para o progresso e sustento humano.

Essas duas visões de mundo muitas vezes se chocavam e rivalizavam, porém em alguns casos já percebemos que havia uma mescla dessas formas de pensar no discurso das pessoas do período. O relato de viagem de Silveira, assim como os relatos de outros viajantes que compõe meu estudo no doutorado, está carregado dessas formas de pensar a natureza. Ao analisarmos esse material podemos identificar qual das correntes influenciavam mais o autor e começarmos a compreender como esses distintos pensamentos afetavam a percepção pessoal, a percepção coletiva e também a ação da sociedade perante a natureza. A concepção da natureza afeta não apenas o pensamento, mas a maneira como a pessoa se porta no mundo e isso acaba refletindo nas suas ações, nas leis que são votadas, na forma de produção alimentícia, no trato com não-humanos, etc.

Podemos destacar algumas passagens do relato de Silveira que demonstram suas ideias a respeito do mundo natural. Ele tinha a ideia de que “a natureza oferece espontaneamente riquezas; mas é necessário que o trabalho lance mão delas para torná-las próprias do nosso uso, transportadas do lugar em que abundam, para o sítio onde faltam” (Silveira, 1979, p. 131) acabando por ressaltar que cabia aos humanos, através de sua força laboral, modificar a natureza para o uso humano, bem como gerenciar esses recursos extraídos da natureza e distribuí-los por regiões carentes. Essa visão bastante antropocêntrica e focada na capacidade de alteração da natureza pelo trabalho humano é um ponto presente no seu texto em alguns momentos.

Quando a natureza fornecia a homens tão engenhosos e ativos uma profusão de materiais apropriados para a construção de templos majestosos e cidades edificadas a capricho, era-lhes impossível deixar de aproveitar tão bons elementos e dotar os seus neófitos com todos os meios de viver em sociedade, dar graças a Deus por ter-lhes proporcionado numa felicidade, que pareceu indestrutível, mas foi por longo tempo

inalterável (Silveira, 1979, p. 200).

Nesses últimos dois trechos podemos destacar que o trabalho humano era “necessário” sob a natureza e que com tantos recursos seria “impossível” não aproveitar essas oportunidades para desenvolver uma civilização. Desta forma o pensamento neo-iluminista se encontra presente e influenciando as ideias de Silveira a respeito da sociedade e da natureza. Ele continua ressaltando o trabalho humano que ocupava as terras e as modificavam, como podemos notar no trecho a seguir:

As terras ao redor dessa estrada estavam **ocupadas** por colonos que haviam “comprometendo-se todos a conservar limpa sua testada sobre a estrada” e “eis a razão por que, em nosso último trajeto, já não ouvíamos, como outrora, durante duas ou mais horas de marcha, os estrídulos das arapongas e outras aves da selva. Agora, com a permanente habitação dos posseiros, ouvem-se sim, os golpes dos machados, derrubando árvores para madeiras de construção e lenha, ou preparando a terra para a plantação de legumes; - ouve-se o rumor dos monjolos triturando a erva-mate ou o milho para farinha. Bem caro devem custar um dia essas derrubadas e os incêndios. Em toda a parte do Brasil (mas especialmente no sul) a destruição das árvores da selva sem a menor reserva, extinguindo-as mesmo, produzirá a secura da terra e até a alteração do clima, tornando-o insalubre (Silveira, 1979, p. 166, grifos nossos).

Apesar do destaque positivo para a alteração da natureza, Silveira não deixa de registrar sua preocupação com os impactos que a destruição desenfreada poderia ocasionar. Essa preocupação ambiental, tão comum nos dias atuais, não era tão acentuada no século XIX e também não era tão elaborada do ponto de vista científico e ecológico, mas já existia de certa forma e é bem interessante que podemos encontrá-la no relato do viajante pernambucano. Outra preocupação que ele possuía era sobre quais recursos estão disponíveis e qual é a produção de cada localidade, sempre buscando apontar quais bens eram produzidos ali e quais poderiam vingar se bem trabalhados. Registra assim que “o extenso vale formado pela Serra do Iborahissá, rios Itú, Jaguari e Ibicuí, fértil, abundante de pastagens suculentas, bosques frondosos de madeiras preciosas, com jazidas minerais, irrigado ainda por uma multidão de arroios” (Silveira, 1979, p. 446-447) e também que “não foi só a beleza agreste de todo esse território, o que mais tivemos que apreciar, porém sobretudo a feracidade de um solo, que tudo produz de bom e melhor” (Silveira, 1979, p. 323). Próximo a São Borja pontua todos minerais abundantes e tece críticas a falta de trabalho na região:

abundam minas de carvão de pedra, cobre, ferro, níquel e lindas pedras de ágata. É porém para lastimar, que com tanta riqueza natural, desafiando os labores do homem, só uma pequena parte desse solo feracíssimo seja cultivada e não possam multiplicar-se os estabelecimentos industriais, com os melhoramentos que em outros lugares se notam, continuando a predominar a velha rotina (Silveira, 1979, p. 237).

As ideias até aqui apresentadas dialogam fortemente com o neo-iluminismo, destacando a importância do trabalho humano, da economia, da natureza como recurso e tentando racionalizar esses ambientes de forma a se extrair o máximo potencial econômico. Todavia, há uma mescla de pensamentos românticos que valorizam a beleza de um lugar *per se*. Em um momento nas ruínas de São Miguel, o viajante exalta a beleza dos roseirais que “nos meses de setembro e outubro, por ocasião da florescência primaveril nada igualaria a beleza desse vasto e bem cuidado vergel” (Silveira, 1979, p.189), ele também descreve cenários de forma poética:

Em plena primavera, revestir-se-ia da mais desusada pompa. A florescência das roseiras, que ornavam a muralha da quinta, nessa quadra primaveril, a dos pessegueiros e outras árvores frutíferas, os cinamomos e o grande laranjal em flor, espargindo em grato aroma pelas ruas e praça da povoação, o gorgueio dos pássaros adejando em bandos, tudo isso excedia quaisquer glorificações, que pudessem inventar e praticar os homens, imperfeitos e pecadores (Silveira, 1979, p. 194).

Nesse último trecho, apesar de ressaltar espécies de plantas com “utilidade” aos humanos devido aos seus frutos, como os pessegueiros e laranjeiras, ele também menciona outras espécies que não possuem um uso tão direto (cinamomos e roseiras), mas que são importantes pela sua beleza. Além desses destaques, ele infere sobre a imperfeição e pecaminosidade das pessoas, atribuindo um valor religioso e penitente aos humanos que seriam impuros perante a obra (natureza) de Deus. Esse tipo de pensamento é bem frequente em autores românticos. Podemos até mesmo notar que Silveira cita um famoso autor romântico, o poeta português João Batista de Almeida Garret (1799-1854):

entramos pelo mato dentro, seguindo por caminhos estreitíssimos e atravessados, apreciando os troncos e frondes das árvores bem copadas algumas, como o açoita-cavalo com flores bem odoríferas. Nessa ocasião, mentalmente repetíamos este inspirado trecho de Almeida Garret: ‘A majestade sombria e solene de um bosque antigo e copado, o silêncio e escuridão de suas moitas mais fechadas, o abrigo solitário de suas clareiras, tudo é grande, sublime e inspirador de elevados pensamentos. Medita-se ali por força, isola-se a alma dos sentidos... e Deus, a eternidade, as primitivas e inatas idéias do homem ficam sós e únicas em seu pensamento (Silveira, 1979, p. 176).

Thomas (2010) já salientava que os autores românticos constantemente se referiam à noite e à escuridão. Adjetivar o local como “sublime e inspirador” é outra característica bem comum em textos românticos que buscam transformar um espaço natural em uma espécie de templo de conexão com Deus, como Silveira deixa bem claro nesse trecho. Outra característica romântica era exaltar a pessoa do campo, como alguém cheio de qualidades, pureza e proximidade com a natureza de Deus, podemos verificar essa característica no seguinte trecho:

E tudo isso entendemos, constitui uma felicidade que jamais possuirá o homem condenado à vida agitada das cidades, farta somente em decepções, ou em gozos bem depressa aborrecíveis, quando não perniciosos. Realmente não há vida mais cheia de

encantos, mais tranqüila, nem tão honrada, como a do lavrador. Seria essa a nossa profissão, se outra não houvesse, em nossa adolescência, sido a fortiori imposta (Silveira, 1979, p. 242).

A vida do lavrador seria feliz, cheia de encantos, honrada e tranquila, em contraste com a vida das pessoas que moravam na cidade que estavam afastadas dessa vida simples e por isso sofriam ou estavam mais suscetíveis ao pecado. Essa dicotomia entre campo e cidade é ricamente explorada no livro “O campo e a Cidade: na História e na Literatura” de Raymond Williams (2011).

Essa riqueza de diversidade de formas de pensar presente no relato de Hemeterio da Silveira torna o seu texto uma fonte muito interessante e importante de ser trabalhada. Notamos que ele tem inúmeras similaridades com outros relatos de viajantes estrangeiros de todo o longo período do século XIX, não apresentando distinções tão drásticas como poderíamos imaginar apenas pelo fato dele ser brasileiro. Talvez pelo seu alto grau de instrução, provavelmente obtido em terras portuguesas, ele acabe compartilhando de visões de mundo semelhantes aquelas mais recorrentes na Europa do período.

Há momentos de sua viagem em que ele e seus companheiros detêm-se apenas para “contemplar a beleza natural das margens do grande rio, que leva suas águas até a bacia, onde confluem os rios Caí e o dos Sinos, formando mais adiante com o Gravataí o majestoso Guaíba” (Silveira, 1979, p. 153), demonstrando que eles valorizavam não apenas a terra produtiva, mas também momentos de prazer e descanso ao admirarem uma paisagem. E admiravam inclusive cenários onde a natureza estava “intocada”, como no caminho entre Cruz Alta e Ijuí, onde narra que “um sol primaveril dava às verdes savanas, aos arvoredos das estâncias e aos bosques distanciadas da estrada o cunho dessa beleza que, **sem o menor trato por mãos de homens**, excede muitas vezes aos jardins mais bem tratados” (Silveira, 1979, p. 161, grifo nosso) ou próximo a São Luís Gonzaga, onde “era belo ver, embora na distância de oito ou mais quilômetros, um sinal de povoação circundada por extensa campina totalmente **erma**” (Silveira, 1979, p. 210, grifo nosso). Dessa forma podemos afirmar que a beleza de uma paisagem não estava necessariamente atrelada a presença humana, de acordo com a percepção de natureza de Silveira.

ouvindo-se o chilar de vários pássaros, o silvo saudoso das perdizes ou dos pardais, tendo diante dos olhos o sublime espetáculo da natureza iluminada pelos raios rubros do sol nascente, os verdes campos onde pastam grupos de animais vacuns e cavaleares, bandos de avestruzes e os veados do campo, um capão de matos com vasta folhagem, às vezes florescida e aromatizada, lá de vez em quando, uma casa de vivenda com o seu arvoredado, vendo-se tudo isso, experimenta-se deveras uma satisfação íntima, indescritível. Quase se não sente saudade do lar. Todas as preocupações, todos os cuidados são esquecidos. E foi o que nos sucedeu (Silveira, 1979, p. 155-156).

Nesse trecho o autor destaca diversos aspectos de beleza da paisagem, a presença de animais que animam a cena, bem como a discreta presença humana, que tornam o momento de uma satisfação indescritível.

A questão do deserto

Uma das questões mais relacionadas ao bioma Pampa é a figura atrelada a ele de deserto. Esse conceito comumente significa um espaço vazio de seres, de pouca variabilidade, de baixa densidade demográfica, de baixa produção agropastoril e pouca presença de indústrias e melhoramentos diversos da sociedade como pontes, boas estradas, fácil comunicação, etc. Em Silveira a ideia de “deserto” está fortemente vinculada a ideia de vazio demográfico, especialmente de vazio de população europeia. Para resolver a falta de população e essa sensação de deserto, a colonização europeia foi fortemente incentivada na segunda metade do século XIX em praticamente todo o território do bioma Pampa, e Silveira acreditava que essa seria uma boa solução, pois ao escrever sobre Jaguarí, uma zona mista de Pampa e Mata Atlântica, comenta que “o acompanhamento de imigrantes no meio da mata virgem, transformando hoje num território povoado” (Silveira, 1979, p. 368) o que era um espaço antes “vazio e deserto”.

Perto de Quaraí, bem como em outros momentos, o viajante chega a usar a expressão “deserto” para se referir aos cenários que encontrava: “a estrada, que percorríamos, atravessava, em ambas as margens do rio e até longa distância, um terreno **deserto**” (Silveira, 1979, p. 441, grifo nosso). Já ao redor de Júlio de Castilhos, escreve:

estende-se, até onde a vista alcança, uma planície com ondulações quase imperceptíveis. Mas para onde quer que o viajante se dirija, encontrará o campo dobrado e logo um córrego, que descerá, para em breve subir pela margem oposta do regato ou da canhada. Quando chegar ao alto da coxilha seguinte, parecer-lhe-á ter deixado para trás uma vasta planície da qual é, como uma continuação interrupta, toda a que se distende até o mais longínquo horizonte visual. Continuando a caminhar, sempre encontrará outras baixadas e outras subidas sucessivas dominadas pela planície, que quase não finda (Silveira, 1979, p. 352).

Essa planície infinita era uma descrição extremamente comum nos relatos de viajantes no bioma Pampa e ainda muito presente no imaginário das pessoas hoje em dia. Ele descreve novamente em outro local e momento que “por todas as campanhas circunvizinhas, pela estrada, que as cortava, e bem longe, reinava uma solidão profunda, e esta imprimia no viandante um sentimento da mais completa melancolia e uma saudade nostálgica do seu lar” (Silveira, 1979, p. 204).

O grande problema de sempre escrever passagens como a seguinte: “bem longe, bem

ermo, bem triste é agora o terreno, que vamos percorrer desde as ruínas de São Nicolau [até São Borja] (Silveira, 1979, p. 240), é que essa visão de deserto, de vazio, de desolação, acaba reforçando percepções que esse espaço era de fato vazio, ignorando toda uma população local constituída de uma rica diversidade cultural, incluindo inúmeros indígenas, e também de uma rica diversidade ecológica. Essas paisagens aparentemente vazias estavam carregadas de espécies vegetais, de uma infinidade de insetos de todas as formas e cores, de anfíbios e répteis que viviam pelos campos, de aves nativas e migratórias, de mamíferos exóticos que pastavam sobre esse extenso território. A ideia de vazio e de deserto não apenas foi uma ferramenta para acelerar o processo de colonização europeia e conquista efetiva do território, ocorrido na segunda metade do século XIX, como também foi uma ferramenta no processo de destruição da natureza e subjugação das espécies não-humanas presentes nesses campos. A ideia de deserto foi tão fortemente popular que reflete no pensamento ambiental atual sobre esse bioma, provocando efeitos até hoje.

Considerações Finais

Através desse estudo foi possível compreender a diversidade presente no pensamento ambiental de Hemeterio da Silveira, um viajante pernambucano que se estabeleceu no Rio Grande do Sul por um extenso período de vida e que ali fixou residência, mas nunca deixou de ser um viajante dentro da própria província. As ideias neo-iluministas e românticas, as mais recorrentes do período estudado, estavam ambas presentes em intensidades bem marcantes, demonstrando que uma não necessariamente anulava a outra e que pessoas, como Silveira, poderiam manifestar pensamentos dissonantes em relação a natureza influenciado por essas duas correntes de pensamento.

O relato de Silveira é bem característico e reúne memórias muito antigas que estavam apoiadas em inúmeras anotações. No relato estão presentes questões sobre a passagem de tempo e sobre a característica do Pampa ser percebido como um deserto. Essas particularidades enriquecem o relato e nos dão muitas pistas para compreendermos mais esse espaço e a relação que a sociedade humana desenvolveu com o ambiente do Pampa ao longo do século XIX.

Por fim, vale ressaltar que o Pampa é um ambiente tão exótico para o pernambucano Silveira, quanto o é para outros viajantes estrangeiros, bem como as formas de pensar a natureza presentes em seu relato não diferem das formas encontradas nos relatos desses outros viajantes estrangeiros, demonstrando que o fator nacionalidade não é tão influente quando se trata de correntes de pensamento da natureza nesse período. Em um futuro artigo ou na tese final, irei

explorar as percepções de Silveira relativas aos animais e as plantas, que nos municiam de mais elementos para compreendermos tanto o autor quanto o bioma Pampa.

Referências

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COUTINHO, Leopoldo Magno. **O conceito de bioma**. Acta Bot. Bras., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 13-23, Mar. 2006.

IBGE. **Mapa da vegetação do Brasil e Mapa de Biomas do Brasil**. 2004.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

SUERTEGARAY, Dirce; SILVA, Luís Alberto Pires. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: PILLAR, Valério De Patta; et al. **Campos Sulinos** - conservação e uso sustentável da biodiversidade – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

A natureza andina em *The Pampas and the Andes* (1868), de Nathaniel Holmes Bishop

NUNES, Nykollas Gabryel Oroczo

Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS

CNPq, nykollas.nunes@edu.pucrs.br

Resumo: Em 1868, o estadunidense Nathaniel Holmes Bishop (1837–1902) publicou pela primeira vez o livro *The Pampas and the Andes: A Thousand Miles' Walk across South America*, um relato de viagem descrevendo sua experiência atravessando a América do Sul a pé, partindo do porto de Buenos Aires em direção a Valparaíso. Bishop, então um jovem naturalista particularmente interessado em ornitologia e oologia, narra suas passagens pelo território dos pampas argentinos e das montanhas dos Andes na fronteira com o Chile em companhia de diferentes caravanas de sujeitos platinos que aceitam levá-lo em suas viagens (nem sempre da maneira mais amistosa possível, segundo sua narrativa). Neste trabalho, serão analisadas as visões sobre a natureza da América do Sul apresentadas ao público estadunidense por este autor em seu relato, especialmente no tocante a seus escritos sobre os Andes. As percepções de lugares distantes eram, no século XIX, muito moldadas por relatos de viajantes como Bishop, cujo livro teve várias reedições, indicando um amplo alcance junto ao público leitor estadunidense. Similarmente, as noções construídas por estes leitores sobre os povos que desconheciam também eram moldadas por estes escritos de exploradores, aventureiros e pretensos etnólogos. Assim, também serão avaliados seus posicionamentos sobre os sujeitos dos “pampas e dos Andes”, especialmente quanto às relações entre estas populações e o ambiente expostas na narrativa.

Palavras-chave: Nathaniel Holmes Bishop (1837–1902); relato de viagem; visões da natureza.

Introdução

A literatura de viajantes ocupava um local de grande prestígio entre o público leitor no século XIX. Ela estava associada à expansão do conhecimento científico, apresentando novos dados empíricos e revolucionando paradigmas. “Os relatos de viagem assumiam importância central exatamente por preencher subjetivamente o espaço físico com sentido, possibilitando que o deslocamento fosse transformado em um tipo de educação prática”, expõe Marcelo Fetz em seu *A viagem como descoberta científica: história natural e cultura de precisão* (Fetz, 2019, p. 43). Ela também estava associada, por outro lado, ao desenvolvimento capitalista e à expansão imperialista pelo globo terrestre, comunicando sobre novos espaços, matérias-primas, povos e mercados a serem conquistados, além de poder atestar simbolicamente sobre o poder de um Império, como no caso da busca pelo Polo Norte, que teve êxito apenas no começo do século XX, em 1909. Sobre este processo, Beau Riffenburgh coloca:

Como a expansão contínua representava um meio para atingir ou manter a supremacia moral, racial, espiritual e física, a exploração assim se tornou um instrumento não apenas para justificar a doutrina política nacional ou imperial, mas para encarnar a suposta superioridade cultural coletiva de uma nação (Riffenburgh, 1994, p. 2, tradução própria).

Neste contexto, o explorador, aquele que empreendia viagens para zonas pouco ou nada conhecidas pela cultura para a qual escrevia, era uma figura louvada tanto pela expansão da ciência quanto dos Impérios europeus e estadunidense. Além disso, como destacou Mary Louise Pratt, mesmo nos casos em que não se estava indo aonde “nenhum homem branco jamais estivera” o ato de revisitar uma área, de escrever uma nova perspectiva sobre ela, conferia ao gênero da literatura de viagens uma variedade de visões não-monolíticas, muitas vezes conflituosas sobre um povo, sobre um local, que o mantinha atrativo aos leitores (Pratt, 1991, p. 152). Neste trabalho, apresentarei reflexões sobre a representação da paisagem e de seus habitantes em uma obra de um viajante da região do pampa e dos Andes, a qual representou, na segunda metade do século XIX, mais uma lente através da qual o público anglófono poderia olhar para a América do Sul.

Nathaniel Holmes Bishop (1837-1902), natural de Medford, Massachusetts, é lembrado hoje como um explorador e como fundador da *American Canoe Association* (uma de suas obras mais famosas, *Voyage of the paper canoe*, de 1878, narra uma viagem explorando a América do Norte com uma canoa de papel). Em 1854, com dezessete anos e 45 dólares, Bishop embarcou a caminho da América do Sul, onde, sem saber falar espanhol, pôs-se a cruzar o continente, do Atlântico em direção ao Pacífico. É importante não glorificar este empreendimento, como o fez, por exemplo, o naturalista Edward Augustus Samuels, autor da introdução do livro (Bishop, 1868, p. 3-4), mas a precariedade da situação de Bishop é importante para compreender algumas das questões narrativas que surgem na obra. Sobre a experiência desta viagem, ele publicou, quatorze anos depois, o livro *The pampas and the Andes: a thousand miles' walk across South America* (1868).

Sobre o trajeto de sua viagem, ele a inicia embarcando em um navio em Cape Cod, no seu estado natal de Massachusetts. De lá, seguiu até o porto de Montevideú, mas desembarcou do outro lado da fronteira uruguaio-argentina, em Buenos Aires. Então, enquanto aguardava por uma caravana para acompanhá-lo ao interior e aos Andes, Bishop desviou de seu itinerário para participar de uma aventura que mais parece saída de um livro de ficção. Ele foi convidado por outro estadunidense que encontrou em Buenos Aires para explorar o Uruguai com um objetivo sigiloso. Uma vez lá, este interlocutor o informou que buscava por pistas no terreno que o levariam a um tesouro enterrado de piratas espanhóis, sobre o qual havia ficado sabendo recentemente, segredo revelado por um homem no seu leito de morte. Depois desta caça ao tesouro (que não surpreendentemente mostrou-se infrutífera), Bishop retorna à Argentina e sobe pelo rio da Prata até Rosário, de onde parte descrevendo os pampas em companhia de uma tropa de “*gauchos*” conduzindo gado, também descrevendo algumas cidades no caminho, como Rio

Quarto. Eventualmente, o estadunidense chega a San Luis (onde ele afirma que termina o pampa), aos desertos salinos, e então a La Paz, Mendoza e San Juan. Lá, o inverno o impede de atravessar a cordilheira imediatamente, e por isso permanece por um bom tempo na companhia de outro estadunidense que o acolhe. Deste indivíduo, Bishop reproduz histórias que formam um segundo e mais extremo desvio de sua narrativa da travessia do continente. Finalmente, com a mudança das estações, o viajante atravessa os Andes seguindo o caminho do correio de Uspallata, próximo ao Aconcágua, chegando ao Chile por Los Andes, e de lá seguindo para San Felipe, Quillota, e finalmente terminando em Valparaíso, de onde partiu para contornar a América do Sul pelo Cabo Horn e retornar à costa Leste dos Estados Unidos.

A estrutura narrativa do livro se organiza, desta forma, em cinco momentos principais: o começo da viagem (a partida, a viagem de navio e a chegada à América do Sul), o desvio no Uruguai (a caça ao tesouro), a travessia do pampa argentino na companhia dos *gauchos*, a estadia em Mendoza e San Juan (com a inclusão das histórias de seu anfitrião), e a travessia dos Andes. Este trabalho busca explorar algumas das maneiras como, no terceiro e no último destes momentos narrativos, a natureza e a população das regiões do pampa e dos Andes, respectivamente, são representadas pelo autor.

O pampa

A primeira característica a ser destacada é que no livro de Bishop o pampa é um ambiente muito diverso, inclusive mais do que observamos em outros relatos da época como, por exemplo, *Cordillera and Pampa* (Strain, 1853), ou mesmo em mídias contemporâneas como reportagens ou livros didáticos, que descrevem o bioma quase como um imenso oceano de grama. Há uma atenção específica à descrição da fauna e da flora, identificando espécies, apontando nomes científicos e descrevendo comportamentos e relações (Bishop também possuía grande interesse em ornitologia e oologia). Esta preocupação situa bem seu relato como um exemplo da associação entre cultura de viagem e cultura de precisão que, como aponta Marcelo Fetz, se instaurou no pensamento europeu desde os séculos XVI e XVII com os novos paradigmas científicos estimulados pelas navegações oceânicas europeias (Fetz, 2019).

Neste pampa biologicamente diverso, há pântanos, pequenos matagais, capinzais, rios, açudes e cerros que montam um mosaico heterogêneo do cenário percorrido. E este mosaico, por sua vez, é habitado por viscachas, papagaios, veados, corujas, urubus, carcarás e tatus, que não apenas têm aparência e hábitos descritos no relato, como também aparecem na narrativa acompanhados de pequenas digressões, em que Bishop traz apanhados do que outros pesquisadores informaram sobre determinado animal. Este discurso científico se mistura à

apreciação estética do cenário e dos seus habitantes não-humanos, que compõem um agreste (“agreste” é como me refiro ao que os anglófonos chamam de *wilderness*, um espaço *percebido como* – esta distinção é crucial – pertencente à natureza em oposição aos espaços domesticados pelo ser humano) romântico no relato.

Embora a vegetação e o relevo também sejam descritos em sua diversidade, este discurso é mais evidente em *The pampas and the Andes* especialmente nos momentos em que Bishop descreve a fauna do local. Um dos momentos mais marcantes desta escrita dá-se quando ele dedica longas páginas às viscachas (*Lagostomus maximus*, embora o autor use outra nomenclatura, *Lagostomus trichodactylus*, hoje superada) e às corujas-buraqueiras (*Athene culicularia*) que com elas compartilhavam seu meio-ambiente. No começo desta seção, as imagens evocadas pelo escritor remetem o leitor de hoje a documentários sobre “vida selvagem”:

Após a habitual sesta, continuamos nossa jornada. Nada de importante aconteceu até o pôr do sol, quando, ao olhar pela planície, ela parecia, de repente, ganhar vida. Conforme o sol se punha abaixo do horizonte, os donos de inúmeras pequenas tocas, que eu havia notado durante a maior parte da tarde por toda a planície, saíram dos buracos em número suficiente para surpreender os não iniciados. Enquanto observava uma das tocas, vi primeiro uma pequena cabeça redonda, animada por um par de olhos pretos e piscantes, espiando para fora; em seguida, seguia-se um corpo escuro e, finalmente, o animal, ao se convencer de que nossas intenções não eram hostis, sentava-se à entrada de sua toca com a maior despreocupação possível; mas, em um momento, após nos observar curiosamente, ele corria para se juntar aos centenas, se não milhares, que estavam brincando na grama ao nosso redor. Às vezes, víamos uma fêmea mais velha trotando com quatro ou cinco filhotes em visita a um vizinho; e frequentemente víamos algumas dessas reuniões, onde, enquanto os mais velhos trocavam cumprimentos, os membros jovens da família corriam alegremente pelos montículos. Esses animais, que lembravam um pouco os marmotas, eram chamados pelos nativos de bizcacha. A espécie é a *Lagostomus trichodactylus* dos naturalistas. Seus hábitos são semelhantes aos das marmotas propriamente ditas; em tamanho, ela excede o gambá da América do Norte (Bishop, 1868, p. 107-108, tradução própria).

Bishop aqui está na posição de um autor naturalista e, desta forma, o pampa é retratado como um espaço romantizado de encontro com espécies não-humanas existindo harmoniosamente na natureza. As páginas seguintes, que tratam da ecologia das viscachas e da coruja-buraqueira, seguem um tom semelhante, mas o complementam com dados atribuídos à literatura científica da época. Este pampa das observações “do naturalista” é um espaço retratado de maneira principalmente positiva, navegando entre a estética do agreste e a de um cenário campestre e bucólico. Mesmo quando há perigo – como frequentemente há nas narrativas de travessia do agreste –, ele ainda contracena com o belo, assumindo um aspecto novamente positivo. Em uma noite, Bishop observa o horizonte brilhando devido a um incêndio florestal, e agradece pelas chamas não terem ido em direção a seu grupo, ele descreve tal incêndio, entretanto, como “uma das visões mais sublimes e magníficas na natureza” (Bishop,

1868, p. 122, tradução própria). Por outro lado, outros imaginários são construídos sobre este espaço na obra, e eles nem sempre são tão positivos. Ao olhar do Bishop naturalista se contrasta o do Bishop etnógrafo, e este apresenta ao leitor um ambiente muito diferente.

No aspecto humano, o pampa de Bishop também é diverso, mas sendo um cenário de desigualdade, com estâncias ricas onde vivem homens muito poderosos e vilarejos com casebres paupérrimos onde a população avidamente procura comerciar com a caravana do autor. Ele também é um cenário de violência, em certos momentos são encontrados rastros de ataques de grupos indígenas hostis às populações colonizadoras, e há momentos em que a ameaça de um ataque à própria caravana parece próxima. Por fim, o pampa também é um local de privação: é necessário racionar a comida, abater o mínimo de rezes possível, negociar vegetais com os habitantes dos vilarejos encontrados e garantir que sua parte da comida não seja devorada pelas outras bocas famintas na caravana. Cães e crianças do grupo disputam restos de carne assada que caem no chão.

Os *gauchos* que o autor acompanhou, neste contexto de escrita etnográfica são representados, como gente dos pampas, de maneira particularmente negativa e bruta. Possuem uma ignorância caricata, que pode ser observada, entre outros momentos, quando discutem se “Bostron” (a maneira como Bishop afirma que se referiam a Boston) seria ou não na França, para então afirmar que não poderia ser o caso pois na França não há lua, enquanto em Boston existia uma lua assim como a sua (Bishop, 1868, p. 133). Também são dotados de uma desonestidade enorme, constantemente sendo retratados como ladrões e vigaristas, além de por vezes demonstrarem uma perversidade violenta, o autor narrando um suposto envenenamento que sofreu nas mãos dos *gauchos* que o acompanhavam (Bishop, 1868, p. 157-160). Essa vilania dos *gauchos* se reflete muitas vezes em uma espécie de “bullying” que é repetido ao longo do livro, em alguns momentos adquirindo um caráter cômico, com o autor sendo desrespeitado pelos seus companheiros de viagem, e então se tornando motivo de chacota. Neste ponto é especialmente relevante a situação da viagem de Bishop mencionada na introdução deste trabalho. Seus dezessete anos, seus modestos – embora não inexistentes – recursos financeiros, sua inabilidade de se comunicar adequadamente, e a ausência de contatos ou de uma posição ou patente que comandasse respeito, levaram a muitos momentos narrativos, especialmente entre os *gauchos*, em que o autor aparece em uma posição de fragilidade.

Bishop também emprega dois tropos recorrentes, que aparecem em outros relatos sobre populações sul-americanas: o do desrespeito aos mortos e o da crueldade com os animais. Este segundo é expresso principalmente quando o autor se refere ao amansamento de potros, retratado como uma prática extremamente brutal. Isaac Grier Strain, um compatriota de Bishop

que publicou um relato de viagem sobre sua própria travessia do pampa em 1853, também se preocupou com os cavalos na América do Sul e com seu tratamento percebido como cruel ou negligente, a ponto de escrever – em um trecho pouco convencional – sobre a falta de entidades filantrópicas no mundo que se preocupassem em particular com o cavalo (Strain, 1853, p. 221).

Sobre o desrespeito aos mortos, Bishop narrou sobre o grupo de *gauchos* com o qual viajava ter exumado os corpos de uma família atacada pelos indígenas algum tempo antes de sua chegada a um local referido como *Guardia de la Esquina*, brincando com as cabeças e provocando o autor, de uma maneira descrita como desrespeitosa e nojenta (Bishop, 1868, p. 124-125). Os homens pretendiam levar as cabeças até uma igreja, para que pudessem ter um sepultamento cristão, mas as atitudes negativas dominaram esta porção do relato, deixando pouco espaço à motivação da exumação. Em *Maudlin Profanity and Midnight Debauchery: Infanticide and the Angelito* (2013), Jennifer Hayward explora como este tropo do desrespeito aos mortos aparece em relatos de viajantes sobre o Chile, em particular quanto ao caso dos “*angelitos*”, cadáveres de crianças que seriam decorados e velados publicamente pelas suas famílias, que conduziriam festejos. Os autores citados por Hayward expressam indignação e repulsa pelos atos dos chilenos, que condenam como profanação dos corpos, devassidão e deboche com os mortos, também condenando sua aparente falta de tristeza pela morte da criança, e nesses sentidos aproximam-se da reação esboçada por Bishop quanto ao tratamento dos cadáveres (cabe destacar também, que Bishop também enfatiza a presença de uma criança entre os mortos exumados, e dá destaque aos atos que julga desrespeitosos performados com sua cabeça em particular).

Para além destes tropos, outro grande ícone de violência no relato de Bishop é a figura do indígena. Pouco após o relato da exumação em *Guardia de la Esquina*, o autor escreveu sobre a história de um grupo de ingleses que teria tentado atravessar o pampa para voltar a sua terra natal com ouro obtido na Califórnia, tendo sido atacados e mortos pelos indígenas próximo a um forte chamado *Cabeza del Tigre*. Eventualmente, a ameaça parece mais próxima do grupo de Bishop, e ele reconta:

Por mais que os peões desconsiderassem levemente os assassinatos de índios na *Esquina*, seus rostos assumiram uma expressão muito diferente da alegria quando, no dia seguinte, um tropel de mulas do interior nos ultrapassou, e o patrão informou nosso grupo que os selvagens haviam cortado as gargantas de onze soldados não muito longe da estrada em que estávamos. Sua alegria barulhenta havia terminado; e nos vários dias seguintes, não me lembro de ter ouvido uma única canção ou palavra leve na companhia. Todos pareciam bastante incertos; um ou dois tentaram se divertir passando as facas pelas gargantas de maneira significativa na minha frente, mas seus esforços apenas me fizeram sorrir e provocaram os outros membros do grupo (Bishop, 1868, p. 127, tradução própria).

Este perigo representado pelos ataques indígenas aproxima o ambiente do pampa argentino das narrativas sobre o agreste da fronteira nos Estados Unidos. Em *Regeneration through violence*, Richard Slotkin traça uma história destas narrativas remetendo aos primeiros momentos da literatura dos colonizadores do “Novo Mundo”, justificando suas ações por meio de suas histórias de “guerras contra indígenas” (*indian wars*) (Slotkin, 2000, p. 18-24). No século XIX, as figuras do *frontiersman* (o colonizador na fronteira) e do indígena já haviam passado por uma série de transformações na literatura e na cultura estadunidense, mas o conflito e a violência ainda eram uma parte integral das relações construídas entre estes sujeitos – o período pós-Guerra Civil nos EUA foi marcado por brutais guerras contra indígenas e massacres (Slotkin, 2000, p. 562).

Quanto às outras populações que habitam o pampa, Bishop novamente usa um tropo recorrente, o da “passividade histórica”, que aparece quando se afirma que uma população “apenas existe”, sem ser capaz de enxergar as dinâmicas sociais e a passagem do tempo em um determinado grupo. George Kennan, por exemplo, em seu *Tent Life in Siberia*, publicado em 1870, compara a vida dos coriacos siberianos às de ostras em águas calmas (Kennan, 1870, p. 205). Além disso, as tão recorrentes linguagens racistas para falar de uma suposta feiura dos povos encontrados, associando traços descritos de maneira grotesca com populações nativas, mestiças e negras também se fazem presentes no livro de Bishop (ver, por exemplo: Bishop, 1868, p. 131-132 e 134-135).

Os Andes

Com a travessia dos Andes formando o último momento do relato de Bishop, ela estabelece um contraste entre a paisagem andina e aquelas observadas anteriormente. Já é possível observar o pampa contraposto a outro cenário nos capítulos XI, XII e XIII do livro, em que o autor narra a travessia de San Luis, passando pela região de Mendoza, até sua chegada em San Juan, onde aguardaria para cruzar a cordilheira. A região é mais árida que o pampa, e também mais alta, além de já ser possível observar os Andes no horizonte, assim evocando outros sentimentos, com uma retórica mais ligada à apreciação dos elementos da natureza percebidos como mais sublimes, como os cumes das montanhas, os desfiladeiros, as cachoeiras, o arco-íris e o pôr-do-sol (Cronon, 1991, p. 73). O primeiro avistamento dos Andes é uma excelente introdução a esta retórica:

Outra visão capturou meu olhar e me encheu de alegria. Ao longe, uma linha azul e fraca, desenhada nos céus, indicava que eu havia obtido minha primeira visão dos Andes — aquela poderosa cadeia de montanhas que atravessa dois continentes e uma dúzia de países, embora conhecida por diferentes nomes. Que emoções foram

despertadas dentro de mim enquanto eu contemplava aquela tênue faixa que parecia flutuar no ar, pois abaixo dela tudo estava envolto em nuvens! Que visões ela despertou de precipícios íngremes, gargantas escuras e correntes de água que caíam em cascatas de alturas inatingíveis pelo homem! Eu me imaginei me esforçando para subir por um caminho estreito ou deslizando pelos lados de um *cerro* na neve. Eu ansiava estar lá e me perguntava se, do alto cume da Cordilheira, eu seria capaz de contemplar as distantes águas do grandioso Pacífico. Acima da linha nebulosa, dois pontos se erguiam nos céus mais claros e, pela sua aparência sublime, especialmente chamaram minha atenção (Bishop, 1868, p. 169-170, tradução própria, grifo no original).

A admiração pela cordilheira, que ganha o adjetivo de “poderosa” (*mighty*), e o uso de uma linguagem associada às artes visuais, ao descrever seu contorno como “desenhado” (*pencilled*) contra o céu indicam que Bishop está lidando com um tipo de ambiente visualmente prestigiado na tradição estética do século XIX. Os elementos que a visão do contorno distante desperta são exatamente aqueles destacados anteriormente, como aqueles mais tradicionalmente reconhecidos como sublimes.

A ânsia por subir a montanha também revela os vínculos deste tipo de ambiente com a aventura romântica, e o desejo de observar toda uma grande área do topo remete a um recurso retórico descrito por Mary-Louise Pratt, de uma visão do alto que descreve e ao mesmo tempo implica senhorio sobre uma paisagem (Pratt, 2008, p. 197). Ao fim do trecho, Bishop refere-se a dois pontos de aparência sublime que lhe chamaram a atenção, um dos quais era o Aconcágua, montanha mais alta dos Andes, enquanto o outro, não nomeado, provavelmente era o pico de Tupungato (a altitude que Bishop informa para esta segunda montanha não é condizente com o Tupungato, mas ele também erra de maneira similar a altura do Aconcágua, exagerando em cerca de 300 metros a altura de cada um destes picos). O uso do termo “sublime” para se referir a estas montanhas torna ainda mais explícita a inserção do relato de Bishop nesta tradição estética.

Durante o momento da travessia dos Andes, esta estética retorna com força. Neste trabalho, quero destacar principalmente um aspecto desta retórica do sublime, que é recorrente em diversos textos de viajantes sobre a região andina, à qual me refiro como estética da estranheza do agreste. Ela está muito presente no texto de Bishop que narra sua travessia da cordilheira.

Com estética da estranheza me refiro a um uso de uma profusão de expressões, tropos e qualificadores relacionados ao sobrenatural e ao extraterreno, ao divino ou ao diabólico, ao mágico, ilusório ou ao incompreensível para falar sobre um local ou seus habitantes, ou ainda explicitamente a declaração de estranheza. Esta retórica surgir ao tratar dos Andes não surpreende se considerarmos a associação destacada acima, entre as montanhas e o sublime. A percepção do sublime na paisagem refere-se à apreciação dos seus aspectos mais capazes de

evocar sentimentos de maravilhamento e terror diante “da obra divina”. Com essa associação, os próprios elementos sublimes da natureza passam a ser associados com uma elevação moral, uma vez que o observador pode neles encontrar aspectos do divino, ou mesmo experimentar a virtude do temor a Deus diante daquelas características mais assustadoras (Oroczo Nunes, 2020, p. 107).

No caso do livro de Bishop, essa estética da estranheza aparece por vezes de maneira mais explícita, o autor simplesmente afirmando que um determinado local visitado possuía tal característica. Viajando à noite, já do lado chileno da fronteira, ele escreveu sobre uma paisagem iluminada pelo luar:

A lua brilhava tão lindamente quanto poderíamos ter desejado, iluminando o vale e suas imponentes paredes de maneira sublime. As pequenas quedas de neve derretida já não caíam sobre os penhascos, mas congelavam, revestindo as faces escuras dos precipícios com um escudo de gelo cintilante, e o agudo “tique-taque” do gelo soava estranhamente, parecendo aumentar a esquisitice do lugar (Bishop, 1868, p. 303, tradução própria).

Neste momento é o som do gelo que leva o autor ao comentário sobre a estranheza, mas note-se que este apenas aumenta uma qualidade do estranho (*weirdness*) que já estava presente no local. O isolamento, o silêncio cortado por sons de uma natureza com a qual o explorador não se identifica, a mudança ou ausência das cores normalmente observadas em paisagens mais temperadas (no caso destes exploradores estadunidenses e de seus equivalentes europeus), a substituição das formas encontradas nos campos e cidades por aquelas como as dos precipícios e penhascos – e que são explicadas por meio de uma série de analogias, como neste caso o “grande escudo de gelo cintilante” – são uma série de elementos que contribuem para tal caracterização.

Outros termos conectam a paisagem aos aspectos mais extraterrenos do sublime, fazendo menções a seres sobrenaturais para compor a visualização de uma cena. Descrevendo o que observava ao acordar e recomeçar o dia, após ter acampado em um planalto elevado, nas proximidades de Uspallata, Bishop utilizou deste imaginário:

Era uma cena linda que se desdobrava diante de mim. Sobre a planície flutuavam nuvens brancas de névoa, como espíritos do ar, enquanto diante de mim se estendia um vale estreito, por onde a estrada seguia até Uspallata. De um lado da planície, elevavam-se várias colinas baixas, verdes com vegetação grosseira, onde um pequeno rebanho de lhamas pastava, como se inconscientes da presença humana (Bishop, 1868, p. 288, tradução própria).

As nuvens são comparadas a “espíritos do ar” (*airy spirits*), em uma associação bastante comum, outras caracterizações de efeitos luminosos, neve ou nuvens como “fantasmagóricos” (*ghostly*), ou relacionados a espíritos aparecendo em outras descrições paisagísticas (por

exemplo, Dahlgren, 1881, p. 112). Neste trecho também é possível observar que as menções à fauna encontrada não deixam de aparecer com troca de ambiente, do pampa para os Andes. De fato, no trecho imediatamente anterior do relato, o autor havia narrado um encontro noturno com um puma, e ao longo de seus capítulos sobre a travessia dedica longos trechos ao condor. Nesta instância, as lhamas reforçam também o caráter agreste da localidade, por serem um rebanho (ao menos percebido como) selvagem e por receberem no texto o destaque de estarem agindo “como se inconscientes da presença humana”.

Há ainda outras instâncias em que o imaginário do extraterreno é evocado nesta retórica da estética da estranheza presente no livro de Bishop. Aproximando-se da fronteira entre Argentina e Chile, por exemplo, Bishop afirma que uma pequena cascata conferia a uma paisagem uma aparência “feérica” (*fairy-like*, Bishop, 1868, p. 294, tradução própria). Outro aspecto deste tipo de escrita, contudo, também se faz presente neste mesmo momento do relato: as associações bíblico-religiosas.

Ao longo desta parte da estrada, havia pilhas de ossos de animais que haviam morrido na estrada durante os últimos anos. Alguns pereceram de fome, e muitos caíram pelos precipícios, ficando presos entre as rochas, onde, após longas e dolorosas lutas, morreram. Parecia, realmente, como atravessar o Vale da Morte, tamanha era a quantidade de carcaças e ossos de gado nesta parte do vale. Às vezes, condores eram avistados sobre os penhascos, às vezes circulando alto nos céus (Bishop, 1868, p. 293, tradução própria).

Associações como esta – com o “Vale da Morte”, ou “Vale da Sombra da Morte” –, ou com outros elementos do imaginário bíblico-religioso (incluindo para além da Bíblia obras como *Paraíso Perdido*, de John Milton) também aparecem em múltiplos dos relatos de travessias de regiões agrestes no século XIX. Naturalmente, também os habitantes destes cenários acabam se tornando parte desta mesma estética do estranho, e por isso são por vezes incluídos nestas referências à Bíblia, como os acima referidos coriacos siberianos, cujas vidas em tendas George Kennan comparou às dos filhos de Noé (Oroczo Nunes, 2019, p. 128).

No livro de Bishop, aos habitantes dos Andes, como residentes de regiões agrestes, são atribuídas características de superstição e religiosidade, de simplicidade ou pobreza, de falta de higiene e ainda de ingenuidade, elas também são quase invariavelmente ou amáveis, ou vis, sem meio termo. Em um vilarejo que chama de *El Durazno*, as pessoas assam e comem carnes mordidas por cães, e vivem em casas infestadas por insetos barbeiros, e alguns o recebem com os braços abertos e se preocupam com seu bem-estar durante a travessia, enquanto de outros escuta comentários que entende serem sobre seu dinheiro, fazendo Bishop ficar desconfiado o bastante para dormir com uma faca sob seu travesseiro (Bishop, 1868, p. 282-285).

Não incluo, contudo, a narrativa de Bishop sobre estas populações na estética da estranheza do agreste que destaquei acima, tratando dos cenários percorridos. Isto porque este modo de escrever, este conjunto de tropos sobre o outro, é comum às mais diversas retóricas de alteridade em escritos sobre populações não-ocidentais, e não difere do que foi aplicado aos *gauchos* e aos outros moradores dos pampas. Esta aplicabilidade seria mais evidente em discursos que fizessem associações entre as populações destes locais e o imaginário de santos, figuras bíblicas, ou demônios, duendes e outras criaturas folclóricas, associações estas ausentes do texto de Bishop.

Neste trabalho, foram explorados alguns aspectos sobre a obra *The Pampas and the Andes* e as relações com a natureza dos pampas e dos Andes nela estabelecidas por seu autor. O ambiente do pampa apareceu como um agreste com um imaginário vinculado ao da fronteira estadunidense, em grande parte devido ao tratamento das populações do local. Enquanto isto, para a descrição dos Andes foi utilizada uma retórica baseada em uma “estética da estranheza”, destacando aspectos do local que remeteriam ao sobrenatural. Esta estética da estranheza, contudo, não foi observável no tratamento das populações andinas, às quais foi reservada uma retórica de alteridade similar à utilizada anteriormente para tratar dos habitantes dos pampas.

Referências

- BISHOP, Nathaniel Holmes. **The Pampas and the Andes: a thousand miles' walk across South America.** Boston: Lee and Shepard, 1868.
- CRONON, William. The Trouble With Wilderness; Or, Getting Back To The Wrong Nature. In.: CRONON, William (ed.). **Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature.** New York: W. W Norton & Company, 1996.
- DAHLGREN, Madeleine Vinton. **South Sea Sketches.** Boston: James R. Osgood and Company, 1881.
- FETZ, Marcelo. A viagem como descoberta científica: história natural e cultura de precisão. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 12, n. 1, p. 39-53, 2019.
- HAYWARD, Jennifer. Maudlin Profanity and Midnight Debauchery: Infanticide and the Angelito. In.: TROMP; BACHMAN; KAUFMAN (eds.) **Fear, Loathing and Victorian Xenophobia.** Columbus: The Ohio State University Press, 2013.
- KENNAN, George. **Tent Life in Siberia** and adventures among the Koraks and other tribes in Kamtchatka and northern Asia. Nova Iorque: Putnam & Sons, 1881.
- OROCZKO NUNES, N. G. A TENDA E O SIMULACRO: a fronteira entre progresso e barbárie em Tent Life in Siberia, de George Kennan (1870). **Canoa do Tempo, [S. l.]**, v. 11, n. 01, p. 125–142, 2019. DOI: 10.38047/rct.v11i01.5498. Disponível em:

[//www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/5498](http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/5498). Acesso em: 10 dez. 2023.

OROCZKO NUNES, Nykollas Gabryel. **George Kennan E a Escrita Do Distante Em Tent Life in Siberia (1870)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://primo-pmtna01.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/164fi7o/puc01000498232>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 151-165, 1991.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation**. 2. ed. London: New York: Routledge, 2008.

RIFFENBURGH, Beau. **The myth of the explorer**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

SLOTKIN, Richard. **Regeneration Through Violence: The Mythology of the American Frontier, 1600-1860**. Norman: University of Oklahoma Press, 2000.

STRAIN, Isaac Grier. **Cordillera and Pampa**, Mountain and Plain. Sketches of a Journey in Chili, and the Argentine Provinces, in 1849. New York: Horace H. Moore, 1853.

ST 9 – HISTÓRIA SOCIAL DO CRIME, DA VIOLÊNCIA E DAS PRÁTICAS DE JUSTIÇA E CONTROLE

Coordenado por Profa. Dra. Mariana Flores da Cunha
Thompson Flores e Profa. Ma. Bárbara Gonçalves Textor

Violência e honra nos meandros da presunção de crimes de estupro em Santa Maria/RS (1910-1939)

TEXTOR, Bárbara Gonçalves
Doutoranda em História (PPGH - UFSM)
CAPES/DS, barbaratextor@gmail.com

Resumo: No presente trabalho busco explorar os meandros da presunção da violência em crimes de estupro ocorridos na cidade Santa Maria, RS, entre os anos de 1910 a 1939, demonstrando como os mesmos são interessantes exemplares dos conflitos entre noções de violência e honra, centrais para os processos de crimes sexuais do período. Destaco que estupro presumido não costumam ganhar destaque ou mesmo ênfase nas suas particularidades em pesquisas do tema, uma vez que usualmente entendidos como semelhantes ao crime sexual de defloração (tipo penal existente no período) no que concerne as circunstâncias em que o crime se dá, bem como motivações que levaram à queixa, e lidos sob a mesma ótica. No entanto, busco demonstrar como a presunção de violência acarretava na diferença de elementos constitutivos do crime e da apreciação do delito, e verificar seus impactos. O que requer uma outra percepção acerca do documento capaz de abrir margens para análises diferenciadas sobre o assunto. Demonstrando que apesar de facilitada a formação de culpa dos réus, pela presunção da violência, verifica-se em tais casos certos problemas de aplicabilidade da lei e a evidência de absolvições controversas. Sendo os problemas de aplicabilidade da lei de estupro por presunção resultantes das construções morais e de papéis de gênero como entraves da plena execução da lei penal, e do acesso de mulheres à justiça, em uma sociedade que era tolerante à violência e que altamente instrumentalizava noções de honra assentadas nas construções de gênero.

Palavras-chave: Violência; honra; estupro presumido.

Introdução

As análises que embasam as reflexões por ora trazidas são provenientes de pesquisa por mim desenvolvida ao longo do mestrado em História, Bárbara Gonçalves Textor (2019), intitulada *Trilhos de Honra e Violência em Santa Maria da Bocca do Monte: deflorações*²⁰⁵, estupro²⁰⁶ e raptos (1910-1939), e na qual busquei abordar as relações de gênero²⁰⁷ através de

²⁰⁵ “Art.267. Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude: Pena - de prisão celular por um a quatro annos (408). (408) Defloração, define o dr. Viveiros de Castro, *Delictos contra a honra da mulher*, p.37, é a copula completa ou incompleta com mulher virgem, de menor idade, tendo, na grande maioria dos casos, como consequencia o rompimento da membrana do hymen, obtido o consentimento da mulher por meio de sedução, fraude ou engano. São elementos do crime: 1º a copula com mulher virgem; 2º que esta virgem seja de menor idade; 3ºque o seu consentimento fosse obtido por meio de sedução, fraude ou engano. Os dois primeiros elementos são materiaes, o terceiro é moral. [...]”. (Soares, 2004).

²⁰⁶ Art.268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena – de prisão celular por um a seis annos [...] § 1. Si a estuprada fôr mulher publica ou prostituta: Pena – de prisão celular por seis mezes a dous annos [...]Art. 269. Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não. Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim a possibilidade de resistir e de defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anestheticos e narcoticos [...].“Art. 272. Presume-se commettido com violencia qualquer dos crimes especificados neste e no capitulo precedente, sempre que a pessoa offendia fôr menor de 16 annos [...]. (Soares, 2004).

²⁰⁷ De acordo com Joan Scott (1990), o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder. , e como

processos criminais dos tipos penais supracitados, objetivando apreender e compreender práticas sociais e culturais do período para uma cidade da região central do Rio Grande do Sul. Bem como, interessou investigar de que maneira se constituíam as principais diferenças entre os três tipos penais trabalhados, propondo analisá-los em separado. O que se justificou na apreensão de possíveis inflexões, como também na crítica embasada na constatação de que muitas análises historiográficas do tema não primam pelo viés da tipificação do delito e suas implicações, suprimindo particularidades, sobretudo no que diz respeito às linhas tênues existentes entre os crimes sexuais de defloração e estupro, ao que o último perde em projeção, ponto ao qual retornarei.

Assim, o estudo da dissertação se volta em determinados capítulos para os impactos da presunção da violência nos crimes de estupro, e também para casos destoantes e de maior teor violento entendidos como reveladores para apreensão de outras dimensões da racionalidade de época e usos das leis considerados usualmente sem visibilidade em pesquisas, como também explora possíveis margens de ação dentro do sistema de valores. Cabe ressaltar que tais crimes faziam parte do Título VIII do Código Penal brasileiro de 1890, Soares (2004), denominado: “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”, o que estabelece a intrínseca relação entre as noções de honra e tais crimes de violência sexual.

No que concerne às influências teóricas, a pesquisa foi alicerçada nas perspectivas da História Social do Crime²⁰⁸ e História Cultural²⁰⁹. Do ponto de vista metodológico, a

um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica em símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas.), esses conceitos são expressos por meio de doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas tomando a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado de homem e mulher, feminino e masculino. Carla Cristina Garcia (2015), compreende por gênero as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até o caráter que se exigiu que mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres. Frisando não ser Gênero sinônimo de sexo, pois quando falamos de sexo estamos nos referindo à biologia, às diferenças físicas entre os corpos. Já ao mencionarmos a categoria gênero, nos referimos as normas e condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo. Destacamos também as contribuições propiciadas pela filósofa Judith Butler (2017), tal pensadora confronta e problematiza a oposição sexo e gênero, do sexo enquanto dado da natureza e do gênero como cultural. A análise passa por evidenciar o sexo também como uma categoria construída social e culturalmente. Ou seja, a construção do sexo biológico foi historicamente imbricada por noções culturais.

²⁰⁸ Destaco as colocações de Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2014), que ao pensar o crime como tema de estudos, possui o entendimento que vai ao encontro de uma historiografia mais recente que tem apontado relação próxima entre práticas consideradas criminosas e o cotidiano social. Assim, busca-se o cotidiano pela criminalidade indo na perspectiva contrária das abordagens conservadoras que pensaram o crime e criminalidade, no século XIX, como promovida por sujeitos ou grupos degenerados, doentes sociais, e ainda atribuindo mais complexidade do que simplesmente considerar a criminalidade como como transgressões à ordem capitalista imposta por classes dominantes que cerceava costumes populares.

²⁰⁹ No que tange à História Cultural, utilizo reflexões postuladas por Roger Chartier (1990), e na sua acepção de História Cultural o autor entende que o principal objeto da mesma consiste em identificar o modo como em

Dissertação contou com a análise de 46 processos criminais pertencentes ao Arquivo Histórico de Santa Maria e selecionados por critérios espaciais, cronológicos e de tipificação penal, 24 deles foram abordados nos capítulos destinados a análise dos crimes de estupro, mas divididos entre os quais foram tipificados como estupro por presunção, mediante idade das vítimas, que constituem nosso enfoque por ora- 12 casos, e aqueles que ainda que definidos como estupro presumidos continham elementos de maior teor violento- igualmente 12 casos. Elaborei análises qualitativas centradas nas versões prestadas pelos principais envolvidos dos embates em cena, e quantitativas construídas a partir da elaboração de um banco de dados que permitiu traçar perfis de envolvidos, de vítimas e réus, através da tabulação de variáveis (sociais, etárias, empregatícias, cor e redes relacionais etc.).

Retornando a motivação da análise empreendida, detimento nos tipos penais em separado, passo a pontuar de maneira sucinta como obras historiográficas se posicionaram em suas análises diante de tais crimes e como trataram tais ocorrências. A partir de tais apontamentos estarei expondo e justificando a defesa e motivação da pesquisa, sua pertinência e relevância.

Em obras historiográficas basilares e consagradas acerca do tema, crimes sexuais no início do período republicano, a exemplo das produções de Martha de Abreu Esteves (1989) e Sueann Caulfield (2000), podemos perceber que o crime de estupro costuma ser tratado em tais estudos analiticamente em termos qualitativos conjuntamente com o crime de defloração e atentado ao pudor, crimes sexuais conforme o Código Penal de 1890, e suprimido diante da representatividade numérica de ocorrência do primeiro, que as autoras enfatizam. Além do que, destacamos que inúmeras questões implicadas nas ocorrências de crimes sexuais à época ganham maior destaque que a centralidade da violência relatada ou tipificada no documento. Tais questões remontam aos valores morais e noções de honra, que emergem de tal tipo de documentação, remetendo a assuntos como virgindade, honra feminina e masculina, noções de honra popular, moralidade, condutas femininas e masculinas estimuladas ou censuradas, cotidiano social, motivações de interesse público por agentes da lei no que tange ao controle social, e motivações de interesse privado dos envolvidos. E, claro, o matrimônio civil, visto como meio de “reparação” capaz de extinguir o processo penal ou condenação e imposição de

diferentes lugares e momentos determinada realidade social é constituída, pensada e dada a ler. Destaca o autor (1990), como as lutas de representações têm tanta importância quanto lutas econômicas, para compreensão de mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou objetiva impor, suas concepções de mundo, seus valores, seu domínio. A história cultural deve ser entendida como estudos dos processos com os quais se constrói um sentido.

pena, nos dois crimes, conforme aquelas leis em vigência²¹⁰. Pontos dos quais não tenho como desviar, (e que foram contemplados na Dissertação traçando um panorama da questão para a cidade de Santa Maria, demonstrando convergências e divergências ao quadro desvelado por outros estudos em distintas regiões do país), embora mantenha a intenção de lançar luz em aspectos que considero deixados obscuros.

Logo, a expressividade numérica de defloramentos, os problemas centrais que foram estipulados pelas autoras, e a subsequente análise acadêmica que prima por trilhar os elementos que eram mais centrais em tais documentos para indivíduos da época, anteriormente citados (e primordiais as dinâmicas do crime de defloramento), contribuem para a visibilidade comprometida das reflexões em torno da violência empregada/ e ou caracterizada por meio do enquadramento do delito de estupro, presumido ou não.

Como também destacamos que nesses estudos existe a verificação de que grande parte dos crimes de estupro foram assim definidos pela chamada violência presumida, conferida mediante a idade da vítima. Tal constatação também acabou gerando respaldo em tais pesquisas de que casos de estupro puramente violentos e apartados da perda da virgindade foram inexpressivos em processos criminais do período. E que grande parte dos processos de estupro possui a mesma lógica do que usualmente é encontrado para o crime de defloramento, logo, remetendo à perda de virgindade de uma jovem menor de idade em condições que configuravam sedução, engano ou fraude, situação para a qual a resolução almejada pela ação judicial seria o matrimônio civil entre réu e vítima. Constatação que também legitima a proeminência de análises de defloramentos em detrimento de casos de estupro. Pois, ao adentrarmos nas análises dos processos referentes ao crime de estupro, em grande parte de violência presumida, cairíamos basicamente nas mesmas discussões que pautam o crime de defloramento, algo que parece amplamente difundido nas entrelinhas das relevantes pesquisas de Esteves (1989) e Caulfield (2000), certamente influenciando outras produções²¹¹.

No entanto, opto por frisar que a caracterização do crime de estupro de violência presumida exigia uma apreciação do delito diversa, uma vez que os elementos constitutivos do crime são outros. Inclusive saindo de cena fatores como virgindade prévia, e a necessidade de sedução para configuração do crime - elemento de fundo moral, altamente subjetivo e

²¹⁰ E que obras em consonância referendam como as autoridades legais tinham ínfimo êxito em oficializar casamento civil por meio dos processos e prisões, apesar de grande parte das queixas serem motivadas pela tentativa de “reparação” do dano causado pela via matrimonial.

²¹¹ Dessa maneira, o mesmo é observado para as teses de Ismael Antônio Vannini (2008), Maria Aparecida Prazeres Sanches (2010), Carlos Eduardo Millen Grosso (2014), e Tania Mara Pereira Vasconcelos (2018), este é o padrão reiteradamente encontrado, pois todas as obras tratam os crimes conjuntamente sem um detalhamento acerca dos desdobramentos processuais próprios aos casos caracterizados enquanto crimes de estupro.

manipulável, usualmente centrado na avaliação da conduta das supostas vítimas, e que se constituía em grande margem de ação para defesa de réus do crime de defloração.

Mas ainda que a sedução não fosse elemento constitutivo do crime, podemos observar que as circunstâncias de acontecimentos e a avaliação da conduta da vítima permaneciam essenciais para cômputo de penas, pois segundo o Código Penal em vigência a pena do estupro de mulher desonesta ou prostituta era menor. E, assim, temos de imediato a constatação de que não só a idade de vítimas difere em tais casos, e que as margens de ação de operadores da lei poderiam ser substancialmente diversas. Contudo, tal questão não parece suficientemente explorada, e seguramente possibilita outros questionamentos que geram inquietações.

Adicionalmente chamo atenção que se faz recorrente nas pesquisas historiográficas do tema que, embora tendo por fontes processos de crimes sexuais, todas as obras acima listadas pautaram questões diversas que não propriamente a violência sexual como eixo central. Algo possível dada a riqueza da documentação e os múltiplos aspectos que eram buscados pelas minuciosas investigações de tais casos complexos, de difícil elucidação, e que impunham a avaliação da identidade social de envolvidos²¹².

Não obstante, percebemos que ganha projeção uma percepção de que tais casos criminais tratam de namoros, escolhas conjugais, e moralidade desviante das normas propaladas pelo poder Judiciário e elitista, não raro estendendo às supostas vítimas um caráter de conduta transgressora com ênfase em protagonismo feminino e distanciamento de uma visão idealizada de mulher que era norteadas/ e norteara elites, e ao homem réu por crime sexual a pecha, ou mera “alcunha” de um “sedutor”. Na mesma esteira, alguns títulos dos trabalhos elencados remetem ao “amor”, como o “Cotidiano do amor”, para Esteves (1989) e Grosso (2014), ou “Razões do coração” em Sanches (2010), ou ainda o “título” de “Dom Juans” conferido aos réus de crimes sexuais por Vasconcelos (2018). Fatores que sem dúvida contribuem para uma visibilidade e entendimento de tais fontes mais atrelada às concepções morais que de violência sexual propriamente dita.

Por outro lado, é inegável que amarras, armadilhas e mecanismos dos processos foram mapeados e evidenciados por tais estudos historiográficos, e que salientaram a opressão e a desvantagem, em âmbito legal, que cabia às mulheres e as dificuldades para punição do crime

²¹² De tal modo as pesquisas refletiram em eixos centrais fatores como: populares, cultura popular, cotidiano, e esforços de controle sobre a sexualidade popular, segundo Esteves (1989); moralidade, modernidade, honra e nação, por Caulfield (2000); criminalidade sexual, sexualidade e imigrantes italianos, por Vannini (2008); disputas sobre honra, Grosso (2014); relações entendidas como sexo-afetivas com recorte racial para Sanches (2010), e com recorte de mulheres pobres em Vasconcelos (2018).

sexual. Uma violência que percorre a lógica do processo como um todo e que as pesquisas que servem de lastro enfatizam. Todavia, paradoxalmente, em dados momentos estas pesquisas também trilharam o mesmo caminho, e tal como os operadores da lei daquele período voltaram as atenções para elementos como honra, moralidade, virgindade e não para a violência relatada e especialmente tipificada pelo estupro.

Desse modo, a escolha do estudo proposto se ampara na crítica do que definimos como uma lacuna no que tange a observação entre as linhas tênues dos dois crimes e suas implicações, e, ainda inquietações e questionamentos em torno das potencialidades de análise envoltas na lei de estupro, e obscurecimento do fator violência (empregada e/ou caracterizada pelo enquadramento do crime) na temática, logo, para além da violência cotidiana assentada nas concepções culturais, bem como a institucional e simbólica que percorria tais ocorrências.

Da lei de estupro e suas articulações com os demais artigos que poderiam lhe incidir podemos extrair uma série de reflexões e observações com inúmeras potencialidades que envolvem embates entre noções de violência e honra do período, a exemplo de como foi instrumentalizada a noção de honestidade em estupros presumidos ou em casos mais violentos, ou ainda as noções relacionadas à categoria de prostituição citada na lei. Bem como, claro, a possibilidade do casamento como uma reparação para o crime de estupro e qual o alcance de tal dispositivo previsto na lei. Ou seja, como seriam administradas tais questões diante de fatos concretos.

Nos meandros da violência presumida

Em 9 março de 1928 o Ministério Público oferecia uma denúncia contra Lindolpho P.J., que teria levado sua noiva Odilia V. até uma casa que se achava desocupada na rua “Tuyuty” onde, sob promessas de casamento a deflorou, o que o mesmo confessou em suas declarações, conforme apurado na formação de culpa. A menor Odilia V. contava 16 anos de idade segundo informações colhidas. Antes desse fato delituoso, prosseguia a denúncia, Lindolpho P. J., também sob promessa de casamento, deflorou a menor de 14 para 15 anos Ritta C. B., na residência de sua mãe. Fato ocorrido em uma madrugada quando, entrando pelos fundos, foi ao quarto da mesma, que também alegava ser noiva do denunciado, e sob ameaças e promessas, inclusive de casamento, teve com ela cópula carnal, deixando-a muito doente. Quanto à Odilia o exame pericial atestava defloração era recente, no caso de Rita antigo. E mesmo que o acusado apenas confessasse o defloração de Odilia, o delegado responsável anexava em seu

relatório a percepção de que fosse de supor que Rita tivesse sido verdadeiramente deflorada por Lindolpho²¹³.

Odilia V. dezesseis anos, cujo exame pericial de idade apontava entre 15 e 18 anos, mista, solteira, brasileira, deste Estado, sabia ler e assinar o nome, referia que antes do carnaval estava ensaiando cantos no “Club Recreio da Mocidade”, quando conheceu o soldado Lindolpho, que tocava clarinete na música do mesmo “Club”. Que em seguida passou a namorar o soldado. Sendo que uma semana antes do carnaval se incomodou com sua mãe, já por questões do namoro que mantinha, e por isso fugiu de casa indo ao encontro de seu namorado. Que então o soldado a teria levado para uma casa desocupada, onde lhe “fizera mal”, ficando ela deflorada, Lindolpho era o seu primeiro amante, dizia.

Já Rita C. B., com treze anos de idade, cujo exame pericial apontava entre 14 e 15 anos, também mista, solteira, brasileira, analfabeta, residente na Travessa Borges de Medeiros relatava que fazia cerca de dois meses que havia conhecido o soldado Lindolpho em passeio, na Praça Saldanha Marinho, em um domingo onde “se namoraram”. Logo no outro dia o soldado Lindolpho foi até sua casa e efetuou o pedido de casamento para sua mãe, que aceitou. O soldado passou a frequentar a casa e por último fazia as refeições e deixava as roupas para sua mãe lavar. A jovem Rita informava ao escrivão que estava convencida de que Lindolpho iria casar consigo, e lhe tinha grande dedicação. Que em uma madrugada, se achava dormindo em um quarto de sua casa, quando foi despertada com a presença de seu noivo no interior. Quis chamar por sua mãe, porém o soldado lhe tapou a boca com um lençol, e que finalmente o seu noivo Lindolpho fez “mil promessas”, inclusive de casamento, para que ela cedesse à prática de atos sexuais. Convencida das promessas e pelo fato de “dedicar amizade” se entregou ao seu noivo. Só quatro dias depois é que contou a sua mãe “o seu estado”, pois estava muito doente. Relatava ainda que Lindolpho foi, aos poucos, se retirando de sua casa, até que por último não mais lá compareceu. As duas jovens que acusaram Lindolpho diziam não saber que se tratava de um homem casado, e certamente juntos de suas responsáveis vislumbraram a possibilidade do casamento como desfecho do processo que moveram.

O depoimento de Rita, remete às circunstâncias amplamente evidenciadas: a moça buscava compor um quadro onde se colocava em situação passiva, além de convencida do casamento. Um depoimento costumeiro para os processos de crimes sexuais da época, onde promessas de casamento aparecem ao lado de relatos de violência, e lidos por vezes em pesquisas historiográficas como paradoxais, forçosos, apelativos, conforme crítica que

²¹³ BR RSAHMSM FCSM-PCRM-PROC368

estabelecemos na Dissertação. Contudo, foi atestado que Rita possuía menos de 16 anos de idade, o que faz com que o caso ganhe outros contornos próprios à presunção da violência. Enquanto a idade conferida à Odília mantinha seu caso nas linhas tênues que oscilavam entre um defloramento ou estupro por presunção.

Lindolpho P. J., vinte e seis anos, casado, brasileiro, natural deste Estado, sabia ler e escrever, era soldado da Brigada Militar do Estado, residia em seu quartel. Dizia que quanto à menor Rita, logo que a conheceu passou a ser seu amante. Pois, já era a referida menor uma “mulher perdida”, tanto que foi morar em companhia da menor Rita com o consentimento de Dona Hermelinda, mãe da menor, que também morava na mesma casa. Rita havia lhe confessado que não era mais moça, que ele sustentava tanto Rita como sua mãe. Lindolpho argumentava que Rita havia lhe dito, inclusive, que anteriormente fora noiva de um soldado do Sétimo Regimento de Infantaria, e que seu noivo era o autor de seu defloramento. Lindolpho buscava explicar que se fez “sua amante” a menor Rita, foi cômico de se tratar de uma “mulher prostituída”, a vista do que a mesma lhe confessara. Acusava ainda Rita de ter feito um aborto enquanto eram amantes sem, no entretanto, saber se o filho era dele ou de outro, tendo em vista o estado de prostituição em ela se encontrava.

Temos assim a figura da mulher prostituta, já prostituída, e seu entendimento conforme a percepção de um réu. Ao longo do processo o estado de prostituição de Rita referido pelo réu está centrado no fato de ser “moça perdida”, de ter amantes, o que de acordo com o pensamento da época remete ao fato de que a mulher mantinha relações sexuais com homens, tanto que com ele viveu no que provavelmente o mesmo concebia como amasiamento. Ainda assim, ao prestar tais declarações Lindolpho poderia se “enredar” nas armadilhas da lei que possivelmente desconhecia, o estupro presumido da menor. Por outro lado, suas afirmações, caso comprovadas, ainda seriam validadas para cômputo das penas, não se tratando Rita do que a lei entendia por “mulher honesta”, sendo ela o que a concepção popular definia como prostituta.

Nesse sentido, ao pensarmos o crime de estupro para época um dado relevante é a figura da mulher “prostituta” citada na lei. A prostituta poderia estar personificada na “mulher que se perdeu”, não conseguiu casar, ou tem um amante/amasio. Logo, isto aparecia frequentemente instrumentalizado no decorrer processual por operadores da lei, e sendo reconhecido pelos sujeitos dos processos. O significado da palavra para o período podia ser abrangente. Dessa maneira, há que se pensar o quanto poderia ser evocado em crimes de estupros e a amplitude

que poderia alcançar já que a mulher “prostituta” figura com ênfase na letra da lei do estupro, ocasionando a possibilidade de uma significativa redução de pena²¹⁴.

Podemos vislumbrar que a jovem Rita, com sua idade inferior aos dezesseis anos, e acusando um homem que confirmava as relações sexuais que manteve com a mesma, de certa maneira, reunia elementos que esboçavam um desfecho favorável para mesma, visto que o caso seria de estupro por presunção. Caso fosse considerada virgem o caso de Rita poderia ser revestido de maior gravidade. No entanto, o acusado insistia que Rita não era mulher honesta, e sim prostituta, caso no qual a pena do acusado diminuiria. Rita parecia transitar entre linhas tênues e complexas que envolviam ser, ou não, considerada honesta para o desfecho do caso que protagonizava²¹⁵.

Já quanto ao defloramento da menor Odilia o acusado dizia ser efetivamente o autor do defloramento, porém sem ter agido por meio de sedução. Fica claro, que o acusado, buscou se esquivar do crime de defloramento, visto que negou ser o autor do defloramento de Rita, e embora assumisse a autoria do defloramento de Odilia negava o emprego de sedução, constitutivo do crime. O que nos permite entender a compreensão que Lindolpho tinha acerca do crime de defloramento. Neste caso salientamos que o acusado busca se esquivar dos “elementos/ingredientes/requintes de sedução”, de acordo com o pensamento da época. Lindolpho, assim como tantos outros acusados que foram incursos no crime de estupro por presunção da violência, acreditava que era acusado de “sedução”, ou seja, do defloramento, e não se atentava que simples ato sexual com a menor Rita se constituía em um crime, ainda que a mesma se tratasse de uma mulher prostituída em seu entedimento.

²¹⁴ Fausto (1984), ao pensar os crimes sexuais do período, destaca que a ofendida se torna núcleo central das atenções, sendo em regra objeto de uma estratégia poluidora, com a finalidade de comprovar ou pelo menos sugerir sua “desonestidade”. Na tentativa de estigmatizar a figura da ofendida se conduz com frequência a sua identificação como prostituta. Tal associação é às vezes fluída, mas possuía eficaz instrumentalidade. Trata-se de apagar mediações e construir duas imagens extremas complementares: a da mulher honrada (virgem, se solteira; fiel ao marido, se casada) e a da prostituta. Tanto a imagem da moça exemplar, assim como a da prostituta constituem a idealização (positiva ou negativa) de comportamentos reais. Ao pensar a aplicação do termo “prostituta” Martha de Abreu Esteves (1989) também chega à percepção de que muitas mulheres por diversos aspectos recebiam a caracterização de prostitutas, afirmando que o ser prostituída para o período envolvia não só ter muitas relações sexuais, mas determinados comportamentos e até pensamentos. Enfatizando ainda que discursos de advogados e juristas respaldavam e se estruturavam na dicotomia honesta- prostituta, não havendo espaço para meio termo de maneira que ofendidas deveriam apresentar comportamentos dentro de padrões estabelecidos ou se caracterizavam como prostitutas.

²¹⁵ Além disso, o caso expõe a dependência feminina em relação aos acusados, presente em alguns casos, e o amasiamento de filhas permitido ou incentivado por mães. Ou seja, a figura da mãe que é referida como uma facilitadora “dos encontros” e amasiamento da filha, e, mais que isso, a mãe que recebe ajuda financeira do réu. Tais contornos, que se repetem na amostra, parecem apontar para a complexificação das camadas de violência envoltas, inclusive no sentido da exploração sexual de menores no próprio seio familiar, ou lenocínio (facilitação da prostituição) segundo as leis vigentes.

Os exames de idade constatavam para Rita de 14 à 15 anos e para Odília entre 15 e 18. Elas não eram registradas. Para Rita defloração antigo, para Odília recente. Com o seu assistente impossibilitado de ir ao Tribunal do Júri, o réu aceitou realizar a própria defesa, e aparentemente obteve sucesso em suas explicações. Assinalava o escrivão que Lindolpho tentava demonstrar que havia sido assediado pelas supostas vítimas. Ele, casado, certamente argumentou o quanto Rita de 13 anos (14 à 15 segundo exame) era prostituída, e como para o caso de Odília, que poderia ser maior de 16 não houve sedução, o que era necessário para um defloração.

Quanto à menor Odília os jurados responderam sim, por unanimidade, a respeito do fato do réu ter tido cópula carnal, responderam sim por três votos a respeito de ser ela virgem, e responderam não para o quesito da menoridade, prejudicando os demais. Ou seja, os jurados entenderam que Odília teria mais de 21 anos, não podendo sequer se tratar de defloração. Já para Rita o júri também entendia que houve a relação sexual. Ao serem questionados se era ela menor de 16, necessário para presunção do estupro, o júri respondeu não. Sendo então questionados se era ela maior de 16 e menor de 21, responderam que sim, o caso caía agora em defloração. Ao serem questionados se era virgem quando teve relações com o réu, responderam que não. Extinguam aí a possibilidade de punição de um defloração.

Nenhuma das vítimas ou mães queixosas compareceu à sessão do julgamento, este é um dado que observamos de maneira recorrente. O que de início poderia passar a ideia de desinteresse do caso, logo deixou de ser hipótese. Foi comum que vítimas e familiares não comparecessem na sessão final, no entanto o interesse perseverava até o fim do processo. Sustentamos tal afirmação por meio de casos observados em que as famílias das vítimas enviaram assistentes para lhes representarem, mesmo não comparecendo na sessão final, ou ainda observando que quando acontecia um recurso por parte do promotor os envolvidos seguiam mantendo interesse no processo. Sendo, deste modo, possível pensarmos que tais pessoas queriam evitar a exposição propiciada pela sessão do Júri. Mas o que chamamos atenção, para o presente caso, é que os jurados não estavam nem sequer vendo as vítimas para que pudessem negar a idade que foi atribuída pelos peritos médicos. Se a perícia médica poderia embasar a denúncia e se sobrepor a idade indicada pelas supostas vítimas, como poderia ser refutada pelos membros do Tribunal?

Os jurados desqualificaram a materialidade dos autos, ou seja, os elementos materiais apurados. O réu casado que assumia um defloração, mas sem sedução, e uma relação sexual com uma menina cujo exame atestava que era menor de dezesseis anos, o que seria suficiente

para uma condenação de estupro presumido, era absolvido, saía incólume sem sequer contar com o auxílio de um profissional para sua defesa²¹⁶.

O caso trazido serve para ilustrar o que estava em jogo em cena para tais ocorrências. Ao atentarmos para os meandros da presunção da violência em crimes de estupro, na amostra trabalhada, tratamos basicamente de casos que se assemelhavam aos crimes de defloramento no que concerne as circunstâncias em que o crime se dá, bem como motivações que levaram à queixa. Mas que enquadrados como estupros na denúncia em virtude da idade da ofendida, menor de 16 anos. Visamos apreender especialmente a diferença de elementos constitutivos do crime e da apreciação do delito, e seus impactos. O que implicou em analisar o crime pelo viés de sua tipificação, segundo a legislação da época, e uma outra percepção acerca do documento capaz de abrir margens para análises diferenciadas sobre o assunto. Para tal, os processos foram divididos segundo suas resoluções entre absolvições, condenações e prescrições, o que nos possibilitou uma melhor visualização dos possíveis desdobramentos da presunção da violência dos doze processos criminais selecionados.

Majoritariamente tais ocorrências partiram de queixas privadas de defloramento, mas que se tornaram ações públicas que se tratavam de denúncias de estupro por presunção. Algo que não foi proposital pelos envolvidos, possivelmente sequer vislumbrado pelas famílias que recorreram ao aparato policial e legal. O padrão de depoimentos prestados em linhas gerais se mantém semelhante ao que encontramos para os casos de defloramentos, assim um índice alto de queixosos referia reconhecer as relações estabelecidas entre vítimas e réus, a tomada de conhecimento do defloramento de uma jovem menor e buscavam reclamar a “reparação” do crime, pela via matrimonial, que na versão dos mesmos ganha destaque.

O devido enquadramento enquanto estupro presumido só foi possível pelo rigor técnico da ação dos operadores da lei, pois percebemos o empenho existente nos inquéritos policiais para devida apuração da idade, tarefa difícil na falta de documentos comprobatórios, e muitas vezes apenas assegurado por exame médico pericial. O interesse da promotoria ao elaborar a denúncia e a acusação do caso enquanto estupro por presunção é verificado, pois reforçamos que se faz central o fato de que a acusação se tornava de certa maneira mais fácil de ser embasada, mais sólida, ao ser apartada do elemento moral (consentimento mediante sedução,

²¹⁶ Houve um recurso em vista do promotor não aceitar a atribuição pelos jurados de outra idade às vítimas. Indo o caso a Egrégia Comarca a recomendação foi de que novos exames de idade mais minuciosos fossem realizados. Novamente o réu é interrogado e aparentemente, já confiante, ao lhe ser concedido o advogado assinalava/ requeria que ele mesmo pudesse se defender. No entanto, Lindolpho se ausentou da cidade não sendo mais encontrado, e o caso prescreve sem um novo julgamento.

fraude ou engano) necessário para constituir o crime de defloração, ou mesmo da comprovação de virgindade prévia, adicionalmente a pena poderia ser aumentada. Logo, o rigor técnico não consistia em uma preocupação em torno da violência empregada por parte dos agentes da lei, que permite que os casos se tornem denúncias de estupro, e sim outros critérios e razões.

Já, por outro lado, percebemos manobras de advogados de defesa tentando pelo menos descaracterizar o delito de estupro presumido para defloração, para que pudessem discorrer sobre a falta de virgindade, sedução ou honestidade das vítimas com o intuito de livrar o réu do crime sexual. São nestes meandros traçados por linhas tênues que foram construídas as acusações e defesas da presunção da violência de crimes que envolveram ofendidas com idades de 13 até 15 anos, e réus com idades entre 18 e 33 anos, sendo preponderante a faixa etária dos vinte anos para os mesmos.

Se faz digno de nota que nos depoimentos prestados por vítimas podemos pontuar que tanto a solidez das relações, como o conhecimento público destas, ou a clara tentativa de compatibilidade das versões prestadas com o que o que a norma da lei buscava amparar: namoros de conhecimento público, promessas que fossem formais o bastante, sedução caracterizada, vítimas seduzidas e passivas, presença de referências a dor e sangue nas primeiras relações sexuais, se fazem menos enfáticos em tais casos. Entendemos que tal ocorrência se refere não ao entendimento de vítimas de que o delito seria enquadrado como estupro, e outros critérios estariam em avaliação. Mas apenas uma indicação de maior ingenuidade e imaturidade destas supostas vítimas que eram mais jovens. Elas por vezes até mesmo atestaram não existirem as promessas de casamento, nem namoros firmes, ou o fato de que já não eram virgens quando da relação sexual com os acusados. Parece claro que as exigências dirigidas ao feminino ainda não estavam introjetadas o bastante em tais meninas. Ante o exposto se apresentavam desiludidos os homens da lei em face da difícil tarefa de defender a honra feminina, ademais tais narrativas foram instrumentalizadas pelas defesas de réus.

Chamamos atenção ao fato de que os depoimentos de réus seguiram os mesmos moldes de versões esboçadas pelos homens incursos no defloração, o que, a priori, os colocava em uma situação aparentemente incontornável perante a lei. E que os mesmos ignoravam por não reconhecerem a possibilidade de que fossem denunciados por um estupro, nem mesmo os impactos da presunção da violência. Tais homens jovens assumiam relações sexuais, mas negavam autoria do defloração e honestidade das vítimas e não se mostravam inclinados ao casamento. Um erro, em se tratando de vítimas menores de dezesesseis anos. Percebíamos que, em princípio, a acusação e condenação estava facilitada uma vez que existia a “confissão”, do

acusado, de relações sexuais obtidas com tais mulheres com idades que configuravam a presunção da violência, diante da incapacidade de entendimento para livre consentimento. No entanto, as maneiras pelas quais tais réus foram absolvidos nos apontaram os problemas de aplicabilidade da lei, e tais modos de absolvição diferiam dos defloramentos, no quais os jurados negavam a virgindade das vítimas ou existência de sedução. No caso exposto os jurados negaram a idade conferida às vítimas, sendo observados até casos nos quais a existência do ato sexual confirmado por réu foi contrariada pelo corpo de jurados. Os desfechos nos apontaram cinco absolvições permeadas de questões controversas que revelam as obstruções a aplicação da lei, duas prescrições, e quatro condenações sendo que estas só possíveis devido à presunção, pois duas delas para vítimas que não alegavam namoros ou promessas e inclusive um para vítima considerada não virgem.

Nos parece razoável que estejamos diante da constatação de que, na prática, os estupros presumidos não geravam a devida importância que a lei lhes conferia e nem a proteção que cabia às vítimas. Ao verificarmos a não aplicabilidade desta lei, nos direcionamos para constatação de que seguia sendo central a avaliação da conduta de vítimas para formação de culpa dos réus, através da sensibilização de certos operadores da lei ou jurados. Ao jogarem e manipularem elementos não constitutivos do crime de estupro presumido os advogados poderiam sensibilizar jurados afetando não só no cômputo de penas, o que era previsto, mas propriamente o desfecho do caso. Os problemas da aplicabilidade da lei de estupro podem ser entendidos como resultantes das construções morais e papéis de gênero como entraves da plena execução penal, e do acesso de mulheres à justiça, em uma sociedade que era tolerante à violência e altamente instrumentalizava noções de honra assentadas nas construções de gênero.

Referências

Fontes

BR RSAHMSM FCSM-PCRM-PROC368-Lindolpho P.J., 1928.

Bibliográficas

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. São Paulo: USP, 1984.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015. 120p. (Saber Fazer).

GROSSO, Carlos Eduardo Millen. **Cotidiano do amor em Porto Alegre**: disputas sobre honra, sexualidade e relações afetivas nos processos de defloração (1890-1922). 2014. 249p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **As razões do coração**: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889-1950. 2010. 400p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1990.

SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil – 1890** (comentado). Brasília: Senado Federal, 2004.

TEXTOR, Bárbara Gonçalves. **Trilhos de Honra e Violência em Santa Maria da Bocca do Monte**: deflorações, estupro e raptos (1910-1939). 2019. 408 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

VANNINI, Ismael Antônio. **História, sexualidade e crime**: imigrantes e descendentes na (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958). 2008. 248p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VASCONCELOS, Tania Mara Pereira. **“Sertanejas defloradas” e “Dom Juans” julgados**: Relações sexoafetivas de mulheres pobres em processos de crimes contra os costumes em Jacobina- Bahia (1942-1959). 2018. 329p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

Repressão e perseguição: Uma análise sobre os periódicos jornalísticos do imediato pós-abolição em Pelotas-Rs (1888)

BALHEGO, Alisson Barcellos

Doutorando em História – Universidade Federal de Pelotas

CAPES, alissonbarcellos@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por intuito apresentar uma análise sobre uma notícia de um periódico da imprensa pelotense em 1888, para observar aspectos daquele cotidiano e representações noticiadas em relação a população preta e parda, livre e liberta, após a abolição da escravidão. Sendo assim, trabalharemos por intermédio de notícias, as formas como essa população foi reprimida e estabeleceremos uma reflexão que auxilie a compreender a construção do preconceito racial em Pelotas, no imediato pós-abolição. A atuação da imprensa fazia parte de um sistema de controle e classificação social, ou seja, um conjunto de práticas e processos próprios da sociedade do período, que produz e reproduz preconceitos raciais. Sendo assim, a imprensa não apenas reproduzia o preconceito racial presente na sociedade brasileira da época, como era produtora de estereótipos racializados, corroborando com a construção de uma visão preconceituosa a respeito da população negra local. Essas movimentações acontecem no continente brasileiro após a abolição, através de uma intensa mobilização das elites, com o objetivo de criar mecanismos no sentido de intensificar a perseguição e a repressão à vadiagem. E através desses projetos a racialização das relações sociais é exercida como forma de colocar a população negra como um sub-grupo. O que resulta em vários tipos de processos criminais, matérias da imprensa escrita cobrando posições sobre a situação dos agora libertos, de mazelas sociais, e a reprodução do imaginário preconceituoso dessa sociedade.

Palavras-chave: Racialização; Imediato pós-abolição; Pelotas/RS.

Introdução

O presente texto tem por objetivo analisar através de uma notícia de um periódico jornalístico o processo de racialização que ocorre na cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul, imediatamente após a abolição da escravatura. Esse é um momento de transformações em todo o território brasileiro, pois a desagregação da mão de obra cativa implica e uma nova organização daquela sociedade, especialmente no que diz respeito ao trabalho. Ainda assim, as mudanças que estavam em vigência reverberam em outros aspectos das relações sociais.

Os jornais que circulam em Pelotas abordam essas alterações e em suas páginas está explícita a preocupação corrente na cidade e no país no que diz respeito ao aumento do número de pessoas negras livres transitando pelos centros urbanos das localidades, assim como a cobrança em cima das autoridades com poder de polícia, para que tomassem medidas no sentido de afastar essas pessoas do centro e punir aquelas que não estivessem trabalhando.

Se torna comum nesse período da história brasileira, associarem o ócio de qualquer pessoa preta a vagabundagem. Além disso, o que as pessoas mais abastadas da época pensavam a respeito disso estava relacionado a regeneração de caráter através do trabalho. Então, além

das cobranças às autoridades, era comum nas páginas dos jornais menções que tratavam da necessidade de empurrar essas pessoas para o trabalho, em virtude do bem comum.

Menções essas, que demonstram como a desagregação do elemento servil tocou em um ponto sensível daquela época, pois as relações de trabalho agora não poderiam mais ter o caráter degradante do sistema escravista. Em outras palavras, após o fim da escravidão uma das demandas daquela sociedade era “convencer” os libertos que agora detinham a posse de sua força de trabalho, a empregá-la a serviço do capitalista empreendedor.

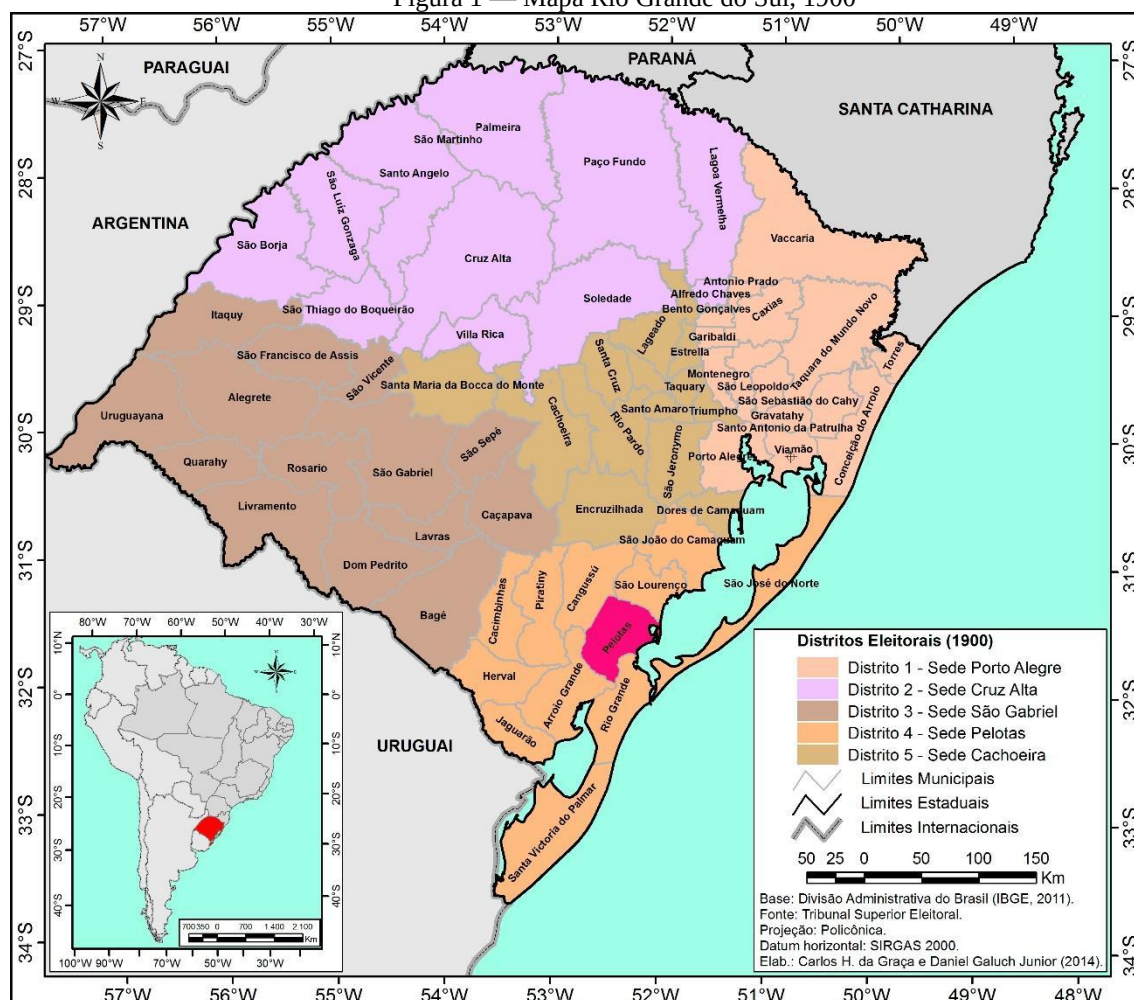
Essas mudanças foram sentidas em Pelotas de forma mais aguda nas charqueadas, o que também corroborou em uma forte busca por disciplinarizar as classes populares para o trabalho e para a noção de progresso das elites brasileiras. Assim transcorre um importante esforço local, como o que ocorreu no restante do território brasileiro no sentido de cobrar através da imprensa escrita pelo agravamento de penas e para criminalizar a conduta do desocupado.

No tópico a seguir iremos apresentar algumas linhas dispondo informações sobre a localidade de Pelotas, para na sequência expor um recorte do periódico jornalístico, *Echo do Sul*. E mais adiante exibir explicações sobre o texto do jornal e uma das consequências dessas movimentações.

Breve contexto sobre a Princesa do Sul

A diversidade do conjunto populacional pelotense nos importa para que possamos analisar o que é distribuído pelo setor que ajuda a formatar a opinião pública da época. Pelotas está situada no extremo sul brasileiro, como poderemos ver no mapa a seguir. E lá teve destaque como um grande complexo charqueador do Império do Brasil (Vargas, 2013). O charque e os couros foram os principais produtos da pauta das exportações rio-grandenses durante quase todo o século XIX:

Figura 1 — Mapa Rio Grande do Sul, 1900



Fonte: Graça, Carlos H. da Galuch; Júnior, Daniel, 2014. Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral.

Esse caracter vai influenciar de forma significativa a formação populacional da região, pois o braço forte que constituía a mão de obra que trabalha nas charqueadas é constituída por escravizados. Dessa maneira, foram estabelecidas grandes concentrações de cativos, por exemplo, em 1814 50,7% dos habitantes do município eram trabalhadores escravizados. Já na década de 1870, a grande povoação contava com um contingente populacional que girava em torno de 25 mil habitantes, em que pelo menos 8 mil cativos. Enquanto as pesquisas mais recentes apontaram para a existência de um número menor, mas importante de cativos mesmo nas vésperas da abolição. No que diz respeito a essa redução da população escravizada, o historiador Jonas Vargas demonstrou que este declínio começa apenas após 1874 e ganhou intensidade entre 1877 e 1884. No Rio Grande do Sul, entre 1874 e 1884, ocorreu uma diminuição de 15.302 escravizados, boa parte deles transferidos para o sudeste (Vargas, 2013).

Isto é, fica nítido que existe uma concentração de pessoas pretas e pardas no território pelotense desde o século XIX, que se manteve no período após a abolição. Dessa forma, abordar

esse local levando em conta esse recorte histórico é indispensável, pois completa a análise e demonstra o que estava incutido nos discursos dos documentos oficiais e que fomentaram a ação das autoridades, naquele momento de transição e que auxiliam a compreender um pouco da dura realidade vivenciada pela população negra brasileira. Nesse sentido, é necessário colocar que o campo de estudos do pós-abolição é entendido como não dissociado dos estudos da escravidão, tampouco como legado daquele período, o que é distinto, é o foco que está centrado nos diálogos abertos com a abolição.

Pressão e perseguição

Os periódicos jornalísticos que circulam em Pelotas e nas proximidades apresentavam notícias que tratavam da condição dos libertos e da necessidade de empurrar essas pessoas para o trabalho. Esses textos além de fazerem menções a essas pessoas as caracterizando como vadios, indicavam a necessidade de vigiar e punir tal conduta, nesse sentido, as matérias eram diretas:

O ofício que a honrada presidência da Câmara Municipal dirigiu ao Sr. delegado de polícia, relativamente à repressão da vagabundagem, não dá somente testemunho de uma intenção louvável. Foi em prol da tranquilidade, segurança e comodidade dos cidadãos. Por efeito da lei da abolição do cativo, deve ter crescido o número dos ociosos e dos vagabundos. É verdade que nem a Câmara e nem a polícia podem dar trabalho aos libertos e aos desocupados, mas podem impedir que uns e outros entreguem-se ao vício e ao crime, e para isso basta que a polícia exerça ativa vigilância sobre os cortiços e vivendas onde essa gente habitualmente se reúne (Echo do Sul, 23 de maio, p. 1).

O cenário apresentado pela transcrição demonstra um contexto em que autoridades judiciais e policiais estavam sendo reunidas no sentido de reprimir a população liberta, enquanto vereadores e os donos de jornais construíam imagens depreciativas dessas pessoas através da imprensa escrita e de documentação oficial. O que criava um cenário de apreensão que corroborou para a ação repressiva.

O historiador Sidney Chalhoub destaca que a ociosidade só poderia ser praticada por quem tivesse como garantir sua sobrevivência, então para quem estava inserido dentro desse contexto o ócio seria uma recompensa pelas horas de trabalho. Agora para as camadas pobres que não atendiam a esses requisitos a realidade é outra, pois o conceito de vadiagem se constrói na mente dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de uma simples troca de ordem de elementos. Logo, todas as regalias associadas ao mundo do trabalho são negadas no que diz respeito a figura do vadio (Chalhoub, 2012).

Sendo assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade ameaça à ordem de forma constante. O ocioso é aquele indivíduo que, se nega a pagar sua dívida para

com a comunidade por meio do trabalho honesto e se coloca à margem da sociedade, ou seja, nada produz para promover o bem comum (Chalhoub, 2012).

E no período histórico em que as formas escravistas de domínio perdem força, foi criada uma demanda por novos meios de controle sobre os trabalhadores. Aos poucos no decorrer do sistema escravista, a raça forneceu uma justificativa tácita para barrar a ampliação dos direitos civis aos cativos à medida que se tornaram livres, ou seja, para manter velhas hierarquias políticas entre os que viviam em liberdade (Rosa, 2014).

A racialização, nesse contexto, significa traduzir raça como uma noção que está em construção, em completa dependência de circunstâncias e propósitos políticos diversos, que podem ser ou não antagônicos. Enquanto raça soa como ideia elaborada em circuitos científicos, racializar diz respeito a concepções postas em movimento no dia a dia das decisões administrativas, das páginas dos jornais, da agenda abolicionista, dos estatutos dos principais clubes carnavalescos da época entre outros (Albuquerque, 2011).

Se conjugarmos esse conceito associado ao de racialização da historiadora Wlamyra Albuquerque (2009), podemos concluir que o conceito de vadiagem é usado de forma mais assídua em relação a pessoas pretas, pois o Brasil é um país racializado. Então a racialização é o elemento que corta as mais diversas relações, inclusive as de trabalho no imediato pós-abolição.

Ou seja, o repúdio à vadiagem passa a ser um argumento constante nas páginas dos jornais para caracterizar de forma depreciativa as ações de pessoas negras, dessa maneira, fomentavam a ação de autoridades policiais e judiciais no sentido de reprimir esse conjunto populacional. A raça nesse contexto passa a ser o elemento que perpassa e que fatia todas as relações sociais. Logo, as reações punitivas em relação a ações de pessoas negras são mais agudas do que quando pessoas brancas produzem os mesmos movimentos.

O resultado da pressão feita foram diversas batidas da polícia nas casas e demais habitações de pessoas negras dentro e fora do centro da cidade. Além disso, no fim do ano de 1888 é adicionado ao código de posturas uma normativa que tratava da “higienização” da localidade. Isto é, lei provincial que dificultava a permanência de pessoas pobres, que em boa parte dos casos eram pretas, de residir no centro da Princesa do Sul.

Todavia em 1888 aconteceu uma agudização, pois o primeiro deslocamento desse conjunto populacional se dá no início da década de 80 (1881), também por intermédio de lei provincial e essa ação é aprofundada após a abolição da escravatura. Esses momentos de “empurrão” que a população negra vivenciou estão vinculados a ocasiões de profundas transformações do espaço urbano.

No que diz respeito à Lei Provincial, número 1717 de 19 de dezembro de 1888 aprovada em um Código de Posturas para a localidade. O texto da normativa trata das edificações, do calçamento, das estradas, caminhos e rios navegáveis, aborda a polícia sanitária, a segurança dos habitantes, os jogos proibidos, a aferição e controle de pesos e medidas, as companhias responsáveis pelos serviços públicos e aumentava o controle sobre a organização e a forma da cidade (Moura, 2006).

Ou seja, a partir da promulgação da normativa está em voga uma política de restrição à construção de cortiços em determinadas áreas da cidade e essa proibição foi incluída na lei, estabelecendo a primeira área de proibição definida em 1881. Nesse sentido, os limites leste e oeste são indicados pelas ruas Gonçalves Chaves e pelo curso do Arroio Santa Bárbara. Então, estava proibida a construção ou a manutenção de cortiços nas áreas de expansão urbana de cota mais alta e, conseqüentemente, menos suscetíveis a enchentes. O perímetro era indicado pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio, Paysandú e São Domingos, hoje respectivamente Gonçalves Chaves, Senador Mendonça, Barão de Santa Tecla e Benjamin Constant (Moura, 2006). Ou seja, o perímetro engloba praticamente toda a área urbana de Pelotas, empurrando a população negra para os arrabaldes da cidade.

O quadrilátero estabelecido através de lei municipal tinha uma abrangência relevante no que diz respeito à extensão geográfica pelotense tanto em 1881, como para 7 anos após. Quanto ao cortiço, é importante destacar que na região existiam três tipos de habitações identificadas como de uso da camada populacional mais pobre.

O portão que é uma modalidade frequente na cidade de Pelotas. Reproduz as mesmas características daqueles construídos em Porto Alegre e em outras cidades, eram formados por fitas de casas desenvolvidas no sentido longitudinal do lote com pequena rua interna onde, geralmente, situavam-se as latrinas e os tanques para uso coletivo. Dependendo da largura do lote, a rua era central a duas fitas ou colocada em uma das laterais do terreno (Moura, 2006).

Os contrafeitos eram pequenos compartimentos, quase sempre com o telhado constituído por apenas um plano inclinado e geralmente tinha a frente voltada para o passeio público, porém afastado quatro metros do alinhamento da calçada. E o galpão voltado para o passeio ou nos fundos de terrenos tinha formas que se assemelhavam a depósitos ou galpões e poderiam servir tanto para atividades comerciais quanto industriais, entretanto eram mais viáveis para habitação (Moura, 2006).

Além da proibição, foram estabelecidos aumentos na tributagem, o que tornava o aluguel mais alto. Os proprietários de cortiços quando ocorreu o aumento do tributo, organizaram e publicaram reclamações nos periódicos jornalísticos pelotenses, comunicando

que haviam encaminhado para a Assembléia Provincial um memorando sugerindo a cassação de tal imposto. Discutindo a ilegalidade da cobrança, até a injustiça de onerar exclusivamente os cortiços (Moura, 2006).

Considerações Finais

O presente texto teve como objetivo apresentar uma análise sobre uma notícia veiculada no periódico Echo do Sul do ano de 1888, em data ligeiramente posterior a abolição da escravidão. Esse texto retrata um pouco da realidade vivenciada por pessoas pretas nesse contexto de transição entre o fim da escravidão e o mundo do trabalho livre.

Nesse novo contexto a raça passa a ter um teor diferente do que acontecia durante a escravidão, ela passa a ser estabelecida como um dos elementos de diferenciação que estão colocados entre os livres. Por óbvio, dentro desse ambiente a população negra da localidade de Pelotas, como a brasileira em geral, não acessa todos os direitos atribuídos ao que se entendia como liberdade, ou seja, a cidadania não era garantida. E a partir disso, várias formas de inserção e de luta por direitos são propostas por essa camada social que constituía a mão de obra trabalhadora do país.

A imprensa escrita da época era uma mobilizadora da opinião pública e construtora de imaginários e estereótipos, contribuiu negativamente no momento da inclusão dos libertos na sociedade brasileira. Essas ações tiveram diversos efeitos práticos, um deles foi a repressão impetrada por autoridades policiais e judiciais, contra a população liberta coibindo a presença desses sujeitos no centro da cidade de Pelotas. Tanto transitando, como vivendo na área central do território.

Momentos de empurrão como o que ocorreu em Pelotas no imediato pós-abolição, auxiliam a compreender a disposição da densidade demográfica da localidade. Em que grande parte da população preta reside distante do centro da cidade e por consequência esses indivíduos têm os maiores deslocamentos territoriais até o centro para trabalhar ou estudar e também passam por diversas dificuldades no que diz respeito a estrutura básica como saneamento e transporte público.

A temática do imediato pós-abolição carece de mais estudos, pois são poucos os trabalhos que observam o período e que relacionam fontes como jornais, processos criminais e outros tipos de documentação no Rio Grande do Sul. Logo, a construção aqui exposta pode contribuir para a compreensão de como se deu essa experiência de transição na Princesa do Sul.

Referências

Fontes

Código de Posturas, Lei Provincial no 1717, de 19 de dezembro de 1888.

Código de Posturas Municipais, 1895.

Echo do Sul, Rio Grande, 1886 a 1896 (Biblioteca Pública Pelotense).

Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. 2010. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social** (UNICAMP), 19:91-108.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Rosa Maria Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): Entre políticas públicas e investimentos privados**. Porto Alegre, 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre: 2006.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em porto alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. Tese de Doutorado (História Social). Campinas: UNICAMP, 2014.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-abolição (1870-1960)**. 2017. 278f. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre.

SCHWARCZ, L. M. (coord.). **A abertura para o mundo: 1889-1930. História do Brasil Nação: 1808-2010**. V. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **“Pelas margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. 2013. 505f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Dissertação de 221 Mestrado em Geografia (POSGEA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: 2017.

Crime, controle social e racialização no pós-abolição em Santa Maria: notas de pesquisa

TROMBETTA, Henrique Mareth
Mestrando em História na UFSM
htrombetta8@gmail.com

Resumo: Este trabalho é o resumo do estado atual de uma dissertação de mestrado com o tema crime, controle social e racialização no pós-abolição em Santa Maria. Para a pesquisa foram selecionados os processos criminais dos anos de 1920 a 1925 do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, totalizando 131 processos. Entre esses, foram selecionados os que apresentaram indicadores de racialização por meio de designações de cores de pessoas não brancas, totalizando 26 processos, e foram analisados para a elaboração de estudos de caso. Os processos crime são uma fonte privilegiada para o tipo de análise aqui proposta, na medida em que neles se faz presente a estigmatização e a racialização revestidas de conhecimento técnico científico em que se baseia a polícia e a justiça. Além disso, os processos crime também nos possibilitam acessar falas e o cotidiano dos subalternos, nos quais situações em que a racialização se faz presente emergem com frequência. Os estudos de caso foram feitos com base nas categorias “estigma” e “violência”, utilizando a metodologia dos modelos generativos proposta por Fredrik Barth, em diálogo com E. P. Thompson e G. Levi. Dessa forma, foi possível analisar as formas e finalidades com que a racialização é utilizada pelos indivíduos como recurso para a maximização de ganhos em situações de disputa, bem como os resultados alcançados no desenrolar dos processos.

Palavras-chave: crime; racialização; pós-abolição.

Introdução

Este trabalho é o resumo do estado atual de uma dissertação de mestrado com o tema crime, controle social e racialização no pós-abolição em Santa Maria. Para a pesquisa foram selecionados os processos criminais dos anos de 1920 a 1925 do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, totalizando 131 processos. Entre esses, foram selecionados os que apresentaram indicadores de racialização por meio de designações de cores de pessoas não brancas, totalizando 26 processos, e foram analisados para a elaboração de estudos de caso. As perguntas que norteiam as análises são: Em que tipos de situação ocorre a racialização? Quais agentes sociais atuam racializando outros? De que forma as racializações ocorrem? Qual o sentido ou finalidade da racialização empregada? E, por fim, quais os resultados e desdobramentos das racializações realizadas?

Os processos crime são uma fonte privilegiada para o tipo de análise aqui proposta, na medida em que neles se faz presente a estigmatização e a racialização revestidas de conhecimento técnico científico em que se baseia a polícia e a justiça. Além disso, os processos crime também nos possibilitam acessar falas e o cotidiano dos subalternos, nos quais situações em que a racialização se faz presente emergem com frequência.

O local de análise, o município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, é um recorte privilegiado para a análise de relações raciais. Desde o século XIX, a cidade apresenta uma marcante presença de pessoas negras, tanto libertas como escravizadas (Grigio, 2018). Além disso, recebeu diversos imigrantes alemães e italianos. Ao analisar essa diversidade, a historiadora Daniela Vallandro de Carvalho deu à cidade o adjetivo de “caldeirão étnico”. (Carvalho, 2005). Ao longo do século XIX, a integração do município com a região fronteira se dá através de fortes ligações comerciais, incrementando-se com a inauguração da Estrada de Ferro em 1885, que ligou o Estado de leste a oeste, respectivamente Uruguaiana a Porto Alegre, tornando Santa Maria um entreposto obrigatório das praças comerciais da zona de fronteira e da região serrana com a de Porto Alegre (Rossatto; Andrade, 2022). Dessa forma, a cidade adentrou o século XX em uma fase de grande crescimento populacional e desenvolvimento urbano, que, entretanto, ainda era muito entrelaçado ao universo rural (Carvalho, 2005).

Processos criminais e a metodologia para análise da racialização

Os processos-crime, apesar da formatação imposta pelos órgãos judiciais, são uma janela privilegiada para acessar a fala dos populares. Como afirma Chalhoub (2012, p. 38), não nos interessa saber exatamente o que de fato se passou nas ocasiões registradas, mas sim explorar o emaranhado de visões conflitantes, divergências, contradições e incoerências presentes nos registros. Mesmo não podendo ser possível reconstruir com exatidão o que se passou, também há certezas. Ao pesquisador interessa analisar como se produzem as diferentes versões apresentadas pelas pessoas envolvidas, e o que elas nos revelam sobre as experiências delas. Além disso, no período republicano houve uma postura de silenciamento quanto às cores em diversos registros civis. Entretanto, os processos-crime, com base na característica selecionada para a seleção à análise, tornam-se fontes de importância destacada, sabendo-se que no âmbito da justiça os critérios de racialização desempenham papel preponderante revestidos de suposta cientificidade.

Simona Cerutti (2021, p. 62) afirma que a produção desse tipo de fonte não surgiu para atender às preocupações de natureza sociológica às quais se debruçam os pesquisadores. Elas dizem respeito a preocupações de ordem jurídica, jurisdicional ou judiciária da época de sua produção, e posteriormente se tornam fontes. Com isso, a autora propõe que se faça uma leitura “a contrapelo” da fonte, arranhando sua superfície para “fazer surgir, além da leitura do pesquisador, o significado que os contemporâneos deram às palavras e às coisas” - no nosso caso, as formas de racialização.

Baseamos o método de análise no que foi desenvolvido pelo antropólogo Fredrik Barth. Entendemos que os agentes sociais, em uma situação de disputa (*contest*) como o processo-crime (Rosental, 1998, p. 157), devidamente posicionados e dotados de diferentes *status* (direitos, obrigações e limites), exercem a escolha dentro de uma gama possível de ações — baseadas na sua experiência prévia e em sua racionalidade —, e tomam decisões em sua conduta cotidiana. Apesar de estarmos analisando aqui situações específicas retratadas nos autos dos processos, os modelos generativos propostos por Barth tratam de um processo diário e constante que, embora racional, baseia-se também na experiência prévia de cada indivíduo — a tentativa e erro —, o que evita que cada ação tenha de ser exaustivamente refletida, tornando-se automatizada.

A ideia de *valor* é um ponto fundamental dos modelos generativos de Barth. Por *valor*, o autor entende como aquilo que os sujeitos agem estrategicamente para obter e maximizar. Trata-se, segundo Rosental, da definição do conteúdo daquilo que, para os agentes, representa ganhos ou perdas (Rosental, 1998, p. 160). Estão indissociavelmente ligados à ação e representam cânones de julgamentos que as pessoas fazem sobre as coisas e sobre os atos, e, para o pesquisador, representam fatos empíricos que podemos descobrir. O *valor* estrategicamente disputado nos processos analisados em geral se trata da inocência, a liberdade e a honra.

O comportamento interacional ao qual essa metodologia se dedica analisar se constrói referenciado a um padrão de valores, que estabelece incentivos e constrangimentos às escolhas. Esse padrão de valores, por sua vez, se refere a um padrão pré-estabelecido de *status*, obrigações, direitos morais, acessos a recursos, distribuição de bens e oportunidades (Knust, 2010, p. 12), no qual acreditamos que se enquadre o racismo de forma estrutural. Conforme aponta Silvio Almeida,

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (Almeida, 2021, p. 50).

Dessa forma, ao analisar comportamentos interacionais nos quais a racialização ocorre, levamos em consideração que tais comportamentos individuais, bem como os processos institucionais (a atuação dos órgãos policiais e do judiciário, por exemplo), são derivados de uma sociedade cujo racismo é a regra e não a exceção. Conforme aponta Almeida (2021, p. 50), o racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece

legado pela tradição”, e é por isso que emerge nas situações analisadas como um recurso disponível para a maximização de interesses.

Ao final da interação — ou *transação* — ambas as partes esperam sair ganhando, ou seja, maximizar seus interesses — ou, em certos casos, reduzir seus danos —, com diferentes expectativas e diferentes noções do que é ganhar, o que está relacionado com o *status* de cada um e com seu posicionamento social (Barth, 1981, p. 32-47). Dessa forma, os comportamentos analisados são entendidos como possibilidades disponíveis dentro de uma margem de manobra, e não apenas determinados por normas sociais (Rosental, 1998, p. 155-6).

Por fim, existem dois fatores dentro dos modelos generativos de Barth que gostaríamos de debater conceitualmente e relacionar com contribuições de outros autores. O primeiro deles é a racionalidade. Acreditamos que ao adotar o conceito de *racionalidade limitada*, desenvolvido pelo historiador Giovanni Levi, a análise ganha maior dimensão histórica. Tal conceito abarca a capacidade de ação dos sujeitos de uma determinada época, tomando como categorias interpretativas

a ambiguidade das regras, a necessidade de tomar decisões em situações de incerteza, sua quantidade limitada de informações que, todavia, não impede a ação, a tendência psicológica a simplificar os mecanismos causais considerados relevantes para a determinação de comportamentos e, enfim, a utilização consciente das incoerências entre os sistemas de normas e sanções (Levi, 2000, p. 46).

Para o autor, “uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição”. Enfim, os obstáculos enfrentados pelos indivíduos de uma época não impedem que se considere a sociedade em questão como sendo ativa e consciente em cada uma de suas partes. Seu sistema social pode ser visto como “o resultado da interação entre comportamentos e decisões assumidos no âmbito de uma racionalidade plena embora limitada” (Levi, 2000, p. 46).

O segundo conceito utilizado por Barth que queremos debater relacionando com a contribuição de outro autor é o de *experiência*. O antropólogo o utiliza no sentido mais direto, ligado ao individualismo metodológico. Acreditamos que ao utilizar o conceito de *experiência* desenvolvido por E. P. Thompson, mais relacionado ao social, a análise também ganha maior dimensão histórica. Para Thompson, a *experiência* é vivida no social, e percebida e elaborada pela consciência. Trata-se do campo de ação do sujeito. O conceito é importante para a presente pesquisa na medida em que ressalta a agência humana no processo histórico. Nele,

os homens e mulheres retornam como sujeitos da história – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações

e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p. 182).

Portanto, é uma formulação que abarca a imprevisibilidade da ação humana e a manipulação pelos indivíduos de sua própria experiência (Nicolazzi, 2004, p. 109). Com isso, buscamos afastar de qualquer mecanização as análises feitas nos processos, pois apesar dos padrões de valores e *status*, cada indivíduo faz uma leitura particular da situação, a partir de uma racionalidade própria. Nesse sentido, atitudes aparentemente inesperadas ou incoerentes também são entendidas como próprias ao sistema social naturalmente desordenado que cria espaços de ruptura no próprio sistema de valores e *status*.

Categorias de análise

A primeira categoria desenvolvida para agrupar processo para a análise foi a do estigma. Segundo Irving Goffman (1988, p. 11-14), o termo *estigma* foi criado pelos gregos para “se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava.” Os sinais, feitos no corpo com cortes ou fogo, indicavam que seu portador era escravo, criminoso ou traidor. A pessoa marcada, ritualmente poluída, deveria ser evitada em locais públicos. Atualmente, o termo ainda opera de forma semelhante ao seu sentido original, porém é mais aplicado ao fato de possuir uma característica considerada indesejada do que à sua evidência corporal. Além disso, também se alteraram os tipos de características que são alvo de estigmatização.

Para Goffman, a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais. Com isso, criamos expectativas normativas, que não são objeto de reflexão nas interações cotidianas, até o momento em que nos deparamos com um estranho e acabamos nos questionando se esse estranho possui os atributos exigidos para ser considerado normal. Essas exigências que imputamos ao indivíduo se caracterizam como uma *identidade social virtual*, ao passo que os atributos que o indivíduo efetivamente possui configuram sua *identidade social real*.

Nessa situação, podem surgir evidências de que o indivíduo possui um atributo que o torna diferente dos outros que se encontram numa categoria em que ele pudesse ser incluído. Isso torna-o sujeito a ser julgado como um espécime menos desejado ou até mesmo como uma pessoa má, perigosa ou fraca, passando a ser reduzido a uma pessoa estragada e diminuída. Essa característica configura um estigma, especialmente quando traz junto de si um efeito de descrédito que constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social

real. Nesse sentido, Goffman aponta que o indivíduo estigmatizado poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana, mas não o é, pois possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

A utilização da categoria “estigma” permitiu agrupar para a análise diferentes processos abertos por diversos crimes, nos quais foi possível perceber, muitas vezes nas entrelinhas, como o ato de estigmatizar alguém por meio da racialização era uma estratégia empregada visando a maximização de interesses dentro da disputa em torno do processo.

Em um subcapítulo no qual foram agrupados crimes relativos ao sexo feminino, como defloração e estupro, foi possível perceber que muitas vezes se utilizava a estratégia de racializar pessoas próximas às mulheres que estavam envolvidas nos processos, estigmatizando-as. No processo nº 205, Leopoldo José Baptista, agressor da “mulata” Maria Alves, destaca em seu depoimento o fato de que a vítima morava em uma pensão com uma “negra velha surda”, que seria uma testemunha de sua agressão. Já no processo número 303, no qual Galvarino Bandeira é acusado de deflorar a menor Maria Antonia, a testemunha Juvenal Goulart, conhecido de Galvarino, declara que a vítima na verdade seria uma prostituta e que “já esteve de casamento marcado com um negro”.

A estratégia também era empregada no sentido inverso, com o intuito de desqualificar o réu. Assim, no processo número 237, no qual Praxedes Cabistani é acusado de deflorar Dilecta de Moura, Maria Correa de Moura, tia da vítima, fala em seu depoimento que “Praxedes encontrando-se com ela [Dilecta], atraiu-a para casa de uma preta velha e aí a deflorou”. Fica perceptível a estratégia de chamar a atenção para o fato de o defloração ter ocorrido na casa de uma “preta velha”, como um fator atenuante ao crime, num sentido estigmatizante.

Em um subcapítulo destinado a analisar crimes contra a propriedade, alguns resultados interessantes também foram encontrados. No processo número 320, no qual João Capitulino Prestes é preso em flagrante por roubar dinheiro e um relógio de uma casa, a racialização é recorrente. O réu é identificado como “negro” e “preto” cerca de 20 vezes, por diferentes testemunhas e autoridades policiais. Nesse sentido, processo número 214, no qual José Antonio Rodrigues é acusado de roubar gado de um vizinho, mesmo tendo conseguido provar sua inocência, o réu é racializado pelo delegado, que o descreve como “autor do furto da novilha, conta 29 anos de idade é de cor mixta, é um indivíduo de péssimos precedentes”. Dessa forma, com os casos analisados foi possível perceber que quando o réu de um processo por crime contra a propriedade é de cor não branca — negro, preto ou mixto, conforme as categorias da época

—, havia uma maior tendência em ser a sua cor citada no processo, de forma a estigmatizá-lo e desqualificá-lo.

A segunda categoria de análise desenvolvida é a da violência. Em um texto contemporâneo ao recorte de análise desta pesquisa, o filósofo Walter Benjamin (2013) fez importantes reflexões acerca da relação entre a violência e o direito. Para Benjamin, a condição da existência do direito é o seu monopólio da violência, e quando isso não ocorre a própria existência do direito é posta em risco. Além disso, essa violência que mantém o direito se constitui na forma de uma ameaça, que recai sob o destino daqueles que confrontarem a lei. O autor propõe que existem duas formas opostas de violência: a violência mítica e a violência divina. A primeira é instauradora do direito, traz simultaneamente culpa e expiação, é ameaçadora e sangrenta. Já a segunda, é aniquiladora do direito, aniquila sem limites, expia a culpa, golpeia e é letal de maneira não-sangrenta.

Slavoj Žižek (2015) categoriza as formas de violência entre subjetiva e objetiva. A subjetiva é diretamente visível e posta em prática por um agente identificável, relacionando-se com a violência divina proposta por W. Benjamin. Trata-se da violência pura. Já a violência objetiva dita os contornos dos cenários que engendram as explosões de violência subjetiva, e ocorre de duas maneiras diferentes, podendo ser simbólica ou sistêmica. A simbólica relaciona-se com a linguagem, que vai além das formas de discurso habituais e que impõe também um universo de sentidos. Soma-se a isso a violência sistêmica, que diz respeito às consequências do funcionamento regular dos nossos sistemas econômico e político.

Neste capítulo, ainda em desenvolvimento, analisaremos processos nos quais encontramos situações em que a violência e a racialização se entrecruzam. Conforme aponta Carrión (2009), as violências não podem ser entendidas fora das condições históricas de seu nascimento e desenvolvimento. É preciso que a violência seja compreendida a partir da existência de muitos atores, provenientes tanto da produção da violência como da construção da segurança, relacionados dialeticamente entre si sob dinâmicas que mudam ao longo do tempo e do espaço, ou seja, da história. Dessa forma, a partir desta categoria de análise buscaremos compreender a relação entre a violência e a racialização no contexto estudado, isto é, o pós-abolição (entre 1920 e 1925) no município de Santa Maria.

Apontamentos finais

A construção das categorias de análise foi pensada de uma maneira que pudesse dar conta da amostra de processos selecionados após a leitura do montante documental recortado. Foi uma escolha tomada entre diversas outras possíveis e que, até o momento, tem trazido

resultados proveitosos no direcionamento da análise de cada caso em particular. Com elas, tem sido possível perceber sentidos em comum nos quais a racialização é empregada por diferentes agentes sociais envolvidos nos processos, e traçar possíveis desdobramentos.

Por fim, a análise de cada caso em particular, baseada na metodologia e nas categorias desenvolvidas, tem tornado possível obter *insights* interessantes a respeito de como a racialização operava na sociedade de Santa Maria cerca de três décadas após a abolição da escravidão. Com isso, o presente estudo busca contribuir com uma série de outras pesquisas que nos últimos anos vêm trazendo à luz diversos aspectos do pós-abolição local.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandira, 2021.

BARTH, F. Models of social organization I. In: BARTH, F. **Process and form in social life**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **“Entre a solidariedade e a animosidade”**: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria – 1885 a 1915. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. São Leopoldo, 2005.

CERUTTI, Simona. “A Contrapelo”: diálogo sobre o método. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, M. I. **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1988.

GRIGIO, Ênio. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que os intimidasse**. A comunidade negra de Santa Maria e sua irmandade do Rosário (1873 – 1942). Santa Maria: Câmara municipal de vereadores de Santa Maria, 2018.

KNUST, J. E. M. Racionalidade, Costume e Ideologia: Esboço de crítica marxista a uma controvérsia do individualismo metodológico. **Revista Tessituras**. nº1, 2010

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NICOLAZZI, F. **O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

ROSENTAL, Paul-André. “Fredrik Barth e a microstoria”. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Brasil: Fundação Getulio

Vargas, 1998.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência:** Trajetórias de uma família negra entre a escravidão e liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

PADOIN, Maria Medianeira. “Alguns registros da história de Santa Maria – cidade fronteiriça”. In: ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira; PIASSINI, Carlos Eduardo (org.). **História de Santa Maria: novos olhares.** Porto Alegre: Casalettras, 2022

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** - uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Entre a sorte e o arbítrio: lazeres, crimes e casuísmos legais no Rio Grande do Sul dos anos 1940

LOYOLA, Érico Teixeira de
Doutorando/PPGH-UFRGS
ericoloyola@gmail.com

Resumo: tendo por enfoque a década de 1940, este resumo pretende abordar tópicos objeto de comunicação no III CIHIS, na qual debatidas, a partir de fontes policiais e judiciárias, algumas das potenciais hierarquias socialmente estabelecidas, no Rio Grande do Sul, em torno do lazer. Pretende, ainda, discutir a relação existente entre tais hierarquias e processos mais amplos, relacionados ao aprofundamento e/ou reconfiguração dos valores do trabalho durante o Estado Novo (1937-1945). Temas como o consumo de álcool e a prática de jogos de azar, por exemplo, eram objeto de medidas coibitivas. Certos lugares e atividades recreativas, a depender de seus frequentadores e praticantes, eram submetidos a maior ou menor vigilância por parte das autoridades policiais e judiciárias, as quais costumeiramente invocavam justificativas de caráter “classista” para justificar tais medidas. Contribuía para isso o caráter elástico das definições legais em vigor, e a pluralidade de interpretações oferecidas por policiais e julgadores a respeito das normas existentes. Esta comunicação, portanto, a partir de tais nuances, procurará analisar alguns dos critérios e contextos socioculturais que justificavam a aceitabilidade, ou não, de determinadas atividades lúdicas em detrimento de outras, fixando fronteiras entre lazeres legítimos e ilegítimos. Buscará, ainda, apontar para a potencial variabilidade de escalas de análise, sujeitos, redes e relações de força envolvidos, bem como para os critérios que, pelas lentes dos operadores dos sistemas de justiça, ensejavam a criminalização de determinadas condutas, com os seus mais diversos recortes. Além disso, abordará alguns dos processos de resistência operados pelos sujeitos enredados nas malhas da justiça quando na defesa de seu tempo livre, de suas práticas lúdicas.

Palavras-chaves: História do Crime; História do Lazer; História do Direito.

Introdução

Este resumo, que é fruto de pesquisa de doutorado ainda em andamento, tem por enfoque a década de 1940, e pretende abordar algumas das potenciais hierarquias socialmente estabelecidas, no Rio Grande do Sul, em torno do lazer, capazes de configurá-lo, a depender das circunstâncias e dos sujeitos implicados, como atividades benignas ou inadequadas, lícitas ou ilícitas, morais ou imorais. Para tanto, estão sendo mobilizados, principalmente, processos criminais e inquéritos disponíveis junto ao Museu da Polícia Civil e ao Arquivo Centralizado do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, ambos em Porto Alegre/RS.

Por meio desta documentação, pretende-se discutir a relação existente entre tais hierarquias, objeto de disputas e contradições das mais diversas, e processos outros, associados ao aprofundamento e/ou reconfiguração dos valores do trabalho durante o Estado Novo (1937-1945). Temas como o consumo de álcool e a prática de jogos de azar, por exemplo, eram objeto de medidas coibitivas. Certos lugares e atividades recreativas, a depender de seus

frequentadores e praticantes, por sua vez, eram submetidos a maior ou menor vigilância por parte das autoridades policiais e judiciárias, as quais costumeiramente invocavam justificativas de caráter “classista” para justificar tais medidas. Na verdade, não só as autoridades atuantes no sistema de justiça criminal, mas mesmo movimentos sociais mais à esquerda do espectro político lançavam-se em críticas a determinados “lazers”, tidos como alienantes e/ou imorais. Com efeito,

Como assinalou Marcelo Badaró Mattos (1991), havia uma forte corrente no movimento operário cujo objetivo seria criar a figura de um operário sem vícios, principalmente o álcool e o jogo. (...) Neste mesmo caminho, Marcos Bretas (1997a: 92) assevera que o combate ao jogo conseguia ‘integrar os mais diversos projetos sociais do período. Patrões e empregados, socialistas e anarquistas estariam unidos na condenação ao jogo. (...) Portanto, nota-se a existência de uma tensão na própria classe trabalhadora em relação ao jogo, especialmente, do bicho’ (Magalhães, 2011, p. 88)

O que cada um faz do seu tempo livre é, portanto, objeto de escrutínio. Famílias, amigos, sindicatos, parentes e os mais diversos agentes sociais operam dentro das mais diversas redes, com o intuito de restringir, ou ampliar, a aceitabilidade de determinadas práticas. O que é divertido e estimulante para um pode, também, ser considerado inadequado para outro. A questão que se coloca, entretanto, é que, a depender da atividade recreativa que se adota ou pratica, esta pode virar “caso de polícia”. Como se chega a este ponto? Em que momento uma festa mais animada acaba terminando em uma delegacia? Definir o que é, ou não, criminoso nem sempre é uma tarefa fácil; pelo contrário, muitas vezes agentes policiais e juízes, eles mesmos responsáveis pela observância mais direta às normas penais, divergiam, e ainda divergem, sobre quais atividades lúdicas deveriam ou não passar pelos caminhos da “criminação” e da “incriminação” de que nos fala Michel Misse – isto é, pela interpretação de determinados eventos singulares como sendo criminosos, e pela atividade investigativa e judiciária deflagrada a partir daí (Misse, 2010, 2011).

Nos anos 1940 contribuía para isso o caráter elástico das definições legais em vigor, e a pluralidade de interpretações oferecidas por policiais e julgadores a respeito das normas existentes e de sua aplicabilidade para o “combate” das mais variadas práticas recreativas do cotidiano. Por exemplo, embora sua proibição tenha sido reiterada, e de certo modo até aprofundada em 1941, a partir da Lei das Contravenções Penais, os jogos de azar²¹⁷, fluíam nos

²¹⁷ Aqui estamos falando, principalmente, dos artigos 50, 51 e 58 da Lei das Contravenções Penais. O primeiro deles, de caráter amplo, proibia a exploração ou prática dos jogos de azar, assim definidos como aqueles nos quais “o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte”, as “apostas em qualquer competição esportiva” e as apenas sobre corridas de cavalos quando realizadas foram de hipódromos autorizados. Os artigos 51 e 58, por sua vez, tratam especificamente da exploração de loterias desprovidas de autorização legal e do jogo do bicho, assim entendido como uma espécie de loteria.

mais diversos meios sociais. Assim, a título ilustrativo, ao mesmo tempo em que se combatia o “jogo do bicho” e o “jogo do osso”, acusando-os como desviantes e/ou nocivos aos valores do trabalho, cassinos eram instalados no litoral, na serra e em estâncias hidrominerais do Estado do Rio Grande do Sul, sob a promessa de fomentar o desenvolvimento econômico e um lazer saudável, associado ao relaxamento, a atividades terapêuticas a à sociabilidade.

Nas próximas páginas procuraremos analisar algumas das “nuances” em torno de tais disputas, apresentando critérios e contextos socioculturais que justificavam a aceitabilidade, ou não, de determinadas atividades em detrimento de outras, fixando fronteiras entre lazeres. Nesse sentido, vamos nos concentrar, nesta comunicação, nos jogos de azar. Buscaremos apontar para a variabilidade de escalas de análise, sujeitos, redes e relações de força envolvidos, bem como para os critérios que, pelas lentes dos operadores dos sistemas de justiça, justificariam a perseguição a determinadas condutas. Nessa trilha, também abordaremos alguns dos processos de resistência operados pelos sujeitos enredados nas malhas da justiça quando na defesa de seu tempo livre.

Entre o Prestígio e o Deselegante: o caso dos Jogos de Azar

São correntes, nas histórias de diversas famílias da capital e do interior do Rio Grande do Sul, relatos sobre viagens ao litoral durante o verão. São momentos normalmente recordados com carinho, a partir dos bons momentos vividos sob o sol. Para os moradores do noroeste do Estado, por sua vez, a presença de estâncias hidrominerais conformadas a partir dos rios que cortam a região, como em Iraí, talvez também tragam esta mesma imagem de acalanto. Momentos prazerosos, compartilhados em família ou com amigos, em balneários dos mais diversos, nos quais muitas vezes restam ruínas de estabelecimentos hoteleiros que, além de servir de moradia temporária para diversos viajantes, funcionavam também como cassinos.

A historiadora Joana Schossler, ao falar sobre a história do veraneio no Rio Grande do Sul, indica que a partir da segunda metade do “século XIX se instaurou a noção de férias, ocasião em que a massa trabalhadora passou a ter lugar dentro do quadro de atividades normais, concentrando no verão o tempo da natureza, viagens e diversões” (Schossler, 2013, p. 41-42). Este processo, também verificado no Rio Grande do Sul, implicou o desenvolvimento de espaços para o aproveitamento do veraneio por sujeitos pertencentes às mais diversas classes sociais. O litoral, sul e norte, assim como a serra e a região noroeste do Estado, figuraram como áreas privilegiadas, alavancando empreendimentos, de corte mais aristocrático ou popular, para receber esses grupos que viam no verão a possibilidade de fugir da rotina (Schossler, 2013, p.

89 e 122). Nesse sentido, a instalação de casas de jogos representava mais um chamariz de tais empreendimentos, podendo-se dizer que

A considerável procura pelos cassinos durante a estação de veraneio está atrelada à modernização e urbanização dos balneários, mas também aos benefícios trabalhistas conquistados ao longo da década de 1930. As férias remuneradas, que foram constituídas na legislação brasileira somente em 1934, tornaram-se um benefício comum aos trabalhadores, a partir da década 1940. Porém, ao longo das alterações constitucionais, elas já mexiam com imaginário social dos trabalhadores, que sonhavam com a possibilidade de gozar férias e do tempo livre nas praias do Atlântico (Schossler, 2019, p. 73)

Bom, mas como isso seria possível, se a Lei das Contravenções Penais, aprofundando as disposições já existentes no Código Penal de 1890, proibia os jogos de azar? É aqui que se faz importante, então, reconstituir, ainda que brevemente, a cronologia legislativa em torno de tais práticas no Brasil. Um processo, como se verá, bastante sinuoso, e que abriu portas para interpretações por vezes antagônicas e claramente discriminatórias.

Os jogos de azar já eram considerados práticas delitivas desde, ao menos, o Código Criminal de 1830, e essa determinação foi reiterada no Código Penal de 1890. Constava da referida codificação, em seus artigos 369 e 370, a proibição de todos aqueles jogos que dependessem *exclusivamente* da sorte. Estavam a salvo, porém, *as apostas de corridas a pé ou a cavalo, ou outras semelhantes*.

A Lei das Contravenções Penais, como já pudemos adiantar, ao menos formalmente, visava aprofundar tais proibições. As apostas em corridas de cavalos, quando realizadas fora de espaços predefinidos, estavam proibidas (salvando-se, portanto, os Jockeys Club, espaços tradicionalmente de elite). Também passavam a ser vedadas as apostas em atividades esportivas. Além disso, por jogo de azar, passava-se a entender todas as partidas que, sob apostas, dependessem exclusiva ou *principalmente* da sorte. Tratava-se, pois, de restringir ainda mais diversas práticas recreativas populares, aprofundando tensão que advinha desde a Primeira República para controle sobre o cotidiano e do tempo livre dos trabalhadores (Chalhoub, 2001; Chazkel, 2014).

Porém, meses depois, o Decreto-Lei n.º 4.866/1942 viria a afastar da proibição os chamados “cassinos balneares” licenciados pelo Estado. Esta exceção, assim como outras vigentes em nível estadual, foram as que permitiram a continuidade de estabelecimentos como o Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, e diversos empreendimentos do gênero no litoral gaúcho. A isso somava-se a notória “insegurança jurídica” trazida pela lei de 1941: afinal, o que seria um jogo dependente *principalmente* da sorte? E como vigiar e punir das atividades? Quais critérios deveriam ser aplicados? As respostas poderiam ser variadas, mas tanto a Lei das

Contravenções Penais quanto o mencionado decreto de 1942 pareciam indicar que *quem joga* e *onde joga* eram fatores a serem levados particularmente em conta por policiais e juízes. Estamos tratando, afinal, de *cassinos* e de *jockeys*, como que em oposição a tavernas e canchas de corrida de cavalos.

A situação assim permaneceu até 1946, quando Eurico Gaspar Dutra, com novo decreto, vedou de modo taxativo o funcionamento de casas de jogos e a prática de atividades lúdicas relacionadas à sorte ou ao azar, quando sob apostas. Dutra, apesar de seu apelo moralista, visava colocar termo às diversas exceções que vicejam em torno do artigo 50 da Lei das Contravenções Penais, e que beneficiavam alguns grupos sociais. Afinal, ao menos em tese, a partir de 1946, todos, independentemente de sua classe social, estariam proibidos de desfrutar da “febre” das apostas.

Os jogos de azar, portanto, compunham uma prática amplamente disseminada na sociedade brasileira. No entanto, os cassinos, ao menos em um primeiro momento, eram frequentados por indivíduos pertencentes às elites econômicas. Ambientes que emulavam padrões recreativos europeus, estes deveriam servir como locais para “ver e ser visto” (Vieira, 2019, p. 50 e 54). No Rio Grande do Sul havia, igualmente, lugares com premissas similares, como o *Balneário Villa Sequeira*, organizado nas proximidades da Cidade de Rio Grande, no qual foram inaugurados, em 1890, chalés luxuosos e hotel “que oferecia concertos, jogos e restaurante” (Schossler, 2019, p. 122). Porém, a partir dos anos 1930, diversas dessas casas de jogo, como vimos, passaram a também ser frequentadas por pessoas de outros estratos sociais, que amealhavam recursos para *veranear*. Ao mesmo tempo, em paralelo a tais ambientes licenciados, havia outros estabelecimentos populares, os quais se prestavam como locais de sociabilidade e que muitas vezes atuavam à margem da legislação – como os botequins cariocas, abordados por Chalhoub (2001), e os bolichos, no Rio Grande do Sul.

Eram estes últimos, em especial, o maior objeto de preocupação das autoridades. Com efeito, entendo que, em certo sentido, pode-se argumentar que os bolichos, à semelhança do exposto por Chalhoub, representavam espaços nos quais valores contraditórios colidiam, representando, do ponto de vista das autoridades, um “atraso” para o desenvolvimento econômico e social, e, para seus frequentadores, um ambiente de sociabilidade e de encontro situado nas redondezas de seus locais de trabalho ou moradias. E isso não só em uma ou em outra Comarca, mas de forma bastante ampliada, a apontar para a intensa irradiação de

instrumentos de controle social, aprofundados pelo Código Penal e pela Lei das Contravenções Penais, para a moralização da sociedade²¹⁸.

O que se tem, portanto, é que, concomitante às disposições legais que os proibiam, os jogos de azar foram autorizados ao longa da Primeira República e do Estado Novo de modo casuístico, com base em critérios poucos claros, normalmente vinculados ao desenvolvimento de atividades turísticas, alcançando seu ápice entre os anos de 1933 e 1946. Contavam, ainda, com um verniz classista mau-escondido, distinguindo sujeitos e lugares. Além disso, mesmo em períodos de proibição, locais associados às elites seguiam funcionando em locais tidos por prestigiosos, muitas vezes sob nomenclaturas chamativas, como sociedades carnavalescas, *clubs*, *cafés-concerto* etc., muitas vezes com a conivência das autoridades. Enquanto isso, ambientes associados a grupos subalternizados, embora também pudessem por vezes funcionar sob o olhar desatento do vigia, seja por negligência ou conivência, eram inegavelmente objeto de maior atenção. Jogadores e mantenedores destes espaços de diversões, por sua vez, eram costumeiramente enquadrados na lei e submetidos a seus rigores – inclusive, por vezes, com a imposição de medidas de segurança ou encaminhamento para casas de correção onde deveriam supostamente aprender os valores do trabalho.

No próximo tópico abordaremos dois casos. O primeiro teve lugar na Comarca de Palmeira das Missões, mais especificamente no *termo* de Iraí – uma espécie de subdivisão geográfica da Comarca, atendida por um *juiz municipal*. O outro, na Comarca de Quaraí. Enquanto na primeira comarca havia cassinos em pleno funcionamento, como o Casino Guarany, que entretinha os convivas que se dirigiam ao local para desfrutar das águas da região, tratava-se a segunda de região desprovida destes espaços de sociabilidade. Estes dois casos, penso, poderão ajudar a iluminar algumas das tensões em torno do “dizer os bons costumes” no tocante à prática de jogos de azar no Estado do Rio Grande do Sul.

²¹⁸ Limitando-se à análise a situações envolvendo a prática de jogos diversos ou ao consumo de álcool em pequenas casas comerciais, pode-se citar, exemplificativamente, os seguintes, processos: Processo Criminal nº 32, Comarca de Alegrete (Termo de São Francisco de Assis), natureza contravenção penal, ano de 1944. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de identificação nº F9001998292120; Processo Criminal nº 39, Comarca de Lajeado, natureza contravenção penal, ano de 1948. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de identificação nº F9001998243119; Processo Criminal nº 30, Comarca de São Sebastião do Caí, natureza contravenção penal, ano de 1948. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de identificação nº F9001994913445; Processo Criminal nº 1642, Comarca de Santa Cruz do Sul (Termo de Venâncio Aires), natureza contravenção penal, ano de 1948. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de identificação nº F9001995470216.

Os Muitos Pesos da Lei

A primeira situação cujos contornos gerais já adiantamos teve lugar no *Casino Guarany*, no ano de 1944. Envolve o seu proprietário, de nome Eurico, e diversos frequentadores do estabelecimento, todos pais de jovens visitantes. Em 23 de janeiro, por portaria do Juiz Municipal Ruy Rosado de Aguiar, instaura-se expediente para investigar a presença de menores de idade no estabelecimento. Invocando as disposições dos artigos 128 e 130 do Código de Menores (Decreto nº 17.943/1927), e do artigo 330 do Código Penal, ressalta o Julgador que não obtivera *a cooperação que era de se esperar* do de Eurico, e determina a denúncia deste e dos pais dos jovens que se faziam lá presentes, seja na sala de jogos, seja no salão de baile, todos arrolados em tabela que acompanha a portaria. No mesmo documento, refere o Julgador que já vinha há dois anos admoestando os administradores do cassino para que impedissem o ingresso de jovens, procurando, com isso, *obter o respeito à lei, sem usar de coação alguma*. Reitera lamentar a *falta de boa vontade* do proprietário, e fixa multa de CR\$ 50,00 a cada genitor, e de CR\$ 50,00 por jovem inadvertidamente admitido, em uma conta estimada em CR\$ 1.250,00 (Processo n.º 333/1944).

O caso possui contornos *sui generis*, na medida em que, diferentemente de outras ações contravencionais, envolve indivíduos pertencentes a classes economicamente superiores. O *Guarany* havia sido inaugurado no ano de 1941, abrindo concorrência com o *Casino Irahay*, lá instalado em 1939. No termo de outorga do estabelecimento, presente no processo, consta que o seu proprietário comprometer-se-ia a “instalar em edifício adequado, com a apresentação e conforto na altura de uma estação balneária, o serviço de jogos, sujeitando-se à fiscalização por parte da Prefeitura” (Processo n.º 333/1944). Aproveitava-se o empreendedor, em resumo, do potencial turístico advindo das estâncias hidrominerais existentes na região, as quais vinham sendo exploradas ao menos desde a década de 1920 (Schossler, 2013, p. 82-83).

Vê-se que o jogo adquiria ares sofisticados, e era parte do contexto esperado para uma estação balnear destinada a congregar membros da elite local. Não parecia haver, por parte das autoridades, uma maior preocupação sobre os jogos de azar enquanto prática moral ou imoral. Pelo contrário, a existência de roletas e outras atividades de apostas era justamente um dos principais chamarizes da localidade. Disso se depreende que talvez não importasse tanto a existência de casas de apostas; relevante era, em verdade, traçar definições acerca de *quem* poderia jogar, e *onde* poderia fazê-lo.

O cenário descortinado aponta, portanto, para as divergências existentes em torno da moralidade dos jogos de azar, e, em particular, para sua utilização como veículo econômico. Ademais, como já pudemos mencionar, de modo concomitante às disposições legais que os

proibiam, os jogos de azar foram autorizados ao longo da história republicana de modo casuístico, com base em critérios normalmente vinculados ao desenvolvimento de atividades turísticas que, ao fim e ao cabo, replicariam padrões de sociabilidade associados à elite europeia. Esse quadro leva-nos, ainda, às ponderações de Pierre Bourdieu em torno do “poder simbólico” (1989) e dos processos de distinção existentes em cada sociedade (2007). Embora sua obra tome como base pesquisas realizadas na França dos anos 1960, o quadro teórico proposto em torno de critérios explicativos para as circunstâncias que informariam determinados gostos ou comportamentos parece aplicável ao caso dos jogos de azar. É que, quanto a estes, assim como em diversas outras situações e atividades, parecem haver marcadores sociais que justificariam a sua prática por determinados grupos sociais. O fato destes serem legalmente proibidos, porém autorizados em determinados contextos, principalmente quando associados a práticas recreativas da elite, revela recortes de classe na aplicação da lei. Processos distintivos, portanto, resultantes de múltiplas disputas que estabelecem fronteiras e conexões entre grupos sociais, definindo acessos e proibições.

Sinais demarcadores de *status*, porém, abalados pela ação do juiz municipal, na medida em que este, ao contrariar as elites locais a respeito do acesso de menores ao *Casino Guarany*, chamava a atenção para a necessidade de observância a outros códigos de conduta. Presume-se, pelo número de pais originalmente arrolados na Portaria – vinte e um –, que a investigação levada a cabo tenha ocasionado certa turbulência na cidade e região. Nesse sentido, destaco que o processo instaurado, relativamente aos pais dos jovens, ainda que sob a autuação de “contravenção”, não possui relação direta com a Lei das Contravenções Penais, mas com o Código de Menores. Não conseguimos depreender, das palavras do juiz municipal, eventual juízo de valor a respeito da moralidade ou imoralidade da prática dos jogos de azar. Sua preocupação, em verdade, centrava-se no caráter inapropriado do local para o público jovem, mesmo que porventura estivessem esses acompanhados de seus genitores, temática, pois, que parece ter contornos administrativos mais do que propriamente criminais.

Dessa forma, embora fosse o jogo tolerado, nem mesmo a elite regional poderia escapar, indefinidamente, à incidência de normas outras, capazes de regular suas relações de sociabilidade – como o Código de Menores. Essa situação revela o tensionamento entre o que dizia a lei e sua aplicação no cotidiano, a partir de recortes de classe dos mais variados; denota, outrossim, uma possível hierarquia de valores que, embora franqueasse às elites acesso às roletas, as impedia de assim agir indiscriminadamente. O exame de situações outras talvez desminta o que é aqui proposto, mas parece adequado pensar, a partir do caso tratado, e de

outros posteriores à sua ocorrência²¹⁹, que o magistrado local, ainda que com as suas próprias limitações enquanto membro da elite, procurou “moralizar” o acesso ao *Casino Guarany*. Uma espécie, portanto, de lembrança do julgador à *noblesse oblige*, fazendo os acusados recordar do mínimo de conduta deles exigível (Bourdieu, 2007, p. 28).

Ao fim e ao cabo, de um modo geral, houve o pagamento da penalidade por parte dos acusados, e não se tem notícia de que os pais recalcitrantes tenham insistido em levar seus filhos às mesas de roleta. De todo modo, são flagrantes as distinções de ordem processual e de defesa vivenciadas pelo proprietário do cassino e seus frequentadores com o outro caso que iremos tratar a seguir. Recordemos que já fazia ao menos dois anos que o julgador vinha tentando fazer valer, pela via da persuasão, o Código de Menores. Período relativamente largo de tempo, a revelar o caráter potencialmente discricionário das relações de poder. Além disso, o final do processo resulta em multa mínima para os frequentadores do estabelecimento, e, seu proprietário, pode mantê-lo em pleno funcionamento. Situação, como se verá, potencialmente diversa da situação vivenciada pelo Soldado Genez, militar lotado no 5º Regimento de Cavalaria Independente, de Quaraí (Processo nº 09/1994, Comarca de Quaraí).

O processo tem início no ano de 1944, a partir da denúncia do *jornaleiro* Manoel, o qual o acusava de manter, em sua residência, uma cancha de jogo do osso. O delator comparecera perante o delegado local para comunicar que entre os dias 25 e 26 de dezembro do ano anterior, em meio aos festejos natalinos, teria estado na casa do militar a participar de tais atividades ilícitas. Em seu candente relato, expôs que já lá havia estado em outras oportunidades a participar de competições em companhia de outros soldados do regimento e de *castelhanos*. Relatou, ainda, que Genez e sua família tiravam uma *coima*, isto é, uma parcela de cada aposta, a qual era por eles embolsada, enriquecendo-os indevidamente.

O *jogo do osso* dá-se mediante disputa entre dois contendores, na qual exibem suas habilidades no arremesso de uma peça produzida a partir do garrão do boi. A depender da posição que esta caia sobre a cancha, tem-se “suerte”, “culo” ou “suerte clavada” – o melhor dos cenários. Ganha o competidor que lograr maior número de “suertes”. Tais competições envolvem pequenas apostas, mediante a extração de uma parcela por parte do detentor da cancha, a “coima”. Sua prática, embora envolvesse certa demonstração de habilidade, também poderia ser objeto de *trampas*. Além disso, em razão de seu caráter também um tanto aleatório,

²¹⁹ Processos 334/1944 e 335/1944. Esses foram autuados a partir da identificação da presença de jovens menores de idade em festejos carnavalescos ocorridos no *Casino Guarany* em 1944. De forma semelhante ao Processo nº 333/1944, foram os pais apenados com multa de CR\$ 50,00. Nestes, porém, nada se disse a respeito de eventual negligência de Eurico.

era considerada por muitos julgadores como ilícita, nos termos do artigo 50 da Lei das Contravenções Penais.

Perante a autoridade policial, Genez confirmou a ocorrência de jogatina na sua casa, sem licença prévia, e com coima de 20%. Rebateu, porém, a suposta habitualidade das partidas. Referiu que estas não se davam de forma costumeira, e que nos dias assinalados teria reunido companheiros de caserna, e um civil, para jogar. Segundo ele, a reunião não tinha o intuito de obter lucro, mas de levantar fundos para um *churrasco* que ocorreria em primeiro de janeiro. Explicou, ainda, que jogava escondido porquanto não possuía *licença de ninguém para explorar tal jogo*, e que extraía uma coima de 20% sobre as partidas.

Nesse sentido, fez questão de destacar os nomes dos militares envolvidos, bem como suas funções dentro do quartel. Um deles inclusive atuava como *ordenança* do tenente-coronel comandante. Isto é, Genez, aparentemente de modo despreocupado, indicava diversos soldados que prestavam serviços diretamente a oficiais de alta patente. Teria sido por acaso? Será que Genez não desejava justamente dar à situação ares de normalidade, além de ressaltar suas redes de apoio e demonstrar que não estava sozinho na prática da *tava*, talvez inclusive com a conivência de seus superiores hierárquicos?

As explicações não comoveram o delegado. Em março este finalizava o relatório a ser entregue às autoridades judiciárias. Afirmava que há tempo possuía informações de que Genez estaria explorando, sem licença, partidas de jogo do osso, pois *todos os sábados, domingos e dias santificados ali se realizavam jogatinas “grossas” de “tava”*. Lamentava que a “batida” planejada para o local não teria tido êxito, pois os *“parceiros” souberam alguma coisa a respeito e o jogo terminou*. Esse contratempo, de todo modo, não o levaria a desacreditar o relatado pelo denunciante. O depoimento deste, em particular, foi considerado particularmente relevante, pois prestado “por indivíduo dado exclusivamente a vida duvidosa e frequentador assíduo de todos os antros de perdição e companheiro inseparável dos contraventores”. Ou seja, o conhecimento de Manoel sobre os *bas fonds* de Quaraí seria algo a ser valorizado no caso, daí porque postulava pela punição de Genez *com todo o rigor para exemplo e conservação da força moral da Polícia de Costumes que deve ter sempre como alicerce da sua autoridade a força moral (sic)*.

Seja como for, os apelos do delegado não foram ouvidos nas outras instâncias do sistema de justiça criminal. O Ministério Público, de imediato, pediu o arquivamento do feito. Na opinião do promotor designado, a despeito do informado por Manoel, no sentido da habitualidade da exploração da *tava*, as apostas se dariam por valores insignificantes, e tudo

teria ocorrido *acidentalmente* com o intuito de angariar fundos para um churrasco de confraternização entre *camaradas*.

Sem que nem ao menos houvesse instrução, o expediente foi encaminhado ao Juiz Municipal. Este homologou o pedido da promotoria, encerrando, antes mesmo de abril de 1944, as investigações abertas em face do soldado do 5º Regimento de Cavalaria. Entre a data do relatório policial, lavrado em 10 de março, e a decisão do magistrado, haviam decorrido apenas cinco dias. A *jogatina grossa* que justificaria a necessidade de agir com *força moral*, esbarrava, ao menos dessa vez, na compreensão diversa do promotor e do juiz municipal a respeito do caráter fortuito e pouco lesivo das ações de Genez.

O caso exposto auxilia-nos a refletir sobre os caminhos tortuosos percorridos para que viesse Genez a ser incluído no “rol dos culpados”, e indica que também os processos judiciais, ao mesmo tempo que procuram reafirmar certos papéis, são campos de disputa (Rosemberg e Souza, 2009, p.165). São reveladores, outrossim, dos já citados processos de “criminação”, isto é, da “seleção institucional dos ilegalismos que ganharão o nome de crime” (Misse, 2011, p. 17), levados a cabo por policiais e juízes, para a definição daqueles considerados contraventores.

As posições antagônicas entre a polícia e os demais operadores do Direito a respeito da interpretação a ser dada aos fatos demonstram essa situação. Lembremos que o acusado admitiu extrair uma coima de 20% das partidas, e tudo indica que anteriormente já havia patrocinado outras partidas. No entanto, talvez o fato de ser militar, lotado em quartel, com diversos outros colegas envolvidos na prática, alguns dos quais inclusive gozando de relação direta com superiores hierárquicos, tenha levado a uma posição mais leniente por parte da promotoria. Sob outro enfoque, a referência ao fato de que se cuidava de um evento entre amigos, destinado a angariar fundos para churrasco entre camaradas da caserna, talvez também tenha se apresentado como uma desculpa plausível – ainda que isoladamente sustentada pelo próprio acusado.

Podemos lamentar a falta de autoridade, ou elogiar a sensibilidade dos operadores do sistema de justiça. Entretanto, para além do viés exclusivamente pessoal, é interessante observar o amplo campo analítico que um processo de apenas dez páginas, aí incluído o inquérito, pode despertar. Trata-se de afirmar que, embora juízes e historiadores tenham um amor comum pela documentação e pela prova, aos últimos interessa, muito mais, o exame dos *contextos* em que foi produzida a documentação e as conclusões “extraprocessuais” que esta pode revelar (Ginzburg, 1993, p. 111). A partir da situação vivenciada por Genez, reduzindo-se a escala de análise a um nível micro, percebe-se como as normas sociais decorrem de “interações e vivenciadas de formas distintas pelos grupos sociais, fazendo com que o mesmo processo social

seja vivenciado diferentemente por homens, mulheres, camponeses, operários etc” (Carneiro, 2018, p. 39).

Defesa e acusação também participam desse jogo de escalas para sustentar suas teses. Aos rigores da Lei das Contravenções Penais contrapõe-se a possibilidade de que o militar possuísse uma licença para explorar a *tava*. A esse fator, que já denotaria uma possível fratura na *força moral* do combate aos jogos de azar, vêm em socorro as dinâmicas locais, a lançar dúvidas, ou constituir certezas, sobre as afirmações do delator Manoel. A isso somam-se as redes de solidariedade que uniriam os soldados do 5º Regimento de Cavalaria Independente, e, talvez, aquelas existentes entre os oficiais para os quais estes trabalhavam e os membros do Ministério Público e do Judiciário. Esses fatores conformam toda uma tessitura, que, ao invés de determinismos, revela brechas na aplicação da lei e os potenciais meios de resistência utilizados pelo acusado para defender-se. Genez, mais do que se opor abertamente às acusações do Delegado de Polícia, vale-se de uma forma de defesa que poderíamos dizer *cotidiana*, centrada na dissimulação e “na acomodação ao sistema de dominação” (Scott, 2002, p. 25), na medida em que invoca seus elos de camaradagem e hierarquia, com outros militares, para sua proteção.

Sob outro enfoque, a própria expressão utilizada pelo delegado para incriminar Genez – *jogatina grossa* – é posta em disputa. Jogar em finais de semana, e dias santificados, seria indicativo de sua culpabilidade e da imoralidade do ato. Jogatina grossa também praticada no cassino de Iraí, mas sem a mesma conotação negativa. Para além disso, também a perquirição em torno da própria existência de uma *licença* parece ser um ponto importante para a caracterização da conduta delitiva. Afinal, à pretensa eventualidade das partidas, é contraposta a afirmação do agente da lei de que estas ocorriam de forma reiterada.

Desse amálgama de situações ressalta-se a complexidade inerente à punibilidade dos jogos de azar, e às disputas em torno do lícito e do ilícito. Um quadro nebuloso, com dinâmicas sujeitas a fatores que jogavam com normas de aplicação nacional e dinâmicas locais das mais diversas, e que os dois casos que podemos expor auxiliam a melhor compreender.

Considerações Finais

Para Genez, como visto, bastou a denúncia de um homem considerado pelas próprias autoridades policiais como desqualificado para que fosse submetido inquérito. Para o proprietário do cassino, entretanto, prevaleceu o viés apenas ameaçador da norma penal, sendo o direito acionado unicamente a partir do momento em que própria autoridade do magistrado teria vindo a ser afetada pela resistência dos frequentadores e do proprietário do cassino a

atender as suas orientações. Caráter discricionário, pois, que revela certa predileção, por parte as autoridades penais, por aqueles considerados “homens infames” (Foucault, 2003), isto é, por aqueles indivíduos cujos traços de vida são brevemente iluminados em virtude da ação repressiva do Estado.

De todo modo, também não deixa de ser importante pontuar que talvez Genez tenha extraído uma solução mais satisfatória. Afinal, seu processo teve curta duração e foi arquivado, ao passo que aquele no qual figurou Eurico tramitou até setembro de 1944 e resultou no pagamento de multa. Essa constatação, que provavelmente indica mais uma exceção à regra do que uma tendência, aponta, porém, para a potencialidade das “armas dos fracos” – a resistência cotidiana, baseada, principalmente, no confronto indireto e dissimulado (Scott, 2011). Aponta, ainda, para a importância das teias de sociabilidade constituídas pelo soldado, o qual apresentou uma linha defensiva que poderia ter levado o delegado de Quaraí a ver-se enredado em complexas dinâmicas envolvendo os militares e suas práticas lúdicas. Cada um, portanto, valeu-se dos recursos que possuía à disposição para proteger sua liberdade.

Os enredos processuais em que Genez e Eurico viram-se envolvidos demonstram o caráter fraturado da realidade. As tramas expostas permitem a problematização de diversos aspectos dos lares sul-rio-grandenses dos anos 1940. Criminalidade, práticas sociais, moralidades, fatores econômicos etc., são alguns dos aspectos que, de Quaraí a Iraí, dos cavalheiros da fronteira aos cassinos do noroeste do Estado, de uma região empobrecida pela queda de rendimentos da pecuária a outra em pleno desenvolvimento turístico, podemos ter em mente para refletir sobre os preconceitos do cotidiano e as práticas de justiça.

Referências

Fontes

Processo Criminal nº 32, Comarca de Alegrete (Termo de São Francisco de Assis), natureza contravenção penal, ano de 1944. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de identificação nº F9001998292120.

Processo Criminal nº 333/1944, Comarca de Palmeira das Missões (Iraí). Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de Identificação nº F9001995360727.

Processo Criminal nº 09/1944, Comarca de Quaraí. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de Identificação nº F9001993827355.

Processo Criminal nº 39, Comarca de Lajeado, natureza contravenção penal, ano de 1948. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de identificação nº F9001998243119.

Processo Criminal nº 30, Comarca de São Sebastião do Caí, natureza contravenção penal, ano de 1948. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de identificação nº F9001994913445.

Processo Criminal nº 1642, Comarca de Santa Cruz do Sul (Termo de Venâncio Aires), natureza contravenção penal, ano de 1948. Acervo do Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Etiqueta de identificação nº F9001995470216.

Bibliográficas

BERACOCHEA, Rodolfo Porrini. **Montevideo, ciudad obrera**. El tiempo libre desde las izquierdas (1920-1950). Montevideo: Universidad de la República, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk: 2007.

BRETAS, M. L. As Empadas do Confeiteiro Imaginário: A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. **Acervo**. Rio de Janeiro: [S. l.], v. 15, n. 1, p. 07–22, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/220>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Micro-história e a História do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado. **Crime e justiça**: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora Unicamp, 2.ed., 2001.

CHAZKEL, Amy. **Leis da Sorte**: o jogo do bicho e a construção da vida pública urbana. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador**: consideraciones al margen del proceso Sofri. Madri: Anaya & Mario Muchnik, 1993.

MAGALHÃES, Felipe. **Ganhou, leva!** O jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MISSE, Michel. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: vol. 26, n. 01, jan/abr, 2011, p. 15-27.

ROSEMBERG, André e SOUZA, Luís Antônio. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **Patrimônio e Memória**. Marília/SP: v. 05, n.02, dez/2009, p. 159-173.

SCHOSSLER, Joana Carolina. **História do Veraneio no Rio Grande do Sul**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SCHOSSLER, Joana Carolina. Na beira da praia: sociabilidades na orla marítima do Rio Grande do Sul (1900-1950). In: **Saindo da Zona de Conforto**: a interdisciplinaridade das Zonas Costeiras. Tomo VIII da Rede Braspor, 2019, p. 64-81. Disponível em: <http://redebraspor.org/livros/2019/Braspor%202019%20-%20Artigo%204.pdf>. Acesso em: 11 out 2022.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Campina Grande: Vol. 21, nº 01, jan/jun 2002, p. 10-31.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília: n. 05, jan-jul, 2021, p. 217-243.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: A Origem da Lei Negra. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2.ed., 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2.ed., 1998.

WARAT, Luís Alberto. **Introdução Geral ao Direito** - Volume I: Interpretação da lei, temas para reformulação. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1994.

VIEIRA, Antonio Tostes Baêta. **Memória e História nos Cassinos**: vestígios de um glamour social. Tese (Doutorado em Memória Social) –Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A justiça privada e a busca por legitimidade: duelos, imprensa e códigos cavalleirescos

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha
Doutora (PUCRS), Professora do Departamento de História da UFSM
mariana.thompson@ufsm.br

Resumo: Diferentemente de outros países latino-americanos, o Brasil não possui muitas pesquisas sobre a ocorrência de duelos, quase nos levando a crer que os duelos não eram muito frequentes nos territórios brasileiros, ou seja, que os duelos não faziam parte do repertório da elite brasileira. Apesar dessa impressão inicial, é incorreto supor que os duelos não faziam parte da mentalidade e dos costumes da elite brasileira. O que se percebe no século XIX e início do século XX foi a disseminação dos duelos e dos códigos de cavaleiros considerando a soma de diferentes fatores: o triunfo do ideal burguês e do individualismo, o ponto alto da valorização da virilidade, e a extrema padronização dos costumes. Nesse sentido, os Códigos Cavalleirescos foi um tipo de publicação muito difundida nesse contexto. Escritos como códigos oficiais, com artigos e parágrafos, os códigos de cavaleiros descreviam todos os rituais do duelo (desde o insulto inicial, como desafiar para um duelo, a escolha das testemunhas, armas, local, tipo de duelo, etc). Os Códigos de Cavaleiros apresentam uma retórica que legitima a sua validade jurídica, mesmo como instrumento extrajudicial, defendendo o direito à justiça privada. Apesar de reivindicar a legitimidade de resolver questões de honra em privado, sem a intervenção do Estado, o duelo (assim como a justiça privada) traz à tona uma questão paradoxal entre privado e público. Ao mesmo tempo que a honra é um valor pessoal, o seu reconhecimento é público. Neste sentido, a ofensa, bem como a recuperação da honra insultada, devem ser tornadas públicas. O papel das testemunhas e a publicidade dos casos de duelo nos jornais são cruciais neste contexto. Porém, ao invés da necessidade de audiência significar uma divulgação total da ocorrência do duelo, é mais correto pensar nisso como um nível de privacidade. Por outro lado, principalmente no caso do Brasil, a necessidade de publicidade foi realmente muito valorizada. Uma publicação no jornal sobre um duelo era considerada muito importante para a honra dos envolvidos. Apesar de ser ilegal, devendo acontecer no privado ou em segredo, a necessidade de uma dimensão pública indica que os jornais também são uma boa fonte para a história dos duelos neste contexto.

Palavras-chave: Duelo; Justiça privada; Reconhecimento social.

O tema da prática de duelos de honra no Brasil, bem como, temas que derivam deste como, legislação, códigos cavalleirescos, masculinidade e virilidade, imprensa, justiça privada e contextos análogos em outros países, têm sido meus objetos de interesse de pesquisa há algum tempo, tendo percorrido múltiplos caminhos e apresentado variados resultados. Mais recentemente, o percurso da pesquisa aproximou-me dos debates relativos à História da Privacidade, sob suas mais diversas possibilidades, oferecendo novas ferramentas de análise à pesquisa, aportando maior densidade.

A rigor, o tema da privacidade, em função de estar tratando de uma prática de justiça privada, sempre esteve presente na pesquisa, contudo, uma contribuição mais significativa vinda da história da privacidade não estava contemplada, mesmo sendo este um tema latente.

Desde minha pesquisa inicial sobre fronteiras, a partir de uma abordagem social e os aspectos de construção do Estado nesse espaço através do estudo de crimes, o tema da justiça privada já existia para mim, pois não é possível estudar o crime e a justiça no século XIX sem considerar o aspecto não oficial (privado) da justiça daquele período. Tratava-se da natureza própria do funcionamento do Estado. Havia assuntos que não eram considerados problemas de Estado segundo o princípio de que crimes privados permitiam ou exigiam soluções privadas. Obviamente, a compreensão dos crimes privados era mais ampla do que hoje, portanto, assim como os crimes de honra eram considerados questões privadas, eventualmente roubos e outros tipos de violência também poderiam ser considerados questões privadas (Thompson Flores, 2014). Dessa forma, naquele momento eu já fazia uso de um conceito que cobria esse tipo de manifestação da justiça, chamado “infra-justiça”, que diz respeito a toda dimensão não oficial, mas não menos legítima de práticas de justiça (Mantecón, 2002).

A pesquisa com crimes de honra propriamente teve início na sequência e partiu da análise de processos criminais, do século XIX, referentes a ocorrências – homicídios, violências – entre pessoas de classes populares com claras questões de honra envolvidas. A linha de pensamento aplicada foi a de entender como os tribunais de justiça tratam o senso de honra da *people from below*, pois sabemos que a elite sempre achou que a honra era um sentimento exclusivamente seu, ou seja, era como se populares não tivessem honra. Neste sentido, os tribunais muitas vezes desdenharam o aspecto da honra neste tipo de processo penal e destacaram a violência injustificada, o comportamento incivilizado (bárbaro), etc (Thompson Flores; Arend, 2017).

Uma coisa levou a outra, e interessei-me em entender como a elite criou essa distinção sobre a honra e a prática de uma violência supostamente civilizada, que inclui duelos. O próximo passo foi compreender como a justiça construiu a criminalização *pro forma* dos duelos. O estudo das práticas de duelo em outros países chamou minha atenção às diferentes leis e códigos adotados pelos países aquele respeito e como este assunto se tornou um tema frequente para os legisladores no século XIX e no início do século XX. Muitos países debateram as leis que envolviam duelos naquele momento, considerando a permissão ou descriminalização, ou, mais comumente, uma legislação diferenciada (com punição diferente do simples homicídio ou do que era considerado violência injustificada). No entanto, a tendência para a criminalização dos duelos foi mantida mantendo um equilíbrio sensível entre a crença católica, uma vez que o duelo é considerado anticristão porque vai contra a vontade de Deus, o poder de julgar do Estado e o direito dos homens da elite à justiça privada (Thompson Flores, 2018).

No Brasil, em 1890, um ano após a proclamação da República, foi publicado o novo Código Penal republicano com a inclusão de uma lei sobre duelos. Nos códigos anteriores não há menção a esse assunto, nem permitindo nem criminalizando. No Código Penal Brasileiro de 1890 foi criada uma seção exclusiva para tratar desse assunto, o que indica pelo menos que esse assunto se tornou relevante naquele contexto. A intenção era muito clara, se não era possível legalizar os duelos por causa da implicação católica e do enfraquecimento do poder de julgar do Estado, era necessário garantir o direito da elite de defender a sua honra através de uma forma de justiça privada. Nesse sentido, a solução foi manter o duelo ilegal, mas com pena diferenciada, com punições mais brandas, sem as implicações de violência regular, como agressão ou homicídio. Na verdade, era incomum que casos de duelos se transformassem em processos criminais (Thompson Flores, 2018).

Neste cenário, os códigos de cavalheiros tornaram-se um importante instrumento para os duelistas. Os códigos dos cavalheiros eram códigos não oficiais que regiam as normas do duelo. Escritos como códigos oficiais, com artigos, parágrafos... descreviam todos os rituais do duelo (desde o insulto, como desafiar, a escolha das testemunhas, armas, local, tipo de duelo, etc). Os Códigos de Cavalheiros continham todo o contexto do cientificismo e do direito positivo e tentavam regular e atribuir racionalidade a um ato de violência (Picato, 1999; Parker, 1999; Peltonen, 2009; Glavina, 2021).

Existe uma bibliografia consistente sobre a importância dos duelos em muitos países da América Latina (tendo se tornado uma “mania” como a historiadora Sandra Gayol define o fenômeno do duelo na Argentina), e a partir disso, percebi que a história do duelo no Brasil foi um tema pouco explorado em nossa historiografia (Gayol, 2008; Picato, 1999; Parker, 1999; Speckman Guerra, 2006).

Os crimes de honra são uma manifestação evidente da justiça privada. Afinal, são indivíduos que aplicam punições a outros por motivos pessoais, com base na ideia de legitimidade do seu ato de justiça. Porém, considerando os duelos, esse aspecto aumenta significativamente porque houve toda uma produção de regras específicas, de normas compartilhadas entre um determinado grupo social e a quase garantia de que o Estado não tomaria parte dessas ocorrências.

A princípio, pensei que a melhor forma de tratar este assunto seria buscando processos criminais, mas rapidamente percebi que não era a melhor escolha metodológica porque levaria muito tempo e deslocamento para conseguir cobrir apenas o Rio Grande do Sul, além disso, não tenho certeza se encontraria uma boa amostra de processos de duelo porque, como mencionei antes, esse tipo de contravenção da elite não era frequentemente criminalizado.

Prestando atenção na historiografia latino-americana sobre duelos, é fácil perceber que as pesquisas são baseadas na imprensa, então passei a orientar as buscas nessa direção. Felizmente, no Brasil, temos a Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional, que disponibiliza, pela internet e gratuitamente, o acesso a um acervo de jornais, de 1808 até o final do século XX. A busca pode ser feita por local de publicação, período, título, edição e palavra(s). Na pesquisa não defino o local e não defino nenhum jornal específico, apenas defino o período (a cada 10 anos a partir de 1870) e as palavras, que são variações da palavra “duelo” (com duplo “l” ou com “o” em vez de “u”). As buscas têm retornado resultados bastante significativos e permitido o avanço das análises.

A análise em questão desenvolveu-se através do método comparativo, considerando os contextos de outros países latino-americanos, procurando quais elementos caracterizavam a prática dos duelos no Brasil, considerando que o método comparativo deve orientar-se pela procura das diferenças, originais ou resultadas de caminhos divergentes, a partir de uma origem comum (Bloch, 1998).

Os resultados, até o momento, apontaram para a supervalorização da publicidade dos duelos no Brasil e a menor importância do desafio/disputa em si. Principalmente no caso do Brasil, a dimensão pública de estar envolvido em um duelo desempenha um papel muito importante na honra dos homens da elite brasileira. A necessidade de publicidade pode ser ainda mais importante do que o próprio duelo. Parece que a publicação no jornal de que alguém estava envolvido numa questão de honra e num possível duelo, que de fato não se realiza e provavelmente nem tinha a intenção de acontecer, bastava para atribuir e afirmar a honra dos envolvidos (Thompson Flores, Remedi, 2021 e 2019).

Em função das conclusões expostas acima, a partir deste ponto, minha preocupação com a vertente privada – justiça privada – tornou-se mais evidente e a ligação ao Projeto Noções Históricas de Privacidade na América Latina, vinculado à UFSM e ao *Centre for Privacy Studies (PRIVACY)*, da Universidade de Copenhagen, ofereceu o instrumento metodológico para pensar meu tema.

A privacidade do duelo é garantida pela escolha das testemunhas, baseada na confiança e na intimidade, e pela ocorrência do duelo propriamente dito, que deverá acontecer em local remoto e discreto, mantendo-se em segredo o dia e a hora do evento, exceto daqueles envolvidos. (duelistas, testemunhas, médico), dado ser uma prática ilegal. Nesse sentido, a privacidade implicada na ocorrência de um duelo não é completamente individual e secreta, mas ainda assim é privada, em um certo nível de privacidade. Os códigos de cavalheiros, nos

quais os duelistas baseavam seus rituais de duelo, eram muito claros sobre a necessidade de discrição e certa privacidade.

El sitio que se elija para efectuar el lance debe ser previamente reconocido por los padrinos de ambas partes (...) si hay posibilidad de ser sorprendido por las autoridades, y otras varias desfavorables circunstancias (...). En general, debe escoger un sitio aislado, fuera de la circulación e resguardado de oídos e de miradas indiscretas (Cabriñana, 1899, p. 338).

Segundo Beate Roessler (2018), as “concepções de privacidade baseadas num conceito de autonomia ou liberdade individual proporcionam as possibilidades mais interessantes e prospectivas para uma conceptualização do termo” e indicam diferentes dimensões. Uma delas é a privacidade decisória, que diz respeito à autodeterminação e à privacidade do corpo. Obviamente, está implícito o aspecto da demonstração de masculinidade e virilidade, mas, sobretudo, está a questão do seu direito em relação ao próprio corpo, pois, segundo a autora, o “significado decisivo [deste conceito] é dado à privacidade do corpo”. Certamente, num duelo, estamos falando do direito pessoal da decisão deliberada de duelar, de se machucar e de possivelmente ser morto.

Ao mesmo tempo, soa estranho pensar que uma prática privada fosse divulgada abertamente na imprensa. Nesse sentido, a questão dos “níveis de privacidade” volta ao foco. Considerar os níveis de privacidade significa levar em conta que a privacidade não existe apenas de uma forma e nem apenas como algo individual. Parece mais correto pensar na privacidade como algo relacional, quero dizer, sempre relacionada com outro indivíduo. Neste sentido, Kirsty Hughes (2012) propõe a ideia de que os níveis de privacidade são determinados por barreiras físicas e comportamentais, mas também são definidos por barreiras normativas. De acordo com Stephen T. Margulis (2003) “a teoria da privacidade de Altman (1975) concentra-se na privacidade como um processo de regulação dos níveis de interação social; A teoria da privacidade de Westin (1967) concentra-se nos estados (tipos) e funções da privacidade. Ambas as teorias são exemplos de abordagens de acesso limitado à privacidade, ou seja, ambas discutem como os indivíduos e grupos controlam ou regulam o acesso a si próprios. Ambas as teorias descrevem a nossa necessidade de privacidade como uma dinâmica contínua de mudanças nas condições internas e externas, à qual respondemos regulando a privacidade, a fim de alcançar um nível desejado de privacidade”.

Considerando, portanto, que a privacidade existe em níveis, pode-se dizer que há dimensões/práticas/comportamentos que são mais privados que outros, bem como, outros mais públicos, dentro da esfera do privado. Aqui temos a paradoxal dimensão pública e privada que envolve os duelos. Por serem ilegais, devem acontecer de forma privada ou secreta, mas há uma

valorização da publicidade das ocorrências por parte dos envolvidos, de forma que cada ocorrência joga com esses limites e regula constantemente o nível de privacidade.

Ainda em relação ao instrumental teórico aportado pela História da Privacidade, pude testar em uma seleção de Códigos Cavaleirescos a chamada abordagem terminológica preconizada como um dos métodos de análise do *Privacy* (Brunn, 2021). Em termos simplificados, a proposta constitui em buscar pelas “*priv words*”, ou palavras que tenham o radical “*priv*” nas fontes primárias da pesquisa a fim de quantificá-las e compreender em que contextos se aplicavam.

Desde que comecei a estudar os Códigos Cavaleirescos, já identifiquei mais de 30 deles, entre códigos europeus e latino-americanos, desde o primeiro quartel do século XIX até meados do século XX. Para esta experiência de busca por “*priv words*”, escolhi três códigos que julgo representativos:

- Essai sur le Duel, Conde de Chatauvillard – 1836. 126p. França (este é considerado o Código de Cavaleiros que serviu de base para os demais códigos de outros países, fundamentalmente para os Códigos de Cavaleiros Latino-Americanos na contemporaneidade).
- Lances entre Caballeros, Marquês de Cabriñana – 1899. 490p. Espanha (que também serviu de base para os códigos de cavaleiros latino-americanos).
- Código Nacional Mexicano del Duelo, Coronel Antonio Tovar, 1891. 73p. México (um dos primeiros códigos latino-americanos).

Quando aplicado o método de busca por palavras com o radical “*priv*” nestes três códigos, encontrei apenas algumas menções, o que foi, no mínimo, surpreendente porque imaginei que seria fácil encontrar palavras “*priv*” em um documento que regula os procedimentos de um tipo da justiça privada. Na maior parte dos casos, as palavras “*priv*” encontradas, ou palavras relacionadas, referiam-se à honra como um valor privado e intransferível, quando alguém precisa recuperar a honra ofendida. Em alguns casos, a menção foi sobre a necessidade de conduzir os procedimentos de forma privada (secretamente, neste caso) devido a ilegalidade do ato.

Contudo, considerando a possibilidade apontada pelo método terminológico de realizar a procura ao avesso e desta forma identificar por exclusão o que é considerado privado, passei a procurar as palavras “*públicas*”. Neste caso, os resultados foram impressionantes. Enquanto as “*priv words*” mal somavam dezenas, as “*públicas*” alcançavam centenas. Em todos os casos localizados, as palavras “*públicas*”, ou palavras relacionadas, referiam-se à necessidade de

audiência (público, testemunhas) para legitimar os duelos. Esses dados corroboram com a ideia de que para o estudo da prática de duelos, as questões relativas ao privado e níveis de privacidade são fundamentais, indo ao encontro do que afirma Sandra Gayol (2008) em relação aos duelos serem um gesto público e necessário para ingressar ou permanecer nas elites, uma vez que, a honra que os move é um atributo de demonstração pública e notória, não autodeclarada, mas reconhecida e atribuída pelos pares.

Outro movimento recente na pesquisa se deu no sentido de uma análise de mais longo prazo, pois os duelos/ou os combates individuais como forma de resolver questões de honra ou particulares, são uma prática muito antiga, e não podemos definir com precisão quando ou onde eles começaram. Apesar de haver registros desde a antiguidade, delimitei os duelos de corte como ponto de partida, até os duelos contemporâneos, já que o duelo de honra foi essencialmente uma criação renascentista e o que temos antes pode ser considerado como combates individuais. Na primeira metade do século XVI, o combate individual foi atualizado no sentido de duelos de honra, sendo estabelecido como uma parte fundamental da ideologia renascentista de cortesia e civilidade (Glavina, 2021; Peltonen, 2009).

A partir disso, foram traçados os pontos de aproximação e distinção entre o duelo contemporâneo e o duelo de corte. De uma prática aristocrática ou nobre a uma prática burguesa, a honra era um campo de disputa entre essas classes sociais, e o duelo era um bilhete para a ascensão social e distinção para a burguesia. No entanto, a burguesia apropriou-se do duelo com novos procedimentos e uma padronização extrema, apresentando uma retórica de reivindicação de legitimidade dos seus duelos em detrimento dos duelos aristocráticos.

Nesta comparação foi possível perceber 3 elementos que aproximavam ambas as práticas: um senso comum de honra de cavaleiro, uma intenção de violência civilizada regida por manuais e códigos e a irrelevância do resultado da luta para o propósito último do ritual. Por outro lado, o ápice da valorização da virilidade e da apropriação burguesa do duelo e sua reconfiguração numa prática republicana, no contexto do direito positivo, são características distintivas da contemporaneidade. Contudo, o principal aspecto que distingue os duelos modernos dos contemporâneos parece ser a dimensão pública e privada. Enquanto o duelo renascentista era ocasionado por brigas privadas e travadas secretamente, o duelo contemporâneo tinha a necessidade de publicidade, era necessário demonstrar em público a desonra sofrida e a restauração da mesma. Mais uma vez, utilizando a lente metodológica da Privacidade, a dimensão pública de uma prática privada é a principal questão a ser tratada.

Pois bem, a partir de agora, o propósito da pesquisa está baseado em dois objetivos:

- finalizar o levantamento sistemático sobre as ocorrências de duelos no Brasil de 1870 a 1940 na Hemeroteca Digital Brasileira. A quantificação dos casos e sua análise estão em andamento, e os registros estão sendo processados em banco de dados. Esse tipo de levantamento ainda não está feito no Brasil e, obviamente, não se encerrará na quantificação (o que também é importante porque aponta o volume dessa prática no Brasil), mas contemplará a análise, verificação de padrões, características específicas, etc.

- organização, leitura e análise de todos os códigos de cavalheiros coletados. A análise inclui identificar, quantificar e analisar o texto dos códigos em 12 categorias definidas anteriormente: o aspecto público e privado; os argumentos sobre a legalidade do ato, a imposição de honra a esses homens, a negação às mulheres do direito ao duelo, as regras gerais do duelo, o que constitui o ofendido ou o agressor, o papel das testemunhas, as armas permitidas, os tipos de duelos, os tipos e graus de insulto, as exigências de reparação de honra, a retirada, as disputas imediatas e os duelos como práticas anticatólicas e como a elite latino-americana apropriou-se e adotou esta prática no século XIX até o início do século XX.

A trajetória de pesquisa ora apresentada, procurou apresentar uma espécie de memorial, percurso de investigação, bem como, apontar o futuro do desenvolvimento da mesma, o qual sugere estar repleto de possibilidades.

Referências

BRUUN, Mette Birkedal. **The Centre for Privacy Studies Work Method**. July 2019, <https://teol.ku.dk/privacy/research/work-method/>. Accessed on April 20, 2021.

BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades européias. In: **História e historiadores**. Textos reunidos por Etienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998.

BLOCH, Marc. Comparação. In: **História e historiadores**. Textos reunidos por Etienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998.

GAYOL, Sandra. **Sociabilidad en Buenos Aires**. Hombres, honor y cafés: 1862-1910. Buenos Aires: Del Signo, 2000.

GAYOL, Sandra. **Honor y Duelo en la Argentina Moderna**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

GAYOL, Sandra. Duelos, honores, leyes y derechos: Argentina, 1887-1923, **Anuario IEHS**. 14 1999, p. 313-330.

GLAVINA, Tilen. THE DUEL: honour and aesthetic of Early Modern masculine violence. In: **ACTA HISTORIAE**, v. 29, n.3., 2021, p.531-560.

- HUGHES, K. A Behavioural Understanding of Privacy and its Implications for Privacy Law. **The Modern Law Review**, v. 75. n.5. Sep. 2012. p. 815.
- SLOOT, B. van der. GROOT, A. **The Handbook of Privacy Studies**. Amsterdam University Press. 2018.
- MARGULIS, Stephen. T. Privacy as a social issue and behavioural concept. **Journal of a Social Issues**. V..59, n. 2, 2003. p. 245-246.
- MANTECÓN, Tomás A. El peso de la infrajudicialidad en el control de crimen durante la Edad Moderna. In: **Estudis. Revista de Historia Moderna**. (Universitat de Valencia). N. 28, 2002, p.43-75.
- PARKER, David S. La Ley Penal y las “leyes caballerescas”: hacia El duelo legal em El Uruguay, 1880-1920. **Anuario IEHS: Instituto de Estudios históricos sociales**. N. 14, 1999, p.295-330.
- PARKER, David S. Law, Honor, and Impunity in Spanish America: The Debate over Dueling, 1870-1920. **Law and History Review**, v. 19, n. 2, 2001, p. 311-341.
- PELTONEN, Markku. **The Duel in Early Modern England**. Civility, Politeness and Honour. Cambridge University Press, 2009.
- PICCATO, Pablo. La política y la tecnología del honor: el duelo en México durante el porfiriato y la revolución. **Anuario IEHS: Instituto de Estudios históricos sociales**. N. 14, 1999, p. 273-294.
- SLOOT, B. van der. GROOT, A. **The Handbook of Privacy Studies**. Amsterdam University Press. 2018.
- SPECKMAN GUERRA, Elisa. Los jueces, el honor y la muerte. Un análisis de la justicia (ciudad de México, 1871-1931), **Historia Mexicana**. 55.4, 2006, p. 1411-1466.
- THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- THOMPSON FLORES, Mariana F.da C. AREND, Jéssica F. Noções de honra e justiça entre as classes populares da fronteira no Brasil meridionalna segunda metade do século XIX – estudo de casos. **AEDOS - Revista do Corpo Discente do PPG em História da UFRGS**, v. 9, 2017, p.296-315.
- THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. “En un país en donde el honor es máspreciado que la vida”: os códigos cavalheirescos e os fundamentos de defesa da honra no Prata”. **Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. Eds. Maíra Vendrame, Cláudia Mauch e Paulo R. S. Moreira. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 366-383.
- THOMPSON FLORES, Mariana. F. da C. REMEDI, José M. R. Duelos impressos: a circulação de notícias sobre duelos na imprensa brasileira. Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, 1910-1930. **Anuario Colombiano de História Social y de la Cultura**. V. 48, n. 2, 2021.

THOMPSON FLORES, Mariana. F. da C. Território Neutro: soberanias justapostas e duelos de honra às margens dos estados nacionais sul-americanos de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. **História**, 38, 2019.

A concepção de infância e as doutrinas no tempo (1927-1990)

PEREIRA, Renata Quinhones
Doutoranda em História (UFSM)
CAPES, renata_quinhones@hotmail.com

Resumo: A trajetória da justiça destinada à criança e ao adolescente no Brasil passou por certas particularidades até alcançar a sua representação atual, pois, por muito tempo, este público foi alvo do aparato legal e institucional como forma de mitigar o problema da população empobrecida. A presente investigação é formada por documentos legais que sistematizam o atendimento dirigido à infância a partir da década de 1927, quando é editada a primeira norma específica voltada para este público no país. Ao buscar a emergência das medidas socioeducativas por meio da análise das doutrinas no tempo, foram encontradas três ênfases de práticas distintas, quais sejam: a primeira de cunho penal; a segunda de concepção tutelar; e a terceira, e que ainda vige, de proteção integral. A primeira ênfase esteve centrada na finalidade penal, ocasião em que as crianças não eram vistas como sujeitos de direitos, contudo, ao mesmo tempo, eram consideradas capazes de responder penalmente por seus atos, e, pior ainda, eram institucionalizadas junto aos sujeitos adultos. Diante das deploráveis condições de encarceramento e de relatos de violência, é instituída a concepção tutelar sob o argumento de salvação das crianças do aparato penal. Dessa forma, o primeiro Código de Menores emerge no ano de 1927 justamente pela falta de regulamentação das questões relacionadas ao público infante. Na sequência o segundo Código de Menores editado no ano de 1979, o qual esteve assentado na Doutrina do Menor em Situação Irregular, passou a tratar as crianças e os adolescentes como objetos da norma jurídica. Durante este período todos aqueles em situação de delinquência e abandono eram classificados como em situação de irregularidade, não havendo, portanto, políticas de atendimento diferenciadas. Diante desse cenário, ficou visível a emergência em se pensar um modo diferenciado de correção e atendimento das crianças e adolescentes. Tais práticas ficam mais evidentes no contexto brasileiro a partir do rompimento com a doutrina que preconizava a situação irregular, destinada ao atendimento dos menores em situação de desvio, geralmente associado à pobreza e à periculosidade. A partir da mudança no paradigma jurídico, com o advento da Doutrina de Proteção Integral sustentada na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, foi ficando aparente o investimento na correção dos adolescentes que cometeram atos infracionais por meio da socioeducação e de uma Justiça da Infância e Juventude especializada.

Palavras-chave: Infância; Correção; Socioeducação.

No Brasil, a concepção atual de justiça especializada destinada aos infantoadolescentes está centrada na Doutrina de Proteção Integral, na qual este público passou a ser destinatário de absoluta prioridade. Assim, quando estes sujeitos em posição de infratores cometem alguma conduta contrária aos diplomas legais, Código Penal, Leis Especiais e Lei de Contravenções Penais, são submetidos a medidas socioeducativas e não mais a medidas meramente retributivas. A partir desta constatação do presente, o primeiro movimento da pesquisa de tese doutorado em andamento, e ventilada neste estudo, busca compreender em que momento os infantoadolescentes são submetidos a um procedimento especializado e voltado para uma medida socioeducativa, onde a educação passa a ser a finalidade da sanção.

A fim de cumprir tal objetivo, foi realizada a leitura das legislações brasileiras direcionadas às crianças e adolescentes no período compreendido entre 1927 e 1990. Assim, durante o processo investigativo, realizei a sistematização das legislações pela recorrência das enunciações encontradas. Dessa forma, separei os enunciados em categorias com a finalidade de melhor compreendê-los para, posteriormente, selecionar alguns fragmentos considerados expressivos na análise. A partir desse mapeamento das legislações tento adentrar nas condições de emergência das medidas socioeducativas como investimento na correção dos adolescentes que praticam uma conduta contrária à lei no país.

Ao verificar que a primeira legislação específica de atendimento ao público infantoadolescente é promulgada somente no ano de 1927, realizo um movimento a fim de compreender como emerge uma concepção de atendimento especializado direcionado a este público. Verifico, portanto que no contexto brasileiro, por muito tempo o Estado não reconheceu as crianças e os adolescentes como sujeitos titulares de direitos. A Constituição Política do Império do Brasil de 1824 não fazia referência à criança e ao adolescente em seu texto. Dessa forma, os assuntos relacionados aos órfãos ou os expostos e seus patrimônios estavam sujeitos a apreciação do juiz dos órfãos, o qual estava previsto nas Ordenações Filipinas.

De outro modo, os mesmos sujeitos que não possuíam seus direitos civis garantidos já poderiam afigurar como criminosos e responder pelos seus atos. O Código Criminal do Império do Brasil de 1830, substituto do livro V das Ordenações Filipinas, já estabelecia a responsabilidade penal para menores a partir de 14 anos, acrescentando que, se fosse provado que os menores de 14 anos agiram com discernimento deveriam ser recolhidos às casas de correção pelo tempo determinado pelo juiz, até a idade máxima de 17 anos de idade para o cumprimento da pena (BRASIL, 1830).

Já o Código Penal Brasileiro de 1890 determinava a inimputabilidade absoluta dos menores de 9 anos. Contudo, em relação aos maiores de 9 e menores de 14 anos analisava-se o discernimento. Ou seja, havia a previsão de que crianças poderiam ser levadas aos tribunais a partir dos nove anos de idade da mesma forma que os criminosos adultos (BRASIL, 1890).

Diante de um longo período de ênfase penal, passa a vigorar em 12 de outubro de 1927, por meio do Decreto Nº 17.943-A, o Código de Menores ou Código Mello Matos, o qual foi a primeira tentativa de estabelecer questões pertinentes aos infantoadolescentes, regulando as relações de trabalho e direitos civis.

O primeiro artigo do diploma legal já trazia a previsão de que o menor, de ambos os gêneros, com idade inferior a 18 anos, na condição de abandonado ou delinquente, estava

submetido às medidas contidas no aludido código. De pronto é possível perceber que o código traz a classificação de dois tipos de menores, os em situação de abandono e os em situação de delinquência.

Conforme o artigo 26, eram considerados em situação de abandono os menores de 18 anos cujos pais não possuíssem meios para a sua subsistência ou residência certa, bem como os que vivessem na companhia de pais ou tutores que praticassem atos contrários aos bons costumes. Também eram considerados abandonados aqueles em estado habitual de vadiagem, libertinagem ou mendigagem, e os que frequentassem locais de jogos ou moralidade duvidosa.

Os menores vítimas de crueldade, abuso de autoridade e maus tratos também estavam enquadrados nesta classificação, assim como aqueles que desempenhassem atividades laborais em locais proibidos. Da mesma forma, os filhos ou tutelados de pessoa condenada por sentença irrecorrível por mais de dois anos de prisão, ou que tivessem cometido crime contra seu próprio filho ou menor que detinham a guarda (Brasil, 1927).

Acaso houvesse notícia de menor abandonado, a autoridade responsável por sua assistência e proteção, poderia ordenar a sua apreensão e adotar uma das seguintes medidas elencadas nas alíneas do artigo 55 do Código de Menores:

- a) entregal-o aos paes ou tutor ou pessoa encarregada de sua guarda, sem condição alguma ou sob as condições qe julgar uteis á saude, segurança e moralidade do menor;
- b) entregal-o a pessoa idonea, ou internal-o em hospital, asylo, instituto de educação, officina escola do preservação ou de reforma;
- c) ordenar as medidas convenientes aos que necessitem de tratamento especial, por soffrerem de qualquer doença physica ou mental;
- d) decretar a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição da tutela;
- e) regular de maneira differente das estabelecidas nos dispositivos deste artigo a situação do menor, si houver para isso motivo grave, e fôr do interesse do menor (Brasil, 1927).

Quanto aos menores em situação de delinquência, eram considerados todos aqueles com mais de 14 anos e menores de 18, autores ou cúmplices de fato qualificado como crime ou contravenção, submetidos à procedimento especial a partir da coleta de informações pela autoridade competente a respeito de seu estado físico e mental, e da condição social, moral econômica de seus pais ou tutor.

Acaso fosse verificado alguma necessidade especial, o menor era submetido à tratamento apropriado. Do contrário, poderia a autoridade o recolhê-lo a uma escola de reforma pelo prazo de um a cinco anos. Nos casos de menor abandonado, considerado pervertido ou em perigo de ser, a autoridade poderia interná-lo em uma escola de reforma pelo tempo necessário para a sua educação, no mínimo por três anos e no máximo por sete anos.

Foi possível perceber que durante este período os menores de 14 anos não eram submetidos a procedimento penal de espécie alguma, mas sendo verificado que se tratava de menor em situação de abandono ou em perigo a autoridade competente poderia colocá-lo nas escolas de preservação ou confiá-lo a pessoa idônea pelo tempo necessário para a sua educação desde que não ultrapassasse a idade de 21 anos.

Contudo, nos casos em que o crime praticado, por maior de 16 anos e menor de 18, fosse considerado grave em razão das circunstâncias em que foi perpetrado e ficando comprovado a periculosidade do agente, o juiz poderia remetê-lo a estabelecimento para condenado menor, ou, na ausência deste, a uma prisão comum, mas separado dos condenados adultos, devendo permanecer até sua regeneração, consoante artigo 71 da lei em referência (Brasil, 1927).

Havia também a previsão de uma liberdade vigiada, que consistia em manter o menor sob a responsabilidade de seus genitores, tutor, guardião e sob vigilância do próprio juiz. Esta medida consistia em seguir os preceitos determinados pelo juiz que, mais uma vez, poderia aplicar as regras conforme a sua conveniência. Importante destacar que neste momento aparece a possibilidade de reparação do dano pelo menor como medida. A liberdade vigiada aparece também como progressão da medida de internação.

O abrigo de menores previsto na lei era um local provisório para a recepção dos sujeitos em posição de abandono ou delinquência até deslinde da situação pelo juiz de menores. Ao dar entrada no abrigo, o menor deveria ser submetido à exame médico e pedagógico. Durante a estadia, deveriam manter-se ocupados por meio de exercícios de leitura, escrita, desenho, trabalhos manuais e atividades físicas.

A lei trazia a previsão de que o abrigo seria dividido por gêneros e por seções de acordo com o motivo de recolhimento do menor, abandonados ou delinquentes, idade e grau de perversidade, no entanto, ao revistar documentos e doutrinadores, algumas pistas indicam que não era o que acontecia na prática.

No capítulo IV, do Código de Menores de 1927, sob o título dos Institutos Disciplinares, estavam previstos dois tipos de “escolas”, como a lei refere, uma para o público feminino e outra para o público masculino.

Às meninas internadas na “escola de preservação”, na qual não seriam recolhidas menores de 7 anos, nem excedente a 18, seriam ensinados os seguintes ofícios:

Art. 202. As menores serão ensinados os seguintes ofícios:
Costura e trabalhos de argulha;
Lavagem de roupa;
Engomagem;
Cozinha;

Manufatura de chapéus;

dactylographia;

Jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves.

§ 1º Os officios irão sendo creados, á medida que o desenvolvimento da escola o permitir.

§ 2º Os serviços domesticos da escola serão auxiliados pelas alumnas de acordo com a idade, saude e forças delas (Brasil, 1927).

Conforme o artigo 199, a escola de preservação das meninas era “destinada a dar educação phisica.moral, profiissional e litteraria ás menores que a ella forem recolhidas por ordem do juiz competente”. Já o local destinado aos meninos era nomeado como “escola de reforma”, na qual seriam internados menores entre 14 e 18 anos (Brasil, 1927).

O texto traz também a previsão de práticas que poderiam ser aplicadas tanto para meninas como para meninos.

Art. 210. Cada turma ficará sob a regencia de um professor, que tratará paternalmente os menores, morando com estes, partilhando de seus trabalhos e divertimentos, occupando-se de sua educação individual, inculindo-lhes os principios e sentimentos de moral necessarios á sua regeneração, observando cuidadosamente em cada um seus vicios, tendencias. affeições, virtudes, os effeitos da educação que recebem, e o mais que seja digno de attenção, annotando suas observações em livro especial (Brasil, 1927).

A partir da leitura do artigo a seguir, é possível perceber que durante o período em referência já se verifica a emergência das práticas educacionais engendradas às instituições destinadas aos menores infratores, dada a necessidade de reformar esses indivíduos e aproximá-los da normalidade almejada para o contexto social da época

Art. 211. Aos menores será ministrada educação physica, moral, profiissional e litteraria.

§ 1º A educação physica comprehenderá a hygiere, a gymnastica, os exercicios militares (para o sexo masculino), os jogos desportivos, e todos os exercicios proprios para o desenvolvimento e robustecimento do organismo.

§ 2º A educação moral será dada pelo ensino da moral pratica, abrangendo os deveres do homem para comsigo, a familia, a escola, a officina, a sociedade e a Patria. Serão facultadas nos internados as praticas da religião de cada um compatíveis com o regimen escolar.

§ 3º A educação profiissional consistirá na aprendizagem de uma arte ou de um officio, adequado á idade, força e capacidade dos menores e ás condições do estabelecimento. Na escolha da profissão a adaptar o director attenderá á informação do medico, procedencia urbana ou rural do menor, sua inclinação, á aprendizagem adquirida anteriormente ao internamento, e ao provavel destino.

§ 4º A educação litteraria constará do ensino primario obrigatório (Brasil, 1927).

Os castigos físicos eram expressamente proibidos, mas cada escola poderia elaborar o seu regulamento e estabelecer um regime de prêmios e punições. Nestas instituições a atividade laboral também aparecia como meio para adequar os internados ao convívio social, contudo o expediente não poderia ultrapassar seis horas por dia, devendo obedecer a períodos de intervalo não inferiores a uma hora.

Havia à época uma preocupação com a vadiagem, pois a lei trazia restrições quanto aos menores que se opusessem a receber instrução formal ou que se negassem ao trabalho, a fim de evitar que ficassem vagando pelas vias públicas. Do mesmo modo, havia restrições quanto ao pedido de esmolas mesmo que a pedido dos genitores.

A todo momento são apresentadas medidas em desfavor dos mais pobres como uma forma de higienismo, ou seja, de tirar de circulação os indivíduos com quem não se deseja conviver, pois “as leis sociais são feitas por pessoas às quais elas não se destinam, mas para serem aplicadas àqueles que não as fizeram, A lei penal, na mente daqueles que a fazem ou a discutem, tem uma universalidade apenas aparente” (Foucault, p. 22, 2015).

Outro ponto relevante é que durante a vigência desta legislação, acaso fosse verificado algum tipo de negligência ou incapacidade dos pais para criarem seus filhos, a autoridade competente poderia suspender ou decretar a perda do pátrio poder, assim como destituir a tutela se fosse o caso. Chama a atenção que dentre as situações elencadas no rol dos artigos 32 e 34, a ausência de recursos materiais aparece como justificativa para a destituição do pátrio poder, ou seja, a pobreza era fator determinante para afastar as crianças e adolescentes do convívio familiar (Brasil, 1927).

Ainda durante a vigência do Código de Menores de 1927, foi editado o Decreto Nº 3.799, de 5 de novembro de 1941, durante o período presidido por Getúlio Vargas, o qual instituiu o Serviço de Assistência a Menores – SAM. Esta legislação especial tinha como finalidade:

- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) abrigar os menores, á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrarlhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
- e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas (Brasil, 1941).

Após duas décadas de funcionamento os militares extinguem o SAM. Assim, a Lei Nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, autoriza a instituição da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), o que deu origem ao surgimento das Fundações Estaduais (FEBENs).

Ao abordar as instituições criadas com o intuito de atender os menores posicionados como delinquentes, Meneses (2008, p. 56) refere que:

[...] várias instituições (internatos, patronatos agrícolas) foram criadas desde o início com evidente conotação de presídio de menores. Caracterizavam-se pelos castigos físicos, maus-tratos, para a correção dos rebeldes ou suspeitos. Nas casas de meninas, as denúncias de abuso sexual cresciam.

O primeiro código específico para versar acerca das demandas das crianças e adolescentes, o qual emerge no sentido de dar algum suporte às questões que até então não eram previstas em outros ordenamentos, na verdade aparece como mecanismo de vigilância, punição e correção pelo Estado contra este público.

Foi em razão de situações desta natureza que foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com o objetivo de investigar a situação dos menores em situação de pobreza no Brasil. Como resultado, a CPI apresentou o Projeto de Resolução N° 81, de 1976, o qual contribuiu para a elaboração de um novo Código de Menores.

Ainda sob o aspecto da visão tutelar, o segundo Código de Menores de 1979, criado durante a Ditadura Militar, foi uma revisão do Código de Menores de 1927, dispondo sobre a assistência, proteção e vigilância dos menores até 18 anos de idade em situação de irregular, e daqueles entre 18 e 21 anos nos casos previstos em lei.

O dispositivo esteve assentado na Doutrina da Menor em Situação Irregular. Conforme o artigo 2º do código, considerava-se em situação irregular o menor:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
 - II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
 - III - em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
 - IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
 - V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
 - VI - autor de infração penal.
- Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial (Brasil, 1979).

Ocorre que estas situações de irregularidade elencadas no código eram utilizadas para submeter os menores à institucionalização. Conforme abordado anteriormente, quando da análise do Código de Menores de 1927, esta condição de irregularidade poderia derivar tanto da conduta pessoal da criança ou do adolescente, como da família ou da própria sociedade, não havendo uma clareza se as situações eram decorrentes da conduta dos infantoadolescentes ou daqueles que o cercavam.

Diante desse contexto, a autoridade judicial poderia aplicar ao menor em situação de irregularidade as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;
- III - colocação em lar substituto;
- IV - imposição do regime de liberdade assistida;
- V - colocação em casa de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado (Brasil, 1979).

A medida de internação deveria ser aplicada somente nos casos em que se demonstrasse inviável a aplicação das demais medidas. Contudo, Saraiva (2006, p. 26) refere que “a criminalização da pobreza, a judicialização da questão social na órbita do então Direito do Menor, era o que orientava os Juizados de Menores da época”.

Segundo o autor retromencionado, havia dois tipos de infância, uma minoria considerada criança e adolescente e uma maioria, com suas necessidades básicas total ou parcialmente insatisfeitas, considerada os menores. O contexto socioeconômico aparece como determinante para a classificação.

Conforme aduz Saraiva (2006), nos institutos para menores eram misturados infratores e abandonados, ou seja, aqueles vitimados pelo abandono ou maus-tratos familiares eram obrigados a conviver com os autores de condutas infracionais, partia-se do pressuposto que todos estariam na mesma condição, em situação irregular.

No que concerne aos autores de infração penal, o diploma em referência ratificou a inimizabilidade dos menores de quatorze anos. Assim, todos aqueles entre quatorze e dezoito anos eram submetidos a procedimento diferenciado de apuração de infração (Brasil, 1979).

Analisando os dois Códigos de Menores é possível perceber que havia previsão legislativa no sentido de separar os menores por idade e circunstância de seu recolhimento. No entanto, na prática, nos institutos para menores eram misturados infratores e abandonados, ou seja, aqueles vitimados pelo abandono ou maus-tratos familiares eram obrigados a conviver com os autores de condutas infracionais, partia-se do pressuposto que todos estariam na mesma condição, em situação irregular.

Outra questão que chama atenção é que o menor que cometeu infração penal deveria permanecer internado até que a autoridade judiciária ordenasse o seu desligamento, ou seja, no máximo a cada dois anos o internado deveria ser reexaminado a fim de que fosse verificado a necessidade da manutenção da medida imposta a ele (Brasil, 1979).

Dessa forma, não havia a fixação da pena, ou seja, estes menores adentravam nos institutos sem previsão de data para sair. Assim, esta ausência de informações acerca da duração da medida indica que este período de reclusão deveria perdurar até que este sujeito em posição de infrator demonstrasse alguma mudança ou que cessasse as circunstâncias externas que deram azo a esta situação de irregularidade.

Neste momento, não se verifica somente o caráter preventivo da pena que age sobre os outros por meio do exemplo mas também emerge a ideia de uma reclusão que deve agir modificando as inclinações do sujeito que cometeu o ato (Foucault, 2015).

Até este momento, algumas pistas apontam que durante a transição de uma doutrina penal para a transição de uma doutrina de caráter tutelar, há um período de institucionalização dos menores, especialmente daqueles em situação de pobreza, abandono ou autores de ato contrário à lei. Em outras palavras, as instituições criadas à época visavam, sobretudo, a reclusão destes sujeitos.

Ainda antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei Nº 7.209, de 11 de julho de 1984, alterou os dispositivos do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, mais conhecido como Código Penal e que ainda se mantém em vigência, incluindo os menores de 18 anos como penalmente inimputáveis (Brasil, 1984).

O cenário internacional já vinha propondo as primeiras discussões sobre os direitos específicos das crianças antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, mas é no ano de 1959 que é criado o primeiro instrumento específico de proteção à infância, com a Declaração Universal do Direito da Criança. Na sequência, no ano de 1979, a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, elabora o projeto de Convenção sobre os Direitos da Criança, o qual, após dez anos de trabalho, é adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 (Sanches; Veronese, 2016).

Embora só viesse a ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1990, por meio Decreto Nº 99.710, o Brasil, como Estado-membro da Organização das Nações Unidas, já adotou na Constituição Federal de 1988 a Doutrina da Proteção Integral às crianças e adolescentes, cujos princípios encontram-se em seu artigo 227, conforme segue:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais,

mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (Brasil, 1988).

No entanto, o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, representa um marco no trato das questões relacionadas à infância e juventude no país. Conforme preleciona Saraiva (2006), o ECA rompe com os procedimentos anteriores e introduz no sistema de conceitos jurídicos o termo criança e adolescente, em detrimento da antiga terminologia “menor”.

O artigo 145 do ECA dispõe que os Estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade de acordo com o número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento (Brasil, 1990).

Ademais, o novo ideário norteador do sistema, preleciona no artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente que são consideradas crianças pessoas até 12 anos incompletos e adolescentes aquelas pessoas que possuem entre 12 e 18 anos incompletos, independentemente de sua condição social econômica ou familiar (Brasil, 1990).

O ECA traz o desafio de superar as práticas do passado que negavam direitos às crianças e aos adolescentes. Conforme consagra o artigo 7º do estatuto

a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (Brasil, 1990).

Quando verificada a prática de ato infracional, conduta descrita como crime ou contravenção penal (artigo 103 do ECA), tratando-se de criança (até 12 anos), somente podem ser aplicadas as medidas denominadas protetivas, as quais são papel dos Conselhos Tutelares. No entanto, os maiores de 12 anos e menores de 18 estão sujeitos à aplicação de medidas socioeducativas (Brasil, 1990).

A trajetória da justiça destinada à criança e ao adolescente no país passou por certas particularidades até alcançar a sua representação atual, pois, por muito tempo, este público foi alvo do aparato legal e institucional como forma de mitigar o problema da população empobrecida. Durante o período em referência, os documentos apontam que a posição de delinquente também era caracterizada pela combinação entre desemprego, recusa ao trabalho, mendicância e pobreza. Nas instituições, uma série de práticas disciplinares eram colocadas em operação, dentre elas destaco o ensino de um ofício, o qual tinha como intenção evitar a vadiagem ou mendicância.

Outra questão que pode ser observada é a prática de prevenção ao demonstrar aos demais cidadãos os efeitos da desobediência das normas e da recusa ao trabalho, assim como evitar os possíveis riscos de aumento da criminalidade. É a partir deste contexto, em que a criança é usada como engrenagem para conter os problemas sociais e manter hígido os mecanismos de produção, que emerge a prática de uma Doutrina de Proteção Integral, alterando o modo de ver as crianças e os adolescentes no país.

Referências

BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito Nº 81, de 1976 (CPI do Menor)**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em:
<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10JUN1976SUP.pdf#page=1>. Acesso em: 05 de mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de Março de 1824)**. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 20 de jul. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 20 de ago. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 20 de jul. 2023

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 23 de ago. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941**. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 de ago. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830.** Manda executar o Código Criminal. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4513.htm. Acesso em: 03 de ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.697, 10 de outubro de 1979.** Código de Menores. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 05 de jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 de jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva.** Curso no Collège de France (1972- 1973). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MENESES, Elcio Resmini. **Medidas socioeducativas: uma reflexão jurídico-pedagógica.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional.** 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

VERONESE, Josiane Rose Petry. A proteção integral da criança e do adolescente no direito brasileiro. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 79, n. 1, p. 38-54, jan./mar. 2013.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SANCHES, Helen Crystine Corrêa. **Justiça da criança e do adolescente:** da vara de menores à vara da infância e juventude. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

A alimentação no sistema prisional brasileiro: um panorama histórico

JURIATTI, Tamara
Doutorado em História-UFPEL
CNPq, tamara_juriatti@outlook.com

ROTTA ALMEIDA, Bruno
Professor PPGD e PPGH-UFPEL
bruno.ralm@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo principal do trabalho é analisar duas tipografias de fontes produzidas em momentos históricos distintos e traçar paralelos, continuidades e rupturas. Para tanto foram utilizados os três volumes de “Os sistemas penitenciários do Brasil” produzidos por Lemos Britto na década de 1920 e quatro relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura-MNPCT, produzidos de 2015 a 2022, procurando entender o resultado da pesquisa com base na bibliografia produzida sobre o tema. Lemos Britto pontua nos seus relatos o controle sobre a alimentação tida como um modo institucional e legalizado de controle e disciplina sobre os corpos das pessoas privadas de liberdade, além de poder ser observado, através de seus relatos, um longo espaço de tempo entre as refeições, o uso da palavra “ração” para denotar os alimentos e a qualidade da alimentação relacionada à disposição para o trabalho nas oficinas. No século XXI, o MNPCT encontrou diversos problemas em todas as etapas do processo de fornecimento dos alimentos nas prisões, desde seu preparo até seu consumo, são relatos de editais públicos onde o que era levado em conta era o menor preço e não a qualidade nutricional das refeições, comidas fornecidas com uma quantidade de alimentos menor do que a prevista em editais, marmitas com pouca variedade nutricional, comida estragada ou crua e um intervalo de até 16 horas entre as refeições, soma-se a todas estas violações a privação de água relatada em muitos presídios, neste caso a segurança alimentar defendida pelos peritos do MNPCT está voltada para uma noção de dignidade da pessoa humana. Como a alimentação constitui um componente fundamental para o corpo humano, a fome é usada como disciplinadora e punitiva, percebe-se que seu controle deixou de ser uma ferramenta legal de disciplina para ser rechaçada em leis e tratados internacionais, mas na realidade do sistema prisional ela ainda é usada como forma de tortura, sendo uma demonstração das desigualdades sociais e raciais presentes no país. Além disso, se tem uma mudança de olhar da alimentação pelos analistas, ela passa a não ser apenas um meio para a ressocialização pelo trabalho e passa a ser vista como parte da dignidade humana. O fornecimento da alimentação que antes era de responsabilidade de cada instituição, atualmente vem sendo cada vez mais entregue para o setor de prestação de serviços terceirizados gerando novas problemáticas. É possível perceber que a violação do direito à alimentação digna nas prisões brasileiras possui uma trajetória secular, cabendo à sociedade uma discussão do modelo prisional adotado e aos órgãos competentes o cumprimento da legislação nacional e dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Palavras-chave: Fome; Sistema Prisional; Brasil.

Introdução

Com este texto pretende-se fazer um estudo histórico de caráter exploratório usando o método comparativo acerca da alimentação no sistema prisional Brasileiro do início dos séculos XX e XXI. Se tomarão como fontes principais os relatórios produzidos pelo Mecanismo

Nacional de Prevenção e Combate à Tortura desde o ano de 2017 e um livro de três volumes escrito por Lemos Britto na década de 1920.

Apesar de serem materiais diferentes, eles possuem algumas semelhanças, ambos se originam a partir de demandas do Estado e buscam fazer a descrição qualitativa e quantitativa das situações de instituições de privação de liberdade em todo o país. Com estes materiais em mãos o exercício é entender as condições alimentares das instituições de privação da liberdade no país, tentando perceber continuidades e descontinuidades frente às mudanças históricas.

As fontes analisadas, trazem à tona inúmeros debates, e por mais que no cotidiano nenhuma esfera da vida se dá de forma isolada, para fins de estudo e por se tratar de um pequeno ensaio o enfoque será na questão alimentar. Buscar-se-á entender quem são os produtores das fontes, por que elas foram escritas, seu conteúdo e posteriormente como elas podem ser estudadas de forma comparada.

Lemos Britto e “Os systemas penitenciarios do Brasil”

Lemos Britto, foi um bacharel nascido em 1886 em Salvador que em 1923, aos 37 anos de idade, percorreu o Brasil, sob encomenda do Secretário de Justiça e Negócios Interiores, Sr. João Luiz Alvez, para investigar o estado das prisões brasileiras (Guimarães, 2020, p. 1). Através dos três volumes de seu livro “Os systemas penitenciarios do Brasil” ele traçou um diagnóstico das instituições de privação de liberdade do país, a partir dos seus ideais da “moderna ciência do punir” que possuía como alguns preceitos a individualidade da pena, a recuperação do sujeito através do trabalho e a importância da sociabilidade na recuperação.

Somados os três volumes contêm mais de mil páginas, com observações do autor, fotografias e dados estatísticos de instituições presentes nos entes federativos. Lemos Britto organizou seu diagnóstico das instituições em dois momentos, primeiramente analisando o regimento da instituição ou, na falta deste, do ente federativo em que ela se encontrava e posteriormente o que ele constatou em sua visita, ou até mesmo trazendo opiniões de outras pessoas que ele encontrava em jornais e livros. Em instituições mais antigas ele fazia também uma contextualização histórica. Durante o estudo do livro procurou-se analisar seus relatos da questão alimentar e foi possível recolher algumas informações.

Nos regulamentos era comum constarem os horários que as refeições seriam servidas, na Penitenciária e Casa de Detenção do Recife constam dois horários de refeições, às 10h o almoço e às 15h o jantar, com uma hora para cada refeição (Britto, 1924, p. 273). Na Prisão de Nictheroy constam três refeições às 7h30m o almoço, às 12h o jantar e às 16h30m a ceia (Britto, 1925, p. 224). Como percebe-se os horários eram muito distintos de uma instituição para outra,

mas em ambas a distribuição das refeições ocorria em um grande espaço entre a última refeição do dia e a primeira do dia seguinte.

Haviam as oficinas laborais, onde quem possuía a permissão para trabalhar recebia um “pecúlio”, então algumas pessoas recebiam pagamentos que poderiam ser usados, dentre outras coisas, para a alimentação. Porém em algumas instituições nem sempre era permitida a aquisição de alimentos adicionais sem permissão da direção. No regulamento da Casa de Correção do Rio de Janeiro constava que os “sentenciados” não poderiam se alimentar por conta própria, mas que o diretor poderia permitir a compra de alimentação suplementar com o dinheiro que recebiam por trabalhar nas oficinas dentro da instituição “uma ou mais vezes por mez, segundo a pena que estejam soffrendo, ou as recompensas que hajam merecido”²²⁰ (Britto, 1925, p. 192). No regulamento Casa de Correção da Bahia, consta que “Os sentenciados não poderão alimentar-se á sua custa, nem de modo diverso daquelle que é adoptado no estabelecimento. Em dias de festa nacional, os sentenciados de bôa conducta poderão adquirir alimentos supplementares, á custa da parte de peculio disponivel e com licença do director” (Britto, 1925, p. 61).

Nestes trechos pode ser observado que aquisição ou não de alimentos suplementares ficava sob o julgamento do diretor com base no merecimento, ao longo do estudo será possível perceber que a alimentação estava diretamente ligada à disciplina. O questionamento que se coloca é quais valores eram empregados na decisão de quem “merecia” ou não este acesso. Na Prisão de Nictheroy há no regulamento a classificação das pessoas privadas de liberdade em três categorias, sendo que as pessoas classificadas nas categorias dois e três possuíam acesso à alguns direitos que quem estava na um não possuía: os de segunda classe possuíam permissão para comprar, com o seu “pecúlio” alimentos que não fossem da “ração”²²¹.

A classificação se dava por bom comportamento (Britto, 1924, p. 222), mas não eram especificadas quais seriam as boas e más atitudes que levavam a esta classificação, indicando um caráter subjetivo do diretor neste julgamento. Contudo é importante salientar que o que constava nos regulamentos nem sempre era aplicado, então esta classificação e modos de acesso as refeições podem ser mais analisadas em como os legisladores pensavam a organização do sistema, do que como o modo que ele funcionava de fato.

No regulamento da Casa de Detenção de Maceió consta que “Os presos pobres serão alimentados á custa do Estado, constando alimentação de almoço e jantar” (Britto, 1924, p.

²²⁰ Mantemos a ortografia original do trabalho, cabe lembrar que a ortografia da língua portuguesa do início do século XX tinha suas diferenças para a ortografia vigente no tempo presente.

²²¹ Nome dado aos alimentos servidos nas refeições.

303). No regulamento de Sergipe também há uma passagem semelhante, onde o Estado já aparece com o dever de resguardar a alimentação, pelo menos das pessoas pobres, caso não tivesse condições de fornecer alimento forneceria “a diaria de quatrocentos réis para esse fim” de dez em dez dias (Britto, 1924, p. 327). Regina Pedroso menciona em seu livro que “Com relação à alimentação e à vestimenta, cada preso tinha o direito de se gerir às suas custas, sendo de responsabilidade do estabelecimento fornecer esses itens apenas aos indigentes.” (Pedroso, 2003, p. 77)

Em uma passagem posterior, Lemos Britto utiliza um relatório feito pelo médico de uma das instituições em Sergipe, Dr. Carlo Menezes, que percebia como um dos fatores de agravamento das condições da instituição a “má alimentação dos detentos que, com a diaria fornecida pelo Estado, são obrigados a se manter, naturalmente, adquirindo generos de pessimo valor nutritivo, porém de facil conservação” e complementa com a sua análise “A verba distribuida diariamente ao preso é de 600 réis. Com esta ridicula quantia deve um homem alimentar-se alli. Eis por que todos os penados, com raras excepções, apresentam um aspecto lastimavel de ruina orgânica” (Britto, 1924, p. 330). Portanto se para Lemos Britto a quantidade de 600 réis que era entregue diariamente não era suficiente para alimentar as pessoas, suponhamos então que o valor de 400 réis, de dez em dez dias, distribuídos no estado vizinho, tampouco era suficiente. Um dos pontos mais presente nos três volumes do livro de Lemos Britto, quando se trata da alimentação é a sua presença, ou melhor, a escassez dela, como elemento disciplinador. Estava no regulamento de Pernambuco:

O director, para correcção dos presos...poderá applicar as penas seguintes:... 8°. Retenção em cella solitaria e escura com a porta de madeira fechada por seis a doze dias e suspensão de uma das alimentações diarias; 9°. Restricção da alimentação até 15 dias ou um mez, mas nunca em dias successivos ou continuados (Britto, 1924, p. 275).

A suspensão da alimentação em caso de mau comportamento também estava presente nos regulamentos do Maranhão, de Maceió, na Casa de Detenção do Recife havia a suspensão de uma refeição diária (Britto, 1924, p. 184, 275 e 305). Também estava presente nos regulamentos da Casa de Correção da Bahia, na Penitenciária de Outo Preto, já na Penitenciária de Victoria a pena era de alimentação somente com pão e água (Britto, 1925, p. 60, 113, 139). Na casa de detenção do Rio de Janeiro e na Prisão de Nictheroy também constava a privação de alimentos (Britto, 1926, p. 139 e 224). Na Casa de detenção do Rio de Janeiro, constava no seu regulamento que “Sempre que se tratar de prisão solitaria, com restricção ou não alimentar, deverá o medico, a quem competir, visitar diariamente a prisão, afim de verificar as condições

do detento” (Britto, 1925, p.170). A prática lembra táticas de tortura, onde após uma sessão de tortura, o médico conferia quantas sessões mais aguentaria a pessoa.

Como muitos outros aspectos, o tipo de alimento oferecido também mudava conforme a região. No Presídio de Fernando de Noronha, conforme relato do Dr. Mario Mello, apontado por Lemos Britto as pessoas alimentavam-se “com tres kilogrammas de xarque, seis de farinha, um de assucar, meio de café em grão, semanalmente” (Britto, 1924, p.280). Na Velha Penitenciária de São Paulos através do Decreto de 5 de maio de 1852 ficou instituído que “A alimentação, contractada com José Gomes de Faria, consistia em feijão, arroz e farinha, nos dias uteis, e mais meia libra de carne cosida, secca ou verde, para cada preso, sómente aos domingos” (Britto, 1926, p.26). É possível perceber pelos relatos que a alimentação fornecida não possuía muita variedade, Lemos Britto relata que visitou uma instituição onde havia apenas uma refeição que não se resumia a pão e café: “Devo, porém, a bem do espirito de verdade e de justiça que anima este estudo, declarar que julgo insufficiente a ração ali, fornecida aos presos, que só comem solido uma vez por dia, tomando pela manhã e á tarde café com pão” (Britto, 1925, p. 229).

Lemos Britto defendia em seu livro que a alimentação fosse de qualidade para que houvesse a recuperação do preso. Esta recuperação se dava principalmente pela perspectiva do trabalho nas oficinas que existiam dentro das instituições, portanto era necessário que as pessoas estivessem bem alimentadas para terem plenas condições para o trabalho. Além da alimentação de qualidade eram necessárias, na sua visão, alojamentos higienizados, atividades físicas regulares e boas relações de sociabilidade, para evitar o que ele chamava de “promiscuidade”. Portanto a alimentação de qualidade estava ligada ao bom desempenho nas tarefas laborais.

Algumas relações de gênero também podem ser analisadas a partir do seu livro. Na “Casa de Detenção da Bahya” “As Mulheres transformam o seu carcere em um amontoado de roupas e objectos de cosinha, pois se encarregam da lavagem das roupas dos companheiros e cosinham para elles, mediante uma gratificação” (Britto, 1925, p. 69). No período a população privada de liberdade feminina não era muito significativa, na Casa de Detenção da “Bahya” também ficavam os homens que ainda não haviam sido julgados, por isso ele cita que os trabalhos de cuidado como a preparação da alimentação e lavagem de roupas ficava com as mulheres, nitidamente por conta da divisão sexual do trabalho.

Lemos Britto também criticava as condições com que as refeições eram preparadas. Como na “Casa de Detenção da Bahya”, em outras instituições a cozinha também era transferida para a cela. Na Casa de Detenção de Maceió, Lemos Britto cita o texto de um promotor público:

A cela onde estão dois dos detentos está toda denegrida de fumaça, pois não sei como é permitido pelo Sr. administrador que os presos façam, fogo e cozinhem dentro das prisões! É de convir o perigo que ameaça esta falta de humanidade, pois nem alimento têm os detentos (Britto, 1924, p. 307).

A única instituição que teve sua infraestrutura de cozinha elogiada por Lemos Britto foi a da Nova Penitenciária de São Paulo “A direita desse edifício estão a cozinha a vapor e dependências com seis enormes panelas de 600 litros, padaria mecânica com uma massadeira movida a eletricidade, fornos e geradores (Britto, 1926, p. 42). Por ser uma instituição recente ela havia sido construída como modelo com base nas discussões da época, baseadas no pensamento positivista.

Quando estava fazendo uma síntese do histórico da Casa de Detenção do Rio de Janeiro ele cita que no dia 2 de fevereiro de 1916 aconteceu a “Revolta das Panelas” em que “numerosos presos, tendo pedido a substituição do material da cozinha, por atribuir-lhe a causa de molestias do aparelho digestivo, não sendo atendidos, rebellaram-se” (Britto, 1925, p.179). Infelizmente este é o único relato que encontramos sobre mobilizações das pessoas privadas de liberdade, mas demonstra que estas também faziam demandas às direções das instituições. Em outra passagem Lemos Britto defende a sociabilidade das refeições entre as pessoas privadas de liberdade como um promotor de saúde

A penitenciária fluminense era um foco de beriberi, púludismo, e até de escorbuto, resistente a todas as medidas prophylaticas. O Dr. Pereira Faustino conseguiu modificar esse estado de cousas melhorando a alimentação. 'Ele observou porém, que os presos mal comiam a boia diaria, nos cubículos, apesar de melhorada. Resolveu transferir a refeição para as oficinas, em comum, e a situação mudou radicalmente (Britto, 1925, p. 299).

A obra de Lemos Britto é riquíssima e traz uma série de informações para o estudo do sistema penitenciário no início do século XX, sendo de destaque quando se refere a alimentação a questão do seu uso como disciplinadora e os ideais dos positivistas de uma alimentação de qualidade associada à recuperação da pessoa presa. Cabendo um destaque para a disparidade dos regulamentos e da prática, onde o ideal, muitas vezes importado de outros países, se chocava com a realidade brasileira, que ainda possuía resquícios coloniais e escravocratas.

Relatórios Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura-MNPCT foi criado em 2013 pela Lei nº 12.847, e faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura-SNPCT, criado após a ratificação do Brasil em 2007 do Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das

Nações Unidas – ONU. Ele é composto por 11 peritos que realizam vistorias em instalações de privação de liberdade, como centros de detenção, estabelecimento penal, hospital psiquiátrico, abrigo de pessoa idosa, instituição socioeducativa ou centro militar de detenção disciplinar, a fim de averiguar as condições à que as pessoas nestes locais estão submetidas²²². De acordo com o artigo 10 da lei 12.847/2013, o MNPCT possui autonomia nas suas posições, o acesso livre as informações dentro das instituições; acesso a todos as instituições de privação de liberdade, possibilidade de entrevistar qualquer pessoa privada de liberdade, autonomia na escolha dos locais a serem visitados e pessoas a serem entrevistadas, podendo realizar perícias e registros (Mecanismo, 2023, p. 15).

Se constatada violação dos direitos humanos, penas degradantes e cruéis, o órgão encaminha medidas a serem tomadas pela autoridade competente, além de produzir anualmente um relatório das visitas realizadas e relatórios temáticos sobre grupos sociais, instituições e estados da federação. Para este estudo foram analisados os relatórios produzidos desde 2017, sendo no total quatro relatórios, o último de 2022, lançado este ano. Mas na totalidade o mecanismo já produziu seis relatórios anuais, começando em 2015 e sessenta e quatro relatórios temáticos, no entanto como o material é extenso analisaremos os últimos quatro relatórios anuais. Na leitura do material o foco era a análise das condições relacionadas à alimentação, para posteriormente serem sintetizadas e analisadas com a seleção de passagens sobre a mesma temática no livro de Lemos Britto.

Nas suas visitas o MNPCT encontrou diversas violações no que concerne a alimentação das pessoas privadas de liberdade, mesmo analisando somente 4 relatórios todos os apontamentos não caberiam neste trabalho, então será feita uma seleção das denúncias, excluindo repetições e deixando para outra oportunidade a apresentação dos demais pontos. Mas cabe lembrar que praticamente todas as denúncias apresentadas são encontradas em mais de um estado da federação, um padrão que se apresenta no nosso sistema prisional, vivenciado por milhares de pessoas.

No Complexo Penitenciário de Manaus, entre a janta e o café da manhã, as pessoas ficam 16 horas sem nenhuma alimentação (Mecanismo, 2023, p.25). No Paraná a última refeição do dia é às 16h e 30min e a próxima é às 7 h, sendo 14 horas e 30 minutos entre uma refeição e outra (Mecanismo, 2023, p.100). No relatório de 2017 o MNPCT ressalta que intervalos grandes entre as refeições podem levar a pessoa detentora de diabetes a crises de

²²² Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O Mecanismo. Disponível em: <<https://mnpctbrasil.wordpress.com/o-mecanismo/>>. Acesso em: 24 out. 2023.

hipoglicemia e que em muitas instituições visitadas a alimentação, servida por empresa terceirizada, tinha as refeições servidas em horários muito próximos, pois a empresa procurava minimizar o gasto com combustível, levando as refeições em uma única viagem, fazendo com que esses intervalos entre a janta e o café da manhã fossem demasiadamente longos (Mecanismo, 2018, p. 66).

Em Manaus houveram reclamações de comida azeda e muitas pessoas com dores abdominais e infecção intestinal, além disso as refeições eram servidas em uma vasilha de plástico, que posteriormente era higienizada pelas próprias pessoas privadas de liberdade, que muitas vezes não possuíam nem local nem materiais de higiene necessários para tal (Mecanismo, 2023, p.25). Na Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, “Os detentos alimentam-se em cima da cama de alvenaria ou no chão, usando a tampa da ‘quentinha’, sem talheres (Mecanismo, 2018, p. 67).

A alimentação servida nas unidades socioeducativas de Alagoas é produzida e fornecida por empresa terceirizada. No dia da inspeção, o MNPCT constatou que a quantidade de alimento da marmita do almoço, que deveria ter no mínimo 900 gramas, possuía 350 gramas, indicando flagrante descumprimento do estabelecido no contrato (Mecanismo, 2023, p.34).

Um dos temas relacionado à alimentação é a privação de água, no Centro de Atendimento Socioeducativo²²³ de Salvador foi relatado racionamento de água (Mecanismo, 2023, p.54). Na Cadeia Feminina de Boa Vista (RR) as mulheres reclamaram da qualidade da água, inclusive servidores públicos disseram que não a consomem (Mecanismo, 2018, p.68). No Centro de Internação Provisória -Ala Feminina no Tocantins, as adolescentes estavam alojadas em dormitórios com acesso limitado a água potável (Mecanismo, 2018, p.119). As denúncias relativas ao fornecimento de água são vistas em inúmeras vistorias, mostrando que esta é uma problemática presente em diversas instituições, tendo muitas vezes caráter punitivo, principalmente em instituições socioeducativas, onde ficam menores de idade.

Quando a alimentação é colocada em pauta ela não deve ser tratada de forma isolada, pois são muitos os fatores que influenciam na absorção dos nutrientes alimentares. No estado da Bahia, no Conjunto Penal Feminino “informaram que as mulheres da galeria do ‘seguro’²²⁴, têm acesso ao pátio para banho de sol apenas uma vez na semana, pelo período de uma hora. No restante do tempo, elas ficam isoladas dentro da galeria” (Mecanismo, 2023, p. 61)²²⁵. No

²²³ As unidades socioeducativas são as destinadas para adolescentes.

²²⁴ Local destinado as pessoas privadas de liberdade que estão sobre ameaça de morte nas outras galerias da instituição prisional.

²²⁵ O banho de sol, além de ser importante para o bem-estar humano de uma forma geral também é o que garante a vitamina D no corpo humano, que é responsável por manter as concentrações de cálcio e fósforo e sua deficiência

sistema socioeducativo do Distrito Federal também foi percebido horário de banho de sol reduzido, para o MNPCT este e outros fatores demonstram como as unidades socioeducativas, que deveriam ser um local para acolhimento dos adolescentes são administradas como uma instituição do sistema prisional (Mecanismo, 2023, p. 71). Na pandemia a situação se agravou “algumas pessoas presas com quem dialogamos relataram que chegaram a permanecer 44 (quarenta e quatro) horas trancadas sem banho de sol” (Mecanismo, 2022, p.28).

O MNPCT também observou um desequilíbrio de nutrientes alimentares, com uma presença grande de alimentos ricos em carboidratos, que por mais que sejam importantes para o corpo humano, são insuficientes se não forem combinados com proteínas, vitaminas e minerais: em Minas Gerais “foi possível observar que as marmitas vêm com uma quantidade enorme de alimentos menos nutritivos, como arroz e angu, e com quantidade muito pequena de proteínas, legumes e verduras (Mecanismo, 2023, p. 79).

No Rio Grande do Norte as famílias não podem enviar alimentos “e este impedimento agrava o cenário de extrema fome dos custodiados, pois além da alimentação ser insuficiente e de má qualidade, por vezes, é imprópria para a ingestão” (Mecanismo, 2023, p. 108). Em Sergipe na Cadeia Pública de Areia Branca (CPAB) as pessoas privadas de liberdade não podem receber auxílio material de suas famílias, incluso a alimentação, isso somado à quantidade de alimentos entregue pela empresa terceirizada sem abaixo do previsto em contrato agrava o quadro de desassistência “Além disso, há que se considerar o aspecto afetivo do alimento, que pode impactar a saúde mental das pessoas privadas de liberdade e a manutenção dos vínculos familiares” (p. 125).

No instituto Nova Aliança no Espírito Santo, por conta da restrição de entrada de alimentos trazidos pelas famílias, “as refeições eram também usadas como moeda de troca no cotidiano das celas, o que criava um contraste entre aqueles que precisavam negociar a comida já insuficiente para ter algum outro benefício” (Mecanismo, 2020, p. 44). Em algumas comunidades terapêuticas, o MNPCT observou práticas de castigo e punição a internos:

Essas sanções variam entre a obrigatoriedade de execução de tarefas repetitivas, o aumento da laborterapia, a perda de refeições e a violência física. Também foram identificadas práticas como isolamento por longos períodos, privação de sono, supressão de alimentação e uso irregular de Capítulo V 140 contenção mecânica (amarras) ou química (medicamentos) – todas elas podem ser caracterizadas como práticas de tortura e tratamento cruel ou degradante, de acordo com a legislação brasileira (Mecanismo, 2018, p. 140).

pode causar hipocalcemia leve, hiperparatireoidismo secundário, osteomalácia e raquitismo (Galvão, L.; Galvão, M.; Reis, 2013).

Observando os tratados internacionais que o Brasil ratifica, as legislações nacionais e os atuais parâmetros de direitos humanos, imaginava-se que não seriam encontrados relatos que mostrassem o controle da alimentação como prática de disciplinamento. Mas lendo os relatos sobre as comunidades terapêuticas, foi possível perceber que estas estão muito aquém dos padrões aceitáveis. Além da presença de castigos, o MNPCT também recebeu denúncias de pessoas que foram internadas de forma ilegal, sem decisão judicial e contra a própria vontade.

Ao contrário de países como os Estados Unidos da América, que possui uma quantidade expressiva de instituições prisionais sobre a administração privada, no Brasil este não é um padrão, mas engana-se quem pensa que o setor privado não estaria de alguma forma presente na vida da terceira maior população carcerária do mundo, essa presença foi percebida nos relatórios do MNPCT principalmente com a terceirização das refeições. Em Sergipe ao analisar o contrato da alimentação os peritos perceberam que o pregão foi feito com base no menor preço da refeição, sem trazer como parâmetro a qualidade das refeições (Mecanismo, 2023, p.125). No Amazonas “havia uma insuficiência contratual em relação ao número de refeições distribuídas em vigor nas unidades terceirização para a Umanizzare”, no contrato o número de refeições não condiziam com a quantidade de pessoas que necessitavam deste alimento (Mecanismo, 2020, p.36). Na Penitenciária de Alcaçuz no Rio Grande do Norte a conferência das marmitas se dá da seguinte forma:

[...]ao receber a alimentação oriunda de veículos da empresa terceirizada, agentes penitenciários situados na portaria da unidade contam o número de marmitas, passam-nas por um scanner de raio-X para verificar presença de materiais ilícitos. Não há qualquer controle sobre a qualidade, quantidade ou balanceamento nutricional das refeições entregues, seja por profissionais nutricionistas na unidade – que não existem, seja por verificação visual dos agentes” (Mecanismo, 2018, p. 67).

Na pandemia muitos problemas sociais foram ressaltados, e a precariedade do sistema prisional brasileiro ficou ainda mais a mostra. O MNPCT encontrou no Acre policiais penais manipulando a alimentação das pessoas privadas de liberdade sem nenhuma proteção nas mãos (Mecanismo, 2022, p.19). Esse descuido se somou a outras denúncias como a suspensão de visitas de familiares, censura prévia nas cartas escritas e descumprimento das medidas do Ministério Público (Borges, 2020). Os relatórios do MNPCT mostram como a alimentação ainda é um grave problema dentro das instituições prisionais do país. Por mais que o Brasil ratifique inúmeros acordos internacionais de direitos humanos e possua toda uma política interna com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, a realidade está distante do ideal.

Pena de fome: uma questão secular

No seu Livro Lemos Brito traz nas estatísticas grande presença de jornalheiros e agricultores, mostrando que esta era majoritariamente a população que era presa, hoje em dia a maioria das pessoas privadas de liberdade é oriunda das zonas urbanas. Mas o alto número de pessoas negras na população privada de liberdade permanece desde aquele período, na década de 1920 eram a maioria e ainda continuam sendo. Portanto é impossível não tratar o sistema prisional como um órgão voltado para o encarceramento em massa da população negra. Juliana Borges aponta que existe uma continuidade histórica de desumanização da população negra.

O sistema colonial era baseado no sadismo como política dominação e na brutalidade. Mas nada disso ficou no passado. As ferramentas de sofisticaram e a máscara passou a ser a prisão, como espaço de punição direcionada grupo socioraciais. O silêncio passou a ser instaurar seja pelos mecanismos que impedem as pessoas de conhecer as dinâmicas do espaço prisional, seja pela invisibilidade e criminalização vivenciadas e impostas aos familiares (Borges, 2020, p. 12).

A presença da população negra vem crescendo dentro do sistema prisional, portanto é inviável uma análise do sistema prisional brasileiro sem citar que ele é construído com base na desigualdade racial.

O 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2020 e divulgado pelo FBSP, declara que, em 15 anos, a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%. Hoje, de cada três presos, dois são negros. Segundo o Anuário, as prisões no país estão se tornando, ano a ano, espaços destinados a um perfil populacional cada vez mais homogêneo. Assim, é possível constatar que o sistema penitenciário brasileiro tem cor, sendo esta uma de suas marcas estruturais (Mecanismo, 2022, p. 8).

Em um trabalho historiográfico é importante salientar que no início do século XX na primeira constituição do Brasil República não haviam muitos direitos previstos além do de propriedade e no seu artigo 71 as pessoas condenadas criminalmente tinham seus direitos suspensos, então, de uma perspectiva legal o Estado não estava violando a lei, salvo que isso conste em legislações específicas que não conseguimos abordar. Mas através dos relatos de Lemos Britto fica nítido que no período também havia inconformismo com o modo como as pessoas privadas de liberdade eram tratadas, ele mostra isso em várias passagens, e não se tratava de um abolicionista do sistema penal e sim um reformista baseado no positivismo.

Contudo, no seu relatório Lemos Britto não condenou o uso da fome como forma de obter esta ordem, defendeu que as condições alimentares não eram adequadas, mas estava preocupado principalmente com os que trabalhavam, não condenando a supressão de refeições para quem estava sendo punido. No século XXI, a fome não é mais aceita para disciplinar, pelo menos nas legislações e tratados, mas como mostram os relatos trazidos pelo MNPCT a fome

e a má alimentação, associada a fatores do meio como falta de lazer, de banho de sol, de local adequado para as refeições, acesso restrito a água e a falta de acesso a exames médicos e equipes de saúde bem estruturadas, violam o princípio da dignidade humana presente no artigo primeiro da Constituição Federal.

Destaca-se ainda que o acesso à uma alimentação de qualidade é direito fundamental previsto na Constituição de 1988 (Art. 6º) e na Lei Nº 11.346/2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. A não garantia desse direito viola a dignidade da pessoa humana, podendo ser considerado como tratamento cruel, desumano e degradante... (Mecanismo, 2018, p. 104).

Cabe, contudo, destacar que o MNPCT mesmo assim encontrou em comunidades terapêuticas esta prática tão presente no século XX. Para tentarmos adquirir nosso bem estar-social deixamos que o Estado tome nossa liberdade caso julgue que um crime foi cometido, e também deixamos que sejam julgadas quem são as pessoas “loucas”, que são tratadas com tutela e não tem suas opiniões levadas em conta, além de estarem à margem para que instituições religiosas apliquem suas crenças em seus corpos e lucrem com seu trabalho não remunerado ou mal remunerado, já que é comum que a administração das comunidades terapêuticas seja feita principalmente por grupos católicos e evangélicos e baseadas na laborterapia (Oliveira, 2019).

Não foram encontrados dados que possam medir como uma alimentação mal conduzida está prejudicando a saúde da população privada de liberdade, segundo o MNPCT “estima-se que a atual cobertura da PNAISP²²⁶ atinja aproximadamente apenas 30% das pessoas privadas de liberdade” (Mecanismo, 2018). Com a cobertura da assistência em saúde incompleta as pessoas não são testadas para insuficiências de nutrientes ou problemas no sistema gastrointestinal, as equipes de saúde ficam ocupadas tentando curar doenças mais visíveis e comuns neste espaço, como tuberculose e AIDS e não conseguem fazer um monitoramento nutricional adequado.

Outra questão que agrava o problema é que muitas pessoas já vão para a prisão com uma péssima relação com alimentação. Muitas vezes estão inseridas em desertos e pântanos alimentares²²⁷, não possuem tempo para planejar refeições, não tem dinheiro para comprar comida ou não pensam a alimentação saudável como fonte de bem-estar. Cabe também o debate da importância dos vínculos familiares, em seu relatório Lemos Britto não aborda muito as visitas familiares, mas debate sobre a família quando em visita a Fernando de Noronha diz

²²⁶ Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.

²²⁷ Desertos alimentares são locais onde o acesso a alimentos in natura ou minimamente processados é escasso ou impossível. Já os pântanos são locais em que se predomina a venda de produtos altamente calóricos com poucos nutrientes, como no caso das redes de fast food e lojas de conveniência. Os dois cenários obrigam as pessoas a se locomoverem para outras regiões para obter alimentos saudáveis (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

que as famílias das pessoas privadas de liberdade naquele local moravam com elas, isso por se tratar de uma instituição rural, ele ressaltou que a taxa de fugas era menor ali (Britto, 1924, p. 280).

Outro fator que entra na análise do século XXI é a influência do poder privado nas instituições, pois muitos locais adquirem as refeições de empresas terceirizadas, que possuem contratos feitos com base no preço e não na qualidade dos alimentos servidos. Portanto o Estado terceirizou a função, mas parece não ter capacidade de controle para averiguar se medidas sanitárias e nutricionais são cumpridas. O capital parece avançar cada vez mais sob as instituições prisionais e debates na assembleia legislativa sobre a privatização do serviço são recorrentes, não à toa, já que temos o terceiro maior contingente de pessoas privadas de liberdade do mundo.

A fome é muito presente nos debates brasileiros, é de notório conhecimento que muitas pessoas no país sofrem de insegurança alimentar, e parece ser importante ressaltar que se o Estado possui a premissa de privar uma pessoa da liberdade ele deveria garantir a dignidade humana as pessoas que estão sobre sua custódia e que muitas vezes nem julgadas foram. Para tentar amenizar o sofrimento das pessoas privadas de liberdade e garantir o acesso a alimentação o MNPCT faz algumas recomendações que parecem ser importantes:

Elaboração, a partir de uma articulação interinstitucional e interministerial, de uma Política Nacional de Combate a Insegurança Alimentar em Prisões e Fornecimento constante de Água, tendo em vista a situação generalizada de fome, jejuns forçados e falta de água que acometem a população prisional em todo país ... superação do modelo de terceirização de fornecimento de alimentação, em favor da produção de alimentos nas unidades pelas próprias pessoas privadas de liberdade, com a devida remuneração; previsão de fornecimento de no mínimo de quatro refeições por dia, vedando a prática de jejuns forçados; previsão de variedade nutricional a ser fornecida, para que não haja monotonia alimentar; garantia de fornecimento de dietas especiais para pessoas que têm restrições alimentares, seja por questões de saúde, religiosas, ou de foro íntimo; no caso de fornecimento terceirizado, regras estritas de contratação baseada em qualidade e não somente preço e mecanismos eficazes de fiscalização do contrato e da qualidade nutricional dos alimentos ofertados; monitoramento continuado do estado nutricional das pessoas privadas de liberdade, com fins de prevenir agravos de saúde associados a essa questão; garantia de acesso ininterrupto a água potável e vedação da privação de água em unidades prisionais; permissão de entrada de refeições e alimentos pelas famílias em dias de visita, levando em conta o papel do alimento na manutenção de vínculos afetivos e culturais e fornecimento de água constante e para consumo potável (Mecanismo, 2023, p. 133).

Lemos Britto acreditava que se o sistema penitenciário funcionasse de modo adequado ele poderia garantir a recuperação da pessoa presa, hoje em dia a “reinserção” da pessoa privada de liberdade na sociedade parece estar cada vez mais distante, negando a ideia de um evolucionismo do sistema. Vivendo em um período onde as indústrias de alimentação estão

cercando cada vez mais o sistema prisional e onde o lucro com os contratos importa mais do que a qualidade do serviço, a solução não parece vir do que estamos construindo até então.

Conclusão

Além da discussão sobre o nosso modelo penal, que é permeado por questões sociais e raciais, se faz necessário o debate sobre como as pessoas se alimentam nestes espaços, discussão que é permeada pelos mesmos recortes. A alimentação não é fator isolado e deve ser analisada no todo, ela possui uma historicidade, onde a fome se caracteriza como elemento disciplinador e torturante, ainda hoje a sociedade não presta a devida atenção ao que acontece dentro das prisões e muitas pessoas acham que quem comete crimes merece ser punido de forma degradante, enquanto este continuar sendo o pensamento que move o sistema prisional dificilmente estaremos elaborando políticas efetivas de segurança pública.

Referências

ANGOTTI, B. **Entre as leis da ciência, do estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.

BORGES, Juliana. **Prisões: Espelhos de nós**. São Paulo: Todavia, 2020.

OLIVEIRA, Thais Reis. As comunidades terapêuticas não respeitam a liberdade religiosa. **Carta Capital**. 24 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/as-comunidades-terapeuticas-nao-respeitam-a-liberdade-religiosa/>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

G1. STF forma maioria para derrubar mudanças de Bolsonaro em comitê de combate à tortura. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/23/stf-forma-maioria-para-derrubar-mudancas-de-bolsonaro-em-comite-de-combate-a-tortura.ghtml>>. Acesso em: 24 out. 2023.

GALVÃO, Leticia Oba; GALVÃO, Malthus Fonseca; REIS, Carmélia Matos Santiago; *et al.* Considerações atuais sobre a vitamina D. **Revista Brasília Médica**, v. 50, n. 4, p. 324–332, 2013.

GUIMARÃES, Thiago Reis Oliveira. Os sistemas penitenciários do Brasil ou um máo systema de prisões: análise do relatório em 03 volumes de J. G. de Lemos Britto. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32356>>. Acesso em: 11 nov. 2023. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Entre desertos e pântanos**. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/idec-urban-food-sources-fact-sheet_a4-site.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRITTO, Lemos. **Os sistemas penitenciários do Brasil-Vol. 1**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. 3v.

BRITTO, Lemos. **Os sistemas penitenciários do Brasil-Vol. 1.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, 3v.

BRITTO, Lemos. **Os sistemas penitenciários do Brasil-Vol. 1.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, 3v.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. O Mecanismo. Disponível em: <<https://mnpctbrasil.wordpress.com/o-mecanismo/>>. Acesso em: 24 out. 2023.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. **Relatório Anual 2022.** [s.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <<https://mnpctbrasil.wordpress.com/relatorios/>>.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. **Relatório Bienal 2020-2021: a prevenção e o combate à tortura durante a pandemia.** Brasília: [s.n.], 2022. Disponível em: <<https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2022/05/relatocc81rio-bienal-2020-2021-versao-final-3.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2023.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E; COMBATE À TORTURA (MNPCT). **Relatório Anual (2017).** Brasília-DF: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), 2018. Disponível em: <<https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/relatrioanual20172018.pdf>>.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E; COMBATE À TORTURA (MNPCT). **Relatório Bianual (2018 - 2019).** Brasília: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), 2020. Disponível em: <<https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2021/02/relatorio-bianual-2018-2019-mnpct.pdf>>.

PEDROSO, Regina Célia. **Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa oficial do Estado, 2003. (Coleção teses e monografias vol. 5).

“No teatro do crime, objectos, armas e cavalos ensilhados”: os conflitos por dívida e honra na Colônia alemã do Pinhal, Itaara-RS (1871-1893)

AVELLO, Adriano Sequeira
Mestre em História – PPGH/UFSM
adrianos.avello@gmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende divulgar parte dos resultados analisados na investigação sobre os imigrantes alemães e teuto-brasileiros na colonização alemã no sul do Brasil durante a segunda metade do século XIX, realizados no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a qual resultou na dissertação de mestrado “À sombra do sucesso: dinâmica social numa Colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal-Itaara/RS, 1857-1984). Durante a pesquisa que abordou a instalação de famílias teuto-brasileiras na região central do Rio Grande do Sul, verificou-se através da História Social o desenvolvimento individual e coletivo no âmbito da colônia. Para a historiografia da imigração alemã há, em partes, o enaltecimento do elemento étnico teuto-brasileiro e que resultou na concepção de que os indivíduos foram somente ordeiros e trabalhadores, não se envolvendo em conflitos sociais. Tais conclusões são extraídas a partir de uma uniformização da colonização que pode descaracterizar o imigrante como sujeito e suas possibilidades de envolvimento socio cultural. Contribuições de uma historiografia renovada têm permitido uma nova compreensão a cerca dos conflitos envolvendo imigrantes alemães. Para investigar este problema que se acirrou na comunidade alemã do Pinhal, pesquisou-se de forma qualitativa processo cíveis e criminais encontrados no APERS. Na busca pela compreensão desse processo histórico, teve-se por objetivo discutir os pontos de conflitos dos sujeitos sociais, compreendendo como uma maneira de autodefesa em que as atitudes utilizadas eram atos para (sobre)viver diante da falta ou disputa de apoio no grupo étnico.

Palavras-chave: Colonização alemã; conflitos sociais; processo cível e crime.

Introdução

A historiografia da imigração alemã forjou sua memória pelo enaltecimento do enquistamento étnico teuto-brasileiro através das obras de Pellanda, Porto, Truda, que durante a colonização construíram uma imagem de que os indivíduos foram tão somente ordeiros e trabalhadores não se envolvendo em conflitos sociais (Tramontini; Engster, 2004, p. 357-361). As conclusões são extraídas a partir da uniformização da colonização descaracterizando o imigrante. Novas abordagens sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul no campo da História Social através de Tramontini (2000), Neumann (2009), Mühlen (2013; 2017) e Witt (2015) permitiram outros olhares sobre a colonização. E na região central, em Santa Maria e região, Külzer (2009) e Nicoloso (2013) se propõem a tais questões também.

Reflexões historiográficas como de Witt e Mühlen têm contribuído para uma nova compreensão acerca dos conflitos entre e com imigrantes alemães (Witt, 2015; Mühlen, 2017). Isso permite certos paralelos sobre os conflitos nas colônias de imigrantes, tais como a relação de que os alemães tentaram, na maioria das vezes, resolver suas contendas litigiosamente pela

justiça do Estado, diferentemente dos italianos que se tratando de questões relacionadas à honra familiar apelavam para uma justiça autônoma baseada na moral camponesa como solução (Mühlen, 2017; Vendrame, 2013). Logo, por meio do acesso a justiça os colonos do Pinhal tentaram a resolução de seus diversos conflitos sendo possível entender novas reflexões sobre a historiografia da imigração alemã e compreender a desagregação dos laços sociais nessa colônia.

Como parte teórica da investigação desse artigo utilizaremos a Micro-história através do paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) e o método onomástico (Ginzburg e Poni, 1997). As fontes processo cível e crime se tornaram uma fonte importante na demonstração de contrastes sociais ainda não explorados na comunidade teuto-brasileira no Pinhal. E, assim, na metodologia de análise será a noção de *estabelecidos* e *outsiders* em Elias e Scotson (2000) para perceber as disputas de poder com os imigrantes/outsiders que iam se assentando na Colônia do Pinhal e não eram integrados pelos colonos/estabelecidos na comunidade do Pinhal.

Das relações que cultivavam no cotidiano as vítimas e os réus na área de colonização alemã Mühlen (2017) destaca como motivações para os 97 crimes em São Leopoldo, nos processos-crime durante 1846 a 1871, como: 35% *Desafios, insultos, rixas, divergências* (34); 17% *Defesa própria ou de outra pessoa* (16); 8,2% *Dívida/bens materiais* (8); 5,1% *Invasão/demarcação* (5); 4,1% *ciúmes* (4); 3,1% *vingança* (3) e Abertura e fechamento de caminho (3); entre outros (Mühlen, 2017). Entre 1875 e 1915, em Santa Maria que à época abrangia o Pinhal, Carvalho (2005) ocorreram três tipos de crimes com maior incidência pela ação de 237 réus foram: 162 *Agressões/Ferimentos* (52,76%), 38 *Furtos/Roubos/Saques* (12,37%) e 37 *Assassinatos ou tentativa de* (12,05%). A partir desses dados, que iremos analisar no Pinhal é interessante frisar para além dos atos mais notáveis, outros motivos tão ou mais importantes que subjazem como: desafios, insultos, rixas, divergências, ciúmes e vingança. Na comunidade do Pinhal, percebe-se que as animosidades estavam latentes e gradativamente se desenvolvem. Dentro dessa perspectiva iremos analisar os conflitos e crimes ligados a dívidas e bens materiais e, por conseguinte, agressões e ferimentos.

Conflitos por dívidas I, 1871

Em 26 de abril de 1871, Jacob Albrecht, “de profissão também comerciante”, estivera envolvido como réu em meio uma controvérsia, pois, o autor o negociante João Conrado Scherer, ex-morador do Pinhal, “estabelecido nesta Praça” de Santa Maria, o acusara de uma dívida “proveniente de uma factura de mercadorias” no valor de 2:575\$160 réis “de sua casa de Commercio desta Villa” comprada em 4 de janeiro de 1869 (APERS, Santa Maria, 1871,

N643 M16 E149). Diz Scherer que “estabelecido nesta Praça com negocio de molhados e fasendas, nelle vende a credito e á vista suas mercadorias, conforme lhe convem” no fim do ano de 1868 Luiz Ilges, casado com Maria Albrecht, “apontou os generos” na casa, mas o vendedor não quis “fazer entrega das mercadorias apenas apontadas” (APERS, Santa Maria, 1871, N643 M16 E149).

Os produtos da lista de mercadorias retiradas por Jacob Albrecht dada a quantidade e variedade de certos itens indicam uma possível revenda de Ilges. Ao passo que dizem respeito ao ofício de Albrecht como curtidor, calçados e selarias para montaria. O que poderia ser parte da família Albrecht trabalhando em conjunto vestindo e calçando os fregueses. Diante do fato de Scherer não querer entregar as mercadorias a Ilges, seu sogro Jacob Albrecht, dirigiu-se até a casa comercial ciente da negativa da entrega das mercadorias e aceita retirar, carregar, por sua conta os produtos apontados prometendo voltar para firmar a obrigação na casa comercial. Já que Ilges estaria indisposto de negociar com Scherer no momento.

Neste ato, para o vendeiro o sogro acabou assumindo a dívida do genro, mas nenhum dos dois efetuou o pagamento de 2:575\$160 réis, a qual deve ter sofrido um ajuste porque a soma das compras era 2:461\$330 réis, posteriormente, fazendo com que a situação tramitasse em Juízo para tentar reaver a quitação. Albrecht mesmo sendo responsabilizado “o réo em tempo algúm comprou facturas de generos da casa do autor, para negociar, por quanto o seu giro de vida é seu engenho de cerrar madeira, manufacturas, vinho nacional, e carretéar, quando alleviado de seu trafico primitivo” (APERS, Santa Maria, 1871, N643 M16 E149).

O julgamento é “que estando seu genro insolúvel em seu negociar” quis o autor da ação “arguindo falso e artificiosamente” por as mercadorias ao réo, o qual possivelmente pagaria, entretanto é de praxe comercial que haja conta assinada ou documento promissório e “não á lei alguma, e nem o direito patrio permite, que seja um sogro coagido a responder pelos negocios, e transações de seu genro”, ou seja, “por essas mercadorias, que farão sim a menór divida compradas e negociadas com Luiz Ilges” (APERS, Santa Maria, 1871, N643 M16 E149). Incidindo sobre o processo que Ilges tinha contas e transações de longa data com Scherer, contudo, o mesmo Scherer não entendeu desta forma ao responsabilizar Albrecht. No anseio de ter sua dívida paga cobrou do sogro a dívida do genro apenas repassando a parentela as cobranças. Como o juízo tornou sem efeito os reclames de Scherer porque não fora provado, coube o termo de desistência da ação pelo autor. Bem como a absolvição do réu e o autor condenado a pagar por todas as custas do processo.

Após perceber que Jacob Albrecht, o sogro, ao invés do genro, Luiz Ilges, era comprometido com as finanças, havendo chances razoáveis para quitar a dívida. João Conrado

Scherer acionou a justiça, porém a partir da negativa judicial. O autor desiste de sua empreitada e assume o prejuízo causado por Luiz Ilges, o qual utilizou o seu sogro implicitamente como fiador no momento que pede ao mesmo que transporte aquelas mercadorias. Nos autos não é chamado Ilges e muito provavelmente nem se manifestou em prol do sogro para assumir a dívida em dinheiro. Estando o genro com uma dívida simbólica com o próprio sogro. Ponto negativo que deve ter enfraquecido os laços familiares entre ambos no Pinhal, vínculos os quais Albrecht tentou mantê-las ao se dispor a ajudar quem pertencia a sua família. Se por um lado, havia crédito para Albrecht poder retirar as mercadorias da casa comercial. Por outro lado, também, haveria as cobranças.

Conflitos por dívidas II, 1880

No século XIX, como analisou Witt (2015), em se tratando de área de colonização alemã a forma de conseguir crédito é fazer um empréstimo a juros com o vendeiro o qual também mantém no seu balcão às vezes de bancário. Seyferth (1974) explica a relação criada na venda oferecendo crédito e poupança, embora essa oportunidade não fosse para todos os colonos. Não sendo este jeito de conseguir empréstimo a outra maneira de arrumar dinheiro a crédito seria por meio de alguma ligação intra-familiar, um compadrio ou outro laço de parentesco. É tentando suprir minimamente tais necessidades que um grupo os alemães e teuto-brasileiros em Santa Maria, em 28 de outubro de 1866, fundaram a Associação Alemã de Assistência (*Deutscher Hilfsverein*) seis meses depois da fundação da Comunidade Evangélica Alemã (*Deutsche Evangelische Gemeinde*) (Nicoloso, 2013). Aquela “sociedade Alemã de Amparo Mútuo” tinha por finalidade “amparar os sócios e também os alemães desconhecedores das condições locais”, explica Amstad, “a tarefa era cumprida através da concessão de empréstimos, através de subvenções em dinheiro e de outros recursos em casos de doenças e falecimento” (Amstad, 1999).

Participando da Sociedade Beneficente Alemã (*Deutscher Hilfsverein*), em 1866, estiveram alguns colonos do Pinhal como fundador Miguel Adamy e como associados: Miguel Kroeff e Jacob Albrecht; Henrique Streccius e Stefan Bopp. O intuito primeiramente da sociedade era “amparar os germânicos que, passando pela cidade estivessem baldos de recursos, como era comum naquela época de intensa imigração” e, “modificou, depois, seus estatutos, tornando-se em Sociedade Beneficente de amparo mútuo”.

Para se associar era necessário pagar uma mensalidade de \$500 réis e a jóia de 2\$000 réis. Como a Sociedade possuía uma Caixa de Pecúlios Mutuários, em caso de falecimento do sócio da Caixa, cada participante entraria com uma quota de 5\$000 para que a família estivesse

assistida em 1:000\$000 para realizar o funeral (Belém, 2000, p. 263-264). Apenas cinco habitantes do Pinhal, com suas famílias, faziam parte da Sociedade Beneficente Alemã em Santa Maria. Não temos referências se os demais colonos associaram-se naquelas outras agremiações. Entretanto, das dezoito associações criadas na região de Santa Maria nos causa perplexidade que a comunidade do Pinhal não tenha se organizado para um objetivo associativo. Pois, a organização das comunidades em centros associativos de convivência não estava restrita a grandes localidades ou centros populacionais, haja vista as inúmeras associações que surgiram a partir de colônias localizadas em Linhas e Picadas.

A ausência de associações no Pinhal fez muita falta para alguns colonos que desamparados aceitaram empréstimos com credores a preços altos como João Lenhardt que precisou hipotecar sua casa devido uma dívida com Pedro Schreiner, cobrada em 1880. Pedro Schreiner era credor hipotecário de João Lenhardt e Magdalena Lenhardt, sua mulher, todos moradores no Pinhal, na quantia de 2:766\$326 réis “capital e dos juros de lei vencidos” que firmaram em acordo em, 16 de setembro de 1873 (APERS, Santa Maria, 1880. N592 M14 E149).

Quando o casal Lenhardt foi cobrado por Schreiner em 25 de julho de 1880, os títulos já estavam vencidos em três anos, nove meses e vinte dias e a dívida somava, até a presente data, 3:679\$000 réis. Portanto, Schreiner acionou a Justiça com a petição para que fosse reembolsado “dentro de vinte e quatro horas pagar, seguindo este prazo proceder-se incontinenti á penhora nos immoveis descritos na supracitada hypotheca” (APERS, Santa Maria, 1880. N592 M14 E149). Nos termos da lei a petição fora executada com mandado de Auto de apreensão, sequestro e depósito do imóvel: “Uma chacara com casa de moradia, coberta de telhas com cosinha, curtume em ruínas, benfeitorias e mais acessorios sendo as paredes da casa de tijolos”. Quem cumpriu as ordens do juiz municipal Vicente Alves Rodrigues de Albuquerque foi Guilherme Kurtz como depositário particular que teve o “imovel depositado em mãos e poder” perante as testemunhas Frederico Albrecht e Jacob Albrecht Filho (APERS, Santa Maria, 1880. N592 M14 E149).

Em tentativa de reverter a situação, Lenhardt se defende pelos mesmos meios legais, acionando a justiça também, por Embargo Jurídico a petição de Schreiner. Nesse sentido dispõem alguns pontos no processo civil para dimensionar a questão. O embargante Lenhardt disse ser devedor de Miguel Kroeff na quantia de 2:223\$330 réis e que “era ameaçado de ser executado pelo dito seu credor Miguel Kroeff e de supor consequencia penhora” da casa em “que habita com sua familia, sito no Pinhal” devido a dois documentos vencidos e protestados em 15.05.1873. E como o embargado Schreiner era “inimigo de Kroeff veio procurar o

embargante, offerecendo-lhe seu prestimo e proteção” aconselhando-o para que o apresentasse também como seu devedor com uma quantia hipotecaria. Aceitando “o conselho do embargado [Schreiner] que para este fim era credor jurado” antes do seu “desaffecto de Miguel Kroeff”. Argumenta Lenhardt que junto de sua mulher aceitaria hipotecar a casa para garantir uma dívida (APERS, Santa Maria, 1880. N592 M14 E149).

A insistência de cobrança por parte de Kroeff faz com que Lenhardt tome uma medida um tanto quanto desesperada para não perder a casa da família. Quando assume uma “suposta dívida” com Schreiner imaginando que não poderia ser cobrada a dívida com Kroeff porque o imóvel teria sido hipotecado duas vezes. E nem mesmo, nos seus piores pesadelos, poderia crer que a dívida falsa acordada com Schreiner seria um dia cobrada na justiça. Agora Lenhardt não tinha apenas uma dívida, mas duas dívidas exorbitantes. Foi um momento oportuno que Schreiner aproveitou a conjuntura da situação para atingir o desafeto Kroeff de duas maneiras: 1) fazendo com que Lenhardt não quite a dívida com Kroeff ao passo que 2) redirecionaria o pagamento da nova dívida para ele, Schreiner. Uma simples conferência nas datas dos empréstimos já serviria para saber qual a hipoteca mais antiga, de Schreiner ou de Kroeff, no entanto a peça jurídica percorre outros caminhos para averiguar e solucionar os casos.

Logo, entre as comprovações no Processo Civil destacamos a relevância para a determinação que Lenhardt precisará fazer: “Provará que tanto a letra como a escriptura da hypotheca, que [ele] o embargante formou em desesseis de setembro de mil oitocentos e setenta e tres [16/09/1873], são falsas” e que “este é o contracto donde deixara a resposta [de] obrigação do embargante que aquelles documento representão foi e he simulado” no intuito de se furtar ao pagamento de Kroeff (APERS, Santa Maria, 1880. N592 M14 E149).

Ao encontro disto também, Lenhardt tentará provar “que a dívida cuja cobrança hoje exige o embargado [Schreiner]” dele é sem efeito “por quanto o embargante na dacta dos documentos [...] funda o embargado a sua acção, nada lhe devia, visto que com elle até então jamais tivera transação ou negocio de qualquer especie a menos receber delle [...] nenhum contracto”. Como resolução da sentença vistos o Auto em questão pelo juiz tendo Pedro Schreiner de autor e João Lenhardt de réu, condenou- se o réu a pagar a quantia de 3:679\$000 réis inclusos os juros (APERS, Santa Maria, 1880. N592 M14 E149). Quanto à Kroeff, não há resolução para a dívida com Lenhardt, talvez, porque foi apenas citado nos autos cabendo resolução apenas se movesse uma ação judicial contra o réu.

Não sabemos ao certo, em que medida os fatos procedem na totalidade, contudo é a maneira de autodefesa com as atitudes utilizadas pelos sujeitos sociais no ato de (sobre)viver diante da falta de apoio que nos interessa. Isto tudo nos indica uma comunidade fragmentada e

sem cooperação entre si. Onde a individualidade sobrepõe-se à coletividade na vizinhança. Até o momento demonstramos através de alguns exemplos como houve uma escalada na tensão dos relacionamentos entre os colonos no Pinhal envolvendo cobranças de dívidas em dinheiro, isto é, pagáveis. E, silenciosamente, os conflitos acirram-se de tal maneira que certas dívidas cobradas não são pagáveis com dinheiro, mas com a honra.

Conflitos por Honra, 1892

O crime em destaque é o único ocorrido, ao menos registrado, envolvendo diretamente a comunidade alemã no Pinhal. Nos deparamos com tal crime a partir da pesquisa de Daniela Vallandro de Carvalho que mapeia em Santa Maria, de 1885 a 1915, os confrontamentos entre as classes populares enfatizando as estratégias dentro dos grupos étnicos em conflito tendo como base as fontes dos processo-crimes (Carvalho, 2005, p. 124). Como no estudo constava apenas um crime contento os agentes sociais de nosso objeto de pesquisa enveredamos para uma investigação para os anos anteriores a 1885 no APERS até 1850 e não havia mais nenhum crime que nos fosse pertinente.

O caso no qual é anunciada a breve presença do colono teuto-brasileiro, como vítima, pela autora faz parte dos 3 processos da análise do tipo de crime assassinatos ou tentativas de assassinatos, sendo 12,05% naquela tipificação, que contém mais de um réu envolvido no ato do total 33 processos-crime (na tentativa) de assassinato. Então, dos 37 réus daqueles 3 processos-crimes envolvendo mais de um réu, um processo tem a participação de 3 denunciados e os dois processos restantes tem 2 réus. O que Carvalho (2005) indica como constatação que a grande maioria dos réus executava o crime sozinhos ou ao menos eram indiciados nesta condição não se excluindo que pudessem ter a ajuda de comparsas. A breve descrição apresentada pela autora sobre o processo-crime de 1893, que subtraímos o tipo do crime e a sentença para que pudéssemos desenvolver a narrativa, dizia respeito ao crime ocorrido no Pinhal, 1o distrito de Santa Maria, com o lavrador Martin Zimmerman, já com 70 anos, como vítima e os réus, cúmplices, Ângelo Dalcol, italiano (da Província do Treviso) 26 anos, agricultor, casado e analfabeto e Aleixo Rodrigues de Barcelos, pardo (descrito também como crioulo e preto), 21 anos, agricultor e jornaleiro, solteiro e analfabeto (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150). O conflito interétnico na localidade nos incitou a averiguar qualitativamente a fonte para compreender em mais uma situação que indicava a desagregação na Colônia do Pinhal.

Conforme os dados de Carvalho, observamos que em Santa Maria e sua região teve uma preponderância em mais de 50% dos crimes do expediente da agressão ou de ferimentos

demonstrando como algo “típico de uma sociedade onde os atritos eram, preferencialmente, resolvidos de forma privada entre os envolvidos e em cuja tratativa entrava habitualmente o recurso à violência física” (Carvalho, 2005, p. 114-115).

Deveria ser naqueles dias frios do inverno de agosto no Pinhal quando a garoa dá uma trégua para que a neblina com sua branquidão escurecesse todo ambiente serrano que teria sucedido o crime: “o sinistro fim que intentaram por motivos completamente alheios a sua vontade como adiante se vê”. Na noite de 22 de agosto de 1892, Martin Zimmermann tinha ido a Santa Maria e “n’um ponto da estrada” do Pinhal “que desta cidade segue para aquele lugar”:

Voltava n’aquela noute tranqüilamente para sua morada também no referido ‘Pinhal’ ao ser surpreendido e arrebatado de cima do cavalo em que montava pelos citados denunciados Dalcol Angelo e Aleixo Rodrigues de Barcelos resistio valentemente o ataque de que estava sendo vitima a ponto dos favorecido pela sua reconhecida força muscular, conseguir [...] agarrar os ferros homicidas que ao peito [lhe] eram dirigidos pelos denunciados e entortar os com o que ficou bastante ferido n’uma mão conseguindo ms [mesmo] a gritos de socorro atrair seus vizinhos cuja aproximação Dalcol Angelo e Aleixo se poseram em fuga precipitada deixando no teatro do crime, objectos, armas e cavalos ensilhados que tudo foi reconhecido pertencer a estes (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150).

Assim, denunciou “o queixoso” Zimmermann ao inquérito policial e o auto de corpo de delito porque ficou gravemente ferido em vista da agressão premeditada deste “barbaro atentado” por Ângelo Dalcol e Aleixo Rodrigues Barcellos que “ajuntaram-se de parceria e foram esperar” a dita vítima para “tirar-lhe a vida por motivos de uma rixa anterior” a qual propalaram os agressores “que tal aconteceria em razão” de “Martin Zimmermann ter destruído um vallo feito pelo primeiro agressor [Ângelo Dalcol] e ter deixado que uns animaes seus penetrassem na roça d’este” (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150).

Após lavrar o inquérito em Santa Maria, em 12 de setembro de 1892, acompanhado pelo subdelegado de Polícia do 2o distrito policial diante das testemunhas que atestaram o tal fato efetivou-se o procedimento de sanção penal para que fosse requerida pela justiça a prisão preventiva dos indiciados, Barcelos (13.12.1892) e Dalcol (31.12.1892), e deu-se abertura no processo-crime no qual constam, como já fora citado: Zimmermann - a vítima e Dalcol e Barcelos - os réus. Não fica exposto no Auto de Prisão a maneira como se dá as prisões, se houve resistência ao cárcere da cadeia civil, em Santa Maria, por parte de Dalcol ou Barcelos. Pois ficamos sem entender por que o Oficial de Justiça, Porfírio Antonio Chaves, determina a ordem para que primeiro recaia à duras penas o indiciado Barcelos. Seria pela sua própria condição étnica, de brasileiro (pardo/crioulo/preto), uma distinção jurídica, implícita e externa a fonte, em detrimento ao suposto mandante do atentado o italiano (branco) Dalcol? Para Santa Maria, do final do século XIX, crimes entre grupos étnicos motivados por rixas entre moradores

já estabelecidos e novos imigrantes nas localidades eram totalmente comuns nos processos-crime na região (Carvalho, 2005).

A partir dos apontamentos da autora é lícito que retomemos alusão, novamente, as tensões entre estabelecidos e outsiders porque reforça aquelas “intrigas” direcionadas a Kroeff que o colono contou ao viajante Avé-Lallemant, em 1858. As quais ficaram no limiar do crime ou poderiam ter chegado no fato consumado como sucedera a Zimmermann. Os motivos expostos pela autora, no nosso entender, podem e devem ser relativizados, uma vez que uma tentativa de assassinato e a concretização do próprio ato em si são sempre complexos devido a gama de inclinações psicológicas e sentimentais que condicionam o indivíduo a perpetrar o crime contra a pessoa. Um só motivo, sem dúvida, é o ponto desencadeador da ocorrência conflitante, simultaneamente, seguido de outras causas impulsionadoras.

Ainda mais sendo as identificações levantadas como possibilidade de serem, em certa medida, todas essas motivadoras na cena do teatro do crime no Pinhal: os desafios, insultos, rixas, divergências; a invasão/demarcação; ciúmes; vingança e abertura e fechamento de caminho. Como se verifica nas palavras tanto da vítima, réus e testemunhas: “deixado que uns animaes seus penetrassem na roça” de Dalcol “por causa de um vallo”, “Martins tenha lhe desmoronado um vallo seu com uma carreta e que tinha posto em sua róssa uns cavalos”, “uns animaes [de Zimmermann] que invadiam e danificaram as suas plantações” (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150). As relações de convivência entre os vizinhos são sutilmente descritas por Elias e Scotson nas quais as “distinções na vida de toda a comunidade; não indica suas amplas ramificações funcionais, a profusão de associações pessoais entre os indivíduos implicados, e as tensões inerentes a essas distinções” (Elias e Scotson, 2000, p. 167).

A desavença entre Zimmermann e Dalcol ocorrida em função de um passadio denominado entrada nova que seria lindeira a propriedade de Dalcol que continha sua roça. Zimmermann por sua própria responsabilidade teria esbarrado com uma carreta no dito valo-trincheira, que protegia e cercava o acesso às plantações de Dalcol. Lembremos que os cercamentos com arames de terras no Rio Grande do Sul apenas iniciaram apenas na primeira metade do século XX. Antes eram feitas com pedras e aterramentos como pontos demarcatórios. Sendo assim, aberta a entrada as terras de Dalcol, três cavalos pertencentes a Zimmermann, se soltos das carretas ou pastando pelas redondezas, teriam invadido as plantações do italiano. É sabida a importância da agricultura para a economia doméstica das famílias na região do Pinhal e para Dalcol e família não seria diferente. Se as plantações estivessem recém brotando os animais pisoteariam impossibilitando crescimento, se estivessem verdejantes quase prontas para serem colhidas numa tarde os cavalos devorariam implacavelmente como se fosse pasto. E

como solucionar este problema, o qual podemos considerar como uma dívida que Zimmermann acabara de contrair com Dalcol? Como pagar uma dívida permeada pela ofensa, que não se quita com dinheiro porque é uma dívida de honra. É pertinente frisar o destaque de Carvalho: “Não pensemos que a *honra e o orgulho* sejam apenas atributos das elites” (Carvalho, 2005, p. 114, grifo nosso).

Um indício num testemunho afirmou que: “Martin Zimmermann por ter elle entulhado o vóllo que margeava uma entrada nova” e quando o delegado inquiriu-o sobre a veracidade dos argumentos respondeu que não tinha provas “mas que calculava que fosse a gente de Martins mandado por este a proposito” (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150).

Que razões teria Dalcol para mentir sobre tal atitude a Zimmermann longe do Subdelegado? Teria o teuto-brasileiro soltado propositadamente os animais para pastarem na roça do italiano porque ambos são desafetos? Certeza disto não há e, com certeza, é o que menos importa, porque como nos indica Mauch (2013, p. 22): “ao longo do desdobramento do processo: desde as declarações feitas na polícia até as que são feitas diante do juiz atuam diferentes pressões, jogos de força e temporalidades sobre os depoentes”.

O contato depois do episódio da invasão dos animais na roça as atitudes entre ambos apenas inflexionam-se cada vez mais até o extravasamento no conflito. Ao que tudo indica, apesar da iniciativa do ataque às escondidas, todos os três envolvidos aceitaram a própria condição de agentes do seu futuro incerto.

Primeiro, quando o réu Dalcol voltou ao Pinhal depois de procurar o subdelegado “encontrou-se com Martins, que depois de convida-lo para ficar em sua casa e não aceitando elle, réo que pôz-se em seguida á caminho, foi adiante provocado pelo referido Martins, que desfechando-lhe um tiro com a pistola”, assim denunciou o réu no interrogatório (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150). A vítima Zimmermann não aceitou o convite como prova cordial de um possível acordo e ainda incitou o perigoso mostrando desmedida inconsequência na conduta, uma característica marcante de sua personalidade.²²⁸ Em momentos como este de contrapontos é preciso cautela porque “as falas, respostas e relatos registrados pelos escrivães [...] estão lá para persuadir, carregam uma vontade de criar o verossímil” (Mauch, 2013, p. 22).

²²⁸Sobre a personalidade intempestiva de Martin Zimmermann, na comunidade teuto-brasileira do Pinhal. Ver mais em: AVELLO, Adriano Sequeira. **À sombra do sucesso:** dinâmica social numa colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857-1894). 303 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

Segundo, no momento em que o réu Dalcol “pedindo ao subdelegado que procedêsse contra o dito Martins” a autoridade nos pareceu omissa dando brechas para que o encontro quase fatal desenrolasse, pois, o subdelegado deveria saber os pré- julgamentos que se fazia sobre Dalcol “que o tal não é boa cousa”. E, a isto, “respondeu aquella autoridade, que quanto aos cavallos, elle Subdelegado mandava busca-los relativamente a vallo e portão, isto hé, sobre o danno causado que elle Angelo fosse dar parte por escripto”. Insatisfeito e revoltado com o desdém da autoridade “em vista de que returquio o mesmo Angelo: qui já tinha dado parte [a] autoridade e” foi taxativo de que se “Martins lá fôsse havia de ser morto ou mesmo gente dele lá fôssem e que elle Angêlo não [...] importava deixar seos óssos na cadeia”. Neste teor relatou o que viu outra testemunha (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150).

Terceiro, em que o réu Aleixo Rodrigues de Barcelos que demonstrou não apresentar motivos contundentes contra a vítima senão acompanhar as ideias intempestivas de seu amigo e patrão aceitando e/ou acatando a proposta delituosa consentiu em ser senhor do próprio destino também.

A situação no Pinhal estava delicada diante dos rumos tomados e estranho seria se o inevitável crime não acontecesse. Situação similar sucedeu no Mega-espço LNRS, na pesquisa de Witt, na mesma intensidade só que por níveis sociais diferentes envolvendo imigrantes alemães em vistas de negócios de família em face de disputas políticas que o autor definiu como desenlace final dos interesses em atrito como o *esfacelamento do cristal* (Witt, 2005, p. 310-356).

No processo-crime avaliando as escolhas dos réus, da vítima e da autoridade, todos simultaneamente envolveram-se diretamente ao sabor das circunstâncias. Porque provocaram cada um a sua medida da maneira que puderam o derradeiro sobre Zimmermann, apurado nos autos do inquérito. A tentativa de assassinato contra a vida de Zimmermann, como descrevera a vítima, foi por meio de armas como facão e espada sendo a pistola não a que Barcelos portava outrora, mas da vítima que usou para defesa. Todos os objetos abandonados no local foram recolhidos como provas e integrados no inquérito. Como também para embasa-lo, o depoimento das 9 testemunhas arroladas, todas moradoras do Pinhal, 1º distrito de Santa Maria, a época, todos homens constando 7 nacionais e 1 teuto- brasileiro. Percebe-se uma diversidade nas testemunhas anunciadas desde as categorias socioprofissionais e todas eram moradoras do Pinhal, alguns vizinhos da vítima e réus enquanto sua relação com o fato. E na escolha das testemunhas não houve direcionamento étnico em benefício dos envolvidos, pois não intimou-se somente testemunhas alemãs e teuto-brasileiras, mas os demais nacionais do Pinhal.

A condição social das testemunhas como alfabetizadas e não alfabetizadas indica como a participação de populares tinha certo reconhecimento de integração na sociedade. Importante característica permitida pela fonte do processo-crime.

Na apreciação das testemunhas sobre a vítima, disseram que: é “homem pacífico e bom vizinho” e “conhece a Martins a mais de seis annos. Já sobre os réus, as testemunhas falaram que: “o tal Angelo é um homem provocante tanto que o negro”, “ser Angelo turbulento e provocante, quando a Aleixo nada tem que diser que porem tornou se turbulento devido aos máos conselhos de seu patrão Angelo”, “ouvio diser que Angelo é turbulento e provocador” (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150).

O colono Zimmermann teve como respaldo o forte reconhecimento vicinal do Pinhal. No julgamento, o colono teve a cooperação dos vizinhos nacionais os quais lhe foram sensivelmente solícitos. Isso muito embora fora reflexo do cultivo carismático das relações que o teuto-brasileiro estreitou na Colônia do Pinhal e redondezas. Os vizinhos não eram pertencentes, ou relacionados, às famílias proeminentes da sociedade santa- mariense menos ainda do próprio interior do grupo étnico o que devido ao momento poderia, de certa forma, dar ajuda ao par pelo peso da identidade cultural. Na maioria eram homens livres pobres, lavradores nacionais, que a vida não lhes permitiu aprender a escrever o nome. Mas, naquele momento, diante do subdelegado testemunhando a favor de Zimmermann, e contra Dalcol, tiveram mais importância que um senhor elite. O discurso no processo criminal pela vizinhança, explica Weimer, detém um peso significativo as “sensibilidades jurídicas locais” pelo respaldo dado “ao reconhecimento de uma percepção vicinal de direitos e obrigações à qual os órgãos estatais não eram impermeáveis” possibilitando, então a condenação ou a absolvição poder ser validada pela relevância na condição de vizinhar (Weimer, 2011, p. 177).

Na contestação da relação com o fato os réus tiveram diferentes posturas. O réu Barcelos para justificar ou manter sua inocência alega que “não é inimigo”, já Dalcol quando “perguntado se sabia o motivo pelo qual era acusado e se precisava de algum esclarecimento e em respeito? Disse: “que sabe e não precisa de esclarecimento algum”. A vítima, Zimmermann, declarou que “figura no processo como offendido tem trazido” ele “sobre pressão de ameaças”. Em março de 1893, como resultado do processo em julgado a sentença dada em “virtude das decisões do Jury absolvendo por unanimidade de votos os réus” Angelo Dalcol e Aleixo Rodrigues de Barcelos repercutiu, assim, na ordem do alvará de soltura dos absolvidos (APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150). Logo, como explica Mauch (2013, p. 22) “não cabe ao pesquisador ir atrás dos culpados e inocentes nas histórias contidas nos processos (embora muitas vezes a tentação seja grande) sua investigação é outra”. Como ressalta a autora

no pensamento de Chalhoub sobre o conhecimento a partir da fonte processo-crime: “as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas” (Chalhoub *apud* Mauch, 2013, p. 23).

Embora seja preciso uma reflexão no que tange a ponderação do júri sobre os réus a revelia da solidariedade vicinal e da sensibilidade jurídica local contida nos testemunhos. Para isso Carvalho oferece uma explanação plausível sobre as condições sociais nas sentenças processuais que propiciam decisões como esta no Pinhal: “Parece que havia uma tendência da justiça e dos jurados em reprimir, levar aos tribunais e depois absolver (Carvalho, 2013, p. 113-114). A conflituosidade exposta das relações experienciadas pelos teuto-brasileiros Albrecht, Lenhardt e Zimmermann detalha uma comunidade sensível aos abalos internos devido a falta ou fraqueza dos laços de parentesco ainda que mínimos laços cooperativos entre vizinhos falem mais alto do que algum parental.

Considerações finais

O acirramento das disputas no cotidiano na Colônia de dívidas rompe para tentativa de assassinato consequência obviamente de insultos, rixas, divergências, ciúmes e vingança. A desagregação comunitária teuto-alemã no Pinhal é certamente resultado da gama de problemas. Embora fique o questionamento, se a falta da *Deutscher Hilfsverein* fazia com que não tivessem uma união e solidariedade étnica na germanidade (*deutschum*) ou a falta de união e solidariedade fazia com que não tivessem a *Deutscher Hilfsverein*? De qualquer forma, a ausência de uma Sociedade de Amparo Mútuo - *Deutscher Hilfsverein*, deixava desamparados os colonos que muitas vezes não sabiam realizar negócios complexos.

Os colonos *estabelecidos* Albrecht, Kroeff e Zimmermann eram visados pelos *outsiders* Ilges e Scherer; Lenhardt e Schreiner; Dalcol e Rodrigues. Porque os *outsiders* não eram incluídos na colônia (não aparecem nas dívidas ativas, passivas dos inventários *post mortem*). Isso provocava uma desagregação interna, estimulando disputas internas que gerava conflitos que acabavam envolvendo a justiça. O que fez os *outsiders* migrarem do local, em busca de melhores condições às quais não foram encontradas no Pinhal. Em busca daqueles colonos, verificou-se que não ficaram até o final de suas vidas no Pinhal, pois não estavam sepultados ali, suas lápides não se encontram nos cemitérios do Pinhal, nem no luterano nem no católico.

Referências

Fontes

Processo Cível de João Conrado Scherer contra Jacob Albrecht. APERS, Santa Maria, 1871, N643 M16 E149.

Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N592 M14 E149.

Processo Crime de Martin Zimmermann a Dalcol Angelo e Aleixo Rodrigues. APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N1163 M36 E150.

Bibliográficas

AMSTAD, Theodor. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1999.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

AVELLO, Adriano Sequeira. **À sombra do sucesso: dinâmica social numa colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857-1894)**. 303 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria - 1797/1933**. 3 ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

CARVALHO, Daniela Vallandro. **“Entre a solidariedade e a animosidade”**: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares Santa Maria - 1885 a 1915.2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual no Mercado historiográfico. In: _____. **A micro-história e outros ensaios de teoria e metodologia**. 5a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 169-178.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte**: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

MAUCH, Cláudia. O processo crime além dos crimes. In: APERS. **XI Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 17-31.

MÜHLEN, Caroline von. **Degredados e imigrantes**: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

MÜHLEN, Caroline von. **Réus e vítimas:** criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871). 2017. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2017.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria-RS:** os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891. 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura:** o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). 2009. 632 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim:** um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Editora Movimento/SAB, 1974.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes:** a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2000.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Na qualidade de vizinha que era”: solidariedades vicinais e sensibilidades jurídicas entre os camponeses das localidades de Aguapés e Barranceira através de processos criminais. In: APERS. **IX Mostra de Pesquisa:** produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2011, p. 177. 161-179.

WITT, Marcos. **Em busca de um lugar ao sol:** estratégias políticas, imigração alemã, no Rio Grande do Sul – século XIX. 2a ed. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2015.

VENDRAME, Máira Ines. **Ares de vingança:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). 2013. 477 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2013.

ST 10 – PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE E DA MEDICINA: ACERVOS, FONTES E PESQUISAS

Coordenado por Prof. Dr. Éverton Reis Quevedo
e Profa. Dra. Juliane Conceição Primon Serres

Diferenças e Similaridades: Estudo Comparativo Sobre a “Saúde” e a “Doença” em Manuais de Medicina Popular Oitocentistas.

AMARAL, André Portela do
Mestre em História - UFSM
andreporteladoamaral@gmail.com

Resumo: Compreendendo a medicina oitocentista como um complexo e vasto campo de saberes e práticas, marcado por relações e disputas, entre diferentes formatos terapêuticos suggestionados pelos diversos agentes de cura do período. Propomos analisar modelos médicos específicos, caracterizados por um tipo de olhar a respeito da “saúde” e da “doença”, bem como, pelo uso de determinadas estratégias de difusão e construção de legitimação para os formatos de cura e prevenção levantados por seus formuladores. Apresentamos uma investigação sobre o conteúdo de manuais de medicina popular, publicados no final do século XIX e amplamente divulgados no período. Acreditamos que o estudo dessas fontes, em conjunto ao diálogo com outros documentos e estudos teóricos pode trazer importantes contribuições para melhor entendermos um panorama ampliado sobre o campo médico no Brasil oitocentista. Ao que parece, mesmo com a existência de diferenças praticamente inconciliáveis, alguns desses múltiplos formatos traziam elementos estruturantes comuns.

Palavras-chave: Manuais de Medicina; Alopátia; Homeopatia.

Introdução

Considerando que a reflexão a respeito da história da medicina oitocentista no Brasil exige a observação de uma enorme gama de elementos que constituíram uma rede complexa, com entrelaçamento de diferentes modelos de saberes e práticas propostas pelos mais diversos agentes de cura do período. Acreditamos que um diagnóstico mais preciso desse quadro geral passe pela importante observação de questões mais específicas, como aspectos da configuração das relações (diversas vezes conflituosas) entre diferentes formatos médicos, além da discussão sobre a existência de trocas e mesclas entre um modelo e outro, essas ressaltadas por meio da compreensão das estratégias de diferentes grupos, a exemplo da confecção de manuais de medicina.

Beatriz Weber (2006) observa como a medicina ortodoxa, especialmente a partir das décadas de 1930 e 1940 foi capaz de consolidar efetivamente uma narrativa própria e dominante sobre o que seria “a história das práticas médicas no Brasil”, de modo a excluir e silenciar a presença histórica de outros formatos concorrentes (qualificados como “pouco expressivos”). Essa perspectiva teria, durante certo tempo, obscurecido o conhecimento histórico a respeito de uma pluralidade de outros formatos de saberes e práticas de cura existentes no país, tais como a homeopatia, e, mesmo, formatos menos rígidos dentro da própria medicina alopática.

Flávio Edler (1998), em artigo destinado a traçar um balanço da produção historiográfica sobre a medicina oitocentista no Brasil, já observava a existência de uma

historiografia “pioneira” composta majoritariamente, ao longo do século XX, por textos de médicos empenhados em solidificar uma certa memória que pudesse confirmar um prestígio e celebração da medicina vigente. Nesse formato predominavam as observações focadas nas instituições médicas e nos estudos biográficos (produtores de verdadeiras “mitologias” em torno de algumas figuras). Além disso, a demarcação de recortes temporais era dominada por uma concepção rígida, dividida essencialmente em dois momentos: uma fase “pré-científica”, e uma segunda fase, essa de consolidação de uma “medicina científica”.

Sigolo (1999), assim como Edler, identificou nos debates lançados por Michel Foucault na década de 1970 e na sequência de trabalhos surgidos com influência na teoria foucaultiana, um marco de rompimento com esse formato de “história geral da medicina”. A partir daí, diversos trabalhos trouxeram como destaque um olhar para as discontinuidades e para as inúmeras questões envolvendo as relações de poder por trás dos processos de institucionalização da medicina no Brasil.

Obras como o clássico *Danação da Norma*, de Roberto Machado et. al. (1978), o texto basilar de Jurandir Costa (1979) – intitulado *Ordem Médica e Norma Familiar*, o trabalho de Madel Luz (1982) – *Medicina e Ordem Política Brasileira*, além do estudo de Magali Engel (1989) – *Meretrizes e Doutores...*, são exemplares dessa produção. A quebra com um formato tradicional de história das ciências e da saúde, composto de um autorretrato que a medicina havia forjado de si, foi extremamente importante para a introdução de novas perguntas e olhares sobre os temas em questão, com a articulação de uma trama conceitual renovada.

Contudo, tais estudos não escaparam de problemas e contradições, explicitados no uso de princípios explicativos muito gerais e na insistência de fazer encaixar determinadas “fórmulas” estritas para situações peculiares, ignorando e/ou excluindo indícios documentais de uma diversidade que poderia dificultar o “arredondamento” teórico (Weber, 1997; Edler, 1998).

Nas diversas abordagens, é questionável a afirmação sobre o prestígio e poder da medicina acadêmica desde o início da construção do Estado Nacional. Tais relações, no entanto, foram mais complexas, não apresentando vinculações tão lineares como esses autores sugerem. A complexidade nessas relações é um importante ponto de destaque para análise de situações específicas (Weber, 1997, p. 9). Douglas Braga (2018) comenta uma nova tendência de abordagens historiográficas a respeito de temas vinculados à saúde no Brasil oitocentista.

Estudos mais recentes, produzidos a partir dos anos 1990, têm incorporado novas perspectivas e olhares, com recortes menos abrangentes que os dos trabalhos anteriores e uma maior abertura para a observação da pluralidade e das particularidades sugeridas por uma base

documental variada. Nesse sentido, podem ser exemplificados trabalhos que trouxeram de alguma forma os elementos levantados em estudos como os mencionados no parágrafo anterior, mas que, ao mesmo tempo, buscaram discutir os limites dessa “presença totalizadora” dos médicos e da higiene. Tais estudos vêm enxergando espaços de resistência/contestação, identificando a agência de atores há muito invisibilizados, bem como, colocando em xeque a percepção da existência de grupos totalmente coesos ou livres de dissidências internas.

A preocupação em buscar e repensar uma variedade de fontes documentais, de modo a desenvolver uma melhor compreensão histórica da saúde e das práticas médicas no país, tem possibilitado importantes redescobertas, acentuando a coexistência de diferentes modelos interpretativos da saúde e da doença, que tiveram uma dimensão prática marcada pela presença de múltiplos agentes, atuando em diversos espaços através de determinadas estratégias. Ao longo das últimas décadas, a publicação desses trabalhos tematizando a história da saúde no Brasil, por meio de diferentes abordagens, têm contribuído para a renovação das perspectivas em torno da história das diferentes tradições de cura no país.

Dentre o conjunto de trabalhos produzidos nesse contexto, além daqueles apontados por Edler (1998): Edler (1992), Ferreira (1996), Chalhoub (1996), podemos destacar diversos outros estudos que vêm agregando importantes reflexões sobre a história da saúde no oitocentos – trabalhos como os de Weber (1997), Sigolo (1999), Guimarães (2003), Pimenta (2003), Figueiredo (2005) e Luz (2014).

Um caminho que parece bastante profícuo para a construção de reflexões e maiores entendimentos a respeito das características do campo médico no Brasil oitocentista, é o da realização de estudos em torno das diferentes percepções da “saúde” e da “doença” no período, tendo em vista que essas influenciaram a adoção de determinadas estratégias na conformação de sugestões de prevenção e tratamento. A partir do estudo de uma literatura médica específica, os chamados “manuais de medicina popular”, acreditamos ser possível desenvolver considerações sobre um panorama geral do período. Compreendendo, assim, elementos que estruturaram um ambiente de disputas entre modelos interpretativos diversos, mas onde teria predominado a etiologia de matriz socioambiental, a concepção da influência mórbida miasmática e a sugestão da higiene como método de sua remoção.

Nesse sentido, propomos a análise de três manuais de medicina popular, publicados no final do século XIX e amplamente divulgados no período, dos quais levantamos indícios de considerável circulação no Brasil. Obras estruturadas de modo mais ou menos semelhante, embora apresentassem diferenças conforme os interesses estratégicos e posicionamentos de seus formuladores, foram escritas em linguagem acessível para indivíduos leigos em medicina,

apresentando uma exposição e disposição simplificada dos temas médicos, com a finalidade de possibilitar o exercício da medicina no ambiente doméstico.

Trazemos uma abordagem comparativa baseada na observação do formato, do conteúdo e caráter das estratégias de difusão/legitimação apresentadas em dois manuais de medicina popular homeopáticos e em um alopático, publicados no final do oitocentos. Propomos um esforço de identificação de diferenças e similaridades entre esses três exemplares, seja em relação à forma com esses textos foram projetados e divulgados (estrutura, linguagem, uso da propaganda), assim como no que tange ao seu conteúdo e vinculação com determinadas correntes interpretativas (identificação da origem e das causas das doenças, assim como a consideração dos modos mais adequados de intervenção na busca da cura e da prevenção).

A escolha dos manuais para o estudo se justifica pela compreensão de que além de se atrelarem a dois sistemas médicos que ocuparam espaço destacado na arena de debates sobre a saúde no oitocentos (homeopatia e alopatia), representam de certa forma uma síntese de três matrizes importantes para entendermos a composição e circulação de saberes médicos no período (francesa, estadunidense e luso-brasileira). Dois desses manuais foram escritos por homeopatas (o *Mentor do Dr. Humphreys*, de autoria do estadunidense Frederick Humphreys, e o *Auxílio Homeopático ou O Médico de Casa*, escrito por José Alvares de Souza Soares, de origem portuguesa, mas radicado no Brasil), já o terceiro tinha como autor o médico alopata Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (polonês, formado na França, e que viveu no Rio de Janeiro entre 1840 e 1855, tendo escrito o *Dicionário de Medicina Popular*).

Os manuais de medicina popular enquanto fontes históricas sobre a “saúde” e como indicativos da existência de uma estrutura de saberes e práticas de cura complexa e interligada

Exemplares de uma literatura médica que teve grande popularidade ao longo do oitocentos, os manuais serviam como instrumento de difusão de saberes acadêmicos para um público leigo em medicina. Simultaneamente, também incorporavam discussões e práticas menos formais, mesclando informações e servindo como instrumento para efetivação da prática da medicina por indivíduos leigos. Seus conteúdos podiam ser apropriados e ressignificados por boticários, fazendeiros, lideranças políticas/religiosas, curiosos e praticantes de artes de cura populares.

Ao que parece, mesmo com a existência de diferenças praticamente inconciliáveis, alguns desses múltiplos formatos traziam elementos estruturantes comuns: especialmente a interpretação de causas de natureza socioambiental para as doenças, e a importância da higiene médica como forma de intervenção na recuperação dos enfermos e na remoção das “causas

evitáveis” das doenças. Considerando que a constituição dos olhares sobre “saúde” e “doença” esteve intimamente atrelada à configuração das dinâmicas sociais, e atravessada por questões de múltiplas ordens (como interesses políticos e econômicos), a (re)definição paulatina dos limites de alcance das políticas de saúde marcou o tom do desenvolvimento dos debates e a prevalência de certas teorias interpretativas.

As demandas e pressões sócio-políticas, vinculadas aos interesses econômicos, acabavam por definir possibilidades e limites para as teorias e projetos. Daí o surgimento das estratégias de convencimento e das adaptações nos formatos de saberes e práticas de saúde, com fins de ampliar alcance e legitimidade dos modelos propostos. A vinculação de um setor específico da sociedade, a classe médica, junto ao aparelho burocrático-administrativo do Estado, contribuía no exercício de pressão sobre o formato da agenda de políticas públicas sanitárias e de vigilância sobre a produção/reprodução dos saberes, bem como, da fiscalização das práticas de diversos agentes de cura.

Essa agenda teve como um dos seus pilares a higiene médica, que orientava um mapeamento daquelas que seriam supostas como as causas para os “males” da saúde e da sociedade, demarcando um processo de investida sobre os corpos e os espaços: a reforma “técnica” do espaço urbano (de modo a perseguir os miasmas), aliada a uma etiqueta moralizante sobre os hábitos da população (orientando as “práticas saudáveis”, as “condutas morais adequadas” e a importância de uma rotina de trabalho “disciplinada”).

Entretanto, por mais significativa que fosse essa pressão advinda da medicina acadêmica (que, aliás, sugerimos que nem representava exatamente um grupo coeso), ela dividia espaço com outros formatos que em maior ou menor grau disputavam prestígio e influência perante o poder público e a população em geral. As pressões e resistências se apresentavam em diversas frentes e a partir de diferentes estratégias, com múltiplos projetos e atores disputando um espaço que custaria a se tornar restrito a um formato hegemônico.

O estudo sobre manuais de medicina popular apresenta um grande potencial de descobertas e de possíveis reflexões a respeito da produção e circulação de saberes médicos no Brasil oitocentista. O caráter peculiar desse tipo de material, pelo fato de embora conter discussões próprias da medicina acadêmica, trazer uma simplificação dos temas (visando ampliar o público) e algumas aproximações com saberes e práticas populares, dá margem para que possamos ponderar sobre a existência de um campo médico complexo, marcado por trocas e o cruzamento entre diferentes formatos, com trânsito corriqueiro entre os adeptos de um e outro modelo.

A adesão a determinadas correntes interpretativas sobre a matriz etiológica das doenças e a incorporação de recomendações de intervenção, pelo que pudemos perceber preliminarmente, tiveram vinculação com o contexto de produção dos manuais, com a própria formação e experiência dos autores, bem como, com as pressões/interesses (políticos, sociais, econômicos) às quais eles estavam ligados. As diferenças interpretativas se manifestavam não somente de modo restrito às fronteiras entre a homeopatia e a alopatia, mas também de acordo com posicionamentos diversos de seus autores dentro desses próprios sistemas. As semelhanças em maior ou menor grau também reforçam essa percepção de que o quadro era bem menos engessado, havendo uma base geral comum: especialmente fincada na teoria miasmática e na recomendação da higiene médica como mote de ação para a remoção das causas evitáveis das doenças.

A verificação da circulação desse tipo de literatura, seja estrangeira como os textos de Humphreys, ou aqueles materiais produzidos no país – caso do manual publicado em Pelotas por Souza Soares, ou de Chernoviz, médico estrangeiro que publicou sua obra inicialmente em terras brasileiras – nos ajuda a traçar algumas hipóteses sobre a existência de um intercâmbio de ideias e a composição de determinados debates, de acordo com a influência de correntes interpretativas vinculadas a uma ou outra tradição e a sua incorporação/ressignificação de acordo com interesses e particularidades locais.

Escritos em linguagem simplificada e voltados especialmente para a população leiga em medicina, esses ditos “manuais de medicina popular” serviam como um elemento estratégico de difusão dos conteúdos, normalmente restritos ao círculo médico, para um público alargado. A justificativa apresentada nas próprias obras para a necessidade de sua produção se dava de modo geral pela constatação de que o alcance da medicina ou do médico diplomado eram incipientes, resultando sua ausência em prejuízo para a saúde do povo. A simplificação da apresentação dos temas, das indicações práticas da higiene e de um receituário de medicinas curativas, propiciava a prática doméstica da medicina (que deveria ser realizada de forma prudente, obedecendo às indicações diretas apresentadas pelo médico nos manuais, e, somente, na falta da presença física de um “profissional capacitado”).

Manuais escritos por médicos alopatas, como o francês Jean Baptiste Alban Imbert e o polonês Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, traziam uma literatura propagandeada como representante de um saber científico (e desse modo dito “legítimo”), que tinha também por função, além de orientar a prática da medicina, quando na ausência da autoridade médica, alertar sobre os malefícios do “charlatanismo”. Os “charlatães” poderiam ser identificados em praticantes de diferentes formatos de cura, incluindo de modo destacado aqueles adeptos da

homeopatia – pois ousavam chamá-la de “nova medicina” e igualmente defendê-la como legítimo sistema médico de base científica.

Da mesma forma, homeopatas produziam materiais de divulgação da prática homeopática, confeccionavam manuais de medicina com indicações de uso dos medicamentos e da adoção de práticas relacionadas à higiene, bem como, utilizavam desse espaço para articular a defesa da eficácia da “nova medicina” em comparação a outros formatos e rebater as acusações que recebiam de alopatas (e mesmo de colegas homeopatas que divergiam nas interpretações e abordagens).

A proposta de um estudo comparativo dos manuais considera indícios da existência de uma rede complexa de circulação de textos e produtos médicos, com diferenças, mas ao mesmo tempo, muitas similaridades. Tais materiais e seus autores encontraram tanto apoio quanto críticas (internas e externas) sobre sua terapêutica e sobre a definição das estratégias de divulgação de seus pressupostos, a partir de uma configuração similar.

As maiores críticas eram advindas, obviamente, de grupos mais afastados do sistema médico ao qual eram adeptos, pois como indica Luz (2014), o panorama médico no Brasil oitocentista foi atravessado por profundos embates e diferenças entre os defensores da homeopatia e da alopatia. Enquanto a homeopatia se apresentava como a “nova medicina”, um sistema médico racional e científico melhor e mais eficaz que a “velha medicina”, a alopatia, de uma forma geral, teve nos seus representantes um movimento misto de desdém e perseguição à prática homeopática (seus praticantes eram identificados pelos alopatas como novos e piores charlatões, pois ousavam se apresentar como representantes da medicina científica).

As críticas não se restringiam apenas ao espaço externo, as diferenças internas entre os próprios homeopatas e alopatas se definiam a partir de diferentes pontos. A inexistência de coesão relativa à interpretação das causas das doenças, sobre suas características e sobre os modos de atuação terapêutica geravam corriqueiras animosidades. Além disso, a adoção de uma estratégia ou outra de divulgação dos saberes e as diferenças políticas em relação ao avanço institucional dos grupos também era fator de atrito.

A decisão de publicar manuais médicos com linguagem simplificada e voltados para um público composto majoritariamente por leigos em medicina rendeu polêmica e passou longe de uma aprovação unânime entre os pares, seja na alopatia ou na homeopatia. Por exemplo, como aponta Guimarães (2003), Chernoviz apesar de ter gozado de considerável prestígio durante o século XIX, enfrentou também resistências entre seus pares.

Em relação à homeopatia, por mais que seja considerada um formato menos engessado, a questão do debate interno sobre a “melhor” forma de divulgação dos conhecimentos e da

prática homeopática não tinha exatamente uma interpretação unânime entre seus adeptos. Enquanto alguns defendiam a divulgação da terapêutica de forma simplificada e acessível, focando na expansão entre os leigos em medicina (produção de textos, folhetos e manuais práticos, por exemplo, dando autonomia para a população e a “libertando” dos médicos), outros se aproximavam de posições típicas do grupo alopata. Defendendo certa cautela em relação à automedicação e à prática homeopática por leigos, criticando a suposta “vulgarização” dos temas e definindo como fundamental a consulta ao profissional para um correto tratamento (defesa da autoridade médica).

A divulgação dos conhecimentos homeopáticos em opúsculos, artigos, periódicos estava relacionada à tradição do Setecentos dos manuais de medicina. Procurava-se levar o médico mesmo onde ele não era encontrado e fazer circular preceitos da medicina dita científica. Havia uma certa diferença de objetivo entre os homeopatas: para o grupo do Instituto Homeopático, suas obras deveriam ajudar a população a se libertar dos médicos; para aqueles ligados à Academia Médico-Homeopática, tais conselhos serviriam para ampliar a adesão da sociedade à homeopatia (Pimenta, 2004, p. 49).

Além da existência de uma introdução de literatura homeopática estrangeira no país, como o caso da inserção do manual de Frederick Humphreys (“Mentor do Dr. Humphreys”), podemos pensar a produção de manuais populares homeopáticos em terras brasileiras. Nesse sentido, serve de exemplo a literatura médica confeccionada pelo homeopata de origem portuguesa José Álvares de Souza Soares (1846 – 1911), que se estabeleceu no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, montando uma farmácia homeopática na década de 1870 (que viria a se tornar um empreendimento de grandes proporções, com produção de medicamentos distribuídos internacionalmente).

Pensando a confecção desse tipo de literatura pela alopata, Guimarães (2003) identifica uma notável produção e circulação de manuais de medicina popular ligados à medicina ortodoxa no Brasil já na primeira metade do oitocentos – exemplificados pelos materiais produzidos por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz. Remetendo a uma tradicional presença de almanaques e manuais desde o setecentos no interior do país, a autora considera que a obra *Dicionário de Medicina Popular* representou um rompimento expressivo com essa literatura de “estilo colonial”, não apenas trazendo um discurso iluminista e com ideal civilizador, agarrado aos pressupostos da higiene médica, bastante típicos de uma matriz médica francesa, mas também, uma mudança na apresentação dos temas e na divisão estrutural (em forma de dicionário, com verbetes).

Apesar desses materiais conterem diferenças em relação aos textos produzidos por homeopatas (algumas delas praticamente inconciliáveis), carregavam muitos pontos em comum. Além da adoção de um formato de escrita e disposição simplificada dos conteúdos, utilizado como elemento estratégico de popularização dos temas, era comum que aparecessem interpretações de causas de matriz socioambiental para as doenças, considerando a “influência miasmática” e incorporando a higiene como importante mecanismo de intervenção no processo de cura e como forma de prevenção.

Pimenta (2004) comenta que prevaleceu durante boa parte do século XIX um reconhecimento das condições ambientais, aliadas ao regime alimentar e de bebidas como fatores essenciais para o surgimento das doenças. Essa base neo hipocrática dava abertura para as discussões em torno das supostas causas miasmáticas das moléstias, abraçadas por homeopatas e alopatas – que geralmente concordavam sobre a importância da higiene como ferramenta de destruição dos elementos de infecção miasmática. Entretanto, a autora ressalta que haviam algumas diferenças interpretativas sobre a natureza de certas doenças, tendo as inclinações políticas um peso considerável sobre os posicionamentos, uma vez que a decisão de considerar certa doença infecciosa ou contagiosa, por exemplo, recaía na defesa da aplicação de diferentes medidas profiláticas. Essas diferenças se destacavam inclusive de forma interna nesses grupos, permitindo constatar que tanto a alopatia quanto a homeopatia estavam, na segunda metade do oitocentos, longe de representar núcleos coesos ou livres de divergência entre seus adeptos.

A inexistência de unidade na medicina ortodoxa ficava exposta através dos acalorados debates entre os médicos, como aqueles ocorridos no âmbito da Academia Imperial de Medicina entre as décadas de 1850 e 1880, investigados por Monique Gonçalves (2011). A autora evidencia que, dentre as inúmeras diferenças teóricas presentes, era bastante marcante o embate entre organicismo e ecletismo médico. Uma diversidade no pensamento médico oitocentista, incluindo a presença considerável da concepção vitalista e de formatos interpretativos das doenças vinculados a uma noção de princípios imateriais, dava certa abertura para a conjunção de interpretações e possibilitava a adesão (mesmo que parcial) ao sistema homeopático por alguns médicos ortodoxos (eram comuns as chamadas “conversões” homeopáticas).

Considerações

Ao tornarem públicas as suas concepções a respeito da “saúde” e da “doença”, lembremos que constructos peculiares e relacionados com leituras de mundo e posicionamentos, os autores dos manuais de saúde estabeleciam sugestões de prevenção e

tratamento para os “males” identificados como causadores do adoecimento. O esforço de desenredar a estrutura desse tipo de material parece um recurso útil para que possamos responder a alguns questionamentos. Entender as peculiaridades das disputas entre diferentes propostas de saberes e práticas de cura em fins do oitocentos passa também por compreender as possibilidades e as particularidades das estratégias de diferentes agentes.

Consideramos que a reflexão sobre esse tipo de material e suas características ajuda a repensar a suposta existência de fronteiras tão rígidas entre o que seria a “medicina oficial” e a “medicina popular”, sugerindo a hipótese de que haviam muito mais cruzamentos entre tais categorias. Investigar elementos que compuseram parte dos muitos modelos de cura do período, mostra-se um passo de reconhecimento da complexidade, diversidade e fragmentação do campo da saúde naquele século – onde alopatas, homeopatas e outros tantos terapeutas “populares” disputavam espaço numa estrutura com fronteiras bem menos rígidas do que se convencionava supor.

Referências

Fontes

CHERNOVIZ, Pedro L. N. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accesorios para uso das famílias**. 6ª edição consideravelmente aumentada, volume primeiro A-F. Pariz: A. ROGER e F. CHERNOVIZ, 1890a.

CHERNOVIZ, Pedro L. N. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accesorios para uso das famílias**. 6ª edição consideravelmente aumentada, volume segundo G-Z. Pariz: A. ROGER e F. CHERNOVIZ, 1890b.

HUMPHREYS, Frederick K. **Mentor do Dr. Humphreys ou Conselheiro da Família para uso da Medicina Específica**. Edição Correcta e Aumentada. Nova York: Humphreys Homeo, Medicine Company. Cor. William and Ann Streets. 1873. Tradução 1890.

SOUZA SOARES, José Á. **Auxilio Homeopathico ou o Medico de Casa**. 6ª edição, s/d.

Bibliografia

BRAGA, Douglas A. R. A institucionalização da medicina no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica. **Temporalidades – Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1 (jan./abril. 2018).

EDLER, Flavio C. A medicina brasileira no século XIX: Um balanço historiográfico. **Asclepio** Vol. L-2, 1998.

FIGUEIREDO, Betânia G. . Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 59-73, 2005.

GUIMARÃES, M.R.C. . **Civilizando as Artes de Curar:** Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular do Império. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado em História das Ciências da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 104 p. 2003.

LUZ, Madel T. . **A arte de curar versus a ciência das doenças:** História social da homeopatia no Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.

MACHADO, Roberto. et. al. . **Danação da Norma:** Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MANTOVANI, Rafael; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Higiene como prática individual e como instrumento de Estado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, abr.- jun. 2020, p.337-354.

PIMENTA, Tânia S. Doses infinitesimais contra a epidemia do cólera em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana M. (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004b.

SIGOLO, Renata P. **Em busca da “Sciencia Medica”:** a medicina homeopática no início do século XX. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

SOUZA, Cássia S. R. S. **Aconselhando as mães:** Uma análise dos manuais de medicina doméstica através da Guia Médica Das Mães de Família.

WEBER, Beatriz T. **As artes de curar:** medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 1997.

WEBER, Beatriz T. **Como convencer e curar:** a introdução da homeopatia no Rio Grande do Sul. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

WEBER, Beatriz T. Algumas considerações sobre história, saúde e homeopatia. **História Unisinos**. V. 10, nº1, p. 26-34, Janeiro/Abril 2006.

A Política Nacional do Idoso no Brasil e os Cuidados à Pessoa Idosa Pobre no Capitalismo

MOREIRA, Deiglis Alves
Doutorando em História/UPF
CAPES, 177720@upf.br

Resumo: O presente artigo é o resultado da reflexão que foi feita sobre a problemática que envolve a política nacional do idoso no Brasil, observando-se o impacto do capitalismo e o papel do estado no controle e na adoção da construção de políticas públicas visando à garantia de cuidados da pessoa idosa pobre. Com o propósito de analisar e estimular a reflexão acerca do que vem sendo discutido por pesquisadores sobre a referida temática, por meio dos documentos oficiais, tais como o Estatuto do Idoso, Plano de Madrid e a Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa. Neste sentido, foi feito um estudo de revisão, procurando compreender o significado e importância da Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa e as consequências da renda escassa a pessoa idosa pobre no Brasil, reforçando o papel do estado nas estratégias de cuidados de saúde aos idosos mais fragilizados e que podem ter sua expectativa de vida diminuída pela carência econômica. O texto é finalizado com a crítica ao capitalismo, e ao avanço do neoliberalismo que transforma a pessoa idosa pobre em produto de descarte, quando não tem renda ou saberes.

Palavras-chave: Políticas públicas; idoso pobre; Brasil.

Introdução

Esse artigo pretende discutir a Política Nacional do Idoso no Brasil na pauta econômica e social e o papel do Estado (Bourdieu, 1989) como formulador das políticas públicas de saúde à pessoa idosa pobre no Brasil. Considerando a identidade e representação do idoso nas regiões e a importância de investimentos em políticas públicas para diminuir os impactos do capitalismo em regiões com grandes desigualdades sociais como o Brasil.

No plano individual o sujeito carece de cuidados de saúde promovidos pelo autocuidado, mas também fortemente relacionados com o papel do estado, que no plano coletivo se transforma no guardião e formulador de políticas públicas, que atendem principalmente as pessoas mais carentes e desprovidas de recursos econômicos em determinadas regiões (Bourdieu, 2014). O autor relata que o capital econômico é o mais importante e tem extrema relevância na velhice e poderá implicar em melhores condições de acessos a tratamentos de saúde.

A pessoa idosa pobre no Brasil se vê carente dos recursos financeiros, o que poderá implicar em maiores dependências, visto que a renda insuficiente poderá levar a menos acessos a medicamentos, profissionais especialistas e suporte para uma vida digna.

O conceito região (Bourdieu, 1989) pode ser considerado como preferem os geógrafos em espaço geográfico marcado pelo território físico ou como os economistas, historiadores e

cientistas sociais tratam relacionando a população e as relações sociais que estão contidas nesse espaço, com seus interesses, trocas e marcos econômicos. O aumento do investimento do estado e marcos econômicos com redução de desigualdade social poderão refletir em uma maior longevidade nas pessoas. Em países como o Brasil a desigualdade social é acentuada e provoca diferenças entre regiões nos acessos à educação e saúde. O sudeste e o sul contam com índices de desenvolvimento humano superiores ao norte/nordeste do Brasil, onde a taxa de analfabetismo é maior.

O aumento da expectativa de vida já é uma realidade mundial e se intensifica nos países emergentes como o Brasil, pautados pela redução da mortalidade infantil, aumento nos cuidados das pessoas e avanços nos tratamentos de saúde (Camarano, 2010). No Brasil hoje temos aproximadamente 32 milhões de pessoas, com idade a partir de 60 anos (IBGE, 2022).

A população brasileira está envelhecendo e isso exigirá do poder público uma maior atenção à saúde dessas pessoas. Os mais vulneráveis necessitam de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis. Necessário também a redução de burocracias que pode levar a pessoas idosas a não receber o atendimento de saúde que tanto necessita, sejam cirurgias, exames ou consultas a especialistas de saúde. A redução dos salários na aposentadoria aumenta os riscos de proteção à pessoa idosa interferindo diretamente em sua qualidade de vida.

Em regiões como o Brasil temos diferentes populações nos mais variados contextos que difere nos estados influenciados pela cultura e condições socioeconômicas (Camarano, 2010; Bourdieu, 1989). A velhice na ótica multidimensional mostra a diversidade do processo nos aspectos físicos, psíquicos, sociais e espirituais e de quanto única é a existência de cada pessoa idosa ancorada na história pessoal e subjetividade. No prisma biológico temos alterações naturais que podem ou não se transformar em doenças, os cuidados em saúde e prevenção, a renda e o estilo de vida interfere nesse ponto (Haddad, 2017, Camarano, 2010). Políticas de saúde, educação e de assistência social assumem o protagonismo na velhice. E levarão a um aumento da longevidade, já observado nos últimos anos, mas principalmente à melhora das condições de saúde.

Um aspecto fundamental para envelhecer em melhores condições é o capital (renda), que pode ampliar as ofertas de cuidados na saúde, bem-estar e qualidade de vida nos territórios (Camarano, 2010, Debert, 2004). Nesse sentido a renda também pode favorecer a rede de cuidados em saúde nos mais velhos (Haddad, 2017; Marx, 2013) e cada região (BOURDIEU, 1989) pode ter um nível de qualidade de vida e índice de desenvolvimento humano, que é expresso nos territórios e regiões circunscritas. O objetivo deste estudo visa compreender a Política Nacional do Idoso e refletir sobre as dificuldades do idoso pobre no cenário do

capitalismo e incentivar as formulações de políticas públicas nesse contexto como forma de melhorar os cuidados em saúde.

Desenvolvimento

A renda insuficiente é um importante marco sociodemográfico e pode agravar os cuidados em saúde em determinadas regiões e favorecer a aquisição de doenças, aumentar as dependências funcionais e reduzir a capacidade para tratamentos de saúde e da rede de apoio e serviços. Por isso, a Política Nacional do Idoso se torna fundamental para a garantia dos direitos da população idosa e pobre.

Na velhice a pessoa se vê como produto de descarte levando a um conflito de identidade, uma vez que aqueles que não acumularam bens ou saberes perdem a sua importância social, em uma sociedade e região que valoriza o lucro (Haddad, 2017; Marx, 2013).

Gritante também a violência que a pessoa idosa sofre pelo Estado e em sua própria família, seja física, psicológica, patrimonial e as negligências. O estatuto do idoso (2003) foca na proteção dos mais velhos e cabe a todos na sociedade ajudar nessa questão. A proteção das pessoas é papel da família, estado e sociedade. Todos têm o dever de colaborar no processo de cumprimento do estatuto.

Os preconceitos e a ausência de cuidados da família se acentuam e as pessoas idosas sofrem com o fato das famílias e instituições privarem suas escolhas tratando a velhice como doença, afetando significativamente o seu bem-estar e conseqüentemente a saúde (Marques, 2020; Haddad, 2017). A autonomia deve ser garantida no limite da sua capacidade de decisão. Enquanto a pessoa idosa pode decidir devemos incentivá-la a ser protagonista em sua própria existência respeitando os hábitos, gostos, cultura e preferências, inclusive em sua sexualidade.

A valorização da pessoa idosa pode ser diferente em determinadas regiões marcadas pela cultura e valor simbólico (Bourdieu, 1989; Debert, 2004). Quando valorizado na sociedade o idoso aumenta a sua participação social e contribui para a construção do saber através da sua experiência e na convivência intergeracional.

No mundo capitalista se estimula a competição, a beleza e o mérito, partindo do pressuposto que todos partem da mesma posição de largada, o culto a beleza e a juventude, transforma a velhice malsucedida em fracasso. Logo envelhecer em más condições é culpa do indivíduo e a falácia da meritocracia ganha espaço, tirando a responsabilidade do estado (Escorsim, 2021). Camarano (2010) aponta que embora a datação cronológica da velhice seja importante, ela não consegue exprimir toda a realidade que compõe o envelhecer. Então

podemos ter diferentes regiões dentro da mesma cidade, com grupos sociais e qualidades de vida completamente diferentes (Bourdieu, 2004).

As organizações das nações unidas no Pacto de Madrid (2023) pedem aos países que aumentem os esforços para a redução da desigualdade social e sistemas financeiros mais justos, que valorizam o humano e reduzem a concentração de rendas.

A pessoa trabalhadora operária aos 40 anos normalmente se mostra mais envelhecida do que a pessoa com a mesma idade que detém os meios de produção e pertence à burguesia, conseqüentemente terá os reflexos do envelhecimento antes. Logo Debert (2004) enfatiza que não devemos julgar as pessoas que envelheceram em situações penosas, pois isso provavelmente é condicionado a uma vida de sacrifícios, ausências e dificuldades. O envelhecimento humano sofre interferências do ambiente e pressões de grupos sociais.

A ótica da economia capitalista vale os bens de produção em detrimento da força de trabalho e da exploração do trabalhador. A história nos mostra a existência de uma luta de classes. De um lado a burguesia, detentora dos meios de produção e da mais valia, do outro a grande massa trabalhadora com apenas a força da sua mão de obra (Marx, 2013). As políticas de saúde pública visam atender as classes em situação de maior vulnerabilidade. O idoso pobre em renda depende das ações do estado (Bourdieu, 2001).

Sabe-se que na velhice temos o decréscimo físico que muitas vezes vem acompanhado de restrições funcionais e de mobilidade. Se a pessoa idosa não acumulou bens (Marx, 2013) e já não conta com a força física e não acumulou saberes, como sobreviver? Regiões com menor renda (capital econômico) implicará em redução da qualidade de vida (Bourdieu, 1989). Scliar (2007) nos coloca que a saúde e seu conceito reflete de maneira muito direta a conjuntura social, política, econômica e cultural, não representando o mesmo significado a todos os indivíduos, pois esses vivem em contextos diferentes. Por isso o cuidado passa pela criação de uma política nacional de saúde do idoso e o campo teórico pode se mostrar diferente em sua aplicabilidade considerando os valores e as necessidades de cada região.

Cuidado no sentido ontológico é tudo que se empreende, envolve a totalidade do ser (Heidegger, 1989). Sem cuidado o ser humano morre. Somente a partir do cuidado podemos ter uma vida digna, com a garantia dos direitos humanos expressos na constituição. Cuidado então significa desvelo, atenção, respeito, preservação e tudo aquilo que favorece a existência com sentido (Boff, 2010).

O objetivo da política nacional do idoso é assegurar os direitos sociais do idoso e cuidados, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na

sociedade (Brasil, 1994). A política nacional do idoso (BRASIL, 1994, p. 5-6) reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei.

Sabemos pelo estatuto do idoso vigente desde (2004) que a responsabilidade dos cuidados à pessoa idosa cabe à família, estado e sociedade e os mais pobres são vulneráveis e muitas vezes invisíveis aos olhos da sociedade. O Plano de Madrid (2002) determina aos governos mundiais assumirem compromissos em defesa e valorização da vida da população idosa (Who, 2015), vemos avanços, mas ainda insuficientes. O Brasil tem participado ativamente das discussões e articulações sobre os direitos da pessoa idosa em destaque a atuação no MERCOSUL, comissão econômica para a América Latina, Organização dos Estados Americanos e ONU.

É compromisso assumido pelo Brasil (Brasil, 2007):

1. Apoio aos esforços internacionais e nacionais a pesquisas sobre o envelhecimento fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas.
2. Criação de um conjunto de responsabilidades para os Estados Membros com vista às garantias das pessoas idosas.
3. Definir garantias de direitos humanos e dignidade, além da clara adoção de estratégias de combate às violências desse público e reparação de danos.
4. Suprir as deficiências e lacunas de documentos internacionais.
5. Assistir e servir de referencial para os Estados Partes da Convenção.
6. Garantir no plano nacional e internacional, maior presença e reconhecimento a todas as formas de proteção de direitos da população idosa no país.

Boff (2001) nos diz que o cuidado humano se torna essencial para a vida e sem ele morremos, nesse contexto temos a família responsabilizada pelos cuidados e apoio, mas essa própria família pode estar com grandes disfunções prejudicando as relações existentes e prejudicando o cuidado na velhice (Bosi, 1994). Ainda quando o velho perde a força de trabalho

e se aposenta, se inicia o martírio de como viver com ganhos menores e com maiores necessidades de cuidados.

Nesse cenário se faz necessário o fomento e estímulo de políticas públicas aos idosos mais pobres e que considerem a realidade local, devido existir diferentes regiões existentes nos mais variados territórios (Bourdieu, 2004) e a renda como um fator importante para a manutenção dos cuidados, assim como o aumento das ofertas de tratamentos especializados na saúde do idoso.

E como as famílias estão cada vez mais reduzidas em números, às dificuldades dos cuidados se tornam evidentes, faltam Instituições de Longa Permanência a Pessoa Idosa, e as que existem a maioria que vivem da filantropia tem os recursos escassos e faltam vagas, já as particulares não pertencem ao universo das famílias de baixa renda. Temos também a aposentadoria precária de boa parte aos brasileiros, que são insuficientes para uma vida digna (Saad Filho, 2015).

Como ainda pagar os altos custos de saúde que o SUS não cobre ou aqueles exames especializados demorados? Como arcar com um Cuidador em vista das dependências se o salário mínimo é para a sobrevivência básica? Somente políticas públicas sérias e eficazes e que consideram o cuidado humano podem amenizar a questão.

A lógica capitalista (Marx, 2013) parece avançar impulsionada pelo Neoliberalismo e se preocupa mais com o desenvolvimento econômico do que com o social, mais com o teto de gastos do que com o estado de bem estar social e as garantias à dignidade e direitos humanos, embora isso possa estar atrelado vemos que em países com altas desigualdades sociais e econômicas como o Brasil essa regra se perde e sufoca o trabalhador em sua representação e identidade (Bourdieu, 1989; Saad Filho, 2015).

Priorizam-se os lucros no lugar do ser humano e do cuidado, desvelo e atenção (Boff, 2015). O capital assume as rédeas da existência. O salário do trabalhador mal paga as despesas de alimentação, e observamos que além de insuficiente ele serve apenas para o operário sobreviver e ir trabalhar no dia seguinte (Marx, 2013). Quando doente terá que procurar os serviços de bem estar social do estado e o patrão continuará com os lucros. Nessa perspectiva: a quem o estado está servindo? Digo o patrão (dono dos meios de produção) que está interessado na mão de obra operária, após isso o trabalhador pode ser descartado e substituído e o estado que arque com as consequências (Marx, 2013).

O idoso pobre e sem a força para o trabalho se vê abandonado e carece das políticas públicas para a sobrevivência. Temos já algumas estabelecidas, mas necessitamos avançar,

principalmente no que tange a população idosa pobre, que em sua identidade sofre em cuidados (Debert, 2001; Bourdieu, 1989).

No novo século temos o rentismo avançado e diminuição do trabalho nas fábricas, homens agora cada vez mais substituídos por máquinas, aumentando a desigualdade social e desemprego nas regiões da América do Sul. Isso impacta a vida e prejudica todo o processo de envelhecimento humano refletindo numa velhice com maior dificuldade econômica.

O crescente trabalho remoto na era da globalização e a diminuição do emprego formal, que na última reforma do governo Michel Temer foi um retrocesso às conquistas anteriores, fragilizando as relações entre Empregador e Empregado com o objetivo aparente de aumentar as contratações, mas que na realidade só causou perdas aos direitos (Saad Filho, 2015). Desempregado, na informalidade ou com a aposentadoria insuficiente o idoso brasileiro pobre entra em crise e a suposta beleza e falácia da melhor idade desaparece (Haddad, 2017). Sem esquecer que a própria família se fragiliza também com a escassez de recursos e renda, e o cuidado ao idoso pobre se torna um sacrifício.

Considerações finais

As políticas públicas de saúde para idosos têm muita importância para as classes mais pobres. Visam ampliar as ofertas de cuidados de saúde aumentando a proteção e segurança dos mais velhos.

O Plano de Madrid (2002) impulsionou os países emergentes uma maior atenção a essa comunidade. A cultura do capitalismo aumenta as desigualdades sociais prejudicando os velhos pobres. Obstante ampliar e investir em políticas que reduzam esses impactos, que em saúde, na falta delas poderá levar a incapacidades e mortes dos mais vulneráveis.

A carência econômica pode afetar as próximas gerações e piorar as condições do envelhecimento humano pautados pelo capital cultural, econômico e social (Bourdieu, 1989), assim como acelerar o processo e o aparecimento de doenças, aumentando assim os gastos públicos. Logo a prevenção através das políticas públicas de cuidados, além de dar qualidade de vida às pessoas idosas geram menos gastos futuros com tratamentos mais caros e modernos.

Beauvoir (1990) em seu famoso livro já nos falava da tragédia da velhice, décadas depois o retrato ainda persegue os mais pobres devido o capital econômico e social (Bourdieu, 1989). É evidente a necessidade da ampliação dessa temática com foco de buscar soluções e alternativas a um mundo capitalista e neoliberal dentro do cenário regional, onde a velhice corre sérios riscos em meio à perda de direitos e garantias trabalhistas e na liquidez das relações humanas (Marx, 2013; Bauman, 2001).

Urge uma reforma social e moral na coletividade renascendo os sentimentos de cooperação (Bauman, 20010) dentro da constituição brasileira ampliando as políticas públicas e trabalhando para redução das desigualdades sociais e a construção de uma identidade pautada em cuidados de saúde e com maior representação dos mais velhos na sociedade (Bourdieu, 1989), que poderá favorecer o capital econômico, social, cultural e simbólico interferindo nas condições de cuidados e saúde a pessoa idosa.

Referências

BAUMAN, Z. T. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOFF, L. **O doloroso parto da mãe terra: Uma sociedade de fraternidade sem fronteiras e de amizade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

BOFF, L. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, 2010.

BOFF, L. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BOFF, L. **O princípio-Terra: volta à pátria comum**. São Paulo: Ática, 1995.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. Tradução Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação**. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. Ministério da saúde. **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2020b.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional do Idoso**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 1994.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.27, n.1, 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/s4xr7b6wkTfqv74mZ9X37Tz/?format=pdf&lang=pt>> acesso 17 de jun. 2024.

- DEBERT, G. G. O significado da velhice na sociedade brasileira. **Acta Paul Enf**, v.13, n. especial, p.147-158, 2000. Disponível em < https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-S0103-2100200000013000373/1982-0194-ape-S0103-2100200000013000373.x45416.pdf> Acesso 8 nov. 2022.
- DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 2004.
- ESCORSIM, S. M. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serv. Soc. Soc.**, n. 142, p. 427-446, 202. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KwjLV5fqvw6tWsfWVvczMn/abstract/?lang=pt>> Acesso em 1 de jan. 2023.
- ESTATUTO DO IDOSO: **lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- HADDAD, E. **A Ideologia da velhice**. 2. Ed., São Paulo: Cortez, 2017.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo, parte I**. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.
- IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <<HTTPS://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em 5 jan. 2023.
- WHO. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Genebra: WHO, 2015. Disponível em: <http://www.who.int/about/licensing/copyright_form/en/index.html>. Acesso em: 22 de ago. 2022.
- MARQUES, S. *et al.* Determinants of Ageism against Older Adults: A Systematic Review. **Int J Environ Res PublicHealth, Basel**, v. 17, n. 7, p. 1-27, 2020.
- MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SAAD, A. S. F. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**. v.3, n. 4. 2015.
- SCLIAR, M. PHYSIS: **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1): 29-41, 2007.

Alimento e saúde na *Revista da Semana*: a coluna Nossa Alimentação (1921-1925)

DOLCI, Nadezsda Eloídes
Mestranda em História (UFSM)
Bolsista CAPES, nadezsda_nad@hotmail.com

Resumo: A fonte utilizada para realização da pesquisa é o periódico denominado Revista da Semana – encarte do Jornal do Brasil (cuja circulação se deu entre os anos de 1900 e 1959) - coluna Nossa Alimentação, localizada na seção denominada de Jornal das Famílias. O recorte temporal estabelecido está enquadrado no período que compreende os anos de 1921 a 1925, abrangendo a fase da Belle Époque brasileira, em que se destaca, sobretudo, a influência da cultura francesa na cidade do Rio de Janeiro. A capital federal era um centro de congregação de novidades que chegavam ao país; assim se justifica a escolha da fonte, como exemplo de leitura para constatar a influência estrangeira no cotidiano nacional. A publicação encontra-se disponível na Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional, o que permite consulta irrestrita aos exemplares da revista no intervalo temporal mencionado. Os objetivos visam realizar o levantamento e a organização dos conteúdos da coluna Nossa Alimentação, de modo a compreender possíveis intenções de disseminação de novos costumes, bem como estabelecer relações entre as orientações dietéticas mencionadas na coluna e o modo de agir feminino em relação ao preparo e cuidado com os alimentos na sociedade brasileira dos anos 1920, considerando como tais temas se relacionam às questões como saúde, segurança alimentar e o papel feminino no lar. A proposta metodológica escolhida é a de Análise do Discurso, na busca de apresentar relações existentes entre linguagem, história e a sociedade, por meio dos significados e sentidos que o texto pode conter, a partir da análise do potencial de determinação de modos de vida que o jornal apresentava às mulheres, enquanto um detentor de autoridade nos assuntos domésticos. A Análise do Discurso será instrumento para compreensão das intencionalidades colocadas no texto da coluna, tanto para expressar opiniões e regras de conduta quanto para influenciar a tomada de decisão do público – afetada pela leitura eivada de propósitos.

Palavras-chave: Nossa Alimentação; Revista da Semana; saúde.

“A cerveja é uma bebida agradável²²⁹, fresca, mas nociva para a mulher, porque é uma bebida que engorda, contendo muito assucar e alcool e produzindo uma especie de molleza physica e moral. É só recommendavel para as mulheres magras e nervosas”
(Revista da Semana, 1924, n. 34).

A prescrição acima é parte da coluna "Nossa alimentação", de 16 de agosto de 1924, intitulada "A cerveja". Em três pequenos parágrafos, o texto explica como a bebida é produzida a partir da transformação de grãos e fermento, e o que pode ser usado, como trigo, arroz, centeio e aveia. Aponta, no entanto, que uma boa cerveja é feita, em geral, com cevada e lúpulo. Os dois parágrafos iniciais são mais curtos. O último, mais extenso, inicia-se com a passagem que inaugura este artigo. Em sua parte final, há uma advertência sobre falsificações da bebida e os ingredientes adicionados nesses casos.

²²⁹ Preserva-se a grafia original da publicação.

Retomando o excerto inicial, há a apresentação de duas situações direcionadas especificamente ao público feminino: a advertência de que a bebida engorda e, em contrapartida, a recomendação para mulheres nervosas. Os interesses apresentados indicam preocupação com a estética do feminino a partir da alimentação e com a sugestão de comportamentos considerados adequados às mulheres. A restrição da cerveja para esse público relaciona-se ao consumo de álcool em geral, que é apontado como perigoso, devendo ser recomendado somente às mulheres “nervosas”. Esse tipo de prescrição ao público feminino é característico da coluna que pretendemos analisar. As referências usadas sobre engordar ou restringir o consumo de determinados itens provavelmente apoiavam-se em preceitos higienistas das décadas de 1920-1930, formando recomendações de saúde que procuravam ser divulgados para uma população mais ampla.

Mas há vários aspectos a serem considerados nesses padrões. Georges Vigarello afirma que uma das mudanças mais visíveis na simbologia da beleza deve-se a lenta visualização dos contornos físicos femininos, devendo aflorar os elementos do corpo que antes ficavam escondidos. Essa transformação na definição da beleza ocorreu na passagem para o século XX, num processo que o autor chama de conquista anatômica. A evidência dos quadris destaca uma nova estética corporal, mais graciosa, mais espontânea. E esse novo ideal feminino deve manter relação com a saúde desse organismo, mantido também por restrição alimentar. (Vigarello, 2006, p. 117)

O outro destaque refere-se às definições do comportamento das mulheres no início do século XX. O desvio do padrão considerado adequado implicava na classificação de “nervosas”. Diversos agentes definiam o que era considerado pertinente ao comportamento feminino, como médicos, educadores, filantropos, religiosos e outros agentes públicos que definiam o que deveria ser conveniente. Os novos estudos sobre história da saúde e das mulheres apontam para as circunscrições das atitudes femininas. (Martins; Freire, 2018)

Embora já no século XX, as prescrições acerca de comportamentos femininos estão ainda alicerçadas em conceitos e conhecimentos que vem se desenvolvendo do século XVIII e XIX e mesmo de antes. Os corpos das mulheres serão regulados de diversas maneiras. O nervosismo nada mais é do que um entendimento ainda vigente da histeria feminina, definida como

a exacerbação de traços tradicionalmente atribuídos à mulher normal: fraqueza de vontade, hipersensibilidade e emotividade, imaginação “desregrada”, “incapacidade de esforços acurados do pensamento”, predomínio dos reflexos sobre a reflexão e o juízo, vaidade, leviandade, sugestibilidade e eventualmente desvio na função sexual,

seja na forma da “anestesia” ou do “exagero”, que “converte mulheres casadas em verdadeiras Messalinas” (Cunha, 2022, p. 224).

Há aqui a perspectiva da normatização e da regulação a partir de características fisiológicas atribuídas ao feminino. Homens e mulheres, nessa concepção, teriam “construções” corporais bastante distintas e a mulher, por consequência, seria dotada de um corpo mais frágil e suscetível às moléstias psíquicas. É o que se apresenta como exemplo,

a histeria da mulher, causa sempre à espera de uma oportunidade para manifestar seus efeitos, será um foco de exercício de normalização tanto do ponto de vista epistemológico (classificada, conhecida) como do ponto de vista do poder (tratada, corrigida). (Barros; Flores, 2019)

Os alimentos passarão a integrar os elementos envolvidos nos processos tanto de cura quanto de prevenção ou manutenção de estados mentais alterados. Daí recomendações como a da cerveja, considerada propícia para o caso do nervosismo, muito provavelmente pela capacidade depressora do sistema nervoso que o álcool possui, o que poderia ser visto como meio calmante para situações de descontrole emocional.

As recomendações organizadas pela coluna – e em certa medida em outros espaços da revista - apontam o estabelecimento de um campo a ser aproveitado em razão do surgimento de interesse do público feminino para esse tipo de divulgação. Podemos pensar, também, em uma preocupação do mercado editorial de periódicos em geral em atender um novo perfil de público que surgia de forma mais sistemática. A imprensa feminina nasceu sob o signo da literatura, sendo acompanhada pelo da moda. Ao longo do século XIX esse perfil vai se alterando, com elementos da utilidade se introduzindo e ganhando espaço, com trabalhos manuais, conselhos de saúde e de economia doméstica. (Buitoni, 1990, p. 22) Na perspectiva geral, a etiqueta, o comer bem e a comensalidade foram constituindo uma editoria alimentar.

A preocupação com o foco em assuntos femininos no periódico sinaliza a introdução de mudanças ocorridas no mundo, mas também, especialmente no Brasil, na passagem para o século XX, concretizando um novo ideário que poderia ser implementado. O destaque à vida prática, à saúde, a apresentação de receitas de culinária são o sinal da veiculação de novas informações direcionadas a um público mais delimitado, sobretudo pelo gênero. A preocupação com uma história da alimentação e dos comportamentos é o que passamos a destacar com esta pesquisa.

A alimentação é um ato inerente à vida do ser humano e que pode parecer bastante simples, sendo por vezes até realizado de maneira automática ou mesmo sem a devida atenção. Sua importância é nítida, uma vez que garante e perpetua nossa existência e, na medida

em que se desenvolvem meios de melhor conservação de alimentos e maior obtenção de seus nutrientes, a existência da nossa espécie vai sendo diretamente afetada.

O processo de alimentar-se, enquanto característica cultural de uma sociedade, deve ser mencionado na medida em que fornece bases para estudos antropológicos sobre os primeiros meios empregados na produção de alimentos, na concepção de dietas que podem afetar a expectativa de vida e mesmo enquanto fonte histórica, ao se analisar restos de refeições rudimentares, por exemplo, deixados por nossos ancestrais, permitindo a compreensão das características alimentares de determinados povos que conhecemos hoje.

O protagonismo feminino e a relação com a família e o lar, abordando também a segurança alimentar, sobretudo no que concerne à construção de um patrimônio alimentar, são objetos de estudo da presente pesquisa, na medida em que se consideram aspectos como o movimento de emancipação feminina no Brasil a partir da década de 1920 e um conteúdo produzido de maneira direcionada para o público de mulheres donas de casa, que cozinhavam ou supervisionavam outras mulheres responsáveis por tal atividade, e que buscavam bons resultados nas atividades culinárias desempenhadas em seus lares.

A fonte que se utiliza para investigação é o periódico Revista da Semana – encarte do Jornal do Brasil, com circulação entre 1900 e 1959 - coluna Nossa Alimentação, localizada na seção Jornal das Famílias. De acordo com Nelson Werneck Sodré

a Revista da Semana, fundada por Álvaro de Tefé, começou a circular a 20 de maio de 1901, com a ajuda de Medeiros e Albuquerque e Raul Pederneiras; passou logo à propriedade do Jornal do Brasil, que a vendeu, em 1915, a Carlos Malheiros Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão (p. 297, 1999).

No entanto, a partir da consulta à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, é possível verificar o exemplar apresentado como “Anno 1 – n. 1” da revista, datado de 20 de maio de 1900. É provável que, dado o ano de elaboração da obra de Sodré, o acesso à base da Hemeroteca, que hoje está digitalizada, não tenha permitido encontrar as publicações de 1900.

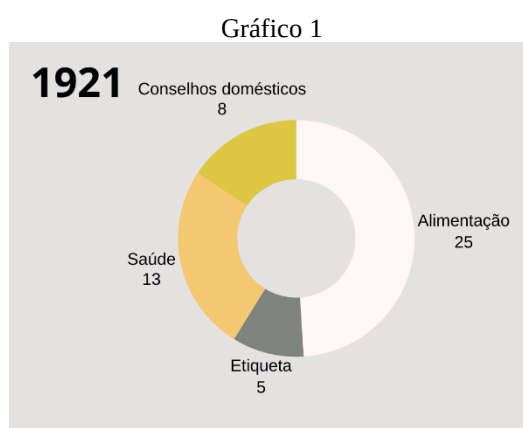
O recorte temporal escolhido está enquadrado no período que compreende os anos de 1921 a 1925, abrangendo a fase da Belle Époque brasileira, em que se destaca, sobretudo, a influência da cultura francesa na cidade do Rio de Janeiro. A capital da República, assim estabelecida há pouco mais de 30 anos, sofreu grandes transformações para a chegada da família real e mesmo após a queda da monarquia manteve-se como centro que concentrava as novidades que chegavam ao país, o que justifica a escolha da fonte como bom exemplo de leitura de influência estrangeira no cotidiano nacional. Investiga-se um possível “afrancesamento” de hábitos alimentares das famílias cariocas de classe média.

A publicação está disponível na Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional, o que permite consulta irrestrita aos exemplares da revista no intervalo temporal mencionado. A fonte foi integralmente revisada e classificada, perfazendo um total aproximado de 260 edições da coluna, em 4 temáticas: etiqueta, conselhos domésticos, alimentação e saúde. Recorrentemente uma mesma coluna foi classificada com duas temáticas. A sistematização ocorreu por meio de uma tabela de Excel que conta com os seguintes campos de preenchimento de informações: periódico; ano, número (de acordo com a nova série da revista); paginação²³⁰; descrição; menu; temática da coluna; formato do título. Apresenta-se aqui brevemente o modo de tratamento da fonte a partir da Hemeroteca Digital por entendermos que é fundamental tratar do uso da fonte analisada em meio digital, como bem apontam Eric Brasil e Leonardo Nascimento,

uma crítica mais importante, em nossa concepção, recai sobre a escrita da história. Historiadores que utilizam a HDB, e qualquer outro método digital, não têm dedicado a devida atenção e espaço na escrita às reflexões metodológicas de seu uso. Acreditamos que é fundamental explicitar o método, as ferramentas tecnológicas utilizadas durante a pesquisa e sua experiência no processo, para corroborar sua contextualização e interpretação final das fontes. (Brasil; Nascimento, 2019)

Salientamos que a busca por termos não foi utilizada durante essa pesquisa, pois a intenção era de leitura integral de todas as edições da coluna e a utilização de termo somente para localização do título se mostrava contraproducente. A classificação a partir das 4 temáticas rendeu os seguintes números de recorrência por anos, respectivamente:

Gráficos 1 a 5 - Recorrência das temáticas de classificação da coluna Nossa alimentação entre 1921 e 1925



²³⁰ Por se tratar de fonte consultada em meio digital e visando a reprodutibilidade da pesquisa, optou-se por inserir a informação de página de acordo com o campo de busca de pesquisa da própria Hemeroteca e não a página que se atribui na fonte física que foi digitalizada.

Gráfico 2

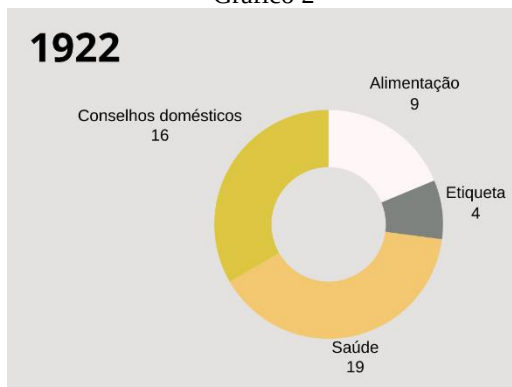


Gráfico 3

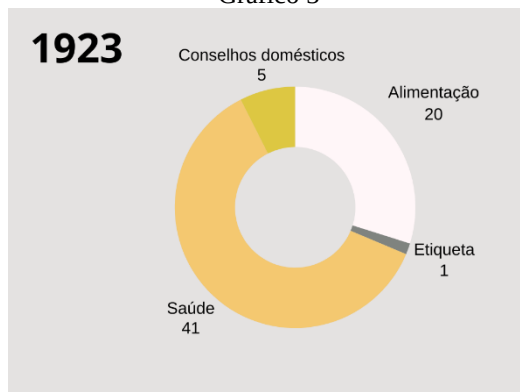


Gráfico 4

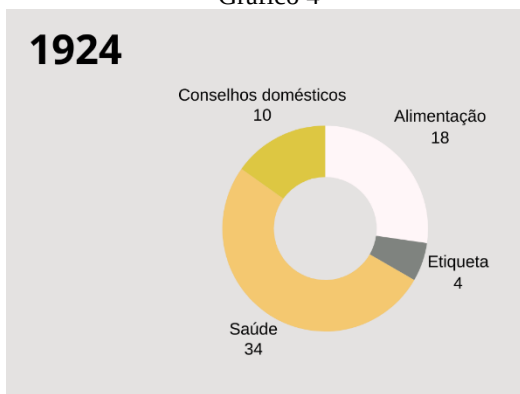
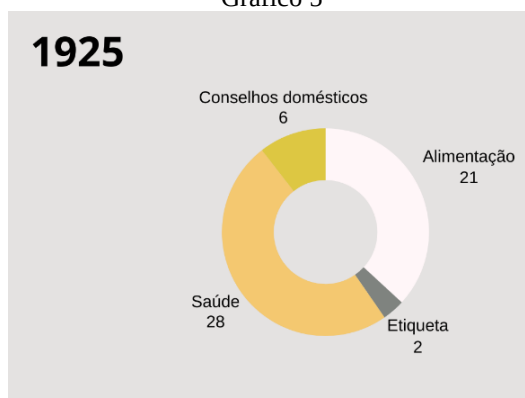


Gráfico 5



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados coletados.

Embora as temáticas possam se repetir e, portanto, o computo total ultrapassar o número médio de 52 edições por ano, temos um destaque para a temática da saúde em 1923, com 41 ocorrências.

A escolha da década de 1920 como delimitação temporal para a pesquisa baseia-se na possibilidade de observação de comportamentos alimentares, de modo a permitir uma abordagem de caráter social, cultural, político e econômico em razão do período caracterizado pelo entreguerras, instabilidades políticas internas, urbanização e industrialização crescente.

A investigação pautada em hábitos alimentares e nas relações que deles decorrem é capaz de revelar os mais variados detalhes a respeito da vida social, econômica e cultural de povos e sociedades.

Com a nova perspectiva sobre análise de fontes trazida pela Escola dos Annales e a ampliação das relações entre campos distintos das ciências humanas e sociais nas pesquisas, tornou-se possível aprimorar os estudos no âmbito da História da Alimentação. Ainda, com a redescoberta da História Cultural nos anos 1970 e a possibilidade de diálogo entre áreas diversas do conhecimento, como a antropologia, no caso da pesquisa com alimentação, a presente investigação se mostra relevante pelas possibilidades de entendimento acerca de processos sociais, relacionados às tradições, afetividades e memória gustativa em contextos coletivos.

Cabe ressaltar que a cozinha, enquanto espaço de sociabilidade, é capaz de albergar classes muito distintas, o que impacta a produção de conteúdo voltado a esses públicos. A pesquisa proposta direciona-se para a investigação de um público médio, letrado, detentor de condições financeiras que permitem um enquadramento na classe média.

A alimentação, considerada como tema e objeto de pesquisa, é uma produção relativamente recente, se comparada a outras temáticas no campo da investigação da História. Entretanto, não é impeditivo de que seja um extenso campo com potencial de exploração e que

desperte interesses variados e possibilidades diversas, afinal o estudo da alimentação é um vasto domínio multidisciplinar para o qual a História vem oferecer uma síntese ao reunir os recursos das diversas disciplinas para buscar desvendar em cada período do passado as informações alimentares e para poder efetuar a análise da dinâmica temporal das transformações da alimentação humana (Carneiro, 2003, p. 6). Aqui reafirma-se a relevância da pesquisa com alimentação no contexto da História, como meio de concretizar novos entendimentos acerca de práticas sociais e modos de vida em um determinado período.

Referências

BARROS, J.; FLORES, I. L. F. A. Corpos e papéis sociais no Brasil no início do séc. XX. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 256–269, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/41141>.

BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196–219, 2020.

BUITONI, D. S. **Imprensa Feminina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CUNHA, M. C. P. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo [recurso eletrônico]. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2022.

MARTINS, A. P. V.; FREIRE, M. M. L. História dos cuidados com a saúde da mulher e da criança. In: **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 182-224.

REVISTA DA SEMANA, 1924, n. 34.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIGARELLO, G. **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

**ST 11 – PODERES E RESISTÊNCIAS NA ANTIGUIDADE:
ENTRE A SUBALTERNIDADE
E A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE POLÍTICA**

Coordenado por Prof. Me. Matheus Barros da Silva
e Prof. Dr. Jussemar Weiss Gonçalves

A tragédia grega encena e ensina a democracia: a experiência isonômica no teatro

SILVA, Matheus Barros da Silva

Doutorando em História (UFRGS)

Bolsista CAPES, matheusbarros.dasilva@gmail.com

Resumo: os gregos inventaram a política e a democracia. E não se trata apenas de palavras. É o conteúdo social que marca a singularidade de tremendas novidades. Como novas formas de conceber e organizar o convívio social. Rompendo com o modo de produção tributário, característico das civilizações avançadas da Antiguidade – como Egito, Mesopotâmia e, no caso grego, a sociedade creto-micênica da Idade do Bronze – nas quais havia uma radical diferenciação entre produtores diretos (os súditos) e o aparelho apropriador do trabalho excedente (o Palácio-Estado burocrático), a pólis democrática grega criou a figura dos cidadãos: aqueles que são iguais diante de um ordenamento jurídico e político comuns, que é debatido e instituído pela própria comunidade cívica. A tragédia grega nasce nesse efervescente universo de emergência da prática social e política isonômicas. Como expressão teatral, a tragédia é uma instituição social da pólis, e pela dramatização de mitos gregos discute a própria cidade diante de si mesma. Quer dizer, é a própria experiência isonômica que está posta no teatro de Dioniso. A tragédia podia levar à cena, de forma simbólica pelo espelho distanciador do mito, debates contemporâneos – aqueles que diziam respeito à pólis – acerca de temas políticos e éticos. Assim, esse texto pretende tratar a tragédia grega como *locus* paidêutico dos cidadãos atenienses, problematizando e ressignificando antigas narrativas mítico- aristocráticas à serviço da ideologia democrática políade.

Palavras-chave: tragédia; teatro; política

Considerações iniciais:

Para o historiador, os dramas trágicos – comumente conhecidas por tragédias gregas²³¹ – são pistas. Permitem a construção de uma interpretação de seu contexto de produção, bem como o sentido daquela documentação em seu momento primevo. Segue-se o que José Antônio Dabdab Trabulsi chama de “[...] regra de ouro do método histórico [...], ou seja, “[...] uma fonte, qualquer que seja, deve ser inicialmente recolocada no seu contexto de produção” (Trabulsi, 2001, p. 22). Nesse sentido, compreendo a documentação da seguinte maneira:

Os restos, como as fontes, são material histórico para nós porque fornecem um conhecimento de tempos passados, ou seja, de atos de vontade que estiveram uma vez em seu presente e que atuavam e produziram assim aquilo que nós queremos voltar a representar em forma de história. Não dispomos [...] de outro material que estes restos e estas fontes (Topolsky, 1983, p. 22).

²³¹ Ao longo de meu texto “tragédia grega”, “tragédia ateniense”, ou simplesmente “tragédia” são usados como termos intercambiáveis, pois assim evita-se o uso repetitivo de apenas um deles. Porém, afirmo que a forma mais precisa seria “tragédia ateniense”, pois, embora o teatro – simbolicamente e materialmente – seja um fato que exceda as fronteiras da Ática, a tragédia como forma particular de conceber a existência humana e os fundamentos do ser, é uma criação ateniense. Que emerge em finais do século VI AEC, se desenvolve ao longo do século V AEC e encontra seu ocaso nessa mesma centúria.

Por se tratar de uma obra literário-teatral, as qualidades estéticas de uma tragédia me interessam menos do que a possibilidade e sua capacidade de informar sobre determinados aspectos da história social, cultural e política da Grécia antiga. Como indica Brian Kibuuka:

A tragédia é um testemunho privilegiado para análise da sociedade ateniense, é um documento histórico importante. Os textos das tragédias, mesmo que despojados de grande parte dos elementos próprios da sua encenação ou dos dados mais específicos da sua recepção pelos espectadores, são um testemunho dos conflitos internos da polis, extratos significativos que permitem inferir não apenas as representações feitas pelos dramaturgos dos dados abstratos do passado mítico, mas também os aspectos da realidade histórica [...] (Kibuuka, 2015, p. 64).

Pretendo inquirir os textos trágicos em seu potencial de condição de documento histórico, “[...] sendo testemunho de um contexto histórico em que coexistiam, por vezes conflitivamente, diferentes ontologias, em um concurso de ideologias, vocabulários, e projetos que este drama não deixa de representar” (Marshall, 2000, p. 10). Os dramas trágicos quando pensados como documentação são vias de acesso às estruturas políticas, culturais, religiosas e sociais da Atenas clássica (Moerbeek, 2015, p. 13). Pois, “[...] nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto” (Schwarcz, 2001, p. 8). O que é necessário ao pesquisador – ou mesmo ao leitor ocasional –, e seguindo a proposta interpretativa de Humberto Eco em *Interpretação e Superinterpretação* (2001), é atentar às estruturas léxicas, culturais e sociais referentes ao período de produção de dada obra ou documentação.

Experiência, prática e reflexão isonômica na Grécia antiga

De acordo com Ellen Wood, a democracia antiga – de Atenas – está fundamentada no radical alargamento do *status* de cidadão a todos aqueles considerados legítimos atenienses. Esse movimento representou a dinâmica “[...] de elevação do demos à condição de cidadania” (Wood, 2006, p. 177). Desde os textos de Karl Marx dedicados às formações sociais pré-capitalistas²³², compreende-se que em tais sociedades os camponeses constituem a principal classe produtora. Porém, a apropriação da produção – que é feita pelo proprietário ou pelo Estado – assume a estrutura do que é possível de classificar por “[...] propriedade politicamente constituída [...]” (Wood, 2006, p. 162). Essa forma de propriedade é arrancada às classes produtoras a partir de diversos mecanismos de extração e dependência política e jurídica. O que marca de forma geral essa extração de riqueza é a coação direta, que se materializa em forma de trabalho imposto como dívida, servidão, escravidão, relações tributárias e corveias. Esse tipo

²³² Fala-se sobretudo do texto *Formações Pré-Capitalistas*, que integra a obra *Grundrisse: elementos fundamentais para a crítica da economia política* (2011)

de modo de produção é hegemônico nas civilizações avançadas do mundo antigo, essa forma de Estado é aquela que Samir Amin, em seu *O Desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico* (1976), chamou de Modo Tributário de Produção. Aqui há um aparelho governante que se sobrepõe às comunidades das classes camponesas-artesanais produtoras diretas, lhes dominando e extraindo os produtos do trabalho excedente a partir dos aparelhos de Estado (Amin, 1976, p. 15).

O próprio mundo grego chegou a conhecer um tal modo de produção tributário, quando da civilização palaciana creto-micênica da Idade do Bronze²³³. É também nesse mundo grego, mas entre os séculos VIII e IV AEC, que uma nova forma de organização do convívio social emerge, e encontra seu estágio mais avançado no V século AEC na pólis de Atenas. Refiro-me à prática política e isonômica, que é organicamente vinculada a essa vida pública que marca o sistema políade. A Grécia arcaica – século VIII – VI AEC – é o momento de início e afirmação da pólis grega, aquele em que se dá “[...] muito rapidamente a diminuição do poder dos reis e um controle reforçado dos nobres sobre o conjunto social e político” (Trabulsi, 2001, p. 58). José Trabulsi que descreve o quadro histórico da pólis em seu momento de afirmação:

O surgimento da polis havia estabelecido a supremacia social e política das grandes famílias aristocráticas. O fim das monarquias viu o estabelecimento do monopólio dos nobres sobre os assuntos coletivos, com controle das magistraturas da cidade, da justiça e da religião. O equilíbrio a cidade era, nesse momento, o equilíbrio entre géne aristocráticos. A base do poder nobre era o controle da terra em sua maior parte. As relações sociais de produção nos campos asseguravam o enquadramento das massas rurais. O desenvolvimento insuficiente das aglomerações urbanas limitava a criação de interesses divergentes em relação aos dos aristocratas (Trabulsi, 2001, p. 68).

A caracterização feita acima por Trabulsi, retoma a análise de Marcel Detienne que demonstra que justamente nos círculos da aristocracia militar grega – e principalmente ateniense – fora elaborado formas de organização política que serão cada vez mais alargadas ao conjunto daqueles que detém a condição de cidadania (Detienne, 1965, p. 432). A singularidade a pólis grega é ressaltada por Ellen Wood:

A pólis grega quebrou o padrão geral das sociedades estratificadas de divisão entre governantes e produtores, especialmente a oposição entre Estados apropriadores e comunidades camponesas subjugadas. Na comunidade cívica, a participação do produtor – especialmente na democracia ateniense – significava um grau sem paralelos de liberdade dos modos tradicionais de exploração, tanto na forma de obrigação por dívida ou de servidão quanto na de impostos (Wood, 2006, p. 163).

²³³ Para uma apreciação sobre a sociedade creto-micênica como formação de modo de produção asiático tributário, ver: Cardosos, Ciro Flamarion; Bouzon, Emanuel; Tunes, Cássio Marcelo de Melo. *Modo de Produção Asiático: nova visita a um velho conceito*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

O que a pólis grega realiza é um corte político, econômico, social e cultural com todas outras formas de civilização do mundo antigo. Inclusive com as formas de “[...] Estado anteriores a ele na Grécia durante a Idade do Bronze” (Wood, 2006, p. 163). A pólis inaugura a figura do cidadão ativo, não mais súdito a um Estado que se apropria da produção de forma burocrática via um pesado sistema de extração do trabalho excedente. Sobre o cidadão da pólis democrática, é interessante notar o verbo πολιτεύω [*politeúō*], que pode ser traduzido como “viver como cidadão” ou “ser cidadão livre”. O mesmo verbo implica a função de governar. Assim, tem-se ἐλευθερία [*eleuthería*] como a palavra que designa o conceito grego de liberdade. De acordo com Émile Benveniste, nesse termo se encontra o radical indo-europeu *leudh-*. Esse radical indica crescimento, desenvolvimento, e ideia de pertencimento a um grupo cujas raízes étnicas são bem delineadas (Benveniste, 1995, p. 317-320). A explicação filológica anuncia que a noção de liberdade grega não é aquela constitutiva do mundo moderno. Esse último é marcado por divisas como a “liberdade de ir e vir”, pela ideia de que o cidadão moderno privado é senhor de sua propriedade. Para o caso do cidadão grego livre:

[...] diz de um homem bem colocado no mundo pelo fato de ter raízes, de ter uma identidade que lhe é dada por seu génos, ou, quando da emergência das pólis gregas no século VI a. C., por ser de raça grega e ter cidadania exatamente por isso. Ser livre é, então, pertencer a um solo próprio, crescer e desenvolver-se a partir de um grupo como extensão de sua pessoa, o que possibilita reconhecer-se como partícipe grupal em grau tão endógeno, que a instância do “eu” – como se pode dizer – só surge enquanto parte constitutiva da identidade grupal (Gazolla, 2011, p. 99-100).

O mundo da política para os gregos diz respeito a um tipo de engajamento requerido aos cidadãos que os coloca em uma participação direta na pólis. Um governo representativo não faria sentido diante do sistema isonômico grego. Sobre isso, Paul Veyne propõe uma metáfora interessante: o cidadão da democracia antiga se aproximaria do militante de um moderno partido político, que vive de forma direta e intensa a vida e as tarefas do e pelo partido (Veyne, 1984, p. 57). A política, enquanto âmbito social, claramente não é criação grega, existe desde que humanos vivem de forma coletiva. Mas os gregos inventaram A POLÍTICA, que de certa forma é a nossa, a que está fundamentada nas noções de cidadão e participação popular. Essa invenção grega possui uma reflexão sistemática sobre as estruturas de poder e autoridade e a criação de uma teoria política (Trabulsi, 2001, p. 82; Finley, 1988, p. 27).

Afinal de contas foram os gregos que descobriram não apenas a democracia, mas também a política – a arte de decidir através da discussão pública – e, então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada (Finley, 1988, p. 26-27).

No grego antigo, isso fica expresso em fórmulas muito concretas. Na pólis grega, tudo aquilo que dizia respeito à própria cidade era pensado como ἐς τὸ χοινόν [es tò khoínón] e ἐς τὸ μέσον [es tò méson]. Postos sob domínio público e ao centro da comunidade de cidadãos. Sobre isso, Jean-Pierre Vernant afirma:

O recurso a uma imagem especial para exprimir a consciência que um grupo humano toma de si mesmo e o sentimento de sua existência como unidade política não tem simples valor de comparação. Refletem o advento de um espaço social inteiramente novo. As construções urbanas não são mais, com efeito, agrupadas como antes em torno de um palácio real, cercado de fortificações. A cidade está agora centralizada na Ágora, espaço comum, sede da *Hestia Koiné*, espaço público em que são debatidos os problemas de interesse geral (Vernant, 2013, 50-51).

Na Atenas clássica dá-se a construção social e cultural de um espaço público que se vincula organicamente à emergência de um âmbito político de exercício da liberdade e cidadania. A concretização desse ideal – que como todo ideal se concretiza de forma nuançada incompleta e complexa – dava-se pela participação ativa e direta dos cidadãos no espaço público, “[...] no poder que possuíam de comandar, deliberar, decidir e julgar. O espaço privado ficava ligado à individualidade e à vida doméstica” (Theml, 1998, p. 22). Para Edith Hall, a criação da política, do convívio e prática isonômicos configuram uma verdadeira revolução intelectual, social e cultural, que de forma indelével marcou a experiência histórica do mundo antigo em diante (Hall, 2015, p. 121). Christian Meier diz:

La política era, para la gran massa de ciudadanos, la única parte de su vida que superaba al mundo concreto de las relaciones domésticas, de parentesco o de vecinidad, así como al de las pequeñas comunidades de culto. Era la única esfera en la que no actuaban solamente como personas privadas, el único dominio donde tomaban parte en una singular solidaridad en esse dominio (Meier, 1985, p. 17).

É tempo de encaminhar o encerramento dessa seção. Aqui, procurei trazer à discussão o sentido que assumiu a construção da política, da cidadania e da prática isonômica no mundo grego. A passagem acima de Meier faz lembrar do corte que há entre a democracia antiga e moderna. Nessa última, é o “reino” do privado que funda a moderna noção de cidadania (Bobbio, 1988, p. 8), já que a “[...] a modernidade constrói a sua concepção política a partir dos indivíduos” (Gonçalves, 1998, p. 63). A democracia antiga – a ateniense – se construía a partir da coletividade dos cidadãos. A política é eminentemente atividade pública e coletiva, sem a diferenciação entre aparelhos de Estado e corpo cívico (Castoriadis, 1986, p. 298). Na pólis criada pelos gregos, os cidadãos são chamados à ação e não deve haver espaço para a apatia política. Isso coloca a questão da ação e autonomia política no centro do debate cultural grego. No seguimento do texto será observado como a tragédia tematiza essa problemática.

A experiência isonômica em cena

Seria uma tarefa fadada ao fracasso tentar abarcar todos os aspectos que conformam o teatro grego como fato histórico. Diante dessa impossibilidade, foco-me naquilo que da tragédia grega dialoga de forma próxima à problemática da exposição realizada até agora.

A tragédia é expressão estética e teatral da democracia ateniense no século V AEC. Porém, o teatro, a tragédia e o culto de Dioniso tornam-se protagonistas com as políticas promovidas por uma tirania: a de Pisístrato em Atenas. De forma muito simplificada, o que marca a experiência tirânica – não apenas a de Atenas – é que sua emergência se dá apoiando-se nas classes baixas e médias e opondo-se à aristocracia. Ainda que o tirano invariavelmente venha das fileiras aristocráticas. Contudo, a tirania de Pisístrato, suas realizações, e dentre essas, as reformas religiosas que levaram à introdução do culto de Dioniso na estrutura oficial da cidade miravam a camada social campesina. Esse quadro teria feito Pisístrato ter na camada camponesa uma potencial força de apoio, e do mesmo modo, os camponeses percebiam na figura do tirano um ponto de possibilidade de melhores condições. Segundo Trabulsi:

Mudando o equilíbrio religioso vigente, o tirano podia mais facilmente intervir nas práticas judiciais para torná-las menos favoráveis aos nobres. É neste quadro de “interdependência” entre religião e justiça que podemos compreender de que maneira a instituição dos juízes locais, no campo ático, respondia ao mesmo objetivo de centralização e fortalecimento do que era “comum”, limitando o poder local dos nobres (Trabulsi, 2004, p. 93).

Resulta desse movimento a emergência de um determinado espírito comunitário; como aponta Moses Finley, esse espírito de comunidade, emergente com a tirania está patente em grandes obras públicas e mesmo nas Grandes Dionisíacas da época (Finley, 1999, p. 39). Florenzano aponta que esse período é de um novo reordenamento e rearranjo políade, que se dá pela formação de um discurso visual de reestruturação e monumentalização da pólis empreendido pela tirania (Florenzano, 2011, p. 45). Como aponta Almeida:

Neste novo reordenamento da pólis estão inseridos o teatro e o dionisismo com suas festas, a terem um papel relevante no cenário políade da Grécia e do Ocidente grego. Dentro deste novo modelo urbanístico os tiranos matizam com novas cores os festivais rurais tradicionais; transferem objetos de culto para centros urbanos, instituindo assim grandes festivais citadinos (Almeida, 2014, p. 90-91).

A integração do culto de Dioniso à cidade não só representa um momento singular na história religiosa de Atenas, mas também é um aspecto fundamental em sua história social. A formalização efetiva do culto de Dioniso em Atenas se dá com a criação da Grande Dionisíaca.

[...] o governo reconheceu oficialmente o culto de Dioniso (até então mantido

amplamente marginalizado do Panteão olímpico, a julgar pelas principais fontes) e assim o dez justamente para solapar a exclusividade dos cultos aristocráticos regionalistas. Tal esmorecimento dos particularismos religiosos a partir do culto ao deus do vinho seria implementado de modo ainda mais vigoroso a partir da instituição dos concursos dramáticos no festival das Grandes Dionísias [...] (Silva, 2019, p. 49).

Assim, Trabulsi coloca:

A evolução do dionisismo ateniense no século VI me parece, portanto, o esforço mais importante na sua integração à cidade. [...] Rural, e não cidadão, além disso, o dionisismo era a corrente mais dificilmente recuperável pela cidade aristocrática. A polis, atribuindo-lhe santuários e teatros, de certa maneira o aprisiona, dando-lhe lugares. A obra da tirania ateniense se apresenta, assim, na longa duração, como o maior esforço possível no processo de reelaboração da ideologia aristocrática, em vistas de sua permanência no século V e além dele (Trabulsi, 2004, p. 100).

A entrada e incorporação de Dioniso e seu culto se realizou em um contexto de pressões das camadas populares que naquela altura começavam a deter relevo social, e na luta pela diminuição dos privilégios aristocráticos. A tragédia em si mesma existe em sua forma acabada apenas no século V AEC, quando não mais havia tirania na cidade ateniense, mas o contrário, tinha vida a democracia. Sobre isso segue-se as indicações de Maria Beatriz Borba Florenzano:

O resultado material, concreto, passível de observação direta por especialistas e por leigos nos inúmeros sítios arqueológicos atuais, mostra que o discurso material monumentalizado deixado pelos tiranos e aquele deixado por uma pólis democrática como Atenas são discursos idênticos. Minha hipótese é que a contribuição dos governos autocráticos do período arcaico grego – sobretudo dos governos denominados de tiranias pelos próprios gregos – para a configuração material da pólis, para a criação de formas de expressão material da identidade poliade, foi fundamental. Em outras palavras, parece-me que a pólis grega da época clássica apropriou-se de formas materiais de expressão identitária vinculadas inicialmente às tiranias (Florenzano, 2011, p. 47).

Se antes tais feitos se prestavam a refletir o poder da instituição dos tiranos, na pólis democrática são reelaborados a fim de a cidade demonstrar seu vigor e identidade social e cultural. Assim, o teatro, as festas dionisiacas e a tragédia são postos à serviço da cidade clássica. A tragédia no século V AEC se liga à cidade como espaço de trabalho das ideias que se vinculam ao modelo democrático de política. Simon Goldhill aponta:

Que o advento do drama festival do século V é político (no sentido mais lato do termo), que seus rituais específicos e linguagem são integralmente democráticos, é um ponto de partida muito recente na escrita sobre a tragédia. Isso não significa que as peças seguem alguma linha partidária democrática ingenuamente concebida, ao contrário o festival em si, em sua organização e estrutura – a despeito de suas primeiras origens e posteriores desenvolvimentos – é no século V, inteiramente uma instituição da pólis democrática, que os dramas constantemente refletem sua origem em um ambiente político do século V. Os rituais pré-encenação, o financiamento, a administração do festival, o estabelecimento e mesmo os lugares da audiência, são marcadamente representativos dos ideais e práticas da democracia, e constitui o teatro como uma instituição análoga ao Tribunal e Assembleia, três grandes instituições para a exibição dos logoi na cidade das palavras (Goldhill, 2000, p. 35).

Goldhill reforça a visão da tragédia como instituição da cidade, mantendo uma relação orgânica. O autor considera a tragédia no mesmo nível de importância social e simbólica de outras estruturas políades, como o tribunal e a assembleia.

A tragédia é arte política, no sentido que Christian Meier desenvolve o conceito em seu livro *De la Tragédie Grecque comme Art Politique* (1991). Recorde-se que a tragédia é coetânea à emergência da dinâmica da pólis. Tanto Jean-Pierre Vernant, como Pierre Vidal-Naquet compreendem a tragédia como espaço de problematização das estruturas políades. O teatro de Dioniso durante as representações se converte em “uma espécie de assembleia ou de tribunal popular”, que tem por matéria e objetivo realizar um escrutínio do “pensamento social próprio da cidade no século V” (Vernant; Vidal-Naquet, 2015, p. 65). Caberia à tragédia, segundo Christian Meier:

Repor, incessantemente, o novo dentro do antigo, pensar o novo em conjunção ao antigo, e, assim fazendo, preservar vivas as velhas interrogações, os planos sombrios da realidade, fazendo-os entrar, sob uma nova figuração, no mundo novo; assim, de promover a formação deste saber ao qual o ser humano costuma se referir, melhor dito, de prover a base mental do político: a tragédia revivendo, regenerando e desenvolvendo o fundamento ético da política (Meier, 1991, p. 57).

Esta tensão entre o novo e antigo que Meier procura evidenciar é resultado de transformações e experimentações ocorridas na pólis clássica. A tragédia grega é um evento cívico-religioso, com sensível peso na vida social dos atenienses (Marshall, 2000, p. 18). O trágico como manifestação simbólica e cultural faz circular no tecido social emoções, ideais, valores e mesmo sensibilidades de seu momento. A relação que a tragédia empreende com a pólis se trata de uma postura e função de colocar a cidade diante de si mesma. Não de forma panfletária, nem mesmo atuando como mero espelho de seu contexto. Concordando com Pierre Vidal-Naquet, é verdade que a tragédia é um espelho, mas um espelho quebrado, que em suas ranhuras e estilhaços revela as tensões e descompassos que a cidade vive em sua dimensão histórica (Vidal-Naquet, 2002, p. 182-183). Se no século V AEC a tragédia parece em alguma medida se distanciar do dionisismo; por outro lado seu contexto ritualístico, sua presença como elemento fundamental nas Grandes Dionisiacas não permite que afirmemos uma radical separação entre os campos da religião e da política no contexto helênico. A tragédia, ao ser produto da prática democrática, também é espaço de debate desse modelo de convívio social. Essa dinâmica possui uma função paidêutica, do drama trágico junto aos espectadores-cidadãos.

A tragédia é o grande momento da educação pública em que a cidade atualiza a tradição e apresenta atualizados os seus valores e as suas referências aos seus cidadãos. A tragédia não oferece modelos de conduta, mas mostra conflitos, contradições, erros de avaliação e obstinações fatídicas, que estimulam a reflexão e

põem em questão os paradigmas tradicionais, os heróis mitológicos, personagens da epopeia, são colocados no contexto e na perspectiva do Estado democrático de Atenas, numa sobreposição de épocas, de instituições e práticas sociais, que por um lado ressaltam a inadequação de certas condutas aristocráticas – como a soberbia (*hýbris*), a ousadia (*tólma*) e a obstinação (*authadía*) – e, por outro lado, reatualizam outros valores tradicionais, comunicando-lhes um novo sentido e novas ressonâncias, eminentemente democráticas – como a moderação (*sophrsýne*) e a prudência (*phrónesis*) (Torrano, 2019, p. 97).

Trabalhando com matéria mítica, com aqueles referenciais da poesia épica de Homero, na tragédia os heróis e seu código de valores e conduta são problematizados e depurados pelo olhar do cidadão, pelas estruturas da pólis democrática. Nessa linha, a tragédia reorganiza e ressignifica o próprio mundo vivido pelos cidadãos. O drama trágico é uma forma de pensar os problemas coletivos em sua dimensão ética e política a partir da verdadeira revolução cultural que constitui a invenção da democracia na Grécia antiga (Marshall, 2000, p. 35). A tragédia como instituição social da pólis democrática “[...] foi tão necessária à democracia ateniense quanto o Conselho e a Assembleia do povo, e provavelmente tão necessária quanto outras produções de sua época clássica” (Meier, 1991, p. 270). Dessa forma, a emergência da democracia e da prática isonômica trouxe à cena novas questões que exigiram a construção de um saber – prático e simbólico – sobre a vida social em coletividade onde o poder e a autoridade estavam dessacralizados e despersonalizados.

Observemos alguns versos de determinados dramas trágicos que permitem aprofundar o debate. O primeiro drama que pode ser pensado é *As Suplicantes* de Ésquilo. Encenada provavelmente em 463 AEC. As cinquenta danaides, acompanhadas de Dânao, fogem para não se casarem com seus cinquenta primos, os egíptiades (filhos de Egito, irmão de Dânao). Chegado à Argólida, terra de Iô, sua ancestral, pedem refúgio a Pelasgo, rei de Argos. Depois de hesitar um pouco, o rei decide acolher Dânao e suas filhas, e expulsa o arauto que viera reclamá-las em nome dos filhos de Egito.

Coro: Tu és a cidade, e és o povo.
Mandante não sujeito a julgamento,
governas o altar e a lareira do solo,
por vontade única e solitário voto.
E no trono de solitário cetro
há todo o necessário para se governar: evites a profanação
(Ésquilo, *As Suplicantes*, vv. 370-375).

Encontra-se aqui uma linguagem de tipo arcaizante visando evocar e estabelecer a imagem do rei mítico-arcaico, aquele que é dispensador da ordem cósmica sendo rei de justiça. Negação da política tal qual os gregos conceberam, espaço de disputa é verdade, mas de deliberação de argumentos e contra-argumentos. Alguns versos adiante, Pelasgo ao considerar o pedido, diz nos seguintes termos:

Pelasgo: Já disse: que sem o povo, essas
Coisas não faria [...]
(Ésquilo, *As Suplicantes*, v. 398).

O povo – δῆμος – aparece como coletivo político dotado de capacidade deliberativa. Pelasgo opera no diapasão isonômico da cidade democrática. De um lado, as Danaides articulando o universo arcaico e seus valores míticos aristocráticos, de outro a figura de um rei, mas que põe em cena as bases de um pensamento democrático.

Adiante, o Coro – composto pelas filhas de Danaos – perguntam sobre a decisão dos cidadãos. E assim falam:

Coro: De que forma a mão soberana do povo se fez majoritária?
(Ésquilo, *As Suplicantes*, v. 604).

Nessa passagem está algo que pode ser entendido como uma antevisão da palavra “democracia”. A linguagem altamente política de *As Suplicantes* apresenta a estreita relação entre drama trágico e contexto de produção. Não é uma relação de “espelho”, mas de pensar as estruturas desse mesmo contexto.

Outra tragédia, talvez uma das mais conhecidas, é *Antígone* de Sófocles. Encenada provavelmente em 442 ou 441 AEC. Após a tentativa dos sete chefes contra Tebas, Creon, rei de Tebas, decreta que os cadáveres dos inimigos da cidade ficarão insepultos. A penalidade estipulada para quem desobedecer ao decreto era a morte. Polínices, um dos filhos de Édipo e sobrinho de Creon, estava entre os atacantes. O decreto de Creon, portanto, se aplicava também a ele. Antígone, não concordando com a ordem, cobre o corpo do irmão com a fina camada de terra e realiza alguns dos rituais que a religião grega preconizava para os mortos. Há uma passagem de *Antígone* que pode ser destacada no debate:

Hêmon: Não carregues em ti uma única posição,
como tu dizes: nenhum outro detém o certo.
Pois quem considera ser o único a pensar,
ter entendimento ou língua,
estes, quando expostos, se percebem vazios
(Sófocles, *Antígone*, vv. 704-709).

Nessa passagem vê-se que Hêmon questiona seu pai naquilo que fundamentaria as ações de Creon: uma forma de autoridade que não reconhece sua fonte na coletividade de cidadãos. Do ponto de vista da política e da prática isonômica, Creon é seu oposto. Seu tipo de autoridade é tributário da figura dos tiranos. Quer dizer, do ponto de vista crítico que a pólis democrática irá elaborar sobre a instituição da tirania. Por seu turno, Hêmon parece ventilar o ponto de vista

da cidade isonômica clássica. Construindo outro ponto de referência, no qual poder e autoridade surgem despersonalizados e dessacralizados.

O trágico se apresenta como uma encruzilhada do tempo vivido pela pólis, e assim a discute. Essa sobreposição de temporalidades e valores, a tragédia os depura via variáveis referentes ao universo isonômico que se institui da emergência da política e democracia. A tragédia reorganiza e ressignifica experiências dando sentido ao mundo que se constrói entre práticas e representações. Onde a construção do novo depende do rearranjo daquilo que foi. No caso da tragédia, há uma nova configuração do campo ético e da ação política, uma vez que é sobre a experiência humana em coletividade que se discute. De forma crítica, Platão em sua obra *As Leis* chamava a cidade de Atenas por *τεατροκρατία* [*teatrokratía*] (Platão, *As Leis*, III 701a). Isso dá dimensão da força educativa, cultural e simbólica do teatro sobre a pólis. A tragédia em sua dinâmica paidêutica e tendo como temática os saberes e as vivências que dizem respeito à vida política isonômica, é comentada por Diego Lanza quando o autor afirma que, “[...] o teatro ateniense se situa no espaço político da cidade e sua linguagem é linguagem política” (Lanza, 1997, p. 37). O teatro moderno pode optar por ser político, a tragédia grega assim é de forma ontológica. Desse modo, Mario Vegetti pensa a tragédia no sentido de que ela:

[...] representa a cidade diante de si mesma, no seu saber compartilhado, nas suas exigências morais, nas suas crises e nas suas contradições. Desse modo, o teatro possui dupla ação simultânea: interpreta a cidade e ao mesmo tempo educa e forma o cidadão militante, põe-no em condição de pensar, compreender, controlar os problemas que a prática social e seu horizonte ideológico lhe põem cada dia no momento da decisão e da reflexão (Vegetti, 2013 p. 71).

A tragédia procurou expressar e problematizar a ideologia cívica e democrática da pólis a partir da encenação de conhecidas narrativas míticas. Como coloca Michael Zelenak:

A tragédia se tornou o veículo a integrar e a domesticar aquelas lendas heroicas sob os valores da pólis democrática ateniense. Através da tragédia, a cidade rescreve os mitos do tempo heroico e os coloca a serviço da ideologia democrática (Zelenak, 1998, p. 11).

Na última parte da trilogia *Orestéia* de Ésquilo, ou seja, nas *Eumênides* vê-se a criação e instituição de um tribunal humano e políade: o Areópago. Que visa à complexa integração das antigas forças das famílias aristocráticas na Atenas democrática do século V AEC. Em *Eumênides*, Atena afirma que a cidade necessita de forças que ultrapassem o humano para que a harmonia tenha existência. A deusa coloca que no tribunal e na cidade também terá lugar a “reverência” [σέβας] e o “temor” [φόβος], para que os cidadãos sejam coibidos de cometerem injustiças. A deusa Atena ainda aconselha que os cidadãos não caiam em “anarquia” [ἀναρχον]

e “despotismo” [δεσποτούμενον] (Ésquilo, *Eumênides*, vv. 690-697). Além de demonstrar que a esfera religiosa não é negada pela criação da política e democracia gregas, mas absorvida como uma das estruturas políades fundamentais, a posição de Atena deixa entrever que a cidade se equilibra no possível acordo entre as forças e vetores que constituem a vida social da pólis.

Na tragédia grega é a pólis que está em cena. O drama trágico era parte da vida política e cívica dos atenienses. Estava-se no teatro como cidadão (Kennedy, 2009, p. 3). Muito diferente do teatro moderno, liberal-burguês, no qual a cidade, como diz Roland Barthes, está geralmente ausente (Barthes, 2007, p. 38). Do que foi exposto, percebe-se que a tragédia, pela linguagem simbólica das narrativas míticas, colocava em cena os debates contemporâneos: temas políticos e éticos. Assim, a

[...] tragédia não é apenas uma parte qualquer desse espetáculo citadino, dado que, com a sua extraordinária abertura, leva a cidade a reflectir sobre o que está em conflito com seus ideais, sobre o que deve excluir ou reprimir, sobre o que teme ou considera estranho, desconhecido, Outro (Segal, 1994, p. 194).

Encaminho o encerramento de minha exposição retomando a linha principal de meu argumento. Qual seja, a tragédia possui uma relação orgânica com a pólis. E, mais do que isso, com a pólis democrática que Atenas representa o ponto mais avançado. O drama trágico assume seu protagonismo na cidade, pois nasce em um contexto intelectual no qual o mundo, e principalmente o convívio social, deveriam ser inteligíveis pelo humano (Jones, 2021, p. 315). A experiência isonômica e vida social democrática colocou a questão da autonomia e ação humana no centro da existência e do pensamento. E coube ao teatro construir uma reflexão sobre essas temáticas, sendo um ponto formador no complexo paidêutico dos cidadãos no contexto do exercício democrático políade.

Referências

ALMEIDA, João Esteves. **Um deus a céu aberto: Diônisos e a expressão material do teatro na paisagem da pólis na Grécia arcaica e clássica –sec. VI-III a. C.**(Dissertação de mestrado –MAE/USP). São Paulo, 2014.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1989.

BARBOSA, Leandro Mendonça. **De selvagem a efeminado: as representações de Dioniso no imaginário ático**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

BARTHES, Roland. **Escritos sobre Teatro**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BENVENISTE, Émile. **Vocabulário das instituições indo-europeias**. Campinas: EDUNICAMP, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e liberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. **Labirintos do Homem II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **Labirintos do Homem IV**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sete olhares sobre a antiguidade**. Brasília: EDUNB, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BOUZON, Emanuel; TUNES, Cássio Marcelo de Melo. **Modo de Produção Asiático: nova visita a um velho conceito**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

DETIENNE, Marcel. **Dioniso a Céu Aberto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DETIENNE, Marcel. Em Grèce archaïque: géométrie, politique e société. **Annales. Économies, Sociétés, Civilizations**, nº3, 1965

ÉSQUILO. **As Suplicantes**. Tradução e estudo Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2009.

ÉSQUILO. **Orestéia**. Tradução e estudo Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2004.

FLORENZANO, M.B.B. Construindo o helenismo: o tirano e a monumentalização urbanística da pólis grega. In. ALDOVANDI, C; KOMIKIARI, M.C.N; HIRATA, E.F.V (org.) **Estudos sobre o espaço na Antiguidade**. São Paulo: Edusp, 2011. p. 41-56.

FINLEY, Moses. **Os Gregos Antigos**. Lisboa: Edições 70, 1999.

FINLEY, Moses. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAZOLLA, Rachel. **Pensar mítico e filosófico: estudos sobre a Grécia antiga**. Rio de Janeiro: Loyola, 2011.

GOLDHILL, Simon. Civic Ideology and the problem of difference: the politics of Aeschylean Tragedy, once again. **Jornal of Hellenic Studies**, v. 120, 2000, p. 34-56.

GONÇALVES, Jussemar Weiss. A cultura democrática ou a democracia cultural. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 10, p. 63-71, 1998.

JONES, Peter. **O Mundo de Atenas**. São Paulo: Martins Fontes, 2021. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

KENNEDY, Rebecca Futo. **Athena's Justice: Athena, Athens, and the Concept of Justice in Greek Tragedy**. New York: Peter Lang, 2009.

HALL, Edith. **Introducing Ancient Greeks**. London: W. W. Norton & Company, 2015.

LANZA, Diego. **Il tirano e il suo Pubblico**. Torino: Einaudi, 1997.

MARSHALL, Francisco. **Édipo Tirano: a Tragédia do Saber**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

MEIER, Christian. **De la Tragédie Grecque comme Art Politique**. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

MEIER, Christian. **Antropología de la Grécia antigua**. México: Fondo de Cultura, 1985.

MOERBECK, Guilherme. **Guerra, Política e Tragédia na Atenas Clássica**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

NEYDE, Theml. **O público e o privado na Grécia do VIII ao IV século a.C.** Rio de Janeiro: Setelettras, 1998.

ROMILLY, Jacqueline. **A Tragédia Grega**. Lisboa: Edições 70, 1999.

PLATON. **Œuvres complètes**. Tome XI, 1re partie: Les Lois, Livres I-II. Introduction: Auguste Diès, Introduction de Louis Gernet, Texte établi et traduit par Edouard Des Places. Paris: Belles Lettres, 2003.

SEGAL, Charles. O ouvinte e o espectador. In: VERNANT, Jean-Pierre (Org.). **O homem grego**. Lisboa: Presença, 1994.

SILVA, Rafael Guimarães Tavares. A “pólis” em êxtase: Figurações de Dioniso na Antiguidade. Codex. **Revista de Estudos Clássicos**, vol. 7, nº 2, 2019, p. 44-55.

SÓFOCLES. **Antígone**. Tradução e estudo Jaa Torrano. São Paulo: Mnema, 2022.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. **Dionisismo, Poder E Sociedade Na Grécia Até O Fim Da Época Clássica**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. **Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2011.

TORRANO, Jaa. **Mito e Imagens Míticas**. São Paulo: Editora Córrego, 2019.

VEGETTI, Mario. O Homem e os Deuses. In: VERNANT, Jean-Pierre (org.). **O Homem Grego**. Lisboa: Presença, 1993. p. 229-249.

TORRANO, Jaa. **A Ética dos antigos**. São Paulo: Paulus, 2013.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TORRANO, Jaa. **As origens do pensamento grego**. São Paulo: Difel, 2013.

TORRANO, Jaa. **Travessia das Fronteiras: mito e política na Grécia antiga II**. São Paulo: EDUSP, 2009.

TORRANO, Jaa; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

VEYNE, P. **Os Gregos Conheceram a Democracia? Diógenes**. UNB, 6, 1984, p. 57-82

VIDAL-NAQUET, Pierre. Os Gregos, os Historiadores, a Democracia. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John. **Em Defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ZELENAK, Michael. **Gender and politics in Greek tragedy**. New York: Peter Lang, 1998.

Subalternidade ou reciprocidade dos jovens atenienses? Um olhar sobre a pederastia através do par mítico Posídon-Pélops (V AEC)

CAMARGO, Vander Gabriel

Mestrando PPGH/UFRGS

Bolsista CAPES, vandergabriel2008@hotmail.com

Resumo: Na obra intitulada “Greek Homosexuality”, a pederastia é destrinchada por Kenneth Dover (1978), a respeito da qual pontua a existência de uma bipolaridade entre aquele que sente prazer dentro das relações, o adulto, e aquele que não apresentaria tal sentimento, o jovem. Michael Foucault, anos depois, em *História da Sexualidade II* (1984), fundamenta-se nos estudos de Dover para consagrar a dualidade ativo-passivo nas relações pederásticas gregas, em que o *eromenoi* (os objetos do amor) desempenham uma papel reservado a aceitar/resistir os cortejos amorosos dos *erastai* (amantes). Todavia, estudos mais recentes, como os de Keith Devries (1997), Andrew Lear e Eva Cantarella (2008), Thomas Hubbard (2011) e Mayer Gaspar (2018) vêm postulando que é possível verificar, principalmente a partir das pinturas vasculares, que os jovens atenienses não estavam restringidos à subalternidade dentro da pederastia, manifestando comportamentos ativos em meio aos relacionamentos com as figuras mais velhas. Através da interlocução de ambas as perspectivas a respeito da pederastia, propõe-se examinar de que modo o narrativa mítica do amor entre Posídon e Pélops pode contribuir para pensar a construção dos papéis sociais masculinos na sociedade ateniense do séc. V AEC., a qual produziu uma série de pinturas vasculares, que representam o mito.

Palavras-chave: Homoerotismo; Atenas; Cerâmicas Áticas.

Introdução

Entre os vários mitos de pares masculinos homoeróticos do imaginário mítico grego, como Zeus e Ganimedes, Apolo e Jacinto ou Aquiles e Pátroclo, o caso de Posídon e Pélops se destaca pela estrutura que replica a norma dos relacionamentos pederásticos na Atenas do período Clássico. A prática da pederastia, institucionalizada naquele contexto, previa três etapas da relação entre um homem adulto cidadão (o *erastes*) e um jovem menino em formação (o *eromenos*): 1) os cortejos amorosos entre os envolvidos e o estabelecimento do par; 2) o processo de ensino, no qual o mais velho ensina o mais novo como se portar em sociedade; 3) afastamento entre os dois, quando há o término da relação amorosa e a transformação em uma amizade (Foucault, 1984, p. 172-179).

Já o mito, conforme diferentes documentos dos séculos V a IV AEC, também está dividido em três diferentes momentos de contato entre o deus Posídon e o herói Pélops. Sua narrativa é reconstruída, principalmente, através de um grupo de dezesseis exemplares de cerâmicas áticas²³⁴ e de um poema contemporâneo a várias delas. O primeiro momento, conforme a Píndaro, na *Olímpica I* (principal fonte literária do mito), trata-se de um banquete

²³⁴ Em anexo, no final do texto, é apresentada uma tabela das dezesseis cerâmicas.

organizado por um rei lídio, Tântalo, o qual o prepara em honra aos deuses e os convida para participar. Nessa ocasião, o deus Posídon se apaixona pelo filho do rei, o jovem Pélops (24-40). Através de cinco das dezesseis cerâmicas, observa-se que a divindade oferecendo presentes para o jovem, como meio para seduzí-lo, como na ânfora nolana Nova York 41.16217 (fig.1).

Figura 1 - Pintor de Berlim; Ânfora de figuras vermelhas; 470-465 AEC;



Fonte: Nova York, Museu Metropolitano: 41.16217. Foto: Domínio público.

Em determinado momento, provavelmente após o cortejo, conforme Píndaro, Posídon rapta o príncipe lídio e o leva para o Olimpo, a morada dos deuses, lugar em que o jovem permanece para realizar os mesmos “serviços” que Ganimedes fez para Zeus (*Olímpica I*, 40-45). Em outras três cerâmicas áticas, nos exemplares Siracusa s/n, Louvre G377 e Viena 3737, é retratado esse episódio da narrativa: as três pinturas que decoram as superfícies dos vasos apresentam o deus correndo em direção ao jovem que, geralmente, foge (com na ânfora nolana Cracóvia 1451, fig. 2). Esse tipo de composição, no repertório das pinturas vasculares áticas, é denominada “cena de perseguição”, é alude aos raptos míticos travados entre uma figura mais forte e outra mais fraga, cuja finalidade da primeira é de caráter erótico (Stansbury-O’donnell, 2009, p. 352) nesse caso, Posídon que rapta Pélops.

Figura 2 - À maneira do pintor de Aquiles; Figuras Vermelhas; ca. 450 AEC.;



Fonte: Cracóvia, Museu Czartoryski: 1451. Foto: © Stock Laboratory of the National Museum in Krakow.

A terceira ocasião é a do retorno do jovem ao mundo mortal, o qual ocorre como uma espécie de punição ao crime de seu pai Tântalo (roubo do néctar e ambrosia) que é estendido ao seu filho. Segundo Píndaro, após ter retornado, Pélops se apaixona por Hipodâmia, filha de Enomau (rei de Pisa), e para se casar com ela deve vencer o seu pai em uma corrida de cavalos. O príncipe lídio, então, pede ajuda ao deus Posídon, o qual o presenteia com uma carruagem dourada e com cavalos alados, os quais garantem a vitória do mesmo sobre Enomau (*Olímpica I*, 54-88). Esse é o episódio da narrativa mais representado nas pinturas vasculares, entre os exemplos, cita-se o cálice Madrid 1999/99/85, em que observam-se duas carruagens, uma com cavalos alados conduzida por Pélops, que está acompanhado por Hipodâmia, e a de Enomau, que está acompanhado pelo seu auriga, Mirtilo (fig. 3).

Figura 3 - Cálice do pintor Hipocontista; Figuras Vermelhas; 420-410A.E.C.;



Fonte: Madrid, Museo Arqueologico Nacional: 1999/99/85.

Foi Thomas Hubbard quem notou que os três momentos da narrativa mítica se relacionam com a estrutura da pederastia: o oferecimento dos presentes por parte de Posídon com os cortejos humanos; o rapto de Pélops e sua estadia no Olimpo com o momento de ensino do mais novo pelo mais velho; e o retorno para o mundo humano com o afastamento entre as figuras, mas a continuidade de uma relação de amizade (2011, p. 210-213). Como um caso excepcional entre os casais homoeróticos míticos com um deus²³⁵, o jovem passa por todas as etapas de formação com a figura que o prepara para a vida adulta, cujo resultado exitoso se dá pela vitória contra Enomau, marcando o sucesso social de Pélops como adulto, visto que se torna rei através da vitória auxiliada por Posídon.

As pinturas vasculares que retratam o mito, assim como o poema de Píndaro e outras fontes literárias, constroem um discurso positivo acerca da pederastia em que, a partir do relacionamento com o *erastes*, o jovem pode se tornar um adulto de prestígio na sociedade. Nessa perspectiva, o par homoerótico Posídon e Pélops é um modelo para os homens adultos e jovens seguirem ao se relacionarem uns com os outros, pois, as ações das figuras nos diferentes momentos do mito contribuem para construir uma norma sobre as condutas socialmente esperadas para o gênero masculino.

A respeito do comportamento dos indivíduos na pederastia, muitos estudiosos se debruçaram a analisar quais são as expectativas sociais na Grécia Antiga. É possível verificar duas abordagens para o tema, a primeira diz respeito às formulações de Kenneth Dover (1989) e Michel Foucault (1984), os quais defendem a existência de uma dualidade de condutas em meio às relações homoeróticas, os quais atribuem um papel ativo ao *erastes* e um passivo ao *eromenos*. Na segunda, à qual se alinham Keith Devries (1997), Andrew Lear e Eva Cantarella (2008), Thomas Hubbard (2011) e Mayer Gaspar (2018), fica evidente a argumentação de que as relações se davam de uma forma muito mais complexa e que os jovens não estavam condicionados a uma subalternidade. Levando em conta ambas as perspectivas, e o caráter excepcional do mito de Posídon e Pélops como modelo da pederastia, propõe-se colocar em interlocução os diferentes autor à luz das representações iconográficas das cerâmicas áticas para verificar a qual abordagem parece ter maior respaldo nas fontes da época.

²³⁵ No mito de Zeus e Ganimedes, por exemplo, não há o retorno do jovem para o mundo mortal, ele continua no Olimpo, imortal e mantendo sua juventude.

Dualismo das relações

Uma obra basilar do final do século XX, de autoria de Kenneth Dover, intitulada *Greek Homosexuality*, originalmente publicada em 1978, teve um caráter inovador para sua época ao ter como principal pauta a investigação da sexualidade grega, em especial, o caráter divergente da heteronormatividade encontrada naquele contexto da antiga. Sua fonte principal é o discurso *Contra Timarco*, redigido por Ésquines (IV AEC) para acusar dimarco de ter-se prostituído para vários homens, a partir do qual investigam-se quais eram as convenções da pederastia na Grécia Antiga, a prática homoerótica institucionalizada em diversas *poleis* entre os períodos Arcaico e Clássico. Além do discurso, diversas pinturas vasculares são examinadas com o objetivo de entender o quadro geral da prática cultural da época, a partir das quais, entre as características observadas, citam-se os gestos das figuras que permitem identificar o caráter erótico da cena, entre elas, o oferecimento de presente pelo mais velho e o aceite/recusa pelo mais novo (1989, p. 93), assim como aparecem nas cenas de cortejo entre Posídon e Pélops (fig.1). A partir desse tipo de composição, Dover pontua a existência de uma série de normas sociais que deveriam ser seguidas de forma específica para cada um dos envolvidos na relação. Para o autor, isso é correspondente ao que aparece em obras como *O Banquete* de Platão, em que há uma diferenciação de papéis na pederastia, os quais determinam que o *erastes* deveria seduzir/perseguir, enquanto o *eromenos* fugir das suas investidas, manifestando-se como se fosse um jogo de sedução que coloca em teste a categorização do sujeito em nessa dualidade (Dover, 1989, P.87; Platão, *Banquete*, 183e-184a).

Anos após o lançamento da obra de Keneeth Dover, Michel Foucault fundamenta-se nos seus estudos para consagrar a dualidade ativo-passivo nas relações pederásticas, quando, em 1984 lança o volume II da *História da Sexualidade*, com o subtítulo de *O uso dos prazeres*, no qual o autor investiga quais eram as concepções de sexualidade na antiguidade grega. Quanto aos papéis etários da pederastia, Foucault comenta:

O primeiro [o *erastes*] tem a posição da iniciativa, ele persegue, o que lhe dá direitos e obrigações: ele tem que mostrar seu ardor, e também tem que moderá-lo; ele dá presentes, presta serviços; tem funções a exercer com relação ao amado; e tudo isso o habilita a esperar a justa recompensa; o outro [o *eromenos*], o que é amado e cortejado, deve evitar ceder com muita facilidade; deve também evitar aceitar demasiadas honras diferentes, conceder seus favores às cegas e por interesse, sem pôr à prova o valor de seu parceiro; também deve manifestar reconhecimento pelo que o amante fez por ele. (Foucault, 1984, p.175).

A expectativa da conduta do *erastes* comentada por Foucault, como observado acima, aparece em algumas das cenas de Posídon e Pélops, como na ânforas nolana Nova York 41.16217 (fig.1), em que a divindade oferece o peixe como presente ao herói na tentativa de

conquistá-lo, e na ânfora nolan Cracóvia 1451 (fig.2), no qual o mesmo o persegue, manifestando o caráter ativo em meio a relação. Enquanto as cenas de cortejo do mito se assemelham as composições de mesmo caráter com figuras “mortais”, aquelas de rapto mítico contrastam com o padrão iconográfico da pederastia humana, nas quais são raras as perseguições entre homens mais velhos e jovens meninos. Para Andrew Lear, os pintores representam os mitos de pares homoeróticos desse modo como meio de diferenciar as relações e estabelecer os limites da ação dos homens (mortais) atenienses em relação ao não-aceitável, visto que, dessa forma, os raptos seriam práticas somente dos deuses (2008, p.170). Em citação direta ao autor, o mesmo coloca que, “nas pinturas vasculares, um deus pode perseguir um menino, mas um mortal deve cortejá-lo, pois o menino é um parceiro de mesmo *status* na troca erótica” (*ibid.*, p.141). Esse entendimento já apareceu, também, na obra de Kenneth Dover, segundo o qual pode-se supor que as cenas de perseguição com deuses não os colocavam como praticantes de atos de *hybris*, transgressores, ao contrário do que se consideraria se fossem os mortais perseguindo os jovens, os quais seriam caracterizados de tal forma (1989, p. 93).

Já quanto a conduta do *eromenos*, no mesmo vaso onde se observa o rapto, o príncipe aparece “evitando ceder com facilidade” ao correr da divindade que o persegue, ao mesmo tempo que com o corpo totalmente coberto por um manto, utiliza suas mãos para levá-lo, assim facilitando a fuga (fig.4). Esse tipo de disposição se vincula com a idealização da conduta em relação à aproximação dos homens mais velhos com intenção de ter relações amorosas. A valorização da resistência em relação ao cortejo estava conectada com o conceito grego de *aidōs*, podendo ser traduzido como “modéstia”, que era uma das principais virtudes dos jovens em meio àquela sociedade, e dizia respeito justamente ao autocontrole: de acordo com Mark, “o [...] objeto de amor, mesmo quando cercado ou pressionado pelas atenções de um homem adulto que o admirava, mostrava pouca reação ou prazer às carícias ou súplicas do *erastes*” (Stansbury-O’donnell, 2006, p.149; grifo nosso). Esse ideal se encontra principalmente nas obras de filósofos como Platão²³⁶, ao mesmo tempo, algumas cenas de Posídon e Pélops contribuem para a construção desse modelo, principalmente aquelas em que o príncipe está enrolado em um manto (vide Cracóvia 1451, fig.4), pois, conforme Andrew Lear, encobrir-se com essa peça do vestuário seria o equivalente visual do termo *aidōs*, visto que, com isso, se mantém o corpo nu do *eromenos* longe da visão/toque do *erastes* e, também, ao ocultar as mãos do *eromenos*, impede temporariamente que ele aceite o presente ofertado (Lear 2008, p.61).

²³⁶ Em uma passagem do Banquete, cita-se o que era considerado mais e menos aceitável quanto ao deixar-se conquistar do jovem pelo *erastes* (Platão, 184a-d).

Figura 4 - Visão frontal ampliada do lado B de Cracóvia 1451. À maneira do pintor de Aquiles; Figuras Vermelhas; 450 AEC.



Fonte: Cracóvia, Museu Czartoryski: 1451. Foto: © Stock Laboratory of the National Museum in Krakow.

Do ponto de vista de Kenneth Dover, as composições que representam o *eromenos* resistindo demonstram a convenção social de que é esperado ao jovem manter-se *blasé*, em suas palavras, ou seja, indiferentes aos avanços dos mais velhos (1987, p.149). As convenções serviam para proteger o menino da desonra, visto que ele se tornaria um cidadão de mesmo *status* que a figura mais velha, (Meyer, 2018, p.150). Para Andrew Lear, “isso mostra que não somente os escritores, mas também os pintores estavam cientes de que, para manter seu caráter próprio, a pederastia possuía regras”, as quais evitam que o jovem seja considerado apenas um objeto de desejo sexual, demonstrando que o mesmo era um menino respeitável (Lear, 2018, p.215; tradução nossa).

Vernon Provencal menciona que há uma possível perda de *timé* (honra/status) se o jovem não se comportar de forma honrável (2006, p.110). Os comportamentos desvalorizados seriam aqueles dos jovens muito fáceis ou muito interessados pelo cortejo do *erastes*, o que corresponderia à perda de sua masculinidade e equiparação com o feminino (Foucault, 1984, p.170). A partir da perspectiva Dover-Foucault, a passividade do *eromenos*, mais próxima da apatia em si, constitui parte da idealização de que não era esperado a reciprocidade do *eros* do *erastes*, ou seja, do desejo sexual, ao contrário das mulheres, que poderiam sentir prazer ao se submeterem uma relação com um homem (Platão, Banquete, 192b; Dover, 1989, p.52). O único sentimento que poderia ser desenvolvido pelo *eromenos* seria o de *philia*, amor, pelo parceiro

mais velho, que com o fim da relação pederastia, transformaria-se em amizade e estima entre os dois (Dover, 1989, P. 79-80; Foucault, 1984, p.1984).

A partir desse sistema que valorizava a modéstia e a apatia erótica do jovem, quanto às relações sexuais, desejava-se não a recusa do *eromenos* em engajar com o *erastes*, mas era considerado apropriado que o mesmo manifesta-se desinteresse enquanto no ato (Lear, 2008, p.46). Ao mesmo tempo, delimitava-se que o jovem não desempenhasse o papel da mulher na relação sexual para que não diminuísse a sua masculinidade, restringindo a possibilidade do intercuro anal entre dois homens para que o *eremenos* não ficasse em um papel subordinado (Dover, 1989, p. 103). Essas convenções, conforme Kenneth Dover, são observadas com o aparecimento das cenas de sexo intercrural entre figuras masculinas ao invés da penetração anal e, geralmente, pela ausência do falo ereto (*ibid.*, p. 52)²³⁷.

A preocupação pela conduta do jovem, portanto, visava evitar tudo aquilo que poderia fragilizar o seu corpo e que, conforme Fábio Cerqueira, “ia na contramão da virilidade” dentro do processo de formação da identidade (2016, p. 53-54). Caso não fosse seguida a convenção, o *eros* legítimo, o homem se afasta da masculinidade e se classifica junto das mulheres ou estrangeiros. Assim, facilitar os avanços do *erastes* por parte do jovem era condenável assim como o assédio contra o *eromenos* por parte do adulto, visto que depravaria sua condição de cidadão na cidade (Dover, 1989, p.103). Desse modo, por contraste, as cenas de perseguição entre Posídon e Pélops, contribuem para definir o comportamento do mais velho conforme as convenções da pederastia ao delimitar que somente os deuses podem raptar os jovens e não os humanos. Ao mesmo tempo, Pélops age de forma paradigmática para um jovem mortal, seguindo a conduta da modéstia (*aidōs*) ao resistir ao deus que o persegue.

Não-dualismo das relações

A perspectiva de que seria possível a reciprocidade entre o mais velho e o mais jovem é observada em trabalhos como os de Keith Devries, em um artigo que faz parte da obra *Queer representations: reading lives, reading cultures*, no qual a autora criticou as falhas de interpretação presentes na obra de Kenneth Dover (1997, p.14). Para Devries, não somente existia a possibilidade do *eromenos* desenvolver o sentimento de amor/amizade/admiração (*antiphilia*) pelo *erastes*, mas também existia o retorno do desejo sexual propriamente dito

²³⁷ Conforme Dover, é comum, nas cenas sexuais, as mulheres desempenharem um papel “subordinado” enquanto os homens um papel “dominante”, do contrário, nas cenas de sexo intercrural, ambas as figuras masculinas estão em pé frente a frente, ao mesmo tempo em que é o *erastes* quem se inclina para chegar às coxas do jovem, ao mesmo tempo que a face fica escondida do seu olhar (1989, p.102).

(*anteros*). A principal crítica da concepção “ativo/passivo” para a pederastia não seria ao caráter social, pois, não nega-se que existia uma dicotomia entre a figura que ensinava as habilidades necessárias para tornar-se um novo cidadão e o jovem que passa pelo processo de maturação ao aprender, mas o ideal de “frigidez” erótica para os parceiros jovens. Defendendo a reciprocidade dos *eromenoi*, Devries aponta as várias cenas em que afeição é por eles expressada, como aqueles em que há o toque na bochecha do *erastes* ou esse tem o pulso agarrado ou o pescoço abraçado pelo jovem (1997, p.20). Sobre a manifestação da excitação nas cenas, sobre as quais Dover defende que a regra é de que o *eromenos* não possua interesse sexual e não apresente o falto ereto, ao contrário do *erastes* (1989, p.96-97), a autora também demonstra como há casos em nenhuma das figuras aparece com ereção, ou então apenas o jovem (1997, p.20-21).

Seguindo a perspectiva de Keith Drevies, pouco mais de uma década depois, Andrew Lear e Eva Cantarella lançam a obra *Images of Ancient Greek Pedersty: Boys were ther gods*, na qual a fonte principal dos autores para examinar a instituição pederástica grega são as pinturas vasculares em si. Nesse trabalho monumental, realiza-se um enorme balanço a respeito das opiniões acerca da prática cultural no contexto grego e, através das cerâmicas, os autores aprofundam-se no exame das diferentes etapas do relacionamento entre os envolvidos. A partir, então, de uma extensa análise de imagens da pederastia, Lear e Cantarella notam como as cenas representam o *eromenos* não somente de forma moderada ou auto-controlada, mas também dominando o *erastes* (2008, p.237).

Voltando-se para as representações iconográficas do mito de Posídon e Pélops, percebe-se que observação de Lear e Cantarella encontra correspondência: os pintores compõem a figura do *eromenos* não só de forma a resistir aos encantos do *erastes*, visto que, por vezes, aparece realizando gestos e disposto de determinadas maneiras que fogem da norma da passividade. Na ânfora nolana Londres E342, o jovem revela o ombro e o braço direito; já no exemplar Nápoles 41.162.17 o braço direito, o ombro e grande parte do torso musculoso estão desnudos; enquanto na cratera de colunas Binetto 4402, o corpo do jovem é totalmente desvelado, inclusive as genitálias para o olhar do deus Posídon²³⁸. Essas composições vão, portanto, na contramão da gestualidade do jovem que esconde o corpo e resiste à sedução da figura mais velha: elas não só mostram diferentes fases do galanteio, conforme coloca Andrew Lear (2008, p. 215), mas também manifestam que o jovem não está restrito a corresponder ou não aos avanços do seu par, podendo, também, ativamente seduzi-lo.

²³⁸ As referências desses exemplares, assim como de outros em que imagens não são apresentadas no texto, encontram-se na tabela “anexo I”.

Figura 5 - Pintor de Harrow; Cratera de figuras vermelhas; ca. 480 AEC; 38 × 38 cm; Etrúria, Itália;



Fonte: Museu de História da Arte de Viena: IV 3737. Imagens: ©KHM-Museumsverband (adição da linha pontilhada pelo autor).

A revelação parcial ou total do corpo, que poderia corresponder ao gesto oposto do equivalente visual de *aidōs* (encobrir-se com o manto), não é a única artimanha para instigar o desejo da figura mais velha, pois, a troca de olhares entre o *erastes* e o *eromenos* o instiga também o é, além de sugerir uma conexão e interesse mútuo entre os envolvidos (*ibid.*, p.63; Stansbury-O'donnel, 2009, p. 357-358). O olhar cruzado aparece em duas das cenas de cortejo, nas ânforas nolanas Nápoles 41.162.17 (cat.2) e Londres E342 (cat.3), e, igualmente, aparece em uma das cenas de rapto, a que decora a cratera de colunas Vienna 3737 (fig.5). Nesta composição elaborada pelo pintor de Harrow, manifesta-se um caráter que complexifica o dualismo ativo-passivo defendido por Dover e Foucault, em que mesmo fugindo de seu perseguidor, o jovem volta-se para trás, ao mesmo tempo que desnuda seu corpo para atrair a divindade.

Thomas Hubbard, o autor que identificou a estrutura da pederastia no mito de Posídon e Pélops, no artigo *Athenian Pederasty and the Construction of Masculinity*, além de pontuar como os diferentes graus de resposta ao *erastes* por parte do *eromenos* manifestam a existência de uma reciprocidade entre as pinturas, também defende a existência de uma conduta ativa dos jovens em meio aos estabelecimentos de relações (2011). Para o autor:

Longe de ser uma forma de exploração, como podemos considerar tais relações hoje [entre uma pessoa mais velha e outra mais nova], a atração erótica de um mentor para um aluno em um sentido equalizou o relacionamento, colocando o homem mais velho em uma posição de necessidade e suplência, onde ele poderia ser aceito ou rejeitado pelos jovens atraentes que poderiam escolher entre muitos potenciais mentores (Hubbard, 2011, p. 204)

Ou seja, mesmo que interno às relações existisse uma hierarquia entre aquele que ensina e aquele que aprende, toda a estrutura da pederastia estava baseada na agência dos sujeitos e não na subalternidade de um ao outro. A partir da comparação entre as cenas do mito de Posídon e Pélops, pode-se perceber, então, essas diferentes formas de conduta do *eromenos* em relação às ofertas e as tentativas de conquista por parte do *erastes*, que podem ir desde a completa recusa, como na ânfora nolana Cracóvia 1451 (fig.2), em que o jovem corre da divindade totalmente coberto com seus manto, até a aceitação, até a sedução do por parte do jovem, como na cratera de colunas Bisneto 4402, em que o príncipe lídio expõe seu corpo nu em direção ao deus.

Apoiando-se nos estudos de Devries, de Hubbard e de outros trabalhos que seguem a mesma perspectiva, o arqueólogo Caspar Meyer, em artigo mais recente intitulado *Foucault's Clay Feet: Ancient Greek Vases in Modern Theories of Sex*, realiza uma crítica esmiuçada da perspectiva Dover-Foucault a respeito da pederastia grega, mencionando que, logo após a publicação de seus trabalhos, foram apontadas pinturas vasculares que refutam a lógica dualista ativo/passivo das relações (2018, p.151). Para Meyer:

Quase qualquer visão dada sobre a limitação das normas da prática sexual grega estabelecidas por meio de pinturas em vasos podem ser combatidas com outra seleção de exemplos que parece demonstrar a existência de uma prática anteriormente considerada inadmissível (Meyer, 2018, p.171; tradução nossa).

Conforme o autor, a lógica dualista da pederastia ignora a materialidade das cerâmicas e dos corpos, principalmente ao ignorar as pinturas vasculares nas quais se encontram representações visuais que fogem da norma para as relações entre jovens e adultos encontradas nas fontes literárias. Sua crítica se baseia fortemente nos estudos mais recentes da área de Estudos de Gênero, em destaque a respeito das teorias de Judith Butler. A partir da autora, Meyer defende como as representações dos corpos na superfície dos vasos pode contribuir para a compreensão do processo de formação da identidade masculina (2018, p.159), assim como se percebe quanto os discursos sobre a conduta do *erastes* e do *eromenos* que aparecem nas cenas do mito de Posídon e Pélops.

Considerações Finais

Se o cenário apresentado, principalmente, nas cenas de rapto parecem confirmar as concepções que Kenneth Dover e Michel Foucault estipularam para o comportamento do par homoerótico, alguns elementos das composições do mito parecem fugir da bipolaridade ativo x passivo, principalmente, quando se trata de uma representação do cortejo entre Posídon e

Pélops. Em suma, é possível observar uma relação muito mais complexa do que o binarismo ativo e passivo. Ao mesmo tempo que algumas pinturas vasculares que apresentam o mito contribuem para construir o ideal de modéstia do comportamento dos jovens, as diferentes representações do mito de Posídon e Pélops demonstram que podem ter existido outras atitudes tomadas pelos jovens quando cortejados pelos mais velhos.

Ao comparar as cenas de cortejo e de rapto, também é possível perceber que a resistência de Pélops aparece com mais frequência nas cenas que apresentam a violência da perseguição, enquanto nas cenas de oferecimento de presentes, o príncipe manifesta, geralmente, maior interesse pelo deus. O discurso sobre o comportamento masculino, a partir das composições do mito, valoriza o cortejo do *erastes* e não a tentativa de assédio, pois, mesmo sendo uma divindade, o jovem Pélops parece responder melhor a uma conduta mais branda, a qual abre maior espaço para a manifestação da reciprocidade do sentimento erótico.

Referências

Fontes

PÍNDARO. **Epinícios e Fragmentos**. Tradução, introdução e notas de Roosevelt Rocha. Curitiba: Kotter Editorial Ltda., 2018.

Bibliografia

CANTARELLA, Eva; LEAR, Andrew. **Images of ancient Greek pederasty, Boys were their gods**. London e New York: Routledge, 2008.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Cruzando Fronteiras da identidade masculina: o homem grego face à efeminação e ao travestismo. In: FROHEWIN, Fábio (Ed.). **Homoerotismona Antiguidade Clássica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras/ Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas, 2016. Cap. 3. p. 51-87.

DEVRIES, Keith. ‘The “Frigid Eromenoi” and their Wooers Revisited: a Closer Look at Greek Homosexuality in VasePainting’. In: **Queer Representations: Reading Lives, Reading Cultures**. ed. Martin B. Duberman, New York, 1997. p. 14–24.

DOVER, Kenneth. **Greek Homosexuality**: Updated and with a new Postscript. Londres: Harvard University Press; Cambridge, Massachusetts, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Editions Gallimard, 1984.

HUBBARD, Thomas K. **Athenian Pederasty and the Construction of Masculinity**. In: What is masculinity? 2011, pp.189-225.

MEYER, Caspar. Foucault’s Clay Feet : Ancient Greek Vases in Modern Theories of Sex. In: **History Workshop Journal**, v. 85, p. 143–168, 2018.

STANSBURY-O'DONNELL, Mark. The Structural Differentiation of Pursuit Scenes. In: YATROMANOLAKIS, D.(Ed.). **An Archaeology of Representations: Ancient Greek Vase-Painting and Contemporary Methodologies**. Athens:Institut du Livre/Kardamitsa, 2009, p. 342-373.

Anexo

Cortejo	Binetto 4402	Cratera de colunas; pintor de Pan; Figuras Vermelhas; 480-465 AEC; Binetto (Itália); Bari, Museu Arqueológico Provincial (Itália): 4402. BAPD: 206279.
Cortejo	Nova York 41.162.17	Ânfora nolana; pintor de Berlim; Figuras Vermelhas; 470-465 AEC; Nova York (EUA), Museu Metropolitano: 41.162.17. BAPD: 201888.
Cortejo	Louvre G377	Ânfora nolana; figuras vermelhas; 450-440 AEC; Paris, Museu do Louvre: G377. BAPD: 214411.
Cortejo	British E322	Ânfora nolana; figuras vermelhas; 450-430 AEC; 34.29 cm; Londres (Reino Unido), Museu Britânico: E322. BAPD: 207846.
Cortejo	Siracusa s/n	Hidria; figuras vermelhas; 475-425 AEC; Siracusa, coleção desconhecida. BAPD: 9052176.
Rapto	Viena IV 3737	Cratera de colunas; pintor de Harrow; figuras vermelhas; ca. 480 AEC; Etrúria, Itália; Museu de História da Arte de Viena: IV 3737. BAPD: 202658.
Rapto	Cabinet 363	Ânfora nolana; pintor de Aquiles; figuras vermelhas; 460-450 AEC.; Paris, Cabinet des Médailles: 363. BAPD: 213832.
Rapto	Cracóvia 1451	Ânfora Nolana; à maneira do pintor de Aquiles; figuras Vermelhas; ca. 450 AEC.; Cracóvia, Czartoryski Museum: 1451. BAPD: 13974
Corrida	Atenas CC968	Lécito; pintor de Safo; Figuras vermelhas; 500-490 AEC.; Grécia; Atenas, Museu Nacional: CC968. BAPD: 9654 e 9017773.
Corrida	Gottingen J22	Lécito; lembra o pintor de Safo; figuras negras e fundo branco; ca 480 AEC; Grécia; Alemanha, Georg-August-Universität: J22. BAPD: 305510.
Corrida	Ferrara 213441	Hidria; pintor de Polygnotos; figuras vermelhas; ca. 430 AEC ; Itália, Espina; Ferrara, Museu Nacional de Espina: 3058. BAPD: 213441.
Corrida	Arezzo 1460	Ânfora de pescoço; à maneira do pintor de Dinos; figuras vermelhas; 450-400 AEC; Arezzo (Itália), Museo Nazionale Archeologico: 1460. BAPD: 215325.
Corrida	Madrid 1999/99/85	Cálice do pintor Hipocontista; Figuras Vermelhas; 420-410 AEC.; Madrid, Museu Arqueológico Nacional: 1999/99/85. BAPD: 21845.
Corrida	Nápoles H2200	Cratera; pintor de Enomau; Figuras Vermelhas; 400-390 AEC.; Nápoles, Museu Arqueológico Nacional: H2200. BAPD: 218098.
Corrida	Pella 08/797	Cratera; comparado ao pintor de ATHENS 12255; 425-375 AEC; figuras vermelhas; Pella: Ephorate of Antiquities of Pella: 08/797.
Corrida	Nova York 21.88.162	Hidria de Nova York; Figuras Vermelhas; 400-375 AEC.; Nova York, Museu Metropolitano: 21.88.162. BAPD: 11677.

Anexo 1: Tabela dos vasos com representações do mito de Posídon e Pélops divididos nos três tipos de cena: cortejo, rapto e corrida. BAPD = Beazley Archive Pottery Database.

Rito, corte e diplomacia nômade na *História de Menandro Protetor* (século VI)

OLIVEIRA, Rodrigo dos Santos

Doutorando em História, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

CAPES, rodrigo.santos.oliveira.1994@gmail.com

Resumo: Em 568, o imperador romano de Constantinopla, Justino II (565 – 578), recebeu em sua corte uma importante comitiva estrangeira originária da Ásia Central. Liderada por um comerciante sogdiano chamado Maníaco, a comitiva trazia consigo uma carta do novo governante supremo da Transoxiana, Ishtemi (533 – c. 576), o *yabghu qaghan* (soberano) dos turcos ocidentais, cuja intenção era estabelecer relações diplomáticas e comerciais com o Império Romano do Oriente. Em resposta, Justino II enviou aos turcos, em 569, uma comitiva romana, cuja liderança ficou sob encargo do *magister militum per Orientem* (mestre dos soldados no Oriente) Zemarco, o Siliciano. Os turcos ascenderam ao poder na segunda metade do século VI, quando se revoltaram contra o Qaghanato Rouran, dos quais eram sujeitos, e consolidaram seu poder no platô mongol. Formado em 552 por Bümin qaghan (552), o Qaghanato Turco alcançou seu apogeu sob a liderança de Muqan qaghan (553 – 573), filho de Bümin, que estendeu o poder turco da Manchúria, ao leste, ao norte do Mar Negro, a oeste, contexto em que entraram em contato com o Império Romano do Oriente. Os eventos que levaram o Qaghanato Turco a estabelecerem relações diplomáticas com Constantinopla e o desenrolar destes acontecimentos são relatados na *História de Menandro Protetor* (c. 550 – c. 605), historiador romano do século VI, que descreve o itinerário de Zemarco e relata o encontro entre o emissário romano e o soberano turco Ishtemi, cuja corte se situava em proximidade à Cordilheira Altaica. Embora fragmentária, a obra de Menandro se apresenta como de fundamental importância para os estudos sobre a política externa e a diplomacia romana, temas sobre os quais o autor demonstra maior domínio e interesse em sua obra. Dito isso, nosso objetivo reside na investigação do relato de Menandro sobre a corte turca, de modo a identificar, através de uma análise dos aspectos simbólicos e materiais apresentados pelo autor, possíveis características de um rito diplomático especificamente nômade ou eurasiático e que contrastem com os ritos de corte comuns à Constantinopla, também presentes na narrativa de Menandro. Ademais, compreendemos rito conforme a noção de “ato ritual” refletida por Axel Michaels em livro intitulado *Homo Ritualis* (2016), que, em termos gerais, define o rito como ações formais performadas e não-ordinárias que possuem implicações individuais ou sociais que confirmam ou transformam a identidade, papel, status ou autoridade de participantes e/ou grupos sociais envolvidos.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Diplomacia; Qaghanato Turco.

Introdução

Em 568, Justino II (r. 565 – 578), imperador romano de Constantinopla, recebeu em sua corte uma comitiva estrangeira oriunda da Ásia Central, liderada por um comerciante sogdiano chamado Maníaco. Consigo, Maníaco trazia uma carta do governante dos turcos ocidentais, Istämi – chamado pelas fontes romanas de Silzíbulo – e carregava votos de amizade em busca de acordos comerciais e uma possível aliança entre os dois Estados, romano e turco. Em reciprocidade, Bizâncio enviou para a corte turca uma comitiva, liderada por um aristocrata chamada Zemarco, o Siliciano. O registro desses encontros, narrado por Menandro Protetor (c.

550 – c. 603) em sua *História*, é o primeiro dentro da historiografia romana a abordar os turcos e as relações com os romanos. Daí, parte da importância de Menandro como autor romano do século VI.

Dito isso, o seguinte texto, decorrente da minha comunicação apresentada no III Congresso Internacional de História da UFSM, tem como objetivo investigar o relato de Menandro sobre a corte turca, de modo a identificar, através de uma análise dos aspectos simbólicos e materiais apresentados pelo autor, possíveis características de um rito diplomático especificamente nômade ou eurasiático e que contrastem com os ritos de corte comuns à Constantinopla, também presentes na narrativa de Menandro Protetor.

Para essa investigação, por conseguinte, reflito acerca de um rito diplomático a partir do conceito de rito apresentado por Michaels Axel em livro intitulado *Homo Ritualis* (2016), conceito esse também empregado pela autora Audrey Becker em artigo intitulado *Verbal and Nonverbal Diplomatic Communication at the Imperial Court of Constantinople (Fifth – Sixth Centuries)* (2018).

Axel (2016), então, define o ritual como um modo de ação específico, comparável, por exemplo, a uma peça de teatro, que deve ser distinguível de atos ordinários cotidianos através de componentes diversos que constituam a estrutura básica da performance ritual, ou seja, das ações ‘ensaiadas’ pelos atores do rito para a realização dele. Para Axel (2016), portanto, o ritual é composto por ações formais performadas e não-ordinárias que possuem implicações, em níveis variados, individuais ou sociais que confirmam ou transformam a identidade, papel, status ou autoridade de participantes e/ou grupos sociais envolvidos.

Minha proposta, então, é refletir, através da ideia de rito, a possibilidade de pensarmos um rito diplomático nômade, turco, ou eurasiático, a partir da *História* de Menandro Protetor. Menandro foi um autor romano que nasceu em algum momento da segunda metade do século VI e que escreveu uma *História* que sobreviveu somente através de fragmentos. A *História* de Menandro foi comissionada pelo imperador Maurício (r. 590 – 602) o que, muito provavelmente, permitiu a ele ter acesso a documentação da chancelaria imperial romana, o que ajuda a explicar uma boa parte dos relatos em sua obra, cujo tema principal é a diplomacia e a política externa romana (Oliveira, 2021; Blockley, 1985).

Embora fragmentária, a obra de Menandro é fundamental para análises que se voltem a política externa romana no século VI. Dentre os autores da chamada *Tradição Classicizante da Antiguidade Tardia*²³⁹, Menandro é o que apresenta maior detalhamento acerca do trato

²³⁹ Foi uma tradição literária da Antiguidade Tardia que procurava referenciar diretamente autores considerados canônicos, tais como Heródoto, Tucídides e Políbio e, em menor medida, Hesíodo e Homero. Dentre as

diplomático no Império Romano do Oriente. Nas palavras de Roger Charles Blockley (1985, p. 16), nenhum dos historiadores classicizantes da Antiguidade Tardia, entre os séculos IV e VI, ofereceu “conhecimento e repetida ênfase sobre as formas e conteúdos da atividade diplomática” da mesma maneira que Menandro.

Ademais, acredito importante ressaltar a utilização de alguns termos que podem causar certo estranhamento a leitores que não possuem contato com uma história da Ásia Central ou da Estepe Eurasiática, são eles *qaghan* e *Qaghanato*. Optei, nesse sentido, por não utilizar traduções para ambos os conceitos, geralmente referidos, no português, como *crão-cã* ou *cagã* e *Grão-Canato* ou *Caganato*. Acredito que a forma adotada neste texto, *qaghan* e *qaghanto*, respeitam, em alguma medida, a transliteração mais comum do turco antigo, *qγn*, mantendo certa fidelidade fonética e, em partes, assemelhando-se ao conceito apresentado em grego, mencionado inclusive por Menandro, *χαγάνος* (*khagános*).

Qaghan, assim, refere-se ao soberano da confederação imperial nômade nomeada como *Qaghanato*. A teoria mais aceita atualmente, é de que o termo possui origem ienisseiana e mongólica, adaptada do título *qa-Ga*, “grande soberano”, utilizado pelos xiongnu, uma confederação nômade que, entre os séculos I aEC e I EC habitavam as estepes ao norte da China. O termo, então, viria a ser adotado por outros povos, como os xianbei – nômades que habitavam os arredores do rio Ienissei –, os rouran, os turcos e, posteriormente, os mongóis (Mutlu, 2021, P. 82; Vovin, 2007).

Já *Qaghanato* se refere a estrutura administrativa governada pelo *qaghan*, que era responsável por liderar diversos clãs e, por vezes, Estados sedentários através de diferentes de vínculos vassalo-tributários. Os clãs nômades sujeitos ao *Qaghanato* deveriam pagar tributos e oferecer exércitos para a guerra e, em troca, o *qaghan* os protegeria de organizações externas mais poderosas, enquanto em territórios sedentarizados eram coletados impostos. Por conseguinte, era de responsabilidade do *qaghan* e da aristocracia nômade a organização militar e administrativa, cabendo a eles a redistribuição do pasto em territórios recém-conquistados. Era também de responsabilidade do *qaghan* a realização de atividades sacrais (Khazanov, 1994).

Sobre a documentação, utilizo a tradução em inglês e compilação de fragmentos – avaliados pelo próprio tradutor como sendo de Menandro – de Roger Charles Blockley, com

características dessa tradição literária, é possível destacar: a preferência pela escrita de uma história do passado recente; o secularismo, ou seja, havia uma tendência de se negar a atuação do divino nos eventos históricos; e o empréstimo linguístico, caracterizado por uma referência linguística direta a esses autores passados, tais como o uso de uma linguagem “aticizante”, i.e., o grego ático, falado na Atenas da Antiguidade Clássica de Tucídides (Blockley, 1985; Kulikowski, 2018).

introdução e notas do autor, em livro intitulado *The History of Menander the Guardsman* (1985). Há, ainda, o texto original, contido na *Excerpta historica iussu imp. Comstantini Porphyrogenitii confecta*, vol. 1: *excerpta de legationibus* (1903), que contém os textos de Menandro contidos nos capítulos da *Excerpta historica*²⁴⁰, *De legationibus Romanorum ad gentes* (*Sobre embaixadas dos romanos aos povos*) e *De legationibus gentium ad Romanos* (*Sobre embaixadas dos povos aos romanos*).

O Qaghanato Turco

Embora a origem dos turcos seja bastante obscura, sabemos um pouco sobre a origem política do que viria a ser o Qaghanato Turco em meados do século VI. De acordo com Denis Sinor (1990), os registros chineses informam que, por volta de 439, o imperador Taiwu (r. 423-452), da dinastia Wei do Norte, destruiu um pequeno Estado na região de Liang do Norte, e como consequência cerca de 5000 famílias buscaram refúgio sob a proteção do Qaghanato Rouran, uma confederação imperial nômade fundada em 402 por Shelun Qaghan no platô Mongol e que, por boa parte de sua existência, esteve em conflito com o Wei do Norte (KRADIN, 2005).

Descritos como pertencentes ao clã *Ashina*, esses turcos foram assentados pelos rouran na região dos Montes Altaicos, onde passaram a trabalhar com a produção de implementos de ferro. O lugar onde trabalhavam, chamado de Montanha Dourada (*Chin shan*), teria, de acordo com os registros chineses, o formato de um elmo, *türk* na língua turco antiga. Essa seria a suposta origem do etnônimo turco (Sinor, 1995, p. 295).

Entre 546 e 552, no entanto, os turcos se revoltaram após dissidências entre o chefe turco do clã *Ashina*, *Bümin*, e o qaghan dos rouran, *Yujiulü Anagui* (r. 522-552). Após uma bem sucedida revolta, *Bümin* conseguiu derrotar e depor *Anagui*, que em seguida cometeu suicídio. Com a vitória sobre os rouran, *Bümin* tomou para si o sublime título de qaghan, título de investidura divina adotada pelos soberanos nômades, e fundou o Qaghanato Turco. *Bümin Qaghan* (r. 552). Todavia, o qaghan turco faleceu pouco após a deposição do qaghan rouran, e foi sucedido por seu filho, nomeado *Issik Qaghan* (r. 552 – 553), que também faleceu um ano depois (Mutlu, 2021).

²⁴⁰ A *Excerpta historica*, também conhecida como *Excertos Constantinianos*, é uma coleção de textos compilados a pedido do imperador Constantino VII Porfirogênito (r. 913-959) e que teve como objetivo educar imperadores futuros. Nela estão contidos excertos de diversos autores da Antiguidade, muitos dos quais tiveram suas obras perdidas, como é o caso de Menandro.

Muqan Qaghan (r. 553 – 572), irmão de Issik e filho de Bümin, foi o sucessor, e foi o responsável por reorganizar e reestruturar o Qaghanato Turco após a tomada de poder. Desde a fundação do Qaghanato pelo primeiro qaghan, em 552, o império dos turcos foi dividido, administrativamente, em duas alas. A ala oriental era governada pelo qaghan principal, Bümin Qaghan, na fundação, e então Muqan Qaghan, seu filho, e a capital era Otüken, no centro do platô mongol. Já a ala ocidental ficou a encargo do irmão do fundador, Bümin, chamado Istämi, que governava sob o título de qaghan yabghu, e embora estivesse hierarquicamente abaixo do qaghan principal, possuía autonomia na Ala Ocidental (Mutlu, 2021; Golden, 1992; Sinor, 1990).

Como líder do qaghanato, Muqan iniciou uma série de campanhas militares contra o Oeste. Derrotou o restante das forças leais aos rouran, e incorporou outros grupos nômades. A campanha principal, no entanto, foi contra o Reino Heftalita, um reino de origem nômade e iraniana que, entre os séculos V e VI se estabeleceu nas regiões da Bactria e da Transoxiana. Em uma campanha liderada por Istämi, qaghan dos turcos ocidentais, os turcos derrotaram os heftalitas através de uma aliança com o Império Sassânida. O território do Reino Heftalita, então, foi dividido entre turcos e persas, e os turcos ocuparam as regiões à leste do rio Amur Darya (Sinor, 1990).

Os turcos na *História* de Menandro Protetor

A aliança entre turcos e persas sassânidas, no entanto, não foi duradoura. Menandro, em sua *História*, nos informa que após alguns incidentes diplomáticos, resultados do desinteresse do soberano persa, Cosroes I, em manter uma aliança com os turcos, a aliança foi rompida e turcos e persas entraram em guerra. Após nos explicar os eventos que levaram ao ocorrido, Menandro nos informa que Maníaco, um emissário sogdiano dos turcos, recomendou ao qaghan que oferecesse a seda negada pelos persas para ser negociada com os romanos (*Excerpta de legationibus gentium ad Romanos* 7; Menandro Protetor, *Fragmenta* 10, 1).

Entre 568 e 569, assim, Istämi, chamado pelas fontes romanas de Silzíbulo, enviou o sogdiano Maníaco como emissário. A comitiva foi recebida pelo imperador Justino II, que recebeu a carta do líder turco entregue pelo emissário. O conteúdo da carta dizia respeito a uma aliança e acordos comerciais entre romanos e turcos, o que daria a Justino II a possibilidade de uma nova guerra contra os persas sassânidas, desta vez contando com o auxílio de um poderoso aliado cujo território era na fronteira leste do Irã. Justino II aceitou o acordo, e em um ato diplomático de reciprocidade, enviou à corte dos turcos um emissário romano da classe

senatorial chamado Zemarco o Ciliciano, que acompanhou Maníaco no trajeto de volta (*Excerpta de legationibus Romanorum ad gentes* 8; Men. Prot., Fr. 10, 3).

Menandro narra o itinerário da comitiva romana pela encosta do Cáucaso, rota posteriormente adotada pelos missionários monofisitas romanos. O fim do trajeto foi um local denominado por Menandro como *Ektag*, “Montanha Dourada”, algum lugar nos arredores da Cordilheira Altaica (Dobrovits, 2011). Chegando lá, Zemarco e sua comitiva precisaram passar por um ritual de purificação pelo fogo, conforme narrado por Menandro (*Exc. de leg. Rom.* 8; Fr. 10, 3):

Certos outros de sua tribo [turcos] apareceram, disseram ser exorcistas de mau-agouro, e eles foram até Zemarco e seus companheiros. Eles pegaram toda a bagagem que carregavam e a colocaram no chão. Então, puseram fogo em galhos de uma árvore de olíbano e entoaram um cântico com palavras bárbaras em sua língua cita, fizeram barulhos com sino e tambores, ondeando sobre as bagagens os ramos de olíbano enquanto estalavam dentro das chamas, e, caindo em frenesi e agindo como loucos, supuseram estarem afastando espíritos malignos. Quando expulsaram os seres malignos, como supuseram, e levaram Zemarco através do fogo, acreditaram por estes meios terem eles mesmos se purificado também.

O rito de purificação pelo fogo parece ter sido uma prática comum entre sociedades nômades, e foi atestada também entre os mongóis no século XVIII (Boyle, 1972). No contexto narrado por Menandro, no entanto, acredito, como hipótese, que o rito está intimamente associado ao ritual diplomático, já que parte do conteúdo das bagagens de Zemarco e sua comitiva eram presentes voltados ao qaghan, e Zemarco e seus companheiros, também purificados, iriam ao encontro do qaghan. Minha hipótese a respeito disso diz respeito ao caráter de investidura divina do qaghan e sua sucessibilidade aos agouros. Mas que sucessibilidade é essa?

Em conformidade ao caráter atribuído ao imperador chinês, que dentre seus títulos possuía o de *Tiānzǐ*, filho de Tian, a divindade Céu, o qaghan também possuía um título de investidura pelo Céu, o divino, que no caso dos turcos era nomeado Tengri. Entre os turcos, por sua vez, há o conceito ambíguo de *qut*, “Fortuna Real”, que significava tanto a sorte do soberano nômade quanto o carisma sobrenatural que ele possuía (Mutlu, 2021, p. 85-87). Nesse sentido, o direito do qaghan de governar as diversas tribos que compunham o qaghanato estava diretamente associado a capacidade deste soberano de cumprir seus deveres sagrados, e aqui entra a sucessibilidade aos maus agouros: derrotas militares, epidemias e epizootias, que poderiam levar a pesadas perdas do gado, o principal meio de subsistência das populações nômades, poderiam ser interpretados como a perda do *qut* por parte do qaghan, ou seja, um

sinal de que Tengri não mais via o qaghan como apto para ser o soberano das estepes, o que poderia levar a substituição ou mesmo a morte dele.

Portanto, ao purificarem os presentes e os membros da comitiva da romana, é possível que os turcos tivessem como objetivo que maus espíritos ou maus agouros não pudessem se aproximar do qaghan, que, por sua vez, também possuía como um de seus deveres sagrados guiar certos rituais religiosos e divinatórios.

Após o ritual, a comitiva romana fora convidada para prestar às honras ao qaghan yabghu, Istâmi, chamado pela fonte de Silzíbulo, que recebeu os emissários romanos em sua tenda. Tendo prestado às devidas honras ao qaghan e entregue os presentes, Zemarco, o chefe da comitiva, leu a carta enviada pelo imperador romano de Constantinopla, Justino II, para o soberano dos turcos ocidentais:

Então, Zemarco disse: “Soberano de tantos povos, o nosso grande basileu, através de mim, seu proclamado mensageiro, declara: “Que sua fortuna seja sempre boa e auspiciosa, você que é bem-disposto com os romanos e é nosso amigo. Que sempre prevaleça sobre seus inimigos e faça deles sua pilhagem. Que a inveja, capaz de destruir as leis divinas da amizade, esteja distante de nós. As tribos dos turcos e aqueles sujeitos aos turcos são meus amigos, e que vocês pensem também o mesmo de nós’. Isso foi o que Zemarco disse, e Silzíbulo proclamou palavras similares em resposta (*Exc. de leg. Rom. 8; Men. Prot., Fr. 10, 3*)

Entregue a carta ao qaghan, Zemarco e seus companheiros foram convidados para um banquete com os turcos na mesma tenda, descrita como luxuosamente decorada com objetos de ouro e seda. No próximo trecho, Menandro descreve:

No outro dia, encontraram-se em outra tenda, que era similarmente decorada com tapeçarias de seda multicolorida. [Na tenda] haviam estátuas de formas distintas. Silzíbulo sentava-se em um assento feito completamente de ouro. No centro da construção haviam urnas douradas, aspersores de água e jarros dourados. Eles banquetearam novamente, e quando conversado e ouvido tanto quanto era necessário durante o consumo, eles partiram (*Exc. de leg. Rom. 8; Men. Prot., Fr. 10, 3*)

Cortes decoradas de forma esplêndida eram uma característica compartilhada entre os grandes impérios Eurasiáticos do contexto, tais como Bizâncio, o Império Sassânida e as dinastias chinesas, que priorizavam o uso de uma arquitetura monumental (Skaff, 2012). Dou aqui o exemplo do *consistorium* romano, local onde eram realizadas as negociações com o imperador, e cuja disposição espacial buscava transformar a corte romana como um reflexo daquela no Reino dos Céus, enaltecendo o caráter divino do imperador e sua legitimidade como soberano (Becker, 2018).

Diferente dos soberanos sedentarizados, todavia, os governantes nômades utilizavam-se de formas mais móveis de demonstração de luxo, como as tendas, descritas por Menandro como luxuosamente decoradas com tapeçarias de seda e objetos de ouro, como o próprio assento

onde reclinava-se o qaghan, descrito como de puro ouro (Skaff, 2012). Menandro narra ao todo três tendas nas quais os emissários romanos se encontraram com o qaghan dos turcos, e todas as três foram descritas como magnificamente decoradas, repletas de objetos em ouro. A disposição espacial dos objetos na corte, portanto, era também parte importante do aspecto de comunicação não-verbal do rito diplomático, já que ao mesmerizar os emissários, o ritual ganhava ainda mais legitimidade.

Há, ainda, outro aspecto que merece maior atenção: o banquete, possivelmente como um espaço de negociações. Sabemos que o banquete com emissários era uma prática valorizada por comunidades nômades, algo que também foi observado entre os hunos no século V. Ainda, é possível que o banquete, entre os turcos, fosse uma prática advinda dos costumes confucionistas, herdados pelos turcos através dos contatos culturais com as dinastias chinesas, algo observado por Jonathan Karam Skaff em sua obra intitulada *Sui-Tang China and Its Turko-Mongol Neighbors* (2012). Nesse sentido, o banquete era um rito de hospitalidade voltado aos emissários e convidados, mas que também servia ao propósito de contribuir para o aumento de prestígio e do carisma do qaghan, que demonstrava sua generosidade perante os convivas.

O caráter diplomático do banquete é melhor abordado em um trecho posterior de Menandro. No terceiro dia desde a chegada dos emissários romanos, o qaghan convocou a Zemarco, o chefe da comitiva romana, para que o acompanhasse em sua campanha contra os persas. Menandro (*Exc. de leg. Rom. 8; Fr. 10, 3*) então narra:

Quando chegaram, Silzíbulo tratou os romanos com a mais alta estima e fez com que se reclinassem no assento mais honroso. Além disso, fez muitas queixas contra os persas, dizendo que havia sofrido injustiças em suas mãos e por isso iria à guerra contra eles. Enquanto Silzíbulo fazia veementemente as suas acusações, o emissário persa ignorou o costume do silêncio que prevalecia entre eles em seus banquetes e começou rapidamente a argumentar, refutando corajosamente as acusações de Silzíbulo, e aqueles presentes ficaram espantados com a excessividade de sua raiva, uma vez que ele abandonou o costume e usou muitas expressões intemperadas. Sob essas circunstâncias eles partiram, e Silzíbulo preparou seu ataque à Pérsia.

Neste trecho, Menandro evidencia outro importante aspecto da comunicação não-verbal, a *proxêmica*, ou seja, o uso do espaço e da distância para a performance. A disposição espacial dos convivas durante o banquete era levada muito a sério, e os convivas tinham seus assentos estrategicamente selecionados de acordo com seu status, rank e prestígio. No caso do trecho de Menandro, Istâmi [Silzíbulo], deu aos emissários romanos os assentos mais prestigiosos, denotando a importância das relações entre o Qaghanato Turco e o Império Romano do Oriente no contexto. A disposição dos assentos poderia ser também motivo para contendas ou incidentes diplomáticos. Skaff (2012, p. 154) exemplifica que, em 730, o imperador da dinastia Tang, Xuanzong, precisou dispor duas tendas para um banquete, de modo

a oferecer o mesmo assento de prestígio aos emissários turquexes, um grupo túrquico, e aos turcos, já que ambos os qaghanatos possuíam um grau de relevância e poder político equivalente, e os Tang, por conseguinte, procuravam não entrar em conflito com nenhum deles. Nas palavras de Skaff (p. 154), “dependendo da circunstância, assentos de rank menor do que esperado poderiam ser considerados um insulto ao orgulho pessoal, a honra de um estado, ou ambos”.

Por fim, há a menção de Menandro a “quebra do costume do silêncio”. Sabemos que no rito diplomático romano tardo-antigo, o imperador era o único que poderia engajar em comunicação verbal, o que transformava o próprio silêncio, por exemplo, em um instrumento de poder. O imperador, deste modo, controlava não apenas a *proxêmica*, como também a *cronemia* – ou seja, o tempo exato da performance diplomática. Embora este seja o caso romano, é bastante provável que protocolos parecidos fossem utilizados por outras cortes, como é o caso dos turcos, o que explica a afirmação de Menandro (Becker, 2018).

Considerações finais

É possível versarmos acerca de rito diplomático turco, nômade, ou eurasiático através da *História* de Menandro Protetor? Através do que apresentei, acredito que a resposta é inconclusa. Menandro, infelizmente, nos apresenta detalhes esparsos acerca do protocolo diplomático adotado pelos turcos, detalhes estes que são enriquecidos somente quando comparados a outras fontes – como aquelas produzidas pelas dinastias chinesas – o que nos permite somente suposições ou hipóteses.

No entanto, defendo que, ao menos em linhas gerais, é possível discutir um *rito diplomático eurasiático* compartilhado entre romanos, persas, chineses e turcos. Skaff (2012), nesse sentido, defende a ideia de uma *diplomacia como um rito eurasiático* ao levar em consideração que, mesmo sem conhecimento prévio entre si, romanos e turcos puderam, por exemplo, estabelecer relações diplomáticas sem incidentes, apesar de protocolos diplomáticos rígidos, tais como os empregados pelo Império Romano.

Por conseguinte, o protocolo do ato ritual diplomático tendia a ser sempre o mesmo, independentemente da origem étnica dos emissários. O que não significava, é claro, que não houvessem níveis diferentes de interação diplomática. Ao empregar diversos níveis de comunicação diplomática, verbal e não-verbal, esperava-se que os emissários estrangeiros fossem capazes de interpretar e compreender os códigos desse protocolo. Algo que, dadas as devidas especificidades culturais, parecia ter pontos em comum entre as cortes eurasiáticas.

A diplomacia entre estes grupos também compartilhava diversas características em comum. A reciprocidade no envio de emissários e presentes, a chamada *lei sagrada da amizade*, que concedia imunidade e hospitalidade aos emissários, assim como outras ações do protocolo ritual, como a *proskynesis*, o ato de prostrar-se perante o soberano.

O rito diplomático, portanto, era empregado por soberanos como forma de destacar e enaltecer sua soberania política. Ao criarem uma corte que, simbólica e materialmente, refletia um Estado poderoso, almejavam demonstrarem sua superioridade em relação a outros homens em status, poder e riqueza.

Referências

Fontes

Excerpta de legationibus gentium ad Romanos. In: DE BOOR, Carl. (ed.). **Excerpta historica iussu imp. Constantini Porphyrogeniti confecta**, vol. 1: excerpta de legationibus. Berlim: Weidmann, 1903.

Excerpta de legationibus Romanorum ad gentes. In: DE BOOR, Carl. (ed.). **Excerpta historica iussu imp. Constantini Porphyrogeniti confecta**, vol. 1: excerpta de legationibus. Berlim: Weidmann, 1903.

MENANDRO PROTETOR. **História**. Trad. de Roger C. Blockley. In: BLOCKLEY, Roger C. *The History of Menander the Guardsman*. Introductory Essay, Text, Translation, and Historiographical Notes. [S.l.]: Francis Cairns, 1985.

Bibliográficas

BECKER, Audrey. Verbal and Nonverbal Diplomatic Communication at the Imperial Court of Constantinople (Fifth-Sixth Centuries). **Dumbarton Oaks Papers**, v. 72, p. 79-92, 2018.

BLOCKLEY, Roger C. **The History of Menander the Guardsman**. Introductory Essay, Text, Translation, and Historiographical Notes. [S.l.]: Francis Cairns, 1985.

DOBROVITS, Mihály. The Altaic World Through Byzantine Eyes: Some Remarks on the Historical Circumstances of Zemarchus' Journey to the Turks (AD 567–570). **Acta Orientalia Academiae Scientiarum Hung**, v. 64, n. 4, p. 373-409, 2011.

GOLDEN, Peter B. **An Introduction to the History of the Turkic Peoples**. Ethnogenesis and State-Formation in Medieval and Early Modern Eurasia and the Middle East. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1992.

KHAZANOV, Anatoly M. **Nomads and the Outside World**. 2. ed. Madison: The University of Wisconsin Press, 1994.

KRADIN, N. Structures of Power in Nomadic Empires of Inner Asia: Anthropological Approach. In: GRINNIN, Leonid E.; BELIAEV, Dmitri D.; KOROTAYEV, Andrey V. (ed.). **Hierarchy and Power in the History of Civilizations: Ancient and Medieval Cultures**. Moscou: URSS, 2007. p. 98-124.

KRADIN, Nikolay N. From Tribal Confederation to Empire: The Eolution of the Rouran Society. **Acta Orientalia Scientarum Hungaricae**, v. 58, n. 2, p. 149-169, 2005.

KULIKOWSKI, Michael. Classicizing History and Historical Epitomes. In: MCGILL, S.; WATTS, E. J. (Edits.). **A Companion to Late Antique Literature**. Nova York: Wiley Blackwell, 2018.

MUTLU, Kahraman. **State Formation and the Social Structure of the Türk Qaganate**. 2021. 208 p. Tese (Doutorado em História) – University of Szeged, Szeged, HUN, 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo dos S. **Entre ávaros e turcos: o estereótipo cita nômade na História de Menandro Protetor (século VI)**. 2021. 145 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

SKAFF, Jonathan K. **Sui-Tang China and Its Turko-Mongol Neighbors**. Culture, Power, and Connections, 580-800. Oxford: Oxford University Press, 2012.

VOVIN, Alexander. Once again on the etymology of the title qayan. **Studia Etymologica Cracoviensiam** v. 12, p. 177-187, 2007.

As práticas homoeróticas e os debates morais no principado romano a partir de Marcial (século I d.C.)

PAUSE, Henrique Hamester

Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria

Pesquisa desenvolvida com financiamento CAPES, henriquepause@hotmail.com

Resumo: Trabalhar com as relações homoeróticas masculinas no contexto do Principado Romano é trabalhar questões complexas e envolventes que passam e transpassam elementos de poder, sociabilidade e moral do vasto horizonte da cultura latina. Pensar o homoerotismo romano dos séculos I e II d.C. é trazer à tona debates de gênero, masculinidade, virilidade e um leque de jogos morais, comportamentais e de sociabilidade que se faziam presentes no período. Tendo isso em vista, neste trabalho, objetivamos apresentar, brevemente, o que a historiografia trata sobre essas percepções do que é correto e incorreto ao homem aristocrata romano na material de ‘sexualidade’ e virilidade, para depois partirmos para uma análise das obras de Marcos Valério Marcial, autor e poeta que viveu durante o século I d.C., majoritariamente na cidade de Roma. Percebemos que em seus pequenos “livrinhos”, maneira em que o próprio autor se referia aos seus epigramas, Marcial dá luz a práticas homoeróticas realizadas pela aristocracia romana de seu contexto e atrela essas práticas a uma moral que estava incrustada ao universo de representações entendidas como o correto e o incorreto para o autor em termos de virilidade criando, assim, um universo simbólico em relação ao homem *uir* e aos grupos/sujeitos opostos ao mesmo.

Palavras-chave: Homoerotismo; Marcos Valério Marcial; Principado Romano.

Trabalhar com o conceito de homoerotismo no contexto do Principado romano é trabalhar questões complexas e que envolvem elementos de poder do horizonte da cultura latina. Pensar o homoerotismo romano dos séculos I e II d.C. é trazer à tona debates de gênero, masculinidade, virilidade e um leque de jogos morais, comportamentais e de sociabilidade que se faziam presentes no período. Tendo isso em vista, neste trabalho, objetivamos apresentar, brevemente, o que a historiografia trata sobre essas percepções, para depois partirmos para uma análise das obras de Marcos Valério Marcial.

Marcial é um poeta nascido na cidade de Bilbilis, na atual Espanha, que viveu sua juventude e idade adulta no século I d.C., tendo morrido por volta dos anos 102 e 104 d.C. Famoso por seus epigramas, Marcial é sinônimo desse estilo e gênero literário. Autor de 14 livros, todos em epigramas, único gênero de escrita que possuímos ter acesso do autor, Marcial nos apresenta uma verdadeira “revista de fofocas” da cidade de Roma, local onde teria se mudado e vivido grande parte da vida antes de retornar a sua cidade natal onde acabou falecendo²⁴¹.

²⁴¹ Todas essas informações são retiradas dos próprios escritos de Marcial existindo pouca menção a ele em outros registros literários.

Figura 1 - Representação gráfica “Marcial”



Fonte: Fernández, Tomás; Tamaro, Elena. Biografia de Marco Valério Marcial. In. *Biografías y Vidas. La enciclopedia biográfica en línea*. Barcelona, Espanha, 2004. Disponível em <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/marcial.htm>.)

Chegando em Roma por volta dos seus 24, 25 anos, Marcial a encontra sob o governo do então imperador Nero (54 a 68). Parece ter sido bem recebido pois, como percebemos pela historiografia, Marcial teria contado com alguns contatos/parceiros hispânicos como Sêneca e Lucano. Contudo, essa boa sorte mudou com a Conjuração de Pisão que supostamente tentará matar Nero. Os resultados diretos disso foram o suicídio de Sêneca e o silêncio de Marcial durante alguns anos, sendo interrompido, ao que se acredita, com o Livro dos Espetáculos, escrito em homenagem ao Coliseu.

Marcial vive um Roma confusa, marcada pela estratificação social e pela desigualdade. Vive sua vida inteira como cliente, dependendo do dinheiro, favores e jantares de seus patronos. Apesar de admitir em seus poemas ser possuidor de propriedades e até mesmo de jovens escravos, Marcial via na escrita epigramática e no patronato um jeito de sobreviver (Lopes, 2019, p. 189). Seus poemas, portanto, como aponta Rodrigo Garcia Lopes (2019, p. 190) eram, aos mesmo tempo, uma reflexão dos estudos sobre o gênero e o fazer epigramático empreitada por Marcial, como um conjunto de poemas “oferecidos a patronos como presentes, para serem recitados em banquetes ou durante as muitas festas populares-religiosas dos romanos, como a Saturnália” (Lopes, 2019, p. 190). Acredita-se também, que seus poemas eram lidos em locais públicos, ou seja, de acesso a grande massa.

O conjunto de temas abordados nos poemas de Marcial são vastos. É perceptível que o poeta de Bilbilis escreve seus epigramas sob o “princípio da variedade” (Lopes, 2019, p. 205). Algumas de suas maiores características de seus epigramas são a métrica e os metapigramas²⁴², a brevidade (apesar de não ser uma regra geral), o uso de trocadilhos, ambiguidades, duplos sentidos, que refletem a urbanidade de seus poemas, assim como o uso de efeitos cômicos e do humor e de elementos sexuais para, como acreditamos, apontar vícios e “defeitos” atribuindo ao epigrama um caráter moralizante e pedagógico, algo até então não necessariamente atrelado a tal gênero literário²⁴³.

A gama de ‘tipos preferidos’ de ataque literário realizado por Marcial é vasta. Entre eles podemos destacar, entre as mulheres, as matronas ricas, as mulheres velhas em geral, as praticantes de sexo com outras mulheres ou que praticam demais sexo, as viúvas e as adúlteras. Já entre os homens temos o destaque para os novos ricos, em especial libertos, ladrões e toda a espécie de trapaceiros, maridos que eram traídos por suas esposas, patronos que não cumpriam com suas obrigações ou não eram justos em seus pagamentos (na visão de Marcial), caçadores de heranças, beijoqueiros e, em especial aqueles homens que realizavam atividades sexuais com outros homens.

Tendo isto em vista conseguimos percebermos que, em seus pequenos “livrinhos”²⁴⁴, Marcial dá luz a práticas homoeróticas realizadas pela aristocracia romana de seu contexto e atrela essas práticas a uma moral que estava incrustada ao universo de representações entendidas como o correto e o incorreto para o autor em termos de virilidade criando, assim, um universo simbólico em relação ao homem *uir* e aos grupos/sujeitos opostos ao mesmo. Marcial faz isso através da escrita invectiva, ou seja, de ataque. Contudo está invectiva está mascarada, diluída através do humor.

Segundo Feitosa (2008b), os primeiros estudiosos que pensaram elementos sobre os usos dos prazeres romanos pautaram suas visões em um modelo homogêneo de cultura, utilizando as categorias homem e mulher como universais e a-históricas ou trans-históricas. Essa mesma percepção, compreendia a velha visão que, inserida na historiografia tradicional, divide a história de Roma em três períodos: 1) a Roma arcaica, aldeã e pobre, portadora dos verdadeiros padrões romanos tão defendida por Catão, o Velho; 2) a Roma republicana, rica e

²⁴² Poemas destinados a dissertar sobre o próprio fazer epigramático.

²⁴³ Para mais aprofundamento sobre isso, recomendamos a leitura de nosso trabalho de conclusão de graduação intitulado “SEXO, GÊNERO E HUMOR NA ROMA DO PRINCÍPIO: RINDO DA PASSIVIDADE E DA EFEMINAÇÃO MASCULINA COM OS EPIGRAMAS DE MARCIAL (séculos I – II d.C.)” defendido em 2018, na Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Semíramis Corsi Silva.

²⁴⁴ Nome dado pelo próprio autor para sua obra.

conquistadora, porém portadora dos primórdios do caos e 3) a Roma imperial, tempo de perversão, desmoralização e o cristianismo como causa de redenção final. O autor romano Sêneca e Catão foram, por muito tempo, os baluartes de sustentação de que o macho masculino ecoava seus primórdios na Roma arcaica: “A passividade é crime para os livres, fatalidade para o servo e obrigação para o liberto” (Sêneca *apud* Feitosa, 2008, p. 132). Na contemporaneidade, tal percepção em relação à questão da atividade/passividade recebeu reflexões por parte de Michael Foucault, que, no entanto, reafirmou a dicotomia ativo-passivo para explicar não só as relações de gênero em Roma, mas também as relações sociais.

Portanto, segundo esse modelo, cabia ao homem romano ser ativo tanto nas relações sexuais como nas relações sociais (com na administração de sua *domus* e da *urbs*), não importando quem fizesse o papel de passivo (escravo, mulher ou liberto), resumidamente, sempre penetrando e nunca sendo penetrado. Percebe-se, então, que muito mais que a masculinidade ser transpassada pelo comportamento sexual ativo ou passivo, existe ainda a questão do desejo, do controle e do descontrole do homem romano. Isso mostra o quão complexa a dicotomia pode ser. Tal aspecto levou a autores mais contemporâneos, como Renato Pinto (2011) a argumentarem que o passivo acaba sendo visto apenas como submisso e cristalizado na posição de inferioridade, sem possibilidade operante ou de prazer na relação sexual. Foi visando compreender melhor essas questões que a historiadora Amy Richlin (1992) e, posteriormente, Craig Williams (2010) desenvolveram uma análise do modelo de virilidade esperado para o homem romano penetrador que foi por ela denominado de Paradigma Priápico. Tal modelo cabe frisar foi feito analisando diretamente os poemas de Marcial e outros escritores romanos.

Assim, Richlin (1992) afirma que esse modelo representa a quintessência do castigo à sexualidade feminina e o elogio do homem, bem como a identificação da sexualidade masculina com o domínio (Richlin, 1992, p. 126). A autora analisa o deus itifálico Priapo como base desse paradigma, pois o mesmo é retratado em todos os poemas satíricos onde esse ‘elogio’ e elevação do homem aparecem, segundo ela. Vemos, dessa maneira, como Marcial usará do humor que esta figura mitológica traz para atacar “os tipos” que Richlin (1992, p.127) afirma serem “as mulheres (em especial as idosas) e homossexuais masculinos”. Aqui concordamos com a autora, porém criticamos seu uso do termo homossexuais. Acreditamos que uma tradução mais adequada poderia ser, por exemplo, “bichas passivas”, referindo-se ao homem romano que detinha desejos por outros homens, mas que contrariava o modelo de virilidade (uir) esperado e se deixava ser penetrado. Williams, posteriormente, nos apresenta, em seu livro *Roman Homosexuality* (2010), o que ele chama de Paradigma Penetrativo (*Penetrative Paradigm*).

Segundo ele, “não é a distinção entre heterossexual e homossexual, mas ao invés disso a distinção entre papéis de ‘ativo’ penetrando e ‘passivo’ penetrado que estruturam fundamentalmente tanto o discurso grego como o romano”. O mesmo autor ainda ressalta, como forma de crítica, que com certeza esse paradigma algumas vezes foi defendido em termos muito fervorosos ou aplicado muito rigidamente, quando na prática havia mais flexibilidade nas relações do que o modelo pode demonstrar.

Ou seja, embora no mundo romano tenha-se construído um universo de representações do que é masculino e do que é feminino, não se pode sugerir que havia ‘O’ homem romano, mas que haviam modelos de existência, subjetividade e masculinidade variados e que essa imagem ideal, esse papel de gênero ideal, esses status sociais, também, dependiam do que se falava sobre esse homem romano e de quem se falava sobre o mesmo, ou seja, quais eram os motivos que levam alguém a escrever sobre a figura em questão, pelo menos nos escritos de Marcial o mesmo irá ou glorificar ou transformar em piada, dependendo de seus interesses políticos e morais.

Esse conjunto de normas, paradigmas e escalas de humilhação estão visivelmente presentes nos poemas de Marcial, correspondendo a uma idealização do padrão de elite de atividade sexual. Como lembra Feitosa (2014, p. 142), essa atividade sexual estava intrinsecamente atrelada a uma projeção de prática social que garantiria a mesma elite o comando e manutenção da ordem, bem como a conquista, o domínio e a autoridade sobre os outros indivíduos e povos. Ou seja, configurava uma imagem idealizada do homem romano ativo social e sexualmente com propósitos políticos. Integridade física e autodomínio (controle sobre a paixão e a volúpia) resultam no comando que esse homem exerceria sobre a sociedade: mulheres, libertos e escravos. O vocábulo latino *uir* caracterizaria um aristocrático como homem em sua plenitude, diferente de outros termos usados para apresentar indivíduos do mesmo sexo, mas de idades e categorias socialmente diferenciadas (Feitosa, 2014, p. 142).

Os poemas eróticos de Marcial, e também de outros autores do período, irão trazer uma construção de padrões de gênero bem clara. Tal construção não fica limitada apenas no comportamento sexual, mas também em claras distinções de vestuário, como apontado nos estudos de Alison Sharrock (1978). Outro desses elementos será a pilosidade, ou seja, o ter ou não ter pelos em determinadas partes do corpo, como estudado por Thuillier (2013).

Como já comentamos, a virilidade romana não estava apenas ligada ao sexo. Envolveria aspectos de alimentação, vestimenta, cuidado do corpo, um jogo de símbolos e representações presentes nos poemas, em especial naqueles que colocam o *uir* ideal que se descuida em alguma das partes, sendo assim um hipócrita, como por exemplo, o que depila as nádegas:

O fato de que depilas o peito, as pernas, os braços,
O fato de que tua pica raspada é rodeada de pelos curtos,
Isto dedicas, Labieno – quem ignora? – à tua amada.
A quem dedicas, Labieno, o cu, que depilas? (Marcial, Epigramas, II, 62).

O que usa roupas luxuosas:

Embora sejas mais emasculado que um, eunuco frouxo
E mais efeminado que o concubino de Celenas,
A quem lamenta em altos gritos o Galo cortado que a Divina Mãe inspira,
Falas de teatros, de plateias e de editos,
De togas, de Idos, de broches e de censos
E apontas os pobres com as mãos polidas com pedras-pomes.
Se te é permitido senta-se no banco dos cavaleiros
Verei, Dídimos: não podes nos dos maridos. (Marcial, Epigramas, V, 41).

Ou, o pior de todos, o passivo/receptor em uma relação sexual:

Vês, Deciano, aquele de cabelos despenteados,
De quem até tu temes o semblante austero,
E que fica falando dos Cúrios e dos Camilos salvadores?
Não acredites na aparência: ontem casou-se como noiva. (Marcial, Epigramas, I, 24).

Em relação a outros termos usados em nossos poemas, vemos que quando Marcial descreve jovens meninos, escravos ou não, ele usa o termo *puer* ou *cinaedus*. O epigramista se coloca como repreensiva a atuação da aristocracia por querer jovens como brinquedos sexuais de alto preço. Mas esta crítica é realizada por conta da considerada extravagância da aristocracia e não pelo fato em si (o de ter jovens meninos para realizar atos sexuais e o próprio fato de o objeto sexual ser do mesmo sexo que seu parceiro). Marcial gosta de escrachar as características afeminadas nos *puer* ou nos aristocratas, sendo essa uma de suas principais invectivas (Marcial, Epigramas, II, 29; III, 63; V, 41).

Dormes com garotos pirocudos,
E o que não se levanta em ti, Febo, é o que se levanta neles.
O que queres, Febo, lhe pergunto, que eu suspeite?
Eu queria acreditar que eras um homem efeminado,
Mas dizem os rumores que não és passivo. (Marcial, III, 73).

Diante do que foi citado, podemos perceber um Marcial contra os efeminados? Acreditamos que não, pois pensamos nesse trabalho que o problema se apresenta para o nosso poeta quando o homem aristocrata romano desrespeita o seu status de virilidade frente aos demais, seja pelo excesso (de luxo ou do contato com os *cinaedus* e relações sexuais do mesmo sexo) ou pelo comportamento próximo do feminino (questão dos pelos/depilação uso de determinadas vestimentas e assumir o papel de passivo na relação sexual). Porém, o poeta de

Bilbilis não é de todo compassivo dos *puer* ou daqueles que ele considera homens efeminados, se diferenciando ele mesmo de um homem afeminado:

Embora de Corinto ser nativo
Te jactes [iactes], Carмениão, ninguém o nega,
Por que me chmas irmão, nascido
Celitbero, do Tago cidadão?
Acaso temos rosto parecido?
Tu, garboso, passeias cacheado,
eu, obstinado, com cabelo hispânico;
tu, leve com dropaz cotidiano,
eu, com pernas e joelhos cabeludos;
tu gaguejas e tens a língua débil,
fale a filha mais auto que eu.
Tanto as pombas das águias não diferem
Nem o rude leão da cabra fuga.
Por isso, para de chamar-me irmão
Para eu não te chamar, Carмениão, de irmã. (Marcial, Epigramas, X, 65).

Não percebemos, portanto, as obras de Marcos Valério Marcial como discursos neutros, mas como representações. Ou seja, como uso de elementos literários como estratégias de poder presentes como forma de apresentar uma autoridade. Esse autor exhibe seus padrões junto ao grupo dos quais participava (a aristocracia romana). A formulação que compreendemos aqui como representação segue a ideia proposta pelo historiador Roger Chartier (1991), um dos pilares da Nova História Cultural, sendo, para ele, a representação uma espécie de mapa mental no qual o autor/produtor do documento organiza a realidade.

Nesses poemas, portanto, estava incrustado o universo de representações entendidas como o mundo correto para seu autor em termos de virilidade e homoerotismo. Nos poemas um universo simbólico é estruturado em relação ao homem *uir*, visando demonstrar (ou não demonstrar, dependendo do desejo do autor) determinada presença de virilidade. Através disso conseguimos perceber em Marcial uma profunda preocupação acerca da ordem social romana que, ao nosso ver e de acordo com a historiografia, é interligada a ordem religiosa, política, moral e sexual. Marcial deseja a construção de um homem romano ideal ao mesmo tempo que expõe, os desvios possíveis em seu contexto. Como já citamos anteriormente, não acreditamos ser Marcial contrário às relações homoeróticas e a possibilidade de sua existência sua invectiva é contra os desvios da prática mais correta possível a essa relação possível dentro do universo sentimental e sexual romano. Sua escrita pautada pelo moralismo pode ter a ver com o contexto conturbado e atrelados às reformas morais de Domiciano (81 - 96), imperador em cujo reinado Marcial desenvolve maior parte de suas obras²⁴⁵.

²⁴⁵ Marcial é tido como um bajulador de Domiciano, apesar dessa perspectiva esteja sendo revisitada pelos historiadores e historiadoras.

Sendo representações do real, construção e entendimentos do autor refletidos em sua poesia Marcial cria ele mesmo uma *persona poética*, inserindo-se indiretamente em seus poemas, fazendo parte ele mesmo das situações complexas e contraditórias que faziam parte do universo de desejos e da vida ‘comum’ romana. A leitura e o estudo de Marcial, assim continua presente e necessária. Apesar do humor não ser, talvez, entendido, suas afirmações e temas continuam tão atuais como eram durante o Império Romano.

Referências

Fontes

MARCIAL. **Epigramas**. Trad. por VALVERDE, J. F. e VERGER, A. R. de. Madrid: /Gredos, 2.v, 1997.

MARCIAL. **Epigrafias** (Livros 1, 2, 3,4). Tradução, introdução e notas de José Guillén. 2003. Disponível em: <http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/23/14/ebook2388.pdf>. Acesso em: 26/01/2016.

MARCIAL, Marcos Valério. **Epigramas**. Tradução, notas e posfácio Rodrigo Garcia Lopes. 2 ed. Ateliê Editorial, Cotia, São Paulo, 2019.

CAIROLI, Fábio Paifer. **Marcial Brasileiro**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, 498 f.

Bibliográficas

CHARTIER, R. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 11 (5), 1991, p. 173-191.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

FEITOSA, L. C. Paixão e desejo na sociedade romana: interpretações historiográficas. In: FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J. DA.; MARTINS, A. L. (Orgs.). **História antiga: contribuições brasileiras**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008, p. 79-92.

FEITOSA, L. C. O amor entre iguais: o universo masculino na sociedade romana. In: ESTEVES, A. M.; AZEVEDO, K. T. e FROHWEIN, F. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. Rio de Janeiro, 2014.

MARTIAL. **Epigrammes** de M. Val. Martial. Ed. V. Verger, N. A. Dubois et. J. Mangeart. Paris: Panckoucke, 1834.

MARCIAL. **Epigramas**. Trad. por VALVERDE, J. F. e VERGER, A. R. de. Madrid: Gredos, Vol. 2, 1997.

MARTIAL. Epigrammes de M. Val. **Martial**. Ed. V. Verger, N. A. Dubois et. J. Mangeart. Paris: Panckoucke, 1834.

MARTIAL. Epigrammes de M. Epigrammes de M. Val. **Martial**. Trad. E. T. Simon. Paris: Guitel, 1819.

PAUSE, H. H. **Sexo, Gênero e Humor na Roma do Principado: rindo da passividade e da efeminação masculina com os epigramas de Marcial (séculos I - II d.C.)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 201, 83 p.

PINTO, R. Representações homoeróticas masculinas na cultura material romana e as exposições dos museus: o caso da Warren Cup, **Métis: História & Cultura**, Vol. 10, n. 20, jul/dez. 2011, p. 110-132.

RICHLIN, A. **The Garden of Priapus**. Sexuality and aggression in Roman Humor. New York: Oxford University Press, 1992.

THULLIER, J. P. Virilidades Romanas: Vir, Virilitas, Virtus. In: CORBIN, A; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). **História da Virilidade: A Invenção da Virilidade (Da Antiguidade às Luzes)**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 73-122.

WILLIAMS, C. A. **Roman Homosexuality**. Nova Iorque: OUP, 2010.

ST 12 – MEMÓRIA, TRABALHO E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Coordenado por Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad
e Prof. Me. Osnar da Costa

Brasil de 1964 a 1985: Discutindo Conceitos, Explanando Posições Teórico-Políticas

KONRAD, Diorge Alceno Konrad

Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da
UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP.
gdkonrad@uol.com.br

Resumo: A historiografia e as ciências sociais têm discutido o Golpe de 1964 e a consequente Ditadura no Brasil através de conceitos díspares: “Revolução” ou “Golpe”; “Regime” ou “Ditadura”; “Golpe e Ditadura Militar”; “Golpe Civil-Militar e Ditadura Civil-Militar”; “Golpe e Ditadura Empresarial-Militar”; “Golpe e Ditadura Midiático-Militar”, “Ditadura de Segurança Nacional”, “Terrorismo de Estado”. Diante do exposto, o objetivo do artigo é apresentar o debate atual sobre os conceitos que procuram explicar o Brasil de 1964 a 1985, a partir da historiografia e das ciências afins, bem como dos sujeitos sociais que defenderam ou resistiram ao *status quo* do período, procurando demonstrar os elos sociais e políticos da construção discursiva presente no processo histórico.

Palavras-Chaves: Historiografia; Ditadura; Brasil [1964-1985].

A reflexão conceitual tem uma tradição historiográfica longa. Assim, analisar como a historiografia e as ciências afins denominaram o Golpe e a própria Ditadura de vinte e um anos (1964-1965), relendo parte de obras já consideradas clássicas, produzidas logo após o início deste processo histórico, além de outras mais atuais, é sempre um desafio. Mas este artigo não fugirá do mesmo, salientando-se que a produção similar do Rio Grande do Sul, também brasileira, será objeto de outro artigo específico, fugindo aos propósitos do texto atual.

Desde já, ressalta-se que, em cada uma das obras consultadas e relacionadas abaixo, o objetivo foi apenas buscar as categorias conceituais fundamentais sobre o que aconteceu em março/abril de 1964, bem como os autores analisados entenderam toda a conjuntura da Ditadura.

Dentro do que chamaremos aqui de produção clássica, o livro *O golpe começou em Washington*, lançado ainda em 1965, do jornalista Edmar Morel, já demonstrava que um dos pontos fulcrais do que aconteceu no Brasil, em 1964, a participação dos Estados Unidos, havia sido decisiva para o desencadeamento do 31 de março. Na obra, foi dito que “o governo dos USA sabia de tudo sobre os acontecimentos que se desenrolavam no Brasil e já havia indícios de reconhecimento e ampla colaboração econômica com o Governo rebelde” (ver a segunda edição de 2014, p. 112);

No ano seguinte, foi lançado o ensaio clássico de Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira*, uma crítica às posições da esquerda, especialmente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), diante dos acontecimentos que assolavam o Brasil. Ali, o historiador afirmou que a

“efusão social em prol de reformas sem as condições de construir um consenso serviu de justificativa para uma reação conservadora que culminou no Golpe de 1964” (p. 22). Ou seja, para Caio Prado Júnior, o Golpe de 1964, em adendo feito no que chamou “Perspectiva em 1977” (p. 252), teve a finalidade essencial de “apartar por completo a participação política das classes populares (...) abafar os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores”.

Em 1967, um brasilianista, Thomas Skidmore, em seu *Brasil: de Getúlio a Castelo*, chamou a derrubada do Presidente como “a Queda de João Goulart” (p. 355-366), ocorrida através de uma “Conspiração Militar contra Jango” (p. 357), assim como de “Rebelião Militar”, “Golpe” ou “Revolução” (entre as p. 365 e 370). Destaca-se que a ideia de isolar os militares do conjunto de outras frações de classe responsáveis pelo que vinha acontecendo, inaugurava uma interpretação, a qual, por sua vez, colocava Castelo Branco como um mediador entre a “linha dura” e os moderados.

No mesmo ano, em 1967, Octávio Ianni lançou *O colapso do populismo no Brasil*, chamando os episódios de 1964 como “Golpe de Estado” (p. 115-132), definindo que ele representava “uma operação político-militar para reintegrar o Brasil no sistema capitalista mundial (p. 132), inaugurando uma “Ditadura” (p. 161-174) na qual “o poder civil e o poder militar confundem-se num só poder” (p. 161). Aqui, a ideia de Golpe e Ditadura com poder civil e militar consolidava uma tradição de interpretação sobre o Brasil do Pós-1964.

Em 1975, outro sociólogo, Florestan Fernandes, em seu clássico *A Revolução Burguesa no Brasil*, informando que começara a escrever esta obra em 1966, como uma “resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964” (p. 3), em passagens recalcitrantes, chamando de “Revolução de 1964”, em uma passagem (p. 225), defende que “as transformações produzidas pelo enrijecimento da dominação burguesa”, no Brasil, impuseram “uma ditadura de classe burguesa preventiva” (p. 320).

Em 1977, o historiador Hélio Silva, em *1964: golpe ou contragolpe?*, afirmou que “o golpe de 1964 teria sido motivado pela existência de uma crise institucional em um Estado ineficiente em arbitrar os conflitos de interesses entre os diferentes estratos sociais, devido à perda da representatividade política” dos que defendiam reformas compreendidas “como uma ameaça comunista”, através do “ingresso acelerado e não ordenado” das “massas” no processo político, que passou a se caracterizar pela “agitação” (p. 16 a 18). Ou seja, intrinsecamente apesar de entender como um Golpe, o autor trazia conceitos oriundos da construção discursiva da “guerra revolucionária”, tão ao gosto da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) da Ditadura.

Conquistada a controversa Anistia, em 1979, com a libertação dos presos políticos e a volta de muitos que estavam no exílio, outra leva de produção que se tornou clássica veio à

tona. Em 1981, como resultado de sua tese de doutorado, era lançado outro clássico, *1964: a conquista do Estado*, escrito pelo cientista político René Dreifuss. Na obra, o autor defendeu que “a ação de classe da elite orgânica”, formado pelo “complexo IPES/IBAD e os militares” (p. 361-416), resultara na “tomada do poder do Estado” fazendo com que a “mudança do regime brasileiro em 1964” (p. 481), através da “ação da elite orgânica”, criasse uma diferença de conteúdo sobre “o movimento de classe que levou à intervenção de 1º de abril, a um mero golpe militar” (p. 483). As consequências do argumento de Dreifuss reforçavam a interpretação de que, tanto a chegada ao governo através de um Golpe, como os posteriores desdobramentos da Ditadura, tinha caráter civil-militar.

O cientista político Caio Navarro de Toledo reforçou a interpretação clássica sobre o Brasil de 1961 a 1985, com destaque para três produções: o livro *O governo Goulart e o golpe de 64* (1982), a organização da obra *Visões críticas do Golpe* (1997) e o artigo “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”, publicado na *Revista Brasileira de História* (2004). Esta interpretação de Toledo é consolidada quando defende que “o movimento político-militar de abril de 1964” representou, de um lado, “um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira” e, de outro, “um golpe contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945” (2004, p. 14), fazendo com que, “com a ação dos ‘vencedores de abril’, ela se tornará uma cruel realidade para muitos homens e mulheres durante os vinte anos da ditadura militar” (*Idem*, p. 24).

Já no contexto dos vinte anos do Golpe, nos estertores da Ditadura, outra obra clássica foi lançada. Trata-se de *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, de Maria Helena Moreira Alves. A Cientista política logo defendeu que o objetivo fundamental do livro era “examinar, no contexto do regime militar brasileiro, as relações entre o Estado e a oposição, (...) em relação ao papel específico que a economia brasileira tem desempenhado no sistema econômico mundial”, haja vista que “o Brasil vivia um processo de desenvolvimento caracterizado por situação de dependência baseada num ‘tripe econômico’ que seria reforçado após o golpe militar e março de 1964” (p. 19). Para a autora, em 1964, “a tomada de poder de Estado” foi dirigida por uma “bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros”, tendo na linha de frente, “em especial um grupo de oficiais da ESG”, sendo “levadas a efeito através de instituições civis de fachada, em especial o IBAD e o IPES” (p. 23-24). A autora deu destaque, sobretudo no capítulo I, na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (p. 33-51), seguindo e ampliando a linha de interpretação de René Dreifuss (1981).

No ano seguinte, outra produção que já nasceu clássica foi a de José Roberto do Amaral Lapa, com sua *História e historiografia brasileira pós-64* (1985). Seu argumento, na ocasião, era de que “a interrupção do processo democrático, por 20 anos que se completaram no mês de março deste ano de 1985”, influenciou diretamente no “perfil adquirido pela produção científica dos historiadores brasileiros, durante este período, de projeção do movimento político-militar de 1964” (p. 11), sendo que, “após o Golpe, o movimento desdobra-se com a incorporação de setores tecnocráticos (...). uma vez que o político mostrava-se amarrado com a aliança político-militar-empresarial” (p. 13).

Em 1987, foi a vez de outro militante histórico (também historiador) da resistência à Ditadura lançar uma de suas obras clássicas. Trata-se de Jacob Gorender com seu *Combate nas trevas*, adiantando que eles confiavam “que o golpe seria derrotado, como os de 1955 e 1961” (p. 13), mas que “o erro fundamental consistiu em não se prepararem a si mesmas [as esquerdas], nem aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas”. Para Gorender “este bloco de forças sociais de há muito visava o Golpe de Estado e o articulou de maneira planejada” (p. 250).

No ano da nova Constituição Brasileira (1988), um indicativo que, ao menos sob o pondo de vista do aparato jurídico-político a Ditadura chegava ao fim, o historiador estadunidense, Thomas Skidmore, lançava a continuidade de sua interpretação sobre o processo histórico que envolveu o Brasil de 1964 a 1985, com sua obra *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Na parte I - As origens da Revolução de 1964 (p. 19-44), num evidente retrocesso conceitual (neste caso, se aliando ao discurso oficial da Ditadura), em relação à produção mais crítica sobre aquele recorte temporal, defendeu que “os militares de mais alta patente através do país, dos quais somente alguns conspiraram ativamente, logo apoiaram o golpe” (p. 43), enquanto “os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart (...) assumem o poder” (p. 45). Segundo Skidmore, “o Brasil foi a primeira democracia latino-americana a sofrer um golpe militar na década de 1960 e a última a se livrar da camisa de força do autoritarismo” (p. 595).

No ano seguinte, se deu o lançamento do polêmico *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil* (1990), escrito por Daniel Aarão Reis Filho. Para este historiador, “a crise do regime democrático instaurado em 1946 e do projeto de um capitalismo nacional, superados pela ditadura militar e pela explicitação da dependência e relação ao capitalismo internacional” (p. 16), fez com que os comunistas tenham se preparado “para a revolução afastando-se da sociedade que pretendem revolucionar” (p. 19). Nesta abordagem, a Ditadura é vista como tal, mas interpretada como ação dos militares, restando à esquerda a responsabilidade pelo seu

próprio fracasso. Temas como o Terrorismo de Estado, a repressão de classe e a respectiva aliança de frações das classes dominantes ficam ausentes da interpretação de Reis Filho.

A sociologia política legaria outra obra já clássica escrita por Marcelo Ridenti. Trata-se de *O fantasma da revolução brasileira* (1993), na qual, na “Apresentação”, feita por Jacob Gorender, este classifica o período como “Anos de Chumbo” (p. 11-14). Já Ridenti argumenta que entre 1964 e 1968, seu pai “estava entre os muitos desconhecidos indignados, passivos, com o regime militar” (p. 17), representando “homens e mulheres que se faziam novos e tiveram o desabrochar impedidos pela modernização conservadora do capitalismo, implementada a ferro e fogo pelo regime militar” (p. 18). Entretanto, chegando ao tema central de seu estudo, defende que “alguns pesquisadores têm procurado dissipar a imensa bruma que encobre o significado histórico, social e político da luta das esquerdas armadas (...), todos eles participantes do combate à ditadura” (p. 20-21).

A filosofia política também legou uma interpretação a considerar como já clássica. Trata-se da obra de João Quartim Kfoury de Moraes, com seu *Liberalismo e ditadura no Cone Sul* (2001), no qual defendeu que o IPES e o IBAD foram integrantes do “feixe cripto-fascista” que “iria assaltar o poder em 1964, se sobressaindo o caráter reacionário do golpe, na medida em que foi desferido contra a crescente mobilização dos trabalhadores e dos movimentos sociais”. Esta linha de argumentação, reforça àquela já defendida por Caio Navarro de Toledo, sobretudo no artigo de 2004.

O que chamamos aqui de “produção recente”, não implica que também não tenham se tornado obras clássicas, afinal, em *Para ler os clássicos* (1993), Ítalo Calvino defendeu que os clássicos muitas vezes já nascem como tal, enquanto outras obras são lançadas despercebidas e se tornam clássicas com o passar do tempo.

Aqui entra a produção de Carlos Fico, com destaque para suas obras *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política* (2001) e *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar* (2004). Mas a sua síntese conceitual veio com *O Golpe de 1964: momentos decisivos* (2014), quando ele defendeu que “1964 é o evento chave da história do Brasil recente”, haja vista que ele “inaugurou um regime militar que duraria 21 anos, mas, em 31 de março de 1964”, mas, num primeiro momento, “não se sabia disso: o golpe, não pressupunha, necessariamente, a ditadura que se seguiu”, argumenta o autor. A pergunta que Fico deixa é “como o golpe se transformou em uma ditadura?” (2014, FGV, p. 7). A sua resposta é de que “muitas vezes quando estudamos a ditadura militar (...) tendemos a ver o golpe de 1964 apenas como o seu evento inaugural, mas ele foi muito mais do que isso”, representando “a expressão mais contemporânea do persistente autoritarismo

brasileiro” (p. 8). Para o autor, “os estudiosos do golpe de 1964 e do período histórico que se seguiu têm insistido em um ponto: não deveríamos usar as expressões ‘golpe militar’ e ‘ditadura militar’, pois seriam mais corretas as designações golpe e ditadura ‘civil-militar’”. A ponderação de Fico é de que “a preocupação é louvável porque tem em vista justamente o fato de que houve apoio civil ao golpe e ao Regime”, porém ele sustenta um ponto de vista diferente: “é verdade que houve apoio de parte da sociedade também à ditadura posterior ao golpe (...) admito como correta a expressão ‘golpe civil-militar’, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar” (p. 19-20).

Por sua vez, se depreende de Jorge Ferreira que o conceito sobre o que representou 1964 já está no título do capítulo “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964” (*In. Ferreira; Delgado, Livro 3, 2003*), enquanto o título do volume seguinte expressa o significado do conjunto dos organizadores da obra sobre o conjunto do Brasil de 1964 a 1985, optando pela denominação de Regime Militar (*In. Ferreira; Delgado, Livro 4, 2003*).

Já no artigo “A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular”, escrito para a *Revista Brasileira de História* (2004, p. 209), Jorge Ferreira retoma o argumento revisionista da cientista política Argelina Figueiredo, defendendo que “a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda”, sendo que “a primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses”; e “a segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, até mesmo com o sacrifício da democracia”. Assim, para o historiador, ambos se igualavam, enquanto “uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa”. Nesta edição da RBH, a contraposição a esta ideia veio por Caio Navarro de Toledo, no artigo “1964: o golpe contra as reformas e a democracia” (2004, p. 13-28), ao defender que “o movimento político-militar de abril de 1964” expressou, de um lado, “um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira” e, de outro, “um golpe contra a incipiente democracia política nascida em 1945”, na mesma linha de seu capítulo “1964: o golpe contra as reformas e a democracia” (*In. Reis Filho; Ridenti; Motta, 2004, p. 67-77*).

Se a produção nos dez, vinte e trinta anos do início da Ditadura, em 1974, 1984 e 1994, respectivamente foi pequena, não podemos dizer o mesmo nos quarenta e cinquenta anos do Golpe. O primeiro a destacar foi *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois (1964-2004)*, organizado por Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. Na apresentação do livro, eles contextualizam (e ao mesmo tempo conceituam) o período, afirmando que “em 1974, dez anos depois de instaurada a ditadura, só foi possível falar em liberdade sobre o assunto em encontros realizados no exílio”, sendo que, mais tarde, entre 1984

e 1994, “quando bateram os sinos dos 20 e dos 30 anos do regime militar, a sociedade (...) não pareceu ainda muito propensa a debater o tema (...). ” (2004, p. 9). Mas agora chegara o momento para tal. Uma década depois, viria a controversa e neopositivista afirmação, “no momento em que se completa o cinquentenário do golpe de 1964”, de que, com “as condições são propícias para análises menos afetadas pelo calor dos acontecimentos” (2014, p. 7)

Em 2006, o cientista político João Roberto Martins filho, que organizou *O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*, repetiu o argumento do distanciamento do tempo, indicando, na apresentação da obra, que as dez mesas-redondas [referia-se ao evento de 2004, na UNESP, em São Carlos, sobre os 40 Anos de 1964] que discutiram “o golpe e o regime que a ele se seguiu durante 20 anos, a partir de uma variedade de perspectivas e metodologias” foram “favorecidas pela distância temporal que trouxe o acúmulo de pesquisas e discussões, tudo isso num ambiente aberto e pluralista” (Martins Filho, p. 7).

No contexto dos cinquenta anos de 1964, três obras de síntese marcaram a produção daquele ano. Na primeira, *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*, José Paulo Netto escreveu que, “em 1º de abril de 1964, um golpe civil-militar – que agora completa meio século da sua deflagração – derrubou o presidente João Goulart”, enquanto “o que se seguiu a 1º de abril foi a completa liquidação do regime democrático que, embora restrito, tinha vigência no país desde 1945”. Para o autor, este Golpe foi “levado a cabo pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira (a fina flor da burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de terras e as cúpulas militares)”, somados “com significativo apoio inicial da alta hierarquia católica e de largas camadas da pequena burguesia”. Segundo o assistente social, este “golpe – que se autoproclamou ‘revolução’”, a fim de “ocultar seu caráter reacionário (...) contou com a ativa colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país. E instaurou uma ditadura que perduraria por duas décadas” (2014, p. 17).

A segunda delas foi *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, do historiador Marcos Napolitano, no qual argumenta que, “no final março de 1964, civis e militares se uniram para derrubar o presidente João Goulart, dando um golpe de Estado tramado dentro e fora do país” (2014, p. 7). Para o autor, depois de 21 anos, “quando o regime acabou, havia uma memória construída”, enquanto, naquele momento, “passados cinquenta anos do Golpe de 1964 e quase trinta anos do fim da ditadura, muitas dessas perspectivas são revisitadas pela historiografia e pela própria memória social” (p. 8).

A terceira produção a destacar foi o livro *1964: o Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, no qual os historiadores argumentam que, “com a sensação de que, a cada

aniversário, o golpe de 1964 está mais presente nos debates sobre a política brasileira”. A obra foi lançada no contexto da divulgação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Presidenta da República, Dilma Roussef, segundo os autores, uma “ex presa política durante o regime ditatorial”. Ferreira e Gomes assinalam que, na ocasião, o lançamento foi assistido “por uma plateia que nem sequer havia ouvido falar do ‘golpe que depôs o presidente João Goulart’” (2014, p. 7).

Rodrigo Patto Sá Motta tem se destacado, entre os historiadores recentes, com produção reflexiva sobre o Brasil Republicano, particularmente sobre o recorte temporal de 1964 a 1985. Em *As universidades e o Regime Militar* (2014) defende que “o livro foi estruturado em torno de algumas indagações que implicam temas e enfoques pouco visitados pela historiografia”. A obra procura responder questões como: Qual o impacto do regime militar sobre as universidades e os profissionais da acadêmica? Como atuaram os apoiadores do regime autoritário nos meios acadêmicos e qual foi a influência da direita nas universidades? De que maneira as ambiguidades da ditadura brasileira se manifestaram na definição das políticas universitárias? (2014, p. 7), ao mesmo tempo que conceitua o período estudado nas próprias perguntas, como se percebe acima. Já em *Passados presentes: o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar* (2021), Rodrigo Patto afirma que “a centralidade dos eventos de 1964 no debate público recente (...) revela algumas das principais questões em disputa quanto à história do regime autoritário”, haja vista que “a sombra do golpe e da subsequente ditadura militar tem ocupado lugar significativo no cenário político militar desde a redemocratização” (2021, p. 9).

Uma conceituação diferenciada sobre o significado de 1964 foi apresentada recentemente pelo historiador e jornalista Juremir Machado da Silva. Em *1964: Golpe Midioático-Civil Militar*, bastante preocupado com o papel dos meios de comunicação naquele processo histórico, o autor defende que “o inventário dessa tragédia que abalou o Brasil continua a ser feito”, mas que o episódio “não foi apenas um golpe militar. Nem somente um golpe civil-militar”, mesmo que seja verdade “que empresários, governadores e militares atuaram em sintonia”. Para Silva, “tem faltado, porém, um elemento no banco dos réus: a mídia”. Assim, “o golpe de 1964 foi midiático-civil-militar”, levando em conta que “a mídia tem sido mais ardilosa” ao reescrever “a história e a própria história dando-se, aos poucos, um papel heroico de resistência”. Levantado o problema, dessa forma, o livro procurou “examinar o melancólico e lamentável papel da imprensa no parto do regime autoritário implantado no Brasil em 1964”.

Por fim, na chamada produção recente, no que interessa a este artigo, tem alavancado outra conceituação para o Golpe e a Ditadura (2020). Pedro Henrique Pedreira Campos, autor

de *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*, defende que é necessário que tentemos “dar conta do estado atual dos estudos”, procurando “apontar para as lacunas historiográficas existentes, bem como os caminhos disponíveis a serem seguidos por novos investigadores, que ainda têm muito o que desvendar sobre a atuação empresarial no regime de exceção brasileiro” (2020, p. 16-17). A linha de interpretação deste historiador segue o conceito de Ditadura Empresarial-Militar defendida por parte da historiografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com destaque para o livro *Empresariado e ditadura no Brasil* (2020), organizado por Renato Luís do Couto Neto Lemos, Pedro Henrique Pedreira Campos e Rafael Vaz da Motta Brandão; bem como de alguns historiadores pertencentes à Universidade Federal Fluminense (UFF), com destaque para Demian Bezerra de Melo e Felipe Demier.

Como se percebe pela longa lista de obras citadas acima, há uma variação relativamente grande na forma dos historiadores e cientistas afins para conceituar o que aconteceu no Brasil em 1964, bem como foi o significado dos vinte e um anos subsequentes. Em 2014, no artigo “Golpe de 1964: nada a comemorar, muito a compreender”, publicado exatamente no 31 de março, defendi na ocasião que “alguns argumentos centrais e de fundo têm sido postos em torno do processo que instalou a Ditadura em nosso País”, sendo que estes “têm sido disputados entre os pesquisadores do tema bem como entre os movimentos sociais e políticos, além dos partidos que resistiram ou são oriundos daquele processo”.

Passados mais dez anos, 2024 abre-se para as efemérides dos sessenta anos de 1964. A clivagem política que se aprofundou após o Golpe de 2016, somada com os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, revisionista e negacionista, aprofundou a distância entre esta versão que defende 1964 como uma “revolução” e aqueles que o veem como um Golpe. Entre estes, a conceituação varia de “Militar” para “Civil-Militar”, “Midiático-Militar”, “Empresarial-Militar” e até “Burgo-Militar”, valendo as mesmas conceituações para os 21 anos da Ditadura.

Como já reiterei no artigo “Ditaduras no Cone Sul: História comparada” (2014, p. 79-83), René Dreifuss, em *1964: a conquista do Estado*, demonstrou suficientemente, com farta documentação, como empresários, banqueiros e outros, nacionais e estrangeiros, contribuíram para a fomentação do Golpe no Brasil. Passados vários anos da Ditadura, certa visão de História ainda reproduz a versão da responsabilidade da Ditadura apenas aos militares, através de categorias conceituais que pouco explicam a aliança civil-militar que governou o Brasil de 1964 a 1985, como “Anos de Chumbo” ou “Guerra Suja”. Esta estratégia discursiva, calcada nas meias-verdades direcionadas para os interesses das classes dominantes, de forma idêntica como fazia a propaganda dirigida por Joseph Goebbels, na Alemanha pós-1933, apenas mostra a

“ponta do iceberg” da Ditadura de Segurança Nacional no Brasil, quando os militares foram a parte visível de um enorme bloco de gelo, sustentado pelos interesses estrangeiros e seus sócios nacionais.

Por sua vez, a indicação restrita de “Golpe ou Ditadura Militar”, assim como o termo eufemístico “Regime Militar” (cunhado pelos próprios ditadores e sua base de apoio, naturalizado muitas vezes pelo mundo acadêmico, abrandando o Terrorismo de Estado praticado no Brasil, desde o primeiro momento do Golpe) e “Golpe ou Ditadura Civil-Militar”, assim como outras conceituações elencadas acima, continuam se mostrando restritas diante do conceito de Ditadura Civil-Militar, o qual amplia mais o significado do Golpe e dos 21 anos que se seguiram. Especialmente para identificar as frações de classe da “sociedade civil” que financiaram e se locupletaram com o Golpe. Ainda é frágil também o argumento historiográfico de que a articulação do Golpe foi Civil-Militar e a Ditadura apenas Militar, especialmente pela simples constatação de que as equipes econômicas de todos os ditadores, de Castelo a Figueiredo, eram quase que absolutamente compostas de quadros civis. Assim, ainda é insuficiente chamar o Golpe e a Ditadura de Civil-Militar. Todo este argumento seria também muito frágil ao não tratar a Ditadura como uma ditadura de classe. Esta é a questão principal e não o apoio ou a participação de civis, a hegemonia ou não de militares nos postos principais, como a Presidência da República. Sabemos que apenas designar a Ditadura como Civil-Militar não é a questão principal. Entretanto, temos que fazer a pergunta: a quem a Ditadura serviu para a dominação das classes no Brasil? Se for dada a conotação militar apenas, o eixo de interpretação é que o Estado foi o agente e os militares os instrumentos de si mesmo, uma velha tese não marxista de setores da ciência política que autonomiza o papel das Forças Armadas, uma espécie de Poder Moderador.

Por outro lado, mesmo a conotação de ditadura de classe ainda precisa ser precisada, explicando melhor sobre o papel da chamada burguesia nacional em nosso processo histórico, se é que a burguesia brasileira tem este caráter. O inegável é que setores estratégicos da burguesia brasileira financiaram o Golpe e concentraram mais poder e riqueza com a Ditadura, na velha e quase colonial diretriz de um capitalismo associado e dependente, especialmente em apoio aos Estados Unidos, como sócios menores do capital financeiro e do capital rentista, que nos dominam até hoje.

Assim, este debate não tem nada a ver com diminuir a responsabilidade da Forças Armadas no Terrorismo de Estado implantado desde o primeiro momento em 1964 e que, através da “Operação Limpeza” de imediato atingiu as lideranças dos partidos políticos legais ou ilegais e dos movimentos sociais.

E é esta a reflexão que precisa ser aprofundada pela historiografia e ciências afins, em torno do Golpe e da Ditadura Pós-1964, mesmo depois de sessenta anos. Até para que a resistência à Ditadura e o processo da luta de classes, nesta estratégia argumentativa, não sejam mais deslocados da História, como defendi em artigo escrito em 2013, transformando em elementos principais outros “fatores” históricos que explicam o Golpe, os vinte e um anos de Terrorismo de Estado e o fim da Ditadura de Segurança Nacional.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?** 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2013.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964), v. 24, n. 47. São Paulo: ANPUH-CNPQ, jan. a jun. de 2004.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro (orgs.). **1964: o Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 4. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1989.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

KONRAD, Diorge Alceno. A democracia brasileira não foi doada: a resistência na Ditadura Civil-Militar Brasileira. In: ALVES, Clarissa Sommer; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos – há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai**. Porto Alegre – RS: APERS, 2013, p. 363-377. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1388085964.Ebook_II_Jornada_Ditaduras_e_DH.p

KONRAD, Diorge Alceno. Golpe de 1964: nada a comemorar, muito a compreender. I, **Portal Vermelho**, mar. 2014. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/golpe-de-1964-nada-a-comemorar-muito-a-compreender/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia brasileira pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MORAES, João Quartim de. **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**. Coleção Trajetória, n. 7. Campinas: IFCH/Ed. da UNICAMP. 2001.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. 2 ed. Jundiá – SP: Paco, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). Bauru. EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A Ditadura que mudou o Brasil**. 50 Anos do Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1964-1964), v. 24, n. 47. São Paulo: ANPUH-CNPQ, jan. a jun. de 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia.** In. REIS

FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar.** 40 anos depois (1964-2004). Bauru. EDUSC, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **Visões críticas do Golpe:** democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

O BANRISUL na proposta da Frente Democrática para as eleições estaduais sul-rio-grandenses de 1954

SILVA, Yúri Batista da
Mestrando em História na Universidade Federal de Santa Maria
CAPES/DS, yurisilva67@gmail.com

Resumo: O presente trabalho buscou compreender melhor como o BANRISUL estava inserido no projeto de governo apresentado, nas eleições de 1954, por Ildo Meneghetti, candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo Partido Social Democrático (PSD) – que junto aos diretórios regionais do Partido Libertador (PL) e da União Democrática Nacional (UDN) formavam a Frente Democrática (FD). Para isso, a pesquisa utilizou como fontes principais os dois maiores jornais em circulação no Rio Grande do Sul na época, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, e em menor escala, outros jornais do Estado. Nesses jornais, o objetivo foi fazer um levantamento dos A Pedido contratados pela Frente Democrática, buscando compreender justamente aquilo que foi apresentado ao público eleito. Este trabalho é parte integrante de um projeto maior que visa compreender como se deu a atuação do BANRISUL durante o primeiro governo de Meneghetti, ocorrido entre 25 de março de 1955 e 24 de março de 1959, e do governo de Leonel Brizola, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre 25 de março de 1959 e 24 de março de 1963. A pesquisa contou com o financiamento de uma bolsa CAPES, via programa de Demanda Social (DS) entre os meses de março de 2022 e setembro de 2023.

Palavras-chave: Meneghetti; BANRISUL; campanha eleitoral.

Em uma pesquisa sobre a atuação do BANRISUL durante dois governos distintos – dos quais, neste trabalho, será abordado apenas um deles, o de Ildo Meneghetti –, a inclusão da campanha eleitoral, com ênfase nas propostas apresentadas e na maneira como o BANRISUL foi abordado nessas propostas, deu-se a partir do entendimento de que este é um dos elementos centrais que, de maneira geral, perpassam os governos estabelecidos. Sobre o assunto, René Rémond (2003, p. 49) afirma que a campanha eleitoral é o primeiro ato do processo eleitoral e não se trata apenas da “manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos”, mas sim do momento da “entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”, que, como continua o autor, “modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças”. Mais do que isso, entende-se aqui a campanha eleitoral como um momento em que são firmados diversos compromissos dos agentes políticos em disputa com indivíduos e grupos sociais distintos, e o cumprimento ou rompimento destes compromissos possui uma série de desdobramentos que são levados em conta durante o ato de governar.

As fontes que permitiram a elaboração deste trabalho foram, principalmente, os dois maiores jornais do Rio Grande do Sul em 1954: *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*. Já o recorte temporal da consulta nestes periódicos foi definido com base no período de campanha oficial da Frente Democrática, ou seja, de seis de junho de 1954 até trinta de setembro do mesmo

ano. Durante esse período²⁴⁶, os jornais mencionados foram sistematicamente instrumentalizados, tanto pela Frente Democrática, quanto por seus principais concorrentes, os candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que lançou o nome do Senador Alberto Pasqualini para concorrer ao Governo do Rio Grande do Sul –, por meio de matérias pagas, chamadas de “A Pedido” ou “Ineditorial”.

Devido ao objetivo da pesquisa ser compreender melhor o projeto apresentado pela Frente Democrática e como o BANRISUL foi inserido nele, optou-se por não levar em conta os editoriais de cada jornal – espaço destinado para expor a opinião da redação –, mas apenas as matérias pagas pela própria FD e a reprodução de discursos proferidos em campanha. As fontes selecionadas são justamente aquelas que permitem compreender melhor o que a FD buscou expor ao público eleitor de uma forma geral e os compromissos que ali foram firmados.

Um projeto rural e liberal

A bibliografia a respeito do diretório rio-grandense do PSD e/ou especificamente de Ildo Meneghetti aponta, em linhas gerais, para o posicionamento em prol de um projeto econômico de cunho liberal – ainda que mitigado por ideias intervencionistas, em ascensão no Brasil, pelo menos desde a década de 1930 – e predominantemente rural (Pesavento, 1985, P. 107; Bodea, 1992, P. 99; Oliveira, 2008, P. 243; Lameira, 2012 E; Asturiam, 2019, p. 199). O exame criterioso das publicações pagas pela FD durante a campanha eleitoral de 1954 elucida bem o que se acabou de falar.

Entre os principais assuntos dessas publicações destacam-se sucessivas críticas a políticos e governos petebistas – dos quais, o governador Ernesto Dornelles (PTB) e o candidato ao Senado João Goulart (PTB), foram os principais alvos –, associações entre o PTB e o Partido Comunista do Brasil (PCB), o enaltecimento e o otimismo da campanha eleitoral realizada pela FD e, em menor escala, publicações que traziam de forma explícita as propostas concretas de Ildo Meneghetti para o governo. Para compreender qual foi, de fato, o projeto de governo apresentado por Meneghetti, foi necessário o exame criterioso destas publicações em conjunto.

Diante disso, destaca-se aqueles que foram, os dois principais elementos do projeto para só então demonstrar como o BANRISUL foi inserido no mesmo. Primeiro é o caráter liberal da proposta: há uma sistemática crítica ao tamanho do estado rio-grandense e/ou brasileiro que, do

²⁴⁶ A exceção foi o *Diário de Notícias* que, após o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em vinte e quatro de agosto de 1954, teve sua sede destruída por simpatizantes pró-Vargas que acusavam o jornal – junto com outros jornais e partidos políticos – de culpa em relação a morte de Vargas. Após esse episódio, o Diário de Notícias interrompeu suas atividades, voltando apenas no ano seguinte.

ponto de vista da FD, mais impedia do que promovia o desenvolvimento das forças produtivas. Isso fica claro em publicação feita na edição 245 *Correio do Povo* e na edição 119 do *Diário de Notícias* que trazem o seguinte trecho, proferido por Meneghetti, em discurso no interior: “Criam-se, numa multiplicação espantosa, órgãos de fomento, estímulo, controle e fiscalização. Para isso, formam-se num abrir e fechar de olhos verdadeiras entidades burocráticas, quase sempre ricas em aparato e vazias em ação” (*Correio do Povo*, ed. 245, p. 12; *Diário de Notícias*, 1954, ed. 119, p. 11)

Seguindo, a tônica da narrativa geral afirmava a existência de um excesso de órgãos estatais que, por sua vez, serviam apenas para busca de interesses pessoais e/ou instrumentos mal empregados em mãos incapazes/desqualificadas²⁴⁷; problemas que a FD pretendia combater por meio de um governo honesto e técnico – sintetizado no *slogan* de campanha “Honestidade e Trabalho” –, mas, principalmente, através de um processo de desburocratização e descentralização de serviços e impostos²⁴⁸. Segundo Meneghetti:

A iniciativa privada tem feito verdadeiros prodígios para cobrir sua parte, contribuindo para opulentar a riqueza pública, mas é mister que o poder público, a seu turno, cumpra sua missão, **sem interferências descabidas, sem exageros de estatismo, mas amparando e estimulando a produção, facilitando o desenvolvimento econômico e não o entrvando e dificultando**. Neste sentido orientarei a administração do Estado se vier a merecer as preferências dos meus concidadãos. (*Correio do Povo*, ed. 259, p. 10; *Diário de Notícias*, 1954, ed. 133, p. 11; *Jornal do Dia*, Ed. 2259, p. 7, grifo do autor).

Vê-se também um grande papel dado à iniciativa privada, vista como a verdadeira propulsora do desenvolvimento econômico, cabendo ao estado o papel de auxiliador nesse processo. Isso relaciona-se com o segundo dos principais pontos do projeto, a produção rural, setor que ganhou o maior destaque dentro do programa apresentado, sendo visto como o principal responsável pelo desenvolvimento econômico. Sobre isso, o discurso de Meneghetti em Itaquí afirmava que

Somente a valorização do homem do interior poderá dar consistência a ideia de um Estado rico e poderoso na sua expressão econômica e social. Todos os meus esforços serão portanto neste sentido: tornar os municípios fortes e pujantes, para que também o seja o Rio Grande do Sul [...] Para este sentimento se volta toda a minha plataforma, desde as bases financeiras e econômicas de governo, até a assistência social, educação e saúde, que serão prestadas ao homem do interior. (*Correio do Povo*, ed. 231, p. 16).

²⁴⁷ Em relação a estes aspectos, o setor de transportes públicos foi o mais criticado: primeiro, com acusações de que o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) durante o governo de Ernesto Dornelles (PTB) havia se preocupado apenas com interesses eleitorais, isto é, com as ações implantadas no órgão almejavam apenas novas vitórias políticas do PTB no Rio Grande do Sul (*Correio do Povo*, ed. 245, p. 12); e, em segundo, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) é colocada nos ineditórios pagos pela FD como um dos principais exemplos de ineficiência e má gestão da coisa pública sob um governo petebista (*Correio do Povo*, ed. 299, p. 12).

²⁴⁸ Exemplos disso foram as propostas de descentralização dos serviços da Secretaria da Agricultura e a municipalização do imposto territorial (*Correio do Povo*, ed. 245, p. 12).

Dentre as principais propostas de Meneghetti – aquelas que foram selecionadas para compor o material a ser publicado nos jornais –, a produção rural é o único setor da economia gaúcha que recebe destaque. Isso fica elucidado em três propostas: primeiro, incentivo a organização de cooperativas para distribuição dos produtos agrícolas, reduzindo o que foi chamado de “operações e interferências inúteis e onerosas” e “desperdícios e lucros iníquos” (*Correio do Povo*, ed. 259, p. 10; *Diário de Notícias*, 1954, ed. 133, p. 11; *Jornal do Dia*, ed. 2259, p. 7). Neste ponto, vê-se uma clara crítica ao intermédio comercial que vinha sendo realizado, responsável, em alguns casos, pela elevação dos preços, dificultando a relação produção-consumo. A segunda proposta que se destaca é o financiamento estatal para aquisição de máquinas agrícolas e o estímulo à criação de empresas rurais para prestação de serviço nas propriedades menores (*Ibid.*). E, por fim, aquilo que mais nos interessa: sobre o BANRISUL, Meneghetti defendeu o seguinte:

O Banco do Rio Grande do Sul deve voltar-se para as finalidades que inspiraram sua constituição. Com recursos fartos, que só os fundos federais lhe pode propiciar, ou com mais modestos, angariados no próprio Estado, tudo leva a fazer com que nosso Banco, embora sem abandono de outras operações, **retorne a cuidar do crédito agropastoril.** (*Ibid.*, grifos do autor).

Essa afirmação é importante, pois elucida bem a ideia de que o BANRISUL, fundado em 1928, havia se distanciado das funcionalidades para as quais foi criado e que estas precisavam ser retomadas.

O BANRISUL: Finalidades que o inspiraram e seus problemas

Para uma melhor compreensão, se faz necessário explicar o que de fato inspirou a criação desse banco e um ponto de partida importante para isso foi o Congresso dos Criadores, realizado entre os dias 24 e 29 de maio de 1927. Reunindo grandes nomes da política e da pecuária rio-grandense, o Congresso tinha por objetivo debater uma série de assuntos, como a criação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, o código rural, a introdução do gado zebu, o contrabando na fronteira e, principalmente, o crédito rural, em que, divididos em comissões, os congressistas deveriam aprovar resoluções a respeito das questões debatidas.

Dentre as comissões, a Comissão de Crédito Rural era tida por muitos como a mais importante, pois tratava de uma demanda histórica dos produtores rurais gaúchos: crédito de longo prazo a juros módicos, difíceis de obter junto ao sistema financeiro privado. Dadas as características, os congressistas aprovaram a necessidade de criar um Banco estatal que

realizasse esse tipo de operação, considerada mais adequada para certos investimentos na agropecuária (*A Federação*, n. 122, 1927, p. 3-4).

Ainda em 1927, Getúlio Vargas, já eleito Presidente do Rio Grande do Sul, demonstrou ser favorável à resolução aprovada pelos congressistas e, em 1928, começaram os esforços para criação do Banco. De forma bastante ágil, em doze de setembro de 1928 foi inaugurado o Banco do Rio Grande do Sul, na época com a sigla BRGS.

Para elucidar bem aquelas que foram suas finalidades iniciais, cabe apresentar alguns pontos retirados do discurso de inauguração, proferido por Firmino Paim Filho, Secretário da Fazenda e primeiro Diretor-Presidente do BANRISUL. Nesse discurso, primeiro é explicado por Firmino a necessidade de um novo banco:

Em tempos normais, poderão elas [produção agrícola e pastoril] viver e prosperar sem ele [crédito rural], como até aqui tem sucedido; mas, quando sobrevêm crises periódicas ou acidentais, a ausência do crédito real é então o facto mais grave, porque só ele pode servir de sustentáculo á atividade rural. (*A Federação*, 1928, ed. 211, p. 2).

Ou seja, o banco vem para suprir as necessidades da produção rural rio-grandense. E na sequência, Firmino explica o funcionamento do banco por meio de duas carteiras: a Carteira Hipotecária, responsável por realizar empréstimos de longo prazo – 5 a 30 anos – e emitir letras hipotecárias no exterior como forma de obter novos recursos; e a Carteira Econômica, com uma funcionalidade semelhante aos demais bancos comerciais, realizaria empréstimos de menor prazo e coletaria depósitos como fonte de novos recursos. Em síntese, essa era a diferença entre ambas e a criação de uma Carteira Econômica foi justificada como uma forma de “dar mais elasticidade [para o banco], criando nova fonte de renda para assim fazer face às suas múltiplas despesas, e assim, diante do volume de negócios, reduzir gradativamente os juros a serem cobrados de seus mutuários” (*Ibid.*). Em outras palavras, tratava-se uma carteira secundária diante daquela que seria a principal carteira do Banco.

No entanto, diversos foram os problemas enfrentados pelo novo estabelecimento de crédito a partir da crise de proporções mundiais que se alastrou em 1929, responsável, entre outras coisas, pelo impedimento na obtenção de novos recursos no exterior, fazendo com que a partir do início da década de 1930, a Carteira Hipotecária se encontrasse em uma situação de estagnação; diferente disso, especialmente a partir de 1936, a Carteira Econômica passou a crescer substancialmente tanto em número de depósitos coletados, quanto na variedade de suas aplicações, expandindo-as cada vez mais para os setores comercial e industrial rio-grandense. Com o tempo, essas mudanças foram acentuando cada vez as diferenças entre o que o Banco fazia e aquilo que tinha por objetivo em 1928.

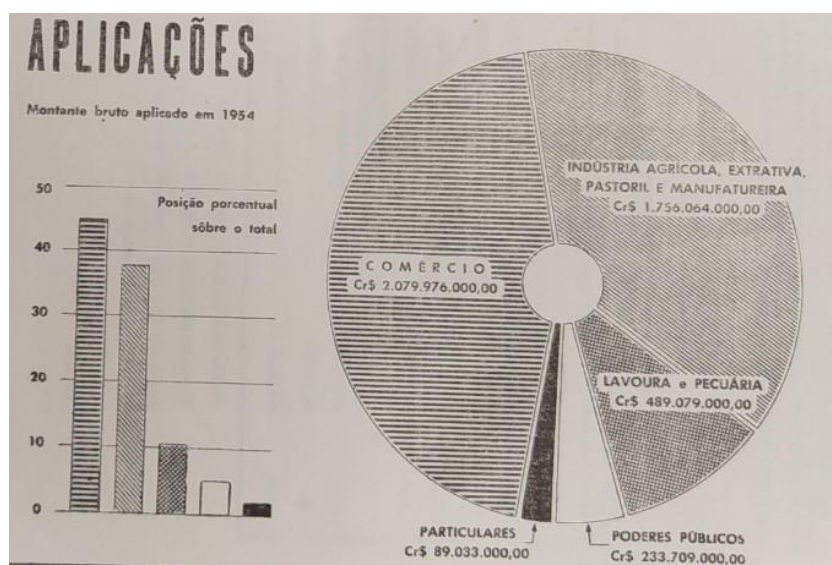
No relatório de 1939, com Diretoria que permaneceu sem alterações por doze anos, o trecho intitulado “*As Finalidades Econômicas do Banco no Ambiente Rural*” apresentava a visão do Banco quanto ao setor rural rio-grandense:

O primitivismo indisfarçável da nossa organização rural [apontado como rudimentar e carente de informações], a dispersão dos produtores em zonas de acesso difícil e custoso, a complexidade do próprio problema do crédito, em si, que convém moderado e cauteloso para não criar dificuldades irremovíveis e mais graves, aconselham a utilização do auxílio financeiro por etapas sucessivas, de maneira a não se agravar, por uma distribuição de crédito inconsiderada, a situação do produtor rural. O crédito é uma necessidade evidente; mas, pode ser um mal de consequências funestas si não se atenderem às condições tão pessoais do produtor, as características tão sensíveis e várias do ambiente rural. (Exercício de 1939, p. 24, 1940).

As dificuldades vivenciadas pelos produtores, segundo a Diretoria, eram males que o crédito poderia agravar, em uma tentativa de amenizar e justificar a mudança da política de investimentos que foi adotada. O que se percebe acima também é o problema do alto risco, do ponto de vista do Banco, para com o financiamento da produção rural. Os problemas comuns do setor poderiam levar o Banco a imobilizar por tempo muito elevado seus recursos, um grande entrave para os negócios financeiros.

No Relatório da Diretoria de 1954, produzido nos primeiros meses de 1955, a distribuição das aplicações do BANRISUL por setor econômico (Figura 1) elucida de forma clara os resultados que tal trajetória havia alcançado.

Figura 1: Aplicações do BANRISUL em 1954



Fonte: EXERCÍCIO em 1954, p. 21, 1955.

Diante do exposto, fica mais fácil compreender o que Meneghetti compreendia quando, ao se posicionar ao lado dos produtores rurais gaúchos, prometia fazer com que o BANRISUL retomasse os objetivos da sua fundação. Isso também permite deduzir que, passados mais de 25 anos da fundação do BANRISUL, o crédito de longo prazo à produção rural continuava sendo uma das principais reivindicações dos produtores e que este Banco, neste momento, tornava-se um objeto de disputas entre grupos de interesses e projetos político-econômicos distintos.

Conclusões

A partir da pesquisa nos “Ineditoriais” e “A Pedidos” dos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, bem como em algumas reproduções de discursos que foram publicadas, foi possível compreender melhor o projeto apresentado por Meneghetti e pela Frente Democrática nas eleições de 1954. O exame destas fontes permitiu não só corroborar com a definição dada pela historiografia à Meneghetti e o diretório rio-grandense do PSD – a saber, liberais e vinculados à produção rural do estado –, mas também entender como suas propostas em relação ao BANRISUL articulavam-se com as demais propostas.

Em um contexto fértil para ideias intervencionistas e industrializantes a partir do estado brasileiro, o projeto apresentado pela FD defendia que o desenvolvimento econômico passava essencialmente pelo fortalecimento da produção primária que, por consequência, se desdobraria no desenvolvimento dos demais ramos da economia e da sociedade. Nesse sentido, O BANRISUL inseria-se nesse projeto como sendo mais uma entidade que voltar-se-ia para os interesses da produção rural rio-grandense ao defender que este deveria voltar a atender os anseios que demandaram sua fundação em 1928.

Referências

ASTURIAM, Marcos Jovino. **O Rio Grande do Sul dividido**: conflitos político eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954). 2019. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. **O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul**: a ação da política liberal-conservadora. 2012 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul**: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do *Diário de Notícias*. 2008. 280 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PESAVENTO, Sandra. **História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: RIOCELL, 1985.

REMOND, René. As eleições. In: REMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VIEIRA, Ivan (Coord.) **Banrisul 80 anos um grande banco aberto para o mundo**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Banco do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.

Conceição Moreira: de Sindicalizada a Institucionalizada no Hospital São Pedro

JESUS, Francisca
Doutoranda em História (UFPEL)
franciscahist@yahoo.com.br

Resumo: Elaborar um projeto de pesquisa fazendo a ligação com racismo estrutural, gênero e loucura obviamente não é tarefa simples, mas o trabalho se propõe a provocação. Esta pesquisa encontra-se na primeira etapa, uma estruturação do projeto a ser suporte de apresentação a qualificação da tese. Pensar em como as instituições manicomiais leem as corpos pretas, e como os discursos médicos dentro dessas instituições elaboram o racismo institucional. Partimos aqui de um caso específico e seus atravessamentos dentro da institucionalização manicomial, esse caso tem o recorte temporal de 1950 a 1970, a partir dele vamos elaborando a proposta de projeto para a construção da tese, elementos que aparecem com recorrência dentro da pesquisa, determinante para pensar a dinâmica de racismo estrutural na lógica manicomial. Esse trabalho é parte de um estudo de caso, mas que transpõe a pesquisa e se coloca como a busca de contar a história de uma mulher negra dentro da institucionalização manicomial, assim como suas feridas dentro da sociabilização e estigmatização, e o ser produtivo dentro da lógica do mundo do trabalho. A pergunta central é como a institucionalização manicomial e o atravessamento racial agiu ou corroboraram na permanência de Conceição Moreira por mais de 30 anos dentro do Hospital São Pedro de Porto Alegre, nos anos de 1950 a 1970, ano de sua morte dentro dessa instituição.

Palavras-chave: Manicômio, Institucionalização, Racismo.

Dinâmica manicomial no Brasil

As dinâmicas de poder e os recortes raciais que estruturam as relações sociais permitem pensar o Estado como agente de controle, regulador e balizador de corpos em desencaixe com padrões sociais e políticos. Desde o Império, o Estado brasileiro implantou a dinâmica de encarceramento higienista para esses corpos.

O decreto n. 82, de 18 de julho de 1841, criou o primeiro hospício do Brasil, nomeado D. Pedro II. A partir dele, podemos conhecer um pouco as dinâmicas da institucionalidade das casas de saúde e abrigo da época. O Hospício D. Pedro II foi criado no Rio de Janeiro, reivindicação de profissionais da Medicina que tinham acesso a pesquisas do médico francês Philippe Pinel (1745-1826), entre outros, que se aprofundavam na defesa da necessidade de lugares específicos para o tratamento dos ditos alienados.

A precariedade e as más condições das casas de saúde e asilos que aceitavam casos de loucura, conforme eram descritas as condições de saúde mental das pessoas institucionalizadas, aliadas aos avanços provocados pela vinda da família real para o Brasil, aceleraram a aprovação da instalação do hospício.

Após a criação do Hospício D. Pedro II, o decreto n. 508, de 21 de junho de 18904, mostra que havia urgência em regulamentar as casas asilares que, a partir deste dispositivo, passariam a prestar atendimento gratuito ou remunerado a quem pudesse se dispor a retribuir. Essas casas estariam sob tutela do Hospício Nacional.

O decreto previa a origem das verbas que manteriam essas casas e as porcentagens destinadas a elas, além de determinar a responsabilidade da direção geral, confiada a um médico especializado na área mental, que deveria residir na instituição administrada. A partir desse decreto, as instituições teriam autonomia administrativa e financeira, o que pode ter levado ao acolhimento de um maior número de pessoas.

Neste momento, apresenta-se a necessidade de qualificar as pessoas que trabalhariam nessas instituições, que se alastram por todo o Brasil. Neste período, é publicado o Decreto n. 791, de 27 de Setembro de 18905, que determina a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras junto ao Hospício Nacional de Alienados.

Também neste período é criado o Museu Anatomopatológico, junto ao Hospício Nacional. O objetivo era deixar expostas peças para estudos direcionados ao adoecimento mental e aos problemas, segundo o decreto, “relacionados aos nervos”.

Neste período foi regulamentada a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, que fornecia a base legal para que o gerenciamento de dinheiro público fosse descentralizado das capitais. Ou seja, era possível regularizar outras instituições, de maneira a que pudessem cobrar e repassar suas arrecadações aos cofres públicos.

Com o Decreto n. 1.559, de 7 de outubro de 1893, e seus sucessores, começa o regramento de tutelamento do Estado perante os corpos e mentes abrigados nessas instituições. Esses dispositivos visavam reorganizar o funcionamento das áreas internas e setores burocráticos, assim como o acolhimento dos abrigados.

Trabalhamos aqui com a hipótese da descontinuidade, que divide a psiquiatria no Brasil em dois momentos, tendo como base as bibliografias consultadas até então. O primeiro momento ocorre até o final do século XIX, em que apenas são encarcerados os ditos alienados, os sujeitos que destoam visivelmente da realidade social do presente vivido.

Já no segundo momento temos a introdução dos estudos da prática psiquiátrica no Brasil pelo médico Juliano Moreira, com a proposta de acolher não somente os sujeitos acometidos por adoecimento mental, mas também por transtornos múltiplos, que também entrariam na classificação de tratamento dentro desses hospitais psiquiátricos.

Descrevemos acima o primeiro momento, no qual tentamos traçar minimamente os passos da institucionalização e seus sujeitos de acolhimento. No segundo momento, já podemos

trazer as multiplicidades de entendimento do adoecimento mental no Brasil. Para entendermos mais, recorreremos aos decretos da área de Psiquiatria, que vai se aprimorando ao longo de cada ano, conforme a demanda imposta pelo sistema.

Em uma primeira análise, foram editados aproximadamente 11 decretos até o final do século XIX para ordenar a regulamentação e o funcionamento de casas asilares, hospícios e colônias. Em nossa divisão temporal, essa fase constitui o primeiro período da Psiquiatria no Brasil.

No segundo momento, no século XX, foram aproximadamente 20 decretos até 1974, que direcionam e classificam os atendimentos. Destacamos aqui o Decreto n. 20.889, de 30 de dezembro de 1931, que trata da criação do Manicômio Judiciário e da assistência a psicopatas.

É importante ressaltar que até aqui não temos nenhum recorte racial ou de gênero, e nenhum decreto que especifique gênero ou raça como elementos constitutivos das políticas voltadas para essa problemática. No resgate histórico que fizemos até aqui para levantar as questões deste trabalho, citamos o médico que introduz um novo olhar na psiquiatria brasileira. Juliano Moreira é descrito como um profissional negro e traz em seus trabalhos elementos que confrontam a tese do racismo científico.

Com essa exposição inicial, pretendemos situar de maneira preliminar o universo em que se moverá a pesquisa neste trabalho, discutindo a perspectiva de poder, as tensões e o autoritarismo que certamente brotarão da radiografia da institucionalização manicomial do estado do Rio Grande do Sul a partir de um recorte de gênero e raça, num período de 30 anos.

A relevância desta pesquisa se sustenta pela invisibilidade histórica das mulheres negras nas instituições manicomiais do Rio Grande do Sul. Também se justifica essa pesquisa pela histórica jornada de escravização do povo negro no Brasil e, por consequência, por sua constante busca por identidade, dignidade e mesmo humanidade na sociedade brasileira. Tal contexto impacta diretamente a saúde mental do povo negro, a partir de uma perspectiva social, política e científica do pensar saúde dentro do sistema escravizatório.

Esta pesquisa dialoga com a transversalidade. A História é seu eixo central, particularmente a História Social, Oral e a Nova História. Mas a área da saúde, principalmente a partir da Psiquiatria, oferecerá contribuições para um mapeamento dos indivíduos negros dentro de seu “eu social”. Suas dinâmicas e suas trajetórias serão observadas através de suas narrativas, já que suas identidades não se encontram e nem se entendem, dentro do sistema secular de apagamento dos reflexos da escravização no Brasil.

Os limites documentais que até então se colocaram para termos um espectro nítido dessas relações em uma perspectiva historiográfica levam-nos a nos valer do recurso das

narrativas orais para trazer rostos, nomes e vivências cujas existências foram historicamente invisibilizadas e classificadas segundo números, dentro da institucionalidade manicomial. Neste caso, avulta a importância da História Oral, a partir da realização de entrevistas com as sujeitas submetidas à tutela estatal nas instituições manicomiais.

A revisão bibliográfica para essa primeira etapa da pesquisa apresenta alguns elementos sobre os quais discorreremos ao longo dessa proposta. Em uma busca preliminar em plataformas acadêmicas referenciando palavras-chaves como: Mulheres negras, Institucionalizadas, Manicômio e Rio Grande do Sul, encontramos em torno de 20 trabalhos até o momento na área da História no contexto brasileiro com a temática e o recorte temporal propostos. As buscas serão aprofundadas ao longo da pesquisa.

O recorte temporal de três décadas (1950 a 1970) foi definido pelo fato de nesse período encontrar-se a maior quantidade de dados sobre as internações no estado, centralizados no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Além disso, representa um momento de transição tanto dos estudos da área da Psiquiatria sobre o tema quanto do momento de endurecimento político que se verifica a partir da instauração da ditadura civil-militar no país, com reflexos no tratamento da questão manicomial.

É essencial evidenciar que a proposta desse tema se justifica, além de sua relevância social e histórica, pelo fato de ser feito sob a lente de uma pesquisadora negra, militante da luta antimanicomial, contada e trazida à luz por mulheres negras, com suas vivências negras, tendo como esteio a orientação de pesquisadores que também mergulharam nesse universo de entendimento de que a pesquisa pode ser uma ferramenta potente de reparação histórica às(aos) invisibilizadas(os).

A Tese de Carvalho (2019) analisa o universo feminino no Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul, no contexto do universo psiquiátrico e do sistema penal do estado entre 1925 a 1939. O trabalho debate as políticas públicas aplicadas nesse sistema, analisando como as mulheres eram descritas dentro do universo médico, suas patologias, seus crimes e seus rostos, relacionando raça, estado civil, profissão, naturalidade e idade das detentas. Esse trabalho nos instiga a traçar uma cronologia dentro de nossa pesquisa das diferentes formas das instituições manicomiais e suas delimitações de institucionalização.

Borges (2007) estuda os processos de institucionalização e funcionamento das Colônias Agrícolas. A autora parte da Colônia Agrícola de Viamão, inaugurada na década de 1970, que visava atender à demanda contínua do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Este trabalho dialoga com minha proposta, no sentido de análise de um microcosmo que expande sua proporção para um universo macro. Através de um recorte temporal e de uma delimitação territorial, pretendo

expandir minha análise para um espectro maior, dialogando com a oralidade e as fontes documentais.

A Dissertação de Freitas (2016) apresenta a narrativa de mulheres em forma de documentário como suporte gerador para trabalhar a loucura e a associação dessas mulheres dentro de uma perspectiva médica. O tratamento de diversas formas narrativas pode ser elemento enriquecedor para meu trabalho.

A Dissertação de Munhoz (2012) apresenta a narrativa de duas mulheres assistidas pelo Centro de Atenção Psicossocial de Pelotas, fornecendo ferramentas para pensarmos como e de que forma a História Oral sobre diferentes vivências possibilita elencar variáveis sobre a institucionalização e as trajetórias fora da instituição manicomial, mesmo que ainda sob tutela do Estado. Dialogar com essa dissertação permite expandir o olhar para o tratamento dado pelas Ciências Sociais sobre a temática, porém, com a perspectiva teórico-metodológica da História Oral de Vida, de modo a elaborar como os corpos das mulheres vivenciam o sofrimento psíquico.

A manutenção do poder do Estado sobre as corpos negras vale-se de sua vulnerabilidade social e econômica, com direcionamento multifatorial, tendo como fundamento o racismo estrutural. Ao colocar essas mulheres pretas sob constante institucionalização e tutelamento, facilitado pela estrutura de poder patriarcal no contexto familiar, na sociabilidade, no mundo do trabalho ou a partir do conjunto de todos esses fatores, esse poder determina uma sobrecarga emocional às sujeitas negras.

Considera-se a perspectiva cronológica, tendo como base as leis e os decretos apresentados na Introdução, para fins de contextualização desta pesquisa, em um primeiro momento, tendo como parâmetro a forma com que esse trabalho se situa dentro da História Social. Além disso, a perspectiva histórica da condição de gênero e o apagamento ancestral da memória do povo negro, desnudando o ser de sua condição de humanidade, para essas mulheres pretas, provavelmente facilitou a manipulação de sua institucionalização, dentro da lógica manicomial.

Ao buscar desvelar quem são as mulheres negras institucionalizadas e pesquisar as formas de controle que o Estado utiliza para que as mesmas adentrem esses espaços institucionais manicomiais, buscarei suas narrativas – e aqui coloco as suas ou a de seus familiares que de alguma forma possam ter presenciado ou sofrido diretamente com essa institucionalização – confrontando com a narrativa documental produzida pelas instituições: “O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história” (Pollak,

1989, p. 9). Esta pesquisa situa-se na linha Estado: entre Poder Tensões e Autoritarismo, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel).

Entendemos que um dos caminhos que amparam essa pesquisa é a Nova História, de maneira a contemplar a transversalidade em que se entende a temática de pesquisa: “[...] os Historiadores estão tendo que se preocupar com questões que por muito tempo interessaram a sociólogos e cientistas sociais” (Burke, 1992, p. 31). Voltamos-nos também para a História Social, a partir de Le Goff: “Esta concepção da história humana convida muitos historiadores a pensarem que a parte central e essencial da história é a história social” (Le Goff, 1990, p. 18). Alguns elementos ao longo da pesquisa permitem constatar que a História Social também se aplica à pesquisa, já que múltiplos fatores serão considerados para estabelecer a hipótese do controle social do Estado sobre as mulheres negras institucionalizadas, a saber: aspectos relacionados à Psiquiatria, Psicologia, Enfermagem, Sociologia, além dos atinentes ao campo da História propriamente dita.

Este pré-projeto situa-se também dentro de uma perspectiva de memória e oralidade, sendo a narrativa oral a forma condutora da pesquisa, que nasce de histórias de vivências e suscita o exercício do olhar para além dos signos colocados pelas entrevistadas à pesquisadora.

Devemos ler e interpretar sinais que irão também compor a transcrição daquela narrativa: “O silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (Pollak, 1989, p. 6). Utilizar a História Oral como ferramenta de trabalho é desafiador, pois se aqueles que, não sem hesitação, nem perigo, distribuímos entre as prisões, casas de correção, hospitais psiquiátricos ou gabinetes de psicanalistas. Foi isso, em suma, o que pretendeu demonstrar, no começo do século, todo um grupo de historiadores, se esse termo não for, no mínimo, exagerado. Se eles tivessem sabido isolar o liame evidente que liga a polícia do internamento à política mercantil, é bem provável que teriam encontrado nesse ponto um argumento suplementar em favor de sua tese. Talvez o único argumento sério e que mereceria um exame. Teriam podido mostrar sobre que fundo de sensibilidade social a consciência médica da loucura pôde formar-se, e até que ponto ela lhe permanece ligada, dado que é esta sensibilidade que serve como elemento regulador quando se trata de decidir sobre uma internação ou libertação (Foucault, 1972, . 90-91).

Quais elementos estão na subjugação do indivíduo em adoecimento mental e como esses elementos corroboram com a decisão de suas vidas e existência fora ou dentro da instituição manicomial? Podemos questionar se somente o discurso médico é eficaz neste momento, ou se todo o contexto social, familiar e político participa dessa internação.

A intenção do castigo, e do castigo individual, torna-se então bastante precisa. O flagelo perdeu seu caráter apocalíptico: ele designa, de modo bastante localizado, uma culpabilidade. Mais ainda, o "grande mal" só exige esses ritos de purificação porque se origina nas desordens do coração, e porque pode ser assimilado ao pecado definido pela intenção deliberada de pecar (Foucault, 1972, p. 97).

Os elementos balizadores da lógica do castigo tendem a ser subliminares, principalmente em se tratando de mulheres negras dentro desses espaços manicomiais. Quais vidas são desejáveis e úteis, quais serão descartadas e serão recicladas: “O pânico moral que rodeia o crime não está relacionado a uma escala do crime em nenhum sentido material. E sim a um problema de gerir grandes populações – especialmente pessoas de cor – que se tornam dispensáveis pelo sistema do capitalismo global” (Davis, 2019, p. 41).

As formas de colocar o corpo feminino negro em degradação, seja de objetificação ou de massacre dentro da esfera do biopoder, justificam a morte e a vida dessas mulheres dentro da institucionalização, perpetuando o sistema de racismo institucional. O mesmo tende a não acontecer, pelo menos não com a mesma intensidade, com mulheres brancas institucionalizadas no sistema manicomial, “indivíduo[s] cheio[s] de direitos, não como membro[s] de uma comunidade sujeita a condições que o/a tornam um candidato perfeito à repressão legal” (Davis, 2019, p. 36).

Podemos pressupor que a condição das mulheres negra institucionalizadas se inter-relacione com as práticas de construção social elaboradas através do racismo institucional:

A demarcação da diferença através de processos subjetivos de interiorização de imagens construídas de um tipo de ‘Eu’ com características corpóreas raciais ocorre através da construção social imposta de um tipo característico de humanidade, sendo o ‘Outro’ o desprovido da condição humana (Avila, 2022, p. 33).

Colocamos apenas alguns elementos para que possamos situar nosso ponto de partida nesta primeira etapa. Devemos observar qual sistema psiquiátrico ainda vige no Brasil e como se deu a concepção de adoecimento mental no país.

[...] decorriam da dificuldade de se elaborar a racionalidade da loucura numa linha fisiológica, preocupação que caracteriza o século XIX, entravando a todo instante o discurso psiquiátrico, em sua proposta de institucionalizar e legalizar seu saber, e permitindo aos alienistas enxergarem a fragilidade da teoria psiquiátrica e se voltarem para a pesquisa de novos conceitos (Portocarrero, 2002, p. 36).

Elencamos aqui pontos que pretendemos aprofundar no decorrer da pesquisa, tendo em vista uma provocação inicial, trazendo elementos que ainda deverão ser incorporados e explorados. Neste momento, procuramos apenas demonstrar de onde partimos e as

possibilidades de avanço dentro da perspectiva teórico-metodológica proposta. Novos elementos merecerão atenção no avanço das etapas da pesquisa.

A utilização das fontes históricas para o aprofundamento desta pesquisa será feita em três etapas. Na primeira etapa, recorreremos ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS), onde estão abrigados parte do acervo documental das fichas dos pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Traçamos a estratégia de iniciar nossa investigação por essas instituições. O APERS é a mais antiga instituição do tipo em atividade no Rio Grande do Sul e, de acordo com o levantamento das revisões bibliográficas para nossa temática, este era referência para a institucionalização de todas as cidades do interior do Estado.

Através da análise das fichas, dentro do recorte temporal, vamos mapear as cidades que enviavam pacientes para a institucionalização. Após, será possível mapear as que ficavam de fora desse rastreamento. Serão analisadas as fichas das mulheres negras, observando idade, profissão e tempo de institucionalização. Destacamos que esta fase foi direcionada para um mapeamento preliminar dessas mulheres negras institucionalizadas.

Na segunda etapa, iremos recorrer ao arquivo pessoal de pessoas que foram institucionalizadas no Rio Grande do Sul. Esse contato se dará através do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, movimento social que agrega toda a rede de usuários, ex-usuários e familiares da rede de saúde mental do Rio Grande do Sul. Alguns dos membros desse fórum foram institucionalizados também no São Pedro, embora morassem em outros municípios do Estado.

A terceira etapa prevista será a das entrevistas orais, sendo que as sujeitas serão selecionadas a partir do mapeamento preliminar. Assim, trabalharemos com a oralidade das mulheres negras, de maneira a desvelar quem eram essas mulheres no sistema manicomial, comparando as narrativas da instituição com as das sujeitas institucionalizadas. Por fim, todas as fontes se inserem de forma qualitativa, proporcionando uma maior diversidade na forma de tratamento das mesmas.

Colocamos até aqui as etapas que vamos e estamos percorrendo para desvelar o panorama da institucionalização manicomial de mulheres negras no Rio Grande do Sul, como já exposto se faz urgente esse delineamento, partimos do estudo de caso de uma mulher, parda e institucionalizada por 30 anos, porém sua chegada ao mundo do trabalho ainda aos 11 anos de idade ou talvez antes demonstre a precocidade da vida adulta e todo peso que ela carrega.

Conceição Moreira

Conceição foi desvelada a partir de seu registro de trabalhista, sua carteira de trabalho a muito guardada por sua neta, com a foto datada de 1935. Nos chama a atenção seu longo período de institucionalização, assim como seu vínculo de trabalho permanecer após suas licenças de saúde, por esses fatores nos coloca a atenção para esse perfil de mulheres dentro dos manicômios, esse é um dos fatores que se faz investigar quem eram essas mulheres dentro desses manicômios.

Figura 1- Carteira Profissional de Conceição Moreira



Fonte: Acervo pessoal família Jesus

Mulher declarada no registro de trabalho como parda e com o quinto ano do ensino fundamental; O registro dava conta de uma mulher que iniciara sua jornada no mundo do trabalho aos 11 anos de idade, a priori auxiliara no provento de seus pais e posteriormente já formara sua família.

Figura 2- Foto folha dois da carteira de trabalho de Conceição Moreira

Nome do portador: Conceição Jesus
Moreira
 Altura: 1,63 Cór: parda
 Cabelo: preto Barba: castanho
 Bigodes: castanho Olhos: castanho
 Sinais particulares: _____

 ASSINATURA DO PORTADOR: Conceição Jesus Moreira
 TESTEMUNHAS:

 Carteira n. _____ Série _____

 Carteira n. _____ Série _____

Fonte: Acervo pessoal família Jesus

Nos registros consta sua sindicalização, com contribuição rigorosa ao sindicato, não é possível ainda levantar se Conceição sindicalizou-se voluntariamente ou em outro contexto mais específico. Observam-se através dos registros que a mesma fixou-se em um único vínculo empregatício, sua ocupação era de contínua e sua residência era apenas algumas quadras da fábrica Fiação de Tecidos da cidade de Pelotas, na região do porto, zona de residência do operariado fabril.

Figura-3 Foto do registro de saída de Conceição Moreira da Fábrica Fiação e Tecido Pelotense

EMPREGOS OCUPADOS

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição: FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE

Cidade: Pelotas

Estado: Grande do Sul

Rua: Marechal Cybor

Especie do estabelecimento: Fabrica de Têxtil

Natureza do cargo: Contínua (Fiação)

Data da admissão: 5 de Dezembro de 1942

Data da saída: 10 de Dezembro de 1942

Remuneração (especificada): Salário de R\$ 800,00

Percentagens:

Observações: h. h. Cr. 4 1.04 = 1.10 = 1.10

COMP. FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE

OS DIRETORES

Assinatura do empregado: Conceição Moreira

Fonte: Acervo pessoal família Jesus

Figura-4 Foto do registro de sindicalização de Conceição Moreira

ANOTAÇÕES

Carteira de trabalho de 1942

Pelotas, 10 de Agosto 1942

Foi cobrado o Imposto Sindical, do ano

de 1943, no valor de Cr\$ 8,40

Recebo 16. Nota

Foi cobrado o Imposto Sindical, do ano

de 1944, no valor de Cr\$ 12,00

COMP. FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE

Cia Fiação e Tecidos Pelotense

Gosou 15 dias de férias cor-

respondentes ao ano que teve

direito de 1942 a 1943

de 1943, em

Fonte: Acervo pessoal família Jesus

A trajetória de Conceição ainda possui lacunas ainda a serem investigadas, lacunas no período de sua institucionalização, os arquivos do Hospital psiquiátrico São Pedro, ainda não estão disponíveis em sua totalidade, uma parcela desse acervo está abrigada no arquivo público do Rio Grande do Sul e para serem consultados é preciso passar pelos trâmites do Comitê de ética.

Embora se saiba ainda muito pouco sobre essa mulher, através de um único registro conseguimos iniciar a pesquisa e abrir leques para traçar a passagem dessas mulheres negras pelos manicômios do Rio Grande do Sul.

Referências

Fontes

BRASIL. **Decreto n. 82, de 18 de julho de 1841.** Funda o Hospital destinado privativamente para tratamento de alienados com a denominação de Hospício de Pedro II. Lex: Coleção das Leis Brasileiras, [S.l.: s.n.], 1841.

BRASIL. **Decreto n. 508, de 21 de junho de 1890.** Aprova o Regulamento para a Assistência Médico-Legal a Alienados. Lex: Coleção das Leis Brasileiras, [S.l.: s.n.], v.4, 1890.

BRASIL. **Decreto n. 791, de 27 de setembro de 1890.** Cria no Hospício Nacional de Alienados uma Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Lex: Coleção das Leis Brasileiras, [S.l.: s.n.], v.3, p.2456, 1890.

BRASIL. **Decreto n. 1180, de 18 de dezembro de 1890.** Cria no Hospício Nacional de Alienados um Museu Anatomopatológico e dá outras providências. Lex: Coleção das Leis Brasileiras, [S.l.: s.n.], dez., 1890.

BRASIL. **Decreto n. 1160, de 6 de dezembro de 1892.** Regulamenta a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores. Lex: Coleção das Leis Brasileiras, [S.l.: s.n.], v.2, 1892.

BRASIL. **Decreto n. 1559, de 07 de outubro de 1893.** Reorganiza o serviço da Assistência Médico-Legal a Alienados. Lex: Coleção das Leis Brasileiras, [S.l.: s.n.], 1893.

BRASIL. **Decreto n. 20.889 de, 30 de dezembro de 1931.** Desliga do Departamento Nacional de Saúde, a Assistência a Psicopatas e o Manicômio Judiciário. Lex: Coleção das Leis Brasileiras, [S.l.: s.n.], v.4, p. 526, 1931.

Bibliográficas

AVILA, Carla Silva de. **Os dilemas da categoria “pardo” nas políticas de ações afirmativas de corte racial no sul do RS.** 2022. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, RS, 2022. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2022/12/Carla-Silva-de-Avila.pdf> . Acesso em: 05 dez. 2022 .

BORGES, Viviane Trindade. **Loucos (nem sempre) mansos da estância:** controle e

resistência no cotidiano do Centro Agrícola de Reabilitação (Viamão/RS, 1972-1982). 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2007. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10257> > . Acesso em: 06 jan. 2023 .

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Joice Anne Alves. **Política, sociedade, crime e loucura: inimputabilidade feminina no discurso médico jurídico do manicômio judiciário do Rio Grande do Sul (1925-1939)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2019. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8975>. Acesso em: 03 jan. 2023.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2019.

FREITAS, Muriel Rodrigues de. **Camilles, pierinas e eunices - condenadas pela razão: mulheres, loucura, documentário e ensino de história**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188197?show=full>. Acesso em: 10 dez.2022.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão. **Coleção Repertórios**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. **Col. Loucura & civilização**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/48jpfyMV887XztZRLngPt7g/?lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2023.

“1964: Entre Armas e Livros” e as conexões do Revisionismo Ideológico com a academia: quando a historiografia é instrumento para o negacionismo

REOLON, Gabriel
Licenciado em História/UFSM
gabrielreollon@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de se debruçar sobre o documentário “1964: *Entre Armas e livros*”, da produtora de áudio e vídeo “Brasil Paralelo”, lançado no início de 2018. O filme em questão aborda este evento, porém, por uma perspectiva que academicamente, considera-se de caráter revisionista ideológica, sendo este o mote deste artigo. Após a apresentação do filme, pensando em toda a argumentação e narrativa deste, conclui-se que as ideias usadas como base para a defesa do revisionismo tem origem no meio acadêmico. Assim, é realizada uma análise do texto de Jorge Ferreira, “O Governo Goulart e o golpe civil-militar” (2003, capítulo do livro “*O Brasil Republicano Vol. 3*”), escrito esse que carrega algumas ideias presentes no documentário. Dessa forma, pode-se pensar em uma convergência - mesmo que indireta - entre o meio acadêmico, onde o revisionismo se origina, e o meio empresarial/público, onde esse se desenvolve e é disseminado. Esse estudo é de suma importância para a historiografia brasileiro, pois o filme realiza uma série de ataques a esta, descredibilizando-a. Sem mencionar na violência contra as vítimas do Golpe Civil-Militar de 1964 e do período ditatorial que sucedeu este evento. Dessa forma, é utilizado o conceito de Revisionismo Histórico, termo esse cunhado por Marcos Napolitano, em conjunto a textos de Demian Bezerra, Caio Navarro de Toledo.

Palavras-chave: Golpe Civil-Militar; Revisionismo Histórico; Brasil Paralelo.

Introdução

Existem diversos processos ou eventos históricos na história do Brasil que são alvos de disputas narrativas, ou que são usados de forma política, distorcendo o que dizem as fontes históricas e a historiografia. Isso acontece com relação a escravidão, com o fim do Império e início da República, com a história do Pós-Abolição, entre outros inumeros acontecimentos. Entretanto, o maior alvo de disputa, sem dúvida alguma, é o Golpe Civil-Militar de 1964, tema deste artigo.

Esse evento tem uma enorme bibliografia desenvolvida desde os anos 60, mas que atualmente, 60 anos depois, vem sofrendo deformações em suas interpretações e em sua narração - colocando vítimas e golpistas/algozes no mesmo lugar, ou mesmo de suavizar o que foi a censura e violência do Golpe e da Ditadura que a sucedeu - o que gera muita confusão com a população brasileira.

Essa deturpação vem sendo adotada pela produtora de áudio e vídeo Brasil Paralelo, que faz vídeos para internet desde 2016, com conteúdo que frequentemente distorce o que a historiografia brasileira pesquisa e publica, usando de diversos intelectuais que apenas tem

compromisso com as ideias que a empresa prega. Esse movimento de defesa de ideias, sem se importar os furos e lacunas na narrativa, ou fazendo das exceções a regra, tem sido alvo de pesquisas nos últimos anos, e que tem se chamado de “Revisionismo Histórico”, conceito esse que será utilizado para analisar o conteúdo publicado por essa empresa. Em conjunto a isso, o conceito de “lógica histórica”, de E. P. Thompson também é usado nesta análise.

Além disso, acredita-se que as ideias pregadas pela produtora em seu documentário “1964: *Entre armas e livros*”, não tenham origem nos próprios comentaristas, pois nenhum deles é realmente do campo da ciência histórica (salvo algumas pouquíssimas exceções). Assim, supõe-se que algumas ideias tenham se desenvolvido no meio acadêmico, e que daí, teriam se disseminado para o grande público, o que permitiu o seu fortalecimento em períodos de instabilidade política e recorrência a um “passado mítico e melhor”.

Para melhor detalhar, esse artigo será desenvolvido em 3 partes, iniciando pela apresentação da fonte, sucedido pela análise do trabalho de Jorge Ferreira (um historiador dado como revisionista), e finalizando com uma crítica da fonte e da escrita de Ferreira, abordando a periculosidade dos seus escritos e do revisionismo ideológico no Brasil

Sobre a fonte

Para comentar sobre o filme, devemos primeiramente, tratar da sua origem e de quem constitui sua produção. A Brasil Paralelo foi fundada em 2016, por três estudantes que, segundo os próprios, foram influenciados pelas “Jornadas de Junho” (de 2013), motivando-os a fundar uma produtora de áudio e vídeo, com o objetivo de produzir conteúdo online, voltado para diversas áreas, dentre elas, a história. Mas esse tema seria algo que fugisse aos cânones acadêmicos, considerando estes como “corrompidos”, ou convenientes, que escondem a “verdadeira história” do Brasil da população. Esse “anti-intelectualismo às avessas” é algo que permeia todas as obras da empresa - “às avessas” pois, criticam fortemente o conhecimento produzido em universidades, mas utilizam-se de inúmeros de jornalistas, cientistas políticos e intelectuais, para dar embasamento a suas produções.

Do que diz respeito diretamente à fonte, “1964: *Brasil entre armas e livros*”, foi lançado em 31 de março de 2019 - data simbólica de quando se inicia o Golpe Civil-Militar - e tem duração de por volta de duas horas. O documentário se inicia partindo de meados do Século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial e no início geopolítico da Guerra Fria, quando o Mundo se divide, de modo geral, entre dois sistemas socioeconômicos e ideológicos distintos e antagônicos, o capitalismo e o socialismo. A partir disso, o documentário discorre sobre as disparidades entre esses dois modos de produção, usando de narração e de imagens - que se

mostram bastante suspeitas, pois todas elas são coloridas sobre o bloco capitalista, retratando cenas do cotidiano, enquanto que, em contrapartida ao socialista, nas quais apenas se mostra miséria e carestia em preto e branco. O documentário segue seu desenvolvimento explicando o contexto do Mundo ao longo da metade final do Século XX, às vezes retornando para datas anteriores, quando por exemplo, ao falar da Revolução Russa e do “Reino de Terror” que essa inaugurou, ao tentar espalhar o “comunismo” pelo mundo. O avanço, ao longo do tempo é bastante rudimentar, pulando de ano em ano, abordando as ações dos líderes políticos de cada país, sem explicar muito mais sobre o desenvolvimento histórico - como se líderes políticos e a política em si fizessem a história, espontaneamente. Uma visão muito equivocada e ultrapassada do que se pensa de política dentro da historiografia - ou mesmo de qualquer outra ciência humana e social.

Após a narração dos eventos até por volta de 1960, é introduzida - antes mesmo de se chegar ao tema central do documentário (o Golpe de 1964), uma série de documentos do suposto envolvimento da StB - *Státní bezpečnost* (O serviço de inteligência do governo da antiga Tchecoslováquia), com o Golpe Civil-Militar de 1964. Estes documentos são apresentados por dois pesquisadores, Vladimir Petrilák e Mauro “Abranches” Kraenski, os quais comentam sobre a possível atuação do serviço de inteligência da Tchecoslováquia no Brasil - também mencionando a atuação de outros serviços de inteligência presentes no País, durante o período.

Após esse trecho, ainda dentro da primeira hora de documentário, passa-se para a contextualização e os acontecimentos que antecedem o Golpe, partindo do governo de Juscelino Kubitschek e da construção de Brasília - fortemente criticada por ser projetada por um comunista (neste caso, o arquiteto Oscar Niemeyer). Rapidamente, por volta dos 40 aos 60 minutos, passa-se pelo governo de Juscelino Kubitschek, ao de Jânio Quadros, chegando ao contexto de 1964, com João Goulart no comando do Poder Executivo. Nestes 20 minutos se resume todo esse período. A “Campanha da Legalidade”, por exemplo, uma importante mobilização civil e política, liderada por Leonel Brizola, em 1961, em reação a alguns ministros que desejavam impedir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio, e que garantiu a posse de Jango, foi resumida em aproximadamente, um minuto.

Demonstrado o posicionamento de Jango no jogo político global, são tecidos comentários sobre suas ações políticas e intenções com relação ao Brasil, de fazer as Reformas de Base, que incluíam as reformas tributária, agrária, bancária e universitária, dentre outras. É comentado sobre a aproximação de Jango dos países do bloco socialista, o qual teria “se encantado com as teses de esquerda”, que essa aproximação o levaria a cometer um suposto

golpe político – que conduziria o Brasil a “outra Cuba”, mais um país socialista na América Latina e no Mundo.

As descrições do Golpe duram por volta de 10 minutos. Dali em diante, ocorre uma abordagem sobre o autoproclamado “Comando Revolucionário”, instaurado imediatamente após a derrubada de Jango, como um tipo de “governo provisório” que iria assegurar as eleições no ano seguinte, impedindo qualquer possibilidade de ação ou “ataque comunista”.

Agora, já na segunda hora do documentário, a abordagem foca no período da Ditadura Civil-Militar - iniciada, segundo o comentarista e jornalista Lucas Berlanza, somente em 1968, após o Ato Institucional Nº 5, que seria justificado em razão de assegurar a “revolução”, que estaria sob constante ameaça pelos “ataques terroristas de guerrilhas”. Das descrições desses anos de 1964 até 1985, em meio a comentários, elogios e críticas sobre as atitudes dos governos, o documentário toma um rumo oblíquo para falar de uma “Guerra Cultural” (entre grupos de esquerda e direita), que teria se iniciado por volta da década de 1970, e que com o processo da redemocratização, se efetiva a vitória da esquerda, por meio das escolas e do sistema educacional brasileiro (instituições estas que estariam “infectadas pelas ideias de Antônio Gramsci”).

O documentário finda com uma crítica ferrenha à redemocratização, sucedânea do período ditatorial, também chamada de Nova República (período considerado de 1985, quando ocorre a primeira eleição direta em 21 anos, até por volta de 2016²⁴⁹), dando ênfase à evolução da educação e da política no país. Outros alvos de condenação foram figuras famosas durante a ditadura que ascenderem socialmente nestes anos subsequentes - figuras estas que vieram a ocupar cargos públicos e políticos, como ex-militantes e ex-guerrilheiros. Em linhas gerais, esta era a mensagem do documentário: colocar a origem da corrupção e de todas as mazelas (ou seja, do que não está atrelado aos valores liberais e conservadores) presentes hoje no país, como resultado da “vitória” dos grupos de esquerda desta suposta “Guerra Cultural”.

Assim, se debruçando com mais atenção sobre cada uma dessas partes, ficam explícitos os argumentos que dão a linha ideológica da Produtora, que apesar de reivindicar que não possui nenhum vínculo ou compromisso político, ouvindo e visualizando os comentários de cada um

²⁴⁹ Há historiadores que vêm defendendo que a “Nova República” terminou com o Golpe de 2016, o qual derrubou Dilma Rousseff. Dorge Konrad argumenta que “a Historiografia Brasileira já pode considerar que a ‘Nova República’, iniciada no governo de José Sarney, em 1985, e consolidada pela Constituição Cidadã de 1988, terminou com o Golpe de 2016, o qual depôs Dilma Rousseff. Não pelo Golpe do Impeachment em si (senão poderia se considerar equivocadamente que o impedimento de Fernando Collor, em 1992, teve a mesma natureza), mas pelo rompimento com o Estado Democrático de Direito”. Ver: KONRAD, Dorge Alceno. Direita, volver! Ou transição do reformismo ao ultraliberalismo na luta/conciliação política de classes (Brasil, 2013-2020). In. CREMONESE, Dejalma (org.). Democracia e crise política no Brasil (2013-2020). Curitiba: Appris, 2021, p. 121-141.

dos convidados, fica claro a defesa de valores ainda do período da Ditadura, como de disciplina, pátria, família, entre outros - termos esses que se escuta em campanhas políticas ligadas a partidos liberais atuais.

Das raízes do revisionismo do Golpe Civil-Militar

Dos acontecimentos relativos ao Golpe, existem diversas perspectivas dentro da historiografia e das ciências sociais que tentam explicar esse fenômeno, ligando os acontecimentos e movimentos políticos e populares, bem como os processos de instabilidade e deterioração política até o golpe de 1964. Como exemplos temos as obras de Thomas Skidmore, Octávio Ianni, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Argelina Figueiredo, Alfred Stepan, Jacob Gorender, René Armand Dreifuss, Moniz Bandeira²⁵⁰, entre inúmeros outros. Todos estes vem a desenvolver seus trabalhos em tempos diferentes, dos anos 60 até os fins dos anos 80, com seus devidos méritos reconhecidos, dado que foram escritos em épocas diferentes, com contribuições inéditas e com perspectivas da evolução dos eventos até o Golpe, da atuação de grupos sociais e das figuras políticas.

As ideias desses autores e suas interpretações sobre o Golpe estão sintetizadas e sistematizadas no trabalho monográfico de Demian Bezerra de Melo, colocando em evidência os principais nomes da historiografia no que diz respeito ao Golpe Civil-Militar de 1964.

Foi possível verificar três grandes correntes teóricas orientando estes trabalhos. Uma que pode ser chamada de tradicional, calcada no funcionalismo liberal da ciência política norte-americana, exemplificada nos trabalhos de Skidmore, Stepan e Santos. A segunda corrente, o marxismo, ligada à produção de Sodré, Gorender, Fernandes, Ianni e Dreifuss. Por último, a corrente revisionista representada pelos trabalhos de Figueiredo e dos pesquisadores do CPDOC. Se for possível essa classificação, verificou-se a existência de grandes diferenças entre os membros de uma mesma corrente, sendo o marxismo o campo onde a diversidade interpretativa mostrou-se mais evidente. Também é possível verificar grandes convergências entre a análise funcionalista-liberal e o revisionismo, em especial as análises de Santos e Figueiredo. Por fim, os trabalhos de Dreifuss e Figueiredo se mostraram os mais importantes, e, sendo evidente o caráter antitético entre estes, é possível localizá-los como os pólos opostos da grande contenda historiográfica (Melo, 2005, p. 52).

Dos autores citados por Melo, não há menção de Ferreira, isto porque, esse historiador vem a ter influência de outra intelectual, a cientista política Argelina Figueiredo, que desenvolve e defende seu doutorado no início dos anos 90, e que vem a ser publicado com título *“1964: democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964”* (1993). Pesquisa essa que analisa as forças políticas e sociais do período do Golpe, defendendo

²⁵⁰ Os autores citados já dizem respeito a uma bibliografia relativamente antiga, com já novos historiadores e historiadoras que realizam críticas a estes - os quais houve pouco contato no desenrolar desta pesquisa. Exemplos desses são Carlos Fico, Enrique Padrós e Caroline Bauer (já por meados dos anos 2000 em diante).

que as regras do regime democrático não estavam em harmonia com as reformas propostas pelo governo de Jango e que, dessa forma, um tensionamento político “forçado” pelos grupos de esquerda, bem como por João Goulart, teria levado grupos sociais e políticos opositores a fazer um “golpe preventivo”, para assim manter o regime democrático no Brasil. Essa ideia, que vai ao encontro do argumento dos próprios golpistas de 1964, porém tendo uma origem acadêmica, e aparentemente, ignora boa parte das pesquisas desenvolvidas até aquele momento, coloca à mesa uma “nova forma de ver o Golpe”, vindo a influenciar fortemente diversos historiadores nos anos posteriores ao seu lançamento.

O que transparece no atual revisionismo é uma necessidade de demonstrar que o golpismo da esquerda levou ao golpismo da direita, ou seja: toda a sociedade brasileira construiu o golpe; todos eram golpistas, ou pelo que menos a esquerda e a direita possuíam uma “visão instrumental da democracia”, aceitando as regras do jogo “apenas no que servisse às suas conveniências”, como afirma Argelina Figueiredo. Trata-se de uma forma sutil de eximir os vitoriosos de 1964, os efetivos golpistas, da responsabilidade sobre o golpe e o regime. Curiosamente, tal ponto de vista além de ser compartilhado por historiadores liberais, como Jorge Ferreira, Argelina Figueiredo et al (Melo, 2005, p. 13-14).

Dos anos 90 aos anos 2000, somente da bibliografia de Jorge Ferreira, temos as seguintes obras publicadas: “O populismo e sua história: debate e crítica” (2001), “O imaginário trabalhista: Getulismo, trabalhismo e cultura política popular” (2005), e também, “O Governo Goulart e o golpe civil-militar”, publicado no terceiro volume (2003) da série de livros “O Brasil Republicano”, de mesma autoria, em conjunto com Lucília de Almeida Neves Delgado.

Dentre esses textos, foi feita uma análise do último mencionado, de 2003. A Série “*O Brasil Republicano*” foi escrita com o objetivo de ser um apanhado geral para estudantes de graduação, que explique os processos históricos do período de forma resumida, trazendo referências para os leitores. Assim sendo livros de linguagem acessível para ampla disseminação em escolas, bibliotecas, universidades, entre outros ambientes. Isso permite a dispersão da perspectiva revisionista - e que possivelmente impulsionou o surgimento de ideias de matriz ideológica - que vem a ganhar maior público por volta da década de 2010 em diante. Esse texto de Ferreira pode ser caracterizado, no mínimo, como sucinto - sintetizando detalhadamente os últimos anos do chamado período democrático brasileiro, descrevendo a evolução de sua instabilidade até o momento da ruptura política em apenas sessenta páginas. O texto se inicia apresentando algumas teorias/perspectivas sobre como vem a acontecer a ruptura política de 1964. Entretanto, Ferreira optou por recorrer ao “método histórico” (Ferreira, 2003, p. 347). para explicar os eventos que levam ao Golpe Civil-Militar, sem dar muitos detalhes do que isso significa. Partindo disso, Ferreira discorre sobre a deterioração da democracia brasileira

da época, muito focado em aspectos políticos e mesmo personalistas - frequentemente cita João Goulart, e outras figuras políticas, Brizola, Carlos Lacerda - figuras importantes nesse contexto, sem dúvida alguma, mas que não fazem a movimentos políticos por si só.

Ferreira vem a citar o trabalho do jornalista Flávio Tavares, ao abordar a equivalência dos processos de radicalização de grupos políticos de esquerda e de direita no pré-1964. Políticos e militantes de esquerda são apresentados como radicais e inflexíveis em suas reivindicações, dando ênfase para alguns grupos que se organizaram em guerrilhas no interior do Brasil, que segundo ele, tinham o intuito de promover um golpe, de forma idêntica ao praticado pela direita. Apesar da colocação de Ferreira em sua narrativa, em nenhum momento são encontradas comprovações de planos para a execução de um golpe de Estado por grupos de esquerda, em todo o País. Os maiores argumentos nesse sentido são, no máximo, em algum discurso realizado por alguma e outra figura política - como por exemplo, Brizola, o qual defende uma Constituinte para a solução da crise política, mas que não reivindicava ruptura constitucional para tal.

Por outro lado, organizações e grupos políticos de direita teriam, segundo Ferreira, “se organizado melhor”, através de instituições políticas ou de pesquisa, como o IPES e o IBAD²⁵¹, os quais receberam patrocínio de empresas e bancos nacionais e multinacionais, do governo estadunidense. Tudo comprovado por farta documentação, resultado da pesquisa de René Dreifuss, publicada por volta de 1981 com o título *1964: a conquista do Estado*, que mostra ainda que todas essas instituições também tinham fortes ligações com o alto escalão militar golpista.

O paralelo que iguala golpistas e golpeados se mostra impreciso e descabido pensando no custeio da operação, na organização, no acesso a informações, entre outras inúmeras necessidades para uma operação de golpe político. Por exemplo, supondo um apoio de Cuba aos militantes de esquerda: está é uma ilha isolada por embargos comerciais e que têm um razoável apoio da União Soviética; os Estados Unidos e as empresas multinacionais, por sua vez, desembolsaram uma quantia incomparavelmente maior de recursos para fomentar projetos de sabotagem nos países chamados de Terceiro Mundo. Pode-se pensar, inclusive, no programa de apoio internacional *Aliança para o Progresso*²⁵², proposto durante o governo de John F. Kennedy, em março 1961 (Loureiro, 2020).

²⁵¹ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, respectivamente.

²⁵² Consistia na disponibilização de uma quantia de em torno de 20 bilhões de dólares pelo governo norte-americano para países da América Latina, com discurso de acelerar o desenvolvimento da Região, mas com implícita visão de afastar a América Latina de qualquer influência soviética. No Brasil, esse investimento passa

Para além disso, Ferreira narra um evento complexo em tão poucas páginas, abordando as ações e reações de grupos político-sociais - como trabalhadores, empresários, militares, próprios políticos - e de forças estrangeiras, como os Estados Unidos. Entretanto, deixa transparecer por sua escrita um posicionamento, citando somente Muniz Bandeira como um autor marxista (grupo de pesquisadores com maior presença na bibliografia sobre o Golpe), mas se utilizando de intelectuais liberais para lhe darem base e força nos argumentos. Além disso, o autor frequentemente cita “analistas afirmam”, sem citar qualquer pesquisador em específico, tornando qualquer argumento subsequente frívolo.

Em fins do capítulo, Ferreira também fala os resultados de uma “pesquisa” feita sob encomenda de Carlos Lacerda no Comício da Central do Brasil, onde traz na íntegra os resultados da investigação feita por um suposto “grupo de jornalistas”, “utilizando modernas técnicas de pesquisa de opinião”. Entretanto, em uma avaliação simples desta pesquisa, pode-se notar o seu curto limite argumentativo, com muito pouco a contribuir ou justificar sobre o Comício. Como comenta Demian Bezerra:

Em primeiro lugar, cabem alguns comentários metodológicos, pois, de forma absolutamente acrítica, o autor trata os dados colhidos por agentes do governador Carlos Lacerda, como uma “verdade histórica”, desconsiderando os condicionamentos políticos e ideológicos da fonte. Em segundo lugar, não menciona que a informação foi retirada de um livro que não só foi escrito por jornalistas hostis a Goulart, como foi a primeira narrativa “comemorativa” do golpe de 1964, publicado um mês depois do evento por oito jornalistas do Jornal do Brasil, veículo ligado ao IPES através da Rede da Democracia. Em terceiro: como é possível não questionar o resultado de uma suposta pesquisa elaborada por ordem de um eminente conspirador, ninguém menos que Carlos Lacerda, um notório inimigo político de Goulart? (Melo, 2013, p. 64-65).

Em sua descrição da participação dos Estados Unidos na desestabilização da política brasileira, Ferreira é discreto, mencionando em poucas colocações, uma certa atuação do governo estadunidense no processo do Golpe, quase ignorando o fato de ter se construído uma operação de intervenção no País - a Operação *Brother Sam* (além da já mencionada “*Aliança para o Progresso*”).

Do que se pode identificar no trabalho de Jorge Ferreira, em sua retratação do Golpe, é rica em detalhes, porém vacilante em sua argumentação e crítica. Este escreve de maneira minuciosa, com detalhes de como as pessoas supostamente se sentiam na iminência da ruptura política, e usando em sua bibliografia de muitos relatos, que são emendados em sua narrativa, mas em momento nenhuma crítica qualquer uma de suas fontes. A fragilidade de seus

por cima do governo federal (chegando no Brasil através do IPES e do IBAD, segundo Dreifuss). Assim, esses recursos acabam parando nas mãos de governadores - muitos deles, de governos golpistas e contrários a Jango.

argumentos se reflete também em sua retratação dos grupos políticos: a direita, militares e forças estadunidenses são apenas reativos às ações de Jango, Brizola e outros militantes de esquerda - uma reação à radicalização da esquerda, assim levando-os a cometer um golpe político.

Os frutos do revisionismo: *Revisionismo Histórico e Negacionismo*

Analisando mais de perto o filme da produtora Brasil Paralelo, o destrinchando em algumas partes chave, pode-se demonstrar o limite argumentativo de suas supostas fontes e de seus comentaristas. A começar justamente pelos documentos achados no Instituto para o Estudo dos Regimes Totalitários. No sítio “StB no Brasil” os pesquisadores disponibilizam a documentação mostrada no documentário²⁵³. Contudo, estes são apenas recortes dos originais, não sendo os documentos completos e na íntegra (não são mostradas nem informações sobre quais tomos, ou caixa, ou identificação sobre qual arquivo é dentro do Instituto.).

Aparentemente o objetivo em mostrar esses documentos era fazer algo reconhecido dentro do campo historiográfico - uma revisão adequada - com a descoberta e disponibilidade de novas fontes e levantando novas visões sobre um determinado evento histórico. Entretanto, seus autores superestimam sua obra (assim como a si mesmos), ao colocá-la no documentário como “a verdade sobre o Golpe”, ignorando e negligenciando uma tradição de mais de cinquenta anos de pesquisas de um número amplo e diverso de historiadores e historiadoras, que se dedicaram a explicar esse evento, investigadores estes que tiveram acesso a documentos (os quais são trazidos em anexo aos seus livros, na íntegra), e que, sem dúvida alguma, colocam em xeque a qualidade teórica e o limite explicativo destes “pesquisadores”. Avaliando esse trecho do documentário, em consonância com o que é disponibilizado e divulgado no sítio “StB no Brasil”, pode-se chegar muito mais próximo do conceito de “Revisionismo Ideológico” (Napolitano, 2021, p. 87), quando se trabalha algum processo ou evento histórico, porém, baseando-se em inclinações políticas ou ideológicas. Dessa forma, autores revisionistas (de caráter ideológico), encenam, tentam simular uma metodologia, caracterizada por uma seletividade de fontes que confirmem a sua hipótese, excluindo qualquer uma que a conteste; supervalorizam acontecimento e/ou casos específicos, tentando fazer da exceção a regra; retiram fontes primárias do contexto aos quais foram produzidas, e também não fazem a devida crítica da fonte. Toda essa operação é realizada para que se comprove a hipótese proposta pelo autor revisionista, a qual é lançada como incontestável, colocando à prova todo o conhecimento

²⁵³ O apanhado geral e a síntese da pesquisa estão presentes no livro “1964 - o elo perdido: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista”, publicado pela editora Vide Editorial, em 2017.

historiográfico escrito sobre um tema ou evento histórico, sendo a única explicação cabível (como acontece no documentário). Bastante próximo do revisionismo ideológico, está o conceito de “Negacionismo”: “a negação a priori de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado [...] (Napolitano, 2021, p. 98)”. Este termo foi idealizado por Pierre Vidal-Naquet, em seu livro *“Os Assassinos da Memória”*, obra na qual ele dissecou e critica pessoas que negavam o Holocausto - negando a existência de algum aspecto desse acontecimento: contestando as mortes de judeus e outras minorias, negando a intencionalidade e responsabilidade dessas mortes, tomando-as como “danos colaterais da guerra”. Assim, contrariando a ideia da “Solução Final” - da construção de complexos para a aniquilação de grupos sociais e étnicos. Entretanto, os artifícios usados por negacionistas do Holocausto, segundo Napolitano, podem ser adaptados para qualquer outra postura negacionista:

[...] com uma simples mudança de conteúdo, mas mantendo-se a mesma estrutura argumentativa: desqualificar os testemunhos das vítimas; acusar de falsidade documentos históricos reconhecidos pelos historiadores; acusar a inexistência de provas materiais do crime; supervalorizar qualquer documento que comprove sua tese negacionista sem devida crítica documental. (Napolitano, 2021, p. 93)

Mesmo em uma explicação mais ampla e anterior a de Napolitano, o historiador Edward Palmer Thompson também explora a ideia sobre como determinar a legitimidade do conhecimento historiográfico, numa tentativa de esclarecer sobre a não existência de uma “história oficial”. Assim sendo, torna-se necessária uma avaliação da “lógica histórica” do trabalho em questão, que se encontra em uma relação entre as hipóteses e as evidências apresentadas. Seguimos Thompson:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos auto confirmadores (“instâncias, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência com suas propriedades determinadas. Mencionar essa lógica não é, decerto, proclamar que ela esteja sempre evidente na prática de todo historiador, ou na prática de qualquer historiador durante todo o tempo. (...) É, porém, dizer que essa lógica não se involuntariamente; que a disciplina exige um preparo árduo; e que três mil anos de história nos ensinaram alguma coisa. É dizer que essa lógica constitui o tribunal do recurso final da disciplina: não - por favor, notem - a “evidência” por si mesma, mas a evidência interrogada dessa maneira” (Thompson, 1981 apud Sena Júnior, 2017, p. 49).

Pensando nas palavras de Napolitano e Thompson, boa parte do mencionado, e mesmo mostrado no documentário, cai por terra. Por diversos momentos, ao se utilizar de recursos

visuais em que mostram as menções de nomes de figuras políticas brasileiras, a partir da documentação tcheca (tentando passar a ideia de algo “autoexplicativo” e óbvio), o que prova definitivamente, nada. Não é esclarecida que documentação era essa, que tipo de documentos, do que se tratavam - apenas a exposição desses em tela.

Conclusão

Desde o surgimento da corrente revisionista sobre o Golpe, em meados dos anos 1990, com o trabalho de Argelina Figueiredo (e outros, como dos pesquisadores do CPDOC²⁵⁴), permanecemos em uma constante influência dessa corrente, mas que vinha se enfraquecendo pela enorme quantia de pesquisas sobre o Golpe e da Ditadura Civil-Militar, bem como com os avanços da Comissão Nacional da Verdade.

Entretanto, o revisionismo agora toma novo fôlego, com mais força e mais extremado, com uma produtora de conteúdos audiovisuais com uma agenda fortemente ideológica (por mais que esta diga o contrário), que acaba por se utilizar de um trabalho historiográfico - o qual apesar de questionável, não sai dos parâmetros delineados por E. P. Thompson e de Marcos Napolitano - distorcendo-o e fazendo uso deste, passando uma visão que suaviza e reabilita o Golpe de 1964, assim como todo o desenvolvimento da Ditadura Civil-Militar.

A Brasil Paralelo, apesar de não mencionar em nenhum momento do documentário os nomes de intelectuais como Jorge Ferreira e Argelina Figueiredo (ou de outros historiadores ou jornalistas), têm ideias que convergem com a destes historiadores. Isso fica implícito através da linha narrativa da produção - por exemplo, ao caracterizarem as forças políticas do período e de como atuaram, nas descrições da luta armada em resistência ao governo ditatorial (formada por guerrilhas), ao abordar a aliança de Jango com os partidos de esquerda, entre outros aspectos. Esse fio condutor do documentário é ratificado por seus comentaristas, que dão “corpo e embasamento” ao mesmo. Justamente esses comentaristas, uma série de jornalistas e cientistas políticos que circulam em diferentes esferas da sociedade e da academia, que possivelmente tomaram conhecimento dessa corrente teórica, em um desses ambientes - bem como provavelmente tenham entrado em contato com outras obras, como o “*Orvil*” e “*O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*”. Assim demonstrando uma influência indireta por parte da academia.

Nota-se assim a presença do revisionismo acadêmico por meio dos comentaristas, mas este divide tela com revisionismo ideológico, por meio da narrativa, que exclui quase todas as

²⁵⁴ Maria Celina D’Araújo, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro.

demais pesquisas sobre o Golpe, que adota uma pesquisa sem muito credibilidade (da “StB no Brasil”), ou qualquer argumento que seja contrário ao que o filme defende. Ainda, flerta com perspectivas negacionistas, como a de que Ditadura somente se inicia com o decreto do AI-5, em 1968; de que até essa data não houve repressão, somente violência por parte dos grupos de guerrilheiros de esquerda; de que não houve apoio nenhum dos Estados Unidos no Golpe e que as embarcações da Marinha Estadunidense não tinham objetivo algum de interferência em solo brasileiro.

O que foi aqui explicitado é apenas um pequeno recorte analisado dentro do documentário, que é abundante em conteúdo para inúmeras pesquisas²⁵⁵, seja com este objeto, seja com os demais materiais da produtora. Foi usada de uma bibliografia relativamente antiga, mas que permanece sendo referência para as pesquisas sobre o Golpe Civil-Militar de 1964.

O fenômeno do revisionismo ideológico tem crescido exponencialmente nos últimos anos, um fenômeno que, propositalmente, não tem compromisso com a verdade, sendo fortemente ligado a inclinações políticas que querem transformar a forma como é visto o passado, a fim de justificar ações no presente. Dessa forma, ficam algumas questões: quem se beneficiou, ou busca se beneficiar com a imagem da suposta “revolução de 1964” (ou de “contragolpe”, ou “golpe preventivo”)?

A Brasil Paralelo, claramente, tem algum proveito em fazer e disseminar esse tipo de revisionismo - que por vezes, usa até mesmo do negacionismo, como visto em comentários nesse filme, e mesmo em materiais mais recentes da empresa. Este procedimento, demonstra que o material feito por tal produtora, nem de longe, é isento de influências políticas, justamente o contrário - o faz com um grande interesse em mudar o passado, culpando as vítimas da ruptura política pelo acontecimento, recuperando a imagem dos militares e seus cúmplices nesse processo, se tornando uma enorme ameaça à ciência, à educação e à História Brasileira.

Referências

1964 - O Brasil entre armas e livros. Brasil Paralelo, , 2 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=1s>>

AULA inaugural aborda negacionismo e revisionismo ideológico. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1930-aula-inaugural-aborda-negacionismo-e-revisionismo-ideologico.html?tmpl=component&print=1&page=> >. Acesso em 18/05/2021.

²⁵⁵ Como visto nos trabalhos de Amanda Santos Silveira, intitulado “A História da Ditadura Civil-Militar em um Brasil Paralelo: Usos públicos do passado e o revisionismo / negacionismo virtual” (2020), e de Andrey Porto Rocha, que tem como título “Guerra de Memória e um Brasil Paralelo: revisionismo e negacionismo no documentário “1964: O Brasil entre armas e livros” (2019).

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In. **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343–404.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina; **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961–1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, em 1993.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1989.

KONRAD, Diorge Alceno. Direita, volver! Ou transição do reformismo ao ultraliberalismo na luta/conciliação política de classes (Brasil, 2013-2020). In. CREMONESE, Dejalma (org.). **Democracia e crise política no Brasil** (2013-2020). Curitiba: Appris, 2021, p. 121-141.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Introdução. In: **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra**. São Paulo: UNESP, 2020. p. 19–34.

MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/4050320/A_miseria_da_historiografia_O_revisionismo_historiografico_40_anos_depois_do_golpe_de_1964_Monografia_de_conclus%C3%A3o_de_bacharelado_UFRJ_2005_. Acesso em: 20/10/2021

MELO, Demian Bezerra de. **Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas**. Marx e Marxismo, v. 1, n. 1, p. 49–74, 2013.

NAPOLITANO, M. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: **Novos combates pela história: desafios - ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85–111.

NEHER, C. **O negacionismo histórico como arma política**. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3Fehm>. Acesso em: 14/05/2021

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **Rebela**, v. 10, n. 1, p. 101–110, abr. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-mitos-da-brasil-paralelo/>. Acesso em: 17/10/2021.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. A “boa memória”: algumas questões sobre revisionismo na historiografia brasileira contemporânea. In. SENNA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Eds.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 41-77.

STB no Brasil. Disponível em: <https://stbno brasil.com/pt/>. Acesso em 29/11/2021. STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Tradução: Marina APPENZELLER. 1. ed. Campinas - SP: Papirus, 1988.

Bibliográficas

AVILA, A. L. DE. **Negacionismos: os desafios da historiografia** (2019), 29 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>>. Acesso em: 25/05/2021

BAUER, C. S. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: **Que história pública queremos?** [s.l.: s.n.]. p. 195–203.

DOCKHORN, Gilvan; NUNES, João Paulo Avelãs; KONRAD, Diorge Alceno (orgs). **Brasil e Portugal: Ditaduras e Transições para a democracia**. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, Santa Maria: Ed. da UFSM, 2020.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; KONRAD, Diorge Alceno. O Golpe de 1964 no Brasil: problematizando discursos políticos e historiográficos. **Estudios históricos**, n. 1. Rivera:

CDHRP, mayo 2009. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_1/rafael-fantinel.pdf

TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **Visões críticas do Golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

Imperialismo norte-americano, Educação e as ditaduras do Brasil e Chile

MACHADO, Tamara Conti

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de
Santa Maria

Capes, conti.tamara@gmail.com

CUNHA, Jorge Luiz da

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade federal de
Santa Maria

jlcunha11@yahoo.com.br

Resumo: O estudo relaciona o imperialismo norte-americano às reformas educacionais e às ditaduras do Brasil (1964 – 1985) e Chile (1973 – 1990). O problema norteador da análise consiste em “Quais as características das reformas educacionais impostas pelas ditaduras do Brasil (1964 a 1985) e Chile (1973 a 1990) que delimitaram as políticas públicas em educação nos respectivos países?”. Nessa perspectiva, as hipóteses pertinentes ao problema apresentado estão relacionadas com as características dessas políticas públicas e à interferência do viés econômico e ideológico nas suas elaborações pelo Estado para a Educação. O estudo possui por objetivo analisar o aspecto social educacional desse período, mais especificamente as reformas realizadas na educação nas ditaduras militares em ambos os países, procurando destacar os motivos intrínsecos para as mudanças. A pesquisa caracteriza-se por ser de cunho bibliográfico e qualitativo. Em relação às fontes, foram utilizadas: a Constituição Federal de 1967; Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, Brasil; o Decreto Ley 3166 de 06, fev, 1980 do Chile e produção historiográfica sobre o tema. O referencial teórico utilizado foram as obras de Ellen M. Wood (2014), Perry Anderson (2015), Leandro Karnal (2007) Leslie Bethell (1988) e Dermeval Saviani (2012). Para melhor compreensão da investigação foi estabelecido o eixo de análise que se apresenta relacionado com o papel político ligado ao financiamento das políticas públicas em Educação proposto pelas reformas. Por fim, foram identificadas características que apresentam as políticas públicas em educação de Brasil e Chile no período temporal que perdurou os governos ditatoriais dos dois países. Desse modo, observa-se que as medidas tomadas pelos países periféricos em questão, atenderam a uma tendência econômica de um centro metropolitano (Silva; Silva, 2009), corroborando a teoria de Ellen M. Wood (2014) em que afirma que o imperialismo exercido pelos Estados Unidos, exerce um poder coercitivo, nesse sentido, a educação é exemplo desse poder de interferência extraeconômico, uma vez que, nos dois exemplos de reformas educacionais os interesses econômicos apresentam-se explícitos e implícitos.

Palavras-chave: Imperialismo; Ditaduras; Reformas educacionais.

Introdução

No período da segunda metade do século XX, ao olhar para as questões que envolvem determinados países dentro do continente americano é preciso estar atento às formas de relações estabelecidas entre os Estados para compreender a natureza das influências de suas políticas externas em outros países. A partir do final da Segunda Guerra Mundial evidencia-se com mais intensidade essas relações, principalmente de dependência, em especial a América do Sul em relação aos Estados Unidos. Nesse sentido, os Estados Unidos (EUA), logo após seu processo

de independência, objetivaram consolidar sua expansão de dominação sob o viés econômico e não territorial, como observados em outros impérios, como o romano e espanhol, como afirma Ellen M. Wood (2014) em sua obra “O império do capital”.

Com base na produção historiográfica sobre o imperialismo norte-americano e sua influência na América Latina, na História da Educação no Brasil e Chile na segunda metade do século XX, o presente estudo possui como temática a influência do imperialismo norte-americano nas reformas educacionais nas ditaduras do Brasil (1964 a 1985 e Chile (1973 a 1990). Mediante análise das leis que objetivaram as principais mudanças nas políticas educacionais em ambos os países no período delimitado, pretende-se estabelecer uma relação entre as reformas educacionais no período ditatorial entre os dois países latino-americanos e o viés imperialista que influenciou tais reformas.

Em relação ao período a ser delimitado, compreende os anos de 1964 a 1985 e em relação ao Brasil e os anos de 1973 a 1990 sobre o Chile. Dessa forma, a delimitação do tema será direcionada para as políticas públicas em educação dos dois países em questão, com o estudo direcionado para as reformas educacionais Reformas de ensino, ocasionadas pela Constituição Federal de 1967, Lei 5.692/71 (Brasil) e Decreto Ley 3166 (Chile). Desse modo, o estudo realizou levantamento bibliográfico referente ao tema; após, foi avaliada a pertinência das contribuições de produção historiográfica em relação ao objeto imperialismo e educação no período que compreende as ditaduras nos dois países; em um outro momento, foram identificadas as características que apresentam as políticas públicas em educação desses dois países no período temporal que perdurou os governos ditatoriais e; por fim, foram relacionadas as características encontradas das políticas públicas em educação dos dois países e recorte temporal.

Nesse sentido, a metodologia no estudo consistiu em uma pesquisa bibliográfica, tendo como fontes a Constituição Federal de 1967, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, Brasil e o Decreto Ley 3166 de 06, fev, 1980, Chile e produção historiográfica em relação ao tema. De posse do conteúdo pesquisado, foram utilizadas, para análise das fontes, estabelecendo o eixo de análise empregado no presente estudo que se apresenta relacionado com o papel político ligado ao financiamento das políticas públicas em Educação proposto pelas reformas.

Ao apresentar uma breve contextualização histórica e abordar o sob uma perspectiva de análise que considera e caracteriza as interferências dos interesses de grupos econômicos estadunidenses, denominado como imperialismo, optou-se por realizar uma comparação entre duas políticas públicas adotadas um ponto de vista de crítico embasados em autores como Ellen M. Wood (2014), Perry Anderson (2015), definindo o imperialismo norte-americano e

Dermeval Saviani (2012), José C. Libâneo (2012), discutindo a relação entre as reformas educacionais e o processo de transformação do Estado, como consequência da forma de acumulação do capital.

Imperialismo

A palavra imperialismo possui um caráter múltiplo devido aos vários tipos de conceitos existentes, pois cada um caracteriza-se por suas estratégias e práticas de controle específicas. Para Kalina V. Silva e Maciel H. Silva (2009, p. 218), a ideia de império surgiu na Antiguidade para se referir a expansão territorial e colonização desses espaços por Roma. Para os autores, na atualidade a palavra “imperialismo”, ainda é utilizada para referir a dominação, por meio de práticas militares e culturais adotadas por Estados considerados potências, para exercer domínio sobre outros Estados politicamente independentes.

Segundo Eric. J. Hobsbawn (1988, p. 88) o período de 1875 e 1914 pode ser chamado de a Era dos Impérios, não apenas por ter criado um tipo de imperialismo, mas provavelmente, foi nesse período da história mundial moderna em que a maioria dos governantes se autointitulavam “imperadores”, ou referenciados por diplomatas ocidentais como o termo. O tipo de império desse período é o colonial, na definição de Hobsbawn (1988, p. 88) em que o mundo é repartido entre poucos Estados, como França, Inglaterra, Holanda e Itália.

O conceito também é empregado para denominar o conjunto de práticas e teorias do centro metropolitano que elabora para controlar territórios distantes. Esse tipo de imperialismo ganhou forma na Europa ocidental no século XIX caracterizado pelas práticas do capitalismo monopolista, ancorado na livre concorrência entre diferentes empresas que gerou concentração da produção nas mãos das mais prósperas, ocasionando a formação de monopólio. Dessa forma, “os bancos passaram a dominar o mercado financeiro, exportando capital, influenciando as decisões de seus Estados e impelindo-os para a busca de novos mercados” (Silva e Silva, 2009, p. 218). Nesse sentido, o termo império será utilizado no presente estudo na perspectiva de predominância, preeminência ou primazia, uma vez que será utilizado para referir à política externa dos EUA de interferência que exerce em outros estados nações.

De acordo com Perry Anderson (2015), em uma perspectiva nacionalista de império, considera que o império dos EUA passa a existir a partir de 1945. Possuindo uma pré-história imbuída de um discurso sobrenatural de “Destino Manifesto”, que alia as perspectivas de economia, religião, política e cultura no discurso da vocação da nação, nas primeiras expansões territoriais, com a expansão para o oeste, anexação de parte do México e o caso do Panamá, arrancado da Colômbia com o objetivo estratégico para comércio entre dois oceanos (Pacífico

e Atlântico). De acordo com o discurso, mais que esplendor territorial, seria moral e político (2015, p. 4). Contudo, o caráter expansionista dos norte-americanos passou a ser mais comercial, direcionando a política externa em conquistar novos mercados consumidores.

Outra compreensão sobre o imperialismo norte-americano é de Ellen M. Wood (2014, p. 15), para a autora quem falar que os EUA é um império, será facilmente questionado, uma vez que não ocuparem diretamente nenhum país no mundo. O novo imperialismo caracteriza-se por ser diferente dos impérios como o romano e espanhol, distingue-se por exercer domínio indireto, coerção econômica por meio do capital. Dessa forma, existem países que são soberanos, porém por meio de acordos diplomáticos, exemplo os acordos em relação a comércio, militares e humanitários, interferem de forma indireta nas políticas internas desses estados. Exemplo a negociação de tratados internacionais entre os EUA e algum país em desenvolvimento, os dois países não estão no mesmo patamar de equidade pois os EUA possuem mais poder de barganha que o estado-nação em desenvolvimento.

As relações entre os estados no capitalismo apresentam-se nebulosas (Wood, 2014) pois emaranham-se nos vários aspectos da vida social de uma nação, que compreende as políticas de fomento de um determinado setor da economia, diretrizes educacionais, questões de segurança nacional, culturais. No contexto do capitalismo, as diversas perspectivas sociais tendem a atender o interesse econômico do capital financeiro, por conseguinte, a quem possui o maior volume de capital financeiro, como grandes corporações financeiras e empresas. A partir de estudos sobre os períodos de ditaduras inaugurados a partir dos anos 1960 na América latina compreende-se que o império norte-americano se caracteriza, sob a ótica de Anderson (2015), por uma política externa dos EUA possui características imperialistas, mas em conjunto com a compreensão de que ela não foi e é utilizada de forma direta, mas sim indireta como descreve Wood (2014).

Segundo Leandro Karnal (2007, p. 227) e Anderson (2015), após o término da Segunda Guerra mundial os Estados Unidos firmaram-se como a mais poderosa nação da terra. Ampliando sua presença militar nos demais continentes através de bases militares. Em relação à economia, os Estados Unidos detinham a hegemonia de investimento, produção industrial e exportações. Abrangendo dois terços do comércio mundial contrastando com parte da Europa e Ásia que se encontravam devastadas pelas consequências da guerra.

Para a garantia do crescimento econômico era preciso garantir a estabilidade política no âmbito nacional e internacional do capital financeiro e estabilidade das relações comerciais. Assim, no governo de Truman (1945-1952), sob pressão de seus partidários democratas e dos republicanos, abandonou as reformas sociais internas, direcionando a política de governo para

um pacto entre empresas, governo e Forças Armadas com limitadas concessões à classe trabalhadora (Karnal, 2007, p. 227).

Simultâneo a esse contexto, existia a crescente preocupação com a ameaça da União Soviética e frear sua crescente influência na Ásia e Europa. Desse modo, manteve elevado orçamento militar, enquanto reformas internas de caráter social, como plano de saúde nacional e ampliação de programas de habitação pública “foram derrubadas no Congresso, sob a pecha de socialistas” (Karnal, 2007, p. 227). Ou seja, eram realizadas algumas concessões sociais internamente, mas o direcionamento da política externa de governo era usar a influência da estabilidade fornecida pelas Forças Armadas aos interesses do capital financeiro de um grupo de empresas norte-americanas.

De acordo com Anderson (2015, p. 23), “para ser eficaz uma ideologia tem tanto de refletir como de distorcer, ou ocultar a realidade”. Nesse sentido, no início da Guerra Fria, materialmente, os Estados Unidos possuíam poucas colônias, caracterizando-se de fato uma democracia eleitoral em oposição a um sistema sócio político adverso, demonstrando em seus discursos as vantagens naturais, de tamanho, localização e qualidades físicas. “Tudo isso podia ser, e foi sintetizado em uma ideologia imperial a comandar um consenso popular, mesmo que não unânime, em casa, e um poder de atração, mesmo que onipresente, fora dela” (Anderson, 2015, p. 23). Observa-se que o discurso construído de uma nação pujante economicamente, que prega a liberdade ao mesmo tempo uma moral cristã que normatiza uma sociedade e segurança militar, adequa-se aos diversos estados-nações, pois representa os diversos aspectos sociais que integram uma sociedade.

A Guerra Fria seguiu até início da década de 1990, nas décadas de 1960 e 1970, através do apoio militar, financeiro e político a governos anticomunistas ou de intervenções diretas, os EUA colaboraram com os golpes militares no período nos diversos continentes. Exemplo, no continente americano, no Brasil em 1964, no Chile em 1973, no Uruguai em 1974, na Argentina em 1976, no continente asiático, na Indonésia em 1965, no continente africano, no Congo em 1963, ancorados por uma brutal repressão das oposições e frequentes violações de direitos humanos (Karnal, 2007, p. 228).

Paralelo ao caráter de dominação militar e econômico, os EUA, com a intenção de inculcar valores americanos de democracia liberal, de livre mercado e consumismo, o governo americano, num esforço simbólico e cultural, implementou a “Aliança para o Progresso, para coordenar ajuda desenvolvimentista ao ‘Terceiro Mundo’, e os Corpos de Paz, que consistia em enviar jovens americanos para atuar em países pobres em projetos sociais” (Karnal, 2007, p.

242). Em contrapartida, os EUA receberiam o apoio político de países pobres na disputa com a União Soviética.

Nesse cenário da Guerra Fria, a América Latina era o local onde os EUA se sentiam em casa, desde a doutrina Monroe, interferindo desde o final do século XIX. Estabelecendo tratados como o de Defesa Interamericana do Rio em 1947. A criação da OEA (Organização dos Estados Americanos) em 1948. Formando um único bloco nas Nações Unidas, essas ações deixaram claro que usariam força e meios cruéis contra o comunismo.

À época com a notável exceção do regime de Perón na Argentina, praticamente todos os governos latino-americanos, uma miscelânea de autocracias conservadoras de um tipo ou outro – ditadores tradicionais, oligarquias neofeudais, juntas militares, governos de partido único – com uma pitada de regimes democráticos de base muito estreita, eram parceiros mais ou menos congeniais dos negócios e da diplomacia dos Estados Unidos.

As forças tradicionais da direita latino-americana – o Exército, a Igreja, os latifundiários, os representantes dos grandes negócios – eram capazes, no entanto, de tomar a iniciativa de destruir qualquer ameaça de esquerda, independentemente de esta pegar em armas ou não, na certeza de que poderiam contar com a bênção dos EUA. Em 1964, os militares brasileiros encenaram o primeiro dos golpes contrarrevolucionários em oposição a um governo eleito que varreram as principais sociedades do continente, enquanto (Anderson, 2015, p. 49).

Na América do Sul, nos países como o Uruguai, Argentina e Chile surgiam movimentos populares que ambicionavam uma ordem alternativa, como guerrilhas urbanas, movimentos trabalhistas populistas, partidos socialistas ou comunistas, eram esmagados por ditaduras militares ferozes, atuando com o apoio dos EUA. Em 1973, no Chile, ocorreu o golpe militar liderado por Augusto Pinochet, sufocando os anseios progressistas de parte da população do país andino. Muitos dos anseios alternativos presentes nesses países acima citados, eram opostos a política imposta pelos EUA, que pregava um Estado mínimo e atendesse os interesses do mercado.

Observa-se que nesse período da história da América Latina, em especial Brasil e Chile, ocorrem a ascensão ao poder dois governos comprometidos com reformas sociais que afrontam os interesses de uma elite fundiária, burguesia e sócios de multinacionais que representam o capital estrangeiro, à quem não interessa reformas sociais como a reforma agrária, ampliação do acesso à educação que não seja a tecnicista com o objetivo de formar mão de obra para atender ao mercado de trabalho, mas que não forme quadros intelectuais críticos que possam se opor ao modo de organização da sociedade capitalista.

Nesse contexto, nota-se que o caráter democrático propagandeado pelos EUA tem validade até onde vai o limite dos interesses econômicos e militares. Desse modo, caso a política nacional de determinado estado-nação democrático independente for contrária aos interesses

dos EUA, não é impeditivo de interferência indireta, como apoiando a chegada ao poder de governos ditatoriais, como visto nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina.

Ditaduras Brasil e Chile e as Reformas Educacionais

Como já exposto, em 1964 o golpe militar ocorrido no Brasil inaugurou uma série de golpes apoiados pelos Estados Unidos e, por conseguinte, implantação de ditaduras na América do Sul, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai.

A ditadura civil-militar²⁵⁶ implantada a partir de 1964 no Brasil, realizou reformas na educação entre as décadas de 1960 e 1970. As reformas iniciadas nesse período assimilam elementos de reivindicações internas, porém fortemente norteados por recomendações de agências internacionais. Período em que foram firmados vários acordos internacionais, acatando as recomendações de agências internacionais e relatórios ligados ao governo norte-americano, exemplo o Relatório ATCON²⁵⁷ e o Relatório Meira Matos, encomendado pelo MEC (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2004, p. 33).

As contribuições foram distintas, enquanto Atcon primava pela racionalização estrutural das universidades e pela produção acadêmica. Os objetivos das sugestões do Relatório Meira Mattos eram organizar dispositivos que permitissem intervir na universidade e estudar os movimentos estudantis de modo a identificar suas tendências, as linhas político-ideológicas, assim, estabelecendo formas de disciplinamento dentro das instituições (Boschetti, 2007, p. 227). Outros compromissos internacionais que tiveram interferência nas políticas públicas na educação como a “Carta de Punta del Este” (1961) e o Plano Decenal de Educação e a Aliança para o Progresso, especialmente os derivados dos acordos entre o MEC e a United States Agency for International Development (USAID). Os conhecidos acordos MEC-USAID.

²⁵⁶ José Paulo Neto (2014, p.73-74) define o do regime de governo que se instaurou em 1964 de ditadura civil-militar devido as características repressivas e de forma violenta, com restrições de direitos e o impedimento de alternância de governos por eleições diretas, perseguição opositores, violações dos direitos humanos. Foi a mais longa e brutal ditadura do Estado brasileiro. “uma ditadura que, nos seus procedimentos operativos e nas suas finalidades, serviu à burguesia brasileira e aos seus sócios (as empresas imperialistas e os grandes proprietários fundiários)”. Segundo o autor, foi uma ditadura que serviu à burguesia, os grandes fundiários e aos sócios das empresas imperialistas, seja por seus procedimentos operativos, seja por suas finalidades. Dessa forma, caracterizando-se por ser *uma ditadura com indiscutível caráter de classe* (grifo do autor).

Para Neto, configurava-se um bloco, garantindo a unidade em torno do interesse de garantias de seus privilégios, estes que vinham sendo ameaçados pelas políticas sociais implementadas durante o governo de Jango. “havia entre elas tanto interesses comuns quanto tensões e contradições, uma vez que eram forças muito heterogêneas (grandes e médios burgueses, banqueiros, latifundiários e representantes de interesses imperialistas)” (2014, p. 73).

²⁵⁷ O relatório tem como objetivo analisar a situação e apresentando pontos para uma reforma da universidade brasileira.

Os relatórios e acordos influenciaram nas reformas dadas pelas Lei 5540/68 referente ao ensino superior e a Lei 5692/71 Lei de Diretrizes e Bases da educação, que alterou o ensino anterior para 1º e 2º graus, tornando o ensino profissionalizante obrigatório e dividindo as disciplinas em núcleos comuns. Dessa forma, alterando as licenciaturas – o chamado núcleo comum – embasado no “conhecimento humano básico deveria situar-se na perspectiva de todo o conhecimento humano encarado em suas grandes linhas”, conforme o parecer do conselheiro Valnir Chagas (Glezer, 2014, p. 136). As licenciaturas seriam divididas em curta e plena, a curta destinava-se ao 1º grau, enquanto as plenas seriam para o 2º grau.

A reforma dada pela Lei 5540/68, permitiu a ampliação do ensino privado, uma vez que as instituições federais não ampliaram suas ofertas de vagas. Dessa forma, atendendo alguns grupos econômicos e confessionais ligados ao ramo educacional. Ancorada nos princípios sugeridos no relatório Atcon:

[...] - **integração**: enfoque sócio-econômico da América Latina e a educação dele decorrente e, necessidade de criar um organismo educacional de alto nível com identidade continental, envolvendo todos os países; - **educação superior**: adequação das universidades latino-americanas em vista ao desenvolvimento; - **universidade**: consolidar autonomia e transformar-se em fundação privada; - **reforma administrativa**: secretaria bem treinada; criação de carreira universitária, supressão da ação discente na administração, desvinculação da regras do serviço público e limitações de salários; - **reforma fiscal**: divisão do custo real de ensino entre alunos e instituição e a instalação de um sistema de bolsas para atender as carências durante a gradual extinção do ensino público gratuito (Boschetti, 2007, p. 224).

Nesse contexto, as reformas na educação possuíam o viés para atender o mercado de trabalho, com o foco na modernização dos hábitos de consumo, atrelados com a repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país. As políticas destinadas ao ensino eram sob o viés estritamente econômico de desenvolvimento, e assim, as políticas públicas da educação foram muitas vezes formuladas por economistas neste período da história do Brasil (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2004).

Observa-se que em tal período houve uma preocupação em adotar uma série de leis relacionadas à educação em todos os níveis de ensino com o objetivo de garantir um controle político e ideológico, mediante uma política orgânica, nacional, implementando-se uma série de leis, decretos-leis e pareceres referentes a mesma, como:

[...] na exposição de motivos da Lei 5.692/71, o então ministro Jarbas Passarinho declarou as intenções legislativas do regime: ‘Em vez de elaborar uma única lei, embora a isso se deva chegar, inferiu-se atuar por aproximações sucessivas com visão clara da unidade de conjunto. (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2004, p. 34).

O Governo Federal daquele período criou uma rede entre estados e municípios, mantendo o objetivo de centralizar em uma unidade política ideológica, mas não financeira. Portanto, estados e municípios criam e participam financeiramente, mas deve obedecer a uma unidade federal, política, ideológica e normativa sob esse aspecto. Nesse sentido, a Constituição de 1967 desvinculou a União com a obrigatoriedade mínima de percentual destinado à educação, caracterizando o perfil do novo governo imposto pelos militares, caindo o percentual do orçamento destinado à educação e cultura, de 9,6%, em 1965, para 4,31%, em 1975 (Saviani, 2014), como também verificado no artigo 59 lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971, em que obriga os municípios em destinar 20% de seu orçamento do fundo de participação e arrecadação tributário para o ensino de 1º grau (ensino fundamental), silenciando em relação aos valores que a união e estados deveriam destinar ao ensino.

Os militares também criaram leis de caráter repressivo, interferindo e regulando a participação estudantil - a Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, que normatizava a participação estudantil (Shiroma, Moraes e Evangelista, 2004). Outro exemplo é o Decreto 57.634, de 14 de janeiro de 1966, que suspendeu as atividades da UNE. Em relação aos docentes, houve o Decreto-lei 477, de fevereiro de 1969 e suas Portarias 149-A e 3524, que se aplicavam a todo o corpo docente, discente e administrativo das escolas, proibindo quaisquer manifestações políticas nas universidades, dentre outras legislações com o intuito de coibir manifestações de cunho político e ideológico contra o governo ditatorial vigente no período.

No período de 1964 a 1985, através da concepção tecnicista²⁵⁸ de educação, foi adotado um plano nacional de instrumento de racionalização tecnocrática para a educação, uma vez que o Ministério da Educação se subordina ao de Planejamento. Nesse contexto, a educação é tratada como meio para manter um determinado sistema econômico, amparado pelo poder político, que por sua vez é patrocinado pelo sistema econômico vigente, que faz da educação um meio de representar e manter seu reflexo social, o qual é manter as distâncias entre classes sociais, tanto intelectual como econômica. Observa-se assim, que o interesse implícito no

²⁵⁸ Para Libâneo (2006, p. 28), a concepção pedagógica tecnicista é aquela em que a escola funciona como modeladora do comportamento humano. Compete à escola organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. Tal sistema social é regido por leis naturais (há na sociedade a mesma regularidade e as mesmas relações funcionais observáveis entre os fenômenos da natureza), cientificamente descobertas. Basta aplicá-las. A atividade da "descoberta" é função da educação, mas deve ser restrita aos especialistas; a "aplicação" é competência do processo educacional comum. A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos "competentes" para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas, resultando da aplicação de leis naturais que independem dos que a conhecem ou executam.

direcionamento da educação foi formar mão de obra barata para estar a serviço da classe dominante, através da direção das políticas públicas da educação de governo.

A educação no Brasil estava refém dos interesses políticos de cada governo. Tornando a educação um braço dos interesses de quem está no poder em cada período político/eleitoral. Infere-se que as reformas da educação, do período, possuíam duas intencionalidades, uma de atender ao mercado indiretamente e outra, em relação ao viés ideológico, reprimindo quem fosse contrário à ditadura civil-militar.

Percebe-se que se a educação é tratada como meio para manter um determinado sistema econômico ciceroneado pelo poder político patrocinado pelo sistema econômico vigente, que faz da educação um meio de representar e manter seu reflexo social, o qual é manter as distâncias entre classes sociais, tanto intelectual como econômica, dessa forma observa-se as relações nebulosas (Wood, 2014) entre capital e Estado, ou imperialismo e Estado.

Em relação às reformas adotadas no período da ditadura de Pinochet (1973 a 1990), dentre as várias de cunho neoliberal ditadas por um grupo de intelectuais locais que tiveram formação na Escola de Chicago²⁵⁹, de acordo com Leslie Bethell (2002):

Un grupo de economistas formados en la Universidad Católica y en Chicago, con mucha experiencia en el mundo de las empresas, el comercio y la política de Chile (varios de ellos habían sido asesores de Alessandri en 1970), venían reuniéndose desde 1972 con el fin de preparar una política para un nuevo gobierno de derechas. Sin embargo, hasta julio de 1974 no empezaron a influir en la política por medio del nombramiento, para el cargo de ministro de Hacienda, de Jorge Cauas, aunque éste era consejero del PDC más que «Chicago boy», como se les llamaba. Em el Ministerio de Economía Fernando Léniz (que era hombre de negocios) fue recomendado primero y luego, en abril de 1975, substituido por Sergio de Castro, monetarista convencido. La dominación de la escuela neoliberal de economistas ya era completa (2002, p. 297).

O projeto dos economistas de Chicago oferecia aos militares uma reestruturação total da economia, da sociedade e do sistema político chileno. As transformações propostas exigiam

²⁵⁹Escola de Chicago - Na década de 1950, quando um grupo de professores do departamento de economia da universidade de Chicago começou a produzir as teorias que deram fama à instituição. O grupo era liderado por Milton Friedman e George Stigler, os dois maiores expoentes do liberalismo econômico americano na segunda metade do século. Os professores defendiam a observação dos dados e a realização de testes empíricos como maneira de mostrar as limitações da ação do Estado na economia. As experiências deixavam em evidência as teorias do economista britânico John Maynard Keynes, que defendia a intervenção do Estado em alguns casos. E é essa a ideia que Chicago se dispôs a combater.

Na América do Sul, a “Escola de Chicago” ganhou projeção em sua atuação durante a ditadura de Augusto Pinochet no Chile. Num país sem liberdades democráticas e sem oposição, um grupo que ficou conhecido como “Chicago boys” implementou políticas como o estabelecimento do modelo previdenciário de capitalização, hoje enfrentando contestações no país. Entrevista de Pedro Garcia Duarte, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo) concedida ao Nexo Jornal em 25 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/11/25/Escola-de-Chicago-o-ber%C3%A7o-do-pensamento-econ%C3%B4mico-do-governo>. Acessado em: 14.11.2023.

um controle médio e estrito para eliminar as distorções criadas pelo populismo, assim criando as condições apropriadas para o funcionamento do mercado (Bethell, 2002, p. 297), a redução do tamanho do Estado eliminaria a base de pressões populares, que eram violentamente reprimidas as dissidências pela repressão policial de ditadura de Pinochet. O ponto crucial dessa solução era dado pela autorregulamentação do mercado livre, caracterizando o emprego do principal conceito liberal (Bethell, 2002, p. 298).

Para Lorena M. S. Rissi (2017), a abertura de mercado atingiu também a educação, realizando reformas de cunho neoliberal, passando a ser considerada um produto. Desse modo, sobrepujando o domínio do mercado no campo educacional. Com o discurso de propaganda ancorado no princípio de liberdade de escolha, inverte-se a lógica de quem é responsável por oferecer educação no país, antes era do Estado, no novo cenário, passa a ser do mercado. Desse modo, a educação passa a ser gerida pela iniciativa privada. Esse processo caracteriza-se também por ser uma forma de descentralização e privatização introduzidos dentre outras em outros setores sociais no país andino.

A privatização caracterizou-se pela transferência de fundos públicos para o sistema privado ocasionando na criação de uma nova rede privada de ensino (Rojas Figueroa, 1997 apud Zibas, 2002, p. 235-236). A gestão das escolas ficou diretamente atreladas ao município, também implementou o sistema de subvenção de escolaridade, que consistia em fornecer um subsídio ao estudante (calculado pela média de gastos do Ministério da Educação). Assim, o sistema educacional ficou separado em três tipos de instituições: as municipais, as privadas com subsídio e as privadas com o pagamento de mensalidades pelos pais (Rissi, 2017, p. 2130).

A ideia sustentada pelas propostas de *voucher* adotada pelo governo de Pinochet, pensava na lógica do mercado e ignorava os fatores sociais que interferiam na história de vida dos sujeitos sociais, que influenciavam nos resultados do rendimento escolar, como acesso à escola, condições de vida. Nesse sentido, sob influência da ideologia neoliberal, foram criados instrumentos para avaliar a qualidade de ensino sob a regulamentação mercadológica (Cosse, 2003, p. 232), introduzindo a competição entre escolas públicas e privadas, muitas vezes injustas, pois escolas que apresentavam resultados ruins careciam de maior atenção por parte do governo, porém era diminuído os subsídios.

Inspirados nos preceitos neoliberais, o modelo educacional chileno privilegiou e privilegia, pois ainda se mantém, na atualidade, o mesmo sistema de financiamento da educação, a iniciativa privada com a justificativa de proporcionar liberdade de decisão para os pais matriculem seus filhos. Porém, essa liberdade é restrita pois o dinheiro é diretamente enviado para a instituição não passando pelos pais. Como exposto, ainda continua injusto pois

não há interesse do mercado em intervir em escolas com resultados ruins para buscar uma equiparação, ao contrário, no modelo estabelecido, as diferenças tendem a aumentar.

Considerações finais

Como já exposto no presente estudo, a partir da segunda metade do século XX, as relações de dependência e interferência entre Estados soberanos, apresentam-se mais entrelaçadas, caracterizadas por acordos comerciais ou por compromissos diplomáticos afirmados em tratados internacionais que visam acolher determinadas reivindicações de cunho social de determinados setores da sociedade. Porém, esses compromissos internacionais geralmente atendem interesses de caráter econômico. Desse modo, a forma de ação do imperialismo americano, traveste-se de um discurso do ideal de cultura, de liberdade e democracia, ao mesmo tempo que exerce o poder coercitivo econômico. Em relação ao continente americano, essas relações são perceptíveis, ao abordar as reformas educacionais no Brasil e Chile realizadas nos respectivos períodos ditatórias, observa-se a existência da dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país são determinadas pelas relações de tipo imperialista. De acordo com Luis Fernando Ayerbe (2002, p. 263),

Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variados) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as suas determinações essenciais, isto é, em conformidade com as determinações resultantes dos processos econômicos e políticos que se desenvolvem a partir da nação dominante.

A partir das análises dos autores mencionados e das legislações aplicadas, torna-se evidente a conexão indireta entre o imperialismo norte-americano e os países da América do Sul, exemplificada pela influência nos assuntos internos do Chile, onde os interesses dos Estados Unidos se entrelaçaram. Destaca-se a manifestação dessa coerção econômica em um contexto social vinculado ao Estado, manifestando-se na esfera educacional e em reformas estruturais, as quais, por conseguinte, passaram a ser conduzidas pela iniciativa privada.

Em relação ao Brasil, as reformas realizadas, não foram tão explícitas em relação ao ideal neoliberal quanto as do país chileno, porém as mudanças tiveram também um caráter de descentralização, dessa forma repassando a responsabilidade do ensino para os municípios, estipulando percentuais de gastos, enquanto silenciando em relação ao percentual de obrigatoriedade de contribuição da União em relação ao financiamento da Educação. Também se verifica uma política adotada para a expansão do ensino privado como forma de extinguir

gradativamente o ensino superior gratuito. Ainda nesse período, foram realizadas reformas curriculares direcionadas para atendimento do mercado de trabalho, sem o cuidado em aprofundar outras áreas do saber.

Ademais, percebe-se a preocupação em preparar mão de obra para atender ao mercado de trabalho, com a implantação da concepção tecnicista de educação, por meio do Plano Nacional, em que preconizava a formação, através da escola, de indivíduos competentes para o mercado de trabalho. Esse período foi marcado pela repressão ideológica com decretos que puniam estudantes e professores que demonstrassem publicamente suas divergências com o governo ditatorial. Desse modo, observa-se que as medidas tomadas pelos países periféricos em questão, atenderam a uma tendência econômica de um centro metropolitano (Silva; Silva, 2009). Corroborando a teoria de Ellen M. Wood (2014) em que afirma que o imperialismo exercido pelos Estados Unidos, exerce um poder coercitivo, nesse sentido, a educação é exemplo desse poder de interferência extraeconômico, uma vez que, nos dois exemplos de reformas educacionais os interesses econômicos apresentam-se explícitos e implícitos.

Referências

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015. Versão PDF.

ATCON, R. P. **Rumo a reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001610.pdf> Acesso em: 06.07.2022.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BETHELL, L. (org). **Historia de América Latina**. Tomo 15. EL CONO SUR DESDE 1930. Barcelona: Crítica, 2002.

BOSCHETTI, V. R. **PLANO ATCON E COMISSÃO MEIRA MATTOS: CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO DA UNIVERSIDADE DO PÓS-64**. In: Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.27, p.221 –229, set. 2007 - ISSN: 1676-2584.

BRASIL. **Lei Nº 5.540** de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, com exceção do artigo 16, alterado pela Lei nº 9.192, de 1995.. Brasília, 28 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 02/06/2021.

BRASIL. **Lei Nr.5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 agosto. 1971.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acessado em: 15/05/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acessado em 29/10/2021.

CHILE, **Decreto Ley 3166 de 06, feb, 1980.** Autoriza entrega de la administración de determinados establecimientos de educación técnico profesional a las instituciones o a las personas jurídicas que indica. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?Idnorma=70774>> Acessado em 15/09/2021.

DUARTE, P. G. **Escola de Chicago:** o berço do pensamento econômico do governo. Entrevista concedida ao Nexo Jornal em 25 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/11/25/Escola-de-Chicago-o-ber%C3%A7o-do-pensamento-econ%C3%B4mico-do-governo>. Acessado em: 14.11.2021.

GLEZER, R. **Estudos sociais:** um problema contínuo. In: 50 anos de ditadura militar: capítulos sobre o Ensino de História no Brasil. SCHMIDT, M. A.; ABUD, K (ORGs). Curitiba: W & A Editores, 2014, p. 133 – 167.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos.** In: Rev. Bras. Educ. nr.14, Rio de Janeiro May/Aug. 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200007. Acessado em: 02/09/2021.

HOBSBAWN, E. J. **A era dos impérios.** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Elementos para uma análise crítico-compreensiva das políticas educacionais:** aspectos sociopolíticos e históricos e as reformas educacionais e os planos de educação. In: _____ Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. 10 ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez: 2012. p. 147-228.

KARNAL, L.; PURDY, S.; FERNANDES, L. E.; MORAIS, M. V. de. **História dos Estados Unidos:** das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

NETO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira:** (1964-1985) 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.3,2 Mb; e-PUB, ISBN 978-85-249-2278-7.

PINHEIRO, C. **Educação e ditadura militar:** relatos da história oficial e a memória de professores (1964-1985). 01/06/2006 86 f. Mestrado em Educação instituição de ensino:

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. Biblioteca depositária: Dr. Jalmar Bowden.

RISSI, L. M. S. **A lógica estruturante do sistema educacional chileno inspirada nos ideais do liberalismo.** Anais XVII Semana da Educação UEL, 2017, p. 2121 -2136. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/anais/2017/sumario-anais-2017.php>. Acessado em 09/06/2021.

ROSÁRIO, M. J. A. **O pensamento tecnocrático e autoritário na educação brasileira, de 1964 a 1985.** In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 69, p. 87-99, set2016. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8648239>>. Acessado em: 06/07/2022.

SANTOS, F. R. dos; NETO, L. B. **Estado, educação e tecnocracia na ditadura civil-militar brasileira.** In: Revista HISTEDBR On-Line. Revista HISTEDBR On-Line, Campinas, N.40, P. 113-125, Dez. 2010 - ISSN: 1676-2584.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 42. ed. Campinas: Autores associados, 2012.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

SILVA, K. V; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos.** 2 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

WOOD, H. M. **O Império do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ZIBAS, D. **A reforma do ensino médio no Chile:** Vitrina para a América Latina? Cadernos de pesquisa, São Paulo, n.115, p.232-262, mar.2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742002000100010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 de abr. 2023.

Um mosaico das memórias: as disputas pelo passado na Universidade Federal de Pelotas

ESTEVAM, Nathalia Lima
Mestranda em História, UFPel
nathaliaestevaml@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho está vinculado a pesquisas e debates presentes na Universidade Federal de Pelotas e em seu Programa de Pós - Graduação em História. Dessa forma, pretende realizar uma breve análise sobre os embates da memória de uma instituição fundada em moldes antidemocráticos, analisando a mobilização dessa memória, que é constantemente construída, desconstruída e reorganizada por diversos agentes ao longo dos anos. As marcas dessas disputas pelo passado se espalham pelos campi da universidade. Enquanto na Faculdade de Direito o monumento “aqui mijamos na ditadura” (2009), foi instalado por antigos militantes do movimento estudantil da universidade, no mesmo ano houve a instauração no campus Anglo do prédio Delfim Mendes Silveira, primeiro interventor/reitor da instituição, e figura atuante na repressão institucional. Além de suas participações em comissões de investigação a subversivos, Silveria também condecorou Emílio Garrastazu Médici, ditador-presidente, e Jarbas Gonçalves Passarinho, então ministro da educação, com o título de Doutor Honoris Causa, além de entregar medalhas de Mérito Universitário a militares. Atualmente a concessão desses títulos é foco de intensos debates na instituição, e é a partir desses movimentos de conservação e reorganização de determinadas demandas sobre o passado que o presente trabalho visa analisar as disputas por memória na instituição.

Palavras-chave: Memória; Universidade; Ditadura.

As reverberações da Ditadura Civil-Militar nas instituições de ensino superior na cidade de Pelotas

O início dos anos 1960 no Brasil, foi marcado por intensos embates no contexto democrático, mas também por uma repressão militar sem precedentes. Após a posse de João Goulart na presidência da república em 1961, diversas esferas da política conservadora e de instituições militares fizeram oposição às estratégias do governo conciliatório experimentado por Goulart. Seu apoio às reformas de base, requeridas pela população, assim como a proximidade entre o presidente e Brizola, além de outros políticos de esquerda, aumentavam o desconforto das classes médias e patronais no país. Essa insatisfação, gerada desde sua posse e escalonada ao longo de seu curto governo, decorreu num golpe civil-militar no ano de 1964, e este vigorou por 21 anos no país.

O golpe de 31 de março de 1964 afetou, além das figuras políticas, como o próprio presidente e membros dos partidos das esquerdas, o funcionalismo público do país, entre outras esferas. Na gestão pública, o golpe teve intensas reverberações, e deu início a uma “caça às bruxas” contra os possíveis subversivos. Nesse sentido, a publicação do Ato Institucional de 9 de abril do mesmo ano, previu para além da suspensão da garantias constitucionais por ao menos seis meses, a drenagem do “bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não

só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” (BRASIL, 1964)²⁶⁰. Dessa forma, o primeiro Ato Institucional foi o pontapé inicial para a “operação limpeza”. Operação que visou retirar em primeiro momento os “subversivos”, e posteriormente os corruptos do funcionalismo público (Motta, 2014).

Nas instituições de ensino superior, segundo Marília Silveira “Foram presos e expulsos professores, técnico-administrativos, pesquisadores e estudantes” assim como “foram formadas comissões, compostas por militares e civis, tendo professores das instituições, que cumpriram o papel de delatar, julgar e expulsar seus pares” (2014, p. 61). Em Pelotas as investigações da operação limpeza não foram diferentes, e se manifestaram principalmente através dos processos inquisitoriais e das intervenções nas reitorias das instituições. Na Universidade do Rio Grande do Sul (URGS)²⁶¹, que manteve os campus da Faculdade de Direito e da Faculdade de Odontologia em Pelotas até 1969, a operação ocorreu a partir do afastamento de seu reitor, mas também da instauração de uma comissão de investigação. Ainda em 1964, após a saída de Eliseu Paglioli da reitoria, foi formada a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da URGS, que tinha por objetivo investigar funcionários e alunos possivelmente subversivos. Para a condução das investigações, cada unidade de ensino teve seu representante. E nas instituições de Pelotas a Faculdade de Direito ficou sob a responsabilidade de Delfim Mendes da Silveira, até sua substituição no mesmo ano pela professora Rosah Russomano, enquanto na Faculdade de Odontologia Gastão Pureza Duarte foi coordenador. Ao fim do processo coordenado pelos docentes e por um militar, na cidade de Pelotas houveram 2 afetados diretamente, Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacher, ambos da Faculdade de Direito.

Ainda nos primeiros dias de golpe, também houve a invasão ao Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS) e à Escola de Agronomia Eliseu Maciel (EAEM), parte da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRGS). Nessa ocasião, ao menos quatro docentes e quatro discentes foram detidos para averiguação. De acordo com o Inquérito da Polícia Militar (IPM) intitulado “Subversão no município de Pelotas/RS”²⁶², a invasão buscou investigar a formação de grupos dos onze e a salvaguarda de

²⁶⁰ Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 22/01/2024

²⁶¹ A atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

²⁶² Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/87014573/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_87014573_d0001de0001.pdf. Acesso em 20/01/2024.

armamentos no campus do IPEAS.²⁶³ Embora fossem fortes as acusações, o relatório aponta para a falta de provas de subversão nas instituições.

Em 1969, foi fundada a partir do decreto 65.881 a Universidade de Pelotas, que combinou instituições públicas, a partir das Faculdades de Odontologia e Direito da URGs, o corpo universitário da UFRGS, e o Instituto de Sociologia e Política, da URGs em Pelotas. Também foram unidos institutos privados, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Faculdade de Medicina, o Instituição Pró Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE), e a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões. Seu primeiro reitor/interventor foi Delfim Mendes Silveira, que ocupou o cargo por oito anos, até deixá-lo em 1977. Escolhido pelos militares, Silveira já havia participado da CEIS e de outra comissão espontânea que resultou na expulsão João Vieira, líder estudantil (Mansan, 2009)

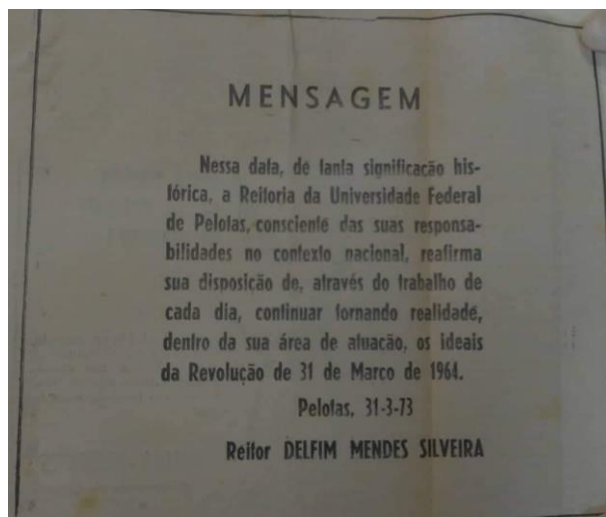
Na Universidade de Pelotas, a condução das investigações contra os subversivos se iniciaram formalmente em 1972, cumprindo uma demanda do Ministério da Educação e Cultura (Ferreira, 2017). A instalação da Assessoria Especial de Investigação Sumária (AESI-UFPEL) evidencia um forte aparato de vigilância dentro e fora desta instituição. Com o objetivo de vigiar os membros do corpo estudantil, assim como vetar ou direcionar a posse em cargos dentro da UFPEL, a assessoria comandada pelo general Edson Vignoli transitava entre vários escopos da universidade. Nos documentos presentes no Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner (NDH-UFPEL), é possível observar este trânsito a partir da figura de Vignoli, que passou de Chefe de Gabinete da Reitoria à Pró-reitor administrativo, passando ainda pelo cargo de Auxiliar de Ensino, enquanto conduzia as investigações da AESI.

É a partir desse histórico que o presente trabalho visa analisar os fragmentos das memórias sobre o período na Universidade Federal de Pelotas. Compreendendo que ao longo de seus primeiros anos, a instituição esteve por diversas vezes ligada ao regime militar, como demonstra a figura 1. Além de aderir a movimentos como as concessões dos títulos de Doutor Honoris Causa a membros do governo, como a Jarbas Passarinho e o então presidente/ditador Emílio Médici, condecorou com Mérito Universitário o General Oliveiros Lana de Paula. Dessa forma, buscaremos ao longo deste texto evidenciar como a memória sobre os anos da ditadura civil-militar tem sido manipulada na instituição, além de apresentar o trabalho recentemente realizado pela Comissão para implementação de medidas de memória, verdade e justiça na UFPEL, que fundada em 2023 tem como principal objetivo de se posicionar sobre os títulos

²⁶³ O grupo dos onze, era um grupo revolucionário brizolista composto por 11 pessoas - associando sua formação a um time de futebol - que se organizavam em pequenas células que poderiam ser mobilizadas agrupadamente (Tavares, 2015)

concedidos pela instituição a figuras envolvidas em violações dos direitos humanos.

Figura 1 - Recorte de jornal



Fonte: NDH-UFPe

Entre as lutas estudantis e a reitoria golpista: O manejo da memória

Para compreendermos os debates atuais sobre a constituição da memória na UFPe, é indispensável discorrer sobre os elementos que rememoram uma das principais figuras repressivas na UFPe, seu primeiro reitor. No ano de 1999, foi instaurada junto à universidade em gestão privada, a Fundação Delfim Mendes Silveira, com o objetivo de, entre outras ações, “Promover estudos, pesquisas e prestação de serviços para entidades públicas e privadas” (FDMS, 2024)²⁶⁴. Já no ano de 2009, durante a gestão de Antônio Cesar Gonçalves Borges (2005-2009 e 2009-2013) na UFPe, foi fundado o campus Anglo, na região do Porto em Pelotas, cujo prédio principal foi nomeado “Delfim Mendes da Silveira”, também em homenagem ao antigo reitor. Como comentado anteriormente, a figura de Delfim Silveira enquanto articulador do regime civil-militar nas instituições de ensino reverberam até o presente momento. Através da documentação pesquisada é possível inferir que as aproximações entre a Universidade Federal de Pelotas e o regime civil-militar se iniciaram antes mesmo da fundação da UFPe, partindo da figura que foi escolhida pelos militares para ocupar a reitoria em 1969. Dessa forma, compreender a mobilização dessa memória sobre este agente nos auxilia a discutir a própria memória da instituição.

Ainda em 2009, decorrente de pressões do movimento estudantil atuante durante o regime civil-militar, houve a instalação de dois monumentos em frente a Faculdade de Direito.

²⁶⁴ Disponível em: <https://fundacoesufpel.com.br/fdms/sobre-a-fdms/>. Acesso em 20/01/2024.

No encontro realizado no mesmo ano, os militantes rememoraram as lutas durante os anos de censura. Na figura 2, o monumento “liberdad” faz referência a luta pela liberdade política e ideológica durante o período e também às manifestações de 1977, que em Pelotas decorreram na prisão do estudante João Carlos Gastal Junior, filho do prefeito João Carlos Gastal, que havia sido cassado. Nas figuras 3 e 4, o monumento “aqui mijamos na ditadura” e “aqui mijamos + na ditadura” evidenciam para além do humor dos militantes, a manutenção do monumento, que desagradou a parcela conservadora da instituição. Instalado em 2009 a obra foi removida algumas vezes de seu lugar, e somente no ano de 2018 pode ser recolocada “permanentemente”.

Figura 2 - Monumento “liberdad”



Fonte: Paulo Tavares Mariante

Figura 3 - Placa “aqui mijamos na ditadura”



Fonte: Marta Rickers

Figura 4 - Placa “Aqui mijamos + na ditadura”



Fonte: Paulo Tavares Mariante

Já em 2023 foi criada, a partir da Portaria de Pessoal nº 1.529, e complementada pela Portaria de Pessoal nº 1.555, a Comissão para implementação de medidas de memória, verdade e justiça na UFPEL (CMVJ-UFPEL). Coordenada pelo professor Carlos Artur Gallo Cabrera, a comissão objetivou avaliar a atribuição dos títulos Doutor Honoris Causa concedidos a pessoas envolvidas em violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar. Para tal, a comissão foi formada de docentes, discentes e técnicos de diversas áreas, além de ter a participação de entidades externas à UFPEL. Ao longo desse ano foi produzido um relatório que averiguou a possibilidade de retirada dos títulos por parte da universidade²⁶⁵. Este relatório passa atualmente pela votação no Conselho Universitário da UFPEL. E demonstra, que embora a universidade não tenha criado uma Comissão da Verdade própria, pode-se iniciar uma progressiva averiguação sobre outras honrarias concedidas pela instituição.

Questões teórico-metodológicas

O presente trabalho foi conduzido a partir da perspectiva de Candau (2012) sobre a memória. O autor entende que a conservação das lembranças implica em “memorizar um mundo previamente ordenado” (2012, p.84), dessa forma, a memória pode ser entendida como uma leitura parcial de um contexto mais amplo. E nesse sentido, as relações entre a lembrança e o esquecimento também acompanham modalidades históricas, sociais e culturais. Dessa forma, a memória é colocada em um campo de constante construção, destruição e reorganização

²⁶⁵ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2023/10/2023-RELATORIO-CMVJ-UFPEL.pdf>. Acesso em 20/01/2024.

que passa por diversos campos do viver, e pode se apresentar de acordo com as demandas de seu tempo.

A pesquisa para realização deste trabalho ocorreu a partir da leitura de bibliografias pertinentes ao tema, assim como a pesquisa no acervo digital do Arquivo Nacional e no acervo UFPel, presente no NDH-UFPel. No SIAN, as fichas de expurgados das instituições de ensino possibilitaram averiguar a participação nas comissões de docentes da URGs, que mais tarde fizeram parte do corpo docente e técnico da UFPel. Dessa forma, é relevante ressaltar os diversos usos que podem ocorrer a partir da documentação presente no SIAN, além de ser uma grande fonte para estudos sobre as universidades ao longo deste período, pois grande parte do material produzido ao longo da ditadura civil-militar ainda mantém um status de “desaparecido”. Também é relevante ressaltar a implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), que possibilitou que parte dos arquivos referentes à ditadura civil-militar brasileira pudessem ser abertos e difundidos.

No Núcleo de Documentação Histórica professora Beatriz Loner o fundo “clippings”²⁶⁶ da série da Assessoria de Comunicação Social (ACS), atual Coordenação de Comunicação Social (CCS), foi essencial para investigar a gestão política dentro da universidade. Através deste fundo também foi possível encontrar aproximações entre a reitoria e o governo, principalmente ao longo da presidência de Ernesto Geisel, que coincidiu com a presidência de Delfim Silveira no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Esta aproximação gerou à universidade verbas não previstas e a assinatura de diversos contratos, fazendo a universidade superar o orçamento da própria cidade de Pelotas em 1976.²⁶⁷

Para analisar a ditadura nas universidades, a obra de Rodrigo de Sá Motta, *As universidades e o regime militar*, destaca-se como uma das mais significativas sobre o tema, evidenciando as diversas ações do aparato repressivo nestas instituições. Outros pesquisadores também abordam as atividades desenvolvidas nas universidades durante o período da ditadura, como é o caso da dissertação de Jaime Mansan, que ao analisar os expurgos ocorridos na UFRGS entre 1964 e 1969 utiliza documentos da instituição, especialmente da sua Comissão Especial de Informações e Segurança (CEIS). Uma outra contribuição relevante sobre o tema é fornecida pela dissertação de Leonardo Kantorski, que investiga os expurgos na Universidade Federal de Rio Grande, entre 1969 e 1977, sob a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional. De volta ao contexto da UFRGS, a dissertação de Letícia Fernandes, que se baseia

²⁶⁶ O clipping é o processo de selecionar conteúdo midiático, geralmente impresso, para resultar num apanhado de recortes sobre assuntos de total interesse de quem os coleciona.

²⁶⁷ Fundo ACS, Livro 4

nos registros do Serviço Nacional de Informações sobre a universidade, propõe um debate crucial sobre a vigilância institucionalizada.

Sobre a Universidade Federal de Pelotas, a historiadora Vânia Ferreira delineou, em sua dissertação, um paralelo significativo entre o contexto ditatorial e a fundação da universidade. Em seu texto, ela proporciona uma compreensão do cenário nacional, destacando ações e estratégias de cada governo militar e, ao examinar as primeiras décadas da instituição, evidenciou como essas ações ecoam na cidade de Pelotas. Embora a dissertação de Ferreira nos auxilie a pensar nas reverberações do regime na cidade, até o momento presente, não houveram pesquisas sobre os expurgos realizados na instituição, nem sobre a mobilização das memórias sobre o período. É nessa perspectiva que o trabalho aqui desenvolvido visou apresentar esta possibilidade de pesquisa sobre a instituição, entendendo que as investigações sobre a ditadura civil-militar na universidade podem ganhar novas formas a partir de novos olhares.

Considerações finais

Entendendo que é vasto o debate sobre as políticas de mobilização e manutenção da memória de uma comunidade, este texto teve como objetivo apresentar algumas das mobilizações da memória institucional a partir do caso da Universidade Federal de Pelotas. Entendendo que estas memórias se constroem e reconstroem a partir das necessidades de cada contexto, também é necessário ressaltar a forte demanda pelo compromisso com a preservação dos direitos humanos e a luta pela memória dos que fizeram oposição aos movimentos repressivos dentro e fora das instituições de ensino. Dessa forma, as ações recentemente tomadas pela instituição reforçam o compromisso com a justiça ao menos em seu escopo.

Referências

Fontes/Arquivos Públicos

Arquivo Nacional.

Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner.

Bibliografia

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar: memórias divergentes de uma trajetória**. 125 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina da Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1969)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. **Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha Militâncias e Rotas de Exílio**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

TAVARES, Tânia dos santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista: (1963-1964). XXVI Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**, p. 1-15 Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_8cdb2337b04cb0f1ead6b451d5f62331.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

A Escola de Belas Artes de Pelotas após o golpe militar de 1964: reverberações da ditadura no contexto do ensino da arte

SIRTOLI, Guilherme Susin

Doutorando em História (Universidade Federal de Pelotas)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico,

guisusinsirtoli@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender os impactos do golpe civil-militar de 1964 na antiga Escola de Belas Artes Carmen Trápaga Simões (EBA) de Pelotas - RS. Essa instituição, vinculada ao capital cultural, foi fundada no ano de 1949 e teve sua história atravessada pela ditadura, que, por sua vez, afetou severamente o ensino das artes no Brasil. A ditadura reverberou na EBA através de conflitos e manifestações de poder presentes em relatos documentais. Através de uma análise baseada em procedimentos vinculados à micro-história, utilizamos como fontes documentos relativos à Coleção Escola de Belas Artes, parte do acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel), fotografias pertencentes à Fototeca Memória da UFPel e os diários publicados da diretora da instituição, D. Marina de Moraes Pires. O foco em analisar ações ao sul do país nos mostra que manifestações ditatoriais ocorreram e foram expressivas neste espaço geográfico, o que muitas vezes pode acabar em segundo plano, considerando que, na maior parte das vezes, são privilegiadas abordagens e pesquisas sobre ações ocorridas nas metrópoles situadas na região sudeste do Brasil. **Palavras-chave:** Escola de Belas Artes de Pelotas; golpe militar; ditadura civil-militar.

Introdução

Os espaços universitários podem ser considerados locais de luta constante, movidos por inúmeros sujeitos, muitas vezes com pautas específicas, mas que acabam convergindo em algumas lutas coletivas. Entre elas, podemos citar como exemplo a garantia de direitos aos estudantes, melhorias no ensino público do país, combate à discriminação racial, entre tantas outras. Neste sentido, a universidade acaba sendo um espaço de inúmeras reflexões e debates, não somente sobre temas específicos da academia, mas abrangendo pautas necessárias que fazem parte de toda a vida em sociedade.

Durante meados da década de 1960, os espaços universitários "tornaram-se lugares estratégicos para a luta política, atraindo a atenção de grupos atuantes em todos os quadrantes ideológicos" (Motta, 2018, p.93). Na segunda metade do século XX, sujeitos de inúmeras vertentes ideológicas permearam os espaços universitários, considerando o acesso a tais lugares, em sua grande maioria destinados apenas a uma determinada parcela da população.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, inúmeras desarticulações e mudanças significativas ocorreram no âmbito educacional: projetos foram interrompidos, grupos foram desmembrados e novas concepções de educação foram impostas. Esses fatos acabaram por desaguar nas reformas educacionais propostas pela ditadura, que foram pautadas nos acordos

do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Os acordos MEC-USAID foram cruciais na implementação de um ensino profissionalizante, com modificações nos diferentes níveis de ensino, desde a educação básica até a educação superior. No caso das escolas, a formação escolar passou a ser dividida entre tronco geral e tronco especial, sendo esta última voltada puramente para questões alinhadas com o chamado mundo do trabalho. Logo, esses acordos firmados pelos ditadores, que, por sua vez, favoreciam os interesses norte-americanos, ocasionaram na implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 (Lei 5692/1971), onde o foco no ensino tecnicista ficou explícito.

A educação brasileira passou, durante o período da ditadura civil-militar, por uma série de reformas empreendidas pelo Estado, que tinham como principais objetivos tornar o ensino técnico-profissionalizante, [...] e conquistar o apoio da população para os ideais do governo. Foram realizadas reformas no ensino superior, por meio da lei 5540/68, e no ensino básico através da lei 5692/71, que modificaram os programas curriculares em todos os níveis de ensino (Almeida, 2016, p.2).

Considerando tal concepção educacional, a abordagem pautava-se em disciplinas operacionais, sem considerar a necessidade de uma reflexão crítica acerca das questões sociais: “Inseria-se no sistema escolar brasileiro em uma orientação educacional e pedagógica voltada para um modelo operacional de ensino-aprendizagem. Não havia lugar para o pensar crítico, a discussão de ideias e uma práxis voltada para os problemas sociais do Brasil” (Chaves; Andrade; Lima Neto, 2014, p. 550).

Vale ressaltar que ainda no período da ditadura, uma parcela de jovens estudantes, artistas, intelectuais, entre outros, pensava criticamente acerca de tais acordos e das mudanças que os mesmos vieram a ocasionar dentro da educação brasileira. Nesse contexto encontra-se o livro do advogado e cientista social brasileiro Márcio Moreira Alves (1936-2009) intitulado ‘Beabá dos MEC-USAID’, publicado no ano de 1968, onde o autor analisa os acordos firmados entre o governo ditatorial e a agência americana. Moreira Alves expõe que o tecnicismo imposto pelos ditadores não significava a efetividade de um ensino técnico de qualidade, possibilitando uma mão de obra qualificada, o que de fato era uma necessidade do país (Alves, 1968).

Nesse sentido, Furlan (2015), em sua dissertação de mestrado, discorre sobre a implementação e difusão do ensino tecnicista no país, expondo que o mesmo apenas mascarava uma ideia de profissionalização de ensino, visto que muitas vezes não era possível verdadeiramente efetivá-la: “Ocorreu uma dissonância entre a realidade histórica e o desejo da sociedade” (Furlan, 2015, p. 53). Devemos considerar que a ditadura marca um período de

intensas mudanças sociais, reverberando principalmente no âmbito educacional, visto que o interesse dos militares estava no controle social possibilitado através dos meios educacionais, em um país onde uma grande parcela de sua população era analfabeta (Furlan, 2015).

No que tange ao escopo do ensino das artes e das humanidades, o controle também esteve evidente por parte da ditadura. Ressaltamos que o ensino de educação artística, como era chamado no período, paradoxalmente começa a ser obrigatório nas escolas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971. Apesar dessa obrigatoriedade, perspectiva-se que não existiam estruturas para uma formação de qualidade, visto que os cursos de educação artística começaram a ser implementados no país apenas em 1973, dois anos após a promulgação da lei (Barbosa, 2014).

Além disso, considera-se que uma significativa parcela dos professores de arte neste momento não possuía acesso a disciplinas que estudassem as teorias da criatividade (Barbosa, 2014). Logo, a formação priorizava um ensino puramente tecnicista, visando, por exemplo, a prática do desenho geométrico e industrial. Perspectivas indicam que a disciplina de educação artística era oferecida como uma mera atividade dentro do contexto escolar, com um molde fechado, completamente voltado para uma tecnicização do ensino.

Em grande parte das escolas primárias do período, a prática da arte encontrava-se dominada, em geral, pela sugestão de temas e pela prática de desenhos alusivos a comemorações de cunho cívico, religioso, entre outros (Barbosa, 2008). Já no escopo do ensino superior, a ditadura estava alinhada à normatização e estereotipização dos currículos dos cursos de educação artística nas instituições, tornando-os iguais aos de outras disciplinas do sistema. O foco residia muito mais em disciplinas com fundo tecnicista, como é o caso do desenho geométrico e industrial, alinhadas aos moldes construídos desde os acordos MEC-USAID.

Consideramos que, através da arte, é possível transgredir pensamentos e posições pré-determinadas, suscitando questionamentos acerca do próprio mundo em que vivemos, visto que as experiências da arte e da vida estão intrinsecamente correlacionadas (Dewey, 2010). Logo, buscamos aqui traçar um panorama das reverberações da ditadura no contexto de uma instituição voltada ao ensino da arte em nível superior, afastada das regiões metropolitanas do país. Sabemos que, nestas localidades, em grande parte das vezes, o contexto ditatorial tende a passar despercebido ou até mesmo negligenciado, levando em consideração que, para uma significativa parcela da população brasileira, parece que a atuação da ditadura acabou estando focada apenas nas metrópoles do sudeste brasileiro.

Logo, questionamo-nos: como a ditadura impactou uma instituição superior voltada ao ensino da arte no sul do país? Para responder a esses e outros questionamentos intrínsecos à

pesquisa histórica, utilizamos aqui uma abordagem vinculada aos processos historiográficos da micro-história, buscando, através de uma análise local, suscitar questões que possibilitem refletir sobre o contexto ditatorial de forma mais ampla, bem como suas consequências. Aqui, colocamos o micro como prioridade e, conseqüentemente, a partir dele, torna-se possível abordarmos o macro.

Se queremos entender a micro-história, podemos dizer que ela parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e das respostas 'locais', ou seja [...] por meio de um caso, de um lugar, de um documento, um acontecimento, lidos a partir do aumento da escala, busca identificar perguntas que possuam valor geral (Levi, 2020, p. 20).

Através dos procedimentos vinculados às análises micro-históricas, compreendemos a própria micro-história como uma ciência das perguntas gerais e das respostas 'locais', buscando, por meio de tais respostas, traçar linhas de coerência que nos permitam analisar uma situação menor, mas de relevância para o contexto geral, buscando suas relações e conexões maiores. Em suma, propomos aqui realizar o movimento que Levi (2020) caracteriza como próprio da micro-história, do macro para o micro, em um constante fluxo de movimento.

O golpe militar e suas reverberações na Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973)

A Escola de Belas Artes de Pelotas D. Carmem Trápaga Simões (EBA) foi uma instituição de ensino superior voltada ao ensino das artes da cidade de Pelotas - RS. Essa instituição esteve em funcionamento durante o período que compreende os anos de 1949 a 1973, posteriormente sendo incorporada pela Universidade Federal de Pelotas, criada em 1969, sendo os primórdios do que posteriormente veio a se tornar o atual Centro de Artes (CA) da UFPel.

A história do Centro de Artes passou por várias transformações e denominações – Escola de Belas Artes Carmen Trápaga Simões (1949), Instituto de Artes (1971), Instituto de Letras e Artes (1973), e Instituto de Artes e Design, de 2005 a 2010 – e pouco do cotidiano dessa memória está registrada em textos com o enfoque da historiografia (Silva, 2016, p. 145).

Após seis anos de seu funcionamento, em meados de 1955, o Conselho Nacional de Educação enquadrou a EBA nas leis federais voltadas ao ensino superior. Entre agosto de 1969 até janeiro de 1973, a EBA passou por um longo e difícil processo que perpassou pela agregação e posteriormente a federalização, integrando-se plenamente à UFPel (Magalhães, 2013). Ressaltamos que essa escola de arte carregava uma herança das academias de Belas Artes, portanto, herdou também uma tradição que diz respeito ao fazer artístico e à legitimação de artistas e obras de arte a partir de um determinado sistema, que por sua vez acaba configurando-se de importância para o campo da própria História da Arte. “A EBA é herdeira deste sistema

de ensino acadêmico e, como toda a Escola de Belas Artes, foi um lugar de formação de artistas e de produção de obras de arte, tendo papel importante na História da Arte em Pelotas” (Magalhães, 2013, p.72).

A história do ensino das artes no Brasil tem seu início com os trabalhos da Missão Francesa, que desembarcou em nosso país em 1816, e que por sua vez esteve relacionada com a criação da Academia Imperial de Belas Artes, situada na cidade do Rio de Janeiro. Logo, consideramos que a importação de modelos estrangeiros, muitas vezes desgastados, acabou sendo o molde para o ensino da arte, visando a 'construção de um país' aos moldes coloniais europeus (Barbosa; Coutinho, 2011). Tais moldes acabaram sendo incorporados pelas instituições voltadas ao ensino da arte no país, visando um ensino tradicional no escopo das Belas Artes, como a pintura, a escultura e o desenho, por exemplo.

Ressaltamos que a EBA foi uma instituição criada por uma elite cultural, que por sua vez está intrinsecamente ligada à própria constituição da cidade de Pelotas, considerada como um polo cultural no final do século XIX e início do século XX, momento em que Pelotas vivenciava seu apogeu econômico: “No decorrer da história de Pelotas há uma constante formação artística e cultural que atravessou os séculos e envolve todos os meios e grupos formadores da sociedade pelotense” (Stael; Pinto, 2007, p.2). Apesar do declínio econômico que a cidade sofreu no decorrer do século XX, uma elite cultural acabou se configurando, e tal elite está na gênese da criação da própria instituição:

Ao longo do tempo, o poder econômico e político vai sendo perdido, mas um grupo de pessoas, que configura a elite cultural da cidade, mantém os valores estabelecidos no passado. Esta elite cultural pelotense se caracterizaria por ser conservadora, com uma forte ligação ao passado e à tradição, nostálgica dos tempos de glória, que possuía por isto mesmo um orgulho e uma auto-suficiência intelectual que não a tornava receptiva às idéias, valores e mudanças vindas de fora (Magalhães, 2013, p.100).

Entendemos que essa instituição era um espaço de transmissão do capital cultural, tal como concebem Bourdieu e Wacquant (1998). O capital cultural pode ser observado em suportes materiais como obras de arte, monumentos, espaços de legitimação, fotografias, entre outros, "transmissíveis em sua materialidade" (Bourdieu; Wacquant, 1998, p.75). Ao analisarmos as fotografias pertencentes à Coleção da EBA na Fototeca Memória da UFPel, é possível perceber algumas das reverberações do capital cultural. Tomamos como estudo de caso uma fotografia de formatura do final da década de 1950 (Figura 1), onde são retratadas alunas e possivelmente professores da instituição. Ao analisar a imagem, podemos perceber determinadas configurações relacionadas à sociedade da época e conseguimos traçar um panorama da própria maneira como a instituição se inseria nesta sociedade.

Figura 1. Formatura de 1957. Arquivo digital de referência da Escola de Belas Artes.



Fonte: Fototeca Memória da UFPel.

Podemos conceber que existem diferentes reverberações e dinâmicas do capital cultural postas em jogo. Consideramos algumas destas reverberações presentes, como, por exemplo, os trajés que as formandas e/ou professoras vestem, a postura corporal individual de cada um dos personagens - que se encontram 'altivos' e sérios - ou até mesmo pela decoração presente na imagem, com grandes buquês de flores em vasos. Logo, podemos perceber uma dinâmica que permeia questões relativas à performatividade social do período, intrínsecas na própria imagem.

Consideramos que cada imagem é capaz de operar diferentes performatividades em sistemas próprios de relações, ou em outras palavras, em regimes de *imageité*, como definido por Rancière (2016). Observamos então que, através desta fotografia, é possível perceber a própria EBA como um espaço de manifestação do capital cultural e, conseqüentemente, do poder intrínseco a ele, seja manifestado de forma econômica, social ou cultural.

As tomadas de posição, objetiva e subjetivamente, estéticas - por exemplo, a cosmética corporal, o vestuário ou a decoração de uma casa - constituem entre tantas oportunidades de experimentar ou afirmar a posição ocupada no espaço social como lugar a assegurar ou distanciamento a manter. [...] As estratégias que visam transformar as disposições fundamentais de um estilo de vida em sistema de princípios estéticos, as diferenças objetivas em distinções eletivas, as opções passivas, constituídas em exterioridade pela lógica das relações distintivas, em tomadas de posição conscientes e eletivas, em opções estéticas, estão, de fato, reservadas aos membros da classe dominante e, até mesmo, à mais elevada burguesia (Bourdieu, 2007, p. 57).

Perspectivamos que, ao adentrar e frequentar tal espaço, era possível para uma pequena parcela da população ostentar os chamados 'títulos de nobreza cultural' na sociedade em que estavam inseridas. Os 'títulos de nobreza cultural', como abordado por Bourdieu (2007), relacionam-se à validação que o capital cultural dá a determinadas pessoas, que tendem a se

vincular à determinados gostos e áreas do conhecimento, tidas como 'nobres' para algumas elites, como ocorre com as chamadas belas artes, desde a pintura, a escultura e a música, por exemplo.

Além das imagens, podemos perceber as manifestações das relações de poder na escola através das ações da própria diretora, D. Marina de Moraes Pires. Em seus diários, existe uma profusão de menções sobre a participação desta senhora em diversos eventos oficiais, a nível municipal, estadual e federal. Em setembro de 1963, a diretora relata que esteve presente na chegada do então presidente Jango à cidade de Pelotas, representando a Escola no banquete servido em comemoração de sua visita (Franco, 2008). Além disso, é possível perceber intensa comunicação com inúmeros atores políticos e órgãos do governo federal, como é o caso da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundada em 1951, atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Visto que tal instituição foi atravessada pelo período da ditadura civil-militar, nos interessa aqui compreender quais foram as imbricações do golpe nesta instituição. Portanto, foi necessária uma pesquisa de campo com a finalidade de buscar fontes que pudessem nos ajudar a compreender tais atravessamentos. Com isso, chegamos aos documentos pertencentes à Coleção Escola de Belas Artes, do acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), vinculado ao Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas. Muitos destes documentos são institucionais, integrando a própria EBA no seu período de funcionamento, atualmente sendo uma 'herança' da mesma para o acervo do MALG. O museu, quando foi criado, herda uma coleção de obras oriundas da Escola de Belas Artes, com trabalhos de seus alunos e professores, além de documentos e fotografias.

Entre os documentos aqui utilizados, citamos principalmente as atas da instituição, no âmbito da direção e congregação. Utilizamos também fotografias pertencentes à Fototeca Memória da UFPel, vinculada ao Instituto de Ciências Humanas (ICH). Para complementar as análises, são utilizados trechos dos diários de D. Marina de Moraes Pires, fundadora da EBA, posteriormente editados e publicados por sua neta, Janice Pires Corrêa Franco em 2008.

Em 11 de abril de 1964, poucos dias após o golpe militar, um incidente envolvendo tal situação é registrado na Ata n.38 no livro de Atas da Congregação da Escola de Belas Artes. A ata refere-se a uma situação iniciada ainda no dia 3 de abril, envolvendo a Professora Heloisa Assumpção Nascimento, então professora da disciplina de História da Arte na EBA e a própria diretora da Escola, D. Marina de Moraes Pires:

A três do presente mês, dia de aula de História da Arte, a Profa. Heloisa Assumpção Nascimento compareceu com intuito de proferi-la e, verificando a presença de dois

alunos na Escola, quis realizá-la mesmo com êsse reduzido número para a assistência. Pouco depois de iniciada, a Diretora foi chamada ao telefone por alguém que se dizia do 'Diário Popular', aconselhando-a a suspender a aula que estava sendo ministrada, naquela hora. Diante da situação de apreensões e instabilidade decorrentes do movimento revolucionário, então reinante, a Sra. Marina de Moraes Pires julgou de boa tática interromper a aula. A Profa. Heloisa Assumpção Nascimento discorda da ordem da Sra. Diretora, aborrecendo-se com a medida. Como faltassem ainda alguns minutos para o término do tempo regulamentar, a Profa. de História da Arte ficou à espera do marido que, como de costume, iria buscá-la (EBA, 1964, p.27).

A professora Heloísa Assumpção Nascimento, após interromper sua aula a mando de D. Marina, dirigiu-se para o saguão da escola para aguardar seu marido. Vale ressaltar que o marido da professora era um coronel do exército, ou seja, fazia parte de uma elite militar neste contexto histórico. Enquanto aguardava, a professora inicia discussão com alunos que dirigiam-se para uma reunião estudantil. A conversa acaba perpassando por temas de ordem política, mais especificamente sobre a 'suposta ameaça comunista' que rondava o país:

Enquanto isso, começou a conversar, no recinto da Escola, com alunos que entravam para reunião do Centro Acadêmico. O assunto, muito atual, o do comunismo infiltrado no Brasil, foi o escolhido para a troca de idéias. Chegando o marido da Profa., em momento em que essa modalidade já havia sido substituída pela de discussão, entrou na mesma, fazendo com que os ânimos se acalorassem. Ouvindo, de sua sala, a alteração, a Sra. Diretora dirigiu-se imediatamente para o local quando já se retiravam a Professora e o Coronel, impondo o reestabelecimento da ordem e dizendo que não podia tolerar, e muito menos permitir, discussões de ordem política no interior da Escola. Acentuou que sempre se opusera à controvérsias sobre convicções de ordem religiosa e política entre elementos pertencentes à Escola e que, mais justificadamente, se opunha, no momento, ao debate, por julgá-lo inoportuno e impróprio, porquanto participava dele um Coronel do Exército, Sr. Plínio Nascimento, que não desempenhava função alguma junto à "EBA" (EBA, 1964, p. 28).

Devemos ressaltar que muitas pessoas e instituições no período acabavam evitando assuntos e exposições relacionadas ao tema político, como ressaltado por D. Marina na ata. Considerando tal atitude, nos questionamos sobre o conceito de aderência, resistência e acomodação. Sabemos que muitas vezes, é difícil dizer que um indivíduo ou instituição foi totalmente 'resistente' ou totalmente 'aderido', visto que tais manifestações ocorriam em diferentes níveis, muitas vezes de forma paralela. Além disso, pessoas e instituições acabaram se acomodando ao contexto ditatorial, algumas por necessidade e outras por opção. Devemos compreender que a acomodação é uma consequência de diferentes motivos, podendo citar os interesses políticos e econômicos e até mesmo a própria repressão imposta. Alguns cidadãos acabaram se acomodando por conta das represálias e perseguições por parte dos militares:

Muitas pessoas evitaram os polos e procuraram maneiras de se acomodar, sem que isso significasse, a seus olhos, compromisso com a ditadura. Pessoas que não desejavam se aderir, por não partilhar os valores dominantes, mas que também não tinham intenção de resistir frontalmente - por medo ou por acharem inútil -, buscaram

estratégias de conviver com a ditadura, inclusive como forma de reduzir os efeitos da repressão. (Motta, 2021, p. 166).

Sabemos que o clima de caos foi instaurado amplamente no período do golpe, muito por conta de uma suposta 'ameaça comunista' que estaria rondando o país, propiciando instabilidade antes mesmo da instauração da ditadura. Na EBA, as aulas haviam sido temporariamente interrompidas por conta da situação de apreensão e instabilidade decorridas como consequência do golpe. Em 31 de março de 1964, as "tropas do Exército sediadas em Minas Gerais começaram a marchar contra o governo Goulart, que em poucas horas se desmanchou, à medida que lideranças militares antes fiéis foram aderindo aos rebeldes" (Motta, 2021, p.35). Antes mesmo de Goulart partir para o exílio no Uruguai, outro presidente foi empossado provisoriamente, de forma inconstitucional (Motta, 2021).

Motta (2021) expõe que o temor de uma suposta ameaça comunista que rondava o país naquele momento está intimamente relacionado ao fato da crescente ascensão dos movimentos sociais, que por sua vez exigiam reformas de base para fins de diminuição das desigualdades brasileiras no período. Alguns anos antes de 1964, os movimentos sociais já buscavam "distribuição de terras, melhores condições de trabalho e de moradia e sua aceitação como agentes políticos" (Motta, 2021, p.45-46).

Este foi um momento decisivo para o país, impactando de forma contundente as décadas que se seguiram, tanto no âmbito macro quanto no micro, visto que o processo democrático foi interrompido por uma ditadura que duraria mais de duas décadas. Em seus diários, Marina de Moraes Pires escrevia principalmente sobre seu cotidiano e os eventos que frequentava, bem como narrava acerca da rotina da EBA e, consequentemente, dos atravessamentos que o país enfrentava. Em 1º de abril de 1964, D. Marina disserta sobre o golpe militar: "Levante do II exército em Minas contra o Governo constituído. Volta de Francisco Simões aos trabalhos da Escola. Assembleia dos alunos, para discutir, em assembleia, os rumos atuais do país" (Franco, 2008, p.369).

O impacto do golpe militar também fica evidente em relatos de ex-alunos da Escola de Belas Artes de Pelotas, podendo citar como exemplo a artista Lenir de Miranda, formada pela instituição. No ano de 1964, Lenir havia sido aprovada para ingresso na EBA, e o episódio é comentado por Ramos (2019) em uma cronologia escrita sobre a artista e sua obra: "A 31 de março de 1964, fantasiada de Cleópatra, comemora o ingresso na Escola de Belas Artes. Ela e outros colegas estão na Praça Coronel Pedro Osório, no centro da cidade, quando a diretora manda parar tudo" (Ramos, 2019, p.256).

Enquanto os calouros comemoravam o ingresso na EBA através de um 'trote', um ritual organizado pelos alunos veteranos do curso de artes (Figura 2), o golpe estava sendo implementado em paralelo. Nas palavras de Lenir, naquele momento, apesar da ênfase da diretora da escola (D. Marina), os envolvidos não tinham dimensão do que estava acontecendo: "Ninguém sabia o que estava acontecendo, mas a diretora tinha sido tão enfática que a gente terminou a festa. Recolhemos as coisas, fomos para casa e, só depois, ficamos sabendo que os militares tinham dado o Golpe de Estado" (Ramos, 2019, p.256).

Figura 2 - Calouros de 1964 durante o trote de início de ano. Arquivo digital de referência da Escola de Belas Artes.



Fonte: Fototeca Memória da UFPel.

Podemos perceber que, ao narrar tais fatos marcantes, determinados episódios acabam tendo relevância e encadeando-se com a vida dos envolvidos. Sabemos que, notadamente, este momento histórico teve impactos significativos na história do país, mas também impactou a vida de inúmeros sujeitos no âmbito individual. Tais sujeitos, no caso, viviam em um espaço geográfico distante de onde os 'eventos estavam ocorrendo', ou seja, para além das zonas centrais do Brasil. Podemos perceber tais relevâncias nas memórias de D. Marina quanto nas de Lenir, narradas através das palavras de Ramos (2019). Relacionando-se a isso, Josso (2007) explica que a identidade de uma pessoa é atravessada pelas suas transformações, atividades, contextos, encontros e acontecimentos:

Abordar o conhecimento de si mesmo pelo viés das transformações do ser – sujeito vivente e conhecente no tempo de uma vida, através das atividades, dos contextos de vida, dos encontros, acontecimentos de sua vida pessoal e social e das situações que ele considera formadoras e muitas vezes fundadoras, é conceber a construção da identidade, ponta do iceberg da existencialidade, como um conjunto complexo de componentes (Josso, 2007, p. 420).

As atividades só voltariam a ser plenamente retomadas na Escola de Belas Artes de Pelotas no dia 4 de março de 1964. Nesta data, Marina de Moraes Pires discorre em seus diários que as aulas na instituição haviam retornado: "Reiniciaram as aulas com a disciplina de Geometria Descritiva" (Franco, 2008, p.370), porém, sem mencionar em seus diários sobre o conflito instaurado na instituição pós-golpe. Neste mesmo dia, a professora Heloísa volta à escola para registrar seu protesto sobre os acontecimentos anteriores, comunicando para D. Marina que não daria suas aulas de modo habitual, como registrado na Ata n.38:

No dia quatro a Dra. Heloísa veio à Escola, disse que não daria aula, em protesto pela suspensão do dia anterior, e registrou, no Livro de Ponto, êsse mesmo protesto. Na semana seguinte, mais precisamente no dia dez, deu a aula habitual e, após, dirigiu-se à Secretaria, pedindo o nome de um dos alunos com quem haviam discutido e que supunha **imbuído de ideias esquerdistas**, daí passou a agredir, novamente, com palavras, a Diretora da "EBA", comentando, desairosamente, o impedimento de sua função e dizendo que "A Escola não tem direção, o 'Diário Popular' é que manda aqui dentro". Pedindo a Sra. Marina de Moraes Pires que acabasse com o assunto, ia a Profa. Heloisa Nascimento retirar-se dizendo 'isso não ficará assim' (EBA, 1964, p.29, grifos nossos).

A perseguição a pessoas consideradas de índole 'esquerdista' ou mesmo 'comunista' era frequente no período, muitas vezes associando tais indivíduos a uma grande ameaça, o chamado 'fantasma vermelho'. Motta (2021) explica sobre a tal assombração vermelha, figura construída no imaginário social do período e que era acionada a partir do medo de que o 'comunismo tomasse conta do país'. Apesar de alguns indivíduos contemporâneos continuarem acreditando em tais ideias, alguns golpistas do período ditatorial afirmaram posteriormente que tais ameaças eram 'exageradas' ou mesmo 'superestimadas'.

Afirmar que na época muitas pessoas acreditavam na ameaça vermelha é uma coisa; trata-se de um argumento de análise relevante para compreender decisões tomadas por alguns líderes e a recepção social que encontraram. Entretanto, algo bem diferente é continuar pensando assim hoje, diante do que sabemos sobre a história. Após 1964 e as intensas devassas realizadas por forças policiais e militares, alguns líderes golpistas declararam ter havido exagero nas avaliações anteriores, ou seja, o perigo comunista havia sido superestimado (Motta, 2021, p.47).

Assim, percebemos que o golpe militar, para além de seus impactos na nossa constituição enquanto país a nível macro, teve impacto significativo no micro, ou seja, em lugares afastados dos grandes centros urbanos, como é o caso da Escola de Belas Artes de Pelotas. Logo, o contexto do golpe desencadeou conflitos, deixando evidente relações de mando e comando. Além disso, devemos considerar que, apesar de tal instituição situar-se no sul do país, os impactos ocasionados pelo golpe foram significativos, a ponto de explicitar conflitos e situações que por conseguinte reverberaram na instituição e na vida das pessoas que a frequentaram, como é o caso da própria diretora, bem como professores e alunos.

Considerações Finais

Nos espaços de ensino, próprios de mobilizações estudantis, protestos e demais articulações, os impactos da ditadura foram evidentes. Tanto pelas implementações 'tecnicistas' por parte dos militares, quanto pelas restrições e imposições ditatoriais. Consideramos que todos os espaços possuem nuances ideológicas, e alguns deles, por mais que se mantivessem 'neutros' aos olhos do grande público, sofreram inúmeros impactos para além das paredes das instituições, reverberando na vida de professores, alunos e funcionários. Além disso, os moldes educacionais implementados durante a ditadura civil-militar impactaram uma série de mudanças que por sua vez reverberam até hoje na educação brasileira.

Sabemos que nestes espaços, assim como em toda a sociedade, existem inúmeras ideologias colocadas em jogo. Além disso, conceitos como resistência, acomodação e adesão são bastante complexos de serem medidos, visto que podem ser manifestados de formas paralelas, reverberando nas atitudes de determinados indivíduos ou instituições. Além de ser algo complexo de ser definido, também torna-se complexo dizer que uma instituição esteve completamente acomodada ou aderida à ditadura. Não buscamos neste trabalho definir tais questões, apenas compreender que a Escola de Belas Artes de Pelotas, enquanto instituição, foi impactada pelo golpe militar de 1964 e consequentemente, tal impacto afetou a vida de inúmeros indivíduos relacionados à EBA.

Podemos perceber através de relatos que os impactos afetaram relações e impactaram a vida de tais sujeitos para além do período. Além dos impactos da ditadura civil-militar que atravessaram tal instituição, situada ao sul do Brasil, devemos considerar que a EBA era espaço transmissor do capital cultural na sociedade que estava inserida, visto que foi gestada, gerida e frequentada em grande parte por indivíduos provenientes de determinadas elites.

Logo, se mostra necessário o estudo e visibilização de instituições e indivíduos afastados dos grandes centros urbanos. Assim, podemos perceber que a ditadura civil-militar afetou a vida de inúmeras pessoas e comunidades, para além do eixo sudeste do Brasil. Considerando que os estudos acadêmicos privilegiam em grande parte os impactos da ditadura nas metrópoles situadas na região sudeste, foi possível perceber que os efeitos ditatoriais se manifestaram de maneiras específicas em uma Escola de Arte no interior do Rio Grande do Sul, deixando marcas evidentes através dos relatos analisados.

Referências

Fontes

Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Congregação. Documento não publicado. Acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo

(MALG/UFPel).

FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. 1ª. Ed. Pelotas: Editora Mundial. 2008.

Fototeca Memória da UFPel. **Coleção Escola de Belas Artes**. Acervo da Fototeca Memória da UFPel.

Bibliográficas

ALMEIDA, Ariana Lima de. As Políticas Educacionais Brasileiras durante o regime civil-militar: o autoritarismo e a educação nas décadas de 1960 e 1970. **Anais do VIII Encontro Estadual de História ANPUH (BA)**. Feira de Santana. 2016. p.1-12.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa. 1968.

BARBOSA, Ana Mae (org.) **Ensino da Arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva. 2008.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva. 2014.

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. **Ensino da arte no Brasil: aspectos históricos e metodológicos**. São Paulo: Unesp/Redefor, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: EDUSP. 2007.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, L. P. Os três estados do capital cultural. Magali de Castro (trad.) In.: NOGUEIRA, MA; CATANI, AM (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 71-79, 1998.

CHAVES, Flávio Muniz; ANDRADE, Francisco Ari de; LIMA NETO, José Melinho de. A reforma educacional de 1968 e a lei 5691/71: o tecnicismo pedagógico em questão. **Anais do XIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação – ECHE**. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes. 2010.

FURLAN, Elisangela. **O ensino de Educação Artística durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira: Impactos da Legislação Educacional**. Dissertação (Mestrado em Educação). Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). 2015. 180f.

JOSSO, Marie Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 413-438, 2007.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. in: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. pp.19-34.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973): trajetória institucional e papel na história da arte**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Programa de

Pós Graduação em Educação: Universidade Federal de Pelotas. 335f.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes**. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

SILVA, Ursula Rosa da. O Ensino da Arte na UFPel: memórias. In: Ursula Rosa da Silva; Nadia da Cruz Senna; Mirela Meira. (Org.). **Memórias e Perspectivas contemporâneas da Arte/Educação no RS**. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2016, v. 1, p. 142-161.

STAEL, Maria; PINTO, Rodrigo Serpa. Sustentabilidade do fazer artístico-cultural na cidade de Pelotas. **Cadernos EBAPE**. v.5 n.2, jun. 2007. pp.1-7.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Coleção Artefíssil. Rio de Janeiro: Contraponto. 2016.

RAMOS, Paula. Cronodisseia de Lenir de Miranda, uma aprendiz de sinais. in: CATTANI, Iclea Borsa; RAMOS, Paula. **Lenir de Miranda pintura périplo/odyssey painting**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2019. pp.253-392.

Livros Didáticos de História de Ensino Fundamental e abordagens sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira antes e depois da CNV

ROSA, Franklin Donatello

Mestrando em História pela Universidade de Pelotas

CAPES, linrosa596@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir um recorte de meu Trabalho de Conclusão de Curso, que consiste em uma análise sobre a abordagem de livros didáticos voltados para a disciplina de História em relação à temática de Ditadura Civil-Militar brasileira. As obras selecionadas, que foram aprovadas para utilização em escolas públicas e privadas brasileiras, de acordo com o PNLD (Plano Nacional do Livro e Material Didático), tratam-se do volume destinado ao nono ano do Ensino Fundamental pertencente à Coleção Araribá (2010), de autoria coletiva e do nono volume do livro pertencente ao Projeto Apoema (2015), de autoria atribuída aos autores Renato Mocellin e Rosiane de Camargo. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2012, é utilizada como marco temporal para a elaboração deste trabalho, desta forma, um dos livros didáticos foi produzido antes de sua instalação e outro posteriormente. Ao longo do trabalho, analisa-se os conceitos utilizados, as temáticas escolhidas e as silenciadas e a maneira como ocorre a problematização dos temas relacionados ao período que compreende a Ditadura Civil-Militar brasileira. Ao utilizar a CNV como marco temporal, pretende-se averiguar a possibilidade de perceber diferenças nas abordagens dos livros publicados antes e depois da Comissão e se as descobertas realizadas pela CNV estão presentes nestas obras.

Palavras-chave: Livros didáticos; Ensino de História; Ditadura Civil-Militar brasileira.

O presente trabalho trata-se de um recorte do meu trabalho de conclusão de curso²⁶⁸ de licenciatura em História, realizado e aprovado no ano de 2022, na Universidade Federal de Pelotas. O trabalho ocorreu sob orientação da Professora Doutora Alessandra Gasparotto.

O objetivo principal do presente trabalho é apresentar e discutir uma análise acerca das abordagens de livros didáticos voltados para a disciplina de História em relação à temática de Ditadura Civil-Militar brasileira e como os conteúdos relacionados a esta temática são abordados nessas obras didáticas.

Para a realização do trabalho, foi utilizado um marco temporal para determinar a escolha das obras que foram analisadas, sendo este a criação da Comissão Nacional da Verdade. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo específico averiguar a possibilidade de perceber diferenças nas abordagens dos livros didáticos de História publicados anteriormente e posteriormente à criação da Comissão Nacional da Verdade e se as descobertas realizadas através da CNV estão presentes no conteúdo das obras analisadas. Um dos pontos a serem

²⁶⁸ Trabalho intitulado de “Anos de chumbo: a abordagem dos livros didáticos sobre a ditadura civil-militar no Brasil antes e depois da criação da Comissão Nacional da Verdade”, disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000dd/0000ddbf.pdf>. Acesso em 15/01/2024.

analisados é se a abordagem utilizada nas obras estabelece ligações entre o passado representado na narrativa e o tempo presente (Da Silva, 2022).

Os livros didáticos analisados no presente trabalho tratam-se de obras destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental, sendo estas o volume voltado para o nono ano do Ensino Fundamental parte da Coleção Araribá (2010), com autoria coletiva e do nono volume do livro pertencente à coleção intitulada de Projeto Apoema (2015), de autoria atribuída aos autores Renato Mocellin e Rosiane de Camargo²⁶⁹.

Para melhor compreensão do presente trabalho, devemos nos ater a algumas questões, como a conceituação de ditadura adotada ao longo da pesquisa e alguns apontamentos sobre a Comissão Nacional da Verdade. O conceito de "ditadura civil-militar" foi escolhido para ser utilizado ao longo do trabalho, pois de acordo com Fico (2017), o golpe que ocasionou a ditadura no Brasil foi efetivamente dado e não apenas apoiado por civis, além dos militares.

No que tange a conceituação de Comissões da Verdade, segundo Gasparotto (2020, p. 107), “são organismos de investigação criados para apurar abusos e violações de direitos humanos em sociedades que enfrentaram períodos intensos de exceção, violência extrema ou guerra interna.”

No cenário brasileiro, a Comissão Nacional da Verdade não surgiu da noite para o dia, sua criação foi decorrente de um longo processo. Um dos marcos deste processo é a criação da Lei dos Desaparecidos (Lei nº 9.140/95), em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que de acordo com Gasparotto (2020) reconhecia as pessoas que participaram ou foram acusadas de participação em atividade políticas no período compreendido entre setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988. Através da Lei dos Desaparecidos foi criada uma Comissão Especial, com o intuito de investigar a morte de mortos e desaparecidos políticos. Com isso, a necessidade da criação de uma Comissão da Verdade foi percebida e as reivindicações para que se tornasse realidade aumentaram. A Comissão Nacional da Verdade foi efetivamente criada em 2011, com a aprovação da presidenta Dilma Rousseff. De acordo com Nunes (2020) sua instituição ocorreu apenas em maio de 2012, e "tinha por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. A CNV durou até dezembro de 2014, quando teve lançado seu relatório." (Nunes, 2020, p.274)

No texto da Lei nº. 12.528, que criou oficialmente a CNV, seu intuito é o de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011).

²⁶⁹ As obras utilizadas são parte do acervo de livros didáticos de História do LEH (Laboratório de Ensino de História) da Universidade Federal de Pelotas. Para saber mais sobre o acervo e sobre o LEH, acesse: <https://wp.ufpel.edu.br/leh>. Acesso em 15/01/2024.

Para delimitar quais são as violações aos direitos humanos presentes no Relatório da CNV, no site oficial da Comissão, é afirmado que a ela “adotou preceitos internacionais e delimitou que as graves violações de direitos humanos são as cometidas por agentes do Estado, a seu serviço ou com a conivência/aquiescência estatal, contra cidadãos brasileiros ou estrangeiros.” (CNV, 2014, site oficial).

Ainda de acordo com o site oficial da CNV, são consideradas

graves violações de direitos humanos: as prisões sem base legal, a tortura e as mortes dela decorrentes, as violências sexuais, as execuções e as ocultações de cadáveres e desaparecimentos forçados. Praticadas de forma massiva e sistemática contra a população, essas violações tornam-se crime contra a humanidade (CNV, 2014, site oficial).

Dada a contextualização acerca do conceito de ditadura-civil-militar adotado para a realização do trabalho, os apontamentos sobre o marco temporal utilizado e a Comissão Nacional da Verdade, abordaremos a relação do ensino de História e a ditadura civil-militar brasileira.

Ao falarmos sobre a ditadura civil-militar na sala de aula, estamos adentrando em uma temática considerada um tema sensível. Para definir o que é passado sensível ou tema sensível, utilizaremos a definição de Araújo, Silva e Santos, onde

A expressão “temas sensíveis” designa assuntos de um passado problemático. E um passado pode ser problemático de diversas formas. Pode se referir a um passado marcado pelo autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina); ou por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de apartheid da África do Sul); ou a um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil). São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre o que dizer e como falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões ainda estão em disputa – tanto na memória como na História. (Araújo e Silva & Santos, 2013, p. 9)

Sendo assim, o que chamamos de passado ou tema sensível está diretamente ligado a processos que geram traumas, advindos da opressão e da violência, como no exemplo da ditadura civil-militar brasileira.

Considerando que a sala de aula é considerada um espaço de disputa, ao adentrarmos no assunto da ditadura civil-militar brasileira, estamos tendo contato com disputas de narrativas, como por exemplo, as memórias do período contadas pelos avós dos alunos. A temática de ditadura civil-militar,

trata-se de um tema que é atravessado por memórias – individuais, familiares, comunitárias, que são divergentes e estão em disputa. Essas disputas de memórias e os sentidos atribuídos ao passado ditatorial pelos/as diferentes sujeitos que habitam a

escola refletem-se de diferentes formas. Circulam no espaço escolar fragmentos dessas memórias, opiniões diversas e uma série de noções cristalizadas acerca desse passado. Alguns estudos têm evidenciado que é muito comum os/as estudantes manifestarem percepções de que durante a ditadura havia mais segurança e crescimento econômico e não havia corrupção, por exemplo. (Bauer e Gasparotto, 2021, p. 443-444)

O presente trabalho, por ter como foco os livros didáticos, deve considerar que nos últimos anos, os conteúdos trabalhados nas obras didáticas estão alinhados com a Base Nacional Comum Curricular²⁷⁰ e as temáticas referentes ao período da ditadura civil-militar estão presentes na BNCC. A unidade temática direcionada para o nono ano do Ensino Fundamental, intitulada "Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946", tem objetos do conhecimento, como por exemplo, "As questões indígena e negra e a ditadura" e "A ditadura civil-militar e os processos de resistência". Com isto, espera-se que os livros didáticos abordem tais objetos do conhecimento, com o intuito de possibilitar que os estudantes desenvolvam as habilidades relativas à essa unidade do conhecimento, sendo estas:

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.

(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988. (Brasil, BNCC, 2018, p. 430-431)

Para Munakata (2016, p. 123), o livro didático é a "(...) transcrição do que era ensinado, ou o que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização", o que pode ser conectado com as habilidades e objetos do conhecimento da BNCC, visto que esses conteúdos, norteados pela Base, tornam-se o que deve ser ensinado em cada momento da trajetória escolar dos alunos.

Munakata (2012) aponta que o livro didático, além de ser considerado um artefato cultural e parte da cultura escolar, carrega em si o aspecto de mercadoria. Com isso, pode ocorrer de os temas sensíveis serem deixados de lado ou serem abordados de maneira que propositalmente não instigue a problematização, especialmente sem o auxílio do professor, pois a abordagem dessas temáticas sensíveis, pode influenciar na venda dessas obras.

No que tange às abordagens do livro didático como objeto de pesquisa, de acordo com Choppin (2004), elas podem ser divididas em dois grupos: um com enfoque no aspecto de

²⁷⁰ A BNCC é o documento norteador dos currículos do ensino brasileiro. O documento estabelece conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes durante o ensino básico. Mais informações em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 21 jan 2024.

objeto físico do livro didático e outro focado em seu conteúdo. Sendo assim, o presente estudo está alinhado ao segundo grupo. A partir de agora iremos nos ater a análise das obras selecionadas.

O Projeto Araribá é uma coleção de livros didáticos direcionados para diversas disciplinas, lançado em 2003 pela Editora Moderna. De acordo com Martins (2020), no PNLD do ano de 2014 o Projeto Araribá foi o livro didático mais escolhido pelas escolas brasileiras, mais especificamente para as turmas de oitavo ano do Ensino Fundamental. A Coleção Projeto Araribá, de acordo com Centeno (2012), é apresentada pela Editora Moderna (2009) como uma “obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna”, objetivando contemplar as necessidades do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Além de História, as disciplinas de Português, Matemática, Geografia e Ciências também fazem parte da Coleção.

O livro didático pertencente ao Projeto Araribá tem os conteúdos divididos em unidades com divisões denominadas como “temas”. A obra não utiliza uma abordagem cronológica da História. Para Da Silva (2022),

no livro do Projeto Araribá, a ditadura civil-militar brasileira está presente na unidade 7, contendo 4 “temas”, sendo estes: “O governo João Goulart e o golpe de 1964”, “O fim das liberdades democráticas”, “O processo de abertura” e “A cultura no regime militar”. Logo após os temas relacionados à ditadura civil-militar brasileira, está presente o tema “Ditaduras na Argentina e no Chile” (Da Silva, 2022, p. 23)

Ao longo da obra há a utilização do termo “anos de chumbo”. Como recurso visual, o livro conta com boxes, como por exemplo, o chamado “vocabulário em contexto”, que guia os alunos a procurar ao final do livro as palavras acentuadas. De acordo com Da Silva (2022), as principais temáticas abordadas na obra são: a música durante o período ditatorial, os Atos Institucionais, a seleção brasileira de futebol, a Passeata dos Cem Mil, as respostas dos trabalhadores e estudantes à repressão, com o destaque para a figura do ex-presidente Lula como líder sindical. A sessão relacionada à cultura durante a ditadura civil-militar encontra-se após o capítulo sobre a redemocratização e a Constituição de 1988.

O livro didático do Projeto Araribá não aborda os conflitos armados de resistência à ditadura civil- militar. Além disso, ao tratar de resistência, não aborda profundamente. A obra também é sintética ao abordar os movimentos como o movimento sindical das regiões do ABC Paulista. (Da Silva, 2022, p. 32)

O site da Editora Brasil, responsável pela publicação dos livros pertencentes ao Projeto Apoema, ressalta a conformidade da obra com a BNCC. Na edição analisada, é afirmado na folha de apresentação que o objetivo do livro não é esgotar os assuntos e, sim, apresentar um panorama geral da história da humanidade com o intuito de possibilitar uma interpretação dela,

mesmo que esta não seja a única possível. O livro do Projeto Apoema é organizado com capítulos.

O site da Editora Brasil, responsável pela publicação dos livros pertencentes ao Projeto Apoema, ressalta a conformidade da obra com a BNCC. Na edição analisada, é afirmado na folha de apresentação que o objetivo do livro não é esgotar os assuntos e, sim, apresentar um panorama geral da história da humanidade com o intuito de possibilitar uma interpretação dela, mesmo que esta não seja a única possível. Os conteúdos estão distribuídos de forma que denota uma ordem cronológica, diferente do livro do Projeto Araribá. De acordo com Da Silva (2022), os conteúdos são os seguintes: Primeira fase do Regime Militar, A linha dura no poder, A trilha sonora da década de 1960, Anos de chumbo e Reações ao Regime Militar.

Ao longo do livro de Camargo e Mocellin, um dos recursos utilizados é a presença de fontes, como por exemplo, o jornal, que aparece em diversos momentos. Uma das temáticas que ganha mais destaque na obra do Projeto Apoema é a censura durante o período da ditadura civil-militar, com isso, os autores comentam acerca da Lei de Imprensa²⁷¹, demonstrando em uma figura, uma edição do Jornal da Tarde, datado de maio de 1973, onde há uma receita e uma propaganda de um tamanho maior do que o normal, artifício que era utilizado nos jornais para demonstrar aos leitores que a edição havia sido censurada.

Assim como na obra do Projeto Araribá, o livro do Projeto Apoema também utiliza boxes como recurso. O box "documentos em análise" propõe para os alunos atividades de leitura e interpretação de algumas fontes e documentos. Um aspecto marcante é como o aspecto da violação dos direitos humanos durante a ditadura é trabalhado mais profundamente nas atividades do que nos textos ao longo da obra. Diferente da obra do Projeto Araribá, é proposto relacionar o passado e o presente, através de uma atividade que consiste em relacionar a existência de músicas de protestos produzidas na atualidade com as músicas de protesto produzidas durante o período da ditadura civil-militar. (Da Silva, 2022)

No que tange a Comissão Nacional da Verdade, ainda que sua instauração tenha sido pouco tempo antes da produção da obra do Projeto Apoema, não há grande destaque ao longo dos textos, sendo mencionada apenas em dois momentos. Um deles é em uma atividade que consiste em uma atividade em grupo que sugere que os alunos pesquisem casos que envolveram morte, desaparecimentos de presos políticos ou tortura durante a ditadura.

²⁷¹ Lei nº 5.250, que foi reforçada com o Decreto-Lei nº 1077 em 1970. Censurava os veículos de mídia durante o período da ditadura civil-militar, violando a liberdade de expressão. Apenas em 2009 foi revogada. Saiba mais em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/lei-censura-imprensa-55-anos/>. Acesso em: 21 jan 2024.

Os autores orientam que o site da CNV seja acessado pelos alunos com o intuito de terem acesso a mais informações. O segundo momento é uma atividade sobre o caso Riocentro, que de acordo com o relatório da CNV, em 30 de abril de 1981, estavam reunidas 20 mil pessoas para comemorar o Dia do Trabalhador e assistir um show do cantor Chico Buarque. Ocorreu um atentado com a explosão de duas bombas, mais um caso de terrorismo de Estado contra a população durante a ditadura civil-militar. Depoimentos presentes no relatório da CNV afirmam que a polícia tinha mais explosivos e a situação poderia ter tido uma gravidade maior. Em uma edição de 2012 do livro do Projeto Araribá, publicado posteriormente a criação da CNV, foi adicionada uma página abordando o direito à memória e à verdade e a criação da Comissão Nacional da Verdade. Antes das investigações da CNV, já podemos perceber sua relevância, visto que foi reconhecida como um fator crucial para a garantia do direito à memória e à verdade. (Da Silva, 2022)

Podemos considerar que os livros didáticos analisados não dão conta de todas as indicações de conteúdos contidas na BNCC. Ambas as obras dão destaques aos aspectos culturais do período da ditadura civil-militar, distanciando-se de temáticas que despertam a sensibilidade dos alunos, consideradas mais sensíveis, como a tortura sofrida pelos que resistiram a opressão. Ao tratar do aspecto cultural, a censura aplicada aos artistas é bastante trabalhada, em ambas as obras. Foi possível perceber o silenciamento e a negligência em relação aos temas como a violência e opressão sofrida pelos camponeses, povos indígenas, pessoas pretas e pessoas pertencentes a comunidade LGBTQIAP+ ao longo do período da ditadura civil-militar. O recorte de gênero é praticamente inexistente, visto que há apenas uma imagem de um protesto de mães na obra do Projeto Araribá, contando apenas com uma legenda, nem mesmo um pequeno texto foi adicionado. A resistência também é tratada de forma sintética, a Guerrilha do Araguaia, por exemplo, só é mencionada na obra do Projeto Apoema e apenas com uma indicação de filme e uma imagem do túmulo dos guerrilheiros. (Da Silva, 2022)

As abordagens acerca da temática da ditadura civil-militar brasileira não apresentaram grandes mudanças entre uma obra e outra, ainda que a CNV tenha ocorrido no intervalo de tempo entre uma produção e outra. Concordando com Bauer e Gasparotto (2021, p. 446), não apenas os aspectos relacionados a violência devem ser abordados pelos professores, mas estes não devem ser ignorados. Além disso,

Acreditamos que seja importante as/os docentes abordarem as especificidades da ditadura a partir de uma perspectiva interseccional, explicitando que os pertencimentos de classe, de raça/etnia e de gênero influenciaram a experiência da repressão e da resistência. Assim, podemos conferir visibilidade, por exemplo, às

vivências da população LGBTQIA+, de negros e negras, das mulheres, dos camponeses e camponesas e dos povos originários. (Bauer e Gasparotto, 2021, p. 446)

Infelizmente, podemos concluir que os livros didáticos analisados não possibilitam que os docentes tenham uma abordagem partindo da perspectiva interseccional acerca da ditadura civil-militar brasileira, ao menos, não sem um esforço partindo do docente. Sendo assim, nos cabe como pesquisadores e profissionais sempre envolvidos na memória, refletirmos sobre o incômodo causado por essas abordagens interseccionais: quem sente desconforto quando o oprimido tem direito a ter suas memórias ouvidas?

Referências

APOLINÁRIO, Maria Raquel (ed.). **Araribá: história**: 9º ano. São Paulo: Moderna, 2010.

BAUER, Caroline Silveira; GASPAROTTO, Alessandra. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Brasil. **Lei nº. 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 20 jan 2024.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>.

CENTENO, Carla Villamaina. O manual didático Projeto Araribá história no município de Campo Grande, MS (2008). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 37e, p. 20–35, 2012.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Online. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

GASPAROTTO, Alessandra. O Direito à Memória e à Verdade e a consolidação dos Direitos Humanos: O que nos conta a experiência brasileira?. In: Aureli Alves de Alcantara... [et al.]. (Org.). **Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos: Memória e Cidadania**, 2020. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2020, p. 102-124.

MOCELLIN, Ricardo. CAMARGO, Rosiane, de. **Projeto Apoema**. Vol. 9. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

MUNAKATA, K. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, set./dez. 2016.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 51-66, set./dez. 2012.

DA SILVA, Franklin Donatello Rosa. **Anos de chumbo**: a abordagem dos livros didáticos sobre a ditadura civil-militar no Brasil antes e depois da criação da Comissão Nacional da Verdade. Orientadora: Alessandra Gasparotto. 2022. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Burdening History: As representações da ditadura nos livros didáticos do PNLD de 2021

VILLAR, Gilvania Lopes²⁷²

Graduanda em História na Universidade Federal do Rio Grande
gilvillar01@gmail.com

MATOS, Júlia Silveira²⁷³

Doutora em História pela PUCRS, professora na Universidade Federal de Rio
Grande-FURG
julsilmatos@gmail.com

Resumo: A pesquisa surge para analisar as representações da Ditadura como uma *burdening history* nos livros previamente contemplados pela PNLD de 2021 para o Ensino Médio que é marcada por grandes modificações na estrutura apresentada. Pode-se perceber o livro didático como o um grande suporte para o professor em sala de aula, ainda como um suporte para a veiculação de diferentes narrativas de representação historiográfica, mas, além disso, visualiza-se ele como a principal fonte de leitura para o aluno e seu círculo familiar nos anos escolares, quando nos referimos a grupos de vulnerabilidade social. Trabalharemos com diversos conceitos estabelecidos no ramo do estudo do ensino de história como conceito de “história pesada” (*burdening history*) de Bodo von Borries que de acordo com Auxiliadora (2018) é uma perspectiva que “inclui o sentimento de culpa, responsabilidade, vergonha e luto” para a sociedade e os alunos que a aprendem, trata também o conceito de responsabilidade que essas narrativas trazem. Para realizar tal análise utilizaremos uma fusão entre a análise de conteúdo e os pressupostos colocados por Rusen sobre consciência histórica e o livro didático ideal entendendo que o livro só é útil se puder ser utilizado em aula não pode ter somente exposição histórica e onde “a capacidade de julgar e argumentar é um objetivo irrenunciável”. Diante do exposto precisamos relembrar que as práticas que moldam os currículos escolares e podem fazer do uso da história, seu reducionismo e revisionismo como objetos de manipulação de narrativas são comuns desde os anos ditatoriais, por essa razão podemos perceber gerações que possuem uma memória coletiva favorável ao período, aspecto esse que pode intensificar conflitos na sala de aula ou também através de um processo de construção de consciência histórica construir novas memórias

Palavras-chave: Ditadura; Ensino; Memória.

Introdução

A presente pesquisa propõe, analisar as representações da ditadura nos livros didáticos contemplados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2021, a fim de interpretar possíveis valores associados à forma com que esse conteúdo se apresenta na narrativa didático-historiográfica. Essas obras didáticas surgem elaboradas de acordo com a reforma do Ensino Médio, divididas por área do conhecimento e de acordo com o Guia do Livro Didático elas

²⁷² Estudante de graduação história licenciatura, bolsista e pesquisadora do Laboratório de pesquisa e ensino em Didática da História – LAPEDHI.

²⁷³ Doutora em História pela PUCRS, professora na Universidade Federal de Rio Grande-FURG e coordenadora do Laboratório de pesquisa e ensino em Didática da História – LAPEDHI.

possuem enquanto objetivos “promover uma trajetória escolar que faça sentido para os jovens” e também “capazes de engajá-los em ações transformadoras, estabelecendo diálogo efetivo com seus planos e realizações” ao mesmo tempo em que são desenvolvidos “conhecimentos, habilidades, atitudes e valores com potencial de os capacitar para lidar com os desafios da sociedade contemporânea.”

É importante destacar, como também comenta Júlia Silveira Matos, que os livros didáticos “podem ser, além de recursos didáticos e fontes de estudos, instrumentos de manipulação ideológica, veiculadores de visões de mundo” (Matos, 2020, p.33). Por essas razões, o estudo dos materiais didáticos se tornam um gênero de pesquisa imprescindível para o meio acadêmico. Precisamos nos atentar ao que os alunos da educação básica estão consumindo e como isso pode interferir no seu conhecimento histórico e por consequência na sociedade como um todo.

Uma história que toca

Ao falar do processo ditatorial é necessário debatermos qual a importância de buscar um aprendizado histórico voltado para a consciência histórica e qual a relação do passado nessa equação. Pois bem, dentro da perspectiva da memória social é através da sociedade, dos seus históricos de vida e socialização que os valores dos indivíduos são construídos, fazendo com que esses valores não existam nas coisas em si e sim sejam atribuídas a elas.

A ditadura tem valores atribuídos a ela historicamente, e Nildo Viana (2006, p. 08) argumenta que “os valores não são, por conseguinte, produtos naturais” e traz uma discussão muito pertinente sobre como esses valores são atribuídos:

As classes sociais, entre outros grupos sociais, acabam criando o seu processo seletivo derivado de sua constituição própria de valores, sentimentos, etc. Assim, quando grupos oprimidos recordam Spartacus, o gladiador que liderou a rebelião escrava na Idade Antiga, isto se deve aos valores destes grupos sociais. Outros grupos sociais também acabam manifestando lembranças coletivas, expressão de sua memória social.(Viana, 2006, p.08)

Portanto, podemos aferir que a construção da memória é um processo coletivo, porém isso não necessariamente significa que é popular, mesmo as memórias ditas como não-oficiais possuem influência direta da classe dominante, por compreender o período da ditadura civil militar brasileira foi um período de forte repressão e censura é necessário compreender a importância da construção desses valores, principalmente pelo perigo do esquecimento. Tal fato ocorre, como explica o autor, por conta de um mecanismo de defesa pois “os sentimentos

também são fundamentais para a ativação da memória” e tal mecanismo é “a luta do ego contra afetos e ideias consideradas dolorosas”.

Como Bodo Von Borries (2018) nos alerta, a *burdening history* são histórias que justamente causam sentimentos possivelmente difíceis de lidar e que muitas vezes as gerações posteriores nascidos em determinados locais estão relacionados a esse passado e que “sociedades- têm suas continuidades não ditas, verdades autoevidentes, respostas e tradições socialmente desejadas, transferidas pela socialização (como uma herança)” (Borries, 2018, p. 34) e mesmo que nenhuma dessas gerações posteriores possa herdar tal culpa, porém pode herdar as consequências e os custos de tal momento histórico pesado.

É ao desenvolver esse raciocínio que Borries e Viana se encontram, pois Borries considera a vergonha um problema para a apreensão das história difíceis, pois seria um “sentimento muito forte e desconfortável” e que justamente por essa razão “a tentação de evitar a vergonha via negação/recusa do crime também é forte” e:

Assim, a tarefa mental de reconciliar-se com histórias difíceis (no sentido de crimes graves cometidos por seu próprio lado no passado) - em um país, uma família ou uma instituição - é um pouco complicado, demorado e um fardo mental. A solução produtiva inclui a admissão dos crimes cometidos; o manejo e refletir- e evitar- a 2 tentação de negar ou esquecer, a rejeição de qualquer culpa pessoal, enquanto distancia-se dos perpetradores e reconhece responsabilidade (liability); lidar com sentimentos de vergonha e ainda mais com as expectativas ou demandas para sentir vergonha feita por outros. (Borries, 2018, p.36)

O autor destaca também qual seria o adequado para as jovens gerações em sociedades que têm continuidade com períodos de grandes crimes e que a assimilação dessa história não

..implica simplesmente internalizar a história contada por avós, pais, autoridades e o estado. Em vez disso, eles têm que refletir, estudar, comparar, analisar e decidir por si mesmos quando lidam com interpretações históricas e a sua própria orientação os sentimentos também são fundamentais para a ativação da memória. O amor, o ódio, o ciúme, a inveja, a solidão, entre outros sentimentos, são elementos que constroem os indivíduos a realizarem recordações. Os sentimentos são potencialidades que também possuem uma formação social (Borries, 2018, p.36).

De mesmo modo, Viana nos lembra, através do pensamento de Halbwachs que existe uma multiplicidade de memórias e que um mesmo grupo social pode ter diferenciadas lembranças, porém muitas vezes a memória predominante vai ser determinada pelos interesses da classe dominante como por exemplo o enaltecimento de atos ou figuras específicas e o apagamento de outras, no caso da ditadura conseguimos observar em diversos livros um destaque muito maior para o dito milagre econômico do governo Médici e tópicos como tortura não são sequer mencionados, temos bairros, ruas e escolas com os nomes de ditadores do

período enquanto mal recordamos os nomes dos sobreviventes desse período caso não sejam famosos artistas.

Ao concluir, Viana (2006,p.10) afirma que por mais que a classe dominante use sua posição social e hegemonia cultural há uma luta pela memória, seja através da historiografia, do senso comum ou do que ele chama de pensamento complexo e complementa com o pensamento de Adorno, “o esquecimento facilita a reprodução” e devemos fazer o uso da recordação para evitar a repetição.

Não se pode ignorar o livro didático enquanto um reprodutor de ideologia, Jörn Rusen (2011, p.110) afirma que os pesquisadores de fato interessados devem fazer questão de que suas pesquisas mais atualizadas estejam nos livros didáticos, é através dele que chegamos de forma democrática em todas as classes sociais, precisamos disputar esses espaços visando destituir eles do revisionismo e reducionismo, pois a forma com que vamos ensinar essas histórias vão influir diretamente na atribuição de valores e sentido para as novas gerações e esse é um passo importante para lidar com a responsabilização (liability) que devemos aos nossos antepassados.

Os livros do futuro

O Guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2021, descreve de forma engajada quais são seus objetivos e quem é o jovem da atualidade, as obras precisam estar isentas de “qualquer tipo de estereótipo ou preconceito quanto à condição socioeconômica, regional, étnico-racial, quanto à opção religiosa, de gênero, de orientação sexual”, assim como de “outras formas de discriminação, de violência ou de violação aos direitos humanos”. Devem contar com uma diversidade em todos os âmbitos, seja cultura, social, histórica ou até mesmo econômica do país, devem também

promover positivamente a imagem da mulher, de afrodescendentes, quilombolas, povos indígenas e povos do campo, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, no intuito de valorizar seus saberes e sua cultura, para garantir-lhes visibilidade e protagonismo (Guia Digital, s/p,s/d)

As obras são feitas para “subsidiar a análise crítica, criativa e propositiva da realidade brasileira em comparação com a do resto do mundo” (Guia Digital, s/p,s/d), desenvolvendo a “autonomia, o protagonismo e a responsabilidade dos estudantes, para que eles sejam capazes de fazer escolhas e tomar decisões em relação a seus projetos presentes e futuros”(Guia Digital, s/p,s/d)

Cada coleção deve apresentar 6 volumes independentes, mas que juntos seriam equivalentes a todo o conteúdo previsto pela BNCC para o ensino médio de forma transversal, interdisciplinar e de mais de um ponto de vista.

O trecho “As escolas do futuro têm de ajudar os alunos a pensar por si mesmos e a trabalhar com os outros” (Guia Digital, s/p,s/d), inspirou o subtítulo acima, pois representa de forma simplista os propósitos abordados pelo Guia e o valor que pretende passar.

Porém, ainda em 2021 surgiu um manifesto (Sindeprouf, 2021, s/p) construído por uma comissão formada por docentes de História da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica que afirmava que o PNLD “materializa o desmonte da educação básica, e as mudanças impactarão tanto a educação básica quanto o ensino superior.” e que diferentemente do que o Guia argumenta “não há obras metodologias adequadas para o trabalho nas escolas de Ensino Médio, em especial no Ensino Médio Integrado.”

As obras

Apresentados no Guia e disponíveis para a escolha dos professores estão 14 coleções de nove editoras diferentes.

	Autoria	Editora
DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	EDUARDO CAMPOS; JOSE EUSTAQUIO DE SENE (EUSTÁQUIO DE SENE); CLAUDIO ROBERTO VICENTINO (CLAUDIO VICENTINO)	Editora ática
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	JANAINA TIOSSE DE OLIVEIRA CORREA CILLI (JANAINA TIOSSE DE O. CORRÊA); BIANCA BARBAGALLO ZUCCHI (BIANCA ZUCCHI); VALERIA APARECIDA VAZ DA SILVA (VALÉRIA VAZ); FLAVIO MANZATTO DE SOUZA	Editora SM
MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	ROBSON EDGAR ROCHA; PAULO TADEU DA SILVA; MICHELE ESCOURA BUENO; ANA PAULA GOMES SEFERIAN; ANDRE LUIS LA SALVIA; ROBERTO CATELLI JUNIOR	Editoras AJS
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	COSME FREIRE MARINS; CANDIDO DOMINGUES GRANGEIRO; ARNO ALOISIO GOETTEMES; ANTONIO LUIS	Editora Palavras

	JOIA	
CONTEXTO E AÇÃO	FABIANA SANCHES GRECCO; IGOR JOSE DE RENO MACHADO; GLAYDSON JOSE DA SILVA; LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI; CASSIANO TERRA RODRIGUES; HENRIQUE JOSE DOMICIANO AMORIM	Editora Scipione
CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	ANGELICA NATALIA PIZZUTTO POZZANI; LEANDRO ALVES GOMES; NATALIA SALAN MARPICA; SABINA MAURA SILVA; PRISCILA D ALMEIDA MANFRINATI	Editora do Brasil
INTERAÇÃO HUMANAS	PEDRO MACIEL DA COSTA FERREIRA; JUDITH NURIA MAIDA; AMARILDO DINIZ; PAULO CRISPIM ALVES DE SOUZA; SILVIA PANAZZO; FLAVIO COSTA BERUTTI; ADHEMAR MARTINS MARQUES; JULIA GALLI O DONNELL; MAURICIO BARRETO ALVAREZ PARADA; PAULO EDISON DE OLIVEIRA; VITOR HIRSCHBRUCH SCHVARTZ	Editora do Brasil
IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	FELIPE DE PAULA GOIS VIEIRA; LUCILA LANG PATRIANI DE CARVALHO; ANA CLAUDIA FERNANDES; LUCAS NASCIMENTO MACHADO; MARIA CRISTINA CASTILHO COSTA; ELIANO DE SOUZA MARTINS FREITAS; ALICE DE MARTINI; ROGATA SOARES DEL GAUDIO; ISABELA SORAIA BACKX SANABRIA; MARCELO SANTOS DE ABREU LUIZ ESTEVAM DE OLIVEIRA FERNANDES; LEANDRO KARNAL	Editora Moderna
DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	MARIA RAQUEL APOLINARIO; JULIETA FERREIRA ROMEIRO; SILAS MARTINS JUNQUEIRA; RICARDO AUGUSTO HALTENHOFF MELANI	Editora Moderna
MODERNA PLUS – CIÊNCIAS	AFRANIO DE OLIVEIRA SILVA; PATRICIA DO CARMO	Editora Moderna

HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	RAMOS BRAICK; MYRIAM BECHO MOTA; RAUL BORGES GUIMARAES; MARIA LUCIA DE ARRUDA ARANHA; FATIMA IVONE DE OLIVEIRA FERREIRA; RAPHAEL MILLET CAMARDA CORREA; ROGERIO MENDES DE LIMA; MARCELA MARQUES SERRANO; LIER PIRES FERREIRA JUNIOR; VINICIUS MAYO PIRES; THIAGO DE JESUS ESTEVES; TATIANA BUKOWITZ; RODRIGO DE SOUZA PAIN; PAULA CRISTINA SANTOS MENEZES; OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA; MARTHA CARVALHO NOGUEIRA; MARCELO COSTA DA SILVA; MARCELO DA SILVA ARAUJO; CASSIA CARDOSO DE MIRANDA; BRUNO RIBEIRO BASTOS LOUREIRO RODRIGUES; REGINA CELIA CORREA DE ARAUJO; LYGIA MARIA TERRA	
CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	ALEXANDRE ALVES; LETICIA FAGUNDES DE OLIVEIRA; ANGELA CORREA DA SILVA ; JOSE RUY LOZANO RUBINO JUNIOR; GILBERTO VIEIRA COTRIM; MARILIA BARBARA FERNANDES GARCIA MOSCHKOVICH	Editora Moderna
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	LAERCIO FURQUIM JUNIOR; EDILSON ADAO CANDIDO DA SILVA ALFREDO BOULOS JUNIOR	FTD
PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	REINALDO SERIACOPI; LEANDRO CALBENTE CAMARA; ISABELA GORGATTI CRUZ; GISLANE CAMPOS AZEVEDO SERIACOPI MARIA ANGELA GOMEZ RAMA	FTD
HUMANITAS.DOC	FELIPE VINICIUS DOS SANTOS; ANDRE ALBERT; SHEILA SIQUEIRA DE CASTRO FARIA; JORGE LUIZ FERREIRA; RONALDO VAINFAS	Saraiva

Fonte: Dados organizados pela autora.

Todos os exemplares possuem consulta digital, mas felizmente algumas coleções constam no Laboratório de ensino em didática da História²⁷⁴ e puderam ser consultados na sua forma física. O próprio Guia possui suas próprias descrições e análises, material esse muito interessante para fases posteriores da pesquisa, porém nesse momento faremos a análise própria de um exemplar da coleção Multiversos da Editora FTD.

Livro: Ciência Humanas, política, conflitos e cidadania

Na coleção Multiversos, de Alfredo Boulos Junior, Edilson Adão e Laercio Furquim Junior, o capítulo 3, intitulado como “Populismo, autoritarismo e paternalismo na América Latina” é o ponto de partida para o conteúdo. O capítulo de 22 páginas engloba as múltiplas ditaduras que aconteceram na América Latina, com foco nos governos de Brasil, México, Argentina e Chile. Nota-se que grande parte das fontes utilizadas para a criação do mesmo são fotografias e capas de livro que retratam a história da época, além de charges e cartazes de campanhas eleitorais.

No que se faz presente a ditadura, o assunto é demonstrado em 7 páginas de conteúdo, não incluindo as páginas de atividade. O livro faz constante uso da palavra golpe ou regime como sinônimo da ditadura e poucas vezes traz o peso histórico da mesma. Poucos momentos a palavra ditadura, nossa unidade temática de análise, foi posta à mostra.

Os temas diluídos e pouco aprofundados não carregam o impacto que foi o período. Pouco se fala sobre a resistência, o que não deixa claro em que determinado momento foram feitos atos opositores à ditadura, ademais o livro usa 4 das 8 páginas separadas para o assunto para falar especificamente do governo Emílio Médici, denominado pelo livro como os anos de chumbo. Nota-se que o livro não faz uma análise crítica ao governo de Médici, visto que pouco se fala sobre repressão (cerca que um parágrafo) e muito sobre economia, o “milagre brasileiro” e as propagandas em massa.

Reforçando o que aborda Matos (2020, p.33), os materiais didáticos podem ser fontes de manipulação de ideologia, manipulação essa que não é anunciada, mas é perceptível a um olhar mais atento. A questão mercadológica e a relação governamental acabam por influenciar diretamente nos valores socialmente construídos que Vianna (2006, p.08) argumenta construindo portanto uma memória oficial que está sendo efetivamente passada para os alunos e seus familiares de forma ampla.

²⁷⁴ LAPEDHI- FURG

Enquanto a classe dominante usa sua posição social e hegemonia cultural para perpetuar uma história dessensibilizada se torna dever dos pesquisadores, professores e a sociedade no geral lutar por livros didáticos que busquem a emancipação do aluno, a construção do seu pensar crítico e uma história que através da pluriperspectividade auxilie nesse processo.

Após essa longa trajetória podemos concluir que há, desde o início do período ditatorial, a tentativa de mascarar os horrores cometidos nesse período a fim de manipular as narrativas da população que vivenciou este período e as gerações posteriores. Debates os motivos que levam o livro didático a ser um instrumento importante justamente por contar com uma narrativa didático historiográfica e ser de ampla distribuição, o tornando assim visado pelos ataques reducionistas, pois moldando o aprendizado na infância-adolescência, molda-se a percepção de várias gerações sobre o período.

Através da história sensível houve a compreensão de todas as razões que levam a temática da ditadura civil-militar brasileira ser tratada de uma forma diferente. Os perigos que os sentimentos adversos e o contraste de narrativas geram para o aprendizado e os impactos dos mesmos na memória social.

A partir de todas as reflexões foi possível identificar situações problemas nos materiais analisados, encobrimento da seriedade do período através do uso de palavras amenas tais como golpe ou regime, o apagamento da perseguição, da tortura e da injustiça gerada pelo período, a redução drástica de conteúdo em algumas coleções são apenas alguns exemplos que chamou atenção dentro da análise

O PNLD de 2021 surge enquanto uma iniciativa irreverente, mas mostra conteúdos diluídos e pouca comunicação com os públicos envolvidos, sejam os alunos, mas principalmente os professores, como foi possível analisar através do relato dos professores do Distrito Federal. Coleções como Humanitas.doc se mostram como um exemplo positivo dentro desse PNLD, transmite uma mensagem transparente sobre o que se propõe a tratar, dialoga com responsabilidade sobre a questão econômica, evidencia questões como tortura, perseguição e resistência, porém como todos os livros analisados invisibiliza a questão negra e indígena.

É necessário que sejam atualizadas as bibliografias utilizadas nos livros e que essas bibliografias utilizem o recorte da história sensível, é preocupante que justamente os fatores que tornam a ditadura civil-militar uma temática sensível sejam retiradas, ao mascarar essas problemáticas elegemos uma história vencedora que propaga o período ditatorial enquanto anos de ouro e favorece a narrativa da memória social das classes dominantes.

Referências

Fonte

BOULOS JUNIOR, Alfredo. Multiversos: ciências humanas: política, conflitos e cidadania: ensino médio/ Alfredo Boulos Junior, Edilson Candido da Silva; Laercio Furquim Junior– 1.ed. – São Paulo: FTD, 2020

Bibliográficas

AUXILIADORA; CAINELLI; MIRALLES: Maria, Marlene, Pedro: **As pessoas tentam, mas a história difícil não é facilmente descartada: o lugar dos temas controversos no ensino de história.** Antíteses, vol. 11, núm. 22, pp. 484-492, 2018. Universidade Estadual de Londrina

BORRIES, Bodo Von, **Jovens e a Consciência Histórica;** organização e tradução Maria Auxiliadora

Guia Digital PNLD 2021 <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/inicio> Acesso em: Novembro/2023

RÜSEN, Jorn. Jorn Rusen e o ensino de história/ organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão Rezende Martins - Curitiba: Ed. UFPR,2011

MATOS, Julia Silveira. **Ensino de história e livros didáticos: história, políticas e mercado**

Professores de história de vários estados do Brasil fazem manifesto contra o PNLD. agosto/2021, acessado em disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/professores-de-historia-de-varios-estados-do-brasil-fazem-manifesto-contra-o-pnld/>> Acesso em: Agosto/2022

VIANA, Nildo. **Memória e Sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social.** Espaço Plural, vol. VII, núm. 14, enero-junio, 2006, pp. 8-10 Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Brasil **editorial** 2. ed. rev e ampl- Curitiba: CRV, 2020

ST 13 – FRONTEIRAS, CONFLITOS E ATORES ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XX

Coordenado por Prof. Dr. Gustavo Figueira Andrade
e Profa. Dra. Monica Rossato

A Trajetória Política do Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro na Região de Fronteira Platina (1891-1939)

FERREIRA, Zilamar Teixeira de Carvalho
Mestranda do PPGH da Universidade Federal de Santa Maria
zilamarferreira@unipampa.edu.br

PADOIN, Maria Medianeira
Doutora em História e Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria
mmpadoin@gmail.com

Resumo: Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), inserido na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade”, na Área de concentração: História, Poder e Cultura. Pretendemos versar sobre a trajetória Política do Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro, nascido em Caçapava do Sul, atualmente Santana da Boa Vista. Os seus ascendentes eram portugueses e açorianos, que possuíam propriedades no Rio Grande do Sul e em Taquarém, no Uruguai. Território este, que serviu para a construção de sua rede de relações sociais, econômicas e culturais. Neste contexto, objetivamos compreender sua atuação política como um líder regional, Republicano e Liberal, na Revolução Federalista (1891 a 1896), na Revolução de 1923, no Movimento Tenentistas 1924 e 1926 (Coluna Prestes) e Constitucionalista de 1932. Coriolano de Castro foi, em grande parte de sua carreira, um opositor de Borges de Medeiros, mesmo tendo vínculo inicial com o Partido Republicano Riograndense (PRR), mas posteriormente integrará o Partido Federalista. Foi eleito, por três vezes, como Intendente e Prefeito de Caçapava do Sul (RS/Brasil), terra de seu desafeto político, o então governador Borges de Medeiros. Em sua trajetória se inclui a Guarda Nacional e sua participação e liderança na Maçonaria. Assim, esta pesquisa bibliográfica e documental tem por fontes principais publicações de memorialistas, jornais, documentos como cartas, diários, entre outros, que nos proporcionará a construção de uma narrativa que valorize as fontes inéditas e que trará para a discussão um personagem que também exemplifica o quanto é complexo o entendimento das história política no período da implantação da República brasileira, do final do século XIX a meados dos anos 30 do século XX.

Palavras-chave: Coriolano Castro; Trajetória Política; Caçapava do Sul.

A região platina²⁷⁵ foi palco para conflitos no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, época em que viveu o Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro. Nascido em Caçapava do Sul-RS. Descendente de portugueses vindos do Continente e da Ilha Terceira dos Açores. Militares que fizeram parte do grupo dos Dragões de Rio Pardo, do Exército e da Guarda Nacional. Albino Alves de Oliveira e Castro, pai de Coriolano Castro era Capitão Honorário do Exército e Coriolano, Coronel da Guarda Nacional no comando da 62ª Brigada de Infantaria.

²⁷⁵ “É percebida como um território fronteiriço conectado. Ultrapassa a zona de fronteira, abrange: Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul/Brasil” (Rossato, 2022, p. 5 *apud* Padoin, 2022).

Assim, Coriolano Castro controlou a Guarda Nacional em Caçapava e governou o Município ao mesmo tempo. Durante os movimentos armados houve a participação de coronéis da Guarda Nacional do lado dos revoltosos, mas também como chefes dos corpos provisórios e ao lado da Brigada Militar, em defesa dos legalistas. A Guarda Nacional Riograndense ligada ao Império do Brasil, teve início em 19 de agosto de 1831, era um dos “pilares político-institucionais de sustentação do Estado Imperial Brasileiro, atuando principalmente, na manutenção da ordem social interna, na defesa da integridade territorial, defendendo suas Fronteiras, e na tentativa de constituição de uma identidade nacional” (Fertig, 2006, p. 71).

Tratava-se, de um serviço obrigatório para homens de 16 a 60 anos, cidadãos ou filho de cidadãos²⁷⁶ brasileiros (p. 72). Objetivo da concepção da Guarda Nacional era “defender a Constituição, a liberdade, independência e integridade do Império, para manter a obediência às leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha, na defesa das fronteiras e costas” (Fertig, 2006, p.72 *apud* Brasil, Coleção das Leis do Império, 1831, p. 53-54).

Dessa forma, “a Guarda Nacional era responsável pela segurança nos municípios, o que era muito importante para a manutenção da ordem, garantia básica para o progresso conforme as bases da Constituição Riograndense positivista” (Ferreira, 2023, p. 39).

O interesse do Governo Brasileiro voltou-se para o Rio Grande do Sul por estar na região fronteira com outros Estados Nacionais, em que era necessário a proteção aos brasileiros que ali residiam e ao território do Brasil. Por isso, a “atuação da Guarda Nacional representava tanto os objetivos da política externa Brasileira como os interesses privados da elite Riograndense, proprietária de terras no espaço fronteiriço entre o Brasil e Uruguai” (Fertig, 2006, p. 81-82). Também, contribuía para a formação da identidade nacional brasileira e afirmava a participação dos gaúchos neste processo. A força militar da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul teve uma atuação massiva na Guerra do Paraguai (1864 a 1870), contribuindo com dobro de combatentes de outras províncias, em torno de 33.803.

A inserção de Coriolano Castro no espaço fronteiriço platino²⁷⁷, principalmente na fronteira brasileira-uruguaia, deu-se, inicialmente, através de sua família que possuía propriedades em Caçapava, no Rio Grande do Sul-Brasil e em Taquarembó-Uruguai. Vindos com a finalidade de ocupar espaços e proteger as fronteiras do Rio Grande do Sul, durante as

²⁷⁶ “Para ser considerado cidadão com direito a voto nas eleições primárias, o brasileiro precisava ter uma renda anual de 100 mil réis e, a partir de 1846, de 200 mil réis” (Fertig, 2006, p. 72).

²⁷⁷ “É pensado como uma região de aproximação, disputa, interesses, articulação, integração e circulação de homens, gado, mercadorias, ideias, projetos políticos, entre outros” (Rossato, 2014, p.12 *apud* Padoin, 2001, p. 60).

tentativas dos impérios português e espanhol de estabelecer limites territoriais, no processo de formação e consolidação das fronteiras. O caudilho fronteiriço²⁷⁸ se utilizava dos lados da fronteira de acordo com as necessidades e estava integrado em seu território. Desse modo, a zona de fronteira²⁷⁹ servia de “recursos estratégicos a serem manejados em caso de necessidade, obtendo apoio e abrigo em conflitos ou perseguições devido a dissidências políticas, tão comuns naquela sociedade marcada pela violência das revoluções no decorrer do século XIX” (Andrade, 2022, p. 174).

A fronteira como espaço de trocas culturais, políticas, econômicas e sociais, fez de Coriolano Castro protagonista, em momentos como: fundador do Clube Republicano Democratas, na Freguesia de Santana da Boa Vista (Caçapava), em 25 de agosto de 1882; Republicano fundador do PRR em Caçapava; durante a Revolução Federalista de 1891, alistou-se para lutar em defesa da consolidação da República Brasileira e integrou a Divisão do Norte, fazendo parte do Estado Maior de Pinheiro Machado, que conforme o Caderno de Registros de Ordens do Dia, em 1º de setembro de 1895, ele atuava como Major no comando da Ala Esquerda do 17º Corpo de Milícia Civil e Guarnição (Ferreira, 2023, p. 33).

A Revolução Federalista abrangeu além dos estados do sul do Brasil, partes da Argentina e Uruguai. “Foi denominada pela historiografia como uma guerra civil, que segundo Gustavo Andrade (2022), ocorreu no período de 1891 a 1896²⁸⁰, em contestação tanto ao modelo de república adotada pela Constituição do estado do Rio Grande do Sul, que serviu como modelo brasileiro” (Ferreira, 2023, p. 14).

A incorporação de Coriolano Castro na Guarda Nacional e o fato de conhecer bem a Fronteira Platina fez parte de um aprendizado que influenciou na sua formação e atuação durante suas participações nas revoluções, em que se observa uma cultura política fomentada em bases clientelistas, onde “a prática política é fundamentada nas relações pessoais que não distingue o interesse público do privado” (Fertig, 2006, p. 73).

Outro fator, foi que Coriolano Castro pertenceu aos quadros da Maçonaria ligada ao Grande Oriente do Brasil e ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul, dessa forma ampliando suas redes sociais e de poder. Teve sua iniciação na Loja Maçônica Rio Branco em Pelotas-RS, participou da Loja Maçônica Paz e Prosperidade em Caçapava do Sul e fundou a Loja Maçônica

²⁷⁸ “Transitava sobre a fronteira e nela estabelecia o território no qual atuava” (Andrade, 2017, p. 156).

²⁷⁹ Abrange o limite político do sul do Brasil (Rio Grande do Sul), Uruguai e Argentina.

²⁸⁰ ANDRADE, Gustavo Figueira. Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

Guilherme Dias em Caçapava do Sul (hoje Município de Santana da Boa Vista), em 1889. A primeira loja maçônica fundada em Caçapava do Sul foi quando a cidade se tornou a Segunda Capital Farroupilha, em 1839. De acordo com Arnaldo Luiz Cassol e Nicolau Silveira Abrão, a Loja Maçônica Perfeita Fraternidade surgiu com a chegada dos Farroupilhas. No quadro dos fundadores estavam Bento Gonçalves da Silva, Luigi Rossetti (Jornalista/Diretor de O POVO), Tito Lívio Zambecari²⁸¹, João Raymundo da Silva Santos (Presidente da Câmara de Caçapava), Lúcio Jayme de Figueiredo (Secretário da Câmara de Caçapava), e José da Silva Brandão.

A influência e prestígio fizeram de Coriolano Castro um mediador²⁸² representante da região fronteiriça platina²⁸³ em Caçapava na virada para o século XX. A importância política no contexto regional, o levou a governar Caçapava do Sul por três mandatos, sendo eleito Intendente de 1901 a 1905 (Partido Republicano Riograndense), de 1925 a 1929 (Partido Federalista) e Prefeito de 1937 a 1939 (Partido Libertador). Durante os seus governos, priorizou a educação, saúde e desenvolvimento. Algumas de suas obras, depois de um século, continuam desempenhando suas funções, como a ponte da Pitangueira (BR-392), ponte do santa Bárbara (BR-392), a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jacinto Inácio, Clube 7 de Setembro e o Parque de Exposições e Remates Eliseu Benfica.

Os seus governos foram fundamentados nos princípios maçons da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, da mesma forma que conceitos positivistas de moral, ordem e humanidade. Apesar de “o liberalismo e o positivismo serem filosofias da Ilustração e terem nascido dentro da Maçonaria, tiveram seus seguidores conforme orientação e interpretação política local e/ou regional” (Padoin, 2006, p. 53). Assim, Coriolano Castro seguia a linha liberal e por não concordar com a forma positivista de governar de Antônio Augusto Borges de Medeiros deixou o Partido Republicano Riograndense, passando a fazer parte do grupo dos dissidentes.

²⁸¹ Zambecari juntamente com Giuseppe Garibaldi e Luigi Rossetti eram ligados à Carbonária e vieram para a América lutar na Revolução Farroupilha. “Os carbonários lutavam pelo fim das monarquias e pela adoção de repúblicas democráticas por meio de insurreições populares” (Padoin, 2006, p. 47). Suas tendências eram heterogêneas, entre elas a diferenciação entre moderados (defendiam um regime constitucional) e radicais (defendiam a instauração da República). Eram seguidores das ideias iluministas de “Giuseppe Mazzini (1805-1872), que atuou na Carbonária Originária do Franco Condado, loja Maçônica surgida na França contrária à Maçonaria napoleônica no período do Congresso de Viena” (Rossato, 2022, p. 35).

²⁸² “Eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentre de toda a ‘aldeia’ e que por conta disso vinculavam a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses ligados à sua ‘facção’, mas que indiretamente, beneficiavam outras famílias da localidade. O mediador possuía as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar essa conexão transformava-o potentado local e/ou regional. Os mediadores estão presentes em todas as sociedades Agrárias” (Andrade, 2017, p. 156 *apud* Vargas, 2013).

²⁸³ “A região fronteiriça platina é compreendida aqui como um espaço em que estes líderes construíam suas redes de poder com base nas propriedades, heranças familiares, relações sociais e políticas, que foram mobilizadas durante a Guerra” (Rossato, 2022, p. 18).

Em 1922, durante o lançamento da campanha de Joaquim Francisco de Assis Brasil a Presidência do Estado do Rio Grande do Sul, Coriolano Castro e outros caçapavanos que se autodenominavam “dissidentes do PRR”, enviaram um telegrama para Joaquim de Assis Brasil, comunicando apoio a sua candidatura. A partir deste momento, Coriolano Castro passou a integrar o Partido Federalista, junto com Assis Brasil e Fernando Abbott. O que o levou a participar de encontros políticos partidários, principalmente em São Gabriel, Bagé e Caçapava.

Com o resultado da eleição confirmando a reeleição de Borges de Medeiros ao quinto mandato, os partidários de Assis Brasil iniciaram uma revolução contra o Governo do Estado. “A oposição a Borges de Medeiros contestava a ordem política vigente, sobretudo a concentração do poder no PRR através de sucessivas reeleições, algo que se projetava desde o final do século XIX” (Vitor, 2022, p. 71), com a Revolução Federalista. Também, acusavam a ocorrência de fraude no sistema eleitoral, fator que desencadeou a Revolução de 1923.

Coriolano Castro participou efetivamente nesta luta armada e registrou em seu Diário de Campo as ocorrências dos nove meses de luta pela libertação do Rio Grande. Esse diário foi publicado no livro de Arnaldo Luiz Cassol e Nicolau Silveira Abrão, “Coronel Coriolano Castro”, em 1983. Durante a Revolução, o Coronel Coriolano Castro e sua força fizeram parte de vários eventos, mas foram marcantes quatro combates: o Combate de Santa Maria Chico, em 15 de maio, no Município de Dom Pedrito; em São Sepé, o Combate do Passo da Juliana, em 8 de setembro, quando fez a retaguarda da Coluna do General Estácio Azambuja; em 14 de outubro, em Piratini, o Combate das Asperesas e a Tomada de Pelotas, em 29 de outubro, no comando da 5ª Brigada do 4º Corpo do Exército Libertador, sob o comando do General João Antônio Netto (Zeca Netto), quando tomou posse do Pavilhão da Sociedade Agrícola e da Escola de Artes e Ofícios. No Boletim nº 1, assinado por José Antônio Netto, General Comandante da Força Expedicionária do 4º Corpo do Exército Libertador, em operação no município de Caçapava, em 26 de julho de 1923. Zeca Netto saúda os coronéis Coriolano Alves de Oliveira e Castro, Carlos Alberto da Silva Tavares e Julião Barcelos (Minas/Estado Oriental do Uruguai), que vieram para reforçar as fileiras sob seu comando.

Após a Revolução de 1923, o Coronel Coriolano Castro, do Partido Federalista, concorreu a Intendência de Caçapava, sendo eleito, contra o Tenente Coronel Balthazar Guarani de Bem, do Partido Republicano Riograndense. Assim, quando eclodiu a Revolução Tenentista de 1924, ele se manteve à frente do Executivo Municipal. No entanto, existem registros de que Coriolano Castro esteve visitando o acampamento de Zeca Netto, na Pitangueira. Também, a presença de Honório Lemes e suas tropas na cidade de Caçapava, sendo recebidos com flores

pela população, até mesmo, havendo bailes em homenagem. Da mesma forma que, as fazendas de Coriolano Castro serviram de lugar de refúgio ou abastecimento para os revolucionários.

Durante as revoluções Tenentistas houve três combates expressivos no Município de Caçapava do Sul: O Combate do Passo das Carretas entre as forças de Zeca Netto e Honório Lemos (Libertadores) e Bozano (Legalista), em 8 de dezembro de 1924; Combate do Seival e Combate do Passo da Pitangueira, das tropas de Zeca Netto com a presença dos irmãos Alcides Guedes Etchegoyen e Néelson Etchegoyen, que faziam parte do grupo de militares rebelados. Após o Combate do Passo das Carretas, os revolucionários adentraram o território da República Oriental do Uruguai, por Aceguá.

Neste mesmo período, em 1924, os republicanos históricos e os federalistas se reuniram em São Gabriel e fundaram a “Aliança Libertadora, sob liderança de Assis Brasil, que será a base do Partido Libertador, criado em 03 de março de 1928, em Bagé. Este Partido juntamente ao PRR lançaram as bases para a Frente Única Gaúcha que levou Getúlio Vargas ao poder no Executivo nacional” (Ferreira, 2023, p.45). A fundação da Aliança Libertadora, em 12 de janeiro de 1924, no Theatro Coliseu, em São Gabriel-RS-Brasil, contou com a presença de Coriolano Castro como representante do Partido Federalista de Caçapava. A coligação foi formada por diferentes setores e lideranças contrárias ao governo de Borges de Medeiros e do Partido Republicano Rio-Grandense, no Rio Grande do Sul. Embora tenha sido formada provisoriamente a fim de concorrer às eleições em 1922, ao governo do estado, foi apreciada oficialmente em 1924, para as eleições de deputado federal e senador. Posteriormente, transformou-se no Partido Libertador, em 1928. Essas forças políticas-partidárias unidas por meio de seus líderes juntaram-se a militares rebelados para uma luta armada, a Revolução Tenentista de 1924²⁸⁴.

Assim, teremos o Coronel Coriolano Castro como participante ativo no campo político ou nos campos de batalha, nas revoluções: Federalista (1891 a 1896), Revolução de 1923, nos Movimentos Tenentistas e na “Revolução Constitucionalista de 1932. Mas nestes momentos Coriolano de Castro foi um liberal²⁸⁵ federalista²⁸⁶ no contexto sul rio grandense e um defensor

²⁸⁴ A presença de civis ligados à Aliança libertadora e oposicionistas ao governo Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, em sua maioria formada por fazendeiros e pecuaristas descontentes com o modelo econômico industrial, no qual se baseava o projeto Borgista. Derrotados nas eleições estaduais de 1922, virão nos tenentes a possibilidade de um novo levante contra Borges de Medeiros (Vitor, 2022, p.70).

²⁸⁵ “As ideias liberais do período, especialmente de John Locke, e do direito natural, que pautavam tanto as bases de um estado liberal quanto o exercício da cidadania, também envolviam o dever de defender o Estado contra a tirania, preservando a Constituição e a liberdade” (Bobbio, 1984; Andrade, 2017 *apud* Andrade, 2022, p. 42).

²⁸⁶ “Termo utilizado para os integrantes do Partido Federalista (PF) e aos apoiadores do partido ou grupo que por algum motivo estiveram junto a eles, como os liberais, ex-liberais, dissidentes republicanos, monárquicos, ex-conservadores” (Rossato, 2022, p. 11).

da liberdade e legalidade no contexto nacional, na Revolução Constitucionalista” (Ferreira, 2023, p.46).

De acordo com Silvio Faria Corrêa (1933), durante o Combate de Cerro Alegre, em 20 de setembro de 1932, em Piratini, mais de 60% dos combatentes revolucionários eram comandados de Coriolano Castro. Neste combate, Borges de Medeiros juntou-se a Coriolano Castro e sua tropa, na mangueira de pedra, durante o tiroteio e só depois que não tinham mais munição para revidar foi para dentro da residência e liberou Batista Luzardo com o restante das tropas, ficando em torno de quarenta homens na sua companhia. Na ocasião, Batista Luzardo e seu grupo emigraram para o Uruguai, por Aceguá e Coriolano Castro retornou com seus soldados para casa, em Santana da Boa Vista.

A atuação nos conflitos armados foi resultante das suas relações sociais e políticas com importantes lideranças do período. A defesa de seus ideais maçônicos; a participação na Revolução Federalista pela preservação do Regime Republicano; a luta contra um governo autoritário, pela manutenção da liberdade, nas revoluções de 1923 e 1932. Dessa forma, defendia a liberdade de expressão e de escolha, em seu discurso de 14 de julho de 1930, Coriolano Castro iniciou referindo-se a queda da Bastilha, como: “o dia que os povos livres comemoram, por ser 14 de julho consagrado à República, a Liberdade e a Independência dos Povos”, bandeiras por ele defendidas ao longo de sua vida. Assim, em situações como estas, “o uso do direito das gentes foi aplicado para defender a legalidade e os direitos à oposição e reação a um regime tirânico e opressor” (Padoin, 2006, p.55). Neste contexto, a Maçonaria contribuiu na defesa do uso do direito natural e das gentes, tanto para a implantação, quanto na manutenção de governos democráticos.

No ano de 1936, Coriolano Castro concorreu a Prefeito de Caçapava pelo Partido Libertador, do qual foi fundador, contra o Tenente Valdemar Miranda (Interventor). Aprovado nas urnas, Coriolano Castro governou Caçapava de 1937 a 1938, quando passou o cargo para o Vice-Prefeito João Faria de Oliveira Lima, vindo a falecer em 03 de dezembro de 1939. Terminando assim, a Trajetória Política do “Caudilho dos Pampas”. Patrono da Loja Maçônica Coriolano Castro, de Caçapava do Sul: um guerreiro pela liberdade, um político pela igualdade e um líder pela fraternidade.

Referências

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira.** Dissertação (Mestrado História). Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em História, UFSM, 2017.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

CASSOL, Arnaldo Luís; ABRÃO, Nicolau Silveira. **Coronel Coriolano Castro.** Porto Alegre. Martins Livreiro, 1983.

CORRÊA, Silvio Faria. **Serro Alegre.** Caçapava do Sul-RS. 1933.

FERREIRA, Zilamar Teixeira de Carvalho. **O Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro: Trajetória como Político e Maçom em Caçapava, RS - 1891 a 1939.** 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

FERTIG, André. A Guarda Nacional Rio-Grandense: Defesa do Estado Imperial e da Nação. In: **História Rio Grande do Sul - Império I**, Passo Fundo: Méritos, 2006. V.2-Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: **História Rio Grande do Sul - Império II**, Passo Fundo: Méritos, 2006. V.2 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins.** 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

VITOR, Amilcar Guidolim. **Militares e Maragatos em Armas: as revoltas tenentistas de 1924 e a formação da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul.** Itapiranga: Schreiber, 2022.

Imigração, Revolução e Federalismo: A Trajetória de Gaspar Silveira Martins

ROSSATO, Monica

Doutora em História, Professora SMED Nova Palma

monyrossato@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir acerca dos projetos políticos que Gaspar Silveira Martins esteve engajado na construção do Estado Nacional brasileiro, no fim do século XIX, especialmente voltados à imigração europeia, a ideia de revolução e de federalismo na passagem da Monarquia para a República no Brasil. Um dos pontos de partida é averiguar a organização de um projeto político de Estado Nacional vinculado à Revolução e ao seu principal líder, Gaspar Silveira Martins, tendo em vista o processo de implementação e institucionalização do Partido Republicano, que colocou em prática o federalismo aos estados membros da Federação a partir de 1891. Acrescenta-se também a forma como os federalistas, seguidores da liderança de Gaspar Silveira Martins, utilizaram as áreas de colonização europeia a seu favor durante a Revolução, especialmente na região central do Rio Grande do Sul, local que tinha uma colônia de imigrantes italianos que levava o nome Colônia Silveira Martins. Dessa maneira, a trajetória de Gaspar Silveira Martins foi marcada pela intersecção entre fronteira, política, imigração, revolução e federalismo durante o Império e no fim dele, nas disputas envolvidas entre diferentes grupos que questionaram o modelo de República instaurado a partir de 15 de novembro de 1889.

Palavras-chave: Federalismo; política; revolução.

Introdução

Rio de Janeiro, 1918. Uma exposição realizada junto à Sociedade Sul Riograndense, na capital federal, trouxe em ênfase o retrato do político, já falecido, Gaspar Silveira Martins²⁸⁷. O que esse fato nos diz sobre a história de Gaspar Silveira Martins e a política imperial da segunda metade do século XIX?

Seu retrato foi realizado pelo pintor italiano José Boscagli, um imigrante que entrou via Rio da Prata e estabeleceu-se no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

²⁸⁷ Gaspar Silveira Martins foi batizado em 1835, em Melo, Departamento de “Serro Largo”, Uruguai. Seus pais, Maria Joaquina das Dores Martins e Carlos Silveira, eram naturais da Província do Rio Grande do Sul e possuíam propriedades tanto em território brasileiro como uruguaio. Isso colabora para seu vínculo —binacional— fronteiriço, ou seja, uruguaio e brasileiro, conforme a Carta Constitucional de 1824 e a Constituição da República Oriental do Uruguai de 1830. A região onde nasceu e se formou Gaspar Silveira Martins localizava-se nas terras fronteiriças do Brasil (cidade de Bagé) e Uruguai (vila de Melo). Iniciou seus estudos em Pelotas (Rio Grande do Sul/Brasil), mudou-se ao Rio de Janeiro para realizar os estudos preparatórios para ingressar nas Academias do Império, iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito de Olinda e dois anos depois o transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou no ano de 1856. Exerceu a advocacia no escritório de seu sogro no Rio de Janeiro, onde atuou como Juiz Municipal e no Partido Liberal Radical. Na Província do Rio Grande do Sul, participou da criação do Partido Liberal Histórico e foi eleito, em 1862, Deputado Provincial para a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. De 1872 a 1879, assumiu o cargo de Deputado Geral. Foi Ministro da Fazenda do Império em 1878, e entre 1880 a 1888 atuou como Senador. Em 1889 foi empossado na Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Em 1889, foi desterrado para a Europa, por um decreto do governo republicano, retornando ao Brasil. Em princípio de 1892, atuou na criação do Partido Federalista e na Revolução Federalista (1893-1895). Viveu seus últimos anos no Uruguai, onde faleceu em julho de 1901.

Além disso, a existência da Sociedade Sul Riograndense no Rio de Janeiro, marca a forte presença do sul junto ao centro político imperial, muito bem representado pela trajetória do próprio Gaspar Silveira Martins. O mesmo político que, pautou sua carreira política em temas como a imigração e colonização europeia para o Brasil, mudanças legais para integração e participação política desses imigrantes, defesa do Estado laico, ferrovias, legislação específica para áreas de fronteiras, entre outros assuntos que, devido à essas pautas e defesas migratórias em 1878 uma colônia de imigrantes oriundos da Península Itálica no centro do Rio Grande do Sul atribuiu o nome de Colônia Silveira Martins.

Soma-se também o fato que, Gaspar Silveira Martins obteve referências teóricas e ideológicas junto à Península Itálica, seja por sua família e os contatos com indivíduos oriundos daquele local e estabelecidos no sul do Brasil (como Mazzini, Garibaldi e outras famílias ligadas aos Silveira e Martins), sua aproximação com D. Pedro II e esposa Teresa Cristina, da Península Itálica e seu desterro na Europa (1889), quando se encontrou com intelectuais e políticos italianos na discussão acerca de constitucionalismo e federalismo.

Nesse sentido é que o presente trabalho problematiza os vínculos construídos nessa trajetória política de Gaspar Silveira Martins relacionando-os à pauta da imigração, revolução e federalismo e quais foram os impactos dessas discussões e legados deixados por ele a respeito desses temas para o Brasil.

Esse texto integra as pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa História Platina: Sociedade, Poder e Instituições (UFSM), possibilitadas também com subsídio da CAPES via Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, observa-se como as trajetórias políticas de indivíduos do sul do Brasil contribuíram para o debate político de construção do Estado Nacional brasileiro em momentos como a Revolução Farroupilha, Guerra do Paraguai e a Revolução Federalista, marcados pela região fronteira platina, e levaram à diante, em armas, diferentes projetos de Estado Nacional que, muitas vezes, partiam de um único Centro político.

Imigração: Um projeto político para o Brasil

Antes de chegar aos cargos políticos da Província do Rio Grande do Sul e do Império, Gaspar Silveira Martins conhecia a realidade da imigração europeia no sul do Brasil, marcada pela fronteira e seu constante fluxo migratório. Bagé, cidade na qual sua família tinha propriedades, teve a primeira Sociedade Italiana da Província (1871) e uma das mais antigas do Brasil (Bastianello; Cerqueira, 2023). Isso demonstra que a presença da imigração, como a

italiana, foi anterior à formação de colônias imperiais em terras devolutas (Bastianello; Cerqueira, 2023) em locais de grandes propriedades de terras.

A experiência migratória fronteiriça vivenciada por Gaspar Silveira Martins contribuiu para que o mesmo a defendesse no debate político nacional. Já na Corte, enquanto Deputado Provincial do Rio Grande do Sul, integrou o Clube Radical do Rio de Janeiro que reunia jovens políticos liberais na discussão e debate sobre reformas na Constituição Imperial. Os debates eram realizados em conferências no Teatro Phenix Dramática, no Rio de Janeiro, durante o ano de 1869. No discurso de Gaspar Silveira Martins, conhecido como Radicalismo²⁸⁸, ficou eloquente sua defesa em torno dos temas como o Estado laico, liberdade religiosa, casamento civil, secularização dos cemitérios, eleição direta, fim do Senado Vitalício, a necessidade da imigração e colonização com mão-de-obra européia, estrada de ferro, entre outros.

A preferência pela imigração de alemães e italianos no sul do Brasil levou Silveira Martins ser acusado pelo Senador Taunay de fazer “política geográfica”²⁸⁹, uma vez que entendia que eles mais se adaptaram às condições do sul, enquanto a imigração chinesa era preferível para as províncias do norte do país. Nesse sentido, toda sua carreira política no Império foi marcada por discursos voltados aos imigrantes e de mudanças legais a fim de atendê-los: “eu sou d’aquelles, que bem quizera que todo o estrangeiro, que viesse com animo de residir perpetuamente n’este paiz, fosse desde esse momento considerado cidadão brasileiro”²⁹⁰.

Além disso, a imigração significava desenvolvimento e progresso ao país: “nós queremos colonos allemães porque a colonização significa trabalho, indústria, agricultura, e sobretudo augmento de cidadãos”²⁹¹. Assim, inserir os imigrantes junto à nação brasileira através de mudanças legais contribuiria para a inserção política deles junto ao Partido Liberal. Uma dessas mudanças defendidas e que tomou repercussão foi o projeto eleitoral a respeito da elegibilidade dos acatólicos. Para Silveira Martins, “[...] alem de ser de justiça, a elegibilidade

²⁸⁸ SILVEIRA MARTINS. **Conferência Radical**, oitava sessão, 1869, p. 24 e 25. Discurso proferido pelo Sr. Dr. Gaspar Silveira Martins sobre o Radicalismo. Rio de Janeiro: Typografia e Lithographia Esperança, 1869. Localização: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

²⁸⁹ TAUNAY, Escragnolle. **Anais do Senado**. Livro 6. Sessão de 15 out. 1888, p. 188.

²⁹⁰ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Provincial. Anais da ... Sessão de 17 out. 1867, p. 438. Localização: Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

²⁹¹ PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Provincial. Anais da Sessão de 4 out. 1862, p. 177. Localização: Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

dos acatólicos é aconselhada por muitas necessidades, entre as quaes a de promover a imigração para o nosso pais onde se agita a tremenda questão da substituição do trabalho”²⁹².

A elegibilidade dos acatólicos foi preparada pelo Gabinete Liberal chefiado pelo Visconde de Sinimbu, mesmo Gabinete o qual Silveira Martins fazia parte, enquanto Ministro da Fazenda (1878). O objetivo da reforma foi que os imigrantes protestantes também pudessem ter participação política. Como esse item não foi incluído na reforma eleitoral, Silveira Martins se retirou do cargo de Ministro da Fazenda em 1879. Os direitos políticos aos estrangeiros e aos não católicos, item defendido por Silveira Martins, só foi concretizado em 1881 com a Lei Saraiva²⁹³.

O interesse de Silveira Martins pela imigração estava também relacionado ao contexto de extinção gradual da escravidão para a introdução do trabalho livre europeu, através da imigração e da colonização, e na remoção dos obstáculos a isso, como a escravidão e a proibição do casamento civil. Por isso, citou Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista britânico, ao dizer que as tarefas do legislador seriam as de reformar, corrigir, melhorar e não quebrar tudo, ou seja, começar do princípio²⁹⁴. Ele foi utilizado também na defesa para que a legislação fosse pensada em sua diversidade e não em sua unidade, a fim de favorecer, nesse caso, as demandas do setor econômico fronteiro do sul do Brasil. Nesse viés, pensando em uma fronteira que vivenciava a prática do contrabando, a tarifa especial, proposta e aprovada em 1878, viria a inibir esse problema na região. Desde sua atuação na Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Sul, havia mencionado Stuart Mill e sua ideia de progresso, dizendo que era um pensador que costumava consultar. Segundo Silveira Martins, a palavra “conservação” significa “uma idéia inteiramente negativa de progresso senão contraditória, conservar e não quer dizer aumento, quer dizer diminuição: conservar é não aumentar nem diminuir”²⁹⁵.

Da Bélgica veio a noção e o embasamento para a defesa em torno de seu projeto de liberdade de cultos, primando pela subordinação da religião católica às leis sociais. A Bélgica, com seu Partido Católico, funcionava como exemplo de liberdades religiosas a ser seguido no Brasil.

²⁹² BRASIL. Senado Federal. Anais do ... Sessão do dia 17 nov. 1880. p. 239.

²⁹³ Para saber mais sobre essa discussão, ver tese de: PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e Cidadania: naturalização e participação política, 1824 - 1889**. 2021. 375f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

²⁹⁴ MARTINS, Gaspar Silveira. **Anais do Senado**. Livro 2. Sessão de 8 de abril de 1885, p. 30.

²⁹⁵ MARTINS, Gaspar Silveira. **O Mercantil**, Porto Alegre, 20 de abril de 1863. Sessão de 6 de abril de 1863, p. 1. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Brasil.

Silveira Martins tinha uma integração política com as colônias alemãs no Rio Grande do Sul, perceptível em diferentes momentos de sua trajetória. Esteve em Santa Maria em 1886, município onde foi criado o Núcleo Colonial que em 1878 chamou-se Colônia Silveira Martins, em sua homenagem. Realizou visitas junto à comunidade alemã de São Leopoldo e foi membro do Clube de Tiro de Santa Cruz do Sul (1879) (apud Martin, 1999). Além disso, a comunidade teuta pronunciava-se no Parlamento Nacional através da voz de seu representante, Gaspar Silveira Martins:

Federalismo e revolução

Dentre as propostas de Gaspar Silveira Martins para o Estado Nacional Brasileiro o projeto de federalismo diria respeito ao modo de organização dos poderes municipais, provinciais e imperial, bem como as atribuições de cada um e a sua relação com o Poder Central (Império).

A partir disso, o federalismo partiria da descentralização administrativa do Império, atribuindo a cada província a organização do seu próprio governo, bem como a criação de suas próprias leis de acordo com suas características regionais. Queria que as províncias tivessem um executivo provincial, assim como acontecia nas monarquias belga, prussiana, holandesa e italiana, onde cada executivo provincial administraria e decidiria os interesses de cada província melhor do que os presidentes nomeados pelo governo central (Senado, 27 de abril de 1882).

Segundo a constituição do Império, os municípios estavam sob a “tutela” das Assembléias provinciais que eram responsáveis por aprovar o orçamento, posturas e regimentos que as câmaras municipais deveriam adotar (Torres, 1957). A municipalidade naquele momento, segundo Silveira Martins “quando não depende imediatamente do ministro do império, esta submetida a assembléia provincial; as decisões desta são burladas pelo presidente da província, que é dependente dos ministros, que o são do chefe do Estado” (A Reforma, 6 de julho de 1886). Então, a reforma nas municipalidades para Silveira Martins compreenderia a criação de executivos municipais através dos conselhos municipais compostos por vereadores que escolhem o executivo municipal livrando os municípios dessa “tutela” exercida pelas Assembléias.

Silveira Martins, através desse pensamento de organização dos municípios através da criação de conselhos municipais numerosos utiliza o exemplo da Itália, onde o conselho municipal de uma cidade de igual população da cidade do Rio de Janeiro teria 60 membros. Ou seja, o aumento da representação através do aumento do número de vereadores para compor os conselhos deveria ser proporcional as povoações, cidades ou vilas.

Esses conselhos elegem a sua comissão executiva para governar e administrar os negócios e assuntos do município. Observa-se que a representação é coletiva e vem demonstrar a valorização ao poder legislativo.

Ao defender a maior atribuição das municipalidades utilizava também o exemplo da França, que tem uma monarquia com soberano eletivo. Dizia ele na sessão de 21 de julho de 1888 no Senado que em países com extensão muito limitada e com facilidade de comunicação, como a França, as municipalidades tem maiores atribuições, mas mesmo assim nessa república há um centralismo. Então o que dizer do Brasil que possuía um vasto território e uma população limitada espalhada por todo o território, com dificuldade de comunicação e onde o governo central quer para si todas as atribuições (Senado, 21 de julho de 1888, p. 202).

A representatividade se inspiraria na monarquia inglesa na qual a Câmara dos Commons, “é a verdadeira expressão do povo inglês, mas que houve uma época em que não representava senão o governo” (Câmara dos Deputados, 20 de dezembro de 1878). Da mesma forma, expressa seu ideal de ilustração ao falar sobre a origem do sistema representativo, base do sistema parlamentar, formado a partir da delegação de poderes:

A grande extensão das nações modernas não permite o governo immediato da nação pelo povo; procurou-se obter o mesmo resultado inventando este systema pelo qual o povo, ou por províncias, ou por cidades, ou districtos, delega a alguns indivíduos seus poderes a fim de legislarem sobre as necessidades publicas, e tomarem contas aos funcionários.

Esta delegação para ser regular deve ser livre: o delegante tem direito de escolher o delegado em quem confia; e para aproximar-se o mais possível da verdade deve a representação reflectir o povo representado; ora no povo sempre existem os dous interesses oppostos de conservação e progresso, dahi residia que onde não há delegação a minoria tem sempre a palavra, pois qualquer cidadão tem o alvitre de fallar, discutir, e convencer; mas no regimen das maiorias, ainda que a eleição seja a mais livre, dá-se o vicio de ser o delegado o representante da maioria, e não do povo, que se compõe de maioria e minoria; a mais livre das nações pode produzir uma camara unanime, que sendo o órgão d’ uma parcialidade, não representara o pais (Radicalismo, 1869, p. 24 e 25).

A representação do país deve ser livremente eleita e independente como a da Inglaterra, através da mesma pratica de os governos irem ao Parlamento dar satisfação dos seus atos e procurar na soberania do povo a força para governar (Câmara dos Deputados, 20 de dezembro de 1878). A representatividade então teria por base a eleição direta e a liberdade de voto para Silveira Martins.

A constituição do Estado é vista por Silveira Martins como uma pirâmide onde a base seria formada pela soberania do povo e no vértice os eleitos como representantes do povo:

A constituição do estado, em sua pureza, representa uma pyramide (...) tendo pó base a soberania do povo, e por vértice o supremo representante da nação; no entanto, já

chegamos pelo caminho da má fé, da hypocresia, ao ponto de fazer uma reviravolta tão completa que o vértice se acha cravado no chão e a base no ar é que repousa sobre o vértice; as posições estão invertidas, são falsas, e portanto fracas, é da essência das cousas procurar sua posição natural, e havemos dar-lh'a! (*Muito bem! Muito bem!*) (Radicalismo, 1869, p. 18 e 19).

Com a independência, a constituição do Brasil adota um regime centralizador e unitário sob o governo do Rio de Janeiro (Torres, 1960). Nesse sentido, o unitarismo do império representa a união das províncias sob o governo do Parlamento e do monarca. Mas o que acontecia, é que o próprio monarca escolhia seus ministros e Gabinetes, bem como os funcionários, juízes e presidentes de província. Por isso, o pedido de reforma constitucional visando à reforma da administração provincial era algo necessário para reanimar a instituição monárquica e reformar o sistema parlamentarista do Império para Silveira Martins.

Para isso, utiliza o exemplo dos Estados Unidos onde ali os presidentes dos estados não eram nomeados pelo presidente da Federação, como acontecia no Brasil. Nos EUA, “cada estado da União é como um pequeno paiz soberano, tem sua constituição, seus códigos, sua magistratura: o governo de Washington só dirige os negócios federaes propriamente ditos” (A Reforma, 10 de junho de 1886).

A partir dessa comparação, evidencia-se a preferência de Gaspar Silveira Martins por um unitarismo no que se refere a relação entre as províncias e o seu presidente a nível federal, onde cada província escolheria seu próprio governo, bem como as leis seriam formuladas com base nas características culturais e geográficas de cada província. Silveira Martins acha que

os presidentes são delegados naturaes do pode central, para os interesses nacionaes que há nas províncias, como magistratura, exercito, estradas de ferro, etc. Mas não estão no mesmo caso a instrução publica, as estradas provinciaes, as repartições da província não devendo, portanto, o governo central pelos seus delegados nomear ou demittir os empregados da províncias; e administrando interesses que não conhece, e muitas vezes servindo-se a interesses inconfessáveis (Senado, 26 de julho de 1882, p. 242).

Os interesses e assuntos que dizem respeito à Província devem ser administrados e decidido por um governo eleito pelos eleitores da própria Província, ao lado de um delegado do governo central encarregado de acompanhar os assuntos federais, comum à todos, como o exercito, a magistratura, as estradas de ferro e as tarifas gerais.

Segundo Gaspar Silveira Martins,

Não fallo das confederações, reunião de estados com soberania local, como a Suissa, os Estados Unidos, a Allemanha e outros países; não fallo da Maior Bretanha, como chama Seeley, a grande federação inglesa da Europa, America, Ásia, áfrica e Oceania; mas da Grã-Bretanha, paiz unitário – que tem leis que so vigoram na Irlanda, ou só na Escóssia, ou só no Condado de Galles; fallo da Italia e ate da França, representante do tipo de centralismo, que não ´so tem leis especiaes para as colônias, mas ella própria

tem muitas tarifas: - a chamada tarifas gerais e convencionais (Senado, 5 de setembro de 1888, p. 554).

Nesse sentido, evidencia-se a aproximação de Silveira Martins com uma forma unitária de Estado Nacional, buscando fundamentar seus ideais através de exemplos de países como Inglaterra e França. Ele se refere, mais uma vez, às leis elaboradas localmente, ou seja, cada província, estado, colônias elabora suas leis conforme suas características locais ao lado de leis federais que vigoram em todo o território. Da mesma forma, ao lado da elaboração de leis em cada província, a criação de tarifas também deveria ser a cargo da administração de cada província e região, pois muitos dos impostos recolhidos na província eram implantados pelo governo central e a sua arrecadação era dirigida ao Império.

Segundo Miriam Dolhnikoff (2005), é por essa razão, de descentralizar a arrecadação dos impostos que em 1877 o ministro da Fazenda Silveira Martins defendeu a criação do imposto territorial provincial, como forma de diminuir a tributação sobre a exportação e para onerar a propriedade fundiária, para obrigar a venda de terras improdutivas.

Silveira Martins foi um grande constitucionalista: As notícias da Europa chegavam ao conhecimento de Silveira Martins por meio de jornais fornecidos pelo Imperador D. Pedro II e sua filha Princesa Isabel, além de jornais alemães. Da mesma maneira, seja por sua formação acadêmica, seja pela leitura de informações vindas do exterior, demonstrava um conhecimento acerca das diferentes realidades históricas e políticas de países como Bélgica, Alemanha, França, Inglaterra, Suíça, Itália, Estados Unidos, além do Oriente (cultura chinesa), bem como de sua região, Uruguai e Argentina.

Durante o Império, alinhou-se também à defesa da República, especialmente a União, enquanto confederação, sob o modelo das antigas Treze Colônias independentes. Como o caso brasileiro se assemelhava à constituição da forma de governo da Inglaterra (monarquia parlamentar) e da Bélgica (federação monárquica) (Miranda, 2010, p. 289), não convinha destruir tudo para iniciar outra forma de governo. O fim de uma forma de governo consolidada para a edificação de outra não era aconselhada, conforme sua visão de liberal que preferia conservá-la, mesmo que gostasse da República norte-americana.

A atuação de Silveira Martins girou em torno do parlamentarismo: Na forma monárquica, o Parlamento representava o supremo fiscal dos negócios públicos, não reconhecendo nenhum órgão como independente a ele. Essa questão foi suscitada quando da discussão acerca de reclamações que chegavam ao Parlamento, referentes à inconstitucionalidade e a Presidentes de Províncias que não estavam aprovando leis, tirando o direito das Assembleias de suprimirem Comarcas, atribuição que não lhes competia em termos

de divisão dos poderes. Aqui, encontra-se presente um conflito de entendimento acerca das atribuições das partes, entre competências do Parlamento e da Assembleia Provincial, e, acima de tudo, acerca da defesa de que nenhum poder estaria independente ao Parlamento.

Os empréstimos estrangeiros de províncias poderiam pôr em risco o Estado Nacional brasileiro: a ponto de conformar uma confederação de Estados soberanos e independentes do Brasil, a exemplo da Federação Norte-Americana. Nesse sentido, cremos que ele estivesse preocupado com a Constituição brasileira do período, em posicionamento de legalista e advogado ao interpretar a situação de empréstimos externos das províncias como algo que estava infringindo a lei.

Desse princípio, partiu a defesa de que a “variedade harmoniza-se com a unidade”, ao defender um sistema de legislação separada para as especificidades de cada região, Silveira Martins tinha em vista, assim, o Rio Grande do Sul, que, entre suas especificidades, contava com a fronteira com outros países, onde já gozava de um sistema militar adequado a essa característica, cabendo às legislações comerciais e tributárias concederem um caráter protecionista a essa província de fronteira, através da manutenção dos laços de união entre as unidades políticas.

Quando Ministro da Fazenda em 1878, junto ao Gabinete Liberal comandado por Visconde de Sinimbu, Silveira Martins nomeou uma comissão para ir à Europa estudar diferentes ramos de fabricação industrial e administração aduaneira de alguns países, especialmente tarifas e regulamentos das alfândegas inglesa, francesa e belga, identificando, por exemplo, na França, o regime excepcional que incidia sobre os estrangeiros e proprietários de terras situados próximos da fronteira, os quais, por essa condição, podiam exportar livres de direitos, os produtos de suas terras. Essa experiência pública esteve relacionada com suas defesas em torno de uma legislação separada para a Província do Rio Grande do Sul, por ser esta uma província de fronteira, a exemplo dos países citados no estudo da Comissão enviada por ele.

Esse assunto político relacionou-se com a descentralização administrativa provincial: as mudanças passavam pela ideia de atribuir às províncias a organização do exército, a nomeação dos magistrados e os executivos provinciais, entre outros. Segundo essa concepção, descentralizar não seria desconcentrar, como no caso dos chineses, e sim a exemplo da Suíça, cujos interesses gerais estavam sendo administrados pelo governo geral e cujos interesses locais estavam sob a soberania de cada governo local, algo que Silveira Martins já pronunciava anteriormente: “governo da província pela província, e do município pelo município”.

Aliar a descentralização à unidade do Estado Nacional - Um Estado descentralizado atribuiria maiores poderes regionais, beneficiando as elites locais e os seus poderes privados, que disporiam do controle de maiores recursos em troca de apoio político em suas localidades. Essa autonomia, que precisava ser construída a nível local (provincial e municipal), passava pela elegibilidade de alguns cargos e pela capacidade de gerenciar suas atividades. Para ele, a república, pela elegibilidade de todos os seus cargos, era responsável pelo fatal monopólio dos partidos.

Silveira Martins propôs uma lei²⁹⁶ que implementou uma comissão provincial permanente, eletiva anualmente entre os membros da assembleia; entre suas atribuições, estava a de cuidar de negócios de interesse geral e do tribunal de contas provincial e municipais, proposta essa apresentada na sessão de 8 de maio de 1876 e aprovada em 19 de maio do mesmo ano, porém não sancionada pelo então Presidente da Província, Alencar Araripe . Esse projeto foi também proposto e incorporado às ideias políticas de Afonso Celso, junto a quem Silveira Martins esteve em viagem de exílio para a Europa. Uma unidade, portanto, mantida pelo atendimento da diversidade, especialmente sendo a legislação pensada e proposta por via de interesses provinciais. Isso traz, em si, uma proposta de reorganização dos poderes, significada por meio do elo da unidade das partes, com vistas a agregar uma autonomia local a um poder central.

Através da maçonaria, ideias e projetos circulavam e pautavam os posicionamentos diante dos assuntos políticos discutidos em âmbito nacional, como se observou com a atuação de Silveira Martins. Membro da maçonaria, filiado à Loja Maçônica Aurora Escosseza e Grão-Mestre do Grande Oriente Brasileiro, de rito escocês antigo e aceitado: único legal no Império, Silveira Martins pertenceu à ala dissidente do Grande Oriente Unido do Brasil, que não aceitava a fusão das obediências do Lavradio e dos Beneditinos no ano de 1883 . A Loja Aurora Escosseza, pertencente à obediência dos Beneditinos, não concordando com a fusão das duas obediências, fundou o Grande Oriente Brasileiro, irregular, tendo por Grão-Mestre Gaspar Silveira Martins, que tomou posse em 18 de junho de 1883 e que teve a adesão de outras lojas. Condensava, dentro dessa loja, membros do Oriente dos Beneditinos. Entretanto, o Grande Oriente Brasileiro teve duração efêmera, pois, mesmo tendo a adesão de lojas pelas províncias brasileiras, foi incorporado ao Grande Oriente do Brasil no ano de 1887, deixando assim de existir.

²⁹⁶MARTINS, Silveira. Projecto de Lei nº 138. Anais da Assembleia Legislativa Provincial. Sessão de 08 mai. 1876, p. 151-152.

A experiência fronteiriça marcou sua esfera de atuação política no Império. A região fronteiriça platina era um espaço de circulação de pessoas, mercadorias, projetos políticos e ideias (Padoin, 2001), local em que a própria maçonaria exerceu espaço de sociabilidades entre as elites e a circulação das ideias e projetos políticos vinculados ao liberalismo e federalismo. A atuação da maçonaria nesse espaço foi demonstrada por Dotta Ostria (2012) no que tange a quantidade de estrangeiros e a sua inserção no Uruguai através de lojas maçônicas e periódicos, de imigrantes oriundos da Península Itálica, a exemplo de nomes como os de Giuseppe Garibaldi e Lívio Zambecari, que circularam pela região e que foram posteriormente atuantes no Risorgimento Italiano. Especialmente a inserção de Garibaldi pela região, migrando para o Uruguai após a participação na Revolução Farroupilha (1835- 1845), estabeleceu pontos de contato e deixou seu legado republicano mazziniano libertário, contemporâneo a Silveira Martins. Até mesmo círculos garibaldinos apareceram no Uruguai, em referência à sua herança na região. Garibaldi tinha influência nas ideias de Giuseppe Mazzini e no seu ideal de unificação da Península Itálica através da República e unidade dos povos. A liberdade e a luta contra os poderes despóticos eram admiradas por Silveira Martins. Seu elo de identificação para com Mazzini e Garibaldi demonstrava-se ao defender-se como liberal e ao defender o uso da revolução para a aquisição da liberdade, conforme os ideais de unidade e de fraternidade dos povos.

Nesse sentido, concluímos que Silveira Martins apresentou propostas de construção de um Estado Liberal Moderno, de modernização e inserção do Brasil em um mercado internacional competitivo e de atração de capital estrangeiro, aliando investimento em infraestrutura, desenvolvimento do mercado interno, modernização das relações trabalhistas, desenvolvimento de políticas protecionistas, alterações no código civil, educação provincial, profissionalização do Exército, Estado laico, imigração e colonização, entre outros aspectos.

Federalismo na Revolução Federalista

O pensamento político de Silveira Martins em relação ao Estado brasileiro, de unidade e de autonomia local/regional, bebeu também na sua formação e experiência histórica da III República Francesa (Constituição de 1875), que estabeleceu uma República Unitária Parlamentar, na qual o Presidente funcionava como um Monarca constitucional republicano, a exemplo do funcionamento da Monarquia até 1889. Em sua formação, Silveira Martins contou, ainda, com pressupostos vinculados à Faculdade de Direito de Olinda e à perpetuação das correntes de ideias vindas de Portugal, e à Faculdade de Direito de São Paulo, que seguia um modelo político liberal. Seus vínculos se estenderam junto a integrantes da Escola do Recife,

de vertente evolucionista e darwinista social, de inspiração contrária ao positivismo, sendo esses alguns dos postulados que contribuíram para a formação do pensamento político de Silveira Martins junto à Revolução Federalista.

Nesse intuito, permeando a trajetória de Silveira Martins na Europa, percebemos que esta constituiu-se de uma experiência de contatos externos, com personalidades, políticos e filósofos daquele continente. O que mais nos chamou atenção foi seu encontro, na Itália, com um dos defensores de Mazzini da Grande Itália, cujas ideias giravam em torno da unidade republicana, federalista e de união internacional dos povos, no contato com essa outra cultura política, que teve circulação na região fronteira platina.

Da mesma maneira, evidenciamos a internacionalização da Revolução Federalista, pelos vínculos que levaram a ideia da Revolução Federalista além mar, através de amizades, viagens, encontros, correspondências. Através, também, de seus líderes federalistas, imbricados de uma maneira ou de outra não só com a Europa, mas também com outros Estados brasileiros, na articulação buscada pelos movimentos revolucionários, especialmente com Pernambuco, Bahia, Grão-Pará, Paraná e Santa Catarina.

Uma tentativa que consistiu em minar o governo de Floriano Peixoto foi a acusação, feita por Silveira Martins e pelos federalistas com vistas à restituição da legalidade, de ter Peixoto assumido sob o ponto de vista da inconstitucionalidade. Para isso, o Governo Provisório em Desterro ficou organizado, juntando-se ao Partido Federalista membros da Marinha, civis e republicanos dissidentes. A organização foi arquitetada entre Silveira Martins e Almirante Custódio de Mello, com os objetivos (na ideia de Silveira Martins) de formarem uma Junta Governativa com representação dos três Estados do sul (RS, SC, PR), de exercerem uma distribuição do poder, até então concentrado no Rio de Janeiro, e de darem voz a uma região que, sob o ponto de vista da ilegalidade de Floriano Peixoto, reivindicava uma representação e um espaço de atuação, com status de beligerantes e não de insurgentes. Nesse momento, enquanto Governo Provisório, o separatismo era uma ideia presente, com traços semelhantes à realidade da América espanhola nos processos de independência e às interpretações em torno da retroversão da soberania.

Nesse sentido, diante das intransigências internas de não elevar o Governo Provisório ao patamar de Junta, a Revolução voltou-se para a região fronteira platina, sendo Paraná e Santa Catarina logo retomados pelas forças florianistas. Com a chefia de Saldanha da Gama junto a Silveira Martins, somada ao contexto de eleições no Brasil, que levaram ao poder, de maneira constitucional, Prudente de Moraes, os federalistas voltaram-se para o projeto de separação, já em voga desde o movimento revolucionário anterior, em 1893. O endosso à

separação estava na realidade estadual, com o elemento ditatorial do governo de Júlio de Castilhos e com a concentração do poder sobre a organização militar e eleitoral do Estado, alimentando assim o posicionamento de reforma constitucional da República, expresso no fim da Revolução com as tratativas e com o acordo de paz, além do “Testamento Político” de Gaspar Silveira Martins.

Considerações finais

Através da trajetória de Gaspar Silveira Martins e da Revolução Federalista compreende-se que o federalismo extremado implantado pela República brasileira e intensificado sob o governo estadual de Júlio de Castilhos foi combatido a partir de uma proposta federalista preocupada em manter as liberdades, autonomia, direitos e garantias locais/estaduais a partir da unidade do território sob o ponto de vista da constitucionalidade, do respeito às prerrogativas do poder federal em não interferir nos assuntos do poder do Estado. Situação que, caso não realizada, abria precedente para a independência enquanto separação do Estado Federado, como entidade política soberana capaz de unir-se ao Uruguai e também à Argentina.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, Geraldo Eulálio do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 20 Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares):** família, comunicação e fronteira. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado História) - UFSM, Santa Maria, RS, 2017.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **Fronteira e territorialização:** uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina. 2021. 585f. Tese (Doutorado em História) – UFSM, Santa Maria, RS, 2021.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Sociedade Italiana de Bagé: memória e inserção econômica dos Oriundi. In: ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira; ISMÉRIO, Clarisse (ORGS.). **História de Bagé:** novos olhares (Vol. 2). Porto Alegre: Casalettras, 2023, p. 297-332.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 1 e 2. 1358 p.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latino-americanos:** México, Brasil, Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.51-80.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, p.141-157, jan/jun 2011.

CATROGA, Fernando. Centralismo e federalismo em Portugal (séculos XIX-XX). In: CORTINA, Manuel Suárez (Org.). **Federalismos: Europa del Sur y América Latina en perspectiva histórica**. Granada: Comares Historia, 2016.

CATROGA, Fernando. Republicanismos. **Biblos**, Coimbra, nº 2, Vol. VIII, 2010, p. 11-71.

CATROGA, Fernando. **Ensaio Respublicano**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011. 152 p.

CATROGA, Fernando. **A Geografia dos Afectos Pátrios**. Coimbra: Almedina, 2013. 406 p.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Raíces históricas del federalismo latino-americano**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016. 314 p.

CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou estados? As origens do federalismo platino. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 12, n.1, p. 73-114, 2017.

PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo na propaganda republicana no Rio Grande do Sul: uma retrospectiva histórica. In: AXT, Gunter. et. al. **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 97-106.

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**. A Revolução Farroupilha (1835-1845). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e Cidadania: naturalização e participação política, 1824 - 1889**. 2021. 375f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteiriça platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em História) - UFSM, Santa Maria, RS, 2014.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo era esse?**. 2020. 376f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)**. Brasília: Senado Federal, 1978. 203 p.

Uma análise sobre as trajetórias e atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé (1910-1924)

WERNER, Bethânia Luisa Lessa
Mestranda em História (UFPEL)
CAPES, bethaniawerner@hotmail.com

Resumo: A partir de renovações no campo da História Política e de diálogos com outras abordagens teóricas, como a História Social, foram ampliados e renovados os temas e objetos de estudo da área. Nessa perspectiva, emergem os estudos de trajetórias, grupos sociais e sociabilidades, instigando as análises sobre a participação e a presença das mulheres no campo político. Com base nessas concepções, a presente comunicação se propõe a apresentar considerações preliminares sobre a análise das atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé ao longo da Primeira República (1910-1924) a partir do estudo de suas trajetórias e redes de sociabilidade. Dentre as fontes estão a imprensa do Rio de Janeiro entre os anos de 1910 e 1924, a partir do rastreio das personagens em periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira; os discursos presentes nos Anais do Senado Federal entre 1910 e 1914; as memórias escritas por Nair de Teffé na obra *A verdade sobre a Revolução de 22* (1974) e, além disso, uma entrevista concedida por Nair de Teffé, intitulada *Reivindicações políticas*, ao Jornal de Petrópolis em 1924. Por meio de discussões teóricas que envolvem os campos da História Social da Política, a História Social das Elites e os Estudos de Gênero, essa pesquisa busca perceber quais foram os protagonismos dessas primeiras-damas nos espaços políticos em que se inseriam, investigando, da mesma forma, as relações de poder que permearam suas movimentações e posicionamentos naquele período. Ou seja, a partir do estudo das trajetórias de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé propõe-se uma análise mais ampla sobre a participação e presença femininas no âmbito político-institucional, evidenciando seus protagonismos e as representações que essas mulheres e suas ações tiveram naquele período.

Palavras-chave: Orsina da Fonseca; Nair de Teffé; trajetórias políticas.

Introdução

Escrita e analisada através de novos objetos, abordagens e questionamentos, a chamada Nova História Política teve, a partir de uma renovação de seu campo, participação na emergência de novos olhares sobre contextos e personagens já tradicionais na historiografia. Expandidos os horizontes de investigações e as distintas compreensões sobre o político (Rémond, 2003), os diálogos com outras vertentes da historiografia fez parte desse movimento, destacando a História Social da Política (Coradini, 1995; Grijó, 1998, 2005; Vargas, 2007; Dal Forno, 2020) e a História Social das Elites (Heinz, 2006). De acordo com Heinz, o uso da noção de elite nas pesquisas historiográficas “permitiria assim dar conta, através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social” (Heinz, 2006, p. 8). Dessa maneira, compreendemos que “o que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global [...] particular e original [...]” (Revel, 1998, p. 28).

Nessa perspectiva, ao voltarmos nossa atenção para os estudos de trajetórias dentro do campo da História Política, nota-se a predominância de investigações acerca de figuras masculinas e seus protagonismos em diferentes períodos, quer tenham sido deputados, senadores, governadores ou presidentes. Cria-se, comumente, uma imagem de que essas personalidades, bem como seus atos, representam a política como um todo em cada período. No entanto, coerente com as renovações da História Política, buscamos nessa pesquisa analisar outros agentes presentes nesse cenário, de modo particular a figura das primeiras-damas.

Observando o cenário político contemporâneo brasileiro nota-se uma ativa participação e amplo debate sobre as ações e a figura pública da atual primeira-dama do Brasil, Rosângela Lula da Silva. O recebimento de convites para participação em reuniões oficiais nacionais e internacionais²⁹⁷, por exemplo, demonstra o engajamento e a construção de uma trajetória política para além da do presidente, evidenciando o protagonismo feminino de Janja em diferentes áreas. Essa atuação, no entanto, não encontra-se restrita somente ao tempo presente. No Brasil, Torres (2002) analisou as relações entre as figuras das primeiras-damas e as práticas de assistência social a partir das categorias de gênero e poder, demonstrando o surgimento do primeiro-damismo e a construção da identidade social das primeiras-damas. No mesmo sentido, Simili (2008) investigou a trajetória política da primeira-dama Darcy Vargas e as diferentes atuações e papéis desempenhados pela personagem, especialmente durante as décadas de 1930 e 1940. Além disso, a partir das pesquisas de Rodrigues (2017, 2019, 2021) o tema também foi objeto de estudo, abordando a atuação de mulheres na política local, o ser coadjuvante ou protagonista no meio político e a própria construção da concepção de primeiro-damismo.

A partir do exposto, dialogando ainda com o campo de estudos das Histórias das Mulheres e das Relações de Gênero, a presente pesquisa objetiva analisar as atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé a partir de suas trajetórias e redes de sociabilidade durante a Primeira República, entre 1910 e 1924. Para isso, buscamos identificar as redes de sociabilidade e os contextos em que estavam inseridas essas mulheres, comparando suas trajetórias a fim de estabelecer aproximações e distanciamentos com a política do período. Além disso, procuramos compreender como as atuações políticas de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé eram representadas na imprensa e nos discursos de políticos da época para, por fim, evidenciar seus protagonismos políticos e os limites e possibilidades de suas atuações.

²⁹⁷ Janja recebe convite da Turquia para manifesto de primeiras-damas pela paz na Palestina. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/10/janja-recebe-convite-da-turquia-para-manifesto-de-primeiras-damas-pela-paz-na-palestina.ghtml> Acesso em 15/01/2024.

Para essa análise são utilizados diferentes conjuntos documentais dentre os quais destacam-se: a imprensa da capital federal à época a partir do rastreio do nome das personagens na Hemeroteca Digital Brasileira entre os anos de 1910 e 1924; os discursos dos Anais do Senado Federal entre os anos de 1910 e 1914, compreendendo o período do mandato do Marechal Hermes da Fonseca na presidência do país, com o qual ambas foram casadas em diferentes momentos; o livro de memórias intitulado *A verdade sobre a Revolução de 22*, publicado em 1974 e escrito por Nair de Teffé, reunindo relatos sobre sua infância, juventude, vida adulta e as formas com que a política atravessou cada uma dessas fases de sua vida; e a entrevista intitulada *Reivindicações Políticas* concedida por Nair de Teffé ao Jornal de Petrópolis em 1924, onde a personagem discorre sobre a luta das mulheres pelo direito ao voto e a entrada da mulher na vida política do país. Assim, enquanto uma pesquisa em desenvolvimento, nessa comunicação apresentamos alguns dos resultados preliminares e das discussões até o momento, dispondo de revisão bibliográfica sobre o tema e do cruzamento e análise das informações dos conjuntos documentais descritos.

Portanto, o texto a seguir divide-se em três partes. Na seção seguinte, buscamos contextualizar brevemente o cenário político, econômico e social do país durante a Primeira República, apresentando as famílias a que pertenciam as personagens e um pouco sobre a vida dessas mulheres até tornarem-se primeiras-damas. Em seguida, objetivando expor as discussões estabelecidas até o presente momento e as análises realizadas, apresentam-se algumas das atuações políticas de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé, de modo individual e comparativo, evidenciando diferentes momentos em que ambas podem ser percebidas enquanto protagonistas. Por fim, à guisa de conclusão dessa comunicação, descrevem-se algumas considerações sobre o andamento dessa pesquisa, as discussões propostas e as hipóteses sustentadas, bem como as contribuições à construção do conhecimento referente à história das primeiras-damas no Brasil.

Elas na Primeira República

De acordo com Joseph Love, “com a morte de Floriano em 1895, seus admiradores se viram obrigados a se lançarem na busca de um novo Marechal de Ferro” (Love, 1975, p. 99), fazendo com que a presença militar retornasse à cena política através da candidatura e eleição do Marechal Hermes da Fonseca em 1910. Essa, por sua vez, foi articulada através de diferentes alianças e disputas políticas envolvendo principalmente os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, sendo “o início da administração de Hermes [...] marcado pela tentativa de conciliação com seus maiores opositores, os civilistas” (Viscardi, 2012, p. 195).

Assim, sustentada por figuras como o senador Pinheiro Machado e o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, a candidatura de Hermes da Fonseca à presidência também é tradicionalmente observada através dos embates com a oposição, destacando a figura do senador Ruy Barbosa. Análises sobre o cenário político da Primeira República, portanto, concentram-se na compreensão de que “os grandes estados reservavam forças para um enfrentamento futuro que prometia ser mais árduo: o da sucessão presidencial” (Viscardi, 2012, p. 204), focalizando as narrativas nas ações de figuras masculinas nesse meio.

A partir disso, entendemos que “quando se fala de política fala-se de um campo de poder por excelência” (Pinto, 1996, p. 225), sendo esse, por sua vez, atravessado pelas relações de gênero. Dialogando com essa perspectiva, compreendemos o gênero enquanto “uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam” (Connel, Pearse, 2015, p. 47) sendo, assim, multidimensional. Com base nessas concepções, propomos uma leitura sobre o período a partir de outras trajetórias que não as masculinas tradicionalmente já conhecidas, mas sim as trajetórias políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé, contemporâneas nos primeiros anos da República, a fim de ampliar os olhares sobre o contexto.

Orsina Francione da Fonseca filha de Pedro Paulino da Fonseca, então governador do Estado de Alagoas, e de Francisca Catarina Francioni, nasceu no Rio de Janeiro em 17 de dezembro de 1858. Enquanto sobrinha do Marechal Deodoro da Fonseca e prima daquele que viria a se tornar seu marido e, posteriormente, presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, Orsina estava inserida em uma das famílias que articulavam-se em meio à política nacional e regional. Em 16 de abril de 1879 casou-se com o Marechal Hermes da Fonseca com quem teve sete filhos, alguns dos quais também construíram trajetórias em meio ao campo político, como Mário Hermes da Fonseca²⁹⁸, eleito deputado federal pelo Estado da Bahia em 1912.

Assim, em 1910 quando o Marechal foi eleito presidente do país, Orsina passa a ocupar a função de primeira-dama, na qual “atuou, junto ao marido, com suas ideias e influências, colaborando nas ações de assistência aos mais necessitados” (Schumacher; Brazil, 2000, p. 462). Não restringindo sua atuação apenas a essas ações, exerceu diferentes atuações políticas até o

²⁹⁸ Assim como o Marechal Hermes da Fonseca, Mário Hermes da Fonseca construiu carreira militar tendo sido admitido como aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1890 e, ao lado do pai em 1904, atuando enquanto jovem cadete do Exército quando da Revolta da Vacina. Também realizou treinamento militar na Europa e, em 1910, quando seu pai assumiu a presidência da República, foi nomeado seu ajudante de ordens. Já em período posterior, em 1953, foi nomeado general do Exército Brasileiro. Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20M%C3%A1rio%20Hermes%20da.pdf> Acesso realizado em 19/01/2024.

ano de 1912, quando vem a falecer, comovendo amplamente a sociedade que a tinha como “o bello exemplo da mulher brasileira²⁹⁹” (*O Paiz*, 03/01/1913, p. 3).

Viúvo, no entanto, Hermes da Fonseca não ficaria por muito tempo, sendo o primeiro presidente a casar-se durante o exercício de seu mandato. Em 1913, portanto, o país conhecia a segunda primeira-dama daquele período: Nair de Teffé.

Nascida em 10 de junho de 1886 no Rio de Janeiro, Nair de Teffé era filha do Barão e da Baronesa de Teffé, outra família que possuía estreitas relações com a política nacional desde o período imperial. Sendo “filha de um monarquista, personalidade ligada à elite aristocrática da época, seu destino foi delineado por essas circunstâncias” (Campos, 2016, p. 24), especialmente a partir da mudança da família para a Europa, logo após o seu nascimento. Em território europeu, Nair formou-se intelectualmente a partir de influências da *belle époque* europeia, fazendo nascer lá, ainda, Rian, o pseudônimo que adotara para assinar as suas caricaturas. A partir do retorno da família ao Brasil em 1905, Nair segue com sua carreira artística no Brasil, tornando-se a primeira caricaturista mulher a publicar na imprensa brasileira.

Em uma análise das produções da personagem, Campos destaca que as mesmas são “fontes para ampliar as representações femininas, de forma inusitada, veiculadas pela imprensa do Rio de Janeiro no início do século XX, ressaltando a imagem da burguesia carioca” (Campos, 2016, p. 16). Assim, as caricaturas de Nair de Teffé refletiam o modo como a artista percebia o ambiente em que estava inserida e aqueles que a cercavam, sendo as figuras masculinas do campo político os principais alvos de seus lápis e pincéis.

Ao casar-se em dezembro de 1913 com o então presidente Marechal Hermes da Fonseca, Nair aproximou-se um pouco mais do contexto que já lhe era familiar, a política nacional. Enquanto primeira-dama e moradora do Palácio do Catete, fez refletir novos posicionamentos e posturas diante dessa função. Nessa perspectiva, tendo sido brevemente introduzidas as personagens centrais dessa narrativa, na próxima seção buscaremos pontuar aspectos iniciais sobre a existência e a construção de suas atuações e trajetórias políticas.

As atuações políticas

26 de outubro de 1914. Nesta data, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, ocorreu a última recepção do mandato presidencial de Hermes da Fonseca, a famosa Noite do Corta Jaca. Organizada e protagonizada pela primeira-dama Nair de Teffé, sobre essa reunião, ela lembra:

²⁹⁹ Optamos, neste trabalho, pela manutenção da linguagem e escrita originais nas reproduções de matérias e trechos das fontes analisados.

“[...] caprichei no repertório bem brasileiro e convidei os nossos amigos para um recital de lançamento do Corta Jaca” (Fonseca, 1974, p. 45), composição feita por Chiquinha Gonzaga para a primeira-dama. A Noite do Corta Jaca, portanto, reuniu o corpo político e diplomático da alta sociedade carioca, mas também fez entrar o violão e a música popular brasileira nas dependências oficiais da nação. Como a própria Nair lembrou: “No dia seguinte, foi aquele Deus nos acuda... a turma do ‘contra’ usou o Corta Jaca numa girandola de pilhérias sedições e bombásticas, contra mim e o Marechal [...]” (Fonseca, 1974, p. 45).

Dentre as principais figuras da oposição ao governo naquele momento, encontrava-se o senador Ruy Barbosa que, segundo a personagem, fez com que algumas dessas reuniões ficassem famosas, entrando “para a história e para os anais do Senado” (Fonseca, 1974, p. 43). Após o acontecimento, em 11 de novembro de 1914, Ruy Barbosa discursou no Senado Federal e, além das críticas direcionadas à administração e ao governo do Marechal, também levou a figura de suas duas primeiras-damas ao âmbito das discussões públicas do legislativo brasileiro.

Um dos pontos centrais da narrativa do senador foi a figura das primeiras-damas, referindo-se de modo comparativo às atitudes de Orsina da Fonseca e às de Nair de Teffé, responsável por influenciar as ações do governo, segundo Ruy Barbosa. De maneira elogiosa, lembrava de Orsina da Fonseca enquanto um “exemplo de primeira marechala, cuja descrição não assumiu jamais a menor parte na vida oficial do presidente” (*Anais do Senado Federal*, 1917, p. 110), usando suas condutas para construir um ideal exemplar de mulher e primeira-dama à época, especialmente por seu suposto afastamento dos assuntos políticos.

Em seguida Ruy Barbosa voltou sua atenção à então primeira-dama, Nair de Teffé, acusando-a de influenciar ações do governo e manipular as ações do presidente, argumento para o qual apresentou o episódio da prisão do jornalista Edmundo Bittencourt³⁰⁰ e destacou que essa ação “só a atribuía à vontade imperativa da mulher do presidente” (*Anais do Senado Federal*, 1917, p. 110). Nessa perspectiva, ao observar a construção do discurso em relação às duas mulheres, nota-se uma hierarquia entre ambas e o julgamento de atitudes consideradas adequadas ou não às primeiras-damas, concebendo-as enquanto alheias ao campo político.

No entanto, a representação construída por Ruy Barbosa não corresponde a um afastamento e não envolvimento de Orsina da Fonseca com a política durante seu período

³⁰⁰ Em relação à prisão do jornalista Edmundo Bittencourt, alguns jornais também se posicionaram de modo a responsabilizar a primeira-dama pelo ocorrido, como quando da publicação da carta do deputado Maurício de Lacerda que, ao referir-se ao episódio destacou: “[...] sei que esse nosso distinto amigo foi preso por ordem expressa da virtuosa esposa do venerando presidente, a Sereníssima Senhora Dona Nair de Teffé von Honholtz Hermes da Fonseca” (*A Época*, 31/10/1914, p. 1), trazendo mais uma vez a figura da primeira-dama ao debate político nacional. Ver mais em: Werner, 2022.

enquanto primeira-dama. Amiga de Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, Orsina da Fonseca aprovava “a causa feminista por ela sustentada” (Schumacher; Brazil, 2000, p. 462). Da mesma forma, a relação de Orsina da Fonseca com a política também pode ser percebida tanto no apoio que prestou às ações do PRF desde 1910, ano de sua fundação, quanto na homenagem que o partido ofereceu a ela, criando uma nova escola e a denominando “Escola Orsina da Fonseca, em homenagem á Exma. esposa do Sr. presidente da Republica” (*O Paiz*, 26/05/1911, p. 7).

Além da amizade com Leolinda Daltro, Orsina estabeleceu uma rede de relações com outras mulheres do período, como a poetisa Gylka da Costa Machado, também colaboradora na fundação do PRF. Na inauguração da nova escola, ao discursar sobre o papel da mulher na sociedade brasileira, Gylka “offereceu o título de protetora á Exma. Sra. D. Orsina da Fonseca, ‘em nome da família, do sexo, do partido feminino e como um culto á mulher, á mãe, á esposa virtuosa’” (*O Paiz*, 19/06/1911, p. 6), delineando novamente a figura da primeira-dama enquanto uma mulher exemplar para diferentes grupos da sociedade naquele momento. Assim, inserem-se também as discussões sobre a representação das mulheres através da linguagem e da política, compreendendo “como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação” (Butler, 2003, p. 19). Considerada uma esposa, mãe e mulher exemplar, Orsina e as representações políticas sobre ela foram delineando-se, através de discursos de diferentes grupos sociais, enquanto um modelo a ser seguido.

Em contraponto a essas concepções, como demonstrou o discurso de Ruy Barbosa mencionado anteriormente, Nair de Teffé pintou e dançou frente aos ideais e condutas esperados de uma primeira-dama. Enquanto exemplo, a Noite do Corta Jaca e as repercussões desse acontecimento na imprensa (*A Noite*, 01/11/1914, p. 2) e nos discursos da oposição são objeto de análise de sua atuação política. Após o pronunciamento do discurso de Ruy Barbosa no Senado, Nair lembrou que “As críticas eram envolvidas em escabrosas piadas de mau gosto”, destacando a figura do político dizendo: “As pedras que ele me atirou não me atingiram. Elas dormem esquecidas no fundo do mar ou da terra e só serviram para assinalar a luta que enfrentei contra os preconceitos de então” (Fonseca, 1974, p. 45). Além da narrativa em seu livro de memórias, a personagem, naquele período, também não aceitou brandamente as ríspidas palavras dirigidas a ela e ao seu marido, entregando como resposta ao senador uma caricatura do mesmo, satirizando-o.

Assim, a partir de sua trajetória artística, Nair de Teffé elaborou sua trajetória política. Apresentava em suas produções personagens como o senador Pinheiro Machado, de quem ela

lembrou enquanto “afável, simples, alegre e brincalhão” (Fonseca, 1974, p. 19), mas também políticos como Artur Bernardes e Nilo Peçanha, naquela que “No Brasil [era] a caricatura mais comentada [...] com a legenda: ‘Na Inglaterra em 1400: guerra das duas rosas; no Brasil, em 1921: guerra dos dois cravos (cravo vermelho e cravo branco)’” (Fonseca, 1974, p. 16). Ou seja, antes e mesmo durante ou após seu período enquanto primeira-dama, sua trajetória artística, assim como seu casamento com o Marechal Hermes da Fonseca, foram aspectos que a aproximaram ainda mais das esferas políticas (Werner, 2022), possibilitando-a protagonismos distintos daqueles exercidos por Orsina da Fonseca, por exemplo.

Nesse sentido, a comparação entre ambas as mulheres e suas condutas também foram objeto de discussão quando do anúncio do novo contrato de casamento do Marechal Hermes da Fonseca. Na sessão de 30 de setembro de 1913 no Senado, cerca de três meses antes da realização do casamento entre o então presidente da República e Nair de Teffé, Ruy Barbosa narrou seu descontentamento com os gastos e com a má administração financeira do governo naquele momento, especialmente aquelas relacionadas ao matrimônio e a apresentação da nova primeira-dama à sociedade, assunto amplamente veiculado pela imprensa (*O Imparcial*, 22/09/1913, p. 1). Assim, em sua fala, destacou que “de taes solemnidades se não cercou o ingresso da sua primeira esposa à vida social como consorte do Presidente” (*Anais do Senado Federal*, 1916, p. 544), novamente evocando a representação da figura exemplar de Orsina da Fonseca. Ruy Barbosa segue, ainda referindo-se à Orsina:

O estylo discreto dos seus convites às senhoras do corpo diplomático lhe abriu de um modo natural as portas dessa sociedade, sem lhe disvirtuar o papel de character meramente privado, a que as normas desse regimen reduzem a mulher do Chefe de Estado. (*Anais do Senado Federal*, 1916, p. 544).

A partir dos trechos do discurso apresentados, é possível observar a repetição do padrão comparativo entre ambas as mulheres, assinalando-as hierarquicamente em relação à ocupação da função de primeira-dama de modo mais adequado ou não, de acordo com os discursos masculinos à época, os quais formaram-se a partir de relações de gênero e poder. Nessa perspectiva, Butler aponta que “as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder” e, dessa forma, sugere-se buscar construir “no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (Butler, 2003, p. 22). Ou seja, compreender o enaltecimento de características associadas a uma mulher e suas condutas, colocando-a enquanto exemplo, em detrimento de outra, também permite discutir a

naturalização e a homogeneização dentro da própria categoria mulheres e, quiçá, primeiras-damas.

Ao ser criticada e ter suas condutas consideradas inadequadas a uma primeira-dama, Nair de Teffé cruzou algumas fronteiras políticas e sociais, sendo considerada com o “perfil de uma esposa ousada e irreverente” (Galetti, Simili, 2013, p. 130). Assim, compreender o papel, as atuações e as trajetórias que ambas as mulheres exerceram e construíram durante o período também permite visibilizar seus protagonismos no campo político, entendendo-o para além das fronteiras institucionais, mas também enquanto parte do cotidiano.

Considerações finais

Ainda que com algumas diferenças entre si, até o presente momento na pesquisa, ambas as trajetórias apresentadas podem ser vistas enquanto vetores para leituras do cenário político, social, econômico e artístico da Primeira República. Nesse sentido, a análise das trajetórias e atuações políticas de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé parte da compreensão do gênero enquanto “uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam” (Connel, Pearse, 2015, p. 47), a partir das quais observam-se o individual e o coletivo, o micro e o macro.

Em relação às atuações e protagonismos políticos das personagens, enquanto primeiras-damas percebe-se que os mesmos se constroem atravessados por relações de gênero e poder, incorporando padrões e expectativas sociais sobre as condutas dessas mulheres e o que lhes seria adequado ou não. Nesse sentido, com o objetivo de analisar as atuações políticas de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé a partir do estudo de suas trajetórias e redes de sociabilidade ao longo da Primeira República (1910-1924) buscamos colaborar com a construção do conhecimento sobre a história das primeiras-damas no país, além de pensar sobre a atuação feminina no campo político através delas. Observando-as enquanto protagonistas, portanto, também consideramos essa pesquisa possível a partir das renovações e dos diálogos que a História Política estabeleceu com outras áreas, tornando a construção interdisciplinar e plural, assim como as trajetórias aqui apresentadas.

Referências

Fontes

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A Verdade sobre a Revolução de 22**, 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, 1974.

Hemeroteca Digital Brasileira

A Epoca, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1914, p. 1

A Noite, Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1914, p. 2

O Paiz, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1913, p. 3

O Paiz, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1911, p. 6

O Paiz, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1911, p. 7

O Imparcial, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1913, p.1

Anais do Senado Federal

FEDERAL, Annaes do Senado. **Sessões de 1 a 30 de setembro de 1913**. Volume VI. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1916.

FEDERAL, Annaes do Senado. **Sessões de 1 a 30 de novembro de 1914**. Volume VII. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

Bibliográficas

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, M. F. H. **Nair de Teffé: artista do lápis e do riso**. Curitiba: Appris, 2016.

CONNELL, R; PEARSE, R. A questão do gênero. In: CONNELL, R; PEARSE, R. (org.) **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015, p. 29-50.

CORADINI, O. L. **"Grandes famílias" e elite "profissional" na medicina no Brasil**. Cadernos de ciência política (série: pré-edições), Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.

DAL FORNO, R. **"Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade"**: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). 2020. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GALETTI, C. H. SIMILI, I. G. Mulheres, casamento e política: a artista e primeira dama Nair de Teffé. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.26, n.1, jan./jun. 2013, p. 129-151.

GRIJÓ, L. A. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GRIJÓ, L. A. **Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Rio de Janeiro: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOVE, J. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930.** [tradução: Adalberto Marson] Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

PINTO, C. R. J. O poder e o político na teoria dos campos. **Veritas**, Porto Alegre: v. 41, nº 162, p. 221-227, jun. 1996.

RÉMOND, R. **Por uma história política.** [tradução: Dora Rocha] 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In.: _____. (org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

RIBEIRO, A. S. **Mário Hermes da Fonseca.** FGV CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20M%C3%A1rio%20Hermes%20da.pdf> Acesso realizado em 19/01/2024.

RODRIGUES, D. D. L. **Mulheres e política no estado da Paraíba:** a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RODRIGUES, D. D. L. Ser coadjuvante ou protagonista no cenário político: o impasse das primeiras-damas. **Saeculum – Revista de História**, v. 24, nº 41, p. 176-195, 2019.

RODRIGUES, D. D. L. **"Primeiro damismo" no Brasil:** uma história das mulheres na cultura política nacional (1889-2010). 385 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SCHUMAHER, S. BRAZIL, E. V. **Dicionário mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SIMILI, I. G. **Mulher e política:** a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VARGAS, J. M. **Entre a Paróquia e a Corte** – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

VISCARDI, C. M. R. **O Teatro das Oligarquias:** uma revisão da “política do café com leite”. 2ª ed. Coleção História. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2012.

WERNER, B. L. L. **“Eu serei uma senhora importante. Vou ser muito importante”:** a trajetória política de Nair de Teffé na Primeira República (1910- 1922). 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2022.

Efígies de santos e herois: notas sobre o cenário político sul-rio-grandense a partir da obra *O tempo e o vento* (1911-1915)

SILVA, Gabriel Pereira da
Mestrando em História – UFSM
psilvagabriel5@gmail.com

Resumo: História e Literatura são disciplinas que compartilham características entre si, sendo a história um dos elementos capazes de prover reflexões aos escritores durante seus processos criativos, tais como as constituições culturais e psicológicas das personagens. O presente estudo, pois, consiste em uma análise do contexto político do Rio Grande do Sul em princípios do século XX tendo uma obra literária como fonte principal. O tema destacado possui relevância ao ser pensado diante de uma tradicional obra da literatura nacional, a trilogia *O tempo e o vento*, do escritor gaúcho Erico Verissimo. Contudo, para a delimitação proposta, esta análise ficará restrita aos eventos contidos em *O retrato*, o segundo livro da referida trilogia. Ao explorar as possibilidades que a narrativa literária compete à historiografia, meu objetivo é refletir sobre os pontos de vista representados pelo escritor ao longo da obra em questão, cada qual estigmatizando as personagens sob diferentes influências ideológicas em um momento determinante para o estado republicano no Brasil, inseridos em meio aos processos de industrialização e modernização da sociedade. Perceber estas questões faz-se necessário para interpretar a instabilidade política do estado, acentuada no universo literário pelas discussões em torno de atores históricos nacionais e até mesmo internacionais, através das repercussões da Grande Guerra pelas páginas do jornal *Correio do povo*, por exemplo. Finalmente, cabe indicar que esta pesquisa agrega elementos concernentes ao eixo temático *Fronteira, Política e Sociedade* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. O referencial teórico consiste em pensar a História Política por meio da História Cultural, à luz do conceito de *Representação*, de Roger Chartier.

Palavras-chave: Política; Relações de poder; Sociedade sul-rio-grandense.

Considerações iniciais

Escrever sobre uma obra de tamanha envergadura como *O tempo e o vento*³⁰¹ não é uma tarefa fácil, pois a complexidade do conteúdo de suas páginas abre um leque de possibilidades e caminhos a serem percorridos na academia. Qualquer pesquisa decorrente desta trilogia de Erico Verissimo encontrará, além de vasta fortuna crítica datada desde meados do século XX, bases sólidas em diversas vertentes, como na crítica literária ou em ensaios sociológicos e filosóficos, além de estudos de teoria literária e na própria historiografia. No que diz respeito à construção do conhecimento histórico, os debates entre história e literatura são recentes.

Percorrendo este caminho, as pesquisadoras Virgínia Camilotti e Márcia Naxara (2009) oferecem um estudo acerca das produções literárias como fontes para a produção historiográfica brasileira. Suas reflexões vão ao encontro das avaliações de Antonio Celso Ferreira (2012) à

³⁰¹ Publicada pela primeira vez em 1949, a trilogia ganhou sequência nos anos de 1951 e 1962 e é formada, respectivamente, pelos livros *O continente*, *O retrato* e *O arquipélago*. Seu enredo abrange aproximadamente 200 anos do processo histórico experimentado pelo território que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul.

medida que o historiador aborda desde a etimologia da palavra *fonte* até análises do que caracterizaria a literatura e suas correntes teóricas, esboçando o cenário onde este trabalho se insere. Salvo exceções, como Sérgio Buarque de Holanda e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, a literatura não despertou interesse dos historiadores brasileiros até as últimas décadas do século passado (Camilotti; Naxara, 2009; Ferreira, 2012).

A trilogia de Erico Verissimo apresenta-se neste sentido. Minhas inquietações para abordar o contexto político sul-rio-grandense neste trabalho são decorrentes da inquirição da fonte, principalmente ao perceber que existe uma espécie de hiato narrativo³⁰² entre o término de *O continente* e o início de *O retrato*. Esta constatação aponta impreterivelmente para a estrutura do romance, no sentido de perceber as estratégias utilizadas pelo romancista na elaboração da obra, como o contraponto, a polifonia, os jogos com o tempo e a metaficção (Santos, 2014). Faço tal ressalva com o objetivo de situar a referida trilogia como parte integrante de um projeto literário empreendido pelo escritor ao longo de sua vida. Os diferentes pontos de vista expressos por Erico Verissimo na obra corroboram para esta compreensão. Antes da análise do romance, contudo, julgo necessário um apontamento historiográfico acerca das relações entre a História Política e a História Cultural, direcionando para o conceito de *Representação* empregado aqui.

Em artigo, o historiador Faustino Cavalcante Neto (2010) aborda como ao longo do século XX ampliou-se a visão da chamada História Política no âmbito da historiografia, contrapondo-a a noção predominante que associava este campo exclusivamente a uma narrativa factual, centrada nos “grandes homens” e interesses do Estado.³⁰³ Para o autor, a crítica sistematizada a esta “história tradicional”, levada adiante principalmente pelas diferentes gerações da Revista dos *Annales* foi fundamental para a proposição de novos olhares e perspectivas, tanto que uma das grandes novidades desta *Nova História Política* diz respeito às fontes. Em concordância com a historiadora Ângela de Castro Gomes, o pesquisador aponta que:

o conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a ideia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder

³⁰² A partir desta percepção tive a oportunidade de apresentar uma comunicação junto ao Colóquio Nacional História e Literatura, promovido pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) no primeiro semestre de 2023. Na ocasião procurei centrar minha análise nos conceitos de *Fronteira*, *Representações* e *Identidade*. O texto está disponível em formato digital nos Anais do evento.

³⁰³ As historiadoras Camilotti e Naxara destacam que, embora constantemente reiterada, a ideia de que a História no século XIX era, sobretudo, política, “naturalmente política ou relacionada aos eventos políticos, como se desde sempre tivesse sido a sua vocação, é uma dessas assertivas que merece senão questionamento, pelo menos algum nível de dissipação” (2009, p. 18).

excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional. A categoria política se expande e suas fronteiras tornam-se mais fluidas e móveis. Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensá-lo apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação (Gomes, 2005, p. 30-31 *apud* Cavalcante Neto, 2010, p. 03-04).

Desta forma, o estudo do político no interior da História Cultural compreende “não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível de as representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder” (Cavalcante Neto, 2010, p. 04). A literatura, por sua vez, sob a ótica da História Cultural pode ser vista como uma “representação social que nos ajuda a compreender como se dão as competições e concorrências estabelecidas na construção e legitimação das diferentes concepções de mundo em cada sociedade” (Remedi, 2011, p. 31).

Segundo a definição clássica do historiador francês Roger Chartier (2002) a respeito deste campo da historiografia, sua questão central diz respeito a “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002, p. 16-17). Ademais, o historiador acrescenta que:

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-se como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Chartier, 2002, p. 17).

O conceito de *Representação*, portanto, apresenta-se como operacional para este estudo à medida que “abrange um conjunto de ideias, imagens e formas simbólicas, o que é extremamente copioso para a análise política” (Cavalcante Neto, 2010, p. 12). Em outras palavras, as representações do mundo social são determinadas de acordo com os interesses dos grupos que as forjam.

Nas entrelinhas de Santa Fé

Cronologicamente, o enredo de *O retrato* inicia no ano de 1909, marcando o retorno de Rodrigo Terra Cambará para seu torrão natal. Nomes históricos como Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado figuram no universo ficcional não somente para dialogar com a literatura, mas para apontar características específicas do período. Ao passo em que o narrador do romance revela ao leitor a trajetória acadêmica e política da personagem, suas origens sociais e

estratégias de ascensão aproximam-se às de figuras históricas, sendo possível traçar um paralelo entre o universo representado pelo escritor e o universo revelado pela historiografia recente. Não pretendo, entretanto, exaltar uma suposta equivalência entre as produções históricas e literárias, apenas pensá-las como recortes ou aproximações de uma determinada realidade que se manifestam através de meios narrativos (Remedi, 2011).

O primeiro aspecto a se considerar aqui é o contexto em que se encontrava o estado e os rumos tomados pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) após a morte de Júlio de Castilhos em 1903, com ênfase nas particularidades da campanha eleitoral de 1906/07 e nas diferenças político-partidárias decorrentes da alteração do cenário de governança. Grosso modo, a morte do líder republicano legou o controle do PRR e do estado a Borges de Medeiros, mas não sem que houvesse contestação sobre a legitimidade desta herança. Erico Verissimo aponta para esta questão ao esclarecer que o chefe da família Terra Cambará, Licurgo, “afastara-se do partido por não concordar com a orientação do Dr. Borges de Medeiros no que dizia respeito à política dos municípios” (2017, p. 81).

Este cenário abre espaço para as primeiras eleições no Rio Grande do Sul envolvendo dois candidatos desde a consolidação do PRR no poder, fato que demonstra o autoritarismo enraizado e legitimado pelo Partido.³⁰⁴ A disputa esteve entre o candidato situacionista, Carlos Barbosa Gonçalves, e o dissidente do PRR, Fernando Abbot. Em sua Dissertação, o historiador Luis Alberto Grijó destaca que “o confronto assume contornos interessantes por ter sido não uma disputa eleitoral entre dois partidos, mas uma divisão de facções internas ao PRR” (1998, p. 100).

A esta divisão, o historiador acrescenta que:

os borgistas, buscando se afirmarem como “verdadeiros” seguidores e herdeiros de Castilhos, a exemplo do que ele próprio fizera, se nutriam em Comte e no próprio “patriarca”, repetindo à exaustão os motes “incorporação do proletariado na sociedade moderna”, “o progresso dentro da ordem”, “a ditadura científica” na tentativa de legitimarem-se. Os opositores, por seu turno, se nutriam nos “clássicos” modernos para exigir “democracia”, “representação” e “liberdade” marcando um contraponto com os situacionistas (Grijó, 1998, p. 102-103).

Tal cisão no seio do Partido Republicano Rio-grandense deu-se entre os chamados “republicanos históricos” ou representantes da “velha guarda” do partido, isto é, entre os componentes ligados a Júlio de Castilhos até a data de sua morte. No plano literário, a

³⁰⁴ Idealizada por Júlio de Castilhos, a Carta Constitucionalista de 14 de julho de 1891 foi inspirada no conhecimento do *Sistema de Política Positiva* de Augusto Comte e forneceu instrumentos legais para o controle ininterrupto do poder por parte do PRR. Desde o início, a Constituição tornou-se foco de discordâncias dentre a classe dominante gaúcha (Rocha, 1995).

construção da personagem Licurgo Terra Cambará serve como representação deste cenário. Nomes como Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Fernando Abbot assumem o protagonismo político do momento. Este último, contudo, angariando seguidores dentre as parcelas descontentes com a situação, velhos dissidentes do Partido, como Joaquim Francisco de Assis Brasil, e na própria oposição federalista (Grijó, 1998).

As alianças decorrentes desta campanha buscaram consolidar a posição de ambas as facções, conferindo ampla vantagem à situação. Desta forma, Carlos Barbosa contou com a representatividade nacional de Pinheiro Machado, membro da Constituinte Federal (senador desde 1890) pelo PRR, e de Borges de Medeiros à frente das instituições do estado (Grijó, 1998). O destaque para os primeiros passos políticos de jovens estudantes no contexto do pleito eleitoral de 1906/07 a favor da estabilidade do PRR e suas origens sociais é de fundamental importância para a notabilidade do cenário político que ecoa da obra *O retrato*. A trajetória política de Rodrigo Terra Cambará, desta forma, pode ser entendida em certos aspectos se amparada às trajetórias de lideranças históricas da chamada “geração de 1907”, como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Flores da Cunha.

Num primeiro momento, convém destacar as origens e as relações familiares de uma destas figuras, a fim de compreender sua posição social e como, aos poucos, foi galgando espaço no contexto político estadual e nacional, transcendendo as fronteiras históricas e literárias. Luiz Alberto Grijó julga representativa a “relação entre a condição de estancieiro, as atividades militares e o posicionamento dos patrões enquanto controladores de redes clientelísticas” (1998, p. 34), elementos que podemos observar entre os “republicanos históricos” e seus filhos (segunda geração de políticos rio-grandenses), representantes da “geração de 1907”.

O exemplo que ilustra esta questão é o de Manoel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio Dornelles Vargas e descendente dos primeiros colonizadores europeus do Rio Grande do Sul, de origem açoriana. Seu bisavô, Manoel José de Vargas, atingiu o posto de major no Exército imperial português, ainda no século XVIII e tornou-se sesmeiro. Seu pai, Evaristo Vargas, trilhou uma trajetória parecida (militar-estancieiro), feito major pelo Exército na Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). Posteriormente, ao término da Guerra do Paraguai (1870), Manoel Vargas estabeleceu-se em São Borja na condição de capitão e casou-se com Cândida Dornelles, dedicando-se a diversas atividades, muitas delas ligadas ao meio rural, uma vez que sua esposa pertencia a uma família de prósperos estancieiros (Grijó, 1998).

O historiador aponta para o fato de que o engajamento militar, além do reconhecimento por façanhas ou atos de bravura e capacidades de liderança, contribuía para a obtenção de

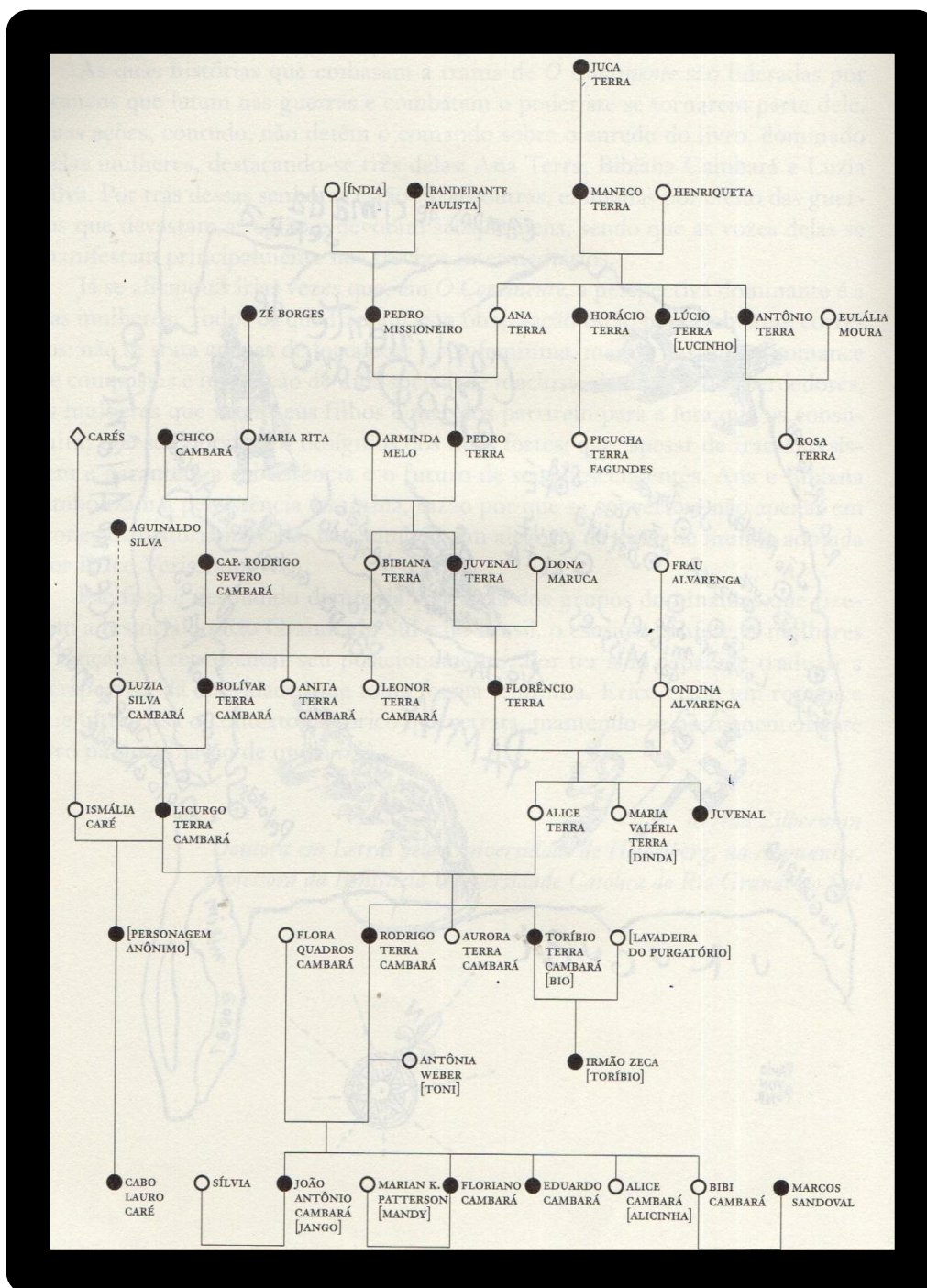
recursos mobiliários e imobiliários. A questão militar tornava-se um negócio lucrativo em termos econômicos e de hierarquia, caracterizada horizontalmente entre os oficiais e verticalmente entre os subordinados. A amizade datada da Guerra do Paraguai entre Manoel Vargas e José Gomes Pinheiro Machado comprova este fato, afinal continuou a repercutir anos depois, no contexto das eleições de 1907 e da atuação de Getúlio Vargas, herdeiro direto desta relação (Grijó, 1998).

A formação do Bloco Acadêmico Castilhistista foi um dos marcos da campanha política de 1906/07 ao reunir estudantes das escolas superiores de Porto Alegre engajados na candidatura de Carlos Barbosa. Na maioria dos casos, portanto, a militância estudantil “levou a uma iniciação na prática das lutas político-partidárias e a um reconhecimento por parte dos ‘velhos chefes políticos’ mais destacados do Rio Grande do Sul destes jovens enquanto ‘valores’ importantes para o PRR” (Grijó, 1998, p. 73). O legado republicano foi determinante para a atuação destes sujeitos, consolidando o Bloco Castilhistista sobre os olhos de Pinheiro Machado e pela oratória de Getúlio Vargas.³⁰⁵ Uma vez formados, estes jovens de origens sociais ligadas ao mundo da estância (exceto Lindolfo Collor, de origem alemã e atrelado aos meios literários e jornalísticos) retornaram aos seus municípios de origem, onde abriram seus negócios e aos poucos integraram a política partidária (Grijó, 1998).

A trajetória de Rodrigo Terra Cambará, portanto, ganha aporte histórico, pois formou-se em Medicina nesta conjuntura. Contudo, sua militância ocorreu no contexto das eleições federais de 1910, a favor do candidato civilista, Rui Barbosa, em detrimento do marechal Hermes da Fonseca, apoiado pelo PRR. Nascido em 1885, Rodrigo é bisneto do homônimo Capitão Rodrigo Cambará e de Bibiana Terra, duas das personagens mais emblemáticas da obra de Erico Verissimo (Imagem 1).

³⁰⁵ Jacinto Godoy, Maurício Cardoso, Getúlio Vargas, entre outros, tornaram-se redatores de *O Debate*, jornal confiado aos estudantes pelo próprio senador e administrado pelo PRR. O periódico foi dirigido por Paim Filho e João Neves, porém não resistiu ao final do conflito eleitoral, a exemplo do Bloco Acadêmico, devido às férias escolares e à dispersão de seus componentes (Grijó, 1998).

Imagem 1 - Árvore genealógica da família Terra Cambará.



Fonte: Verissimo (2013).

O destaque para Rodrigo evidencia a trajetória republicana da família. Fascinado pelos discursos de Júlio de Castilhos na imprensa, seu pai, Licurgo, fundara em 1883 o Clube Republicano de Santa Fé junto com seu amigo Toríbio Rezende, advogado baiano formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. A família prosperou com a consolidação de Júlio de Castilhos e do Partido Republicano Rio-grandense no poder ao término da Revolução Federalista (1893-95), legando recursos econômicos e relações sociais aos seus pares,

possibilitando o acesso à educação básica e, no caso de Rodrigo, também de nível superior. Licurgo era, na definição de Pinheiro Machado, “um castilhista dos bons tempos” (Verissimo, 2017, p. 356).

Como mencionei anteriormente, a militância estudantil de Rodrigo não fica clara no contexto das eleições estaduais de 1907, o que impossibilita discorrer sobre sua participação efetiva na defesa da candidatura de Carlos Barbosa e no apoio incondicional ao PRR, bem como reivindicar seu lugar no Bloco Acadêmico Castilhista. Todavia, no contexto das eleições federais de 1910, pode-se perceber elementos semelhantes àqueles da campanha de 1906/07, aflorando sua herança republicana. A personagem faz questão de afirmar para a Intendência de Santa Fé — representação da situação política e simpática ao marechal Hermes da Fonseca — que no Sobrado da família Terra Cambará, todos são civilistas.

Com o intuito de propagandear a candidatura de Rui Barbosa e a presunçosa missão de “ser a livre tribuna dos oprimidos contra os opressores”, Rodrigo e Licurgo fundam *A Farpa*, jornal de oposição ao órgão responsável pela propaganda situacionista *A Voz da Serra*. Na prática, porém, os principais artigos do editorial tinham como objetivo desestabilizar Titi Trindade, intendente municipal e a representação local de Borges de Medeiros. Em sua primeira edição já causara alvoroço na cidade, traçando o “perfil dum tirano” e repreendendo “o malacara cínico, empoleirado na cadeira de intendente, como um reizinho num trono, César de paródia, Napoleão de opereta” (Verissimo, 2017, p. 218).

Dias depois, como resposta, *A Voz da Serra* lança uma série de questionamentos retóricos atacando pai e filho, respectivamente:

De onde partem as pedradas traiçoeiras que pretendem atingir o honrado governo deste município? De alguma casa que não tenha telhado de vidro? Não. Elas partem duma casa vulnerabilíssima, do Sobrado dos Cambarás, sepulcro caiado, mansão do vício, da iniquidade, da desídia e da podridão; duma casa que, para usarmos a imagem do grande Guerra Junqueiro, é sinistra e suja como o lençol das velhas prostitutas (Verissimo, 2017, p. 241-242).

Estas passagens literárias evidenciam a utilização dos veículos de comunicação e a importância dos jornais como instrumentos de propaganda política.³⁰⁶ A vitória do marechal Hermes da Fonseca foi o pretexto ideal para Erico Verissimo fazer crescer a tensão em Santa Fé e levar o senador Pinheiro Machado, “de botas, bombachas, casaco de casimira escura, chapéu de feltro negro, e um pala de seda enrolado no pescoço e atirado por cima do ombro”

³⁰⁶ As pesquisas de Márcio Miranda Alves são importantes referências para estes debates. Ver, neste sentido: *O jornalismo em O tempo e o vento: fonte histórica e discurso ideológico na República Velha* (2007); *A imprensa como fonte de pesquisa e representação em O tempo e o vento, de Erico Verissimo: técnica de narrativa e implicações estéticas* (2013) e *O jornal A Farpa no contexto político de O retrato, de Erico Verissimo* (2014).

para a cidade a fim de evitar a eclosão de um conflito armado (2017, p. 354). O senador revela que esteve a par das discussões e que veio com o propósito de cessá-las, afirmando que qualquer divisão do partido, naquele instante, só poderia ajudar os inimigos (VERISSIMO, 2017).

Grijó destaca que Pinheiro Machado ocupava a posição de mediador entre os líderes do governo — Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros — e o governo federal, “mas sem deixar de manter e reforçar suas ‘bases’ locais, tanto em seu município quanto no Estado como um todo, empreendendo viagens constantes ao Rio Grande do Sul” (1998, p. 52). Legitimando esta questão, sua presença em Santa Fé não parece absurda, tanto que a representatividade do senador é registrada por Erico Verissimo em diversas passagens. Já nos instantes finais de sua última incursão à cidade fictícia, destaca-se:

Rodrigo sentiu um contentamento de namorado quando Pinheiro Machado pôs-lhe a mão no ombro, já com uma intimidade de velho amigo.

— Vamos, Rodrigo, quero que me acompanhes até a casa do Joca Prates. Não tenhas receio, o Trindade não estará lá e, se estiver, dou-te a minha palavra como não te forcerei a uma reconciliação com ele.

Foi com uma exaltada sensação de orgulho que Rodrigo saiu a caminhar pela rua do Comércio ao lado de Pinheiro Machado.

— Vou conversar com o doutor Borges de Medeiros a teu respeito – prometeu o senador. — Vejo em ti um bom corte de deputado. É só questão de tempo. Estás moço ainda. Mas... digamos, daqui a uns quatro ou cinco anos, quem sabe? Deixa que esses petiços de fôlego curto fiquem correndo carreira nestas canchas municipais. Tu és parrelheiro que merece tomar parte em páreos mais importantes (Verissimo, 2017, p. 358).

Com este diálogo o senador deixa subentendido o desconhecimento de Borges de Medeiros sobre a figura de Rodrigo, fato que o afasta ainda mais de Vargas, João Neves, Paim Filho e Flores da Cunha na posição de militante do Bloco Acadêmico Castilhistas e da “geração de 1907”. Pinheiro Machado, representação da convergência entre a Santa Fé interiorana e o Rio de Janeiro cosmopolita, cumpre, assim, seu papel de mediador ao estabilizar as animosidades políticas e inserir aos poucos a figura de Rodrigo no cenário político estadual como herdeiro das tradições republicanas. Em Santa Fé, tão logo dedicado ao seu ofício, o doutor logo será referido pelo mesmo veículo que o atacara como “um jovem e prestigioso conterrâneo, cujo nome deixamos de mencionar para não lhe ferir a reconhecida modéstia” (Verissimo, 2017, p. 364). Com Rodrigo Terra Cambará, Erico Verissimo molda a efígie de um “herói” em suas múltiplas e controversas versões, mesclando elogio e crítica.³⁰⁷

³⁰⁷ Para um debate em torno das significações empregadas ao doutor Rodrigo, ver: GONÇALVES, Robson (org.). **O tempo e o vento**: 50 anos. Santa Maria: UFSM; Bauru: EDUSC, 2000; CHAVES, Flávio Loureiro. **Erico**

Representações de santos e heróis

Como procurei demonstrar, abordar os hiatos presentes na narrativa é um exercício que visa não somente aprofundar o enredo literário, mas apontar as intencionalidades do escritor em suas representações. De acordo com o historiador Jocelito Zalla (2016), Erico Verissimo não tinha pretensões historiográficas em sua literatura, mas aproveitou os debates em torno da memória histórica local em benefício de sua trilogia. Assim, as disputas da intelectualidade gaúcha “em torno de temas por ela considerados problemáticos, renderam grandes frutos no romance de Verissimo, seja nas possibilidades de narração e expressão, na construção de personagens, no desenvolvimento da ação ou na diversidade de pontos de vista articulados” (2016, p. 478). Não surpreende, portanto, a crítica do narrador sobre o contexto político:

Já afirmara alguém que a vida política do Rio Grande do Sul se resumia numa dança ritual em torno de dois cadáveres: o de Silveira Martins e o de Júlio de Castilhos. Certo, havia homens ligados a qualquer dos dois grandes partidos estaduais por laços ideológicos: a maioria, porém, se deixava levar irracionalmente pelo fascínio mágico dum nome ou pela cor dum lenço: e por esses mitos era capaz de matar ou morrer. Santos mais novos do calendário cívico, como Borges de Medeiros, Assis Brasil e Fernando Abbot, começavam a ter já seus devotos, mas entre os políticos gaúchos vivos só um existia cuja estatura se podia comparar com a dos gigantes mortos: o senador Pinheiro Machado (Verissimo, 2017, p. 135).

O capítulo *A sombra do anjo* serve como pretexto para informar o leitor de mais um destes hiatos na narrativa de *O retrato*, revelando gradativamente aspectos da vida política da Santa Fé entre os anos 1911-1915. A narrativa desenvolve-se a partir das primeiras horas do dia primeiro de janeiro de 1915. Rodrigo Cambará encontra-se casado há quatro anos com Flora, filha de Aderbal Quadros, outrora senhor de grandes estâncias, que agora achava-se reduzido à condição de rendeiro de uma pequena chácara. Na companhia do genro e contemplando os seis hectares da propriedade a partir do sopé de uma colina, Aderbal Quadros comenta sobre algumas árvores:

— Aquele cedro é o doutor Júlio de Castilhos. Está vendo aquela cabriúva no topo da coxilha? É o conselheiro Gaspar Martins. Lá na beira do riacho tem uma corticeira que dá uma flor mui linda, é o doutor Assis Brasil. Ando meio brigado com o doutor Borges de Medeiros, mas botei o nome dele num desses cinamomos. [...].

— Aquela arvorezinha enfezada ali perto da horta (está vendo?) é o marechal Hermes. Sabe por que é que não cresce? Por causa da grande, do jacarandá, que, a bem dizer, está por cima dela. O jacarandá se chama senador Pinheiro Machado (Verissimo, 2017, p. 415).

Além de evidenciar a cisão do PRR ao referir-se a Borges de Medeiros como “um desses cinamomos”, o diálogo em questão conduz às reminiscências caricatas de Rodrigo enquanto opositor do governo do marechal Hermes da Fonseca:

Ah! Os tempos do Dudu... Aqueles quatro anos de governo do marechal haviam sido um prolongado pesadelo, uma enfiada de desastres políticos e administrativos. A revolta dos marinheiros. O estado de sítio. Os fuzilamentos do *Satélite*. O escândalo da *prata*. A intervenção em Pernambuco. O bombardeio da Bahia. O caso do Amazonas. Nunca em toda a história do Brasil houvera governo mais catastrófico e acidentado. Jamais se vira tanto mandonismo, tanto nepotismo, tanta arbitrariedade, tanta política de corrilho. E o marechal — todo o mundo sabia — não passava dum fantoche nas mãos hábeis e poderosas de Pinheiro Machado (Verissimo, 2017, p. 425).

A questão aqui não é aferir juízo de valor ao governo de Hermes da Fonseca, mas sim apontar para a complexidade do quadro pintado por Erico Verissimo ao leitor de sua obra. A deflagração da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, também repercute avidamente em Santa Fé, cuja população em sua maioria era simpática à causa aliada. Conforme Verissimo, “a Farmácia Popular ficou sendo conhecida como o mais importante centro de concentração aliadófila da cidade, ao passo que a Confeitaria Schnitzler era o ponto de reunião dos membros da colônia alemã e dos teuto-brasileiros” (2017, p. 418). Conforme é revelado pelo enredo, Santa Fé era ao mesmo tempo palco de comícios e festas pró-Alemanha e de boicotes a estabelecimentos comerciais ou má vontade contra qualquer pessoa que possuísse nomes germânicos, como os Spielvogel, os Kunz ou os Schultz (Verissimo, 2017).

O cenário internacional também conduz a narrativa em torno da representatividade de Pinheiro Machado. Exaltada ou criticada, sua figura mais uma vez se faz presente no plano literário. O trecho a seguir é mais um dos que merecem destaque e ilustram esta questão:

Em fins de 1911, quando os santa-fezenses se preparavam para as eleições municipais, Titi Trindade, o eterno candidato republicano, fora subitamente acometido duma hemorragia cerebral. Houve pânico entre os correligionários, que se viram na contingência de escolher às pressas um substituto, o que não era difícil, pois não podiam contar com o conselho de Trindade, que não estava em condições de pensar e muito menos falar. Formaram-se logo duas facções: uma tinha como candidato Laco Madruga; a outra inclinava-se para Joca Prates. Rodrigo pôs-se imediatamente em ação. Passou boa parte duma noite no telégrafo a conferenciar com Pinheiro Machado, tratando de convencê-lo de que a eleição do Madruga seria ruinosa para Santa Fé e para o partido. Conseguiu que o senador passasse um telegrama ao Dr. Borges de Medeiros, recomendando Joca Prates como o candidato de sua simpatia. E a palavra de Pinheiro Machado encerrara definitivamente a questão (Verissimo, 2017, p. 451).

Mais uma vez a obra aponta para as divisões internas do PRR e para diferentes visões políticas. Se os ânimos exaltados no contexto das eleições federais de 1910 só foram contidos pela presença física do senador em Santa Fé, bastaram telegramas para conter o prenúncio de confusão acerca das eleições municipais. A cidade fictícia é, pois, representada à mercê dos

interesses do Partido Republicano Rio-grandense. Em carta endereçada a Rodrigo, dando respaldo à sua palavra, Pinheiro Machado informa sobre a candidatura do destinatário à Assembleia do Estado: “já me dirigi ao Dr. Borges de Medeiros, que está de pleno acordo, de maneira que podes contar como certa a tua indicação. Quanto à eleição, penso que não haverá também nenhuma dúvida” (Verissimo, 2017, p. 452).

Com este prenúncio de vida pública, os serões organizados por Rodrigo no sobrado de sua família podem ser vistos como um espaço de debate e até certo ponto de pluralidade de ideias, reunindo significativa parcela das personagens da obra. Com vistas a encaminhar o final desta análise das representações políticas na obra, destaco os episódios referentes à festa de aniversário de Flora, na noite de 14 de julho de 1915. Acredito que Erico Verissimo não escolheu esta data por acaso, como argumentarei nos parágrafos seguintes.

O evento em questão torna-se elucidativo à medida que reúne um bom número de convidados: “como de costume as mulheres se haviam reunido na sala de visitas; os homens tinham ficado no escritório” (Verissimo, 2017, p. 500). Instigado pelo coronel Jairo Bittencourt, Chiru Mena noticiou os acontecimentos políticos do estado, citando que estaria ocorrendo concomitantemente, em Porto Alegre, um comício de estudantes contrários à candidatura do marechal ao Senado. Sobre esta questão, o narrador do romance adverte que:

havia menos de duas semanas, Borges de Medeiros, que estava gravemente enfermo, passara o governo do Estado ao vice-presidente, gen. Salvador Pinheiro Machado. Por toda a parte os ânimos andavam exaltados por causa da candidatura de Hermes da Fonseca à senatoria. O dr. Ramiro Barcellos, republicano dissidente, aceitara finalmente a sua em contraposição à do marechal. O Comitê Central Acadêmico de Porto Alegre telegrafara a Rafael Cabeda e Fernando Abbott fazendo-lhes um apelo para que apoiassem a campanha de Ramiro Barcellos contra o que ele chamava de “a ignomínia da candidatura marechalica” (Verissimo, 2017, p. 501).

Este foi o pretexto para o coronel Jairo empreender suas defesas ao marechal Hermes e a Borges de Medeiros, tendo seu raciocínio interpelado pelas expressões de discordâncias de Aderbal Quadros e José Lírio. A respeito destes últimos, comovido, Rodrigo refletia que o sogro “não deixava apagar-se nunca sua lâmpada votiva ao pé do altar de são Júlio de Castilhos. Por sua vez Liroca vivia a acender velas de libra diante da imagem de são Gaspar Martins” (Verissimo, 2017, p. 502). A este quadro segue-se um diálogo intenso mantido entre o militar, o religioso e um desinteressado Rodrigo, a respeito de questões históricas e possíveis alternativas políticas para a sociedade. Na concepção do coronel, a única salvação para o Brasil seria a ditadura republicana positivista. Rodrigo, por sua vez, fez uma breve defesa à democracia e declarou-se a favor do Parlamento. Na concepção do vigário, entretanto, o grande

problema não era de natureza política, mas sim de natureza moral. Em silêncio, Aderbal e José Lírio trocaram um olhar cético (Verissimo, 2017).

O destaque final aos eventos ocorridos na noite de 14 de julho de 1915, seja no plano fictício, seja no processo histórico, é determinante para as representações políticas na obra Erico Verissimo. Neste sentido, acredito que a sua significância deve ser percebida através de suas próprias efemérides, rememorando a queda da Bastilha, em 1789 ou a Constituição do estado, de 1891. Além disso, telegramas e, posteriormente jornais, davam conta de que o comício ao qual Chiru Mena referiu-se anteriormente havia sido repreendido por meio da violência pela Brigada Militar. Sob o prisma romanesco do doutor Rodrigo, todos estes eventos são determinantes para suas ações e para a sequência de *O tempo e o vento*. Em telegrama destinado ao senador Pinheiro Machado, Rodrigo argumenta:

Revoltado e envergonhado ante os bárbaros acontecimentos da noite de quatorze de julho último, em que o governo de vosso irmão não hesitou em mandar espingardear o povo indefeso, inclusive mulheres e crianças, nas ruas de Porto Alegre, comunico-vos que acabo de me desligar do Partido Republicano, pois não posso continuar pertencendo a um grêmio político cujos chefes com tanta frequência recorrem à brutalidade e ao assassinio, na estúpida e criminoso ilusão de que as patas dos cavalos de sua Brigada Militar e as armas de seus beleguins e capangas possam abafar os gritos e anseios de liberdade do nobre e bravo povo gaúcho. Aproveito a oportunidade para manifestar o meu repúdio à nefasta candidatura do Marechal Hermes, que em tão má hora resolvestes eleger senador, para escárnio do Rio Grande e do Brasil (Verissimo, 2017, p. 520).

Neste recorte da obra, à guisa de conclusão, ocorre a denúncia final do autoritarismo legitimado pelo Partido Republicano Rio-grandense. Entretanto, o teor do telegrama revela-se mera formalidade, pois Rodrigo, membro da elite ilustrada gaúcha, jamais perdera a admiração pela figura do senador Pinheiro Machado.

Considerações finais

As discussões e reflexões provenientes dos episódios selecionados para a presente comunicação, junto ao III Congresso Internacional de História da Universidade Federal de Santa Maria, têm caráter tão complexo quanto ao que pude expor nestas páginas, com fôlego para diferentes interpretações e análises por parte de outros pesquisadores e pesquisadoras. Finalmente, cabe avaliar que a interpretação da literatura enquanto representação do social constitui-se em um exercício válido a ser empreendido. A partir d'*O retrato*, o romancista Erico Verissimo oferece um quadro complexo sobre política, relações de poder e sobre a sociedade sul-rio-grandense e brasileira de princípios do século XX. Pesquisar estes elementos é algo que contribui não somente para a análise dos interesses do autor enquanto indivíduo atuante nesta

mesma sociedade, representada de maneira crítica e passível de diversas interpretações, mas também abre espaço para novas temáticas a serem debatidas.

Referências

Fontes

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento**: o continente. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento**: o retrato. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Bibliografia

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 50, n. 1, out. 2009, p. 15-49.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Nova história política e considerações sobre os conceitos de cultura política e representações. In: XIV Encontro estadual de História da ANPUH-PB: História, Memórias e Comemorações, 2010, João Pessoa. **XIV Encontro estadual de História da ANPUH-PB: História, Memórias e Comemorações**. Campina Grande: ADUFCG, 2010. p. 01-12.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2ª Ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: LUCA, Tania; PINSKY, Carla. **O historiador e suas fontes**, 1ª Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2012. p. 61-91.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170738>. Acesso em: fevereiro de 2024.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. **Palavras de honra**: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião. 2011. 307 f. Tese (Doutorado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3101>. Acesso em: fevereiro de 2024.

ROCHA, Artheniza Weinmann [et al.]. **J. F. de Assis Brasil**: interpretações. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 1995.

SANTOS, Donizeth. O projeto literário de Erico Verissimo. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 44, jul./dez. 2014, p. 331-363.

ZALLA, Jocelito. Os homens-fronteira: problemas históricos e soluções ficcionais em Erico Verissimo. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 36, n. 2, 2016, p. 461-479.

Entre viagens e fronteiras: uma breve discussão do conceito de fronteira em narrativas de viagem

CARDOSO, Eduarda Mendes

Mestranda (PPGH/UFSM)

CAPES/DS, eduardamendes5020@gmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar algumas reflexões teóricas acerca da temática das narrativas de viagem, delineando certos vínculos em relação ao objeto de pesquisa com a Linha de Pesquisa “*Fronteira, Política e Sociedade*” pretendida no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria. As narrativas de viagem compõem um acervo muito vasto para o desenvolvimento de pesquisas que procuram analisar determinados percursos temporais do homem em espacialidades específicas. As abordagens que as rodeiam, são direcionadas tanto ao seu trato como fonte promissora a ser explorada, como um gênero textual complexo. Nesse meio, os trabalhos de críticos literários, antropólogos, linguistas e historiadores nos conduzem à uma reflexão que as viagens e seus relatos manifestam possibilidades únicas para se acessar a mentalidade do indivíduo por meio de um procedimento analítico que se empenha em investigar, nas entrelinhas do discurso, informações refletidas de um período particular. O referido texto é fruto de pesquisa submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado Acadêmico, que se encontra em estágio inicial. Desse modo, o trabalho apresentado como projeto de pesquisa propõe uma análise dos relatos de viajantes franceses na fronteira franco-portuguesa do período setecentista, por meio dos quais serão investigados a forma como os povos ameríndios locais eram descritos, assim como a região fronteira amazônica era compreendida e registrada nas narrativas. Alguns desses documentos são contidos a partir de uma perspectiva singular de análise, como narrativas de viajantes-cientistas, por sua natureza, materialidade e conteúdo, tão característicos do tempo que foram elaborados, consagrando um dos primeiros marcos da cientificidade nas viagens às Américas. Para tanto, os percursos analíticos desta discussão serão feitos mediante o diálogo com as perspectivas de alguns teóricos como Benedikt Zientara (1989), Fredrik Barth (2000), Guillaume Boccara (2005), Rui Cunha Martins (2008), pesquisadores particularmente associados a análises e desdobramentos do conceito de *fronteira*.

Palavras-chave: Fronteira; Narrativas de viagem; Viajantes.

Introdução

As narrativas de viagem compõem um acervo muito vasto para o desenvolvimento de pesquisas que procuram analisar determinados percursos temporais do homem em espacialidades específicas. As abordagens que as rodeiam, são direcionadas tanto ao seu trato como fonte promissora a ser explorada, como um gênero textual complexo. Nesse meio, os trabalhos de críticos literários, antropólogos, linguistas e historiadores nos conduzem à uma reflexão que as viagens e seus relatos manifestam possibilidades únicas para se acessar a mentalidade do indivíduo por meio de um procedimento analítico que se empenha em investigar, nas entrelinhas do discurso, informações refletidas de um período particular.

O presente texto é fruto de pesquisa submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal de Santa Maria, que se encontra

em estágio inicial. Desse modo, o referido trabalho apresentado como projeto de pesquisa propõe uma análise dos relatos de viajantes franceses na fronteira franco-portuguesa do período setecentista, por meio dos quais serão investigados a forma como os povos ameríndios locais eram descritos, assim como a região fronteira amazônica era compreendida e registrada nas narrativas. Alguns desses documentos são contidos a partir de uma perspectiva singular de análise, como narrativas de viajantes-cientistas, por sua natureza, materialidade e conteúdo, tão característicos do tempo que foram elaborados, consagrando um dos primeiros marcos da cientificidade nas viagens às Américas.

Para alcançar os objetivos delineados para este artigo, o texto será esboçado em dois momentos. No primeiro momento, será exposta uma breve discussão historiográfica a respeito da literatura de viagem, contextualizando a escrita desses documentos ao espaço e período que estão inseridos: a região fronteira amazônica do século XVIII. Em seguida, apresentaremos algumas reflexões ao conceito de fronteira como proposta de conexão e fundamentação a linha de pesquisa elegida para esta investigação.

Algumas considerações sobre as Narrativas de Viagens Científicas

Segundo a crítica literária Mary Louise Pratt, a partir da primeira metade do século XVIII, as expedições científicas tornaram-se um meio promissor de encontros, experiências e recursos de complexas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa. Dessa forma, a exploração científica tornou-se alvo mais cobiçado entre os Estados europeus, e por conseguinte, fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e simbólicos, por meio dos quais vários indivíduos se relacionavam com outras partes do mundo (Pratt, 1999, p. 52). Nessa mesma perspectiva, a região da Guiana Francesa e seus arredores fronteiriços, como a Amazônia, foram marcadas pela presença significativa de expedições exploratórias solicitadas pelos governadores das colônias.

De forma geral, os relatos de viagem se apresentam como documentações riquíssimas em detalhes sobre a história da vida cotidiana no Brasil colonial. A escrita minuciosa de inúmeros viajantes obstinados a cruzar diferentes territórios podem ser consideradas como um corpus documental rico para pensar as lógicas e experiências de diferentes sujeitos históricos. Não obstante, estas se materializam como uma intrincada ponte entre a Europa civilizada para o viajante e o “desconhecido” e “exótico” Novo Mundo. Essa “vitrine das terras longínquas”, propagada pelo discurso civilizador europeu foi, por excelência, palco de alteridades e representações, cujo ímpeto expansionista motivou muitos deslocamentos transatlânticos, seja por motivações científicas, políticas, econômicas ou desejos pessoais.

A despeito desse olhar, Pauliany Cardoso em sua obra *Amapá à francesa – Dois viajantes franceses na Amazônia Setentrional do século XIX*, certifica que no final do século XVIII com o advento do Iluminismo, as viagens científicas e consequentemente suas descrições, foram assumindo uma nova perspectiva que se distanciava do antigo pensamento fantasioso e místico das Américas. Com efeito, as narrativas se tornaram um poderoso instrumento científico, e acima de tudo, de caráter educativo e informativo. Pois, como observa a autora: “as viagens exploratórias eram consideradas como fontes que proporcionavam tanta oportunidade para aprendizagem – pela concepção de mundo como uma “grande escola” que caracterizaria o espírito iluminista e enciclopédico (Cardoso, 2020, p. 27).

Nesse sentido, a plêiade de viajantes naturalistas era composta por cientistas enciclopédicos que buscavam um conhecimento que compreendesse o mundo natural, a geografia, os minerais, a fauna e a flora, os fenômenos climáticos e geológicos. Nesta lógica, esse grupo se direcionava na observação e coleta de espécimes desconhecidas que saíam dos padrões registrados nos arquivos de pesquisadores ou colecionadores. A função dos naturalistas se caracterizava pelo trabalho puramente técnico, voltado para a organização, análises comparativas das espécies, experimentação e catalogação.

Partindo para um cenário mais regional, a Amazônia foi palco de inúmeras expedições exploratórias. Eram médicos, botânicos, geógrafos, matemáticos ou astrônomos que buscavam expandir seus estudos e testar novas teorias. O espaço amazônico, principalmente no século XIX, haveria de se tornar uma espécie de “laboratório” para estes cientistas que podiam usufruir da diversidade que ela poderia oferecer e divulgar seus trabalhos por toda Europa (Cardoso, 2020, p. 28). Com base nessa afirmativa, os relatos de viagens, crônicas e diários escritos no período colonial da Amazônia e seus arredores, foram realizados por inúmeros viajantes de nacionalidades diversas. Dentre eles, os mais recorrentes eram portugueses, espanhóis, franceses e ingleses.

Desde os primeiros anos de colonização, a Guiana Francesa e o espaço amazônico foram regiões engajadas pela corrida desenfreada por riquezas, expansão territorial e hegemonia continental pelas mais diversas nacionalidades europeias. A Guiana Francesa está localizada ao norte da América do Sul, mais especificamente na costa nordeste do oceano Atlântico, que faz divisa com o Suriname e o Brasil. Atualmente a região configura-se como um departamento ultramarino, isto é, uma extensão do território francês fora da Europa. A partir do século XVI, essas zonas converteram-se em espacialidades de grande fluxo transitório, de navegação e exploração, por agrupamentos humanos e instituições com intencionalidades díspares.

Mediante isso, com a intensificação do trânsito social e econômico, as regiões da colônia francesa e do Cabo Norte (atual estado do Amapá), estiveram no centro de intensas disputas entre as potências ultramarinas. Seu limite geográfico com o Brasil encontra-se delimitado pelo rio Oiapoque – a margem esquerda do rio encontra-se o território considerado francês e a partir da margem direita o território considerado brasileiro (antes português). As regiões localizadas ao redor do rio Oiapoque foram designadas pela historiografia de “contestado”, por se tratar de um território disputado desde o século XVII entre franceses e portugueses.

Desdobrando o Conceito de Fronteira: a Fronteira Franco-portuguesa nas Narrativas de Viagem

O posicionamento teórico desta discussão insere-se na Linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, adotada como um prisma norteador para a análise de narrativas de viagens em contexto de expansão e delimitação de territórios dos impérios coloniais nas Américas. Nesse contexto, a pesquisa se justifica por se tratar de expedições que ocorreram em um ritmo de intenso fluxo de representantes das metrópoles europeias a fins de expansão colonial e exploração econômica na fronteira franco-portuguesa. As condições sociais do espaço fronteiriço cristalizam complexas redes de sociabilidade que dinamizavam as políticas de proteção das colônias, por meio de alianças e tratados entre as potências. Tendo em vista a presença de diferentes sujeitos no processo de demarcação e manutenção das fronteiras, esses indivíduos não existiam isoladamente, suas ações também eram mediadas por estratégias próprias em fazer uso das circunstâncias em que estavam inseridos.

O conceito de fronteira é indispensável para analisar os aspectos sociais e culturais que esses espaços condicionavam a partir das mobilizações políticas das colônias em definir limites de seus territórios. Conforme aponta Juan Carlos Arriaga-Rodriguez, o interesse histórico pelo estudo das fronteiras na historiografia apenas começou nos finais do século XIX (Arriaga-Rodríguez, 2013, p. 10). Atualmente, os debates sobre fronteira variam em muitas perspectivas. Seu alcance teórico cada vez mais assume um caráter interdisciplinar entre as Ciências Humanas, dado que seus desdobramentos são utilizados nos mais variados temas e objetos de pesquisa.

Para Benedikt Zientara a formulação da noção de fronteira parte da ideia de um acordo político-jurídico, uma criação inerente ao homem, isto é, uma abstração que não tem existência real fora dos mapas geográficos. Além disso, Zientara ainda argumenta que a ideia universalmente propagada de fronteira como uma linha que separa duas regiões diferentes é errada. As fronteiras que separam comunidades, por exemplo, podem determinar um gênero

particular, uma vez que essas populações em zonas fronteiriças mantêm profundas comunicações. Deste modo, portanto, a fronteira tem pressupostos sociais e não geográficos (Zientara, 1989, p. 310).

De acordo com a análise de Rui Cunha Martins, introduzida a partir de uma perspectiva de operatividade das fronteiras em contextos de governabilidade, toda fronteira tem “autor”. Contudo, a designação deste não é isenta de tensões, uma vez que a demarcação e o reconhecimento da autoria da fronteira, o que o Rui Martins designa de referência, andam a par de elementos de imprevisibilidade e dispersão (contingência). E essa tensão entre referência e contingência é parte constitutiva da fronteira (Martins, 2008, p. 23). A fronteira, nesse sentido, é vista como um dispositivo, que opera como um limite de soberanias em cenários de domínio de estados nacionais.

Partindo dessa lógica, refletindo a partir do cenário da atuação dos poderes coloniais nas regiões da Guiana Francesa e Amazônia, as relações do poder central, da metrópole ou das capitais provinciais das colônias para suas fronteiras, necessita de uma manutenção para sua própria capacidade de existência. Isso tem a ver, conforme Martins aponta, com a eficácia da fronteira em depender de sua capacidade de legitimação, isto é, de garantir um bom desempenho ordenador (referencial). Não obstante, esse desempenho produtivo depende efetivamente de seus elementos contingentes consolidados em seus limites. Consoante a isso, por trás da construção e vigor da fronteira, o caráter autoral antecede sua matéria fundacional (Martins, 2008, p. 24).

As expedições francesas de exploração e reconhecimento do território em regiões fronteiriças, são alguns desses dispositivos de domínio dos impérios ultramarinos em manter controle de suas posses. A relação que os domínios coloniais haviam firmado com as mais diversas etnias, variavam em muitos interesses. De um lado, tínhamos muitos grupos que foram sujeitos a escravidão, em prol do desenvolvimento colonial. A mão de obra indígena era, portanto, o combustível ideal que os colonos franceses procuravam para o estabelecimento e construção das colônias. Por outro ângulo, era muito comum também a aliança entre algumas etnias com os colonizadores, como acontecia com os indígenas que eram aliados dos franceses. Dessa forma, serviam como verdadeiros vigilantes entre os rios e no interior das matas, evitando uma possível invasão de outras potências rivais ao território francês.

As dimensões de sociabilidade inferem um dos elementos intrínsecos ao conteúdo e discurso das narrativas de viajantes. O choque cultural vivido em situações de contato implica as formas muito complexas das relações sociais e comportamentais. A afirmação identitária de diferentes agrupamentos culturais pode ser ainda mais clara em suas interações. Quando se revisita

a discussão do antropólogo norueguês Fredrik Barth, as relações interétnicas são um dos pontos analíticos a se pensar os grupos étnicos como uma forma de organização social, isto é, os atores sociais usam de suas identidades étnicas para categorizar a si mesmo e os outros. Porém, Barth criticamente reconhece que as características que são levadas em consideração não é soma das diferenças tidas como “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores julgam como significantes (Barth, 2000, p. 194).

Nesse ponto, interessa trazer para o debate o foco central da pesquisa de Barth que é a fronteira étnica, ou melhor dizendo também, as fronteiras sociais. Consoante a isso, se determinado grupo conserva sua identidade quando seus membros interagem com outros, existe critérios para estabelecer a pertença ou a exclusão, e isto claramente traz a compreensão a manutenção das fronteiras estabelecidas. Como aponta Barth:

Situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. Contudo, onde indivíduos de culturas diferentes interagem, poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos e valores – melhor dizendo, uma similaridade ou comunidade de cultura. Assim, a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais (Barth, 2000, p. 196).

Essas demarcações podem ser vistas através de diferentes ângulos nos relatos de viagens, seja pelas ações e comportamentos em situações de confronto ou aliança, pelas descrições estereotipadas dos viajantes em relação aos aspectos mais gerais que constituem o grupo observado ou pela forma que esse mesmo grupo reafirma sua identidade perante o outro.

As relações com as comunidades ameríndias no interior da Guiana Francesa também facilitavam a fluxo de informações, tendo em vista que essas populações mantinham alianças ou inimizades com outras etnias que podiam ser aliadas de outras colônias europeias. Nesse sentido, é interessante citar a investigação de Carlos Augusto Bastos, onde analisando as circulações de informações entre demarcadores e outros sujeitos das fronteiras da Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas nas décadas finais do século XVIII, destaca como determinadas informações se propagavam para além e através das fronteiras, e principalmente, como eram utilizadas estrategicamente em prol das administrações coloniais, uma vez que “era igualmente importante colher informações sobre o que ocorria nos territórios coloniais vizinhos, suas mudanças político-administrativas, o estado de sua economia e de sua defesa militar” (Bastos, 2013, p. 205).

Com base nisso, o espaço transitado pelos viajantes franceses se insere em um cenário de intensas disputas políticas e defesa do território ultramarino português nas fronteiras do Cabo Norte com a Guiana Francesa do século XVIII. Ao longo desse período, havia uma crescente preocupação por parte do Estado lusitano em estabelecer limites da América portuguesa com outras colônias europeias, o que desencadeou no envio de expedições demarcatórias e nas articulações para a assinaturas de tratados como o Tratado de Utrech (Costa, 2022, p. 3). Nessa lógica, para além da manutenção das fronteiras em defesa das colônias, esses espaços eram locais em que diversos sujeitos históricos estabeleciam relações sociais e culturais. Como observa Paulo Marcelo Cambraia da Costa, os processos de ocupação daqueles territórios envolviam o trânsito de militares desertores, indígenas, religiosos e trabalhadores escravizados fugidos, os quais desenvolviam dinâmicas e redes de sociabilidades independentes de acordos diplomáticos e estratégias de políticas de Portugal e França (Costa, 2022, p. 2).

Apropriando-se ainda das considerações de Costa, com base em correspondências dos governadores do Grão-Pará na segunda metade dos setecentos, existiam pelo menos três camadas que definiam e redefiniam as fronteiras: a primeira se constitui a partir de acordos diplomáticos; a segunda faz menção a atuação de autoridades locais, portuguesas e francesas, na articulação dos acordos; e a última a camada dos sujeitos sociais, que estabeleciam dinâmicas próprias para viver as suas vidas e transitarem entre as fronteiras, subvertendo as tentativas do Estado em controlar essas áreas (Costa, 2022, p. 17). Partindo desse olhar, sobre a última camada, a social, é de grande relevância para a nossa pesquisa, por estar atrelada as redes de sociabilidades que estavam imbricadas a situação política das fronteiras da Guiana Francesa e Grão-Pará.

Atualmente, muitas reflexões teóricas compreendem a definição de fronteira para além de sua definição enquanto espaço político e físico. Nesse sentido, Guillaume Boccara define fronteira como uma zona de contato entre duas entidades política e culturalmente diferentes, cuja noção representa como um verdadeiro operador de civilização. Ademais, o autor ainda reconhece por “limites fronteiriços” como um espaço que não necessariamente se refere a uma estrutura física, uma vez que uma fronteira social e cultural não está sistematicamente vinculada a essa condição material fixa (Boccara, 2005, p. 34).

Muito próximo a noção de fronteira indicada por Guillaume Boccara, a crítica literária Mary Louise Pratt em seu livro intitulado *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*, nos traz o conceito de zona de contato, o qual ela define como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como

o colonialismo, o escravismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (Pratt, 1999, p. 27). Segundo Pratt, o conceito “zona de contato” é utilizado frequentemente em suas discussões como sinônimo de “fronteira colonial”. No entanto, enquanto este último é baseado apenas em uma perspectiva expansionista europeia, o primeiro é uma tentativa de se invocar uma presença espacial e temporal conjunta de sujeitos separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias se cruzam (Pratt, 1999, p. 32). Ainda, a autora ao argumentar sobre sua proposta em utilizar o termo “contato”, reitera que:

Ao utilizar o termo “contato”, procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma “perspectiva de contato” põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, não em termos de separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radialmente assimétricas de poder (Pratt, 1999, p. 32).

Diante dessas considerações, portanto, tomamos a fronteira amazônica entre as colônias de Portugal e França, segundo os termos de Pratt, como uma zona de contato onde havia intensas redes de interações, disputas e negociações, em que seus agentes históricos (no caso de nossas fontes viajantes franceses e indígenas), mobilizavam-se conforme suas agências e relacionavam-se em parâmetros complexos que iam muito além da dicotomia “colonizador” e “colonizado”, ao passo que tanto os europeus como os povos ameríndios se valiam de suas próprias condições para darem sentido as suas trajetórias. Dito isso, a presença desses sujeitos transformava esses espaços em palcos produtores de alteridades, encontros e práticas, pois a convivência fazia emergir trocas culturais, cujo as quais eram registradas pelos viajantes e disseminadas por toda a Europa.

Considerações Finais

As narrativas de viagem foram meios promissores de perceber o imaginário europeu diante a experiência de contato com o Outro, balizada na lógica de superioridade da civilização europeia. As viagens instigavam os viajantes e seus leitores a confrontarem-se com mundos desconhecidos, sociedades diversificadas e hábitos totalmente divergentes. Nesse caso, compreendemos essa alteridade construída como uma extensão da política de colonização e civilização justificada pela expansão e domínio dos europeus. Mas, podemos observar que as representações dos ameríndios na literatura de viagem seriam, portanto, mais do que simples imagens destinadas a entreter um público com interesse no “exotismo”, pois elas permitem pensar o Outro e construir estratégias para o desenvolvimento do vínculo colonial.

Nesse sentido, a passagem desses viajantes no interior das Guianas e nos intrincados rios amazônicos está inserida em um contexto de exploração e disputa das potências europeias pelos domínios dos territórios fronteiriços coloniais. Dessa forma, falar de fronteiras amazônicas é evocar suas inúmeras tentativas, mais ou menos sucedidas, de delimitar seus limites por meio de acordos diplomáticos e confrontos diretos. A diversidade social e histórica do espaço amazônico faz de suas fronteiras um lugar excepcional, um terreno privilegiado de alteridades. Diferentes agentes sociais são entrecruzados por força das conjunturas históricas. No entanto, por meio das narrativas essa lógica torna-se ambivalente a partir do qual esses encontros se tornam desencontros quando são deslocados de suas realidades e temporalidades pela perspectiva de seus leitores, e consequentemente, na afirmação de estereótipos sobre o Outro.

Referências

ARRIAGA-RODRÍGUEZ, Juan Carlos, Tres tesis del concepto frontera em la historiografía, In: LAVALLE, Gerardo Gurza. (coord.) **Tres miradas a la historia contemporánea**. Mexico: Instituto Mora, pg. 9-47, 2012.

BASTOS, C. A. Demarcação de limites e circulação de informações em um espaço fronteiriço. A província de Maynas e a Capitania do Rio Negro em fins do século XVIII. pp. 203-224. In: Brito, A. J. I; ROMANI, C.; BASTOS, C.A. (orgs) **Limites Fluentes**. Fronteiras e Identidades na América Latina (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2013.

BOCCARA, Guillaume “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel” In: **Memoria Americana**, 13 - Año 2005. pp.21-52 (1er Clasificaciones coloniales y zonas fronterizas. pp.31-35).

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. pp.25-67. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra CapaLivraria, 2000.

CARDOSO, Pauliany Barreiros. **Amapá à francesa: dois viajantes franceses na Amazônia setentrional do século XIX**. Brasília: Senado Federal, 2020.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. “Não convêm aos franceses que seja o Rio Oiapoque a raia para os dois domínios”: Políticas e disputas na região fronteira das guianas francesa e portuguesa nas décadas finais do século XVIII. **Canoa do Tempo**, v. 14, p. 1-25, 2022.

MARTINS, Rui Cunha. Introdução. pp.17-20. A. Modelo. 1. A matéria autoral. 2. A matéria fundacional. 3. A matéria doutrinária. 4. As três teses matriciais do modelo moderno de fronteira. pp.21-122. In: **O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo** (Matrizes Ibéricas e Americanas). Coimbra: Edições Almedina, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação**. São Paulo: Edusc, 1999.

ZIENTARA, Benedikt. **Fronteira**. In: ENCICLOPÉDIA EINAULDI: Estado e Guerra.
Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 14, p. 306-317.ncias bibliográficas.

Revolução Federalista em Santa Maria (1891-1896): o estado da arte

BORDINHÃO, Eduardo Prates

Mestrando em História/UFSM

CAPES/DS, eduardopratesbordinhao@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta uma revisão sobre a Revolução Federalista em Santa Maria, focando nos estudos acadêmicos e memorialísticos disponíveis. O conflito armado ocorreu no sul do Brasil entre 1891 e 1896, durante os primeiros anos da República Brasileira, sendo marcado por um embate entre o governo liderado por Júlio de Castilhos e a oposição representada pelo Partido Federalista. A pesquisa destaca a importância desse evento na história local e nacional, destacando as diferentes abordagens adotadas pelos historiadores. A análise historiográfica revela quatro momentos distintos no estudo da Revolução Federalista. Inicialmente, após o conflito, houve uma ênfase nos relatos de testemunhas, seguida por um período de escassez de estudos até os anos 1960, quando surgiram importantes contribuições acadêmicas. O terceiro momento, até o início dos anos 1990, foi marcado pelo crescimento dos programas de pós-graduação em história e pela abordagem da Nova História Política. Por fim, o quarto momento refere-se às comemorações do centenário do conflito em 1993, impulsionando uma renovação nos estudos históricos. Destaca-se a contribuição de Gustavo Figueira Andrade, que propõe uma nova perspectiva sobre a Revolução Federalista, questionando a cronologia tradicional do conflito e fornecendo uma análise baseada em fontes diversas, incluindo documentos pessoais da família Silva Tavares. Essa abordagem permite uma compreensão mais ampla e aprofundada do período, destacando a continuidade do conflito após a assinatura do tratado de paz. Além disso, são discutidos os trabalhos de Ápio Cláudio Beltrão, que se baseiam principalmente em fontes bibliográficas, com pouca utilização de fontes históricas primárias. Embora essa abordagem forneça uma visão geral do tema, a falta de referências diretas às fontes primárias pode comprometer a credibilidade do trabalho. No entanto, a extensão do conteúdo em suas obras dedicado à Revolução Federalista em Santa Maria indica um interesse significativo nesse evento específico na narrativa histórica local. Diante da escassez de estudos acadêmicos dedicados à Revolução Federalista em Santa Maria, o trabalho destaca a importância de investigações mais aprofundadas e abrangentes sobre o assunto.

Palavras-chave: Revolução Federalista; Santa Maria; Historiografia.

O presente trabalho busca apresentar o estado da arte acerca do tema da pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), com auxílio de bolsa CAPES/DS: a Revolução Federalista em Santa Maria. Para tanto, discorreremos acerca de trabalhos acadêmicos e trabalhos de memorialistas sobre o tema e explicitaremos os aspectos de suas abordagens.

A Revolução Federalista (1891-1896) foi um conflito armado que ocorreu no sul do Brasil durante um período de instabilidade política nos primeiros anos da República Brasileira. Este conflito, embora tradicionalmente datado de 1893 a 1895, estendeu-se até 1896. O cerne da revolta residia na oposição ao governo de Júlio de Castilhos, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que governava o Rio Grande do Sul com base em um positivismo de

características comtianas, respaldado pela Constituição Estadual de 1891, que conferia ao poder executivo grande autoridade.

O principal antagonista do PRR era o Partido Federalista (PF), liderado por Gaspar Silveira Martins, uma figura política influente desde o período imperial. Martins, contrário ao modelo de governo imposto pelo PRR, defendia um sistema federalista que garantisse alguma autonomia aos líderes políticos estaduais, discordando do governo centralizador de Castilhos, que, apoiado pela constituição positivista do estado, elaborada em grande parte por ele mesmo, confrontava seus ideais de unidade e autonomia local/regional (Rossato, 2020).

Esse período foi caracterizado pelo extremismo político e pela perseguição aos opositores, que eram afastados dos cargos públicos e, em muitos casos, executados, frequentemente por meio de práticas violentas como a degola. Tais atrocidades foram cometidas tanto pelo PRR quanto pelo PF durante o período em que cada facção esteve no poder, de novembro de 1891 a junho de 1892 (Flores; Flores, 1999).

Primeiro vamos falar sobre historiografia sobre a Revolução Federalista de modo geral, usando como base o quarto capítulo da dissertação de Luciana Rossato (1999) e o trabalho completo escrito por Gustavo Figueira Andrade e Monica Rossato (2022a) e publicado nos anais do Segundo Congresso Internacional de História da UFSM (II CIHIS). Na sequência abordaremos a tese de Gustavo Figueira Andrade (2021), a escolha por incluir essa tese se deveu ao seu aspecto de mudança de perspectiva comparada com a historiografia tradicional. Na continuidade abordaremos trabalhos que falem da Revolução Federalista em Santa Maria, esse é o caso de dois livros escritos por Ápio Cláudio Beltrão (2021; 2022) e de um capítulo de livro escrito por Gustavo Figueira Andrade e Mônica Rossato (2022).

Na sequência abordaremos trabalhos que falem da Revolução Federalista em Santa Maria, esse é o caso de dois livros escritos por Ápio Cláudio Beltrão (2021; 2022) e de um capítulo de livro escrito por Gustavo Figueira Andrade e Mônica Rossato (2022b).

Em sua dissertação de mestrado, Luciana Rossato (1999) dedica um capítulo para tratar da historiografia acerca da Revolução Federalista e a divide em quatro momentos principais. O primeiro diz respeito a produções publicadas logo após o conflito e vai até a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1920. Nesse momento, as publicações são compostas principalmente de depoimentos de pessoas que participaram do conflito de alguma forma. O segundo momento, vai de 1920 até a década 1960, momento em que há uma difusão dos programas de Pós-Graduação em História em universidades do Rio Grande do Sul. Esse momento é caracterizado por uma espécie de tentativa de memoricídio da Revolução Federalista evidenciada pelo baixo número de obras publicadas sobre o assunto e

pela ênfase nas produções acerca da Guerra dos Farrapos (1835-1845). Aqui destacam-se duas matrizes historiográficas opostas e conflitantes acerca da formação histórica do Rio Grande do Sul: a matriz lusitana e a matriz platina. Na primeira, a influência da região da bacia do rio da Prata na história do RS é diminuída ou negada, ao passo que na segunda, a influência platina é vista como de significância fulcral para a formação do estado. É importante salientar aqui que o esforço de apresentar a história do RS com características brasileiras é algo muito presente nas produções do IHGRGS, nessa instituição o tema da Revolução Federalista foi visto como empecilho para o discurso de integração pretendido de ser passado ao público, devido aos atos de violência desmedida ocorridos entre integrantes do mesmo estado.

O Terceiro momento vai da década de 1960 até o início dos anos 1990, esse período é caracterizado pelas produções dentro da academia, nesse momento destacam-se trabalhos de historiadores como Sérgio da Costa Franco, Sandra Pesavento e o brasilianista Joseph Love. O quarto momento está relacionado a publicações e eventos acadêmicos vinculados a comemorações de centenário do conflito, em 1993, em um momento vinculado a renovação dos estudos de história política, que ficou conhecido como Nova História Política, abordando temas como partidos políticos e disputas eleitorais.

Gustavo Andrade e Monica Rossato (2022a) promovem uma análise abrangente da historiografia da Revolução Federalista, examinando como o evento tem sido tratado ao longo do tempo pela academia. Eles começam observando as obras fac-símiles produzidas logo após o término do conflito, que se destacavam pelo viés partidário evidente em suas narrativas, a glorificação dos grandes personagens como exemplos a serem seguidos e a utilização de documentos históricos para validar suas versões dos acontecimentos. Essas obras, em sua maioria, refletiam os interesses políticos e ideológicos das facções envolvidas no conflito, buscando legitimar suas ações e construir uma narrativa que favorecesse sua causa.

Além disso, os autores discorrem sobre as obras publicadas entre as décadas de 1920 e 1960, influenciadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Nesse período, havia uma ênfase na promoção da identidade nacional, o que levou a uma interpretação da história do Rio Grande do Sul sob uma perspectiva lusitana. Essa abordagem percebia o estado sulino como separado da região platina, enfatizando as fronteiras como áreas de conflito e divisão com os países vizinhos.

Essa matriz lusitana restringia as análises ao contexto nacional, ignorando as influências e interações da região com os países vizinhos e limitando a compreensão da história do Rio Grande do Sul. No entanto, é importante reconhecer que essa interpretação refletia os interesses

políticos e ideológicos da época, buscando consolidar uma identidade nacional coesa e distinta das nações vizinhas.

Essa discussão sobre a historiografia da Revolução Federalista destaca a importância de examinar criticamente as diferentes perspectivas e abordagens adotadas ao longo do tempo. Ao compreender como o evento foi interpretado e representado em diferentes contextos históricos, podemos obter indícios valiosos sobre as motivações e agendas por trás das narrativas históricas. Além disso, essa análise nos permite reconhecer as lacunas e limitações das interpretações passadas e buscar uma compreensão mais completa e abrangente da história da região.

Diferente foi a matriz platina de interpretação da história do Rio Grande do Sul, em que percebia o estado gaúcho como integrante da região platina, e que possuía em suas fronteiras um lugar de interação e de trocas culturais. Sua contribuição para além do que escreveu Luciana Rossato foi evidenciar como que os trabalhos desse período e até mesmo os mais recentes enfatizassem a perspectiva castilhistas do conflito, ou seja, reproduzem o discurso presente nas fontes oficiais do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Em sua tese de doutorado, utilizando fontes diversas das oficiais (documentos pessoais da família Joca Tavares), Gustavo Andrade apresenta uma nova perspectiva acerca do conflito, demonstrando o conflito por meio da perspectiva federalista e propondo uma nova cronologia para o conflito: 1891 a 1896. Ou seja, o período estabelecido para a Revolução Federalista apresentado aqui contrasta com a narrativa tradicional da historiografia. A escolha do intervalo para o conflito civil baseou-se na tese de Gustavo Figueira Andrade (2021), que propõe uma demarcação diferente, indicando que a cronologia usual de 1893 a 1895 reflete uma interpretação construída a partir de fontes convencionais. Em sua pesquisa de doutorado, utilizando como principais fontes os documentos pessoais da família Silva Tavares, ele sugere o período de 1891 a 1896. Isso se deve à identificação, nesses documentos, do início do conflito com a deposição do presidente Deodoro da Fonseca e ao reconhecimento de que o término do conflito não coincidiu com a assinatura do tratado de paz, já que muitos federalistas continuaram sendo perseguidos e os exilados só retornaram ao Rio Grande do Sul meses depois, durante o ano de 1896.

Com relação ao Partido Federalista, sua fundação ocorreu durante o Congresso de Bagé, em 31 de março de 1892, com Gaspar Silveira Martins como seu líder. O programa do partido incluía a defesa do parlamentarismo, a liberdade de imprensa, o voto secreto e um mandato de quatro anos para o presidente estadual, sem possibilidade de reeleição (Flores; Flores, 1999, p. 36). É importante destacar a atuação de Joca Tavares na reunião da oposição em Bagé, como

demonstrado por Andrade (2021) por meio da análise das correspondências da família Silva Tavares. Este aspecto tem sido frequentemente negligenciado pela historiografia, que geralmente se baseia principalmente em documentos oficiais. Instável, o governo resultante da Revolução de Novembro enfrentava inúmeras dificuldades, enquanto os castilhistas se organizavam para retomar o controle do Estado (Andrade, 2021, p. 87). Desse modo, o conflito começou com a deposição de Castilhos, mantendo o Estado em permanente instabilidade até 1896. Aqui, a perspectiva desempenha um papel crucial: enquanto o PRR via a retomada do poder como um restabelecimento da legalidade, a oposição, por outro lado, via na Revolução de Novembro uma defesa da legalidade. Isso se deve ao fato de que o apoio de Castilhos a Deodoro da Fonseca era percebido como uma ameaça à Constituição, considerando o desrespeito de Deodoro pela Constituição ao fechar o Congresso Nacional.

Nesse sentido de maneira contrária a historiografia que apresenta os castilhistas como legalistas, os federalistas viam a contrarrevolução de Castilhos como uma força rebelde, considerando legal o governo instaurado pela Revolução de Novembro. Quanto à invasão federalista de 1893, seus executores a viam como mais um contragolpe para recuperar um governo legítimo. Assim, as causas profundas da Revolução Federalista podem ser remetidas à deposição de Castilhos pela Revolução de Novembro (Andrade, 2021, p. 102-103).

Passaremos agora a abordar os trabalhos que abordam a Revolução Federalista em Santa Maria. Começaremos pelos trabalhos de Ápio Cláudio Beltrão, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). No livro “Recortes Históricos: a história de Santa Maria em cinco contornos” (2021), Beltrão afirma que sua pesquisa se baseou quase exclusivamente no uso de fontes bibliográficas, com o emprego de fontes históricas limitado a algumas questões específicas (p. 3). Essa abordagem revela a natureza da obra como uma revisão bibliográfica, porém, os autores das informações não são citados ao longo do texto, sendo apenas referenciados na lista de referências ao final do livro. É crucial destacar que o autor declara não ser historiador, nem tem a intenção de se considerar como tal (p. 9), e sua falta de formação profissional em história é evidente em seu trabalho, que se diferencia substancialmente de pesquisas históricas submetidas à revisão por pares.

O capítulo dedicado à Revolução Federalista em Santa Maria é o mais extenso da obra, ocupando cerca de 40% do volume total. Essa extensão reflete um evidente destaque dado a esse evento específico na narrativa. No entanto, é importante observar que a ausência de um embasamento em fontes históricas primárias pode limitar a profundidade e a precisão das análises apresentadas. Embora a revisão bibliográfica ofereça uma visão abrangente do que foi

escrito sobre o tema, a falta de referência direta às fontes primárias pode comprometer a autoridade e a credibilidade do trabalho.

A decisão de se concentrar principalmente em fontes secundárias e de não se considerar um historiador profissional levanta questões sobre a objetividade e a imparcialidade da pesquisa. A ausência de uma formação acadêmica em história também pode influenciar a interpretação e a análise dos eventos históricos, levando a possíveis distorções ou simplificações excessivas. Portanto, é fundamental abordar essa limitação de forma transparente e reconhecer as suas implicações para a validade e a confiabilidade do estudo.

Embora a ênfase dada à Revolução Federalista em Santa Maria seja louvável, é essencial que futuras pesquisas incorporem uma variedade mais ampla de fontes e adotem uma abordagem mais crítica e reflexiva. Isso garantirá uma análise mais completa e rigorosa dos eventos históricos, enriquecendo assim o entendimento geral da história local e nacional.

No decorrer da exposição, o autor se empenha em delinear minuciosamente o panorama das autoridades de policiamento que atuaram no município ao longo de diferentes períodos históricos, desde a época da Guarda Nacional até a presença do corpo policial e da brigada militar. Ele não apenas enumera essas unidades, mas também fornece detalhes sobre suas datas de criação e o contingente de integrantes em cada uma delas. Esse esforço revela a complexidade e a evolução das estruturas de segurança pública em Santa Maria ao longo do tempo, oferecendo uma visão abrangente da organização policial na região.

Além disso, o autor destaca a condição de Santa Maria como uma praça militar, ressaltando sua importância estratégica no contexto do Rio Grande do Sul. Situada no centro do estado e próxima às regiões da campanha e da serra geral, a cidade desempenhou um papel crucial como ponto de convergência e controle militar. Essa análise enfatiza a relevância geopolítica de Santa Maria e sua influência na dinâmica política e social da região.

Posteriormente, o autor aborda detalhadamente a tomada de Santa Maria pelos federalistas em março de 1894. Ele não se limita a relatar os eventos, mas também oferece uma percepção sobre as estratégias e táticas empregadas durante esse episódio. Além disso, ele apresenta dados sobre o número de mortos e feridos, proporcionando uma visão mais clara das consequências humanas desse conflito. Ao destacar as dinâmicas que se seguiram à tomada da cidade, o autor enriquece a compreensão do leitor sobre os desdobramentos políticos e militares desse período conturbado na história de Santa Maria.

Essa abordagem detalhada e metódica não apenas fornece uma visão abrangente da história militar de Santa Maria, mas também lança luz sobre aspectos pouco conhecidos e frequentemente negligenciados da história local. Ao examinar as instituições de policiamento e

as operações militares no município ao longo do tempo, o autor oferece uma contribuição significativa para a compreensão da evolução da segurança pública e da geopolítica regional. Além disso, ao analisar eventos específicos como a tomada de Santa Maria pelos federalistas, ele ajuda a contextualizar o papel da cidade dentro do contexto mais amplo da Revolução Federalista e das lutas políticas da época.

São poucos os trabalhos acadêmicos que possuem como foco a Revolução Federalista em Santa Maria, encontramos o capítulo escrito por Gustavo Figueira Andrade e Mônica Rossato: “Santa Maria e a Revolução Federalista (1891-1896)”, que está contido no livro “História de Santa Maria: novos olhares” (2022b). Nesse capítulo, são abordadas as relações do político Silveira Martins (importante líder da oposição ao governo de Júlio de Castilhos) com o local, e a tomada da cidade pelos federalistas em 1894, que impuseram o empastelamento do jornal “14 de julho”, realizaram saques na estação férrea e nas casas comerciais, além de cortarem as comunicações de telégrafo.

Ao analisarmos o contexto apresentado por esses estudos, torna-se evidente que a Revolução Federalista em Santa Maria é um tema que recebe escassa atenção por parte dos trabalhos acadêmicos. Essa lacuna suscita uma motivação substancial para a realização de pesquisas mais aprofundadas e abrangentes sobre o assunto. Nos sentimos compelidos a empreender investigações adicionais, não apenas para preencher essa lacuna no corpo de conhecimento histórico, mas também para enriquecer a historiografia tanto da guerra civil em questão quanto da própria história local de Santa Maria.

A falta de estudos acadêmicos dedicados especificamente à Revolução Federalista nesse contexto específico ressalta a necessidade de explorar e mais amplamente os eventos, os protagonistas e as repercussões desse período tumultuado na história de Santa Maria. Através de uma investigação mais detalhada e abrangente, buscaremos não apenas contribuir para a compreensão mais completa da história local, mas também para a compreensão mais ampla da dinâmica dessa guerra civil que moldou profundamente o cenário político e social do Brasil na virada do século XIX para o século XX.

Ao nos comprometermos com esse empreendimento, pretendemos lançar luz sobre aspectos pouco explorados dessa parte da história, identificando e analisando fontes primárias e secundárias relevantes, além de incorporar uma variedade de perspectivas e abordagens para fornecer uma visão mais abrangente e com nuances dos eventos e seus desdobramentos. Nossa pesquisa visa não apenas preencher uma lacuna acadêmica, mas também proporcionar uma contribuição significativa para o entendimento mais profundo das complexidades políticas, sociais e culturais que envolveram a Revolução Federalista em Santa Maria e suas implicações

mais amplas. Ao fazê-lo, esperamos fornecer informações valiosas que possam informar futuros estudos e debates sobre essa parte crucial da história brasileira.

Referências

ANDRADE, Gustavo Figueira. **Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896)** a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

ANDRADE, Gustavo Figueira; ROSSATO, Monica. **A Revolução Federalista (1893-1895) no sul do Brasil: fronteira, relações de poder e historiografia.** In: Anais do II Congresso Internacional de História da UFSM, p. 327-345.

ANDRADE, Gustavo Figueira; ROSSATO, Mônica. **Santa Maria e a Revolução Federalista (1891-1896).** In: História de Santa Maria: novos olhares. ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira; PIASSINI, Carlos Eduardo (Orgs.). Porto Alegre: Casalettras, 2022.

BELTRÃO, Ápio Cláudio. **Recortes Históricos: a história de Santa Maria em cinco contornos.** Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021.

BELTRÃO, Ápio Cláudio. **Santa Maria: quatro revoluções e uma rebelião.** Porto Alegre: Edigal, 2022.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Aspectos da Revolução de 1893.** 2. ed. ampl. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

ROSSATO, Luciana. **Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896).** 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ST 14 – PESQUISAS E FONTES NA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO

Coordenado por Profa. Dra. Glaucia Vieira Ramos Konrad
e Prof. Me. Reginaldo Ferreira da Silva Neto

***Arpilleras*: documentos políticos como fontes sociais do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Brasil**

LÖBLER, Louise
Doutoranda em Educação (PPGE/UFSM)
louiselobler@gmail.com

CUNHA, Jorge Luiz da
Docente (PPGE/PPGH/UFSM)
jlcunha11@yahoo.com.br

Resumo: Através das vivências bordadas das mulheres atingidas por barragens no Brasil, eis o ponto chave deste estudo, que a partir da produção de documentos políticos e (auto)biográficos, as *arpilleras* são bordados e costuras com tecidos que contam histórias, representações da memória social, de lutas, violações e resistências dessas mulheres que vivem em um coletivo, que é o movimento social, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que atualmente atua a nível nacional no Brasil. As *arpilleras* surgiram com as mulheres camponesas no interior do Chile durante a ditadura chilena, tal técnica inspirou as mulheres do MAB a se organizarem para tecerem suas histórias desde 2012. Atualmente, o Movimento conta com mais de 200 peças em seu acervo, as quais trazem consigo temas relevantes sobre as violações que acontecem nos territórios, como o caso do Crime das barragens de Brumadinho e Mariana; o assassinato de Nicinha, que era coordenadora do Movimento em Rondônia; a prostituição que acontece às margens das obras das construções das barragens e como isso afeta a vida das comunidades rurais; a violação nos territórios indígenas e quilombolas pela negação de direitos; dentre outros. As *arpilleras* são fontes sociais históricas produzidas pelas atingidas por barragens, são histórias narradas através de linhas e agulhas, diferentemente de muitos casos onde é o historiador que escreve as histórias dos acontecimentos, aqui, as trabalhadoras escrevem suas próprias histórias, subvertendo essa ordem de hegemonia no ofício de historiador, uma vez que muitas destas, ou quiçá todas, são atingidas por barragens, ribeirinhas, quilombolas ou/e agricultoras. Essa pesquisa vai de encontro a esses documentos políticos que ainda não foram muito estudados pelo campo acadêmico, mas que carregam singularidades importantes que destacam nossos olhares a novas possibilidades, não somente de produzir ciência, mas de dar-nos conta que há na América Latina e no Brasil, processos históricos capazes de produzirem conhecimento a partir de suas realidades.

Palavras-chave: Arpilleras; MAB; Documento Político.

Introdução

Porque a terra não tem dono Senhores Donos da Terra.
Queremos plantar no outono para ter na primavera.
Amor em vez de abandono, fartura em vez de miséria.
(Vinicius de Moraes³⁰⁸)

Os estudos na área das ciências humanas englobam uma diversidade imensa de possibilidades, e quando se trata de História, logo se pensa em fatos históricos e lembranças do passado. Porém, aqui a proposta é de mirarmos em uma fonte social histórica, que são as

³⁰⁸ Excerto do poema Os homens da terra de Vinicius de Moraes.

arpilleras feitas pelas mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil, no período de 2012 a 2022. Permeando debates essenciais em relação a memória e o esquecimento, com uma conotação em especial ao esquecimento imposto, forçado e intencionalizado pelo avanço sobre os bens comuns da natureza e da vida das pessoas em nome do desenvolvimento do capitalismo.

Através das vivências bordadas das mulheres atingidas por barragens no Brasil, eis o ponto chave deste estudo, que a partir da produção de documentos políticos artísticos e (auto)biográficos, as *arpilleras* são bordados e costuras com tecidos que contam histórias, representações da memória social, de lutas, violações e resistências dessas mulheres que vivem em um coletivo, que é o movimento social, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que atualmente atua a nível nacional no país, que se transformam em testemunhos passíveis de uma pesquisa social. Sendo assim, as *arpilleras* são aqui, uma das principais fontes de pesquisa do estudo de tese para o doutorado em Educação da autora, que se propõe a costurar memórias, histórias e educação popular.

As *arpilleras* são uma arte têxtil, mas aqui a intenção é olhar para a arte além da arte, para esse estudo é preciso partir da compreensão de que a arte de *arpillar* não possui valor de mercadoria, portanto, será considerada como uma arte da classe trabalhadora, nesse caso, das mulheres atingidas por barragens, camponesas, ribeirinhas, agricultoras, meeiras, mães, das exploradas e violadas pelo capitalismo e pelo machismo em nosso país. Enfim, a *arpillera* é um documento político.

São documentos que não são escritos, nem impressos, são únicos, singulares, costurados e bordados com linhas e agulhas, que denunciam as violações de Direitos Humanos, podemos considerá-los como as vozes coletivas silenciadas das mulheres transformadas em documento político, desde àquelas camponesas que sofreram com a ditadura chilena que iniciaram a arte de *arpillar*, até os dias atuais, com as mulheres atingidas por barragens no Brasil.

É preciso partirmos da compreensão inicial de que há memórias que são envoltas de histórias as quais são representações cultivadas pela convivência em coletivo e poderíamos dizer que nas comunidades rurais e ribeirinhas possuem esse vínculo afetivo na construção das memórias que forja suas identidades.

O que são as *arpilleras*?

De início, quando nos referimos à memória, pensamos no passado, no que aconteceu, no que lembramos e de como as relações foram estabelecidas a partir de algum fato, da alegria ou do trauma, por exemplo. Muitas das memórias são guardadas de formas diferentes pelos

distintos sujeitos sobre o mesmo acontecimento, no sentido que há lembranças que acessamos perfeitamente, cada detalhe, até as cores e os odores, já há outras que há um vácuo entre um acontecimento e outro, e muitas coisas que nem lembramos [...] las memorias individuales están siempre enmarcadas socialmente. Estos marcos son portadores de la representación general de la sociedad, de sus necesidades y valores. Incluyen también la visión del mundo, animado por valores, de una sociedad o grupo (Jelin, 2002, p. 20).

Mas, também há aquelas memórias que são esquecidas, não no sentido de esquecimento pelo tempo entre o fato e a narração, mas no sentido de serem subjugadas ao esquecimento, e que muitas vezes não são possíveis de serem reconstruídas.

É nesse buscar pela história, que muitas vezes a classe trabalhadora não encontra suas histórias registradas pelos historiadores. Tomando em conta um debate já bastante conhecido e necessário, que é o ofício do historiador. Nesse sentido, as mulheres atingidas por barragens estão subvertendo o modo de registro histórico, as *arpilleras* nos fazem repensar algumas questões importantes, e se colocam na história como uma fonte passível de serem pesquisadas, historicizadas e compreendidas como uma metodologia (auto)biográfica de construção de documentos políticos.

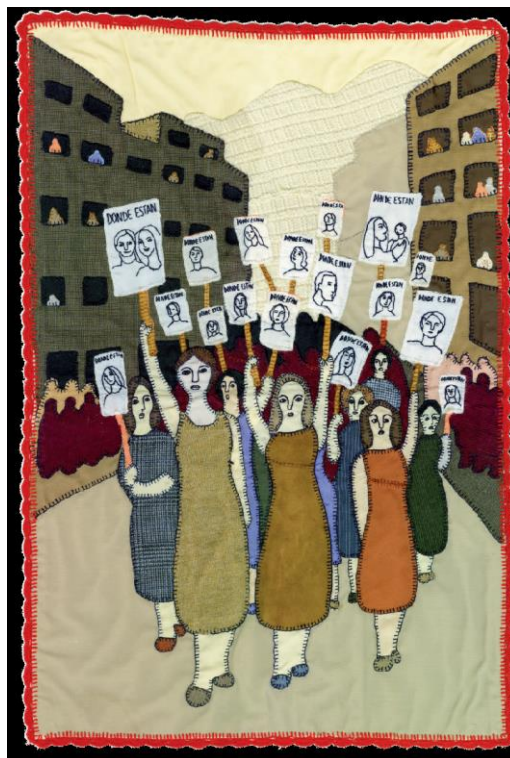
Os registros históricos do local que surgiu esse processo de *arpillar* foram em comunidades rurais no Chile, durante a ditadura militar, liderada pelo general Augusto Pinochet (1973 – 1990), período que não seria nem brando nem breve (Winn, 2010), sobre esse contexto político Winn, nos contextualiza dizendo que:

Jamais conheceremos os números precisos dos presos, torturados e executados pela contrarrevolução. Após a restauração da democracia, Comissões da Verdade Oficiais documentaram que pelo menos 3.178 pessoas foram executadas ou desapareceram (e portanto foram consideradas mortas), e pelo menos 28 mil foram torturadas, embora os números de presos e interrogados provavelmente tenham excedido os cem mil, e quase todos esses prisioneiros tenham sofrido algum tipo de tortura. (Winn, 2010, p. 123).

Como exposto acima, milhares de pessoas foram executadas, torturadas e desaparecidas durante o período ditatorial, e “na verdade, a repressão foi ainda pior na zona rural, onde não havia imprensa estrangeira e se contava com menos testemunhas” (Winn, 2010, p. 124). Foi nesse contexto que as mulheres camponesas tiveram a ideia de subverter o silenciamento imposto pela ditadura e romper com as fronteiras construídas, bordando suas realidades, de opressão e repressão que sofriam pelo contexto político (Agosin, 1985; Basic 2015; Garcia, 2018).

Vejamos a seguir a imagem da *arpillera* chilena:

Figura 1 – Arpillera “Marcha de mujeres familiares de detenidos desaparecidos”



Fonte: Arquivo do Museu de la Memoria y los Derechos Humanos, Chile, 2012.

É importante compreendermos que “el discurso de la arpillera no es especulativo ni teórico, es concreto y vivencial, centrado en una costura específica que, [...] testimonia lo que la voz no puede exclamar, o como en un textum literario, las arpilleras cuentan una historia” (Agosin, 1985, p. 524). Cabe ainda destacar, que costurar e o bordar arpilleras é mais do que uma simples puntada, esses espaços de encontro entre as mulheres, proporciona construir lugares de escuta e confiança, onde as “agujas e hilos militan en la tela, denuncian y se exponen a ser asediadas por la ideología dominante, que se opone a este arte que nace de la verdad y no del invento ni de la abstracción” (Agosin, 1985, p.528).

O Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil

As comunidades atingidas por barragens no Brasil, veem suas memórias materiais e imateriais submersas pelo avanço e desenvolvimento do capitalismo, desde o final do Império no Brasil (1822-1889), onde iniciou-se as grandes construções de Usinas Hidrelétricas (UHE) com um objetivo principal, de tornar a água como uma mercadoria de uso, rentável,

transformando esse bem natural da humanidade em lucro e mais lucro. Como podemos observar, no histórico do acervo da Memória da Eletricidade³⁰⁹:

A Usina Hidrelétrica Marmelos, do tipo fio d'água, localizava-se no rio Paraibuna, bacia do rio Paraíba do Sul, na altura da cachoeira dos Marmelos, na antiga estrada Rio-Juiz de Fora, cerca de sete quilômetros do município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. Em 1886, a Câmara de Juiz de Fora abriu concorrência pública para concessão do serviço de iluminação [...] Constituiu-se, então, em fevereiro de 1888, a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), dirigida por Bernardo Mascarenhas, que iniciou, logo em seguida, a construção da usina. As obras tiveram início em fevereiro de 1889 e todo o maquinário para montagem da usina foi encomendado à firma norte-americana Max Nothman & Companhia que entregou a Westinghouse. A usina foi inaugurada em 5 de setembro de 1889. Operava, inicialmente, com dois grupos geradores de 125 kW cada, compostos de duas turbinas hidráulicas que acionavam, cada uma, dois alternadores monofásicos, sob tensão de 1.000 volts e frequência de 60 Hz. O sistema de iluminação pública consistia, inicialmente, de 180 lâmpadas incandescentes de 32 velas, a 50 volts. Em 1891, além da iluminação pública, já haviam sido instaladas 700 lâmpadas para uso particular. Em 1892, foi instalado o terceiro grupo gerador, também de 125 kW, totalizando capacidade instalada de 375 kW. A produção da usina passou, então, a ser utilizada também para fins industriais, permitindo a modernização da indústria da região de Juiz de Fora, liderada por produtos têxteis. Em 27 de agosto de 1898, entraram em operação os dois primeiros motores elétricos do município, tendo sido, o maior deles, destinado a acionar os 60 teares da Tecelagem Mascarenhas e o segundo, de menor porte, a movimentar a oficina de Pantaleone, Arcuri & Timponi. (n.d, n.p).

Atualmente, segundo o histórico do acervo, a primeira Usina está desativada, e é Patrimônio Cultural do estado de Minas Gerais. Segundo os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), há atualmente no Brasil, 1.477 empreendimentos que utilizam a água como fonte de energia, nesse total estão consideradas as Usinas que já estão gerando energia, as que estão em fase de construção, e também as que já possuem todo o aval técnico e jurídico para iniciar sua construção.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2022), estima que no país atualmente há mais de 1,5 milhão de pessoas atingidas pelas construções desses empreendimentos. Mas, acredita-se que esse número é bem maior, justamente por não haver os dados e histórias sistematizadas sobre as populações atingidas por barragens. Há uma enorme defasagem por parte das empresas construtoras, uma vez que são as responsáveis pelos estudos sócios-ambientais para a viabilização das construções, obviamente aqui há a suspeita de que quanto menos atingidos reconhecidos formalmente existirem para a empresa, menos ela terá que compensar financeiramente pelas eventuais perdas.

É importante frisar, que os povos e territórios atingidos por essas construções são muitas vezes pesquisados como casos isolados, tendo outros focos, como por exemplo nos fatores

³⁰⁹ Acessível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/@id/31130>

ambientais ou números de engenharia e produção de energia³¹⁰, muitas vezes as famílias e comunidades atingidas são esquecidas nos estudos e relatórios oficiais, seja das empresas construtoras ou do próprio Estado brasileiro.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), segundo Löbner (2022), é um movimento de caráter sindical, político, de homens e mulheres, e atualmente possui atuação a nível nacional no território brasileiro. No início da organização dos atingidos por barragens eram feitos via comissões locais ou regionais dos atingidos, na região sul do país, no final da década de 1970, criou-se a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), ao mesmo tempo que em outros locais do país, conforme a linha histórica apresentada no *site* do MAB³¹¹, existiam associações e sindicatos que lutavam contra a construção desses empreendimentos hidrelétricos. Como por exemplo, a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí – CAHTU, a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu - CRACOHX e o Movimento dos Ameaçados por Barragens – MOAB, em São Paulo.

Porém o MAB surgiu entre as décadas de 1980 e 1990, onde houve sua nacionalização e definição das pautas unitárias das comissões regionais e sindicais, e escolha da bandeira que os representaria em todo o país. Na região centro-oeste do Rio Grande do Sul, há dados interessantes a serem considerados, para explicitar tais questões, ao longo do Rio Jacuí há Usinas Hidrelétricas de grande porte construídas, porém, somente uma barragem foi construída com atuação direta da organização do Movimento dos Atingidos por Barragens, a UHE Dona Francisca, uma vez que as barragens construídas anteriormente são de uma época onde não havia o MAB.

O primeiro empreendimento, a UHE Governador Leonel de Moura Brizola, também conhecida por UHE Jacuí, foi inaugurada em 1962, durante o período conhecido como República Populista, no governo de João Goulart, já as outras duas barragens, a UHE Passo Real e UHE Itaúba foram construídas em plena Ditadura Civil Militar no Brasil (1964 - 1985), e a última barragem construída no Rio Jacuí foi a UHE Dona Francisca, em 1996, durante o período democrático no governo de Fernando Henrique Cardoso.

³¹⁰“Em alta tensão: atores e conflitos no contexto da renovação das concessões do setor elétrico brasileiro através da mp 579/2012”, de Gilberto Cervinski, UFABC, 2012; “Modelagem dinâmica do uso e cobertura da terra na área de influência da usina hidrelétrica Dona Francisca – RS”, de Juliana Tramontina, UFSM, 2012; “Análise da efetivação das medidas prognosticadas no EIA/RIMA da usina hidrelétrica Dona Francisca, Rio Grande do Sul”, de Tatiana Nardon Noal, UFSM, 2012; “Efeitos da implantação da usina hidrelétrica Dona Francisca (RS, Brasil) sobre estágios imaturos de Odonata (Insecta)”, de Damaris Batistell Neri, UFSM, 2009.

³¹¹ Acessível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>

Vale considerar que “no ano de 1934, com a promulgação do “Código das Águas” (Decreto nº. 24.643), que o Estado brasileiro passou a regular juridicamente a utilização das águas” (Felipe, 2016, p. 19) e até recentemente na história do país a “única política pública para atingidos por barragens até o ano de 1987 era o decreto-lei 3.356 de 1941 que permite a desapropriação de terras para implantação de empreendimentos que possuam utilidade pública” (Felipe, 2016, p. 21), como o caso das barragens para a produção de energia.

Somente em 1988, com a Constituição Federal brasileira, que há legalmente o direito de indenização por desapropriação de terra em nosso país. Mas isso não significa que os atingidos por barragens possuem esse direito garantido em suas vidas, porque é preciso frisar que para o Capitalismo seu território de atuação não se limita as fronteiras, ou seja, de quem é a responsabilidade para garantir aos atingidos por barragens a reparação pela perda de suas terras e memórias? Do Estado brasileiro ou das empresas que constroem as barragens?

Segundo os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), há atualmente no Brasil, 1.477 empreendimentos que utilizam a água como fonte de energia, nesse total estão consideradas as Usinas que já estão gerando energia, as que estão em fase de construção, e também as que já possuem todo o aval técnico e jurídico para iniciar sua construção. Nesse montante estão classificados de acordo com a sua capacidade de produção de megawatts (mw) por hora, sendo: Usinas Hidrelétricas (UHE) com a produção acima de 30 MW, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) com a produção de 5 MW à 30 MW, e, as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) com a capacidade de produção de energia de até 5 MW. No Estado do Rio Grande do Sul (RS), há 149 empreendimentos, divididos em: 17 UHEs, 70 PCHs e 62 CGHs.

Os “movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil” (Moreira, 2014, p. 31), e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), se caracteriza como um movimento social camponês. É um movimento misto, de mulheres e homens, enfrentando diariamente o avanço do capitalismo que inunda suas casas, levando com as águas as memórias e vínculos comunitários das comunidades atingidas por essas construções de empreendimentos, como as barragens. “Podemos considerar como marco oficial da organização de movimento social contra as barragens o evento que reuniu, aproximadamente, 350 agricultores familiares, em Concórdia, no estado de Santa Catarina (SC), no dia 24 de abril de 1979, quando foi formalizada a Comissão Regional de Barragens (CRAB)” (Rocha; Oliveira, 2018, p. 04).

A nacionalização da luta contra as construções de barragens aconteceu no final dos anos de 1980, como nos conta os autores Rocha e Oliveira, quando citam que:

Entre 19 e 21 de abril de 1989 ocorreu, em Goiânia-GO, o I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, quando se decidiu pela organização do movimento em âmbito nacional. Em março de 1991, na cidade de Brasília, oficializou-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, a partir de então, a nacionalização do movimento cujas ações se tornaram maiores e mais frequentes em todo o país. (Rocha; Oliveira, 2018, p.13 – 14).

Partindo dessa constatação trazida pelos autores na citação acima, de que o MAB, ou seja, a luta contra a violação de direitos humanos que acontecem antes, durante e depois desses processos de construções de barragens acontece “em cada nova hidrelétrica a ser instalada”, Germani contribui para compreendermos como acontece esse processo, quando cita que:

a construção de reservatórios e, somada a outras experiências e, serviram de base para a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Se há ainda muitas situações pendentes decorrentes de construções de hidrelétricas carecendo de solução, o MAB, atuando em todo o território nacional, vem imprimindo outro rumo nesse tipo de processo. Com a atual crise energética, esta organização prepara-se para novos enfrentamentos, não só pela construção de grandes barragens e, mas a de pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), que tem como executor não o estado, mas empresas particulares, o quê, seguramente, dará outro tom aos embates (Germani, 2003, p. 10).

A partir disso, podemos observar que as ameaças e conflitos que os atingidos por barragens sofrem, inicialmente eram de responsabilidade do estado brasileiro, seja ela na esfera estadual ou federal. E com o desenvolvimento do capital, com a vinda das multinacionais estrangeiras para a produção de energia, fez com que acontecesse um avanço nas pautas de lutas dos atingidos.

Segundo Löbner (2022), inicialmente lutavam apenas para não perderem suas terras pelas águas do alagado das barragens. Para não serem atingidos pelo empreendimento, para garantir uma indenização, ou reassentamento em outro lugar para seguir sua vida sem prejuízos. E assim como o capital avançou rapidamente com inúmeros empreendimentos de barragens, suas pautas e lutas também precisaram avançar.

Os *slogans* do Movimento foram mudando ao longo do tempo, e que eles representam um resumo da pauta de suas lutas. A compreensão inicial era lutar pelo direito de dizer “*não as barragens*”, uma vez que até os dias atuais as empresas ou estado não perguntam à população se concordam com as construções de usinas hidrelétricas, se aceitam ir morar em outro lugar ou às indenizações. Por isso, que mais tarde o grito dos atingidos passou a ser “*águas para vida não para morte*”, representando que sua consciência sobre as violações que passam antes, durante e depois desses empreendimentos, não respeita a vida das pessoas e o meio ambiente. E mais tarde, com os avanços da pauta e lutas, entendeu-se que “*água e energia não são mercadorias*”, com a compreensão de que com o avanço do capital somente o lucro e o dinheiro

importa, onde os rios, a fauna e flora, as pessoas, a terra, e todas as relações culturais construídas nas comunidades atingidas não importam para as empresas, tudo se torna mercadoria nesse processo de “desenvolvimento” imposto na construção das barragens (Löbner, 2022).

Voltando ao nosso exemplo, na região centro-oeste do RS estão construídas 4 barragens ao longo do Rio Jacuí. A primeira barragem foi a UHE Jacuí³¹², que em 2005 mudou de nome em ao ex-governador, falecido recentemente, para UHE Governador Leonel de Moura Brizola, popularmente conhecida por UHE Leonel Brizola. Sua construção, segundo Maciel apud Montagner (2012), iniciou sua construção nos anos 50, com a imediata mudança no município de Salto do Jacuí, com máquinas, trabalhadores operários e novos comércios. Atingindo apenas o município de Salto do Jacuí, com um reservatório estimado em 500 hectares, segundo o site³¹³ da CEEE – GT.

Medeiros (2020) contribui para a historização em torno da UHE Passo Real, dizendo que “foram desapropriadas 3129 propriedades rurais, sendo dessas 1498 à margem direita do Rio Jacuí e 1631 à margem esquerda. Nesse contexto, aproximadamente 1600 famílias de agricultores foram atingidas” (Medeiros, 2020, p. 2). Segundo os dados da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica³¹⁴ (CEEE - GT, 2011), a barragem possui um reservatório que compreende a quase 62 mil hectares, atingido vários municípios, dentre eles: Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro, Campos Borges, Alto Alegre, Ibirubá, Salto do Jacuí, Selbach e Jacuizinho. Já a UHE Itaúba, possui um reservatório de aproximadamente 11 mil hectares (CEEE – GT, 2011a), que atinge os municípios de Júlio de Castilhos, Salto do Jacuí, Pinhal Grande e Estrela Velha.

A mais recente, que teve início sua construção em 1996, foi a UHE Dona Francisca, a qual “atingiu 518 propriedades rurais, 540 famílias, totalizando 2.709 pessoas desapropriadas” (Moreira, 2014, p. 28), tendo uma área alagada de cerca de 2.098 hectares³¹⁵, atingindo os municípios de Nova Palma, Agudo, Ibarama, Pinhal Grande, Estrela Velha e Arroio do Tigre.

Sabe-se portanto, que apenas nessa região do RS, mesmo com os dados incompletos nos registros históricos encontrados, há 95.500 hectares de terras alagadas devido as construções dessas usinas hidrelétricas, terras onde haviam cerca de 3.647 pequenas propriedades rurais e estima-se 2.140 famílias. É importante observar, que o número de propriedades rurais e número de famílias atingidas foram encontradas apenas nos registros das últimas duas barragens

³¹² Acessível em: <https://estado.rs.gov.br/usina-da-ceee-no-rio-jacui-completa-50-anos-de-operacao>

³¹³ Acessível em: <https://www.ceee.com.br/a-ceee/usinas-e-pchs>

³¹⁴ Criada através do Decreto-Lei Estadual nº 328.

³¹⁵ Fonte: <https://estado.rs.gov.br/ceee-passara-a-dispor-de-ate-15-da-energia-da-usina-de-dona-francisca>

construídas, então há obviamente, muito mais pessoas atingidas por barragens nessa região do estado, servindo assim de exemplo para o que acontece em todo o território brasileiro.

Essas comunidades, famílias, atingidas por barragens, passam por processos traumáticos, desde a chegada da notícia ao lugar que vivem, até presenciarem suas casas sendo inundadas pelas águas do desenvolvimento. Haiski (2021), contribui para compreendermos que esses acontecimentos podem conduzir as pessoas a relembrarem a partir dos fatos traumáticos suas experiências e histórias, o qual pode esquecer, recordar ou testemunhar. E cada escolha reflete em conflitos entre o vivido e o lembrado, “ao decidir narrar as suas memórias, ele tem a possibilidade de reorganizá-las e de compartilhar a vivência traumática, aliviando-a e ressignificando o seu passado. (Haiski, 2021, p. 182).

A partir dessa realidade, que as mulheres do MAB, por inspiração das mulheres *arpilleristas* chilenas, resolveram tecer suas próprias histórias, e assim foram construindo um acervo histórico social, no âmbito nacional que expressa suas lutas, denúncias e resistências. Vejamos uma dessas *arpilleras* a seguir:

Figura 2 - *Arpillera* “Justiça pra Nicinha”



Fonte: Exposição *Arpilleras*: atingidas em defesa da vida. MAB.

As mulheres do MAB, costuram coletivamente esses documentos. A *arpillera* acima retrata do assassinato de Nicinha, que aconteceu em 2016, ela era coordenadora do Movimento em Rondônia.

Os desafios, considerações finais

Outro fator indispensável, é o desafio proposto ao longo da pesquisa, de compreender a partir da história vivida pelos atingidos por barragens esses processos de construção das memórias, da (auto)biografia. Acserald (2019), discorre sobre o termo “memória técnica”, usada nas construções de barragens, como uma espécie de *modos operandi* de resolver as questões sociais, chamando a atenção sobre “o esquecimento metodológico da memória dos grupos sociais atingidos pelos impactos das obras e subsequente operação da barragem contribui para reproduzir o entendimento do “social” dos grandes projetos como um simples problema instrumental a resolver” (Acserald, 2019, p. 391). Afinal, a questão “social”, para esses grandes empreendimentos são sempre considerados um problema a ser resolvido, ignorado ou silenciado.

Sabe-se que algumas famílias atingidas por barragens optam no processo de negociação durante a construção das barragens, por indenização em dinheiro de sua “antiga vida”, outras pelo reassentamento, mas também há aquelas que não conquistam nada, ficam às margens da espera e da miséria, cabe a essa pesquisa historicizar essas migrações e juntamente compreender suas reconstruções das memórias que foram submersas.

Há uma lacuna na história dessas comunidades atingidas por barragens, muito escreve-se sobre o meio ambiente, a produção de energia, o desenvolvimento das tecnologias, mas pouco se escreve sobre as pessoas, os lugares, a história a partir das memórias das comunidades atingidas por barragens. Por isso da importância dessa pesquisa. No intuito de continuar a se colocar nesse local de disputa do conhecimento, que é a Universidade, trazendo discussões pertinentes, elaborando o ofício de historiadora, a partir da práxis e memórias dessa pesquisadora, uma atingida por barragem camponesa.

No Brasil os conflitos por terra submergem desde a invasão dos portugueses em 1500 até os dias atuais. O avanço desenfreado do capitalismo e a concentração de terras induziu conflitos em territórios camponeses, e em incessantes e diversas violações de Direitos Humanos, àquelas pessoas que por muitas vezes não são reconhecidas como sujeitos nos processos de assentamento ou indenização, excluindo a cidadania à olhos nus, perante o Estado ou qualquer outra lei que rege a vida na terra.

Segundo Halbachs (1997), a memória é constituída de ideias, imagens e palavras que são emprestadas ao meio. As memórias dos atingidos por barragens, colocadas em sigilo pelo avanço do capitalismo por interesse próprio, fez com que essas violações fossem mais contundentes.

É importante frisar, que a memória é algo em disputa na sociedade, “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Le Goff, 1990, p. 426). Assim como, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Idem).

Candau (2011) e Jelin (2002), falam sobre memórias individuais que se constituem nas relações do sujeito com o meio, em coletivo, dissertam também pelas múltiplas combinações que o recordar das memórias pode ter tempos, durações, e discursos heterogêneos, lembremos, que “a maior parte da história do passado era escrita para a glorificação e talvez para o uso prático dos governantes” (Hobsbawm, 2013, p. 280-281).

Como nos ensina Eric Hobsbawm (2013, p. 280), o ofício da historiadora da classe trabalhadora é de escrever a história a partir das narrativas “dos de baixo”, considerando que haverá contradições encontradas e necessárias durante os estudos para essa pesquisa, e que as narrativas e testemunhos são fatores importantes, contribuindo assim para a história dos atingidos por barragens no Brasil, uma vez que todo o povo tem história. “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem que reproduzir [...] O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como o modo como produzem” (Engels; Marx, 1977, p. 36-37).

Segundo Acserald (2008, p.10), “é fato que possuir a informação geográfica significa não somente afirmar sua autoridade, mas também proteger as riquezas, cuidando ciosamente de que ninguém mais dela se apodere”, por isso é tão importante conhecermos os territórios, os quais muitas vezes são negados pelas empresas construtoras de barragens, àquelas pessoas que contribuem diariamente na manutenção da vida no campo, as mulheres camponesas.

As mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens possuem em seu acervo, atualmente, cerca de 200 *arpilleras*, as quais trazem consigo temas relevantes sobre as violações que acontecem nos territórios, como o caso do Crime das barragens de Brumadinho e Mariana; o assassinato de Nicinha, que era coordenadora do Movimento em Rondônia; a prostituição que acontece às margens das obras das construções das barragens e como isso afeta a vida das comunidades rurais; a violação nos territórios indígenas e quilombolas pela negação de direitos; dentre outros.

As *arpilleras* são as fontes históricas produzidas pelas atingidas por barragens, são histórias narradas através das suas linhas e agulhas, diferentemente de muitos casos onde é o historiador que escreve as histórias dos acontecimentos, aqui as trabalhadoras escrevem sua própria história, subvertendo essa ordem de hegemonia no ofício de historiador, uma vez que

muitas destas, ou quiçá todas as trabalhadoras são atingidas por barragens, ribeirinhas, quilombolas e agricultoras.

Este acervo ainda está em construção, uma vez que as mulheres continuam seus atos de *arpillar*, em um encontro entre suas narrativas (auto)biográficas e suas vozes de denúncias que tecem documentos políticos em busca de serem ouvidas e vistas como sujeitos de direitos. E essa pesquisa vai de encontro a isso, a esses documentos políticos, que ainda não foram muito estudados pelo campo acadêmico, mas que carregam singularidades importantes que destacam nossos olhares a novas possibilidades, não somente de produzir ciência, mas de dar-nos conta que há na América Latina e no Brasil, processos históricos capazes de produzirem conhecimento a partir de suas realidades. Há que se colocar em movimento, e construir espaços onde as vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas.

Referências

ACSERALD, Henri. A “memória técnica” das grandes barragens: Considerações sobre a aplicação da noção de memória a fatos técnicos. **Novos estud.** CEBRAP. v. 38, n. 2, mai. – ago. 2019. p. 389-408. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6DQSBdYBKGZ77Xzwm9mgvfs/?lang=pt> . Acesso em: 17 ago. 2023.

AGOSIN, Marjorie. Agujas que hablan: las arpilleras chilenas. **Revista Iberoamericana**. v. LI, n. 132-133, p.523 – 529, jul. – dez. 1985. Disponível em: <https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/4066/4234> . Acesso em 10 de ago. de 2023.

BASIC, Roberta. In: **Catálogo da exposição: Arpilleras: bordando a resistência**. 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Editora Contexto. São Paulo: 2011.

CEEE. Companhia Estadual de Energia Elétrica. **Plano de uso e ocupação do solo em torno do reservatório da UHE Passo Real**. Profill Engenharia e Ambiente Ltda. 2011. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1azEEEmEPSLZ-1t0UkB7C_R-1vbq1k5N1K/view . Acesso em: 15 ago. 2023.

CEEE. Companhia Estadual de Energia Elétrica. **Plano de uso e ocupação do solo em torno do reservatório da UHE Itaúba**. Profill Engenharia e Ambiente Ltda. 2011a. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1p0VOsIjQFqUd3JG-6RtBkODLC_jr9VMm/view . Acesso em: 15 ago. 2023.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FELIPE, Marina Reche. **Atingidos por barragens e as lutas pela regulamentação de direitos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167704>. Acesso em: 22 ago. 2023.

GARCIA, Esther Vital. **“The Quilt Project” y “The Art of Survival Exhibition: International and Irish Quilts”** - Un ejemplo de cómo utilizar el arte para construir espacios para el encuentro en sociedades divididas. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidad de Deusto, Instituto de Derechos Humanos Pedro Arrupe. (Mestrado), Bilbao, Espanha. 2008.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu**. 2ª edição. Editora EFUFBA: ULBRA, 2003.

HAISKI, Vanderléia de Andrade. **A literatura de testemunho na América Latina como elemento de ressignificação da memória, da dor e do trauma**. 2021. Tese (Doutorado em Letras – ênfase em estudos literários) - Universidade Federal de Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/26607>. Acesso em 20 ago. 2023.

HALBACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Editora Revista dos Tribunais Ltda. 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. Editora Companhia das Letras, São Paulo: 2013.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid – España. Siglo veintiuno de España editores/Siglo veintiuno de Argentina Editores. 2002.

LÖBLER, Louise. **Arpillerando com jovens do ensino médio de uma escola do campo – bordados coletivos da luta pela terra**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório. 2022. Disponível em: <https://proppg.uergs.edu.br/mestrados/ppged/dissertacoes> . Acesso em: 20 ago. 2023.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Documento interno**. n.p, 2022.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Exposição Arpilleras: atingidas em defesa da vida**. Disponível em: <https://mab.org.br/mulheres/> . Acesso em 29 de agosto de 2023.

MEDEIROS, Pedro Vicente Stefanello. Os afogados do Passo Real: Identidade e luta pela terra (1963 - 1988). **Estudios Rurales**. Publicación del Centro de Estudios de la Argentina Rural Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. v.10, n. 20, p. 1 – 15. 2020. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/181/1811302002/index.html> . Acesso em: 23 ago. 2023.

MOREIRA, Samuel Antônio Fogliarini. **Movimento dos Atingidos por Barragens – Apoio e luta por justiça: estudo do caso da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, RS**. 2014. Monografia (Especialização em História do Brasil) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/14910>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MUSEU DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. **Arpilleras: colección del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos**. Ocho libros editores. Santiago, Chile. 2012.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. Editora UNESP, São Paulo: 2010.

Gestão paternalista e conflitos laborais na cidade-empresa: o “tradicional” e o “moderno” nas relações de trabalho em Minas do Camaquã (1942-1996)

ORNELAS, Norberto Q. G. de
Mestrando PPGCS (UFSM)
CAPES, norberto.ornelas@acad.ufsm.br

FERREIRA, Laura S.
Doutora (UFSM)
laurasennafe@hotmail.com

Resumo: Paternalismo envolve vínculos de proximidade, benfeitoria, auxílio ou ajuda que se desenvolvem entre sujeitos em posições desiguais (Ornelas, 2023). Durante anos a Companhia Brasileira do Cobre (CBC) constituiu um espaço de vínculos assistencialistas em meio à um modelo de assentamento intensamente hierarquizado. O proprietário, Francisco Pignatari (1916-1977), lançava mão de estratégias de pessoalidade e laços de afetividade, associados à manutenção de um regime modelar, onde as garantias oferecidas pela CBC incluíam moradia, escola, comércio, clubes, e gratuidade dos serviços de água, luz, assistência médica, transporte e abastecimento; além da manutenção de banda e time de futebol, festas e presentes. Frente a isto, o objetivo desta pesquisa é compreender as práticas paternalistas que se desenvolveram em Minas do Camaquã entre os anos de 1942 e 1996, observando em que medida essa forma de gestão se vincula aos conflitos laborais. A partir da reflexão sobre paternalismo proposta por Thompson, indaga-se se o modelo de organização posto em prática por Pignatari pode ser lido como uma forma de tentar superar as estratégias de resistências dos trabalhadores. A partir de experiências relatadas foi possível identificar a influência de um “circuito paternalista” baseado na dependência, garantido por concessões e deferências que, junto a outros elementos de coesão e controle, contiveram, embora que parcialmente, os conflitos de classe. Diversas tensões relatadas demonstram um campo de forças e interesses distintos: demissões por causa de “condutas desviantes”; proibição de comerciantes “externos” à CBC; insegurança laboral; segregação espacial fruto do modelo de assentamento; e falta de autonomia. O paternalismo apresentava-se não como um fenômeno irreduzível, mas como um estilo gerencial que se adaptou à evolução das circunstâncias nas relações sociais, laborais e produtivas, que respondia não só aos conflitos locais, mas também à conjuntura política que incidia sobre a forma como os trabalhadores se reconheciam enquanto cidadãos com “direitos”. Havia contradição entre o ambiente político nacional, a partir de 1988, com a forte emergência de contestações trabalhistas, e o caso da CBC, onde os trabalhadores ofereceram resistência às ideias sindicais diante de uma gestão que ainda operava o controle e bem-estar social. Os elementos morais de benesses, deferências e de personalização patronal, num primeiro momento, parecem ser antagônicos ao cálculo racional da empresa moderna.

Palavras-chave: paternalismo; trabalho; conflitos.

Introdução e metodologia

Em termos weberianos, Minas do Camaquã é um caso típico-ideal. É um caso extremo que suscita questões interessantes a serem feitas à luz da sociologia histórica e da sociologia do trabalho.

O Brasil da primeira metade do século XX foi marcado por empresas que possuíam vilas para abrigar seus funcionários. São exemplos a Vila Maria Zélia, Fordlândia, Vila Cerealina,

Núcleo Carajás, Porto Trombetas, Vila Beltramo, entre outras. Não raro, em algumas delas prevaleciam vínculos de proximidade, benfeitoria, auxílio ou ajuda. Essa relação empregado-empregador configura o que podemos chamar de paternalismo. Se tomamos este paternalismo como uma forma de gestão que se estabelece na sociedade salarial, destacamos que se desenvolve entre sujeitos em posições desiguais. Portanto, baseia-se na dependência de uma relação verticalizada (Thompson, 1987; 1998) (Leite Lopes, 1988) (Leal, 1976) (Ramalho, 1989) (Perrot, 1978)

Entretanto, poucos lugares combinavam um rígido modelo de assentamento, combinado à um paternalismo empresarial se apresentava de forma constante e das mais diversas formas. Ao longo de vários ciclos, a mineração de cobre na localidade passou por todos os tipos possíveis de capital. A empresa existiu oscilando entre a esfera privada e pública. Iniciou com empresas de capital estrangeiro (1870-1909), na sequência foi criada a Companhia Brasileira do Cobre (CBC), com as ações divididas entre o estado do Rio Grande do Sul e o Grupo Pignatari (1942-1957), depois a parte estatal foi privatizada (1957-1974), após estatizada por completo durante a ditadura (1974-1989), onde foi nomeado o presidente Henrique Anawatte, e por fim, privatizada novamente, mas desta vez, leiloadada aos próprios funcionários, numa forma de privatização ainda nunca posta em prática no país, mostrando-se pela primeira vez uma espécie de autogestão (1989-1996). Os elementos constitutivos do “modo Pignatari” de administrar guardam profunda relação com a memória local.

O que se objetiva com este trabalho é discutir as práticas paternalistas que se desenvolveram em Minas do Camaquã entre os anos de 1942 e 1996, observando em que medida essa forma de gestão se vincula aos conflitos laborais.

As fontes de dados são a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas (Boni e Quaresma, 2005; Triviños, 1987). A pesquisa documental ocorreu nos arquivos da CBC, hemeroteca da Biblioteca Nacional e Municipal, arquivos pessoais, acervo do DNPM, relatórios enviados ao INPS e registros fotográficos³¹⁶. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de 26/11/2022 a 18/12/2022, com 16 participantes. Foram elaborados três roteiros de entrevista com os eixos direcionados para 3 perfis: trabalhadores, gestores e representantes de entidades. Para tratamento dos dados qualitativos foi usado o software MaxQDA.

³¹⁶ No contexto da pesquisa foi levantado um acervo fotográfico de 935 imagens, de 1903 a 1996. Foram datadas e identificadas na medida do possível. Houve autorização dos proprietários dos acervos pessoais para a utilização em trabalho. Aqui a imagem constitui não somente um dado, mas também era um material visual de suporte às entrevistas, nos termos metodológicos de Flick (2008).

Este texto apresenta recortes de uma pesquisa precedente, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da UFSM como Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2023. Intitula-se “*Sob a gestão paternalista: relações de classe e condições de vida no caso da company town de Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS*”. Portanto, releva-se de antemão, que uma possível falta de exemplos mais extensivos e não detalhamento histórico sejam motivados por três razões: 1) A ênfase específica deste trabalho; 2) A limitação de páginas; e 3) Informações e apontamentos teóricos mais expressivos podem ser observados na monografia, caso haja interesse.

O regime da micro-cidade modelar

Para essas vilas de caráter autárquico pertencentes a grandes empresas, a literatura técnica convencionou chamar de *company town*, ou cidade-empresa em tradução livre. Embora haja variações, no geral, designa assentamentos, onde, a empresa não é proprietária somente do espaço laboral, mas também das casas, dos logradouros e do comércio. Em alguns casos essa situação assenta-se sobre o ideal paternalista da empresa ou de seu proprietário. Tal paternalismo emerge da relação de trabalho marcada por uma certa dependência, onde as habitações e espaços comuns, por serem de propriedade da empresa, a torna garantidora não só da sobrevivência, mas também do bem-estar dos trabalhadores.

A gestão dos complexo de vilas (vide anexo) ao longo de 56 anos, vezes mais, vezes menos, baseou-se na segregação, mas com um forte caráter assistencialista, que seria, no campo prático, uma ferramenta de controle e eficiência por parte da empresa, possuindo o modelo a capacidade de conter os conflitos do trabalho e os questionamentos das regras impostas. Essa racionalização abrangeria tanto a gestão do trabalho, a disposição territorial dos prédios, como a vida quotidiana da população trabalhadora. A distância de outras formas de recreação, comércio e assistência, sujeita aquilo que é, literal e metaforicamente, a vida “dentro” da empresa.

A produção agrícola que abastecia o mercado ocorria por meio de horta, granja e aviário da Companhia. A autossuficiência abarcava a geração de energia elétrica e o tratamento de água potável. O policiamento e a manutenção da ordem eram executados pela Guarda Patrimonial, e deste modo a empresa dispensava qualquer efetivo policial.

Na sociedade ocidental racionalizada, busca-se nas ações os meios mais eficientes visando determinado fim (Weber, 1999). Em uma situação de vila mineradora isolada fabril e/ou industrial, infere-se que a racionalidade é o que garantiria a previsibilidade da conduta dos

agentes (funcionários) naquela esfera social específica, e com isso, garantindo a eficiência do espaço laboral.

Rodrigues (1998) criou uma diferenciação no emprego da definição de *company town*, a fim de torná-la mais abrangente. Trata-se da diferenciação entre *company town* fechada e *company town* aberta. Na primeira a experiência nos mostra “tendências de padronização, de imposição de características estranhas à região de implantação, de segregacionismo hierárquico e isolamento são intrínsecas destas formações”. Já o modelo aberto é uma tentativa de adaptar o modelo clássico à uma “realidade mais dinâmica, através de um modelo de Vila que assuma um caráter de cidade normal”, assim se diversificaria as fontes geradoras de renda e de empregos para os moradores (Rodrigues, 1998, p. 4).

Essa diferenciação é pertinente para o caso de Minas do Camaquã, pois as mudanças ao longo do tempo não são estritamente morfológicas. A segregação, o controle na circulação de mercadorias e a política de manutenção da ordem nem sempre foram as mesmas nos 54 anos de CBC. Apesar de Minas do Camaquã nunca ter assumido o “caráter de cidade normal”, a forma como era administrada por Pignatari era bem diferente daquela administrada por Anawatte, ou mesmo pela Bom Jardim S/A.

Logo que a *company town* começou a se constituir em 1942, o foco da empresa era a construção de casas e alojamentos. Não havia nesse período nenhum esforço por parte da CBC para garantir um comércio unificado. Inicialmente, haviam “vendas”³¹⁷ que pertenciam a pessoas da região. Mesmo os serviços de saúde eram particulares. Os funcionários podiam se organizar (o que foi feito por meio da Cooperativa dos Empregados) para adquirirem ou trocarem alimentos. Ainda havia ranchos de leiva erguidos pelos belgas e estes continuaram a existir, demonstrando também, que apesar da empresa construir casas padronizadas, não havia uma preocupação com o rigor estético das vilas, nem com o controle de entrada de pessoas.

A partir de 1957, com Pignatari assumindo o poder acionário, a imposição de regras e a reestruturação urbana atestam o início da *company town* fechada. A antiga Cooperativa dos Empregados foi transformada em mercado e passou para o controle da Companhia. A partir deste momento a CBC passa a controlar a permanência das pessoas nos espaços das vilas e a controlar o comércio, conforme pode-se observar nas seguintes explicações:

Não podia vender nada nas vilas, porque tinha o mercado da CBC. O funcionário já tinha o vale pra isso. Mas o pessoal dava um jeito. Meu pai era um que tinha gado e

³¹⁷ Destaca-se, para ilustrar o exposto, o Armazém de Vilmar Pereira, que funcionava onde mais tarde seria o Clube dos Engenheiros, e o consultório odontológico do Dr. Dinarte Rodrigues de Freitas. Ambos não possuíam relação com a empresa, mas ofereciam seus serviços à população local.

trazia carne escondida embaixo do banco da charrete pra vender. Só que a guarda não podia desconfiar, né... (sic. Trabalhador 6, 2022).

Às vezes os plantadores e os pecuaristas vendiam pra CBC, mas não dava pra negociar direto. Era proibido. Tinha gente que tinha horta no pátio... e isso a CBC deixava, mas se mexesse com dinheiro capaz de ordenarem que uma escavadeira passasse por cima (sic. Trabalhador 4, 2022).

Temos aqui exemplo de um conflito que precede a instituição do paternalismo de Pignatari, e, e estava atrelado ao modelo de assentamento. Portanto o ambiente agonístico criado pelas restrições materiais àqueles que eram externos (mas tinham ligações com os internos) abre uma “demanda compensatória”.

Circuito do paternalismo

O paternalismo que é possível identificar entre o empregador (seja personalizado na figura do patrão ou seja da empresa enquanto corporação) e o empregado, entende-se como uma forma de gestão. Ronald Dworkin foi um dos primeiros teóricos que deu ao conceito a conotação crítica que a ele é atribuída no Ocidente, onde uma ação paternalista trata-se de uma “interferência na liberdade de ação de uma pessoa justificada por razões que se referem exclusivamente ao bem-estar, bem, felicidade, necessidades, interesses ou valores da pessoa que está sendo coagida” (Dworkin, 1972, p. 65, tradução minha).

Segundo Dworkin, o paternalismo - para assim ser chamado - deve 1) limitar a liberdade do sujeito, 2) ser executado sem o consentimento do sujeito e 3) ser executado com uma intenção benéfica.

Se voltarmos para a segunda fase da CBC, período em que podemos afirmar o início de um projeto de aproximação entre o capital e os trabalhadores e seus dependentes, a relação que se estabelece entre a empresa e a população, nos termos de Dworkin, é paternalista. Ao discutir o modo como as benesses são executadas, muitos mineiros indicam limitada complacência e gratidão: “A CBC era uma mãezona” (sic. Trabalhador 8, 2022)

Se analisarmos por meio da etimologia - *pater* - há uma hierarquia social implícita, que não possui somente uma via, e que não só demonstraria controle mas também responsabilidade na condução. Thompson afirma que no paternalismo há uma “relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial” (Thompson, 1998, p. 29). Tal perspectiva suscita pensar o paternalismo não só como uma “pirâmide senhorial”, mas também como um círculo (ou circuito) de relações de dependência.

Apesar de José Sérgio Leite Lopes se referir à “personalização patronal”, pode-se descrever diversos paralelos entre o paternalismo que, à partida, identifica-se nas Minas do Camaquã e o paternalismo identificado no caso do Sistema Paulista, na obra “A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés”. É exemplo a significância dada à casa da vila operária, como um “presente”, que por fim é elemento de interiorização pelo próprio grupo dominado da dominação a que está submetido. Soma-se a isto as “concessões anexas às casas, abundância de emprego e garantias materiais necessárias ao ato de morar” (Lopes, 1988, p. 120). Esse entendimento pode ser ampliado a partir de Thompson, que entende que o paternalismo envolve “implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor; confunde o real e o ideal” (Thompson, 1998, p. 32). Apesar de muitos estudos identificarem as relações paternalistas exclusivamente como uma forma de dominação, Thompson vai além. Em sua obra ele acaba definindo a relação entre a *gentry* e os trabalhadores pobres na Inglaterra do século XVIII como “paternalista”, mas presume que há, por parte de quem exerce a influência, junto a um propósito de dominação e controle, uma preocupação genuína com o objeto da ação, ou seja, é como se o proprietário também tivesse um compromisso com a classe trabalhadora, quase que uma relação de obrigação de retribuir, semelhante a “dádiva” dada por Mauss (2003). Com isso, há a necessidade de pensar as ações de Francisco Pignatari, por exemplo, para além do utilitarismo, levando em conta a possibilidade de ânsia por gratidão e aceitação.

Tal sentido pode ser encontrado em autores como Kirchner e Nicholas, da chamada “sociologia da empresa”. Ferreira (2008) pontua que o desenvolvimento da sociologia da empresa especialmente a partir da reestruturação produtiva, passou a ver a empresa não somente em seu aspecto externo, mas como um espaço de criação de regras e dinâmicas de socialização próprias. As ações e valores benevolentes apresentados pelas empresas partem de diferentes motivações que se imbricam/mesclam ao objetivo econômico. O dar e receber conveniente para a manutenção do elo empregado-empregador ocorre de modo quase ritualístico. Tal perspectiva dos vínculos é o que parecia acontecer em Minas do Camaquã, especialmente na segunda fase da CBC, pois as benesses se davam sem retorno econômico direto e fora da lógica capitalista moderna que deveria racionalmente operar o “estado das coisas”.

Os autores da Sociologia da Empresa, não raramente secundarizando os conflitos e formas de controle e dominação do modelo, destacam que as corporações vão, “além do lucro econômico, a empresa fabrica emprego, tecnologia, solidariedades, modos de vida e cultura. É um espaço de integração, socializador, com seus próprios valores, e em contínua interação com a sociedade” (*apud* Ferreira, 2008, p. 38).

Para Max Weber nem tudo era em função da economia, e a ação social poderia ter diversos fins. Há valores e os indivíduos atuam também pelos seus valores. Pignatari, ao que parece, por ser mais conhecido do que suas próprias empresas, tinha um agir tanto mais em seu nome, do que em nome da empresa. E quando em nome da empresa, em muitos casos, não havia retorno financeiro direto como se esperaria de uma ação utilitarista (ou de demagogia patronal).

Alguns relatos e fatos históricos que se desenrolam entre 1960 e 1974 tratam de exemplificar. Certa vez, Pignatari fez uma doação de livros à biblioteca do Colégio Católico “Santíssimo Nome de Jesus” de Caçapava. O Círculo de Pais e Mestres renomearam a biblioteca com seu nome, e em contrapartida Pignatari uniformizou a banda e a levou para performar em São Paulo. Em termos gerenciais, nem a escola, nem os pais e estudantes guardavam relação com suas empresas.

Alguns periódicos publicaram matérias elogiosas a respeito de ações de Pignatari. Os "homens públicos" da década de 50 e 60, entre eles, Assis Chateaubriand, não economizaram palavras ao aludir ao *Playboy* e sua esposa como "aristocratas do povo":

A senhora Pignatari não só vive mordida de preocupação pela sorte dos trabalhadores das usinas no marido, interessada até em detalhes pelas condições de trabalho e existência de cada um deles. [...] O Senhor não se enganou pondo nas mãos de um casal dessa estirpe, os recursos para que ambos exercessem, no seu meio, em todos os sentidos, com poder industrial, também um mecenato. Há capitães do comércio e da indústria, entre nós, que ocultam no fundo d'alma o egoísmo feroz e frio do celerado. [...] As organizações Pignatari patrocinam um programa de televisão cujo custo mínimo anual é da ordem de sete milhões de cruzeiros. Não se faz um anúncio de Pignatari. Não se recomenda um produto de suas fábricas (Chateaubriand, Jornal “*Diário de Notícias*”, 1956).

Entretanto, passa longe a ideia de abandonar por completo o interesse do empresário em seus lucros. A tentativa da CBC em minorar os gastos com as concessões não exime Pignatari de, em momentos, configurar aquilo que Segnini (1996) chamou de “homem Bradesco”, ou seja, a caridade utilitarista. Em relatório de 1972, assinado por Pignatari, encaminhado ao Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, o industrial faz uma densa descrição da “organização de proteção social” que abrangia os integrantes da CBC. O relatório apresenta os resultados dos serviços oferecidos à comunidade.

[...] dada a localização da comunidade, afastada de centros urbanos, todas suas necessidades tiveram que ser atendidas pela CBC, que ao iniciar as atividades em 1942, encontrou a população vinculada à área de operações em precárias condições de vida. (CBC, 1972, p. 2).

Ao longo do relatório, são descritos os serviços de habitação, água, energia elétrica, transportes, abastecimento, recreação, educação/civismo, urbanização e assistência médica/odontológica/farmacêutica que são oferecidas aos trabalhadores e seus dependentes. Foi

frizado o fato das medidas de proteção social postas em práticas terem sido custeadas com recursos da CBC, que não só teria deixado de auferir lucro na prestação dos serviços, como ainda absorveu boa parte dos custos operacionais. Entretanto, há uma exceção, quanto ao custeio que ocorre com a assistência médica, cujos gastos tiveram cobertura parcial do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a partir de 1968, em decorrência de convênio realizado pela CBC com o órgão. Desde o INPS até a formação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), a prestação dos serviços de saúde era organizada pelo Estado por três subsistemas: o próprio, o contratado e o conveniado. O INPS (criado em 1966) depois, o Inamps (criado em 1974 e extinto em 1993) operavam basicamente através de convênios com a rede privada ao invés de investir na ampliação e qualidade da rede própria de serviços.

Em 1979 os convênios entre empresas e o INPS são extintos, mas a legislação garantia a dedução do imposto de renda dos gastos de saúde das empresas com seus empregados, que são integralmente considerados gastos operacionais, modelo vigente até hoje (Menicucci, 2007).

No caso da CBC, a manutenção de medidas de proteção social acarretou à empresa, no ano de 1971, um dispêndio de Cr\$ 1.151.759,96, tendo sido coberto pelo INPS, através de taxa de retribuição fixada no convênio, o valor de Cr\$ 243.913,93, ou seja, 21% do total despendido. A taxa de retribuição fixada no convênio com o INPS, na data do relatório, corresponde a 5% do maior salário mínimo por empregado e mais Cr\$ 41,11 por atendimento de acidente de trabalho. O relatório, apesar de objetivo, possui um propósito de, por meio do Ministro do Trabalho e Previdência, garantir a fixação da taxa de retribuição em um valor maior:

Considerando o pesado ônus suportado pela empresa com a prestação de assistência médica, pretendeu ela, em 1970, conseguir novas bases de retribuição. Expôs a situação à Superintendência do INPS, no Rio Grande do Sul, que nada fez (CBC, 1972, p. 11)

E segue, reforçando o alinhamento de intenções:

É indiscutível o alto alcance da política consistente na realização de convênios com empresas, como vem sendo feito pela Previdência Social. Uma das primeiras preocupações do governo, após a *Revolução de 1964*, no campo da previdência social, foi a de aprimorar serviços, principalmente os de assistência médica (CBC, 1972, p. 11, grifo meu).

E conclui conforme trecho final extraído:

Tem a Companhia Brasileira do Cobre certeza que Vossa Excelência, com o alto espírito de justiça que lhe é peculiar, compreenderá o profundo significado social do assunto em foco e assim respeitosamente requer: Fixação de nova taxa de retribuição

no Convênio celebrado entre o INPS e a postulante, de molde a indenizar essa dos gastos que vem despendendo na assistência médico-hospitalar proporcionada em Minas do Camaquã (CBC, 1972, p. 15).

Segundo respostas à entrevista, os trabalhadores desconheciam esses convênios. Os relatos colhidos remetem à múltiplas pistas de como era encarada às benfeitorias que o patrão oferecia. Se por um lado, para uns, lhes eram caros os presentes e festas, para outros era a proximidade do patrão. “[O senhor pegou a época do Pignatari. O senhor chegou a conviver com ele?] *Sim. As festas, os churrascos, as bebedeiras! Ele ia em muitas. Ele contava as histórias dos cassinos dos Estados Unidos que ele ia.*”(sic. Trabalhador 4, 2022). Outro entrevistado, relata uma interferência do poder, a favor do subalterno:

Ele tinha um jeito que ‘saia’ por quem tinha menos e não admitia destratamento. A vez do Nadico foi bem isso. Já ouviu falar dessas história? [Já, mas gostaria que o senhor repetisse] Tá. O ano eu não vou lembrar, mas tava o Nadico sovando barro pra aumentar a casa por causa dos filhos que tava aumentando, e ele disse pra parar com aquilo aí ele foi na administração e ordenou que queria ver uma casa construída até ele ir embora (sic. Trabalhador 5, 2022).

Ele era um homem bom e ajudava bastante o trabalhador né, só que tinha que ser tudo do jeito dele. Por muito pouco ele já mandou engenheiro embora porque o poder tinha subido pra cabeça (sic. Trabalhador 6, 2022).

A distribuição de presentes de Natal às crianças dos operários é um dos episódios que é descrito por muitos deles com detalhes:

Vinha o avião forrado de brinquedo. Teve uma vez que o tio veio lá de fora pra pegar o brinquedo pro meus primos, não sei quem fazia o controle, mas ninguém ficava sem. Eu lembro que o último brinquedo que eu ganhei foi um submarino azul (sic. Trabalhador 5, 2022).

Aí fizeram duas filas, uma de guri e outra de guria. Os guris ganharam um carrinho e as gurias uma boneca, depois se dava a volta e cruzava por uma mesa onde ganhava um saco cheio de coisa... tinha bala, pirulito, mirabel (sic. Trabalhador 9, 2022).

Por ocasião da gravidez das esposas dos operários, estas ganhavam enxoval, e muitas vezes a Regina, esposa de Pignatari, escolhia até o nome da criança que ia nascer, ou já havia nascido. Um relato que atesta essas “proximidades” com os operários é a história contada sobre o “Cobrão”, um morador que tinha problemas mentais, era protegido por Pignatari, que era chamado por ele de “padrinho”. Se tornou, com o tempo, figura conhecida e muitos o trazem em suas memórias:

O cobrão uma vez ganhou um capacete branco do Pignatari [os capacetes brancos eram reservados somente para quem trabalhasse na direção], e Deus o livre se alguém tomasse aquele capacete. O Cobrão andava pra lá e pra cá com aquele capacete, até que um dia um engenheiro tomou dele, de certo achava que não ia dar nada, aí na mesma hora o cobrão foi berrando até a casa do Pignatari. Pois ele mandou chamar o engenheiro e quase demitiu e fez ele pedir desculpa pro Cobrão (sic. Trabalhador 9).

Havia uma simbologia que transcendia o sentido prático das cores do capacete. Trabalhadores de classes mais altas usavam capacetes brancos (engenheiros e geólogos), classes mais baixas usavam marrom ou preto (almoxarifado ou limpeza). Entre eles havia inúmeras cores (amarelo, laranja, verde, azul, etc). Havia o sentido de organizar visualmente os agentes do espaço de trabalho, mas criava com isso uma marca para a relação de poder, simbolizada pela detenção de determinado capacete. Funcionavam como “códigos da casa”. Com relatos como o anterior, é possível perceber a sobreposição do interesse do dono, sobre a rigidez hierárquica da empresa. Somente a “figura paternal” poderia romper com o sistema dos capacetes. “*A palavra dele era lei*” (sic. Trabalhador 4, 2022). Não foi relatada nenhuma interferência na hierarquia por Anawatte ou algum outro administrador subalterno em outras fases da CBC. O que parecia haver na fase BNDES da CBC em diante era um processo de arrefecimento da relação patrão e trabalhador. A relação se tornou “protocolar”. O “apadrinhamento”, mesmo que na forma de pequenos gestos, não parece marcar o novo paternalismo.

Podemos caracterizar o distanciamento de Anawatte como um distanciamento típico de um burocrata. Apesar das idas de Pignatari às Minas do Camaquã não serem tão frequentes, o que se só se esperaria de alguém que lá mesmo morasse, ainda era mais frequentes do que as visitas de Anawatte, que trabalhava na sede da CBC em Porto Alegre.

O paternalismo, enquanto circuito, necessita que haja “ligações” para a manutenção de sua própria existência. Romper o circuito altera a regularidade estabelecida. Thompson (1998, p. 40) identifica algo semelhante na ocasião das transformações do século XVIII nas relações de trabalho entre os servos e os senhores da Inglaterra. Com a emergência de formas “mais livres” de trabalho, os senhores consideraram inconveniente manter a reciprocidade e as responsabilidades paternas. Por outro lado, os servos “se agarravam à imagem do homem livre” e ao mesmo tempo reivindicavam “o melhor do mundo antigo” (bens, casas, concessões, proteções, etc.). Pelo fato dos servos não receberem mais aquilo que garantia as deferências, em pouco tempo os senhores se depararam com o rompimento da “lei da subordinação”: “os trabalhadores, apesar da paga em dobro, são atrevidos, rebeldes e miseráveis” (Ibidem, p.41).

Paternalismo como resposta aos conflitos latentes

A existência concreta de desigualdades em Minas do Camaquã impele a existência de conflitos iminentes. Estes conflitos promoviam a necessidade de ações “reparatórias” ou que em certa medida evitassem a deflagração de conflitos maiores e a desestabilização das relações

na empresa/vila. O paternalismo é superveniente à necessidade de conter os conflitos, como uma resposta imediata.

Podemos compendiar diversas tensões relatadas pelos interlocutores, que demonstram um campo de forças, necessidades e interesses distintos em jogo ao longo das fases da CBC, especialmente naquela que caracteriza o paternalismo de Francisco Pignatari, como 1) demissões dos trabalhadores por causa de “conduta desviantes”; 2) não ser permitido comercializar nada fora daquilo oferecido pela CBC; 3) insegurança laboral dos mineiros e exposição a agentes nocivos; 4) segregação espacial fruto do modelo de assentamento; 5) falta de autonomia dos trabalhadores,

O paternalismo, especialmente na forma de vínculos de proximidade e benfeitoria promovidos por Pignatari, foi uma resposta premente aos dilemas das relações de trabalho, que à primeira vista, evitaram reivindicações e revoltas, apesar de um ambiente extenuante de trabalho. Ramalho (1989, p. 148) explicita o “jogo de forças” que dificultou a participação política dos trabalhadores e o movimento sindical no caso da Fábrica Nacional de Motores: “o constante apelo ao nacionalismo, o alardeamento frequente das ‘vantagens’ oferecidas pela empresa tendiam a transformar qualquer manifestação de desagrado pela exploração do trabalho em algo quase criminoso”. Reivindicações de sentimentos comuns mais elevados, como religião ou orgulho nacional, foram incorporadas a práticas paternalistas ou de bem-estar como forma de fortalecer o vínculo entre trabalhadores e empregadores e promover a lealdade à empresa e relações pacíficas.

Percebe-se então, o paternalismo não como um fenômeno irreduzível, mas como um estilo gerencial que se adaptou à evolução das circunstâncias nas relações sociais, laborais e produtivas, que respondia não só aos conflitos locais, mas também à conjuntura política que incidia sobre a forma como os trabalhadores se reconheciam enquanto cidadãos com “direitos”. A constituição de 1988 e toda a discussão política por ela ensejada cria um ambiente favorável à emergência de contestações dos dilemas antes aceitos passivamente, como as precárias condições de trabalho nas minas, por exemplo. Apesar do sindicato ocupar gradualmente mais espaço na CBC, os sindicalizados encontraram resistência na politização de novos trabalhadores. Resistência esta que partia dos próprios trabalhadores ainda ligados aos valores de reciprocidade, como atestam os depoimentos de “rejeição” ao sindicato e que esta associação “reclamava de barriga cheia”.

O paternalismo da empresa criava condições de dependência, ao mesmo tempo em que estruturava um conjunto comum de experiências sobre as quais os trabalhadores podiam se

basear e se organizar, onde as ideias de “direitos trabalhistas” tiveram dificuldades de penetrar. As “dídivas” eram contraponto dos “direitos”.

Lygia Sigaud (1999, p. 89) caracteriza o que de um lado são relações baseadas na “troca e nos seus aspectos espirituais”, e do outro, de “direitos e obrigações”. A fim de evitar que as obrigações fossem legalmente cobradas, o paternalismo se defende barrando noções de cidadania e direito para garantir uma forma de gestão baseada em valores e laços de dependência. Quando chegou o momento onde se tinha os trabalhadores requerendo direitos e a empresa privilegiando seus resultados financeiros sobre o senso de obrigação, tornou-se impossível, eventualmente, conter o conflito entre essas expectativas tão diferentes da mesma empresa, contenção que se tinha quando antes se usava o paternalismo e seus discursos estéticos de “suavização” das tensões.

Considerações finais

Concluimos que frente aos conflitos, a empresa jogou no campo dos valores tácitos às trocas, e não no dos direitos e deveres racionalizados pela burocracia moderna. Os elementos morais de benesses, deferências e de personalização patronal, num primeiro momento, parece serem antagônicos ao cálculo racional da empresa tipicamente moderna, que mesmo no contexto brasileiro, era a média dos anos pós-Vargas. Em outras palavras, a forma de operação de Pignatari lembra muito as relações “tradicionais” de organizar o trabalho, justamente no momento em que o desenvolvimento industrial do Brasil pretendia romper com o passado colonial. Isto vai ao encontro do “caso brasileiro”, onde no “desenvolvimento capitalista” coexistem formas arcaicas e novas de gestão laboral. Podemos caracterizar essa especificidade a partir dos conceitos de modernidade anômala (Martins, 1975; 2008; 2010) e de demora Cultural (Fernandes, 2021, 2015, 1960).

O paternalismo de Pignatari demonstrou ser eficiente para o propósito que a *posteriori* identificamos. O saudosismo do “tempo da Mina” presente nos inúmeros relatos colhidos, atesta a existência de um elo entre os ex-trabalhadores e suas próprias histórias. O elo é fruto dos anos de atividade ligada à mineração, do impacto socioespacial do modelo de assentamento e, mais do que qualquer outra coisa, da gestão paternalista da empresa. Em conjunto, a paisagem alterada pela mineração, as vilas do modelo *company town* e as lembranças do paternalismo, constituem as “marcas” deixadas pela CBC, que provavelmente atestarão, por muito tempo, a pretérita existência da empresa. A memória histórica do lugar, da maneira que se reproduz, ainda é prova incontestável de uma forma de gestão específica operada por aquela que, um dia, foi a maior mina de cobre do Brasil.

Referências

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 3, 2005.

DWORKIN, Gerald. **Paternalism**. The Monist, p. 64-84, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1960.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** (O município e o regime representativo no Brasil). São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. Editora Marco Zero, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. Editora Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano de História na Modernidade Anômala**. Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª edição, revista e ampliada Contexto, 2010.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetórias**. Editora Fiocruz, 2007.

ORNELAS, Norberto Q. G. de. **Sob a gestão paternalista: relações de classe e condições de vida no caso da *company town* de Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Ciências Sociais. UFSM. 2023

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Editora Paz e Terra, 1978.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado Patrão e Luta Operária: O caso FNM**. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

RODRIGUES, Roberta Menezes. Vila dos Cabanos: o período de transição. Relações urbanas e perspectivas de gestão. 1998. 60 f. **Monografia de especialização**; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

SEGNINI, Liliana P. **Sobre a identidade do poder nas relações de trabalho**. XIII Encontro Anual da ANPOCS, 1996.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

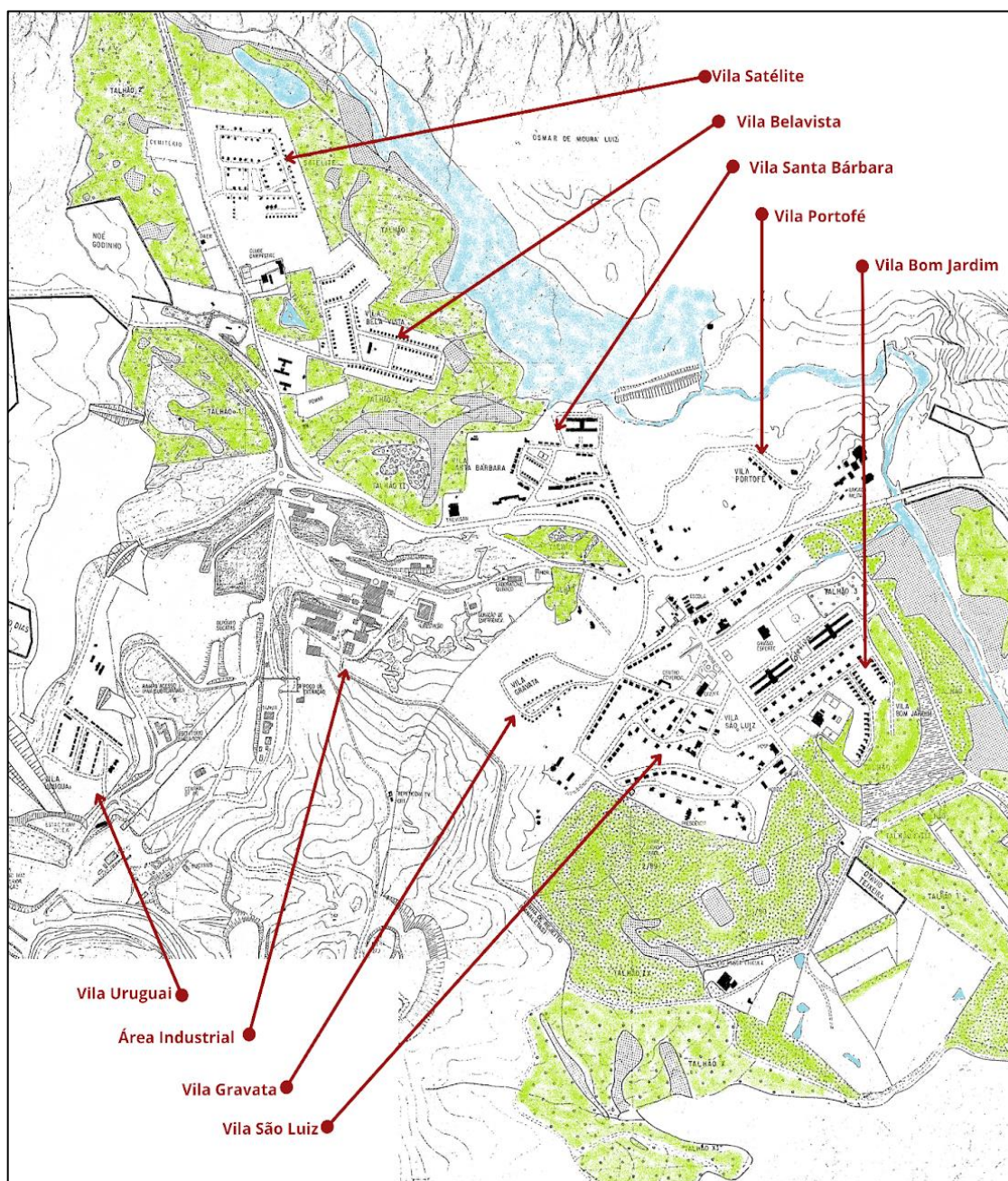
THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª edição. Artmed editora, 2008.

Anexo

Figura 1 - Mapa da área urbana e industrial de Minas do Camaquã



Fonte: CBC (1992). Adaptado pelo autor.

Notas sobre a trajetória do militante libertário Reduzindo Colmenero, em Bagé-RS (1920-1946)

JOBIM, André Vinicius Mossate
Doutorando do PPGH-UFSM
viniciusjobim@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como tema central a reconstituição de aspectos biográficos relacionados ao militante libertário espanhol, Reduzindo Colmenero, o qual chegou ao Brasil no começo do século XX, fixando-se em Bagé, na década de 1920. Como parte de uma tese que visa investigar a presença de anarquistas em Bagé, na Primeira República (1889-1930), o objetivo é reunir e interpretar informações coletadas sobre a trajetória de Colmenero, no contexto de atuação dos militantes operários no Rio Grande do Sul, evidenciando suas demandas e posicionamentos frente a determinados temas que pautavam os debates políticos no referido período. A pesquisa, embora esteja em sua fase intermediária, aponta para dois aspectos que podem ser aprofundados: o primeiro é que pelo fato de Bagé ser uma cidade fronteiriça, tornou-se o destino de inúmeros militantes brasileiros e estrangeiros, especialmente da Argentina; o segundo é que alguns desses militantes, por lá fixados, mantiveram-se atuantes na luta trabalhista para além do marco temporal de 1930, como foi o caso de Reduzindo Colmenero.

Palavras-chave: Reduzindo Colmenero; Bagé; Anarquismo.

Introdução

Reconstituir historicamente a trajetória de lideranças e militantes operários não é uma tarefa fácil, quando comparada ao trabalho com figuras políticas amplamente conhecidas. De modo geral, as pesquisas centradas na vida de militantes ligados à classe trabalhadora esbarram nos limites históricos impostos pela luta classista àqueles que questionavam as estruturas de poder. Não por acaso, a obtenção dessas informações se dá de forma lacunar, pois, muitas vezes, as referências sobre esses personagens só podem ser encontradas em arquivos policiais ou jornais de difícil acesso, que circularam por pouco tempo, ou sofreram com a repressão.

Entretanto, apesar dessas dificuldades, tecnologias digitais e a valorização de novos documentos como fontes históricas, vêm tornando essa tarefa menos árdua. Como exemplo, é possível citar o trabalho de digitalização de periódicos operários de diversos lugares do mundo, realizado, em muitos casos, por instituições responsáveis por preservar esses documentos, bem como pelos próprios pesquisadores, que compartilham parte dos seus materiais em sites de acesso livre³¹⁸. Além disso, sites de busca genealógicas também têm sido alvo de maior

³¹⁸ Como exemplo, podemos citar os sites de hospedagem como Internet Archive (<https://archive.org/>), além daqueles ligados às instituições responsáveis pela guarda dos documentos originais, tais como os do Núcleo de Pesquisas Históricas da UFRGS (<https://www.ufrgs.br/nph/>), do Arquivo Edgar Leuenroth (<https://ael.ifch.unicamp.br/>), ou da Hemeroteca da UNESP (<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/>).

interesse nas últimas décadas, o que facilita enormemente a busca por informações sobre os sujeitos pesquisados³¹⁹.

Dentro do contexto aqui apresentado, foi possível elaborar algumas notas biográficas³²⁰ sobre o militante anarquista Reduzindo Colmenero Rodrigues, nascido na cidade de Ourense, na Espanha, em 1893. A escolha por esse personagem se relaciona com a tese que vem sendo desenvolvida sobre a presença dos libertários em Bagé, no Rio Grande do Sul, com foco na imprensa anarquista da cidade e suas relações transnacionais. Desde os primeiros levantamentos realizados sobre esse grupo de operários, o nome de Colmenero começou a aparecer com maior frequência, o que nos permitiu reunir informações e buscar compreendê-las dentro das perspectivas colocadas pelos libertários no contexto do movimento operário no Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XX.

Para levar adiante esse objetivo de investigar as articulações entre o militante e o movimento libertário, o texto será dividido em dois momentos. O primeiro buscará apresentar elementos sobre a presença libertária em Bagé, enfatizando a produção de periódicos e destacando a participação de militantes em instituições e entidades de trabalhadores. Na segunda parte, pretendemos reunir e interpretar informações específicas sobre Reduzindo Colmenero desde a sua chegada ao Brasil até a sua fixação em Bagé, participando de congressos, editando jornais e mantendo contatos com outras publicações estrangeiras de orientação anarquista. Ao final, nossa ideia é refletir brevemente sobre como os estudos relacionados às trajetórias podem contribuir para a reflexão sobre o desenvolvimento histórico do movimento libertário no Brasil.

A presença libertária em Bagé

A localização fronteiriça de Bagé, que faz divisa com o Uruguai e fica próxima à Argentina, transformou a cidade em um ponto de passagem para diversos militantes oriundos da região platina. O acesso desses estrangeiros ao Brasil permitiu que algumas ideias se difundissem com maior facilidade pelas cidades da fronteira do Rio Grande do Sul. Um exemplo nesse sentido foi a edição do jornal *A Evolução*, editado já em 1902 pelo escritor

³¹⁹ Um exemplo é a plataforma Family Search (<https://www.familysearch.org/>), que guarda documentos e certidões de pessoas e famílias do mundo todo.

³²⁰ Do ponto de vista teórico, a expressão “notas biográficas” foi escolhida para responder às supostas diferenças entre os conceitos de trajetória (a qual expressaria alguns recortes da vida do personagem) e biografia (que designaria uma vida em sua “totalidade”). O termo “notas” busca evidenciar exatamente o caráter esparsa das informações encontradas sobre a biografia de Reduzindo Colmenero. Sobre as diferenças entre os termos biografia e trajetória, conferir: Schmidt; Avelar (2017); Karsbrg (2015).

argentino Juan Mas y Pi, figura de destaque da literatura latino-americana no final do século XIX e começo do XX. Este intelectual também teve participação na edição da revista libertária *Kultur*, em 1904, junto com Elysio de Carvalho, jornalista alagoano que se aproximou do anarquismo durante um período de sua vida.

Entre 1910 e 1911, outro importante periódico foi editado na cidade: *A Defeza*. Essa publicação reunia escritores, jornalistas e militantes de variadas vertentes, tais como livres-pensadores, maçons e, principalmente, defensores do anticlericalismo (uma característica marcante entre os libertários). Seu editor, Amantino dos Santos Oliveira, era responsável pela distribuição na Região da Campanha do Rio Grande do Sul do jornal *A Lanterna*, de São Paulo, o qual também seguia uma orientação anticlerical e contava com militantes anarquistas entre seus colaboradores, dando indícios sobre a intensa troca de ideias entre paulistas e bajeenses.

Em 1919, evidenciando uma organização política que ia além da produção jornalística, um grupo de operários fundou em Bagé uma seção da União Geral dos Trabalhadores (UGT), formada essencialmente por militantes libertários do estado. Sob a responsabilidade da UGT passou a ser publicado o jornal *A Dor Humana*, que se auto identificava claramente com os ideais anarquistas e possuía entre seus integrantes algumas figuras de destaque no movimento operário gaúcho como Venâncio Pastorini Sobrinho, Sebastião Lamotte, Cecílio dos Santos e o próprio Reduzindo Colmenero.

A década de 1920 foi de grande efervescência política e jornalística na cidade. Em 1923 dois jornais libertários foram editados: *Nossa Voz*, autointitulado como órgão comunista libertário e anarquista, editado por Gomercindo Souza e Antônio Rufeli, e *A Voz Humana*, periódico que pertencia à Agrupação Libertária Proudhon e contava com a participação de Colmenero como editor. Em 1926 foram publicados *O Confessado*, periódico anticlerical dirigido por Dorval Lamotte, e *Tribuna Livre*, jornal também editado por Colmenero e vinculado ao grupo anarquista “A Vida”. Três anos depois, surgiu o jornal *Emancipação*, pertencente ao Grupo Cultural dos Livres Pensadores.

Para além da imprensa, os militantes fixados em Bagé tiveram participações importantes nos Congressos Operários do Rio Grande do Sul. No 2º Congresso, em 1920³²¹, Venâncio Pastorini e Cecílio dos Santos formaram a delegação local vinculada à UGT, e propuseram a organização de serviços postais operários através das “classes marítimas e terrestres” (Petersen, 1992, p. 228). No 3º Congresso, em 1925, estiveram presentes os operários Cecílio dos Santos (representando a União Operária de Alegrete), Sebastião Lamotte (representando o Sindicato

³²¹ O Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul ocorreu 1898.

dos Padeiros de Santa Maria) e Reduzindo Colmenero (representando a UGT de Bagé) (Petersen, 1992, p. 291; Rodrigues, 1978, p. 248). Nas reuniões foram debatidos temas como a organização dos trabalhadores rurais, a situação da mulher operária e a adesão da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) aos princípios do sindicalismo revolucionário defendidos pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) (Petersen, 1992, p. 277; 283-285). Por fim, em 1928, o 4º Congresso contou novamente com a presença de Reduzindo Colmenero e Cecílio dos Santos (ambos pela Federação Operária de Bagé) e Sebastião Lamotte (representando o Grupo Cultural dos Livres Pensadores).

Essa intensa atividade política tem relação com diversos aspectos. Um deles, já mencionado, era a localização fronteiriça de Bagé. A proximidade com os movimentos políticos do Prata favoreceu a circulação das ideias libertárias na região (Loner, 2015, p. 180). Como segundo ponto, os conflitos entre republicanos e federalistas pelo poder estadual nos anos 1920, também agitaram o meio operário, fazendo os libertários debaterem o papel dos partidos entre os trabalhadores. Afinal, o Partido Federalista tinha grande força na cidade, dificultando a ação libertária. Por último, a chegada de Arthur Bernardes à presidência em 1922 e a forte repressão aos trabalhadores no centro do país, gerou inúmeras perseguições às lideranças sindicais, que buscaram refúgio em cidades mais próximas da fronteira, como era o caso de Bagé. Nesse contexto, o município foi se tornando um ponto de encontro para militantes libertários, transformando a cidade em sede da FORGS entre 1927 e 1928.

Em meio a tantas circunstâncias políticas que marcaram a década de 1920 no país, Reduzindo Colmenero vivenciou parte delas, ao sair da Europa e chegar ao Brasil, sendo preso diversas vezes em São Paulo, e posteriormente fixando-se em Bagé. Nos próximos parágrafos, pretendemos descrever e interpretar alguns detalhes da passagem desse militante pelo Rio Grande do Sul.

Colmenero em Bagé

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), desenvolveu-se um intenso processo migratório da Europa em direção à América Latina. A questão das migrações impactou fortemente na Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919. De acordo com Norberto Ferreira (2022, p. 43), o grande fluxo intercontinental de trabalhadores, especialmente após o fim do conflito armado, fez com que a temática não pudesse ser ignorada nos debates internos da instituição. Analisando os documentos da OIT, o autor identificou que os países do Cone Sul, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, foram alguns dos principais centros de recepção de imigrantes no período de entreguerras.

Foi nesse contexto de grandes tensões na Europa, que Reduzindo Colmenero acabou desembarcando no Brasil. Não sabemos ao certo se ele chegou a passar por outras localidades antes de se fixar no país, pois as informações obtidas revelam que o militante nasceu na cidade de Ourense, na Espanha, em 1893, tendo chegado à Santos na década de 1910. O prontuário do Departamento de Ordem Política e Social relata que Colmenero foi preso em pelo menos quatro oportunidades entre 1919 e 1921, sendo três delas por atuações em greves, e outra por participar de encontros numa associação operária não identificada³²². Com a chegada de Arthur Bernardes à presidência em 1922, e o início das revoltas tenentistas no mesmo ano, a atuação das forças policiais se intensificou, fazendo com que muitos indivíduos considerados “perigosos”³²³ à ordem social fossem perseguidos. Segundo João Batista Marçal (2004, p. 241) após as prisões citadas, Colmenero acabou sendo deportado para o Rio Grande do Sul.

Tendo passado por Porto Alegre e Rio Grande, Colmenero se estabeleceu em Bagé e passou a editar o jornal *Voz Humana*, em 1923, periódico ligado à Agrupação Libertária Proudhon. Além disso, integrou-se à seção local da UGT, tornando-se representante da entidade no 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul. Nos debates, defendeu a adesão da FORGS à AIT, criticando a posição de neutralidade ideológica de Manoel Pereira, representante da União dos Operários Estivadores (Petersen, 1992, p. 279); argumentou sobre a importância de organizar sindicatos entre os trabalhadores rurais; colocou-se à disposição para colaborar com o jornal oficial da FORGS, *O Syndicalista*; e, por fim, salientou a necessidade das mulheres se organizarem para combaterem a exploração de que eram vítimas (Rodrigues, 1979, p. 51-62). Não por acaso, pela primeira vez, uma mulher presidiu uma mesa de debates em congressos operários no Rio Grande do Sul e seu nome era Alzira Werkauser (Schneider, 2022, p. 115).

Para Colmenero, a questão feminina não se encerrou aí. Em 1926, ele deu início ao seu mais novo projeto jornalístico chamado *Tribuna Livre*, fundado em conjunto com outro espanhol de Ourense, Juan Perez (ou João Peres, como ficou conhecido no Brasil). Na primeira edição, além de estar identificado como órgão ligado à Agrupação Cultural A Vida, o jornal continha um artigo escrito pela importante militante feminista e anarquista espanhola Soledad Gustavo, pseudônimo de Teresa Mañé Miravet. No texto, a autora apontava que, apesar dos grandes avanços da “civilização”, os homens necessitavam das mulheres, pois, sem a mulher emancipada, “o progresso social não será mais que uma soma de progressos individuais, filhos raquíticos de penosa constituição”. Defendendo um ponto de vista semelhante àquele expresso por Colmenero durante o Congresso de 1925, Soledad Gustavo ressaltou ao final do texto que

³²² Prontuário 399, de Rodesindo Calomeno Rodrigues, set. 1945, p. 5. DEOPS-SP, APESP.

³²³ Expressão utilizada no prontuário policial para qualificar Colmenero.

essa conquista só seria atingida se os homens também incentivassem as mulheres a se organizarem e se manifestarem, para não viverem na ignorância e no parasitismo, Somente desse modo, a humanidade chegaria à verdadeira emancipação (*Tribuna Livre*, Bagé, 1º set. 1926, p. 2).

Considerando a publicação do artigo de Soledad Gustavo em seu próprio jornal, a busca por construir laços e trocar ideias com pensadores e militantes fora do Brasil parece ter sido algo corriqueiro na trajetória de Colmenero. Esse mesmo artigo publicado no *Tribuna Livre*, também foi reproduzido no jornal chileno *El Esfuerzo* (1926), pertencente à Federação Operária da cidade de Puerto Natales, e no jornal argentino *Nuestra Palabra*, vinculado a um grupo anarquista de mesmo nome. Ao realizar uma busca por jornais anarquistas argentinos, foi possível encontrar ao menos três pedidos de Colmenero para que enviassem jornais para Bagé: o primeiro no *La Antorcha* (1927), de Buenos Aires, o segundo no *La Protesta* (1928), de Buenos Aires e o terceiro no *Brazo y Cerebro* (1928), de Bahia Blanca. Desse modo, como fica evidente a partir dos exemplos acima, o intercâmbio de periódicos era algo comum entre os militantes libertários, além de ser uma estratégia fundamental para a construção coletiva de uma identidade política internacionalista (Cunha 2017, p. 11). Colmenero parecia acreditar nessa ideia e não poupava esforços para colocá-la em prática.

Em fins da década de 1920, os libertários de Bagé continuaram atuantes. Percebendo que os comunistas vinham construindo sua hegemonia dentro dos sindicatos, além de muitos operários terem sido arregimentados pelos partidos federalista e republicano no estado, o grupo buscou alternativas no sentido de continuar promovendo suas ideias. Para isso, em uma reunião prévia de delegados para o Congresso Operário de 1928, ficou decidido que a sede da FORGS seria transferida de Porto Alegre para Bagé, e Colmenero seria um dos integrantes da direção. Essa opção foi tomada devido ao enfraquecimento da entidade por problemas econômicos. Como destacou Beariz Loner (2011, p. 185), o fato de Bagé ser um dos principais núcleos anarquistas do estado, facilitou a sua escolha como sede. Assim, Colmenero se tornou o principal dirigente da instituição, promovendo esforços para manter ativa a publicação do jornal *O Syndicalista*.

Nesse Congresso de 1928, Colmenero incentivou a adesão da Federação Operária de Bagé à recém criada Asociación Continental Americana de Trabajadores (ACAT), mesmo sem estar diretamente presente nas reuniões que ocorriam geralmente em Buenos Aires. Fundada em maio de 1929, a ACAT buscava se constituir como uma organização libertária que visava, entre outras questões, frear o avanço do socialismo de inspiração soviética na América Latina

(Martínez, 2014, p. 78).³²⁴ Entretanto a ação não surtiu o efeito esperado, e os dados no jornal oficial da ACAT informavam sobre o número reduzido de organizações filiadas à associação. No Brasil, as federações correspondiam a apenas três estados: Rio Grande do Sul (com as Federações Operárias de Bagé, Pelotas, Capão do Leão e da Agrupação A Vida, dirigida por Colmenero), Rio de Janeiro e Pará (*La Continental Obrera*, Buenos Aires, jul. 1930, p. 9)

A partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder no Brasil, as informações sobre Colmenero se tornaram raras. Os únicos indícios nos foram dados por Marçal (2004, p. 241), que apontou para a participação do militante em atividades no Rio de Janeiro, momentos antes da implantação da ditadura do Estado Novo em 1937. Após esse período, Colmenero reapareceu como editor do jornal intitulado *Novo Dealbar*, publicado em Bagé em 1946, ao lado de Venâncio Pastorini Sobrinho.

É interessante pensar que os dados sobre a trajetória de Colmenero refletem, de certo modo, aquilo que parte da historiografia defende para a história do movimento libertário Brasil, ou seja, de que a influência anarquista na área sindical foi significativa até os anos 1930. Apesar disso, muitos desses militantes seguiram promovendo suas ideias através de associações culturais, congressos e jornais operários após esse período. Colmenero, além de contribuir na imprensa de Bagé, também participou do chamado Congresso Anarquista de 1948 realizado no Rio de Janeiro, no qual se buscava construir um projeto organizacionista com o objetivo de abarcar desde as entidades locais até à formação de uma confederação em nível nacional (Silva; 2014, p. 35-42).

Como é possível perceber a partir dos dados coletados, a trajetória de Colmenero se mostrou mais ativa, sobretudo nos anos 1920 e 1930. Desde sua chegada em Bagé, o anarquista espanhol se dedicou a editar diferentes jornais, dirigir a FORGS, integrar a UGT e participar dos congressos, defendendo os ideais libertários.

No começo dos anos 1930, Colmenero se tornou um crítico das estratégias sindicalistas, buscando estabelecer novas pontes com militantes de dentro e fora do Brasil. Apesar dos tempos difíceis impostos pela Ditadura do Estado Novo (1937-1945), ele reapareceu escrevendo cartas, publicando artigos e participando dos círculos libertários no país. De alguma maneira, sua participação política mais ativa até 1930 e sua ação mais discreta até os anos 1960 reproduz os caminhos tomados pelo próprio movimento libertário no Brasil, que teve grande importância

³²⁴ Para se ter uma ideia desse embate, um dos artigos do da jornal oficial da ACAT, chamado *La Continental Obrera*, publicou um texto de página inteira intitulado “A ACAT frente ao bolchevismo”, buscando “prevenir contra o perigo que representa a propaganda que atualmente desenvolvem os bolcheviques na América Latina”. (*La Continental Obrera*, Buenos Aires, set. 1929, p. 2, tradução nossa).

na Primeira República no campo sindical, mas que foi gradualmente perdendo espaço para comunistas e trabalhistas até o início da Ditadura Civil-Militar de 1964.

Em relação aos anos finais de sua vida, não temos informações sobre a data exata de falecimento, mas indícios apontam que Colmenero casou com Leonídia Rosa Maciel³²⁵ deixando ao menos uma filha nascida em Bagé, em 1934, chamada Liberté Colmenero (*O Minuano*, Bagé, 25 set. 2017, p. 11). Como é possível perceber, seus ideais seguiram vivos até mesmo no nome de sua progênia, deixando uma mensagem de que a luta pela liberdade deveria atravessar as gerações.

Considerações finais

Como salientou Benito Schmidt (2014), ao refletir sobre o trabalho biográfico, “o historiador não quer revelar tudo de um personagem custe o que custar [...]. O protocolo do historiador é responder a perguntas de caráter histórico através da vida de um indivíduo”. Partindo desse pressuposto, foi este o exercício que procuramos desenvolver nesse texto. Recuperar elementos da trajetória de Reduzindo Colmenero não tem como objetivo simplesmente revelar ou reunir informações desconhecidas, mas buscar articular aspectos da vida desse sujeito com o processo de circulação das ideias libertárias em Bagé no contexto internacional marcado pela Primeira Guerra Mundial, pela expansão do anarquismo na América do Sul e pela repressão ao movimento operário organizado, tanto no Brasil quanto na região do Prata.

Mesmo com as dificuldades impostas à luta operária nas primeiras décadas do século XX, os trabalhadores buscaram, das mais diferentes formas (greves, cartas, jornais e congressos), construir alternativas à exploração imposta pelo modo de produção capitalista. Colmenero envolveu-se ativamente nesta luta, participando de greves, sendo preso e enviado para Bagé, editando jornais e discutindo abertamente em vários congressos. Como já foi dito, a análise da sua trajetória nos permite compreender, em uma escala reduzida, alguns dos caminhos que marcaram a própria formação do movimento anarquista no Brasil, mas revela, simultaneamente, que mesmo distante dos grandes centros do país, as ideias libertárias floresceram em Bagé, seja por sua proximidade com o Prata, ou por sua posição estratégica no contexto dos embates políticos regionais.

³²⁵ BRASIL. Registro de nascimento de Carlos Fernando Colmenero Luiz. **Talão de nascimentos nº 243**. Município de Bagé, 25/08 a 5/10/1961. Acesso em: 25 jan. 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VMJ-8RM5>

Para finalizar, cabe destacar o seguinte: a reflexão sobre a presença libertária no Brasil não deve ser pautada apenas pela relação de influência que ela teve ou não com as entidades e organizações formais de trabalhadores no país, mas considerar que suas ideias não se ligavam apenas às relações estabelecidas com o movimento operário e sindical (Felipe, 2019, p. 30). Nesse sentido, pensando a partir das notas biográficas de Colmenero, podemos concluir que, embora não estivesse claramente ligado a alguma instituição operária propriamente dita após 1946, ele continuou preservando algo caro aos anarquistas, a saber: a troca de impressos com militantes de diferentes localidades, além de seguir defendendo seus princípios através de jornais e congressos. Em outras palavras, para identificarmos os elos de continuidade do pensamento libertário até os dias de hoje, uma alternativa é investir no estudo da trajetória desses sujeitos, pois, desse modo, poderemos ir além dos marcos temporais que tradicionalmente definiram as bases da história do anarquismo no Brasil.

Referências

Fontes

Brazo y Cerebro, Bahia Blanca, set. 1928.

El Esfuerzo, Puerto Natales, 7 nov. 1926.

La Antorcha, Buenos Aires, 12 jul. 1927.

La Continental Obrera, Buenos Aires, set. 1929.

La Continental Obrera, Buenos Aires, jul. 1930.

La Protesta, Buenos Aires, 03 mar. 1928.

Nossa Voz, Bagé, jul. 1923.

Nuestra Palabra, Buenos Aires, set. 1926.

O Minuano, Bagé, 25 set. 2017.

Tribuna Livre, Bagé, 1º set. 1926.

Bibliográficas

CUNHA, Eduardo Augusto Souza. Para além das fronteiras: a história do anarquismo através da ótica transnacional. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. São Paulo: ANPUH, 2017.

FELIPE, Cláudia Tolentino Gonçalves. **Tópicos libertários no pós-Segunda Guerra:** notícias de todo lugar em uma época de intranquilidade. Tese (Doutorado e História). Campinas: IFCH Unicamp, 2019.

FERRERAS, Norberto. A OIT e os processos migratórios para a América Latina: da Primeira Guerra Mundial à onda migratória após a Segunda Guerra Mundial. **Períolos**. Revista de Pesquisa sobre Migrações, v. 6, p. 40-60, 2022.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

LONER, Beatriz Ana. Anarchism in Latin American History From Workers' Militancy to Cultural Action: Brazilian Anarchism in Rio Grande do Sul, 1890–1940. In: DE LAFORCADE, Geoffroy; SHAFFER, Kirwin (orgs.). **In Defiance of Boundaries: Anarchism in Latin American History**. Gainesville: University Press of Florida, 2015.

LONER, Beatriz Ana. O IV Congresso Operário Gaúcho e o ocaso do movimento anarquista no Rio Grande do Sul. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, p. 176-203, dez. 2011.

MARÇAL, João Batista. **A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1972)**. Porto Alegre, 2004.

MARTÍNEZ, Maria Migueláñez. El proyecto continental del anarquismo argentino: resultados y usos de una propaganda transfronteriza (1920-1930). **Ayer**. Revista de Historia Contemporánea, v. 94, n. 2, p. 71-95, 2014.

PETERSEN, Silvia; LUCAS, Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.

RODRIGUES, Edgar. **Novos Rumos** (1922-1946). Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

SCHMIDT, Benito Bisso. O historiador e as distinções do relato biográfico. [Entrevista concedida a Andriolli Costa]. IHU On-Line. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 11 ago. 2014. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5620-benito-bisso-schmidt>. Acesso em: 25/01/2024.

SCHMIDT, Benito Bisso. AVELAR, Alexandre. Dois historiadores falam sobre biografia e escrita biográfica. [Entrevista concedida a Bruno Leal]. **Café História**. 20 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/biografia-e-escrita-biografica/>. Acesso em: 28/01/2024.

SCHNEIDER, Nicole Angélica. **'E eu, anarquia, que sou tua filha fiel e dedicada estou de braços abertos para receber'**: mulheres no Movimento Anarquista do Rio Grande do Sul (1889-1930). 2022. 205 f. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2022.

SILVA, Rafael Viana da. **Elementos inflamáveis**: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964). 149 f. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

Debates acerca do trabalho doméstico na Pelotas atual

SILVA, Caroline Cardoso da
Doutoranda em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
CAPES, card.karol@hotmail.com

Resumo: O presente texto faz parte da tese de Doutorado em construção, que tem como objetivo estudar o trabalho doméstico numa perspectiva histórica, analisando narrativas sobre as trajetórias de vida, de trabalho e de lutas de trabalhadoras domésticas na Pelotas atual. No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como da Dissertação de Mestrado, ambos na área de História, foram pensadas narrativas de mulheres trabalhadoras terceirizadas da limpeza atuantes na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), focando em questões como as transformações recentes nos mundos do trabalho e como estas vieram a precarizar institucionalmente os empregos ocupados por mulheres. Contudo, essa precarização do trabalho e da vida das mulheres remonta tempos mais longínquos do que apenas os contemporâneos no qual a terceirização se localiza. Sendo assim, a pesquisa pretende pensar no arranjo do trabalho doméstico, no tempo presente, levando em conta a trajetória histórica iniciada no período da escravidão, no contexto brasileiro, pensando que esse arranjo se transforma ao longo dos anos, mas carrega consigo os vícios de uma sociedade escravocrata, racista, machista e elitista. Numa perspectiva metodológica, há o horizonte de uso da História Oral como maneira de construir narrativas sobre a experiência do trabalho doméstico, e traçar trajetórias individuais e coletivas tanto do cotidiano do labor, quanto das sociabilidades construídas.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; História Oral; Relatos de Campo.

Introdução

Como apresentado no resumo acima, a pesquisa aqui apresentada trata do trabalho doméstico numa perspectiva histórica. A partir dos trabalhos de TCC e Dissertação, bem como na Tese que está em desenvolvimento, há a atenção sobre alguns temas: a história social do trabalho, a formação do Brasil contemporâneo pela ótica dos trabalhadores e, sobretudo, das trabalhadoras, pensando que nesse setor da classe trabalhadora ocupado pelas mulheres, há a tendência a trabalhos precarizados e pouco valorizados, dentro de setores de prestação de serviços de cuidados³²⁶.

³²⁶ Há, dentro de debates públicos (na academia, em produções na área da comunicação, nos movimentos políticos e sociais, entre outros espaços), a noção de economia do cuidado. Uma postagem feita pelo Laboratório de Inovação da Think Olga (Lab Think Olga) chama a atenção para pensarmos sobre o tema: “o trabalho de cuidado envolve muitas horas e tempo dedicado ao cuidado com a casa e com pessoas: dar banho e fazer comida, faxinar a casa, comprar os alimentos que serão consumidos, cuidar das roupas (lavar, estender e guardar), prevenir doenças com boa alimentação e higiene em casa e remediar quando alguém fica ou está doente, fazer café da manhã, almoço, lanches e jantar para os filhos, educar e segue por horas a fio. A economia do cuidado é essencial para a humanidade. Todos nós precisamos de cuidados para existir. E, se hoje você é uma pessoa adulta, é porque alguém já desempenhou horas de trabalho de cuidado com alimentação, vacina, remédios, limpeza e higiene, educação, entre diversas outras funções por horas. E a sociedade, os empregadores que contratam pessoas (veja que óbvio), a gestão pública, as universidades, todas as demais esferas se aproveitam desse trabalho que é gratuito ou mal-remunerado (quando terceirizado)”. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/economia-do-cuidado/>. Acesso em: 02 de julho de 2023. Dentro das campanhas feitas pelos movimentos de trabalhadoras domésticas, incluso os do Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Pelotas, há a noção de pensar as atividades inclusas dentro da economia

O presente texto, escrito em janeiro de 2024, busca trazer relatos do que foi feito no primeiro ano de desenvolvimento dessa pesquisa. Até então, foram realizadas dez atividades de trabalho de campo, identificação de fontes documentais, duas entrevistas com Ernestina Pereira, uma liderança sindical da causa das domésticas na cidade de Pelotas, e uma entrevista com Tânia Mara Brochado, uma trabalhadora doméstica que entrou na pesquisa por conta de uma colega e amiga. Aqui há a pretensão de refletir sobre a trajetória da pesquisa, pensando no desenvolvimento de trabalho de campo, parte fundamental dos manejos da história oral, bem como fazer o balanço das sínteses teóricas e historiográficas do primeiro ano de desenvolvimento da tese.

Trabalho doméstico como um tema de preocupação historiográfica

Uma pesquisa no campo disciplinar da História que trata do trabalho doméstico, com foco em experiências e trajetórias narradas a partir da história oral, acaba por englobar uma gama de debates teóricos e historiográficos, como a construção histórica do Brasil contemporâneo, a História Social e História do Tempo Presente. Vindo ao encontro disso, Souza (2017, p. 20-21) coloca que

a relação existente entre problemáticas sociais contemporâneas e o desenvolvimento dos estudos acadêmicos fizeram com que questões relativas aos trabalhadores domésticos emergissem em pesquisas e em discussões em diferentes áreas do conhecimento (...) na realidade, nos últimos anos, o tema trabalho/serviço doméstico se tornou um objeto comum de pesquisas e de debates sobre a história do Brasil. Isso aconteceu especialmente no campo da História Social do Trabalho, ainda que nas suas interseções e diálogos com outras esferas historiográficas, como a História das Mulheres, a História da Escravidão e da Pós-emancipação, a História Urbana e a História do Cotidiano.

Pensando no contexto da cidade de Pelotas e o trabalho doméstico, Rodrigues, Alfonso e Rieth (2017, p. 11) apontam que

na cidade de Pelotas, a exemplo de todo o Brasil, o trabalho doméstico está fundamentado essencialmente nas tarefas das mulheres escravizadas até a abolição da escravidão, no fim do século XIX. Com o advento da liberdade, grande parte das trabalhadoras libertas continuou atuando nas mesmas atividades laborais que exerciam quando cativas. Essas tarefas eram consideradas degradantes e, portanto, desempenhadas somente por pessoas que realmente necessitavam desse trabalho para sua subsistência.

Nascimento (2016) ao debater acerca da história social do trabalho e a reflexão sobre trabalhadores negros, coloca que o movimento pela libertação e abolição da escravidão pode

do cuidado, trazendo o debate para uma abordagem mais ampla do papel desempenhado nas ocupações profissionais sobretudo de mulheres.

ser pensado como os primeiros capítulos da história do movimento operário brasileiro. Nos argumentos do autor, as leituras colocadas pelo eurocentrismo acadêmico acabam por limitar os olhares de entendimento que todos indivíduos que trabalham para sobreviver podem ser considerados trabalhadores, dadas as devidas contextualizações.

Barbosa, Iasiniewicz e Büttow (2019, p. 342) colocam que

A abolição da escravidão não rompeu efetivamente com arranjos sociais do período colonial e escravista, como por exemplo, com as práticas patronais paternalistas e as suas relações assimétricas poder. Em se tratando do trabalho doméstico, o que se viu foi à gestação de um tipo de poder simbólico patronal que promoveu percepções subalternizadas de pertencimento e de lealdade, dificultando, assim, o reconhecimento de direitos e garantias sociais às trabalhadoras domésticas. Não por acaso, uma forma persistente de situar simbolicamente a empregada doméstica tenha se disseminado na sociedade brasileira: “trata-se de uma pessoa quase da família”.

Souza (2017, p. 18) em sua tese de doutorado em História debate sobre algumas questões que se colocaram pertinentes para refletir com maior profundidade sobre o tema trabalho doméstico, ou, na escolha da autora, serviço doméstico:

Apesar do uso corrente do termo “trabalho doméstico”, neste estudo será dada preferência à designação “serviço doméstico”. Entre as razões dessa escolha encontra-se o uso disseminado do termo em documentos do período estudado e em vasta produção histórica internacional sobre o assunto, além das dificuldades para se utilizar o conceito de “trabalho doméstico remunerado” ou “emprego doméstico” em contextos de vigência da escravidão e de outras formas de compulsoriedade do trabalho. Mas, essa opção se dá, também, porque o termo “serviço doméstico” compreende a ideia de “prestação de serviços”, que se difere do trabalho executado por membros de um núcleo familiar a benefício próprio, que seria típico de um “trabalho doméstico não remunerado”. Nesse caso, a noção de “serviço doméstico” envolve a execução de atividades reprodutivas (como o preparo de alimentos, o cuidado de pessoas, o asseio e a manutenção de espaços e objetos), inerentes ao funcionamento de um domicílio e à sobrevivência de uma família, por parte de trabalhadores “contratados” para esse fim (considerando toda a variedade de condições de arranjos de trabalho em diferentes contextos históricos) e não necessariamente vinculados, por laços de afeto ou parentesco, ao local onde trabalham. Nesse sentido, o termo “serviço doméstico” visa, sobretudo, caracterizar relações de trabalho estabelecidas entre amos e criados, senhores e escravos ou patrões e empregados em variados tempos e espaços.

Essa explicação da autora, que consta em nota de rodapé, traz importantes pontos, sobretudo o de pensar em como os usos das palavras mudam conforme o tempo no qual estas são registradas, ou seja, todos os processos são datados. Pensar em trabalho é refletir sobre o trabalho livre e o assalariado, de uma maneira tradicional, e o trabalho doméstico, contemporaneamente, é remontado de um tempo do qual as mulheres, muitas vezes, não eram nem assalariadas, nem livres, mas sim escravizadas e submetidas ao ato de servir.

Refletindo sobre a etapa de pesquisa de campo da Tese que foi desenvolvida no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas, cunhar o termo “trabalhador” é uma

questão de ver-se enquanto pertencente as pautas classistas de todas as categorias, pensando sobretudo no que é assegurado em leis. Entender-se por “trabalhadora doméstica” é uma maneira de ver-se sendo da classe trabalhadora assegurada pelas legislações, enquanto uma pauta trabalhista, além da questão da auto-estima em perceber-se enquanto um cidadão de direitos, como qualquer pessoa. Há as dimensões políticas e também identitárias e, assim sendo, a explicação de Souza (2017) sobre sua escolha é muito válida, mas no contexto da pesquisa que valoriza as narrativas criadas dentro de seus contextos, o uso do termo trabalhador doméstico é imprescindível.

Relatos de campo

Iniciada em dezembro de 2022, a pesquisa em muito avançou durante as disciplinas ofertadas pelo PPGH UFPel, além das interlocuções em eventos acadêmicos de nível regional, nacional e internacional. Nesse primeiro ano de Doutorado, a pesquisa de campo, calcada em métodos e diretrizes da História Oral, avançou no aprofundamento de campo realizado no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas com o fim de criar um contexto favorável à realização de entrevistas com as pessoas, que são basicamente mulheres negras, que são filiadas e ali convivem para além da pauta trabalhista, pois há espaços de sociabilidades.

A pesquisa usa-se da metodologia de história oral. Delgado (2010, p. 15) a define como sendo

um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.

Pensando nas duas entrevistas realizadas com Ernestina Pereira, quando explicado sobre o tema da pesquisa ser voltado para as mulheres da limpeza, no contexto da primeira entrevista, Ernestina diz: “*é, parece que mulher já nasce com panela, bombril, vassoura nas mãos*”³²⁷. Na segunda entrevista, Ernestina narrou, sobretudo, sobre as trajetórias de lutas da categoria e sobre sua trajetória pessoal. Na data da entrevista, ela estava ocupando o cargo de Diretora de Formação e conta que é remanescente de quilombo, tendo vindo morar em Pelotas com treze anos de idade e já ter seguido a ocupação profissional de sua mãe, que era lavadeira e trabalhadora de casas de família, tão logo chegou na cidade.

³²⁷ Ernestina dos Santos Pereira. Vice-presidente do Sindicato das Domésticas – CUT. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada na Casa do Trabalhador, Pelotas, no dia 25 de junho de 2018.

Durante o trabalho de campo, foram encontradas as primeiras fichas de filiação ao sindicato (imagem 1)³²⁸, e há informações gerais como ocupação, idade e alguns contêm uma fotografia 3x4 dos trabalhadores, fazendo com que haja uma identificação dos rostos dos indivíduos que fazem parte do coletivo de trabalhadores sindicalizados.

Imagem 1 - Primeiras fichas de filiação ao Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Pelotas

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS DE PELOTAS
PELOTAS - RIO GRANDE DO SUL

MATRÍCULA N.º 37 (cancelada) 95/11/193

NOME Leticia Oliveira

Filiação: _____

Nacionalidade Brasil Estado Civil solteira Nascida em 14/01/1930

Natural de Pelotas Profissão trabalha em casa Sexo mulher

Carteira Profissional n.º 82-946

Residência Pelotas Nome dos filhos _____

Nome da Esposa _____

Outros dependentes _____

Pelotas, 22 de maio de 1984

Presidente _____ Secretário Leticia Oliveira Associado

MENSALIDADES PAGAS
(anotar com um "x" o mês pago)

MESES	OBSERVAÇÕES
Jan	
Fev	
Mar	
Abr	
Maio	
Junho	
Julho	
Agosto	
Setembro	
Outubro	
Novembro	
Dezembro	

Fonte: Fotos tiradas em pesquisa de campo, por Caroline Cardoso da Silva.

No dia 21 de abril de 2023 houve a oportunidade de estar presente no “Encontro Regional Sul: Economia do Cuidado & Trabalho Doméstico” sediado na cidade de Pelotas, que contou com cerca de 30 trabalhadoras domésticas organizadas em sindicatos e associações da região Sul do país (muito embora tenham comparecido de outras regiões, como duas sindicalistas do Rio de Janeiro e São Paulo, que vieram para ajudar como facilitadoras do encontro).

Durante o ano, foram feitas visitas ao Sindicato em dias de plantão, em algumas reuniões e em uma assembleia. No dia 26 de agosto, houve a participação e observação participante da atividade de uma roda de conversa sobre "Chefes de família e o Trabalho Doméstico", promovida pelo Sindicato, dando o pontapé inicial das atividades de campo com registros de imagem, áudio e vídeo. A roda foi sobre, aconteceu no salão da Comunidade

³²⁸ Material que compõe o acervo documental localizado no Sindicato dos Domésticos de Pelotas, RS.

Católica Divino Espírito Santo, na Vila Governação, Pelotas, e contou com cerca de 15 participantes.

Para além do universo que circunscreve o Sindicato, em uma das aulas da pós-graduação houve o contato com uma colega que conhece e tem uma relação de proximidade com duas trabalhadoras domésticas, sendo elas tia e sobrinha uma da outra. A tia se trata de Tânia Mara Brochado, que concedeu a mim uma entrevista no dia 02 de novembro de 2023³²⁹. Essa entrevista versou sobre sua experiência pessoal enquanto mulher trabalhadora doméstica desde a juventude e fortes marcadores de raça e classe nessa vivência. A partir dessa entrevista, há o planejamento de realização de entrevistas com as trabalhadoras domésticas que cruzarem pela pesquisa de alguma forma, abrindo o leque de contatos e, também, de análises, já que todas as experiências e trajetórias contribuem para a reflexão maior sobre o que é o trabalho doméstico em Pelotas e no Brasil, no tempo presente.

Explorando o universo de fontes, há o horizonte de análise dos seguintes grupos: o diário de campo da pesquisa, com suas impressões e olhares e, para isso, há a necessidade de aprofundamento do entendimento de metodologias participativas, como a etnografia e pesquisa participante. O acervo institucional/histórico do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas salvaguardado, o qual contém materiais informativos, de campanhas, divulgação de ações e eventos, livros de formação, listas de presença e ata de reuniões. A partir de uma observação foram encontrados informativos de encontros promovidos no sindicato, em que se debatiam assuntos como: congressos regionais e nacionais, reuniões executivas, rodas de conversa sobre o racismo, cursos de formação sindical e, pensando num contexto mais recreativo, organizações de bingos, almoços e jantares dançantes.

Em julho de 2023 houve a oportunidade de empréstimo de equipamentos de audiovisual, câmera e gravador de áudio, que fazem parte de materiais salvaguardados na Secretaria do PPGH, que vieram como um material de peso para gravações de entrevistas, além da possibilidade de explorar o campo e suas possibilidades de miradas, registros, imagens. Até o final do ano de 2023, cerca de 250 fotos feitas em campo, 5 registros audiovisuais e 3 gravações de áudio. O debate que suscita a partir daí é, também, em pensar no historiador e a produção de fontes.

³²⁹ Tânia Mara Moraes Brochado. Trabalhadora doméstica. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva, com colaboração de Luisa Machado Montedo de Oliveira. Realizada na casa de Luisa, Pelotas, no dia 02 de novembro de 2023.

Conclusões

O trabalho doméstico é um tema já corriqueiro dentro da sociedade, alcança debates públicos e em diferentes esferas sociais. Pensado historicamente, ele remonta arranjos da escravidão, que passam por desvalorizações pela herança de um país que aboliu a escravidão, mas não deu as mínimas condições para que essa nova classe trabalhadora assalariada, que estava se construindo, tivesse uma mobilidade econômico-social para sair da condição de subalternidade. Para o entendimento que uma tese de doutorado em História exige, há muitos debates a serem aprofundados e explorados, mas alguns passos foram dados neste primeiro ano de pesquisa de Doutorado para que o tema se mostre promissor, principalmente pensando na vasta possibilidade de fontes e miradas.

Referências

Fontes

Acervo documental localizado no Sindicato dos Domésticos de Pelotas, RS (cartilhas e fichas de filiação, citados no corpo do texto, são materiais contidos neste acervo).

Ernestina dos Santos Pereira. Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas – CUT. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada na Casa do Trabalhador, Pelotas, no dia 25 de junho de 2018.

Ernestina dos Santos Pereira. Diretora de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas – CUT. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada na Casa do Trabalhador, Pelotas, no dia 15 de dezembro de 2022.

Tânia Mara Moraes Brochado. Trabalhadora doméstica. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva, com colaboração de Luisa Machado Montedo de Oliveira. Realizada na casa de Luisa, Pelotas, no dia 02 de novembro de 2023.

Bibliográficas

BARBOSA, A. M. e S.; IASINIEWICZ, G.; BUTTOW, M. E. V. Trabalho doméstico: entre o poder simbólico patronal e a luta por reconhecimento jurídico. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n.3, p. 341-350, 2019. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/14685. Acesso em: 25 de dezembro de 2022.

DELGADO, L. de A. N. **História Oral**: Memória, Tempo, Identidades. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

NASCIMENTO, A. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. V. 29, n. 59, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/vBTQbYFXtqwMXCHR6sfsN7Q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 de março de 2023.

RODRIGUES, M. B.; ALFONSO, L. P.; RIETH, F. M. S. Ações Participativas com Trabalhadoras Domésticas: fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS. **CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE**, v. 3, p. 8-29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22351>. Acesso em: 17 de dezembro de 2022.

SOUZA, F. F. de. **Criados, Escravos e Empregados**. O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13876>. Acesso em: 01 de julho de 2023.

Trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho no RS durante as décadas de 1940 e 1950: A luta pelo direito a ter direitos

SILVA, Luiz Eduardo Domingues dos Santos Souza da
Mestre em História/UFSM
CAPES, luizeduardomingues@gmail.com

Resumo: Durante muito tempo, a historiografia apontou para a existência de uma “lacuna” entre os direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos no período pós-1930, e a suposta situação de abandono a que teriam sido relegados os trabalhadores rurais. Seguindo essa linha, o abismo entre os dois setores da classe trabalhadora só teria diminuído significativamente a partir da década de 1960, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural. Há alguns anos, porém, novos trabalhos vêm buscando relativizar essas interpretações e, destacando as diferentes iniciativas tomadas pelos próprios trabalhadores do campo, no sentido de obter também para si, direitos trabalhistas. Pretendemos, neste trabalho de Comunicação, discutir brevemente essas perspectivas de análise do problema e, em seguida, apresentar alguns casos de trabalhadores rurais que recorreram à Justiça do Trabalho em Santa Maria e Pelotas, durante as décadas de 1940 e 1950, justamente na tentativa de terem seus direitos reconhecidos. Acreditamos que o emprego de processos trabalhistas enquanto fonte, pode contribuir sensivelmente também para a escrita de uma história do trabalho rural, e não apenas urbano, que tenha a agência dos trabalhadores e das trabalhadoras no centro das análises. Partimos, portanto do estudo desses documentos, nos apoiando, paralelamente, na historiografia mais recente a respeito dessa temática.

Palavras-chave: Trabalho Rural; Justiça do Trabalho; História do Trabalho;

Introdução: Os trabalhadores e a Era Vargas

Há muito tem sido desmontada a tese de que a legislação social e trabalhista e a adoção de medidas via governos para mediar as relações entre empregado e empregador tenha sido uma completa novidade, desembarcada na Capital federal junto à comitiva que garantiu a tomada da Presidência da República por Getúlio Vargas após o Movimento de 1930. Não apenas porque já havia sim, ainda que de maneira difusa e limitada, medidas tomadas nesse sentido, mas, principalmente, porque muitas das leis adotadas durante os governos de varguistas já constavam há décadas nos programas e debates das organizações operárias e de trabalhadores no geral. Entre elas, podemos apontar a regulamentação do trabalho de menores e mulheres, jornada de trabalho de oito horas diárias, além das constantes demandas relacionadas a melhorias salariais (Gomes, 2002). Mesmo algumas medidas a nível de legislação, ainda que localizadas e de impacto incomparavelmente menor do que a legislação do pós-1930, serão adotadas ainda entre as décadas de 1910 e 1920. Vale destacar, entre elas, a lei referente aos acidentes de trabalho, de 1919, o Código de Menores de 1926, uma lei de férias em 1925, além da criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1923.

Este último órgão, ainda que com suas atribuições redefinidas, será mantido até a década de 1940, no âmbito da Justiça do Trabalho.

A grande novidade da legislação social e trabalhista do pós-1930, portanto, muito provavelmente deva-se a seu caráter mais geral se comparado às medidas anteriores que, muitas vezes se restringiam exclusivamente a determinadas categorias, bem como ao fato de essa legislação vir a compor parte de um projeto, complementado pela legislação sindical e a Justiça do Trabalho, por exemplo, que colocava a questão do trabalho no centro. Ainda assim, ao contrário do que prometia a propaganda oficial, a legislação, por si só, não foi capaz de conduzir a classe trabalhadora a qualquer “paraíso”, nem alcançou todos os seus setores. Na verdade, como bem definiu John French (2001), as leis trabalhistas se materializaram efetivamente em garantias, na medida em que os próprios trabalhadores lutaram por isso.

Essa luta podia se dar em mobilizações por local de trabalho, greves gerais, especialmente a partir de 1944, ou mesmo através da Justiça do Trabalho que, em que pese sua orientação para a conciliação, foi um canal por onde muitos trabalhadores puderam expressar o seu descontentamento com o que consideravam abusos ou injustiças de parte dos patrões. Em um momento de repressão e cerceamento à liberdade de organização da classe trabalhadora, longe de se anularem, essas diferentes formas de reivindicação se combinavam. Para Silvia Lara (2010) as leis, uma vez apropriadas pelos trabalhadores, converteram-se em “poderosos instrumentos de luta”, de maneira que, para ela, “as reivindicações pela proteção dos direitos” trabalhistas, ocuparam um lugar de destaque no processo de “formação cultural e política” da classe trabalhadora (Lara, 2010, p. 114).

Não há portanto, espaço para se pensar em um “pacto”, no qual os trabalhadores teriam aberto mão da sua autonomia e disposição de luta, em troca da “concessão” de direitos, na esperança de vê-los realizados pelo próprio Governo. A luta pela garantia desses direitos, conquistados pelos trabalhadores, muitas vezes colocou-os em embate – direito ou indireto – com o próprio governo de Vargas e seu projeto de colaboração de classes. Para Konrad (2004), não se pode falar “apenas em coerção ou apenas no consenso”, de maneira que, tanto a repressão estatal quanto a resistência dos trabalhadores tiveram lugar no pós-1930. No que se refere à repressão política, que muito contribuiu para que o Governo se colocasse muitas vezes como o único porta-voz da questão social, o autor salienta que o grupo no poder, após 1930, buscou “construir uma hegemonia na qual a correlação de forças deveria impedir que os trabalhadores tivessem um projeto alternativo de poder político e social (...)” (Konrad, 2004, p. 53). Da mesma forma, segundo ele, a ação repressiva – a questão social não havia deixado de ser, também, caso

de polícia – servia para “limitar o alcance” dos próprios direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Os trabalhadores rurais e a legislação trabalhista

Embora a regulamentação do trabalho rural, com a garantia de direitos às trabalhadoras e aos trabalhadores, só tenha se efetivado em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, portanto, vinte anos após a criação da CLT, que consolidou os direitos trabalhistas para o proletariado urbano, isso não significa que até essa data, os homens e as mulheres que viviam e ganhavam a vida no campo, se mantivessem completamente apartados do horizonte de acesso ao mundo de direitos criado pela legislação do pós-1930. Analisando processos trabalhistas de períodos anteriores a 1963, podemos verificar que havia sim, trabalhadores rurais que recorriam a Justiça do Trabalho em busca de alguma salvaguarda diante do que consideravam uma situação inadequada de trabalho ou atitude injusta de parte do empregador. A própria noção de “justiça” ou da existência de direitos os quais se deveria reivindicar, evidencia que o desenvolvimento de uma “consciência jurídica de classe” dos trabalhadores, conforme sugere o historiador John French (2001), também se estendeu, ao menos em certa medida, aos trabalhadores do campo.

De acordo com a historiadora estadunidense Brodwyn Fischer, o arcabouço legal criado no pós-1930, por suas contradições e insuficiências, teria ajudado a “forjar o perfil das desigualdades no Brasil moderno” (Fischer, 2006, p. 422), colocando em diferentes níveis, inclusive de condições de reivindicação, diferentes grupos de trabalhadores. Sendo que, aqueles que estavam mais distantes de uma perspectiva de acesso às garantias conquistadas, dirigiam suas reivindicações mais em uma lógica de “caridade” do que de direitos, propriamente ditos.

Segundo Marcus Dezemone (2012), que além dos processos trabalhistas, também identifica as cartas enviadas por trabalhadores a Getúlio Vargas, além de entrevistas, como fontes que têm matizado a ideia de que até os anos 1960 o campo era um lugar de total ausência de direitos trabalhistas, houve, de fato, uma “apropriação criativa” da legislação social pela população do campo, capaz de gerar, inclusive, uma “noção de direitos” (Dezemone, 2012, p. 2) mesmo que formalmente esses ainda fossem mais limitados do que o da parcela urbana da classe trabalhadora da época. Para ele: “Não era a inexistência de uma lei que versasse sobre a matéria que impedia o acesso dos trabalhadores rurais ao Poder Judiciário” (Dezemone, 2012, p. 9). O autor também salienta que, as ações de trabalhadoras e trabalhadores rurais, reivindicando direitos trabalhistas era um efeito “na maior parte das vezes, não planejado, por aqueles que produziram e divulgaram a legislação trabalhista e sindical” (Dezemone, 2012, p.

2). O que ele propõe, por tanto, é uma “relativização” de interpretações tradicionais, como as de autores, tais como Boris Fausto (“As duas faces do populismo”, 2004), e José Murilo de Carvalho (“Cidadania no Brasil: um longo caminho”, 2002).

Assim como Dezemone, o historiador Clifford Welch (2016), também questiona o que chama de “tese da paz agrária” (Welch, 2016, p. 83), segundo a qual, para assegurar os privilégios das oligarquias rurais, os governos de Vargas teriam evitado avançar na intervenção do Estado sobre as relações de trabalho neste meio. Baseando-se, sobretudo, em discursos de Getúlio Vargas e de seus ministros, bem como na legislação, Welch, porém, tende a supervalorizar as promessas de regulamentação do setor que, como ele próprio acaba admitindo, no caso da sindicalização rural, por exemplo, não foram cumpridas a contento. De fato, a grande maioria das iniciativas do Governo, apresentadas pelo autor, se referia à tentativa de promover a sindicalização tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores do campo, evidentemente, seguindo a lógica corporativista de colaboração e atrelamento ao Estado que orientou a política do Varguismo nessa área, desde 1930. Ainda assim, conforme aponta o autor, até 1955, após o último governo de Getúlio Vargas, portanto, haviam apenas cinco sindicatos rurais registrados em todo o país (Welch, 2016, p. 98). Ao mesmo tempo, o autor destaca a resistência que o setor patronal apresentou às tentativas – ou às promessas – do Governo em promover uma “organização” do “mundo rural”. Representados em duas entidades de classe, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), com base em São Paulo, os proprietários de terra buscaram fazer frente a qualquer proposta de estender aos trabalhadores rurais, os direitos conquistados pela classe trabalhadora urbana. O discurso geral dessa categoria, era de que o trabalho no campo tinha uma série de especificidades que não permitia que fossem aplicadas as mesmas leis. Segundo um dirigente da SRB em meados dos anos 1940, por exemplo, “os trabalhadores do café não eram meros trabalhadores assalariados, mas companheiros de trabalho dos fazendeiros”, portanto, não faria sentido aplicar ali, legislação semelhante à vigente no meio urbano (Ibid., p.92). Falava-se na inexistência de “divisão de classes nas atividades rurais”, e que as relações de trabalho seriam de “natureza familiar”.

Ideia semelhante circulava entre os proprietários de terra do Rio Grande do Sul, e mesmo entre lideranças do Estado Novo em relação ao proletariado rural do estado. De acordo com Konrad (2006), buscava-se difundir a perspectiva de que a relação entre os trabalhadores e os seus patrões, na zona rural gaúcha, eram pautadas por “laços de confraternização, afeto e colaboração” e da suposta ausência de “ódio e luta de classe” no trabalho do campo (Konrad, 2006, p.197). Da mesma forma, resistia-se ferrenhamente à possibilidade de fixação de salário

mínimo para os trabalhadores rurais, uma vez que, segundo esses setores, o trabalhador do campo teria moradia e alimentação garantida pelo patrão. O que a autora aponta, por outro lado, é para um cenário de desassistência por parte do Estado aos trabalhadores do campo gaúcho. Através de cartas ao próprio Getúlio Vargas ou então ao Interventor do Estado, muitas e muitos trabalhadores rurais relatavam a miséria na qual se encontravam por falta de terra, trabalho, ou então por conta de estiagens. Pediam aos governos, que fossem tomadas iniciativas no sentido de garantir algum auxílio a esta categoria. (Konrad, p.2006, p.204). Para a autora, durante toda a Ditadura do Estado Novo, “muito pouco foi colocado em prática pelo estado das reivindicações para aqueles que da terra viviam”. As iniciativas dos governos, no Rio Grande do Sul, teriam sido, em sua imensa maioria, visando os grandes produtores rurais.

O que veremos a seguir, são casos de trabalhadores que, apesar desse aparente abandono, lutavam por condições dignas de trabalho e de vida, muitas vezes contrariando a tese de que não tinham direito a esses direitos.

Processo Trabalhista de Gaudêncio Cardoso e de Maria Júlia Cardoso

Um caso exemplar desse tipo de situação, é o do casal de trabalhadores Gaudêncio e Maria Júlia Cardoso, que em meados de 1945 moveram uma ação contra Teofilo Pacheco, na cidade de Santa Maria. Os dois apresentam-se como “empregados” do Reclamado, e alegam terem sido contratados “verbalmente” pelo mesmo em setembro de 1943, sendo demitidos em junho de 1945, período no qual, segundo dizem, não teriam recebido a remuneração mínima em vigência. A defesa do Empregador, por sua vez, defende a “incompetência” da Justiça do Trabalho para avaliar o caso, uma vez que entende serem os Reclamantes trabalhadores rurais, além de considerar que eles “jamais foram empregados propriamente ditos”. Sustenta esse entendimento no fato de que, segundo diz, os mesmos terem residido em sua propriedade rural, “dedicando-se à agricultura, pertencendo a eles todo o produto das lavouras que plantassem (...)”, e que, em troca, os dois “atendiam os gados pertencentes ao reclamado”. Afirma ainda, que “não havia um “contrato específico de trabalho” entre as partes.

A exceção de incompetência levantada pelo Reclamado, porém, não é aceita, e o processo segue seu trâmite na JT. Em audiência realizada em novembro de 1946, porém, as partes firmam um acordo que põe fim à reclamação.

Processo Trabalhista de Edy Tavares dos Santos

O caso seguinte, do trabalhador Edy Tavares dos Santos, de Pelotas, contra o comerciante Tuffy Sales é mais complexo e, ao mesmo tempo, curioso. Na reclamação ajuizada

em junho de 1949, Santos, que se identifica como “comerciário”, alega ter sido contratado em maio de 1948 pelo reclamado, para trabalhar como “gerente” de “um de seus armazéns”, sob remuneração mensal de Cr\$ 2.000,00, que deveriam ser pagos, segundo acordo, “ao fim de cada ano”, além de habitação. Além disso, o Reclamante afirma que, conforme o acordo firmado, ele também poderia retirar do armazém do Reclamado, “os víveres indispensáveis para a sua manutenção e a de sua família”, sendo as retiradas posteriormente descontadas do ordenado a receber. A acusação de Edy Tavares dos Santos é a de que, findo o ano de 1948, não teria recebido salário algum, e que, não obstante, em fevereiro de 1949, teria sido demitido em consequência do fechamento do armazém, sob a alegação do Reclamado, de que “os negócios andavam ruins”. Dessa forma, segundo atesta em sua petição inicial, teria, até o momento da abertura do processo, ficado sem receber os salários devidos.

O que logo chama a atenção no relato acima é, em comparação, com a maioria dos processos de trabalhadores precários analisados, o valor consideravelmente maior do salário a que teria direito o Reclamante, conforme por ele alegado. Outros elementos, porém, o aproximam de casos que já vimos neste trabalho, bem como de outros, que discutiremos mais adiante. Assim, temos um trabalhador que vivia, juntamente com sua família, em uma casa cedida pelo suposto empregador, assim como nos casos de Gaudêncio e Maria Júlia Cardoso e de Pedro Lecina, bem como uma forma de pagamento que, além do salário em dinheiro, também previa o recebimento de uma parcela em utilidades, ainda que – como em muitos casos de trabalhadores precários – com o devido desconto no montante em dinheiro a ser recebido, no caso, ao final do ano. Os argumentos apresentados pela defesa da parte Reclamada, porém, expõe de maneira mais nítida a fragilidade e a precariedade do vínculo empregatício entre as partes, ainda que a sua tentativa seja, a todo momento, negar a existência de qualquer vínculo desse tipo.

Em audiência, o advogado de Tuffy Sales nega que Edy Tavares dos Santos tenha sido seu empregado. A sua alegação, é a de que o Reclamante, “na qualidade de primo-irmão da esposa do reclamado (...), e estando desempregado”, teria lhe pedido ajuda, ao que ele, reclamado, por sua vez, teria lhe proposto uma “sociedade” na zona rural, no negócio de “compra de produtos coloniais”, segundo a qual, pelo que alega a defesa, o Reclamante “receberia casa, alimentação para si e sua família, e deduzidas as despesas do negócio, receberia uma base de 20% dos lucros (...)”. Quanto à alegação do atraso no pagamento do ordenado, afirma que o Reclamante “nunca percebeu nem perceberia salários e que o reclamado lhe fornecia toda a alimentação e, quando necessário, dinheiro para as suas necessidades mais

urgentes”. Ressalta que “não havia entre eles qualquer contrato de trabalho”, mas um contrato “de natureza comercial”, e que, portanto, não estaria Santos “amparado pela CLT”.

Em seus depoimentos, as quatro testemunhas ouvidas parecem não ter certeza da natureza da relação de trabalho que havia entre as partes, ainda que ambas reconheçam que todos os negócios realizados pelos armazéns de compra de produtos coloniais, se davam em nome do Reclamado – não parece haver dúvida entre os depoentes quanto ao fato de ser Tuffy Sales o proprietário dos estabelecimentos – sendo que uma das testemunhas, afirma que em determinada ocasião o Reclamante teria lhe dito que era “empregado” do Reclamado, não tendo em nenhuma circunstância porém, segundo ele, o Reclamado lhe confirmado ou negado tal alegação. Mesmo uma das testemunhas, um ex-trabalhador de um dos armazéns do Reclamado que teve seu depoimento inicialmente contestado pela defesa do Reclamante sob a alegação de que seria “inimigo” do mesmo, afirma acreditar que este trabalhava em condições semelhantes às suas, ou seja, como empregado. Em suas razões finais, a defesa de Edy Tavares volta a negar a existência de uma sociedade entre ele e Sales, chamando a atenção, inclusive, para o fato de o Reclamado não ter apresentado, durante as audiências, qualquer contrato que comprovasse a existência da mesma.

A defesa de Sales, por outro lado, reitera que as ele e Santos eram sócios, rechaçando a tese de que este último seria um empregado seu. Reitera que teria proposto o acordo, “para ajudar um parente a escapar-se de uma situação aflitiva”. Defende ainda que: “As condições de trabalho sobre sociedade entre o reclamante e o reclamado foram feitas em caráter experimental e em virtude mesmo da situação aflitiva em que se encontrava o reclamante e sua família”. Contesta a afirmação de que o fato de não existir um contrato de sociedade entre as partes comprometeria sua tese, e questiona o salário alegado pelo Reclamante, considerando “impossível que um empregado rural, ainda que desempenhando as funções de gerente, pudesse ganhar um salário astronômico de Cr\$ 2.000,00 e mais alimentação e habitação para si e para a família”.

Para os juízes não teria, o Reclamado, conseguido provar, “do modo mais rudimentar que fosse”, a existência de uma sociedade comercial entre ele e o Reclamante. Ao mesmo tempo, afirmaram estar “reunidos, na pessoa do Reclamante, os requisitos presentes do artigo 3º da Consolidação: é ele um empregado, como empregador é o reclamado (...) e empregatício é o *vinculum juris* que os enlaçava”.³³⁰ Diante de tais constatações, a reclamação é julgada procedente, por unanimidade dos votos, afastando a tese do Reclamado da existência de uma

³³⁰ Processo nº 198/1949: Pelotas: Edy Tavares dos Santos X Tuffy Sales.

sociedade entre as partes, e reconhecendo o vínculo empregatício e a condição de empregado do Reclamante. Tuffy Sales é condenado, então, a pagar os salários devidos a Edy Tavares dos Santos, além de indenização referente ao aviso prévio.

Neste caso, pudemos ver como, muitas vezes, as relações de trabalho estavam entrelaçadas com relações pessoais e mesmo familiares, deixando menos evidentes as linhas capazes de constituir uma verdadeira relação trabalhador-empregado. Para além disso, a tese levantada pela defesa do Reclamado, da existência de uma suposta sociedade entre as partes, muito provavelmente serviria a uma tentativa de blindar o mesmo de quaisquer responsabilidades e encargos, dada a própria informalidade que cercava a situação do Reclamante no acordo firmado entre eles.

Processo Trabalhista de João Portela

A exceção de incompetência aparece nos processos como um mecanismo bastante utilizado pelos empregadores quando estes questionam a existência de um vínculo efetivo com os trabalhadores, uma vez que, não havendo relação de emprego entre as partes, o caso não teria razão de ser analisado pela Justiça do Trabalho. É o que ocorre no caso da reclamação apresentada pelos trabalhadores João Portela, José Eduardo Alvares, Ramão Alvares e Manoel Elpidio Mota, os três primeiros identificados como “oleiros”, e o último como “jornaleiro”, em julho de 1950 na cidade de Santa Maria, contra a empresa Cerâmica Santa Maria LTDA, de propriedade de Luiz Bollick e de Antonio Severo. Os quatro reclamantes afirmam ter trabalhado para a Reclamada até abril de 1950, quando teriam sido suspensas as atividades da Olaria reclamada. Segundo dizem, o salário que recebiam não era fixo, sendo variável, e todos eles residiriam em moradia oferecida pela Empresa, nas dependências da mesma. Os reclamantes entendem que, com a suspensão nos trabalhos da Olaria, a Reclamada teria dado margem para a rescisão dos seus contratos de trabalho. Também acusam a Firma de não ter concedido as férias a que teriam direito. A reclamação compreende, portanto, a reivindicação do pagamento de salários devidos, correspondentes ao período de suspensão das atividades da Reclamada, indenização por despedida injusta, aviso prévio e férias.

Como no caso anterior, a firma Cerâmica Santa Maria LTDA, em audiência, pede que seja julgada a incompetência da Justiça do Trabalho para decidir sobre a contenda, apregoando que os reclamantes não teriam “comprovado” a sua condição de empregados da Firma, “pois não apresentaram com a reclamação, carteira profissional (...)”³³¹. De maneira semelhante ao

³³¹ Processo nº 41/1950 – Santa Maria: João Portela e outros X Cerâmica Santa Maria LTDA.

caso do pintor Edgar Almeida, a Reclamada defende que, os reclamantes não seriam empregados seus, mas de um terceiro, no caso Francisco Portella, a quem, supostamente, a Reclamada teria “cedido” o “uso da Olaria”, e a quem competiria a admissão, o pagamento e a eventual demissão de empregados. De sua parte, a Firma, segundo sua defesa, “apenas adquiriria a produção da olaria, por preços convencionados com o empreiteiro, enquanto perdurasse a atividade deste na exploração da referida olaria”. Surge, mais uma vez, a figura do “subempreiteiro”, que seria o verdadeiro responsável pelos encargos trabalhistas dos empregados, ainda que, em última instância, a propriedade do espaço onde era desenvolvida a produção, fosse da Reclamada, e mesmo que, como admitido tanto pelo próprio representante da Firma, como por uma de suas testemunhas, todo o produto do trabalho dos Reclamantes fosse, obrigatoriamente, vendido à mesma.

O pedido de exceção de incompetência é negado, e o caso permanece, portanto, no âmbito da Justiça do Trabalho. Segundo o juiz, ao contrário do que argumentava a defesa da Reclamada, não teria ficado comprovado que os Reclamantes seriam empregados de Francisco Portella, que por sua vez, seria empreiteiro da Cerâmica. Na sua interpretação, Portella “não tinha a independência e autonomia de ação que caracterizam o empreiteiro”. O mesmo seria, isso sim, empregado subordinado da Empresa, não podendo, portanto, ter ele próprio empregados contratados para o serviço na Firma. Ao mesmo tempo, o juiz afasta a tese de que, para a comprovação da existência de relação de trabalho, seria necessário a apresentação de Carteira Profissional.

Não obstante, em sua defesa, apresentada de forma escrita, a Cerâmica insiste na inexistência de relação de emprego entre a mesma e os reclamantes. Também volta a negar que Francisco Portella fosse funcionário seu, reiterando que o que teria existido entre as partes, seria um contrato de cessão da Olaria para a produção de tijolos que, posteriormente, deveriam ser vendidos em sua totalidade para a Firma reclamada. Por outro lado, argumenta que, caso fosse comprovada a existência de relação de trabalho entre a Empresa e os reclamantes – o que nega – o rompimento do contrato seria de responsabilidade destes últimos, uma vez que, diante saída de Portella do empreendimento, ao supostamente se negarem a seguir trabalhando na Olaria, sob a direção do novo “empreiteiro”, os trabalhadores teriam incidido em “abandono de emprego”.

Em seus depoimentos, por sua vez, os reclamantes afirmam que, após o afastamento de Francisco Portella dos trabalhos na Olaria, a mesma teria permanecido desativada por um período de dois meses, após o qual então, teria sido designado um sucessor para dirigir a retomada dos trabalhos. Segundo alegam, sua recusa diante do convite da Reclamada para que

voltassem aos seus antigos postos, teria se dado pelo fato de, nesse meio tempo, terem se comprometido com outros serviços, de maneira que não teriam como reassumir suas funções anteriores naquela Empresa. Um dos reclamantes, Romão Alvares, afirma que ele, assim como outros supostos empregados da Firma, incluído aí Francisco Portella, eram “tarefeiros”, recebendo o salário de Cr\$ 10,00 por “milheiro de telha francesa prensada”. O pagamento era feito, segundo afirma, de maneira semanal, porém “quando não havia dinheiro”, o mesmo era realizado mensalmente, o que ocorreria com frequência. Aponta ainda que, em algumas ocasiões, os trabalhadores, ficavam “até um mês sem receberem os seus salários”.

A primeira testemunha da Reclamada, o guarda-livros da Firma, Carlos Krening, endossa a tese defendida por esta, de que os reclamantes seriam empregados de Francisco Portella. Nega que tenham se passado dois meses entre a saída de Portella e a continuidade dos trabalhos da Olaria sob a direção de um novo empreiteiro. Segundo alega, a recusa dos reclamantes em permanecer em suas funções, sob a nova direção, teria sido justificada pelos mesmos, com o argumento de que “tinham instruções para não aceitarem qualquer oferta”.

Vicente Pinheiro, segunda testemunha da Cerâmica, e sucessor de Francisco Portella na direção da Olaria, vai na mesma direção. Negando terem cessado as operações da mesma a após a saída do seu antecessor, alega que este permaneceu na casa destinada pela Reclamada aos seus empreiteiros, até dois dias antes à sua chegada para ocupar o posto. Também afirma que teria convidado os reclamantes – que à época, segundo diz, também seriam moradores da Olaria – a seguirem trabalhando na produção de telhas e tijolos, sob sua direção, mas que estes teriam recusado a oferta, sob a justificativa de que “tinham instruções para não trabalharem antes de realizarem uma questão que tinham com a firma”.

Após cerca de dois anos de tramitação do processo, em abril de 1952, é finalmente publicada a sentença, na qual, acolhendo a tese da Reclamada, a JCJ de Santa Maria julga improcedente a reclamação aberta pelos trabalhadores da Cerâmica de propriedade de Luiz Bollick e Antonio Severo. O juiz não chega a entrar no mérito da existência ou não de relação de trabalho entre as partes – a qual podemos inferir que reconhece ao negar a exceção de incompetência proposta pela Firma – mas centra a sua decisão na alegada despedida injusta de que teriam sido vítimas os reclamantes. Na avaliação do julgador, ao se recusarem a seguir trabalhando, sob as ordens de Vicente Pinheiro e não mais de Francisco Portella, os trabalhadores teriam rompido o contrato de trabalho de maneira unilateral, não cabendo, portanto, responsabilização da Reclamada quanto a isso.

Processo Trabalhista de José Olino de Mendonça

Um outro caso que também expõe a fragilidade das condições de determinadas modalidades de trabalho bastante comuns à época, é o do “jornaleiro” José Olino de Mendonça, residente de uma Charqueada, no interior de Santa Maria. Em agosto de 1941, José Olino entrou com uma reclamação contra a Sociedade Matadouro Santamariense, empresa na qual trabalhou por pouco mais de um ano e da qual foi demitido, segundo sua defesa, de maneira injusta. Além da indenização pela despedida sem justa causa, o trabalhador também requer no processo, pagamento de aviso prévio e de férias que não teriam sido gozadas. Ao longo do processo, seja pela fala da parte reclamada, do próprio reclamante ou dos depoimentos de diferentes testemunhas, fica exposta uma relação de trabalho bastante vulnerável, uma vez que a condição de “horista” de José Olino, bem como da aparente maioria dos trabalhadores do matadouro, lhes proporcionava incerteza quanto à oferta de trabalho no futuro e, evidentemente, no que se refere ao salário recebido. Isso porque, pelo que fica bastante claro, após o período de safra, quando encerrava a “matança”, reduzia consideravelmente a oferta de trabalho, o que se refletia em decréscimo nos salários recebidos pelos trabalhadores.³³² Ademais, segundo depoimento de mais de um funcionário da empresa, o pagamento dos ordenados era realizado pelo proprietário de um armazém próximo ao matadouro, e da remuneração de cada um, era descontado um valor referente às compras realizadas no estabelecimento.³³³

A parte Reclamada, por sua vez, alega que teria sido o próprio trabalhador quem solicitou a sua demissão a fim de assumir um novo emprego. Da mesma forma, nega que o reclamante tenha direito às férias reclamadas pois teria “se demitido” ante do tempo máximo para a concessão das mesmas. A ação é julgada “em parte procedente”, sendo reconhecido o direito de Olino ao recebimento pelas férias não gozadas, porém não sendo reconhecida a demissão injusta. Independentemente do desfecho, porém, o que chama a atenção neste caso, assim como nos anteriores, é a precariedade das condições de trabalho a que estava submetido o Reclamante.

Considerações Finais

Ainda que não se possa provavelmente falar em uma “paz agrária”, muito devido às diferentes formas de luta empreendidas pelos trabalhadores do campo, muitas delas que acabavam sendo interpretadas como “messianismo” ou banditismo (Konrad, 2006, p. 207), ou

³³² Processo Nº 26/1941 – Santa Maria: José Olino de Mendonça X Sociedade Matadouro Santamariense., fl. 11.

³³³ Ibid.

então da via judicial, como vimos, o fato é que a política dos governos Vargas para esse setor da classe trabalhadora ainda estavam muito distantes daquelas que os trabalhadores urbanos, por sua experiência pretérita de luta e organização, puderam arrancar. De qualquer forma, os processos trabalhistas constituem uma importante fonte para iluminar essas experiências muitas vezes esquecidas.

Referências

DEZEMONE, Marcus. Mundo Rural e Era Vargas: Direitos, Papel do Campo e Legislação Social na Historiografia Recente. **Tempos Históricos**, Vol. 16, n.2, p.219-245, 2012.

FISCHER, Brodwyn. **Direitos por Lei ou Lei por Direito? Pobreza e Ambiguidade legal no Estado Novo**. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (Orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil**. Editora da Unicamp, 2006.

FRENCH, John. **Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

LARA, Sílvia Hunold. **Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil**. In. SCHMIDT, Benito Bisso. (Org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: Pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo. Oikos, 2010.

KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. 2004. 586 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. 2006. 244f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2006.

WELCH, Clifford Andrew, **Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 36, n.71, 2016.

**ST 16 – OUTRAS FACES DO PODER: RELIGIOSIDADES,
CONTROLE SOCIAL E PRÁTICAS CULTURAIS ENTRE O
MEDIEVO E A IDADE MODERNA**

Coordenado por Prof. Dr. Francisco de Paula Souza de
Mendonça Júnior e Prof. Me. Francesco Santini

Matando por Wotan: Usos do Odinismo e do Fascismo Esotérico no Neofascismo Ucraniano

VARGAS, Victoria Brum
Mestranda em História - PPGH/UFSM
CAPES/DS, vicbvargas@gmail.com

Resumo: Desde a década passada, é notada uma tendência de ascensão de movimentos neofascistas a nível global, tornando-se uma temática muito relevante na academia, embora com alguns aspectos pouco explorados, em especial no que diz respeito aos usos do passado e aos discursos esotéricos adotados por tais movimentos. Tendo isto em vista, esta comunicação — baseada em um projeto de pesquisa de mestrado ainda em fase inicial, —apresentará um estudo sobre a presença do fascismo esotérico e os usos do paganismo nórdico — em especial na sua forma supremacista, o Odinismo — e suas simbologias na construção ideológica e discursos de movimentos neofascistas no espaço fronteiriço ucraniano na contemporaneidade, com o objetivo de identificar a influência de tais elementos no pensamento e transmissão cultural da extrema-direita no tempo presente. Além disso, também se procura entender como imagens do passado são recebidas e construídas no pensamento neofascista, e os Medievalismos que existem nestes discursos e que se interligam com percepções esotéricas e religiosas. E por fim, busca-se discutir sobre as questões metodológicas e documentais da pesquisa, e as alterações sofridas desde sua concepção como projeto. Inicialmente, a documentação inicial selecionada para este estudo havia sido o material retirado de *blogs* e comunidades online extremistas, focada em dois grupos de extrema-direita que ganharam proeminência regional desde a década passada: a *Misanthropic Division* e a *Wotanjugend*. Entretanto, após buscas mais aprofundadas e o enfrentamento de problemas metodológicos, optou-se por direcionar o foco de objeto de estudo para a instituição *Plomin*, editora, espaço de palestras e produtora de conteúdo com forte alinhamento neofascista, fundada em 2016 em Kyiv, tomando como documentação o conteúdo produzido pela instituição em seus canais oficiais online. O recorte temporal priorizado neste estudo foi de 2016, ano da fundação da *Plomin*, até o momento da eclosão da guerra entre Rússia e Ucrânia, em 2022. A princípio, esta pesquisa se alinharia com o paradigma da Nova História Cultural e os campos da História Digital e História do Tempo Presente.

Palavras-chave: Fascismo Esotérico; Neofascismo; Medievalismo.

Introdução

As décadas após a dissolução da União Soviética foram marcadas por grande agitação nos países que outrora fizeram parte do bloco socialista. Isto não foi diferente na Ucrânia, país com histórico conturbado e, mais recentemente, tornado foco das atenções internacionais por conta da escalada de anos de conflitos políticos com a Rússia, culminando numa invasão desta última ao país, iniciada em 21 de fevereiro de 2022.

Entretanto, antes dessa guerra, houve um evento crucial para definir o contexto atual da política ucraniana. De forma geral, pode-se dizer que o *Euromaidan* foi uma onda de protestos iniciados no fim de 2013, após a revolta de parte da população, com a recusa de assinar um acordo de livre-mercado com União Europeia por Viktor Yanukovych, então presidente da

Ucrânia, em favor então de um acordo mais vantajoso com Rússia, embora também houvesse outros descontentamentos com a gestão de Yanukovych (Solonenko, 2015, p. 224). Tais protestos se concentraram na Praça da Independência (*Maidan Nezalejnosti*) em Kyiv, capital ucraniana, e foram aumentando em proporção e intensidade até que, por causa da forte repressão policial, acabaram por resultar em uma escalada de violência e conflitos entre policiais e manifestantes, com vários mortos e feridos de ambos os lados, embora os números variem bastante para cada relato, não havendo uma estimativa muito precisa da quantia de vítimas. (Solonenko, 2015, p. 225) Por fim, o *Euromaidan* acabou com o *impeachment* de Yanukovych, a instalação de um novo governo e não só o fim da aproximação política com a Rússia, como a retomada da hostilidade entre os dois países.

Por ser ainda muito recente em termos históricos, ainda há muitas incertezas sobre os acontecimentos e os agentes envolvidos nos eventos do *Euromaidan*, apesar de haver uma abundância de conteúdo a respeito. Mas uma consequência que se pode observar é que tal onda de protestos foi crucial para a ascensão de movimentos de extrema-direita na Ucrânia e uma maior participação política destes no país. Os protestos de 2013 e 2014 contaram com a presença de vários partidos e grupos paramilitares de extrema-direita e com a intensificação da violência, eles acabaram tomando o protagonismo nas manifestações por liderarem os embates e terem conhecimento de táticas de combate (Gomza; Zajączkowski, 2019, p. 781). Após o *Euromaidan*, eles continuaram gozando de visibilidade e prestígio, a ponto que eventualmente alguns grupos foram incorporados às forças militares ucranianas nos anos seguintes (Umland, 2019, p.121).

Um ponto de atenção é que, para além do chauvinismo nacionalista e da aversão à Rússia, se percebe laços estreitos de alguns destes grupos com o nazismo. E, ligadas a estes grupos paramilitares, também há instituições e produtoras de conteúdo com alinhamento neofascista. Aqui, destacou-se a *Plomin* (em cirílico *Пломінь*), editora, produtora de conteúdo e promotora de palestras, cursos e eventos culturais, fundada em 2016 na cidade de Kyiv. Para além dos tropos clássicos da ideologia fascista, uma grande parte da área de interesse das atuações desta instituição é voltada para o estudo de autores relevantes para a construção do nicho fascista esotérico, como René Guénon e Julius Evola, produzindo artigos de opinião, palestras, e publicando traduções em ucraniano das obras destes indivíduos.

Posta esta contextualização, o que esta pesquisa pretende é verificar a presença do fascismo esotérico e os usos do paganismo nórdico — em especial na sua forma supremacista, o Odinismo — e suas simbologias na construção ideológica e discursos das direita neofascista ucraniana, com o objetivo de identificar a influência de tais elementos no pensamento e

transmissão cultural da direita radical no tempo presente. Além disso, também se procura entender como imagens do passado são recebidas e construídas por tais grupos neofascistas, e os Medievalismos que existem nestes discursos e que se interligam com percepções esotéricas e religiosas. Como norteador, será tomado como objeto a *Plomin*, e sua atuação cultural e política no meio digital.

O presente texto é feito com base em uma pesquisa de mestrado em estágio ainda preliminar da análise documental, então ateu-se a discorrer aqui sobre um panorama geral do projeto e sua temática. Optou-se por dividir o texto em tópicos. Na primeira parte, será feita algumas considerações metodológicas e conceituais da pesquisa. Em seguida, tem-se uma contextualização geral sobre Fascismo Esotérico e Odinismo, dois pontos centrais deste estudo. Na terceira parte apresenta-se melhor sobre o objeto escolhido e as mudanças sofridas desde o início deste estudo. Por fim, há as considerações finais do texto e resultados preliminares da pesquisa.

Metodologia e conceitos

Num momento inicial, entendeu-se este estudo como inserido no paradigma da Nova História Cultural, por se propor a trabalhar com os conceitos de Práticas, Representações e Discursos, com uma atenção especial para o segundo elemento.

Ao escrever “o mundo como representação”, em sua obra *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*, Chartier (2002) salienta que a palavra “representação” porta duas definições de sentidos aparentemente contraditórios. Por um lado, representação faz ver a ausência, distinguindo o que representa e o que é representado. De outro, é a apresentação de uma presença, apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Entende-se que as Representações são fundamentais para se entender a realidade.

Na verdade, o que se deve pensar é como todas as relações, inclusive aquelas que designamos como relações econômicas ou sociais, organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, portanto as representações constitutivas do que se pode chamar de uma ‘cultura’, quer seja comum a toda uma sociedade, quer seja própria a um grupo determinado (Chartier, 2002, p. 59).

Ainda a respeito das Representações, aqui entende-se que o conceito também pode se interligar com a noção de Ideologia, que refletiria o caso da apropriação e impressão com uma direção socialmente motivada das representações. De acordo com José D'Assunção Barros:

A ideologia, poderíamos dizer, corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses. É uma visão de mundo que se impõe,

de modo a cumprir determinado projeto social ou a atender certos interesses políticos e, por trás destes, econômicos (Barros, 2005).

Pensou-se em como estes conceitos poderiam ser cruciais para pesquisa, pois o estudo da temáticas como tradicionalismo e esoterismo nazista e sua presença em movimentos sociais trata da construção e apropriação de Representações com uma direção socialmente motivada e buscando produzir determinados resultados sociais.

Também pretende-se trabalhar também com a abordagem do Medievalismo, compreendido aqui como a investigação acerca das diferentes formas sob as quais a Idade Média foi apreendida e construída por períodos posteriores. Também levamos em consideração a definição colocada por Richard Utz:

[...]o medievalismo pode ser visto, na realidade, não meramente em termos de como a Idade Média foi construída depois que tinha, para todos os efeitos, acabado, mas sim como uma empreitada teórica e metodológica crucial que nos ajuda na reconciliação com as formas de periodização dominantes no discurso histórico do Ocidente por séculos, e, possivelmente, por milênios, isto é, desde quando existiu alguma noção de Ocidente – e isso pode inclusive nos levar à época de Heródoto. (Utz, 2019, p. 495)

O Medievalismo nos auxilia a compreender a apropriação que a extrema-direita ucraniana faz da história da região e a subsequente construção de um passado heroico Ucraniano que deve ser defendido. Além disso, também é importante para destacarmos as formas que os grupos de extrema-direita se apropriam e se projetam na imagem do guerreiros nórdicos e cossacos, assim as apropriações da mitologia e paganismo nórdico e sua adaptação para servir à crenças supremacistas.

Este trabalho se alinha metodologicamente com a abordagem da História Digital, que trata sobre o uso de fontes presentes exclusivamente no meio digital como documentação. O advento da internet no final do século XX e seu subsequente desenvolvimento e expansão acabaram por criar o que Pierre Levy chama de “cibercultura”, definido como: “Conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, *apud* De Almeida, 2011.).

É inegável que as tecnologias digitais estão mudando as práticas de pesquisa histórica, desde a facilidade de acesso às fontes até a produção e difusão do conhecimento. Pensar digitalmente a história é fundamental para se pensar na inserção dos historiadores no debate público, pois se está em um momento que “a disputa pela narrativa histórica está diretamente ligada a como utilizamos a internet e a rede mundial de computadores” (Souza, 2022, p. 19).

Pensando nisso, o uso de fontes digitais torna-se quase uma exigência para se estudar a história do presente, pois a internet transformou fundamentalmente diversos modos de pensar e valores, além de criar novos comportamentos e práticas. Esse processo também é visto nos movimentos neofascistas, que acabou por gerar formas únicas de disseminar propaganda e criar estratégias de ação por meio do espaço digital, como o uso dos chans e a produção de memes com alusões nazistas (Tuters, 2020, p. 286.), esses comportamentos digitais também acabam por causar impactos graves no mundo real.

Fascismo Esotérico e Odinismo: uma breve contextualização

Uma das principais bases intelectuais do pensamento fascista esotérico vem da escola do Tradicionalismo, desenvolvida pelo escritor e esoterista francês René Guénon (1886-1951) nas primeiras décadas do século XX, combinando inspirações de religiosidades orientais, como o sufismo e o hinduísmo, com um sentimento pessimista em relação ao presente. Aqui, destacamos três pontos importantes do pensamento de Guénon, que serão explicados a seguir: o perenialismo, uma visão cíclica da história e a ideia de um declínio da modernidade ocidental.

Com a crença no perenialismo, se sugere que haveria uma verdade primordial capaz unir todos os principais sistemas de crenças do mundo e que teria sido apresentada nos primórdios da humanidade de maneira transcendental. Para Guénon, essa verdade primordial é então o que ele denomina como Tradição, um conjunto de princípios universais que sustentariam todas as religiões e sistemas de pensamento presentes, e que seria um elemento essencial para toda e qualquer sociedade.

Instead tradition is a set of universal principles that underpin all modern religions and systems of thought. Tradition is the primordial basis of all ancient thought. Tradition is what is elemental – or ‘principal’ as he often denotes it – and necessary for any society: it is not merely wisdom but the wisdom, and so we can speak of Tradition rather than a series of traditions (King, 2015, p. 310).

Na visão do Tradicionalismo, não existe uma progressão linear de acontecimentos: a história é entendida como um sempre-constante declínio de uma era de ouro para uma era das trevas. E para Guénon, a humanidade, especialmente no Ocidente, se encontraria neste último período de declínio, chamado de Kali Yuga, inspirado no hinduísmo. Ele culpa o advento da modernidade por esse declínio, com a Renascença e a Reforma Protestante tendo colocado o profano acima do sagrado e impulsionado os presentes valores de materialismo, individualismo e progresso da sociedade ocidental contemporânea. Estes valores teriam feito com que as principais religiões perdessem seu elemento esotérico e as pessoas se distanciassem da

Tradição. Tendo isso em vista, Guénon então coloca que a meta do Tradicionalismo seria de formar uma nova “elite” capaz de interpretar e conservar a Tradição, assim como entender a importância do esotérico, executando-se isso ao participar de formas conhecidas de espiritualidade esotérica, ao exemplo do sufismo, que foi aderido pelo próprio Guénon e por vários de seus seguidores. *“The role of the traditionalist is therefore to demonstrate the importance of the esoteric and, in doing so, to show the connected nature of all the various ancient systems of thought”* (King, 2015, p. 311).

Desde então, muitos dos elementos do Tradicionalismo acabaram por se entrelaçar com outras correntes de pensamento esotérico predominantes na primeira metade do século XX. Um destaque nesse sentido é a influência da Ariosofia, que é um conjunto de sistemas que mesclam pensamento esotérico, especialmente proveniente da Teosofia de Helena Blavatsky, com o nacionalismo germânico Völkisch, buscando formular teorias sobre uma origem mítica da raça ariana e uma religiosidade germânica original.

Nesse contexto, outros autores desenvolveram o pensamento tradicionalista, incorporando suas três características principais - perenialismo, visão cíclica da história e a noção de declínio da modernidade ocidental - juntamente com os elementos da Ariosofia e suas narrativas mitológicas sobre a raça ariana, estabelecendo um alinhamento com um projeto político nazifascista. O maior expoente desse movimento é o italiano Julius Evola, cuja influência persiste até hoje nos movimentos neofascistas. Evola adotou uma abordagem do Tradicionalismo politicamente ativa e explicitamente alinhada ao fascismo, enfatizando os valores absolutos da Tradição sobre autoridade, hierarquia, ordem e disciplina, enquanto desprezava a modernidade e suas ideias de progresso, igualdade e democracia, responsabilizando-as pelo declínio da sociedade.

Junto com Evola, outros dois nomes relevantes são Savitri Devi, simpatizante nazista francesa que posteriormente se tornou uma propagandista neonazista, e Miguel Serrano, diplomata chileno e ativista neonazista. Ambos aprofundaram as inspirações do hinduísmo para construir uma narrativa esotérica fascista. Combinando as proposições do Tradicionalismo e de Evola, eles conceberam a ideia de que, no apocalipse final do Kali Yuga, surgiria Kalki, o décimo avatar de Vishnu no hinduísmo, para erradicar a corrupção da era das trevas e iniciar uma nova era dourada, o Satya Yuga. Adolf Hitler foi interpretado como a primeira manifestação deste avatar no presente ciclo temporal, com a expectativa de uma nova aparição no futuro.

Um ponto comum entre esses três autores é a forte aversão ao cristianismo, considerando o seu advento e estabelecimento como não genuinamente europeus e como um

dos catalisadores do Kali Yuga. Evola, em particular, era um admirador do paganismo, enquanto Serrano frequentemente fazia paralelos com a mitologia nórdica em seus escritos. Além disso, havia um grande antissemitismo e a crença em uma guerra espiritual oculta entre as divindades arianas e as "Forças Semitas das Trevas", representadas pelo cristianismo, judaísmo e islamismo (Gardell, 2022, p. 140).

A key concern for the radical right is religious and cultural preservation and resurrection. These ideas are often directly coupled to esoteric notions and politicized neopaganism, as well as attacks against Christianity, which is perceived as being the cause of the decline and degeneration of the modern age and the attendant promulgation of its values of liberalism, capitalism and egalitarianism. (Senholt, 2013, p. 246).

Destas combinações de influências e novas interpretações dos conceitos do Tradicionalismo, começa a se formar o que se define como Fascismo Esotérico, e aqui se julga interesse expor a síntese de Gustaf Forsell a respeito:

Esoteric fascism here designates a diverse current in the fascist political family, aspiring national or racial rebirth by promoting ideas of hidden gnosis centered on racial divinity, such as, for instance, that the Nordic race first materialized in an ethereal habitat located in the North. (Forsell, 2022, p.115)

Por sua vez, o Odinismo³³⁴ é uma vertente do Neopaganismo Nórdico que se destaca por sua afinidade ideológica com a extrema-direita, incorporando elementos da Ariosofia e do revivalismo pagão do período Nazista na Alemanha do século XX. Esta tradição espiritual não apenas abraça os mitos e a espiritualidade nórdica, mas os interpreta de forma tendenciosa e ultranacionalista, muitas vezes adotando uma abordagem racista para impulsionar uma agenda neofascista e de supremacia branca. Os deuses e heróis da mitologia nórdica são retratados como arquétipos que justificam a superioridade inerente da raça branca, e a necessidade de retorno para um paganismo folclórico nórdico-germânico para a sobrevivência do Ocidente, rompendo com o suposto domínio do Cristianismo, considerado aqui um elemento estrangeiro e nocivo.

By reviving the festivals, rituals and customs of the ancient Indo-European peoples, they wish to break what they regard as the alien, imposed dominion of Christianity after two thousand years. This spiritual rediscovery of the Aryan ancestral gods is intended to embed the white races in a sacred worldview that supports their tribal feeling and partial view of humanity. (Goodrick-Clarke, 2003 p. 257)

³³⁴ Por vezes também chamado de Wotanismo, sendo Wotan a variação germânica do nome do deus nórdico Odin. Entretanto, Wotan também o significado secundário de *dog-whistle* neonazista por servir como sigla para a frase "Will Of The Aryan Nation", em tradução livre: Vontade da Raça Aariana.

Além disso, o Odinismo está profundamente interligado com as ideias do fascismo esotérico. Essa combinação de ideologias políticas e espirituais promove uma visão distorcida da história e da espiritualidade nórdicas, muitas vezes enfatizando a necessidade de uma "purificação" étnica e cultural para alcançar uma sociedade ideal. Conhecidos esoteristas fascistas mostraram algum nível de apreciação pelo pensamento odinista: Evola considerava que os mitos nórdicos e ethos tribal preservaram vestígios da Tradição primordial (Goodrick-Clarke, 2003 p. 35). Por sua vez, Serrano teve contatos diretos com organizações odinistas, como a Wotansvolk, fundada na década de 1990 por Ron McVan, Katja Lane e David Lane, nos Estados Unidos. Serrano chegou a escrever o prefácio do livro *Temple of Wotan* (2000), de McVan: “At the end of time our Volk Leader will return for the Wild Hunt and mount a White Horse, Sleipner, his eight-legged steed. He will be the Last Avatar, also known as Wotan and Vishnu-Kalki. This time, He will come to conquer and to judge.” (Serrano, in McVan, 2000, p. 15).

Documentação: dos grupos paramilitares para a *Plomin*

Apesar de já existir elaborações que se enquadrem nas características de fascismo esotérico desde finais do século XIX, com a Ariosofia e outros momentos *völkisch* esotéricos germânicos, assim como também no início do século XX com os primeiros escritos de Julius Evola e Savitri Devi, é depois a segunda guerra mundial que o Fascismo Esotérico se torna torna-se mais inserido dentro da direita radical, anteriormente tido como uma vertente muito mais obscura deste campo político.

Alguns autores argumentam que isso se dá muito principalmente por causa da necessidade ao final da guerra de ter explicações do por que o projeto nazifascista foi derrotado. Entretanto, o auge da popularidade de ideias, elementos e símbolos esotéricos só vem a chegar com o advento da Internet. Com o mundo *online*, novas traduções de autores esotéricos surgem e elementos e textos que eram antes nichados começam a circular com muito maior intensidade e acesso a públicos diversos. E assim, Fascismo Esotérico acaba se tornando um tópico comum em fóruns e grupos online neofascistas, principalmente na cultura de *chans*, debatido com frequência nos espaços e muitos seus elementos acabam inclusive se tornando símbolos neofascistas, como Sol Negro, que é amplamente reproduzido por movimentos neofascistas ao redor do mundo. E além de serem reproduzidos e utilizados esses conceitos, muito dessa ideologia e desses elementos também são reimaginados e reproduzidos na forma de memes.

Visto que, como uma temática ligada à história do tempo presente, a esmagadora maioria do conteúdo que temos ao alcance como fontes foi produzido e se encontra no meio *online*. Desde o início do século XXI, a internet tornou-se um dos principais meios de comunicação e difusão de ideias, e isso não é diferente com os movimentos de extrema-direita, apesar de haver uma dificuldade maior de acesso ao conteúdo criado por esses grupos, visto que discursos supremacistas tendem a violar as regras da maior parte dos portais mais convencionais, além de serem passíveis de punição em várias legislações.

No momento de concepção do projeto de pesquisa, se pensou em trabalhar com grupos paramilitares neofascistas, com três escolhidos: o Batalhão de Azov, oficialmente Destacamento de Operações Especiais "Azov", grupo paramilitar que se tornou uma unidade da Guarda Nacional Ucraniana e ganhou visibilidade internacional após a invasão russa em fevereiro de 2022, assim como a *Misanthropic Division* (M.D.) e a *WotanJugend*, duas organizações neonazistas com laços estreitos e atuação conjunta com Azov. Tanto Azov quanto a M.D. foram fundadas durante as manifestações de 2014; a *WotanJugend* surgiu alguns anos antes, na Rússia, porém a maior parte de seus membros migrou para a Ucrânia em 2014, além de compartilhar os mesmos sentimentos anti-Putin e anti-Kremlin dos nacionalistas ucranianos (Colborne, 2019). Nestas organizações é possível se observar o uso irrestrito de símbolos nazistas, além de um histórico de discursos e ações de cunho nazistas dos fundadores e membros (Umland, 2019, p.121). Além disso, outra característica é a adoção de vários elementos do paganismo nórdico por seus integrantes, a presença da imagem do guerreiro nórdico, o *viking*, e visão de si mesmos como guerreiros lutando pela glória de *Valhalla*, o paraíso para os guerreiros na mitologia nórdica³³⁵. O próprio lema da *Misanthropic Division*, por exemplo, é *Töten für Wotan* — “Matando por Wotan³³⁶ (Odin)”, em alemão. A documentação primária pretendida seria retirada de *blogs* e comunidades online extremistas ligadas a estes grupos, destacando-se neste momento alguns dos artigos e vídeos publicados nestes espaços, e contando também com o apoio de documentações secundárias como matérias e reportagens jornalísticas.

Entretanto, após preocupações a respeito do grande volume de documentações de origens distintas, e das dificuldades a respeito de escolher a melhor forma de analisar este material, optou-se por afunilar a pesquisa para apenas uma organização, redirecionando o foco

³³⁵ Esse discurso é visível no artigo “Neopaganism is a Bad Joke”, publicado com autoria anônima no site da Misanthropic Division em abril de 2016. O artigo original foi recuperado pelo Internet Archive e está disponível em: <https://web.archive.org/web/20160309011805/http://misanthropicdivision.com/international/article/738/>.

³³⁶ É importante observar que, neste caso, o termo Wotan tem dupla conotação (Klikauer, 2020). Além de se referir ao principal deus do panteão nórdico, também representa a sigla W.O.T.A.N., “*Will of the Aryan Nation*” (em português, “Vontade da Raça Ariana”), enfatizando o discurso neonazista no grupo.

então. Assim, a *Plomin* surgiu como novo objeto desta pesquisa. Ativa desde 2016 na Ucrânia, esta instituição promove palestras, cursos e conteúdos que denomina como de “contracultura”, além de atuar também como editora e livraria.

A *Plomin* é um esclarecimento contracultural.

Para simplificar, criamos um espaço cultural alternativo para aqueles que valorizam a profundidade. Cansado de flutuar na superfície das tendências? Então você está no lugar certo. Aqui escrevemos e falamos sobre o metafísico, o histórico e o místico. Falamos sobre contextos e significados.

Tudo isso em três áreas: palestras, publicações e mídia sobre contracultura.³³⁷

Em um olhar mais aprofundado, porém, é possível notar o alinhamento da instituição com ideias neofascistas, promovendo conteúdo a respeito de autores famosos em círculos intelectuais de extrema direita, como Oswald Spengler, Martin Heidegger, Ernst Jünger, entre outros. Para além destes, também há um extenso material a respeito do pensamento de Figuras como Julius Evola e René Guénon, fundamentais para a construção das ideias do Fascismo Esotérico.

Figura 1 - Artigo no site oficial da *Plomin*, publicando tradução para o ucraniano de um artigo de Julius Evola, originalmente publicado na revista de extrema direita *Ordine Nuovo* em 1955



Юліус Евола: Джентіле – не наш філософ

05.09.2020 Сергій Заїковський

Fonte: Юліус Евола: Джентіле – не наш філософ, **Plomin**, 2020. Disponível em: <https://plomin.club/giovanni-gentile-is-not-our/>. Acesso em: 20 dec. 2023.

³³⁷ Texto do site oficial da *Plomin* na seção “Sobre nós”, tradução própria. Disponível em: <https://plomin.club/about/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

Considerações finais

Este trabalho se encontra em fase inicial de seleção e análise da documentação, então ainda há apenas elaborações preliminares a respeito do andamento da pesquisa.

Um dos desafios iniciais enfrentados é a barreira linguística presente em grande parte dos documentos que estão sendo estudados. Especificamente, muitos desses materiais estão originalmente em ucraniano ou russo, como no caso do site oficial da *WotanJugend*. Como resultado, há necessidade de se fazer um esforço de tradução para garantir que seja possível interagir de maneira eficaz com todo o material disponível.

Uma mudança significativa ocorreu recentemente com a decisão de estreitar o foco da pesquisa para a editora Plomin. Essa mudança de recorte resultou em uma redefinição do corpus documental que está sendo analisado, tornando-o mais coeso e mais diretamente relevante para os objetivos da investigação. O foco agora está em examinar de perto os materiais produzidos por essa editora e sua relação com o Fascismo Esotérico. Após realizadas leituras preliminares e uma análise inicial da documentação disponível, tornou-se evidente que há uma produção considerável de materiais que estão alinhados com os princípios e elementos do Fascismo Esotérico. Além disso, observou-se uma clara tendência à exaltação e à divulgação de autores esotéricos renomados, como Julius Evola e René Guénon. Esses materiais se apresentam em diversas formas, incluindo artigos acadêmicos, publicações de livros (tanto traduções quanto originais), postagens em redes sociais, bem como gravações de aulas e palestras proferidas por indivíduos influentes no campo do Fascismo Esotérico.

À medida que a pesquisa avança, pretende-se expandir ainda mais a compreensão sobre o Fascismo Esotérico e sua presença e influência nos movimentos de direita radical contemporâneos. Espera-se contribuir significativamente para os estudos acadêmicos sobre esse tema complexo e em evolução, oferecendo uma análise detalhada e crítica dos materiais disponíveis.

Referências

ASPREM, Egil ; GRANHOLM, Kennet . **Contemporary Esotericism**. New York, Ny: Routledge, 2014.

BARROS, José D.'Assunção. História cultural e história das idéias. diálogos historiográficos. Cultura. **Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 21, p. 259-286, 2005.

BERNS, Ute ; JOHNSTON, Andrew James. Medievalism: a Very Short Introduction. **European Journal of English Studies**, v. 15, n. 2, p. 97–100, 2011.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia - A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COLBORNE, Michael. **Dispatches From Asgardsrei: Ukraine's Annual Neo-Nazi Music Festival**. *bellingscat*. Disponível em: <<https://www.bellingscat.com/news/2020/01/02/dispatches-from-asgardsrei-ukraines-annual-neo-nazi-music-festival/>>. Acesso em: 22 out. 2023.

COLBORNE, Michael. **From the Fires of War: Ukraine's Azov Movement and the Global Far Right**. [s.l.]: BoD – Books on Demand, 2022.

COLBORNE, Michael. **The “Hardcore” Russian Neo-Nazi Group That Calls Ukraine Home**. *bellingscat*. Disponível em: <<https://www.bellingscat.com/news/uk-and-europe/2019/09/04/the-hardcore-russian-neo-nazi-group-that-calls-ukraine-home/>>. Acesso em: 22 out. 2023.

COLBORNE, Michael. **Ukraine's Far Right Is Boosting A Pro-Putin Fascist**. *bellingscat*. Disponível em: <<https://www.bellingscat.com/news/2020/01/22/ukraines-far-right-is-boosting-a-pro-putin-fascist/>>. Acesso em: 22 out. 2023.

DE ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista Aedos**, v. 3, n. 8, 2011.

FORSELL, Gustaf. Hidden Knowledge and Mythical Origins Atlantis: Esoteric Fascism, and Nordic Racial Divinity. *In: Nordic Fascism*. [s.l.]: Taylor & Francis, 2022.

GARDELL, Mattias. Esoteric Nordic Fascism: the Second Coming of Hitler and the Idea of the People. *In: Nordic Fascism*. [s.l.]: Taylor & Francis, 2022.

GOMZA, Ivan; ZAJACZKOWSKI, Johann. Black sun rising: political opportunity structure perceptions and institutionalization of the azov movement in post-Euromaidan Ukraine. **Nationalities Papers**, v. 47, n. 5, p. 774-800, 2019.

GOODRICK-CLARKE, Nicholas. **Black sun : Aryan cults, esoteric Nazism, and the politics of identity**. New York, London: New York University Press, 2003.

KARCHER, Nicola ; LUNDSTRÖM, Markus. **Nordic Fascism**. [s.l.]: Taylor & Francis, 2022.

KING, Peter. René Guénon and Traditionalism. *In: The Occult World*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2015.

SENHOLT, Jacob C. Radical Politics and Political Esotericism: The Adaptation of Esoteric Discourse within the Radical Right. *In: ASPREM, Egil ; GRANHOLM, Kennet (Orgs.). Contemporary Esotericism*. New York, Ny: Routledge, 2014.

SKIBITSKA, Yuliana. **“Literal Terrorism” and “Wotan Youth”. How the Ultra-Right in Ukraine Use Telegram to Promote Their Ideas**. *Заборона*. Disponível em: <<https://zaborona.com/en/literal-terrorism-and-wotan-youth-how-the-ultra-right-in-ukraine-use-telegram-to-promote-their-ideas/>>. Acesso em: 23 out. 2023.

SOLOMENKO, Iryna. **Ukrainian Civil Society from the Orange Revolution to Euromaidan: Striving for a New Social Contract**. IFSH (ed.), OSCE Yearbook, 2014, Baden-Baden, 2015, p. 219-235.

SOUZA, L. F. **A Escrita da História e o Digital: o uso de ferramentas das humanidades digitais e de fontes nascidas digitais a partir do Twitter**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História — Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2022.

UMLAND, Andreas. Irregular militias and radical nationalism in post-Euromaidan Ukraine: the prehistory and emergence of the “Azov” battalion in 2014. **Terrorism and Political Violence**, v. 31, n. 1, p. 105-131, 2019.

UTZ, Richard. Coming to terms with medievalism. **European Journal of English Studies**, v. 15, n. 2, p. 101-113, 2011.

VALENCIA-GARCÍA Louie Dean. **Far-right revisionism and the end of history : alt / histories**. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2020.

WEBER, Shannon. White Supremacy’s Old Gods. **The Public Eye**, 2018. Disponível em: <<https://politicalresearch.org/2018/02/01/white-supremacys-old-gods-the-far-right-and-neopaganism>>. Acesso em: 23 out. 2023.

As representações do corpo feminino na Inglaterra do século XVII

MARTINS, Daniela da Silva

Mestranda em História na Universidade Federal de Santa Maria

Bolsista CAPES, danielaa_dasilvamartins@hotmail.com

Resumo: Essa proposta de comunicação tem por finalidade discutir as representações do corpo feminino no período moderno através da análise de dois manuais para parteiras publicados em Londres ao longo do século XVII. O primeiro manual intitulado *"The Midwives Book, Or the Whole Art of Midwifry Discovered"* foi publicado pela parteira-autora Jane Sharp no ano de 1671. A versão do manual selecionada para esta análise foi editada em 1999 por Elaine Hobby, pesquisadora da área de Literatura que desenvolveu significativos trabalhos sobre o manual de Sharp. O segundo manual foi publicado originalmente em 1656 sob o título *"The compleat midwife's practice"*, seguido de mais quatro edições durante o século XVII. Selecionamos para nossa investigação a quinta e última edição, impressa em 1697 pelo médico John Pechey Fellow como uma versão estendida e corrigida intitulada *"The compleat midwife's practice enlarged"*. Por meio da análise das representações contidas nos respectivos manuais, pretende-se conhecer mais sobre a sociedade inglesa e as relações de gênero nela estabelecidas, refletindo como as normas sociais e regulatórias presentes naquele contexto podiam interferir na vida daqueles sujeitos, e buscando identificar as formas de atuação desenvolvidas por eles. Utilizamos como arcabouço teórico-metodológico as contribuições da Nova História Cultural, em especial o aporte conceitual proposto pelo historiador francês Roger Chartier e as reflexões promovidas pela filósofa Judith Butler em relação às categorias de análise sexo e gênero. Essa apresentação está vinculada a pesquisa de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria pela autora deste resumo. Nesse sentido, convém ressaltar que as reflexões propostas por esta comunicação são dados iniciais da pesquisa em construção.

Palavras-chave: Representações; parteiras; corpo feminino.

Introdução

Esse trabalho procura apresentar avanços iniciais da pesquisa em desenvolvimento para a dissertação de mestrado onde, procura-se analisar as representações do corpo feminino em dois manuais para parteiras publicados na Inglaterra ao longo do século XVII. O primeiro manual intitulado *The Midwives Book, Or the Whole Art of Midwifry Discovered* foi publicado pela parteira-autora Jane Sharp no ano de 1671. O segundo manual foi publicado originalmente em 1656 sob o título *The compleat midwife's practice*, seguido de mais quatro edições. Selecionamos para nossa investigação a quinta e última edição, impressa em 1697 pelo médico John Pechey Fellow como uma versão estendida e corrigida intitulada *The compleat midwife's practice enlarged*. John Pechey Fellow era médico vinculado ao *College of Physicians* de Londres, instituição fundada no século XVI que passou a ser responsável pela regulamentação da prática médica na Inglaterra.

Através desses dois manuais para parteiras procuramos compreender como o ofício de cada autor influenciou nas suas representações do corpo feminino, no intuito de perceber como

relações e disputas de gênero presentes naquele contexto contribuíram para a construção dos seus argumentos. Para escolha do recorte devemos considerar que desde o século XVI era desenvolvido um processo de regulamentação do ofício das parteiras inglesas (Brazier; Fox, 2020) e a partir do século XIV a difusão e intercâmbios do humanismo pela Europa contribuíram para um esforço na delimitação e distinção entre os campos do saber e consequente esforço pela delimitação dos espaços de atuação específicos aos ofícios que estavam sendo estabelecidos, entre os quais no campo da medicina e das práticas curativas.

A arte de partejar foi uma prática predominantemente feminina desde a Antiguidade, contudo a partir do século XVII ocorreu uma inserção maior de homens (médicos, boticários, cirurgiões) realizando partos ou mesmo escrevendo sobre eles (Hobby, 2001). Ademais, é possível identificar um campo de disputas em torno da prática e da autoridade sobre o conhecimento da *Midwifry* na Inglaterra desse período, o que motivou o recorte e as fontes selecionadas para esta pesquisa uma vez que os manuais foram publicados por sujeitos com posições distintas entre si: uma parteira e um médico. Para além, pretendemos, com o potencial dessa documentação, problematizar as formas de atuação e os limites impostos para as mulheres na sociedade inglesa nos primórdios da modernidade.

Arcabouço teórico-metodológico

Para realização deste trabalho utilizamos o aporte conceitual proposto pelo historiador francês Roger Chartier, contribuições da filósofa Judith Butler sobre as categorias de análise sexo e gênero e reflexões da Epistemologia feminista. Considerando que o discurso presente nos manuais para parteiras apresentam informações pertinentes ao contexto dos seus produtores e receptores, notamos a importância da análise interna da fonte, pois é através do conteúdo do seu texto que iremos identificar as percepções do médico e da parteira em relação ao corpo feminino por meio das representações apresentadas.

Conforme Chartier (1991) só podemos identificar as práticas através das representações que delas eram feitas, uma vez que todo discurso lida com representações do real. A representação nesse caso é uma imagem presente de um objeto ausente, já que não é possível captar uma prática em si, mas sim as representações que dela foram feitas (Chartier, 1991, p. 184). Nesse sentido, é importante pensar que todo discurso em torno de uma dada representação teve um autor, um objetivo de ser, um público alvo. É preciso refletir que houve práticas e houve as representações delas que chegaram até nós. Dessa forma, através das representações do corpo feminino identificadas nos manuais pretendemos compreender mais a cerca das relações de gênero presentes na sociedade inglesa do século XVII, contexto no qual a disputa

entre homens e mulheres em torno da autoridade no campo da *Midwifry* estava se tornando evidente.

Sobre as categorias de análise sexo e gênero, orientamos nossa discussão a partir das reflexões teóricas promovidas pela filósofa Judith Butler. Segundo Butler (2003) o sexo é também uma categoria instável, construída culturalmente e que sofre ressignificações ao longo do tempo, assim como o gênero.

No que tange a epistemologia feminista, consideramos essenciais as contribuições da historiadora Illana Lowy no seu artigo “A universalidade da ciência e conhecimentos situados” publicado no Brasil em 2000 através da revista *Cadernos Pagu*. A pesquisadora discute nesse artigo como os estudos de gênero contribuíram para uma análise crítica do conceito de ciência universal e as problemáticas envolvendo a noção de neutralidade na produção dos conhecimentos científicos. De acordo com a autora:

A vontade de uma separação estanque entre “ciência” e “sociedade” (ou “política”) é percebida como desejável, inclusive pelos pesquisadores que afirmam ser militantes do movimento homossexual. Ela nos conduz diretamente ao tema deste artigo – o papel do saber científico – apreendido como objetivo e neutro – na construção do natural definido como entidade claramente separada do cultural ou do social. A separação entre natureza e sociedade foi, por muito tempo, dada como evidente (Lowy, I. 2000, p. 22).

Lowy faz uma crítica ao esforço dos pesquisadores analisados em seu estudo de separar ciência e sociedade (ou política), como se ambas se desenvolvessem em espaços isolados e sem qualquer contato ou influência. Tal esforço de neutralidade não leva em conta as relações de poder desenvolvidas nos espaços de produção de conhecimento e nem sequer discute os mecanismos de exclusão no meio científico. Isso é importante na nossa investigação porque o corpo feminino descrito nesses manuais foi representado e caracterizado a partir das concepções teóricas e práticas de cada autor e do meio no qual eles estavam inseridos. Nesse sentido, ressaltamos que é inevitável não discutir sobre os campos de disputa e poder existentes no contexto analisado, isso por que:

a construção de uma “natureza” (feminina ou masculina, de raça branca ou negra) não é independente do ponto de vista dos “construtores”, quase sempre exclusivamente masculinos e frequentemente membros das classes sociais superiores. Suas opiniões, suas socializações, suas vivências, mas também suas linguagens – especialmente as imagens e metáforas que utilizam – tiveram uma incidência direta sobre os conhecimentos científicos que produziram. (Lowy, I. 2000, p. 23-24).

Posto isso, reforçamos a importância dessa discussão, afinal nenhuma produção de conhecimento é livre de posicionamentos e subjetividades daquele que a produz, isso, pois

somos sujeitos sociais e expressamos aspectos da nossa cultura através da linguagem, das vivências, das opiniões, basicamente em tudo que fazemos. Assim, é importante ressaltarmos que todo conhecimento é produzido e “situado” através da perspectiva de quem o produz e do contexto onde é construído (Lowy, 2000).

Os entendimentos sobre o corpo feminino no século XVII a partir do discurso médico

Conforme revisão de literatura sobre o corpo feminino no discurso médico do período moderno, mais especificamente no século XVII, o discurso predominante baseava-se na premissa de um sexo único que apresenta sua origem nas concepções galênicas e que teria permanecido preponderante até o século XVIII quando as diferenciações biológicas passaram a ser constatados e os corpos femininos passaram a ser representados como o sexo oposto (Laqueur, 2001). De acordo com o modelo de sexo único, a genitália da mulher era a mesma que a dos homens, contudo a falta de calor vital no corpo feminino teria causado a retenção interna dos órgãos genitais (Laqueur, 2001).

Associada a essa percepção devemos destacar a influência hipocrática acerca da teoria dos humores ou temperamentos, que teve duradoura presença no pensamento médico (Bynum, 2011; Salvatore, 1994) e sustentou essa definição onde a diferença de calor produzia as diferenças entre os corpos. Do grego *khymos*, o humor era entendido como uma substância fundamental para a vida e a saúde. Havia a noção da existência de quatro humores no corpo humano: o sangue, o fleuma, a bile amarela e a bile negra:

Segundo a doutrina dos quatro humores, o sangue é armazenado no fígado e levado ao coração, onde se aquece, sendo considerado quente e úmido; a fleuma, que compreende todas as secreções mucosas, provém do cérebro e é fria e úmida por natureza; a bile amarela é secretada pelo fígado e é quente e seca, enquanto a bile negra é produzida no baço e no estômago e é de natureza fria e seca (Rezende, 2009, p. 51).

De acordo com essa teoria, a saúde era resultado da harmonia e equilíbrio dos humores; sendo que o corpo adoecia quando havia falta ou excesso de algum deles. Conforme Salvatore (1994) a teoria dos humores interpretava os corpos femininos da seguinte forma:

A mulher, de humor frio e húmido, possui órgãos espermáticos mais frios e mais moles do que os do homem, e uma vez que o frio, como admitem os físicos, contrai e aperta, esses órgãos mantêm-se internos, como uma flor que, por falta de sol, jamais conseguiria desabrochar (Salvatore, 1994, p. 414).

Nesse sentido, cabe destacar que o diálogo e complementaridade entre as concepções galênicas e hipocráticas contribuíram para a constatação do corpo feminino como incompleto e defeituoso por natureza, pois essa percepção de sexo único via o homem como modelo padrão

e nesse sentido as diferenças percebidas entre os corpos tendiam a afirmar a inferioridade da mulher.

Embora não fosse universalmente adotado, esse entendimento da mulher como o inverso do homem esteve presente na maioria dos tratados médicos até o século XVII (Salvadore, 1994) e contribuiu para corroborar funções sociais específicas para cada gênero, onde a função da mulher foi associada principalmente ao processo de reprodução. Convém destacar que mesmo sua participação nesse processo foi comumente minimizada no discurso científico e tendeu a descrevê-la como passiva em relação à contribuição masculina. Sobre essa questão discutiremos adiante a partir da análise inicial dos manuais.

***Midwives Book* e a parteira-autora Jane Sharp**

O *The Midwives Book, Or the Whole Art of Midwifry Discovered*³³⁸, da parteira Jane Sharp, foi publicado originalmente em língua inglesa em 1671 na então Londres, Inglaterra. Foi impresso e anunciado para venda pelo livreiro Simon Miller, conforme os trabalhos de edição de Elaine Hobby e as informações na página de rosto do manual. Assim como os manuscritos de Louise de Bourgeois, o *Midwives Book* foi uma das poucas obras na área da saúde escrita por mulheres até o século XVII. Embora as parteiras realizassem a maioria dos partos e fossem responsáveis pelos cuidados antes, durante e após o nascimento; o meio letrado que produzia manuais ligados ao parto, saúde e corpo da mulher ainda era majoritariamente masculino neste período (Hobby, 2001).

O manual de Sharp é organizado em seis livros que por sua vez apresentam capítulos variados em quantidade. Para a discussão produzida neste texto selecionamos como recorte o primeiro livro, trechos iniciais do segundo livro que focam no processo de fecundação e a parte introdutória do manual. O conteúdo do primeiro livro aborda brevemente sobre a arte das parteiras em sua introdução e nos demais dezoito capítulos faz a descrição anatômica e fisiológica das partes reprodutoras nos homens e mulheres respectivamente. Cabe ressaltar que os demais livros abordam uma série de questões correntes nos manuais para parteiras, entre as quase convém destacar aspectos mais específicos sobre o processo de fecundação, questões relativas a esterilidades nas mulheres, as práticas antes e durante e pós-parto, questões referentes ao aborto, doenças ligadas diretamente ao útero, orientações para a ama de leite, cuidados com a criança recém-nascida.

³³⁸ Devido à extensão do título da obra, utilizaremos *Midwives Book* no intuito de facilitar a leitura ao longo do texto.

Após a página de rosto e antes da apresentação inicial do conteúdo dos capítulos, que seria o equivalente a um sumário, o manual apresenta uma dedicatória a senhora Ellenour Talbutt e em seguida expõem uma observação dirigida as “irmãs” parteiras da Inglaterra, onde Sharp alerta sobre os problemas causados pela inabilidade de algumas parteiras que desconhecem o conhecimento anatômico e professam o ofício apenas objetivando os lucros (Sharp, 1671). Após a apresentação do conteúdo dos capítulos, Sharp faz uma introdução inicial ao tema da *Midwifry*, onde apresenta argumentos sobre a importância dessa arte para o bem-estar da humanidade e aponta elementos que visam legitimar o ofício como uma prática exclusivamente feminina:

[...] Alguns podem pensar que, então, não é apropriado que mulheres tenham essa profissão, porque elas não poderiam, tão raramente, alcançar o conhecimento necessário como os homens, os quais são criados em universidades, escolas de aprendizado, ou servindo de aprendizes para este propósito e fim, onde palestras de anatomia são lidas com frequência, a situação de ambas as partes, de homens e mulheres, e outros temas de grande importância são muitas vezes esclarecidos para eles. Mas esta objeção é facilmente respondida pelo exemplo anterior das parteiras entre os israelitas, pois embora nós, mulheres, não possamos negar que homens, em algumas coisas, podem chegar a uma maior perfeição de conhecimento do que as mulheres podem, em decorrência de ajudas anteriores de que as mulheres carecem; ainda assim as escrituras sagradas registram que as parteiras possuem a honra eterna do sexo feminino (Sharp, 1671, p. 4).³³⁹

É possível perceber nesse trecho que Sharp utiliza respaldo da Bíblia para justificar a *Midwifry* como ofício legítimo e exclusivo das mulheres. Esse aspecto indica o cuidado de Sharp em contentar tanto o leitor religioso quanto a Igreja que desde o século XVI era a instituição responsável pela regulamentação das atividades exercidas pelas parteiras inglesas (Fox; Brazier; 2020).

Outro elemento que merece destaque na discussão diz respeito a participação da mulher no processo de fecundação e no entendimento das diferenças entre os corpos. Sobre isso é preciso retomar que a maioria dos manuais e tratados médicos descreviam essa diferença entre as partes geradoras como uma incompletude da natureza feminina que servia para legitimar a inferioridade da mulher, sua inaptidão para atividades intelectuais e mesmo a justa anulação política e jurídica da mesma.

³³⁹ Some perhaps may think, that then it is not proper for women to be of this profession, because they cannot attain so rarely to the knowledge of things as men may, who are bred up in Universities, Schools of learning, or serve their Apprentiships for that end and purpose, where Anatomy Lectures being frequently read, the situation of the parts both of men and women, and other things of great consequence are often made plain to them. But that Objection is easily answered, by the former example of the Midwives amongst the Israelites, for though we women cannot deny, that men in some things may come to a greater perfection of knowledge than women ordinarily can, by reason of the former helps that women want; yet the holy Scriptures hath recorded Midwives to the perpetual honour of the female Sex (Sharp, 1671, p. 4).

O manual de Sharp aborda essas questões de maneira diferente que seus antecessores masculinos na medida em que enfatiza outros elementos ao descrever a participação do homem e da mulher no processo. A autora reconhece a passividade da semente da mulher ante a semente do homem, contudo é relevante destacar que ela descreve de maneira otimista a função feminina durante a concepção ao mesmo tempo em que suaviza as diferenças entre os corpos:

O homem, no ato da procriação, é o agente, o cultivador e o semeador do solo; a mulher é o paciente ou o solo a ser cultivado, que também traz a semente, assim como o homem que a semeia. Vou agora falar deste solo ou campo que é o útero da mulher e das partes que servem para este fim: nós, mulheres, não temos mais motivos para nos zangarmos ou nos envergonharmos daquilo que a natureza nos deu assim como aquilo que ela deu aos homens (Sharp, 1671, p.33).³⁴⁰

A partir do trecho nota-se que o discurso de Sharp entende essa diferença das partes genitais como resultado da natureza e que isso não deveria causar nenhum tipo de constrangimento nas mulheres, pois assim como nos homens essas partes genitais eram úteis e necessárias para o processo de procriação.

***The compleat Midwives practice enlarged* e o médico John Pechey Fellow**

A segunda fonte teve sua primeira edição publicada em língua inglesa no ano 1656, sob o título *The compleat midwife's practice* com impressão por Nathaniel Brooke em Londres. A autoria da obra é identificada na folha de rosto apenas pelas iniciais “T.C, I.D., M.S., e T.B, que são denominados como praticantes da arte. De acordo com as edições seguintes, e em conta da sigla T. C, o tratado passou a ser atribuído ao médico Thomas Chamberlayne, autor de outras obras ligadas à saúde nesse mesmo período.

A obra *The compleat midwife's practice* teve mais quatro edições ainda no século XVII. Para esta discussão foi selecionada a quinta edição, publicada como uma versão estendida e corrigida sob o título “*The compleat midwife's practice enlarged*” no ano de 1697, edição pelo médico John Pechey Fellow (1655-1716). O manual é organizado em nove livros, cada qual com capítulos variados em quantidade. O primeiro livro trata sobre os órgãos genitais masculinos; o segundo sobre os órgãos genitais femininos, o terceiro sobre os sinais da fecundação; o quarto descreve a formação da criança no ventre; o quinto analisa a situação da criança no ventre; o sexto trata sobre o papel das parteiras momentos antes, durante e após o

³⁴⁰ MAN in the act of procreation is the agent and tiller and sower of the Ground, Woman is the Patient or Ground to be tilled, who brings Seed also as well as the Man to sow the ground with. I am now to proceed to speak of this ground or Field which is the Womans womb, and the parts that serve to this work: we women have no more cause to be angry, or be ashamed of what Nature hath given us than men have, we cannot be without ours no more than they can want theirs (Sharp, 1671, p. 33).

parto referindo-se aos cuidados com a parturiente e a criança recém-nascida; o sétimo livro fala sobre particularidades ligadas a fecundação e apresenta orientações para o nascimento de uma criança do sexo masculino, entre outras especificidades; o oitavo livro apresenta conhecimentos associados à Sir Theodore Mayern, denominado médico do rei Charles; por fim o nono livro trata de casos específicos de partos complicados e apresenta algumas contribuições associadas à Louise de Bourgeois, parteira da rainha da França, nascida em meados do século XVI. Para a discussão proposta foi selecionado o conteúdo do prefácio da obra e trechos do primeiro, segundo e terceiro livros que abordam sobre os órgãos genitais masculinos e femininos e questões ligadas à fecundação.

Em relação ao prefácio identificamos a preocupação do autor em demonstrar que a maioria dos tratados para parteiras publicados em língua inglesa até aquele momento eram bastante problemáticos, porque continham “noções desnecessárias e erros perigosos” que poderiam comprometer uma boa prática de assessoramento durante as diferentes etapas ligadas ao parto. Conforme a apresentação do prefácio também é possível interpretar o interesse da medicina sobre o assunto do parto devido à importância atribuída a este processo no intuito de “preservar a humanidade”, e nesse sentido, o conhecimento do médico deveria orientar as atividades consideradas mais eficazes.

Quanto à participação da mulher no processo de fecundação destacamos o seguinte trecho onde a questão é inicialmente abordada:

Uma dúvida: Neste lugar surge uma questão, não trivial; se a Semente da Mulher é a causa eficiente, ou a causa material da geração? Ao que é respondido que, embora ela tenha um poder de agir, ainda assim ela recebe a perfeição desse poder da Semente do Homem (Fellow, 1697, p. 42).³⁴¹

A partir disso é possível perceber que não havia consenso sobre o nível de participação da semente feminina no processo, e nesse sentido o autor se posiciona apontando que embora a semente feminina tivesse algum tipo de ação ainda assim ela receberia algum tipo de perfeição da semente do homem. Isso merece destaque porque nos ajudar a identificar onde reside sua ênfase explicativa sobre a relação entre os sexos na fecundação: ambos contribuem, mas a perfeição que permite a efetiva realização do processo parte do homem.

³⁴¹ A doubt: In this place arises a Question, not trivial; whether the Seed of Woman be the efficient, or the material cause of generation? To which it is answered, that though it have a power of acting, yet it receives the perfection of that power from the Seed of Man (Fellow, 1697, p. 42).

Considerações finais

Conforme a análise inicial das fontes foi possível identificar alguns pontos de convergência e divergência entre os autores, onde seus argumentos foram construídos tendo em vista principalmente os interesses profissionais do grupo que representavam. Em termos de semelhança podemos destacar os esforços das duas obras em combater a inabilidade dos praticantes da arte da *Midwifry* que não tinham um conhecimento completo do assunto. Entretanto, seus discursos divergem principalmente na forma como o corpo feminino foi representado em relação a sua participação no processo de fecundação, além de particularidades em relação a prática da *Midwifry* e a autoridade em torno dela.

A argumentação de Sharp enfatiza a importância do conhecimento prático, que associado ao conhecimento teórico em anatomia permitiria um bom desempenho do ofício, contudo ela ressalta que o ofício de parteira devia ser uma prática exclusivamente feminina. No caso da publicação do médico, a argumentação nos deu indício de uma ênfase na autoridade da medicina para determinar a forma mais correta de desenvolver as práticas em torno da *Midwifry*.

Além disso, no discurso da parteira-autora foi possível identificar uma representação do corpo feminino mais favorável às mulheres, principalmente quando comparada com a colocação identificada na obra do médico. Sharp enfatiza a participação da semente feminina no processo e apresenta as diferenças entre os corpos como algo necessário para a procriação, diferente do médico que evidencia a perfeição da semente do homem para o efetivo desenvolvimento do processo. Ainda que estes sejam avanços iniciais da pesquisa, consideramos que os elementos destacados nos forneceram subsídios relevantes para compreendermos mais sobre as relações de gêneros presentes no recorte analisado.

Referências

Fontes

SHARP, Jane. **The Midwives Book: Or the Whole Art of Midwifry Discovered**. Impressão por Simon Miller. 1671, Londres.

SHARP, Jane. **The Midwives Book: Or the Whole Art of Midwifry Discovered**. Editado por Elaine Hobby. 1999: Oxford University Press.

FELLOW, John Pechey. **The completa midwife's practice enlarged**. Impressão por Richard Bentley. 1697, Londres.

Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** RJ: Zahar, 2008.

BYNUM, William. **História da medicina.** Souto Maior F, tradutora. Porto Alegre: L&PM, 2011.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 11 (5), 1991, p. 173-191.

COLLING, Ana Maria. O corpo das mulheres tem história. In: II Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos: Cuerpos, disciplinamiento y normatividad, 2011, La Plata. **II Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos**, 2011. p. 10-14.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

EVENDEN, Doreen A. **The Midwives of Seventeenth-Century London.** Cambridge University Press, Cambridge, 2000.

EVENDEN, Doreen. A. Gender Differences in the Licensing and Practice of Female and Male Surgeons in Early Modern England. **Medical History**, 1998, ed. 42, p.194-216. (citar naquela nota).

FOX, Sarah; Brazier, Margaret. (2020). The regulation of midwives in England, c.1500–1902. **Medical Law International**, 20(4), 308–338.

HOBBY, Elaine. Introduction. **The Midwives Book: Or the Whole Art of Midwifry Discovered.** Oxford University Press, 1999.

HOBBY, Elaine. “Secrets of the female sex”: Jane Sharp, the reproductive female body, and early modern midwifery manuals, **Women's Writing**, 8:2, 201-212, 2001.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LÖWY, Ivana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. **Cadernos Pagu** (15): p.15-382000.

SALVADORE, Évelne Berriot. **O discurso da medicina e da ciência.** A história das mulheres no Ocidente. v. 3. Porto: Afrontamento, 1994.

REZENDE, Joffre Marcondes. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina** [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

RODRIGUES, J. C. **O corpo na história** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p9949/pdf/rodrigues-9788575415559.pdf> Acesso em novembro de 2022.

SCHIEBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru: **EDUSC**, 2001.

“Um Espetáculo de Horror e de Devoção”: Possessões Coletivas em Conventos Ursulinos na França do Século XVII

BRAGA, Gabriel Elysio Maia

Doutor em História (UFPR), Docente na Unicentro

gab.braga94@gmail.com

Resumo: Entre 1560 e 1640, a França vivenciou duas grandes ondas de casos de possessões demoníacas – e subsequentes rituais de exorcismo. A primeira, de 1560 a 1590, foi marcada por possessões de jovens mulheres e animosidades entre católicos e protestantes. Já a segunda, objeto dessa comunicação, ocorrida entre 1610 e 1640, foi marcada por fenômenos de possessão coletiva em conventos. Dois desses casos, os de Aix-en-Provence e de Loudun, ocorreram dentro da ordem das ursulinas e foram marcados pela ascensão de um novo personagem na dinâmica das possessões, o padre-feiticeiro. O objetivo dessa comunicação é apresentar o contexto da crença nas possessões demoníacas e nos rituais de exorcismo na França moderna, compreender a dinâmica desses casos e os personagens-chave. Além disso, os casos serão colocados em perspectiva política, uma vez que, muitas vezes, o poder real se envolvia diretamente com os casos de possessão, ou indiretamente, enviando emissários para acompanhar os exorcismos ou relíquias sagradas para auxiliar os padres. Havia, inclusive, toda uma questão delicada envolvendo as rivalidades entre cristãos e protestantes que, em uma França sob a autoridade do cardeal de Richelieu, deve ser considerada. Por fim, pretende-se analisar a consolidação dessa nova figura da feitiçaria, uma vez que esses casos foram marcados pela presença de um padre-feiticeiro, um clérigo que havia se desviado de suas funções e feito um pacto com o Demônio para seduzir as mulheres de sua paróquia. Nesse sentido, a quebra do voto de castidade é fundamental para compreender o malefício causado por esses padres-feiticeiros.

Palavras-chave: Possessão; exorcismo; catolicismo.

Entre o Édito de Nantes (1598) e o Tratado de Fontainebleu (1685). Nesses quase 100 anos, casos de possessão coletiva, sobretudo nos 50 primeiros, abalaram a Igreja e a sociedade francesas. Diferentemente das possessões demoníacas anteriores ao Édito de Nantes, as que ocorreram após foram marcadas pela coletividade do fenômeno e pela emergência de um novo personagem, o padre-feiticeiro.

Nesse texto, em específico, trato de dois casos de possessão demoníaca ocorridos em conventos ursulinos, o de Aix-en-Provence (1610-1611) e as célebres possessões de Loudun (1632-1634). Exploro aqui a França de Luís XIII e da política centralizadora do cardeal Richelieu, política esta que desencadeou processos de exorcismo e acusações contra clérigos locais que ousavam falar contra a figura do poderoso cardeal.

Divido este texto em três partes principais. De início, exponho minha metodologia de pesquisa e meus referenciais teóricos. Dessa forma, objetivo explicitar a maneira como realizei a pesquisa e os conceitos que foram operacionalizados, a fim de melhor compreender as fontes selecionadas. Nas duas partes seguintes, apresento os dois casos de possessão escolhidos para

esta exposição, enfatizando a figura do padre-feiticeiro enquanto uma especificidade desse tipo de processo demoníaco.

Possessões e Exorcismos: Definições

Em primeiro lugar, impera a necessidade de definir o que são as possessões e os exorcismos aos quais me refiro. Trabalho especificamente com o contexto cristão ocidental, portanto, as possessões entendidas enquanto algo demoníaco, do âmbito do Mal. Dentro do Cristianismo a possessão assume apenas um caráter negativo, jamais positivo, no sentido de que esse fenômeno sempre é algo *ruim*, que deve ser combatido.

A possessão é uma “intersecção entre o natural e o sobrenatural” (Braga, 2022, p. 21), um fenômeno que reúne em um só corpo físico, dois âmbitos da existência. Esse encontro não possuía nada de pacífico. A possessão era constatada através de sinais físicos violentos, como convulsões, agressões, levitações, força descomunal, além de sinais mais verbais, como blasfêmias e xingamentos.

A possessão só era constatada, em teoria, após um exame desses sinais, o que incluía um exame médico que deveria aferir que o mal que se abatia sobre tal corpo não tinha procedência natural. Após a definição de mal sobrenatural, dava-se início ao exorcismo, “uma batalha pelo controle do corpo e a salvação da alma” (Braga, 2022, p. 21). Nessa disputa, “enquanto o Demônio usava suas armas para afastar as religiosas do seio da Igreja, os padres exorcistas usavam as suas para derrotá-lo e tentar recuperar as possuídas para o campo de Deus” (*Ibidem*, p. 81).

Dessa dinâmica entre o fenômeno da possessão e o ritual de exorcismo, com base na análise das fontes, tracei o que denominei de 4 corpos da possessão, uma maneira de analisar a figura da possuída nos diferentes estágios do combate ao Mal. Nos dois primeiros lugares temos o corpo da jovem mulher – a protagonista mais comum de casos de possessão – e o corpo incorpóreo do demônio possessor. É da união desses dois primeiros que surge o terceiro, o corpo possuído. Este é um corpo convulsionário, alvo de intervenções, um corpo que deveria ser controlado. No corpo possuído, “a carne grita, se manifesta” (Braga, 2022, p. 117) como em um espetáculo, muitas vezes, para ser observado por um grande público,³⁴² apesar de sua presença ser desaconselhada oficialmente pela Igreja.

³⁴² Lembremos, por exemplo, da possessão de Nicole Obry, que se estendeu de 1565 a 1578. Durante a primeira fase de sua possessão, Joseph Roger estima que aproximadamente 150 mil pessoas viajaram à cidade de Laon, na região da Picardia, para acompanhar os exorcismos (Roger, 1863, p. 34).

Após o ritual, a intenção era a de que a Igreja retomassem o controle do corpo daquela jovem acometida pelo Mal. A grande questão é que havia uma impossibilidade daquele corpo retornar ao seu estado inicial. Após o contato com o sobrenatural, o corpo da jovem sofria modificações, chegando a tornar-se alvo de peregrinações. Jeanne-des-Anges, por exemplo, a madre superiora do convento de Loudun, passou a performar milagres após seu exorcismo, chegando a estar presente no parto do futuro rei Luís XIV, em 5 de setembro de 1638, a fim de garantir a saúde do delfim.

A possessão, portanto, torna-se evento paradigmático na vida dessas jovens, influenciando suas vidas nos conventos, uma vez que suas falas e atos foram alvo de grande atenção por parte de inquisidores, padres, funcionários reais e da população local. Essa atenção dada aos casos de possessão gerou uma série de documentos que podem ser estudados por historiadores a fim de melhor compreender os significados desse fenômeno.

Com o objetivo de melhor compreender as fontes, pautei minha análise a partir de seis questões-problema a partir das quais os modernos encaravam a possessão demoníaca: 1) de ordem humano-filosófica; 2) de ordem mística; 3) de ordem sociocultural e de gênero; 4) de ordem médico-filosófica; 5) de ordem político-religiosa; 6) de ordem jurídica (Braga, 2022, p. 315).

É possível perceber que as possessões e os exorcismos mexiam com diferentes setores da sociedade. Pensando em um contexto de história moderna, sobretudo a partir do século XVII, devemos entender que há uma mudança jurídica fundamental no reino da França, a transferência para a segunda instância, o Parlamento de Paris, de todos os processos que envolviam tortura e sentença de morte (Mandrou, 1979, p. 281). Os processos demoníacos se enquadravam nessa classificação.

Assim, os processos de bruxaria passaram a ter um maior controle da capital, de seus magistrados e dos letrados da Sorbonne, que dividiam com os juízes parisienses as preocupações a respeito das condenações em processos demoníacos. Um dos grandes tópicos de discussão, por exemplo, estava relacionado à aquisição de provas. Ao longo dos interrogatórios de pessoas possuídas, o demônio confessava crimes ao mesmo tempo em que apontava culpados. A grande disputa girava em torno da aceitação da confissão demoníaca enquanto prova, uma vez que o Diabo era conhecido por ser o “pai da mentira”.

Apesar desses debates, os casos de possessão demoníaca sofriam menos interferência do Parlamento de Paris, por conta do fato de que as possuídas, por não serem consideradas culpadas como as bruxas, não receberem a sentença de morte, nem serem torturadas – ao menos na concepção da época – para a extração de confissões. Os processos envolvendo possessões

demoníacas, portanto, ofereciam uma autonomia de investigação e julgamento para a Igreja francesa, um objetivo há muito buscado.

Lembremos que, na França, a Inquisição funcionou de forma diversa, apesar dos esforços do papa Paulo IV (1555-1559), que buscou introduzir uma Inquisição centralizada em território francês. Henrique II (1519-1559) havia aceitado a presença do Tribunal, mas este funcionava de maneira autônoma em relação a Roma (Tallon, 2012, p. 312). Há, então, dois níveis de autonomia, em relação ao Parlamento de Paris e em relação a Roma.

O século XVII, dessa forma, se mostra importante na mudança jurídica que influenciou na diminuição dos casos de bruxaria e no aumento dos casos de possessão. Somado a isso, devemos considerar as temáticas do *envelhecimento do mundo* e a literatura escatológica, que falavam sobre a proximidade do fim do mundo, sendo que uma das comprovações desse fato era justamente o aumento no número de possessões, o que indicava o aumento do poder de Satã, que se preparava para a batalha final.

Passemos, portanto, à apresentação e breve análise dos dois casos selecionados, Aix-en-Provence e Loudun, que ocorreram em conventos de freiras da Ordem das Ursulinas e terminaram com a condenação à morte de um padre-feiticeiro, sob a acusação de pacto demoníaco e quebra do voto de castidade.

Louys Gaufridy e as possessões de Aix-en-Provence

Além do padre-feiticeiro, o caso contou com outra protagonista, a principal possuída, a jovem Madeleine Demandoulx de la Pallud. Pertencente a uma família tradicional do sul da França, Madeleine ingressou no convento quando tinha entre 9 e 13 anos de idade. Ainda jovem, ficou conhecida por suas práticas “extraordinárias de devoção [extraordinaires de devotion]” (De Pommereuse, 1673, p. 41), que desagradavam outras religiosas da ordem, como por exemplo, Marie de Pommereuse, ursulina que se dedicou a escrever a história da ordem e classificou a jovem de la Pallud como hipócrita e manipuladora.

Louys Gaufridy era padre em Marselha, cidade natal da jovem Madeleine. Ele se tornou amigo da família Demandoulx de la Pallud, virando o confessor das mulheres e do jovem Esprit, irmão de Madeleine. Foi ele quem ouviu a primeira confissão da menina, quando ela tinha apenas 9 anos. Também foi ele quem concedeu a ela a primeira comunhão e influenciou na sua vida religiosa. Segundo De Pommereuse, foi ele quem convenceu o pai de Madeleine a colocá-la no convento das ursulinas (1673, p. 40-41).

Essa é uma informação importante. Madeleine, apesar de muito jovem, dispunha de um privilégio no convento: uma célula individual com acesso à rua. Novamente segundo De

Pommereuse, era Gaufridy quem pagava pela estadia da menina e quem interferiu para que ela fosse transferida para a cidade de Aix-en-Provence, longe da família (De Pommereuse, 1673, p. 41-42). Ao longo da leitura dos documentos relativos aos processos, compreendemos que a história de Madeleine Demandoulx de la Pallud é uma história de abusos sexuais constantes. O padre abusava da jovem desde que ela tinha 9 anos de idade. A partir da leitura das fontes, o que podemos deduzir é que Gaufridy armara um esquema para continuar abusando da jovem, dentro da própria estrutura da Igreja.

O monge beneditino dom Augustin Calmet, mais de 100 anos após os acontecimentos, afirmou que Gaufridy³⁴³ não fora condenado à fogueira por conta de feitiçaria, mas sim devido às acusações de “incesto espiritual com Madeleine de la Pallud, sua penitente [inceste spirituel avec Magdelaine de la Palud sa pénitente]” (Calmet, 1751, p. 167). Contudo, ao analisarmos os processos do caso, é possível vermos que o inquisidor responsável, Sébastien Michaëlis, concedeu um peso maior à questão da feitiçaria e do pacto feito com Satã. Em especial pelo fato de que “a culpa de Gaufridy foi apontada, porém não do modo como entendemos atualmente a questão do estupro. Em uma cultura que via a sexualidade como pecado, Madeleine, por mais indefesa que fosse, não era inocente, pois o ato ocorrera” (Braga, 2022, p. 261).

A acusação contra o padre teve como base uma cédula encontrada escrita por ele e assinada com seu próprio sangue, na qual relatava seu pacto com o Demônio:

Eu, Louis Gaufridy, renuncio a todos os bens tanto espirituais, quanto temporais, que podem vir a ser conferidos a mim da parte de Deus e da Virgem Maria, de todos os santos e Santos do Paraíso, particularmente de meu patrono São João Batista, de São Pedro, São Paulo e São Francisco, e entrego meu corpo e minha alma a Lúcifer, prometendo renunciar a todas as boas obras que farei em toda a minha vida, salvo o valor e os frutos do Sacramento para aqueles que o recebem em fé do que assino e atesto.

[Je Louis Gaufridy renonce a tous les biens tans spirituels que temporels, qui me pour viens être conférés de la part de Dieu de la Vierge Marie, de tous le saints et Saints du Paradis, particulièrement de mon Patron Saint Jean Baptiste, de Saint Pierre, Saint Paul, et Saint François, et me donne corps et aime a Lucifer, promettans de renoncer à toutes les bonnes œuvres que je fairay toute ma vie sauf la valeur et fruits des Sacrements pour ceux qui le recevrons en foy dequoy je signe et atteste] (Procès, 1611, p. 200).

Ao fim, Gaufridy foi condenado “pelos crimes de rapto, sedução, impiedade, Magia, Feitiçaria e outras abominações” (Braga, 2022, p. 297). Considerou-se que o padre havia se desviado do caminho da Igreja, quebrado seu voto de castidade e feito um pacto com Satanás. Foi o caso Gaufridy que concedeu as bases para o estereótipo do padre-feiticeiro. No caso de

³⁴³ Calmet o cita como Gaufredi.

Loudun, o acusado, Urbain Grandier, foi julgado a partir do que havia ocorrido no caso Gaufridy. Inclusive, os inquisidores do caso de Loudun faziam referências constantes às documentações de Aix-en-Provence.

Urbain Grandier, feiticeiro e sedutor

A cidade de Loudun tinha grande importância geográfica. Localizada a 54km a noroeste de Poitiers, a cidade se tornou um entrave ao controle político pretendido pelo cardeal de Richelieu. O antigo castelo e os muros que cercavam a cidade concederam a ela fama de um lugar seguro e potencialmente perigoso ao poder real, em especial pela ligação da cidade com o protestantismo.

As possessões se iniciaram junto à polêmica da destruição do muro. A política de centralização do cardeal de Richelieu incluía a destruição dos muros das cidades fortificadas – e Loudun era famosa por suas grandes muralhas de 2.200 metros. Outro ponto importante, destacado por Michel de Certeau (2005), é a proximidade geográfica entre Loudun e a cidade de Richelieu - menos de 20 quilômetros. Além disso, Richelieu havia sido elevada a ducado em 1631, o que a colocou em uma posição mais hábil para disputar a hegemonia da região (Certeau, 2005, p. 133).

Em setembro de 1632, mais de um ano após a morte do abade Moussaut, antigo diretor espiritual do convento ursulino de Loudun, as freiras Jeanne des Anges, que era a madre-superiora, Colombiers e Marthe de Sainte-Monique avistaram uma sombra que identificaram como o antigo diretor. Outros fenômenos sobrenaturais ocorreram com frequência até a instauração do processo verbal, no dia 3 de outubro daquele mesmo ano (Legué, 1874, p. 12).

Foram as próprias freiras que apontaram que Urbain Grandier era o dono do rosto que marcava as aparições sobrenaturais no convento. O padre colecionava inimigos na cidade, como por exemplo, o procurador real Louis Trincant, com a filha do qual teve um caso amoroso, resultando na gravidez da jovem. O padre também foi acusado de ter escrito um tratado contra o celibato. Além disso, Grandier celebrou o seu próprio casamento com Madeleine de Brou, uma loudunense que o havia procurado para se aconselhar, pois desejava tornar-se freira após a morte de sua mãe.

No tratado, Grandier defendeu que o casamento era previsto na lei natural:

É por isso que Deus deu ao homem e à mulher não apenas o desejo e o apetite de gerar seus semelhantes, mas também as ferramentas e instrumentos adequados para esse uso, segue-se que eles podem e os devem usar, pois esse apetite e essa potência serão em vão se não fossem reduzidas a ação e exercício.

[C'est pourquoy Dieu ayant donné à l'homme et à la femme non seulement le désir et l'appetit d'engendrer leurs semblables, mais aussi les outils et instruments propres à cet usage, il s'ensuit qu'ils en peuvent et doivent user, car en vain seroit cet appetit et cette puissance si elle n'estoit resduite en acte et en exercice] (Grandier, 1866, p. 8).

Grandier foi apontado como o responsável pelos malefícios do convento sem nunca ter encontrado a madre superiora. De fato, Jeanne des Anges confessou posteriormente que o único contato que teve com o padre fora através de seus sonhos, nos quais o clérigo lhe solicitava “carícias tanto insolentes quanto impuras [des caresses aussi insolentes qu'impudiques]” (Legué & Tourette, 1886, p. 15).

O caso ficou tão célebre que o rei Luís XIII resolveu enviar seu irmão, Gastão, duque de Orléans, para avaliar as possuídas (Braga, 2022, p. 287-288). Após a constatação da possessão, o processo contra Grandier teve início. Assim como no caso de Gaufridy, o padre de Loudun fora acusado de feitiçaria.

De acordo com de Certeau (2005), o processo foi controlado por partidários das possessões, que condenaram o padre com base em provas circunstanciais (Certeau, 2005, p. 296). De fato, os inquisidores nunca conseguiram uma confissão de Grandier, que foi condenado à fogueira negando até o fim a existência de qualquer pacto com Satã.

Considerações Finais

Os dois casos destacados ocorreram em conventos da ordem das ursulinas. Essa ordem é marcada pela lenda de Santa Úrsula de Colônia, que teria se recusado a casar, reunido 10.999 virgens para convencer o noivo a desistir do casamento, mas que foi assassinada sem piedade por Átila, o Huno, preferindo, assim, “perder a vida ao seu pudor [perdre la vie que la pudicité]” (De Pommereuse, 1673, p. 2).

A questão da virgindade, portanto, ganha uma complexidade ainda maior dentro da doutrina das ursulinas. Madeleine, devido ao abuso que sofreu, além obviamente de todo o trauma, sentia-se culpada por conta do que foi classificado como contato impuro, mas nunca enquanto estupro. O próprio inquisidor responsável, Sébastien Michaëlis, defendia que a garota possuía ao menos uma parcela de culpa. Madeleine, ao longo do processo, chegou a ser apontada como a princesa do Sabá.

Jeanne des Anges sentiu-se impura por conta dos sonhos que teve com Grandier. Posteriormente, em sua autobiografia, citou que toda a sua vida anteriormente à possessão fora repleta de pecados, principalmente o do orgulho. Assim, também reclamou a si uma parcela de culpa pela possessão.

Os padres condenados, Gaudridy e Grandier, em muito desviaram-se das normas religiosas, sobretudo no que diz respeito à castidade. Gaufridy, para além disso, violentou uma criança ao longo de anos. Grandier mantinha relações com mulheres de Loudun, sobretudo viúvas, mas também teve um caso com a filha do procurador da cidade, à qual ensinava latim. Esses padres se tornaram desviantes justamente pelo desvio que tiveram na performance de suas virilidades.

A virilidade dos padres é uma virilidade protetora. O clérigo deve proteger o rebanho do perigo e engajar em disputas contra o Mal quando necessário – como acontecia nos casos de possessão. Gaufridy e Grandier não performaram a virilidade protetora, mas uma sedutora, uma virilidade de conquista que não condizia com o papel de padre. Dessa forma, a partir desse desvio viril, eles puderam ser condenados por supostas associações com o Diabo.

Referências

CALMET, Dom Augustin. **Traité sur les apparitions des esprits et sur les vampires ou les revenans de Hongrie, Moravie, etc.** Tome I. Paris: Debure l'aîné, 1751.

CERTEAU, Michel de. **La Possession de Loudun.** Saint-Amand: Gallimard/Julliard, 2005 [1970].

BRAGA, Gabriel. **Exorcizo te immundissime spiritus: possessões demoníacas e exorcismos na França Moderna (1565-1644).** 2022. 342 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

DE POMMEREUSE, Marie. **Les chroniques de l'ordre des Vrsulines** recueillies pour l'usage des Religieuses du mesme Ordre. Première partie. Paris : Chez Jean Henault, 1673.

GRANDIER, Urbain. **Traicté du célibat des prestres.** Paris : Chez René Pincebourde, 1866.

LEGUÉ, Gabriel. **Documents pour servir à l'histoire médicale des possédées de Loudun.** Paris : Adrien Delahaye, 1874.

LEGUÉ, G. ; TOURETTE, G. **Sœur Jeanne des Anges Supérieure des Ursulines de Loudun (XVIIe siècle).** Paris: Aux Bureaux du Progrès, 1886.

MANDROU, Robert. **Magistrados e Feiticeiros na França do Século XVII.** Trad. Nicolau Sevcenko e J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979 [1968].

PROCÈS criminels faits a Louis Gaufridy, prêtre, accusé de magie, et sortilège et a Magdelaine de Mandols dite De La Palud, aussi accusée de sortilège. En 1611 & 1653. Bibliothèque Nationale, FR 23852.

ROGER, Joseph. **Histoire de Nicole de Vervins**, d'après les historiens contemporains et témoins oculaires, ou Le triomphe du Saint-Sacrement sur le démon, à Laon, en 1566. Paris: H. Plon, Imprimeur-Éditeur, 1863.

TALLON, Allain. Inquisition romaine et monarchie française au XVI^e siècle. In: AUDISIO, Gabriel. **Inquisition et Pouvoir**. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2002, p. 311-323.

Júlio II e a prática de uma *vita activa*: as fronteiras entre a ambição mundana e as demandas da Igreja no início do século XVI

SCHIO, Jordana Eccel

Doutoranda em História no Programa de Pós-graduação em História (UFSM)

Bolsista CAPES, jordanaschio06@gmail.com

Resumo: A História do Papado é marcada por diversos papas controversos e eventos conturbados. No decorrer do movimento renascentista Roma não era só uma referência para a vida espiritual, intelectual e litúrgica, mas também um antro de crimes, orgias, violência, nepotismo e outras promiscuidades. O nome de Júlio II (1503-1513) surge em diversas listas como um dos piores da história, porque, entre outras práticas, ele envergava uma armadura de prata e irrompia com suas tropas contra regiões que resistiam à sua autoridade. Contudo, Júlio II foi de fato um pontífice violento e beligerante? Suas ambições como Santo Padre só podiam ser obtidas enfrentando cidades itálicas montado a cavalo? Quais eram as demandas da Igreja no início do século XVI? Vamos buscar as respostas para as perguntas nas próximas páginas. Porque além da natureza irascível, Júlio II foi um exímio mecenas. Ele encomendou projetos iconográficos e escultóricos de grandes dimensões aos jovens artistas Michelangelo Buonarroti (1475-1564) e Rafael Sanzio (1483-1520). Donato Bramante (1444-1514) acompanhou diversas obras urbanas, todavia a mais audaciosa foi a reconstrução, a pedido do papa roversco, da Basílica de São Pedro, a partir do ano de 1506. Isso posto, nos propomos a explicar sobre as fronteiras entre a ambição mundana de Júlio II, da casa Della Rovere, e as demandas da Igreja romana nos primeiros anos do século XVI. Ademais, há algumas décadas os humanistas discutiam sobre os valores que deveriam ser cultivados, porque aos poucos o interesse pelas atividades úteis galgou espaço, por conseguinte a *vita activa* foi predominante entre os sujeitos, ao passo que a *vita contemplativa* permaneceu, porém com menos engajamento.

Palavras-chave: Júlio II; *Vita activa*; História do Papado.

Introdução

O cardeal Giuliano Della Rovere tinha 59 anos quando foi eleito Santo Padre. Sua coroação ocorreu na segunda metade de novembro de 1503. Pontificou por quase uma década, falecendo em 21 de fevereiro de 1513. Ele nasceu em uma região ao noroeste da Península Itálica, em dezembro de 1443. Descendente de uma família nobre, mas empobrecida, na juventude fez sua formação junto da Ordem dos Franciscanos. Essa mesma trajetória foi percorrida por outros familiares anteriormente, entre eles, Francesco Della Rovere (1414-1484), tio de Giuliano. Aquele homem cresceu em uma casa modesta, na juventude estudou com os Franciscanos, no início da vida adulta foi professor de filosofia e teologia em algumas universidades. Francesco se destacou entre os membros da Ordem, sendo eleito Ministro-Geral em 1461, anos depois foi nomeado cardeal pelo papa Paulo II (1464-1471). Na sua primeira participação em conclave foi eleito pontífice adotando o nome de Sisto IV (1471-1484).

Além dos investimentos em infraestrutura, durante o seu pontificado houve uma campanha de reconstrução de diversos espaços, além da construção de pontes, ruas, hospital e

um mausoléu para sua família. Sisto IV consumiu uma parte do tesouro da Igreja com a prática do mecenato, sendo a edificação e a decoração da Capela Sistina uma das encomendas mais famosas (Duffy, 1998, p. 143). Houve ainda o fomento intelectual, visto que foi ele que escreveu a bula de fundação da biblioteca do Vaticano para servir ao aperfeiçoamento dos letrados, estudiosos e os homens a serviço da fé (Duffy, 1998, p. 144).

Depois da coroação, o pontífice rapidamente tornou cardeal seis nepotes (Duffy, 1998, p. 148), entre eles, Giuliano Della Rovere. O sobrinho foi nomeado cardeal de Avinhão e Bolonha, além de acumular bispados em outras regiões da Península Itálica, França e Espanha. Giuliano também recebeu outros cargos e diversas propriedades. Nas décadas seguintes buscou aliados entre os membros do colégio de cardeais, homens das famílias mais tradicionais e em outros reinos, como, o francês. Quando os ânimos ficaram acirrados entre os membros do colégio de cardeais ou nas ocasiões em que as deliberações não eram favoráveis para Giuliano e seus aliados, ele se afastou de Roma, ficando naqueles locais sob a sua autoridade, como, Avinhão. Por conseguinte, Giuliano também buscou guarida na corte francesa.

O historiador alemão Ferdinand Gregorovius (1902, p. 10) escreveu que quando começaram os preparativos para o conclave que escolheria um sucessor após a morte de Alexandre VI, alguns cardeais retornaram do exílio, como, Giuliano, que chegou em Roma no dia 3 de setembro de 1503. O historiador Dustin A. Gish (2019, p. 186) frisou que uma parcela da desordem político-militar com a qual Júlio II precisou lidar, sobretudo, na segunda metade do seu pontificado, foi promovida por ele enquanto cardeal. Isso porque, Giuliano, líder do grupo de oposição ao papa Alexandre VI, incitou Carlos VIII e suas tropas para que invadissem a Península Itálica em 1494.

Giuliano não se ateve somente aos deveres inerentes ao seu cargo, visto que buscou um incremento tanto para a formação de uma base aliada no colégio de cardeais bem como uma diversificação de alianças políticas indo além das fronteiras itálicas. Ele dividiu seu tempo como outras atividades e após ser nomeado cardeal, ao passo que ele se ocupou com a prática do mecenato e fez vários pedidos aos artistas tanto de trabalhos pictóricos bem como escultóricos e arquitetônicos.

Entre os anos de 1478 e 1482 o pintor Melozzo da Forlì (1438-1494) foi chamado para decorar a abside da Basílica dos Santos XII Apóstolos, em Roma. Forlì se destacava pelo uso do *eskorço*³⁴⁴ e isso fica claro na obra feita para os Della Rovere. O afresco da *Ascensão de Cristo* se sobressai pelo tom azul do céu, enquanto que os *putti* tocam instrumentos anunciando

³⁴⁴ Técnica usada no desenho e na pintura para a representação de corpos humanos e qualquer objeto em perspectiva e com volumetria.

a subida Dele aos céus. O mural foi parcialmente destruído em 1711, mas temos diversos fragmentos da pintura preservados. O artista e biógrafo Giorgio Vasari (1511-1574) (2020 [1550], p. 327) escreveu que o trabalho foi feito a pedido do cardeal Riario, sobrinho de Sisto IV. Contudo, a historiadora Isabelle Frank (1996, p. 111) menciona que foi, provavelmente, Giuliano, entre 1475 e 1481, quem encomendou o afresco com tal temática, porque ele era devoto.

Até aqui, destacamos alguns fatos da casa Della Rovere e, sobretudo, sobre a trajetória de Júlio II, porque se entende que no decurso do movimento renascentista italiano houve um interesse maior pelas atividades úteis. Os sujeitos se preocupavam em expressar as melhores qualidades físicas e mentais, porque eles buscavam a genuína *virtù* a fim de alcançar o mais elevado grau de fama e de glória. O historiador britânico Quentin Skinner (1996, p. 119) escreveu que “o homem passou a se sentir-se em condições de utilizar sua liberdade, de modo a fazer-se arquiteto e explorador de sua própria pessoa”.

Para tanto, houve, entre os indivíduos, um interesse maior pela prática de uma *vita activa* a fim de alcançar o mais elevado grau de fama, de honra e de glória mundanas. A *vita contemplativa* permaneceu como referência, mas a adesão foi menor e em alguns casos, houve uma tentativa de conciliação com vida ativa. Nosso texto almeja elucidar, de maneira breve, se haviam fronteiras entre a ambição mundana de Júlio II, da casa Della Rovere, e as demandas da Igreja romana na primeira década de 1500. Isso porque, no decorrer do seu pontificado, se envolveu nas tensões entre as cidades itálicas e os interesses estrangeiros. Para mais, ele também buscou reaver territórios do Principado Eclesiástico.

As fronteiras entre a ambição de Júlio II e as demandas da Igreja entre 1503 e 1513

Entre meados do século XV e primeiros anos do século XVI a casa Della Rovere ocupou o Trono de São Pedro duas vezes, primeiro com Sisto IV e depois com Júlio II. Ambos deixaram um notável legado para a Igreja e para seus nomes. O primeiro ordenou a construção e a decoração de um dos locais mais visitados no Vaticano atualmente, a Capela Sistina. No início do século XVI, Júlio II promoveu diversas mudanças nas fronteiras do Principado Eclesiástico, retomando a cidade de Parma, por exemplo. O mesmo aconteceu com a paisagem urbana de Roma, sendo a reconstrução da Basílica de São Pedro a mais opulente, sendo concluída 150 anos depois. No campo artístico, se destacou como um dos maiores mecenas, ocupando o mesmo patamar que homens, como, o florentino Lourenço de Médici (1449-1492). Os dois ofereceram espaço e condições para que artistas respeitados trabalhassem em demandas iconográficas e escultóricas no decorrer dos anos.

O pontificado de Júlio II perdurou por quase uma década, mas repercute até os nossos dias, uma vez que sua natureza é controversa, seja pela caneta dos historiadores ou, por exemplo, pelas cenas do cinema. Para tanto, citamos a adaptação da obra literária escrita em 1961 pelo estadunidense Irving Stone (1903-1989) chamada *Agonia e Êxtase um romance sobre Miguel Ângelo*. No segundo semestre de 1965 foi lançado o filme *Agonia e Êxtase (The Agony and the Ecstasy, no original)*, dirigido pelo britânico Carol Reed (1906-1976), com o ator Rex Harrison (1908-1990) no papel de Júlio II. O drama ficcional histórico trata da relação de Michelangelo com o papa e como o artista trabalhou, supostamente, contrariado na decoração do teto da Capela Sistina. Destacamos a representação de Júlio II como um homem colérico, que além do vestuário de Santo Padre, também surge trajando armadura e outras peças de proteção individual. No transcorrer do longa-metragem o pontífice aparece montado a cavalo e é acompanhado por soldados, noutra cena, Michelangelo se encontra com Júlio II em um acampamento militar.

O historiador irlandês Eamon Duffy (1998, p. 147) salientou que “a única coisa de padre que nele [Júlio II] havia era a batina, a qual nem sempre usava”. O nome do papa roversco aparece em diversas listas como um dos piores pontífices da história, principalmente porque sua imagem está atrelada a alguns conflitos que ocorreram durante as chamadas Guerras Italianas (vez ou outra referidas como Guerras *Habsburgo-Valois*), que consistem em diversas batalhas travadas entre 1494 e 1516 em território itálico. Conforme frisamos no início deste artigo, Gish (2019, p. 186) atribuiu uma parcela de culpa a Júlio II, porque esse fomentou, no decorrer do cardinalato, negociações para que os franceses ocupassem os territórios itálicos. Segundo a historiadora Christine Shaw (2003, p. 21-22), Giuliano desejava que Carlos VIII fosse até Roma e convocasse um conselho geral da Igreja com a intenção de depor Alexandre VI do trono papal.

O cardeal da casa Della Rovere era do grupo opositor ao pontificado do Bórgia, ao passo que pouco tempo depois do conclave ele foi para Óstia, articulou uma aliança com os Colonna, depois foi até a cidade de Genova e de lá partiu para Avinhão (Gregorovius, 2010, p. 357). Giuliano chegou até a corte francesa a fim de buscar apoio para sua reivindicação. Todavia, as tropas não avançaram e ocuparam regiões do território itálico somente a pedido do cardeal, o rei reivindicava o direito ao reino de Nápoles e fazia isso baseado em prerrogativas antigas da dinastia francesa dos *Anjou*. Isso porque a linhagem de Afonso de Aragão, que ocupava o posto desde a morte da rainha Joana II, em 1435, era vista como usurpadora (Norwich, 2011, p. 264). As reivindicações territoriais dos reinos eram legitimadas pela hereditariedade. O uso da força militar era um meio, por isso houve a invasão, mas a pretensão só era firmada pelo sangue da

linhagem. O papado nunca foi um poder inato, apesar da notória prática do nepotismo, logo a pretensão era calcada na retomada de terras que haviam pertencido ao Principado Eclesiástico. Observamos que essa máxima perpassou todo o pontificado de Júlio II.

Carlos VIII marchou até Roma acompanhado pelo cardeal Giuliano e outros dissidentes (Gregorovius, 2010, p. 381), Alexandre VI se refugiou por um breve período no Castelo de Sant'Angelo, mas no início de 1495 o papa celebrou uma grande missa para as tropas e o rei (Norwich, 2011, p. 264-265). Houve negociações e homens da corte de Carlos VIII foram nomeados cardeais ou ocuparam cargos importantes na Cúria romana. Enquanto que, Giuliano atuou nos bastidores da política, buscando aliados fora de Roma com um discurso reformador e com a pretensão de afastar a corrupção do colégio de cardeais. Porém, o que ele realmente almejava era ocupar tal posição para ter oportunidade de executar os projetos em prol do Principado Eclesiástico e dos seus aliados.

Depois de deixar Roma, Carlos VIII se dirigiu até Nápoles. A ocupação foi exitosa, mas interpretada pelas outras regiões como uma demonstração de poderio político-militar. Em vista disso, em março de 1495, o papado, Veneza, Espanha, Milão e outras cidades e reinos organizaram a chamada Santa Liga, a fim de reunir poder suficiente para equilibrar as forças diante de um possível combate (Chambers, 2006, p. 95). Isso posto, observamos que os franceses não se mobilizaram a fim de restaurar a ordem em Roma, mas com o intuito de reivindicar a autoridade sob uma região. Giuliano se aproveitou dessa movimentação para desestabilizar o poder dos seus oponentes na corte papal, porque suas ambições iam de encontro aos interesses da linhagem Bórgia e seus aliados.

Giuliano transitou pelos territórios acompanhando o exército francês, mas sua alcunha de guerreiro se firmou durante o pontificado, tanto que alguns historiadores ainda vestem o papa com os trajes de guerra. Duffy (1998, p. 133) escreveu que Júlio II era um bravo guerreiro, à frente das tropas irrompia contra as cidades que se opunham à autoridade papal. Duffy (1998, p. 147) também se refere a cota prateada que o pontífice vestia regularmente. Todavia, o historiador estadunidense Frederic Baumgartner (2010, p. 18) ponderou que essa representação de Júlio II vem de uma interpretação errônea da imagem pontifícia.

Alguns homens escreveram sobre Júlio II, entre eles, o diplomata florentino Francesco Guicciardini (1473-1514). Ao analisar a obra *The History of Italy*, traduzida para o inglês por Sidney Alexander, destacamos uma frase da sétima parte, porque trata do momento em que o pontífice teria liderado as tropas, entre 1506 e 1507, a fim de ocupar algumas cidades no centro da Península Itálica. “[...] Júlio conquista Bolonha da mesma forma espetacular. O Vigário de

Cristo tornou-se Marte”³⁴⁵ (Francesco Guicciardini, 1984 [1561], p. 198, tradução nossa). Guicciardini aponta que as ações do papa roveresco se assemelham ao Deus romano da guerra e não ao Deus Criador pintado por Michelangelo no teto sistino.

Baumgartner (2010, p. 18) cita outra descrição de Júlio II que contribui para a má interpretação da sua imagem, ela está no texto satírico *Júlio excluído do céu* (*Iulius exclusus e coelis*, no original) publicado anonimamente em 1517, mas com autoria atribuída ao humanista Erasmo de Roterdã (1466-1536). Na obra, São Pedro recebe o papa diante dos portões do céu, o diálogo é mediado por um pequeno *genius*. O pontífice se dirige ao apóstolo de forma arrogante, ao mesmo tempo em que se vangloria dos feitos realizados em vida, pois foram todos em prol da fé e da Igreja romana. O historiador frisou que a sátira descreve Júlio II trajando um manto brilhante pelo ouro e prata, mas não há referência a itens como elmo e armadura. Além disso, a partir da descrição feita no início do texto, o papa se apresenta usando a mitra papal³⁴⁶ com as três coroas cravejadas com jóias e ouro.

Na esteira dessa discussão, o poeta francês Jean Lemaire de Belges (1473-1525) descreveu Júlio vestindo ‘a armadura de guerra, que ele nunca tirava’ (Baumgartner, 2010, p. 18), numa alusão ao estado de atenção do pontífice dado os constantes atritos político-militares entre as regiões itálicas. Ao passo que, esses eventos se mesclavam com as ambições da Igreja em retomar territórios perdidos nos séculos anteriores e se reafirmar com um poder soberano diante das outras regiões itálicas e dos invasores.

Os homens escolhidos por Deus e que se sucederam no Trono de São Pedro no decorrer do movimento renascentista buscaram, ao seu modo, restaurar o poder e as terras do Principado Eclesiástico, visto que o território itálico estava imerso em disputas por poder e parcialmente ocupado por tropas estrangeiras. Destacamos que durante o pontificado de Júlio II houve a articulação para duas alianças, a Liga de Cambrai e a Liga Santa. Essa última foi formada nos últimos anos do pontificado roveresco a fim de conter o expansionismo francês, ao passo que hostilidades contra o rei foram explícitas a partir de 1512. No decorrer de uma década tal força deixou de ser uma aliada do papa, para ser vista como um dos principais inimigos a ser expulso do território.

O assédio francês também acometeu o colégio de cardeais, pois um grupo dissidente se reuniu em Pisa, em 1511, com a intenção de depor o papa. A reunião tinha o respaldo de Luís

³⁴⁵ Original: “[...] *Julius goes on to capture Bologna in the same spectacular fashion. The Vicar of Christ has become Mars*”.

³⁴⁶ Original: “[...] *Et vides triplicem eoronam, neenon vndique gemmis et auro lueentem pallam*”. (Desiderius Erasmus Roterodamus, 1933 [1517], p. 66).

XII (1498-1515), mas não foi bem sucedida, pois não recebeu muito apoio (Duffy, 1998, p. 152). Apesar disso, o papa reagiu e convocou o V Concílio de Latrão, em 1512, com o intuito de deliberar sobre os dogmas, mas também como uma demonstração de poder do Principado Eclesiástico, posto que tal força foi contestada durante o concílio de Pisa.

Os ritos eucarísticos, inerentes ao posto, foram cumpridos no decorrer do pontificado de Júlio II, bem como as celebrações após a conquista de cada região itálica. Wallace K. Ferguson (1933, p. 39) escreveu sobre o primeiro contato de Erasmo com Júlio II e frisa que aconteceu na chegada do papa em Bolonha em novembro de 1506. Na oportunidade, Júlio II fez uma entrada triunfante, além de cerimônias menores. Shaw (2005, p. 46 e 46) nos mostra outras facetas de Júlio II, como o apreço dele pela beleza, posto que não era restrito somente as encomendas artísticas. A atenção ainda se dividia com o acompanhamento dos serviços nos jardins próximos aos seus aposentos, a inspeção dos cavalos e as visitas frequentes ao canteiro de obras para a reconstrução da Basílica de São Pedro. Júlio II gostava de boa música, mas desaprovava quando envolvia muitos instrumentos. Ele também admirava a poesia latina, mas era indiferente aos estudos do gênero e os textos dedicados a ele. Segundo os mestres de cerimônia da sua corte, Júlio II não gostava de fazer os discursos, ficando muito nervoso antes da leitura dos textos.

O envolvimento com os assuntos políticos foi ordinário durante toda a carreira eclesiástica de Júlio II, para tanto ele explorou tais competências para transitar pelas cortes e construir alianças para restaurar sua influência quando essa foi abalada ou confrontada. Compreendemos isso a luz das idiossincrasias do movimento, pois os homens não deveriam se acomodar diante dos caprichos da Fortuna e das adversidades, por isso eles deveriam se dedicar a *vir virtutis* e o exercício das melhores capacidades físicas e mentais a fim de obter como recompensa o mais elevado grau de fama, de honra e de glória. Isso posto, podemos pensar quais eram as fronteiras entre a ambição mundana e as demandas da Igreja romana no início do século XVI a partir da figura de Júlio II.

Destacamos que houve uma ascensão da *vita activa* e um declínio da *vita contemplativa*. Os humanistas produziram uma vasta argumentação sobre qual era o modelo mais adequado para os sujeitos e para a resolução dos problemas políticos. O filósofo brasileiro Newton Bignotto (2021, p. 75) escreveu que Francesco Petrarca (1304-1374) e outros homens daquela geração produziram “um guia perfeito de uma filosofia moral, que, sem entrar em contradição com os valores associados à vida contemplativa, tão caros ao cristianismo medieval, [...], propunha uma visão altamente positiva das atividades na cidade”. Além disso, a contemplação, para muitos homens, não era diretamente vinculada à busca de Deus, mas ao saber e à erudição

(Teixeira, 2008, p. 113). Entendemos que a promoção de uma vida ativa era um desejo daqueles indivíduos com o intuito de controlar as ações e vencer os caprichos da Fortuna a fim de alcançar os píncaros da glória mundana.

Bignotto (2021, p. 75) aponta que “a ferramenta útil para os humanistas estava contida na oposição entre interesse privado e interesse público, o que lhes permitia abordar o dilema entre a escolha de uma vida ativa ou de uma vida contemplativa”. Isso posto, observamos, a partir de uma reflexão inicial, que haviam algumas fronteiras entre a ambição mundana de Júlio II, da casa Della Rovere, e as demandas para a Igreja romana na primeira década de 1500. Entendemos que no decorrer do seu pontificado, ele buscou restaurar a autoridade do papado, para tanto construiu alianças políticas com outros governos e refez os acordos quando os interesses da entidade eclesiástica foram afrontados, por exemplo, durante as investidas expansionistas da coroa francesa. Diante da provocação de um pequeno grupo de cardeais, Júlio II convocou o V Concílio de Latrão (1512-1517) com uma agenda voltada ao enfrentamento de quem conspirava contra o poder papal.

As investidas militares foram para reprimir os avanços dos venezianos e para retomar territórios, como, a Bolonha e, assim, redesenhar as fronteiras do Principado Eclesiástico. E nos últimos anos do pontificado o intuito era expulsar os franceses, visto que eram julgados como uma ameaça, não só para o papado, mas para as outras cidades e reinos itálicos. Compreendemos que Júlio II abriu espaço entre os seus compromissos eclesiásticos para cuidar dos assuntos marciais. O humanista Nicolau Maquiavel (2023 [1532], p. 42) escreveu que o papa Júlio II conquistou territórios, sufocou as investidas venezianas, apaziguou os ânimos entre as facções rivais. À medida que fez isso tudo para engrandecer a Igreja e não para favorecer a si ou seus familiares.

Percebemos que quando o cardeal se aproximou da corte francesa e buscou aliados fora de Roma fez para depor o Vigário de Cristo, porque os projetos não estavam de acordo com os seus propósitos e interesses almejados para a Igreja romana. Julgamos que ao longo de toda a carreira eclesiástica, Giuliano Della Rovere cumpriu com as atividades inerentes ao cargo e usou das competências mentais para tornar o Principado Eclesiástico soberano, ao mesmo tempo em que buscou construir sua reputação e alcançar o mais elevado grau de fama, de honra e de glória mundanos.

Pouco tempo depois de ser eleito papa, Júlio II começou a planejar a construção do seu mausoléu, para tanto chamou à Roma o artista Michelangelo Buonarroti para criar o projeto arquitetônico, esculpir as estátuas e adereços (Chastel, 1991, p. 365-369). Segundo Duffy (1998, p. 144), depois de pronto, o túmulo seria mais apropriado a um faraó do que um bispo

de Cristo – dada a grandiosidade da proposta inicial. Contudo, por diferentes motivos, o trabalho foi entregue depois da morte do papa, ao passo que o arranjo era mais simples do que a proposta aprovada inicialmente. Todavia, o que nos interessa é apontar que tal obra não trazia nenhum benefício para a Cúria, mas garantia que o nome de Júlio II se perpetuasse, seja pela proposta arrojada ou pelo nome do mecenas estar associado a um dos escultores com mais prestígio na primeira metade do século XVI. A relação entre mecenas e artista era complexa, posto que o patrono detinha o recurso e o espaço necessário para que o artista exibisse suas habilidades, o produto dessa associação era apreciado por ambos e permitia que eles buscassem pelo mais elevado grau de fama e glória mundanos.

O artista também procurava exercer seus melhores talentos a fim de construir sua reputação. Isso pode ser percebido no trabalho de Michelangelo, porque os pontífices eleitos após a morte de Júlio II se apressavam em vincular seus nomes ao de Michelangelo (Gombrich, 2012, p. 313) e por isso ficou breves períodos afastado de Roma. A honra era construída a partir das atividades úteis e deveriam ser reconhecidos na esfera pública. Michelangelo produziu peças imponentes pelas suas dimensões e multiplicidade de elementos, seja no teto sistino ou para o mausoléu papal. Tais encomendas não foram apreciadas somente pelo mecenas, mas pelos espectadores que podiam circular pelos espaços em que os trabalhos estavam expostos.

Assim sendo, observamos que haviam fronteiras entre as demandas da Igreja romana na primeira década de 1500 e a ambição mundana de Júlio II, da casa Della Rovere. Ao mesmo tempo em que ele se envolveu com as querelas itálicas para beneficiar o Principado Eclesiástico e fortalecer a autoridade pontifícia, Júlio II também dedicou tempo para agir em prol do seu nome e da sua reputação. O papa buscou restaurar a autoridade da Igreja a partir da mudança da paisagem urbana bem como por meio do reestabelecimento das fronteiras políticas. Quando convocou Michelangelo e Rafael Sanzio o legado não foi benéfico só para o campo das artes, porque além de atrair muitos pintores nas décadas seguintes, o nome deles foram além das fronteiras romanas. O prestígio alcançado com a entrega dos afrescos e peças escultóricas imortalizou o nome dos artistas e, sobretudo, do mecenas roversco.

Considerações finais

Apontamos de forma breve que as fronteiras entre a ambição mundana e as demandas da Igreja romana podem estar no que Júlio II desejava construir como pontífice e o que ele almejava dispor em honra a sua imagem. Não ficando circunscrito a representação de papa guerreiro que encontramos nas listas tendenciosas ou nos livros sensacionalistas sobre a História do Papado. Júlio II foi de fato um pontífice violento e beligerante? Não da forma

exposta por alguns coevos. O papa roveresco esteve envolvido com os assuntos marciais ao longo de toda a sua trajetória eclesiástica e por vezes teve exércitos disponíveis para tomar territórios e regiões, mas não era algo particular da sua natureza. Outros Vigários de Cristo bem como o colégio de cardeais se envolveram com os conflitos que se acirravam pelo território itálico entre a segunda metade do século XV e primeiras décadas do século XVI.

Suas ambições como Santo Padre só podiam ser obtidas enfrentando algumas cidades itálicas montado a cavalo? Não. Entendemos que a atuação de Júlio II aconteceu a partir das alianças que construídas no decorrer do seu pontificado. Para mais, o pontífice se beneficiou da mobilização francesa para alcançar os objetivos traçados para o Principado Eclesiástico. Quais eram as demandas da Igreja no início do século XVI? Compreendemos que a Igreja era moderadora das disputas que se acirravam, visto que a coroa francesa não avançou para o interior a fim de depor ou eleger um novo papa, mas sim para reivindicar o trono napolitano. Os conflitos dinásticos entre *Habsburgos* e os *Valois* iniciaram em 1494, o papado cumpriu seu papel como um mediador ao mesmo tempo em que tomou proveito das oportunidades, porque não havia um poder hegemônico no território itálico naquele momento.

Júlio II se aliou aos franceses para empregar parte do poder militar na retomada de territórios e mobilizou tropas com a intenção de aplacar os ânimos de cidades que resistiam à autoridade pontifícia. Todavia, quando o papa compreendeu que as investidas podiam ameaçar os interesses do Principado Eclesiástico houve um rearranjo político e as tropas de Luís XII foram vistas como uma ameaça. Em suma, Júlio II agiu vestindo a mitra papal e os trajes adequados ao seu posto, porque gozava de uma *vita activa* e buscava explorar as habilidades individuais para solucionar os problemas a fim de alcançar a fama e a glória mundanas.

Referências

Fontes

GREGOROVIVUS, Ferdinand. **History of the city of Rome in the Middle Ages**. Translated from the fourth german edition by Annie Hamilton. Vol. VIII - Part I. London: George Bell & Sons, 1902.

GREGOROVIVUS, Ferdinand. **History of the city of Rome in the Middle Ages**. Vol. VII – Part 1. New York: Cambridge University Press, 2010.

GUICCIARDINI, Francesco. **The history of Italy**. Translated, edited, with notes and an Introduction by Sidney Alexander. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1969 [1561].

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução e preparação de texto Fabio Kataoka. Barueri: Garnier, 2023 [1532].

ROTERODAMUS, Desiderius Erasmus. **Erasmi Opuscula: a Supplement to the Opera Omnia**. Edited with introductions and notes by Wallace K. Ferguson. EUA: Springer, 1933 [1517].

VASARI, Giorgio. **Vidas dos artistas**. Tradução de Ivone Castilho Bennedetti. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020 [1550].

Bibliográficas

BAUMGARTNE, Frederic. Julius II: prince, patron, pastor. In: CORKERY, James; WORCESTER, Thomas. **The Papacy Since 1500: From Italian Prince to Universal Pastor**. United Kingdom: University Press, Cambridge, 2011, p. 12-28.

BIGNOTTO, Newton. **Origens do republicanismo moderno**. Niterói: EDUFF, 2021.

CHAMBERS, David. **Popes, Cardinals and War – The Military Church in Renaissance and Early Modern Europe**. London: I.B. Tauris & Co. Ltd, 2006.

CHASTEL, André. **A Arte Italiana**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DUFFY, Eamon. **Santos e Pecadores. História dos Papas**. Tradução Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda, 1998.

FERGUSON, Wallace K.. Introduction. In: **Erasmi Opuscula: a Supplement to the Opera Omnia**. Edited with introductions and notes by Wallace K. Ferguson. EUA: Springer, 1933, p. 38-64.

FRANK, Isabelle. Cardinal Giuliano Della Rovere and Melozzo Da Forli at SS. Apostoli. **Zeitschrift Für Kunstgeschichte**, vol. 59, n. 1. Berlim: 1996, p. 97-122. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1482788>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GISH, Dustin. Pope Julius II (1443-1513, r. 1503-13 CE) at the Basilica di San Pietro, the Musei Vaticani, and Basilica di San Pietro in Vincoli. In: HATLIE, Peter. **People and Places of the Roman Past. The Educated Traveller's Guide**. York: Arc Humanities Press, 2019, p. 185-198.

GOMBRICH, Ernst. **A História da Arte**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

NORWICH, John Julius. **Absolutes Monarchs. A history of the papacy**. New York: Random House, Inc., 2011.

SHAW, Christine. The Motivation for the Patronage of Pope Julius II. In: GOSMAN, Martin; MACDONALD, Alasdair; VANDERJAGT, Arjo. **Princes and Princely Culture (1450-1650)**. Vol. II. The Netherlands: Brill, 2005, p. 43-61.

SHAW, Christine. **The Politics of Exile in Renaissance Italy. Cambridge Studies in Italian History and Culture**. New York: Cambridge University Press, 2003.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini**. 240 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:
https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/12124/12124_1.PDF Acesso em: 2 dez 2023.

**ST 17 - CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS:
RESSIGNIFICAÇÃO DE LUGARES PARA O TURISMO E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA PÚBLICA**

Coordenado por Profa. Dra. Mônica Elisa Dias Pons
e Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg

Lugares de Memória e Processos de Patrimonialização Gastronômica: origens étnico-culturais de Dona Francisca na Educação Infantil

RECK, Daffine Natalina

Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM, Pedagoga e Historiadora

daffine.reck@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho retrata atividades de educação patrimonial desenvolvidas na Escola de Educação Infantil Dente de Leite Professora Ivani Lourdes Barchet Tessele, educandário em que a pesquisadora atua como docente, visando abordar Lugares de Memórias Gastronômicas e as origens culinárias dos povos de Dona Francisca na Educação Infantil. Realizaram-se oficinas culinárias com as mais variadas representações gastronômicas dos povos que compuseram o município de Dona Francisca, com crianças de faixa etária de 2 a 5 anos. O público de educação infantil, além de começar a compreender a elaboração das mais diferenciadas receitas da cultura de seu Município, pode auxiliar na fabricação dos alimentos e entender a dinâmica de produção destes, conhecendo, na prática, como se dá o fazer de pratos típicos que representam sua identidade cultural gastronômica. Nesse sentido, o sabor da “colônia” foi posto em evidência, fazendo parte do processo de ensino, contemplando as culturas indígena, alemã, italiana e africana. Apresentou-se às crianças os componentes culinários das mais diversas culturas presentes no Município, a fim de pudessem conhecer e valorizar a diversidade gastronômica e também cultural presentes no local em que vivem. Trazer a educação patrimonial como base desde a educação infantil possibilita que os indivíduos sejam capazes de conhecer o mundo que os rodeia. Ao se realizar oficinas culinárias com as crianças, abordou-se a importância de se conhecer os elementos da alimentação das etnias que formaram o município de Dona Francisca e que estão presentes na vida de seus moradores até os dias atuais. Com o desenvolver do presente trabalho, se trás a outros profissionais da Educação Infantil exemplos de atividades a serem trabalhadas em sala de aula. À comunidade científica o trabalho comunica possibilidades de se trabalhar “História, memória e poder” com crianças que estão iniciando sua jornada educacional. Os laboratórios gastronômicos das origens culinárias de Dona Francisca, município da Quarta Colônia, RS, colaboram para que os lugares de memória gastronômicos de todas as etnias do município sejam considerados como importantes e dignos de preservação e patrimonialização.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Origens Gastronômicas; Educação Infantil.

Introdução

O presente texto retrata atividades de educação patrimonial desenvolvidas na Escola de Educação Infantil Dente de Leite Professora Ivani Lourdes Barchet Tessele, educandário em que a pesquisadora atua como docente, visando abordar Lugares de Memórias Gastronômicas e as origens culinárias dos povos de Dona Francisca na Educação Infantil. Realizaram-se oficinas culinárias com as mais variadas representações gastronômicas dos povos que compuseram o município de Dona Francisca, com crianças de faixa etária de 2 a 5 anos. O trabalho foi desenvolvido no ano de 2022.

O público de educação infantil, além de começar a compreender a elaboração das mais diferenciadas receitas da cultura de seu Município, território Geoparque Quarta Colônia Unesco, pode auxiliar na fabricação dos alimentos e entender a dinâmica de produção destes,

conhecendo, na prática, como se dá o fazer de pratos típicos que representam sua identidade cultural gastronômica. Nesse sentido, o sabor da “colônia” foi posto em evidência, fazendo parte do processo de ensino, contemplando as culturas indígena, alemã, italiana e africana. Apresentou-se às crianças os componentes culinários das mais diversas culturas presentes no Município, a fim de pudessem conhecer e valorizar a diversidade gastronômica e também cultural presentes no local em que vivem.

Ao longo do ano letivo de 2022, a presente pesquisadora empenhou-se em realizar concomitantemente às pesquisas e entrevistas de seu mestrado em Patrimônio Cultural, atividades de educação patrimonial na Escola de Educação Infantil Dente de Leite Professora Ivani Lourdes Barchet Tessele, educandário em que faz parte. Realizaram-se oficinas culinárias com as mais variadas representações gastronômicas dos povos que compuseram o município de Dona Francisca. Nesse sentido, o sabor da colônia foi posto em evidência, contemplando as culturas indígena, alemã, italiana e africana.

Entre as maneiras mais eficientes de se diversificar e estimular o desenvolvimento de crianças no processo pedagógico, estão as atividades incomuns, que fogem das abordagens padrão. Por isso, muitas escolas estão incluindo em sua grade soluções estimulantes, atrativas e mais ativas para desenvolver habilidades importantes. A culinária na escola é um exemplo disso. Cozinhar é uma atividade que possibilita aperfeiçoar diversas habilidades ao mesmo tempo. As crianças podem aprimorar matemática, quantidade, ciências, linguagem, desenvolvimento motor, criatividade, raciocínio lógico e habilidades sociais por meio da culinária na escola. Além disso, esse tipo de tarefa é bastante divertida e acolhedora.

Com o desenvolver do presente trabalho, se trás a outros profissionais da Educação Infantil arquétipos de atividades a serem trabalhadas em sala de aula. À comunidade científica o trabalho compartilha possibilidades de se trabalhar “História, memória e poder” com crianças que estão iniciando sua jornada educacional.

Origens étnico-culturais de Dona Francisca na Educação Infantil

Este subitem versará sobre Educação Patrimonial e Geoparque, Patrimônio Gastronômico e o Patrimônio Gastronômico de Dona Francisca, experiências educativas na prática do ensino-aprendizagem a partir da gastronomia regional/local e sobre educação patrimonial e gastronomia, com aromas e sabores transmitidos através das gerações. Estas experiências se deram através de oficinas de Educação Gastronômica e neste item da dissertação serão apresentados a metodologia, as ações e os resultados destes laboratórios.

A Educação Patrimonial consiste em um instrumento de ensino em que o patrimônio cultural é a fonte principal de conhecimento, seja ele de natureza material ou imaterial. A metodologia consiste na realização de ações voltadas à compreensão, reconhecimento e preservação do patrimônio, realizadas por meio da experiência e contato direto com as manifestações culturais. Esse conhecimento crítico sobre o patrimônio é fator primordial para estimular a valorização e o senso de preservação do patrimônio (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999).

A Educação Patrimonial permite que os indivíduos explorem elementos culturais até mesmo desconhecidos por eles, visto que, como a cultura não é estática, muitas simbologias e manifestações culturais acabam desaparecendo ao longo dos anos. Desta forma, ela pode ser utilizada para a redescoberta de elementos culturais não mais presentes no cotidiano das comunidades (Lisboa Filho; Nunes; 2021).

É relevante aludir, no entanto, que os resultados advindos da prática da Educação Patrimonial não são imediatos e a metodologia requer esforços devotados e por um longo prazo. Também é pertinente salientar que, apesar de poder ser realizada com o público de todas as idades, quanto mais cedo a metodologia for desenvolvida, ou seja, desde os primeiros anos de idade dos indivíduos, maiores serão os resultados alcançados. Uma boa estratégia para promover a Educação Patrimonial, capaz de produzir resultados duradouros de comportamento, é a elaboração de ações educativas envolvendo o estímulo de sensibilidades. Por exemplo, envolver e despertar os diferentes sentidos humanos, a imaginação e a criatividade no processo educacional é um exercício a ser seguido.

Para que se possam preservar bens culturais, é necessária a compreensão de como tal elemento é praticado ou utilizado, como os valores e tradições estão sendo transmitidos às novas gerações, quais são as pessoas e grupos sociais que atuam diretamente na manutenção e transmissão destas tradições, além de outros aspectos relacionados à existência dos bens culturais. O primeiro passo, portanto, é conhecer os bens culturais, identificando os principais problemas que a comunidade enfrenta para que ele permaneça vivo ao longo do tempo (IPHAN, 2012).

Um segundo passo para a preservação das memórias e sentidos consiste em registrar e documentar as informações sobre o bem cultural. Significa caracterizar uma manifestação cultural por meio da realização de entrevistas, produção de fotografias, textos, filmagens, entre outros. Este processo é importante visto que, muitas vezes, expressões culturais sofrem modificações ao longo do tempo ou, até mesmo, deixam de existir. Desta forma, manter

documentadas as informações sobre o patrimônio cultural poderão servir como referência do passado para que a comunidade possa compreender o que ela é atualmente (IPHAN, 2012).

Além da preservação dos elementos físicos do patrimônio cultural, há de se acrescentar a preservação dos seus atributos imateriais, ou seja, do significado e valores atrelados ao patrimônio. A preservação e transmissão do seu aspecto intangível para as gerações futuras é uma maneira de manter o patrimônio vivo e valorizado pelas comunidades. Dessa forma:

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema. (Oriá, 2005).

Assim, trabalhar o Patrimônio Cultural dentro das escolas, inseridas dentro de um território Geoparque UNESCO, é extremamente necessário para o fortalecimento das relações dos cidadãos com suas heranças culturais, e assim estabelecer um vínculo com estes bens, com a responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, e desta forma também fortalecer sua prática para a cidadania. As oficinas de gastronomia foram fundamentais para que as crianças da EMEI Dente de Leite conhecessem elementos culinários de seu município e fortalecessem seus vínculos com seu local de origem. A seguir, apresentam-se os laboratórios realizados em sala de aula.

Oficina de Gastronomia Indígena

A primeira oficina realizada foi a de gastronomia indígena. As crianças puderam conhecer elementos da cultura indígena e suas principais manifestações, por meio de roda de conversa, contos, histórias e preparações culinárias de origem indígena. Os alunos puderam compreender que seu município possui raízes dos povos indígenas em sua composição e que suas marcas são presentes até os dias de hoje no cotidiano de seus moradores.

Figura 1 - Culinária Indígena



Fonte: Acervo pessoal de Daffine Natalina Reck, 2022.

Figura 2 - Oficina de Gastronomia dos povos indígenas



Fonte: Acervo pessoal de Daffine Natalina Reck, 2022.

As turmas do Maternal I, Maternal II e Pré A tiveram um momento de confraternização e aprendizado de alguns dos produtos base da culinária indígena, tais como amendoim, milho, mandioca, banana e macela. As receitas feitas com ingredientes de origem indígena são passadas por gerações, caracterizando pratos marcantes e presentes na nossa mesa e que sempre foram a base da alimentação dos povos originários. Trazer isso para a sala de aula foi de extrema importância para a preservação dessa cultura e sua valorização.

O objetivo deste trabalho foi demonstrar que a culinária brasileira teve uma grande influência dos alimentos que eram consumidos pelos indígenas antes mesmo da chegada dos

colonizadores europeus e evidenciar que hábitos alimentares desses povos permaneceram inalterados com o passar do tempo. Mesmo que as crianças sejam pequenas, podem entender e respeitar as diferentes culturas e entendê-las como importantes para a composição dos hábitos culinários de suas famílias.

Oficina de Culinária Africana

Após isso, estudou-se a culinária africana. As crianças puderam compreender que os africanos e seus descendentes trouxeram uma contribuição muito grande para a gastronomia do Brasil e também de nosso município. A culinária afro-brasileira tem sua origem com a chegada dos negros escravizados à colônia. Os africanos escravizados tiveram que recriar seus quitutes com os ingredientes locais. Assim, na oficina de gastronomia afro, as crianças confeccionaram com a ajuda da professora um bolo de milho ou fubá, típico da culinária africana.

Figura 3 - Bolo de milho confeccionado com as crianças



Fonte: Acervo pessoal de Daffine Natalina Reck, 2022.

Os principais pratos de origem africana foram apresentados para as crianças, tais como a canjica e a feijoada. Entender que o município de Dona Francisca também tem contribuições dos povos africanos é romper preconceitos e manter viva a cultura destes.

Os pratos típicos que mais se destacam na Comunidade Quilombola Acácio Flores são a feijoada, o bolo de milho, a canjica com feijão, o chamado “beliscão”, conforme percebido durante a entrevista com o representante da comunidade.

Oficina de Culinária Alemã

Também se trabalhou com a gastronomia alemã, onde as crianças de dois a cinco anos auxiliaram na produção da cuca. A gastronomia é uma das principais formas de divulgação da cultura e da história de um povo. Os hábitos culinários dos descendentes dos alemães foram trabalhados com as crianças, que os entenderam como herança deixada por esse povo.

Após apresentar aos alunos os principais elementos e produtos da culinária alemã, partiu-se para o preparo da cuca alemã, onde os pequenos puderam “colocar a mão na massa” e aprender na prática como se fabrica um alimento de origem alemã. Depois da produção, as crianças reuniram-se com as professoras e saborearam a cuca e a linguiça alemã.

Os pratos típicos que mais se destacam na culinária alemã são a cuca recheada, a linguiça cozida, a rosca de polvilho, a carne de porco, juntamente com a banha, entre outros.

Figura 4 - Confecção da Cuca Alemã



Fonte: Acervo pessoal de Daffine Natalina Reck, 2022.

Figura 5 - Mesa de degustação da Culinária Alemã: Cuca e linguiça cozida na água



Fonte: Acervo pessoal de Daffine Natalina Reck, 2022.

Oficina de Culinária Italiana

A culinária italiana também foi colocada em destaque, com a apresentação dos produtos e pratos de origem italiana e confecção da tradicional polenta, junto com as crianças e sua posterior degustação. Salienta-se que a polenta vai ser produzida com farinha de milho a partir dos europeus que quando chegam à América levam para a Europa o milho. Assim, no norte da Itália começam a produzir a polenta de farinha de milho substituindo a farinha de trigo e/ou aveia. Ou seja, a polenta, é uma mescla de uma cultura indígena da América Central com a europeia. Os pratos de origem italiana que mais se destacam são as massas, fortaia, salame, polenta (com as adaptações e miscigenações que a receita sofreu), entre outros.

Figura 6 - Oficina de Culinária Italiana, polenta



Fonte: Acervo pessoal de Daffine Natalina Reck, 2022.

Figura 7 - Degustação da polenta



Fonte: Acervo pessoal de Daffine Natalina Reck, 2022.

Ao se realizar oficinas culinárias com as crianças da Escola de Educação Infantil Dente de Leite Professora Ivani Lourdes Barchet Tessele, abordou-se a importância de se conhecer os elementos da alimentação das etnias que formaram o município de Dona Francisca e que estão presentes na vida de seus moradores até os dias atuais. Estes laboratórios ocorreram

paralelamente à pesquisa das receitas nas comunidades e colaboraram para a prática da educação patrimonial.

A Educação Patrimonial tem um papel importante no processo de preservação e valorização da memória e das referências culturais, pois ela ultrapassa as usuais abordagens acerca da preservação do patrimônio. Suas ações educativas admitem construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre o patrimônio e as pessoas, com o estabelecimento de relações efetivas de conhecimento e, por conseguinte, de preservação das suas memórias e das suas práticas culturais.

Considerações finais

Trazer a educação patrimonial como base desde a educação infantil possibilita que os indivíduos sejam capazes de conhecer o mundo que os rodeia. Ao se realizar oficinas culinárias com as crianças, abordou-se a importância de se conhecer os elementos da alimentação das etnias que formaram o município de Dona Francisca e que estão presentes na vida de seus moradores até os dias atuais. Com o desenvolver do presente trabalho, se trás a outros profissionais da Educação Infantil exemplos de atividades a serem trabalhadas em sala de aula. À comunidade científica o trabalho comunica possibilidades de se trabalhar “História, memória e poder” com crianças que estão iniciando sua jornada educacional.

Para avaliação das práticas, têm-se as seguintes questões:

1. O que aprender sobre patrimônio culinário auxilia na construção dos territórios e ressignificação do turismo e desenvolvimento regional? - conhecimento e divulgação da gastronomia de Dona Francisca em suas mais diversas etnias.
2. Como as crianças exploram os ingredientes e os utensílios? Tocam? Cheiram? Querem experimentar? Elas os reconhecem? Manipulam-nos com autonomia? Participam do preparo da receita? De qual etapa gostam mais? As receitas lhes trazem sentimentos de memória e identidade?
3. Quais estratégias utilizam para classificar os ingredientes e os utensílios? Quais semelhanças e diferenças identificam entre eles quanto à cor, ao formato, à função, à quantidade etc.?
4. A produção culinária foi produtiva? Quais foram os resultados? o que a criança aprendeu? O que significou? O processo auxiliou na concepção do patrimônio gastronômico enquanto produto turístico e passível de geração de renda para o território?

Os laboratórios gastronômicos das origens culinárias de Dona Francisca, município da Quarta Colônia, RS e a elaboração da avaliação dessas práticas colaboram para que os lugares

de memória gastronômicos de todas as etnias do município sejam considerados como importantes e dignos de preservação e patrimonialização.

Referências

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia da fragmentação à integração**. 2011. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

BOTELHO, Raquel Braz Assunção. **Culinária Regional: o Nordeste e a Alimentação Saudável**. 2006. 192 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, DF, 2006.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Educação Patrimonial e Sociedade**. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN, n. 03, jan – fev. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

CASTRO, E. DE.; FERNANDES, G. P.; FIRMINO, G. **Os geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial**. Disponível em: <http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2369>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

CERETA, Caroline Ciliane. **As representações sociais nas festas de padroeiros da Quarta Colônia/RS**. 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

CORNER, D. M. R. “**A Gastronomia como atrativo no Turismo Cultural**”. In VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul, RS, 2006. <https://www.geoparquequartacolonia.com.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

LISBOA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

LISBOA FILHO, F. F. Geoparque Quarta Colônia (informação verbal). **Terceiro Encontro da III Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores em Educação Patrimonial**. Universidade Federal de Santa Maria, Canal Geoparque Quarta Colônia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KXzfjbCkXOM>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em <http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

ST 18 – POLÍTICA E SOCIEDADE NO IMPÉRIO DO BRASIL – SÉCULO XIX

Coordenado por Prof. Dr. André Átila Fertig
e Prof. Me. Luciano Nunes Viçosa de Souza

Quando “Minerva baixou do Olimpo”³⁴⁷: o governo regencial, as reformas militares e a organização do Exército na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

GRÜNDLING, Guilherme de Mattos
Doutorando UFRJ
CAPES, demattosgrundling@gmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar a estratégia militar e política colocada em prática durante os primeiros anos da Regência (1831-1835), no que diz respeito à organização do Exército imperial. O processo que desencadeou a Abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831, tem sido retratado pela historiografia como um período de grande insubordinação nas forças militares. Para conter a violência das manifestações e para impedir a quebra de hierarquia social, o governo regencial resolveu implementar reformas que modificaram a organização do Exército, forças de 1ª e 2ª linhas. Diante dessa conjuntura histórica, busca-se entender de que forma o Exército estava estruturado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o impacto que as mudanças ocasionaram na oficialidade e na tropa. A ideia é relacionar aspectos gerais e específicos que esse conjunto de reformas promoveu na estrutura das forças militares posicionadas no Rio Grande do Sul. O estudo se justifica na medida que visa contribuir com uma pesquisa empírica e acadêmica sobre a organização do Exército imperial em uma província de fronteira, que vivenciou diversos conflitos bélicos. Finalmente, vale destacar que esse estudo tem como origem o projeto de pesquisa de doutorado, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, intitulado: *Guerra, Política e Relações de Poder: a trajetória de Manoel Luís Osório (1808-1879)*.

Palavras-chave: Brasil Império; Exército; Rio Grande do Sul.

Introdução

O objetivo deste texto é analisar a estratégia militar e política posta em prática durante os primeiros anos da Regência, no que diz respeito à organização do Exército Imperial. Desde a Abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, as forças militares estiveram no cerne da insubordinação que marcaram o período.³⁴⁸ Para conter a violência das manifestações e para impedir a quebra de hierarquia social, o governo regencial resolveu implementar reformas que modificaram a estrutura do Exército, forças de 1ª e 2ª linhas. O período regencial ficou marcado por essas mudanças e transformações, *O Laboratório da Nação*, como sugeriu Ilmar de Mattos (1990).

Em grande parte do Império, o clima era de grande instabilidade e tensão. Manifestações nas ruas eram convocadas por facções e por “sociedades secretas”, que procuravam ecoar suas

³⁴⁷ A expressão foi expressada por Manoel Luís Osório em 1835. Referia-se metaforicamente a Minerva, Deusa das artes, da sabedoria e da guerra, conforme a mitologia romana. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architectonico* (...). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p.630-632. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445> Acesso em: 20 de maio de 2022.

³⁴⁸ Após a abdicação de d. Pedro I, o Império ficou sob comando de uma regência provisória formada por Francisco de Lima e Silva, o senador Nicolau Pereira da Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas.

ideias políticas através da imprensa, panfletos e folhetins (Lustosa, 2000; Alves, 1995; Sodré, 1983).³⁴⁹ Os grupos articulavam ideias nas sociedades políticas e as expressavam nos jornais, a despeito do amplo analfabetismo da população no século XIX. No Rio Grande do Sul era possível notar a formação de uma pequena “cultura letrada”, principalmente em núcleos urbanos (Chartier, 2001, p. 122-123).³⁵⁰ Diante da ampliação do debate público, as medidas tomadas pelo governo regencial causaram reações diversas. Cada província possuía seus próprios condicionantes. No caso do Rio Grande do Sul, província situada em uma ampla fronteira, limítrofe entre Estados Nacionais independentes, o vasto histórico de conflitos certamente influenciou nas decisões da Coroa em relação àquele território (Guazzelli, 1998).

O processo de Independência do Brasil havia gerado um sentimento contrário à presença de portugueses no território brasileiro. Tudo ficou ainda mais sensível entre brasileiros e portugueses com a Abdicação. “Num contexto em que ambos os lados promoviam manifestações”, o que acontecia com certa frequência no período. Motins eram vistos quase cotidianamente na Corte e nas províncias (Souza, 2008, p. 177-183). O cenário sedicioso era semelhante em algumas localidades do Rio Grande do Sul. A iminência de uma revolta na província certamente interferia nas escolhas políticas e no relacionamento entre comandantes e praças do Exército.

Diante dessa conjuntura histórica, busca-se entender de que forma o Exército esteve organizado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o impacto que as mudanças ocasionaram na oficialidade e na tropa. Ainda mais considerando que essa era uma província de fronteira, que desde o século XVIII vivenciou diversos conflitos bélicos. Portanto, essa conjuntura ficou marcada por uma grande política de reformas implementadas pelo governo regencial, devido à crescente politização das tropas do Exército e à forte reação a esse conjunto de reformas em grande parte do Império do Brasil (Rodrigues, 2000, p. 100-113).³⁵¹

³⁴⁹ Nas primeiras décadas do século XIX o surgimento e o desenvolvimento da imprensa contribuíram para intensificar a atividade política, especialmente, durante o período regencial. Nesse período circularam diferentes periódicos, com destaque para a vila de Rio Grande, que, ao mesmo tempo, tinha a publicação dos seguintes: o *Propagador da Indústria Rio-grandense*, o *Noticiador*, o *Observador* e a *Folha Mercantil da Vila de Rio Grande do Sul na Província de São Pedro*.

³⁵⁰ O desenvolvimento de práticas de leitura e escrita de textos ao longo do século XIX, criou uma nova forma de sociabilidade nas cidades oitocentistas. Essa combinação dava-se, para o historiador Roger Chartier, através da relação, por exemplo, entre os cafés e os jornais. Segundo ele, talvez “seja porque o jornal publica discussões, imaginárias ou reais, que se desenrolam no café ou porque o conteúdo do jornal alimenta as discussões que ocorrem nos cafés”. Parte de uma cultura de Corte, os “cafés” poderiam ser substituídos, tratando-se do personagem em questão e do ambiente rudimentar da província de São Pedro, por bares ou tabernas.

³⁵¹ A lei promulgada em 7 de novembro de 1831, por exemplo, que pretendia estabelecer o fim do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil, gerou consequências diretas nas províncias. Além do significado antiescravagista e da representação da autonomia administrativa do Brasil, resultado de anos de luta e resistência, a lei foi considerada como uma expressão política da facção moderada, que naquela conjuntura assumia o controle da regência.

A organização do Exército

No princípio de 1831, na Corte do Império, o clima de tensão alimentava as perseguições políticas entre as forças militares, fazendo crescer os rumores de que poderia haver uma restauração do poder pelos portugueses, partindo de setores de comando do Exército. Os liberais procuraram difundir essa notícia nas províncias, aumentando a tensão em relação a uma possível restauração do poder de d. Pedro, para legitimar medidas contrárias aos restauradores.³⁵²

Naquele período, o Exército no Rio Grande do Sul estava organizado em três regimentos de cavalaria, um batalhão de caçadores e um de artilharia. Grande parte do efetivo foi posicionado próximo à fronteira, com exceção de alguns oficiais e praças que foram designados para guarnecer a capital Porto Alegre.³⁵³ Os demais foram posicionados em regiões estratégicas: o 2º Regimento de Cavalaria em Bagé; o 3º Regimento de Cavalaria em São Gabriel; o 4º Regimento de Cavalaria em Jaguarão; o 1º Corpo de Artilharia em Rio Pardo e o 8º Batalhão de Caçadores em São Borja (Varela, 1915, p. 694).

Segundo dados apresentados por Ernesto Seidl, “entre 1822 e 1860, 50,42% dos generais do Exército eram estrangeiros. A título de comparação, entre 1861 e 1889, este percentual caiu para 12,50%” (Seidl, 1838). Essa forte presença de estrangeiros no topo da hierarquia do Exército reforçava os temores de uma possível restauração do poder do primeiro imperador. O quadro hierárquico do Estado-Maior do Exército estava organizado do seguinte modo (em ordem crescente): em brigadeiro, marechal-de-campo, tenente-general e marechal-do-exército (Souza, 2008, p. 573-574).

Conforme o relatório do ministro da Guerra, publicado no ano de 1833, entre os quatro tenentes-generais então existentes, apenas um era português de origem. Os outros três eram nascidos no Brasil. Existiam oito marechais-de-campo, mas entre eles a lógica era a inversa, apenas um era nascido no Brasil e os demais portugueses de origem.³⁵⁴ Entre os brigadeiros, porém, o cenário se mostrava ainda mais complexo, porque existiam vinte e cinco brigadeiros no total. Nove brigadeiros eram nascidos em Portugal, oito no Brasil, um na França e um na

³⁵² O cenário se manteve até 24 de setembro de 1834, quando d. Pedro I morreu em Portugal. A partir de então os liberais não tinham mais o argumento de que o antigo monarca poderia reassumir o poder no Brasil. Então, a situação modificou-se com a redistribuição de forças políticas.

³⁵³ Não foi possível definir o número preciso de praças e de oficiais de postos inferiores (primeiro-sargento, segundo-sargento e furriel) e baionetas (cabo, anseçada e soldado) que faziam parte desses regimentos. É preciso dizer que em tempos de guerra o número de soldados era muito maior do que em períodos sem guerra, devido aos recrutamentos que a população era submetida.

³⁵⁴ O único brasileiro era o marechal Sebastião Barreto, nascido em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Era um dos representantes do partido restaurador na província, mantendo-se “fiel à causa imperial”. Típico senhor-guerreiro, Sebastião era também proprietário de terras no Brasil e no Uruguai.

Cisplatina, atual Uruguai. Dessa amostragem, não foi possível confirmar a naturalidade de seis brigadeiros do Exército.³⁵⁵

A nacionalidade dessa geração é um assunto delicado. Todos nasceram antes de 1822, assim, pode-se dizer que eram todos portugueses. Contudo, nesta questão se está levando em consideração o local de nascimento. Sendo assim, seriam oficiais brasileiros, por exemplo, aqueles nascidos no Brasil. Em 1833, somando o número de brigadeiros, marechais-de-campo e tenentes-generais, existiam 31 oficiais no Estado-Maior do Exército. A partir de dados do relatório do Ministério da Guerra foi possível perceber que, entre os 31 oficiais do Estado-Maior, cerca de dezenove eram estrangeiros (17 portugueses, 1 francês e 1 uruguaio) e doze brasileiros.³⁵⁶

De fato, o Exército apresentava um número de oficiais estrangeiros superior ao de brasileiros. Durante o ano de 1833, a presença de estrangeiros era inclusive superior à média apresentada entre os anos de 1822-1860. Nas décadas seguintes, essa configuração mudou profundamente. Portanto, é inegável a influência que os oficiais portugueses exerciam no Exército brasileiro na década de 1830. Até porque muitos desses oficiais eram filhos de portugueses de origem. Mesmo quando nascidos no Brasil, esses homens acumulavam longas listas de serviços prestados à monarquia portuguesa. Conforme constatou Seidl – a partir das fés-de-ofício e dos processos de reconhecimento de cadetes, fontes disponíveis no Arquivo do Exército – quase 90% dos generais gaúchos entre 1822-1853 eram filhos de oficiais superiores das tropas de 1ª ou 2ª linhas (Seidl, 1999, p. 61-68).³⁵⁷

Os oficiais dessa geração aproveitaram-se da vinculação de seus pais nas forças militares para encaminharem suas carreiras. Conforme destacou Adriana Barreto de Souza: “a essa geração, nascida na primeira década do século XIX, caberia consolidar os princípios que seus pais lutavam por preservar” (Souza, 2008, p. 228). A situação política daquele período, porém, era de ruptura com o modelo da antiga metrópole. Além disso, o Exército era constantemente criticado pelos liberais moderados que assumiram o controle do governo regencial.

³⁵⁵ Fiz a opção de não incluir no gráfico os casos de oficiais cuja naturalidade não foi identificada.

³⁵⁶ Essas informações foram compiladas das seguintes fontes: Biblioteca Nacional – (BN)- Relatório da Administração do Ministério da Guerra. Sessão de 1833. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1833_00007.pdf Acesso em: 12 de julho de 2023; BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. Coletânea de informações: Joaquim Norberto Xavier de Brito. Brasília, DF, 2019; Arquivos disponíveis na Seção de Museu. LAGO, Laurênio. Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos 1808 – 1831. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.

³⁵⁷ Entre 1854-1889, cerca de 80% dos generais gaúchos eram filhos de oficiais superiores. Ou seja, a configuração se manteve sem grande alteração até o fim do Império.

Na imprensa liberal, sobretudo, a manutenção de um Exército robusto era amplamente repudiada. No *Aurora Fluminense*, por exemplo, em edição publicada no dia 2 de julho de 1834, era traçado um paralelo entre o Brasil e os países do Rio da Prata. Segundo o jornal, nos Estados platinos “a preponderância militar” havia “eternizado as guerras e levado os países a tal ponto que tudo quanto não diz respeito a força armada é tido como secundário e menos importante”. A crítica era direcionada à manutenção de um Exército regular, visto como algo “extremamente oneroso à Nação” em consequência “da imensa oficialidade com que D. Pedro nos aquinhoou” (Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político Literário (RJ) – 1827-1839*. N.º 917, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1834, p. 1).

Desde 1831, a regência adotou uma política de redução do efetivo do Exército. Em 1832, o então ministro da Guerra coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva – futuro barão de Suruí e tio do também futuro duque de Caxias – encaminhou para a Câmara de Deputados uma proposta que determinava a redução considerável dos efetivos do Exército. Entre 1831 e 1837, segundo estimativa, o número de praças passou de 12.200 para 6.320 homens. Essa redução do efetivo foi de fato bastante significativa (Schulz, 1994, p. 216).³⁵⁸ Contudo, “apesar de toda a redução do Exército”, a despesa com a pasta da guerra havia crescido entre o período de 1832-1833, devido à quantidade de oficiais em seus quadros (Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital – *A Aurora Fluminense: Jornal Político Literário (RJ) – 1827-1839*. N.º 917, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1834, p. 1.).

Em 1831, quando o governo regencial iniciou a desmobilização dos efetivos de 1ª linha, o então presidente do Rio Grande do Sul – Manoel Antônio Galvão – assinalou em seu relatório a existência de 662 praças na província (Biblioteca Nacional (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS)*, 1831, p. 7).

O principal temor das autoridades em relação ao monopólio do uso da força pelas tropas do Exército era de uma revolta partindo da tropa. Para compreender esse medo, é preciso saber que os postos mais baixos do Exército eram formados por *baionetas* – soldado, anspeçada e cabo – e por *oficiais inferiores* – furriel, segundo-sargento e primeiro-sargento (Souza, 2008, p. 573-574).³⁵⁹ Em grande parte, esses postos eram desempenhados por homens livres e pobres, brancos, pretos e pardos nascidos no Brasil, “sem nenhuma qualificação profissional” (Ribeiro, 2001, p. 43). Sendo assim, o que motivava o temor das autoridades regenciais era o risco de uma rebelião armada feita por essa população.

³⁵⁸ Nos anos seguintes, porém, em novo período de guerra, os efetivos tornariam a aumentar.

³⁵⁹ Em seu estudo foi apresentado entre os anexos, dois quadros hierárquicos do Exército português e brasileiro, respectivamente de 1816 e de 1831.

De acordo com o decreto publicado em 4 de maio de 1831, o quadro hierárquico do Exército brasileiro manteve uma estrutura semelhante ao quadro anterior de 1816.³⁶⁰ Nessa perspectiva, existiam ainda outras duas subdivisões de oficiais, os *subalternos* – segundo-tenente, primeiro-tenente e capitão – e os oficiais *superiores* – major, tenente-coronel e coronel (Souza, 2008, p. 573-574). Foi pensando nisso que possivelmente o governo regencial conduziu uma política de redução de praças do Exército na província de São Pedro.

Para além dos limites impostos pela hierarquia, existia o convívio entre oficiais e praças. A depender dos contornos políticos, essa convivência poderia ser bastante conturbada. Isso tudo se tornava ainda mais intenso em momento de grande politização das tropas. Analisando a documentação oficial, as tropas regulares eram esvaziadas no Rio Grande do Sul desde 1829. Naquele ano, os corpos do Exército que haviam sido destacados de outras províncias para atuar na Guerra da Cisplatina (1825-1828), finalmente começaram a retornar aos locais de origem (Biblioteca Nacional (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) – 1830-1889*, ano 1831, p. 7.).

Em publicação clássica sobre a organização das forças militares brasileiras, de 1922, Gustavo Barroso – na época diretor do Museu Histórico Nacional – assinalou que as mudanças implementadas pelo governo regencial tinham relação com o número insuficiente de praças de alguns batalhões e companhias do Exército. A afirmação não estava totalmente incorreta, existia à época um déficit no efetivo do Exército (Barroso, 1922, p. 39-40).³⁶¹ Contudo, talvez a grande politização, o medo de uma sedição armada da tropa e o alto custo de sua manutenção preocupassem ainda mais o governo, motivando a redução dos efetivos (Barroso, 1922, p. 39-40). Essa interpretação foi compartilhada entre diferentes historiadores (Costa, 1996, p. 43-46).³⁶² A reforma poderia ainda ser uma tentativa de resposta do governo aos movimentos que tomaram as ruas da Corte no contexto anterior à Abdicação, mas também em relação aos meses seguintes, com motins organizados sob liderança dos liberais exaltados. Ou ainda, como observou Souza (2008), parte da política descentralizadora dos liberais, também muito

³⁶⁰ A exceção estava em três postos, dois de oficiais subalternos – eram eliminados os postos de alferes e tenente e adicionados os postos de segundo-tenente e primeiro-tenente. A outra modificação era entre os oficiais superiores – era eliminado o posto de sargento-mor e adicionado o posto de major.

³⁶¹ “A imperial guarda de honra, o batalhão do imperador, o 2º e 3º de granadeiros, o 10º, 11º, 27º e 28º de caçadores, e outros não possuíam efetivo suficiente”.

³⁶² Para Wilma Peres Costa, por exemplo, o caráter sedicioso apresentado pela tropa, assim como a feição republicana que tinha entre o efetivo, foram assinaladas para justificar a reformulação do Exército no período regencial. Adriana Barreto de Souza, em contrapartida, salientou que as manifestações e conflitos de rua não explicavam a política de redução do Exército, ainda que não possam ser subestimados.

preocupados com a possibilidade de um possível retorno de d. Pedro (Atas da Câmara dos Deputados. Sessão de 16 de julho de 1831).³⁶³

A reação às reformas

Como tudo indicava, as manifestações contrárias ao conjunto de reformas partiram de dentro das tropas. Nesse sentido, o temor do governo imperial era que a sedição militar vivenciada na Corte se repetisse em outras províncias (Souza, 2008). Diante dessas condições, vale salientar que o cenário da província de São Pedro não demorou muito para se tornar incendiário. Em uma sociedade marcada pela escravidão (Mattos, 1990, p. 117-201)³⁶⁴ era grande a preocupação das autoridades em relação à possibilidade de união entre escravizados e indivíduos livres e/ou libertos, mas sem posse, que de forma sazonal movimentavam-se em busca de trabalho (Mugge, 2018, p. 137).³⁶⁵ Na província do Rio Grande do Sul, predominantemente rural, as oportunidades de serviço destinados aos homens livres e libertos também dependiam da política, por exemplo, de relacionamentos com criadores de gado e com estancieiros (Mugge, 2018, p. 138).³⁶⁶ Os “andarilhos, tropeiros, roceiros”, como forma de fugir ao recrutamento forçado do Exército regular, tinham de evitar o enquadramento social e a discriminação enquanto vagabundos, “vadios, desocupados ou ociosos” (Dias, 1998, p. 57-72). Em sua maioria, esses indivíduos geralmente acabavam recrutados às forças militares de 1ª ou 2ª linhas, por necessidade do próprio Império em fiscalizar a fronteira e/ou cerrar fileiras em conflitos (Fertig, 2003, p. 55).³⁶⁷

³⁶³ Atas da Câmara dos Deputados. Sessão de 16 de julho de 1831. In: CALDEIRA, Jorge (Org.) Diogo Antônio Feijó. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999, p.76. Naqueles dias, diversas guarnições do Rio de Janeiro se levantaram contra o governo. A respeito desses eventos sediciosos das tropas do Exército, o ministro da justiça Padre Diogo Antônio Feijó destacou: “a insubordinação de uma parte do corpo da polícia deu ocasião a reunir-se a tropa toda da capital no Campo de Honra, onde até hoje se conserva e consta que dirigem ao governo exigências extraordinárias. A cidade está submergida no terror”.

³⁶⁴ Para Ilmar de Mattos, os conceitos de liberdade e de propriedade balizavam a sociedade imperial. Nessa perspectiva, considerando os critérios censitários que organizavam a sociedade política, os escravizados eram tidos como “inimigos”. A hierarquia social, portanto, estaria estruturada em três níveis: cidadãos, não-cidadãos e escravizados. O principal ponto convergente entre a elite dirigente imperial, assim, seria a manutenção da distinção entre esses três grupos.

³⁶⁵ Através de informações sobre as ocupações presentes nas listas de qualificações da Guardas Nacionais, entre 1850-1873, Miqueias Mugge atestou cerca de 140 tipologias ocupacionais de uma amostra de 28 mil homens. Conforme o autor, esse seria “um retrato dos trabalhadores livres (e libertos!) e cidadãos do Império durante a segunda metade do século XIX”. Esse era um “sistema híbrido de trabalho, que envolvia diferentes formas de remuneração aos livres e, em boa medida, também formas de trabalho compulsório”.

³⁶⁶ Entre as ocupações ligadas ao mundo rural, constatou-se uma “massa de trabalhadores sem especialização, que poderiam prestar serviços temporários em virtude de uma boa colheita ou da época de castrar ou marcar gado nas estâncias”.

³⁶⁷ Conforme assinalou o autor, essa linguagem era “utilizada pelos oficiais encarregados do recrutamento e qualificação, os que eram excluídos da Guarda Nacional mereciam rótulos pejorativos, sendo denominados de vadios, turbulentos, vagabundos”. A manutenção da ordem era essencial, ainda mais se tratando de uma sociedade escravista. O processo de qualificação da Guarda Nacional talvez tenha intensificado o processo de hierarquização,

No entanto, em contexto de grande politização das tropas e da implementação da política de redução dos efetivos do Exército, tais indivíduos ofereciam grande perigo à estabilidade do Império. Geralmente eram cooptados a formar bandos armados na fronteira. Dessa maneira, a preocupação das autoridades imperiais com a ideia de manter a ordem, com medo da “anarquia” e com a grande rivalidade entre “proprietários e despossuídos” promoveu a organização da Guarda Nacional. Essa força formada por cidadãos não tinha o viés de “substituir o Exército, pois era uma força auxiliar, mas sim o de mobilizar os cidadãos na defesa da unidade, da ordem e da tranquilidade pública do Império. Era formada por cidadãos eleitores e, assim, participantes da vida política do Brasil” (Ribeiro, 2001, p. 43). É preciso entender que a lei de criação da Guarda Nacional tinha como principal intenção esse controle sobre a ordem: organizar os cidadãos em armas para defender a “ordem interna, até porque ela só era auxiliar nas questões externas, mas principal na resolução dos problemas internos” (Ribeiro, 2001, p. 43-49). Para Souza:

A ideia de armar civis e organizá-los em uma instituição paramilitar nacional é parte dos princípios dos liberais, moderados ou exaltados. A princípio, a Guarda Nacional era considerada uma força democrática e popular – ‘o povo em armas’.³⁶⁸ Essa imagem se deve ao caráter eletivo de seus postos, preenchidos por meio de escrutínio individual e secreto. Submetida à outra instituição liberal – o juiz de paz –, ela ficava caracterizada como uma milícia de cidadãos proprietários, estruturada em desafio à oposição tradicional do imperador como chefe militar (Souza, 2008, p. 209).

Por essa razão, é possível afirmar que as principais mudanças implementadas pelo governo regencial, a partir de 1831, impactavam de alguma forma as forças militares. A redução do efetivo do Exército, o fim das Milícias (antigas forças de 2ª linha) e a criação da Guarda Nacional, por exemplo, produziram transformações mais profundas do que uma simples troca de nomenclatura das forças militares. As mudanças passaram a ser vistas como fonte de instabilidade política para o governo regencial, pois rompiam com a estrutura de comando previamente estabelecida nas províncias (Miranda, 2006, p. 248).³⁶⁹

Diante disso, é possível imaginar o nível de tensão à ordem, a qualquer sinal de insubordinação nas tropas de linha. Sob ameaças de rebeliões e motins nas ruas da corte e nas províncias, uma parte da sociedade foi convencida de que era necessário a “subordinação do

classificação e exclusão social de indivíduos considerados “indesejáveis”, “configurando-se em poderoso instrumento de controle social, principalmente sobre as camadas mais pobres da sociedade”.

³⁶⁸ Expressão presente no texto clássico: CASTRO, Jeanne B. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 24.

³⁶⁹ Segundo Miranda: “[...] as reformas empreendidas pela regência determinando a desestruturação de uma instituição importante como as Milícias e a redução dos efetivos militares, agravam a situação alimentando o provincialismo e tornando a província mais suscetível às ideias radicais que eram propagadas a partir dos Estados vizinhos”.

poder militar ao civil” (Ribeiro, 2001). Essa interpretação em relação à política militar desenvolvida na regência, à primeira vista, pode parecer contraditória, porque a desmobilização das tropas do Exército apontava para uma postura antimilitar daqueles que compunham o governo regencial. Porém, essa oposição entre civis e militares, ao menos naquela conjuntura, não estava plenamente estabelecida. É preciso destacar que o oficial general Francisco de Lima e Silva – pai do futuro duque de Caxias – foi um dos regentes que assinou as leis que reduziam os efetivos do Exército. Isso reforça a interpretação de que não existia no período uma oposição definida entre “militares” e “civis”. Ao contrário, somente anos depois essa oposição se tornaria uma realidade no Exército. “A contrapartida a um Exército reduzido foi a formação da Guarda Nacional” (Souza, 2008, p. 207-208).³⁷⁰

Considerações finais

Portanto, a criação da Guarda Nacional foi vista como um artifício essencial para o controle de distúrbios internos e uma alternativa para deter “o carro da revolução” (Morel, 2003, p. 20-21).³⁷¹ Essa crença tinha relação com o critério socioeconômico previsto no recrutamento dos guardas, que deveriam apresentar uma renda anual mínima de 200\$000 réis. Algo diferente do que era visto no Exército, que recrutava pretos, pardos, desertores ou livres e brancos extremamente pobres, indivíduos socialmente considerados “indesejados” àquela sociedade. Vale destacar, porém, que a renda mínima para fazer parte da Guarda Nacional era possível de ser alcançada, a título de exemplo, por artesãos, balconistas ou “assalariados livres” em geral. “Aceitá-los na guarda era, na verdade, um modo de destacar a diferença que havia entre eles e a ‘escória’ da população”. Afinal, eram eles eleitores, “pertenciam à sociedade política e não poderiam se omitir ou, como ocorria em alguns casos, se juntar nas ruas”, promover desordens e tumultos, assim como ‘bandos de malfeitores” (Souza, 2008, p. 191-192).

Por essa razão, vale destacar que a Guarda Nacional foi criada para assegurar a “tranquilidade pública” nas províncias. No entanto, as mudanças na organização das forças militares causaram reações, manifestações e protestos em relação ao governo regencial em algumas localidades, como: Porto Alegre, Cachoeira e Rio Pardo (Klafke, 2013, p. 9). Em parte, o problema residia na exclusão das Milícias como força de segunda linha. Os comandantes milicianos sentiam-se desfavorecidos com a medida, pois perdiam o poder de formar tropas,

³⁷⁰ Para Souza: “essa distinção será resultado exatamente do processo de profissionalização do Exército(...)”.

³⁷¹ A expressão “parar o carro da revolução” foi utilizada pelo político Bernardo Pereira de Vasconcelos, em referência ao temor que existiu no período regencial em relação ao conjunto de mudanças que se impuseram à sociedade.

angariar recursos para armar e equipar homens para a guerra.³⁷² A escolha dos oficiais da Guarda Nacional era feita por meio de eleição, sendo o processo submetido a uma autoridade civil, os juízes de paz (Ribeiro, 2001, p. 56).³⁷³

Isso não quer dizer que os comandantes milicianos aceitaram sem reação essa nova configuração política.³⁷⁴ Para se ter uma ideia, em alguns locais do Rio Grande do Sul a Guarda Nacional somente foi organizada em 1835. Em Alegrete, por exemplo, os oficiais milicianos criaram diversos empecilhos durante o processo de qualificação dos guardas. O coronel e comandante responsável pela Milícia em Alegrete era o coronel Bento Manuel Ribeiro. De forma efetiva, a Milícia somente foi totalmente extinta e a Guarda Nacional organizada quando Bento Manuel Ribeiro foi destituído do comando da fronteira de Alegrete (Ribeiro, 2001, p. 147-153).

A historiografia assinalou inclusive que a modificação das forças militares de 2ª linha foi um dos motivos que deram corpo à revolta farroupilha (Mugge, 2016). Em um primeiro momento, a guarda não foi bem recebida entre os comandantes de tropas da província de São Pedro. A criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, tinha como contrapartida a desorganização das Milícias e a redução dos efetivos do Exército. Esse processo foi bastante demorado em algumas localidades em que os principais representantes eram avessos à proposta. Com o passar do tempo, porém, fazer parte das guardas se tornou objeto de desejo entre os cidadãos da província, em especial, tratando-se da alta oficialidade. A partir de então, caberia aos Guardas Nacionais a efetividade da segurança interna e o auxílio as tropas regulares em caso de conflito externo (Ribeiro, 2001; Fertig, 2003; Farinatti, 2007; Cristillino, 2010; Mugge, 2016).

Referências

Fontes

Arquivos disponíveis na Seção de Museu. LAGO, Laurênio. **Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos 1808 – 1831**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.

³⁷² Esses eram mecanismos que retroalimentavam o prestígio social dos comandantes milicianos.

³⁷³ “Eleitos os oficiais, Sargentos e Furriéis, estes deveriam se reunir para escolher o Tenente-coronel Chefe de batalhão, o Major, o Ajudante de batalhão e o Alferes Porta-bandeira. Dizia a lei ainda, que qualquer reclamação referente ao não cumprimento da sistemática deveria ser encaminhada ao Júri de Revista. Os outros postos, como Coronéis Chefes de Legião e os Majores de Legião, eram nomeados pelos governos das Províncias, enquanto os de Quartéis-mestres e os Cirurgiões-mor de Legião eram escolhidos pelo governo do Império e pelos Presidentes em Conselhos nas Províncias a partir das propostas dos Chefes de Legião. A lei vedava que qualquer oficial do Exército ou da Armada, em atividade de serviço, fosse nomeado oficial ou Comandante Superior das Guardas Nacionais em serviço ordinário”. Ver: Lei de 18/8/1831, artigos 51º, 52º, 54º, 55º, 56º e 64º – CLI 1830-1831, p.61-66.

³⁷⁴ No Rio Grande do Sul o efetivo das Milícias chegou a ser quase três vezes superior ao do Exército de linha.

Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca Digital – **A Aurora Fluminense: Jornal Político Literário (RJ) – 1827-1839**. N.º 917, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1834, p.1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706795&Pesq=Ex%c3%a9rcito&pagfis=4007> Acesso em: 10 de julho de 2023.

Biblioteca Nacional – (BN)- Relatório da Administração do Ministério da Guerra. Sessão de 1833. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1833_00007.pdf Acesso em: 12 de julho de 2023.

Biblioteca Nacional (BN) – *Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS)*, 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pesq&pagfis=16> Acesso em 22/05/2023.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. Coletânea de informações: Joaquim Norberto Xavier de Brito. Brasília, DF, 2019.

Bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. **Uma Introdução à história da imprensa rio-grandina: um estudo de alguns ‘fragmentos’ do século XIX**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.

BARROSO, Gustavo (Org.). **Uniformes do Exército Brasileiro. Obra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil**. Edição Especial do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1922, p.39-40. Disponível em: Museu Histórico Nacional (MHN). <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&pagfis=2318> Acesso em 25 de junho de 2023.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico (...)**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p.630-632. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445> Acesso em: 20 de maio de 2022.

CALDEIRA, Jorge (Org.) **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999.

CASTRO, Jeanne B. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996.

CRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História), Niterói: ICHF-UFF, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FARINATTI, Luís Augusto. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

FREITAS, Marco Cezar de. (Org). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

FERTIG, André A. **Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)**. Tese de Doutorado, Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2003.

GUAZZELLI, Cesar Augusto. **O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Tese de Doutorado, UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 1998.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KLAFKE, Álvaro Antonio. Aproximações metodológicas à imprensa periódica oitocentista: o caso dos periódicos sul-rio-grandenses. **Estudios históricos** – CDHRPYB – Año V, n.º 11, Diciembre 2013. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/11/art9.pdf> Acesso em: 22/05/2023.

MATTOS, Ilmar R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. Tese de Doutorado, Campinas: IE-UNICAMP, 2006.

MOREL, Marco. **O período das Regências, (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MUGGE, Miqueias Henrique. Antes do mito: Soldados-cidadãos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul (1850-1873). **VARIA História**, Belo Horizonte, vol.34, n. 64, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/nFGwW4CdLCWwcZjSFgj595n/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 de julho 2023.

MUGGE, Miquéias Henrique. **Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)**. Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro: PPHS-UFRJ, 2016.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp-CECULT, 2000, p.100-113.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845)**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2001.

SEIDL, Ernesto. **A Espada como “vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930).** Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 1999.

SCHULZ, John. **O Exército na Política: origens da intervenção militar 1850-1894.** São Paulo: Edusp, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VARELA, Alfredo. **Revoluções Cisplatinas: a república rio-grandense.** V.2, Porto Alegre: Chardron, 1915.

Guerra do Paraguai: usos do passado

BENDER, Beatriz Barbosa
Mestranda em História (UFSM)
CAPES/DS, beatriz.bender@acad.ufsm.br

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de colaborar com as reflexões que tangem a temática da historiografia da Guerra do Paraguai e a forma que ela é utilizada ao longo das décadas subsequentes ao conflito por setores públicos. No ano de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, é noticiado nas páginas do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, a censura que ocorreu com a Escola de Samba Império Serrano devido, principalmente, ao seu samba-enredo intitulado *Retirada da Laguna*. Segundo os representantes da Escola a música em questão aborda a temática da Guerra do Paraguai de acordo com o que estava em voga nos livros didáticos do período, contudo, Mário Saladini, diretor do departamento de turismo da cidade intervém ao requisitar que o samba fosse alterado devido ao fato de que o mesmo iria prejudicar o Brasil em sua atuação política frente à América do Sul. Neste momento, a política de nacional-desenvolvimento de Kubitschek e mais precisamente a elaboração da Operação Pan-Americana (OPA), a qual era um projeto político e econômico que visava combater o subdesenvolvimento na América, estaria em primeiro plano de forma que fomentar relações amistosas do Brasil com os demais países do continente era primordial. Com isso, no dia 19 de fevereiro de 1960, semanas antes do grande desfile, é exposto no periódico referido a manchete “Ênredo do Império ‘Ameaça a OPA’”, este sendo a primeira de uma série de matérias que viriam a inundar o *Jornal do Brasil* nas semanas seguintes. Através deste estudo de caso é possível perceber a transformação da narrativa histórica imposta pelo Estado orientada por interesses políticos, o que corrobora com discussões que tangem os usos da História, principalmente devido ao fato de que a historiografia da Guerra estava em transformações no Paraguai em consequência à ditadura de Alfredo Stroessner e que, no fim da década de 1960, foi também reelaborada no Brasil por Léon Pomer.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Censura; Império Serrano.

Cem anos após a tumultuada década de 1860, que foi palco da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), uma nova década se destaca por conflitos de natureza político-social. Nos anos 1960, no Brasil, observou-se o agravamento da polarização e da radicalização entre agentes políticos e sociais, os quais se tensionaram até o momento em que “não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as mudanças, mas, sim, da tomada do poder e da imposição de projetos” (Ferreira, 2003, p. 400), resultando no golpe civil-militar de 1964.

Segundo Jorge Ferreira (2003), os anos de ouro de Juscelino Kubitschek (1956–1961) foi caracterizado por um longo tempo como o mandato de maior sucesso democrático dentre o panorama geral da jovem democracia brasileira (1946 – 1964), a qual presenciou eventos dramáticos como o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, contudo, este período vêm recebendo novas interpretações com estudos que corroboram para a compreensão do significado e dos limites da democracia neste período, tais como Oliveira (2013), Feltrim (2012) e Biroli (2004).

Os primeiros anos da década de 1960, de acordo com Jorge Ferreira (2003), são descritos por ele como um período em que diversos agentes políticos e sociais se confrontaram devido às iniciativas de João Goulart e Leonel Brizola para implementar as reformas de base. Estas medidas visavam modificar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, incluindo reformas bancárias, fiscais, urbanas, tributárias, administrativas, agrárias e universitárias. O autor destaca que no início do governo de Goulart, os grupos de esquerda, embora heterogêneos e nem sempre coesos, formaram uma coalizão a favor das reformas. Essa coalizão incluía o PCB, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, movimentos sindicais e setores subalternos militares. Por outro lado, havia os setores conservadores que buscavam manter a ordem existente, ou seja, opunham-se às reformas de base. Esses setores eram compostos por grupos políticos, empresariais e militares que se organizavam institucionalmente para conspirar contra o governo, com apoio financeiro internacional, especialmente dos Estados Unidos da América. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram organizações importantes na propagação de ideias contrárias às reformas, principalmente a agrária, defendendo o capital estrangeiro e disseminando o anticomunismo. Em suma, após a concretização do golpe civil-militar de 1964 o país entra no conhecido dia que durou 21 anos e o restante da década se estende em meio às atrocidades políticas e humanitárias, pautadas por militares e setores civis abastados. É neste contexto que ocorre o centenário da Guerra do Paraguai.

Numerosos estudos foram elaborados sobre as conexões entre a memória e a história. Alguns nomes merecem destaque em relação às abordagens teóricas utilizadas nessa pesquisa, sendo Halbwachs (1990) o primeiro deles. Originário da tradição durkheimiana, o autor argumenta que as memórias de um indivíduo nunca são exclusivamente suas, pois as lembranças são moldadas na imersão das sociedades e, portanto, impregnadas com seus conceitos. Desse modo, ele afasta a memória do evento em si, apresentando-a como uma construção que não reproduz a realidade em um formato integral, pois a mesma é passível de ser reconstruída, modificada, ressignificada e simulada, em resumo, é fluida. Essa concepção inicial de memória coletiva traz consigo mudanças significativas e inaugura um amplo campo teórico.

Pierre Nora (1993), por sua vez, elabora uma análise na qual – devido às expressivas mudanças sociais que resultaram em uma aceleração da história – os acontecimentos, cada vez mais velozes, acarretam um esquecimento sintomático nessas sociedades. A partir dessa concepção inaugural, o autor introduz conceito de lugares de memória, como destaca:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreia. São bastões sobre os quais ela se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los (Nora, 1993, p. 13).

Em suma, Nora define a memória como uma constante dialética entre o lembrar e o esquecer, a tornando, assim, viva. Para o autor, a memória é sujeita a mudanças e experimenta transformações de acordo com a maneira como vários grupos a empregam, sofrendo, assim, alterações sucessivas, sendo “vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (1993, p. 9).

Em contrapartida, Huyssen (2000) desenvolve uma densa crítica à epidemia do lembrar e ao medo do esquecimento apresentado por Nora, afirmando a necessidade de uma rememoração produtiva. Em resumo, Huyssen conecta os conceitos de memória social à contextualização de globalização, cultura urbana e virtual, percebendo assim as formas como os eventos traumáticos se vinculam a novas estruturas sociais e culturais contemporâneas. Ao explorar a memória de maneira inventiva, o autor complexifica os significados desse fenômeno em diversos espaços e períodos, considerando também a influência exercida pela globalização sobre eles.

A produção historiográfica sobre as interações entre memória e história é vasta; autores como Marc Bloch (1982; 1998; 2001), Michael Pollak (1989), Peter Burke (2000), Hernán Sargentini (2003), Jeanne Marie Gagnebin (2006), Paul Ricoeur (2007), e George Duby (2011) corroboram, aprofundam e/ou contradizem as perspectivas mencionadas nos parágrafos anteriores. No entanto, ao utilizar os aportes teóricos de estudiosos como Halbwachs, Nora e Huyssen, abordarei a memória como um objeto e, reconhecendo-a como fundamentalmente coletiva e suscetível a influências externas, procurei analisar e interpretar as narrativas e os silêncios que tangem a Guerra do Paraguai através de um estudo de caso específico, presente nas páginas do Jornal do Brasil.

Aderindo às exigências metodológicas inerentes ao estudo de periódicos, Tania Regina de Luca (2005) foi empregada como suporte para a pesquisa. A autora ressalta que a análise crítica historiográfica percorreu um longo caminho antes que a fonte impressa fosse amplamente adotada pelos historiadores. Luca destaca que esse processo ocorreu devido à

tradição histórica, que preconizava que a fonte deveria ser neutra, verdadeira e objetiva, características que não se aplicam a nenhum periódico.

Sobre a imprensa, Tânia de Luca afirma que José Honório Rodrigues, em 1968, já destacava a necessidade de se perceber o periódico como uma fonte tendenciosa, de modo que não se pode apenas narrar os artigos dos periódicos como verdadeiros e/ou isentos de intenções. Luca também considera que, atualmente, é necessário destacar que a imprensa não é apenas um veículo de informações de seu tempo, mas sim, um instrumento de manipulações de interesses e de propagação de culturas de massas, sendo enfatizado a importância de adotar precauções ao utilizar a imprensa como fonte histórica. Essas precauções envolvem a identificação do grupo responsável pela linha editorial, a identificação dos colaboradores, a observação da forma como são apresentados o título e o corpo textual da matéria, a compreensão das intenções dos discursos e a identificação do público-alvo do periódico.

Assim, com base nas análises de Bruno Brasil (2015), é preciso afirmar que o *Jornal do Brasil*, periódico diário carioca, foi fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, apresentando, assim, uma origem monarquista. Em 1960, o jornal defendeu a legalidade na sucessão do governo federal após a renúncia de Jânio Quadros. Mais tarde, foi um apoiador moderado de João Goulart até romper com o governo devido ao insucesso do Plano Trienal e às inclinações de Goulart para a esquerda, resultando no apoio a uma intervenção militar. O golpe civil-militar de 1964 foi respaldado pelo periódico, que apoiou o governo do ditador Castelo Branco, discordando apenas de Costa e Silva e, portanto, condenando o Ato Institucional número 5, principalmente devido à institucionalização da censura. Com Médici, o jornal reafirmou seu apoio ao governo, mantendo algumas colunas tímidas que criticavam a ditadura, mesmo durante o período de maior repressão. Durante o governo de Geisel, o periódico passou a defender a reabertura política e, após o retorno à democracia, o *Jornal do Brasil* permaneceu sempre à direita do espectro político, mantendo posições econômicas liberais, apoiando Fernando Collor e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso.

Considerando a orientação política do periódico mencionado anteriormente, acreditei que ele exaltaria todas as celebrações ligadas à Guerra do Paraguai, especialmente devido ao centenário do conflito que estava prestes a começar na década de 1960 e ao apoio do jornal à Ditadura Civil-Militar. No entanto, as escassas referências à efeméride apresentadas abaixo questionam as interações entre a memória e a história do conflito, uma vez que ambas constituíram – e ainda constituem – um evento cuja narrativa histórica permanece em disputa. Além disso, o estudo do caso que será apresentado destaca essas relações.

Ao realizar uma busca pelas palavras-chave “centenário Guerra do Paraguai” na Hemeroteca Digital Nacional Brasileira, com o período abrangendo toda a década de 1960 e o ano de 1970, e uma delimitação geográfica restrita ao Estado do Rio de Janeiro, foram identificadas um total de 72 referências nos 84 periódicos disponíveis na coleção. Esse simples dado quantitativo destaca a escassa repercussão em torno dessa efeméride. No que se refere especificamente ao *Jornal do Brasil*, que é o foco da pesquisa em questão, foram contabilizadas 11 ocorrências em suas páginas ao longo de toda a década de 1960, e nenhuma no ano de 1970 (ano do centenário do término da Guerra).

Em 1960, a escola de samba Império Serrano adotou a temática da Guerra do Paraguai como enredo para seu desfile; no entanto, enfrentou censura. O *Jornal do Brasil* no dia 18 de fevereiro de 1960 apresenta os sambas-enredo das escolas do ano, sendo o da Império Serrano nomeado como “Retirada da Laguna”. No dia seguinte, 19 de fevereiro, a manchete da capa do *Jornal do Brasil* é a notícia de que “Goulart aceita Vice impondo condições a catete” e, logo abaixo, há o título “Enrêdo do Império ‘Ameaça’ a OPA” (*Jornal do Brasil*, 1960, p.1). Na página 5 do segundo caderno da mesma edição, dedicada a assuntos culturais e eventos da cidade, é apresentada a repercussão internacional do samba-enredo com a manchete “Diretor de Turismo pede a Império Serrano para mudar enredo que ofende Paraguai” (*Jornal do Brasil*, 1960, p.5). No desenrolar da matéria há a explicação de que:

O Sr. Mário Saladini, Diretor do Departamento de Turismo, sugere à Escola de Samba Império Serrano que faça algumas modificações no seu enredo para o carnaval de 1960, porque – segundo ele – o Império poderá prejudicar o Brasil na atual conjuntura política da América do Sul (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 5).

No parágrafo subsequente, a notícia prossegue ao declarar que Saladini solicita a remoção de qualquer elemento que possa ser considerado hostil ao Paraguai. Segundo a fonte, isso se deve à disputa política entre o Brasil e a Argentina pelo posto de representante sul-americano. Além disso, o diretor do Departamento de Turismo afirma que levará o Embaixador paraguaio a um ensaio da Império Serrano, a fim de que ele perceba que o desfile também será uma manifestação de apoio ao Paraguai, divergindo, assim, do propósito original da escola de samba.

Na mesma matéria, o jornal expõe o ponto de vista da escola, que alega a inviabilidade de alterar o enredo tão perto do desfile. No entanto, a escola expressa apreensão quanto à possibilidade de perder pontos caso não atenda ao pedido de Saladini. Algumas outras escolas de samba, sem serem identificadas, afirmam que irão protestar contra a interferência na

autonomia de sua co-irmã. A partir de então, o caso começa a ganhar maior destaque nas páginas do periódico.

Dois dias após, em 21 de fevereiro de 1960, o *Jornal do Brasil* dá destaque à manchete “Império cantará o samba ‘Tirano’ e não falará em López” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 3), afirmando que a escola cedeu às pressões paraguaias e substituiu a versão original de sua proposta. Nesta matéria fica explícito que “O Embaixador do Paraguai fez o protesto e o Itamarati aceitou-o, para não desgostar o atual ditador daquele país, General Stroessner, e não comprometer o sucesso da OPA” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 3). Apesar da mudança no samba, a Império Serrano argumenta que o conteúdo não difere do que é afirmado em qualquer livro de história do Brasil, ressaltando que “até os adjetivos usados para Solano Lopez são os que habitualmente se permitem usar os autores de livros didáticos” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 3). O musicólogo Mozar Araújo, sem vínculo com a escola de samba, opina que reduzir os 35 versos para os 18 aceitáveis pelo Itamarati não seria um problema. Como reação, o presidente da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro concede uma entrevista ao *Jornal do Brasil* e critica a ação do governo como triste e vergonhosa, destacando que “é melhor rasgar de uma vez a História do Brasil, já que não se pode mais cantar samba as nossas glórias do passado” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 3). A mesma notícia ressalta que o escritor Miércio Tati foi designado pelo Departamento de Turismo para resolver a questão com a Império, e de fato o fez, após o diretor da escola solicitar um documento que ateste que a alteração no samba-enredo não prejudicará ainda mais a contagem de pontos da escola.

Nos bastidores da prefeitura do Rio de Janeiro, das diretorias das escolas de samba e do Itamarati, é plausível entender que tenham ocorrido intensas discussões, pois o jornal continuou a cobrir a questão, evidenciando que desfiles de Carnaval poderiam se transformar em eventos políticos de relevância. Em 25 de fevereiro de 1960, mais de meia página foi dedicada à controvérsia sobre a censura ao samba-enredo, sendo apresentada através de uma manchete de grandes proporções, a qual ocupava toda a parte superior da página, enfatizando que “Se Império Serrano fracassar Saladini será responsável” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 3). A primeira parte da matéria, com menos destaque, descreve que o Império havia realizado mudanças em cargos de destaque na escola, visando conquistar o título de campeã após quatro anos de ausência, e que a preparação ao longo do ano foi prejudicada pela intervenção do governo. Em destaque na página devido ao tamanho e à fonte diferenciada, o *Jornal do Brasil* apresenta novamente um resumo abrangente do ocorrido, em tom de indignação, ao afirmar que:

Tratando da Guerra do Paraguai, o Império deveria apresentar a versão comum dos livros didáticos oficiais de História do Brasil, segundo a qual o ditador do Paraguai,

Solano López, homem ambicioso e irresponsável, ameaçou a soberania do Brasil, da Argentina e do Uruguai, que formaram a Tríplice Aliança para combatê-lo. Depois da intervenção do Sr. Mário Saladini – que os sambistas consideram absurda, mas preferiram calar, para evitar maiores prejuízos – o Império vai dizer que Solano López foi um herói, um notável Chefe de Estado e colocá-lo, em mérito, ao lado do nosso D. Pedro II (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 3).

Logo em seguida, o periódico intensifica suas críticas ao afirmar que, para evitar problemas com o Departamento de Turismo e com o Itamarati, o Império Serrano prestará homenagens ao então ditador do Paraguai, Stroessner. Essa exaltação, segundo o jornal, poderia gerar antipatia generalizada do público e da comissão julgadora, dado o fato de que o ditador não tinha popularidade “em nenhum setor da vida política e social brasileira”. Ainda em destaque, o *Jornal do Brasil* destaca que o discurso de Saladini fundamentou-se no patriotismo, explicando à escola a necessidade de não prejudicar o país diante da Operação Pan Americana. Da mesma forma, o diretor do departamento busca discrição sobre o ocorrido, ainda solicitando comportamentos nacionalistas e pedindo ao jornal que evite publicar qualquer informação sobre o episódio.

No mesmo dia, 25 de fevereiro, surge outro título que, apesar de modesto, atrai a atenção do leitor: “Intervenção no Império foi a 1ª”. Nesse trecho, o jornal explora o título do samba que teve que ser modificado novamente para agradar ao Departamento, sendo denominado Confraternização Brasil-Paraguai. Para além, os carros alegóricos passaram por reformas, sofrendo alterações em seu “sentido primitivo”. Logo abaixo, há a descrição de cada carro, e algumas declarações merecem destaque, tais como:

1º carro: Exaltação à figura de Francisco Solano López, que embora sacrificando o sangue do povo paraguaio, em 1865, merece ser lembrado pelos seus méritos de bravura e tenacidade; [...] Um medalhão encerrará o desfile com homenagens ao Ditador Stroessner, acompanhado do Presidente Juscelino Kubitschek e das bandeiras da Argentina e do Paraguai (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 3).

No dia seguinte, em 26 de fevereiro de 1960, mais uma vez com certa evidência, é divulgado que o Império Serrano alterou novamente seu enredo, agora intitulado Confraternização Latino-Americana, “o compositor Mano Décio da Viola compôs, às pressas, dois sambas que ‘não ferem os objetivos da OPA’: ‘Medalhas e Brazões’, principal, e ‘Brasil gigante’, de apresentação” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 5).

O samba de estreia manifesta o orgulho pela participação militar do Brasil na Guerra do Paraguai ao mencionar figuras proeminentes, como Caxias, e batalhas famosas, como Riachuelo. No entanto, no samba de apresentação, foi dada prioridade a uma narrativa que retrata o Brasil como uma nação pacífica e diplomática, sendo referido como o “gigante da América Latina” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 5).

A tão aguardada data chega, e o Império Serrano é a sétima escola a se apresentar em 28 de fevereiro. No dia 03 de março, o *Jornal do Brasil* oferece uma visão abrangente de cada uma das grandes escolas, e em relação ao Império, destaca novamente a intervenção do Departamento de Turismo, mas assegura que, mesmo assim, a escola obteve “o maior sucesso”, especialmente devido à sua elegante comissão de frente (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 12).

Em 04 de março de 1960, quando o *Jornal do Brasil* publica a manchete “Portela vencedora (provisória) do carnaval”, outra manchete, com grande destaque no periódico, declara “Império Serrano abre fogo contra Itamarati, Saladini e Embaixador do Paraguai” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 7). A Escola, após ser classificada em 5º lugar, acusa “como únicos responsáveis pelo seu fracasso o Embaixador do Paraguai, Sr. Luis Martines, o Diretor do Departamento de Turismo, Sr. Mário Saladini, e o Ministro Pio Correia” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 7). O *Jornal do Brasil* anuncia que o Império Serrano afirmou que seu diretor iria encaminhar, no mesmo dia, seu pedido de desligamento da entidade devido ao ocorrido. Além disso, “os imperiais pretendem agitar a questão, pois acham que têm um grande argumento no depoimento do General Edmundo Macedo Soares que, ao saber da alteração no enredo, declarou que ‘a História do Brasil não mente e por isso não pode ser modificada’” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 7). Em entrevista, o Chefe de Relações Públicas da Império Serrano, Aldemário Ezequiel dos Santos, afirmou que “o enredo sobre a Guerra do Brasil com o Paraguai era um perfil exato do Ditador Solano López e a exaltação perfeita dos feitos das tropas brasileiras”, ainda expondo que:

[...] gastamos mais de Cr\$ 200 mil na confecção do carro e das fantasias, pois queríamos fazer uma surpresa ao povo carioca, mas um jornal revelou os nossos planos, o que levou o Ministro Pio Correia a entrar em entendimentos com o Sr. Mário Saladini, em nome do Itamarati, para nos forçar uma modificação à última hora. O próprio Embaixador do Paraguai nos procurou em Madureira e nos elogiou, por termos atendido ao pedido de sua Embaixada, através do Ministro Pio Correia. (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 7).

No dia 05 de março, o jornal dedica dois momentos ao assunto em questão. O primeiro, apresentado na página 3 em uma nota modesta, mas não menos incisiva, destaca a necessidade de a diplomacia brasileira agir com cautela neste momento, devido às “consequências funestas” provocadas pela censura ao Império Serrano, afirmando que: “Agora, apesar de todos os esforços, os imperiais sambistas não só ameaçam romper as relações com o Departamento de Turismo da Prefeitura e com o nosso Ministério do Exterior, como, também, estão criticando o Embaixador do Paraguai no Brasil, Sr. Luís Martínez” (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 3). Esta nota destaca que a censura ocorreu de maneira arbitrária pois:

[...] o Sr. Pio Correia, preocupado com as abjeções que as autoridades paraguaias – na sua opinião – poderiam fazer ao Sr. Horácio Lafer, Ministro do Exterior do Brasil, que se preparava para visitar aquele país, por causa do enredo da escola de samba, fez uma intervenção em termos pouco diplomáticos. O Sr. Mário Saladini, Diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura, seguindo a orientação do Sr. Correia, determinou que o Império Serrano não criticasse Solano López e fez a censura do enredo (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 7).

A segunda referência do dia 05 de março está relacionada à manchete “Escolas de samba anulam o resultado oficial do desfile”. Além da controversa intervenção do Departamento de Turismo no desfile do Império, outras disputas sobre a contagem de pontos surgiram entre as demais escolas de samba. Diante desse contexto, a proposta de anular os resultados e dividir o prêmio de Cr\$280 mil entre as cinco melhores do ano foi unanimemente aceita. Essa situação contribuiu para acalmar os ânimos no Império, resultando na ausência de menções adicionais à intervenção nos relatos do *Jornal do Brasil* (*Jornal do Brasil*, 1960, p. 9).

Esse incidente relacionado à censura do samba-enredo destaca como a história da Guerra ainda era uma questão delicada nas relações internacionais entre ambos os países. Nesse contexto, é intrigante considerar como o passado e o presente interagiam entre si. Ao observarmos que o brasão da bandeira do Império Serrano é singularmente composto pela Coroa Imperial e que a escola já havia conquistado o título de campeã do carnaval do Rio em 1955, homenageando o Duque de Caxias, a preocupação com as interpretações desse passado torna-se ainda mais visível. Do lado paraguaio, a proposta de homenagear tanto Solano quanto Stroessner também nos permite refletir sobre a maneira como a história é utilizada por diferentes setores da sociedade, adquirindo usos e interesses diversos, tornando a disputa pela memória da Guerra ainda mais significativa.

O controverso caso na imprensa do Rio de Janeiro, apresentado aqui, serve como meio de compreensão sobre a vontade de setores da política nacional em evitar conflitos ou indisposições com o país vizinho. Como mais um exemplo, entre vários possíveis, pode-se mencionar novamente o *Jornal do Brasil*, que, em 27 de março de 1965, ao cobrir a inauguração da ponte da amizade – que liga o Brasil ao Paraguai – o senador Bezerra Neto destaca que “o fato ocorre precisamente no centenário da Guerra do Paraguai, ‘conflito este que foi um episódio isolado na tradicional amizade entre os dois povos’” (*Jornal do Brasil*, 1965, p. 7).

Para entender essas posturas, é crucial considerar que antes da ascensão de Alfredo Stroessner ao poder no Paraguai, em 1954, o país estava fortemente dependente economicamente da Argentina, posições que gradualmente se alteraram durante sua hegemonia (Yegros; Brezzo, 2013, p. 159). A partir de 1955, Raúl Sapena Pastor, embaixador paraguaio no Brasil, recebeu ordens do ditador para negociar uma série de projetos de infraestrutura que

conectassem os dois países, buscando uma maior proximidade geoeconômica, o que se alinhava aos interesses do governo brasileiro, especialmente com a ascensão de Juscelino Kubitschek. Foi nesse contexto que Kubitschek e Stroessner lançaram a construção da Ponte da Amizade em 1961, com conclusão programada para 1965.

No entanto, conforme Yegros e Brezzo (2013), nos primeiros anos da década de 1960, as relações entre esses países tornaram-se tensas devido à disputa pela propriedade territorial do Salto das Sete Quedas, uma região propícia para a construção de hidrelétricas. Debates prolongados, liderados pelos responsáveis governamentais de ambas as nações, prosseguiram até pelo menos 1967, quando, após concessões de ambas as partes, foi estabelecida a Comissão Mista Técnica Paraguaio-Brasileira. Essa comissão foi encarregada de estudar as possibilidades de aproveitamento energético na seção compartilhada pelos dois países.

Por meio das análises de Ricardo Yegros e Liliana Brezzo, torna-se claro que, com a aproximação entre os governos de Stroessner e Juscelino a partir de 1954, somada à iniciativa da Operação Pan Americana por parte deste último, não era do interesse do Brasil criar hostilidades com o Paraguai em 1960, ano em que ocorreu a censura ao samba da Império Serrano. Em 1964, além do momento delicado na política externa conforme descrito pelos mencionados autores, havia o agravante de que ambos os países estavam sendo liderados por ditadores, e, nessa conjuntura, não tinham interesse direto em se confrontarem como opositores.

Considerando todas as questões mencionadas e as fontes analisadas, sustento que as autoridades políticas brasileiras desencorajaram a realização de celebrações que abordassem a Guerra, mantendo uma constante preocupação em não desagradar o Paraguai. Recordar a Guerra e propor eventos e discussões públicas poderia criar espaço para os revisionismos de O'Leary e Pomer – os quais ancoravam a história oficial do país guarani no heroísmo de Solano López – penetrassem no Brasil em um contexto em que minar os referenciais históricos do Exército poderia ser uma opção de resistência à Ditadura Civil-Militar.

Por fim, se o simples samba-enredo de uma escola carioca já proporcionou oportunidades para reflexões sobre o passado e o presente, não seria desejável, para ambas as ditaduras militares, terem seus arquivos revirados e a memória de suas Forças Armadas questionada pela população. Nesse sentido, o ato de “esquecer”, mesmo que circunstancialmente, pode ter objetivos políticos no presente. Além, a colaboração entre ambas as ditaduras parecia ser algo altamente desejável nesse momento e, como é conhecido, na década de 1970, com a Operação Condor, essa relação continuaria forte.

Referências

Fontes

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00041, 18 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00042, 19 de fevereiro de 1960, 1º cad., p. 1.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00042, 19 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 5.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00044, 21 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00047, 25 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00048, 26 de fevereiro de 1960, 2º cad., p. 5.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00051, 03 de março de 1960, 1º cad., p. 12.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00052, 04 de março de 1960, 1º cad., p. 7.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00053, 05 de março de 1960, 1º cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00053, 05 de março de 1960, 1º cad., p. 9.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1965/Edição 00121, 27 de março de 1965, 1º cad., p. 7.

Bibliográficas

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60). **Revista Brasileira de História**, Anpuh, USP, São Paulo, v. 24, n.47, p. 213-240, 2004.

BLOCH, Marc. “Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente”. In: BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. **História e Historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BRASIL, Bruno. **Jornal do Brasil**. 2015. Artigo informativo disposto no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Consultado dia 28.01.2024.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Tradução: Alda Porto.

DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: DUBY, Georges. **Idade Média**, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Tradução: Jônatas Batista Neto.

FELTRIM, Luciana da Conceição. **As formas institucionais da violência**: controle, vigilância, cerceamento e repressão política no Estado de São Paulo de 1954 a 1960. 2012. 294 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Jorge. O governo de Goulart e golpe civil-militar de 1964: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática 1945/1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 345-404.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990. Tradução de Laurent Léon Schaffter.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Basanesi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, p. 7-28, dez. 1993. Semestral. Tradução: Yara Aun Khory.

O'LEARY, Juan Emiliano. **El libro de los héroes**: páginas históricas de la Guerra del Paraguay. Asunción: Librería Mundial, 1922.

O'LEARY, Juan Emiliano. **El mariscal Solano López**. 2. ed. Madri: Imprenta de Félix Molinos, 1925.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)**. 2013. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 3-15.

POMER, León. **La Guerra del Paraguai**: gran negocio!. Buenos Aires: Caldén, 1968.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SORGENTINI, Hernán. "Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia". **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, ano 45, São Paulo, Julho de 2003.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M.. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

**ST 19 – PROTAGONISMOS NEGROS NAS LUTAS EM
PROL DA EMANCIPAÇÃO E NO PÓS-ABOLIÇÃO:
AGÊNCIAS SOCIAIS E COLETIVAS EM PERSPECTIVA**

Coordenado por Profa. Dra. Aline Sônego
e Profa. Me. Helen Silva Silveira

Espaço social e negritude: O Clube Doze de Outubro, entre memória, festas e representatividade

MORAES, Ricardo Aguirre de
Doutorando, PPGH/UFSM
aguirredemoraes@hotmail.com

BORIN, Marta Rosa
Doutora, PPGH/UFSM
marta.borin@ufsm.br

Resumo: A dinâmica em torno da representatividade da população negra e da memória do clube social negro *Doze de Outubro*, fundado em 1940, no município de Palmeira das Missões, região noroeste do Rio Grande do Sul, está sendo recuperada por meio de documentos e da memória de seus ex-integrantes, pois nosso objetivo é contemplar de que forma esse grupo identitário de negros foi protagonista de sua própria história no interior do Estado. Através de imagens e da memória dos indivíduos formadores da associação negra *Doze de Outubro*, identificamos sua participação na construção da história do Rio Grande do Sul, no período pós-abolição, sobretudo no ténue período de racialização do preconceito, nos anos quarenta, do século XX. Neste sentido, neste artigo analisamos o associativismo negro como resistência étnica e construção de uma identidade sociocultural, em meio a uma sociedade preconceituosa, agrária elitista, pois a criação de um clube social para famílias negras nessa região tem múltiplos significados, um deles é de resistência às provocações de desigualdade e inferiorização do grupo, outro a visibilidade da comunidade negra que lutava por inserção social. O presente trabalho está vinculado a linha de pesquisa Memória e Patrimônio, do Programa de Pós-graduação em História, nível de doutorado, da Universidade Federal de Santa Maria.

Palavras-chave: Memória, Identidade; Associativismo.

Introdução

Esta pesquisa aborda a dinâmica em torno da representatividade da população negra e das memórias coletivas dos clubes sociais negros do Rio Grande do Sul, mais especificamente o *Clube Doze de Outubro*, fundado em 1940, no município de Palmeira das Missões, região noroeste do Rio Grande do Sul, cuja história está sendo recuperada por meio de documentos e da memória de seus ex-integrantes, pois nosso objetivo é contemplar de que forma esse grupo identitário de negros foi protagonista de sua própria história no interior do Estado. Assim, por meio da memória e patrimônio cultural visamos contemplar o legado de negros e pardos do interior do estado como construtores, formadores da história como um todo a partir do funcionamento do *Clube Doze de Outubro* em atividade por mais de sessenta anos. O presente trabalho está vinculado à Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

Consagrado como espaço cultural negro, de forte relevância social em um município de caráter católico e de agricultura extensiva, foi no “grande salão” do clube que os negros

oriundos da extinta Colônia Chupim, juntamente com aqueles erradicados das altas rodas sociais do município, construíram um local de sociabilidade e resistência. A necessidade desse espaço social devia-se ao fato de que os outros dois clubes sociais da cidade, o Clube Centenário e o “glamouroso” Clube Comercial possuíam barreiras “de cor” para o ingresso de indivíduos negros. Entretanto, o fator principal é que esses clubes eram destinados estritamente às classes mais abastadas financeiramente do município.

Essa população, devido às distinções de classe social, passou a desenvolver seu próprio “habitus”, assim como afirma Meira (2008, p. 163) cujas características da classe social definem os estilos de vida: “Estilos de vida, divisão das classes sociais”. Nesse contexto, compreende-se a importância do *Clube Doze de Outubro* como lugar de memória e resistência negra, patrimônio em potencial, que representa diretamente as práticas culturais de uma parcela da população que teve, por muitas vezes, negado seu direito a expressar sua cultura e identidade; negação esta ocasionada, por vezes, pela falta de reconhecimento, pelo preconceito e pelas desigualdades sociais.

A criação do clube ocorreu no arcabouço de transformações e enquadramentos do governo Vargas quando sua política trabalhista, influenciou diretamente a estrutura social do proletariado, os quais formavam o clube Doze de Outubro, no início da década de 1940. Vargas propunha através de táticas de coerção social o slogan do trabalhador, já que considerava que o trabalho tornava os indivíduos cidadãos. Neste ambiente os fundadores do clube, Antônio Nunes, Eugenio Peres, Carlos Ribeiro, Pedro dos Santos, Juraci dos Santos e Laurindo Nunes, irmão do Antônio Nunes, no dia de inauguração do clube, em 1940, estavam vestidos com camisas com bolsos frontais para transportar a carteira de trabalho, indumentária de trabalhadores uniformizados, o ideal de homem brasileiro.

Em concomitância com a tocante dinâmica estado novista e o slogan cidadão/trabalhador que buscou hierarquizar as camadas sociais nacionais como política de um estado ditatorial, como afirma Codato (2015, p. 309), o Estado Novo legitimou a concentração do poder no chefe político nacional, eliminou o sufrágio universal e os direitos individuais, os direitos políticos e a liberdade de imprensa e, posteriormente, tornar ilegais os partidos. Neste período a segregação racial, que negava a relação de convivência harmoniosa entre negros e brancos, originou clubes sociais, associações que explicitavam o efêmero conceito de democracia racial, a qual não existiu efetiva e plenamente.

Neste sentido, a memória social, em sua imensa complexidade teórico-metodológica, possui o lastro de estar num “campo de disputa” entre os agentes sociais. Quem lembra? O que se lembra? Quem será lembrado? São questionamentos decididos pelo embate político, social,

econômico, entre outros fatores diretamente destinados aos interesses daqueles que possuem o “poder” de definir aquilo que se lembra e aquilo que se esquece. No Brasil, existe um predomínio do esquecimento do percurso social dos negros, suas reivindicações, vitórias e conquistas, mas principalmente admitir a responsabilidade a respeito às transgressões realizadas no passado. Pois assim, não se admite, ou reflete, e logo, não é lembrado, deixando um hiato na História sobre o potencial legado dos negros.

Assim, a memória dos negros passa a ser constituída de fragmentos, sua representatividade torna-se frágil, pouco lembrada e percebe-se que muito ainda precisa ser registrada cientificamente. Entende-se que essa fragilidade, muitas vezes, está relacionada a distância dos meios acadêmicos ou pela falta de interesse da sociedade como um todo, como é o caso do tema dessa pesquisa, o *Clube Doze de Outubro*, localizado na Colônia Chupim, no município de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul.

Devemos considerar que a memória é um campo de litígio, batalha, conflagração sobre aquilo que se lembra, recorda, comemora, relembra de uma sociedade específica. Ou seja, a “batalha” pela compreensão do passado. Conflito esse, que torna, por exemplo o dia 20 de novembro uma data a ser comemorada, e não apenas um feriado nacional, pois se somente feriado, a “caixa de pandora” da discussão e reflexão em torno do passado brasileiro escravocrata, estaria não somente aberta, mas escancarada.

Nesse sentido, Eagleton (2003, p. 57), em seu diálogo no livro *A ideia de Cultura* afirma, a respeito do jogo de interesses entre as classes sociais, que “a cultura pode inclusivamente ser um campo de batalha no qual as causas se expõem à luz do dia e se combatem”. Para o tema aqui abordado, isso significa que a identidade social negra veio a perder a batalha por representatividade cultural, constatação essa que demonstra uma lacuna a ser preenchida na História da etnia no Rio Grande do Sul.

Além do esquecimento, a cultura negra enfrenta um covarde preconceito em torno de sua existência. Esse preconceito étnico revela o *status quo* da compreensão da condição das relações entre negros e brancos, citado por Fanon (2008) na obra: *Pele negra máscaras brancas*, a qual discute sobre a ontologia do negro no século XX, onde as experiências vivenciadas e acumuladas pela população negra brasileira refletem sua condição social. Tais relações de adaptação do negro a um “novo mundo branco”, após a abolição, apresentam uma expressiva relação controversa do negro, sua cor, meio social e do “branco”, já que o negro é imerso no seio de um mundo novo espacial e temporal, sobre o qual não tem conhecimento profundo, para que nele habite. A perspectiva dialética pauta a relação entre negros e brancos do século XX, em que o pré-conceito exercido contra o negro e suas representações é meticulosamente negado,

mesmo que os fatos e as sínteses das mais diversas relações entre negros e brancos apontem o oposto e a discriminação motivada pela cor vague livremente pelos discursos e pensamentos da sociedade.

É inconcebível se pensar na etnia negra no Brasil sem remeter, de forma direta, ao passado escravista dos séculos anteriores, e a aura desse período funesto para toda população brasileira. No entanto, o recorte temático dessa investigação, trata-se de redimensionar a visão em torno da etnia, não apenas por meio do sofrimento e aflição pela escravidão, mas também por sua organização social em torno de clubes que possam expressar seu comportamento, hábitos, organizações, celebrações, festividades, cerimônias, solenidades e reuniões que, por vezes, remontam a construção de uma parcela da História formadora do “todo” histórico do Rio Grande do Sul. Por meio da reflexão dessas comemorações, os clubes destinados a classe de menor poder financeiro a etnia negra (parda), pode expressar sua “voz” e garantir sua “vez” na construção de seus espaços de sociabilidade e valorização étnica, pois eram excluídos dos clubes elitistas de seus respectivos municípios de origem.

Comemorações, festividades e resistência

A problematização a respeito da “racialização”, no extremo sul brasileiro, diverge dos moldes racistas dos EUA, já que eram possuidores de leis de segregação racial. No entanto, no Brasil não possuía leis similares ou de mesma proporção no período analisado, primeira metade do século XX. Mesmo sem leis específicas, de diversas formas era limitada a inserção de antigos escravizados no mercado capitalista, denominando assim esse processo de “racialização”. Então, esta realidade traz à tona as motivações para criar e manter clubes para negros no Brasil? Tal indagação motiva, em âmbitos gerais, as pesquisas sobre clubes sociais negros do pós abolição.

A respeito da abordagem do conceito de “racialização”, Silva (2017, p. 141) alude que os “clubes negros são construções culturais que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização” presenciada no pós abolição, entretanto, em complemento ao raciocínio da autora, que afirma o fenômeno na fronteira Brasil - Uruguai, podemos compartilhá-lo para as demais regiões e clubes de uma maneira mais abrangente no estado do Rio Grande do Sul.

A respeito do associativismo negro, terceiro ponto a ser debatido, perpassa a reflexão histórica sobre a essência do “branqueamento” e a exclusão dos demais e a finalidade de uma associação. A abordagem e recorte histórico temporal, não se remete a uma política estatal, mas sim uma “aura” que assim como as brumas pairam em meio a sociedade gaúcha. Mesmo que

de forma sublime não significa a perda de sua eficiência e crueldade em “segregar” a sociedade por “raça”. Assim, por meio do que já foi pesquisado em torno dos clubes e associações negras, abertas para todas as “cores”, encontrou-se a associação de homens e mulheres negras, que desenvolveram estratégias por meio dos clubes para construir um espaço propício para a inserção social e comunitária que fossem vistas com bons olhos pela sociedade.

O resultado gerado pelos clubes por meio de suas atividades em todos os âmbitos cultural, social e esportivo possuem as ferramentas para a construção de uma identidade social, cultural, econômica e ideológica da comunidade no local em que estão inseridos. Mediante o caso do *Clube Doze de Outubro*, do município de Palmeira das Missões, de maioria caucasiana e firmada ao catolicismo missioneiro e na agricultura extensiva, as diferenças locais geram um resultado histórico ímpar e convergem em importância e significado na construção da história do negro no pós-abolição.

Ainda, o *Clube Doze de Outubro* como “lugar de enunciação”, visto como local de exposição, de expressão, de declaração devido a magnitude e prestígio que alcançou, como outros clubes negros que projetaram a população afro-brasileira em uma conjuntura oficial por terem sua história contada por mecanismos estatais da população branca. É por essa constatação que clubes e agremiações negras revelam sua importância em contar e demonstrar a história dos afro-brasileiros pós-abolição e suas manifestações culturais e sociais no sul do Brasil que, de uma forma ou de outra, negavam a atuação de indivíduos “*ethiópico*” na construção da nação brasileira.

A organização das atividades políticas dos clubes sociais teve seu capital inicial na ideia de “raça”, não somente a fim de compreender a distinção criada pela sociedade de elite caucasiana em relação às comunidades negras livres, mas devido a necessidade de se organizar em prol de suas necessidades, tanto financeiras como de representatividade. Essa organização, por meio da pesquisas realizadas até então, não revelam a organização social motivada por uma consciência de classe de homens e mulheres negras, mas a concepção de uma organização associativa como algo benéfico para a comunidade e núcleos familiares negros. Primeiramente numa conjuntura festiva e comemorativa, e num segundo momento na questão social e de afirmação identitária.

A representatividade do *Clube Doze de Outubro*, no noroeste do Rio Grande do Sul

Ante a “batalha” pela memória em que os interesses dos agentes sociais se encontram, a pesquisa acerca dos clubes sociais do interior do estado do Rio Grande do Sul, apresenta as associações esportivas e sociais que deram vez e voz aos esquecidos da História. Assim,

pesquisar essa temática é atuar diretamente contra o processo de esquecimento intencional de parte da sociedade.

No Parque de Exposições Telmo José Schardong de Palmeira das Missões, o *Clube Recreativo e Esportivo Doze de Outubro*, no ano de 1996, abria o carnaval de rua com o carro alegórico que homenageava os “mestres” carnavalescos, aqueles que ensinaram, ao longo de sua vida, a música, a dança, as tradições afro-brasileiras de geração a geração e que tornaram possível a realização do carnaval daquele ano. Do grupo de *Jazz*, iniciado nos anos de 1940, a escola de samba dos anos de 1990, é sem dúvida um método de resistência, de distinção, de superação da segregação social a qual eram vitimados. As articulações do clube não se limitavam apenas ao carnaval, mas tais articulações emergiam como um alento à exclusão social. As festas e a alegria eram utilizadas como resistência e os carnavais do *Doze*, promoviam o espaço cultural afro-brasileiro do século XX.

Os concursos de beleza proporcionados pelo clube *Doze de Outubro* possuíam em sua essência o mesmo viés, de não ser somente um concurso de beleza ou carnavalesco, mas de promover a autoestima. No “Novo Padrão de beleza estético” (Lones, 2009), o que realmente estava em pauta era a batalha por “espaço” de representatividade, de legitimação do padrão de beleza afro-brasileiro em choque com o caucasiano existente, não somente no passado, mas no presente histórico. A afirmação de um novo padrão que não fosse o caucasiano, que de uma forma ou de outra banhado pelo preconceito para com as comunidades negras do pós abolição, fez com que clubes destinados aos afro-brasileiros fossem um verdadeiro *palco* na formação de uma identidade para seus membros.

O Clube recreativo e esportivo *Doze de Outubro* de Palmeira das Missões/RS, denominado por seus membros “Doze”, faz parte do arcabouço de clubes sociais para negros e pardos que contribui para a formação da identidade negra no município dos anos de 1940 aos anos 2000. Suas peculiaridades como clube esportivo e valorização estética negra na região norte/noroeste encontra na memória de seus membros parte da trajetória negra em meio a uma região marcada pelo missionarismo católico e a agricultura extensiva, componentes distintos às pesquisas já realizadas em torno de outros clubes sociais. O patrimônio intangível daqueles afro-brasileiros é um “elo” de sua história com suas fragilidades, entretanto, esse patrimônio toma forma nos carnavais, concursos de beleza, festejos e apresentações, que enaltecem e evidencia a beleza e os festejos de negros e pardos marginalizados, devido sua posição financeira mediante a elite católica latifundiária municipal.

Considerações finais

O clube social não era meramente um local de encontro e sociabilidade das famílias negras do interior do estado do Rio Grande do Sul, nem somente um local de festas ou um simples ponto de encontro no pós abolição, mas um suporte para os seus frequentadores no desafio de sobreviver e se expressar frente a realidade histórica de marginalização do negro. Estes espaços representavam o enfrentamento do preconceito e das barreiras à sua formação identitária, cultural e social impostas por uma elite branca embasada em um passado escravocrata, pois, a comunidade negra tinha em suas agremiações carnavalescas e esportivas “espaço” para discussões sobre a qualidade de vida de seus associados, ajuda mútua entre eles. Assim, os bailes para negros, o associativismo como um todo, concretizam-se como enfrentamento à racialização da sociedade.

Neste sentido, o intuito central deste estudo segue a perspectiva de Araújo (2007) de dar “voz” aos indivíduos que não estão em registros documentais, com foco na história dos grupos “apócrifos” da história do Rio Grande do Sul. Pois, a formação da identidade negra perpassa pela autoafirmação, certificação, autoconfirmação em que os indivíduos da comunidade ou localidade determinam-se, requisitando assim sua identidade.

Na questão objetiva a asserção do Clube recreativo e Esportivo *12 de Outubro*, que chamaremos apenas de “*Doze*”, divide-se na construção da identidade por seus membros e suas práticas, bem como a visão dos demais munícipes em torno do Clube. Denominado por seus conterrâneos de Palmeira das Missões de o “Clube dos da cor” assim como os integrantes dos outros dois clubes sociais existentes no município de Palmeira das Missões concomitantes ao *Doze*. Respectivamente o Clube Comercial e o Clube Centenário.

Assim, a construção histórica identitária realizada por um determinado grupo social perpassa pelo sentido que aquilo lhes proporciona, que lhes une a um determinado local ou circunstância, que venha a se tornar um referencial cultural que lhes represente. Em conformidade com a visão de Almeida (2018, p. 93), a identidade “poderia ser concebida como materialização da memória popular que simboliza o elo entre o homem e seu meio social construído através dos anos”. Pois a manifestada construção social de uma identidade própria, formatada por variáveis em constante choque, devido os interesses sociais, econômicos, culturais e financeiros dos segmentos sociais dá luz à identidade histórica de um determinado grupo, pois é o elo que conecta a memória popular ao meio social. Assim, podemos afirmar a configuração do *Doze* como esse elo conector daquele grupo social de afrodescendentes.

Referências

- ARAÚJO, P.N; SANTOS, M.S.V. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2007, p. 95-111.
- BOURDIEU, P. **A distinção**. Porto Alegre: Zouk, Edusp. 2015.
- CODATO, Adriano. Estado Novo no Brasil: um estudo da dinâmica das elites políticas regionais em contexto autoritário. **Dados**, v. 58, 2015, p. 305-330.
- DE ALMEIDA, Everton Tolves. Patrimônio, informação e identidade o discurso do grafite no espaço urbano. **PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 2, n. 6, 2018, p. 90-97.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 1ª Ed. Mafra: Rolo & Filhos, 2003.
- FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EdUFBA. 2008.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confinos meridionais: famílias de elite e sociedade agrária**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- GRIGIO, Ê., BRUNHAUSER, F. F., OLIVEIRA, F. R. D., RODRIGUES, L. F. D. S. D. S., & LIMA, T. **A. Organizações Negras de Santa Maria: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX**. Santa Maria, RS: GEPA, 2020.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. 1990
- JESUS, N.R.D. **A análise do processo de recrutamento para a direção das associações satélite Prontidão e Floresta Autora; trajetórias e a questão da identidade racial**. Dissertação. UFRGS/PPGS, Porto Alegre 2005.
- LONER, B. A; GILL, L. A. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, jan./jun. 2009, p. 145-162.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- PAIXÃO, C. F; SPOLLE, M.V. Clubes Sociais e os Espaços de Negritude no Rio Grande do Sul. **6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. UFSC. Florianópolis: FURG /UFSC, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2000.
- SALVADORI, M. A. B. S. Clubes Negros Associativismo e História da Educação. **Revista Educação E Fronteiras**, Dourados/MS, v. 3, n. 9, mai./ago. 2013, p. 94-107.

SANT'ANA, M. H. **Artes de Fazer o Mundo e Performances Negras em Pelotas:** “Reinventando Memórias”. Tese. (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural), UFPEL, Pelotas, 2017.

SILVA, F. O. **As lutas políticas nos clubes negros:** culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil Uruguai no Pós Abolição (1870 – 1960). Tese (Doutorado em História), UFRGS, Porto Alegre, 2017.

VALENTE, A. L; FARAH. E. **O Negro e a Igreja Catolica:** O Espaço Concedido, um Espaço Reivindicado. Tese. (Doutorado em Ciência Social). São Paulo, 1989.

Que modo de produção é esse? Pensando o pós-Abolição a partir da categoria gramsciana de subalternidade

FONTES, Camila Devitte

Mestranda em História (UFSM)

Bolsista CAPES, camiladfontes.8@gmail.com

Resumo: Apresento parciais discussões resultantes da pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento. O objetivo é apresentar as discussões provenientes da história do trabalho acerca da “transição” do modo de produção escravista para o capitalista. A partir disso, examina-se de que maneira pode-se falar sobre uma mudança drástica nas configurações de trabalho durante essa “transição”. Além disso, almeja-se compreender se é viável identificar formas de trabalho distintas coexistindo — isto é, se as relações de trabalho escravistas persistem em conjunto com as novas relações de trabalho capitalistas. Tal objetivo fundamenta-se em autores e autoras como Souza (2014), Mattos (2012, 2013), Linden (2009), Rafael Marquese (2013) e Batalha (2006) que estabeleceram um diálogo e evidenciaram as interconexões e combinações entre o pós-Abolição e a História do trabalho. Para tanto, baseia-se no conceito de subalternidade da perspectiva gramsciana, uma vez que a categoria se propõe a ampliar a noção de proletariado. Portanto, embasa-se na visão de autores como Mattos (2012, 2013) e Souza (2014) que acreditam que o conceito de subalternidade, delineado nos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, pode aprimorar a compreensão historiográfica apresentada neste contexto. Adicionalmente, recorre-se à noção de “trabalhadores subalternos”, introduzida por Marcel Van der Linden (2009), que também, fundamentado na perspectiva gramsciana, propõe que, na construção do modo de produção capitalista, coexistem variadas formas de exploração e arranjos de produção.

Palavras-chave: trabalho; pós-abolição; subalternidade.

Introdução

A suposta “transição” do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista no Brasil tem sido objeto de estudos e debates dentro da história do trabalho. Tradicionalmente, convencionou-se a crença de uma “passagem” brusca de um modo de produção - assentado em relações escravistas- para um novo modo de produzir, no qual predominou-se relações assalariadas. A partir disso, convencionou-se também compreender esse processo enquanto uma transição feroz ou como um novo capítulo da história, em que foi possível que a escravidão ficasse na “fronteira de 1888”. Dessa forma, inviabilizou-se os ex-escravizados(as) das relações de trabalho no final do século XIX e início do XX, como se nada tivessem para contribuir na história do trabalho ou tivessem “pairado” no ar enquanto a história estava sendo contada. Esse mito, embasado a partir da imigração em massa para o Brasil, colaborou para inviabilizar e compreender a realidade do(a) ex-escravizado(a) no pós-1888.

A partir de uma revisão bibliográfica selecionada para este artigo, considera-se que no processo de construção do modo de produção capitalista coexistiram diversas formas de exploração e arranjos de produção em que é possível encontrar os(as) ex-escravizados(as)

inseridos(as) nas relações de trabalho, sejam elas assalariadas ou não. Ao reunir esses elementos teóricos e conceituais, espera-se contribuir para uma compreensão mais ampla e aprofundada da história do trabalho no Brasil e das transformações ocorridas durante a “transição” do escravismo para o capitalismo. Sendo assim, esse artigo faz parte de discussões resultantes de uma pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O objetivo desse artigo é, portanto, questionar a historiografia tradicional sobre as relações de trabalho durante essa “transição” e a partir de autores(as) demonstrar o que vem sendo publicado e questionado no âmbito da história do trabalho. Dessa forma, parte-se de diversas contribuições para compreender se é viável identificar distintas formas de trabalho coexistindo com as novas relações assalariadas. Ou seja, busca-se compreender que no processo de formação do capitalismo no Brasil também é possível identificar outros tipos de relações de trabalho – ainda que inseridas dentro do capitalismo, mas que não se configuram apenas enquanto assalariadas. Para tanto, fundamenta-se no conceito de subalternidade da perspectiva gramsciana. Esta categoria propõe ampliar a noção de proletariado, permitindo uma compreensão mais abrangente para o estudo da história do trabalho. O artigo, divide-se em: 1) A fronteira de 1888; 2) Quem é a classe trabalhadora? 3) A categoria “subalternidade” e 4) Considerações finais. Em “A fronteira de 1888”, discute-se criticamente sobre a historiografia da “transição”. Em “Quem é a classe trabalhadora?” busca-se ampliar a definição de classe trabalhadora para não incluir apenas os trabalhadores(as) assalariados. Em “A categoria ‘subalternidade’” propõe-se uma nova categoria para compreender a diversidade dentro da classe trabalhadora e, por fim, nas considerações finais, conclui-se o artigo apresentando os objetivos e conclusões do estudo.

A fronteira de 1888

É possível afirmar a superação da “fronteira de 1888”? Silva Lara, no ensaio intitulado “Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil” (1995), proporciona uma crítica coerente no âmbito da História Social do Trabalho. No decorrer de sua exposição, Silva Lara (1995) salienta lacunas consideráveis ao constatar a ausência de um diálogo efetivo com as últimas décadas do século XIX. A autora (1995) argumenta que há um processo de exclusão, onde na narrativa histórica dos(as) trabalhadores(as) não figura o(a) trabalhador(a) escravizado(a), ou seja, “milhares de trabalhadores que viveram e lutaram durante séculos desaparecem do cenário histórico num piscar de olhos” (Lara, 1995, p. 45). Passadas três décadas desde a publicação deste relevante ensaio, observa-se um considerável avanço na

contribuição da História Social do Trabalho para a compreensão das últimas décadas do século XIX. Este progresso tem estimulado um aumento significativo de pesquisas que consideram o(a) escravizado(a) como um(a) trabalhador(a), distanciando-se assim de uma abordagem que erroneamente caracterizaria o final do século XIX por meio de um processo falacioso de substituição do(a) escravizado(a) pelo trabalhador branco e imigrante. Para a autora:

A abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destituídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão para os quais só resta a fuga ou a morte) ao universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, podemos encontrar sujeitos históricos). Na sua vertente mais tradicional, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalhador livre; e o negro escravo desaparece da história substituído pelo imigrante europeu. Imbuídos do espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagam da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não pertence ao universo dos trabalhadores, também o ex-escravo é excluído. Esta ruptura essencial da história no Brasil, de tão reiterada, já nos parece bem natural (Lara, 1995, p. 55).

Ao abordar a vasta historiografia relacionada à “transição”, a autora (1995) suscita dúvidas acerca da eficácia dessa explicação, evidenciando sua tendência a subestimar o papel essencial desempenhado pelos escravizados(as) na História Social do Trabalho. A abordagem tradicional da historiografia em relação à “transição” realiza uma sistemática eliminação das diversas formas de relações de trabalho que caracterizaram o final do século XIX e o início do século XX. Além disso, isso resulta - de maneira equivocada - na concepção de uma oposição clássica entre trabalho escravizado e trabalho assalariado, negligenciando outras formas de relações de trabalho, entre as quais estão aquelas categorizadas por Kowarick (2019) como “os despossuídos”, englobando tanto os “livres” quanto os “libertos”. Essa abordagem também relega ao esquecimento os mecanismos e estratégias empregadas pela classe dominante para a perpetuação da escravidão, nos quais é possível identificar formas de trabalho que guardam semelhanças com a escravidão mesmo no pós-Abolição.

Silvia Lara (1995), fundamentada na proposta thompsoniana de redimensionar a análise de experiência defende, portanto, romper com a concepção de que a experiência negra no Brasil se encerra no século XIX, com a Abolição da escravidão. Com a proposta de “inclusão dos excluídos” (Lara, 1995), a autora pondera sobre uma nova abordagem na compreensão da relação senhor-escravizado(a). Nessa linha de pensamento, a autora opõe-se também as duas concepções historiográficas que contribuíram para o apagamento dos(as) escravizados(as) no processo histórico. Sendo elas, a própria visão do caráter paternal e benevolente da escravidão preconizada por Gilberto Freyre (1933) que defendeu o “caráter patriarcal excepcionalmente

benigno da escravidão luso-brasileira e a vigência da democracia racial em nossa sociedade” (Gorender, 1990, p.13) e autoras como Katia Mattoso, especialmente na obra “Ser escravo no Brasil”, que segundo Gorender (1990) foi o prenúncio da virada de retorno à linha de Gilberto Freyre. Além dessa concepção, Silva Lara (1995) busca romper com a própria ênfase na violência, que embora rompesse com a visão idílica da colonização no Brasil e o mito da democracia racial preconizada por Gilberto Freyre (1933), por outro lado, também resultou no apagamento da ação de escravizados(as) nesse processo histórico. Para tanto, desde as primeiras páginas de seu ensaio, Silvia Lara traça algumas aproximações de Edward Palmer Thompson com a experiência negra no Brasil:

Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração (Lara, 1995, p. 46).

Assim, Silvia Lara (1995), apoiada na perspectiva thompsoniana, defende que as relações entre senhores e escravizados(as) são construídas por meio de movimentos constantes. Portanto, envolvem lutas, conflitos, resistências e acomodações e evidenciam uma compreensão dinâmica e complexa dessas interações. Nesse contexto, Lara (1995) destaca a importância de reconhecer os sujeitos históricos, senhores e escravizados(as), e compreender suas ações dentro de uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração. Mesmo considerando a germinação historiográfica passado décadas do ensaio de Silva Lara, a delimitação temporal imposta pelo marco de 1888 — data da Abolição da escravidão — ainda persiste como um desafio à historiografia, como observado por Batalha (2006). Apesar de questionado, esse marco cronológico, no qual denominei de “fronteira de 1888”, continua a influenciar a pesquisa histórica, resultando em uma escassez de estudos que rompem de fato com essa “fronteira”. Batalha (2006) aponta que, embora a noção dos escravizados(as) como trabalhadores(as) tenha sido introduzida por Silvia Hunold Lara, não é possível identificar um avanço significativo desde então. Essa constatação destaca a necessidade de superar as limitações temporais impostas por marcos históricos e avançar na compreensão das relações de trabalho no Brasil do final do século XIX e começo do XX. Batalha afirma que:

Peguemos, a título de exemplo, o marco de 1888, que apesar de ter sido colocado em xeque, ainda continua a ser um marco cronológico com o qual pouquíssimos trabalhos de fato rompem. Ainda são limitados os exemplos de pesquisas capazes de transitar facilmente da escravidão para o trabalho livre, mesmo no período anterior a 1888.

Afirmar que os escravos são trabalhadores e que nessa condição são parte integrante da história do trabalho podia ser uma novidade nos anos 1990, quando Sílvia Hunold Lara (1998) publicou o artigo que foi um dos deflagradores desse debate, mas já deixou de sê-la. Entretanto, pouco se avançou nessa discussão, para além do princípio enunciado (Baralha, 2006, p. 5-6).

Portanto, em relação à pergunta que fiz no início deste artigo sobre a possibilidade de afirmar a superação da “fronteira de 1888”, a resposta é a seguinte: a “fronteira de 1888” apenas abalou-se, mas não está obsoleta na historiografia. Segundo Mattos “é necessário superar as concepções estreitas de classe trabalhadora, em direção a um conceito mais ampliado” (Mattos, 2013, p. 84), pois o autor — a partir de Marini — explica que:

Assim, num movimento de formação do capitalismo na periferia dependente que partiria da circulação para impor um padrão à produção, Marini localiza tanto a escravidão quanto sistemas híbridos de exploração do trabalho (entre o assalariamento e a servidão, como no exemplo do “sistema de barracão” no campo brasileiro) na agricultura de exportação, como “uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo” (idem, ibidem, p. 160). Ter em conta essas características é fundamental para pensarmos a transição ao capitalismo no Brasil da segunda metade do século XIX, em que conviviam uma agricultura voltada para exportação, ainda baseada no trabalho escravo, com os primeiros passos do processo de industrialização em ambientes urbanos onde a convivência entre trabalhadores escravizados e “livres” era a tônica (Mattos, 2013, p. 105).

Quem é a classe trabalhadora?

Dialogando com isso, acredita-se, portanto, que os trabalhos que partem dessa crítica são frutos de uma germinação no campo historiográfico, em especial dentro da historiografia que dialoga com a História social do trabalho, pois além de romper com as concepções apresentadas, demonstra um novo olhar para o século XIX. Parte-se daqui para pensar em uma maior amplitude de possibilidades dentro de uma abordagem da História social dos(as) trabalhadores(as) que inclui sujeitos escravizados e emancipados. Ou seja, para pensar esses sujeitos como parte da história social do trabalho “e incluir as lutas pela liberdade como parte integrante dos chamados movimentos sociais deste país.” (Lara, 1995, p.55). Dessa forma, coaduna-se com Melina Perussatto sobre a Abolição da escravidão:

Passada a euforia, muitos ex-escravos se viram obrigados, por não ter outro modo de sobrevivência, a retornar às antigas atividades. Ao retornarem, porém, imprimiram a necessidade de estabelecer relações de trabalho que se distanciassem dos tempos do cativeiro. Por seu turno, aqueles que se negavam a regressar aos antigos domínios, ou ficaram avessos à dominação operada nas relações trabalhistas, eram rotulados de vadios. Inúmeras medidas legais e policiais foram tomadas, fraquejando diante da constante resistência dos ex-escravos que, inclusive, utilizavam expedientes jurídicos para se proteger (Perussatto, 2010, p. 238).

Lúcio Kowarick em “A origem do trabalho livre no Brasil” demonstra o processo salientado por Perussato (2010), pois ao analisar a constituição do mercado “livre” e/ou “liberto”, atesta que eram “encarados pelos potentados do café como vadios, carga inútil, desclassificados para o trabalho” (Kowarick, 2019, p.17), demonstrando dessa forma o acentuado uso da mão de obra escravizada em São Paulo ainda nos últimos anos da escravidão. Dessa maneira, questiona-se: quem é a classe trabalhadora? A categoria inclui quem? Van der Lin colabora para responder, pois:

Parece que este termo foi inventado no século XIX para identificar um grupo dos chamados trabalhadores “respeitáveis”, em oposição a escravos e outros trabalhadores sem liberdade, os auto-empregados (pequena-burguesia) e pobres excluídos, o lumpemproletariado. Por diversas razões, as quais não posso discutir agora, esta interpretação não é apropriada para o hemisfério sul (Linden, 2009, p. 22).

Nesse sentido, para o Kowarick (2019) foi nas áreas mais dinâmicas da economia que persistiu a utilização do trabalho escravizado. Contudo, com o crescente número de dissertações e teses que versam sobre o trabalho no século XIX, é possível identificar diversas estratégias para manutenção da relação escravista em áreas não necessariamente dinâmicas e que não representaram o auge da produção cafeeira. Dessa forma, no que se refere as pesquisas sobre mundo do trabalho, Perussatto (2010), Papali (2003), Ariza (2017) demonstram, por exemplo, como a tutela serviu para a manutenção de crianças junto ao ex-senhor e outros estudos também são capazes de demonstrar outras estratégias, tal qual a própria liberdade condicionada. Segundo Mattos,

As condições locais da luta de classes (as lutas dos escravos pela liberdade, em combinação com a defesa do abolicionismo por outros setores sociais) tiveram peso decisivo na opção pela imigração subvencionada para os cafeicultores paulistas, mas em outras regiões, transições que implicaram na manutenção dos antigos escravos no trabalho agrícola, através de formas variadas de “contratos de prestação de serviços” que não garantiam “liberdade” plena foram implantadas. Além do que, os imigrantes trazidos para as lavouras de café não foram empregados em relações predominantemente assalariadas (Mattos, 2013, p. 106).

Flavia Fernandes de Souza (2014) enfatiza a importância de questionar a barreira cronológica convencional ao abordar o tema da Abolição em 1888, propondo uma reavaliação do modo como a escravidão é investigada. Ao destacar a urgência de associar a escravidão ao processo de formação do capitalismo e analisar a interseção entre formas de exploração e relações de produção capitalistas e não capitalistas, a autora instiga uma reflexão crítica sobre a chamada “transição do escravismo para o capitalismo”. Essa perspectiva desafia a visão tradicional que tende a sobrevalorizar o papel do trabalho imigrante em detrimento da

população negra, destacando a necessidade de uma abordagem abrangente na compreensão dos processos históricos. Para Batalha:

Assim, os recortes habitualmente aceitos que impõem como momentos iniciais para os estudos do trabalho o surto de industrialização da década de 1880 ou marcos como o fim da escravidão e a República, passam a ser cada vez mais questionados. Desse modo, os historiadores do trabalho começam a voltar-se para o período que precede as duas últimas décadas do século XIX como um campo legítimo para suas análises (Batalha, 2006, p. 4).

No mesmo sentido de Batalha (2006), Souza (2014) demonstra que há uma tendência de historiadores(as) das tradições de estudos da escravidão, do mundo rural e do movimento operário de mobilizarem esforços na direção de um maior diálogo. Esse movimento é importante, mas deve ir além ao visualizarmos mais que um possível diálogo e, assim, ir na busca de romper com supostos campos historiográficos opostos. Ou seja, deve-se buscar a compreensão da História realizando a síntese das múltiplas determinações, compreendendo o particular dentro do universal. Desta forma, Souza (2014) enfatiza o processo de derrubada de barreiras temáticas e falaciosas dicotomias, por exemplo, entre trabalho e lazer, ou barreiras conceituais, por exemplo, entre articular classe social com gênero, raça e etnia. Assim, para Souza:

[...] estudar, como vem fazendo Dale Tomich, processos ligados à expansão da escravidão negra integrada ao quadro mundial do sistema capitalista industrial se torna um elemento importante para as análises que buscam compreender, de maneira estrutural e dialética, as relações de trabalho escravo e as de trabalho assalariado (Souza, 2014, p. 103).

A proposição requerida aqui é compreender as novas formas de exploração do trabalho sem inviabilizar as diferentes formas e relações de trabalho postas na passagem do século XIX e XX. Ou seja, compreender que não será apenas predominantemente o trabalho assalariado e a mão de obra imigrante. Gorender no primeiro capítulo da obra “A escravidão reabilitada” (1990) defende que a escravidão nunca deixou de existir no campo formal, apenas sendo abolida juridicamente no ano de 1888. A partir disso, convém negar que as relações assalariadas são o “reino da liberdade” e compreender os diferentes arranjos suscitados no mundo do trabalho. Como já dito, apesar do certo avanço, dificilmente rompe-se com a convicção de que o capitalismo é o modo de produção antagônico a escravidão no aspecto de liberdade e negação da liberdade, respectivamente. Compreender a “transição” de um modo de produção para o outro, suas rupturas e continuidades e, de que forma opera uma diversidade de relações de trabalho é crucial para negar a falácia de uma transição factual e literal do processo histórico. Dessa forma, é profícuo compreender que o modo de produção escravista colabora com o modo

de produção capitalista ao criar as suas próprias formas de exploração. Além disso, passa-se a considerar outras formas de trabalho, como os camaradas, agregados ou como intitulado por Kowarick: os “despossuídos” (Kowarick, 2019).

Categoria “subalternidade”

É nesse sentido e objetivo de compreender as novas formas de exploração do trabalho sem inviabilizar as diferentes formas e relações de trabalho postas na passagem do século XIX e XX que se utiliza da categoria “subalternidade”. Segundo Souza (2014) a categoria tem suas origens nas concepções de classes ou grupos subalternos presentes no pensamento gramsciano. Marcel Van der Lin (2009), também fundamentado na concepção gramsciana, propõe que, na construção do modo de produção capitalista, coexistem variadas formas de exploração e arranjos de produção. Ou seja, para o autor (2009) a questão central envolve as diferentes formas de exploração e relações de produção, quer sejam capitalistas ou de natureza “pré-capitalista”, durante o processo global de estabelecimento do sistema capitalista. Colaborando para a perspectiva aqui adotada, considera-se Marcelo Mattos para debater como tratar conceitualmente o processo de formação da classe trabalhadora. Para o autor (2012), a categoria dá conta de uma situação de periferia colonial, como é o caso brasileiro em fins do século XIX. Mattos explica o caso da cidade do Rio de Janeiro,

[...] as diferentes formas de escravidão urbana, juntamente com a exploração da força de trabalho “livre”, resultaram em modalidades particulares de exploração do trabalho, incluindo arranjos próximos ao assalariamento, contratos de locação de serviços e outras formas variadas de trabalho (Mattos, 2012, p. 23).

Para o autor (2012), por meio da concepção original do conceito grupos subalternos ou classes subalternas talvez se pudesse dar conta da dimensão de classe no processo de subsunção formal do trabalho ao capital em situações históricas em que predominam formas diversas de exploração do trabalho.

[...] o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil do século XIX estaria completamente resolvido no interior da noção de “trabalhadores subalternos” de van der Linden. Desde o momento em que a venda da força de trabalho já obedece aos imperativos do capital (tanto faz se escravos que são pessoalmente vendidos por outros junto com sua força de trabalho, ou se trabalhadores “livres” que a vendem, ou híbridos em situações como as dos escravos de ganho e de aluguel) estamos diante de uma mesma classe de trabalhadores (Mattos, 2012, p. 28-29).

É, portanto, a partir da categoria de “subalternidade” que se amplia os sujeitos a serem considerados dentro da história do trabalho e, assim, evita-se de reduzir ao operariado fabril. Nas palavras de Batalha (2006) “seria necessário incluir trabalhadores livres e não livres,

urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais.” (p. 3). E ainda, como manifesta Van der Linden: “Temos que reconhecer que os trabalhadores assalariados “reais”, que estavam no centro das atenções de Marx” (2009, p.23), ou seja:

[...] trabalhadores que, como indivíduos livres, podem dispor de sua própria força de trabalho como sua própria mercadoria e não têm outra mercadoria para venda, são apenas uma das formas que o capitalismo encontra para transformar força de trabalho em mercadoria. Há muitas outras formas que demandam igualmente atenção, como escravos, aprendizes, meeiros etc.” (Linden, 2009, p. 23).

Dessa forma, a partir da categorização de “subalternos” Van der Linden e outros autores(as) buscam redefinir a classe trabalhadora, demonstrando uma fronteira cada vez mais “fluida e combinada” (Mattos, 2013).

Considerações finais

Esse estudo buscou ressaltar a complexidade e a diversidade das relações de trabalho no Brasil durante o período de transição do século XIX para o século XX. O estudo, amparado a partir de uma revisão bibliográfica, possibilitou evidenciar que a chamada “fronteira de 1888”, marcada pela Abolição da escravidão, não representou uma modificação drástica do uso da mão de obra outrora escravizada. Pelo contrário, a persistência de formas híbridas de exploração, a coexistência de diferentes arranjos de produção e a continuidade de práticas escravistas mesmo após a abolição jurídica demonstram a necessidade de uma abordagem mais ampla e inclusiva na compreensão da história do trabalho no Brasil.

Assim, a categoria de “subalternidade” é uma alternativa conceitual para ampliar nossa compreensão da classe trabalhadora, abarcando não apenas os trabalhadores(as) assalariados(as) “livres”, mas também os diversos grupos subalternos que estiveram sujeitos a formas variadas de exploração do trabalho. Nesse sentido, é fundamental superar as dicotomias a fim de captar a complexidade das relações de trabalho. Assim, este estudo contribui para uma revisão crítica da historiografia tradicional, ampliando o escopo de estudo e oferecendo novos horizontes sobre a dinâmica do trabalho no país.

Referências

BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019.

LARA, S. H. **Blowing in the wind**: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. São Paulo: **Proj. Hist**, out. 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. **Workers of the World**, Volume I, Number 2, p. 77-104, jan. 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume, 2003.

PERUSSATTO, M. K. **Como se de ventre livre nascesse**: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888. 2010.

SOUZA, F. F. DE. Escravidão, trabalho e subalternidade: discussões atuais da historiografia do trabalho e da escravidão e o estudo da formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro. Gragoatá: **Marx e Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 86–110, 26 abr. 2014.

VAN DER LINDEN, Marcel. **História do Trabalho**: o velho, o novo e o global. In: *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p. 11-26, jan.-jun. 2009.

**ST 20 – PENSAMENTO POLÍTICO, MÍDIAS E
CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS:
TEMAS, TEORIAS E MÉTODOS**

Coordenado por Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins
e Prof. Dr. Luis Rosenfield

Biopolítica e poder disciplinar no Estado argentino nos fins do século XIX: uma análise através do *La Voz de La Mujer*

SCHWENGBER, Gabriela

Mestranda em História na UFSM

Bolsista CAPES/DS, gabrielaschwengber2@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos da modernização do Estado argentino na segunda metade do século XIX, assim como elementos da Biopolítica e do poder disciplinar na construção de uma identidade nacional a partir do periódico *La Voz de La Mujer*. O *La Voz de La Mujer*, fonte da pesquisa em desenvolvimento em nosso mestrado, foi publicado por mulheres trabalhadoras e anarquistas em Buenos Aires – Argentina, entre 1896 e 1897. As redatoras dedicaram-se a diferentes temáticas no impresso: alinhavam-se a pautas defendidas pelo Anarquismo, como as críticas à Igreja, às guerras e a exploração das(os) trabalhadoras(es); inseriram o debate de gênero no movimento libertário portenho através de publicações que abordavam as violências que as mulheres sofriam nas ruas, igrejas, locais de trabalho e nos lares, por exemplo. No entanto, nesta apresentação, nos focaremos nos comentários que elas teceram a respeito de acontecimentos locais, nacionais e suas críticas à atuação do Estado e suas instituições. Afinal, aproximadamente a partir de 1870 passaram a se estabelecer (bio)políticas étnicas para a construção da Nação argentina – através do financiamento estatal de migrações europeias, com a *Ley de Inmigración* (1876) e o extermínio da população indígena com as *Campanhas do Deserto* (1878) – além do disciplinamento das camadas populares, seja através da polícia ou discursos médico-científicos, por exemplo. Faz-se necessário mencionar que as redatoras do *La Voz de La Mujer* eram, possivelmente, imigrantes ou filhas de imigrantes, além de terem estabelecido contato com comunidades italianas de Buenos Aires. Logo, enquanto mulheres imigrantes, brancas e letradas, possuíam um papel importante na construção deste projeto de Nação. Ao analisar as páginas do periódico, relacionando-o com seu contexto de produção, pode-se perceber que as anarquistas, além de atravessadas por tais aspectos, também elaboraram respostas, questionamentos e debates sobre as (bio)políticas e atuação das instituições do Estado. A metodologia utilizada foi a hermenêutica tradicional das fontes históricas, aliada aos cuidados metodológicos necessários ao pesquisar em periódicos.

Palavras-chave: Estado argentino; *La Voz de La Mujer*; biopolítica.

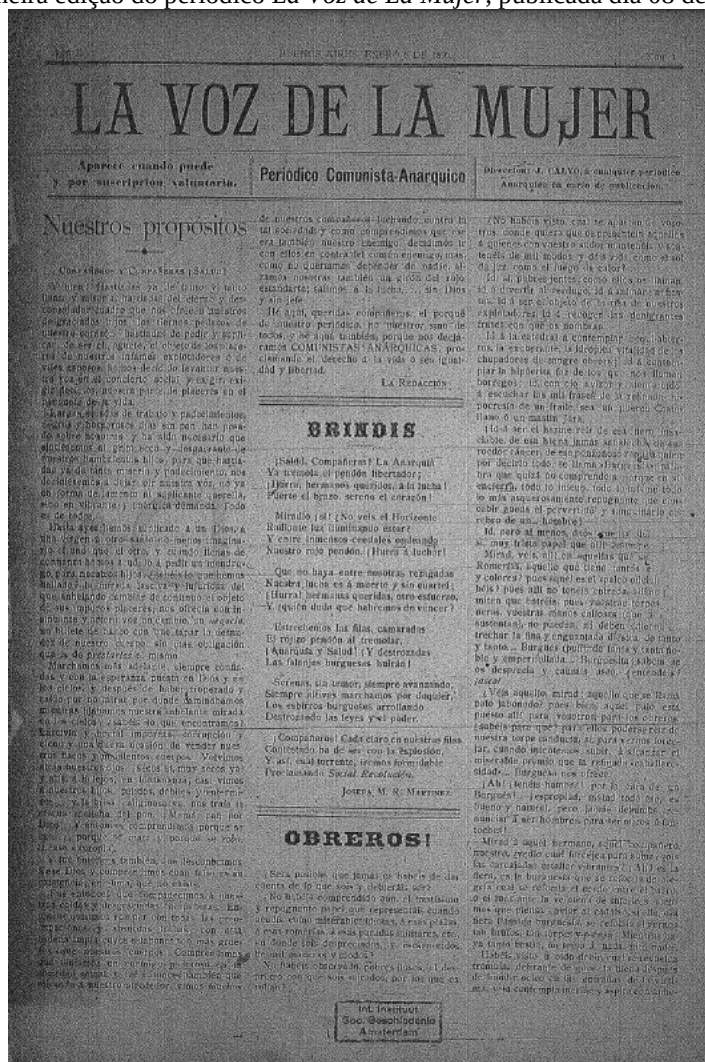
Considerações iniciais

O periódico *La Voz de La Mujer* foi produzido por um grupo de mulheres anarquistas de 1896 a 1897, em Buenos Aires — Argentina. As redatoras se dedicavam a múltiplas temáticas no impresso: expor a exploração burguesa³⁷⁵, criticar a Igreja, denunciar as injustiças das guerras, assim como comentar e criticar acontecimentos nacionais e locais publicados na grande imprensa argentina. Entretanto, a novidade trazida pelo jornal foi a inserção de um recorte de gênero no meio anarquista portenho, ao denunciar a exploração e violências que as mulheres sofriam pelos padrões, maridos e companheiros de militância. Conforme coloca a

³⁷⁵ Para saber mais a respeito do posicionamento anarquista das redatoras do *La Voz de La Mujer*, acesse e ouça o podcast *Diálogos Olímpicos*, episódio 70 - *Especial História Contemporânea: O anarco-comunismo no La Voz de La Mujer*, disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3xRD2OiW2rTaQPbxbYpDPS>.

pesquisadora Laura Cordero, através do impresso, essas mulheres “vinieron a decir, en primera persona, ‘soy la oprimida’, y con esa sola frase anunciaron algo inesperado: la oprimida habla”³⁷⁶ (Cordero, 2017, p. 20).

Figura 1 - Primeira edição do periódico *La Voz de La Mujer*, publicada dia 08 de janeiro de 1896



Fonte: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas, disponível em: <https://americalee.cedinci.org/portfolio-items/la-voz-de-la-mujer/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

As anarquistas do periódico *La Voz de La Mujer* são frequentemente indicadas enquanto mulheres imigrantes ou filhas desses, conforme podemos perceber nos trabalhos de Molyneux (2018), Cordero (2017), Souza (2018) e Nari e Feijóo (1994). Isto ocorre devido aos altos índices de imigração à Argentina na segunda metade do século XIX, como nos deteremos a seguir. Apesar desta indicação da historiografia, ao analisar as edições publicadas do periódico não há menção ou autodeclaração por parte das redatoras enquanto imigrantes. No entanto,

³⁷⁶ Tradução nossa: “vieram a dizer, em primeira pessoa, ‘sou a oprimida’, e com essa única frase anunciaram algo inesperado: a oprimida fala”.

percebemos a aproximação delas com a língua e comunidade italiana, visto que publicaram um texto e a programação de um evento que ocorreria em Buenos Aires.

Desta forma, publicaram em suas páginas diversos textos opinativos a respeito dos acontecimentos locais, nacionais e internacionais do seu recorte temporal, além de propagandas ao movimento libertário. Enquanto objetivo da folha, elas pautavam:

educar nos en la cotidiana lucha por la conquista de nuestros derechos. Algunas de nosotras jamás hemos tomado una pluma, ni aun para poner nuestros nombres, y no obstante nos hemos decidido a poner nuestras fuerzas al servicio de la tan ansiada Revolución Social. Queremos hacer comprender a nuestras compañeras que no somos tan débiles e inútiles cual creen o nos quieren hacer creer los que comercian con nuestros trabajos y nuestros cuerpos³⁷⁷ (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, n. 4, p. 4).

Logo, apesar das dificuldades decorrentes de seus contextos e marcadores sociais — como serem mulheres e trabalhadoras — procuraram elaborar respostas aos acontecimentos, bem como às políticas e práticas disciplinares que impactavam seus corpos. A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar alguns aspectos da modernização do Estado argentino na segunda metade do século XIX, focando nos elementos da biopolítica e do poder disciplinar que visavam a construção de uma identidade nacional, através dos escritos do periódico *La Voz de La Mujer*.

Faz-se relevante considerar que, a partir da segunda metade do século XIX, o Estado argentino intensificou seu processo de modernização, criando a polícia, instituição que a elite argentina “canalizó sus esfuerzos en la constitución de un orden social [...]. Para alcanzar tales objetivos se buscó desarrollar y perfeccionar las instituciones destinadas a controlar y reglamentar a la población”³⁷⁸ (Teitelbaum, 1998, p. 186), ou seja, um dispositivo do poder disciplinar. Também estabeleceu (bio)políticas étnicas para transformar a constituição populacional, com *Ley de Inmigración* (1876) e as *Campanhas do Deserto* (1878).

A *Ley de Inmigración* (1876) foi uma política estatal que visou e financiou as migrações europeias em massa para a Argentina. O objetivo inicial era de alocar esses(as) imigrantes nas regiões rurais e interioranas do país para trabalharem na produção agrícola. Esperava-se também que “cada imigrante desejado traria mais civilização inscrita no corpo e nos hábitos” (Souza, 2020, p. 217), visando transformar as características e hábitos locais. A partir da legislação, foi concedido aos imigrantes um período no alojamento estatal gratuito —

³⁷⁷ Tradução nossa: “educar-nos na luta cotidiana para conquistar nossos direitos. Algumas de nós jamais havia pego uma pena, nem para pôr nossos nomes, e porém nós decidimos pôr nossas forças ao serviço da tão ansiada Revolução Social. Queremos fazer nossas companheiras compreenderem que não somos tão débeis e inúteis como creem ou nos quiseram fazer crer os que negociam com nossos trabalhos e nossos corpos”.

³⁷⁸ Tradução nossa: “canalizou seus esforços na constituição da ordem social. [...] Para alcançar tais objetivos buscou desenvolver e aperfeiçoar instituições destinadas a controlar e reger a população”.

localizado próximo ao porto até serem redirecionados às colônias para desenvolverem seus trabalhos e receberem mantimentos, sementes e animais para iniciar as atividades laborais.

Assim, estima-se que no ano de 1895, um ano antes do início das publicações do periódico *La Voz de La Mujer*, os imigrantes compunham 25% da população total na Argentina (Devoto, 1999, p. 49) e, no recorte temporal de 1881 a 1914, mais de 4.200.000 pessoas (Devoto, 2003, p. 247). Apesar do planejamento inicial previstos na *Ley de Inmigración* — seja durante os debates para a criação da norma, quanto no texto final — ocorreram algumas mudanças, como a

valorização das terras dos pampas [que] conduziu à concentração fundiária e, conseqüentemente, à impossibilidade de os camponeses estrangeiros obterem sua propriedade rural. Restavam duas opções, tanto aos imigrantes que já estavam na Argentina como àqueles recém-chegados: a primeira era trabalhar no campo na condição de arrendatário ou peão assalariado; a segunda, buscar uma nova ocupação nas zonas urbanas (Cunha, 2018, p. 48).

Deste modo, houve um impacto na organização urbana, que contava com pouca infraestrutura para o contingente populacional e a mudança da disposição das classes sociais nos bairros, e no mundo do trabalho em Buenos Aires, ocorreram tensões referentes às ofertas e pagamentos de trabalhos.

Já as *Campanhas do Deserto* (1878) foram campanhas militares que ocorreram entre 1878 a 1884, e possuíam enquanto objetivo explorar e expandir o território nacional para povoar e produzir nas regiões mais interioranas e fronteiriças; averiguar a possibilidade da ligação das estradas de ferrovias — projeto iniciado ainda nos anos 1850 para ligar as produções e mercados internos aos portos; e, ainda, exterminar as populações indígenas consideradas enquanto um problema nacional e impor controle sobre as regiões.

Conforme pontuado pelo pesquisador Fábio Feltrin Souza, as campanhas tiveram todo um “enredo discursivo [...] para que a matabilidade dos corpos indígenas mediante a guerra não se configurasse um crime, mas, ao contrário, uma positividade” (Souza, 2020, p. 215), algo considerado necessário e benéfico para o “progresso Nacional”. Faz-se relevante destacar que o estabelecimento de ambas normas legislativas possuem apenas dois anos de diferença temporal, o que nos indica um esforço por parte do Estado de transformar a população nacional, tanto corporalmente, quanto em seus hábitos. Nos deteremos a estas questões, assim como o desenvolvimento da polícia enquanto instituição disciplinar, a seguir a partir da conceitualização de biopolítica e poder disciplinar conforme proposto por Michel Foucault.

A metodologia utilizada ao longo do desenvolvimento da Dissertação de Mestrado é a hermenêutica tradicional das fontes históricas, aliada aos cuidados metodológicos necessários

ao pesquisar em periódicos. A hermenêutica tradicional, como proposto por Rodrigo Matos de Souza (2022), compreende que o processo de análise das fontes gera a “produção de um novo acontecimento, impulsionado pelo texto inicial que o motivou amplificado pelo diálogo” (Souza, 2022, p. 34). Já as considerações a respeito da utilização de periódicos nas pesquisas históricas, conforme proposto por Tania Regina de Luca (2008) e Cláudio Elmir (1995), destacam a necessidade de analisar os diferentes contextos da produção da folha, relacionando-a constantemente com seu recorte temporal.

Ainda vale comentar que esta pesquisa se constituiu enquanto um recorte da Dissertação de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH UFSM).

Biopolítica e Poder Disciplinar

Neste subtópico iremos nos voltar à compreensão dos conceitos de poder disciplinar e biopolítica. Michel Foucault, ao escrever a respeito das transformações nas formas de poder na sociedade a partir do século XVIII, coloca que passamos de um Poder Soberano — de fazer morrer e deixar viver, para um Biopoder — centrado no fazer viver e deixar morrer. Essa nova configuração de poder se centra em dois principais eixos, o Poder Disciplinar e a Biopolítica.

O poder disciplinar, o primeiro que foi formado, “centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (Foucault, 1988, p. 131). Desta forma, objetiva o adestramento e melhoramento de cada indivíduo através de mecanismos e instituições de vigilância, força e coerção, bem como discursos delimitadores da verdade e normas — como as prisões, exército, fábricas, escolas e discursos médico-científicos, por exemplo.

Assim, o poder disciplinar age de uma maneira que

não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. **‘Adestra’ as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais** — pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. **A disciplina ‘fabrica’ indivíduos**; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (Foucault, 1999, p. 195, grifos nossos).

A partir da disciplina individual é possível organizar os sujeitos em sua multiplicidade, aumentar sua produtividade, docilidade e obediência (Foucault, 1987) ao sistema. Tópicos

importantes para subjetivas e conduzir a massa de homens e mulheres imigrantes na Argentina, que atuavam enquanto trabalhadores nas fábricas e oficinas.

Já a biopolítica, por sua vez, refere-se às forças, táticas de controle e formas de gerir populações e massas — e não apenas cada um dos sujeitos de maneira isolada. Volta-se às questões relacionadas à saúde dos corpos, que ao passarem pelas regulações do Estado moderno, aumentam seu controle sobre os mesmos — como na sexualidade, corpo e dieta, por exemplo. Assim, busca

melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde através de campanhas e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os **fluxos de população** (Foucault, 2006, p. 76-77, grifo nosso).

A partir da preocupação com o corpo-espécie, dedica-se à “proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar” (Foucault, 1988, p. 131), um poder, em suma, que atua sob a manutenção e direcionamento da vida da espécie. Conforme destacado na citação acima, os fluxos migratórios são exemplos da biopolítica sendo exercida, afinal, transformam as características populacionais no aspecto físico e cultural. Desta forma, podemos considerar a *Ley de Inmigración* e as *Campanhas do Deserto* enquanto biopolíticas do Estado argentino.

Nas páginas do periódico *La Voz de La Mujer*

Ao analisar o periódico *La Voz de La Mujer* podemos perceber estes poderes sobre a vida — o poder disciplinar e a biopolítica —, sendo exercidos pelo Estado argentino e outras instituições, que impactavam a vida das redatoras e/ou dos indivíduos ao seu entorno. Evidentemente que, inseridas em seus contextos, não propunham uma análise através destes conceitos, mas ainda assim registravam e questionavam políticas e aparatos institucionais.

Uma das formas que o poder disciplinar aparece nas páginas é através das críticas à polícia, que conforme supracitado, estava em processo de consolidação devido ao interesse da elite regional. Desta forma, a polícia ficou “encarregada de vigiar, reprimir e moldar as condutas dos setores populares” (Teitelbaum, 1998, p. 186). Ao voltar para o *La Voz de La Mujer*, há trechos nos quais é possível perceber tais repressões, como o texto publicado no dia 19 de janeiro de 1896, em que narram uma reunião da associação de pedreiros, quando

terminada la reunión, los compañeros dirigieron a un café próximo en donde en número de treinta más o menos fueron rodeados y llevados presos por unos 80 perros [...]. Estos compañeros se encuentran actualmente en el depósito de contraventores 24 de noviembre y entre ellos dos heridos. [...] compañeros; no debisteis dar lugar a

quejas, y aquí viene a pelo aquello de: ‘Los muertos no hablan’ ni se quejan, compañeros...³⁷⁹ (*La Voz de La Mujer*, 31 jan. 1896, nº. 2, p. 11).

Percebe-se a utilização da palavra *perros* para se referirem aos policiais, com conotação negativa. Aqui, fazem uma crítica às prisões e agressão aos trabalhadores(as), sem motivos explícitos ou situações de confronto, indicando-nos que muitas das repressões eram realizadas pelo ímpeto de desmobilizar os grupos de trabalhadores. Também nos indica a inexistência de vias legais e de apoio aos trabalhadores(as) para recorrer em tais casos.

Em outra edição da folha, as libertárias escrevem que leram notícias em um jornal de maior circulação chamado *La Nación*, em que um advogado se pronunciou enquanto defensor dos patrões no contexto de greves trabalhistas que ocorriam em Buenos Aires. Segue o trecho:

El Dr. Oliva se convierte en abogado de ‘los patrones’, contra los ‘peones matriculados’. Estos individuos, dice, ‘no se pertenecen’, ‘no pueden abandonar el servicio por su propia voluntad’. ¿Sabe el lector lo que le pasa a un conchabado que abandona su patrón? El juez Oliva nos lo explica: ‘cae bajo la acción de la policía, que lo busca y lo entrega a su patrón, obligándolo a servir’ [...] Si el juez Oliva ha querido hacerse él mismo esclavo de la ley para apretar la cadena a los conchabados, podía haber salvado siquiera su protesta de hombre libre. No lo ha intentado, en su afán por defender los intereses de los dueños de ingenios y librarlos de que sus peones los ‘estafen’ [...] Digamos aquí, para concluir, que los agitadores del movimiento obrero, que bregan por la jornada de ocho horas, piden verdaderas gollerías, al lado de la suerte que cabe al infeliz jornalero de Tucumán, ahorrado por la ley y vilipendiado por los jueces³⁸⁰ (*La Voz de La Mujer*, 27 mar. 1896, nº. 4, p. 10-11).

Tecem a crítica de como a polícia estavam à disposição e trabalhavam para a elite política e econômica. Assim, a polícia disciplinava os indivíduos das camadas populares através da coerção de ações, estabelecimento de medo, amparando-se também em outras instituições e formas de poder, como um poder-saber jurídico, no exemplo do juiz.

No caso da biopolítica, pegaremos enquanto exemplo o que escreveram a respeito das *Campanhas do Deserto*. Apesar das edições do impresso terem sido publicadas mais de uma década após o término das incursões, as libertárias publicaram um texto a respeito das mesmas, em que elas escreveram:

Allá por el año 1880, si mal no recordamos, el *civilizador* gobierno argentino envió parte de su ejército en misión *civilizadora* también, a la conquista del desierto. Como la *civilización* iba en las puntas aceradas de las lanzas y bayonetas del tal ejército,

³⁷⁹ Tradução nossa: “terminada a reunião, os companheiros se dirigiram para um café próximo, onde um número de mais ou menos trinta foram cercados e levados presos por uns 80 *perros* [policiais] [...]. Estes companheiros se encontram atualmente no depósito de contraventores 24 de novembro e entre eles, dois feridos. [...] companheiros, não deveriam dar lugar a queixas, e aqui me vem à mente que: ‘Os mortos não falam’, nem se queixam, companheiros...”

³⁸⁰ Tradução nossa: “O Dr. Oliva se torna em advogado “dos patrões”, contra os “peões matriculados”. Estes indivíduos, disse, “não se pertencem”, “não podem abandonar o serviço por sua vontade própria”. O leitor sabe o que acontece a um conchavado que abandona seu patrão? O juiz Oliva nos explica: “cai sob a ação da polícia, que o busca e o entrega ao patrão, obrigando-o a servir”.

claro está que la cosa produjo óptimos resultados y la *civilizadora* cosecha fue espléndida.

Se cazaron, queremos decir se *civilizaron* a medias unos 800 indios, amén de los que se *civilizaron* del todo, que de esos no conocemos el número, porque los civilizadores no dijeron a cuánto alcanzaba el número de muertos (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, nº. 9, p. 13, grifo das redatoras).

Nota-se que utilizam da ironia ao se referirem às campanhas enquanto algo “civilizador”, pois expõem como o exército argentino perpetuou a violência e matabilidade da população indígena. Além disso, narram a captura de parte dos indivíduos indígenas, que “fueron traídos a ésta y distribuidos (de la manera más *civilizadora* posible) a los varones en el ejército permanente y las hembras entre las distinguidas y decentísimas matronas”³⁸¹ (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, nº. 9, p. 13, grifo das redatoras), entregues a famílias ricas que utilizaram da força de trabalho forçada.

No *La Voz de La Mujer* comentam a respeito de uma situação específica, de um oficial dos bombeiros de Buenos Aires chamado Fossa, que estava com uma

india, mujer de edad ya, la cual (cosa increíble y que hasta parece mentira) a pesar de los 16 que lleva de estudiar en la... tina de lavar la mugre del caballero Fossa no ha aprendido ni la o por larga!!

¿verdad que después de 16 años de lavar patios y ropa, de cebar mate y chanchos, de cocinar, de pasar hambre, y de llevar cachetadas (parece mentira) no pueda un indio aprender la o?³⁸² (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, nº. 9, p. 13).

Fossa, com o pretexto de “civilizar” e alfabetizar a mulher indígena, colocou-a para trabalhar nos serviços domésticos e de manutenção da vida doméstica, com pouca ou nenhuma qualidade de vida. E ainda comentam que “há mais”, pois

la india de Fossa (**la sirvienta, no la esposa**) tiene una hija a la cual los niños ¡pobrecitos! enseñan a multiplicar... en pago de lo cual su vida de ella en la casa del pundonoroso Fossa es algo peor.

Los palos, ni se diga: hambre para mantener un regimiento, y para mejor tanto es el cariño que le tienen, que **le prohíben llamar madre a la autora de sus días. Per cosa? Non si sa.**³⁸³ (*La Voz de La Mujer*, 01 jan. 1897, nº. 9, p. 13, grifo nosso).

Aqui, há indícios de violências sexuais ao considerarmos a disparidade de poder entre homens como Fossa e as mulheres indígenas. Além de outros aspectos de violências físicas,

³⁸¹ Tradução nossa: “foram trazidos aqui e distribuídos (de maneira mais *civilizada* possível) aos homens do exército permanente e às mulheres entre as distintas e muito respeitáveis matronas”.

³⁸² Tradução nossa: “índia, mujer de idade já, a qual (coisa inacreditável e que faz parecer mentira) apesar dos 16 anos que passou a estudar na... tina de lavar a sujeira do cavalheiro Fossa, não aprendeu nem a letra O depois de tanto tempo!! É verdade que depois de 16 anos de lavar pátios e roupas, cevando mate e criando porcos, de cozinhar, de passar fome e de levar bofetadas (parece mentira), não pode um índio aprender a letra O?”.

³⁸³ Tradução nossa: “a índia de Fossa (a empregada, não esposa) tem uma filha que tem crianças, pobrezinhos! Ensinam a multiplicar... enquanto sua vida na casa do respeitável Fossa é algo pior. Quanto aos castigos, nem se fala: fome para manter um regimento, e como se não bastasse o carinho que tem por ela, a proibem chamar de mãe a autora de seus dias. Por quê? Não se sabe”.

psicológicas e emocionais, como negação a exercer a maternidade, o cerceamento da liberdade e os castigos físicos. A partir da relação entre a *Ley de Inmigración* e *Campanhas do Deserto*, podemos compreender os espaços destinados a cada grupo étnico na construção e consolidação desta Nação: aos indígenas, o trabalho forçado; às pessoas brancas — especialmente imigrantes — o trabalho assalariado nas fábricas e oficinas, que fornecia o suficiente para manter suas existências, pois acreditava-se que seriam os responsáveis por inserir transformações de ordem, costumes e moral (Fernández, 2017, p. 59) entre a população.

Considerações finais

Ao analisar as páginas do periódico *La Voz de La Mujer*, relacionando-o com seu contexto de produção, pode-se perceber que as anarquistas foram atravessadas pelos processos de modernização do Estado argentino na segunda metade do século XIX, assim como pelos poderes sobre a vida. Desta forma, elas também elaboraram respostas sobre a (bio)política e poder disciplinar, teceram críticas a respeito da atuação das instituições e do Estado — que, neste momento, objetivava construir uma Nação branca, com influências culturais e fenotípicas europeias, bem como consolidar indivíduos produtivos economicamente e dóceis politicamente.

Em alguns momentos, como os que analisamos aqui, opuseram-se a essas campanhas “civilizadoras” ou que visavam a docilidade dos corpos das e dos trabalhadores, tecendo críticas a respeito das mesmas. Entretanto, devemos considerar que este contexto também as constituiu enquanto sujeitos, e o Estado possuía um interesse nessas redatoras — enquanto mulheres brancas e letradas, que auxiliariam na perpetuação nacional através da maternidade³⁸⁴.

Referências

Fontes

La Voz de La Mujer (1896-1897). Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas, disponível em: <https://americalee.cedinci.org/portfolio-items/la-voz-de-la-mujer/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 01 jan. 1897, nº. 9. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

La Voz de La Mujer, 31 jan. 1896, 2. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

³⁸⁴ Para saber mais a respeito, recomenda-se a leitura da Dissertação completa.

La Voz de La Mujer, 27 mar. 1896, 4. Universidad Nacional de Quilmes — Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/2240>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Bibliográficas

CORDERO, Laura Fernández. **Amor y anarquismo**: experiencias pioneras que pensaron y ejercieron la libertad sexual. Buenos Aires: Ed. Siglo Veintiuno, 2017.

DEVOTO, Fernando J. **Historia de la inmigración de la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 2003.

DIÁLOGOS OLIMPIANOS. 70. Especial História Contemporânea: O anarco-comunismo do La Voz de La Mujer. Comentários por Gabriela Schwengber. Jul. 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3xRD2OiW2rTaQPbxbYpDPS>.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, n. 13, dez. 1995, p. 19-29.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Ed. Graal, 2006, p. 361-385.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I** — A vontade de Saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2008.

SOUZA, Rodrigo Matos. Notas para o trabalho com a hermenêutica na pesquisa em Educação. **Momento — Diálogos em Educação**, v. 31, n. 03, p. 26-40, set./dez., 2022.

SOUZA, Fábio Feltrin. Necropolítica austral: modernidade, guerra e nação na Argentina do século XIX. **História, debates e tendências**. Passo Fundo, v. 20, n. 3, set/dez 2020, p. 210-228.

TEITELBAUM, Vanesa. La prédica higienista en la construcción de una imagen de la maternidad en Tucumán, Argentina, a fines del siglo XIX y comienzos del XX. **Papeles de Población**, v. 4, nº 16, abr.-jun 1998, p. 185-200.

A Política Externa Independente na Imprensa em Transição: o Brasil e os Não-Alinhados em *A Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* (1961)

SANTOS, Mateus José da Silva

Doutorando em História - UFPel

Bolsista CAPES, mateus_santos29@hotmail.com

Resumo: Enquanto um conjunto de princípios e ações dentro dos esforços de mundialização e multilateralização da PEB, a Política Externa Independente se notabilizou pela produção de diferentes iniciativas de ampliação da ação externa do Brasil. Dentre as principais movimentações que caracterizaram sua primeira fase, ainda no curto mandato do Presidente Jânio Quadros (1961), um processo de aproximação cautelosa entre o Brasil e os ditos países Não-Alinhados se desenvolveu a partir de diferentes acenos nas esferas bilateral e multilateral emitidos por parte do novo governo brasileiro. Diante de tais movimentações, diferentes atores interessados pelos rumos da PEI buscavam não apenas compreender as possibilidades e os limites envolvendo tal relacionamento, como também analisar tais movimentações em busca da compreensão das linhas mais gerais da PEB no período. Como parte integrante de uma atmosfera conflituosa sobre a Política Externa, periódicos como o *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa* demonstraram interesse sobre tal agenda, num movimento de materialização do caráter político da ação da chamada Imprensa em Transição. Considerando as posições distintas dos periódicos no contexto de acirramento da luta político-social no Brasil, busca-se analisar como estes cobriram as mais diferentes iniciativas da diplomacia brasileira na direção dos Não-Alinhados, observando o processo de produção de sentidos acerca de uma agenda promotora de tensão acerca da recepção da PEI por parte de uma sociedade em transformação.

Palavras-chave: Política Externa Independente; Jânio Quadros; Imprensa em Transição.

Introdução

Em depoimento ao CPDOC, Vasco Leitão da Cunha rememorou o episódio envolvendo sua indicação como observador brasileiro na Reunião de Preparação para a I Conferência dos Não-Alinhados. Ocupando o cargo de Secretário Geral do Itamaraty, o diplomata aposentado considerava a sua possível ida ao Cairo como “muita coisa” (Cunha, 2003, p.232). Sem trazer maiores detalhes ou impressões acerca do processo de nomeação, seu exercício de rememoração do episódio abarcou também uma avaliação dúbia sobre essa iniciativa da Política Externa de Jânio Quadros e Afonso Arinos. Se a participação no encontro preparatório sinalizava com o interesse pela manutenção do diálogo com os ditos Não-Alinhados, a natureza desse tipo de inserção internacional e uma possível filiação do país ao movimento autonomista que se constituiria no seio do chamado Terceiro Mundo deveria ser visto com cautela:

Sou contra participarmos dos não-alinhados, porque na minha opinião devemos ser alinhados. O Fidel Castro é alinhado e é o presidente da Conferência dos Não-Alinhados, de maneira que é uma farsa. O mais engajado de todos é ele, e é presidente dos não-alinhados! O Tito era não-alinhado mesmo, mas tinha as costas quentes. Tinha o apoio ocidental, que os russos não podiam impedir, e tinha a bravura do povo iugoslavo (Cunha, 2003, p.232-233).

Sugerindo limites ideológicos e geopolíticos à práxis dita Não-Alinhada nas relações internacionais contemporâneas, o diplomata evidenciava, mesmo que extemporaneamente, alguns dos sentidos inscritos em diferentes segmentos da sociedade brasileira acerca do movimento de aproximação cautelosa entre o país e tal movimentação autonomista no seio do Terceiro Mundo. No contexto da chamada Política Externa Independente (PEI), as iniciativas voltadas ao aprofundamento dos esforços de mundialização e multilateralização da Política Externa Brasileira (PEB) assumiriam um sentido controverso diante da existência de diferentes perspectivas acerca do lugar a ser ocupado pelo país na arquitetura política global. Em meio ao acirramento da luta política e social nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira (1945-1964), uma atmosfera de conflitos marcaria o ambiente doméstico de formulação e implementação da Política Externa nos tempos de Jânio Quadros e João Goulart (Santos, 2022), num processo que envolveu diferentes atores individuais e coletivos.

Nesse ambiente, diferentes expoentes da chamada imprensa em transição se destacariam na produção de sentidos acerca dos rumos da PEI (Abreu, 2008). Periódicos como *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* destacariam, em suas páginas, algumas das principais movimentações da PEB durante o curto mandato de Jânio Quadros, repercutindo, investigando e discutindo suas intenções e ações, a partir de diferentes referenciais de política externa e olhares sobre a política internacional. Circulando na antiga capital do Brasil e ainda sede do Itamaraty, tais jornais alimentariam esse complexo cenário que envolvia as relações exteriores do país ao se debruçarem sobre aspectos que caracterizaram os processos de formulação e implementação de agendas que constituíram a PEI.

Considerando tal característica, esse artigo discute as abordagens dos dois periódicos em questão acerca da possibilidade de participação do Brasil na Reunião do Cairo em junho de 1961. Analisando as edições publicadas ao longo do mês anterior, busca-se compreender como *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* construíram sentidos sobre um mesmo processo histórico, reconhecendo os limites e as possibilidades de formação de opinião e domínio de informação acerca de uma agenda que, além de controversa, encontrava-se em curso. Entre notas, artigos, reportagens e editoriais, argumenta-se que tais jornais transitariam entre diferentes perspectivas acerca do mesmo episódio. No periódico de Carlos Lacerda, a rejeição do Não-Alinhamento enquanto tipo de inserção internacional incompatível com o contexto da Guerra Fria nortearia os olhares sobre a posição brasileira, transitando entre a desconfiança acerca de tal movimentação diplomática e um alívio temporário quanto à decisão de envio de apenas um observador. Em relação ao jornal de Samuel Wainer, o desenvolvimento de um apoio qualificado à PEI envolveria, nesse caso em específico, a demonstração de simpatia em relação

ao processo de aproximação aos ditos Não-Alinhados daria lugar às cobranças por uma coerência entre princípios e ações.

Esse artigo é dividido em três partes. Num primeiro instante, discutem-se as características mais gerais envolvendo as relações entre o Brasil e os ditos Não-Alinhados dentro dos esforços de mudança na PEB desde os anos 1950. Em seguida, passam-se as considerações acerca da trajetória histórica dos periódicos destacados, avaliando suas respectivas condições enquanto representantes de um processo de modernização complexa da imprensa brasileira e reconhecendo suas diferentes formas de inserção na luta política e social do país ao longo da experiência democrática. Por fim, discorrem-se sobre a cobertura dos dois jornais quanto a possibilidade de presença do Brasil na Reunião do Cairo, destacando-se tanto o processo de construção de posição por parte dos formuladores da Política Externa quanto um movimento de avaliação acerca do encaminhamento de um observador.

O Brasil e os ditos Não-Alinhados: uma fronteira de atuação internacional?

Na capa da edição de *A Tribuna da Imprensa* em 7 de fevereiro de 1961, uma matéria intitulada “Nova Linha do Itamaraty” destacava uma série de iniciativas a serem promovidas pelo recém-constituído governo Jânio Quadros (Nova..., 1961, p.01). No seio de uma política de caráter universalista, a transformação da inserção internacional do país a partir da materialização do que se classificava como um tipo de neutralismo específico envolveria não apenas ações como o reatamento de relações diplomáticas com a URSS e outros Estados do bloco socialista, como também gestos simbólicos de afirmação de uma nova posição na política internacional:

Acrescentam fontes bem informadas que o Brasil fixaria sua posição de neutralidade no campo internacional em uma reunião com Nasser (do Egito), Tito (da Iugoslávia), Nehru (da Índia) e Ferhat Abbas (da Tunísia). Essa reunião, se possível, seria em Brasília, em março (Nova [...], 1961, p.01).³⁸⁵

Como um possível marco para as relações exteriores do Brasil, a proposta de um Encontro em Brasília com alguns dos principais expoentes do Não-Alinhamento se transformava em uma espécie de Nova Brioni ao situar o país de Jânio Quadros na geografia das movimentações autonomistas que emergiram no seio do Terceiro Mundo. Enquanto maior país da América Latina, a adoção de um neutralismo específico por parte da diplomacia brasileira possuía certo potencial na reescrita da trajetória dessa trajetória de inserção

³⁸⁵ Ao contrário do que foi sugerido na notícia, Farhat ‘Abbas foi líder do Movimento pelo Triunfo das Liberdades Democráticas (MTLD) e primeiro chefe do Governo Provisório da República Argelina (GPRA) em 1958 (Hrbek, 2010)

internacional e, ao mesmo tempo, iniciativa multilateral a partir de 1961 ao incorporar um segundo ator situado geopoliticamente numa zona de influência dos EUA.

A reunião mencionada pela *Tribuna da Imprensa* jamais aconteceu. Das lideranças citadas, apenas Josip Broz Tito visitaria o Brasil em 1963, mais de dois anos após a inesperada renúncia de Jânio Quadros. Contudo, o espírito de Brasília se manteria, em certa medida, vivo ao longo dos primeiros meses de existência da PEI. Classificado por José Humberto de Brito Cruz (1989) como uma espécie de neutralismo que se rejeitava em ser reconhecido como tal ou, do ponto de vista de Paulo Fagundes Vizentini, um “neutralismo temperado” (2004, p.134), a existência de agendas de interesse comum entre o Brasil e os ditos Não-Alinhados, a trajetória política de Jânio Quadros na construção de sua candidatura à presidência, os debates sobre o presente e o futuro da PEB em meio aos esforços de transformação nos anos 1950 se constituiriam em vetores de aproximação do país frente aqueles Estados, além de alimentar perspectivas acerca de uma possível mudança na natureza da inserção internacional.

No primeiro semestre de 1959, Jânio Quadros realizou extensa viagem internacional, num roteiro que reunia Egito, Japão, URSS, Iugoslávia, Itália, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Índia, Turquia e outros países na Europa e no continente asiático (Santos, 2022). A longa viagem do então presidenciável possuiu diferentes consequências. Do ponto de vista da política doméstica, Vera Chaia comenta que o distanciamento relativo acerca das negociações entre partidos, lideranças e movimentos para a construção da chapa que disputaria as eleições em 1960 representava também uma tentativa de preservação da “sua imagem de político que não transigia e não negociava” (1991, p. 155), visando sustentar o discurso sobre a autonomia de Jânio em relação às organizações políticas. A iniciativa internacional também se constituiria em um importante fator de debate sobre o passado, o presente e o futuro da Política Externa. Autores como Jefferson José Queler (2007) e Mateus José da Silva Santos (2022) apontam para as repercussões da viagem de Jânio Quadros na imprensa e em outros espaços de construção política. Aspectos como a associação da imagem de Jânio a lideranças como Gamal Abdel Nasser geravam expectativas sobre uma possível inflexão nas relações externas a partir de seu governo, assumindo certo compromisso com uma orientação mais autônoma. Entre declarações e gestos, uma proposta de política externa independente era gestada mesmo antes de assumir a presidência da República, trazendo inquietações não apenas entre aliados mais próximos, como também em segmentos que se encontravam distantes de sua candidatura presidencial.

Outra dimensão importante foi o encontro com diferentes lideranças do Terceiro Mundo. Ao longo dos meses em que estava fora do Brasil, Jânio Quadros teve contatos diretos com Chefes de Estado e Governo nos países onde passara. No Egito, além de Nasser, o ex-

governador de São Paulo manteria um primeiro diálogo com Che Guevara. Em relação ao presidente egípcio, a quem demonstrava admiração, os contatos mantidos ao longo da viagem se tornariam uma das principais bases para os esforços de aproximação com a República Árabe Unida ao longo de seu curto mandato presidencial (Santos, 2022). Na Iugoslávia, Jânio se encontraria com Tito na ilha de Brioni. Conforme Carlos Alberto Leite Barbosa, o presidenciável ficou “impressionado com o carisma e a determinação do dirigente iugoslavo” (2013, p. 224), ampliando seu conhecimento sobre a trajetória do país na direção de uma política dita Não-Alinhada. Também no caso do país balcânico, os laços costurados nesse período seriam mobilizados durante os esforços de aprofundamento das relações entre Brasília e Belgrado.

A eleição de Jânio Quadros em 1960 criou expectativas sobre o futuro da PEB. Conforme Alvin Z. Rubinstein (1970), a chegada do candidato do PTN ao Palácio do Planalto gerou um otimismo no governo iugoslavo acerca da possibilidade de adesão do Brasil e de outros Estados latino-americanos ao Não-Alinhamento. As propostas e, posteriormente, algumas iniciativas de Jânio na condição de presidente se tornavam sinais de uma possível ruptura com uma linha de atuação externa pautada pela proximidade com os EUA.

Além dos acenos de Jânio na direção dos ditos Não-Alinhados, as possibilidades de aproximação com os mais diferentes expoentes desse tipo de inserção internacional se tornou uma questão com algum apelo entre heterogêneos sujeitos que debatiam os rumos da PEB ao longo dos anos 1950. Dentro e fora da diplomacia, sujeitos como Hélio Jaguaribe e Adolpho Justo de Menezes eram apenas algumas das vozes que defendiam desde a adoção de um tipo de neutralismo possível para o Brasil até a gradual constituição de uma política externa independente que favorecesse o interesse da diplomacia brasileira no Terceiro Mundo.

Na literatura sobre a PEB ao longo dos anos 1950, diversos autores consideram que a PEI se constituiu numa espécie de aprofundamento de tendências verificadas ao longo dos governos anteriores (Vizentini, 2004). Frente especificamente ao governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), as mudanças ocorridas a partir do lançamento da Operação Pan-Americana ampliaram a perspectiva de atuação do país no chamado Terceiro Mundo. Apesar de não romper com a tendência de apoio a Portugal e, em certa medida, a França nas questões coloniais, iniciativas como a abertura de novas representações diplomáticas na Ásia e na África, organização de missões, assinaturas de acordos comerciais e culturais, além das tentativas de ampliação dos laços multilaterais via ONU favoreceriam, em nível institucional, a diversificação das relações externas do país.

Durante o governo Jânio Quadros, tal processo ganharia um novo impulso. Ao reunir diferentes princípios e eixos de atuação externa do país, numa perspectiva autonomista e universalista, os primeiros meses de existência da PEI foram marcados pelo desafio entre o aprofundamento dos esforços de mundialização e multilateralização da PEB em meio a um contexto doméstico marcado pelo acirramento da luta política e social, além de, no plano regional, a emergência de uma crise no sistema hemisférico a partir da consolidação da Revolução Cubana. No interesse em conquistar novos mercados externos e na costura de uma relativa convergência sobre agendas como a descolonização, o desarmamento e o desenvolvimento, na perspectiva de revisão das relações Norte-Sul, o governo Jânio buscava materializar novas estratégias de aproximação com os Estados do Terceiro Mundo, incluindo os ditos Não-Alinhados.

Tal processo seria acompanhado de diversas controvérsias. As iniciativas na direção dos ditos Não-Alinhados, abarcando desde convites para visitas oficiais de suas principais lideranças ao Brasil até uma ação consciente de aprofundar relações comerciais e políticas com seus expoentes, colocaria em questão a própria natureza da PEI entre atores domésticos e externos. Como uma espécie de fronteira do discurso independentista da Política Externa de Jânio Quadros, as relações com os Estados autonomistas do Terceiro Mundo e, posteriormente, as perspectivas de participação do Brasil no Cairo e em Belgrado alimentavam incertezas acerca da natureza do tipo de inserção internacional do país. Entre contemporâneos e extemporâneos, avaliações sobre tal movimentação envolviam desde o reconhecimento de uma instrumentalização da Política Externa como recurso de neutralização de conflitos no ambiente doméstico até a um possível deslocamento da posição brasileira no conflito Leste-Oeste. Outros olhares enfatizavam a possibilidade de afirmação de uma autonomia dentro da Aliança Ocidental.

Na ambiguidade entre a aproximação e a demarcação da própria identidade da PEI, as relações entre o Brasil e os ditos Não-Alinhados nos tempos de Jânio teriam como um dos maiores marcos o envio de um observador para a Reunião de Preparação para a I Conferência dos Não-Alinhados. Sob a iniciativa de Tito e Nasser, o encontro no Cairo visava estabelecer algumas das principais diretrizes que estruturariam a futura Conferência, a começar pela sua sede e os critérios para a definição dos Estados a serem convidados. Ocorrendo entre 5 e 12 de junho, a iniciativa também abarcou uma sistematização acerca das principais agendas a serem debatidas pelos ditos Não-Alinhados, envolvendo questões como o anticolonialismo, a defesa das soberanias nacionais, coexistência pacífica, luta pelo desenvolvimento, combate ao racismo, defesa da ONU, dentre outros (Cavoski, 2022).

Ao longo de quase todo o mês de maio, a participação ou não do Brasil na Reunião seria objeto de inquietação de diferentes atores que, interessados nos rumos da PEI, observariam importantes consequências na definição do governo Jânio sobre o tema. Enquanto periódicos de importante circulação na sede institucional da diplomacia brasileira, *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* fariam parte de tal cenário de incerteza e conflito, construindo sentidos sobre uma agenda relevante dentro dos esforços de compreensão da natureza das iniciativas promovidas por Jânio Quadros e Afonso Arinos.

Imprensa e Política Externa nos anos finais da Experiência Democrática Brasileira

Enquanto um conjunto de transformações técnicas, gráficas e editoriais, inscritas num ambiente de transformação da sociedade brasileira a partir da intensificação dos processos de industrialização e urbanização, o desenvolvimento da chamada imprensa de transição no Pós-Guerra se notabilizou por um processo que combinaria a profissionalização da própria ação jornalística com a construção de verdadeiras empresas, com forte capacidade econômica (Abreu, 2008). Articulada diretamente com o avanço das relações capitalistas e a formação de uma nova lógica envolvendo produção, circulação e consumo do texto jornalístico, esse processo de modernização da imprensa culminou com a reconfiguração de antigos veículos, como também o surgimento de novos periódicos. Esse foi o caso tanto da *Tribuna da Imprensa* quanto do *Última Hora*.

Tendo como referencial imediato a antiga coluna de Carlos Lacerda no *Correio da Manhã* (Laurenza, 2012), a *Tribuna da Imprensa* nasceu em 1949, no contexto dos debates entre nacionalistas e setores alinhados com o capital estrangeiro acerca da exploração de recursos estratégicos como o petróleo. Segundo Marina Gusmão de Mendonça, o periódico em questão ficaria reconhecido pela “divulgação de teses antinacionalistas e antipopulares” (2002, p. 102), exercendo influência em debates mais gerais sobre a organização do próprio Estado brasileiro, divergências acerca do projeto de desenvolvimento e sua associação ou não com o capital externo, além da oposição ao getulismo. Confundindo-se quase que diretamente com a trajetória de seu dono até 1961, o jornal também materializaria a chamada “ilusão udenista” nos tempos de Jânio Quadros (Benevides, 1981, p.113), envolvendo a passagem de uma condição de certa tolerância diante das primeiras movimentações da PEI para uma oposição cada vez mais sistemática já nos últimos meses de governo (Rosa, 2017).

Situando-se próximo aos segmentos trabalhistas e desenvolvimentistas, o *Última Hora* foi fundado em 1951 por Samuel Wainer, após sua passagem pelo *Diários Associados*, conglomerado de Assis Chateaubriand (Laurenza, 2012). A proximidade com Vargas,

costurada desde a entrevista de 1949, seria acentuada ao longo da primeira metade dos anos 1950. Conforme Thiago Fidelis, a aproximação com o novo governo faria do periódico uma espécie de “caixa de ressonância fundamental para que análises positivas chegassem ao público de maneira geral, em contraponto com a maioria das publicações da época” (Fidelis, 2018, p.21). Além de forte presença na opinião pública (Abreu, 2008), o jornal de Wainer se envolveria diretamente nos rumos da luta política ao ser uma das peças integrantes do quadro de crise política que se instauraria a partir da segunda metade do governo Vargas. Outra atuação de destaque residiu na defesa da legitimidade da eleição e do direito de posse de JK e João Goulart em 1955, na contramão da perspectiva adotada pela *Tribuna da Imprensa*. No contexto do Governo Jânio Quadros, a PEI foi um objeto de interesse do *Última Hora*. Em linhas gerais, apesar de se situar no campo oposicionista, as iniciativas de Jânio Quadros e Afonso Arinos encontravam alguma simpatia nas páginas do periódico, identificado com movimentações que assumiam um caráter autonomista.

Considerando a imprensa como “linguagem constitutiva do social” (Cruz; Peixoto, 2007, p.258), busca-se avaliar como tais periódicos se tornaram verdadeiros agentes construtores de sentidos sobre uma agenda controversa para a PEI. A partir do exercício de reconhecimento dos principais elementos que conformam uma análise pré-textual dos jornais citados, seguindo os passos sugeridos por Letícia Sabina Wermeier Krillow (2019), apresentam-se os resultados de um processo de avaliação da cobertura dos jornais em questão, levando em conta os desafios de informação e interpretação acerca de uma agenda até então em vias de formulação.

E o Brasil vai ao Cairo? Expectativas, Controvérsias, Desconfianças e Frustrações sobre a participação na Reunião dos Não-Alinhados

Em relação ao processo específico de debate sobre a participação ou não do Brasil na Reunião do Cairo, apesar da existência de indícios acerca de uma prévia apreciação da possibilidade de participação do país em ações coletivas dos ditos Não-Alinhados ao menos desde abril de 1961 (Hershberg, 2007), a questão adquiriu maior força nos periódicos ao longo do mês seguinte. Na *Tribuna da Imprensa*, a possibilidade da presença brasileira transitaria entre a negação e a confirmação posterior. Na edição de 6-7 de maio de 1961, um pequeno texto, de origem da agência *United Press*, repercutia o protagonismo de Nasser e Tito na organização da Reunião do Cairo que, mesmo sem assumir um caráter oficial, já se encontraria em estágio avançado quanto à definição de agendas de interesse e dos possíveis Estados a participarem. Sem maiores detalhes quanto à origem das informações, o texto ainda conta com

a afirmação de que os dois líderes possuíam, como um dos seus principais objetivos, “trazer alguns países latino-americanos ao grupo de nações neutras” (Nasser [...], 1961, p. 05).

Apesar de não citar especificamente nenhum país, a sugestão do interesse dos principais expoentes dos ditos Não-Alinhados pela América Latina entrava em sintonia com as percepções de seus próprios atores sobre a importância da região. Diversos autores salientam que, nas tentativas de contrabalançar o peso de Cuba nas articulações que constituiriam o movimento a partir de 1961, a Iugoslávia contava com a presença de outros Estados latino-americanos (Hershberg, 2007), incluindo o Brasil. Além de representar uma importante vitória estratégica ao expandir a influência dessa movimentação autonomista na direção de uma zona historicamente sob a hegemonia dos EUA, a participação latino-americana se tornaria um suposto vetor de desequilíbrio entre as principais forças Não-Alinhadas na direção de uma posição mais moderada.

No dia seguinte, em coluna dedicada exclusivamente aos temas relativos ao governo federal, uma pequena notícia destacava a posição de Afonso Arinos sobre os rumores da participação brasileira no Cairo. Contrapondo a suposta afirmação que o país demarcaria uma mudança na sua inserção internacional ao ter aceitado participar da Reunião na capital egípcia, o texto sugere que o chanceler não apenas teria negado a existência de um convite para a diplomacia brasileira, como sequer teria conhecimento de tais movimentações (Brasil [...], 1961a). Contudo, uma reviravolta na cobertura sobre o tema seria registrada a partir do dia 12 de maio. A partir de fontes egípcias, uma curta notícia, proveniente da mesma agência transnacional citada quatro dias antes, sugeria que Brasil, México e Cuba teriam aceitado participar do encontro no Cairo. Sem maiores informações sobre a origem da informação, tratada apenas como uma suposta “fonte oficial” (Brasil [...], 1961b, p. 05), a confirmação da participação dos três Estados latino-americanos assumiria um tom relativamente surpreendente diante das negativas do próprio Afonso Arinos sobre o tema e do baixo nível de informações sobre a própria iniciativa de Tito e Nasser.

Se as notícias extraídas a partir de fontes externas sugeriam certo avanço na definição da posição brasileira ainda na primeira metade do mês de maio, outro aspecto relativamente contraditório marcaria a trajetória da cobertura da *Tribuna*. Na edição de 19 de maio de 1961, em sua capa, uma curta nota sobre um encontro entre Jânio e o embaixador da República Árabe Unida no Brasil destacava a existência de um convite formal ao presidente brasileiro para participar da iniciativa. O texto antecipava a realização desse gesto pelo diplomata egípcio em ao menos nove dias. Sem apontar indícios sobre uma suposta origem estrangeira de tal

informação, o anúncio, em questão, demonstrava a existência de impasses quanto à confirmação ou não do Brasil na Reunião do Cairo, ao contrário do que foi sugerido nos dias anteriores.

No *Última Hora*, os primeiros passos da cobertura envolvendo as incertezas sobre a presença do Brasil no Cairo tiveram como um dos principais eixos de abordagem a passagem de Sukarno pelo país. Um artigo de opinião sobre as relações do Brasil com a chamada “Terceira Fôrça” vinculava a passagem do líder asiático no país com os esforços dos ditos Não-Alinhados em atraírem os Estados Latino-Americanos para a sua movimentação multilateral (Terceira [...], 1961, p. 06). Considerando as possíveis consequências do crescente envolvimento do país com os Estados representativos de tal tipo de inserção internacional e o princípio de cautela da diplomacia brasileira diante das desconfianças sobre tais tendências, o texto chamaria atenção para a existência de um cenário confuso acerca da posição do Brasil na arquitetura política global:

‘Não comprometido’, no vocabulário do neutralismo, significa isento de vínculos de dependência em relação aos dois grandes blocos liderados pela URSS e pelos Estados Unidos. Estará o Brasil incluído nessa categoria, sob o governo Jânio Quadros? Consideram-no como tal os líderes da Terceira Fôrça. Eis uma pergunta que a visita do Presidente Sukarno poderia contribuir para esclarecer. Até o momento, pelo que se sabe o Brasil é um país integrado no sistema interamericano e ‘membro nato do mundo ocidental e cristão’, mas com inclinações neutralistas – situação bastante confusa (Terceira [...], 1961, p. 06)

No que configuraria a tendência de um apoio qualificado à PEI, a demonstração de relativa simpatia diante da presença de uma das figuras mais representativas do Não-Alinhamento no país seria acompanhada de uma cobrança acerca da definição do lugar do Brasil na política internacional. Sem fazer menções diretas aos interlocutores, a confusão atribuída às referências principais sobre a posição externa do país se confundiam com algumas importantes intervenções de seus principais formuladores quando questionados sobre o tema. Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, encaminhada no mês de março de 1961, Jânio Quadros buscava combinar o sentido de pertencimento do Brasil ao chamado mundo ocidental e as possibilidades de um projeto de ampliação da sua margem de ação externa (Franco, 2007), considerando a existência de interesses comuns com os Estados africanos e asiáticos, além da mobilização de diferentes fatores que singularizariam a posição do país no sistema mundial. Sem atribuir uma qualificação específica para o tipo de inserção internacional a ser praticado por parte de seu governo, Jânio Quadros buscava um difícil equilíbrio entre a suposta manutenção da posição do Brasil no sistema hemisférico, na própria conformação dos blocos de poder da Guerra Fria frente ao reconhecimento de novas possibilidades diante do protagonismo de agendas econômicas vinculadas ao Sul Global.

No dia 15 de maio de 1961, a edição diária de *Última Hora* daria destaque à suposta confirmação da presença brasileira no Cairo. Apesar de não ser de autoria de uma agência transnacional, a notícia também partia de uma origem supostamente externa. Partindo de informações coletadas com representantes do governo da Indonésia, o texto sugeria que Jânio Quadros teria sinalizado positivamente com a ida à Reunião dos ditos Não-Alinhados. Além de expor enfaticamente a contradição entre a posição expressa pelo chanceler Arinos e as supostas evidências constituídas a partir das informações obtidas junto às autoridades do país do Sudeste Asiático, o texto apresentava ainda uma avaliação sobre os possíveis elementos que levariam o Brasil a se engajar em tal ação, bem como suas possíveis consequências:

- 1) A anunciada decisão do Presidente Quadros de projetar, cada vez mais, a posição do Brasil no cenário internacional;
- 2) Um encontro de países neutros, seria ideal para o Brasil manter um intercâmbio direto com líderes de grande importância no cenário mundial como Nehru, Sukarno, Nasser;
- 3) A possibilidade de maior aproximação com países africanos, os quais deverão comparecer em massa, desde Nkrumah de Ghana até Sekou Touré de Guiné passando pela ocidentalista Libéria e pelos argelinos de Ferhat Abbas;
- 4) O Brasil reformaria ainda mais sua posição de autodeterminação do povo cubano, defendida, intransigentemente por Tito, Nasser, Nehru e Sukarno;
- 5) Os países neutros pretendem levar a América Latina o espírito de Bandung. A conferência, dizem eles, seria uma nova Bandung desta feita com a presença da América Latina (Jânio [...], 1961, p.04).

Além de apontar para a importância de tal iniciativa de participação dentro de outros objetivos da diplomacia brasileira nos tempos da PEI, o texto em questão destacava a importância na manutenção do diálogo com as principais lideranças vinculadas ao Não-Alinhamento. Demonstrando certa afinidade quanto ao ponto de vista de Jacarta sobre o sentido da Reunião, a equivocada crença acerca da produção de uma espécie de Nova Bandung em 1961 evidenciava um sentido de reescrita da História dos ditos Não-Alinhados, filiando a presença latino-americana como uma espécie de continuidade na mudança no âmbito das relações terceiro-mundistas.

O cenário sobre os encaminhamentos de Brasília sobre a questão ganharia contornos mais nítidos na última semana de maio. Influenciados pela divulgação do memorando de Jânio ao MRE, indicando o nome de Vasco Leitão da Cunha enquanto observador, os dois periódicos noticiaram e, ao mesmo tempo, posicionaram-se sobre o que aparentemente simbolizaria um recuo diante das expectativas ou tensões sobre uma participação mais efetiva. No *Última Hora*, o rebaixamento na condição da participação brasileira foi um ponto de destaque para a emergência de novas cobranças quanto aos rumos da PEI. Considerando a existência de uma derrota tática do Brasil diante da possibilidade de protagonismo no processo de articulação entre

os ditos Não-Alinhados e os Estados latino-americanos, a demonstração de simpatia para com os princípios e algumas das principais ações que constituiriam a Política Externa até então acompanhavam também um apelo acerca da ausência de “suficiente clareza nas grandes linhas” (Emulação [...], 1961, p.06).

Já na *Tribuna da Imprensa*, a decisão foi recebida com certo alívio parcial. Classificando o envio de um observador como uma reviravolta após o reconhecimento do interesse pela participação na Reunião do Cairo, a notícia também acompanhava uma breve avaliação sobre a consequência de tal ação. Dentre os pontos principais, a determinação dos limites da PEI a partir da manutenção dos laços do Brasil com o Ocidente se tornaria objeto de consideração:

2) concordando em participar de um encontro de ‘neutralistas’ ou ‘não-comprometidos’ e, para tanto, enviando ao Cairo (para a preparatória) seu ministro das Relações Exteriores ou um embaixador especial, ou indo o próprio presidente da República (à Conferência propriamente dita), o Brasil estaria declarando oficialmente seu desligamento do bloco ocidental. Isto, nas circunstâncias atuais, quando o governo brasileiro aparece – entre outras coisas – como mediador da crise entre Cuba e Estados Unidos, para ‘preservação do sistema interamericano’, seria interpretado como uma ‘incoerência’.

3) ao contrário, enviando um ‘observador’ à reunião preparatória, o Brasil demonstra sua disposição de adotar uma ‘política independente’ sem chegar ao extremo – inexistindo ambiente ou clima para isto – de fugir ao bloco ocidental. Caracteriza, sim, uma aproximação com os países da chamada ‘Terceira Força’, dos quais poderá adotar eventualmente os pontos de vista, mesmo contrariando a sua tradicional política de apoio às iniciativas norte-americanas (Brasil [...], 1961c, p. 08).

Num processo de construção de diferença entre uma política dita enquanto independente e o neutralismo, o encaminhamento de um observador representaria a compreensão de uma autonomia possível por parte da diplomacia brasileira diante das configurações mais gerais da Guerra Fria e dos compromissos estabelecidos junto ao sistema interamericano. Se o signo da incoerência se tornaria um recurso no *Última Hora* de classificação dos limites e das incertezas existentes na própria PEI, o mesmo termo seria objeto de apropriação na *Tribuna da Imprensa* para designar os resultados prováveis de um cenário já rechaçado. Contudo, o que parecia ser uma relativa aprovação da iniciativa se transformaria em aberta oposição dias depois. Em forte editorial publicado no dia 2 de junho de 1961, fora do escopo dessa pesquisa, a classificação da política externa de Jânio como “desastrosa” acompanharia uma crítica à suposta subordinação do Brasil ao Egito e a Iugoslávia (*A Desastrosa* [...], 1961, p.04).

Considerações finais

Nos primeiros meses de formulação e implementação da PEI, um processo de aproximação cautelosa com os ditos Não-Alinhados assumiria contornos complexos diante do

reconhecimento de interesses em comum diante dos principais atores representativos desse tipo de inserção internacional, das tentativas de Jânio Quadros em influenciar diretamente a condução da Política Externa de seu governo e pela existência de uma atmosfera de conflitos envolvendo diferentes atores e perspectivas acerca do lugar a ser ocupado pelo Brasil na arquitetura internacional. Enquanto agenda controversa, a participação do país na Reunião do Cairo se tornaria objeto de inquietação de diferentes atores que avaliavam as mais diferentes iniciativas do novo governo em aprofundar o processo de diversificação das relações externas.

Na condição de “força social ativa” (Cruz; Peixoto, 2007, p.253), *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* construíram diferentes sentidos sobre o processo de definição da posição da diplomacia brasileira diante do convite dos ditos Não-Alinhados. Enquanto expoentes de uma imprensa em transição, os dois periódicos demonstraram relativo interesse sobre uma medida que envolvia, ao mesmo tempo, uma nova etapa no processo de mundialização da PEB e incertezas quanto à natureza das mudanças empreendidas por Jânio Quadros e Afonso Arinos. Se no jornal de Carlos Lacerda, uma possível ida ao Cairo transitou entre desconfiança e um alívio parcial com o rebaixamento da participação ao nível de observação, o periódico de Samuel Wainer reafirmaria uma espécie de apoio consciente e qualificado diante da PEI, demonstrando simpatia pelas movimentações mais gerais da diplomacia, inclusive a aproximação com os ditos Não-Alinhados, porém elevando o tom de cobrança diante das contradições e recuos evidenciados pelo governo brasileiro.

Como uma fronteira do discurso independentista inscrito na Política Externa de Jânio Quadros, as relações com os ditos Não-Alinhados se tornariam um vetor de produção de identidade da PEI, marcando uma coexistência entre afirmação de diferença e construção de semelhança num complexo processo de formação de diálogo com alguns dos principais atores autonomistas do Terceiro Mundo.

Referências

Fontes

A Desastrosa política internacional do Brasil. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 2 jun.1961, p.4.

Brasil não foi convidado à reunião neutra do Cairo. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 8 maio 1961a, p.04.

Brasil, México e Cuba com os neutros. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 12 maio 1961b, p. 05.

Brasil vai ao Cairo mas como observador. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 maio 1961c, p.08.

Emulação Brasil – México. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 30 maio 1961, p.06.

Jânio na Conferência dos Países Neutros. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 15 maio 1961, p.04.

Nasser e Tito organizam conferência. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 6-7 maio 1961a, p.05.

Nasser manda convidar Jânio. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 19 maio 1961b, p.01.

Terceira Fôrça e o Brasil. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 11 maio 1961, p.06.

Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: FGV, 2008

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros**. São Paulo: Atheneu, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CAVOSKI, Jovan. **Non-Aligned Movement Summits: A History**. London: Bloomsbury Academic, 2022.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)**. Ibitinga: Humanidades, 1991

CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). **Cadernos do IPRI**, Brasília, n.2, p.65-78, 1989.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, nº35, p.253-270, dez. 2007.

CUNHA, Vasco Leitão Da. **Diplomacia em Alto-Mar: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FIDELIS, Thiago. **Preto no Branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007

HERSHBERG, James G. 'High-Spirited Confusion': Brazil, the 1961 Belgrade Non-Aligned

Conference, and the Limits of an ‘Independent’ Foreign Policy during the High Cold War, **Cold War History**, 7, 3, p.373-388, 2007.

HRBEK, I. A África Setentrional e o Chifre da África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre ‘o político’ na ‘grande imprensa carioca’ de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.1-21, jan./jun. 2019.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2ªEd. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Códex, 2002.

QUELER, Jefferson José. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROSA, Rafael Sales. **Diplomacia sob disputa: A política externa independente nas páginas da Tribuna da Imprensa e d’O Estado de S. Paulo (1961-1962)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RUBINSTEIN, Alvin Z. **Yugoslavia and the Non-Aligned World**. Princeton: Princeton University Press, 1970.

SANTOS, Mateus José da Silva. **‘Das Potências Não-Alinhadas’: o Egito e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo: conceito e História**. São Paulo: Ática, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2004

Por trás da notícia: o elemento político por trás dos informes sobre a suposta Revolução Alemã de 1917 que teria ocorrido no sul do Brasil

VARREIRA, Arthur Engster
Doutorando PPGH/UERJ
CAPES, arthurevar@gmail.com

Resumo: Ao longo do ano de 1917 diversas reportagens começaram a aparecer em publicações dos Estados Unidos, do Canadá e do México informando sobre um suposto levante germânico no sul do Brasil. Comentários deslocados sobre “movimentações suspeitas” nas regiões coloniais do sul do país começaram a aparecer ainda entre fevereiro e março, com uma cobertura muito mais ampla sendo construída a partir de abril. Reportagens informavam sobre imigrantes de origem alemã que haviam iniciado uma revolta generalizada contra o governo nos estados do sul do país, levando a confrontos armados contra forças militares brasileiras, disputas políticas e econômicas de ordem interna e internacional e a um quadro de ampla agitação social, tudo em defesa de supostas ambições territoriais do Império Alemão na região em meio ao cenário da Primeira Guerra Mundial. Notícias sobre esse fenômeno, porém, deixam a cena midiática no começo de 1918, desaparecendo tão repentinamente quanto haviam surgido um ano antes. Dispersas por mais de 70 jornais em toda a América do norte, essas reportagens parecem ter sido todas parte de “uma grande notícia falsa” construída sobre uma narrativa mais ou menos coesa que alternava entre a verossimilitude e o absurdo ficcional. Mas, afinal, quais seriam as origens desse fenômeno? Em novembro de 1916, meses antes da primeira menção a uma Revolução Alemã no Brasil, a Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos já dominavam as eleições presidenciais nos Estados Unidos. Em contraste com suas declarações públicas, nem mesmo o presidente Wilson (que havia vencido a disputa com o agora infame lema “ele nos manteve fora da Guerra”) era capaz de negar ao seu gabinete a inevitabilidade da entrada do país no conflito. O público estadunidense era, porém, averso a entrada do país na guerra, que já se preparava para entrar em seu terceiro ano, e com isso, chegando em 1917, o governo federal deu início a uma série de programas que objetivavam o redirecionamento da opinião públicas, financiando diversas campanhas de propaganda, “reeducação” e espionagem interna em níveis oficiais e extraoficiais. Assim, procuramos aqui explorar as possíveis relações entre esses dois acontecimentos, ainda que não exista nenhuma ligação explícita entre eles, em um esforço de encontrar a razão de ser, ou pelo menos um plano de fundo mais coeso, por trás do cenário que levou a construção da narrativa midiática de uma revolução que nunca existiu.

Palavras-chave: Notícias falsas; Revolução Alemã; Imprensa.

Introdução

Entre os meses de fevereiro e dezembro de 1917 uma série de reportagens alarmistas e aparentemente desconexas circulou por diversos jornais na América do Norte (especialmente nos Estados Unidos), todas apresentando o Brasil como palco de um iminente novo teatro da Primeira Guerra Mundial. Os três estados mais ao sul do país – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – eram o foco principal dessas notícias em razão da presença de um elevado número de imigrantes alemães e de descendentes de imigrantes alemães que ainda mantinham intacta a sua *germanidade*. Algumas das manchetes dessas matérias, como a do *Washington Times* – de Washington (D.C.), do dia 09 de março, davam conta de “milhões no Brasil leais ao

Kaiser”, enquanto outras, como do *Birmingham Age-Herald* – de Birmingham (Alabama), daquele mesmo dia, chegavam a questionar até a integridade da soberania nacional brasileira, declarando que “os alemães no Brasil são um Estado dentro de um Estado”. Dias depois, o *The Herald* – de Boston (Massachusetts) anunciava, em 21 de março, que “a Alemanha é/está no Brasil,” enquanto que antes disso, em 14 de abril, o *Bronsville Herald* – de Bronsville (Texas) informava seus leitores de um “poderoso reduto alemão no Brasil”.

Dáí em diante, publicações posteriores deram toda uma nova roupagem a essa cobertura midiática. Especialmente a partir da segunda quinzena de abril, as matérias que até então focavam em um conteúdo puramente alarmista – fruto de compreensões equivocadas da realidade e de análises conspiracionistas típicas da mentalidade de *Perigo Alemão* do período – deram lugar a reportagens sensacionalistas e inteiramente ficcionais que descreviam um cenário quase que inimaginável de guerra civil e agitação político-social, alternando entre o verossímil e o absurdo. Os alemães no Brasil, como muitos jornais passaram a informar ao público, estavam fortemente armados e em revolta aberta contra o governo, como mencionado na capa do *Anchorage Daily Times* – de Anchorage (Alasca) no dia 20 de abril, que bradava “alemães no Brasil iniciam uma Revolução”, que foi também a manchete utilizada pelo *Day Book* – de Chicago (Illinois), no dia 23 de abril, que trazia ainda para seus leitores um mapa anexo da região sul do Brasil. Da costa gélida do Alasca até o interior árido do Novo México, em metrópoles e capitais e em regiões interioranas e fronteiriças, informações sobre essa história imaginativa se dispersariam por mais de uma centena de reportagens naquele ano.

Tomavam forma, nas páginas desses impressos, uma série de histórias convolutas, vagamente relacionadas e sem qualquer amparo aparente na realidade: haviam batalhas entre exércitos em cidades como Santa Maria e Porto Alegre no Rio Grande do Sul, atentados contra vias públicas e junções férreas e rigorosas medidas de censura nas grandes cidades para evitar que notícias sobre essa revolução chegassem ao resto do mundo e mesmo aos próprios brasileiros. Alguns falavam de declarações de independência e de lealdade a Berlim e ao Kaiser por parte dos colonos alemães nos três estados meridionais, em batalhões armados que se preparavam para invadir a Argentina, o Uruguai e o Chile no esforço de conseguir mais recursos para auxiliar a máquina de guerra alemã na Europa e mesmo em ondas de refugiados que cruzavam a fronteira sul. Também davam conta de que essa movimentação era liderada pelos elementos germânicos que vinham se assentando na região desde o começo do século XIX, mas que a mesma havia sido planejada por diversos elementos sociais, empresariais e de Estado do Império Alemão, tanto na Europa quanto nas Américas.

Ademais, um elemento que chama especial atenção nessa narrativa é sua característica fragmentária. Não parece existir a ambição de se contar uma única história *coesa*, ainda que a trama geral tenha uma estrutura relativamente bem definida e um aparente padrão de disseminação claro. Muitas das reportagens parecem surgir de maneira independente umas das outras, em diversos locais e em períodos de tempo variados: algumas delas aparecem de forma quase que simultânea e em regiões opostas do país, enquanto que outras tem intervalos de dias, semanas ou até meses entre si. Assim, por trás de todo esse fenômeno de notícias falsas sobre uma *Revolução Alemã*, parece haver todo um universo de narrativas, estruturas e perspectivas de mundo contrastantes confluindo em uma mesma direção e construindo uma diegese ampla, sem objetivos ou pontos de origem explícitos. Desde jornais de circulação local, passando por impressos temáticos e indo até as grandes publicações da mídia de massa, a narrativa da *Revolução* parece ter sido capaz de atingir um público diverso, disperso por todos os Estados Unidos e por partes do México e do Canadá.

Com isso, as características variadas das diversas publicações e a progressão da “história” narrada nas páginas desses jornais parecem dar reforço a hipótese de um esforço de construção intencional, pelo menos em algum nível, dessas reportagens e o quadro político-social dos Estados Unidos no período parece vir corroborar essa hipótese. Em 1916, as eleições presidenciais dos Estados Unidos foram dominadas por um tema acima de qualquer outro: o da guerra na Europa. Mesmo às vésperas da entrada do país no conflito, que ocorreria em abril de 1917, havia um ar de incerteza quanto ao papel que o país deveria desempenhar na Europa, pelo menos em relação ao público em geral. Em verdade, a elite política americana havia, já a algum tempo, se decidido quanto a essa questão – ainda que procurassem negar com toda veemência esse fato diante do público. A situação política em que o país se encontrava, porém, era o produto de um quadro situacional que vinha se constituindo pelo menos desde o começo da década e que talvez fique um tanto mais transparente se voltarmos nossas atenções primeiro para a disputa presidencial anterior, a de 1912, antes de seguirmos para uma revisão mais ampla de alguns aspectos característicos do governo do Presidente Woodrow Wilson (1913-1921), que vinha desde o seu primeiro mandato estabelecendo as bases que, em tempo, dariam apoio a construção e a difusão de narrativas como a da *Revolução Alemã*.

Campaign Trail: as eleições de 1912 e 1916

O assento presidencial dos Estados Unidos estava a 15 anos sob o controle do Partido Republicano quando, em meio as primárias das eleições de 1912, um massivo conflito interno

entre os diversos grupos conservadores e progressistas do *G.O.P.*³⁸⁶ levou a um dos processos eleitorais mais multipolarizados da história americana (Cache, 2004, p.7). O ex-presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), líder da ala progressista republicana, foi vencedor em 9 das 13 primárias do partido, totalizando mais de 51% dos votos de representantes partidários, mas seus delegados na Convenção Nacional Republicana em junho daquele ano acabaram levando a pior contra os adeptos do então presidente William Howard Taft (1909-1913), líder da ala conservadora do partido, que conseguiu assegurar sua candidatura à presidência com o apoio dos delegados dos estados que realizaram suas seleções por meio de convenções estaduais – que eram em sua maioria redutos conservadores. Como o resultado, Roosevelt e muitos outros progressistas decidiram se retirar e criar um novo partido, o Partido Progressista, que lançou a sua própria candidatura as eleições presidenciais pouco mais de um mês depois.

Da sua parte, a Convenção dos Democratas não foi menos disputada, com nenhum dos principais concorrentes sendo capaz de assegurar a maioria dos votos estaduais nas primárias. Os delegados organizaram uma série de votações internas ao longo da Convenção Nacional que resultaram na nomeação do político revisionista³⁸⁷ Woodrow Wilson, então governador do estado de Nova Jersey, como candidato do partido, batendo o até então favorito Champ Clark, deputado pelo Missouri, que perdeu o apoio da cúpula do partido nas últimas rodadas de votação – após receber apoio do chamado “Bloco de Wall Street” e do controverso magnata da imprensa e ex-deputado por Nova Iorque William Randolph Hearst (Cache, 2004, p. 147). Ademais, nota-se aqui que o Partido Socialista dos Estados Unidos lançou por unanimidade a candidatura do ex-deputado por Indiana Eugene Debbs (que já havia concorrido ao cargo em 1904 e 1908), com outros partidos menores com alguma relevância, como o Proibicionista e os Socialistas-Trabalhistas, também entrando na corrida com suas próprias nomeações para a Casa Branca com nomes como Eugene Wilder e Arthur Reimer, respectivamente.

De todos os lados, a pauta principal era a mudança, a busca por novas ideias e planos políticos. Tanto Roosevelt quanto Wilson advogavam pela procura por “novas formas de se governar,” expondo suas perspectivas e projetos quanto a regulação das grandes empresas, ao desmonte dos monopólios e a revisitação das políticas ambientais, sociais e constitucionais que

³⁸⁶ Sigla para *Grand Old Party* (Grande Velho Partido), um apelido popular adotado tradicionalmente pelo Partido Republicano dos Estados Unidos desde pelo menos o final da década de 1870.

³⁸⁷ Woodrow Wilson, um historiador de formação, era considerado “revisionista” tanto em termos políticos quanto acadêmicos: politicamente ficou conhecido por questionar muitos dos entendimentos contemporâneos quanto ao alcance e a legitimidade de funções e prerrogativas do governo Federal e do poder Executivo, enquanto que nos meios acadêmicos ficou notório por popularizar e legitimar os debates da chamada *Lost Cause*. A defesa da sua tese doutoral em história e política, “Congressional Government: a study in american politics,” em 1886 foi um marco na confluência dessas duas perspectivas.

havia sido mantidas afastadas do discurso político convencional nos últimos anos. Mas se por um lado os Progressistas advogavam em favor de um “Novo Nacionalismo,” por outro, o Partido Democrata se vinculou fortemente a noção de “Nova Liberdade” desenvolvida pelo próprio Wilson, uma que exigia um uso “ousado” dos poderes do executivo, em especial para a sua expansão (Cache, 2004, p.195).

O resultado da disputa eleitoral de 1912, afinal, acabou pendendo para os democratas, com Wilson sendo eleito com 41% do voto popular, assegurando um total de 435 votos no Colégio Eleitoral. Roosevelt veio em segundo, com 27%, Taft em terceiro, com 23%, e Debbs em quarto, assegurando 900 mil votos (cerca de 6%) para o Partido Socialista – até hoje o melhor resultado de um partido de esquerda em uma eleição desse porte. A divisão dos votos republicanos foi o fator principal por trás da vitória de Wilson e, assim, se tornou um erro que o partido estava decidido a não permitir que se repetisse. Assim, para o pleito presidencial de 1916, buscando evitar repetir os eventos da eleição anterior, os republicanos decidiram lançar uma candidatura de compromisso, a do ex-Juiz da Suprema Corte Charles Hughes, que antes mesmo de aceitar a sua nomeação procurou assegurar o apoio de Roosevelt, ainda que este se mantivesse no Partido Progressista. A garantia de apoio do ex-presidente ao nome de Hughes, bem como sua escolha por não disputar as eleições daquele ano, selou também o destino dos Progressistas (que acabaram se dissolvendo como partido entre 1918 e 1920) e certificou que a disputa de Wilson a reeleição, apoiada por unanimidade na Convenção Democrata daquele ano, não seria fácil.

O tópico que dominou a corrida de 1916 foi o da política externa, especificamente os desenvolvimentos da Primeira Guerra Mundial e a questão da participação ou não dos Estados Unidos no conflito. Wilson defendeu uma estrita política de neutralidade pautada no seu lema *America First*³⁸⁸, enquanto que Hughes deu preferência para uma abordagem mais indireta ao tópico, fazendo questão de destacar sua *preferência* pela neutralidade, mas se recusando a dar quaisquer garantias em favor de uma política mais cautelosa (Link, 1962, p.167). O público americano era, da sua parte, apático a guerra e a situação política da Europa. Uma pesquisa realizada pelo jornal progressista-liberal *The New Republic* em março de 1917 (então um mês antes da entrada do país na guerra) mostrava que 85% dos eleitores eram contra a entrada dos Estados Unidos no conflito (Kazin, 1998, p.71).

³⁸⁸ Esse lema passou por um notável processo de ressignificação após a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra, especialmente devido ao seu subsequente envolvimento em campanhas militares em outros países (como as intervenções no México, Rússia, Haiti e República Dominicana) em favor de uma percepção “americanista” em que *America First* se tornava um ideal missionário de democracia que os americanos deviam legar ao mundo.

Durante a campanha, Hughes defendeu que o país devia estar melhor preparado para a possibilidade de entrar na Guerra, enquanto Wilson ficou notório por sua defesa isolacionista com o uso do, agora infame, lema “ele nos manteve fora da Guerra!”. O resultado das eleições, que culminou com a reeleição do Democrata, foi um processo conturbado em direito próprio e, como esperado, a vitória havia sido garantida por uma pequena margem. Era consenso que o discurso abertamente anti-guerra do presidente, que chegou a atrair membros vinculados ao Partido Progressista e ao Partido Socialista – que se viram sem seus líderes tradicionais nas cédulas³⁸⁹ – foi o principal responsável pela margem de liderança.

Apesar disso, um mês depois da posse para o seu segundo mandato, em abril de 1917, o governo de Wilson oficialmente declarou guerra às Potências Centrais. Mais do que isso, nem meio ano depois, já por volta de outubro desse mesmo ano, o “esforço de guerra” já era apoiado amplamente por grande parte do público americano, com a maior parte dos focos de oposição à participação do país no conflito retirados da cena pública. Arthur Townley, líder da Liga dos Não-Partidários (NPL) – uma associação de políticos de esquerda (muitos vindos do Partido Socialista) direcionada ao desenvolvimento agrário, declarou que “we are against this God-damned war, but we can’t afford not to advertise it”³⁹⁰. Assim, o que mudou nesse um ano entre a eleição do presidente que “nos manteve fora da guerra” e as comemorações organizadas no país pela chegada das primeiras tropas americanas a Cambrai no norte da França em novembro? A resposta é complexa, como não poderia deixar de ser, mas podemos dizer que uma falsa Revolução Alemã no Brasil parece ter sido, sim, parte desse processo – se não uma manifestação mais específica de um dos seus elementos.

Um conjunto de fatores está associado a essa rápida mudança da opinião pública, mas de maneira geral todos eles tem um ponto de origem comum: o gabinete presidencial. Desde a sua campanha em 1912, Wilson havia advogado em favor da *Nova Liberdade* – um esforço de expansão do poder executivo e das capacidades do governo para garantir a preservação do chamado *Americanismo* e das liberdades individuais dos cidadãos. Após a entrada na Guerra, contudo, essa nova liberdade – que ao longo de toda a sua existência enfrentou uma ferrenha oposição dentro da política nacional – entrou em um período de expansão sem precedentes na história dos Estados Unidos, com a organização de agências voltadas para a espionagem interna, aprovação de leis e ordens executivas que objetivavam coibir movimentos sociais e políticos e

³⁸⁹ Não apenas Roosevelt não havia concorrido pelos Progressistas naquele ano, mas também Eugene Debbs, o tradicional líder dos Socialistas, abandonara a corrida pela presidência em 1916 em favor de concorrer a uma vaga para a Câmara dos Deputados.

³⁹⁰ “Somos contra essa maldita guerra, mas não podemos arriscar não propagandear-la.” [Tradução nossa]

todo um esforço para o controle da imprensa e da propaganda. Entre 1917 e 1920 o Estado controlou diversos elementos da mídia e estruturou um amplo aparato de repressão e controle de informação. Assim, na medida em que a exceção se tornava a norma, narrativas de todo o tipo, ficcionais ou não, passaram a ser construídas em diversas esferas em apoio aos objetivos principais do executivo nacional, entre os quais figurava, com grande destaque, a busca pela criação de um *home front* capaz de apoiar o crescente envolvimento do país em conflitos internacionais.

A política da *Nova Liberdade* e o aparelhamento político americano

Giorgio Agamben (2004, p. 19) destacou que o período que vai do começo da Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1930 funcionou em grande parte como o laboratório em que se experimentaram e se aperfeiçoaram os mecanismos e dispositivos que hoje dão o funcionamento básico do moderno estado de exceção. Em muitas das nações partidárias do conflito essa experimentação teve por ponto de partida as declarações de estado de sítio, de emergência nacional ou mesmo de ditadura constitucional, com os Estados Unidos ganhando destaque pela construção de uma modalidade própria de estado de exceção – que foi capaz de manter e cooptar os aparatos republicanos e processos democráticos. O país se encontrava longe dos principais teatros da guerra e não estava sob ameaça direta das forças das Potências Centrais, mas tinha suas próprias necessidades políticas ao adentrar no conflito. A verdade era que os americanos já vinha participando indiretamente da guerra desde o seu começo em 1914 – fornecendo empréstimos, expansivos acordos comerciais e compartilhando inteligência para com as forças da Entente³⁹¹, uma política que ficou conhecida como “neutralidade benevolente” (Floyd, 2013, p. 52).

O quadro nacional, assim, não impediu que o executivo americano atuasse com vigor para subverter o ordenamento jurídico do país. Na verdade, vale notar, que o abandono dessa ordem constitucional se desenvolveu com apoio considerável tanto do poder judiciário quanto do legislativo e que por isso operou, como é da natureza desse tipo de conjuntura, no limiar do entendimento jurídico e constitucional, produto de um imaginário que não é partícipe dessas estruturas mas que existe em razão delas, por elas e contra elas. De fato, a própria constituição

³⁹¹ O modelo econômico de *laissez-faire* que dominava a economia americana nas primeiras décadas do século XX foi tipo por muito tempo como uma das principais razões pelas quais indivíduos e empresas privadas mantiveram essas relações com países com Inglaterra e França, mas fica também evidente que houveram diversos esforços do governo federal em intervir em diversos âmbitos desse processo, por um lado boicotando ativamente o comércio com a Alemanha e por outro dando apoio a legislações que eximiam o governo de uma atuação mais direta para regular as relações econômicas de uma nação que se declarava neutra (Floyd, 2013, p.35).

dos Estados Unidos não possui nenhuma regulamentação ou discussão quanto a esse tipo de situação emergencial (Agamben, 2004, p. 22), o que havia sido, aliás, uma das críticas mais enfáticas do Presidente Wilson ao constitucionalismo americano em sua carreira acadêmica pregressa e mesmo durante a corrida eleitoral de 1912 (Link, 1962, p. 169).

Com isso, o desenvolvimento de uma “estrutura de exceção” parece ser independente a necessidade de formalização legal da mesma (Agamben, 2004, p. 23) e o caso americano deve demonstrar isso muito bem. O que ocorreu durante os anos de guerra do governo Wilson (que vão muito além da participação estadunidense no conflito na Europa³⁹²) serviu de modelo para diversos outros momentos de exceção na história dos Estados Unidos. As *Military orders* expedidas pelo poder executivo e legislações como o *Patriot Act* utilizadas pelo governo Bush durante a Guerra do Iraque em 2001, por exemplo, foram pensadas com base nos precedentes que se estabeleceram durante os governos Wilson (Agamben, 2004, p. 14-15), se apoiando em legislações que, apesar de aprovadas em razão do dito momento excepcional que marcava aquele conflito mundial, nunca foram formalmente abolidas.

O presidente Wilson, como ele próprio deixou claro nas obras que publicou enquanto professor de Economia Política em Princeton, considerava os contemporâneos entendimentos da ordem constitucional de Estado nos Estados Unidos “muito rígidos” – no sentido de que havia pouco espaço para o poder executivo (que ele via como representante máximo da vontade do povo) passar e executar as reformas e reorganizações políticas que ele percebia enquanto necessárias (Link, 1962, p.169), compreendendo também que os focos de poder dos regimes democráticos deveriam ser eminentemente legados aos bons oradores – de forma semelhante as compreensões populistas das décadas seguintes. Wilson defendia que a atenção a habilidade oratória, ao carisma e a habilidade discursiva era a razão de ser principal da ascensão política no modelo americano e acreditava que a concentração e alcance do poder político estava diretamente ligada a esses fatores. Essas posições políticas, assim, viriam a ter grande impacto no desenvolvimento do seu governo e das medidas de exceção formuladas por ele após a entrada oficial dos Estados Unidos na Primeira Guerra.

Mas voltemos a 1917. Diante da oposição popular a entrada do país na Guerra, Wilson organizou uma ampla campanha política para silenciar os considerados “dissidentes,” com o

³⁹² Já em 1914 Wilson organizou uma intervenção militar no México, por exemplo, o que voltou a acontecer entre 1916-1917 e 1918-1919. Apesar do envolvimento ativo americano em diversos países, porém, a política externa defendida pelo presidente priorizava movimentos de intervenção indiretos – ainda que os mesmos ocorressem com forte apoio do governo – e que se pautavam em uma suposta defesa de “ideais liberais”, procurando manter a plataforma democrata de oposição direta a esforços imperialistas – que eram então percebidos enquanto movimentos *européus*.

objetivo declarado de preservar os sistemas de *Nova Liberdade* e o *Americanismo* que vinham sendo implementados desde o seu primeiro mandato. O presidente pressionou o congresso em favor da aprovação do *Espionage Act* em junho de 1917 (menos de 2 meses depois da entrada dos Estados Unidos no conflito), que autorizava a prisão de qualquer cidadão que se opusesse de forma aberta a participação dos Estados Unidos na Guerra. Assim, apesar de manifestações populares e da intervenção de diversos deputados republicanos, a lei foi aprovada, tendo sido posteriormente levada a Suprema Corte dos Estados Unidos, em 1919, sob a alegação de que a mesma violava a Primeira Emenda da Constituição (do direito a liberdade de expressão). Ela foi, porém, considerada constitucional (inclusive se encontrando em vigor até os dias de hoje – ainda que emendada) segundo o entendimento de que

Words which, ordinarily and in many places, would be within the freedom of speech protected by the First Amendment may become subject to prohibition when of such a nature and used in such circumstances as to create a clear and present danger that they evils³⁹³ (Suprema Corte dos Estados Unidos, 1919, p. 249, U.S. 48).

Essa legislação ainda foi reforçada menos de um ano depois por uma série de emendas aprovadas em maio de 1918 e que são popularmente conhecidas pelo apelido de *Sedition Act*, que expandiam o alcance e capacidades do *Espionage Act*. Para além das restrições a opiniões relativas a participação na guerra, essa lei ainda tornava criminosa a ação de

willfully utter, print, write, or publish any disloyal, profane, scurrilous, or abusive language about the form of government of the United States, or the Constitution of the United States, or the military or naval forces of the United States or the flag of the United States³⁹⁴ (Estados Unidos da América, 1918, Pub. L. 65-150).

Sem considerar outras legislações e emendas posteriores, esse esforço legal inicial foi, sozinho, foi responsável por levar ao processo de mais de dois mil americanos, resultando em mais mil condenações (Boyd, 2009). Entre as vítimas mais conhecidas desses julgamentos se encontrava Eugene Debbs, o ex-deputado Socialista que fora candidato à presidência do país em 1912, que se opôs abertamente à guerra durante um discurso em Ohio em junho de 1918. Oficialmente, o *Sedition Act* foi revogado em 1920, já no final da gestão de Wilson, mas suas condenações foram mantidas – bem como algumas das emendas feitas ao seu texto e os demais pontos originais do *Espionage Act*.

³⁹³ “Palavras que, ordinariamente e em muitos lugares, se encontrariam sob a proteção da liberdade de expressão garantida pela Primeira Emenda podem vir a ser proibidas quando de natureza e de uso à circunstâncias que criam um perigo claro e eminente capaz de gerar maus substanciais.” [Tradução nossa].

³⁹⁴ “Deliberadamente falar, desenhar, escrever ou publicar qualquer coisa desleal, abusiva, grosseira ou com linguagem abusiva a respeito da forma de governo dos Estados Unidos, ou da Constituição dos Estados Unidos, ou do exército e da marinha dos Estados Unidos, ou da bandeira dos Estados Unidos.” [Tradução nossa].

Em maio de 1917 o governo reorganizou a *Divisão Militar de Informação* (rebatizada de *Divisão Militar de Inteligência*, ou MID) e redirecionou seções específicas para uma nova função: o da espionagem interna de civis (Johson, 1999, p. 28). Essa nova face do aparato militar do governo permitiu o surgimento de toda uma mentalidade dentro das forças armadas dos Estados Unidos que se tornou prevalente ao longo de todo século XX e que permanece ativa até os dias de hoje. Na década de 1970, quando o congresso americano deu início a um lento processo de investigação quanto a natureza desses esforços “investigativos” das forças armadas, o Conselheiro Geral do Exército Robert E. Jordan III declarou ao Comitê Parlamentar que “the military departments have legitimate needs to collect and retain information concerning civilians”³⁹⁵ (Johnson, 1999, p. 29) e que o objetivo máximo dessas ações era “to preserve the promise of a free society”³⁹⁶ (1999, p.29).

Antes da organização desse esforço de espionagem por meio de um órgão do Estado, o governo federal aprovou também, ainda em março de 1917, a criação da *American Protective League* (APL), uma entidade de cunho civil encabeçada pelo publicitário de Chicago A. M. Briggs. A agência possuía a dupla de função de auxiliar o trabalho do *Birô de Investigação* (BOI) – antecessor do moderno FBI – que contava então com pouco mais de 200 agentes, e de incentivar e recrutar a comunidade civil para o dito “esforço de guerra” (guerra essa em que o país entrou apenas um mês depois). No seu auge, a APL chegou a ter mais de 250 mil agentes atuando em 600 cidades dos Estados Unidos, com muitas das informações levantadas por eles (que diziam respeito a praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde lojas e vizinhos que não apagavam as luzes após as horas definidas pelas comunidades de vizinhança até os hábitos diários de possíveis espiões alemães) sendo posteriormente repassadas ao MID (que ficaria responsável por conduzir uma investigação mais aprofundada) e ao CPI, o *Comitee on Public Information*, formado um mês depois da APL (em abril de 1917) e que utilizava muitas das informações obtidas para construir campanhas publicitárias pró-guerra e pró-governo.

O CPI foi instaurado por *Ordem Executiva* do presidente em 13 de abril de 1917 – sete dias depois da entrada dos Estados Unidos na Guerra – e colocado sob a direção do jornalista George Creel (Kazin, 1998, p. 70). O Comitê era uma organização extensiva e contava com nada menos que 37 divisões destinadas aos mais variados fins, desde desenho, fotografia, rádio e redação de textos até controle de distribuição de mercadorias, censura e interceptação de telégrafos. Publicavam materiais publicitários em inglês e pelo menos outros onze idiomas.

³⁹⁵ “Os departamentos militares tem a legítima necessidade de coletar e reter informações que dizem respeito a civis.” [Tradução nossa].

³⁹⁶ “Para preservar a promessa de uma sociedade livre.” [Tradução nossa].

Objetivavam, com esse esforço, desempenhar o papel de “manipulation of organized habits and opinions of the masses”³⁹⁷ (1998, p. 71). Havia, por exemplo, a divisão dos *Four Minute Mans*, formada por mais de 75 mil voluntários que recebiam autorização do CPI para realizar discursos pré-escritos de 4 minutos em locais públicos pré-estabelecidos e com públicos-alvo pré-determinados. Era uma extensa máquina de propaganda organizada pelo governo central em prol da doutrina nacionalista e defensora da visão de *liberdade* americana compartilhada pelo presidente e pelo seu gabinete.

Creel, da sua parte, rejeitava essa concepção e defendia que a ideia de “propaganda” era um conceito alemão, sinônimo de enganação e corrupção, enquanto que os esforços do seu Comitê tinham um esforço antes de tudo educacional, que procurava informar e conscientizar o público americano (Kazin, 1998, p.73). A doutrina do *Americanismo*, dos Estados Unidos da América enquanto uma força estrutural em prol das forças da liberdade pelo mundo com o dever pré-ordenado de defender esses ideais onde quer que fosse era um dos principais credos sobre os quais o CPI desejava educar a população. Era, bem a verdade, uma justificativa e uma palavra nova para um conceito antigo que os democratas rejeitavam: imperialismo. Foi em defesa dessa ideologia que o governo Wilson já havia aprovado novas “intervenções” no Haiti em 1915, na República Dominicana e no México em 1916 e na Rússia em 1918, o que, por exemplo, violava a própria retórica do presidente, que nos seus 14 Pontos havia defendido o direito das nações do mundo, e em especial do povo Russo, de decidir de forma livre sob sua forma de governo e organização política.

A rapidez com que todo esse novo aparato investigativo, legal e publicitário conseguiu se organizar não é de todo surpreendente. Desde pelo menos 1915 que o governo Wilson já vinha planejando a implementação de diversas dessas políticas, a partir das compreensões de mundo do presidente e com olhos voltados para o conflito que se desenvolvia na Europa, pois era prevalente no gabinete presidencial a noção de que esse tipo mais “radical” de mudanças exigia uma conjuntura política muito específica. Agamben, por exemplo, chama atenção para o caráter de construção gradual que essas medidas tiveram durante o mandato do democrata, lentamente atribuindo “ao presidente dos Estados Unidos a decisão soberana sobre o estado de exceção” (2004, p. 35-36). Havia uma clara preocupação em tornar esse processo, mais do que palatável ao público americano, parte basilar da sua ideologia política e vivência pública para permitir a sua preservação a longo termo, um reflexo do ideal de *Nova Liberdade* que baseava

³⁹⁷ “Manipulação organizada das opiniões e hábitos das massas.” [Tradução nossa].

os esforços reformistas do governo e que permitira, assim, apoio a manutenção dos novos e expansivos poderes do governo central.

Esse tipo de planejamento prévio somado aos desenvolvimentos oportunos posteriores que se seguiram a entrada dos Estados Unidos na Guerra nos permitem, então, um vislumbre ao tipo de mentalidade política que dominava o alto escalão do executivo nacional quando do surgimento das notícias sobre a *Revolução Alemã* de 1917 – mentalidade essa que se traduzia também na realidade que era projetada nos informes publicados nos jornais para atrair o apoio da opinião pública. Todo esse entendimento, é importante notar, parece vir se opor a imagem originalmente conjurada pela campanha de Wilson, bem como ao seu famoso lema. Para além disso, ao longo da sua vida pregressa o presidente havia defendido, em debates acadêmicos e em discussões políticas, a necessidade do executivo e do legislativo nacionais ter de responder “diretamente ao público” – uma premissa que foi largamente subvertida em sua gestão.

Conclusão

Em 1912, a grande disputa eleitoral nos Estados Unidos era uma que se baseava em distintas noções de reforma (Cache, 2004, p.08). A vitória democrata na corrida cimentou como proposta vitoriosa a da *Nova Liberdade* de Woodrow Wilson e garantiu, em tempo, um giro nos entendimentos político e constitucional nacionais que, em alguns casos, permanecem correntes até os dias atuais. O estopim da Primeira Guerra Mundial julho em 1914 e o conflito generalizado que engoliu a Europa, cujas economias representavam cerca de 70% do mercado consumidor da indústria americana (Floyd, 2013, p.15), garantiu quase que de imediato o interesse da política americana, ainda que não necessariamente do público em geral, e com a entrada definitiva do país na Guerra ao lado da Entente em 1917 podemos começar a observar o encontro desses dois quadros situacionais, que permitiu então o desenvolvimento efetivo da exceção enquanto elemento definidor da ordem institucional nacional entre 1917 e 1920 e deu solo fértil para narrativas como a da *Revolução Alemã*.

O processo eleitoral de 1916 deixou claro que a opinião pública americana era uma que desejava manter o país afastado tanto do conflito do outro lado do Atlântico quanto dos incertos avanços de leis e medidas emergenciais que haviam se proliferado no continente após 1914. Agora, chama atenção, por sua vez, que essa ânsia pacifista da população não parecia se estender a conflitos continentais americanos, intervenções em países vizinhos ou em resposta ao alcance da influência europeia no hemisfério. Era uma primeira nova manifestação retórica de um antigo ideal, do excepcionalismo americano e do *Destino Manifesto* – que haviam sido, como os tempos pareciam exigir, reformados e ressignificados em *Americanismo*. Ou seja, em

um nacionalismo que não residia apenas na defesa da pátria e da família, mas sim no ideal de expandir e defender as ideias de liberdade e democracia pelo mundo, uma vez que estes se transformavam no símbolo máximo do que significava ser americano (Kazin, 1998, p. 69). Era uma ideologia imperialista que procurava-se vincular diretamente a cultura nacional.

Havia, contudo, uma certa dificuldade para se relacionar essa forma de pensar com o quadro situacional na Europa. Certamente a Alemanha e a Áustria-Hungria não podiam ser entendidas como nações liberais ou democráticas, mas a verdade é que tampouco podiam as potências da Entente de maneira geral. A Rússia vivia ainda sob o regime czarista e, embora a França e o Reino Unido fossem consideradas democracias modernas, ambos os países haviam tomado medidas que acabaram eclipsando seus distintos regimes parlamentares (Agamben, 2004, p. 33-34), com a Inglaterra, por exemplo, violando uma série de tratados internacionais logo nos primeiros meses de guerra em um esforço de isolar a Alemanha e, curiosamente, até mesmo os Estados Unidos, quando da declaração formal de neutralidade do país no começo do conflito (Floyd, 2013, p. 14).

Com isso em mente, vale pensar sobre o papel que as notícias falsas sobre a *Revolução Alemã* no Brasil possam ter tido para esse esforço de virada da opinião pública em favor da participação na Guerra – e com isso em favor também das suas almeçadas reformas políticas. Informes sobre um processo revolucionário pró-germânico em um país “próximo” como o Brasil, especialmente as mais sensacionalistas que surgem a partir de abril, parecem vir para contribuir para esse processo de maneira muito coincidente. A transposição da Guerra para o continente americano, pelo menos aos olhos do público, contribuía para dar vida aos receios do chamado *Perigo Alemão* (Vogt, 2007, p. 226), enquanto que a ameaça do retorno do imperialismo europeu ao continente revivia os antigos ideais da Doutrina Monroe do século XIX e dava força ao desenvolvimento do sentimento americanista almejado pelo governo.

Os novos aparatos de espionagem, censura e repressão implementados entre os anos de 1917 e 1920 aliados a uma extensa e bem suprida máquina de propaganda tinham, assim, acesso a uma ampla gama de opções possíveis para concretizar seus objetivos. Se por um lado auxiliavam na construção e no controle da opinião pública convencional, por outro também auxiliavam o presidente Wilson na conquista dos “ousados” poderes executivos que ele via como necessários para a manutenção e a expansão da sua perspectiva política. Enfim, a partir da atuação de elementos políticos, militares e civis dentro de uma complexa máquina pública a serviço do executivo (e com apoio tácito dos poderes legislativo e judiciário) podemos ver os esforços do governo em atuar diretamente sobre indivíduos e instituições para assegurar a construção dessas novas mentalidades. Ademais, nos parece evidente como que a narrativa da

Revolução Alemã pode ter se originado dentro desse corpo organizacional, uma vez que ela própria serviu, a sua maneira, aos interesses do governo – de maneira que não acreditamos que a mesma seja apenas um evento coincidente ou meramente paralelo a todo esse processo mais amplo que vimos apresentando aqui.

Por fim, vale destacar que a criação de um modelo jurídico que se tornou permissivo aos excessos e exceções do poder central se constituiu em um verdadeiro mecanismo político que voltou a aparecer por diversas vezes na história dos Estados Unidos – dando respaldo ao caráter laboratorial e experimental que esse período histórico possuiu para a compreensão e desenvolvimento das noções constitucionais modernas de “estado de exceção.” A metáfora bélica, isto é, a vinculação direta de um dito estado de emergência com um estado de guerra (Agamben, 2004, p. 36), se solidificou como uma arma de grandes poderes, tanto pela ação da classe política quanto em decorrência dos novos elementos ideológicos e culturais que se tornaram prevalentes na sociedade americana – em parte graças aos esforços de “educação” do público empreendidos por Creel e seus sucessores. De fato, disputas contemporâneas das mais diversas ordens dentro do discurso político *mainstream* americano – desde intervenções político-militares ao redor do mundo até o fenômeno das modernas *fake news* e da chamada *guerra cultural*, demonstram como esses esforços políticos do começo do século XX legaram ao público a construção de um verdadeiro paradoxo americano até os dias atuais.

Referências

Fontes

Anchorage daily times and Cook Inlet pioneer. [volume] (Anchorage, Alaska), 20 April 1917. Chronicling America: Historic American Newspapers. Lib. of Congress. Disponível em <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/2019271005/1917-04-20/ed-1/seq-1/>>. Acesso em 31 de jan. de 2024.

Brownsville herald. [volume] (Brownsville, Tex.), 14 April 1917. Chronicling America: Historic American Newspapers. Lib. of Congress. Disponível em <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn86063730/1917-04-14/ed-1/seq-1/>>. Acesso em 31 de jan. de 2024.

The Birmingham age-herald. [volume] (Birmingham, Ala.), 09 March 1917. Chronicling America: Historic American Newspapers. Lib. of Congress. Disponível em <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn85038485/1917-03-09/ed-1/seq-4/>>. Acesso em 25 de jan. de 2024.

The day book. [volume] (Chicago, Ill.), 23 April 1917. Chronicling America: Historic American Newspapers. Lib. of Congress. <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn83045487/1917-04-23/ed-1/seq-21/>>. Acesso em 25 de jan. de 2024.

The Washington times. [volume] (Washington [D.C.]), 09 March 1917. Chronicling America: Historic American Newspapers. Lib. of Congress. Disponível em <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn84026749/1917-03-09/ed-1/seq-4/>>. Acesso em 25 de jan. de 2024.

World War history: daily records and comments as appeared in American and foreign newspapers, 1914-1916. (New York, NY), Mar. 2 1917. Disponível em <<https://www.loc.gov/item/2004540423/1917-03-02/ed-1/>>. Acesso em 25 de jan. de 2024.

Bibliográficas

CACHE, James. The defining moment. In: CACHE, James. **1912: Wilson, Roosevelt, Taft & Debs** – the election that changed the country. Nova Iorque, Estados Unidos: Simon & Schuster, 2004, pp.1-11.

CACHE, James. New Freedom vs. New Liberty. In: CACHE, James. **1912: Wilson, Roosevelt, Taft & Debs** – the election that changed the country. Nova Iorque, Estados Unidos: Simon & Schuster, 2004, pp.191-199.

FLOYD, Ryan. An exceedingly tender spot. In: FLOYD, Ryan. **Abandoning American Neutrality:** Woodrow Wilson and the Beginning of the Great War, August 1914 – December 1915. Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2013, pp.31-52.

KAZIN, Michael. Workers as Citizens: Labor and the Left in the Gompers Era. In: KAZIN, Michael. **The populist persuasion.** Nova Iorque, Estados Unidos: Harper Collins, 1998, p.49-78.

LINK. Arthur. President Wilson's Plan to Resign in 1916. **The Princeton University Library Chronicle**, Princeton, Estados Unidos. Vol. 23, No. 4. p.167-172. Verão, 1962.

JOHNSON, Wray. Black American Radicalism and the First World War: The Secret Files of the Military Intelligence Division. **Armed Forces and Society**, Thousand Oaks, Estados Unidos, p.27-53, Out.1999.

SCHUDSON, Michael. O modelo americano de jornalismo: exceção ou exemplo? **Comunicação & Cultura**, v. 3, p. 115-130, 2007.

VAIL MOTTER, T. H. Woodrow Wilson and the Power of Words. **The Princeton University Library Chronicle**, Princeton, Estados Unidos. Vol.17, No.3. p. 163-172. Primavera, 1956.

VOGT, Olgário Paulo. O Alemanismo de o “Perigo Alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo**. Santa Cruz: Unisc, vol.32, nº53, dez. 2007, p. 225-258.

Menos Mises e Mais Losurdo: um debate ainda em aberto

PIRES, Marcelo Noriega

Doutorando em História (UFSM), Professor da Rede Estadual do Rio Grande do Sul.

Bolsista CAPES/DS, noriega.sm@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo compreender o processo de disputa político-ideológico presente nas Jornadas de Junho de 2013 de maneira a se relacionar o processo de formação e consolidação do Clube Farroupilha em Santa Maria. Para tal se debate questões como a materialização da luta de classes em suas multiplicidades de formas com os quais o conflito social se manifesta. Também se debate a natureza da referida organização sendo ou não uma *think tank*. Se debate também a influência de autores como Ludwig Von Mises e o combate das ideias de Karl Marx pelas instituições de ultradireita surgidas e/ou fortalecidas pelas Jornadas de Junho de 2013. Por fim, ainda temos muitos pontos a serem pesquisados em relação a tão amplo e importante tema de pesquisa principalmente no que diz respeito às consequências das Jornadas de Junho de 2013, tanto no nível nacional quanto no nível local e também como que setores ultraliberais se utilizaram desta conjuntura para criar uma *think tank* na região central do Rio Grande do Sul. Temos um ponto extremamente relevante na questão de o CF ter sido fundado exatamente no mesmo ano das Jornadas de Junho de 2013, o que nos faz relacionar os acontecimentos nacionais com um possível fortalecimento das condições materiais que possibilitaram uma maior inserção de organizações declaradamente liberais na política brasileira. Ao se analisar o site do CF, a presença constante de um autor fica bastante evidente. O autor em questão é Ludwig Von Mises, defensor do liberalismo e um ferrenho crítico da obra de Karl Marx. Mises faz parte da chamada “escola austríaca de economia”, e ganhou importante relevância internacional na década de 1940 ao emigrar para os Estados Unidos a convite da Fundação Rockefeller, onde viveu até seu falecimento em 1973. Seu nome ganhou certa notoriedade popular com a proliferação do lema: “Menos Marx, mais Mises” durante as Jornadas de Junho de 2013. Como temos por objetivo fazer uma análise marxista destes acontecimentos, optamos por confrontar as concepções teóricas de Ludwig Von Mises, um autor defensor do liberalismo, com as de Domenico Losurdo, um autor marxista que desenvolveu uma contra-história do liberalismo.

Palavras-chave: Clube Farroupilha; Ludwig Von Mises; Domenico Losurdo.

Introdução

Compreender os discursos e as práticas derivadas das séries de manifestações classificadas pela grande mídia como “Jornadas de Junho de 2013”³⁹⁸ é adentrar em um debate que está longe de estar concluído, principalmente no que diz respeito às suas consequências para a sociedade brasileira como um todo, que possivelmente vão além da retirada definitiva de Dilma Rousseff da Presidência da República em 31 de agosto de 2016 e, por conseguinte, incidem na atualidade da política brasileira. Desta forma, temos a primeira demonstração concreta da importância desta proposta de pesquisa.

³⁹⁸Para se compreender a origem do termo recomenda-se a leitura de: TEIXEIRA, Daniel Bustamante. **As Jornadas de junho de 2013 e a crise da democracia no Brasil**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>. Acesso em: 01 nov. 2022

Outra demonstração concreta da importância desta pesquisa reside no fato de já existir importante acúmulo acadêmico, sendo um exemplo o trabalho de Camila Rocha que publicou no ano de 2021 a obra intitulada “Menos Marx, Mais Mises” onde analisa a nova direita brasileira estudando suas estratégias e táticas para combater aquilo que esta nova direita como “hegemonia cultural esquerdista” (Rocha, 2021). A referida obra é de extrema importância para se compreender o papel das *think tanks* pró mercado atuantes também em Santa Maria- RS e que tiveram um papel destacado no processo de retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República. A elaboração em questão se torna de extrema importância para o objetivo de estudo deste pré-projeto que coloca em questão a materialização em Santa Maria da obra de Mises e de Losurdo no período em estudo que vai das jornadas de junho de 2013 até a retirada definitiva de Dilma Rousseff da Presidência da República em 31 de agosto de 2016.

Para construirmos nosso pré-projeto, partiremos do que podemos classificar como um chamado, ou lema de ordem, aparentemente muito utilizado nas ditas Jornadas de Junho de 2013. O lema ou chamado em questão evocado nas ruas era: “Menos Marx e Mais Mises”³⁹⁹, cuja análise primária nos mostra que Ludwig Von Mises é apresentado de maneira a ser considerado uma espécie de antídoto ao pensamento marxiano e marxista.

Tendo em vista o título deste pré-projeto, a questão que nos resta definir diz respeito então à referência sobre Domenico Losurdo. Seria o autor italiano uma espécie de “anti-Mises” ou algo do tipo? Losurdo é um autor que parece ter adquirido uma certa popularidade em alguns círculos de esquerda, graças em grande medida à atuação da Editora Boitempo⁴⁰⁰.

Os autores trabalhados apresentam conceitos antagônicos, que nos permitem avançar na compreensão das disputas presentes na sociedade brasileira atual. Tanto Mises quanto Losurdo nos fornecem importantes aspectos para compreendermos a relação entre liberalismo e democracia, relação que pretendemos deixar mais clara no desenrolar deste pré-projeto. Portanto a realização desta pesquisa sobre como que o processo da retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República ocorreu em Santa Maria não nos fornecendo apenas elementos para compreendermos a concepção de democracia defendida por “vencedores” e “vencidos”

³⁹⁹Recomenda-se a leitura de: CATHARINO, Alex. **Menos Marx, Mais Mises**: um novo paradigma de conhecimento e ação para o Brasil. Este texto merece destaque para além de seu conteúdo, pois foi escrito pelo editor da LVM Editora. A Editora em questão é a responsável pela publicação das obras de Ludwig von Mises no Brasil, grande parte destas disponíveis de maneira gratuita.

⁴⁰⁰Recomenda-se a seguinte reportagem. Portal Rede Brasil Atual. **Mas, afinal, quem foi Domenico Losurdo?** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2020/09/quem-foi-domenico-losurdo/>. Acesso em: 01 nov. 2022. Na reportagem em questão temos um breve panorama da relação entre Losurdo e a Editora Boitempo, vale lembrar que Losurdo foi citado também na entrevista do historiador e *youtuber* Jones Manoel ao cantor Caetano Veloso, o que certamente contribuiu para certa notoriedade do intelectual italiano principalmente ao ser citado por Veloso em entrevista a Pedro Bial na Rede Globo de Televisão.

dos acontecimentos em questão, mas também possibilidades de compressão sobre as bases político-ideológicas que embasam os debates políticos da sociedade brasileira como um todo tendo como objeto de pesquisa os acontecimentos e disputas ocorridas na cidade de Santa Maria - RS no período em questão.

Desenvolvimento

A partir do estudo do lema ou chamado: “Menos Marx e mais Mises”, se pretende estudar o discurso presente nesses movimentos para se compreender seu projeto político, e também os demais projetos políticos e as disputas inerentes às diferentes concepções de sociedade. Um importante ponto de partida é o estudo das obras do próprio Ludwig Von Mises, disponíveis principalmente no site do Instituto Mises Brasil, muitas delas disponíveis para download gratuito, o que demonstra uma considerável política de divulgação destas ideias.

Uma análise mais detalhada nas referidas obras nos mostra uma intenção bem clara de se tentar de toda a maneira desconstruir o marxismo, de acordo com Mises (2019) o marxismo teria se tornado a principal filosofia de nossa época através do auxílio prestimoso de Augusto Comte, segundo o autor um socialista semelhante a Marx. Além disso, figuras como Otto Von Bismarck também seriam socialistas. Talvez aqui tenhamos o embrião do discurso de que o “marxismo cultural” (Silva, 2020) domina o mundo e que figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro seriam “guerreiros mais avançados” na luta contrária a esta articulação internacional. Já Domenico Losurdo é “chamado” para o debate por representar uma série de contribuições ao marxismo que acreditamos estarem de acordo com a realidade brasileira. Para comprovar esta afirmação é importante analisar, mesmo que brevemente, a sua obra. De acordo com Domenico Losurdo (2018, p. 193): “Em conclusão, séculos de desenvolvimento do sistema capitalista mundial, longamente hegemônico por países de consolidada tradição liberal, não contribuíram para consolidar a emancipação política” (Losurdo, 2018, p. 193).

Para começar a esboçar uma resposta ao debate entre os dois autores é de extrema importância buscar compreender não só o que Mises compreende por liberalismo, mas também o que movimentos como Movimento Brasil Livre (MBL) e o Clube Farroupilha de Santa Maria - RS, um dos objetos de estudo deste pré-projeto, defenderam no período em estudo neste projeto e, até que ponto estes movimentos abordam de fato pautas liberais? Qual sua concepção de sociedade, economia, indivíduo e coletividade? Vale levar em consideração também a atuação do Clube Farroupilha, grupo que segundo seu site surgiu da insatisfação de estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que desejavam enfrentar a hegemonia marxista na academia local. Destaque também para seu Panteão de Alumni que conta com um

membro que atualmente é CEO do Instituto Mises Brasil, outro membro que atualmente é Deputado Estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido Novo (agremiação política declaradamente engajada na defesa do liberalismo de acordo com as concepções de Ludwig Von Mises), ex-dirigentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM e membros ligados atualmente à grandes empresas multinacionais.

Tendo em vista as questões mencionadas neste setor do nosso pré-projeto é importante que compreendamos que se trata de uma intenção de pesquisa que busca contribuir para o conhecimento sobre o Brasil atual e seu papel no capitalismo internacional, de maneira a se relacionar as disputas políticas presentes no período em estudo para quiçá se possa aprimorar a nossa democracia.

Partindo mais precisamente do chamado: “Menos Marx e mais Mises”, temos um importante eixo de pesquisa para se compreender das Jornadas de junho de 2013 até a retirada definitiva de Dilma Rousseff da Presidência da República em 31 de agosto de 2016. A questão que acreditamos ser primordial diz respeito ao tipo de sociedade expressa nas produções de Mises. De acordo com o autor Ludwig Von Mises: “a partir da distinção entre empregado e empregador, traça-se, no plano da teoria econômica, uma distinção que não existe na vida real. Nesta concepção empregador e empregado são, em última análise, uma só e a mesma pessoa”. (Mises 2017, p.70)

Percebemos assim uma rejeição explícita do conceito de luta de classes. Ludwig von Mises vai além na sua elaboração e afirma na sequência que foi Karl Marx que criou o termo capitalismo. Afirmação esta que demonstra o pouco apego à pesquisa científica por parte do referido autor já que o termo já aparece em documentos do século XIII⁴⁰¹ das cidades navegadoras de Gênova e Veneza, sendo também utilizado por Adam Smith, na sua obra *A Riqueza das Nações*, de 1776, e por Pierre-Joseph Proudhon em sua obra: *O que é propriedade?*, publicado inicialmente em ainda na primeira metade do século XIX.⁴⁰²

Críticas a Marx são uma constante na obra de Mises, o que também pode vir a ser uma

⁴⁰¹ Sobre o papel das cidades italianas na formação do termo capitalismo, recomenda-se a leitura de: BARBOSA, Glaudionor Gomes. Origem do capitalismo: uma comparação entre as abordagens de Max Weber e Werner Sombart. Revista Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais Humanas, v. 22, n. 1, 2009.

⁴⁰² Por serem duas obras de grande circulação nos meios acadêmicos se torna pouco crível que Ludwig von Mises não tenha condições de acesso a estas obras, o que nos leva a crer se tratar de uma tentativa deliberada de desconstrução do pensamento de Karl Marx o atribuindo a criação do próprio termo que de acordo com Mises (2017) seria de algo que ele, Marx, considerava como a mais grave calamidade que jamais se abateria sobre a humanidade. Esta afirmação desconsidera toda a construção do pensamento marxiano que analisa, não somente, no Livro I do Capital a transição do Feudalismo para o Capitalismo atribuindo inclusive um caráter revolucionário para a burguesia naquele contexto.

das razões para a popularização do lema ou chamado em estudo. Um dos pontos que pretendemos responder com a realização deste projeto diz respeito à questão de relacionar a visão que membros de movimentos que participaram das Jornadas de Junho de 2013 em Santa Maria-RS possuem sobre Marx e o marxismo.

Ao mesmo tempo em que Mises ataca Marx, ele também se coloca enquanto um defensor do liberalismo de maneira a afirmar que somente com o exercício completo e irrestrito do liberalismo teremos o exercício pleno das benesses do capitalismo. Por isso temos uma defesa da não intervenção do estado na economia, defendendo assim políticas classificadas como de defesa do estado mínimo⁴⁰³.

Através do lema ou chamado: “Menos Marx e Mais Mises” podemos compreender não só a atuação individual de MBL e Clube Farroupilha, mas também a relação entre os mesmos: Até que ponto são organizações independentes? Até que ponto estamos falando de organizações que podem ser definidas pelas suas especificidades, convergências ou semelhanças? E por fim, qual a influência concreta de Mises nas concepções políticas dos dois grupos. Ou para ficarmos em um termo talvez mais de acordo com o jargão empresarial: quais seus valores, metas e objetivos?

Por se tratar de um estudo de História do Tempo Presente é necessário buscar a contribuição de Grespan (2015, p. 299) que ao destacar o conflito entre objetividade e subjetividade tanto no trato com as fontes históricas quanto na divulgação dos conhecimentos obtidos afirma que: “E daí também que a intuição e imaginação por mais importantes que sejam na pesquisa individual, não possam ser critérios de divulgação e generalização dos conhecimentos, depois de obtidos”.

Este alerta se torna bastante válido e balizará a realização deste projeto no sentido de buscar um estudo através da ciência histórica para se buscar compreender as disputas político-ideológicas presentes na sociedade brasileira atual. Por isso, a necessidade do desenvolvimento desta pesquisa, não limita a nossa intuição e imaginação, por mais que estas possam nos servir para incentivar o desenvolvimento das primeiras etapas da pesquisa.

Voltando mais precisamente para a concepção teórica de Mises (2017, p. 200) temos a seguinte afirmação sobre o que é o liberalismo: “é uma ideologia, uma doutrina de relação mútua entre os membros da sociedade e, ao mesmo tempo, aplicação desta doutrina à conduta

⁴⁰³ Um exercício bastante válido para este pré-projeto é o estudo da declaração de “Valores e princípios do MBL”, onde os preceitos de estado mínimo, tais como: não intervenção na economia, redução da carga tributária, “livre negociação” entre patrão e empregado, ataques ao serviço público e tantas outras estão claramente expressados e que demonstram uma influência bastante clara da obra de Ludwig von Mises. Movimento Brasil Livre (MBL). Valores e princípios. Disponível em: www.mbl.org.br/valores-principios. Acesso em: 01 nov. 2022.

dos homens em uma sociedade real”. Podemos perceber claramente que se trata de um discurso não só justificador da sociedade capitalista bem como também uma propaganda de uma realidade tida como dada e sem possibilidade de alteração. Já Domenico Losurdo (2015, p. 137) ao ressaltar a validade da luta de classes, tratada como um entrave para se atingir as benesses capitalistas, afirmando que o capitalismo se constitui em diferente, múltiplas e contraditórias “relações de coerção”. Esta passagem nos mostra a importância de pensarmos na questão das maneiras de coerção capitalista, durante a realização desta pesquisa tentaremos compreender até que ponto a obra de Mises enquanto um propagandista do liberalismo e, conseqüentemente, do capitalismo também tenta exercer um tipo de coerção ao apresentar o capitalismo como o ápice das relações produtivas da humanidade. Também buscaremos compreender as concepções de Losurdo no sentido da sua produção crítica ao liberalismo e ao modo de produção capitalista.

Para que se possa debater o papel de “vencedores” e “vencidos” dos movimentos inaugurados como as chamadas Jornadas de Junho de 2013 é necessário se compreender primeiramente quem foram de fato cada um deles, Souza (2019, p. 175), ao utilizar o termo “golpeachment para definir o processo de retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República, afirma que o grande esquema de corrupção sistêmica imposto pelo capitalismo financeiro implica superexploração ao enganar as classes sociais abaixo da elite. Apesar de não considerarmos o termo “golpeachment” como suficiente para definir a série de acontecimentos que acabaram por afastar Dilma Rousseff da Presidência da República, temos concordância com sua avaliação sobre o papel do capitalismo financeiro em não aceitar certo protagonismo brasileiro.

Isso explica a questão da preocupação de se atrair a classe média com a promessa de combate à corrupção e de desburocratização do Estado. A elaboração do autor vai mais adiante ao afirmar que a classe média brasileira possui ódio e desprezo pelo povo cevado secularmente, sendo segundo ele a principal herança da escravidão no Brasil. Todavia o conceito de golpeachment parece nos dizer pouco sobre o caráter dos acontecimentos que levaram à retirada da Dilma Rousseff da Presidência da República, lacuna que pretendemos suprir com o desenvolvimento desta pesquisa.

Para se compreender o caráter da retirada definitiva de Dilma Rousseff da Presidência da República será necessário a pesquisa inclusive das fontes jurídicas e políticas do processo e das análises científicas sobre as mesmas. Um ponto de partida será a expressiva quantidade de cursos oferecidos por diversas instituições de ensino superior onde este tema foi abordado,

principalmente no caso da Universidade Federal de Santa Maria⁴⁰⁴, cidade onde se pretende desenvolver a pesquisa.

Outro ponto que se pretende responder diz respeito ao abandono por parte do Movimento Passe Livre (MPL) da coordenação das manifestações⁴⁰⁵, que se iniciaram no estado de São Paulo, por redução da tarifa da passagem dos ônibus urbanos. Durante a realização desta pesquisa analisaremos os fatores que levaram a esta decisão de maneira a se compreender como setores inspirados nas elaborações de Ludwig von Mises assumiram a direção de movimentos que desencadearam em consequências bastante expressivas para a sociedade brasileira como um todo.

Temos a plena convicção da importância de se articular a questão nacional com a questão local, no caso de Santa Maria – RS objeto de nosso estudo, pois acreditamos na validade da elaboração hegeliana (Hegel, 1988) da primazia do todo em relação às partes. Ter a obra de Georg Hegel como sendo uma de nossas mais importantes referências significa que mesmo tendo um objeto de estudo voltado para a política local, com suas devidas particularidades, não deixamos de levar em consideração a universalidade da política nacional, que por sua vez também está vinculada com a política internacional. Sinnerbrink (2017, p. 159) ao analisar a concepção de Hegel sobre a interação entre o universal e o singular na formação da subjetividade, afirma se tratar de um reconhecimento mútuo. Desta forma as elaborações de Hegel permeiam a relação entre a questão nacional com o objeto de estudo deste pré-projeto.

Primeiramente temos a questão daquilo que se convencionou chamar de História do Tempo Presente, de acordo com Ferreira (2012, p. 107): “uma das principais singularidades do tempo presente é a valorização do evento, da contingência e da aceleração da história”. Neste caso, o próprio historiador é testemunha e ator do seu objeto de estudo, o que denota uma série de questões relativas ao próprio trato com as fontes. Evidentemente que ao se trabalhar com a História do Tempo Presente o historiador terá de lidar com disputas por legitimação entre os grupos e indivíduos envolvidos no seu objeto de estudo. Acreditamos que quando se fala na questão deste projeto em si, as pressões por legitimação desta ou daquela prática ou visão tendem a estar presentes. Para o historiador resta o papel da análise rigorosa das fontes, sejam elas escritas ou orais. Talvez o estudo sobre um período tão recente possa adentrar no debate sobre a questão da necessidade ou não de certo afastamento científico, para tal Carlos Fico

⁴⁰⁴ Sobre o Curso em questão, temos a divulgação da própria Universidade: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Curso de extensão:** o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil.

⁴⁰⁵ Portal G1. **MPL diz que não convocará novos protestos em São Paulo.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mpl-diz-que-nao-convocara-novos-protestos-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 01 nov. 2022.

(2016, p. 301) argumenta sobre a imparcialidade, desconstruindo a crítica à História do Tempo Presente sofrer do tal mal da parcialidade, demonstrando se tratar de um debate já superado, tendo em vista a consolidação em suas palavras “há muito tempo a argumentação filosófica sobre a inviabilidade das modalidades ortodoxas da Teoria do Reflexo e sobre o Mito da Neutralidade Científica”. Desta maneira demonstrando a viabilidade de se construir análises científicas a partir da História do Tempo Presente, ao mesmo tempo em que o autor saúda a nova História do Tempo Presente por ter reanimado o debate teórico, algo que permeia a própria concretização deste pré-projeto.

Quando se fala no processo de constituição do sentido pela narrativa histórica não se pode cair no erro do chamado “uso forense da história”⁴⁰⁶, principalmente pela observação de Rüsen (2015) de que o passado não nos fornece uma matéria-prima bruta para o conhecimento histórico, pois todo e qualquer documento e fonte histórica já tem a propriedade de estar dotado de sentido. Certamente temos um alerta muito importante para o historiador que analisa tanto fontes escritas quanto fontes orais sobre um período recente e deveras conturbado. Pesquisar em História não é atribuir significados a documentos que não o tinham e sim buscar orientações para a vida presente através de experiências humanas passadas.

Podemos notar uma proximidade do pensamento de Rüsen com o pensamento do educador Paulo Freire (2019, p. 69) no sentido da reflexão sobre aquilo que classificou como tarefa progressista para a sociedade, que segundo ele seria a de “estimular e possibilitar nas circunstâncias mais diferentes, a capacidade de intervenção no mundo jamais o seu contrário, o cruzamento de braços em face aos desafios”. Freire ressalta também que esta intervenção não deve ser voluntarista inconsequente e que não despreza os condicionamentos da realidade.

Para se estudar a série de acontecimentos que se desencadearam com Jornadas de Junho de 2013 e desencadearam com a retirada definitiva de Dilma Rousseff da Presidência da República em 31 de agosto de 2016 se torna de extrema importância que compreendamos que estes acontecimentos fazem parte de um processo muito mais amplo de atual ofensiva neoliberal que tem como característica fundamental o papel do estado (Estado) como guardião do direito privado, provando assim a tese de Cláudio Katz (2016) que divide os pensadores neoliberais em ortodoxos e convencionais. Os primeiros tidos como mais autênticos e defensores do papel de não intervenção do estado na economia e os últimos como defensores do papel do estado quando necessário para defender interesses da iniciativa privada, como a implementação do viés empresarial na gestão pública.

⁴⁰⁶ Recomenda-se a leitura de: DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador:** da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Já Pierre Dardot e Christian Laval (2016) ao analisarem as contribuições de Friedrich Hayek para o ideário neoliberal realçam sua relação com um papel autoritário que permita que as suas concepções sejam colocadas em prática, sendo extremamente válida a opção pelo estado forte no sentido de garantir os interesses dos capitalistas em detrimento da democracia. Alerta que nos diz muito sobre as possibilidades e potencialidades do desenvolvimento desta pesquisa.

Atuando pelo viés dos referenciais teóricos aqui apresentados acreditamos que poderemos realizar uma produção acadêmica que vise a construção de uma abordagem científica que sobre o período em pesquisa de maneira a abordar as disputas políticas que se iniciaram com as Jornadas de Junho de 2013 e desencadearam com a retirada definitiva de Dilma Rousseff da Presidência da República em 31 de agosto de 2016.

Para que este projeto possa ser colocado em prática é importante destacar as fontes e a metodologia que serão utilizadas em cada uma de suas etapas. O ponto de partida para a realização deste projeto diz respeito à revisão bibliográfica das obras de não somente das obras de Ludwig von Mises e de Domenico Losurdo, mas também de produções que lhe são de certa forma tributárias, como as obras publicadas pelo Instituto Mises Brasil, no caso do primeiro, bem como também de autores como Jones Manoel da Silva⁴⁰⁷, no caso do último. Igualmente também será analisada tanto a documentação de grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Grupo Farroupilha que desempenharam posição de destaque no período que se pretende ser analisado neste projeto. Conjuntamente será analisada a documentação produzida pela mídia atuante em Santa Maria e região no sentido de compreender os diferentes discursos propagados durante os acontecimentos em questão.

Já de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2017) quando se trabalha com o discurso seja de uma instituição ou mesmo de algum indivíduo é necessário se realizar tanto a análise externa, que envolve desde questões de estudo e pesquisa do momento histórico, da biografia dos indivíduos e grupos envolvidos na análise e das disputas político-ideológicas do período em questão, quanto a análise interna, que diz respeito ao objeto de estudo em si, dos discursos em inerentes ao objeto de pesquisa. Essas duas elaborações nos servem muito para a primeira etapa de realização deste projeto.

⁴⁰⁷ Jones Manoel da Silva é historiador, *youtuber* e educador popular considerado um grande divulgador da obra de Domenico Losurdo no Brasil. Recomendamos a leitura de: SILVA, Jones Manoel da. **Em busca da revolução brasileira**: um estudo crítico sobre a estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

Conclusão

Problematizar a pregação quase apologética de que o “marxismo cultural” desenvolve algum tipo de dominação e hegemonia tanto no pensamento intelectual brasileiro quanto no então governo federal é algo fundamental para se compreender a realidade concreta do país e de seus projetos em disputa. Entretanto, o chamado para combater a “doutrinação comunista” ganhou muita força na sociedade brasileira, inclusive com o apoio dos principais meios de comunicação do país e ampla divulgação nas redes sociais⁴⁰⁸, o que nos leva a buscar não só um entendimento sobre o discurso em si, mas também compreender os objetivos – mesmo que aparentemente não tão latentes do mesmo – e também buscar alternativas para o problematizar.

Estudar a obra de Ludwig von Mises se torna uma tarefa necessária para a compreensão não só da sua obra em si, mas principalmente para compreender os objetivos de determinados *think tanks*, como o Clube Farroupilha, em difundir, inclusive de maneira aparentemente gratuita, a referida obra. Já para se fazer o contraponto daquilo que definimos, mesmo com todas as limitações do termo, como disputa político-ideológica utilizamos a obra do marxista italiano Domenico Losurdo que além de possuir uma grande quantidade de obras em língua portuguesa pode ser também considerado como tendo ganho uma certa popularidade no Brasil nos últimos anos,⁴⁰⁹ inspirando movimentos e debates de apoiadores do governo de Dilma Rousseff.

Para exercício de estudo e pesquisa comparemos inicialmente neste pré-projeto uma obra de cada autor; de Ludwig von Mises – “Liberalismo” e de Domenico Losurdo – “Contra-História do Liberalismo”. A escolha dessas duas obras não é por acaso, os dois autores abordam aparentemente o mesmo termo, mas com concepções bem diferenciadas entre eles. Mises (2010) apresenta uma visão que podemos classificar como positiva, associando o liberalismo à questão do exercício puro e simples das liberdades e o capitalismo o único sistema possível de organização social. Já Losurdo (2006) realiza uma análise bastante crítica sobre o liberalismo o associando ao papel da escravidão que possibilitou que as grandes potências econômicas enriquecessem através da exploração não apenas de suas colônias, mas também das suas chamadas “zonas de influência”. Um exercício interessante da crítica de Losurdo é comparar de um lado o papel de Holanda, Inglaterra e Estados Unidos com o papel relegado a habitantes

⁴⁰⁸ Recomenda-se a leitura de: GROHMANN, Rafael; SOUZA, Livia da Silva. **A midiatização das jornadas de junho: o consumo na rede.** Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36969/21544>. Acesso em: 01 nov. 2022.

⁴⁰⁹ Portal Rede Brasil Atual. **Mas, afinal, quem foi Domenico Losurdo?** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2020/09/quem-foi-domenico-losurdo/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

de Java, Irlandeses e índios⁴¹⁰, o que desconstrói a afirmação de que o liberalismo enquanto ideologia típica do capitalismo possibilitaria oportunidades para todos⁴¹¹.

Analisando a referida obra de Mises temos algo que nos parece bem interessante para começarmos a destrinchar o porquê de suas ideias terem alcançado uma aparente popularidade a partir das Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos, a linguagem bastante acessível da edição de suas obras, logo no preâmbulo temos uma listagem de 24 temas que serão abordados ao longo deste livro. Isso somado ao fato de que muitas de suas obras poderem ser baixadas gratuitamente através do Instituto Mises Brasil⁴¹² nos mostra uma tática que parece ser extremamente acessível para a irradiação de suas ideias. Observação que pretendemos verificar ao longo de nossas atividades de entrevistas com lideranças de movimentos que participaram ativamente dos movimentos em questão na cidade de Santa Maria - RS.

Comparando inicialmente as duas produções tanto de Ludwig Von Mises quanto de Domenico Losurdo temos as condições para compreender os projetos colocados em disputa e materializados em Santa Maria - RS na atuação do Clube Farroupilha que se utiliza das elaborações do autor austríaco e do Partido dos Trabalhadores que ao aderir a uma visão crítica do liberalismo, se aproximando assim da obra do autor italiano.

Referências

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARBOSA, Glaudionor Gomes. **Origem do capitalismo**: uma comparação entre as abordagens de Max Weber e Werner Sombrat. Revista Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas, v. 22, nº 1, 2009.

CATHARINO, Alex. **Menos Marx, Mais Mises**: um novo paradigma de conhecimento e ação para o Brasil. Disponível em: <https://www.revistamises.org.br/misesjournal/article/view/813/497>. Acesso em: 01 nov. 2022.

Clube Farroupilha. **Protagonizamos um mundo mais livre e próspero**. Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

⁴¹⁰ Sobre a questão de marxismo e luta anticoloniais recomenda-se a leitura de: ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.

⁴¹¹ Recomendamos a leitura de: HOBSEBAWM, Eric J. Vencedores. In: HOBSEBAWM, Eric J. A era do capital (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 213-241. Neste capítulo temos uma comprovação muito importante, a de que os milionários e multimilionários estadunidenses eram em sua imensa maioria oriundos de famílias com poses, demonstrando que o *self mademan* não era exatamente uma regra. Porém como o próprio Historiador britânico conclui a inexistência de uma velha nobreza reforçava o discurso da livre iniciativa e do progresso pelos próprios meios.

⁴¹² Recomendamos o acesso ao site: Instituto Mises Brasil (IMB). **Biblioteca**. Disponível em: <https://mises.org.br/Ebooks.aspx?type=99www.mises.org.br>. Acesso em: 01 nov. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUMOULIN, Oliver. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELA, Flávia Florentino (org.) [et. al.]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: MALERBA, Jurandir. **História & narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GRESPLAN, Jorge. **Considerações sobre o método**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2015.

GROHMANN, Rafael; SOUZA, Lívia da Silva. **A midiatização das jornadas de junho**: o consumo na rede. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36969/21544>. Acesso em: 01 nov. 2022.

HEGEL, Georg. **Fenemologia do Espírito**. Parte I. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOBBSAWM, Eric J. Vencedores. In: HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital** (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 213-241.

Instituto Mises Brasil (IMB). **Biblioteca** Disponível em: <https://mises.org.br/Ebooks.aspx?type=99www.mises.org.br>. Acesso em: 01 nov. 2022.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2018.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O esquerdismo**: doença infantil do comunismo. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LOSURDO. Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. Aparecida. Ideias & Letras, 2006.

LOSURDO. Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOSURDO. Domenico. **O marxismo ocidental**: como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**: reflexões sobre política econômica para hoje a amanhã. São Paulo: Editora LVM, 2017.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010. Versão Epub.

Movimento Brasil Livre (MBL). **Valores e princípios**. Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios>. Acesso em: 01 nov. 2022.

Portal G1. **MPL diz que não convocará novos protestos em São Paulo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mpl-diz-que-nao-convocara-novos-protestos-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 01 nov. 2022.

Portal Poder 360. **MBL lança documentário com sua visão sobre impeachment de Dilma**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/mbl-lanca-documentario-com-sua-visao-sobre-impeachment-de-dilma/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

Portal Rede Brasil Atual. **Mas, afinal, quem foi Domenico Losurdo?** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2020/09/quem-foi-domenico-losurdo/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

PROUDON, Pierre Joseph. **O que é propriedade?** Disponível em: <https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2014/05/O-que-e-a-Propriedade-Livro-de-Pierre-Joseph-Proudhon.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SILVA, Jones Manoel da. **Em busca da revolução brasileira: um estudo crítico sobre a estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. **Revista da Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Boletim de Conjuntura (BOCA)**. Ano II, V. 3. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2020, p. 77-82.

SINNERBRINK, Robert. **Hegelianismo**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TEIXEIRA, Daniel Bustamante. **As Jornadas de junho de 2013 e a crise da democracia no Brasil**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>. Acesso em: 01 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Curso de extensão: o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/direito/2018/04/16/curso-de-extensao-o->

[golpe-de-2016-e-o-futuro-da-democracia-no-brasil/](#). Acesso em: 01 nov. 2022.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência:** do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

As raízes do pensamento Lula no plano *Brasil sem Fome*

BORENSTEIN, Carlos Eduardo Bellini
Mestrando em Comunicação Social (PUCRS)
carlosbellini1@gmail.com

Resumo: Utilizando a metodologia da análise do discurso, de Patrick Charaudeau (2008), este trabalho realizará uma pesquisa de abordagem qualitativa do pronunciamento realizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante a cerimônia de lançamento do plano *Brasil Sem Fome*, ocorrido em 1º de setembro de 2023, no Estado do Piauí (PI). A análise buscará demonstrar como o discurso de Lula dialoga com a parcela mais pobre da sociedade brasileira, perpassando seu pensamento político, a comunicação e a história. Os segmentos mais pobres da representam um dos pilares do chamado lulismo, termo cunhado pelo cientista político André Singer (2012) para explicar as raízes sociais e ideológicas da preferência eleitoral por Lula. A partir desse conceito, Singer busca compreender o realinhamento eleitoral ocorrido, em 2006, e que, no nosso entendimento, permanece atual. O plano *Brasil Sem Fome*, mais do que reforçar simbolicamente a relação estabelecida de Lula com o subproletariado, também seria a representação do modelo de Estado, apostando em políticas distributivas. Identificamos indícios de que o lulismo, ao mesmo tempo em que, através do plano *Brasil Sem Fome*, fortalece seus vínculos com o subproletariado, também produz tensões com a elite econômica, pois o avanço das políticas de distribuição de renda significa uma revisão do modelo de Estado que vigorou no país entre 2016 e 2022. Para a realização deste trabalho, utilizaremos, além das bibliografias de Patrick Charaudeau (2008) e André Singer (2012), o discurso de Lula no lançamento do plano *Brasil Sem Fome*, além das pesquisas de opinião pública que mensuraram o apoio do presidente junto ao eleitorado de menor renda.

Palavras-chave: Lulismo; *Brasil sem Fome*; Discurso.

Introdução

A partir da análise do discurso presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de lançamento do plano *Brasil Sem Fome*, ocorrido em 1º de setembro de 2023, no Estado do Piauí (PI), este trabalho analisará a persuasão da narrativa de Lula junto aos setores mais pobres da sociedade, que constituem a base social do lulismo.

Os segmentos mais pobres da representam um dos pilares do lulismo, termo cunhado pelo cientista político André Singer (2012) para explicar as raízes sociais e ideológicas da preferência eleitoral por Lula. A partir desse conceito, Singer busca compreender o realinhamento eleitoral ocorrido, em 2006, e que, no nosso entendimento, permanece atual. O plano *Brasil Sem Fome*, mais do que reforçar simbolicamente a relação estabelecida de Lula com o subproletariado, também seria a representação do modelo de Estado, apostando em políticas distributivas.

Identificamos indícios de que o lulismo, ao mesmo tempo em que, através do plano *Brasil Sem Fome*, fortalece seus vínculos com o subproletariado, também produz tensões com

a elite econômica, pois o avanço das políticas de distribuição de renda significa uma revisão do modelo de Estado que vigorou no país entre 2016 e 2022.

Percurso teórico-metodológico

Utilizando a metodologia da análise do discurso, de Patrick Charaudeau (2008), este trabalho realizará uma pesquisa de abordagem qualitativa do pronunciamento realizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no lançamento do plano *Brasil Sem Fome*. Para a realização deste trabalho, utilizaremos, além das bibliografias de Patrick Charaudeau (2008) e André Singer (2012), o discurso de Lula no lançamento do plano *Brasil Sem Fome*, além das pesquisas de opinião pública que mensuraram o apoio do presidente junto ao eleitorado de menor renda.

Análise do discurso

Segundo Charaudeau (*apud* Pinto, 2005), toda fala proferida por um político é intitulada discurso político, devido ao seu alto poder de persuasão que pode levar ao convencimento de uma sociedade. Utilizando o discurso de Lula no Piauí, buscaremos demonstrar que esse alto poder de persuasão descrito por Charaudeau (2008) impacta o campo social, principalmente as camadas mais pobres da população, que é a principal base social lulista. Além disso, os posicionamentos do presidente são capazes de intervir na formação de opinião pública

Charaudeau, (2008), ao defender um ponto de vista multidisciplinar da análise do discurso, defende que essa metodologia conversa com disciplinas como a psicologia, as ciências sociais, e a comunicação. Ele propõe-se, na tentativa de alcançar e compreender os acontecimentos políticos, trilhar o discurso como padrão central.

A linguagem é entendida como sendo uma característica da ação política. Charaudeau (2008) afirma que o discurso político não é exclusivo apenas aos governantes, nem mesmo àqueles que pensam sobre a política; o seu sentido produz-se em função das interações e das identidades que dela participam.

Portanto, o poder político é consequência de uma representação adquirida ao sujeito político que deve convencer as pessoas a respeito dos princípios que defende e assim elaborar para si uma característica idêntica em seu discurso, que vincule a teoria, à prática, o posicionamento ideológico e a estratégia de gestão do poder. A persuasão busca fazer alguém acreditar, ou que comece a acreditar, em algo ou em alguém.

A apresentação do discurso político, segundo Charaudeau (2008), é sempre dirigida e, ao mesmo tempo, os receptores desse discurso, a população, é parte complementar dele. É a

razão pela qual podemos dizer que os povos são responsáveis pelo regime político no qual eles vivem, por opinião pública que intervêm.

O discurso político tem a necessidade de estabelecer a veracidade das informações proclamadas, característica primordial desse tipo de construção. Conforme colocado pelo autor, o discurso sofre diariamente a sua desconstrução, e assim, simultaneamente, apenas se constrói pela desconstrução de um outro discurso. É, portanto, ativo, rúptil e, naturalmente; demonstra sua situação provisória.

Analisar a palavra “discurso” é pensar, necessariamente, em governo e sua forma de realizar política por meio das declarações realizadas por dirigentes políticos, cuja fala percorre um vocabulário legítimo no que se refere aos seus costumes e condição. Charaudeau (2008) analisa a noção de discurso político em seus elementos principais: os contratos e estratégias do discurso político, as imagens dos atores políticos e os “imaginários de verdade”, noção que, segundo ele, abre perspectivas analíticas não alcançadas pela noção de ideologia.

Lulismo

O *lulismo*⁴¹³, desde 2006, constituiu-se na expressão política de uma fração de classe que pode ser definida como *subproletariado*⁴¹⁴. Através de uma profunda relação construída pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com a população mais pobre, o *lulismo* é o representante de uma fração de classe que é, ao mesmo tempo, numerosa e despolitizada. A liderança de Lula junto aos pobres decorre da relação histórica e afetiva constituída com as classes populares, liderando um projeto político de mudança estrutural de longo prazo.

Com o realinhamento eleitoral⁴¹⁵ ocorrido nas eleições de 2006, André Singer (2012) cunhou o termo *lulismo*. A crise do mensalão combinada com o *boom* dos *commodities* mudou a base eleitoral de Lula da classe média e dos trabalhadores industriais para o *subproletariado* (Singer, 2012). Entre as medidas que possibilitaram o realinhamento eleitoral estão o aumento do salário mínimo; a expansão do crédito popular; a ampliação da formalização do trabalho, a transferência de renda via Bolsa Família; e a contenção de preços sobre a cesta básica.

⁴¹³ Conceito cunhado pelo cientista político André Singer (2012) para caracterizar os eleitores do presidente Lula. A identificação com Lula estaria associada às medidas de inclusão social sem qualquer processo de radicalização política.

⁴¹⁴ Este conceito, respaldado em Paul Singer, teria como articulador aqueles que oferecem sua força de trabalho no mercado, mas não têm como retorno uma remuneração que assegure sua reprodução em condições encontradas pela “classe trabalhadora organizada”, já que nesta fração “estão os empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” – uma fração de classe difícil de organizar, segundo o autor, a não ser que seja feito por cima, papel que o lulismo cumpriu.

⁴¹⁵ Mudança nas bases do voto em Lula dos segmentos de classe média para os eleitores de menor renda.

O conceito de *subproletariado* vem do economista Paul Singer, no final da década de 1970. Os *subproletários* seriam aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (Singer, 1981, p.22). Estão nessa categoria os “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos de condições mínimas de participação na luta de classes” (Singer, 1981, p.83). Paul Singer (1981) considera que os *subproletários* são aqueles com renda de até dois salários mínimos *per capita*.

Singer (2012) destaca que os processos de aumento da produtividade, a desindustrialização, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho e, consequentemente, o crescimento da pobreza contribuíram para a manutenção da proporção de *subproletários* na sociedade. Também, vale ressaltar que, com o avanço das políticas neoliberais, sobretudo nos anos 1990, o capitalismo gerou, na periferia do sistema, contradições. Ao mesmo tempo em que os setores mais abastados da sociedade registravam melhorias nas suas condições de vida, os mais desfavorecidos mantinham ou pioraram as suas condições materiais. Assim, como efeito colateral do neoliberalismo, a permanência do *subproletariado* enquanto fração de classe consolidou um segmento que, a partir de 2006, se transformaria no principal polo de sustentação social do lulismo.

Com a perda de direitos provocada pelas políticas neoliberais, esse setor da população, caracterizado como *subproletariado*, cai no que Singer (2012, p.19) chama de “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente”. Citando o *18 Brumário* (1852), de Karl Marx, Singer (2012) fala na impossibilidade de a massa agir por meios próprios, se identificando com aquele que desde o alto aciona as alavancas do Estado para beneficiá-la. Como o *subproletariado*, segundo Singer (2009, p.99), “está ligado ao trabalho informal e intermitente, com períodos de desemprego elevado, é necessário que alguém, pelo alto, expresse suas aspirações”.

E será esta fração de classe – o *subproletariado* – que o *lulismo* será representar. Segundo Singer (2012, p.52), “ele [o *subproletariado*] é, sobretudo, a representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização”. E o que possibilita a Lula ser o representante dessa fração de classe está ligada a “a *fortuna* da conjuntura internacional associada à *virtù* de apostar na redução da pobreza com ativação do mercado interno que produziu o suporte material do *lulismo*” (Singer, 2012, p.179).

O discurso de Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, no dia 1º de setembro de 2023, o plano *Brasil sem Fome*, no Estado do Piauí (PI). O programa ocupa um lugar de destaque no governo Lula III, já que o presidente estabeleceu o combate à fome como a prioridade de seu governo na área social.

No discurso de lançamento do programa *Brasil Sem Fome*, Lula lembrou sua infância no Nordeste, a pobreza e a dificuldade de se alimentar.

Eu nasci no estado de Pernambuco, fui pra São Paulo com sete anos de idade e eu fui comer pão pela primeira vez em São Paulo. Aonde eu morei em Caetés, como era longe de Garanhuns, e eu morava num lugar chamado Vargem Comprida, bem afastado da cidade, pão que era bom, eu não conhecia. O café da manhã era uma cuia, na verdade nem cuia. Não sei se aqui no Piauí chama quenga, um coco partido no meio. A gente pegava aquele coco – lá em Pernambuco a gente chamava quenga, porque cuia é de cabaça e a quenga era um coco partido no meio – e a gente colocava farinha de mandioca, colocava café preto e era aquilo que era o sustento da gente de manhã. Eu sei que aqui muita gente sabe o que é isso. (Lula, 2023).

O presidente prosseguiu lembrando a infância pobre também em São Paulo. Com isso, o presidente reforça seu vínculo afetivo com as camadas mais pobres. A referência ao passado de dificuldades faz com que Lula seja visto, principalmente junto aos mais pobres, como um representante deles na Presidência da República.

Eu fui para São Paulo e quero dizer para vocês, eu fui morar numa casa que era um quarto e cozinha, e a gente morava em 13 pessoas num quarto e cozinha. Treze. Treze pessoas aonde a gente tinha um banheiro no fundo da casa que era utilizado pelos fregueses do bar, porque a casa era no fundo do bar. Era aquele banheiro que as pessoas que tomavam umas cachacinhas e depois iam fazer xixi, fora do vaso sanitário, que a gente utilizava durante muito tempo. (Lula, 2023).

O combate à fome, além de ser uma prioridade do governo Lula III, assim como havia sido nos governos Lula I e II, coloca a agenda social no centro das prioridades do presidente.

[...] a questão da fome é uma coisa que mexe muito comigo. Porque a fome, ela não é vista pelos outros. A fome, ela não dói pra fora, ela dói pra dentro, e todo mundo sabe o que é o sofrimento de uma mãe colocar uma criança para dormir sabendo que a criança tá com fome e esta criança acorda, muitas vezes não tem um pedaço de pão ou um copo de café com leite para tomar. Isso não deveria acontecer no Brasil, porque o Brasil é um país rico. O Brasil é um país que tem muita terra (Lula, 2023).

Apesar de mencionar o avanço do conhecimento tecnológico no Brasil, o fato do país ser o terceiro produtor de grãos do mundo e o primeiro produtor de proteína animal do mundo, o presidente questionou: “[...] qual é a explicação que um país que produz tudo, como nós produzimos, tem 33 milhões de pessoas passando fome?” (Lula, 2023).

Na sequência de seu discurso, Lula explorar a essência do projeto lulista em sua narrativa ao declarar que

[...] a gente só vai acabar com a fome de verdade quando a gente tiver garantido que todo povo trabalhador tenha um emprego, e por esse emprego tenha um salário, e por esse salário ele possa criar a sua família, comprar o que quiser pra comer, comprar o que quiser pra beber, comprar o que quiser pra vestir, o que quiser pra calçar. É esse país que nós temos que construir (Lula, 2023).

Acenando para as mulheres, principalmente para as mães, o presidente aborda o sonho que as mulheres possuem em relação a um futuro melhor para os seus filhos. “Cada mãe que está aqui, ela não quer ficar recebendo favores, ela, se puder, quer trabalhar; ela, se puder, que ver seu filho e sua filha estudar, ir pra universidade, ter um emprego e poder ajudar a criar a família.” (Lula, 2023). Segundo Lula, “acontece que a riqueza produzida nesse país não é repartida em igualdade de condições. Alguns podem comer dez vezes por dia e outros ficam dez dias sem comer. É isso que nós precisamos corrigir e é por isso que eu tenho obsessão de lutar contra a fome” (Lula, 2023).

Em seguida, o presidente destaca que

É fazer a economia brasileira crescer. Cada pessoa trabalhar, receber salário, levar comida pra casa, cuidar da família, estudar os filhos, morar dignamente, poder até comprar um carrinho ou uma moto, porque ninguém é obrigado a ficar andando de jumento a vida inteira, a gente pode comprar. Todo mundo quer ter uma boa televisão, todo mundo quer ter um telefone celular, todo mundo que ter, sabe, geladeira. Por que é que o pobre não pode abrir a geladeira e tomar uma aguinha gelada, não ver a comida estragar? (Lula, 2023).

De acordo com Lula (2023), “a nossa tarefa é reconstruir esse país. É dar decência às pessoas. É garantir que esta meninada que está aqui, com seis, sete anos, possam virar gente, possam ser doutor”.

No seu discurso, o presidente repetiu também um discurso que fez parte de sua campanha e reforça o discurso de Lula como um presidente que cuida do povo, principalmente dos mais pobres. De acordo com ele, o governante deve cuidar do povo. “A palavra correta não é governar. Nós temos é que cuidar desse povo. Esse povo tá precisando de cuidado, de carinho, de respeito, oportunidade. É isso que nós vamos ter que fazer” (Lula, 2023).

Outro aspecto do discurso de Lula no lançamento do plano *Brasil sem Fome* é a polarização de classe do projeto lulista. “Ah, se tiver um banqueiro que não gosta de mim, esse banqueiro nunca votou em mim e nunca vai votar. Quem vai votar é aquela senhorinha que entrou aqui me chamando de Lulinha.” (Lula, 2023).

Além do foco nos maiores pobres em seu discurso, outro pilar foi o Nordeste, estado que foi decisivo para a vitória de Lula nas eleições de 2022. “Eu, eu respeito todos os estados,

mas todo mundo sabe o carinho que eu tenho pelo povo do Nordeste, porque é o povo que foi esquecido, é o povo que foi maltratado. Eu vou fazer com que esse Nordeste seja respeitado, sabe, pelo restante do país” (Lula, 2023). No entanto, a referência ao Nordeste envolve a importância da região para o projeto político lulista.

Considerações finais

Utilizando a metodologia da análise do discurso este trabalho procurou demonstrar a força persuasiva do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento do plano *Brasil Sem Fome*. Buscamos apresentar como o discurso de Lula dialogou com a parcela mais pobre da sociedade brasileira.

O plano *Brasil Sem Fome*, mais do que reforçar simbolicamente a relação estabelecida de Lula com o subproletariado, também seria a representação do modelo de Estado, apostando em políticas distributivas. Identificamos indícios de que o lulismo, ao mesmo tempo em que, através do plano *Brasil Sem Fome*, fortalece seus vínculos com o subproletariado, também produz tensões com a elite econômica, pois o avanço das políticas de distribuição de renda significa uma revisão do modelo de Estado que vigorou no país entre 2016 e 2022.

Referências

- BRASIL. Presidente (2003: Luiz Inácio Lula da Silva. **Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de lançamento do Plano Brasil Sem Fome**. Piauí, 3 de set. 2024. Disponível em: [Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de lançamento do Plano Brasil Sem Fome — Planalto \(www.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/brasil/p185/v02/br02_0003/br02_0003_0003.htm). Acesso em: 30 jan. 2024.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. *Barbarói. USCS*, v. 24, p. 87-118, 2006.
- SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SINGER, André (Org.). **Sem medo de ser feliz**: cenas de campanha. São Paulo: Scritta, 1990.
Acesso em: 09 set. 2023.

Mídias sociais e cultura política: o uso de dispositivos virtuais na eleição e governo de Jair Bolsonaro no Brasil

VISENTIN, Patrícia Menezes

Doutoranda PPG Sociologia e Ciência Política PUCRS

CNPq, patricia.visentin@edu.pucrs.br

Resumo: O governo de Jair Bolsonaro (2018 – 2022) teve seu desempenho marcado por adversidades de cunho ideológico, político e moral. Pôs em prática uma série de medidas que impulsionaram o desmonte de políticas públicas e sociais, incluindo a retirada de verba para instituições públicas, prejudicando severamente a população no acesso à direitos e ao próprio exercício da cidadania. Assim colaborando com um processo de aumento drástico da precariedade da condição de vida de grupos historicamente mais vulneráveis, por conta da escalada das desigualdades sociais que se intensificaram ao longo da pandemia da *Covid - 19*. Através de uma postura negacionista, de baixa capacidade de liderança e desumanizada, o Presidente e seus Ministros não apresentaram um projeto com ações adequadas aos efeitos da pandemia, catastrofizando ainda mais o cenário de crise econômica, sanitária e social no país e no mundo. Ao longo de sua candidatura e governo, foram utilizadas diversas tecnologias da informação na disseminação de *Fake News* – informações produzidas\alteradas, como uma das principais estratégias de aproximação com a população e de combate à esquerda progressista, produzindo assim, a figura de um inimigo comum, alastrando um sentimento de “pânico moral” sobre a população. Nesse sentido, interessa pesquisar como o uso de mídias sociais esteve vinculado à apropriação e a (re) construção de uma cultura política conservadora no país sendo moldada pela cultura das redes e (re) modelando a mesma. Os dados apresentados são da dissertação de mestrado defendida em março de 2023, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. A pesquisa intitulada “Grupos privados de mulheres na rede social *Facebook* no contexto da pandemia da *Covid – 19* no Brasil: estéticas da existência possíveis em meio à guerra”, buscou analisar a experiência de mulheres brasileiras interpeladas por grupos privados na rede social *Facebook* no contexto da pandemia. A atuação do Governo Bolsonaro neste período foi tema de um dos capítulos da dissertação, intitulado “Governo Bolsonaro e autoritarismo no Brasil: pandemia e o governo da classe dominante”, onde foi discutido a ascensão das direitas no país – enquanto fenômeno multifacetado, além das estratégias elaboradas pela equipe representante do Governo Bolsonaro desde sua candidatura até sua performance presidencial.

Palavras-chave: mídias sociais; *Fake News*; Governo Bolsonaro.

Introdução

Este texto refere-se à apresentação do trabalho “Mídias sociais e cultura política: o uso de dispositivos virtuais na eleição e governo de Jair Bolsonaro no Brasil” no terceiro Congresso Internacional de História da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria\RS, no dia primeiro de dezembro de 2023. O Congresso ocorreu entre os dias 29 de novembro e primeiro de dezembro, no Centro de Ciências Sociais e Humanas do Campos Universitário. O Simpósio Temático 20 “Pensamento político, mídias e circulação das ideias: temas, teorias e métodos”, sob coordenação dos professores Dr. Luis Carlos dos Passos Martins e Dr. Luis Rosenfield da PUCRS, teve o objetivo de apresentar pesquisas envolvendo os temas: pensamento político,

mídias e circulação das ideias, envolvendo suas intersecções. A associação entre ideias e conceitos políticos e o uso de mídias digitais como espaços de circulação relevantes, são parte dos processos democráticos da atualidade relacionados a participação política e sua socialização crescente na internet. Por conta dos atravessamentos midiáticos e de outros dispositivos virtuais cada vez mais presentes, influenciando a produção de processos de subjetivação, além de novos modos de socialização; torna-se notável a importância de pensar através de uma perspectiva crítica, estruturas de metodologias de pesquisa implicadas nos contextos tecnossociais. São temas de alta complexidade, ocupando agendas de pesquisa dentro das Ciências Humanas e Ciências Sociais.

A apresentação alocada neste Simpósio Temático foi um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Grupos privados de mulheres na rede social *Facebook* no contexto da pandemia da *Covid – 19* no Brasil: estéticas da existência possíveis em meio à guerra” defendida em março de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da PUCRS. O capítulo 5 da dissertação chamado “Governo Bolsonaro e autoritarismo no Brasil: pandemia e o governo da classe dominante” – um dos eixos de análise da pesquisa, foi o foco da apresentação no Congresso. Nele são discutidas questões relacionadas a estrutura, performance e eleição do governo Bolsonaro em 2018 – destacando pontos críticos vinculados ao manejo de estratégias durante a pandemia e os impactos sobre a população. Além disso, se fez necessário uma breve retomada histórica das articulações de movimentos de direita no país, desde o processo de redemocratização. O capítulo é dividido em duas partes. Parte a) ascensão das direitas no Brasil em interface com conjunturas políticas e sociais na eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. Parte b) a negação da pandemia e a precarização da população (Visentin, 2023).

Este texto está dividido em 5 partes, são elas: Introdução, Apresentação da pesquisa, Governo Bolsonaro e Autoritarismo no Brasil, Mídias digitais e Cultura Política: contribuições da Psicologia Política e Considerações finais.

Apresentação da pesquisa

A ideia da pesquisa intitulada “Grupos privados de mulheres na rede social *Facebook* no contexto da pandemia da *Covid – 19* no Brasil: estéticas da existência possíveis em meio à guerra”, emergiu da experiência na clínica psicológica da autora do estudo, ao longo da pandemia da *Covid – 19* (Visentin, 2023). A pandemia atingiu a todos, mas de formas diferentes, de acordo com o estrato social e outras categorias, como raça, gênero e etariedade. Todos foram convocados a reorganizar suas rotinas e relações intra\interpessoais, conforme

suas possibilidades. Em muitos casos, iniciou-se um processo de esgotamento físico e emocional por conta das mudanças e demandas geradas pela pandemia, afetando processos de saúde\doença e bem-estar. Um dos principais fatores de estresse foi a medida de isolamento social, impossibilitando o transitar pela cidade, atividades de trabalho, lazer, manutenção de vínculos, entre outros, o que gerou um estado de tensão na população. Para além disso, o colapso na saúde pública e privada instaurou um sentimento de pânico relacionado a dificuldade de acesso à serviços de saúde básica e especializada. Foram muitas as diligências enfrentadas neste período (Miguel, 2020; Zanello, *et al.* 2022).

Nesse contexto, grupos historicamente mais vulneráveis, como às mulheres, sofreram os impactos da pandemia de forma generalizada. Barroso, Gama (2020) citam 4 eixos de maior vulnerabilidade para as mulheres no decorrer da pandemia, são eles: vulnerabilidade econômica e pobreza – feminização da pobreza, sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado e economia do cuidado, aumento de violência doméstica e dificuldade de acesso a direitos sexuais e reprodutivos. Zanello, *et al.* (2022) apontam riscos maiores para mulheres mães chefes de família. Isso por conta do fechamento e\ou impossibilidade de acesso a creches, serviços de atendimento em saúde e outras particularidades para crianças e adolescentes e escolas. Além disso, enfrentaram problemas no acesso a serviços de apoio em casos de violência doméstica. Moreira, *et al.* (2020) destacam o isolamento social como fator de risco para as mulheres, uma vez que, na maior parte dos casos de violência doméstica o agressor é o companheiro da vítima, ficando assim, impossibilitada de pedir ajuda. A dificuldade de buscar auxílio também se deu pelas adversidades em manter vínculos com pessoas próximas, ficando sem apoio, ou com possibilidade de ajuda reduzida.

Além disso, nas redes sociais e outras mídias, surgiram movimentos individuais e coletivos de mulheres que buscaram prestar suporte e apoio através de atos de solidariedade para mulheres com dificuldades. Nesses grupos, mulheres oferecem suporte e acolhimento umas às outras em meio a um cenário de crise. Denunciam os contratempos para ter acesso a serviços de saúde, entre outros. Pode-se entender aqui, que, esses grupos funcionam como espaços de resistência para mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade e\ou precariedade, em detrimento as inúmeras negligências do Estados sobre suas necessidades e reais condições de vida. Nos grupos, é através de políticas da amizade que mulheres encontram espaços de acolhimento e solidariedade umas com as outras. Além da captação de recursos materiais e financeiros, mulheres constituem vínculos de apoio emocional, que, em alguns casos, transcendem o ambiente virtual (Visentin, 2023). Foucault (2014) entende a amizade como uma forma de subverter o *biopoder*, e, por conseguinte, organizações sociais pautadas

pelo neoliberalismo – através de um *ethos* individualista e excludente, em que o *status* da diferença é discriminado e violentado.

Alguns autores nomeiam de Primavera Feminista a explosão de manifestações e formação de coletivos de mulheres na internet – em especial nas redes sociais, a partir do ano de 2010 no Brasil. No *Facebook* e *Twitter* essas movimentações tiveram grande repercussão, especialmente a partir da *hashtag* #meuprimeiroassedio, em que mulheres de todo país começaram a expor nas redes diferentes tipos de violência sofridas cotidianamente (Dutra, 2018; Gohn, 2019). Compreende-se que, a partir disso, violências e dificuldades sofridas por mulheres são expostas em âmbito público, começam a ter maior visibilidade, e consequentemente, maiores possibilidades de criação de estratégias para apoio no enfrentamento de problemas. Contudo, entende-se que o patriarcado e tudo aquilo que o envolve (machismo, misoginia e outros tipos de violência de gênero contra a mulher) é um problema histórico e estrutural o que implica na movimentação de toda a sociedade para obter mudanças significativas (Visentin, 2023).

É importante destacar que, a compreensão do funcionamento das redes sociais e da internet – como um todo, não é de forma neutra e nem democrática, visto que, as dinâmicas estabelecidas nesses ambientes, são constituídas a partir de hierarquizações pautadas através do capital cultural, social, intelectual, econômico, entre outros marcadores. Ou seja, nem todos tem acesso à internet e nem aos mesmos espaços de transição. Além disso, existem questões mercadológicas e de organizações de poder sobre a população, no sentido de existir direcionamentos para os internautas através de políticas de rastreamento de dados (Santaella, 2003). Contudo, entende-se que também nesses espaços da internet, há a possibilidade de maior conexão com pares que se identificam, potencializando a produção de movimentos e coletivos com interesses em comum, como por exemplo, os grupos selecionados para a pesquisa apresentada (Visentin, 2023).

Tendo em vista o exposto acima, o objetivo da pesquisa foi o de compreender a realidade de mulheres pertencentes a 3 grupos privados na rede social *Facebook*, no contexto da pandemia da *Covid – 19* no Brasil. Em unanimidade, todas as participantes da pesquisa citaram as práticas do governo durante a pandemia como desastrosas no sentido de que, não funcionaram como estratégias de apoio e segurança. Destacaram a falta de informações e dados corretos sobre a pandemia e suas circunstâncias, aumentando sentimentos de medo, ansiedade, depressão, além da confusão gerada pela divulgação de informações falsas – *Fake News*, em diferentes frentes midiáticas. Os grupos selecionados foram: Boleto +1, Deprê *Club*, Rede de Apoio às Mulheres. Todos os grupos estão ativos na rede social e podem ser encontrados por qualquer pessoa que

tenha conta no *Facebook*. Porém, para participar é necessário o aceite das moderadoras e administradoras dos grupos. Com exceção do grupo Boleto +1, os grupos aceitam somente mulheres (cis, *trans*). Além disso, buscou-se entender o funcionamento, as dinâmicas e as formas de dialogicidades estabelecidas nesses ambientes (Visentin, 2023).

Para tal, foram realizadas 6 entrevistas semiestruturadas com participantes e moderadoras dos 3 grupos selecionados. Todas as mulheres receberam Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e um questionário abordando questões sobre suas condições de vida. Participaram da pesquisa mulheres do RS, SP, DF e RN, de diferentes estratos sociais, além de singularidades de cor, etariedade e número de filhos. Destaca-se que, para além das diferenças socioculturais entre os 4 estados do país citados, as singularidades das mulheres que colaboraram para a pesquisa, tornaram o estudo, a coleta e análise de dados mais rica para a compreensão do fenômeno analisado (Visentin, 2023).

As entrevistas foram gravadas, realizadas via *Google Meet* e posteriormente transcritas para a análise. O referencial de análise foi a Análise do Discurso Foucaultiana que busca identificar rupturas e buracos na história de fenômenos sócio-históricos, com o objetivo de desconstruir discursos hegemônicos, questionando também a universalidade do sujeito (Foucault, 2008). Autoras alinhadas a vertente do Feminismo Interseccional (especialmente autoras brasileiras), também foram referenciais de análise para maior compreensão do fenômeno estudado. O Feminismo Interseccional atua através de diferentes marcadores sociais, como: raça, gênero e classe, a compreensão e ação sobre fenômenos vinculados as desigualdades sociais e de gênero, imbricadas em relações de poder produzidas por regimes de verdade que autenticam relações de dominação\submissão. Assim, leva em consideração diferentes recortes e condições de vida. São utilizados 4 domínios de poder para melhor análise a partir dessa perspectiva: estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal (Collins; Bilge, 2021). Os resultados da pesquisa apontaram que, esses grupos formados por mulheres em redes sociais têm potencialidade para servir como base para criação de movimentos *ciberativistas*, que lutam por direitos e justiça social no devir de uma sociedade mais equânime e menos desigual. Os grupos selecionados para a pesquisa foram compreendidos como espaços de resistência para as mulheres participantes. Em meio a uma sociedade neoliberal e conservadora, onde os direitos de populações historicamente mais vulneráveis são constantemente diminuídos, lugares de resistência em que se torna possível através de atos de solidariedade e companheirismo subverter a lógica individualista, discriminatória e excludente da sociedade, são significantes de esperança na vida de pessoas precarizadas (Visentin, 2023).

As falas das colaboradoras da pesquisa sobre a performance presidencial, de sua equipe e de seus seguidores nas mídias digitais, mostram a fundamental importância de pesquisar as dinâmicas estabelecidas nesses espaços e como eles vem sendo utilizados em processos eleitorais e governamentais. A internet e outras mídias são espaços estratégicos de comunicação com a população, que exigem novas formas de aproximação e aprimoramento de táticas, existindo novas formas de socialização política. Além disso, destacaram o suporte que receberam da população civil, igrejas, organizações não governamentais e outros projetos comandados pela sociedade civil e terceiro setor, denunciando ainda mais a ineficiência do Governo Bolsonaro. Grupos formados na internet também foram nomeados como espaços de acolhimento e suporte financeiro e emocional. Medidas desconexas com a realidade da maior parte dos brasileiros foram mencionadas, principalmente em relação ao isolamento social, sendo que pessoas de estrato social baixo não possuem suporte para manterem-se sem seus trabalhos, e, por conseguinte, formas de sustento (Hur, Sandoval, 2020; Visentin, 2023).

Governo Bolsonaro e Autoritarismo no Brasil

As participantes da pesquisa trouxeram um descontentamento com o cenário político, vinculado ao não cumprimento de promessas por parte políticos e seus partidos, escândalos de corrupção, dificuldade de acesso a programas sociais e políticas públicas, crítica a massiva participação de homens na política – especialmente em cargos de alto nível hierárquico, ameaças aos processos democráticos – participação política. Conforme Mano (2019, p. 27): “[...] as relações de gênero se constituíram, ao longo do tempo, como desiguais e que as reivindicações recentes de inclusão de determinadas pautas, em especial aquelas advindas dos movimentos feministas, colocam-se como “brechas” na estrutura dominante”.

A falta de esperança em novos governos é ponto comum entre as entrevistadas. Pensa-se que esse pode ser um fator gerador da falta de interesse em processos políticos, seu funcionamento e importância para as dinâmicas sociais, e, também, processos singulares e suas trajetórias. Qual a credibilidade da política para a população? São pontos importantes a se pensar (Visentin, 2023). Cenários de crise política configuram-se como campo fértil para a adesão de grupos sociais a partidos políticos e movimentos alinhados à direita, extrema direita e outras ideologias conservadoras e extremistas. Gerando uma série de sentimentos de medo, insegurança, ansiedade, entre outros, as pessoas tornam-se mais vulneráveis nesses momentos, e, por conseguinte, mais propensas a aderir a tais ideologias. Um dos motivos, são as promessas de retorno a um falso estado de segurança, performados por líderes religiosos e políticos. Na busca pela destituição de sentimentos de angústia, formam-se grupos de seguidores (Hur;

Sandoval, 2020). Além disso, o ódio às diferenças e a tudo aquilo que escapa dos ideais conservadores praticados, são motivo de exclusão e retaliação social. Foucault (2018) escreve sobre as dinâmicas da denominada classe burguesa, que se opõe a práticas coletivas de bem-estar e segurança social. Para o autor: “ “[...] não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e performam o delinquente” (Foucault, 2018, p 288).

Como forma de compreensão das falas e redes de discursos proferidas, foi apresentado no capítulo 5 da dissertação, um breve percurso sobre a ascensão das direitas no Brasil, desde a redemocratização do país. Entendem-se que os fenômenos políticos citados pelas participantes se associam a força que grupos políticos alinhados a partidos com ideologias de direita e extrema direita, tendo assim, participação expressiva nos fenômenos citados. Um exemplo foi o Golpe de 2016 e todas as articulações feitas para a o sucesso de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff. Outro exemplo foi o desmonte massivo de políticas públicas e sociais comandado pelo Governo Bolsonaro, afetando severamente grupos em situação de precariedade (Caldeira-Neto, 2020; Visentin, 2023). Almeida (2019, p. 40) pontua que “[...] a partir de 2013 recrudescceu uma sinergia entre atores sociais, amálgama de valores culturais e uma concentração de forças políticas que configuraram o que tem sido nomeado de onda conservadora” no Brasil.

A escalada de grupos de direita e de outras ideologias extremistas no Brasil ganha maior repercussão pós Ditadura-Militar (1964-1985), especialmente na primeira eleição presidencial no período de transição democrática no ano de 1989, tendo na disputa presidencial Fernando Collor e Luis Inácio Lula da Silva. Neste mesmo ano - 1989, surgiu o PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional sob comando de Enéas Ferreira Carneiro, referência para a extrema-direita até o ano de 2006 após a sua desintegração. A ascensão destes grupos é compreendida como um fenômeno multifacetado, envolvendo questões históricas e atuais de diferentes áreas do funcionamento social. A influência e apoio de grupos neofascistas e neonazistas é uma das características dessa expansão e maior expressão em âmbito nacional e internacional. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 faz parte desse processo de ascensão, performando um governo neoliberal, autoritário e conservador (Caldeira-Neto, 2020).

Desde sua eleição, o papel das mídias digitais foi de extrema relevância para sua nomeação enquanto Presidente da República. Calil (2021, p. 41) destaca que “as manifestações de Bolsonaro eram amplificadas pela divulgação de mensagens nas redes sociais por intermédio das estruturas de propaganda bolsonaristas comumente designadas como “Gabinete do Ódio”.

Uma série de estratégias foram disseminadas em diferentes dispositivos, como redes sociais e grupos de *WhatsApp*. O surgimento do chamado Bolsonarismo que possui como um de seus princípios o alastramento de informações distorcidas, tendo como estratégia de poder o *pânico moral* – que segundo Rubin (1993, p. 25): “durante o pânico moral, alguns medos atacam desafortunadas atividades sexuais e populações. A mídia se torna inflamada de indignação, o público se comporta como uma plebe raivosa, a polícia é chamada e o Estado põe em ação novas leis e regulamentos”. Vinculado a chamada *ideologia de gênero*, proposta articulada por grupos conservadores e seguidores de partidos e políticos ideologicamente de direita e extrema-direita, compactua com a ideia de que organizações familiares “tradicionais” devem ser o único modelo social permitido, além de que, a heteronormatividade deve ser seguida a risca. Conforme Prado, Correa (2018, p. 445) “[...] essa nova ofensiva tem um lastro mais antigo que pode ser identificado nos ataques do conservadorismo religioso contra as alterações das estruturas familiares e reformas legais no campo do direito ao aborto e dos direitos das pessoas LGBTI”. Miguel (2021, p. 9) acrescenta: “sem o antifeminismo e a homofobia agressivos, Bolsonaro perderia seu diferencial e reduziria seu capital político”.

De forma geral, seu governo foi marcado por uma visível inabilidade para o cargo, através de conflitos de ordem política, econômica, social e moral. Bolsonaro e seus ministros, além de perpetuar com a lógica individualista proposta por políticas neoliberais através do desmonte de políticas públicas e de leis trabalhistas reajustadas de acordo com as demandas de chefes e empresários, desdenhou do sofrimento das inúmeras pessoas que sofreram perdas imensuráveis em suas vidas. O manejo das práticas durante a pandemia foi catastrófico para a maior parte da população, pela falta de consideração sobre suas reais necessidades (Miguel, 2021).

Mídias digitais e Cultura Política: contribuições da Psicologia Política

Pensar a cultura política de um povo, pressupõe interpretar diferentes representações sociais sobre como as pessoas daquele grupo – com suas especificidades, compreendem as dinâmicas de fenômenos sociais, políticos e econômicos e como eles os afetam em seus cotidianos e modos de vida. Desta forma, a cultura política é composta por diferentes elementos históricos e culturais, envolvendo marcos históricos e atuais sobre a organização social de um povo (Motta, 2013). As mídias digitais, incluindo redes sociais e outros dispositivos virtuais, fazem parte do contexto político atual, e, portanto, da cultura política. Isso vem exigindo novas habilidades de políticos e seus partidos para aumentarem seu engajamento nas redes e terem mais votos e possibilidade de eleição. De acordo com Gohn (2019, p. 36): “o engajamento é

também um indicador de mudanças políticas e culturais na sociedade, assim como revela novidades e mudanças no setor das tecnologias comunicacionais que contribuem no entendimento de mudanças nas relações sociais”.

Sobre a cultura política mais atual, as *Fake News* tornaram-se um elemento impactante para as jornadas políticas no Brasil e no mundo. As *Fake News* foram um marco no Governo Bolsonaro. Também no contexto Norte-Americano na eleição de Donald Trump em 2016, além da ajuda de grandes empresas e redes midiáticas para maior expansão da campanha eleitoral, propiciando maior alcance. Contribuindo para a desestabilização dos processos democráticos no Brasil e em outros países, as *Fake News* geram uma série de desinformações e ‘inverdades’ a partir de informações produzidas com fins específicos, gerando um estado de confusão. No Brasil, foi realizada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, após denúncias nas mídias envolvendo Bolsonaro e sua equipe (Miguel, 2021; Rodrigues, Bonone, Mieli, 2020). Segurado (2021) aponta o negacionismo como base da criação de *Fake News* no decorrer da pandemia, chamando de estratégia de morte. De acordo com a autora: “alimentou as redes de desinformação e criou grande confusão entre os brasileiros sobre a conduta adotada para se proteger de um vírus extremamente contagiante” (Segurado, 2021, p.10). Associa as múltiplas teorias da conspiração – informações sem fundamentação científica, com grupos de direita e extrema-direita. Conforme Segurado (2021, p. 19): “o culto à ignorância não está necessariamente relacionado à falta de escolaridade, mas principalmente a interesses sociais, econômicos e políticos que pretendem manter parcela da população cada vez mais conectada a realidades paralelas”. Ainda, chama a atenção para o poder discursivo do líder, como aquele que consegue falar a linguagem do povo e acionar sentimentos de pertencimento e identificação.

Junto a esse cenário, seus seguidores e apoiadores utilizam uma linguagem “[...] do deboche, da caricatura, da agressividade e do desrespeito” (Segurado, 2021, p. 57), buscando demonstrar poder sobre os demais, no sentido de sentirem-se com total liberdade para expressarem-se da forma como quiserem, abalando processos democráticos e civis de direito. Além disso, o populismo também foi uma das estratégias adotadas por Bolsonaro em sua eleição e governo, fazendo uso massivo das redes para ampliar a comunicação com seus seguidores e apoiadores, e, atacar a oposição, ou, a figura do inimigo. Bolsonaro não teve apoio significativo da bancada parlamentar e de partidos políticos de destaque, assim, escolheu as redes digitais para conquistar a segurança, afeto e fidelidade de seus seguidores e apoiadores, através do investimento em seu *Marketing Político*. O populismo de direita envolve uma rede de comportamentos que buscam a mobilização da população em prol de uma luta contra um inimigo comum, no caso de Bolsonaro, a esquerda e\ou o comunismo. Tem como

particularidade discursiva um discurso baseado na mobilização das emoções e dos afetos e não na razão. Esse tipo de discurso só consegue êxito em momentos de crise ou instabilidade, assim a população encontra-se mais vulnerável para aderir ao discurso populista. Vinculado as instabilidades políticas ocorridas mais recentemente desde os anos 2000, incluindo as manifestações de 2013, o impedimento da Presidenta Dilma em 2016 e outros escândalos de corrupção, o aprimoramento do neoliberalismo tendo como base sólida o capitalismo e o aumento das desigualdades, gera sofrimento e sentimento de frustração (Hur; Sandoval, 2020).

Bolsonaro emerge neste cenário prometendo “[...] um país unificado e homogêneo [...]” (Hur, Sandoval, 2020, p. 124), dentro de um ideal nacionalista e conservador. Desta forma, entende-se que: “[...] esse posicionamento conservador é uma característica que traz bastante eficácia ao seu discurso, pois em períodos de crise estes são os significantes-mestres que podem gerar às pessoas um tipo de estabilidade e continência às angústias geradas pela crise social” (Hur; Sandoval, 2020, p. 125). A Psicologia Política chama a atenção para a análise da produção e mobilização dos afetos e como podem impactar nos processos democráticos e no sistema ético-político-social. Para isso, busca analisar comportamentos políticos e como são constituídos, a partir de uma epistemologia crítica que leva em consideração elementos históricos e culturais. Desta forma, é necessário analisar as transformações dos modos de socialização política ao longo da história (Hur; Sandoval, 2020). Os modos de socialização política foram mudando no decorrer das últimas décadas muito por conta da integração cada vez mais presente da internet e outras mídias nas subjetividades e organização social. Atualmente, a socialização política se dá majoritariamente por meio da internet e outras mídias digitais, diferentemente de décadas passadas em que esse processo ocorria por meio de meios de comunicação em massa, como por exemplo, televisão e rádio. Isso implica diferentes formas de enquadramento, do presencial para o digital, do coletivo para o individual. Assim, “[...] não se instaura um pacto de conduta grupal e o jovem atualiza uma conduta narcísica e onipotente” (Hur; Sandoval, 2020, p. 136).

Nesse sentido, é necessário maior atenção sobre os processos de socialização e participação política que são uma parte da organização do sistema social e da cultura política. Além disso, atenção a constituição *psicopolítica* dos grupos vinculados a ideologias de direita e extrema-direita que favorecem uma regressão intrapsíquica através da perpetuação de processos cognitivos primitivos e menos sofisticados. Assim, é necessário rever e atualizar as formas como vem sendo construídas as subjetividades modernas e suas consequências para o futuro do país (Hur; Sandoval, 2020).

Considerações finais

O texto abordou as relações possíveis entre as dinâmicas das mídias digitais, cultura política, e, novos modos de socialização e participação, discutindo seus impactos na organização social a partir da eleição e governo de Jair Bolsonaro no Brasil no ano de 2018. Trouxe dados de um capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Grupos privados de mulheres na rede social Facebook no contexto da pandemia da Covid -19 no Brasil: estéticas da existência possíveis em meio à guerra” defendida no PPG de Sociologia e Ciência Política da PUCRS.

O governo de Jair Bolsonaro atuou a partir de práticas neoliberais através do desmonte de políticas públicas e sociais, de ódio e exclusão as diferenças – especialmente às populações historicamente mais vulneráveis, através de um ideal nacionalista e conservador. Sua mensagem sempre foi clara: aquilo que foge do ideal de sociedade constituído e aprimorado pelas direitas, extrema-direita e demais grupos conservadores, será exterminado. Foram políticas de extermínio postas em prática com o auxílio de seus apoiadores e seguidores. Dentro de um cenário de crise política, social, econômica e sanitária, teve um terreno fértil para produzir através de seus discursos populistas a contenção das angústias de parcelas da população. Foi através das mídias digitais que conseguiu alcançar o sucesso nas eleições presidenciais de 2018. E não foi só isso. Houve a constituição do fenômeno político chamado Bolsonarismo, ativo mesmo após o término do mandato presidencial de Bolsonaro. Grupos formados por seus seguidores e apoiadores que perpetuam dentro e fora da internet, práticas que violam a Constituição, os Direitos Humanos e a própria democracia. São movimentações perigosas para a sociedade e é necessário atenção e união para a derrota dos ideais fascistas imbricados nas práticas Bolsonaristas. Para finalizar, Chaia *et al.* (2021) propõe o surgimento de um novo *Habitus Político*, referenciando o sociólogo Pierre Bourdieu. Nesse sentido, as mídias digitais e outros dispositivos estão invocando novas formas de comunicação e atuação política. Para os autores, “se o bom manejo das redes tecnossociais na difusão de discursos audiovisuais se torna um novo capital, é porque estamos diante da emergência de um novo *habitus político*” (Chaia, *et al.* 2021, p. 71).

Referências

ALMEIDA, R. Deus acima de todos. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 35 – 51.

BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 84-94, ago/ 2020. Disponível em: <

<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/31883> > . Acesso: 19 out. 2021.

CALDEIRA-NETO, O. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado [online]**, v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060>>. Acesso em 12 jan. 2022.

CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade [online]**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/abstract/?lang=pt>> Acesso: 26 abr. 2022.

CHAIA, et. al. As lideranças políticas brasileiras e as redes tecnossociais. In: SEGURADO, R; SILVEIRA, S. A.; PENTEADO, C. (Orgs.). **Ativismo digital hoje: política e cultura na era das redes**, São Paulo: Editora Hedra, 2021, p. 63 – 88.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. de. Rane Souza, São Paulo: Boitempo, 2021.

DUTRA, Z. A. P. A primavera das mulheres: ciberfeminismo e os movimentos feministas. **Revista Feminismos**, Bahia, v. 6, n. 2, p. 19-31, mai./ ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30292>> Acesso: 23 ago. 2021.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. ed., Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 7. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro\São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HUR, D. U; SANDOVAL, S. Psicologia Política da polarização e extremismos no Brasil: Neoliberalismo, crise e neofascismos. In: HUR, D. U.; SABUCEDO, J. M. (Orgs.). **Psicologia dos extremismos políticos**, Petrópolis\RJ: Vozes, 2020, p. 117 – 146.

MANO, M. K. Fascismo social e pautas feministas: construindo parâmetros para a intensidade da democracia brasileira. In: MARQUES, D. et. al, (Orgs.). **Feminismos em rede**, Porto Alegre/ RS: Zouk, 2019, p. 17-30.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu [online]**, Brasília, 2021, e. 216216. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt>> . Acesso em: 29 mar. 2022.

MOTTA, R. P. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, L.A.; MOTTA, R. P. (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edpucrs, 2013, p. 9-32.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, set/dez, 2018. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003 > Acesso: 08 jan. 2022.

RODRIGUES, T. M.; BONONE, L. M.; MIELLI, R. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular *fake news*? **Revista Confluências**, Niterói/ RJ, v. 22, n. 3, p. 30-52, mar/ 2021. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/45470> > Acesso: 09 abr. 2022.

RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (Ed.). **The lesbian and gay studies reader**, New York: Routledge, 1993. p. 03-44. Disponível em: < <https://sites.middlebury.edu/sexandsociety/files/2015/01/Rubin-Thinking-Sex.pdf> > Acesso: 02 fev. 2022.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SEGURADO, R. **Desinformação e democracia**: a guerra contra as Fake News na internet. São Paulo: Editora Hedra, 2021.

VISENTIN, P.M. **Grupos privados de mulheres na rede social Facebook no contexto da pandemia da Covid – 19 no Brasil: estéticas da existência possíveis em meio à guerra**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

ZANELLO, V. et al. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas [versão online]**, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/zGZmKbD67GCXCyC8mKmwSj/#>>. Acesso: 22 fev. 2023.

ST 21 – MIGRAÇÕES NA AMÉRICA LATINA

Coordenado por Prof. Dr. Marcos Antônio Witt
e Profa. Dra. Rosane Marcia Neuman

A colonização particular nas proximidades de São Luiz Gonzaga (1890-1940)

WESZ, Mauro Marx Wesz

Doutorando da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

maurowesz@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa situa-se na conjuntura do final do século XIX e início do XX, período em que as levas populacionais oriundas das chamadas “colônias velhas” migravam pelo Rio Grande do Sul em busca de novos espaços agricultáveis. No caso da Região Noroeste este processo mudou significativamente as características socioeconômicas da Região. Dentre os efeitos desse processo migratório ocorreu a fundação de colônias em uma região onde existia uma ocupação prévia, ainda que esparsa, de populações historicamente presentes nesses locais. Essa dinâmica social possibilita a discussão de uma série de elementos pertinentes para a compreensão da forma com que se estruturaram aquelas sociedades: a atuação clerical em meio ao movimento de colonização; as políticas estatais; o interesse da iniciativa privada e a formação de um mercado de terras naqueles espaços; e ainda, as estratégias utilizadas para a manutenção e aquisição de propriedades pelos diferentes grupos sociais. Desse modo, trata-se de um estudo sobre a Região de Colonização das Missões nas proximidades de São Luiz Gonzaga, a partir da perspectiva da História Social Agrária. Ao longo das próximas páginas proponho uma discussão acerca dos elementos históricos envolvidos nesse processo de apropriação territorial da Região de Colonização das Missões, especificamente em três colônias situadas nos arredores de São Luiz Gonzaga. Esse é o tema de minha tese que se encontra em sua fase de conclusão no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

Palavras-chave: Região de Colonização das Missões; História Social Agrária; Migrações internas no Rio Grande do Sul.

A região colonial das Missões

No início do século XX, a Região Noroeste do Rio Grande do Sul passava por um acentuado processo de mudanças devido à formação de novas colônias. Nesse período o PRR estabeleceu medidas para efetivar seu projeto econômico de taxar as terras consideradas devolutas na região. Somados à atuação do capital privado, e à presença eclesiástica, esses elementos impulsionaram a ocupação daqueles espaços através da formação de um mercado de terras.

Essas condições deram origem a uma frente de ocupação diferente das anteriores, que passou a envolver a especulação fundiária e a promoção do povoamento com descendentes de imigrantes não ibéricos. Tal movimento coexistiu com as populações negras e caboclas na região, por mais que muitas vezes essa presença não seja mencionada. Isso ocorreu via companhias de colonização associados à atuação do Estado e a interferência de diferentes agentes ligados à colonização. Tudo isso passou a alterar substancialmente a dinâmica socioeconômica existente.

Um dos objetivos principais da tese trata-se da análise dos desdobramentos sociais da colonização na extensa região Noroeste, mantendo como foco a região de colonização das Missões na grande área de São Luiz Gonzaga. Após essas definições a pesquisa explora as formas de atuação de indivíduos ligados à colonização particular, e assim uma redução de a escala na história do povoamento inicial de Serro Azul, Santa Lúcia e Roque Gonzáles.

É possível afirmar que o que ocorreu nesse período foi uma fase de redefinição do território agrário no noroeste do Rio Grande do Sul, que alterou as características da propriedade da terra e da implementação de colônias. Em sua maioria, famílias e indivíduos originários de outras regiões do Rio Grande do Sul somavam-se a uma população que já se encontrava em tais localidades. Pesquisar a dinâmica social existente nesses espaços nos anos iniciais da Primeira República contribui com uma melhor explicação desse processo a partir do estudo de casos particulares.

Nesse período estudado, existiam na região, colônias públicas mais antigas e consolidadas, como Santo Ângelo, Ijuí e Guaraní das Missões. Nesse sentido é possível fazer algumas relações com a região Norte do Rio Grande do Sul, pois da mesma forma que avança conjuntamente a colonização particular e pública, colônias com menores dimensões eram criadas nos entornos de municípios como Erechim, Passo Fundo ou ainda Palmeira das Missões. A procura pela compra de propriedades nas áreas coloniais das primeiras décadas do século XX, e a grande demanda levou ao crescimento de inúmeras colônias, as quais com o passar das décadas, se desvincularam em termos administrativos de seus distritos e também se tornaram municípios.

As nomenclaturas referentes à Região Noroeste do Rio Grande do Sul, frequentemente são denominadas como Região das Missões, ou Região do Médio Alto Uruguai. Uma delas evoca um sentido atrelado ao passado colonial das Missões jesuítico-guaranis, e a outra, características geográficas devido à proximidade com o Rio Uruguai. Pode-se ainda a definir como uma região inserida no Planalto sul rio-grandense, e que também abrange o Norte do estado.

O recorte desta pesquisa é a região Noroeste, a qual, em termos de municípios abrange as atuais Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Porto Xavier, até São Luiz Gonzaga. Delimita-se como região o território de São Luiz Gonzaga, cujas proporções em fins do século XIX e início do XX eram mais vastas do que as atuais. Esse território é definido aqui como Região Colonial das Missões, pois o foco do estudo está situado nas primeiras décadas do período republicano, quando um intenso mercado de terras e ondas migratórias resultaram na fundação de colônias e consequente formação de uma nova estrutura socioeconômica.

No entanto, as ocupações humanas nessa região remontam há séculos de existência a partir de populações indígenas nômades. Somente no século XVII com a colonização ibérica, além da implementação das chamadas reduções jesuítico-guaranis, que os povos indígenas, não sem resistência e conflito, foram organizados em torno das chamadas reduções do Tape (localizadas no Oeste do atual Rio Grande do Sul), região que com o tempo passaria a ser conhecida como Missões:

O projeto colonial missioneiro implicou a sedentarização do guarani, na fidelidade à Igreja Católica e aos monarcas espanhóis, em práticas do trabalho índio com regras preestabelecidas, no abandono à poligamia, à antropofagia e divindades tribais. Enfim, na substituição do ser índio pelo ser índio cristão. (Quevedo, 2006, p. 115).

A historiografia dedicada a compreender os temas a respeito da história colonial missioneira é vasta. Para começar a pensar o emaranhado social da região, as formas de sociabilidade (Quadros, 2012) e resistência indígena frente ao impacto do avanço ibérico, e da tentativa de imposição cultural dos mesmos através da evangelização (Quevedo, 2000) são temas essenciais.

O então povoado de San Luís, foi fundado em 1687 pelo Pe. Miguel Fernandes, juntamente com três mil indígenas (Ramos, 2006) cristianizados. Em 1708 a população era constituída de 4.922⁴¹⁶ indivíduos, em 1745, esse total sofrera uma redução para 2.968. Com a desagregação da experiência missioneira, após a Guerra Guaranítica (1753-1756) ocorreu uma diáspora dessas populações indígenas. Era um período de definição de fronteiras coloniais. Mais de três séculos marcados por conflitos em uma região de fronteira estratégica, inseridos na geopolítica do período moderno. Desse modo, em 1765, o contingente populacional do povoado havia caído para 2.207 pessoas.

Sabe-se que mesmo com o tratado de Santo Idelfonso (1777), os exércitos portugueses e espanhóis continuavam conflitando ao longo das fronteiras, e as indefinições acerca da posse da região permaneceram pelo menos até 1801, quando assinado o Tratado de Badajós. Por este acordo, os portugueses oficialmente reconheceram a posse espanhola da Colônia do Sacramento e incorporaram as Missões ao Brasil. Apesar disso, outros conflitos como a Guerra da Cisplatina afetaram a dinâmica de uma maior ocupação da região.

Por meio de um dos relatórios da Câmara Municipal de Cruz Alta, Zarth demonstrou que existiram outros meios de se obter terras na região das Missões:

Tendo os antigos padres da Companhia de Jesus fundado as reduções nesses lugares,

⁴¹⁶ População das Missões da bacia do Rio Uruguai, do governo de Buenos Aires (1708-1765). In: **História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 1, Colônia.**

então só habitada por índios e fundado os Sete Povos das Missões oriental do Uruguai fizeram alguns estabelecimentos de agricultura e criação em diversos lugares e abandonaram esses estabelecimentos quando não era de vantagem, para colocarem em outros lugares. Visto que eles só habitavam as ditas Missões. Depois de sua extinção os administradores espanhóis conservaram o mesmo regime e depois da conquista é que começou a ser habitada estas missões pelos portugueses e julgando-se administradores e cabildos dos povos com direito de venderem os terrenos de missões, fizeram vendas não só de alguns estabelecimentos que ocuparam, como de terrenos devolutos sobre os quais nem direito podiam ter exceto se considerar-se pertencente as comunidades dos índios todo o terreno da antiga província de Missões. Como era mais fácil as pessoas que vinham se estabelecer nesse lugar comprarem a um cabildo o campo que precisavam por baixo preço, que obter sesmarias, preferiam a esse expediente até que sendo o comandante geral de missões autorizado a conceder terrenos devolutos a quem os queria cultivar, e sendo esse meio ainda mais fácil de obter terrenos a eles se recorriam todos que queriam obter terrenos. (Zarth, 1997, p. 45).

Isso demonstra que a existência de outros contingentes populacionais nessa grande área pode ter muitas origens possíveis. Os comandantes espanhóis e portugueses possuíam seus próprios meios de conceder propriedades. No relatório acima percebe-se a aquisição de terras intermediada pelos “cabildos”, órgão administrativo característico da monarquia espanhola.

Com o desenrolar do século XIX o domínio português foi efetivado, e a história de São Luiz foi marcada por uma série de atos administrativos como verifica-se abaixo:

No ziguezague da linha temporal, podem assim resumir os atos que envolveram o então Povoado de San Luís: São Luís integrou o termo de São Borja (1833); integrou o termo de Cruz Alta (1854); foi devolvido a São Borja (1857); tornou-se o 9º distrito de São Borja (1858); passou a 5º distrito de São Borja e freguesia (1859); integrou a Diocese de Santo Ângelo, 3º distrito de especial de São Borja (1872); foi desmembrado de São Borja, passando à pertencer à vila de Santo Ângelo (1873); tornou-se 5º Distrito de Santo Ângelo (1876); foi elevado à categoria de vila (1880), foi tornado comarca (1890); passou a termo da comarca de Santo Ângelo (1892); reestabeleceu a comarca de São Luiz (1892). (Vieira, 2010, p. 99).

Com base em documento⁴¹⁷ datado de 1886, a pesquisadora Sônia Vieira escreveu o seguinte relato, que reafirma a constatação de uma base populacional na região:

A então vila de São Luiz estava, à época, povoada por importante contingente de famílias que buscavam urbanizar o antigo povoado. Na capital federal, um defensor da República, apesar da distância acompanhou o se passava na pequena vila: o senador Pinheiro Machado. De acordo com a descrição do município no último Recenseamento a população do 1º e 2º districtos, somando era 3676 almas. (Vieira, 2010, p. 99).

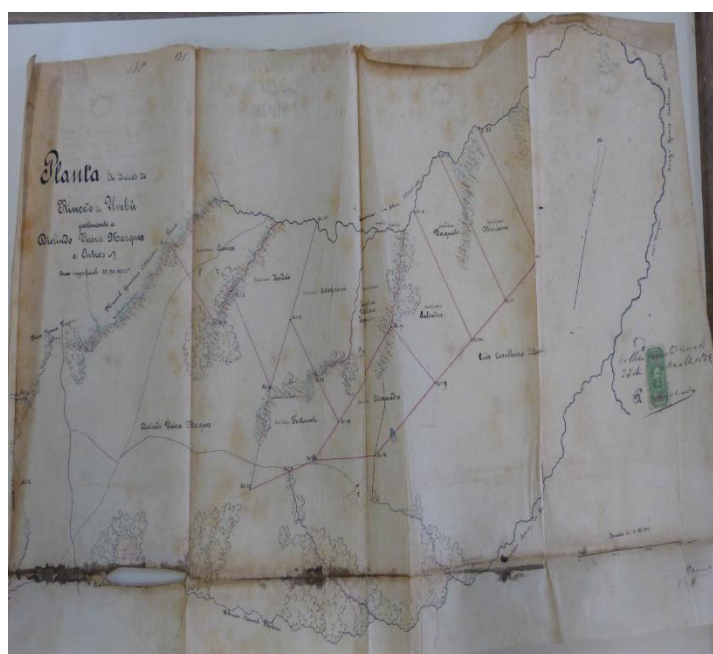
Mesmo que em termos de urbanização São Luiz Gonzaga tenha permanecido numa situação incipiente pelo menos até o final dos oitocentos, a economia predominante na região aproveitava-se das paisagens naturais e era voltada principalmente à criação de gado. A

⁴¹⁷ **Descrição do Município de Villa de São Luiz Gonzaga (população).** Comarca de Santo Ângelo, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, elaborado por José Almeida Lencina, 14.04.1886.

pecuária extensiva e a agricultura voltada à subsistência. Muitos latifúndios predominavam no cenário regional.

Os mapas de medições que se seguem são exemplos desses tipos de propriedades existentes no local. Eles foram localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos fundos documentais referentes aos testamentos. O primeiro deles refere-se a uma grande área pertencente a Deolindo Vieira Marques, vereador da Câmara Municipal de São Luiz Gonzaga e seus herdeiros:

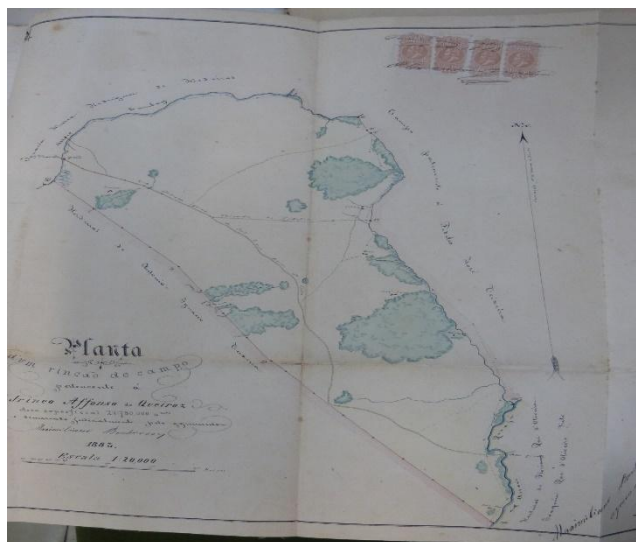
Figura 1 – Mapa de uma propriedade rural em São Luiz Gonzaga.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS.

No documento se lê: “Planta da Divisão do Rincão dos Umbú. Pertencente a Deolindo Vieira Marques e Outros. Área superficial: 33.724.392m²”.

Figura 2 – Mapa de uma propriedade rural em São Luiz Gonzaga.



Fonte: APERS.

Lê-se: “Mapa d’um rincão de campo pertencente à Irineo Affonso de Queiroz. Área superficial 27:780.000 metros”.

Como se pode perceber já existiam grandes propriedades na região, assim como disponibilidade de terras. A apropriação territorial que foi impulsionada a partir da Lei de Terras de 1850, e sua regulamentação em 1854 aceleraram as mudanças na paisagem natural.

A partir da Proclamação da República em 1889, o Estado sul-rio-grandense investiu mais e obteve retornos nessa grande região de São Luiz Gonzaga. Isso foi o que Jean Roche (1969) chamou de “a segunda colonização provincial” entre 1890 e 1914:

São Luiz Gonzaga, a vila de São Luiz Gonzaga, tornou-se então, um dos 61 municípios do Rio Grande do Sul em 1889, ao final do período imperial e Proclamação da República. A comarca de São Luís foi criada a 25.02.1890, compreendendo os termos de São Luiz e Santiago do Boqueirão, passando à categoria de cidade, pelo Decreto n.477, de 12.03.1902. (Vieira, 2010, pg. 97).

O interesse naquele momento era acomodar os excedentes populacionais das áreas coloniais sem condições de absorver a expansão territorial. Nesse sentido que as políticas estatais na regularização das terras públicas ditas devolutas - que também geravam impostos e arrecadação - significavam o avanço do capitalismo naquela área:

A colonização oficial, subsidiada pelo Estado, servia de base para a expansão do processo colonizador em mãos de empresas particulares. Cada colônia oficial era uma espécie de polo, ao redor do qual eram instalados os empreendimentos privados utilizando-se da infraestrutura criada e do mercado gerado pela colônia estatal. (Zarth, 2002, p.94)

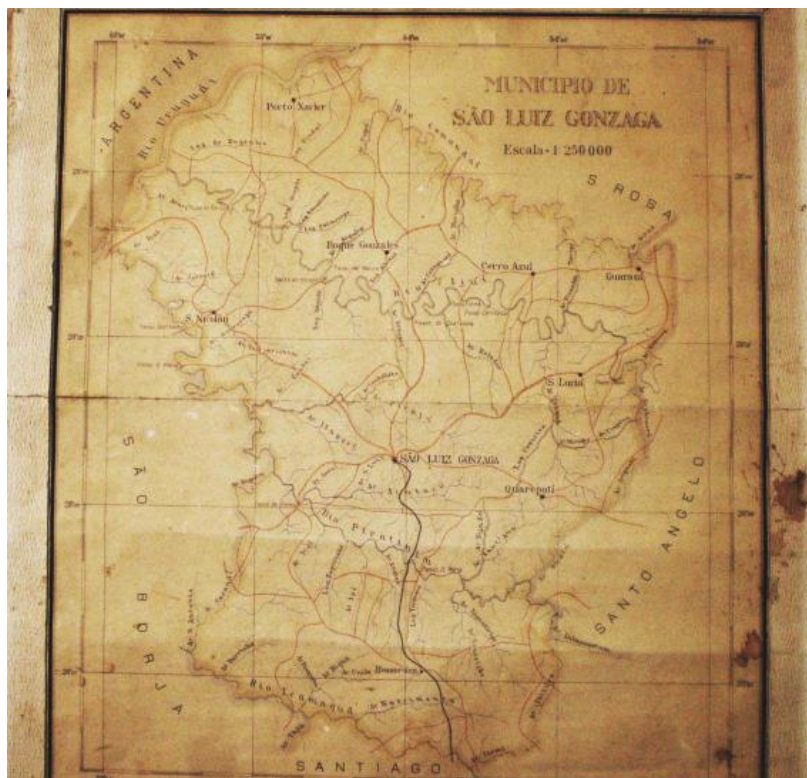
A migração populacional proveniente das colônias velhas, conjuntamente com a atuação estatal, aliada ao interesse particular, as companhias de colonização, e também as instituições eclesiásticas foram os principais segmentos sociais que criaram as condições objetivas necessárias para a fundação de inúmeras novas colônias.

Explica-se desse modo as condições para criação das colônias a que a tese se refere: Serro Azul difere sua origem de Santa Lúcia e Roque Gonzáles por ter sido fundada em 1902, enquanto uma colônia idealizada por uma associação de agricultores. As outras duas fundadas oficialmente, e respectivamente, em 1925 e 1927 foram os herdeiros das terras os agentes sociais envolvidos na venda e comercialização das terras. Como consequência, ocorreu a criação de uma área colonial que ficou a cargo de outros agentes sociais, como agrimensores e negociantes.

Além disso, sobre as dimensões de Serro Azul, Ramos (2006, p.22) lembra que a localidade no momento da compra pela Bauerverein, abrangia os atuais municípios de Roque Gonzáles, São Paulo das Missões, Salvador das Missões, Sete de Setembro, Porto Xavier e São Pedro do Butiá. Constituíam-se, desse modo, uma área mais extensa em relação às outras duas. Essas localidades vizinhas, que acabaram com o tempo adquirindo o status de município eram demarcações iniciais onde situavam-se lotes de terras a serem vendidos.

O mapa abaixo demonstra a localização dos três locais que integram o foco da tese (Santa Lúcia, Serro Azul e Roque Gonzáles). Percebe-se que além das três colônias selecionadas, várias outras estão situadas nas proximidades. Por uma questão metodológica e de seleção de fontes, essas três localidades apresentaram condições que permitem explorar os muitos elementos envolvidos no processo histórico do início do século XX:

Figura 3 - Mapa da localização das três colônias selecionadas para o estudo.



Fonte: VIEIRA, S. B. **Sobre as ruínas do templo... (porque templo já não é): história municipal de São Luiz Gonzaga (1880-1932)**. 2010. 263 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Na primeira metade do século XIX, o caráter bélico do Império brasileiro possuiu enorme influência na formação e distribuição das propriedades rurais, especialmente no Sul. O governo imperial, através de doações, buscou povoar o máximo possível as fronteiras, e as faixas de terras pouco habitadas. Mas, além disso, de acordo com Farinatti (1999), também houve formação de latifúndios por posse, e para além disso, as propriedades com maiores extensões foram formadas por uma combinação de sesmarias, posse e compras para as mesmas pessoas:

Em 1801, realizaram-se a conquista e a incorporação da área dos Sete Povos das Missões, a noroeste. Ao sul dos Sete Povos, cruzando o rio Ibicuí, ficava a região de boas pastagens, de relevo suavemente ondulado, onde se espalhavam grandes manadas de gado não domesticado, em uma área contínua que englobava os territórios que hoje pertencem à Campanha ao sul do Rio Grande e ao norte da República do Uruguai. As estratégias geopolíticas da coroa portuguesa, somadas ao interesse dos colonos sobre as terras e o gado contidos naquele amplo espaço desencadearam uma aceleração no movimento de ocupação de terras, fundação de estâncias e sesmarias no local. [...] Ainda que não tenha ensejado apenas a multiplicação de grandes criadores de gado, essa expansão foi responsável pelo surgimento de um grupo de pecuaristas de grosso calibre, donos de rebanhos que superavam 10.000 reses. (Farinatti, 2006, p.139).

A forma de acesso à terra por meio de compra e venda somente seria instituído pela legislação agrária na metade do século XIX. De forma sucinta, todos os modelos de posse de terras devolutas anteriores à 1850 baseavam-se ou no apossamento, ou concessão de territórios por parte do governo central. Desde as feitorias no século XVI, até as sesmarias que perduraram até 1822, e que acabaram por formatar o modelo da monocultura e do latifúndio ao longo do território brasileiro. O que elas possuíam no seu âmago foi a busca pelo controle estatal da terra, seja da monarquia portuguesa, ou do Império brasileiro. A aquisição de terras dependeu durante muito tempo de relações clientelistas com o Estado.

Com o avanço do capitalismo no campo a oferta da propriedade rural dirigiu-se a quem dispusesse do capital necessário e, conseqüentemente criaram condições para a criação de colônias, como as quais a tese se refere. Com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada Lei de Terras, e regulamentada pelo Ato Adicional em 1854, que por sua vez procurou desenvolver a pequena propriedade agrícola foi estabelecido um novo tipo de relação entre o indivíduo e a propriedade rural.

No entanto, não se interferia no latifúndio, ao mesmo tempo que buscava-se disciplinar o acesso à propriedade da terra. Para além disso, no caso do Rio Grande do Sul foi criada uma legislação específica “dando-lhe maior liberdade para comercializar as áreas, utilizando-se do dispositivo de que aquelas tidas como devolutas, lhes pertenciam” (Nascimento, 2019, p.207). Esses dispositivos jurídicos foram a Lei Sobre as Terras Públicas nº 28 de 5 de outubro de 1899 e o Decreto nº 313 de 4 de junho de 1900, chamado Regulamento da Lei de Terras, ambas sob o governo de Borges de Medeiros.

A tese de Nascimento, explora essa fase da colonização, momento fundamental na formatação do modelo que definiu o andamento dos processos de apropriação territorial. *Derrubando Florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul* constitui-se enquanto um estudo abrangente, e um referencial para a compreensão das etapas do aprimoramento da burocracia estatal no início da República. O historiador também percebeu que com a vigência de uma nova legislação agrária, específica para o Rio Grande do Sul (que buscava regradar ainda mais o acesso à terra e arrecadar impostos) na sequência de sua aplicação eram geradas contradições e conflitos sociais no campo.

Uma das hipóteses que Nascimento (2007) apresentou foi a de que a fundação da colônia pública de Ijuí (19 de outubro de 1890) teria sido utilizada enquanto estratégia de abertura de uma frente alternativa de direcionamento populacional para região Noroeste. Se verificadas a

quantidade de núcleos rurais e urbanos fundados nas redondezas, percebe-se que tal afirmação corresponde ao que foi observado:

Ficou novamente evidente a intenção do governo de ampliar o povoamento das matas do Alto Uruguai, investindo, sempre que possível para conduzir mais imigrantes para tal região. Com o envio de mais imigrantes, aumentaria o tamanho e importância da colônia, tornando uma referência para os colonos. Dessa forma, a terra, em toda a região ampliava seu valor permitindo melhores resultados com sua comercialização, visto que o acesso à terra devoluta somente era permitido mediante compra. Por isso, é possível levantar a hipótese de que houve uma estratégia de comércio da terra com a criação inicial de somente essa colônia pública na região, a qual chamaria a atenção para possíveis compradores de terra e/ou interessados em adquirir sua propriedade. (Nascimento, 2007, p.125).

De acordo com Nascimento, este período é que impulsionou o povoamento sistemático do Noroeste do RS. Conclui-se ainda, que a intensa comercialização de terras foi um dos principais indícios que explicam tamanhas mudanças na estrutura econômica da Região de Colonização das Missões:

O projeto político de ampliação da ocupação do norte do Rio Grande do Sul foi concretizado a partir de um processo de comercialização das terras consideradas devolutas. A venda dessas áreas permitiu o aumento da população vinda de outras regiões, contudo ampliou os conflitos com posseiros, caboclos e indígenas já ocupantes dos referidos terrenos. (Nascimento, 2007, p.101).

Existem inúmeras pesquisas que buscaram tratar das especificidades desse processo nessa região. Rosane Neumann destaca-se enquanto uma das referências para os estudiosos da área. Além de sua tese, fundamental para a compreensão dos diversos desdobramentos que envolvem esse tema, no artigo *Estado, colonização e intrusos no Planalto Rio-Grandense na Primeira República*, essa pesquisadora deduz uma série de características gerais daquele período, e aponta cinco elementos que permearam a fundação de colônias no Planalto:

a) Relativo desconhecimento da região por parte do poder público e das empresas de colonização.

b) A colonização foi uma política pública conduzida pelo Estado pautada em não reaver terras públicas à iniciativa privada para fins de colonização. A proposta era demarcar e vender a terra diretamente aos compradores.

c) Implementação de colônias mistas em termos étnicos e religiosos. Ponto de divergência e afastamento dos colonos imigrantes da colonização pública, casos de Cerro Largo e Panambi.

d) A colonização pública e privada chocou-se com a propriedade de latifundiários e seu poder político.

e) Discurso do Estado republicano contra a imigração – ao retirar gradualmente os subsídios, o governo passou a incentivar imigração espontânea de quem já possuía capital.

Esses elementos apontados por Neumann conferem uma noção do avanço do interesse estatal sobre a região. Conforme o item d), esse projeto possuía seus pontos de inflexão, na medida em que se construía diante do conflito de interesses apresentados pela realidade posta. Percebe-se também, pelo item b), o empenho do PRR em utilizar o comércio de terras como uma estratégia fundamental para aumentar a arrecadação e incentivar a agricultura através pequena propriedade, o que foi mencionado anteriormente sobre uma das hipóteses que consta na tese de Nascimento. Em outras palavras, o objetivo de abrir outra frente de ocupação na região Noroeste, que se concretizou através da fundação da colônia Ijuí, via comercialização de terras.

Como pode-se perceber são muitas as variáveis a serem levadas em consideração para que se possa dar conta da complexidade histórica da Região de Colonização das Missões. Devido à extensão do artigo, a proposta aqui foi expor uma visão geral dessa complexidade nos entornos de São Luiz Gonzaga.

Um dos principais pontos que chamam a atenção no estudo dessa região está a constatação da existência de grupos sociais para além dos indivíduos que lá se instalaram a partir das levas migratórias. Este constitui-se um elemento sensível, especialmente devido ao fato de que durante muito tempo toda essa região parecia ser considerada um vazio demográfico pelos estudos historiográficos, a qual parecia estar somente à espera dos descendentes de imigrantes que a teriam construído enquanto região economicamente produtiva.

Porém, conforme estudos pautados pela História Social Agrária começaram a demonstrar mais recentemente, e que também é um tema que trabalho ao longo da tese, as populações negras, e os chamados lavradores nacionais - que ainda são pouco estudados na historiografia regional das Missões - são fundamentais na construção de uma história coesa, e que dê conta da dinâmica social dessas colônias em seu período de formação. Não fosse assim, na contemporaneidade, esses grupos sociais não seriam encontrados de forma significativa naquela região. Desse modo, faz-se imprescindível o mapeamento e inclusão desses grupos populacionais nos estudos acadêmicos sobre a região, e assim, explicar o modo com que se relacionaram com os indivíduos que chegavam com as levas migratórias, pois a partir dessas relações é que construíram tais colônias, que hoje são municípios em uma região de expressiva relevância econômica para o Rio Grande do Sul.

Referências

CAMARGO; GUTFREIND; REICHEL (Orgs). **História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 1, Colônia.** Porto Alegre: Méritos, 2006.

DO NASCIMENTO, J, A, M. **Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul.** 2007.Tese. (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

DO NASCIMENTO, J, A, M. A primeira Legislação agrária republicana rio-grandense: aparato legal para controlar o acesso à terra. IN: **Antíteses**, Londrina, v.12, n.24, p.319-343, jul-dez. 2019.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais, Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil. (1825-1865).** Tese. (Doutorado em História) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

FARINATTI, L. A. **Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880).** Dissertação. (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

NEUMANN, R. M. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnica particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul. (1897-1932).** Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

NEUMANN, R. M. Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da colonizadora Meyer (Planalto Rio-Grandense, 1897-1932). **Tempos históricos.** Volume 16 – 2012, p.313-336. ISSN 1517-4689.

NEUMANN, R. M. Estado, colonização e intrusos no Planalto Rio-grandense na Primeira República. IN: **Coletânea Memórias Brasileiras, Conflitos Sociais.** Edital Capes n.12/2015.

QUADROS, E. L. **A defesa do modo de ser guarani: o caso de Caaró e Pirapó em 1628.** Porto Alegre: Edigal, 2012.

QUEVEDO, J. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata.** Bauru: Edusc, 2000.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** 2 volumes. Porto Alegre: Editora do Globo, 1969.

SILVA, M. A. B. **Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925).** Guarapuava: Unicentro, 2011.

SILVA, M. A. B. **Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900.** Porto Alegre, 2004. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2004.

TARGA, L, R, P. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Rio Grandense (1889-1930). IN: RECKZIEGEL, A, L; AXT, G (Orgs). **História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 3. Tomo I, República.** Passo Fundo: Méritos, 2007.

TAGLIETTI, B, D. Um olhar sobre o elemento nacional no período da colonização da Região do Médio Alto Uruguai – RS (1917-1950). Revista de Ciência Humanas. Universidade Regional Integrada. Frederico Westphalen.

TEDESCO, J. C; ZARTH, P. Configuração do território agrário no norte do Rio Grande do Sul: apropriação, colonização, expropriação e modernização. IN: História: Debates e Tendências – v.9, n.1/jan/jun.2010.

VIEIRA, S, B. Sobre as ruínas do templo... (porque templo já não é): história municipal de São Luiz Gonzaga (1880-1932). 2010. 263 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WESZ, M. M. Colônia Rondinha/Santa Lúcia: Colonização e religiosidade na região das Missões do Rio Grande do Sul (1921-1937). 2016. 139f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS.

ZARTH, P. História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920). Ijuí: Unijuí, 1997.

ZARTH, P. História do Campesinato na Fronteira Sul. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

A educação de imigrantes italianos e seus descendentes: análise do jornal *Gl'Italiani in San Paulo* (1888-1889)

VALIERI, Poliana

Mestranda em História (UFPR)

CAPES, poliana.valieri@ufpr.br

Resumo: O presente artigo tem como propósito trabalhar o tema da educação entre imigrantes italianos e seus descendentes por meio da análise do jornal *Gl'Italiani in San Paulo* (1888-1889). O objetivo principal é identificar a postura do periódico em relação à eficácia, ou falta dela, na educação formal e informal para os imigrantes italianos e suas gerações subsequentes na cidade de São Paulo. A intenção é realizar uma análise crítica e interpretativa dos discursos apresentados pelo jornal acerca da educação na comunidade italiana e ítalo-brasileira em São Paulo, ao final do século XIX. Do ponto de vista teórico, este estudo se fundamenta nos princípios da perspectiva cultural de Raymond Williams (1969) e Stuart Hall (1997; 2003). A historiografia relacionada à imprensa no Brasil na transição do século XIX para o século XX, foi baseada nos estudos de Heloisa Cruz (2003), Marialva Barbosa (2010), Tania Regina de Luca e Valéria Guimarães (2017), bem como na História da Imigração, baseando-se nos trabalhos de Zuleica Alvim (1986), Jeffrey Lesser (2015) e Angelo Trento (2022). Por fim, para abordar os imigrantes italianos e seus descendentes enquanto comunidade, recorri ao conceito de fronteira étnica de Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart, segundo Fredrik Barth (1998) e do entendimento de italianidade de Oswaldo Truzzi (2016).

Palavras-chave: Imigração italiana; cultura; jornal étnico.

Introdução

O presente artigo apresenta a pesquisa preliminar de análise do jornal *Gl'Italiani in San Paulo* publicado em 1888-1889 na cidade de São Paulo, com o objetivo de utilizar a perspectiva da cultura para o embasamento teórico-metodológico na identificação da postura do periódico em relação à eficácia, ou falta dela, da educação formal e informal para os imigrantes italianos e suas gerações subsequentes na cidade de São Paulo. A intenção foi realizar uma análise crítica e interpretativa dos discursos apresentados pelo jornal acerca da educação na comunidade italiana e ítalo-brasileira em São Paulo, ao final do século XIX.

Para atingir esse propósito, foram traçados objetivos específicos, tais quais: identificar as características dos textos jornalísticos sobre o tema da educação dos imigrantes italianos e seus descendentes; entender qual o público o jornal buscava alcançar; investigar o motivo pelo qual o jornal escreveu sobre o tema da educação; discutir cultura, nacionalismo, italianidade e fronteira étnica a fim de embasar a análise do periódico.

A análise crítica e interpretativa do discurso apresentado pelo jornal envolveu uma pesquisa nas edições de 1888 e 1889 em busca de palavras-chave relacionadas à educação, tais como: *scuola*, *scuole*, *istruzione*, *alunni*, *analfabeti*, *educazione*, *maestra*, *istruita*. As palavras selecionadas foram analisadas preliminarmente, e a tipologia da fonte foi considerada para

sistematização da pesquisa, com uma mostra da edição 224, de 30 de abril e 1^a de maio de 1889, publicada em São Paulo.

Do ponto de vista teórico-metodológico o trabalho se baseia na abordagem cultural desenvolvida por Raymond Williams (1969) e Stuart Hall (1997; 2003). Optei, para agregar à discussão, pelo embasamento conceitual, os autores Benedict Anderson (2008) e Eric Hobsbawm (2015) que analisam as questões de nacionalismo. Para dar o direcionamento do tema da imigração italiana foi importante os estudos de Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart (1998) que discutem conceitos de fronteira étnica segundo Fredrik Barth. Em paralelo tracei uma discussão com a italianidade abordado por Oswaldo Truzzi (2016). Entende-se que as fronteiras étnicas são estabelecidas por um grupo de origem diferente da sociedade em que se encontra, neste caso os imigrantes italianos em São Paulo, se constituem em uma fluidez que permite as interações sociais, quando assim interessar, resultando nas sociabilidades. (Truzzi, 2016. p. 15)

A análise também levou em consideração a historiografia sobre a imprensa no Brasil durante a transição do século XIX para o século XX, com base nas obras de Marialva Barbosa (2010), Tania Regina de Luca e Valéria Guimarães (2017) e Ana Luiza Martins (2018). Essas obras discutem o uso metodológico da fonte periódica e da teoria da História da Imprensa, permitindo entender como os jornais étnicos se encaixavam na dinâmica da sociedade em que circulavam.

Além disso, a pesquisa incorporou os estudos historiográficos sobre a imigração no Brasil, com foco especial no contexto da imigração italiana em São Paulo, baseando-se nas pesquisas de Zuleica Alvim (1986), Angelo Trento (2013) e Jeffrey Lesser (2015). O espaço de análise elegido neste trabalho é a cidade de São Paulo que se caracteriza, à época, por ser um dos maiores polos econômicos brasileiros que estava se modernizando, atraindo cada vez mais imigrantes que saíam dos campos para trabalharem nos centros urbanos, que se expandiam em indústria e comércio. A cidade passou a ter uma maior concentração de população, que ocupavam principalmente os bairros mais pobres, formando os chamados cortiços (LESSER, 2015, p. 125).

Na busca por compreender o fenômeno da imigração italiana utilizando fonte periódica, questionamentos são levantados, como: Qual o posicionamento dos jornais escolhidos, com relação à educação dos imigrantes italianos e de seus descendentes, nas cidades de São Paulo, em 1889? Como traçar um perfil do jornal de levando em conta sua cultura letrada? De que forma é percebida a ideia de italianidade nas páginas do jornal? É possível perceber se o jornal impõe uma fronteira étnica com relação ao contexto em que circulava?

Desta forma, esta pesquisa preliminar apresenta uma análise da visão do jornal *Gl'Italiani in San Paulo* (1889) em relação a educação dos imigrantes italianos e seus descendentes. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar, me propus contribuir a uma compreensão aprofundada e contextualizada desse importante aspecto da história da imigração italiana em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX.

Breve contexto da imigração italiana no Brasil e em São Paulo

Para iniciar a discussão principal sobre o olhar cultural da imigração italiana em São Paulo, através do jornal *Gl'Italiani in San Paulo* (1889), é interessante entender, brevemente, o contexto em que ocorreu a imigração italiana no país, e mais especificamente na cidade de São Paulo.

A chegada de grande contingente de imigrantes ao Brasil teve início na segunda metade do século XIX, com as embarcações principalmente aportando no Porto de Santos, litoral de São Paulo. Muitos desses imigrantes seguiam para a Hospedaria dos Imigrantes na cidade de São Paulo⁴¹⁸, como indicado por Lesser (2015). Os imigrantes italianos se destacaram no quadro geral de entrada, como demonstra Truzzi (2016, p. 21), pois entre 1888 e 1939, dos quatro milhões de imigrantes que vieram ao Brasil, 34% eram italianos. Dentro do recorte maior indicado, o autor destaca o período de maior fluxo de entrada dos italianos, ocorrido nos anos de 1886 a 1900, correspondendo a 57% dos imigrantes que chegaram ao país.

Em São Paulo, Alvim (1986, p. 21) analisa um período de 50 anos, de 1870 e 1920, quando houve a maior entrada de imigrantes italianos no estado, dividindo-o em três períodos: o primeiro situa-se entre 1870 até 1885 quando as lavouras de café começaram a aumentar de produção e os fazendeiros do Oeste Paulista iniciaram a transição de trabalhadores escravizados para os imigrantes. Porém, naquela época não havia uma política de imigração a ser seguida e os italianos ainda não se destacavam como a maior etnia presente no estado; o segundo período vai de 1885 a 1902 com a consolidação da economia cafeeira em São Paulo, com a implementação da mão de obra livre e a definição de uma política de imigração, que tinha o imigrante italiano como destaque de contratação; já na terceira fase, entre 1902 a 1920, a política de imigração se expandiu para outros estados, nesse momento houve uma queda na

⁴¹⁸ A construção da hospedaria se deu em 1887 no bairro do Brás, com capacidade para acomodar aproximadamente mil pessoas por dia, contudo na maior parte do tempo chegava a receber o triplo. (Lesser, 2015, p. 116)

entrada dos imigrantes italianos devido ao Decreto *Prinetti*⁴¹⁹ (1902), além do mais, os Estados Unidos começaram a receber um contingente maior desses imigrantes.

De acordo com Trento (2022, p. 136-143) os trabalhos que os imigrantes italianos exerceram nos centros urbanos eram principalmente “barbeiros, sapateiros, alfaiates, cocheiros, carregadores, cavadores, pedreiros, canteiros, marmoristas, marceneiros, ferreiros, caldeireiros”, além dos trabalhos no comércio, de menor destaque no primeiro momento, e na imprensa com jornalistas, editores e vendedores de jornais⁴²⁰. Essas vagas foram crescendo na medida que a urbanização ia se desenvolvendo.

Portanto, ao considerar o surgimento da imprensa étnica entre 1870 a 1920, a historiografia brasileira destaca que o desenvolvimento dessa imprensa estrangeira na cidade de São Paulo ocorreu em paralelo à modernização, consolidando a presença desse grupo étnico. Essa presença pode ser rastreada por meio de jornais em língua italiana, assim como indiretamente nos jornais brasileiros que cobriam diversos assuntos relacionados à imigração, muitas vezes contando com colaborações de jornalistas imigrantes.

Panorama da imprensa no Brasil

Assim como foi crucial uma compreensão abrangente da imigração italiana no Brasil, é igualmente importante contextualizar o surgimento da imprensa no país, visando o desenvolvimento da análise do jornal étnico italiano, *Gl'Italiani in San Paulo*.

A historiografia da história da imprensa no Brasil concorda que a imprensa no país surgiu oficialmente com a chegada da Família Real. A instalação da chamada Imprensa Régia aconteceu em 10 de maio de 1808, com o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*. Havia o controle do que circulava pela Corte, contudo havia a imprensa clandestina como a circulação do jornal *Correio Braziliense*. Antes mesmo da instalação da imprensa oficial ocorreu a impressão e circulação de outros tipos de manuscritos, porém, para Marialva Barbosa (2010, p. 20) para ser considerada imprensa ou jornalismo

só existe imprensa, no sentido estrito do termo, a partir do momento em que a transmissão de informações regular se torna pública, ou seja, acessível ao público em geral. Até então as novidades ou opiniões publicadas, sem qualquer regularidade, não eram transformadas em notícias. Existe troca de informações, mas não existe imprensa. Só há imprensa quando a ideia do público como espécie de abstração-concreta se torna o desejo dominante das publicações. [...] Há jornalismo quando há publicização no sentido mais amplo do termo. (Barbosa, 2010, p. 20)

⁴¹⁹ O Decreto *Prinetti* de 1902 restringiu a emigração dos italianos de forma desenfreada para outros países, principalmente o Brasil, que já vinha sendo criticado pelos problemas relatados nas contratações. (Alvim, 1986).

⁴²⁰ Na maioria das vezes eram os meninos que faziam esse trabalho de vender os jornais pelas ruas (Trento, 2022, p. 136, 137).

A necessidade social de que a imprensa se tornasse pública, implicava na mudança do próprio consumo das publicações clandestinas. Isso começou a ocorrer a partir de 1821 quando se tornou possível a impressão de outros jornais. Porém a sólida presença de uma imprensa levaria algumas décadas para se consolidar no Brasil. É o que a autora chama de mentalidade abstrata em que se “pode atribuir valor efetivo a algo imaterial como ideias que circulam sob a forma de jornais” (Barbosa, 2010, p. 21). Desta forma, é necessário pensar no comportamento da sociedade da época. Além da questão do analfabetismo, ainda havia o costume de uma oralidade, ou seja, “as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas” (Barbosa, 2010, p. 21).

A partir da década de 1870, com o desenvolvimento dos transportes - as linhas férreas sendo instaladas no Rio de Janeiro e em São Paulo – e dos Correios, além da instalação do telégrafo na capital, os impressos começaram a mostrar a modernização em suas páginas, trazida pelo interesse dos leitores e de mais instalações tipográficas a partir de 1880. Com o aumento de pessoas letradas e alfabetizadas, o hábito da leitura passava a ocupar os espaços públicos: praças, cafés, bondes, nos ambientes comerciais e de trabalho. O que também se expandiu foram as diversas formas literárias nas publicações, revistas sobre o cotidiano, jornais críticos, literários, voltados para a economia, entre outros tantos exemplos. (Barbosa, 2010, p. 117, 118).

Com a modernização os jornais começaram a ser entendidos como empresa, ainda que com pouco espaço de notícias, abriram oportunidades para os comerciantes, em que empresas faziam propagandas de seus produtos. Mas não somente eles, os anúncios ganharam espaço, com pessoas oferecendo seus serviços como professores particulares. Mais de 600 publicações foram realizadas a partir do final do século XIX, em destaque os jornais Correio Paulistano (1854), Diário de São Paulo (1865), A Província de São Paulo (1875), O Diário Popular (1884 e A Platéia (1888) (Cruz, 2013, p. 53).

É evidente que a evolução da imprensa paulista acompanhou o progresso da modernização, com aumento demográfico da população, fornecimento de energia, instalações de escolas públicas, instalações de fábricas, aumento no comércio e de vagas de empregos que passaram a exigir que funcionários fossem letrados ou alfabetizados. Ou seja, com mais pessoas em circulação e se alfabetizando o interesse e a circulação dos jornais avançou rapidamente, principalmente nos centros urbanos e onde se encontravam as linhas férreas. Esse aumento é demonstrado também pelo número de tipografias na cidade, com mais de 20 em funcionamento

em 1884, a partir de meados do século XIX não havia muito mais do que o mencionado (Cruz, 2013, p. 53).

É nesse contexto que os jornais estrangeiros ganharam espaço. Periódicos menores, ligados à diversidade de grupos sociais começaram a aparecer na virada do século XIX para o século XX. De conteúdos diversos, com folhas de menor circulação “impressas em 4 páginas e diagramadas de 2 a 4 colunas, tamanho ofício e mais raramente tabloide [...] De financiamento barato a feitura extremamente simples, essas publicações democratizaram o acesso à cultura impressa [...] Pequenos grupos, formados por 2 ou 3 pessoas, com ‘seus escritórios e redações adaptados em suas próprias casas, bares, escolas, sindicatos e associações diversas” (Cruz, 2013, p. 59, 60). É o que se pode observar no jornal selecionado, principalmente com o maior número de propagandas do que necessariamente colunas, informações e editoriais. A imprensa étnica ou a maioria desses jornais italianos, exceto o *Fanfulla*, podem ser considerados como “pequena imprensa”, sendo que muitos não tinham longevidade e poucos se destacavam, de acordo com Angelo Trento (2013).

Se constituíam de modo sistemático o de maneira mais intermitente, mas não menos articulada na vida social do que os grandes jornais. Periódicos que, na maioria das vezes, eram produzidos por pequenos grupos editoriais, sendo dirigidos a públicos mais específicos e restritos, trazendo interesses mais explícitos, seja de comunidades diversas ou de bairros da cidade, projetos e práticas culturais específicas, movimentos de novas sociabilidades e práticas culturais, com projetos políticos diversificados, e dando visibilidade aos embates na conformação da esfera pública em que se davam a conhecer e se materializavam (Cruz, 2013, p. 14).

As autoras Tania Regina De Luca e Valéria Guimarães (2017) na obra “Imprensa Estrangeira Publicada no Brasil”, analisaram a imprensa estrangeira no Brasil como uma construção de redes transnacionais. No caso do jornal em língua italiana, *Gl’Italiani in San Paulo* escolhido para esta pesquisa, foi realizada uma busca, paralelamente à análise do conteúdo e discurso com o tema da educação, sobre informações relacionadas a proprietários, editores, jornalistas, correspondentes e colaboradores; a cultura da tipografia utilizada por cada um; leitura geral para levantar aspectos de opinião, política, disputas tanto no Brasil, quanto na Itália. Também, foi importante observar qual ou quais públicos os jornais se direcionavam; detectar as sociabilidades do corpo jornalístico entre a categoria midiática e a sociedade que estavam inseridos; os tipos de propagandas que se destacam nos jornais. Assim, para esta análise escolhi a perspectiva da cultura como forma de entender os usos do jornal no cotidiano dos imigrantes italianos em São Paulo, no final do século XIX.

Cultura e nacionalismo

Do ponto de vista teórico, o trabalho se ancorou nos pressupostos da pesquisa de Raymond Williams (1969) e Stuart Hall (1997; 2003), no qual busquei uma interpretação a partir da perspectiva cultural. Agregando a essa discussão, optei pelo embasamento conceitual de Benedict Anderson (2008) e Eric Hobsbawm (2015) para trabalhar com as questões de nacionalismo, juntamente com os estudos de Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart (1998) que discutem o conceito de fronteiras étnicas segundo Fredrik Barth, em paralelo, uma discussão sobre italianidade abordada por Oswaldo Truzzi (2016). Desta forma, esta pesquisa apresenta uma análise da visão do jornal *Gl'Italiani in San Paulo* (1888) em relação a educação dos imigrantes italianos em São Paulo, no final do século XIX. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar, me propus a contribuir para uma compreensão mais aprofundada e contextualizada desse importante aspecto da história da imigração italiana em São Paulo, nas últimas décadas do século XIX.

De acordo com Stuart Hall (2003) é apropriado fazer uma discussão entre produção “material” e “simbólica”. No caso desta pesquisa, fui levada a pensar que a própria produção material da circulação do jornal está ligada ao simbolismo que esse tipo de publicação tinha para a comunidade imigrante. No mesmo sentido, Peter Burke (2008, p.10) discute que um dos modos de se estudar a cultura para os historiadores é por meio da “preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras”.

Simbolismo que está implícito nas páginas do jornal, principalmente quando se lê colunas de cunho nacionalista, que falam sobre a importância de ter escolas em língua italiana para imigrantes e seus descendentes como forma de manter a identidade italiana. Um exemplo é de uma coluna intitulada *Italianismo* na edição 223, 27 e 28 de abril de 1889 e edição 224 de 30 de abril e 01 de maio de 1889.

[...] No homem, só a educação do coração não basta – é pouca – a sociedade exige também a da mente. O coração é educado com insinuações sábias, com um método disciplinar e rigoroso de acordo com o desenvolvimento dos seus instintos, com a eliminação de todo exemplo pernicioso de deslealdade, torpeza ou mentira; a mente é educada com cultura intelectual – numa palavra – com livros. A primeira destas duas educações é confiada aos pais, a segunda à escola (*Gl'Italiani in San Paulo*, 30/04 e 01/05 de 1889, edição 224, tradução nossa).

Então, é possível compreender que o jornal é um meio de organização social, um modo de vida encontrado pelos jornalistas para “unir” os compatriotas por meio de atualizações de

notícias locais, da Itália, mundial, colunas de opinião, propagandas e anúncios, a maioria relacionados com a vida do imigrante. Como comenta Hall (2003, p. 136), sobre os estudos culturais de Williams, a cultura é um modo de vida, “está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas”. E como Williams (2007) mesmo define na obra “Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade”

É claro que, em uma disciplina, é preciso esclarecer o uso conceitual. Mas, em geral, o que é significativo é o leque e a sobreposição de sentidos. O complexo de significados indica uma argumentação complexa sobre as relações entre desenvolvimento humano geral e um modo específico de vida. É particularmente interessante que, na arqueologia e na *antropologia cultural*, a referência a **cultura** ou a **uma cultura** aponte primordialmente a produção *material*, enquanto na história e nos *estudos culturais* a referência indique fundamentalmente os sistemas de *significação* ou *simbólicos* (Williams, 2007, p. 122,123).

Nesse sentido, a perspectiva cultural trouxe para a pesquisa, não somente a discussão a respeito do contexto da história da imigração italiana, mas sobretudo, a utilização do jornal inserido no cotidiano dos imigrantes.

A discussão em torno do nacionalismo foi pensada a partir da ideia de “Comunidades Imaginadas” de Benedict Anderson (2008) e da “Invenção das Tradições” de Hobsbawm e Ranger (2015). Com essas teorias pressuponho que o jornal estava se utilizando do senso de pertencimento, principalmente quando começaram a escrever sobre italianidade, para compatriotas. Essa ideia de “construção de uma identidade nacional” é tratada por Anderson como comunidade imaginada, segundo Truzzi (2016, p. 17) “compreende-se a identidade nacional como um sentimento de pertencimento forjado a partir de narrativas que agregam pessoas de um mesmo território a partir da suposição de uma história comum”.

A discussão baseada na obra de Anderson (2008) é utilizada para entender o sentimento nacionalista presente nas comunidades imaginadas a partir desses sentimentos que envolve a ideia de nação. Apesar de Anderson discordar “da análise marxista de Eric Hobsbawm” a discussão é interessante para entender o contexto que os jornais estavam inseridos. Uma ideia central de Anderson que poderá ajudar na análise deste trabalho é “a importância do papel da imprensa e do fenômeno que ele denomina de ‘capitalismo editorial’” (Anderson, 2008, p. 10).

Segundo Hall (2003, p.38,39) “a formação de uma cultura nacional ajudou a criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma língua vernacular particular como o meio dominante de comunicação no interior da nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como por exemplo um sistema nacional de educação”. Apesar

da Itália ter se firmado como nação em 1870, ou seja, na época que iniciou o movimento imigratório para o Brasil, os grupos eram formados por pessoas de diversas regiões - como demonstrei na primeira parte do trabalho – com modo de vida e dialetos bem particulares. Ainda assim, o *Risorgimento*⁴²¹ pode ser entendido como uma “comunidade imaginada” em que se forjou uma nação às bases da idealização de um grupo. Segundo Schwarcz (2008, p. 12,13) no prefácio que escreveu para o livro de Anderson (2008):

o romance e o jornal proporcionariam os meios técnicos ideais para ‘representar’ o tipo de comunidade imaginada a que corresponde uma nação. Aí estaria o fenômeno do capitalismo editorial, tão bem analisado por Benedict, o qual demonstra como é por meio do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada. O jornal, que introduz notícias de locais distintos em tempos variados – mas pressupõe sempre a ideia de contiguidade -, constituiria elemento recorrente nas práticas nacionais modernas. Por outro lado, como também concluiu Edward Said, os romances de fundação acabariam por se apresentar como elementos destacados na construção coletivas de um passado e de um ‘nós’ comum e identificado. A partir deles se daria uma espécie de confirmação hipnótica da solidez de uma comunidade, a qual naturaliza a história e o próprio tempo.

Desta forma, o jornal italiano estaria representando a ideia dessa comunidade que foi imaginada/inventada no *Risorgimento* e que os romances e citações que aparecem no jornal, como no caso do Dante ou a presença de pelo menos um romance em capítulo na parte do apêndice, quer confirmar a solidez desse passado coletivo, comum. Como conceitua Hobsbawm (2015, p. 8) “por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

Hobsbawm (2015, p.337) explica como a Itália enfrentou o problema do nacionalismo já que era um estado novo, e havia a dificuldade de encontrar laços que cobrisse todo o território recém unificado, que legitimasse o sentimento de nacionalismo que tanto almejavam.

A Itália teve de partir do nada para resolver o problema resumido por d’Azeglio na seguinte frase: “Nós fizemos a Itália: agora temos de fazer os italianos”. A tradição do reino de Saboia não era uma vantagem política fora da região noroeste do país, e a Igreja opunha-se ao novo Estado italiano. Talvez não surpreenda que o novo reino da Itália, embora animado para “fazer italianos”, não estava nada entusiasmado com a ideia de fazer mais de um ou dois por cento deles eleitores, até que isto se tornasse completamente inevitável (Hobsbawm, 2015, p.338).

É por essa entre outras razões que o caso da imigração italiana foi importante para o estabelecimento da invenção dessa Itália. Os imigrantes de diversas regiões se “misturaram”,

⁴²¹ Como ficou conhecido o movimento de unificação da Itália.

passaram a conviver entre eles e serem reconhecidos pela sociedade paulista e brasileira como sendo italianos, sem distinção de regionalismo. As “nações são imaginadas como *comunidades*” quando se estruturam através da camaradagem horizontal, estabelecendo “a ideia de um ‘nós’ coletivo, irmanando relações em tudo distintas” (Anderson, 2008, p. 12). Ou seja, como Truzzi (2016) explicou, as culturas regionais dos imigrantes italianos não foram deixadas de lado, elas andaram lado a lado.

Importante destacar a questão das fronteiras étnicas que são criadas a partir das diferenças entre dois ou mais grupos. Nesse sentido, “o passado histórico de uma nação não é uma realidade que se impõe por si mesma” (Poutgnat; Streiff-Fenart, 1998, p.36), então ela é criada, e o jornal faz o papel de lembrar e esquecer do que é importante para a manutenção dessa fronteira e do sentimento de nacionalismo. Desta forma os autores entendem os grupos étnicos e suas fronteiras que “pressupõe o contato cultural e a mobilidade das pessoas e problematiza a emergência e a persistência dos grupos étnicos como unidades identificáveis pela manutenção de suas fronteiras” (Poutgnat; Streiff-Fenart, 1998, p. 112). Ou seja, o “nós” e o “eles” pode ter sido uma interpretação quase que natural quando imigrantes italianos se viram inseridos em uma sociedade diferente e vice-versa, e ainda quando grupos de regiões diferentes se viram convivendo entre si, em uma mesma colônia.

Contudo, não é possível, a priori, perceber nos jornais até que ponto o sentimento regional interferiu na ideia de afirmar o nacionalismo para a manutenção da fronteira entre imigrantes italianos, como um grupo ou etnia, com relação à sociedade paulista que estavam inseridos.

Truzzi (2016, p. 16) explica que “o chamado modelo pluralista advoga a conservação ou mesmo o incremento das características étnicas de cada grupo e das fronteiras entre grupos, ao longo das gerações”. Já, para o novo entendimento de assimilação, não necessariamente há o “desaparecimento da etnicidade, embora signifique reconhecer que as origens étnicas, tornam-se progressivamente menos relevantes e que indivíduos de ambos os lados da fronteira tendem a se ver cada vez mais como similares em termos de algum outro fator crítico, como, classe social”. É interessante destacar que esse processo de afirmação étnica “pressupõe estratégias variadas, ora de aceitação, ora de resistência, ao processo de assimilação” (Truzzi, 2016, p. 17).

Uma das estratégias que se poderia pensar, é no próprio sentimento de nacionalismo. Embora o reconhecimento de ser italiano, no final do século XIX estava muito recente, pois o regionalismo ainda prevalecia no imaginário de cada grupo, o processo de reconhecimento foi um pouco mais rápido entre os imigrantes que vieram para o Brasil. Nesse sentido, retomando

o prefácio de Angelo Trento, na obra de Truzzi (2016, p. 10, 11), Trento comenta que “quando começou a emigração de massa com destino, ao Brasil, não existia na Itália um senso compartilhado de pertencimento, tanto que alguns estudiosos, como Donna Gabaccia, referem falar de emigrantes da Itália em vez de emigrantes italianos”.

Trento (2016, p. 11) ainda destaca que os imigrantes⁴²² não entendiam nem o conceito de pátria, pois tanto valores, como memórias e identidades eram distintas, inclusive a própria língua regional. Contudo, segundo o autor, com o passar das décadas, “um senso de identidade nacional conseguiu emergir e se firmar, talvez sem suplantando as velhas identidades, mas colocando-se lado a lado com elas”. Essa facilidade de adquirir esse senso de identidade nacional na imigração para o Brasil, pode ter ocorrido devido a vários fatores, como os próprios documentos de identificação que davam aos imigrantes, identificando pessoas provenientes da Itália, como italianos, o que fez a própria sociedade local reconhecê-los como tal. E, é claro, os incentivadores da mesma pátria, jornalistas e intelectuais, como já citado anteriormente.

Jornal *Gl' Italiani In San Paulo*

Para analisar o jornal organizei o trabalho de pesquisa em um modelo, baseado nos estudos de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2018) na obra “História da imprensa no Brasil” para adequar o processo de pesquisa. O trabalho foi dividido em três etapas: na primeira, busquei ocorrências no site da Hemeroteca Digital, onde estão as edições do jornal, por palavras, tais como: *scuola, educazione, scuole, alunni*. O objetivo era verificar se haveria textos, propagandas e anúncios que indicassem o tema da educação de imigrantes e se o jornal se interessava em discutir o tema em qualquer outra dimensão. Essa etapa era para dar um panorama do jornal, porém houveram problemas como algumas palavras não estarem ligadas ao tema da educação, e quando mais de uma palavra aparece na mesma página, apenas uma é contabilizada.

O motivo da escolha das palavras pré estabelecidas em projeto, e outras acrescentadas posteriormente conforme a leitura das fontes, segue o pensamento do autor Angelo Trento em prefácio na obra de Oswaldo Truzzi (2016, p. 12), em que indica os periódicos como grandes incentivadores “para difundir o senso comum de pertencimento”, mais do que as próprias escolas, “que procuravam suscitar nos conterrâneos o orgulho de ser italiano”. Outro segmento igualmente importante, como as

⁴²² Na perspectiva de Trento ele fala de emigrantes, já que é um autor italiano que estuda os processos de emigração.

associações étnicas que [...] na maioria de socorros mútuos (por causa das carências persistentes de um sistema de previdência de previdência social), mas também de outras naturezas beneficentes, culturais, de caráter econômico, de fruição do tempo livre ou esportivas. Estas nasceram exclusivamente nos centros urbanos e foram reservadas aos imigrantes e seus descendentes. (Truzzi, 2016, p. 12).

A segunda etapa foi “tirar o jornal do site”, tratar diretamente com a tipologia da fonte, traduzir e coletar as principais informações como ano, número de edição, valor, editor, jornalistas, editorial, colunas, assuntos, endereços, propagandas e anúncios; na terceira etapa analisei as colunas, notícias, editoriais relacionados com a temática da educação, separação dos assuntos tratados: educação dos imigrantes e descendentes em SP ou outras cidades do BR; tipos de educação; abertura/fechamento de escolas, educação na Itália. Para o presente artigo selecionei a edição 224 de 1889, já que não há espaço suficiente para a análise de todas elas.

A primeira página do jornal *Gl’Italiani in San Paulo* contém o cabeçalho com o nome do jornal, a data de 30 de abril e 1ª de maio de 1889, valor de 60 reis cada edição, valor anual de 9.000 reis, semestral de 4.500 reis e trimestral de 2.500 reis, o valor da pendência é de 100 reis a unidade, há o direcionamento de como fazer o pagamento e um aviso de que anúncios e comunicados os valores são negociáveis. O diretor-proprietário *Alessandro Maglia*, redação de *Giuseppe Zampolli*, administração de *Amministr. N. Bernardo*, com colaboradores diversos. O endereço é Ladeira de S. Francisco n.3, São Paulo.

A primeira coluna é intitulada *Note Vagabonde* ou “Notas errantes”, com subtítulo *Italianismo*, seguido da coluna *Revista Politica*, publicado em Roma no dia 28 de março de 1889, do jornalista Spartaco. A coluna seguinte é a *Spigolature Italiane* que são notícias das principais cidades da Itália e segue para a página dois. Ainda na primeira página há o *Appendice* de número 49, de *Saverio di Montépin*, é a parte reservada para romances que geralmente aparecem em capítulo.

Na segunda página, segue a coluna *Spigolature Italiane*, em seguida a coluna *Miscellanea* ou “Diversos”, que aparecem notícias de outros países. A coluna *A Volo D’Uccello* com notas pequenas de notícias diversas, seguida pela coluna *Cronaca* com notícias regionais e locais. Por fim, mais um *Appendice* de número 170 com outro romance, de *Emilio Richebourg*.

A terceira página traz a coluna *Varietà* ou Variedade apresenta dois diálogos, em seguida *Postino di Casa* com mensagens dos leitores ao jornal, por *Trottapiano*. Uma coluna do jornalista *Sansonetto* intitulada *In barba al governo* ou “Desafiando o governo”. A diante inicia os anúncios gratuitos que geralmente está relacionado com imigrantes, vagas de trabalho, câmbio do dia 26 de abril de 1889. Em seguida até a página quatro – última página da edição – começam os anúncios e propagandas pagas, dos mais variados assuntos, produtos e tamanhos,

em italiano e português. Com destaque para a propaganda da *Scuola Elementare Italiana e Convitto Sempre Avanti Savoia!* ou “Escola Primária e Internato Italiano Sempre à Frente Savoia!

Tendo em vista a tipologia da fonte foi possível observar que o jornal tem um direcionamento para um grupo alfabetizado de imigrantes, com um certo letramento para a interpretação das colunas de opinião por exemplo e com condições econômicas de adquirir um exemplar. Mas observando as últimas duas páginas do jornal onde encontram-se os anúncios de vagas de trabalho, valor do câmbio e outros anúncios e propagandas em português é possível supor que imigrantes de baixa renda e brasileiros poderiam ter acesso às edições, apesar de não serem o foco de consumidor do jornal.

Considerações finais

A perspectiva da cultura para o tema da imigração italiana deu um olhar mais leve para um assunto tão denso e complexo. Ao tratar o nacionalismo com uma visão cultural, que tem raiz na área política por exemplo, percebi que há outras formas de olhar um tema que geralmente é tratado de forma mais engessada. Trazer a análise para o olhar interdisciplinar leva a interpretação para outros assuntos e direções que geralmente não é alcançado pela história econômica, por exemplo, sem deixar de dar a devida importância para ela e outras áreas da historiografia.

A intenção não foi, dar definições e exatidões para as análises, mas sim foi uma tentativa dar um novo olhar para o tema da imigração italiana que, juntamente com o objeto de estudo, proporcionou a um jornal étnico menos conhecido pela historiografia da imigração italiana, que pudesse ser apresentado pela relevância de circulação no período.

O debate entre cultura e nacionalismo foi de encontro aos conceitos de italianidade e fronteiras étnicas que ajudaram a compreender um pouco do contexto da São Paulo do final do século XIX, no momento em que várias mudanças aconteciam a nível local e nacional. A modernização da cidade, com instalações de vias férreas e eletricidade proporcionou a esses imigrantes letrados, jornalistas, redatores, tipógrafos, uma alternativa de viver em uma sociedade tão diversa da sua. E ainda, que pudesse construir uma comunidade que se entendesse como semelhantes, uma comunidade italiana fora da Itália, que compartilhavam uma cultura que houvesse reconhecimento na língua, na comida, na música, na literatura. Dessa forma, contribuíram para que essa “invenção de tradição” ou essa “comunidade imagina” pudesse ser reforçada nas fronteiras que delimitaram para si e para o outro, na tentativa de se sentirem pertencentes.

Referências

Fonte

Gl'Italiani in San Paulo, 30 de abril a 1ª de maio de 1889. **Biblioteca Nacional**. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:
<<https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=304395&pagfis=503>>. Acesso em 24 jan 2024.

Bibliográficas

ALVIM, Zuleika M.F. **Brava Gente!** Os italianos em São Paulo 1870-1920. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986. p. 189.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 266

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta**. Periodismo e Vida Urbana, 1890/1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. **Textos Didáticos**, Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 18, 3ª edição revista e ampliada, junho 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina C. Cavalcante. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e política de imigração. Tradução Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (Orgs). **Imprensa estrangeira publicada no Brasil**. Primeiras incursões. São Paulo: Rafael Copetti, 2017.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed., 3ª reim. São Paulo: Contexto, 2018.

POUTIGNAR, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Élcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 352 p.

TRENTO, Angelo. **Imprensa italiana no Brasil**: séculos XIX e XX. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 276.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. Um século de imigração italiana no Brasil. Trad. Mariarosaria Fabris, Luiz Eduardo de Lima Brandão e Juliana Haas. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**. Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016, 137 p.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**, 1780-1950. Trad. Lônidas H. B. Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

ST 22 – INTERSECÇÕES NA HISTÓRIA SOCIAL: DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO, COR E CLASSE

Coordenado por Profa. Dra. Daiane Silveira Rossi
e Profa. Ma. Gabriela Rotilli dos Santos

Dividir a mesa em alto mar: *matelotage* e fraternidades masculinas na pirataria clássica (Atlântico norte- século XVIII)

QUEIROZ, Camila Acosta

Mestranda em História, UFSM

Bolsista CAPES, camilaacosta1901@gmail.com

Resumo: Este trabalho equivale a um recorte de minha pesquisa de mestrado na qual busco compreender as relações de gênero na pirataria Moderna com ênfase nas masculinidades. Meu objeto de pesquisa corresponde aos marinheiros que agiram na ilegalidade e desempenharam o papel de piratas no Atlântico Norte durante as três primeiras décadas do XVIII, com ênfase no Atlântico Inglês. Nesta pesquisa avalio as dinâmicas de gênero que emergiram dentro desses grupos e os elementos que fizeram parte das masculinidades nesses microcosmos predominantemente homossociais. Nesta proposta de comunicação pretendo me concentrar na relação chamada de *matelotage*, definida de maneira geral como um vínculo profundo e particular que os homens que atuavam como piratas formavam com um parceiro específico. Primeiramente pretendo explorar as formas como essa relação e suas derivações podem ser observadas na documentação, especialmente na obra *General History of the Pyrates*, publicada originalmente em Londres, no ano 1724. Aqui utilizo a edição em inglês de 1999, editada por Manuel Schonhorn, que transcreve a edição inglesa de 1726 do primeiro volume desta obra. Em seguida apresentarei uma análise sobre tais vínculos considerando-os como uma derivação das chamadas fraternidades masculinas (FARGE, 2013). Para isso, lanço mão das ideias de Joan Scott (1999) sobre gênero como categoria de análise histórica e de Raewyn Connell (1995), sobre as construções das masculinidades. Por fim, identifico as continuidades entre as convenções sociais sobre gênero estabelecidas na Inglaterra – e Europa – dos setecentos e aquelas observadas nos grupos de homens que viviam à margem dessa sociedade.

Palavras-chave: Gênero; Masculinidades; Pirataria moderna.

Considerações iniciais

Este trabalho é um recorte da pesquisa que desenvolvo em meu mestrado em História na Universidade Federal de Santa Maria. Neste projeto, busco compreender as relações de gênero na pirataria moderna. A pesquisa se concentra nos marinheiros que desempenharam o papel de piratas no Atlântico Norte durante o início do XVIII, com ênfase no Atlântico inglês. Examino as dinâmicas de gênero que emergiram dentro desses grupos, com um foco nas masculinidades que se desenvolveram nesses microcosmos predominantemente homossociais. Para isso, utilizo como principal documentação a obra *A General History of the Pyrates*, publicada pela primeira vez em Londres, maio de 1724, sob o título “*A General History of the Robberies and Murders of the Most Notorious Pyrates, and Also Their Policies, Discipline and Government, from Their First Rise and Settlement in the Island of Providence, in 1717, to Present Year 1724*”. Especificamente, utilizo a edição em inglês de 1999, editada por Manuel Schonhorn, que é uma transcrição da edição inglesa de 1726 do primeiro volume desta obra. A obra consiste em um conjunto de histórias de piratas que atuaram no Atlântico durante a chamada Era de Ouro da Pirataria. A obra conta com diferentes documentos, como transcrições

de julgamentos de alguns marinheiros que atuaram ao lado dos capitães piratas, proclamações, legislações e registros de tripulações. Neste trabalho apresento uma contextualização sobre o fenômeno da pirataria e suas relações com o gênero e em seguida proponho uma análise sintética em torno da chamada *matelotage* a partir de três casos mencionado na documentação.

Matelotage e fraternidades masculinas

Para além da construção e fortificação de suas instituições oficiais em terra, os impérios modernos foram caracterizados pela extensão de seus domínios através dos oceanos, sobretudo pelo Atlântico, por meio de suas ilhas e corredores de soberania no mar, conforme Lauren Benton (2010). O domínio desses espaços perpassou pelo conhecimento das rotas comerciais, marés e corredores de barlavento, que oportunizaram conexões marítimas mais ou menos eficientes do ponto de vista imperial. Por essa razão, as monarquias ibéricas, Holanda, Inglaterra, França e outros Estados mobilizaram suas forças marítimas por meio de disputas pelo conhecimento técnico de navegação e pelo domínio político e comercial do ultramar. Neste jogo, essas disputas não se limitaram às ações oficiais, corporificadas na figura de agentes dos impérios. A criminalidade, materializada por meio da predação marítima praticada por corsários e piratas, foi utilizada de maneira estratégica como recurso para minar os impérios inimigos.

Neste cenário, entre a segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, grupos de piratas e bucaneiros que efervesceram pelo Atlântico diluíram progressivamente seus vínculos, antes estreitos, com uma coroa específica e passaram a agir em benefício próprio. Utilizando conhecimentos de navegação e legislação a seu favor, consolidaram o que hoje conhecemos como a Era de Ouro da Pirataria. Esses indivíduos, geralmente provenientes de classes subalternas, desenvolveram formas de organização e configurações culturais próprias, conceituadas por Linebaugh e Rediker (2008) como *hidrarquia*, o oposto complementar da força oficial institucional, o Estado marítimo. O ponto central dos autores em *A Hidra de muitas cabeças* (2008) é apresentar as ideias que circulavam pelo Atlântico inglês através de diferentes agentes, as quais, ao longo do tempo, deram origem a diferentes formatos de uma mesma classe trabalhadora multinacional, multiétnica e multicultural.

Sob essa perspectiva, os autores (2008, p. 157) argumentam que a pirataria moderna teve origem na oposição entre o Estado marítimo e a *hidrarquia*, isto é, entre o domínio imperial pelos oceanos e as atividades ilegais dos piratas, que agiam contra as coroas. Os grupos de piratas que circularam pelo Atlântico nos séculos XVII e XVIII, portanto, eram compostos majoritariamente por ex-trabalhadores das marinhas oficiais ou ex-corsários que se organizavam em benefício próprio, formando uma estrutura de organização particular. Dessa

forma, unindo sua experiência em navegação com a coesão baseada em respeito, igualdade e afetividade, os trabalhadores marítimos passaram a se organizar em grupos independentes das coroas e a atuar nos oceanos de maneira ilegal diante das jurisdições imperiais. Na hidrarquia, embora o capitão tivesse a autoridade final em batalhas, ataques e saques, sua posição dependia do acordo da tripulação, pois era eleito por votação (Linebaugh; Rediker, 2008, p. 175). Em casos de covardia, crueldade ou até mesmo excesso de amabilidade e cavalheirismo, a tripulação tinha a liberdade de destituir o capitão e eleger outro em seu lugar (Maxwell, 1999, p. 80). Além disso, o saque obtido era dividido de forma razoavelmente igualitária, e havia indenizações para aqueles que sofriam ferimentos, perdiam membros em batalha ou eram mortos, sendo que a indenização era destinada aos seus familiares (Linebaugh e Rediker, 2008, p. 175).

Dentre os produtos e ideias que circularam pelo Atlântico, também se propagaram os costumes e as organizações sociais orientadas pelas relações de gênero⁴²³, que se somaram à construção de relações e trocas entre os sujeitos. Como sugere Sarah M.S. Pearsall, observar outras facetas dessas conexões, para além da perspectiva das políticas institucionais ou internacionais, permite compreender a complexidade da História atlântica: “Em parte, há uma necessidade de tornar a História atlântica mais do que simplesmente a história do império em uma nova roupagem”⁴²⁴ (Pearsall, 2009, p. 151, tradução nossa). A autora ainda enfatiza que o gênero foi peça-chave não apenas para a formação do mundo atlântico britânico, mas também das derivações dessas conexões: “A adoção de uma abordagem atlântica para a história do gênero ilumina tanto a história do gênero quanto a história do mundo atlântico britânico” (Pearsall, 2009, p. 153, tradução nossa).⁴²⁵

A ideia de gênero carrega consigo diferentes interpretações que buscam abordar as várias camadas envolvidas nas relações que ela abrange. Uma delas é a masculinidade, ou as masculinidades.⁴²⁶ No Atlântico moderno, o termo “homens do mar” tinha razão de ser: um fator que uniformiza aqueles que se arriscavam na pirataria era o fato de que eram homens. Dentre os diferentes desdobramentos das relações de gênero neste cenário, neste trabalho trago ênfase as relações de *matelotage*. A primeira menção ao termo é encontrada na primeira grande

⁴²³ Aqui entende-se gênero de acordo com Joan Scott (1999), isto é, uma categoria de análise histórica.

⁴²⁴ No original: “*In part there is a need to make Atlantic history more than simply imperial history in a new guise.*” (Pearsall, 2009, p. 151)

⁴²⁵ No original: “*Adopting an Atlantic approach to the history of gender illuminates both the history of gender and the history of the British Atlantic world.*” (PEARSALL, 2009, p. 153)

⁴²⁶ Masculinidade é entendida aqui conforme propõe Reawyn Connel (2000), uma configuração da prática de gênero.

obra sobre pirataria moderna: *Piratas e Bucaneiros de la América*, de Alexander Oliver Exquemelin (1681). Exquemelin escreve que:

Todos [os piratas] tienen por costumbre de buscar un Camarada ô Compañero, poniendo todo lo que posséen en beneficio recíproco, haziendo una escriptura de contrato, tal, como ellos acordaron: algunos constituyen al sgundo viviente heredero delloque queda despues de la muerte del primero; otros à su Muger legitima, si es casado, y otros à sus Parientes: hecho esto, cada uno vâ a su exercicio, aplicansose á uno de los tres propuestos (Exquemelin, 1681, p. 50.)

Isto é, o autor dá a ideia de que piratas firmam uma espécie de contrato com um companheiro escolhido através do qual se estabelece uma relação de reciprocidade e garantia de que em caso de morte de um deles, o outro dará o destino desejado aos seus bens. O registro da matelotage enquanto contrato pode ser observado no caso de Francis Hood e John Beavis (Fox, 2013, P. 99). Os marinheiros Francis Hood e John Beavis (Fox, 2013, P. 99) oficializaram seu acordo em Fort Dauphin, Madagascar em 1699 que designava “que ouro, prata ou qualquer outra coisa irá para o homem sobrevivente, caso o outro morra no mar” (Keegan, 2021, P. 4. Tradução nossa).

Para compreender as nuances desse vínculo, bem como a necessidade de seu estabelecimento é preciso considerar o contexto violento e de vulnerabilidade no qual estes sujeitos viviam seu cotidiano. O empreendimento de saquear em alto mar, batalhar corpo a corpo e viver na ilegalidade em alto mar, era por si só violento. Benerson Little (2005, p. 88), enfatiza que “*a ship at sea was a dangerous place to work and live, even when activities were limited to the mundane*”, isto é, o navio era um local perigoso tanto para o trabalho quanto para a própria vida. Constante era o risco de afogamento, assim como as lesões térmicas, seja a insolação, seja a hipotermia. A dieta deficiente trazia consigo as doenças causadas pela falta de nutrientes, como o escorbuto, acompanhadas de malária e febre amarela. A morte por doenças ocasionadas por essas condições era tão comum quanto por batalhas ou acidentes. A máxima de Rediker (1989, p. 5) “*between the Devil and the Deep Blue Sea*” resume bem o cotidiano dos proletários marítimos do período. O autor (Rediker, 1989, p. 5) enfatiza que a vida no mar não era embebida apenas pela tensão entre homens e natureza, mas, além disso, pelo conflito homem contra homem, uma vez que o navio era um empreendimento cooperativo, coletivo e hierárquico.

Nesse cenário, ter alguém com quem contar podia significar sua segurança e até mesmo sobrevivência. Estabelecer vínculos de confiança como a *matelotage*, portanto, era fundamental. Portanto, trata-se de um ambiente de socialização homossocial e de condições hostis para a sobrevivência. Nesse ambiente, a parceria e camaradagem representaram um

recurso que trazia segurança e esperança, o que amenizava as dificuldades. Em especial, a relação conceituada como *matelotage*. Na linguagem náutica moderna, o termo se refere à habilidade de atar nós, mas também dialoga com a ideia de “colega de cama”. Considero esse conceito como se referindo a piratas homens que estabeleciam uma relação de parceria através da qual enfrentavam desafios e compartilhavam seus lucros lado a lado (Maxwell, 1999, p. 82).

Em *General History of the pyrates* identifico elementos que sugerem a presença desse tipo de relação, seja através de determinados usos do termo *mate*, seja em passagens que, mesmo sem mencionar o termo, dão a entender a presença desse tipo de vínculo. São encontradas cerca de 75 menções ao termo *mate* que incluem as seguintes variações: *mate*, *chief-mate*, *first-mate*, *second-mate*, *ship-mate*, *row-mate* e *mess-mate*. As quatro primeiras variações do termo são utilizadas em *General History* para designar uma espécie de colega marinheiro. No entanto, aqui me atento a expressão *mess-mate*. Esta última, à diferença das demais, acompanha relações específicas, isto é, não são utilizadas para se referir a qualquer colega no navio ou somente colegas que compartilham tarefas. *Samuels Johnson's Dictionary* (1755), o termo *mate* se refere àquele que navega no mesmo navio, “*One that sails in the same ship.*” O mesmo dicionário, também define a expressão *to amate*, já obsoleta em 1755, como “*to accompany; to entertain as a companion*”, isto é, acompanhar ou entreter como companhia. Os prefixos, por sua vez, surgem como forma de especificar a posição do referido sujeito no navio ou a tarefa pela qual é responsável.

Little (2005, p. 284), com base na análise de *Voyages aux Isles De L’Amerique* (1722) de Jean Baptiste Labat e *La vie des marins au Grand Siècle* (1697), de Jean Merrien, sustenta que diferente dos navios de origem inglesa, por exemplo, nos navios de origem ibérica os marinheiros não comiam em *messes*, mas individualmente, todos eles “*pretending to be gentlemen*” (Little, 2005, p. 284), isto é, fingiam cavalheirismo. De acordo com o *Samuels Johnson's Dictionary* (1755), *mess* remete a ideia de uma quantidade de comida levada à mesa: “*A dish; a quantity of food sent to table together*” enquanto aquele com quem se come na mesma mesa é referido como *mess-mate*. Na hora de dividir a mesa, as obrigações de trabalho divididas entre os pares de *mates* ficaram para trás com o fim último turno e só retornarão na próxima jornada. O momento de compartilhar a refeição entre colegas, portanto, tinha uma importância particular. Neste trabalho trago ênfase em três casos de *matelotage* mencionados em *General History* (1726) para ilustrar e compreender as formas como essa relação opera como um desdobramento das *fraternidades masculinas* (Farge, 2013). Considerando a origem da *matelotage* em microcosmos predominantemente masculinos, argumento que a construção

desses laços de colaboração também integrava o panorama das masculinidades no contexto dos navios piratas, sendo uma extensão das fraternidades masculinas (Farge, 2013).

I) O caso de Mary Read

General History (Johnson, 1999, p. 216) narra que Mary Read, sob o disfarce de homem na tripulação de John Rackman, havia se apaixonado por um colega marinheiro e passou a se aproximar do rapaz. Johnson escreve que ela e o marinheiro viraram *mess-mates*. *Todavia*, a ligação foi estabelecida antes que ele soubesse da verdadeira identidade de Read. Portanto, a estima do marinheiro foi nutrida não pela figura feminina de Mary Read, mas pelo homem que ela representava enquanto colega. Após a revelação da verdadeira identidade, as relações entre Mary Read e seu colega deixaram de ser uma amizade masculina para se tornarem um relacionamento amoroso, indicando uma mudança no tipo de vínculo orientado pelo gênero. Essa transformação ressalta a *matelotage* enquanto fraternidade masculina na medida em que esse tipo de vínculo não é construído entre homens e mulheres, apenas entre pares masculinos.

II) O caso do marujo Jones

A bordo do navio do capitão pirata Bartholomew Roberts, um dos marinheiros, bêbado, insultou o capitão, que o matou com um tiro. Embora a cena tenha causado uma comoção geral nos marinheiros, um marujo chamado Jones, descrito por Johnson (1999, p. 282) como “*a brisk active young Man*” se enfureceu mais que os outros: ele era o *mess-mate* do marinheiro morto. Jones estava em terra buscando água para seu navio e soube da morte do camarada quando retornou. Johnson narra que sua revolta foi suficiente para uma entrar em uma briga corporal com seu capitão. Em função da briga, Jones foi sentenciado a receber duas chicotadas de cada membro da companhia, entretanto, essa punição não foi suficiente para acalmar sua raiva pelo camarada morto e ele articula um motim, sem sucesso (Johnson, 1999, p. 282).

III) Os casos do marujo George Wilson

Wilson fez parte da tripulação de Bartholomew Roberts. Em seu julgamento por pirataria, uma das testemunhas, William Darling, aponta que tentou se tornar *mess-mate* de Wilson e que recebeu uma negativa: “*he [Darling] presently swore he [Wilson] should be his Mess-Mate, to which Wilson reply'd, he hop'd not, he had a Wife and Child, which the other laughed at.*” (Johnson, 1999, p. 338). Compreendo, portanto, que o fato de Wilson ser casado e ter filhos justifica sua impossibilidade de se tornar *mess-mate* de Darling, que ri desse argumento. Não é possível afirmar com certeza a razão do riso de Darling. Entretanto, a ideia

de Wilson de que não se pode viver o matrimônio e a *matelotage* simultaneamente sugere a importância e profundidade dessa relação que não apenas equipara ao matrimônio, mas que, de acordo com a perspectiva de Wilson, não pode coexistir com ele.

Outro testemunho no caso de George Wilson ilustra o papel da hierarquia no estabelecimento da *matelotage*. As testemunhas indicaram que Wilson e o capitão Roberts eram particularmente íntimos e que o marinheiro possuía grande admiração pelo capitão. Todavia, o subordinado não desempenhava suas tarefas no navio corretamente. A preguiça de Wilson lhe rendeu muitos inimigos, inclusive seu capitão. Johnson narra que após Wilson se recusar a ajudar um marinheiro ferido a se vestir, Roberts ameaçou retirar suas orelhas (Johnson, 1999, p. 338). Esse caso ressalta a importância da confiança e da reciprocidade para a *matelotage*. Wilson não cumpre sua parte nas tarefas, não se mostra confiável enquanto *mate* e, portanto, não se estabelece o vínculo de reciprocidade característica da *matelotage*.

Considerações finais

Quando compreendemos o grupo homens piratas frente ao grupo mulheres, percebemos que os primeiros, mesmo transgredindo as normas socio-econômicas no tocante ao comércio, estabelecendo sua hidrarquia e levantando sua bandeira negra, não fugiam das normas sociais quando se trata de sua posição frente às mulheres. O convés e as tavernas portuárias faziam a vez das ruas, praças e feiras onde os homens populares do início dos setecentos viviam seu cotidiano embebido por violência e fortaleceram suas amizades. Por mais moralmente condenável que fosse o comportamento dos piratas, eles ainda operaram como agentes da construção da hierarquia de gênero que caracteristicamente emergiu na idade moderna. O estabelecimento de fraternidades masculinas, a violência e o poder exercido frente às mulheres encontradas nas regiões portuárias ilustram muito bem esse papel.

Ser um homem em alto mar não era muito diferente do que em terra: é preciso não apenas se identificar frente à sua alteridade, mas se reafirmar frente aos seus iguais. Por mais afastados da ordem oficial e apesar de sua posição extremamente marginal frente ao império, apesar das votações, dos debates coletivos, das divisões de butim, e das previdências sociais, as configurações de gênero que se desenhavam no interior do continente das metrópoles se esticavam até aqueles que estavam mais distantes dele. A violência, a habilidade no trabalho, a racionalidade e a bravura, em oposição a delicadeza, as paixões e a vida doméstica marcaram a masculinidade dos homens piratas do século XVIII. Como Mackie já indicava, até aqueles que mais se afastam das normas sociais tendem a existir conforme a hierarquia de gênero os delinea e garantir sua manutenção.

Referências

Fontes

Alexander Oliver EXQUEMELIN. **Piratas de la America: y luz à la defensa de las costas de Indias Occidentales**. 1681. John Carter Brown Library. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em:
<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:580028/>>**

Charles JOHNSON. **A General History of the Pyrates**. Edição: Manuel Schonhorn. Nova York: Dover Publications, 1999 [1726].

Bibliográficas

CONNEL, Raewyn. **Masculinities**. 2ª Ed. Los Angeles: Califórnia Press, 2005.

CONNEL, Raewyn. **The men and the boys**. 1ª Ed. Sidney: Allen & Unwin, 2000.

FARGE, Arlette. **Virilidades populares**. In: CORBIN, Alain; COURDINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). História da virilidade. (1. A invenção da virilidade, da antiguidade às Luzes). Petrópolis: Ed: Vozes, 2013. p. 495-523.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Sao Paulo: Ed. Elefante, 2017

FOX, Edward Theophilus. **Pirate articles**. In: **Piratical Schemes and Contracts: Pirate Articles and Their Society 1660-1730**. 2013. Tese de doutorado em Philosophy in Maritime History. University of Exeter. Londres, 2013. P. 45-90.

JOHNSON, Samuel. **A Dictionary of the English Language**. YOUNG, Beth Rapp; LYNCH, Jack; DORNER, William (et. al.) (eds.), Orlando: 2021. Disponível em:
<https://johnsonsdictionaryonline.com>.

KEEGAN, Nicole, "**Men and Matelotage: Sexuality and Same-Sex Relationships within Homosocial Structures in the Golden Age of Piracy, 1640-1720**". Undergraduate Library Research Awards. 2. Loyola Marymount University, 2021. Disponível em:
https://digitalcommons.lmu.edu/ulra/awards/2021/2?utm_source=digitalcommons.lmu.edu%2Fulra%2Fawards%2F2021%2F2&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages. Acesso em 06 jun 2023.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **Hidrarquia: marinheiros, piratas e o Estado marítimo**. In: **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LITTLE, Benerson. **The sea rover's practice: pirate tactics and techniques, 1630-1730**. 1st ed ed. Washington, D.C: Potomac Books, 2005.

MACK, John. **Ships as societies**. In: **The sea: A cultural history**. 1ª Ed. Londres: Reaktion Books, 2011. p. 136-165.

MACKIE, Erin. **Rakes, highwaymen, and pirates: the making of the modern gentleman**

in the eighteenth century. JHU Press, 2009.

MILLER, Christopher L. Edouard Corbiere, "**Mating," and Maritime Adventure.** In: The French Atlantic Triangle: Literature and Culture of the Slave Trade. Duke Backfile. Duke University Press. 2008. p. 300-325.

MORRIS, Adam. **OF PYRATES AND PICAROS: THE LITERARY LINEAGE OF CHARLES JOHNSON'S A GENERAL HISTORY OF THE PYRATES.** 2017. Thesis in Master of Arts. Faculty of the Department of English, Sam Houston State University, Huntsville, dez 2017.

REDIKER, Marcus. **Between the Devil and the Deep Blue Sea: merchant seamen, pirates and the Anglo-American maritime world, 1700-1750.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SMITH, John. **The sea-mans grammar and dictionary explaining all the difficult terms in navigation: and the practical navigator and gunner : in two parts / by Captain John Smith, sometimes governour of Virginia, and admiral of New England.** Londres: Randal Taylor, 1580-1631. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/t/text/text-index?c=eebo;idno=A60494.0001.001>.

ST 23 – HISTÓRIA DO LAZER, DO ENTRETENIMENTO E DO ESPORTE

Coordenado por Prof. Dr. João Manuel Casquinha Malaia
dos Santos e Prof. Me. Elias Costa de Oliveira

Contos de fadas: o estudo das representações morais, sociais e culturais da Europa durante a Idade Moderna (XVII – XVIII)

MONTICELLI, Andressa Alteneter

Mestranda em História – PUCRS

CAPES/PROSUC, andressa.monticelli@edu.pucrs.br

Resumo: Os contos de fadas, os quais tiveram a sua origem na tradição oral, pode-se perceber a sua relevância histórica e social, pois seria uma forma de compreender a moral de uma sociedade, como ela entendia o mundo e de como ela se organizou de acordo com os ensinamentos que estes contos tinham na sua essência e que foram repassados de geração em geração. Através desse estudo histórico, compreende-se que estas histórias repassadas durante muitos anos não são originalmente contadas para fazer as crianças adquirirem a habilidade de imaginar outros mundos, mas, sim, têm a função de impor uma ética que fora criada desde os tempos modernos e que pode ser observada ao estudá-las de uma maneira mais crítica. Ao se compreender que tais contos vieram de experiências vividas por indivíduos do passado, que tinham uma visão de mundo, e que eram transmitidas oralmente, algumas informações podem ser perdidas ou alteradas dependendo da cultura ou da era em que foram, então, contados. A proposta deste simpósio, então, visa estudar a importância histórica que os contos de fadas têm para se compreender a Europa da Idade Moderna. Além de demonstrar a importância da literatura popular como uma fonte crucial para o entendimento do passado de uma cultura, pois se trata de um patrimônio histórico que detém um lugar de memória da Europa. Serão abordadas as origens dos contos na tradição oral delimitada a um certo grupo social, no caso o campesinato. Também se buscará explicar as transformações e mudanças que a Europa sofria durante os séculos XVII e XVIII, onde houve a necessidade de se literalizar as histórias populares para adquirir os conhecimentos socioculturais passados. Foram utilizados como fontes históricas primárias quatro contos: O Pequeno Polegar (1697) de Charles Perrault; João e Maria (1812) e Irmãozinho e Irmãzinha (1812) dos Irmãos Grimm; e A Pequena vendedora de fósforos (1848) de Hans Christian Andersen. Para esta pesquisa se escolheu as temáticas da fome, da pobreza, da família, da criança e da moral religiosa, as quais foram importantes características históricas da sociedade europeia do período moderno. Estes temas serão desenvolvidos com uma explicação histórica dos principais teóricos centrados na Idade Moderna e, em seguida, haverá uma exemplificação retirada de partes dos contos selecionados.

Palavras-chave: Contos de fadas; Europa; Idade Moderna.

Origens na tradição oral e sua eventual transformação em literatura

Os contos populares remetem ao tempo passado, a oralidade, e, por isso, que sua origem definitiva é desconhecida. Os antigos povos não tinham a mesma percepção de manter a tradição popular eternizada num papel, como o homem contemporâneo pensa, para que futuramente se conhecesse aproximadamente como os seus ancestrais se comportavam e se organizavam socialmente. Por conta disso, há ainda hipóteses de diversos pesquisadores sobre quais povoados deram a base para muitos contos populares de conhecimento geral da sociedade do século XXI. O que se acredita, através de alguns estudos, é que uma de suas bases são a mitologia celta ou grega (Falconi e Faragoé, 2015, p. 89). Durante análise de diversos textos e livros, esta constatação não parece correta por conta da sua imprecisão factual, porque como os

contos são histórias originalmente transmitidas por via oral de geração em geração, sendo recontados ao longo de anos e, obviamente, de séculos, é difícil constatar o ponto de origem em definitivo. O sentido e até mesmo elementos da narrativa podem ser alterados em comparação ao original com esta passagem de tempo. Isso é afirmado pela educadora Mayara Monteiro Ezedin de Oliveira no trecho:

Existem relatos muito antigos sobre os contos de fadas e sua presença em variadas culturas. Eles encantam milhares de gerações em diferentes países. Antes mesmo dos seus registros escritos, como conhecemos nos dias de hoje, eles eram utilizados para ajudar na formação da espiritualidade e cultura de seus povos (Oliveira, 2018, p. 17).

De acordo com as pesquisas dos doutorandos em letras e linguística Kelio Junior Santana Borges e Suzana Yolanda Machado Lenhardt Cánovas as narrativas são uma forma necessária que uma comunidade tem para organizar e preparar as futuras gerações, as quais continuarão com a cultura e as experiências passadas do povo: “Tanto em seu estágio oral quanto na posterior representação escrita, esses textos encontravam-se vinculados ao universo da criança, servindo de instrumento social de grande valor na formação individual e coletiva dos pequenos” (2016, p. 139).

Através da comunicação verbal, ou seja, por meio de uma narrativa de um adulto, os jovens adquirem conhecimentos das experiências que o personagem passa durante a sua jornada, que se parece, muitas vezes, com acontecimentos do seu dia-a-dia. Isso porque os caminhos e acontecimentos que o herói fictício percorre são como um espelho das experiências de vida do próprio contador, o que torna estas narrativas as primeiras formas de educação social das gerações mais novas. Pode-se dizer que estas experiências vividas em meio ao povo e repassados para as crianças em forma de contos são as memórias de quem passou por “acontecimentos sociais, mas não escreveu sua versão dos fatos” (Bezerra; Sampaio; Rodrigues, 2018, p.191). Por conta disso, muitas vezes quem introduz as crianças ao mundo são os mais velhos, os ditos anciões, que viveram mais tempo no convívio social e que podem criar várias maneiras criativas de contar um fato do seu passado para serem aprendidos e repassados no presente-futuro: “Quem não se lembra das histórias engraçadas, curiosas e mirabolantes que nossos pais, tios, avós, tataravós contavam ou ainda contam. Essas histórias, reais ou não, são frutos de histórias contadas por aqueles que habitaram a terra antes de nós” (Macedo, 2020, p. 3).

De acordo com a pedagoga Lara Nólío (2015), originalmente os contos não eram histórias que se direcionavam apenas para as crianças, já que como nos povos antigos a forma de se socializar e de se entreter eram através da comunicação verbal, as pessoas se reuniam em

volta de fogueiras para conversar sobre o seu dia-a-dia. Nesses encontros os indivíduos conversavam sobre acontecimentos da vida e adquiriam, assim, novas informações e estreitavam seus laços sociais. Haveria, em algum momento, um ancião que transmitiria seus conhecimentos e perspectivas de vida a quem quisesse ouvir. Muitas narrativas eram ali criadas pelos anciões sobre um pretexto de ensinar e passar adiante os rituais, tradições, aprendizados ancestrais e as suas práticas cotidianas de uma maneira que prendesse a atenção de todos, independentemente da idade.

Durante séculos, os contos populares fizeram parte de momentos coletivos, direcionados a pessoas de todas as idades. Os contadores de histórias retratavam um mundo brutal, repleto de perigos e crueldades, sem nenhuma intenção de esconder a verdadeira mensagem com a utilização de símbolos (Nólio, 2015, p. 10).

O jeito, as expressões e as figuras criadas pelos mais velhos são aquilo que traz o diferencial para a narrativa e, conseqüentemente, fixa a atenção de todos. Apesar de certos personagens serem fantasiosos, podendo fugir da realidade, estas invenções estimulam as pessoas a ponderarem sobre a lição que estava encoberta sob o manto do imaginário. O que despertava o interesse delas em ouvir e absorver o conhecimento ali contido. A assimilação que tanto os adultos quanto os pequenos fazem da jornada do herói, que se parece com as situações pelas quais eles vivem no seu cotidiano, os ajuda a saber como se comportar em grupo, o que não se deve fazer em sociedade, o que é o certo e o errado, ou seja, aprender a moral e organização social de sua época. Este estudo compartilha da mesma linha de raciocínio que o da educadora Gêssica de Sousa Macedo (2020), porque ela afirma a importância para as novas gerações de se entender o mundo através dos contos que vão lhe ensinando, de uma maneira mais gradual e fácil, como tudo funciona:

Como resultados, pode-se perceber que os contos de fadas vão além de meras histórias infantis, é um meio que possibilita ao público infantil uma compreensão da realidade, compreensão essa que o mundo dos adultos apenas não lhes possibilita, pois os contos de fadas revelam intrinsecamente respostas e até mesmo soluções aos conflitos infantis (Macedo, 2020, p. 2).

Obviamente que os contos são para todos, porém quem mais fica impressionado com as figuras e situações ali criadas são as crianças. Os jovens iriam se identificar com as adversidades que a história mostra, além também da própria solução para os problemas da vida que podem ser percebidos nos contos. Ao extrair as informações contidas, os pequenos acabam por perceber uma forma de se lidar com a realidade, utilizando o raciocínio que aprendeu com a solução descrita na narração. Essa tradição oral é uma forma com que uma sociedade expressa

o seu passado e a sua cultura, podendo fazer com que consigamos reimaginar o modo como os antigos povos se comportavam e compreendiam o mundo.

[...] além de servir como um elemento comunicativo, a oralidade também funciona como elemento essencial à cultura de um povo, visto que, ao falar, a pessoa esboça, no seu discurso, as suas crenças, os seus hábitos, seus costumes, ou seja, sua cultura. Isso posto, pensa-se em literatura oral como aquela literatura que não possui registro escrito, mas que é passada de geração em geração, pela forma mais antiga de disseminar o conhecimento que é a fala (Eulálio e Pinheiro-Mariz, 2019, p. 73).

Por mais que esta fonte histórica não seja muito exata por se tratar de uma história ancestral passada de geração em geração através da oralidade, a qual pode haver alterações por conta do tempo e do espaço em que foram contadas, há a possibilidade de ser uma espécie de ajuda para explicar algumas lacunas que a história escrita deixa. Em alguns momentos da história passada queremos saber como as pessoas reagiam a certos acontecimentos, (como doenças, mudanças das estações, guerras, dificuldades econômicas, entre outros) o que a fonte escrita muitas vezes não têm informações sobre. Muito porque a função dos documentos escritos era de passar o que aconteceu de uma maneira mais geral, objetiva e factual, e não sentimental e individual. Esta tradição oral pode proporcionar novos conhecimentos, pois é uma fonte com base a transmissão vocal dos fatos de um determinado período passado. A função desta tradição para a disciplina de História, segundo Verena Alberti, é de descrever uma parte do passado de uma época específica, mas que pode sofrer com mudanças nas informações pois: [...] como sua forma de transmissão é oral, para que se atualizem e se manifestem, precisam do momento, da contingência, que irá influir na sua manifestação, pois é o momento que determina, em grande parte, para que e como algo é narrado” (2005, p. 17).

Portanto, seguindo a mesma argumentação de Alberti, a tradição oral pode ser utilizada até um certo ponto pois, como já fora mencionado anteriormente, se trata de uma forma de transmissão de informações através da fala que pode mudar dependendo de qual objetivo e época a qual se sucedeu. Para se considerar confiável tal meio para se obter conhecimentos populares do passado, é preciso uma minuciosa análise para averiguar a sua veracidade com relação a possível época, lugar e grupo social que se retratava. Logo, os contos são exemplos de como há uma necessidade de confirmar os fatos descritos em seu enredo, porque estes objetos de estudo histórico não são imutáveis, dependem do momento, local e intenção do contador para permanecerem idênticos a sua versão original ou não. O método para se averiguar estes objetos de estudo para os historiadores é a busca de informações vindas de outros materiais, normalmente de fontes escritas (como os mitos por exemplo), que sejam do mesmo

período e possível segmento social que confirmem total ou parcialmente os fatos. Como é explicado pela estudiosa Adriana G. Piscitelli:

Preocupados com a confiabilidade destas informações, levam a sério os problemas apresentados pela qualidade retrospectiva da memória e submetem o material ao conjunto habitual de regras de evidência histórica: consistência interna e externa, confirmação através da consulta a outras fontes, consciência do “bás” potencial, etc. (Piscitelli, 2005, p. 150).

De acordo com Marie-Louise von Franz (1990), as histórias que são contadas ao longo dos tempos podem, sim, sofrer diversas alterações, porém seu objeto central não será deteriorado por causa disso. Os acréscimos a narrativa, como vestimentas mais detalhadas ou acontecimentos que podem variar de acordo com a versão, são formas de enriquecer o conto, sem que haja uma fuga da sua função de transmitir ensinamentos. Essa explicação de Franz é cabível, ainda mais quando ela dá um exemplo de como um boato sobre um moinho que funcionava em uma região da Suíça foi abandonado e continuava lá deteriorado, porém a história de como ele acabou assim tem diversas versões. Ela afirma que não se sabe bem o que levou ao abandono daquela construção e, por conta disso, criaram histórias fantasiosas sobre assombrações e assassinatos naquele local. Os boatos que se espalharam foram se sobrepondo ao ocorrido, mas o que se continuou igual em todas as versões foi que o moinho, o cerne da história, ali funcionava e fora abandonado

Se pararmos para analisar, os contos podem ser assim formados, através de boatos que vão adquirindo cada vez mais conteúdo e sofrendo mudanças ao longo dos anos, e que ficarão inseridos na memória coletiva de uma sociedade. O que se fala sobre algo que ocorreu a alguém ou lugar em uma comunidade, um dia pode se tornar um conto ou uma lenda, mantendo viva, assim, as experiências passadas. Podemos compreender porque povos primitivos agiam de certa maneira, ao se estudar e interpretar a visão de mundo que era mostrado nas narrativas locais. Este modo de se comportar, vindo da moral social inserida nos contos, era originário de uma relembração de experiências vividas por algumas pessoas, mas que ficou inserida na memória coletiva por conta da oralidade. Isso é melhor explicado no trecho de Franz:

Nas sociedades primitivas, praticamente nenhum segredo é guardado; então essa experiência é sempre comentada, ampliando-se por outros temas folclóricos existentes que a completam. Então ela se desenvolve tanto quanto um boato. Tais invasões do consciente coletivo no campo de experiências de um único indivíduo, provavelmente, de tempos em tempos criam novos núcleos de histórias e mantêm vivos os materiais já existentes (Franz, 1990, p. 31).

O estudo do conto de fadas não é só importante para sabermos como uma única sociedade se comportava, mas também para sabermos de outras culturas. Isso porque a

“linguagem dos contos de fadas é internacional” (Franz, 1990, p. 35), ou seja, toda espécie humana tem em sua base cultural a criação de histórias que falam do seu cotidiano e como o mundo funciona. Uma vez que um fato acontece em um país, como um assassinato entre irmãos por exemplo, pode igualmente ocorrer em outro. O que podemos tirar de proveito disso, historicamente falando, é como uma cultura vai contar tal ocorrido, que diferenças factuais e descritivas vão ser mostradas, quais as influências socioculturais que há em cada história que as tornem distinguíveis entre si. O cerne (no caso o fratricídio) dos contos vai ser o mesmo, mas a forma como é falado e entendido vai mudar dependendo da concepção social de cada povo. O ponto central não muda, mas os detalhes que levam a expressar isto ao longo do conto podem ser diferentes de acordo com cada orador, pois ele irá introduzir elementos de sua sociedade, variando entre figuras de linguagem, expressões, moral social, vestimenta, costume, entre outros. Como é explicado no trecho:

[...] consideramos que os contos constituem uma criação coletiva, dado que cada contador introduz inevitavelmente pequenas alterações, que são as marcas da identidade cultural de quem conta, impregnada de sentimentos e visão de mundo, dando ao conto um caráter universal, por tratar de temas relacionados à condição humana, e ao mesmo tempo particular, por carregar as marcas individuais do contador que o reproduz (Bezerra, Sampaio e Rodrigues, 2018, p. 203).

A narrativa, em geral, é feita e destinada a um certo público, e o conto não é diferente, pois eram feitos para os indivíduos de uma certa comunidade ou grupo social (caçadores, lavradores, tecelões etc.). Contudo, diferentemente da sua versão compilada, as histórias orais não tinham um autor específico que a criou. A justificativa pode ser vista na sua natureza mutável, pois com o passar do tempo a cultura e o modo de entender a vida de um povo vão sendo alterados. Logo, quem adquire a autoria acaba sendo o nome do próprio povoado ou grupo ao qual o conto fora ouvido pela primeira vez e que faz parte do seu repertório cultural. Como é constatado na afirmação “A diferença mais marcante seria o fato de que no texto oral não há um autor específico, nesse caso, a autoria é dada ao povo que o produz e o reproduz.” (Eulálio e Pinheiro-Mariz, 2019, p. 75). Como o conto tem alguns elementos de um determinado grupo ou que é lembrado por este, é comum que os historiadores o coloquem como seu criador/autor. Os contos só irão ter representações autorais quando forem escritos em compilados durante o Período Moderno.

A memória popular, de acordo com Lima (2007), podia sofrer uma alteração por conta da passagem do tempo e da intenção do narrador, fugindo um pouco da verdade do passado histórico. Então, para que se possa utilizar esta tradição oral como uma das fontes históricas para o entendimento das sociedades do passado, é necessário que ela sofra uma modificação:

ela precisa ser transcrita em papel. Com a gradativa evolução intelectual (que remete desde os tempos medievais com os monges que buscavam eternizar no papel as lendas e folclores populares de seu período) e tecnológica que a Europa passava (por conta da Revolução Industrial), se criou dispositivos, no caso a imprensa, para pôr em escrito aquilo que se falava. Por conta disso, as histórias contadas pelos camponeses sofriam modificações que condiziam com a ideologia do período ao serem literalizadas em livros, pois antes eram bem explícitos quanto a questões sexuais e de violência. Isso é afirmado por Oliveira (2018) no trecho:

Os contos de fadas, durante este período, eram repletos de um conjunto de valores que engloba um código social de conduta pública rigorosa, de uma sociedade repressiva quanto às questões sexuais, chamado de “Moral Vitoriana”. Levando-se em consideração que os conceitos de infância e de educação também não eram vigentes naquela época (Oliveira, 2018, p. 21).

Com o passar do tempo e a demanda por mais exemplares escritos, os livros começaram a se tornar populares, pois eram uma junção de palavras, frases e textos gravados em folhas de papéis que poderiam ser eternizados na História, sem a necessidade de sempre depender da memória. Como é afirmado no artigo focado na importância da imprensa, a qual deu um renascimento na cultura europeia ao modernizá-la:

[...] uma ferramenta que proporcionou mudanças sociais, políticas e psicológicas. Isso alterou todos os aspectos da cultura européia do século XV. Como instrumento de mudança, contribuiu consideravelmente para a emergência da ciência, religião, cultura e política. Contribuiu, de certo modo, para o surgimento de um novo modelo que surgia, a era moderna (Ribeiro, Chagas e Pinto, 2007, p. 30).

Foi através do desenvolvimento das cidades, que levou ao surgimento de novas tecnologias como a imprensa, e conseqüentemente a criação dos livros e fontes escritas de uma maneira mais larga. O desejo de eternizar as experiências vividas por pessoas de um local começou a crescer e, desses escritos, a busca por conhecimentos antigos também. Por conseguinte, houve a oportunidade de serem conhecidos os ensinamentos e valores morais do meio rural pelo urbano, através da transcrição dos contos em compilados literários.

No Período Moderno, muitos pesquisadores e historiadores começaram a buscar indivíduos para escrever os relatos de acontecimentos que haviam marcado a formação das províncias e regiões da Europa. A produção de compilados de escritos eram produzidos em boa quantidade para as pessoas, do meio urbano, que adquiriam mais informações de lugares distantes. Com essa busca intelectual por uma classe letrada, de acordo com Gabriela Hoffmann Lopes (2008), se propaga a literatura popular, vinda da transcrição das histórias lembradas por um povo, ou seja, da tradição oral:

A literatura oral – e folclórica – provém, portanto, da memória coletiva, indistinta e contínua; são as águas paralelas, solitárias e poderosas da imaginação e da memória popular que correm ao lado da literatura por assim dizer erudita, do pensamento intelectual letrado (Lopes, 2008, p.20).

A literatura foi o meio que permitiu o surgimento de diversos escritores de contos, os quais modificavam as histórias para amenizar certas ideias que na versão oral eram mais brutas e diretas. Bruno Bettelheim, especialista no tema da psicanálise dos contos de fadas, justifica a preocupação da sociedade moderna em se modificar ou encobrir assuntos retratados nas narrativas populares no momento em que elas se literalizavam:

Infelizmente, alguns modernos rejeitam os contos de fadas porque aplicam a essa literatura padrões que são totalmente inapropriados. Se tomamos essas histórias como descrições da realidade, então elas são efetivamente revoltantes sob todos os aspectos – cruéis, sádicas e outras coisas mais (Bettelheim, 2020, p. 221).

Com essa alteração das versões originais, acabou-se por mudar aspectos dos contos, no sentido de autoria e de público alvo. Por conta disso, as histórias que antes eram a criação de um povo, por não se saberem quem era o narrador que as originava devido a oralidade, passam a ter autoria de alguns indivíduos burgueses. Entre os mais conhecidos destes autores europeus foram Charles Perrault, Jacob e Wilhelm Grimm e Hans Christian Andersen, os quais reuniam relatos e histórias do meio popular urbano ou do campo. Segundo Mayara Monteiro Ezedin Oliveira (2018, p 21) estes intelectuais de origem popular, surgiram no contexto da Revolução Industrial, e começaram a se estabilizar na sociedade economicamente durante o século XVIII. Como eram grupos de pessoas comuns que adquiriam riquezas por conta de trabalhos realizados dentro de casa, cada membro da família começa a ter uma função no ambiente de trabalho. A obrigatoriedade de se estudar em uma escola nesse período contribuiu para separar a criança do trabalho, o que valorizou mais a importância de livros e literatura para o desenvolvimento mental e sociocultural dos pequenos. Logo, essa revolução socioeconômica contribuiu para implantar a literatura infantil na Europa do Período Moderno:

Um novo papel passou a ser desempenhado pela criança, e com isso, novas ferramentas e mecanismos de ajuda passaram a auxiliar a valorização da vida infantil. Como por exemplos, os brinquedos; os livros; a pedagogia e a pediatria. [...] Durante a escolarização das crianças, as atividades desenvolvidas passam a ter uma ordem natural e a frequência às aulas torna-se obrigatória e através de normas legais, todos os segmentos da sociedade foram obrigados a frequentá-la. Com essa atitude, as crianças que trabalhavam como operárias, nas fábricas, desocupavam seus postos para irem à escola (2018, p. 22).

Essa apropriação das histórias orais campestres e a sua transformação em literatura terá uma nova temática, a de educar as novas gerações de acordo com as normas estabelecidas por cada sociedade. Os contos franceses (Perrault), alemães (Os Grimm) e dinamarqueses

(Andersen) tiveram diferentes temas abordados. Segundo a visão de Paul Zumthor “o registro escrito das narrativas e poemas de pura tradição oral não acaba destruindo o sentido da oralidade” (Novaes; Alves, 2013, p. 495). Ou seja, o ponto central das histórias continuariam sendo o mesmo, porém haveria uma modificação de conteúdo, tido como impróprio pela moral moderna europeia, por conta de descrever agressões físicas e sexuais explicitamente. Portanto, o material mais adulto que estava nas narrativas populares é mudado, fazendo com que seja uma metáfora ou simbologias que faziam alusão a estes assuntos mais delicados. Além de que os compiladores acabavam mudando certos aspectos de acordo com a sua sociedade e moral da época, trazendo simbologias que trariam a mensagem educativa da Era Moderna.

As temáticas da fome, pobreza, relação familiar e religiosa nos contos

Os contos que retratam histórias do meio rural sempre expressam o problema da pobreza e que, conseqüentemente, trazia a fome para o personagem principal e seus relativos. Neste período da História em que se buscava cada vez mais conhecimentos para civilizar/ modernizar a Europa, sua fonte vinha das culturas e folclores originários do campesinato. Isso porque as classes camponesas tinham conhecimentos dos antepassados sendo sempre repassados em seu meio. Portanto, os compiladores de histórias populares buscavam em seu convívio e contatos sociais, histórias antigas que eram contadas por seus parentes. A falta de recursos monetários, alimentícios e de vestimentas estão muito presentes nestes contos que possibilitam descrever como era sofrida a vida no campo. No conto *O Pequeno Polegar*, escrito por volta de 1697 por Charles Perrault, tem como cenário o meio rural. A história começa descrevendo a vida de uma família que tem como base de sustento a venda de lenha que recolhiam na floresta:

Era uma vez um homem e sua mulher, vendedores de lenha, que tinham sete filhos, todos homens. O mais velho tinha dez anos, e o mais novo, apenas sete. Alguém pode se perguntar como um vendedor de lenha poderia ter tantos filhos em tão pouco tempo; mas isso era devido ao fato de sua esposa ser eficiente em seu papel e nunca trazer menos do que dois por parto. Eles eram muito pobres, e seus sete filhos os incomodavam bastante, porque nenhum era capaz de fazer por merecer o pão que comiam (Perrault, [1697] 2020, p. 297).

Ao se analisar este trecho, pode-se perceber que a vida camponesa da França, do século XVII, que está sendo descrita é a dos montanhese, mais especificamente a classe dos lenhadores. Este grupo era considerado o mais pobre dos camponeses, pois de acordo com Burke (2010) não tinha outros produtos para vender por conta do seu solo pouco fértil, pois em grande parte do ano ele estaria coberto por neve. Diferentemente dos montanhese, os lavradores tinham mais facilidade para plantar e colher nas terras, além de haver estradas de melhor qualidade para escoar os seus produtos.

A preocupação em se alimentar os filhos em *O Pequeno Polegar* era constante, pois não se tinha muito dinheiro, e se ganhavam um pouco logo gastavam tudo para alimentar as sete crianças. Isso era uma realidade social do Período Moderno, quando grande parte do meio popular vivia num estado de subnutrição crônica, causado principalmente por conta do rápido crescimento populacional e da sua demanda por comida, que ultrapassava o limite da capacidade produtiva realizada nas lavouras (Darnton, 1988, p. 40-41). Por conta disso, era comum no meio rural do século XVII o abandono de crianças nas florestas para que os pais não vissem seus filhos padecer com a falta de alimento ou não tinham coragem de matá-los para acabar com este sofrimento. Talvez, aos olhos do nosso tempo pareça desumano de se fazer, como o próprio Charles Perrault explica no conto, mas era uma forma de se lidar com esta situação de pobreza extrema, pois muitas vezes não se tinha outra. Nesse cenário de escassez de alimentos, pode-se ver que só com a modernidade há uma valorização dos jovens como alguém que se deve cuidar/proteger a qualquer custo. Com isso, percebe-se que a estrutura familiar agora não estava centrada na ideia de que todos deviam trabalhar, mas sim que cada um tinha a sua função específica: o pai (o que manda e traz a renda), a mulher (a que cuida da família e traz carinho para os filhos) e as crianças (as que vão à escola estudar e que eram o futuro da nação). O homem adulto, pai de família, continua sendo o chefe e líder do lar, mas acaba tendo que trabalhar no campo (camponês) ou na cidade (comerciante) para trazer as riquezas da família por conta própria. Já a figura da mulher, tende a cuidar dos afazeres da casa e de seus filhos, sendo o membro da família que conta as histórias fantasiosas e passa a diante os ensinamentos ancestrais e cotidianos da vida. Isso é bastante representado em vários contos populares que sempre descrevem as mães das famílias como aquelas pessoas doces e preocupadas com os jovens. Tanto no conto francês *O Pequeno Polegar* como no dinamarquês *A Pequena vendedora de fósforos* mostram duas figuras maternas distintas, mas que tem a mesma preocupação de proteger e cuidar dos pequenos. Aquelas mulheres que seguiam as normas padrões sociais de mãe (recatada, protetora do lar, esposa e bondosa) eram representadas como boas, já aquelas que não seguiam tais regras (solteiras, se sustentavam sozinhas, não tinham esposo) eram as bruxas e madrastas más das histórias. Em *Irmãozinho e Irmãzinha*, escrito pelos Irmãos Grimm em 1812, é um dos exemplos de como a sociedade europeia lidava com aquelas que não seguiam as regras pré-determinadas, ao serem descritas como maldosas e hereges, duas características associadas a aquelas que não seguem a ideia de mulher-mãe estabelecida pela Igreja católica. De acordo com Peter Burke “A cultura das mulheres não era a mesma que a dos seus maridos, pais, filhos ou irmãos, pois, ainda que muitas coisas fossem partilhadas, também existiam muitas das quais as mulheres estavam excluídas.”

(2010, p. 104). Ou seja, para certos lugares (tavernas e irmandades) e ofícios (minerador, agricultor, marinho etc.) a mulher não tinha muito espaço para atuar, e, se conseguisse, era julgada de maneiras pejorativas.

A aversão a outras pessoas e o desespero para conseguir comida, eram características daquelas regiões mais marginais e frias conforme as palavras de Burke (2010) mencionara em alguns parágrafos anteriores, podem ser vistos no conto de Charles Perrault. Na parte em que Pequeno Polegar e seus irmãos são novamente abandonados na floresta, encontram uma casinha para se refugiarem, porém descobrem que o proprietário do local é um Ogro cruel, violento e faminto por crianças:

As pobres crianças caíram de joelhos e imploraram pelo seu perdão, mas estavam lidando com um dos mais cruéis Ogros no mundo que, longe de ter qualquer pena deles, já os tinha devorado com os olhos. Ele disse à mulher que os irmãos seriam a coisa mais deliciosa de comer quando jogados em um saboroso molho (Perrault, [1697] 2020, p. 303).

A figura do Ogro pode ser uma simbologia de uma pessoa faminta e desconfiada de todos. É um ser fantasioso com a anatomia de homem, porém suas expressões faciais e partes do corpo são descritos com anomalias avantajadas. Normalmente nos contos em que aparecem, estas criaturas são descritas com características físicas e comportamentais exageradas: dentes grandes e afiados; olhos arregalados e de tonalidade selvagem; sempre famintos e sedentos por carne; bocas gigantes; corpos musculosos e grandes; narizes achatados e volumosos; entre outros. Em *O Pequeno Polegar*, Perrault acaba por descrevê-lo com tais aspectos assustadores, assimilando tais características a sua prole também:

O Ogro tinha sete filhas, todas crianças pequenas, e essas jovens ogros tinham uma aparência muito bela, porque estavam acostumadas a comer carne fresca como o pai. Porém, tinham pequenos olhos verdes, redondos; narizes aduncos; bocas grandes e dentes longos e afiados, que ficavam a uma boa distância uns dos outros. Elas ainda não eram infinitamente más; mas tinham caminhos promissores nisso [...] (Perrault, [1697] 2020, p. 306).

Ao se analisar este estereótipo exagerado de Perrault, consegue-se observar a figura dos lenhadores reclusos em suas casas na montanha. Estes indivíduos viviam em locais de mata fechada e de difícil acesso, onde as temperaturas eram frias no inverno e quase não se tinha como plantar ou encontrar comida. As míseras colheitas que se consegue retirar de suas terras não duravam todo o inverno, tendo de buscar outras formas de alimento na base da caça a animais selvagens. A tendência é que estas pessoas acabem por se adaptar a este ambiente pouco favorável, cortando lenha ou quebrando pedras para conseguirem vender o que puderem nos centros urbanos. Com a constante atividade física que este meio de trabalho requer, esse grupo

tendia a desenvolver seus músculos, além de utilizar muitos agasalhos de lã para se protegerem do frio, o que os fazia ter uma aparência mais volumosa. Esta seria uma explicação para a fisionomia mais avantajada dos ogros no conto. Além de que as histórias eram contadas pelos camponeses lavradores, eles não tinham tanto contato com este outro grupo, criando histórias e imaginando como seria o comportamento deles através da representação da figura do ogro.

A imagem de um ser que acaba por ter comportamentos canibais também aparece no conto de *João e Maria*, mas ao invés de ser um ogro, era uma velha bruxa que queria comer as crianças. A descrição deste ser era relacionada também com animais, ao ter olhos vermelhos e um ótimo senso olfativo para encontrar suas presas. Mais uma vez há a representação discriminatória daqueles que viviam nos bosques e colinas, pois igual ao conto francês, a criatura maligna tem fome de carne humana.

O conto chamado *A Pequena vendedora de fósforos* escrito no ano de 1848, por Hans Christian Andersen, retrata a vida dos camponeses artistas que tentam ganhar a vida honestamente nos centros urbanos dinamarqueses. A história explica como uma menina que tinha o ofício de comercializar fósforos numa cidade, durante um inverno rigoroso e com muita neve, não conseguiu vender nada mesmo sendo honesta e boa com todos:

Era véspera de Ano-novo. Já estava escurecendo e fazia um frio intenso com a neve caindo. Mas a despeito de todo o frio, e da neve, e da noite que caía rapidamente, via-se uma menininha descalça e de cabeça descoberta.
[...] Levava no avental velhinho uma porção de pacotes de fósforos. Tinha na mão uma caixinha: não conseguira vender uma só em todo o dia e ninguém lhe dera um sequer um níquel. Assim, esmaecendo de fome e frio, ia se arrastando penosamente, vencida pelo cansaço e desânimo (Andersen, [1848] 2020, p. 313).

Referências

- ALBERTI, Verena. **Tradição oral e história oral:** proximidades e fronteiras. *História Oral*, [S. l.], v. 8, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/113>>. Acesso em 16 mar 2022
- ANDERSEN, Hans Christian. *A Pequena vendedora de Fósforos*. In: AVILA, Marina *et al.* **Contos de fadas em suas versões originais**. 3ª ed. Editora Wish. São Paulo. 2020. pp. 312-17.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Trad. Arlene Caetano. 40ª ed. Paz & Terra. Rio de Janeiro/São Paulo. 2020. pp. 215-234
- BEZERRA, Keutre Gláudia da Conceição Soares; SAMPAIO, Maria Lúcia Pessoa; RODRIGUES, Lílían de Oliveira. Memória e identidade na literatura de tradição oral. **Palimpsesto: Revista do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras**. UERJ. Dossiê. n. 27, ano 17. 2018, pp. 189 -204. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/3838>> Acesso em 14 mar 2022.

BORGES, Kelio Junior Santana; CÁNOVAS, Suzana Yolanda Machado Lenhardt. O conto de fadas moderno: a atualização do gênero na obra infanto-juvenil de Marina Colasanti. **FronteiraZ. Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados Em Literatura E Crítica Literária**, (17), 137–154. 2016. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/28872>>. Acesso em 11 ago 2021.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. Denise Bottmann (trad.). Companhia de Bolso. 2010. Disponível em:

<<https://www.portalconservador.com/livros/Peter-Burke-Cultura-Popular-na-Idade-Moderna.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2022

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**, e outros episódios da história cultural francesa. Sonia Coutinho (trad.). Editora Graal. Rio de Janeiro. ed. 2, 1988. Disponível em: <<https://carnica221.files.wordpress.com/2014/09/o-grande-massacre-de-gatos-e-outros-episodios-da-historia-cultural-francesa-robert-darnton.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

EULÁLIO, Marcela de Melo Cordeiro; PINHEIRO-MARIZ, Josilene. A literatura de tradição oral e questão da autoria. In: III Colóquio Nacional de 15 de outubro, v. 5, n. 3, Campina Grande. **Anais Eletrônicos**. Paraíba: Universidade Federal de Campina Grande, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/issue/view/41/showToc>> Acesso em 24 mar. 2022

FALCONI, Isabela Mendes; FARAGO, Alessandra Corrêa. **Contos de fadas: origens e contribuição para o desenvolvimento da criança**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro. São Paulo, 2 (1): 85-111, 2015. Disponível em: <<https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200330.pdf>>. Acesso em 25 out. 2021.

FRANZ, Marie-Louise von. **A interpretação dos contos de fadas**. 1ª ed. Editora Paulus. São Paulo. 1990.

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. Irmãozinho e Irmãzinha. In: AVILA, Marina *et al.* **Contos de fadas em suas versões originais**. 3ª ed. Editora Wish. São Paulo. 2020. pp. 350-59.

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. João e Maria. In: AVILA, Marina *et al.* **Contos de fadas em suas versões originais**. 3ª ed. Editora Wish. São Paulo. 2020. pp. 202-13.

LIMA, Gercina Ângela Borém.. A transmissão do conhecimento através do tempo: da tradição oral ao hipertexto. In **Revista Interamericana de Bibliotecologia**. Jul.- Dez., vol. 30, n. 2, p. 275-285. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v30n2/v30n2a13.pdf>> Acesso em 24 mar. 2022.

LOPES, Calita Leticia da Silva; GONÇALVES, Pablo Rodrigo; BORDIGNON, Josiane. Os contos de fadas na construção de valores na educação infantil. In. **Revista Ensaios & Diálogos**. Rio Claro. v. 11, n. 1. p. 97-117. Jan/dez. 2018. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dTdeRUGJd60J:https://intranet.red eclaretiano.edu.br/download%3Fcaminho%3D/upload/cms/revista/sumarios/824.pdf%26arquivo%3Dsumario5.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 30 nov 2021.

MACEDO, Gêssica de Sousa. A influência dos contos de fadas na construção da personalidade da criança. **Anais**. In. VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Edição Online. Realize Editora. Campina Grande. out. 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA9_ID6160_24092020114729.pdf>. Acesso em 18 mar 2022.

NÓLIO, Lara. **Contos de fadas: do imaginário às fronteiras da realidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/139575/000990553.pdf?sequence=1>> Acesso em 18 jun. 2021.

NOVAES, Claudio Cledson; ALVES, Paula Rubia. Performance e poética da oralidade, segundo Paul Zumthor. **fólio - Revista de Letras**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3386>>. Acesso em 28 mar 2022.

OLIVEIRA, Mayara Monteiro Ezedin de. **Contos de fadas e o desenvolvimento da imaginação**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Educação como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/MAYARAMONTEIROEZEDINDEOLIVEIRA.pdf>>. Acesso em 30 nov 2021.

PERRAULT, Charles. O Pequeno Polegar. In: AVILA, Marina *et al.* **Contos de fadas em suas versões originais**. 3ª ed. Editora Wish. São Paulo. 2020. pp. 296-311.

PISCITELLI, Adriana G. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 1, p. 150–200, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1683>>. Acesso em 18 mar 2022.

RIBEIRO, Gerlaine Marinotte; CHAGAS, Ricardo de Lima; PINTO, Sabrine Lino. O renascimento cultural a partir da imprensa: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV. In: **Akropolis**, Umuarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 29-36, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/1413/1236>> Acesso em 24 mar. 2022.

“Canta que sai gol!”: A tradição oral em busca de um pertencimento platino nas *barras* gaúchas

OLIVEIRA, Elias Costa de

Mestre e Doutorando em História/UFSM; professor da rede básica do Rio Grande do Sul
eliascostaiff@gmail.com

Resumo: A história do presente e passado de uma torcida organizada pode ser transmitida oralmente. Os cânticos evocam memórias coletivas de vitórias da equipe ou vitórias da própria torcida. O passado compartilhado através de canções e oralidades coletivas, transmitem valores para os integrantes mais novos (re) afirmarem identidades que devem ser travestidas e cumpridas socialmente pelos membros da torcida. A análise das fontes orais- músicas das torcidas contam histórias sobre as identidades coletivas, familiares, políticas ou raciais. Em relação às *barras* gaúchas, as canções cumprem um papel extremamente importante: afirmar uma identidade regional platina. A tradição oral desempenha uma afirmação torcedora rio-platense em oposição ao modo de torcer brasileiro. Ademais, a mescla da língua portuguesa com a espanhola, o ritmo da *cumbia* e um pertencimento de uma comunidade imaginada fazem parte dessa tradição. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender a partir das músicas cantadas pelas torcidas Guarda Popular e Geral do Grêmio, a busca por um pertencimento de uma comunidade platina imaginada, bem como a autoafirmação de uma masculinidade e uma possível força física sobre os oponentes, sendo compreendida a cultura do *aguante*. Ainda, serão analisadas as canções de duas *barras* do interior do Rio Grande do Sul, a torcida Fanáticos da Baixada da cidade de Santa Maria e da Barra do Índio do Guarany da cidade de Bagé. Como metodologia, será utilizada a análise de músicas das quatro torcidas que irão auxiliar na compreensão de transmissões do passado compartilhadas ao grupo torcedor, bem como a tentativa de compreender os signos sociais apresentados nas canções. Dessa forma, entendemos essas canções como instrumentos de fontes orais e perspectiva de uma oralidade coletiva.

Palavras-chave: Barra brava; Torcida organizada; Fronteira.

Introdução

Entre a metade dos anos de 1990 e início dos anos 2000, a sociedade brasileira foi marcada pela desigualdade social e violência, ao passo do sistema neoliberal ser o potencializador desse panorama. Assim, existiram diversos casos de negligência aos direitos humanos, a saber: Massacre do Carandiru em 1992; Chacina da Candelária, em 1993; Chacina de Vigário Geral, no mesmo ano; Massacre de Eldorado dos Carajás, 1996; consolidação de grupos paramilitares no Rio de Janeiro, assassinato do indígena Galdino Jesus dos Santos, o índio Galdino, por jovens brancos de classe média alta em 1997; aumento dos homicídios nas periferias de São Paulo no qual evidências apontavam para ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), como catalizadora das mortes (Toledo, 2012).

A partir desse panorama podemos compreender que esse período foi extremamente violento. Dessa forma, a violência também foi refletida dentro dos estádios brasileiros, quase que num movimento dialético. É nesse período que ocorreu a primeira briga de torcida televisada, a "Batalha do Pacaembu", protagonizada pelas torcidas do São Paulo e Palmeiras,

na final da Super Copa São Paulo de Juniores, em 1995. Cada vez mais a violência nos estádios foi se tornando mais comum, seja violência entre torcida e torcida, como policiais e torcedores.

Também ocorriam muitas brigas em torno dos estádios do Rio Grande do Sul, porém, no começo dos anos 2000, tomaram proporções que envolveram o poder público, mídia, além de mortes de torcedores. As duas principais equipes gaúchas, Sport Clube Internacional e Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, tinham grandes torcidas organizadas que estavam se envolvendo em confrontos internos e externos. No lado do Internacional, a principal torcida, a Camisa 12, não tinha boas relações com a direção do clube, no qual os dirigentes afirmavam que tinham marginais na torcida, causando desconforto entre torcida e clube (Santos; Oliveira, 2021).

Pelo lado do Grêmio, a maior torcida organizada, a Super Raça Gremista, foi “extinta” após a morte de um torcedor da própria torcida organizada. Assim, a direção do clube extinguiu todas as torcidas organizadas das arquibancadas do estádio Olímpico. Além disso, outro torcedor, agora do Internacional, foi morto, em plena arquibancada do estádio Alfredo Jaconi, a partir do lançamento de uma bomba caseira pelos torcedores do Juventude (Oliveira, 2023). Por esse motivo a direção do Juventude também suspendeu suas torcidas.

A partir de repressão, prisões sumárias e punições, aconteceu o declínio das torcidas organizadas gaúchas. Com o "vácuo" deixado pelas organizadas, surgiu um novo estilo de torcer, chamado de *barra*, mas de forma pejorativa intitulado de *barra brava*. Muito conhecida na América Latina de língua espanhola, o estilo *barra* é a cultura torcedora mais conhecida no continente, possui suas características específica: por meio do estilo musical chamado *cumbia villera*, são levados trapos (faixas com frases de apoio ao jogadores), barras e tirante (faixas verticais e horizontais que são esticadas por toda arquibancada, mostrando uma estética ímpar), instrumentos de sopro, além da famosa murga ou *bombo platillo* (Lozano, 2022).

Desta forma, as torcidas *barras* gaúchas criaram outra "roupagem" torcedora, inspirados nas *barras* rio-platenses, aboliram o uso de uniformes com nomes da própria torcida e adotaram o anonimato para torcer, utilizando somente a camisa do clube. Além dos torcedores de Internacional e Grêmio assimilarem a forma de torcer, foi assimilado os valores e criaram-se disputas de quem seria a mais *barra* entre Guarda Popular e Geral do Grêmio. A primeira *barra* foi a Geral do Grêmio, datada no ano de 2001, após integrantes antigos saírem da Torcida Jovem do Grêmio, o movimento foi se fortalecendo e trazendo elementos da cultura platina para dentro do antigo estádio Olímpico, sendo que:

A consolidação da Geral aconteceu no final de 2005, com o título da Série B, momento em que houve a cooptação de milhares de novos sócios para o Grêmio. Nesse período,

a própria imprensa os legitimou como principal torcida do Clube, já que eram colocados microfones atrás do gol para captar o áudio da torcida cantando durante os jogos. Naquele ano, a Geral do Grêmio ajudou o Clube a multiplicar o número de sócios, considerando que naquele ano ainda existia a política dos torcedores não serem vinculados à torcida, apenas sócios do time. Assim, constituiu-se uma importante campanha do time na Série B (Oliveira, 2023, p. 111).

Já a torcida Guarda Popular, foi criada em 2004, depois do setor mais barato do estádio Beira-Rio ser fechado, o setor da “Coreia”, local onde os torcedores assistiam aos jogos em pé e destinado, geralmente, para os torcedores de classe média baixa. Duas torcidas saíram da Coreia, os “Malditos da Coreia” e os “Diabos Vermelhos”, foram para o setor mais barato do estádio, chamado de setor Popular. Assim:

Após a nova configuração no estádio Beira-Rio, surgiram dois novos movimentos de torcedores: a Guarda Colorada e a Popular do Inter, de modo que cada grupo ficava em um lado do estádio. Em meados de 2004, esses grupos se uniram e formaram a torcida Guarda Popular, que se localizava atrás do gol sul do Beira Rio. O último jogo em que esses dois grupos se posicionaram em locais separados foi contra o Rosário Central, em 2005. Existiam diferenças entre esses dois movimentos, por exemplo, a Popular do Inter possuía ex-integrantes das torcidas organizadas ou indivíduos que tinham sido expulsos delas, possuindo uma característica mais relacionada com a torcida organizada. Já a Guarda Colorada era composta por estudantes e indivíduos com vivência de Beira Rio, além de ideias de barra (Oliveira, 2023, p.112).

Dessa maneira, a partir do início dos anos 2000 foi criada e se consolidou o estilo *barra* em Porto Alegre. Essa forma de torcer se espalhou pelo interior do Rio Grande do Sul e pelo Brasil. A torcida gremista foi a pioneira na assimilação da cultura torcedora rio-platense e a torcida colorada no pioneirismo de levar para o estádio os instrumentos de sopro e murga rio-platense. O que faltava para as duas torcidas era a (re) afirmação de uma cultura platina e gaúcha, assimilação da cultura imaterial e dos códigos das *barras* argentinas e uruguaias, o que foi acontecendo no decorrer dos anos.

Cultura platina, alento e o aguante: em busca dos códigos

As *barras* gaúchas buscavam a legitimação das *barras* argentinas e uruguaias, a partir de uma forma de torcer que os aproximam de tais países. Organizaram os torcedores no posicionamento nas arquibancadas, instrumentos musicais e organização hierárquica se tornaram similares às *barras* rio-platense. Além disso, de forma exacerbada, o orgulho gaúcho apareceu nas arquibancadas, com bandeiras do estado tremulando nos estádios.

As *barras* gaúchas negavam a cultura torcedora brasileira e assumiram a maneira de torcer das *barras* rio-platenses. Obviamente, existe uma proximidade geográfica do Rio Grande do Sul, com Argentina e Uruguai, existindo trocas culturais e hábitos semelhantes como o chimarrão ou o mate, como é chamado na região platina (Hartmann, 2011). O sentimento

exacerbado gaúcho, provavelmente, aconteceu na busca de uma autoafirmação e uma legitimidade enquanto uma *barra* pertencente à região platina. Na década de 1990, as torcidas organizadas já levavam bandeiras do estado, mas com as *barras* foi potencializada essa cultura.

O estado do Rio Grande do Sul faz fronteira com Argentina e Uruguai, existindo uma extensa fronteira, ocorrendo trocas sociais, econômicas e culturais, essa região é intitulada de espaço platino (Bento, 2015). Assim, existe e foi construída uma identidade de fronteira, como o ethos gaúcho ou *gaucho*, relação com os valores rurais e um desprendimento à nacionalidade (Hartmann, 2011). Nesse sentido, as populações possuem hábitos parecidos, como gírias e dialetos, roupas e posturas corporais.

Constituiu-se uma criação de uma relação imaginada, no qual os sujeitos se identificam com uma “comunidade imaginada”, compartilhando tradições, signos e códigos. Na região da fronteira aconteceu uma hibridação, promovendo mudanças socioculturais gerando novas estruturas devido ao esforço coletivo dos indivíduos (Canclini, 2003). Assim, as *barras* gaúchas reproduziram esses valores imaginados de fronteira, de região platina, como forma de legitimação do seu estilo de torcer.

Uma forma das *barras* gaúchas de se diferenciar das torcidas brasileiras foi a forma de cantar. Enquanto as torcidas organizadas possuem influência dos ritmos populares brasileiros como o *funk*, *rap*, *samba* e *axé*, as *barras* foram em direção contrária. Foram inspiradas no ritmo da *cumbia villera*. A *cumbia* é um ritmo afro-colombiano que está presente na sociedade e consequentemente nos estádios da América do Sul. É um ritmo muito popular na América Latina de língua espanhola, sofrendo alterações a depender do país (Silba, 2011). Na década de 1950, ficou conhecida por ser um ritmo afro-caribenho, em contraposição a um Caribe com ideias europeias (Alabarces; Silba, 2014).

Inspirando-se na *cumbia* e *alento*, foi uma das diferenças das *barras* gaúchas. Em relação ao *alento*, é uma expressão utilizada pelas *barras* rio-platenses para denominar sua festa na arquibancada, representando apoio o jogo inteiro, até mesmo em condições de derrotas. Do mesmo modo, outra palavra de língua espanhola que entrou no vocabulário das *barras* gaúchas foi o termo *aguante*. Essa palavra possui diferentes variações dependendo de quem fala. Mas, categoricamente é um sistema que envolve honra, prestígio e violência (Alabarces, 2012); (Garriga Zucal, 2005). Uma *barra* que possui *aguante*, é uma torcida que pode cantar o jogo todo ou ser conhecida pela violência. Ou podem ser os dois elementos em conjunto.

Outro significado da palavra *aguante* é em relação ao corpo. Como viajar para acompanhar seu time, resistir ao calor ou ao frio, enfrentar qualquer adversidade tanto pela sua equipe como pela sua torcida, relacionado a violência (Alabarces; Zucal; Moreira, 2008).

Assim, termos da língua espanhola foram assimilados nos estádios gaúchos, sendo reproduzidos pelas torcidas da Geral do Grêmio e da Guarda Popular, na busca de novos signos e códigos.

Com a consolidação das *barras* portoalegrenses, essa “platinização do torcer” se expandiu para o interior do estado do Rio Grande do Sul. Ao total, o estado possui 17 *barras* que se caracterizam por esse estilo de torcer, sendo que suas equipes estão espalhadas entre a primeira, segunda e terceira divisão do campeonato estadual (Santos; Oliveira, 2021). As duas torcidas do interior que iremos analisar as músicas juntamente com as torcidas da dupla Gre-Nal são da cidade de Santa Maria e Bagé, respectivamente as torcidas Fanáticos da Baixada e a Barra do Índio.

A tradição oral das *barras* como fonte histórica: em busca de um pertencimento platino

As músicas cantadas nos estádios remetem a experiências coletivas ou individuais, quando entoadas se fortalecem e consolidam as memórias coletivas. São perpassados ideias, memórias e valores, esses cânticos são passados de geração em geração. Para Hallbawchs (1980), a música tem um papel importante, pois muitas pessoas lembram de fatos quando cantam. Cantando coletivamente, os indivíduos criam memórias coletivas, assim os estádios de futebol se tornam catalisadores de músicas e memórias.

As músicas das *barras* gaúchas ajudaram a disseminar a forma rioplatense de torcer, já que as mesmas buscavam elementos da cultura platina para se legitimar enquanto *barras*. Assim:

Quando pensamos nas torcidas, especialmente as torcidas organizadas, ao considerarem seu próprio passado em suas canções, o fazem para mostrar que certos valores não mudam, tornando seus integrantes conscientes de suas identidades ao longo do tempo. O essencial é que as características que distinguem uma torcida das outras sobrevivam e sejam impressas no conteúdo dos cânticos. A questão da manutenção das características do grupo são um elemento importante nesta abordagem (Santos, 2021, p. 93).

A torcida Geral do Grêmio buscando formas legítimas de se torcer como uma *barra* e perpassar elementos de *barra*, cantava em espanhol, atualmente a torcida canta somente em português. A letra era: Quiero que legalize la *marijuana*/ Para fumar un *porro por la mañana*/ Quiero beber un *vino e una cerveza*/ Para tener el Grêmio en la *cabeza*/ Yooooooooo soy de Grêêêêmio Yooooooooo soy de Grêêêêmio.

Fazendo a análise da música, além da letra em espanhol, podemos verificar apologias ao álcool e drogas. Além disso, eram levadas bandeiras do estado do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai, no qual as bandeiras ficavam lado a lado. Além da cultura imaterial,

poderia ser analisada a cultura material (bandeiras lado a lado), mostrando uma integração imaginada entre as três regiões.

Outra música entoada, foi inspirada no tricampeonato da seleção argentina, da banda *La Mosca Tsé-Tsé*, com o *hit*⁴²⁷ *Muchachos, Esta Noche me Emborracho*. Na música, “Pelo Grêmio decidi viver”, a letra foi modificada, mas o ritmo foi o mesmo: Tudo o que eu já deixei, eu não olho para trás sigo sempre ao tricolor e não me arrependo jamais/ É um amor descontrolado que levo no coração não importa o que aconteça só te quero ver campeão/ Não importa o resultado são importa aonde for vou tomando o meu trago com a banda Tricolor/ Borracho, pelo Grêmio decidi viver faça tudo que puder hoje temos que vencer”.

Fazendo a análise da canção, podemos verificar que a torcida mostra seu *aguante*, afirmando que não importa o resultado, eles querem ver a equipe vencedora, tomando seu “trago”⁴²⁸ com a Banda do tricolor. O termo banda é como as *barras* se referem a bateria da torcida. Nas *barras* os ritmos são cadenciados e como poder simbólicos os líderes, geralmente, ficam ao lado banda, sendo respeitada a hierarquia do grupo (Rodrigues, 2012).

Pelo lado do Internacional duas músicas fortaleceram o sentimento coletivo de *barra*, além de trazer a memória coletiva de vitórias dentro e fora de campo. Uma das mais antigas é intitulada de “Academia do Povo”, com a seguinte letra: Academia do Povo só tem uma/ que se chama Inter essa loucura/ é um sentimento para mim uma religião/ salve Bodinho, Don Elias e também Falcão/ Vamo, Inter, Vamo Inter. Analisando a letra, a torcida compara o sentimento do clube com algo religioso, além de evocar jogadores que provavelmente poucos viram jogar. É o caso de Bodinho, jogador dos anos de 1950; Elias Figueroa e Falcão na década de 1970. Assim, cantando para jogadores que nunca viram em campo, evocam a memória coletiva de jogadores considerados ídolos pelas conquistas que tiveram pela equipe.

Outra música da Guarda Popular que nos chama atenção, foi inspirada na banda *Creedence Clearwater Revival*, com a música *Have You Ever Seen The Rain*⁴²⁹. A torcida adaptou essa música e criou a canção “Sempre Louco Atrás do Gol”. A letra: Sempre louco atrás do gol/ acendendo um do bom/ Eu vou matar um puto tricolor/Depois de me chapar e a cerveja acabar/ Eu vou matar um puto tricolor/Vamo inter, hoje temos que vencer/Dalhe ôôô. Pela análise da canção podemos observar além de apologia a drogas, a masculinidade sendo reforçada quando o maior rival é chamado de “puto”. Além de falar que irá matar esse rival.

⁴²⁷ Disponível em:// <https://www.youtube.com/watch?v=KnS2gG-1n2o>. Acesso em: 25 de jan. de 2024.

⁴²⁸ Expressão conhecida no Rio Grande do Sul como beber líquido alcoólico.

⁴²⁹ Disponível em:// <https://www.youtube.com/watch?v=u1V8YRjnr4Q>. Acesso em: 25 de jan. de 2024

Um ponto que chama atenção é o espaço geográfico onde é entoado. Na canção fala que estão loucos atrás do gol. Geralmente, as barras rioplatenses se posicionam atrás das goleiras.

No interior do estado, também foi “platinizada” essa forma de torcer. Uma das mais antigas foi a Fanáticos da Baixada, do ano de 2005. Essa torcida mescla cultura de torcida organizada com *barra*. É a torcida do Esporte Clube Internacional de Santa Maria. Em uma das músicas da torcida, foi adaptada a canção⁴³⁰ *Y dale alegría a mi corazón*, conhecida em toda América Latina pela voz de Mercedes Sosa. A letra adaptada é: Jamais vão ver/ um jogo do alvirrubro sem FB/ Sim, senhor, voltaremos pra primeira campeão/ e dale alegria de coração/ quero ver o alvirrubro ser campeão/copamos a todo lado e não abro mão/ quero jogar com raça e coração.

Analisando a letra, podemos identificar a palavra *copamos*, que não existe na língua portuguesa. As *barras* utilizam essa palavra significando que foram em diferentes estádios para ver seu time do coração jogar, mostrando que tem *aguante*. No vídeo⁴³¹ pode ser observado os instrumentos típicos de uma *barra*, como a murga, o repique além do ritmo cadenciado.

Para finalizar a breve análise, a torcida do Guarany Futebol Club, da cidade de Bagé, intitulada de Barra do Índio, também possui músicas adaptadas das *barras* argentinas. É curioso que a cidade de Bagé está distante 60 km da cidade uruguaia de Aceguá. É mais próximo ir para o Uruguai, do que ir para a capital do estado, Porto Alegre.

Outra canção muito conhecida das torcidas rioplatenses, mas principalmente pela torcida do Boca Juniors é a *Yo te sigo a toda parte a donde vás*⁴³². A Barra do Índio, adaptou da seguinte maneira: Vamos, vamos, Índio à ganhar/ eu te sigo todo parte vou te apoiar/ cada vez te quero mais. Além disso, no vídeo⁴³³, podemos identificar diversos trompetes e instrumentos metálicos, característicos das *barras*. Logo, mapeamos músicas das torcidas rioplatenses, além dos instrumentos que também foram assimilados legitimam essa forma de torcer.

Considerações finais

A proposta desta comunicação foi compreender que as canções entoadas nos estádios podem servir como fontes orais e instrumentos de compreensão de informações coletivas, que

⁴³⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AtSHbZBEpRA>. Acesso em 25 de jan.de 2024.

⁴³¹ Vídeo na página da torcida. Ver mais em: <https://www.instagram.com/p/CvqFWklN17z/>. Acesso em 25 de jan. de 2024.

⁴³² Canção disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0LwL7u9HW-o>. Acesso em 25 de jan. de 2024.

⁴³³ Disponível em: <https://www.instagram.com/stories/highlights/18037701322346654/>. Acesso em: 25 de jan de 2024.

difícilmente existiriam outros recursos de compreender o fenômeno das torcidas organizadas. As canções, entendidas como instrumento de tradições orais, são passadas de geração em geração. Os cânticos de torcidas registram elementos de importância para o grupo e elementos que devem ser desvalorizados, como os seus rivais.

Ainda, os cânticos referenciam seu passado e fatores importantes para a história do clube e da própria torcida. Em nosso trabalho, através das canções, podemos verificar que as *barras* gaúchas utilizam seus cancioneiros para reforçar o pertencimento platino em antagonismo à forma de torcer tipicamente brasileira. Seja utilizando músicas de cantores argentinos como inspirando-se nas principais *barras* argentinas e uruguaias. Ou ainda como vimos na primeira análise, a torcida do Grêmio cantando em espanhol.

Através da análise de canções, diagnosticamos que palavras que não existem no dicionário de língua portuguesa, estão nos estádios gaúchos, como as palavras, *aguante*, *alento* e *copada*. Dessa forma, as *barras* da dupla Gre-Nal como do interior do estado empregam palavras, códigos e signos das *barras* rio-platense, como forma de legitimação e assimilação da essência de uma torcida considerada *barra*.

Referências

ALABARCES, Pablo.; GARRIGA ZUCAL, J.; MOREIRA, M. V. El “aguante” y las hinchadas argentinas: una relación violenta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n.30, p.113-36, 2008.

ALABARCES, Pablo. **Crónicas del aguante: fútbol, violencia y política**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.

ALABARCES, Pablo; SILBA, Malvina. "Las manos de todos los negros, arriba": género, etnia y clase en la cumbia argentina. **Cultura y Representaciones Sociales**, v. 8, n. 16, p. 52-74, 2014.

BENTO, Fábio. Régio. O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional Sul-Americana. **Revista Conjuntura Austral**, v., n. 27 – 28, p. 40-53, Dez. 2014/Mar. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/51125>. Acesso em: 02 de jan. de 2023.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. Ed. São Paulo. Edusp, 2003.

GARRIGA ZUCAL, J. Soy macho porque me la aguanto: etnografías de las prácticas violentas y la conformación de las identidades de género masculinas. In: ALABARCES, P. et al. (Comp.). **Hinchadas**. Buenos Aires: Prometeo, 2005. p. 39-57.

HARTMANN, L. Performances culturais: expressões de identidade nas festas da fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai. **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 2, p. 233-259, 2011.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/918>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

LOZANO, John Alexander Castro. Corpo, hierarquia e formas de agir: estética, política e ética nas “barras bravas” em Bogotá. **FuLiA/UFMG**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 28-51, 2022.

OLIVEIRA, Elias Costa de. **“Pasos al costado”**: Uma história do processo de constituição das barras e a platinização do torcer no Rio Grande do Sul (2001-2011). 2023. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

RODRIGUES, Francisco. **Amizade, trago e alento**. A Torcida Geral do Grêmio (2001 – 2011) da rebeldia à institucionalização: mudanças na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

SANTOS, J. C. M; OLIVEIRA, E. C. Sou gaúcho e sou peleador?: barras bravas no Rio Grande do Sul e a hegemonia nas arquibancadas gaúchas. In: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli; Gérson Wasen Fraga; Miguel Enrique Stédile; Rafael Hansen Quinsani. (Org.). **À sombra das chuteiras meridionais: uma História Social do futebol (e outras coisas...)**. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, v. 1, p. 315-338.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. “Recordar é viver!”: cânticos de torcida, memória e fontes orais. **História Oral**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 89-104, 2021.

TOLEDO, Luiz H.; MELO, Victor A. A Torcida Brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 85-122.

Diálogos entre lazer e fronteira no espaço platino do século XIX

COSTA, Matheus Donay da
Licenciado em História, mestrando do PPGH-UFSM
Bolsista CAPES, matheus.donay@acad.ufsm.br

Resumo: Praticados no vice-reino do Prata pelo menos desde o século dezoito, jogos como o truco, a tava e as carreiras em cancha reta são algumas das mais antigas manifestações lúdicas no sul da América. Considerados muitas vezes como práticas “nacionais” na Argentina e no Uruguai, essas atividades lúdicas também assumiram popularidade no Rio Grande do Sul com o passar do tempo. Todavia, no espaço brasileiro, esses divertimentos são reconhecidos como típicos da fronteira, ainda que tenham sido incorporados à identidade regional e façam parte de atividades regulares de grupos tradicionalistas em todo o estado gaúcho. Essa correlação entre atividade lúdica e território fronteiriço chama a atenção para um diálogo possível entre os conceitos de lazer e fronteira, em que os campos de estudo possuem grande potencial para complexificar o entendimento um do outro. Ainda que o espaço de fronteira implique em limite e reconhecimento de diferenças – caso contrário, não há sentido em ser fronteira –, a análise desse tipo de espaço a partir do lazer viabiliza também a compreensão de intercâmbios culturais, sociabilidades, hibridismos culturais e sentidos compartilhados. Em uma via de mão dupla, a fronteira platina, sobretudo no século dezenove, contribui para uma análise acerca do lazer em espaços não-urbanos, um importante debate historiográfico do campo do lazer. Nesse período, os limites que aproximam o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina, consistem em pequenas cidades, com a presença marcante de rios e grandes áreas de campo aberto. Nesse espaço predominantemente rural que atravessa limites territoriais, os jogos como o truco, a tava e as carreiras foram umas das principais formas de diversão, ocorrendo em reuniões de vizinhos, em bailes e armazéns. No Rio Grande do Sul, os estudos sobre fronteira encontram-se em um estágio bastante consolidado, especialmente a respeito de temas como questões políticas, conflitos militares e relações econômicas. No entanto, quando o assunto é lazer e divertimentos, a produção ainda é bastante tímida. Assim, através dos diálogos teóricos e metodológicos entre lazer e fronteira abordados neste trabalho, o que se pretende é instigar novas possibilidades de pesquisa, que possam ser incorporadas aos estudos de ambos campos de investigação histórica.

Palavras-chave: Lazer; Fronteira; História Platina.

Introdução

Como poderíamos situar historicamente uma prática lúdica a partir de uma fronteira? Realizar esta localização no tempo, no espaço e identificar as implicações que essa fronteira impõe sobre os divertimentos não são tarefas fáceis, mesmo que essas noções sejam bastante consolidadas no imaginário popular, como é o caso de quando falamos de práticas como as carreiras em cancha reta, o jogo do osso e o jogo de truco, por exemplo, historicamente associadas à cultura fronteiriça gaúchesca.

Nesse sentido, determinadas práticas lúdicas e esportivas ganham novos contornos de interpretação quando esse elemento – a fronteira – entra no rol de análise. Até mesmo o futebol, esporte que nasceu na Inglaterra, não pode ser compreendido no Rio Grande do Sul em sua complexidade se não observarmos a influência da fronteira platina. Gilmar Mascarenhas (2014)

já havia demonstrado a importância de se olhar para o espaço fronteiriço para melhor compreender as práticas esportivas. Em *Entradas e Bandeiras: A conquista do Brasil pelo futebol*, o autor apresenta a ideia de que uma das portas de entrada do esporte inglês no Brasil se deu justamente pela fronteira oeste gaúcha. Nesse espaço, cidades como Santana do Livramento, Bagé, Pelotas e Rio Grande foram pioneiras na profissionalização do futebol no início do século XX, aos moldes de como ocorria com as equipes uruguaias e argentinas. Embora tratemos de assuntos diferentes, esse olhar atento às manifestações que ocorrem nos limites do território nacional nos inspira a entender aspectos *sui generis*, próprios desse tipo de espaço.

No caso aqui presente, em que tomamos como fio condutor as manifestações lúdicas populares do espaço platino no século XIX, a fronteira é um conceito irrevogável. Em primeiro lugar, um dos jogos de cartas mais populares até os dias de hoje no Rio Grande do Sul é o truco⁴³⁴, praticado no espaço platino desde o período colonial espanhol. O próprio tipo de baralho utilizado neste jogo, aliás, é popularmente chamado de espanhol. Poderíamos, a partir do alcance que este jogo teve, dedicar um bom tempo debatendo o papel da fronteira. Seria ela este espaço propício para o compartilhamento de atividades culturais entre diferentes territórios nacionais?

No Brasil, conhecemos pelo menos três tipos de truco: o paulista, o mineiro e o gaúcho. Desses três, apenas no Rio Grande do Sul as regras são fiéis ao jogo praticado na Argentina e no Uruguai. Sem dúvidas, sintomas de uma aproximação fronteiriça que permite conectar vivências, sociabilidades e também formar novos valores, comportamentos e idéias. (Pesavento, 2006, p. 11)

Ainda assim, convém não incorrer na tentadora ideia de que essa fronteira seria uma cancela aberta, onde sua gente viveria quase que de maneira homogênea. Pelo contrário, analisar um espaço de fronteira requer olhar apurado para identificar suas demarcações. Pensemos em outra forma de diversão para exemplificar essa ressalva.

Em 1856, o brigadeiro comandante geral das fronteiras do Rio Grande do Sul decretou a medida de proibir as carreiras em cancha reta em toda a fronteira⁴³⁵. Como justificativa, o brigadeiro buscava evitar as graves desordens que elas produziam, “principalmente entre os indivíduos dos dois países” (Brasil e Uruguai). Ou seja, uma atividade popular nessa região de

⁴³⁴ Jogo criado durante a ocupação espanhola no Vice-Reino da Prata, variação do “Truc”, trazido da península ibérica através dos colonizadores.

⁴³⁵ RIO GRANDE DO SUL, **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 1856. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&Pesq=jogo&pagfis=1125>>

fronteira não implicava necessariamente em relações amistosas entre os fronteiriços. No caso descrito, a interpretação é justamente oposta: as diferentes nacionalidades podem funcionar como demarcadores, incentivos para hostilidades e interações recheadas de tensão. Como aponta Sandra Pesavento (2006, p. 10), “trabalhar com fronteiras implica estabelecer um jogo permanente de interpenetração e conexões variadas.”

Essas conexões variadas podem ser visualizadas não apenas na cultura do jogo entre os populares, mas também nas respostas que os Estados oferecem a ele. Aqui, mais uma vez, a fronteira é um elemento decisivo. Leipnitz (2016), em sua tese de doutorado, demonstra como a criação de códigos de posturas rurais em Buenos Aires e Montevideu inspirou a legislação na cidade de Uruguaiana, em um momento de transição na economia, cercamento dos campos e acentuação das desigualdades no mundo rural. Em 1901, quando foi promulgado o Código de Posturas Rurais de Uruguaiana, o texto apresentava estrutura muito similar aos códigos platinos, incluindo até mesmo trechos idênticos. Um sintoma que escancara um contexto de disciplinarização da população nessa região de fronteira, sobretudo em relação aos ociosos, também chamados de *vagos e malentretenidos*.

Apesar da inspiração platina evidente no Código de Posturas Rurais de Uruguaiana, convém observar que esse não é um movimento de repressão que sopra unilateralmente por parte do lado hispânico da fronteira. Durante os anos de Império, a Província do Rio Grande do Sul e o Brasil como um todo também adotaram suas estratégias para coibir jogatinas, sobretudo em espaços urbanos, assunto já presente desde o código penal da República em 1890.⁴³⁶

A região de fronteira como locus do jogo

Sobre o que precisamente falamos quando invocamos o conceito “fronteira” em nossa discussão? Uma palavra que parece carregar um significado simples e de fácil compreensão em um primeiro momento, mas que também possui uma certa flexibilidade e por isso requer alguma delimitação teórica. Com frequência, utilizamos e nos deparamos com definições de fronteira que remetem à cultura, às epistemologias, às paisagens geográficas, aos limites territoriais e por aí seguem diversas possibilidades de análise em que o conceito de fronteira pode funcionar. Contudo, é justamente essa amplitude que faz com que tenhamos que delimitar de forma clara e objetiva o que se entende por fronteira. Afinal, se o conceito é utilizado de maneira irrestrita, seu significado fica à mercê de um possível esvaziamento.

⁴³⁶ O Código Penal de 1890 tipificou os jogos de azar como contravenção. As penas variavam entre multas e prisões para aqueles que mantivessem casas de tavolagem, que frequentassem espaços de jogos de azar e que tivessem seu sustento ancorado nessa prática.

No nosso caso – uma pesquisa situada no campo da História e que pensa a fronteira a partir da noção espacial – convém apontar alguns elementos que nos parecem universais. Talvez a sua característica mais evidente é que se trata de um fim e um começo de forma simultânea, de forma que seria impossível compreender a fronteira sem pensar em limites, demarcações, diferenças. Como afirma Sandra Pesavento:

A fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso, podemos ver, mesmo esta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, que o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença (Pesavento, 2006, p. 10).

Embora o reconhecimento da diferença seja uma característica intrínseca à fronteira, isso não implica em uma oposição integral e irrestrita entre as populações que dela fazem parte. Neste aspecto, a autora defende a existência do que chamou de “significados partilhados”. Assim, a fronteira também funciona como um campo de integração dos diferentes. É através dela que são possíveis as trocas culturais, os diversos tipos de intercâmbios, influências e até mesmo estratégias pessoais de sobrevivência. É através dessa possibilidade de partilhar que se torna possível a criação de meio-termos⁴³⁷ entre os fronteiriços.

Por outro lado, a depender da conjuntura, do período histórico e do cenário político, essa possibilidade de intercambiar vivências também pode ser limitada, o que nos leva a mais um fundamento importante da fronteira. Períodos de guerra, de movimentos migratórios ou de epidemias evidenciam como as fronteiras podem se abrir e se fechar conforme o contexto. Na grande maioria dos casos, o recrudescimento do controle das fronteiras passa por ações dos Estados nacionais, afinal, são neles que estão instituições de fiscalização, de poder e repressão. Contudo, seria um erro pensar que a circulação pelas fronteiras dependem única e exclusivamente do controle do Estado. Em outras palavras, seria como subestimar a capacidade das populações de se articularem em torno de uma fronteira. O trabalho de Grimson (2002) é um ótimo exemplo para pensarmos o comportamento das populações nesse tipo de espaço.

Na fronteira entre Uruguaiana e Paso de Los Libres, o antropólogo demonstra como os limites podem ser construídos a partir das próprias comunidades que habitam as margens do centro do poder estatal. Nos confins dos territórios nacionais, as pessoas criam rivalidades,

⁴³⁷ O conceito de *middle-ground* foi utilizado por Richard White para designar processos de trocas culturais entre grupos interétnicos. Neste meio-termo, os grupos envolvidos seriam capazes de absorver valores e comportamentos uns dos outros. Sandra Pesavento utiliza outro termo para designar esse movimento de criação de elementos novos a partir do contato fronteiriço: a mestiçagem.

afirmam identidades, elaboram estratégias para cruzar a fronteira e jogam com a balança do comércio, das leis e da cultura. Nesse sentido, toda a mobilização que o cruzamento da fronteira requer, por si só, funciona como um demarcador de sua existência.

Em nosso contexto, lidaremos com a ideia de uma região de fronteira – a Platina –, cujo os sentidos partilhados convergem nas práticas de lazer. Embora não se trate de um estudo cujo recorte espacial recaia sobre uma divisória política específica (como é no estudo de Grimson, entre Paso de los Libres e Uruguai), todos os componentes de uma fronteira citados podem ser visualizados na região de fronteira platina.

Entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina, as práticas de lazer nos permitem debater a dinâmica da fronteira no século XIX. Por outro lado, a dinâmica dessa fronteira também nos ajuda a pensar esses divertimentos. Como já mencionado, buscarei observar como a repressão aos jogos foi organizada por parte dos Estados nacionais platinos. Para isso, penso que seja importante compreendermos a noção de um outro tipo de fronteira: a fronteira interior.

Civilização e barbárie: fronteiras entre lazer e modernidade

Ao longo do século XIX, a formação e a consolidação dos Estados nacionais no espaço platino impulsionam uma série de mudanças significativas nos âmbitos social, cultural, econômico e territorial. Neste ínterim, os esforços para modernizar as sociedades da região platina ganharam força, mas não sem encontrar resistências. Não sem encontrar os “resquícios do atraso colonial”, não sem construir as suas próprias fronteiras internas.

O caso argentino é o que melhor nos elucida essa questão. Especialmente na segunda metade do século XIX, quando da queda do governo de Juan Manuel de Rosas. A partir da década de 1870, os unitários aceleram de forma radical as investidas para reprimir aquilo que representasse a barbárie e o atraso. Como parte do processo de formação do Estado-nação, os governos unitaristas buscaram ocupar as terras herdadas da coroa espanhola, em uma vasta extensão espacial que abrangia o norte e o sul do atual território argentino. Eram terras ocupadas por indígenas, cujo a presença do Estado era praticamente inexistente. Ou seja, espaço de limites, de diferenças e de reconhecimento de identidade. Um tipo de interpretação muito semelhante ao que Frederik Turner elaborou em suas teses no final do século XIX sobre a história estadunidense, reconhecido como um dos primeiros trabalhos sobre o tema.

Silvia Ratto e Marcelo Lagos, historiadores argentinos, apontam alguns elementos que caracterizam esse tipo de fronteira. Em primeiro lugar, ela se apresenta como uma zona de disputa frente a um cenário de expansão internacional. Em segundo lugar, a amplitude do espaço, que não requer a necessidade de um limite territorial delineado. Trata-se de uma

fronteira fluida, situada no campo simbólico, com capacidade de expansão e retração. A autora também menciona a existência de uma ameaça interna à soberania nacional, onde os indígenas habitantes do deserto⁴³⁸ argentino limitavam o potencial econômico dessas terras. Eram, aos olhos do poder do Estado, selvagens.

Domingo Faustino Sarmiento, presidente da Argentina entre 1868-1874, representa bem esse pensamento dominante na elite política através do romance “Facundo: Civilização e Barbárie”. Para além dos indígenas, vale destacar que outros tipos de indivíduos eram categorizados como sinônimos do atraso. Peões sem terra, ociosos e os *malentretenidos* compunham esse grupo social *non-grato* pelos projetos de modernização da sociedade, defendidos por figuras como Sarmiento. De forma geral, o mundo rural também passou a fazer parte de um espaço estigmatizado, do qual podemos considerar como parte dessa fronteira, como observa Maria Cristina Martins:

De alguma forma esta ideia está representada em um dos mais conhecidos estudos do século XIX sobre o mundo rural argentino (Facundo Quiroga, Civilização e Barbárie), apresentando a fronteira (o campo, o mundo rural), como a cunha do atraso daquela sociedade. Ela seria, ainda, o espaço de prevalência da ilegalidade e do despotismo dos caudilhos, características que inibiam o avanço da “civilização” (Martins, 2018, p. 49).

Trazendo esse momento político para o tema de pesquisa em questão, a literatura é uma dádiva para refletirmos sobre o período. Em “El Gaucho Martín Fierro” (1872), José Hernandez escreve a história de um peão, trabalhador, pai de família, mas que também gostava de se dedicar aos divertimentos da época, como a guitarra, o jogo e a bebida. Seu destino, no entanto, expõe o momento da disciplinarização da população e da implementação da civilização no campo. Martín Fierro é arregimentado por um Juiz de Paz para a Guarda Nacional em um dos seus momentos de ociosidade. Nas fileiras militares, Martín Fierro tem de conquistar o deserto e levar a civilização. Era o fim de suas cantorias nos armazéns do campo. Um ocioso a menos que vagava por aí e que agora seria útil na conquista da fronteira interior. A passagem a seguir registra o momento da captura de Martín Fierro pela Guarda Nacional:

Cantando estaba una vez
en una gran diversión;
y aprovechó la ocasión
como quiso el Juez de Paz
Se presentó, y áhi no más
hizo una arriada en montón.

Juyeron los más matreros

⁴³⁸Embora fossem ocupadas por etnias indígenas, “deserto” foi o termo utilizado para designar esse espaço não dominado pelo aparato do Estado-nação na Argentina. As incursões ficaram conhecidas como a Campanha do Deserto, lideradas pelo general Roca.

y lograron escapar
Yo no quise disparar,
soy manso y no había por qué;
muy tranquilo me quedé
y así me dejé agarrar (Hernández, 1872).

Na literatura, o desenvolvimento da gauchesca enquanto gênero registrava esse universo complexo do surgir da nação argentina. Escrita na maioria das vezes por homens da elite intelectual e política, os poemas e os romances descreveram ambições políticas, práticas culturais e as contradições de se viver no campo em uma época em que as cidades se desenvolviam sob os critérios da modernidade e da civilização. Ainda que a gauchesca comporte amplas visões de sociedade e tenha atravessado diferentes períodos, ela nos permite mergulhar no circuito do entretenimento do espaço platino do século XIX. Em forma de denúncia de um modo de vida bárbaro no campo ou em forma de reconhecimento de identidades, lá estão frequentemente os jogos de tava, os bailes, as rinhas de galo, o apreço pela guitarra e pelo carteadado. Divertir-se no pampa, em muitas ocasiões, significou estar em uma condição transgressora, marginal.

Dessa forma, penso que o conceito de fronteira interior pode acrescentar bastante ao debate sobre os paradoxos da modernidade no espaço platino oitocentista. A partir dele, podemos compreender de forma mais clara as estratégias de implementação desses projetos de modernidade e, por outro lado, a resistência das populações marginais. A despeito do desequilíbrio de forças entre as partes envolvidas nessa fronteira, não podemos ignorar que se trata de uma zona de disputa. E não somente entre brancos e indígenas, mas entre os múltiplos tipos sociais que circulavam nesse espaço.

Asimismo, se produjo un cambio en la definición de frontera considerada actualmente como un “colchón” o espacio social fuera tanto del control estatal como indígena, donde imperaban normas de poder y sociabilidad propios. Y, en contraposición con lo sostenido anteriormente, se ha planteado que los espacios fronterizos eran ámbitos “donde se operan los cambios más radicales” los que, por otro lado, no podían limitarse a una relación que involucraba solamente a blancos e indígenas. En efecto, la existencia en estos espacios de universos culturales tan heterogéneos, llevó a reelaborar profundamente la caracterización de las relaciones entre ellos, mostrándose la intensidad de los contactos intra e interétnicos (Ratto, Lagos, 2011, p. 22).

Embora o caso argentino de construção de fronteiras interiores seja o mais evidente entre as nações do Prata, o movimento dicotômico entre barbárie e civilização pode ser visualizado em maior ou menor grau em todo o espaço platino. Tanto no Uruguai quanto no Rio Grande do Sul, o final do século XIX também é um momento decisivo para construir um modelo de sociedade ideal.

O longo ciclo de guerras civis se explicava pela repulsa às normas “civilizadas”, e a

destruição dos gaúchos era uma necessidade na busca da ordem política e da riqueza econômica. Essa “tese” defendida no Facundo, de Sarmiento, serviu de apoio para uma grande produção pelos liberais argentinos – Echeverría, Vicente López, Mitre, entre tantos – e difundiu-se pela Banda Oriental e pelo Rio Grande (Guazzelli, 2007, p. 50).

Conclusão

Enfim, penso que existem dois caminhos possíveis para conduzir a pesquisa sobre a repressão aos jogos no espaço platino. A primeira delas, sugerida por Sandra Pesavento, é a de uma análise comparativa. Neste sentido, seria possível colocar os diferentes Estados platinos em perspectiva e observar quais discursos são produzidos sobre o lazer, quais são as leis criadas no sentido de civilizar as populações do campo e de que forma os populares interagem com as investidas do Estado. Como afirma a autora:

E, nesta medida, defendemos uma história comparada para a situação do Mercosul, que possa resgatar, entre outras coisas, algumas questões que ainda merecem discussão, a nosso ver. Estas questões se situam no âmbito de uma história cultural, que pudesse dar conta da construção, partilha e concorrência de construções imaginárias de sentido entre os povos do Mercosul, resgatando práticas sociais e representações, que dessem margem à elaboração de uma história comparada. Face a estas realidades misturadas, mudam-se as próprias escalas para apreciação do espaço e das temporalidades, diante da criação de novos parâmetros de significação para o mundo. (Pesavento, 2006, p. 10).

Seriam, afinal, processos praticamente idênticos na Argentina, no Uruguai e no Rio Grande do Sul? Em que medida o circuito de lazeres em comum no Prata proporciona experiências semelhantes ou distintas a depender de que lado da fronteira se está? São questões que podem muito bem ser respondidas a título de comparação, produzindo “novas oportunidades de pesquisa em conjunto para nós, *os do sul*” (Pesavento, 2006, p. 11).

O outro caminho que vislumbro é partir de uma análise transfronteiriça, com atenção para fenômenos de inter-relação, hibridismos culturais e sentidos compartilhados. Como afirma Grimson (2002), os processos históricos fronteiriços criam essas estruturas que se sobrepõem aos dois (ou três) lados da linha da fronteira. São estruturas de parentesco, de religiosidade, de política e, no nosso caso, de diversões. Assim, cabe observar que essas práticas transfronteiriças são inacabadas. Elas se reorganizam, se reproduzem, constroem novos sentidos, novas aberturas e também novas barreiras. E assim são – transfronteiriças – porque rompem com os limites políticos e materiais, sem deixar que os marcadores de identidade e diferença sejam invisibilizados.

Como afirma Grimson, “se trata de relaciones transfronterizas porque atraviesan el límite material de la frontera política, y no porque las fronteras simbólicas vinculadas a la nacionalidad no sean significativas”.

Referências

- FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177.
- GRIMSON, Alejandro. Colonia, provincia y nación. Socio génesis de las fronteras jurídicas e identitarias. pp.15-87. In: **La Nación en sus límites: contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto. "Olha a faca de bom corte!": aproximações histórico-literárias à violência no Rio Grande do Sul. **Métis : história & cultura**. Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 47-67, 2007.
- LEIPNITZ, Guinter Tlajja. **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 – C. 1920)**. Tese de Doutorado. PPGH – UFRGS. 2016.
- MARTINS, Maria Cristina. História e historiografia das fronteiras: indígenas, colonos e mediação cultural na pampa argentina [século XVIII]. In: Ana Inez Klein et al (Orgs.) **Estudos de História Regional Platina**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.
- MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e Bandeiras: A conquista do do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA**, n. 8, pp. 9-19, 2006.
- RATTO, Silvia; LAGOS, Marcelo. "El concepto de frontera interior: de la política a la historiografía". **Entrepasado**, Buenos Aires,. v. 36. p.1-23, 2011.

Estereótipos raciais nas animações estadunidenses e as Leis Jim Crow (1932-1941)

HUSEIN, Vitória Miron
Graduada em História pela UFSM
viti.miro@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa objetiva dissecar alguns estereótipos na representação de pessoas afro-americanas em animações estadunidenses da primeira metade do século XX. A questão central deste trabalho é entender como estes estereótipos apresentados nas animações dialogavam com as leis de segregação, também conhecidas como “Leis *Jim Crow*” que estiveram em vigência nos Estados Unidos desde fins do século XIX até depois da primeira metade do século XX. O recorte temporal escolhido (1932-1941) corresponde aos anos em que as animações que serão analisadas estão inseridas. Foram selecionadas 3 animações para permitir uma minúcia maior na análise e o critério para eleição das animações foi escolher justamente as que tinham maior tempo de tela onde personagens negros aparecessem; são elas: “*Trader Mickey*” (Disney, 1932), “*Jungle Jitters*” (Warner Bros, 1938) e “*Scrub me Mama With a Boogie Beat*” (Universal Pictures, 1941). Pretende-se entender em que medida os estereótipos raciais destas animações se relacionam com as leis de segregação nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Racismo; Estereótipos Raciais; Racismo na Mídia.

Para compreendermos melhor as questões de raça e racismo que serão necessárias para embasar esta pesquisa, é preciso contextualizar o período de 1932-1941 e entender o que o antecede. Em um momento no qual a Europa colonizou diversos territórios em África, Ásia e América, o que hoje conhecemos por Estados Unidos também experienciou o momento de formação de colônias. Ocupados por colonos ingleses, de norte a sul os Estados Unidos foram palco de uma das maiores atrocidades dos tempos modernos: a escravidão. A escravidão atlântica foi um dos principais motivos pelo qual vingaram os grandes latifúndios do sul dos Estados Unidos. Segundo Du Bois (1999), entre o século XVII e XIX o algodão se tornou um dos principais produtos exportados pelos Estados Unidos e a mão de obra utilizada nestas plantações era a escravizada. A grande produção e exportação enriqueceu os latifundiários sulistas, donos de escravizados; este aumento na produção de algodão e fortalecimento dos latifúndios no sul do país tiveram consequências políticas, econômicas e sociais.

Esta dominação entre pessoas de diferentes fenótipos surge a partir da ideia de que existiriam raças diferentes. Como Kabengele Munanga (2003) nos explica, o conceito de raça, como qualquer outro, tem sua historicidade e que foi a partir do século XV que este termo passou a designar grupos humanos com fenótipos diferentes. O termo “raça” ganha ainda mais força quando os europeus entram em contato com diferentes povos como ameríndios, negros e melanésios, em função das expansões marítimas. A diferença entre os homens, torna-se um tema que instiga, e a percepção desta diferença cria novas questões e debates. Munanga (2003,

p. 2) nos mostra que ao passar do tempo a categoria “raça” foi tomando novos contornos e ficando mais complexa:

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças. Por isso que a espécie humana ficou dividida em três raças estancas que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. [...] No século XIX, acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. para aperfeiçoar a classificação.

Porém, no século XX com o avanço da ciência e dos estudos sobre genética, é comprovado que as raças não existem pois além das diferenças genéticas entre os seres humanos são serem o suficiente para classificá-los em grupos/raças diferentes, o fenótipo não é determinante de outras características biológicas como grupo de sangue, doenças hereditárias, etc. Dessa forma podemos afirmar que raça é uma construção social, e não uma realidade biológica. Se começarmos a perceber qual o papel que o termo “raça” desempenhou ao enxergar as pessoas em grupos e não como indivíduos, com certeza torna-se cada vez mais nítido a que esta divisão serviu.

A divisão da humanidade em raças não foi incauta, sem consequências deletérias para os grupos que estavam sendo separados; ao mesmo tempo em que havia divisão, haviam danosas caracterizações. Os homens da ciência dos séculos XVIII-XIX construíram uma hierarquia entre as raças, atribuindo características morais, culturais, comportamentais e intelectuais aos fenótipos das pessoas. Foi neste contexto que a “raça branca” foi considerada superior a todas as outras; e vale lembrar, esta superioridade valia para os mais diversos âmbitos (estético, intelectual, cultural, etc.). Assim, a humanidade desemboca em um de seus capítulos mais bizarros: o momento em que estas teorias sobre a superioridade ou inferioridade das raças tornam-se uma verdade científica. Aos não-brancos, cabia a inferioridade e a impossibilidade de superá-la, pois esta seria natural a estas raças. Munanga (2003, p.3) explica de maneira objetiva a relação que foi criada entre fenótipo e qualidades/defeitos:

[...] os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e **conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação** (grifos meus).

A raça “negra” então, a mais escura, passa a carregar em suas costas diversos estereótipos embasados não na realidade, mas numa construção que mantinha sua inferioridade

perante os dominadores. Estúpidos, menos racionais, menos honestos, menos inteligentes. Neste contexto, as diferenças entre raças não eram vistas apenas como diferenças biológicas, meramente físicas, mas sim, diferenças que adentram os cunhos sociais, morais, culturais e políticos. Em outras palavras, não só as pessoas negras eram consideradas inferiores aos europeus, mas as diversas culturas africanas eram também subjugadas pelo colonialismo. É relevante mencionar também que neste contexto as diferenças entre raças eram vistas como naturais, portanto, definitivas e irreparáveis (Schwarcz, 1993); este diagnóstico e comparação entre as raças resultou em dominação e segregação frente à impossibilidade de progresso para os povos incivilizados, mas também, em alguns casos, em políticas de extermínio para eliminar raças inferiores, a chamada eugenia. Ademais, algo importante de ser ressaltado é que neste contexto, relacionamentos interracializados eram muito mal vistos pois a miscigenação era concebida como algo que degradava ambas as raças que estariam neste processo. Esta criação da diferença entre fenótipos construiu um sistema de dominação que lançou as bases para a escravidão.

A escravidão nos Estados Unidos assentou hierarquias sociais e raciais; esta, viu seu término ao final da Guerra Civil, em 1865; o racismo, por sua vez, moldou as dinâmicas da sociedade e a cultura estadunidenses da época. Michelle Alexander (2018, p. 67) pontua que nos Estados Unidos “O racismo operava como um sistema de crenças profundamente arraigadas baseado em “verdades” que estavam além de qualquer questionamento ou dúvida”. Em 1863 era proclamada a Lei de Emancipação, que libertava os escravizados nos territórios onde o exército do Norte vencia; a escravidão só é abolida a nível nacional com a Décima Terceira Emenda da Constituição em 1865, ao final da Guerra Civil, com a reincorporação dos Confederados à União e vitória dos nortistas. Du Bois (1999, p. 90) concorda que o resultado direto da Guerra Civil foi a libertação dos escravizados, mesmo que esse não fosse o plano do norte e muito menos do sul: “Essa era uma guerra de homens brancos para preservar a União, e a União deve ser preservada.”⁴³⁹

Segundo Alexander (2018), após a Guerra Civil, no período chamado pela historiografia de Reconstrução, algumas conquistas legislativas aconteceram: a 13ª emenda que concedia cidadania integral às pessoas negras, a 14ª emenda “proibindo os estados da união de negarem aos cidadãos os procedimentos devidos” e a “igualdade perante a lei” (Alexander, 2017, p. 70), a 15ª emenda que previa que o voto não deveria ser negado em função da raça. Neste breve período de progresso (se é que assim podemos chamar) a taxa de alfabetização entre as pessoas negras aumentou, as pessoas negras estavam exercendo o direito do voto e inclusive sendo

⁴³⁹ “*This was to be a white man’s war to preserve the Union, and the Union must be preserved*”. Tradução minha.

eleitas. Alexander (2018) nos traz o dado de que 15% de todos os candidatos eleitos eram negros. Porém, segundo a autora, além de alguns estados começarem a impor taxas e testes de alfabetização para que os cidadãos pudessem votar (dificultando assim que muitas pessoas negras votassem), foi neste mesmo período onde as pessoas afro-americanas começaram a ser presas em massa. Uma vez encarcerados eram submetidos ao trabalho forçado, bastante similar à escravidão. Foram criadas leis de vadiagem (*loitering/vagrancy*) que facilitaram enquadrar pessoas negras como criminosas; além disso as teorias raciais tornavam as pessoas negras alvos da polícia pois a pele negra era assimilada com propensão à criminalidade.

As leis de segregação racial tinham o objetivo de negar a liberdade e igualdade aos afro-americanos. Ao invés da classe dominante (leia-se pessoas brancas) se utilizar da coerção física, de castigos e cativos, após o fim da escravidão ela empregou seus esforços para criar um sistema legal que garantisse seus privilégios raciais. Alexander (2018) utiliza o termo “controle social racializado” para se referir a estas instituições racistas que asseguravam dominação de brancos sobre negros, como a escravidão, as Leis *Jim Crow* e o encarceramento em massa. Segundo Tischauser (2012), era do interesse da classe dominante prevenir qualquer contato entre brancos e negros e as leis *Jim Crow* cobriram muitos âmbitos de interação entre essas pessoas. A segregação racial foi legalizada em 26 estados; era parte intrínseca do cotidiano das pessoas negras pois estas viviam em bairros segregados, iam em restaurantes segregados, não podiam ser enterradas nos mesmos cemitérios que pessoas brancas, não podiam atender as mesmas escolas, não frequentavam os mesmos bares. Entre outros locais como transporte público, teatros, recintos esportivos, circos e hospitais, existiam entradas e acomodações específicas para “white” (brancos) e “colored” (pessoas de cor); isso quando ficavam no mesmo ambiente, em alguns casos a entrada de pessoas negras não era permitida.

Segundo Tischauser (2012), entre as principais justificativas da classe dominante para a existência das leis segregacionistas eram: 1º O medo de que o contato entre brancos e negros fosse ser um dos primeiros passos em direção à direitos iguais para todas as pessoas; 2º Medo de que a igualdade social tivesse a horrível consequência do casamento interracial, e consequentemente a temida “*mongrelization*” (mestiçagem) (vale lembrar que a miscigenação/mestiçagem era concebida como sinônimo de degeneração racial e por extensão, moral); 3º Pelo bem e segurança da nação e das pessoas brancas pois os negros eram pessoas **cheias de vícios**: ignorantes, criminosos, preguiçosos e eram associados também à **imoralidade sexual**.

Nesta lógica, o que protegia os brancos da barbárie negra antes da Guerra Civil era a instituição escravista, ao findar desta, os brancos tiveram de encontrar outras formas de controle

social para se manter protegidos. As leis *Jim Crow* foram inspiradas nos “*Black Codes*”, que eram restrições impostas às pessoas negras para limitar sua liberdade e ordenar sua conduta no Norte dos Estados Unidos. As Leis *Jim Crow* estabeleceram o que em inglês é chamado de “*southern way of life*”; traduzindo seria algo como “modo de vida sulista”. Segundo Tischauser (2012), quando o governo pretendia alguma mudança em favor de uma maior igualdade racial, a voz da oposição retumbava. E foi justamente neste período que esta voz foi ficando mais violenta. Podemos ver no final da década de 1860 e início dos anos 70 a organização de grupos terroristas supremacistas como a *Ku Klux Klan* (KKK) que se prontificaram a barrar qualquer reforma que pudesse dar alguma assistência ou maior igualdade aos negros. A abolição não erradicou as hierarquias raciais assentadas no período escravista. Aboliu-se o cativo, mas não o racismo; e ainda podemos dizer que o epílogo da escravidão deu novos contornos aos preconceitos já existentes.

Visto que a abolição não significou o fim da supremacia branca e do racismo, devemos nos atentar para uma consideração cirúrgica de Almeida (2018, p. 41):

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações.

Entendendo as formas de subjugação das pessoas negras, a consolidação da supremacia branca e a segregação racial institucionalizada baseada em premissas racistas podemos compreender os processos que levaram à construção da imagem das pessoas negras na mídia estadunidense no início do século XX. Almeida (2018) se refere aos estereótipos que são reforçados em telenovelas brasileiras, mas esta premissa pode ser expandida para os Estados Unidos pois a mídia estadunidense também reproduzia estereótipos (muitos parecidos com a televisão brasileira, diga-se de passagem). A partir do momento em que adentramos discussões a respeito de racialidade e racismo estrutural, fica mais evidente que os estereótipos que a mídia apresenta cumprem uma função social bem pontual: eles ajudam a perpetuar e ratificar uma hierarquia social e racial de opressão. Os estereótipos sempre serviram como uma maneira de justificar o racismo e a segregação; a representação frequente cria um estereótipo; nos casos das animações que serão analisadas neste trabalho, as representações reproduzem um estereótipo perpassado pelo racismo, que ajuda a consolidar no imaginário social uma imagem pejorativa a respeito das pessoas negras (Behknen e Smithers, 2015).

Segundo Christopher P. Lehman (2009), o início do século XX contou com a emergência da indústria das imagens animadas, que eram controladas por pessoas brancas, assim como a maioria dos negócios estadunidenses. O autor afirma que durante este período nenhum estúdio de animação empregou um ilustrador negro; portanto, podemos afirmar que todas as representações de pessoas negras nas animações dentro deste recorte temporal foram frutos não só de ilustradores em seu contexto (sociedade pós abolicionista segregada e racista), mas principalmente de ilustradores brancos. Afirmação logo ratificada pelo autor, que pontua que os estereótipos raciais eram consistentes de estúdio para estúdio, visto que a cultura popular estadunidense era recheada de estereótipos afro-americanos.

O autor menciona que os estúdios de animação, na intenção de fazer dinheiro, construíram uma imagem das pessoas afro-americanas, como um produto a ser vendido no ramo do entretenimento. Porém, essa representação da “cultura negra”, se é que assim podemos chamar, só era bem aceita na medida em que era transmitida de forma degradante, reforçando a inferioridade das pessoas retratadas. Obviamente a construção de personagens negras não captava a cultura afro-americana, mas sim caricaturizava vulgarmente as pessoas negras, fazendo inclusive, menções infames à escravidão. Esta manipulação da imagem das pessoas negras, que o autor afirma ser de cunho político, criou diversos significados pois atribuiu às pessoas negras estigmas que dificultavam ainda mais sua busca pela cidadania plena na sociedade estadunidense. Vejamos: após a abolição do cativeiro milhares de negros agora livres competiam por trabalho com pessoas brancas; incutir estigmas nas pessoas negras era uma forma a mais de dificultar o acesso destas ao mercado de trabalho, pois estas pessoas além de carregarem o peso das hierarquias raciais assentadas durante o período escravista, agora, através da mídia, eram constantemente retratadas como infantis, estúpidas, atrapalhadas, ignorantes e preguiçosas. Segundo Behknen e Smithers (2015) o racismo estava por todas as partes, nos filmes, na literatura ficcional e não ficcional e até em livros didáticos onde pessoas negras eram ilustradas *à la blackface*; não foi diferente com as animações.

"*Trader Mickey*" é uma animação de 1932 que tem sete minutos e 13 segundos de duração. A animação começa com os personagens Mickey e Pluto viajando em uma embarcação, prestes a chegar no local onde se desenrolará a história. Em nenhum momento da animação fica explícito o lugar onde Mickey e Pluto atracam, porém, é extremamente sugestivo que estejam em algum lugar em África pois ao chegarem perto de seu destino, animais típicos da fauna africana, como hipopótamos e crocodilos, vão aparecendo. Porém, o que torna possível inferir que o cenário em que acontece a história é em África se dá logo nos primeiros minutos de animação: o encontro dos personagens principais com os habitantes daquele lugar. Esta

animação traz explicitamente a África estereotipada, exótica e selvagem que existia no imaginário estadunidense; não só o ambiente é ilustrado como selvagem, mas também as pessoas que ali vivem. Ao longo da animação, os personagens que são retratados como negros aparecem como selvagens ou como palhaços.

“*Jungle Jitters*” é uma animação de 1938 que tem sete minutos e 16 segundos de duração. A animação inicia com pessoas negras tocando tambores; elas usam adornos nos pescoços, braços e orelhas. Suas peles são pretas, as bocas exageradamente grandes e brancas. Fanon (2008) já havia denunciado, em 1952, na primeira edição publicada de “*Pele Negra, Máscaras Brancas*”, a representação racista das pessoas negras nos rótulos e mídia na França. Logo no primeiro capítulo Frantz Fanon (2008, p. 47) faz menção aos estereótipos na mídia: “[...] nos periódicos ilustrados para crianças, todos os negros têm na boca o “sim sinhô” ritual. No cinema, [...] A maior parte dos filmes americanos dublados na França reproduzem negros do tipo: *y’a bon banania**.” Outros autores como Lehman (2009) e Behknen e Smithers (2015) utilizam o termo “*blackface*” para mencionar essa cartunização racista. Esta animação segue a agenda da primeira: as pessoas negras são retratadas enquanto selvagens ou bufônicas, tolas. Ao final da animação, descobrimos que o líder da comunidade de pessoas negras onde a história se passa, é um personagem branco.

“*Scrub me Mama With a Boogie Beat*” (1941) é uma animação produzida pela Walter Lantz e distribuída pela *Universal Pictures* que tem seis minutos e 47 segundos de duração. O nome da animação é também o nome da canção principal que rege o desenho. Ambientado num cenário rural que remete ao sul dos Estados Unidos, a animação se passa num pequeno vilarejo chamado *Lazytown*; a palavra *lazy* em inglês significa preguiça, e *town* cidade.

Ao nomear o vilarejo como *Lazytown*, os animadores insinuam a dinâmica do lugar; ao longo da animação fica cada vez mais explícito o porquê da escolha do termo. Logo de início vemos uma plantação de algodão, latifúndio comum no sul estadunidense durante o período escravista; uma pessoa negra está deitada em uma carroça sobre uma pilha de algodões, esta pessoa dorme com um chapéu cobrindo o rosto. Adiante, outra cena faz explícita referência ao período escravista, quando um homem negro está colhendo algodões sentado, quase dormindo, dando a entender que também é preguiçoso. Ao mostrar o vilarejo de *Lazytown*, tudo indica preguiça. As casas são mal cuidadas, com material (telhas, tábuas) faltando. As roupas que os moradores de *LazyTown* vestem são remendadas e têm aparência de velhas. Há uma sugestão entre a preguiça e a condição de vida precária, as roupas e casas desleixadas. Nesta animação os personagens são extremamente estereotipados: têm bocas exageradamente grandes e muito vermelhas, mãos e pés enormes que dão um ar desajeitado e bufônico. Apesar da representação

em *blackface*, esta animação destoa das anteriores na questão da representação: ao invés de serem retratados como bárbaros e palhaços na selva, aqui são retratados como preguiçosos e desleixados em uma vila. Porém, na marca dos dois minutos e 18 segundos, um grande navio atraca em *Lazytown*; segundo a canção principal da animação, esse navio veio do Harlem, Nova Iorque, no norte dos Estados Unidos e contrasta fortemente com um sul atrasado e rural. Deste navio desce uma mulher negra, porém de pele mais clara, diferente dos habitantes de *Lazytown* que têm a pele retinta; esta mulher não é tão estereotipada como a *Mammy*, por exemplo, mas é sexualizada, visto que sua chegada magicamente desperta todos os homens negros que estavam adormecidos até então. A partir deste momento a animação se passa basicamente durante a música tema “*Scrub me Mama With a Boogie Beat*”, onde estes versos vão se repetindo, ora com *scatting* e outros improvisos, enquanto os personagens dançam e tocam instrumentos musicais. É interessante apontar que durante a canção, a animação vai mostrando vários personagens e vários estereótipos problemáticos. No final da canção, a mulher do Harlem retorna ao navio e se despede, deixando todos em *Lazytown* contagiados pelo ritmo da música.

Após descrever o que acontece em cada uma das animações em questão, é necessário dissertar sobre os estereótipos que aparecem nelas, visto que muitos deles se repetem. As animações por vezes trazem personagens que não têm aspectos só de humanos, ou só de animais, então como podemos afirmar que os personagens que aparecem em “*Trader Mickey*”, por exemplo, são representações de pessoas negras? Lehman (2009) afirma que alguns personagens com forma não-humana como Mickey e Felix tinham elementos que se assemelhavam ao *blackface* dos menestréis, estabelecendo uma conexão entre estes e uma caricatura das pessoas afro-americanas; o autor afirma que animar os personagens com o corpo todo em preto, olhos brancos e lábios grandes foi uma ação que não passou despercebida pelo público na época, justamente porque estes tinham semelhanças com representações racistas de pessoas negras.

Em “*Trader Mickey*” apesar de Mickey estar animado no formato que Lehman (2009) aponta em seu trabalho, existe diferença entre ele e os habitantes do lugar em que ele atracou seu barco (e são essas diferenças que nos permitem inferir que são seres diferentes): Mickey usa luvas, roupa e sapatos enquanto os outros personagens estão com os pés descalços, a única vestimenta deles são saias e adornos, mostrando que existe diferença entre Mickey e eles (Imagem 31). A animação é ambientada em um lugar que infere-se que seja uma representação de África, a julgar pelos hipopótamos que aparecem no início da animação, animais típicos da fauna africana. Porém, a representação que se faz de África nesta animação é extremamente estereotipada, uma vez que é pintada como um lugar selvagem, exótico, rudimentar ou até

mesmo primitivo. A representação dos habitantes do lugar também exprime os preconceitos que estavam instaurados na cultura estadunidense a respeito das pessoas negras na primeira metade do século XX: de início, são representados como hostis, selvagens, seres perigosos e irados. Este estereótipo já foi comentado neste trabalho; as pessoas negras, mais especificamente homens negros, eram vistos como seres naturalmente perversos e perigosos, prontos a atentar contra as pessoas brancas e a moral cristã (Tischauer, 2012). Porém, a partir da metade da animação são retratados como idiotas, tolos, bufões, representação muito comum nos menestréis estadunidenses que existiam desde o século XIX (Lehman, 2008).

Vale salientar que a representação das pessoas negras nos menestréis do século XIX se dava de maneira vexatória, reforçando estereótipos de que os afro americanos eram pessoas desleixadas. Em “*Trader Mickey*” alguns personagens são retratados de maneira desleixada e/ou degradante, como nos menestréis, para causar o efeito de humor. Na realidade, é possível observar esta mesma forma de representação nas três animações, como por exemplo em “*Jungle Jitters*” quando um personagem toca tambor em suas nádegas ou em “*Scrub me Mama With a Boogie Beat*” quando um personagem aparece no canto inferior direito da tela tocando piano com uma roupa em frangalhos e expressão de louco.

Um outro ponto importante a ser salientado é a representação das pessoas negras enquanto bárbaros em “*Jungle Jitters*” e “*Trader Mickey*”. Nessas duas animações podemos notar alguns elementos que se repetem: além da representação em *blackface*, reincidem o canibalismo, a representação de pessoas negras enquanto pessoas perigosas e selvagens, ao mesmo tempo em que são retratadas enquanto estúpidas; em “*Trader Mickey*” elas aparecem utilizando instrumentos musicais de formas absurdas e em “*Jungle Jitters*” a mesma fórmula está presente, porém com objetos de uso doméstico.

“*Scrub me Mama With a Boogie Beat*” talvez seja a animação com mais estereótipos raciais. O principal é o estereótipo de que as pessoas negras são preguiçosas. O elemento que mais evidencia a intenção em retratar os negros enquanto preguiçosos é o nome do vilarejo que habitam: *Lazytown*. Este estereótipo, assim como o de que os afro-americanos são desonestos e naturalmente inclinados a serem criminosos, acabaram dificultando em muito o exercício da cidadania para estas pessoas, como por exemplo, no acesso delas ao mercado de trabalho. Nesta animação também é possível observar a cartunização racista da imagem das pessoas afro americanas. A mulher negra de pele mais clara que desembarca em *Lazytown* é desenhada de maneira extremamente diferente das outras pessoas. Enquanto a representação da mulher negra de pele clara é menos exagerada, os homens (animados com a cor de pele mais retinta) que estão do seu lado têm traços tão caricaturados que a diferença entre eles e ela é gritante.

Podemos também ver o estereótipo de *Mammy* presente na animação *Scrub me Mama With a Boogie Beat*. Segundo Wallace-Sanders (2008), o termo “*Mammy*” era um termo sulista utilizado no início do século XIX para se referir a mãe, ou uma figura materna. Porém, ao longo do século XIX este termo começou a ser associado especialmente com mulheres afro-americanas, escravizadas que nutriam ou cuidavam de crianças brancas.

Assim como as outras representações de pessoas negras já vistas neste trabalho, *Mammy* também é um estereótipo inferiorizante pois representa a mulher afro-americana que aceita sua inferioridade e mantém devoção aos brancos. Além disto, a sua representação é extremamente exagerada, dando o ar bufônico típico dos menestréis racistas estadunidenses. Collins afirma que *mammy* (2019, p. 136):

[...] a serviçal fiel e obediente. Criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico, a imagem da *mammy* representa o padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral. Ao amar, alimentar e cuidar dos filhos e das “famílias” brancas melhor que dos seus, a *mammy* simboliza as percepções do grupo dominante sobre a relação ideal das mulheres negras com o poder da elite masculina branca. Mesmo que seja querida e tenha autoridade considerável em sua “família” branca, a *mammy* conhece seu “lugar” como serviçal obediente. Ela aceita a sua subordinação.

Em seu trabalho, Collins (2019) dedica um capítulo inteiro de sua obra para abordar a questão dos estereótipos criados sob a ideologia da escravidão e que recaem sobre as mulheres negras; a autora utiliza o termo “imagens de controle” para se referir a estes estereótipos formulados pelas classes dominantes para manipular “ideias sobre a condição de mulher negra” (p. 135). A autora afirma que a criação desses estereótipos está firmemente ligada a questões de poder entre gênero, classe e principalmente, raça (Collins, 2019, p. 135-136):

Opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade não poderiam continuar a existir sem justificativas ideológicas poderosas. Como defende Cheryl Gilkes, a “assertividade das mulheres negras, bem como o uso que fazem das expressões de racismo para combater a desigualdade no todo, têm desafiado o status quo de maneira consistente e multifacetada. Como punição, as mulheres negras têm sido atacadas com uma série de imagens negativas”. Retratar as afro-americanas com os estereótipos da *mammy*, da matriarca, da mãe dependente do Estado e da gostosa ajuda a justificar sua opressão. Desafiar essas imagens de controle é um dos temas principais do pensamento feminista negro.

Como parte de uma ideologia generalizada de dominação, as imagens estereotipadas da condição de mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição de mulher negra. Para tal, exploram símbolos já existentes, ou criam novos. Hazel Carby sugere que o objetivo dos estereótipos não é “refletir ou representar (p. 136) uma realidade, mas funcionar como um disfarce ou mistificação de relações sociais objetivas”. Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana.

Mammy não tem nome, é chamada de *Mammy*. Nas palavras de Wallace-Sanders (2008, p. 06) “*Mammy is often both her title and the only name she has ever been given.*” Isso acontece em *Scrub me Mama With a Boogie Beat* quando a mulher negra de pele mais clara inicia o diálogo com a mulher sob estereótipo de *Mammy*; ao proferir a primeira frase da conversa ela diz: “*Listen, Mammy, that ain't no way to wash clothes. What you all need is rhythm!*”⁴⁴⁰. Outro exemplo é quando no filme *Birth of a Nation* (1915) é possível ver o nome dos atores e os personagens que interpretam logo no início do longa-metragem; todos os personagens têm nomes, menos o que interpreta a *Mammy* do filme, que chama-se *Mammy*. Existe, nesse estereótipo específico, uma intersecção importante entre gênero e raça, pois trata-se especificamente de uma mulher negra que é ligada a uma figura materna e desempenha afazeres comumente delegados às mulheres.

Outro estereótipo em “*Scrub me Mama With a Boogie Beat*” é o da melancia. Na primeira metade da animação uma pessoa negra aparece devorando uma fatia de melancia enorme em segundos (Imagem 37). Mesmo aos olhos de quem não conhece a temática já seria possível reparar a velocidade com a qual a pessoa come a melancia. Porém, é necessário entender a simbologia por trás desta fruta, a qual foi utilizada pelos brancos sulistas para repudiar os afro americanos.

Segundo William R. Black (2008) mesmo que a associação entre negros e melancias só tenha se dado após a abolição da escravidão, a melancia era uma fruta com bastante significado para as pessoas negras nos Estados Unidos. O autor afirma que a melancia tinha um poder subversivo: ela era cultivada por escravizados e posteriormente vendida por eles, permitindo-os acumular algum dinheiro ou até mesmo comprar suas liberdades. O autor aponta a melancia como um símbolo de resistência negra, pois além de ser algo cultivado e vendido pelos escravizados, comer melancias fazia parte de um ritual coletivo onde as pessoas sentavam-se e dividiam a fruta; quando as pessoas se viam em tempos de colheita, entre julho e agosto, faziam festa, como se fosse feriado, onde comiam melancias e dançavam. Até então a melancia não era vista como um símbolo subversivo pelos brancos, principalmente pelas elites, que viam no plantio e venda destas pelos negros, uma amostra de sua própria benevolência perante seus escravizados.

A relação entre afro americanos e as melancias se deu após a abolição, quando os sulistas brancos perceberam a importância da fruta para os então libertos. Não só perceberam a importância dentro do contexto da economia informal dos escravizados, mas a importância

⁴⁴⁰ Frase retirada da animação *Scrub me Mama with a Boogie Beat*. Grifos meus.

simbólica da melancia, visto que era comum que as pessoas afro americanas usassem a fruta para presentear os seus, ou em celebrações era costumeiro que as pessoas negras comessem melancias juntas, num ato de solidariedade. O autor menciona que no momento em que os sulistas brancos perceberam o poder simbólico da melancia para os libertos, enxergaram ali uma ameaça à supremacia branca; assim, esta simbologia começou a ser combatida pela violência. Um ponto extremamente importante para este trabalho é que o autor ressalta que o combate dos brancos sulistas à simbologia da melancia não se deu só de forma violenta: se deu pelo humor também (Black, 2008, p. 66) *"White southerners rallied against the watermelon, usually in jokes but sometimes in acts of violence."* Como uma reação à resistência negra os brancos começaram a criar outros significados para a associação entre negros e melancias, construindo narrativas discriminatórias. Mas por quê a melancia e não qualquer outro alimento que fosse cultivado pelos ex-escravizados? Black explica (2008, p. 66),

The watermelon has certain characteristics that have encouraged people to associate it with uncleanness, laziness, childishness, and unwanted public presence. The fruit connotes uncleanness because it is so messy to eat, leaving behind seeds, juice and rind. It connotes laziness because it is so easy to grow; its trailing vines can grow several yards long in search of water, and a single fruit contains up to a thousand seeds. It is also difficult to eat a watermelon while working - you really have to sit down and eat it. The watermelon connotes childishness because it is sweet and colorful, the sort of food a child might find more appealing than a carrot or a beet. Finally, watermelons connote an unwanted public presence because people usually eat them in groups rather than alone. The fruit is easily sliced and shared; indeed, it is hard to eat a watermelon by yourself. It is an ideal snack for outdoor social gatherings and for breaks from outdoor labor. The fruit is most valuable for those who work hard and own little [...]

O autor afirma que a melancia foi utilizada como forma de reivindicar cidadania, o que incomodou as pessoas brancas; como uma bala que ricocheteia, o sul supremacista toma este símbolo de resistência e transforma-o em um símbolo da inaptidão das pessoas negras para serem cidadãos. Dessa forma, as pessoas brancas criaram significados em torno da associação entre negros melancias, fazendo florescer um estereótipo que atribui aos afro americanos a sujeira, a infantilidade, a ociosidade e inaptidão para a cidadania. As pessoas brancas se utilizavam do que podiam para contrariar a liberdade das pessoas negras: a simbologia criada em torno da melancia foi uma forma de combater a inserção dos afro americanos na cidadania estadunidense.

Em todas estas animações podemos perceber representações extremamente nocivas das pessoas negras. Ora são retratadas enquanto selvagens, ora enquanto preguiçosos vestidos em trapos devorando melancias ao som de Jazz. O fato de estarmos trabalhando com animações pode fazer parecer que estamos em uma linha tênue, pois estas misturam elementos da realidade

com recursos fantásticos. O uso de estereótipos raciais para criar o efeito de humor não torna o racismo menos nocivo, pelo contrário, enquadra-o no conceito de racismo recreativo. Bem como nos mostrou Black (2008) quando os brancos do sul precisaram subverter a significância da melancia para os negros, se utilizaram não só da violência física, mas também do humor e do deboche.

As características morais e de conduta que são associadas às pessoas de pele negra não são criadas pelas animações, são reforçadas por elas. Em outras palavras, é seguro afirmar que as animações não criam os estereótipos raciais; estes já estavam consolidados no imaginário coletivo estadunidense. São estereótipos como estes presentes nas animações que motivam práticas discriminatórias contra pessoas negras, como aconteceu com a institucionalização da segregação nos Estados Unidos.

Atribuir o fenótipo negro à criminalidade, infantilidade, desleixo, preguiça, barbárie foi o que justificou as leis *Jim Crow*; as animações não iniciam esta tradição, porém a ratificam, propagam estas imagens derogatórias das pessoas negras, e se utilizam **dos mesmos pretextos** (muitas vezes sob a prerrogativa de causar um efeito cômico) que garantiram a segregação racial legalizada. Em outras palavras, as animações não criam estes significados pejorativos, porque eles já existiam, mas os afirmam e os disseminam.

Após fazer uma retomada sobre a escravidão e a segregação racial nos Estados Unidos, onde pessoas negras tinham seus corpos linchados, enforcados, incendiados, onde a segregação era legalizada e institucionalizada, faz sentido que as animações deste período tivessem tamanha carga racista. As leis de segregação e as animações conversam; mas mais do que isso, se retroalimentam. Este é um ponto de partida para estudos que se proponham a analisar mais animações e entender seus significados.

Estas imagens de controle, utilizadas para causar um efeito cômico nas animações, são mais uma faceta da luta de classes: são fomentadas e distribuídas pelas classes dominantes para manter uma hierarquia social e racial que os mantenha enquanto classe dominante; em outras palavras, que conserve a supremacia branca e a dominação de um grupo (brancos) sobre outro (negros).

Referências

ALEXANDER, Michelle. **A Nova Segregação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BEHNKEN, Brian D.; SMITHERS, Gregory D. **Racism in American Popular Media: From Aunt Jemima to the Frito Bandito**. Santa Barbara: Praeger, 2015.

BLACK, WILLIAM R. How Watermelons Became Black: Emancipation and the Origins of a Racist Trope. **Journal of the Civil War Era**, v. 8, n. 1, 2018, p. 64–86. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26381503>. Acesso em: 27 jul. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in America**: [1860-1880]. Nova York: The Free Press, 1998.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONER, Eric. **A short history of reconstruction**, 1863-1877. Nova York: Harper Perennial Modern Classics, 2015.

Jungle Jitters (1938). 1 vídeo (7 min). Direção de Isadore Freleng. Estados Unidos: Warner Bros Pictures.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2011.

LEHMAN, Christopher P. **The Colored Cartoon**: Black representation in american animated short films, 1907-1954. 1ª. ed. Estados Unidos: University of Massachusetts Press, 2009.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

MUNANGA, Kabenguele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo e etnia**. 2004. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ em 5 nov. 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAMMOND, Nicholas. **Birth of an industry**: blackface minstrelsy and the rise of American animation. Durham: Duke University Press, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Scrub Me Mama with a Boogie Beat (1942). 1 vídeo (7 min). Direção de Walter Lantz. Estados Unidos: Universal Pictures.

TISCHAUSER, Leslie Vincent. **Jim Crow Laws**. Santa Barbara: Greenwood, 2012.

Trader Mickey (1932). 1 vídeo (8 min). Direção de Dave Hand e Burt Gillett. Estados Unidos: Walt Disney Productions.

WALLACE-SANDERS, Kimberly. **Mammy**: A Century of Race, Gender, and Southern Memory. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

A relação entre a imprensa e o turfe em Recife: a difusão de um mundo moderno e civilizado através das corridas de cavalo no fim do século XIX

ROSA, Thiago Lindemaier da
Mestrando em História (UFSM)
CAPES/DS, thiago.lindemaier@acad.ufsm.br

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar as relações entre os clubes de prática equestre e a imprensa em Recife, no fim do século XIX. Para isso, analisei os prados: Prado Pernambucano, Hipódromo do Campo Grande e o *Derby Club* de Pernambuco – instituições de práticas equestres que movimentaram a vida social e econômica no período – e as maneiras como esses foram reproduzidos pelos periódicos, no caso o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal de Recife* e *O Sport*, todos consultados na Hemeroteca Digital Brasileira. À medida que pesquisei sobre a trajetória do turfe no século XIX, nos jornais referenciados, notei que na década de 1850 a imprensa realizava indagações e críticas às corridas de cavalo em Pernambuco, que até então não possuía uma instituição que promovesse a prática cavalgar na cidade. Além disso, observei que a imprensa ajudou a consolidar o ideário eurocêntrico, percebo isso por meio das notícias sobre o turfe inglês e francês. A primeira sociedade turfística instalada em Recife foi ainda na década de 1850, o *Jockey Club* de Pernambuco. Contudo, foi nos anos finais da década de 1880 que a prática atingiu seu ápice – através dos três clubes mencionados. As primeiras notícias sobre as programações turfísticas em Recife foram repercutidas de forma enaltecedora, deixando transparecer para a sociedade recifense como um evento imperdível. O turfe foi difundido como sinônimo do mundo moderno e do civilizado, logo, a prática cavalgar instalaria os “melhores hábitos” na capital pernambucana. As relações sociais e as posições políticas influenciaram diretamente nas escolhas das notícias e o modo como as mesmas eram abordadas nos periódicos. Deste modo, desde os burburinhos das construções dos hipódromos e do início das atividades dos três prados, notei que o turfe e a imprensa estabeleceram relações próximas, relações estas que se desenvolveram e se transformaram ao longo da década de 1890, e que influenciaram diretamente nas escolhas das notícias e o modo como as mesmas eram abordadas nos jornais.

Palavras-chave: turfe; modernidade; Recife.

Na segunda metade do século XIX, a elite econômica tinha como objetivo incorporar na sociedade brasileira o ideário de “civilidade” e modernidade, sendo o turfe⁴⁴¹ um dos elementos pertencentes a esse ideal. Nesse contexto, a imprensa desempenhou um papel primordial para que a prática esportiva se estabilizasse e ganhasse notoriedade na sociedade. De acordo com Victor Melo (2008), o processo de valorização das práticas esportivas em geral no século XX está relacionado a diversos elementos típicos da modernidade, que já estavam presentes no século XIX.

Assim, compreendo as corridas de cavalo como um fenômeno social ligado à modernização, que esteve conectado à construção de um modelo de sociedade no qual o ideário

⁴⁴¹ Corridas de cavalo organizadas por clubes.

de consumo e espetáculo desempenharam papéis centrais (Melo, 2008, p. 26). Deste modo, percebo que um dos principais aliados da prática esportiva foi a publicidade.

Com base no estudo de Luís Fernando Cerri (2006), destaco a importância que a imprensa desempenhou nesse contexto, uma vez que corroborava para a disseminação de ideários. Através de mensagens publicitárias, esses ideários construíam um imaginário social que, ao longo dos anos, se transformou de acordo com as novas necessidades da sociedade.

As práticas esportivas e a imprensa rapidamente estabeleceram uma relação, como aponta Melo (2008). À medida que as corridas de cavalo se estruturavam e se tornavam populares, passaram a ocupar cada vez mais espaço nos periódicos. Não demorou para que os prados começassem a veicular anúncios relacionados às práticas esportivas organizadas. Os jornais tornaram-se o principal meio de divulgação dos clubes de corridas, refletindo não apenas nas páginas dedicadas aos resultados dos páreos, mas também em colunas esportivas que abordavam criticamente o evento como um todo.

Desta forma, tenho como objetivo analisar a relação do turfe com a imprensa em Recife, no final do século XIX. Para isso, examino as relações dos clubes Prado Pernambucano, Derby Club e o Hipódromo do Campo Grande com os periódicos *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Recife*. As fontes de pesquisa foram consultadas na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDB). Segundo Victor Melo, João Malaia Santos, Maurício Drummond e Rafael Fortes (2013), a utilização de fontes periódicas, inicialmente, suscitou questionamentos acerca de sua credibilidade. Portanto, é necessário ter a noção de que são fontes que precisam ser abordadas por meio de uma série de perguntas. O autor formula uma série de questões – nas quais nos embasaremos para a construção desta pesquisa – a serem feitas ao trabalhar a História do Esporte através dos periódicos:

Que vínculos as empresas de mídia estabelecem com a organização e atores do campo esportivo? A que grupos os veículos pertencem? Com quais interesses – políticos, econômicos, culturais – se articulam? Que valores defendem? Que aspectos enfatizam, minimizam ou silenciam ao abordar o esporte? [...] Essas são questões complexas (não se explicam por apenas um ou dois fatores) e muitas vezes difíceis de responder, mas que podem contribuir para aprofundar a análise histórica” (Melo *et al*, 2013, p. 116).

No início da década 1890 se tornou frequente a divulgação de programação de corridas e outras formas de divertimento do turfe na imprensa pernambucana. É notório a importância que os jornais tiveram na divulgação das atividades de lazer e divertimento frente à sociedade recifense e é por meio da mesma que observei que as publicações acerca das programações turfísticas majoritariamente se encontravam em conjunto com publicidades de inúmeros setores do comércio. Cito como exemplo as propagandas de produtos, tais como xarope, vinho, sal,

café, etc. Além disso constantemente também se encontravam publicações sobre diferentes embarcações que estavam em viagem e notícias sobre as companhias de transporte urbano.

À medida que analisei a trajetória do turfe no século XIX, notei que nos primeiros anos da década de 1850 a imprensa realizava indagações e críticas às corridas de cavalo em Pernambuco, que até então não contava com instituições organizadoras para a prática equestre. Além disso, a imprensa ajudou a consolidar o ideário europeu, compreendendo este fato por meio das notícias sobre o turfe inglês e francês, que muitas vezes eram reproduzidas sendo enaltecidas, mas também como um mecanismo de cobrança e indagações sobre quando a prática seria instalada na província pernambucana.

Uma dessas indagações foi realizada pelo periódico *O Liberal: jornal social e político*, o qual no dia 19 de setembro de 1854 estampou em sua capa, na sessão “Corridas de Cavallos”, questionamentos de quando a prática cavalgar seria instalada em Pernambuco. O corpo textual do bloco inicia com as mais novas notícias acerca do turfe inglês, seguido da informação da construção de um hipódromo em Paris. Sendo exposto que o imperador francês aprovou o projeto da edificação do Prado parisiense e logo os trabalhadores começaram a dar início ao trabalho de construção, o qual o jornal repercutia que

O sitio escolhido é uma planície encantadora, coberta de relva e toda murada. Estarão a contruir-se tribunas para 40,000 pessoas e havia proporções para mais 300,000 observações. O pavilhão do imperador seria uma maravilha. O nosso Jockeys Club quando poderá também preparar o seu prado, e offerecer um pavilhão decente aos augustos convidados? (*O Liberal: jornal social e político*. Pernambuco, 19 de setembro 1854, p. 1)

Através da notícia, noto a existência de uma certa pressão dos periódicos sobre a elite e acerca da opinião pública para que houvesse apoio à criação dos clubes. Percebo que a imprensa atribuía importância para o papel do Estado francês para criação do espaço turfístico. Havendo o intuito de reforçar o papel do império brasileiro a intervir junto a prática, como incentivador inicial.

O *Jornal do Recife* do 18 de novembro de 1887 repercutiu em suas páginas a instalação do Prado Pernambucano, difundindo o objetivo do prado em promover eventos de diversão para a sociedade recifense:

[...] se installara nesta cidade uma associação [...], e cujo o fim é promover o melhoramento da raça cavallar e estabelecer corridas e outros divertimentos, segundo o modelo das que funcionam no Rio de Janeiro e em todas as cidades mais importantes da Europa e da America, constituindo uma das diversões mais queridas do povo e da alta sociedade.

[...] A associação não tem poupado esforços para que tudo fique bom e aprezível de modo a proporcionar a esta cidade um divertimento na altura de seus creditos.

[...] Recife ficará dotado de um divertimento que terá certamente aqui aceitação que tem encontrado em todos os centros civilizados. O serviço de transportes será feito pela companhia Ferro Carril, que se está preparando para oferecer-lhe ao público com todas as condições de abundância e comodidade que tanto concorrem para facilitar a concorrência. (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 17 de novembro de 1887, p. 1).

O trecho citado acima permite compreender a capital do império e cidades europeias como modelo de mundo civilizado, com isso, o turfe possuiu um papel de destaque na sociedade recifense para despertar os ares da civilidade. Outro ponto que se destaca é referente a um dos maiores aliados que os prados tiveram no período, as companhias de transporte, exercendo a funcionalidade de conduzir a população para os respectivos prados.

As primeiras notícias no início da década de 1890, acerca das programações turfísticas em Recife, eram repercutidas de forma enaltecida, deixando transparecer para a sociedade como um evento imperdível. Os clubes não contavam somente com entretenimento das corridas de cavalo, mas também com outros elementos⁴⁴².

As relações sociais e as posições políticas também influenciaram diretamente nas escolhas das notícias e na forma como eram abordadas nos periódicos. Um exemplo dessa proximidade é a relação entre o Dr. Augusto de Souza Leão, presidente do Prado Pernambucano e mais conhecido como Barão de Caiará, com os diretores e redatores do *Jornal do Recife*, Sigismundo Gonçalves e Ulysses Viana, a partir de 1887. Esta proximidade decorre das relações estabelecidas através do Partido Liberal, do qual o Barão de Caiará era membro atuante, tendo sido eleito como deputado provincial na segunda metade da década de 1880 e também escrevia colunas políticas no *Jornal do Recife*. Além disso, o Tenente-coronel José de Oliveira Castro, Diretor do Derby Club e sócio do *Jornal do Recife*, também influenciava nas escolhas editoriais, como evidenciado em uma nota de esclarecimento do periódico sobre uma polêmica relacionada a fraudes no contrato da província no processo de compra de carnes verdes.

Essa proximidade de indivíduos influentes no interior dos prados e no setor da imprensa fez com que a forma de transmissão de notícias acerca do esporte fosse diferenciada, de modo que desde os burburinhos das construções dos hipódromos e do início das atividades dos três prados, observei que o turfe e a imprensa estabeleceram relações próximas, relações estas que se desenvolveram e se transformaram ao longo da década de 1890. Assim entendo que:

[...] a construção do moderno definitivamente envolveu/envolvia o esporte nas diversas estratégias que a cercam. E para tal, os meios de difusão e divulgação foram fundamentais. Se considerarmos a ideia de Baudelaire (1996), de que a modernidade era uma ideia fundamental construída em suas representações, tal a sua complexidade,

⁴⁴² Alguns exemplos dos elementos que compõem o espetáculo das corridas – para além dos páreos – está a música, a confraternização nos botequins.

talvez o esporte seja exatamente aquilo que a publicidade dele o fez. Ou ao menos em grande parte assim o seja. (Melo, 2008, p. 38).

Através do trecho citado, compreendo que os periódicos tiveram uma participação muito ampla no que tange à difusão dos pensamentos modernizadores, influenciando diretamente na vida pública. Entretanto, notei que o turfe possuía um caráter ambíguo: de um lado, tem-se o discurso civilizatório europeizado e, do outro, as polêmicas, os conflitos e as brigas — os tribofes. Esse conjunto de elementos “indicam que seria longo e peculiar o processo de transição, para uma, para alguns desejada, sociedade moderna” (Melo, 2012, p. 13).

Os tribofes estão inseridos nas corridas de cavalo praticamente desde sua instalação. Ao pesquisar sobre o elemento na imprensa, encontrei notícias sobre polêmicas desde o início do turfe até o seu declínio. Tendo a imprensa o papel de relatar os ocorridos, é de suma importância expor que vez ou outra os periódicos ocultavam algumas ações suspeitas das corridas de cavalo — acredito que devido a aproximação entre os clubes e os periódicos acarretavam na omissão das irregularidades —, o que gerava indignação na sociedade. Com quatro meses e 18 dias da instalação do Prado Pernambucano, foi exposta uma nota criticando a imprensa, referente a uma corrida realizada no Prado Pernambucano:

Porque não declara pela imprensa que foi vencedor o Ventania na célebre corrida do dia 8, como diz pelas lojas e nos bondes?
Seria para isto que escreveu o artigo que mostrou no bond áquele seu amigo?
Porque não publicou este artigo?
Faltou Coragem ao cynico que a teve e tanta para considerar nulla aquela corrida? Não é possível.
A homens da sua força não acobardam as manifestações publicadas a desagrado, como as dia 8; e, quando não teem chegado ao mais baixo grão de aviltamento, muito lhes importa estas manifestações e por isto recorrem a imprensa, defendem-se e deixam-se condemnar ou absolver pelo tribunnal da opinião publica.
Quem cala consente: quem não se denfende, confessa.
Falla, Tartufo! (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 19 de abril de 1888, p. 3).

O páreo descrito na fonte acima fora o 3º realizado no dia 08 de abril de 1888, acerca dos ocorridos a imprensa, no dia 10 do mesmo mês, afirmou que os cavalos Ventania e Leseira chegaram juntos ao fim da corrida, deste modo, gerou divergências entre os espectadores sobre qual seria o real vencedor, apesar da decisão do juiz, o qual afirmou a vitória de Leseira. O ocorrido ocasionou grandes tumultos e conflitos, os quais foram por pouco remediados. Sendo assim, o páreo foi anulado e o jornal destacou que “Será bom que se procure evitar essas questões, que interessam a confiança, que deve haver nos julgamentos, e afugentarão os frequentadores do Prado”. Observo assim que mesmo após esta premissa o assunto ainda reverberou devido à nítida revolta quanto à suposta trapaça no julgamento e à decisão de

anulação do páreo, pois, após 10 dias do ocorrido, houve a nota disposta acima, a qual criticava a postura do periódico frente ao caso.

No dia 20 de abril de 1895 ocorreu a fundação do jornal *O Sport*, o qual tinha como intuito abordar somente assuntos hípicas com publicações semanais. Entretanto, cabe o destaque de que após pesquisarmos na HDB acerca deste periódico, notamos que há somente a primeira edição do jornal disponível para análise. A mesma se tornou extremamente útil à pesquisa, pois logo na primeira capa da edição o periódico tece críticas à imprensa recifense devido à forma com que esta repercute os tribofes que acontecem nos prados:

De ha muito faz-se precisa a existencia de uma folha desta especie.

Os tribofes succedem-se, as immoralidades agrupam-se, e as providencias não surgem.

A imprensa diaria limita-se a dar resultados das carreiras, sem mencionar as irregularidades que nelas se verificam, sem orientar as directorias e sem reclamar punição para os proprietários e jockeys que occupam-se exclusivamente de prepararar patotas para obterem rateios que os satisfaçam.

É para salientar bem estes factos, para tornar bastante conhecidos do publico, empregando todos os esforços a seu alcance, que surge este pequeno periódico.

As irregularidades e desmandos, partam de superiores ou subordinados, serão trazidos á scena para que o povo se acautele e saiba com quem anda mettido. (*O Sport*, Pernambuco, 20 de abril de 1895, p. 1).

Apesar do periódico conter apenas uma única edição disponível esta levanta elementos interessantes sobre os tribofes, mas principalmente sobre como a imprensa diária aborda o turfe, a qual deixa a desejar acerca das notícias de corridas fraudadas. O trecho citado acima nos mostra que a imprensa diária pouco fazia, na visão dos escritores do *O Sport*, para ajudar no melhoramento do turfe. Desta maneira, entendemos que, da mesma forma que o turfe, a imprensa também está à mercê — como o próprio trecho disserta —, das irregularidades e desmandos que partem de superiores. Além disso, podemos notar que as relações próximas entre os clubes e os jornais determinavam na forma que as notícias eram publicadas, seja enaltecendo o espaço turfístico ou omitindo as possíveis fraudes que ocorriam.

Referências

Fontes

Diário de Pernambuco, Pernambuco 15.12.1894. Edição 00285 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Diário de Pernambuco, Pernambuco, 20.10.1890. Edição 00214 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Diário de Pernambuco, Pernambuco, 27.07.1889. Edição 00167 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital)

Jornal de Recife, Pernambuco, 10.04.1888. Edição 00082 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife, Pernambuco 02.02.1894. Edição 00026 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife, Pernambuco, 02.02.1897. Edição 00026 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife, Pernambuco, 03.04.1886. Edição 00076 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife, Pernambuco, 06.11.1885. Edição 00254 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife, Pernambuco, 11.01.1889. Edição 00008 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife, Pernambuco, 19.04.1888. Edição 00090 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife, Pernambuco, 26.02.1889. Edição 00076 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife, Pernambuco, 29.03.1888. Edição 00074 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Jornal do Recife. Pernambuco. 17.11.1887. Edição 00263 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

O Liberal: jornal social e político. Pernambuco, 19.09.1854. Edição 00581 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

O Sport, Pernambuco, 20.04.1895. Edição 00001 (Biblioteca Nacional — Hemeroteca Digital).

Bibliográficas

CERRI, L. F. Vendendo o peixe. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, ago. 2006.

MELO, Victor Andrade. **Entre o Requite e o Tribofe**: sports e sportsman na literatura do século XIX – uma antologia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

MELO, Victor Andrade. Esporte, Propaganda E Publicidade no Rio de Janeiro: da transição dos séculos XIX E XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**: Esporte, Propaganda e Publicidade no Rio de Janeiro da Transição dos Séculos XIX e XX, Campinas, v. 29, n. 3, p. 25-40, 24 abr. 2008.

MELO, Victor. *Et al.* **Pesquisa Histórica e História do Esporte**. Rio de Janeiro: 07 Letras, 2013.